ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 38 Brasília - DF, quarta-feira, 23 de fevereiro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 17
Ministério da Cidadania 21
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 21
Ministério das Comunicações 22
Ministério da Defesa 26
Ministério do Desenvolvimento Regional 61
Ministério da Economia 67
Ministério da Educação 99
Ministério da Infraestrutura 101
Ministério da Justiça e Segurança Pública 120
Ministério do Meio Ambiente 129
Ministério de Minas e Energia 129
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 150
Ministério das Relações Exteriores 151
Ministério da Saúde 152
Ministério do Trabalho e Previdência 290
Ministério do Turismo 296
Ministério Público da União 302
Tribunal de Contas da União 302
Poder Legislativo 376
Poder Judiciário 376
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 376

..... Esta edição é composta de 378 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 279 **(1)**

ORIGEM : ADPF - 279 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIADEMA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DE DIADEMA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES E ADVOGADOS DO MUNICÍPIO DE DIADEMA - APAMD
ADV.(A/S) : PEDRO TAVARES MALUF (92451/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS ¿ ANADEP
ADV.(A/S) : ILTON NORBERTO ROBL FILHO (38677/DF, 43824/PR, 48138-A/SC)
ADV.(A/S) : TATIANA ZENNI DE CARVALHO GUIMARAES FRANCISCO (24751/DF)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Nunes Marques. Falaram: pelo requerente, o Dr. Humberto Jacques de Medeiros, Vice-Procurador-Geral da República; pelo interessado Prefeito do Município de Diadema, o Dr. Fernando Marques Altero, Procurador do Município; pelo *amicus curiae* Associação dos Procuradores e Advogados do Município de Diadema - APAMD, o Dr. Pedro Tavares Maluf; pelo *amicus curiae* Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - ANADEP, o Dr. Ilton Norberto Robl Filho; e, pelo *amicus curiae* Defensoria Pública da União, o Dr. Bruno Arruda, Defensor Público Federal. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 3.11.2021.

EMENTA: *ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. LEI N. 735/1983 E LEI COMPLEMENTAR N. 106/1999 DO MUNICÍPIO DE DIADEMA/SP. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA À POPULAÇÃO CARENTE. COMPETÊNCIA COMUM DOS ENTES FEDERADOS PARA COMBATER AS CAUSAS DA POBREZA E OS FATORES DE MARGINALIZAÇÃO E PARA PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS SETORES DESFAVORECIDOS. INC. X DO ART. 23 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS DE INTERESSE LOCAL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL JULGADA IMPROCEDENTE.*

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.974, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera o Decreto nº 9.873, de 27 de junho de 2019, para atualizar a composição do Conselho Nacional de Imigração.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 9.873, de 27 de junho de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

I - .....

a) Ministério da Justiça e Segurança Pública, que o presidirá;
b) Ministério da Cidadania;
c) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;
d) Ministério da Economia;
e) Ministério da Educação;
f) Ministério das Relações Exteriores; e
g) Ministério do Trabalho e Previdência;

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Anderson Gustavo Torres

DECRETO Nº 10.975, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera o Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo I, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, Cargos Comissionados Executivos - CCE e Funções Comissionadas Executivas - FCE:

I - da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

a) um DAS 101.6;
b) quatro DAS 101.5;
c) seis DAS 101.4;
d) cinco DAS 103.4;
e) quatro FCPE 101.4;
f) dez FCPE 101.3; e
g) seis FCPE 102.3; e

II - da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para a ANPD:

a) um CCE 1.17;
b) quatro CCE 1.15;
c) três CCE 1.13;
d) dois CCE 1.08;
e) um CCE 1.05;
f) dois CCE 1.02;
g) um CCE 2.05;
h) cinco CCE 3.13;
i) oito FCE 1.13;
j) uma FCE 1.11;
k) onze FCE 1.10;
l) uma FCE 1.08;
m) três FCE 1.07;
n) seis FCE 1.05;
o) uma FCE 2.13; e
p) três FCE 2.10.

Art. 2º Ficam transformados, nos termos do disposto no art. 6º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, na forma do Anexo II:

I - em CCE: cargos em comissão do Grupo-DAS; e
II - em FCE:
a) cargos em comissão do Grupo-DAS; e
b) FCPE.

Art. 3º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental da ANPD por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 4º Aplica-se o disposto nos art. 11 a art. 14 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, quanto ao regimento interno, à permuta entre CCE e FCE, à realocação de cargos em comissão e de funções de confiança por ato inferior a decreto na ANPD e ao registro de alterações por ato inferior a decreto.

Art. 5º O Anexo I ao Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....



III - .....

.....

b) Coordenação-Geral de Administração;
c) Coordenação-Geral de Relações Institucionais e Internacionais; e
d) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação;

....." (NR)

Art. 6º O Anexo II ao Decreto nº 10.474, de 2020, passa a vigorar na forma do Anexo III a este Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor em 9 de março de 2022.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Ciro Nogueira Lima Filho

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS, DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE, DE CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS - CCE E DE FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS - FCE

a) DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - ANPD PARA A SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	DA ANPD PARA A SEGES/ME	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27
DAS 101.5	5,04	4	20,16
DAS 101.4	3,84	6	23,04
DAS 103.4	3,84	5	19,20
SUBTOTAL 1		16	68,67
FCPE 101.4	2,30	4	9,20
FCPE 101.3	1,26	10	12,60
FCPE 102.3	1,26	6	7,56
SUBTOTAL 2		20	29,36
TOTAL		36	98,03

b) DA SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA A ANPD:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	DA SEGES/ME PARA A ANPD	
		QTD.	VALOR TOTAL
CCE 1.17	6,27	1	6,27
CCE 1.15	5,04	4	20,16
CCE 1.13	3,84	3	11,52
CCE 1.08	1,60	2	3,20
CCE 1.05	1,00	1	1,00
CCE 1.02	0,21	2	0,42
CCE 2.05	1,00	1	1,00
CCE 3.13	3,84	5	19,20
SUBTOTAL 1		19	62,77
FCE 1.13	2,30	8	18,40
FCE 1.11	1,48	1	1,48
FCE 1.10	1,27	11	13,97
FCE 1.08	0,96	1	0,96
FCE 1.07	0,83	3	2,49
FCE 1.05	0,60	6	3,60
FCE 2.13	2,30	1	2,30
FCE 2.10	1,27	3	3,81
SUBTOTAL 2		34	47,01
TOTAL		53	109,78

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS, DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE, DOS CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS - CCE E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS - FCE, TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 6º DA LEI Nº 14.204, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c = b - a)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
CCE-15	5,04	-	-	4	20,16	4	20,16
CCE-13	3,84	-	-	7	26,88	7	26,88
CCE-9	1,67	1	1,67	-	-	-1	-1,67
CCE-8	1,60	-	-	2	3,20	2	3,20
CCE-5	1,00	-	-	2	2,00	2	2,00
CCE-2	0,21	-	-	2	0,42	2	0,42
DAS-6	6,27	1	6,27	-	-	-1	-6,27
DAS-5	5,04	4	20,16	-	-	-4	-20,16
DAS-4	3,84	11	42,24	-	-	-11	-42,24
FCE-13	2,30	-	-	9	20,70	9	20,70
FCE-11	1,48	-	-	1	1,48	1	1,48
FCE-10	1,27	-	-	14	17,78	14	17,78
FCE-8	0,96	-	-	1	0,96	1	0,96
FCE-7	0,83	-	-	3	2,49	3	2,49
FCE-5	0,60	-	-	6	3,60	6	3,60
FCPE-4	2,30	4	9,20	-	-	-4	-9,20
FCPE-3	1,26	16	20,16	-	-	-16	-20,16
TOTAL		37	99,70	51	99,67	14	-0,03

ANEXO III
(Anexo II ao Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - ANPD:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	CCE/FCE
Conselho Diretor	1	Diretor-Presidente	CCE 1.17
	4	Diretor	CCE 1.15
	5	Gerente de Projeto	CCE 3.13
	1	Assessor	FCE 2.13
Setor	1	Chefe	CCE 1.02
Gabinete do Diretor Presidente	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
Secretaria-Geral	1	Secretário-Geral	FCE 1.13
	3	Assessor Técnico	FCE 2.10
Assessoria Jurídica	1	Consultor Jurídico	CCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
Ouvidoria	1	Ouvidor	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
Serviço	1	Chefe	FCE 1.05
Setor	1	Chefe	CCE 1.02
Corregedoria	1	Corregedor	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação-Geral de Administração	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.11
Divisão	2	Chefe	CCE 1.08
Divisão	1	Chefe	FCE 1.08
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
Serviço	5	Chefe	FCE 1.05
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
Coordenação-Geral de Tecnologia e Pesquisa	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
Coordenação-Geral de Normatização	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assistente Técnico	CCE 2.05
Coordenação-Geral de Fiscalização	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
Coordenação-Geral de Relações Institucionais e Internacionais	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA ANPD:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27	-	-
DAS 101.5	5,04	4	20,16	-	-
DAS 101.4	3,84	6	23,04	-	-
DAS 103.4	3,84	5	19,20	-	-
CCE 1.17	6,27	-	-	1	6,27
CCE 1.15	5,04	-	-	4	20,16
CCE 1.13	3,84	-	-	3	11,52
CCE 1.08	1,60	-	-	2	3,20
CCE 1.05	1,00	-	-	1	1,00
CCE 1.02	0,21	-	-	2	0,42
CCE 2.05	1,00	-	-	1	1,00
CCE 3.13	3,84	-	-	5	19,20
SUBTOTAL 1		16	68,67	19	62,77
FCPE 101.4	2,30	4	9,20	-	-
FCPE 101.3	1,26	10	12,60	-	-
FCPE 102.3	1,26	6	7,56	-	-
FCE 1.13	2,30	-	-	8	18,40
FCE 1.11	1,48	-	-	1	1,48
FCE 1.10	1,27	-	-	11	13,97
FCE 1.08	0,96	-	-	1	0,96
FCE 1.07	0,83	-	-	3	2,49
FCE 1.05	0,60	-	-	6	3,60
FCE 2.13	2,30	-	-	1	2,30
FCE 2.10	1,27	-	-	3	3,81
SUBTOTAL 2		20	29,36	34	47,01
TOTAL		36	98,03	53	109,78

DECRETO Nº 10.976, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre o Comitê de Participação do Fundo de Arrendamento Residencial e altera os limites das subvenções econômicas para produção ou aquisição de imóveis novos ou usados às famílias beneficiárias do Programa Casa Verde e Amarela.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 2º-A e art. 2º-B da Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, e no art. 4º, **caput**, inciso I, da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Comitê de Participação do Fundo de Arrendamento Residencial e altera os limites das subvenções econômicas para produção ou aquisição de imóveis novos ou usados às famílias beneficiárias do Programa Casa Verde e Amarela.

Art. 2º Compete ao Comitê, na qualidade de órgão de assessoramento:

I - orientar a atuação da União nas assembleias de cotistas do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR;

II - examinar o regulamento do FAR e as suas propostas de alteração, previamente à apreciação pela assembleia de cotistas;

III - acompanhar a execução financeira e a assunção de obrigações do FAR;

IV - acompanhar as medidas adotadas pelo gestor do FAR;

V - examinar a prestação de contas, os balanços anuais e as demais demonstrações financeiras do FAR;

VI - avaliar as diretrizes e as condições gerais de operação do FAR, resguardadas as competências do Ministério do Desenvolvimento Regional, na qualidade de gestor dos programas que possuam lastro em recursos do FAR; e

VII - examinar propostas de fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do FAR.

Art. 3º Compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representar a União nas assembleias de cotistas do FAR, de acordo com a instrução de voto emitida pelo Ministro de Estado da Economia ou pela autoridade a quem ele delegar a função.

§ 1º A instrução de voto de que trata o **caput** será precedida de oitiva do órgão técnico responsável do Ministério da Economia sobre todas as matérias a serem deliberadas.

§ 2º O órgão a que se refere o § 1º se manifestará sobre as matérias de sua competência, conforme a orientação encaminhada pelo Comitê.

Art. 4º O Comitê é composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - um do Ministério do Desenvolvimento Regional, que o presidirá;

II - um da Casa Civil da Presidência da República; e

III - um do Ministério da Economia.

§ 1º Os membros do Comitê deverão ser ocupantes de cargo de direção ou assessoramento superior, no mínimo, de Cargo Comissionado Executivo - CCE 15 ou equivalente.

§ 2º Cada membro do Comitê terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 3º Os suplentes de que trata o § 2º serão ocupantes de cargo de direção ou assessoramento superior, no mínimo, de CCE 13 ou equivalente.

§ 4º Os membros do Comitê e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional.

§ 5º O Comitê poderá solicitar a presença de representante da instituição gestora do FAR para prestar esclarecimentos ou assessoria técnica, sem direito a voto.

Art. 5º O Comitê se reunirá, em caráter ordinário, anualmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Presidente.

§ 1º O quórum de reunião e de aprovação do Comitê é de maioria simples.

§ 2º Os membros do Comitê que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por meio de videoconferência, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 6º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º A Secretaria-Executiva do Comitê será exercida pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 8º É vedada a criação de subcolegiados pelo Comitê.

Art. 9º O funcionamento do Comitê ocorrerá na forma prevista em seu regimento interno, que será elaborado pela sua Secretaria-Executiva e aprovado por unanimidade de seus membros.

Parágrafo único. O regimento interno será aprovado na primeira reunião ordinária do Comitê.

Art. 10. O Decreto nº 10.600, de 14 de janeiro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

I - .....

a) R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), em áreas urbanas; e

b) R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) em áreas rurais.

....." (NR)

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Rogério Marinho

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 63, de 22 de fevereiro de 2022. Encaminhamento à Câmara dos Deputados da indicação do Senhor Deputado Nivaldo Ferreira de Albuquerque Neto para exercer a função de Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados em substituição ao Senhor Deputado Marcelo Pires Moraes.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Processo nº 00405.0191117/2017-61. Parecer nº BBL - 02, de 17 de dezembro de 2021, do Advogado-Geral da União, que adotou, nos termos estabelecidos no Despacho do Consultor-Geral da União nº 00815/2021/GAB/CGU/AGU, do Despacho nº 00003/2020/DECOR/CGU/AGU, e do Despacho nº 11/2020/GAB/CGU/AGU, o Parecer nº 00110/2021/DECOR/CGU/AGU da Consultoria-Geral da União. Aprovo. Publique-se para os fins do disposto no art. 40, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. Em 22 de fevereiro de 2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00405.019117/2017-61
INTERESSADO: ADVOCACIA DA UNIÃO E OUTROS.
ASSUNTO: COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. FUNDO DE DEFESA AOS DIREITOS DIFUSOS OU COLETIVO EM SENTIDO ESTRITO. DANO A DIREITO DIFUSO. DESTINAÇÃO DA RESPECTIVA INDENIZAÇÃO.

PARECER Nº BBL - 02

ADOTO, para os fins do art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, nos termos do Despacho do Consultor-Geral da União nº 00815/2021/GAB/CGU/AGU, de 14 de dezembro de 2021, que ratifica o Despacho nº 11/2020/GAB/CGU/AGU e o Despacho nº 3/2020/DECOR/CGU/AGU, o Parecer nº 00110/2019/DECOR/CGU/AGU, de 16 de dezembro de 2019, e submeto-o ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, para os efeitos do art. 40, § 1º, da referida Lei Complementar, tendo em vista a relevância da matéria versada.

Em 17 de dezembro de 2021.

BRUNO BIANCO LEAL
Advogado-Geral da União

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
GABINETE
SAS, QUADRA 03, LOTE 5/6, 12 ANDAR - AGU SEDE IFONE (61) 2026-8557
BRASÍLIA/DF 70.070-030

DESPACHO n. 00815/2021/GAB/CGU/AGU

NUP: 00405.019117/2017-61
INTERESSADOS: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E OUTROS
ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Exmo. Senhor Advogado-Geral da União,

1. Ratifico o Despacho do Consultor-Geral da União nº 11/2020/GAB/CGU/AGU (seq. 69) e o Despacho nº 3/2020/DECOR/CGU/AGU (seq. 68), e, nestes estritos termos, aprovo o Parecer 110/2019/DECOR/CGU/AGU (seq. 67).

2. Ressalte-se, por oportuno, que o Parecer nº 110/2019/DECOR/CGU/AGU (seq. 67) também já foi aprovado pelo Despacho do Advogado-Geral da União Substituto nº 122 (seq. 66), no entanto, considerando a relevância da questão jurídica tratada, elevo referenciado Parecer à apreciação de Vossa Excelência, de maneira a ensejar que o entendimento consolidado seja aplicado de forma uniforme e vinculante por toda a Administração Pública Federal.

3. Nestes termos, submeto as manifestações desta Consultoria-Geral da União à consideração de Vossa Excelência para que, em sendo acolhidas, sejam encaminhadas à elevada apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República para os fins dos art. 40, § 1º, e art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Brasília, 14 de dezembro de 2021.

(assinado eletronicamente)
ARTHUR CERQUEIRA VALÉRIO

AVISO

Foram publicadas em 22/2/2022 as edições extras nºs 37-A e 37-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Advogado da União
Consultor-Geral da União

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO Nº 122

NUP: 00405.019117/2017-61
INTERESSADOS: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E OUTROS
ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

1. **APROVO,** nos termos do Despacho do Consultor-Geral da União nº 00011/2020/GAB/CGU/AGU, e respectivas manifestações de acolhimento, o Parecer **nº 00110/2019/DECOR/CGU/AGU**.

2. Cientifique-se o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.

3. Restituam-se os autos à Consultoria-Geral da União, para as providências cabíveis.

Brasília, 26 de março de 2020.

RENATO DE LIMA FRANÇA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
GABINETE

DESPACHO n. 00011/2020/GAB/CGU/AGU

NUP: 00405.019117/2017-61
INTERESSADOS: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E OUTROS
ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

1. Aprovo, nos termos do Despacho nº 3/2020/DECOR/CGU/AGU, o Parecer nº 110/2019/DECOR/CGU/AGU.

2. Submeto as manifestações desta Consultoria-Geral da União ao Excelentíssimo Advogado-Geral da União, para deliberação final. Em sendo acolhidas, solicito que o Gabinete/AGU cientifique o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.

3. Após, solicito que os autos sejam devolvidos a esta CGU, para que se possa cientificar os demais interessados, conforme sugerido no Despacho nº 3/2020/DECOR/CGU/AGU.

Brasília, 21 de fevereiro de 2020.

(assinado digitalmente)
ARTHUR CERQUEIRA VALÉRIO
Advogado da União
Consultor-Geral da União

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

DESPACHO nº 00003/2020/DECOR/CGU/AGU

NUP: 00405.019117/2017-61
INTERESSADOS: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E OUTROS
ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Exmo. Senhor Consultor-Geral da União,

1. Aprovo o Parecer nº 110/2019/DECOR/CGU/AGU.

2. Consolide-se, por conseguinte, o entendimento no sentido de que os valores destinados à indenização de direitos difusos ou coletivos em sentido estrito, pactuados no âmbito de termos de ajustamento de conduta de que cuida o § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 1985, incluindo as multas decorrentes de seu eventual descumprimento, devem ser destinados ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, de que trata o art. 13 da referenciada lei, bem como a Lei nº 9.008, de 1995, ressalvando-se as hipóteses em que a legislação especial lhes prescreva destinação específica.

3. Nas estritas hipóteses em que os direitos difusos ou coletivos em sentido estrito possuam natureza trabalhista, as indenizações arrecadadas em sede de termos de ajustamento de conduta, incluindo eventuais multas decorrentes de seu descumprimento, podem ser destinadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, de que cuida o art. 10 da Lei nº 7.998, 1990, na esteira da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, ressalvando-se a aplicação de legislação especial que lhes prescreva destinação específica.

4. Consolide-se, ainda, o entendimento no sentido de que a destinação das indenizações de direitos difusos ou coletivos em sentido estrito decorrentes de termos de ajustamento de conduta deve observar os preceitos da unidade de tesouraria e da universalidade do orçamento, com eventuais temperamentos que disposição específica porventura possa impor, uma vez que: (a) a execução das despesas deve integrar o ciclo orçamentário mediante previsão na lei orçamentária anual; (b) é expressamente proscrito pela Constituição "o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual", bem como "*a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais*" (art. 167, incisos I e II, da CF/1988); (c) considerando o que dispõe o art. 2º, § 2º, e art. 3º da Resolução nº 587, de 30 de setembro de 2019, do Conselho da Justiça Federal; e (d) considerando os preceitos constitucionais que fixam o sistema de freios e contrapesos que resguardam a separação, a harmonia e a independência dos Poderes que compõem a União, cumprindo ao Poder Executivo a gestão e execução do orçamento sob sua administração, nos estritos termos das prescrições e prioridades delimitadas na lei orçamentária anual.

5. Cientifique-se o Departamento de Assuntos Extrajudiciais, a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, a Procuradoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, a Consultoria Jurídica junto à Controladoria-Geral da União, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, e as demais Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e órgãos assemelhados e as Consultorias Jurídicas da União nos Estados e no Município de São José dos Campos.

6. Cientifique-se, outrossim, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.

7. Junta-se cópia do Parecer ora acolhido e dos subsequentes Despachos de aprovação ao NUP 00688.001117/2018-66.

Brasília, 06 de janeiro de 2020.

VICTOR XIMENES NOGUEIRA
ADVOGADO DA UNIÃO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

PARECER nº 00110/2019/DECOR/CGU/AGU

NUP: 00405.019117/2017-61
INTERESSADOS: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E OUTROS
ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

EMENTA: COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. FUNDO DE DEFESA AOS DIREITOS DIFUSOS OU COLETIVO EM SENTIDO ESTRITO. DANO A DIREITO DIFUSO.
DESTINAÇÃO DA RESPECTIVA INDENIZAÇÃO.
1. Os valores destinados à indenização de direitos difusos ou coletivos em sentido estrito serão depositados junto ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) criado pela Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, ressalvando-se as hipóteses em que a legislação especial lhes prescreve destinação específica.
2. A jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho reconhece a possibilidade daqueles mesmos valores serem destinados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, quando se tratar de dano a direito trabalhista.
3. As multas, eventualmente pagas por força de descumprimento dos compromissos de ajustamento de conduta que tratem de direitos difusos ou coletivos em sentido estrito, também deverão ser direcionadas ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos ou ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.
Código 33

Senhor Diretor,

- I -

1. Trata-se de processo administrativo em que se discute termo de acordo de cooperação técnica a ser celebrado pela Advocacia-Geral da União e pelo Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho).

2. O aludido ajuste tem por escopo "fixar procedimentos e estabelecer formas de colaboração, entre os partícipes, com a finalidade de aprimorar a atuação jurídica em demandas relacionadas à fiscalização do trabalho" e, em especial, "adotar procedimentos conjuntos para celebração de acordos e termos de ajuste de conduta em demandas que envolvam" a fiscalização do trabalho (seq. 07).

3. A Procuradoria-Geral da União ponderou que a assinatura do referido acordo propiciará a destinação legal (ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD ou ao Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT) de valores provenientes da imposição de indenizações referentes à reparação de dano moral coletivo e/ou da fixação de multa por descumprimento de obrigações de fazer e não fazer (seq. 06). Contudo, dado que muitos dos termos de ajustamento de conduta tratam de matéria não judicializada, aquele órgão de direção superior encaminhou os autos a esta Consultoria-Geral da União, para manifestação.

4. O Departamento de Assuntos Extrajudiciais lançou aos autos o PARECER nº 00012/2018/DEAEX/CGU/AGU (seq. 10), posicionando-se favorável à celebração do aludido ajuste, ressalvando apenas a necessidade de normatização interna da forma de execução do acordo de cooperação técnica em questão, de modo a garantir que os acordos e os termos de ajustamento de conduta sejam assinados pelo Advogado-Geral da União.

5. O Diretor Substituto do Departamento de Assuntos Extrajudiciais aprovou a manifestação supra referida (seq. 11). Naquela oportunidade, destacou a existência do PARECER nº 00058/2017/DEAEX/CGU/AGU, constante do seq. 21 da NUP 08000.028826/2013-78 e confeccionado por aquele mesmo departamento, o qual concluiu pela destinação dos recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Citou a Resolução nº 179, de 26 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público. Afirmou que, em sua opinião, tais valores poderiam ser vertidos em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (se o dano for causado a sujeitos indetermináveis) ou em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (se o dano for causado a trabalhadores), reconhecendo, contudo, a inexistência de orientação legal a respeito. Ponderou acerca da inconveniência do não encaminhamento dos aludidos valores aos fundos, "porquanto a ausência de disciplina legal não permite que se realize a destinação e execução sem observância do ordenamento jurídico".

6. O Consultor-Geral da União aprovou, parcialmente, aquela manifestação (seq. 14), ressalvando apenas a redação da cláusula terceira da minuta de ajuste.

7. Aquela autoridade questionou ainda **aspectos relacionados à destinação, gestão e aplicação dos recursos oriundos de termos de ajustamento de conduta para a execução de projetos que visam compensar o dano causado pelos compromissários**. Afirmou que a Lei nº 9.008/1995 é clara em encaminhar tais valores ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, quando as verbas forem oriundas de ação civil pública. Contudo, haveria um **vazio legislativo quanto à destinação dos recursos oriundos de termos de ajustamento de conduta**. Apontou que o Ministério Público, por diversas vezes, tem direcionado esses últimos a destinação diversa do Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

8. Ressalvou, contudo, que tal prática só seria possível se houvesse critério objetivo de escolha do destinatário da verba ressarcida, bem como acompanhamento da sua aplicação, cumprimento da finalidade e tomada de contas.

9. Citou divergência a esse respeito, travada pela Resolução nº 179, de 26 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, e pelo E-mail Circular nº 35/2018, da Procuradoria-Geral da União.

10. Diante de tais dúvidas, determinou o encaminhamento dos autos ao DECOR, para uniformização.

11. Antes da análise determinada pelo Consultor-Geral da União, solicitou-se subsídios à Procuradoria-Geral da União; à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública; à Consultoria Jurídica junto à Controladoria-Geral da União; e à Procuradoria-Geral Federal (seq. 15).

12. A Coordenação-Geral de Políticas de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Nota Técnica nº 10/2019/CGPDD/GAB-SENACON/SENACON/MJ (seq. 35), ponderou sobre a natureza contábil do Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Afirmou que, para o atendimento de seus objetivos, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos aprovou cinco eixos temáticos, com arrimo no art. 1º da Lei nº 7.347/85, onde os projetos que se candidatam ao recebimento de recursos do FDD devem se enquadrar.

13. Pontuou que a utilização de tais recursos dá-se por meio de transferência voluntária, aplicando-se o disposto no Decreto nº 6.170/2007, na Portaria Interministerial nº 424/2016, na Portaria Conjunta nº 8, de 7 de novembro de 2012, na Lei nº 13.019/2014 e no Decreto nº 8.726/2016. Destacou que a prestação de contas segue as mesmas regras dos instrumentos de repasse firmados pelos demais entes da administração pública federal. Por fim, concluiu a possibilidade, em abstrato, de enquadramento das verbas decorrentes de termos de ajustamento de conduta em processos do Ministério do Trabalho, ao eixo temático V, na linha temática "g", que "prevê a prevenção e ressarcimento de danos coletivos e difusos relacionados ao direito do trabalho".

14. A Consultoria Jurídica junto àquele mesmo Ministério da Justiça e Segurança Pública cingiu-se a reencaminhar a citada Nota Técnica n º 10/2019/CGPDD/GAB-SENACON/SENACON/MJ (seq. 38).

15. O Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal, por meio da NOTA nº 00023/2019/DEPCONSU/PGF/AGU (seq. 39), afirmou que o assunto tratado nestes autos "dizem respeito mais especificamente à atuação e ao interesse de outros órgãos, especialmente a Procuradoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a CONJUR/MJ e a Controladoria-Geral da União", devolvendo os autos sem manifestação sobre o seu mérito.

16. A Consultoria Jurídica Junto à Controladoria Geral da União confeccionou o PARECER nº 00078/2019/CONJUR-CGU/CGU/AGU (seq. 40), apreciando a natureza jurídica e a finalidade do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Após analisar as fontes de recursos do Fundo, discriminadas no art. 11 da Lei nº 7.998/1990, aquela unidade consultiva ponderou não haver "óbice algum para que seja destinado ao FAT os recursos aferidos por meio dos Termos de Ajustamento de Conduta, em demandas que envolvam a fiscalização do trabalho".

17. Invocando o entendimento firmado no Despacho CGPEC (doc. SEI n. 1040399), concluiu que os recursos destinados ao FAT oriundos de termos de ajustamento de conduta "são aderentes ao modelo de fiscalização e controle aplicáveis aos recursos públicos, homólogo ao que acontece com o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD)".

18. A Coordenação-Geral de Assuntos de Direito Trabalhista, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio da NOTA nº 02228/2019/PGFN/AGU (seq. 54), anuiu às informações prestadas pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (seq. 53), segundo as quais os "recursos originários das multas por descumprimento de obrigações de fazer e não fazer e indenizações por dano moral coletivo devem compor o Fundo de Direitos Difusos do art. 13 da LACP ou o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), em especial, sobre a circunstância deste último possibilitar procedimentos homólogos aos regulados pelo Decreto nº 1.306, de 09/11/1994, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e pela Lei nº 9.008, de 21/03/1995, incluindo destinações finalísticas, mecanismos isonômicos de competitividade, critérios objetivos de elegibilidade de beneficiários, modelos de prestações de contas e demais aspectos inerentes à gestão, aplicação, fiscalização e controle de recursos públicos, a matéria restou respondida pelos documentos de nºs 3500221 e 3451605."

19. O Departamento de Direitos Trabalhistas da Procuradoria-Geral da União apreciou o tema no bojo da NOTA nº 02037/2019/PGU/AGU (seq. 56) e reiterou o raciocínio construído no PARECER nº 00002/2018/PGU/AGU (seq. 89 da NUP 00477.000415/2017-33). Afirmou a possibilidade de destinação das verbas oriundas de termos de ajustamento de conduta, ao Fundo de Direitos Difusos e ao Fundo de Amparo do Trabalhador. Preocupando-se, em especial, com a possibilidade de destinação daqueles recursos ao Fundo de Amparo do Trabalhador, fez referência a diversos julgados do Tribunal Superior do Trabalho confirmando tal entendimento.

20. Segundo afirma, o Tribunal Superior do Trabalho, com arrimo no art. 13 da Lei nº 7.347/85, decidiu que, apesar de não ser obrigatória a remessa de tais valores ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, inadmitir-se-ia a criação ou a destinação de recursos a critério exclusivo do Ministério Público do Trabalho.

21. O Departamento Eleitoral e de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral da União confeccionou a NOTA nº 02939/2019/PGU/AGU (seq. 58), reiterando os termos do E-mail Circular nº 35/2018, daquele mesmo órgão de direção superior. Tal comunicado veicula, dentre outras, as seguintes orientações: 1) os valores arrecadados em decorrência da aplicação de multa cominatória por descumprimento de termo de ajustamento de conduta devem ser destinados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos; 2) quando o termo de ajustamento de conduta versar sobre matéria trabalhista, a multa cominatória deverá ser preferencialmente destinada ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, podendo, contudo, ser revertida também ao Fundo de Amparo ao Trabalhador; 3) em caso de inobservância da orientação anterior, e diante da impossibilidade de correção administrativa da cláusula que dá destinação indevida à multa, deve ser proposta, pela UNIÃO, uma ação ordinária objetivando a anulação parcial do TAC, apenas para que os valores decorrentes da multa aplicada pelo seu descumprimento sejam destinados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (ou, pelo menos, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, caso se trate de matéria trabalhista).

22. Lembrou que as orientações citadas acima tiveram por fundamento o PARECER nº 00372/2017/PGU/AGU (seq. 70 da NUP nº 00477.000415/2017-33), complementado pela NOTA nº 00540/2018/PGU/AGU (seq. 91 da NUP nº 00477.000415/2017-33). A tese defendida nessas manifestações seria a de "similitude da multa cominada em TAC com as multas judiciais (art. 11 da LACP) e da convergência de objetivos jurídico-materiais entre a ACP e o TAC, bem como da necessidade de uma interpretação sistemática do microssistema de tutela de direitos coletivos e de uma adequada aplicação das verbas". Ressalvou-se a possibilidade de eventual destinação ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, quando o termo de ajustamento de conduta disser respeito a matéria trabalhista.

23. Registre-se, por fim, a existência de importantes subsídios jurídicos sobre o tem aqui abordado nos autos da NUP 00477.000415/2017-33 e da NUP 00688.000566/2019-78.

24. É o suficiente à guisa de relatório. Passo a opinar.

- II -

25. Conforme se observa do relatório, o Consultor-Geral da União partiu da premissa de que a Lei nº 9.008/95 é clara em encaminhar tais valores ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, quando as verbas forem oriundas de ação civil pública. Contudo, não haveria qualquer disposição legal que disciplinasse a destinação dos recursos oriundos de compromissos de ajustamento de conduta.

26. Este vazio legislativo teria permitido o estabelecimento de orientações diferentes a respeito do tema, conflito esse materializado pelo disposto na Resolução nº 179, de 26 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, e pelo E-mail Circular nº 35/2018, da Procuradoria-Geral da União.

27. Enquanto o art. 5º, §1º da Resolução nº 179, de 26 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público afirma a possibilidade de destinação de indenizações e respectivas multas "a projetos de prevenção ou reparação de danos de bens jurídicos da mesma natureza, ao apoio a entidades cuja finalidade institucional inclua a proteção aos direitos ou interesses difusos, a depósito em contas judiciais", o E-mail Circular nº 35/2018 (seq. 99 da NUP nº 00477.000415/2017-33), da Procuradoria-Geral da União determina que "os valores arrecadados em decorrência da aplicação de multa cominatória por descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC devem necessariamente ser destinados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD" ou ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, caso o dano verse sobre matéria trabalhista.

28. A orientação dada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, portanto, é menos rígida que aquela promovida pela Procuradoria-Geral da União, na medida em que admite o direcionamento de indenizações e multas relacionadas a ofensa a direitos difusos a outras alternativas que não os fundos públicos que tenham o mesmo escopo estabelecido pelo art. 13 da Lei nº 7.347/85.

29. Bruno Gomes Borges da Fonseca[1] reconhece a existência dessa divergência, sistematizando-a da seguinte forma:

> Em resumo: o art. 13 da LACP referiu-se às condenações em dinheiro provenientes da propositura de ACP. Relativamente às obrigações de dar e multas previstas no TAC há vazio normativo quanto à destinação. A par desse quadro, pelo menos, dois caminhos surgem:
>
> (i) o primeiro aplica analogicamente o art. 13 da LACP. Por efeito, os valores decorrentes de obrigações de dar e multas contempladas em TACs seriam destinados a Fundos. Essa posição é subdividida em duas:
>
> a) aqueles que limitam a destinação ao FDD, por ser fundo referido pelo art. 13 da LACP e regulamentado pelo Decreto nº 1.306/1994;
>
> b) aqueles que sustentam a possibilidade de destinar a qualquer Fundo que tenha como fim institucional a defesa de interesses metaindividuais. Assim, possível direcionar para o FIA, FAT, Fundo de Erradicação ao Trabalho Escravo, Fundo de Proteção ao Meio Ambiente etc;
>
> (ii) a segunda posição sustenta a livre destinação dos valores previstos no TAC. Poderão ser destinados a Fundos ou diretamente à coletividade ou grupo social afetado.

30. As informações prestadas nestes autos pelos órgãos consultados demonstram uma convergência de entendimentos dentro do Executivo Federal. A Procuradoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Consultoria Jurídica junto à Controladoria-Geral da União sustentaram a possibilidade de se destinar as indenizações e multas previstas em compromissos de ajustamento de conduta ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos ou ao Fundo de Amparo do Trabalhador, a depender da natureza do direito ofendido.

31. Não se vê razões para dissentir desse entendimento.

32. Os processos coletivos foram idealizados com escopo a solucionar os desafios enfrentados pelo processo tradicional, até então fundado em fortes premissas individualistas. O reconhecimento da existência de um patrimônio titularizado por pessoas indeterminadas, aliado à massificação das relações intersubjetivas, implicou na necessidade de se buscar ferramentas processuais adequadas a esse novo cenário.

33. Como se sabe, o objeto dos direitos difusos ou coletivos em sentido estrito é indivisível (art. 81, parágrafo único, I e II da Lei nº 8.078/90). Caso exista a ofensa a algum direito difuso ou coletivo em sentido estrito e não seja possível a tutela específica daquele interesse, reparando-o, será necessário o ressarcimento do prejuízo em sucedâneo econômico. Em outras palavras,

> (...), quando houver dano irreversível ao objeto de um direito difuso, e não for possível prover aos seus titulares o resultado prático equivalente, a reparação terá de se dar na forma de uma obrigação de pagar[2].

34. Nesta hipótese, surge o problema prático atinente à destinação dos respectivos valores, dada a indivisibilidade do objeto lesado e a indeterminabilidade de seus titulares. Tais fatores indicam a impossibilidade de realizar o pagamento de indenizações individuais, justificando o disposto no art. 13 da Lei nº 7.347/85:

> Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados. (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)
>
> § 1º Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.288, de 2010)
>
> § 2º Havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica nos termos do disposto no art. 1º desta Lei, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de que trata o caput e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica, conforme definição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na hipótese de extensão nacional, ou dos Conselhos de Promoção de Igualdade Racial estaduais ou locais, nas hipóteses de danos com extensão regional ou local, respectivamente. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

35. O legislador, portanto, criou uma ferramenta contábil adequada para fins de gerir as indenizações decorrentes de ofensas a direitos difusos. O art. 1º, §1º da Lei nº 9.008/95 definiu uma grande gama de direitos difusos cuja reparação poderá ser viabilizada por meio daquele instituto contábil, citando "danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos".

36. O primeiro problema a ser enfrentado consiste em definir o regime jurídico aplicável aos compromissos de ajustamento de conduta. Não há dúvidas acerca da aplicabilidade da Lei nº 7.347/85 àqueles ajustes, conforme se infere, *e.g.*, do art. 5º, §6º da Lei nº 7.347/85, *verbis*: "Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial". Este compromisso tem sido exteriorizado por um documento denominado de termo de ajustamento de conduta.

37. O compromisso de ajustamento de conduta não materializa qualquer transação, pois o seu objeto não consiste em um direito patrimonial disponível, mas direito transindividual não disponível. Não se admite concessões acerca do conteúdo material da lide. No compromisso de ajustamento de conduta, só o causador do dano se compromete, não competindo ao órgão público que o toma dispor de direito difuso por ele tutelado[3].

38. Esta mesma tese foi a adotada pelo Parecer Vinculante nº JT-04, segundo o qual

> De fato, o termo de compromisso de ajustamento de conduta não pode possuir a mesma natureza jurídica da transação, uma vez que o órgão legitimado a celebrar o acordo não pode realizar concessões a respeito dos direitos que constituam o objeto do termo, tendo em vista que tais direitos são indisponíveis. Tal situação, per si, desconfigura a principal característica da transação, conforme o disposto no art. 1.025 do Código Civil. Deve-se ressaltar que a lei utilizou-se da expressão "tomar do interessado o termo de compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais", dando-se, portanto, caráter impositivo à atuação do órgão legitimado, afastando a natureza de acordo ou transação.

39. Apesar disso, não há como se negar ao compromisso de ajustamento de conduta um componente negocial, na medida em que, por meio dele, há a possibilidade de a administração ou o compromissário estipularem o modo e/ou prazo para o ajustamento da conduta desse último "às exigências legais" (art. 5º, §6º da Lei nº 7.347/85). Em contrapartida à assunção desse compromisso pelo causador do dano, o tomador do compromisso, ainda que implicitamente, aceita deixar de promover a respectiva ação civil pública em face daquele.

40. Dado o seu caráter volitivo e essa bilateralidade, ainda que restrita, há de compreender o compromisso de ajustamento de conduta como uma espécie de negócio jurídico. Neste mesmo sentido, o art. 1º da Resolução nº 179/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, ao conceituar o compromisso de ajustamento de conduta, afirma ter natureza de negócio jurídico:

> Art. 1º O compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, **com natureza de negócio jurídico** que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração. (destacou-se)

41. Acrescente-se que o compromisso de ajustamento de conduta, na medida em que implica um compromisso por parte do seu tomador, de não ajuizar a respectiva ação coletiva, consiste em verdadeiro sucedâneo da ação civil pública. Constitui uma via alternativa àquela ação coletiva, havendo uma convergência de objetivos jurídico-materiais entre ambos. Trata-se, em verdade, de mais uma ferramenta de tutela extrajudicial de direitos, em especial dos direitos coletivos, inferindo-se a compatibilidade do compromisso de ajustamento de conduta ao regramento estabelecido pela Lei nº 7.347/85, naquilo que couber.

42. Parece claro, por conseguinte, a aplicação da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), às indenizações por danos a direitos transindividuais estabelecidas em compromisso de ajustamento de conduta.

- III -

43. Outro argumento importante a impor o direcionamento das indenizações referentes a termo de ajustamento de conduta reside no direito financeiro. As regras orçamentárias e financeiras têm natureza cogente, não podendo a administração pública renunciar à sua aplicação. Na medida em que os valores aqui discutidos são direcionados ao fundo de que trata o art. 13 da Lei nº 7.347/85, garante-se o cumprimento de toda uma legislação voltada a densificar caros princípios constitucionais.

44. A Procuradoria-Geral da União, no curso dos estudos que resultaram na orientação veiculada pelo E-mail Circular nº 35/2018, refletiu sobre as consequências malquistas da não destinação a um fundo público, das indenizações em dinheiro provenientes de ofensa a direitos difusos:

> "O que não é correto - sem qualquer sombra de dúvida - é o Promotor de Justiça ou Procurador da República atuar como se tivesse discricionariedade suficiente para decidir quem é o destinatário de recursos públicos, decorrentes da tutela de direitos difusos. Nem mesmo a autonomia constitucional lhes outorga tal faculdade.
>
> Ora, sob qual critério pode o parquet decidir qual associação ou ente privado, ou mesmo público, deve ser destinatário de uma determinada soma de dinheiro? Não seria necessária ao menos uma licitação, ou uma demonstração de idoneidade do destinatário dessa soma? Ademais, quem fiscalizaria e observaria a correta destinação do dinheiro, mormente para as finalidades de atenção aos direitos difusos supostamente violados e cuja correção se pretende via TAC?
>
> Conquanto tecnicamente não se trate de recursos orçamentários (ou mais restritamente do Tesouro), os recursos que se prestam à tutela de direitos difusos são **recursos públicos**, ao menos no sentido de que pertencem a todos os cidadãos. Ainda mais se decorrem da lesão de direitos difusos, cujos lesados são indetermináveis.
>
> Logo, não é correta a destinação destes recursos a uma entidade privada que não seja ao menos supervisionada ou fiscalizada por um ente público responsável por alguma espécie de auditoria ou tomada de contas.
>
> Não é por outra razão que existem Fundos criados por lei, geridos por órgãos públicos."
>
> (DESPACHO nº. 5425/2017/PGU/AGU - seq. 45 da NUP 00477.000415/2017-33).

45. O Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD, criado pela Lei nº 7.347/85, consiste em um fundo de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Justiça e gerido pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - CFDD. A sua finalidade encontra-se discriminada no art. 1º, §1º da Lei nº 9.008/95: a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

46. O direcionamento das indenizações provenientes dos compromissos de ajustamento de conduta ao fundo de que trata o art. 13 da Lei nº 7.347/85 proporciona uma série de benefícios, dentre as quais a escrituração dos valores nele depositados; a democratização do processo de escolha dos objetivos e entidades contemplados com os respectivos recursos; a maior instrumentalização dos repasses, por meio de convênios, termos de colaboração e termos de fomento, dentre outros; a incidência de regras acerca de tomada de contas em caso de malversação dos valores etc.

47. Tais benefícios são possíveis dado o regime jurídico incidente sobre a contabilidade pública. Cite-se, por exemplo, o disposto no art. 165, §5º, da Constituição, que exige registro orçamentário obrigatório de todas as receitas públicas, bem como o art. 167, II da Constituição, segundo o qual a realização de qualquer despesa ou assunção de obrigações só é admissível quando houver crédito orçamentário suficiente.

48. A Lei nº 4.320/64, por sua vez, exige que todas as receitas e despesas da administração pública, inclusive a dos fundos, devem ser registradas no orçamento (arts. 2º a 6º), reforçando a necessidade de controle contábil dos valores submetidos à sua gestão.

49. Registre-se que o art. 57 da Lei 4.320/64 classifica como receita orçamentária, " todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento", reforçando a incidência das normas financeiras supramencionadas aos valores recolhidos pela Administração Pública por força da celebração de compromisso de ajustamento de conduta:

> Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, tôdas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento.

50. Perceba-se a natureza republicana e democrática das normas supracitadas. Por meio delas confere-se publicidade e transparência à gestão dos recursos depositados no fundo, garantindo a legitimidade das decisões que cabem ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos[4]. Este colegiado será o responsável por estabelecer critérios objetivos e imparciais que norteiem a aplicação dos valores depositados no fundo, densificando princípios caros à Constituição, tais quais o da isonomia, publicidade e impessoalidade.

51. Esta centralização de responsabilidade sobre o conselho gestor do fundo facilita ainda um macroplanejamento da alocação de tais recursos, diminuindo a utilização dos mesmos sem critério, com base em decisões individuais de pessoas que não tenham um conhecimento sistêmico dos valores disponíveis ou das necessidades que precisem ser atendidas. Tudo isso predicado pela transparência e publicidade já citadas acima e que potencializam o controle público sobre a gestão de todo esse numerário.

52. À luz do raciocínio construído na seção antecedente, as indenizações decorrentes de compromisso de ajustamento de conduta devem ser direcionados ao fundo de que trata o art. 13 da Lei nº 7.347/85. Na medida em que o art. 3º da Lei nº 9.008/95 atribuiu ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos a competência de gerir os valores nele depositados, não parece admissível se inobservar tal regra, avocando competência definida por lei em favor de um determinado órgão público. Assim se procedendo, o prejuízo seria tanto de consistência alocativa e transparência na definição de prioridades, como também de legitimidade. A consequência seria uma maior fragmentação e inconsistência na utilização dos valores depositados no fundo, em prejuízo da própria responsabilidade e transparência na gestão dos mesmos.

53. A Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça, quando analisou o mesmo assunto aqui tratado, no bojo da NUP 00477.000415/2017-33 (PARECER nº 01063/2017/CONJUR-MJ/CGU/AGU - seq. 60), chegou à mesma conclusão, nos seguintes termos:

> Observa-se aqui a existência de um critério técnico para que as entidades públicas **e privadas sem fins lucrativos** possam receber verbas - nada impedindo que tal mecanismo possa ser aprimorado no futuro - qual seja, a apresentação de projetos e ações de direitos difusos, bem como sua efetiva implementação em prol desse interesse, mediante a fiscalização do órgão competente (Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos) com previsão de prestação de contas, não nos parecendo adequado, sob o ponto de vista legal, que os recursos públicos decorrentes da tutela de direitos difusos sejam alocados em desconformidade com a supracitada legislação de regência, pelo menos até que outra lhe sobrevenha (grifos no original).

54. Por fim, pontue-se que a questão atinente à utilização de recursos extraorçamentários, especialmente aqueles recuperados no curso de processo criminal contra o crime organizado e corrupção, foi objeto de manifestação por parte do Advogado-Geral da União. Na **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 568**, proposta pela Procuradoria-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal, questionou-se a legalidade de "Acordo de Assunção de Compromissos" firmado por Procuradores da República em Curitiba e a Petrobras, a fim de que aquela sociedade de economia mista cumprisse obrigação pecuniária acordada perante o Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América. Dentre as cláusulas questionadas, encontrava-se uma que determinava ao Ministério Público Federal a obrigação de buscar meios para constituir uma fundação privada, com sede em Curitiba, a fim de administrar um fundo patrimonial, composto de cinquenta por cento dos recursos disponibilizados.

55. Diante de tal cenário, o Advogado-Geral da União apresentou manifestação em juízo, afirmando a impossibilidade de definição discricionária dos recursos internalizados, reafirmando a necessidade de respeito às regras de direito financeiro e de reversão dos aludidos recursos ao Tesouro Nacional. Ao final, apresentando uma situação hipotética destinada a confirmar o seu raciocínio, propõe a seguinte assertiva que se amolda perfeitamente ao caso dos presentes autos:

> Ainda que se considerasse, por mera hipótese, que o acordo realizado entre a Petrobras e o Ministério Público Federal tivesse natureza de termo de Ajustamento de Conduta, o destino das verbas recebidas também deveria ser extraído da legislação, sendo, no caso, por analogia, o Fundo de Direitos Difusos previsto no art. 13 da Lei nº 7.347/1985 (seq. 158, p. 34 da NUP 00692.000955/2019-34).

56. O Ministro Relator Alexandre de Moraes, em decisão monocrática, julgou procedente a ADPF, valendo-se de outros argumentos: a extrapolação das competências estabelecidas constitucionalmente ao Ministério Público e o desvirtuamento da finalidade estabelecida àqueles recursos, perante as autoridades norte-americanas. Contudo, quando da discussão acerca da correta destinação a ser dada àqueles valores, aquela autoridade judiciária aderiu às orientações sustentadas pelo Advogado-Geral da União, determinando o seu direcionamento à conta única do Tesouro Nacional. A União, em contrapartida, assumiu o compromisso de destinar tais recursos a fonte de recursos específica, "sendo sua aplicação passível de acompanhamento pelos órgãos de controle" (seq. 351 da NUP 00692.000955/2019-34).

57. O Superior Tribunal de Justiça também já se manifestou a respeito da necessidade de direcionamento ao fundo de que trata o art. 13 da Lei nº 7.347/85, das indenizações por danos a direitos difusos previstos em compromisso de ajustamento de conduta, *verbis*:

> 7. A reparação de danos, mediante indenização de caráter compensatório, deve se realizar com a entrega de dinheiro, o qual reverterá para o fundo a que alude o art. 13 da Lei nº 7345/85.
>
> 8. Destarte, não é permitido em Ação Civil Pública a condenação, a título de indenização, à entrega de bem móvel para uso de órgão da Administração Pública.
>
> 9. Sob esse ângulo, sobressai nulo o Termo de Ajustamento de Conduta in foco, por força da inclusão de obrigação de dar equipamento de informática à Agência de Florestal de Lajeado.
>
> 10. Nesse sentido direciona a notável doutrina:?(...)como o compromisso de ajustamento às ?exigências legais? substitui a fase de conhecimento da ação civil pública, contemplando o que nela poderia ser deduzido, são três as espécies de obrigações que, pela ordem, nele podem figurar: (i) de não fazer, que se traduz na cessação imediata de toda e qualquer ação ou atividade, atual ou iminente, capaz de comprometer a qualidade ambiental; (ii) de fazer, que diz com a recuperação do ambiente lesado; e (iii) de dar, que consiste na fixação de indenização correspondente ao valor econômico dos danos ambientais irreparáveis (Edis Milaré, Direito Ambiental, p. 823, 2004).(REsp 802.060/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2009, DJe 22/02/2010)

58. Por último, cite-se a recente **Resolução nº 587/2019, do Conselho de Justiça Federal**, que deu contornos finais à matéria. Ao tempo em que o seu art. 2º, §2º determina que "valores destinados à reparação de direitos difusos serão destinados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) criado pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985", o seu art. 3º proíbe a utilização de tal montante em finalidade diversa àquela discriminada pelo dispositivo antecedente:

> Art. 2º Os valores depositados em conta judicial, vinculados a procedimento penal, em decorrência de apreensão, alienação judicial, depósito, acordo de colaboração premiada, ou outra forma de arrecadação, os quais, por decisão judicial, sejam destinados à reparação de danos a pessoas jurídicas de direito público, ou tenham perdimento ou confisco decretado, serão convertidos em renda, mediante transferência ao caixa único do tesouro respectivo.
>
> § 1º Os valores cujo perdimento foram decretados em favor da União, em decorrência de crimes tipificados na Lei nº 11.343/06, serão revertidos diretamente ao Fundo Nacional Antidrogas.
>
> § 2º Os valores destinados à reparação de direitos difusos serão destinados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) criado pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.
>
> § 3º Os valores destinados à reparação de danos a pessoas naturais e jurídicas de direito privado serão levantados mediante alvará judicial, transferência bancária, ou qualquer outra forma que assegure o proveito ao destinatário.
>
> Art. 3º É vedado ao magistrado:
>
> I - condicionar a conversão de renda à vinculação da receita a órgão, fundo ou despesa, ainda que a órgãos encarregados da persecução penal, ou a programas diretamente prejudicados pelo delito;
>
> II - determinar a utilização dos valores para o pagamento de credores da Administração pública;
>
> III - destinar valores a entidades públicas ou privadas com destinação social, salvo se imputados como prestação pecuniária, na forma do art. 45 do Código Penal, hipótese na qual será observada a Resolução CJF nº 295/2014;
>
> IV - determinar ou autorizar o abatimento de valores destinados à reparação do dano, a título de despesa ou de contribuição a órgão de persecução penal, salvo para satisfazer despesas com depósito ou conservação de bens;
>
> V - determinar ou autorizar a destinação de verbas de pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública a entidade associativa ou fundacional.

59. Em suma, não parece haver dúvidas que as indenizações decorrentes de danos a direitos difusos e coletivos em sentido estrito, previstos em compromissos de ajustamento de conduta, devem ser direcionados ao fundo de que trata o art. 13 da Lei nº 7.347/85, ressalvando-se as hipóteses em que a legislação especial lhes prescreve destinação específica.

60. Pode ser que o compromisso de ajustamento de conduta envolva mais de um tipo de direito transindividual. Segundo a dicção do art. 7º do Decreto nº 1.306/1994, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos será destinatário das indenizações decorrentes de danos a direitos difusos e a direitos coletivos em sentido estrito[5]. Fica excluída, portanto, a utilização daquela unidade contábil para fins de abrigar as indenizações decorrentes de ofensa a direitos individuais homogêneos (art. 81, parágrafo único, III da Lei nº 8.078/90), hipótese em que "o dinheiro será destinado diretamente a ser repartido entre os próprios lesados[6]".

61. Em caso de ofensa a direito difuso ou coletivo em sentido estrito, será possível, hipoteticamente, que a recomposição do bem jurídico atingido dê-se de forma direta ou indireta. Na primeira hipótese, o responsável pelo dano assume o compromisso de ele próprio ou mediante terceiro escolhido por si tomar as medidas materiais concretas necessárias à reconstituição do direito ofendido, não havendo dúvidas que o raciocínio aqui construído, voltado aos casos de indenização, não se aplica a tal situação.

62. Pode ser, contudo, que o compromissário não assuma o múnus de adotar aquelas medidas materiais, substituindo tal conduta do devedor pelo pagamento de uma indenização voltada ao mesmo fim. Nesta segunda hipótese, se o Estado assumir o encargo de adotar as medidas materiais necessárias à reconstrução do direito difuso ou coletivo lesado, mediante a utilização daqueles valores pagos pelo compromissário, de modo a guardar coerência com os argumentos aqui alinhavados, tal sucedâneo pecuniário deverá ser direcionado ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, por meio do qual o Poder Público os aplicará em consonância com a destinação que lhe foi atribuída no bojo do compromisso de ajustamento de conduta. Neste particular, rememore-se o disposto na parte final do art. 13 da Lei nº 7.347/1985 e no art. 7º do Decreto nº 1.306/1994, segundo o qual os recursos arrecadados pelo fundo terão suas aplicações "relacionadas com a natureza da infração ou de dano causado".

63. Em síntese, as obrigações inseridas no âmbito de um termo de ajustamento de conduta poderão visar reparar, compensar ou indenizar os danos causados ao bem difuso ou coletivo tutelado juridicamente. Na hipótese em que se estiver diante de uma obrigação de indenizar, tal como o dano moral coletivo, os valores a ela referentes deverão, necessariamente, ser revertidos para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Isso, entretanto, não impede que o compromissário assuma o ônus de arcar direta ou indiretamente com os custos necessários à reparação ou compensação dos bens jurídicos lesados, não havendo que se confundir tal hipótese, necessariamente, com o pagamento de uma indenização. A análise da natureza jurídica da obrigação assumida pelo compromissário deverá ser realizada em cada caso concreto.

- IV -

64. Outro ponto que precisa ser investigado diz respeito à possibilidade ou não de encaminhamento dos recursos decorrentes de compromisso de ajustamento de conduta ao Fundo de Amparo do Trabalhador, instituído pela Lei nº 7.998/90.

65. O aludido fundo tem por objetivo o custeio do Programa de Seguro-Desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico (art. 10 da Lei nº 7.998/90). Conforme se percebe, aquela unidade contábil não foi, na origem, criada com a finalidade de viabilizar a aplicação das indenizações decorrentes de danos a direitos difusos.

66. Apesar dessa dissonância teleológica, a Procuradoria-Geral da União, com arrimo em manifestações do seu Departamento de Direitos Trabalhistas e do seu Departamento Eleitoral e de Estudos Jurídicos, emitiu o E-mail Circular nº 35/2018, concluindo pela possibilidade de encaminhamento das indenizações por danos a direito difuso ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, quando o compromisso de ajustamento de conduta disser respeito a matéria trabalhista. Utilizou-se um argumento pragmático: há extensa jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho autorizando essa forma de proceder.

67. Sob o aspecto do rigor jurídico, entende-se que esse não é o melhor entendimento a respeito da matéria.

68. Quando se afirma que os valores aqui tratados devem ser encaminhados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, tal assertiva parte de um fundamento legal bem definido, qual seja, o art. 13 da Lei nº 7.347/85. Este dispositivo determina que, havendo condenação em dinheiro, a respectiva indenização deverá ser revertida em favor de um fundo, cujo conselho gestor terá a participação, necessariamente, do "Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados".

69. Um fundo, por definição, consiste na "individualização de recursos e na sua vinculação ou alocação a uma área específica[7]". A finalidade específica que aqui interessa, como mencionado, encontra-se definida em lei: reconstituição dos direitos difusos lesados. A parte final do art. 10 da Lei nº 7.998/90, contudo, prescreve finalidades diversas daquelas prescritas no art. 13 da Lei nº 7.347/85. O Fundo de Amparo ao Trabalhador volta-se a custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial, ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao "financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico". Perceba-se que o seguro desemprego, o abono salarial e o financiamento do desenvolvimento econômico são políticas públicas não necessariamente associadas a dano a um direito difuso.

70. Compulsando-se o art. 239, §1º da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, vê-se, ainda, a determinação de que ao menos vinte e oito por cento das contribuições para o Programa de Integração Social e para o

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (que consistem na maior parte dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - art. 11, I da Lei nº 7.998/90), sejam destinados "financiamento de programas de desenvolvimento econômico". Tal montante, de igual forma, não mantém relação direta com direitos trabalhistas, escapando do alcance do art. 13 da Lei nº 7.347/85.

71. Acrescente-se, por fim, que o art. 13 da Lei 7.347/85 exige a participação do Ministério Público no conselho gestor do fundo, algo que não é replicado no âmbito do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (art. 18 da Lei nº 7.998/90).

72. Em suma, parece haver óbices legais à pretensão de se encaminhar os valores provenientes de compromisso de ajustamento de conduta ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, mesmo quando o dano difuso disser respeito a matéria trabalhista.

73. Acrescente-se, ainda, que, com arrimo na informação constante da Nota Técnica nº 10/2019/CGPDD/GAB-SENACON/SENACON/MJ (seq. 35), da Coordenação-Geral de Políticas de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, é possível o enquadramento das verbas decorrentes de termos de ajustamento de conduta em processos trabalhistas, ao eixo temático V, na linha temática "g", estabelecido pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, que "prevê a prevenção e ressarcimento de danos coletivos e difusos relacionados ao direito do trabalho". A destinação de tal montante ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, portanto, além de parecer juridicamente inadequada, encontra uma alternativa possível e apropriada.

74. A par das considerações supra, reconhece-se a existência de farta jurisprudência no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de ser possível se proceder à aludida destinação de recursos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. Cite-se, por exemplo, os seguintes julgados:

> "RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. ATO PATRONAL LESIVO À LEI TRABALHISTA. INDENIZAÇÃO REVERSÍVEL AO FAT. O Tribunal Regional consignou que foi provada a irregularidade cometida pelos Réus em detrimento da lei trabalhista (contratação de trabalhadores por meio de intermediação a cargo de cooperativa, com fraude dos direitos trabalhistas). Todavia, a Corte de origem decidiu dar parcial provimento ao recurso ordinário interposto pelas Rés e excluir da condenação o pagamento de indenização por dano moral, que havia sido deferida, na sentença, em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sob o fundamento de que terceiro não integrante da lide não deve ser beneficiado com indenização por dano moral sofrido por outrem. **Não obstante o entendimento adotado na origem, entende-se possível, em ação civil pública, a condenação ao pagamento de indenização reversível em favor do FAT, na hipótese em que o empregador demandado sonega direitos trabalhistas e causa danos à coletividade, conforme interpretação dos arts. 10 da Lei nº 7.998/1990 e 13 da Lei nº 7.347/1985. Ao contrário do consignado no acórdão recorrido, o fato de a indenização ter sido vindicada pelo Ministério Público em favor de terceiro (FAT) não constitui óbice ao deferimento da indenização reversível, uma vez que o art. 13 da Lei nº 7.347/1985 não exige que o fundo público beneficiado participe da lide.** Precedentes desta Corte Superior. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento" (RR-60700-20.2003.5.05.0018, 4ª Turma, Relator Ministro Fernando Eizo Ono, DEJT 20/04/2012 - destacou-se).

> "AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RÉ - PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Não basta à parte a alegação genérica de que o Eg. TRT deixou de analisar questão imprescindível ou não restou suficientemente fundamentada. Compete-lhe, para que se conheça da nulidade por negativa de prestação jurisdicional, indicar expressamente as teses ou os argumentos sobre os quais a Corte de origem foi omissa. Julgados. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM - AÇÃO CIVIL PÚBLICA DIREITOS DIFUSOS - PROTEÇÃO DO DIREITO DE ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO 1. O Ministério Público do Trabalho detém legitimidade para o ajuizamento de Ação Civil Pública visando à proteção de interesses difusos e coletivos, tal como preconizado no artigo 129, III, da Constituição da República, e que também contempla a defesa de interesses individuais homogêneos, considerados espécies de interesses coletivos em sentido amplo. 2. A Ação Civil Pública foi proposta com o objetivo de proteger o direito difuso dos empregados de ajuizarem demandas contra a Empregadora sem sofrerem sanções ou coações. Discute-se, assim, a prática de ato atentatório contra o direito de amplo acesso ao Poder Judiciário, instituído como direito fundamental pelo art. 5º, XXXV, da Constituição da República. DISPENSA DE EMPREGADOS QUE AJUIZARAM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO - ATO DISCRIMINATÓRIO - ÔNUS DA PROVA 1. O acórdão regional considerou que tanto os depoimentos das testemunhas do Autor quanto as provas documentais produzidas revelam que um quantitativo elevado de ex-empregados da Ré que possuíam ação trabalhista foram demitidos por justa causa. Registrou que "não se pode desconsiderar o fato de que num único dia, mais de 20 trabalhadores que possuíam ação trabalhista contra a empresa tenham sido considerados desidiosos e indisciplinados". 2. Como se verifica, o Eg. Tribunal Regional do Trabalho dirimiu a questão a partir das provas produzidas nos autos, e não à luz do ônus da prova. Incólumes, portanto, os arts. 818 da CLT e 333, I, do CPC. ASTREINTES - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS CUMULAÇÃO - VALIDADE - DESTINAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (FAT) 1. Nos termos do art. 3º da Lei nº 7.347/85, a Ação Civil Pública pode ter por objeto "a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer ". Em que pese o texto da norma legal utilize a conjunção "ou", é certo que a expressão deve ser interpretada em sentido aditivo. Julgados do Eg. Superior Tribunal de Justiça. 2. Assim, é lícita, no procedimento de Ação Civil Pública, a cumulação da condenação à reparação de dano moral coletivo com obrigação de fazer ou não fazer mediante imposição de multa diária (astreintes). **3. Quanto à destinação do quantum indenizatório, a jurisprudência desta Eg. Corte, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 7.347/85, estabeleceu-se no sentido de que as indenizações a título de dano moral coletivo podem ser revertidas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Agravo de Instrumento a que se nega provimento"** (AIRR129800-58.2006.5.02.0077, 8ª Turma, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 06/10/2017 - destacou-se).

75. Esta mesma conclusão pode ser percebida ainda em: ARR-113600-61.2009.5.04.0029, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 04/12/2015; AIRR-88100-02.2009.5.01.0053, 2ª Turma, Relator Desembargador Convocado Cláudio Armando Couce de Menezes, DEJT 25/09/2015; e AIRR-153540-72.2003.5.13.0003, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 17/12/2010.

76. A esses julgados, acresça-se aqueles outros tantos invocados pela Procuradoria-Geral da União em sua NOTA nº 02037/2019/PGU/AGU (seq. 56), em sua NOTA nº 02939/2019/PGU/AGU (seq. 58), em sua NOTA nº 03474/2017/PGU/AGU (seq. 76 da NUP 00477.000415/2017-33) e em seu PARECER nº 00002/2018/PGU/AGU (seq. 89 da NUP 00477.000415/2017-33).

77. Apesar da ressalva pessoal deste signatário, há de se reconhecer que o Tribunal Superior do Trabalho apreciou os argumentos aqui defendidos, entendendo, ainda, assim, pela possibilidade de direcionamento dos recursos provenientes de indenizações por danos a direitos difusos, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador:

> AGRAVOS DE INSTRUMENTO EM RECURSOS DE REVISTA DOS RECLAMADOS, TRANSCOOPER E MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. MATÉRIAS COMUNS REMANESCENTES. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. REVERSÃO AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR. POSSIBILIDADE. A Lei nº 7.347/1985, que disciplina a ação civil pública, preconiza em seu artigo 13 que, "havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados". Por sua vez, a Lei nº 7.998/90, no seu artigo 18, prevê como gestor do FAT o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, representado por trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais, cujos membros serão indicados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. **Embora o Ministério Público não integre o conselho gestor do Fat, a indenização deferida nesta demanda pode ser destinada a esse Fundo, nos termos estabelecidos na lei que o rege.** Com efeito, o artigo 11 da referida lei determina que constituirão os recursos do Fat: "I - o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao Pasep; II - o produto dos encargos devidos pelos contribuintes, em decorrência da inobservância de suas obrigações; III - a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos; IV - o produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4º do art. 239 da Constituição Federal. V - outros recursos que lhe sejam destinados". No caso destes autos, consoante se extrai da decisão regional, a ilicitude praticada pelas cooperativas implicou o não recolhimento de encargos trabalhistas e fiscais a que estavam obrigadas, o que demonstra que o montante deferido nesta ação se enquadra entre os recursos que compõem o FAT. Intacto, portanto, o artigo 13 da Lei nº 7.347/1985. Agravos de instrumento desprovidos" (AIRR-102200-22.2006.5.02.0058, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 14/12/2018 - destacou-se).

78. É lugar comum afirmar-se que o direito vigente é produto da atividade hermenêutica, sendo que as decisões proferidas pelo Poder Judiciário se predicam pela potencialidade de irradiar efeitos da coisa julgada, consistindo na última palavra a ser dada acerca do litígio. Não significa que a Advocacia-Geral da União não deva empenhar esforços para alterar determinado entendimento judicial que lhe pareça inadequado. Contudo, há de se reconhecer que o tema aqui tratado encontra-se bastante sedimentado no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, vislumbrando-se poucas chances de alteração. Partindo dessa premissa, embora não pareça que as melhores razões estejam com aquela Corte, há de se reconhecer que os argumentos aqui utilizados foram apreciados e rejeitados mesma de forma reiterada.

79. Este cenário recomenda admitir a licitude do direcionamento das indenizações estabelecidas em compromisso de ajustamento de conduta e decorrentes de dano a direito trabalhista difuso, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

- V -

80. Por fim, resta investigar a destinação dos valores das multas eventualmente pagas por força de descumprimento dos compromissos de ajustamento de conduta.

81. As multas aqui tratadas são a denominação dada, comumente, ao instituto da cláusula penal. Estas cumprem uma dupla função: de caráter ressarcitório, representando uma prévia liquidação dos danos decorrentes de um eventual inadimplemento; e coercitiva, na medida em que constrange o devedor ao adimplemento daquilo que foi pactuado.

82. Em uma hipótese ou outra (de cláusula penal moratória ou compensatória), ela sempre consistirá em um pacto acessório ao ajuste principal[8]:

A obrigação principal tem como objeto uma prestação de dar, fazer ou não fazer. Porém, visando à redução do risco do descumprimento total ou parcial da obrigação, poderão as partes estipular cláusulas acessórias, mediante as quais o devedor oferecerá garantias suplementares à satisfação do débito.

83. A cláusula penal ou multa, por conseguinte, é um instrumento à disposição do credor, que só existe em razão do ajuste principal. O art. 410 do Código Civil afirma que a cláusula penal é uma "alternativa a benefício do credor". Transportando essas considerações teóricas ao contexto aqui estudado, verifica-se que a multa prevista em compromisso de ajustamento de conduta labuta em favor da coletividade, pois se dirige a dar eficácia ao que foi pactuado. Trata-se de garantia outorgada aos titulares do direito transindividual tutelado de que a recomposição do dano pactuada será cumprida. Dado esse caráter de acessoriedade, os valores decorrentes da sua eventual incidência devem ser direcionados ao mesmo destino das indenizações que lhe deram causa.

84. O posicionamento aqui defendido é compartilhado pela doutrina, valendo citar o escólio de Hugo Nigro Mazzilli[9], para quem

> O produto apurado com a cobrança das multas cominatórias, impostas com base no sistema da LACP e referentes a interesses transindividuais indivisíveis, integrará o fundo de reparação de interesses difusos lesados.

85. Mais a seguir, o aludido autor complementa[10]:

> Embora o fundo do art. 13 da Lei nº 7.347/85 tenha surgido para recolher o valor das condenações em dinheiro proferidas nas ações civis públicas de que cuida essa lei, foi natural que depois acabasse também recebendo o valor das multas cominatórias, impostas com base no sistema da LACP, desde que tivessem sido estabelecidas em decorrência de lesão a interesses transindividuais indivisíveis.
>
> É claro que, se uma multa cominatória for imposta em ação civil pública ou coletiva, ou em compromisso de ajustamento de conduta, mas disser respeito a lesão a interesses divisíveis, a multa deverá acrescer às indenizações individuais. Somente no caso de a multa originar-se de lesão a interesses indivisíveis, é que se justificará seja destinada ao fundo de que cuida o art. 13 da LACP.

86. Cite-se, ainda, Ana Luiza Nery[11]:

> Os recursos eventualmente recolhidos a partir do pagamento das sanções previstas no compromisso de ajustamento são destinados a fundos que têm como objetivo a reparação dos danos ocasionados ao bem de natureza transindividual.
>
> Nos termos do artigo 13 da LACP, a destinação da multa deve estar relacionada com o objeto do TAC, e, portanto, discutida em cada caso em concreto. Isso porque a função dos recursos obtidos a partir de condenações pela inexecução do TAC tem a finalidade de reconstituir o bem de natureza transindividual ameaçado ou lesado, cuja reparação se faz por meio do TAC.

87. O Superior Tribunal de Justiça possui precedente no mesmo sentido:

> ADMINISTRATIVO E DIREITO ECONÔMICO. RECURSO ESPECIAL. CONCORRÊNCIA DESLEAL. EXECUÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AJUIZADA POR SINDICATO. ILEGITIMIDADE ATIVA. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 5º, 6º E 13 DA LEI Nº 7.347/85.
>
> 1. A controvérsia cinge-se em saber se os Sindicatos são legitimados a ajuizar ação de execução referente a Termo de Ajustamento de Conduta, tomado pelo Ministério Público, alegadamente não cumprido.
>
> 2. Se apenas os legitimados ao ajuizamento da ação civil pública que detenham condição de órgão público podem tomar das partes termos de ajustamento de conduta (arts. 5º e 6º da Lei nº 7.347/85), não há como se chegar a outra conclusão que não a que somente esses órgãos poderão executar o referido termo, em caso de descumprimento do nele avençado.
>
> 3. Assim, não há como admitir a legitimidade do Sindicato em requerer a execução de compromisso de ajustamento de conduta, ainda que signatário, tendo em vista que não possui competência para firmá-lo.
>
> 4. **Soma-se a isso o fato de que a multa obtida com o descumprimento do compromisso, por expressa previsão legal (art. 13 da Lei nº 7.347/85), há de ser revertida a um fundo de reparação dos danos aos interesses difusos e coletivos atingidos, não podendo servir ao interesse particular do Sindicato ou daqueles estabelecimentos que representa.**
>
> 5. No caso dos autos, considerando que o compromisso foi tomado pelo Ministério Público, compete a este a devida fiscalização pelo cumprimento das obrigações assumidas no termo, assim como a respectiva execução em caso de descumprimento.6. Recurso especial não provido. (REsp 1020009/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/03/2012, DJe 09/03/2012 - destacou-se)

88. O entendimento aqui sustentado tem sido utilizado pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos que, por meio da Resolução nº 30/2013 (seq. 67 da NUP 00477.000415/201733), estabeleceu códigos de recolhimento para "**multas**/condenações judiciais".

89. Em suma, se os compromissos de ajustamento de conduta buscam tutelar direitos difusos ou coletivos em sentido estrito, o mesmo se pode dizer das multas eventualmente estabelecidas para fins de seu eventual descumprimento. Na medida em que os valores convencionados naquele compromisso devem ser direcionados ao fundo de que trata o art. 5º, §6º da Lei nº 7.347/85, a mesma destinação deve ser dada às multas a ele relacionadas. Quando a multa originar-se de lesão a direitos divisíveis (direitos individuais homogêneos), o respectivo valor deverá acrescer às indenizações individuais[12].

90. Por fim, apesar de não ser objeto do presente estudo (que se circunscreve aos compromissos de ajustamento de conduta), pode-se afirmar que as mesmas razões se aplicam ao instituto das astreintes, multa cominatória aplicada judicialmente como

forma de persuadir o devedor a adimplir a tutela específica (art. 537, §4º. do CPC e art. 11 da Lei nº 7.347/85). Não poderia ser diferente, dado que o art. 1º, §2º, I da Lei nº 9.008/95 prescreve serem as condenações judiciais de que trata o art. 11 da Lei nº 7.347/85, recursos do Fundo de defesa de Direitos Difusos, ao tempo em que o art. 11 da Lei nº 7.347/85 trata, justamente, das astreintes aplicadas pelo magistrado.

91. Reitere-se, ainda, que a multa aqui tratada consiste na cláusula penal constante do termo de ajustamento de conduta. Escapa à incidência deste estudo a destinação das multas eventualmente aplicadas pelo Poder Público como expressão do poder de polícia por ele titularizado.

- VI -

92. Diante de tudo quanto exposto, conclui-se:

A) os valores destinados à indenização de direitos difusos ou coletivos em sentido estrito serão depositados junto ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) criado pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, ressalvando-se as hipóteses em que a legislação especial lhes prescreve destinação específica;

B) a jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho reconhece a possibilidade daqueles mesmos valores serem destinados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, quando se tratar de dano a direito trabalhista;

C) as multas, eventualmente pagas por força de descumprimento dos compromissos de ajustamento de conduta que tratem de direitos difusos ou coletivos em sentido estrito, também deverão ser direcionadas ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos ou ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

À consideração superior.

Brasília, 16 de dezembro de 2019.

DANIEL SILVA PASSOS
Advogado da União

Notas

1. FONSECA, Bruno Gomes Borges. Compromisso de Ajustamento de Conduta. São Paulo: LTr, 2013, p. 149.
2. ANDRADE, Adriano; MASSON, Cleber; ANDRADE, Landolfo. Interesses Difusos e Coletivos, 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017, p. 277.
3. MAZZILLI, Hugo Nigro. A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo, 24ª edição. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 431.
4. Art. 3º Compete ao CFDD: I - zelar pela aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nas Leis nºs 7.347, de 1985, 7.853, de 1989, 7.913, de 1989, 8.078, de 1990, e 8.884, de 1994, no âmbito do disposto no § 1º do art. 1º desta Lei; II - aprovar e firmar convênios e contratos objetivando atender ao disposto no inciso I deste artigo; III - examinar e aprovar projetos de reconstituição de bens lesados, inclusive os de caráter científico e de pesquisa; IV - promover, por meio de órgãos da administração pública e de entidades civis interessadas, eventos educativos ou científicos; V - fazer editar, inclusive em colaboração com órgãos oficiais, material informativo sobre as matérias mencionadas no § 1º do art. 1º desta Lei; VI promover atividades e eventos que contribuam para a difusão da cultura, da proteção ao meio ambiente, do consumidor, da livre concorrência, do patrimônio histórico, artístico, estético, turístico, paisagístico e de outros interesses difusos e coletivos; VII - examinar e aprovar os projetos de modernização administrativa a que se refere o § 3º do art. 1º desta Lei.
5. Esta delimitação objetiva tem por causa a indivisibilidade dos direitos difusos e coletivos em sentido estrito. Neste sentido: MAZZILLI, ob. cit., p. 559 e DIDIER JR., Fredie e ZANETI JR., Hermes. Curso de Direito Processual Civil: Processo Coletivo, volume 4, 11ª edição. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 471.
6. MAZZILLI, ob. cit., p. 559.
7. LEITE. Harrison. Manual de Direito Financeiro, 4ª edição. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 205.
8. FARIAS, Cristiano Chaves de e ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Direito das Obrigações, Volume 2, 7ª edição. Salvador. JusPodivm, 2013, p. 659.
9. MAZZILLI, ob. cit., p. 552.
10. MAZZILLI, ob. cit., pp. 561/562.
11. NERY, Ana Luiza. Teoria Geral do Termo de Ajustamento de Conduta, 3ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, pp. 171/172.
12. Cf. MAZZILLI, ob. cit, p. 562.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Processo nº 00407.007554/2011-26. Parecer nº BBL - 05, de 16 de fevereiro de 2022, do Advogado-Geral da União, que adotou, nos termos estabelecidos no Despacho do Consultor-Geral da União nº 00020/2022/GAB/CGU/AGU e do Despacho nº 00003/2022/DECOR/CGU/AGU, o Parecer nº 00076/2021/DECOR/CGU/AGU da Consultoria-Geral da União. Aprovo. Publique-se para os fins do disposto no art. 40, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. Em 22 de fevereiro de 2022.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 00407.007554/2011-26.
INTERESSADO: CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.
ASSUNTO: SUBSCRIÇÃO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA POR MEMBROS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO.

PARECER Nº BBL - 05

ADOTO, para os fins do art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, nos termos do Despacho do Consultor-Geral da União nº 00020/2022/GAB/CGU/AGU, de 26 de janeiro de 2022 e do Despacho nº 00003/2022/DECOR/CGU/AGU, de 05 de janeiro de 2022, o Parecer nº 00076/2021/DECOR/CGU/AGU, de 18 de dezembro de 2021, e submeto-o ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, para os efeitos do art. 40, § 1º, da referida Lei Complementar, tendo em vista a relevância da matéria versada.

Em 16 de fevereiro de 2022.

BRUNO BIANCO LEAL
Advogado-Geral da União

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
GABINETE
SAS, QUADRA 03, LOTE 5/6, 12 ANDAR-AGU SEDE I FONE (61) 2026-8557
BRASÍLIA/DF 70.070-030

DESPACHO n. 00020/2022/GAB/CGU/AGU

NUP: 00407.007554/2011-26
INTERESSADOS: Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública
ASSUNTOS: Subscrição de termos de ajustamento de conduta por membros da Advocacia-Geral da União

Exmo. Senhor Advogado-Geral da União,

1. Aprovo, nos termos do Despacho nº 3/2022/DECOR/CGU/AGU, o Parecer nº 76/2021/DECOR/CGU/AGU.

2. Nestes termos, submeto as manifestações desta Consultoria-Geral da União a vossa análise para que, em sendo acolhidas, sejam encaminhadas à elevada apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República para os fins dos art. 40, § 1º, e art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Brasília, 26 de janeiro de 2022.

(assinado eletronicamente)
ARTHUR CERQUEIRA VALÉRIO
Advogado da União
Consultor-Geral da União

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

DESPACHO n. 00003/2022/DECOR/CGU/AGU

NUP: 00407.007554/2011-26
INTERESSADOS: Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública
ASSUNTOS: Subscrição de termos de ajustamento de conduta por membros da Advocacia-Geral da União

Exmo. Senhor Consultor-Geral da União

1. Aprovo, em todos os seus termos, e por seus próprios e robustos fundamentos, o Parecer nº 76/2021/DECOR/CGU/AGU.

2. Em reforço, cumpre consignar que, como é cediço, nos termos do art. 131 da Constituição Federal, compete à Advocacia-Geral da União, além da consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo, a representação judicial e extrajudicial da União. Especificamente a respeito da representação judicial e extrajudicial da Administração, observa-se que assim dispõem a Lei Complementar nº 73, de 1993, a Lei nº 10.480, de 2002, e a Lei nº 9.650, de 1998, em sua literalidade:

Lei Complementar nº 73, de 1993

Art. 1º - A Advocacia-Geral da União é a instituição que representa a União judicial e extrajudicialmente.

Parágrafo único. À Advocacia-Geral da União cabem as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo, nos termos desta Lei Complementar.

.....

Art. 4º - São atribuições do Advogado-Geral da União:

.....

VI - desistir, transigir, acordar e firmar compromisso nas ações de interesse da União, nos termos da legislação vigente;

.....

§ 1º - O Advogado-Geral da União pode representá-la junto a qualquer juízo ou Tribunal.

§ 2º - O Advogado-Geral da União pode avocar quaisquer matérias jurídicas de interesse desta, inclusive no que concerne a sua representação extrajudicial.

Lei nº 10.480, de 2002

Art. 10. À Procuradoria-Geral Federal compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Lei nº 9.650, de 1998

Art. 4º São atribuições dos titulares do cargo de Procurador do Banco Central do Brasil:

I - a representação judicial e extrajudicial do Banco Central do Brasil;

3. Não se olvide que a representação judicial e extrajudicial da Administração pela Advocacia-Geral da União também foi regulamentada pelo Anexo I do Decreto nº 10.608, de 2021, segundo o qual cumpre ao Advogado-Geral da União, à Consultoria-Geral da União, à Procuradoria-Geral da União e à Procuradoria-Geral Federal as seguintes atribuições:

Art. 11. À Consultoria-Geral da União compete:

.....

III - atuar na representação extrajudicial da União, nos termos do regimento interno;

.....

VII - atuar, no âmbito da sua competência, nas arbitragens, nos ajustes e em acordos que envolvam interesses extrajudiciais da União;

.....

Art. 16. Ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais compete:

.....

II - planejar, supervisionar, coordenar, orientar e atuar na representação extrajudicial da União junto ao Tribunal de Contas da União, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e, por determinação do Consultor-Geral da União, a outros órgãos ou entidades federais;

.....

Art. 18. À Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal compete:

.....

V - promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta nos casos submetidos a procedimento de mediação;

.....

Art. 22. À Procuradoria-Geral da União compete:

.....

VIII - examinar propostas de acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígios em sua área de atuação e de seus órgãos de execução.

.....

Art. 39. A Procuradoria-Geral Federal é órgão vinculado à Advocacia Geral da União, nos termos do disposto na Lei nº 10.480, de 2002, ao qual compete promover:

I - a representação judicial e extrajudicial das autarquias e das fundações públicas federais e as respectivas atividades de consultoria e de assessoramento jurídicos;

.....

Art. 40. São atribuições do Advogado-Geral da União, órgão mais elevado de assessoramento jurídico do Poder Executivo federal:

.....

XIV - autorizar a assinatura de termo de ajustamento de conduta pela administração pública federal;

.....

XXV - avocar quaisquer matérias jurídicas de interesse da União, inclusive no que concerne a sua representação extrajudicial.

.....

Art. 43. Ao Consultor-Geral da União incumbe:

.....

III - atuar na representação extrajudicial da União, inclusive junto ao Tribunal de Contas da União;

.....

4. Neste contexto jurídico, o exame a respeito da possibilidade ou da necessidade de subscrição dos termos de ajustamento de conduta pelos membros da Advocacia-Geral da União, e de seus órgãos vinculados, revela-se intrinsecamente relacionado às atribuições constitucionais, legais e regulamentares referentes à representação em foro judicial e extrajudicial da União, suas autarquias, agências e fundações públicas.

5. Desta maneira, consoante muito bem lançado no Parecer nº 76/2021/DECOR/CGU/AGU, ora acolhido em sua integralidade, o Parecer JT-04 (DOU 09/06/2009) merece leitura atualizada pela superveniência da Lei nº 12.249, de 2010, a

qual, ao acrescer o art. 4º-A, e seu parágrafo único, na Lei nº 9.469, de 1997, tratou especificamente da atuação da Advocacia-Geral da União nos termos de ajustamento de conduta para fins de prevenir ou terminar litígios, estabelecendo que o instrumento correspondente será ***"firmado"*** pela Advocacia-Geral da União, e que cabe ao Advogado-Geral da União "***a decisão final quanto à sua celebração***".

6. Em síntese, as missões constitucionais da Advocacia-Geral da União compreendem a representação jurídica da União em foro judicial e extrajudicial, e a promoção de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo, e, no que se refere especificamente aos termos de ajustamento de conduta para prevenir ou terminar litígios, cumpre à AGU, e seus órgãos vinculados, em todos os casos, avaliar previamente a juridicidade do instrumento e, se for o caso, autorizar sua celebração por ato do Advogado-Geral da União (parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997), observadas as delegações e subdelegações em vigor, sendo necessária, ainda, além da consultoria/assessoramento e da autorização, a subscrição ou assinatura dos instrumentos correspondentes (art. 4º-A, *caput*, da Lei nº 9.784, de 1997) pelos membros da AGU nas estritas hipóteses em que o termo é formalizado na esfera judicial ou extrajudicial, e na condição de representante jurídico da Administração, atuando em defesa dos interesses do órgão ou entidade.

7. Por conseguinte, nas hipóteses em que há atuação da Advocacia-Geral da União, mediante representação judicial ou extrajudicial (representação jurídica), cumpre aos seus membros, observados atos de delegação e subdelegação em vigor, subscrever os termos de ajustamento de conduta, em conjunto com a autoridade administrativa competente (representação administrativa, legal ou política), sendo evidente que esta assinatura do membro da AGU (ou órgão vinculado) se dá no estrito exercício do mister constitucional de representação (jurídica) da Administração, não assumindo o membro subscritor a condição de compromitente, de compromissário, nem tampouco a responsabilidade pelo adimplemento (ou pelo descumprimento) das obrigações pactuadas. Nestes casos, pois, a AGU, e seus órgãos vinculados, não integram o instrumento como partícipe autônomo, como compromissário ou como compromitente, atuando restritamente como representante judicial ou extrajudicial da Administração, subscrevendo o TAC em conjunto com a autoridade administrativa competente no âmbito da estrutura organizacional do órgão ou entidade que é parte no instrumento.

8. No âmbito estritamente administrativo, em que a Administração se faz representar (representação administrativa, legal ou política) diretamente pelos agentes públicos competentes do órgão ou entidade assessorada, a subscrição do termo de ajustamento de conduta pelos membros da Advocacia-Geral da União é medida despicienda. Ou seja, nas hipóteses em que o órgão jurídico atua apenas em sede de consultoria e assessoramento, para os fins de processamento ou autorização de sua celebração ("decisão final" do Advogado-Geral da União ou autoridade delegada), o termo de ajustamento de conduta pode ser firmado exclusivamente pelo representante administrativo, legal ou político do órgão ou entidade federal (compromissário ou compromitente).

9. Portanto, as regras constitucionais, legais e regulamentares que delimitam as competências da Advocacia-Geral da União, e de seus órgãos vinculados, notadamente a de representação judicial e extrajudicial da Administração, determinam e inspiram a melhor exegese a respeito da necessidade (ou não) de subscrição dos termos de ajustamento de conduta pelos membros AGU, e definem a condição ou *status* dessa atuação institucional, caso aplicável, que se predica exclusivamente à representação jurídica do órgão ou entidade perante o foro ou instância judicial ou extrajudicial em que é formalizado o termo de ajustamento de conduta.

10. A respeito da distinção entre a representação jurídica da Administração, no foro judicial e extrajudicial, pela Advocacia-Geral da União (art. 131 da CF/1988), e da representação administrativa, legal ou política dos órgãos e entidades diretamente pelas autoridades públicas competentes no âmbito da respectiva estrutura organizacional, o Parecer JT-04 traz elucidativa lição extraída de precedentes da Consultoria-Geral da União, a qual segue parcialmente reproduzida e em plena vigência:

> *7. Para os advogados públicos, o mandato para atuar extrajudicialmente em nome da pessoa jurídica de direito público lhes é outorgado pela lei, no caso, a própria Constituição. Não obstante, não há que se confundir a representação extrajudicial da União com a sua representação legal e política, as quais são exercidas, dentro de suas competências, pelo Presidente da República e Ministros de Estado, pelo Procurador-Geral da República, pelos Presidentes dos Tribunais da União e dos Conselhos de Justiça, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, ou por quem vier a recebê-las por delegação destes, nos termos da lei*
>
> 8. Destarte, não se compreende como atribuição exclusiva da AGU definida no artigo 131 da Carta de 1988 a representação legal e política da União, as quais competem aos chefes de Poder e seus auxiliares, representados, no âmbito do Poder Executivo, pelos Ministros de Estado (CF, artigo 76). Lembre-se, todavia, que o Advogado-Geral da União também é Ministro de Estado (Lei nº 10.683/2003, artigo 25, parágrafo único), ou seja, possui representação legal e política da União em relação às atividades de administração dos órgãos e serviços da própria AGU.
>
> 9. ***Assim, quando da assinatura de contratos, acordos, convênios e termos, ou quando da participação em assembleias por exemplo, em que as Casas do Legislativo, a Corte de Contas, os Tribunais, a Presidência da República, os Ministérios e seus órgãos representem, dentro de suas competências legais, a União, não se faz necessária a ação exclusiva da Advocacia-Geral da União, cuja atuação, nesses casos, em verdade, especificamente em relação ao Poder Executivo, precede à formalização desses atos, pois se direciona à prévia consultoria jurídica do administrador público a ser feita pelo respectivo órgão jurídico responsável****, o que se aplica também aos Poderes Legislativo e Judiciário, dotados de órgãos próprios para a realização desse fim. Como visto, esses atos somente precisam ser da competência da AGU, em caráter excepcional, quando digam respeito à administração da própria AGU ou dos serviços jurídicos da União em sentido amplo, ou quando lhe tenham sido delegados.*
>
> 10. ***Logo, via de regra, as funções reservadas com exclusividade à Advocacia-Geral da União pela Constituição quanto à representação extrajudicial da União se limitam, até por sua finalidade institucional, apenas às questões jurídicas relacionadas à administração pública federal****, não incluindo as atividades de administração ordinária afetas a cada Poder, Ministério ou órgão em sua área de atuação legal.12 (grifou-se)*
>
> .....
>
> 9. Parece certo, portanto, que a representação extrajudicial da União (tal como prevista nos arts. 131 da Constituição e 1º L.C. 73/93) não compreende a representação legal de órgãos ou entidades que se vejam envolvidos em processo administrativo para o que contam com seus próprios assessores técnicos ou o assessoramento jurídico das Consultorias Jurídicas dos Ministérios ou Núcleos de Assessoramento Jurídico para o Executivo, ou assessores jurídicos junto aos órgãos do Legislativo e Judiciário***. A representação extrajudicial da União, pela AGU, fica reservada para a defesa dos interesses dela ou de seus órgãos perante Tribunais (Tribunal de Contas, por exemplo) ou Conselhos de contencioso administrativo ou quando o interesse de parte é da União não do órgão.***

11. Em qualquer caso, no entanto, notadamente nas hipóteses em que não haja representação (jurídica) judicial ou extrajudicial da Administração pela Advocacia-Geral da União, o parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997, impõe que a celebração de termos de ajustamento de conduta seja necessariamente precedida de deliberação conclusiva ou, nos termos da literalidade da lei, de "*decisão final*" do Advogado-Geral da União, o que faz prevalecer a exegese no sentido de que os TACs devem ser necessariamente precedidos de exame jurídico que conclua pela sua legalidade, ou que apresente condicionantes ou recomendações, cujo cumprimento enseje a juridicidade do instrumento, o que compreenderá a autorização para sua celebração pelo Advogado-Geral da União, ou autoridade jurídica delegada ou subdelegada.

12. Estas premissas são corroboradas pelo art. 10 do Decreto nº 9.830, de 2019, que, além de determinar o prévio e obrigatório exame jurídico pela AGU na celebração de termos de ajustamento de conduta, também assinala, ainda que implicitamente, a partir de atenta leitura do seu § 5º, que há hipóteses em que a subscrição dos termos de ajustamento de conduta pela AGU não se faz necessária, o que se dá, na forma do Parecer nº 76/2021/DECOR/CGU/AGU, e deste Despacho, nas situações em que a Administração se faz representar na esfera exclusivamente administrativa pelas autoridades ocupantes de cargos que compõem sua própria estrutura organizacional. Não obstante, em qualquer caso, o regulamento é claro ao condicionar a celebração do termo de ajustamento de conduta à prévia avaliação jurídica e deliberação conclusiva do Advogado-Geral da União (§ 6º), observadas as delegações e subdelegações em vigor:

> Art. 10. Na hipótese de a autoridade entender conveniente para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situações contenciosas na aplicação do direito público, poderá celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável e as seguintes condições:
>
> **I - após oitiva do órgão jurídico;**
>
> .....
>
> § 4º O processo que subsidiar a decisão de celebrar o compromisso será instruído com:
>
> I - o parecer técnico conclusivo do órgão competente sobre a viabilidade técnica, operacional e, quando for o caso, sobre as obrigações orçamentário-financeiras a serem assumidas;
>
> II - o parecer conclusivo do órgão jurídico sobre a viabilidade jurídica do compromisso, que conterá a análise da minuta proposta;
>
> III - a minuta do compromisso, que conterá as alterações decorrentes das análises técnica e jurídica previstas nos incisos I e II; e
>
> .....
>
> § 5º Na hipótese de o compromisso depender de autorização do Advogado-Geral da União e de Ministro de Estado, nos termos do disposto no § 4º do art. 1º ou no art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ***ou ser firmado pela Advocacia-Geral da União***, o processo de que trata o § 3º será acompanhado de manifestação de interesse da autoridade máxima do órgão ou da entidade da administração pública na celebração do compromisso.
>
> § 6º **Na hipótese de que trata o § 5º, a decisão final quanto à celebração do compromisso será do Advogado-Geral da União**, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997.

13. Ou seja, e em resumo, nas hipóteses em que a Administração se faz juridicamente representada pela Advocacia-Geral da União (ou órgãos vinculados), em foro judicial ou extrajudicial, os membros da Instituição, nesta estrita condição e nos limites da Constituição, das leis e regulamentos, deverão subscrever o termo de ajustamento de conduta, não atuando como compromitentes ou compromissários, mas com o *status* de representante jurídico, judicial ou extrajudicial da Administração.

14. Esta premissa - competência constitucional de representação (jurídica), em juízo e extrajudicialmente, da Administração (Art. 131), determina em regra a desnecessidade de subscrição de termos de ajustamento de conduta por membros da Advocacia-Geral da União, ou de seus órgãos vinculados, nas hipóteses em que o instrumento se perfectibiliza na esfera estritamente administrativa, ou seja, nos casos em que a Administração Pública se faz presentar diretamente pelas autoridades administrativas responsáveis no âmbito dos órgãos ou entidades competentes, não havendo, nessas hipóteses, a obrigatoriedade de firma pelos membros da AGU, ou de seus órgãos vinculados, porém, também nesses casos, como já consignado, o parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997, e o art. 10 do Decreto nº 9.830, de 2019, impõem o prévio exame jurídico acerca da legalidade do termo e a autorização para sua celebração pelo Advogado-Geral da União, observadas as delegações e subdelegações em vigor.

15. Confirma-se, pois, a vigência do Parecer JT-04, uma vez que seus fundamentos e conclusões, a despeito de anteriores à edição do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997, e do art. 10 do Decreto nº 9.830, de 2019, estão em sintomia com estas disposições, cumprindo apenas aclarar e delimitar que a intervenção ou intercessão da AGU, ou de seus órgãos vinculados, nos termos de ajustamento de conduta não enseja necessariamente a subscrição ou firma do instrumento pelos membros competentes em todos os casos, observadas as delegações em vigor, uma vez que tal medida se faz necessária tão somente nas hipóteses em que a AGU atua na condição de representante jurídica em defesa dos interesses do órgão ou entidade e em foro judicial ou extrajudicial.

16. Por fim, resta confirmar e corroborar os termos e fundamentos do Parecer nº 55/2020/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 396/2020/DECOR/CGU/AGU, e pelos Despachos subsequentes das autoridades superiores da CGU/AGU (seqs. 14 a 18 do NUP 33910.026773/2019-21), parafraseando nos parágrafos subsequentes algumas das considerações e conclusões lançadas, que se relacionam com o objeto destes autos.

17. A legislação de regência dos termos de ajustamento de conduta não estabelece situações em que a celebração dos instrumentos prescindem da autorização da Advocacia-Geral da União, isto porque, invariavelmente, buscando a sua formalização prevenir ou terminar litígio, na forma do *caput* do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997, incumbe-lhe assegurar sua constituição válida como título executivo extrajudicial, consoante § 6º do art. 5º, da Lei nº 7.347, de 1985 (c/c art. 29, § 1º, da Lei nº 9.656, de 1998; e com o art. 10, § 2º, inciso III, alínea "e" do Decreto nº 9.830, de 2019), apto a viabilizar contra o descumprimento das obrigações assumidas o manejo das medidas judiciais cabíveis para satisfação das sanções cominadas, que são cláusulas obrigatórias por explícita determinação do inciso V do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997; do inciso IV do § 1º do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 1942; do inciso II do § 2º do art. 29 da Lei nº 9.656, de 1998; e do art. 10, § 2º, inciso III, alínea "f" do Decreto nº 9.830, de 2019.

18. Nestes termos, deve ser ratificado o entendimento no sentido de que a autorização do Advogado-Geral da União para a celebração de termos de ajustamento de conduta faz-se cogente independentemente de ser o órgão ou a entidade pública compromitente ou compromissário, uma vez que o art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997, é explícito ao determinar que a celebração dos termos de ajustamento de conduta se condiciona à deliberação conclusiva da Advocacia-Geral da União, sempre se observando as delegações e subdelegações em vigor.

19. Evidentemente, porém, a intercessão da Advocacia-Geral da União, inclusive mediante assinatura dos termos de ajustamento de conduta, limita-se à promoção da representação (jurídica) da Administração no foro judicial ou extrajudicial, e a questões relacionadas à legalidade da celebração do termo de ajustamento de conduta, em estrito respeito às competências que lhe são atribuídas pelo art. 131 da Constituição Federal, e considerando que o próprio parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997, determina que "*manifestação sobre a viabilidade técnica, operacional e financeira das obrigações a serem assumidas em termo de ajustamento de conduta*" deve ser prestada pelo órgão administrativo competente.

20. Além de nunca assumir a condição de compromitente ou compromissário do termo de ajustamento de conduta, o exame e eventual subscrição do instrumento por parte de membro da AGU, ou de seus órgãos vinculados, adstringe-se ao viés estritamente jurídico, o que também se extrai do teor do § 4º, incisos I e II, do art. 10 do Decreto nº 9.830, de 2019, que determina que a instrução do feito deve contar com "*parecer técnico conclusivo do órgão competente sobre a viabilidade técnica, operacional e, quando for o caso, sobre as obrigações orçamentário-financeiras a serem assumidas*"; e com "*parecer conclusivo do órgão jurídico sobre a viabilidade jurídica do compromisso, que conterá a análise da minuta proposta*", a revelar uma objetiva segregação das funções e competências dos órgãos administrativos e jurídicos envolvidos na formalização do instrumento.

21. A competência de que cuida o parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997, pode ser delegada, na esteira da melhor exegese dos arts. 11 a 13 da Lei nº 9.784, de 1999; do art. 6º, inciso IV, e arts. 12 e 13 do Decreto-Lei nº 200, de 1967; e do Decreto nº 83.937, de 1979. Neste sentido, vigora atualmente a Portaria nº 12, de 16 de janeiro de 2020 (DOU 17/01/2020), do Advogado-Geral da União, por meio da qual foi delegada "*ao Consultor-Geral da União e ao Procurador-Geral Federal a competência de que trata o art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para, no âmbito de suas atribuições, autorizar a celebração de termo de ajustamento de conduta*", admitindo explicitamente a subdelegação, conforme parágrafo único do seu art. 1º. A respeito da subdelegação, no âmbito da Consultoria-Geral da União foi editada a Portaria

nº 6, de 6 de fevereiro de 2020, que subdelegou a competência para autorizar a celebração de termos de ajustamento de conduta aos titulares dos órgãos consultivos de execução.

22. Por derradeiro, cumpre reiterar o seguinte trecho do Parecer JT-04, vinculante no âmbito da Administração porque aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e publicado no Diário Oficial da União que circulou em 9 de junho de 2009 (disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AGU/PRC-JT-04-2009.htm), oportunidade em que se concluiu que:

> *"18. Corroborando este posicionamento o Prof. Akaoui assevera que, apesar de o termo de compromisso ser entendido pela maioria da doutrina como uma forma peculiar de transação, et litteris:*
>
> não se trata esta figura de uma transação (que impõe necessariamente concessões bilaterais), mas sim, mero acordo, em que a liberdade do órgão público fica restrita apenas à forma pela qual se darão as medidas corretivas e o tempo, porém sempre após análise criteriosa da melhor forma, bem como do tempo mais exíguo possível.7
>
> 19. De fato, o termo de compromisso de ajustamento de conduta não pode possuir a mesma natureza jurídica da transação, uma vez que o órgão legitimado a celebrar o acordo não pode realizar concessões a respeito dos direitos que constituam o objeto do termo, tendo em vista que tais direitos são indisponíveis. Tal situação, per si, desconfigura a principal característica da transação, conforme o disposto no art. 1.025 do Código Civil. Deve-se ressaltar que a lei utilizou-se da expressão "tomar do interessado o termo de compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais", dando-se, portanto, caráter impositivo à atuação do órgão legitimado, afastando a natureza de acordo ou transação.
>
> 20. Nesse sentido, o Prof. José dos Santos Carvalho Filho ensina que o termo de compromisso pode ser definido como "o ato jurídico pelo qual a pessoa, reconhecendo implicitamente que sua conduta ofende o interesse difuso ou coletivo, assume o compromisso de eliminar a ofensa através da adequação de seu comportamento às exigências legais [...]".

23. Isto posto, no regular exercício das competências conferias pelo art. 14 do Anexo I do Decreto nº 10.608, de 2021, aprovo o Parecer nº 76/2021/DECOR/CGU/AGU, sugerindo-se à apreciação superior a uniformização da jurisprudência administrativa nos seguintes termos:

A) as missões de patamar constitucional da Advocacia-Geral da União compreendem a representação jurídica da Administração em foro judicial e extrajudicial, e a promoção de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo, nos termos do art. 131 da Constituição Federal, do art. 1º e art. 4º, inciso VI, e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 73, de 1993, do art. 10 da Lei nº 10.480, de 2002, e do art. 4º, inciso I, da Lei nº 9.560, de 1998, e, no que se refere especificamente aos termos de ajustamento de conduta para prevenir ou terminar litígios, cumpre à AGU, em todos os casos, avaliar previamente a juridicidade do instrumento e, se for o caso, autorizar sua celebração por ato do Advogado-Geral da União (parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.784, de 1997), observadas as delegações e subdelegações em vigor, sendo necessária, ainda, a subscrição ou assinatura dos instrumentos correspondentes (art. 4º-A, caput, da Lei nº 9.784, de 1997) pelos membros da AGU nas estritas hipóteses em que o TAC é formalizado em instância judicial ou extrajudicial, e na condição de representante jurídico da Administração, não assumindo o membro subscritor a condição de compromitente, de compromissário, nem tampouco a responsabilidade pelo adimplemento (ou pelo descumprimento) das obrigações pactuadas. Nestes casos, pois, a AGU, e seus órgãos vinculados, não integram o instrumento como partícipe autônomo, como compromissário nem como compromitente, atuando como representante judicial ou extrajudicial da Administração no foro em que é formalizado o TAC, subscrevendo-o em conjunto com a autoridade administrativa competente no âmbito da estrutura organizacional do órgão ou entidade que é parte no instrumento;

B) a respeito do órgão da AGU competente (contencioso/consultivo) para subscrever o termo de ajustamento de conduta, resta incólume a conclusão posta no Despacho do Consultor-Geral da União nº 126/2008 (que compõe o Parecer JT-04), no sentido de que "*No que concerne à definição dos órgãos da Advocacia-Geral da União que deverão intervir na assinatura do termo, penso estar correta a distinção calcada na existência ou não de ação judicial sobre a matéria: se o termo for firmado durante o curso de ação judicial, caberá à unidade do contencioso responsável pelo acompanhamento do processo; se, de outro lado, o termo for firmado anteriormente ao ajuizamento da demanda judicial, a assinatura do termo, em conjunto com o agente público titular do órgão compromissário, será da competência da Consultoria Jurídica do Ministério ao qual o órgão estiver subordinado, cabendo aos Núcleos de Assessoramento Jurídico essa papel quando compromissário for o órgão público descentralizado.*";

C) no âmbito estritamente administrativo, em que a Administração se faz representar (representação administrativa, legal ou política) diretamente pelos agentes públicos competentes, ocupantes de cargos da estrutura organizacional do órgão ou entidade assessorada, a subscrição do termo de ajustamento de conduta pelos membros da Advocacia-Geral da União, e órgãos vinculados, é medida despicienda. Ou seja, nas hipóteses em que o órgão jurídico atua exclusivamente em sede de consultoria e assessoramento, para os fins de processamento e autorização de sua celebração, prevista no parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997 ("decisão final" do Advogado-Geral da União ou autoridade delegada), o termo de ajustamento de conduta pode ser firmado apenas pelo representante administrativo, legal ou político do órgão ou entidade federal que é parte no instrumento (compromissário ou compromitente);

D) a respeito da autorização para a celebração do termo de ajustamento de conduta, a ser externada pelo Advogado-Geral da União, observadas as delegações e subdelegações, reitere-se a alínea "b" do Despacho nº 396/2020/DECOR/CGU/AGU (seqs. 14 a 18 do NUP 33910.026773/2019-21), no sentido de que "*a necessária intercessão da Advocacia-Geral da União prevista no parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997, possui natureza obrigatória, sendo que a manifestação favorável do AGU, ou do órgão delegado/subdelegado, representa condição necessária para a celebração do termo de ajustamento de conduta, não obstante, registre-se que referenciada manifestação da Advocacia-Geral da União, e de órgãos que lhe são vinculados, alcança estritamente aspectos relacionados à juridicidade dos instrumentos, em respeito às competências que são determinadas pelo art. 131 da Constituição Federal, escapando da análise questões de ordem técnica e relacionadas ao mérito administrativo, à conveniência e à oportunidade, considerando que o próprio parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997, determina que manifestação sobre a viabilidade técnica, operacional e financeira das obrigações a serem assumidas em termo de ajustamento de conduta' encontra-se na alçada do órgão (ou entidade) administrativo competente*", a revelar uma objetiva segregação das funções e competências dos órgãos administrativos e jurídicos envolvidos na formalização do instrumento; e

E) m atenção aos preceitos da segurança jurídica, também resta confirmar a alínea "c" do Despacho nº 396/2020/DECOR/CGU/AGU, de maneira que "*o entendimento ora consolidado deve observar o inciso XIII do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999, e o art. 24 do Decreto-Lei nº 4.657, de 1942, com a redação conferida pela Lei nº 13.655, de 2018*", ou seja, a uniformização da jurisprudência administrativa levada a efeito pelo Parecer nº 56/2018/DECOR/CGU/AGU, pelo Parecer nº 80/2019/DECOR/CGU/AGU, pelo Parecer nº 55/2020/DECOR/CGU/AGU, e pelo Parecer nº 76/2021/DECOR/CGU/AGU, agora aprovado, não compromete *per si* a validade de eventuais termos de ajustamento de conduta firmados sob orientação jurídica anterior e distinta; contudo recomenda-se que eventuais aditamentos subsequentes, celebrados no âmbito destes instrumentos adrede formalizados, bem como que os novos termos de ajustamento de conduta observem a exegese ora consolidada a respeito do *caput* e parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997, e do art. 10, §§ 4º, 5º e 6º, do Decreto nº 9.830, de 2019, sem prejuízo, evidentemente, das delegações e subdelegações de competência aplicáveis.

24. Caso acolhido, confira-se ciência à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, à Procuradoria-Geral Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, à Procuradoria-Geral da União, à Secretaria-Geral de Contencioso, ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais, à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal, ao Departamento de Assuntos Jurídicos Internos, ao Departamento de Informações Jurídico-Estratégicas, às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e órgãos assemelhados, e às Consultorias Jurídicas da União nos Estados e no município de São José dos Campos.

Brasília, 05 de janeiro de 2022.

VICTOR XIMENES NOGUEIRA
ADVOGADO DA UNIÃO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

PARECER n. 00076/2021/DECOR/CGU/AGU

Referência: 00407.007554/2011-26 (Conexo ao 33910.026773/2019-21)
Interessada: Consultoria Jurídica no Ministério da Justiça e Segurança Pública
Assunto: Questionamentos versados a competências para celebração de TACs

EMENTA:
I - Direito Administrativo. ***Caput*** e parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10/07/1997. Inciso VI do art. 36 do Anexo I do Decreto n. 7.392, de 13/12/2010, atual inciso XIV do art. 40 do Anexo I do Decreto n. 10.608, de 25/01/2021. Art. 10, § 5º, do Decreto n. 9.830, de 10/06/2019. Repercussões sobre a orientação do Parecer nº JT - 04/2008, de 27/05/2009 (Parecer nº AGU/RA - 03/2007, de 29/08/2007).
II - Subscrição de termos de ajustamento de conduta (TACs) por órgãos da AGU, no contexto das orientações do Parecer nº 056/2018/Decor-CGU/AGU (26/07/2018), que remete à prévia aprovação do Advogado-Geral da União atuações da Administração Federal como compromitente ou compromissária, do Parecer nº 080/2019/Decor-CGU/AGU (02/09/2019), que as estende a aditivos futuros de TACs anteriores, e do Parecer nº 055/2020/Decor-CGU/AGU (25/05/2020), que as aplica a processos regulatórios regidos pelo art. 26 do Decreto-Lei n. 4.657, de 04/09/1942, pelo § 1º do art. 29 da Lei nº 9.656, de 03/06/1998, e pelo art. 32 da Lei n. 13.848, de 25/06/2019.
III - A superveniente introdução do parágrafo único no art. 4º-A na Lei nº 9.469, de 10/07/1997, pelo art. 84 da Lei nº 12.249, de 11/06/2010, sugere a necessidade de atualização parcial da orientação do Parecer nº JT - 04/2008, de 27/05/2009 (Parecer nº AGU/RA - 03/2007, de 29/08/2007), nos termos infra.
IV - É desnecessária a subscrição pela AGU de TACs em cuja celebração apenas preste consultoria ou assessoramento jurídico e/ou atue somente como órgão autorizador (anuente). Cabe-lhe fazê-lo quando atue concomitante ou exclusivamente como representante judicial ou extrajudicial, em instrumentos a serem celebrados perante o próprio juízo da representação, e não - de regra - em âmbito puramente administrativo, sempre os subscrevendo estritamente como representante, e não como compromissária ou compromitente.
(Cód. 33)

Sr. Diretor do Decor/CGU,

I- CONTEXTUALIZAÇÃO

1-Submete-se à Consultoria-Geral da União questionamento acerca de competências de órgãos jurídicos da AGU na subscrição de termos de ajustamento de conduta, suscitado na esteira do **Parecer nº 056/2018/Decor-CGU/AGU** (26/07/2018 - 00407.007554/2011-26)[1], que para fins da prévia submissão desses instrumentos à aprovação do Advogado-Geral da União (parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469/1997) não distingue situações em que o órgão ou ente federal os celebre como compromitente ou compromissário, e do **Parecer nº 080/2019/Decor-CGU/AGU** (02/09/2019 - 02003.000819/2018-18)[2], que à referida aprovação remete inclusive aditivos a TACs anteriores à publicização daquele primeiro opinativo, ambos depois acrescidos do **Parecer nº 055/2020/Decor-CGU/AGU** (25/05/2020 - 33910.026773/2019-21)[3], que os aplica aos termos de ajustamento de conduta firmados nos processos regulatórios a que se referem - dentre outros - o art. 26 do Decreto-Lei n. 4.657, de 04/09/1942, o § 1º do art. 29 da Lei nº 9.656, de 03/06/1998, e o art. 32 da Lei n. 13.848, de 25/06/2019.

2-A teor da **Nota n. 037/2020/Conjur-MJSP/CGU/AGU** (27/02/2020)[4] solicita-se que à vista do Parecer nº JT - 04/2008, de 27/05/2009 (Parecer nº AGU/RA - 03/2007, de 29/08/2007), e do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10/07/1997, a CGU/AGU se pronuncie conclusivamente quanto à necessidade de o titular do órgão jurídico da AGU subscrever o TAC conjuntamente com o administrador federal, posto que:

a) o parágrafo único daquele artigo prevê apenas a autorização do Advogado-Geral da União, nesse sentido tendo se orientado a Portaria CGU nº 09, de 16/06/2009, e, após o Parecer nº 056/2018/Decor-CGU/AGU (26/07/2018 - 00407.007554/2011-26) e a Nota nº 150/2019/Deaex-CGU/AGU[5], também a Portaria AGU nº 12, de 16/01/2020, a Portaria PGF nº 24, de 17/01/2020, e a Portaria CGU nº 06, de 06/02/2020;

b) embora essa orientação alinhe-se aos novos regramentos legais, e não pareça contrariar os textos do Parecer AGU nº JT-04 ou do Parecer nº 056/2018/Decor-CGU/AGU (26/07/2018), pois que de ambos os opinativos se infere para a hipótese apenas a necessidade de intercessão obrigatória da AGU, pareceria haver orientação diversa quanto às consultorias jurídicas, dada a redação dos parágrafos sétimo a nono do **Despacho do Consultor-Geral da União nº 126/2008** (19/03/2008 - 00400.000738/2007-49)[6], e do parágrafo sexto do **Despacho nº 199/2019/Decor-CGU/AGU** (25/03/2019)[7], que se remete ao oitavo parágrafo daquele[8];

c) na consultoria jurídica promovente mantém-se do Despacho CGU n. 126/2008 a orientação de subscrição conjunta de TACs pelos órgãos jurídico e administrativo, inobstante esse despacho, ao aludir a assinatura conjunta, pareça ter inovado em relação ao parágrafo 37 do Parecer nº JT - 04/2008, de 27/05/2009 (Parecer nº AGU/RA - 03/2007, de 29/08/2007), que refere apenas a "*participação*"[9], de resto esse conjunto de pronunciamentos antecedendo à Lei n. 12.249, de 11/06/2010, que introduziu no art. 4º-A da Lei nº 9.469/1997 mera referência a "*autorização*", podendo haver um descompasso com a LC n. 73/1993, que atribui à AGU "*assistir a autoridade assessorada*", limitando-a, portanto, à análise jurídica;

d) exigir que o órgão consultivo subscreva o TAC o colocaria em situação assimétrica à que a lei e as portarias referidas asseguram ao Advogado-Geral e seus delegados, porquanto lhes atribuem tão-somente o mister de autorizar a celebração de TACs da Administração compromitente ou compromissária, e não de os subscrever.

3-Por isso, quanto a este ponto específico (necessidade, ou não, de subscrição de TACs pelo órgão jurídico) demanda-se à CGU/AGU esclarecimento acerca da diretriz adotada, seja pelo Parecer nº 056/2018/Decor-CGU/AGU (26/07/2018 - 00407.007554/2011-26), seja pelo Despacho nº 199/2019/Decor-CGU/AGU (25/03/2019), que o aprovou no âmbito do Decor/CGU.

4-Por impulso da **Cota nº 056/2020/Decor-CGU/AGU** (25/05/2020)[10] vários órgãos consultivos foram instados a se pronunciar acerca de suas atuais praxes na celebração de termos de ajustamento de conduta, e a esclarecer se em seu âmbito de atuação os órgãos da AGU e do ente público interessado os têm subscrito isolada ou conjuntamente, nas seguintes situações:

A - TACs preventivos administrativos:

i) instrumentos **firmados administrativamente** na **ausência de lides judiciais**, em que no momento da subscrição atue a AGU como **representante extrajudicial** e autoridades administrativas como (re)presentantes (Deaex);

ii) instrumentos **firmados administrativamente** na **ausência de lides judiciais**, em que no momento da subscrição atue a AGU como **agente de conciliação** e autoridades administrativas como (re)presentantes (CCAF); e

iii) instrumentos **firmados administrativamente** na **ausência de lides judiciais**, em que no momento da subscrição atue a AGU como **órgão de assessoria jurídica** e as autoridades administrativas como (re)presentantes (Deaex).

B - TACs terminativos administrativos:

iv) instrumentos **firmados administrativamente** e subsequentemente noticiados em **lides judiciais preexistentes**, em que no momento da subscrição atue a AGU como **representante extrajudicial** e autoridades administrativas como (re)presentantes (Deaex, PGBC, PGF, PGFN e PGU);

v) instrumentos **firmados administrativamente** e subsequentemente noticiados em **lides judiciais preexistentes**, em que no momento da subscrição atue a AGU como **agente de conciliação** e autoridades administrativas como (re)presentantes (CCAF, PGBC, PGF, PGFN e PGU);

vi) instrumentos **firmados administrativamente** e subsequentemente noticiados em **lides judiciais preexistentes**, em que no momento da subscrição atue a AGU como **órgão de assessoria jurídica** e autoridades administrativas como (re)presentantes (Deaex, PGBC, PGF, PGFN e PGU);

C - TACs terminativos judiciais:

vii) instrumentos **firmados diretamente em lides judiciais**, com atuação da AGU como **representante judicial** e de autoridades administrativas como (re)presentantes (PGBC, PGF, PGFN e PGU).

5-Como decorrência, enriqueceu a instrução um amplo cortejo de pronunciamentos, constando:

a) na **Nota n. 1.252/2020/PGU/AGU (28/06/2020)**[11], que no exercício da representação judicial da União a PGU e seus órgãos de execução, pelos Advogados da União indicados no inciso XV do art. 11 e XIV do art. 14 do AR/AGU n. 05/2002, e nos artigos 1º e 7º da OS/PGU n. 010/2008, subscrevem TACs conjuntamente com as autoridades administrativas;

b) no **Parecer n. 017/2020/Deaex-CGU/AGU** (29/06/2020)[12], posicionamento no sentido de que as autoridades delegadas pelo Advogado-Geral da União para autorizar celebração de TACs não devem subscrevê-los, porquanto incumbe aos gestores públicos e agentes políticos fazê-lo;

c) no Despacho n. 006/2020/DEP/DEPCONSU/PGF/AGU (03/07/2020)[13], que embora seja possível antecipar que "*diversas autarquias assessoradas por órgãos de execução da PGF firmam TACs independentemente da existência prévia de processo judicial*", insta que a respeito sejam colhidos os pronunciamentos dos órgãos da estrutura da PGF;

d) na **Cota n. 118/2020/COEPA/PFE-ANA/PGF/AGU (21/07/2020)**[14], que apesar de não ser comum no âmbito da ANA a celebração de TACs em processos administrativos ou judiciais, o cenário pode vir a se alterar com a competência que lhe atribuiu a Lei n. 14.026/2020 para regular os serviços de saneamento básico, de qualquer modo à hipótese aplicando-se o assessoramento jurídico de sua Procuradoria, notadamente na análise de minutas, a ser feito consoante a Portaria PGF nº 201/2013, alterada pela Portaria PGF nº 24/2020, e as orientações dos órgãos centrais da AGU, visto no seu âmbito inexistir norma interna específica para o tema;

e) no **Despacho n. 017/2020/PROT/PF-Sudene/PGF/AGU** (23/07/2020)[15], na **Cota n. 091/2020/PFE/FUN/PA/PF-Funasa-PA/PGF/AGU** (23/07/2020)[16], na **Cota n. 056/2020/PFE/FUN/MT/PF-Funasa-MT/PGF/AGU** (23/07/2020)[17], na **Cota n. 737/2020/PFE/FUN/RJ/PF-Funasa-RJ/PGF/AGU** (23/07/2020)[18], na **Cota n. 00037/2020/PFE/FUN/SP/PF-Funasa-SP/PGF/AGU** (24/07/2020)[19], no **Despacho n. 070/2020/GAB/PFE/PF-Funasa/PGF/AGU** (29/07/2021)[20], no **Despacho n. 076/2020/GAB/PF-CNEN/PF-CNEN/PGF/AGU** (05/10/2021)[21], no **Despacho n. 109/2020/GAB/PF-CNEN/PFCNEN/PGF/AGU** (15/12/2020)[22] e no **Ofício n. 3.845/2021-BCB/PCBC** (12/02/2021)[23] que até aqueles momentos não se tinha notícia de nenhuma ocorrência de celebração de TACs;

f) na **Nota n. 156/2020/COMAF/PFE-ICMBIO/PGF/AGU** (23/07/2020)[24], que no âmbito do ICMBio o tema constava regulado na Portaria n. 53, de 02/05/2014, que por estar defasada em relação aos entendimentos da AGU, foi objeto de proposta de alteração no ainda não aprovado Parecer n. 003/2017/DAE/PFE-ICMBIO/PGF/AGU (02070.000321/2014-10), anexado de minuta cujos artigos 15, 16 e 23 preveem subscrição apenas pela autoridade administrativa;

g) no **Despacho n. 092/2020/PF-Sudeco/PGF/AGU** (28/07/2020)[25], remissivo a mensagem eletrônica de 27/07/2020[26], que haveria no âmbito da Sudeco - Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste dois TACs celebrados no exercício de seu poder disciplinar, com base na Instrução Normativa nº 4, de 21/02/2020, da Controladoria-Geral da União/Corregedoria-Geral da União, versando responsabilidades de servidores da autarquia;

h) na Nota n. 070/2020/PROC/PF-IPHAN/PGF/AGU (28/07/2021)[27] que os artigos 17 e 18 da Portaria IPHAN n. 159/2016 preveem análise jurídica dos TACs pela Procuradoria, e que após o Parecer nº 056/2018/Decor-CGU/AGU (26/07/2018) e as Portarias n. 12/2020-AGU e n. 24/2020-PGF, a PF/IPHAN passou a atuar na autorização de celebrações em que o ente seja compromitente, porém sem subscrever os instrumentos;

i) na **Nota Jurídica n. 038/2020/COAF/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU** (29/07/2020)[28] que haveria atuação apenas de assessoramento e consultoria na celebração de TACs, sem sua subscrição pela Procuradoria;

j) no **Despacho n. 147/2020/NCA/PF-ANTAQ/PGF/AGU** (29/07/2020)[29], remissivo ao **Parecer n. 048/2020/NCA/PF-ANTAQ/PGF/AGU** (03/06/2020 - 00407.020726/2019-12 - seq. 93), que se opõe à aplicação do parágrafo único do art. 4º-A da Lei n. 9.469/1997 aos TACs ditos regulatórios, e, implicitamente, faz objeção à sua subscrição pela Procuradoria;

k) no **Despacho n. 016/2020/MP/PFFBN/PGF/AGU** (30/07/2020)[30], remissivo a mensagens eletrônicas de 21/07/2020, que a PF/FUNDAJ[31] e a PF/IBRAM[32] informaram inexistir até aquele momento notícia de ocorrência de celebração de TACs;

l) na **Nota n. 032/2020/PF-ANEEL/PGF/AGU** (30/07/2020)[33], que com a revogação da Resolução Normativa ANEEL n. 333, de 07/10/2008, pela Resolução Normativa ANEEL n. 712, de 19/04/2016, foi excluída a previsão normativa para a celebração de TAC's no âmbito da Agência;

m) na **Cota n. 178/2020/CGA/PFE-INCRA-Sede/PGF/AGU** (30/07/2020)[34], que a subscrição de TACs não é prática de grande recorrência na autarquia, tendo-se identificado alguns poucos casos, nos quais o texto da Cota faz presumir atuação sem subscrição pela Procuradoria;

n) na **Nota n. 106/2020/COJUD/PFE-Ibama-Sede/PGF/AGU** (24/07/2020)[35], que se tem aplicado orientação homóloga à do Parecer n. 017/2020/Deaex-CGU/AGU (29/06/2020)[36] em qualquer modalidade de TAC, deixando a PFE/Ibama de subscrevê-los, sob premissa de caber aos gestores públicos e agentes políticos fazê-lo, conforme dispõe o inciso IV do art. 23 do Anexo I do Decreto nº 8.973, de 24/01/2017, que fixa as atribuições do dirigente máximo da Autarquia, e, como inexiste norma específica a respeito, procede-se conforme a Portaria AGU nº 690/2009, a Portaria PGF nº 201/2013 e as orientações emanadas dos órgãos de direção da AGU e da PGF, por fim suscitando os questionamentos dos seus parágrafos 23 a 28;

o) no **Despacho n. 018/2020/ASJU/PF-FCP/PGF/AGU** (02/08/2020)[37], remissivo ao **Parecer nº 46/2020/COPAB/DPA/PR** (30/07/2020)[38], que no âmbito da Fundação Cultural Palmares houve a identificação de apenas duas ocorrências amoldadas à figura de TAC, ambas sem subscrição pela Procuradoria, anuindo-se aos termos do Parecer n. 017/2020/Deaex-CGU/AGU (29/06/2020), no sentido da sua subscrição apenas pela autoridade administrativa;

p) no **Despacho n. 827/2020/CCON/PFE-DNIT/PGF/AGU** (17/08/2020)[39], que inexistem normas internas ao DNIT acerca do procedimento para elaboração e celebração de TACs, daí aplicar-se a Portaria AGU nº 690, de 20/05/2009, e a Portaria PGF nº 201, de 28/03/2013, sem subscrição do instrumento pela Procuradoria;

q) no **Parecer n. 094/2020/CCAF/CONC./CGU/AGU** (02/10/2020)[40], alinhado ao Parecer n. 017/2020/Deaex-CGU/AGU (29/06/2020), que a subscrição de TACs deve incumbir apenas a gestores públicos e agentes políticos, seguindo-se sua aprovação apenas parcial no **Despacho n. 358/2020/CCAF/CONC./CGU/AGU** (07/10/2021)[41], que admite sua subscrição também por integrantes da AGU que atuem no caso como (re)presentante judicial ou extrajudicial da União;

r) na **Nota n. 2.539/2020/PGFN/AGU** (16/10/2020)[42], que os TACs celebrados em ações nas quais se questiona a inclusão no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11/05/2016) são subscritos também por representante da PGU/AGU;

s) na **Nota n. 440/2020/PF-ANTT/PGF/AGU** (22/10/2020)[43], que embora não haja notícia de celebração de TACs no âmbito da ANTT, sua possibilidade é prevista na Resolução ANTT nº 5.823, de 12/06/2018, com assessoramento jurídico da PF/ANTT, sem subscrição do instrumento pela Procuradoria;

t) na **Nota n. 292/2020/CGAAD/PFE-SUSEP-SEDE/PGF/AGU** (04/11/2020)[44], que o tema é na SUSEP regulado pela Circular SUSEP nº 547/17, editada por força do art. 149 da Res. CNSP nº 243/11 (atual art. 165 da Res. CNSP nº 393/20), com assessoramento jurídico da PF/SUSEP, sem subscrição do instrumento pela Procuradoria;

u) na **Cota n. 3.408/2020/PFE-Anatel/PGF/AGU** (04/12/2020)[45], que o tema é na Anatel regulado pela Resolução nº 629, de 16/12/2013, com assessoramento jurídico da PF/Anatel, sem subscrição do instrumento pela Procuradoria;

v) no **Despacho n. 103/2021/PF-ANP/PGF/AGU** (25/01/2021)[46], que embora entenda-se descabida a autorização a que se refere a Portaria AGU n. 012, de 16/01/2020 (D.O.U de 17/01/2020), e defenda-se reserva da expressão "*termo de ajuste de conduta*" para os instrumentos firmados no contexto de ações civis públicas, inexiste na ANP notícia de TAC celebrado, ou regulamentação sobre o tema;

w) no **Parecer n. 039/2020/DEP/DEPCONSU/PGF/AGU** (18/10/2020)[47] proposição de revogação do **Parecer nº 056/2018/Decor-CGU/AGU** (26/07/2018 - 00407.007554/2011-26)[48] e de todas as manifestações que o aprovaram ou complementaram, bem como do Parecer nº 001/2013/'Decor/CGU/AGU, do Parecer nº 42/2017/Deaex/CGU/AGU, do Despacho nº 044/2011/STF/CGU/AGU e de todas as manifestações que os aprovaram, porém sem aprovação pelo **Despacho n. 014/2021/GAB/DEPCONSU/PGF/AGU** (04/03/2021)[49], devido aos efeitos vinculantes da aprovação do **Parecer nº 055/2020/Decor-CGU/AGU** (25/05/2020 - 33910.026773/2019-21)[50] o terem tornado prejudicado;

x) no **Parecer n. 001/2021/NAEXT/DEPCONSU/PGF/AGU** (22/04/2021)[51], a sustentação da inexigibilidade de subscrição do TAC pela AGU, posto entender ser prerrogativa "*de quem detém a representatividade legal ou política do órgão ou da entidade pública federal*"; e

y) na **Nota n. 025/2021/GJU-2/PFE-CVM/PGF/AGU** (07/06/2021)[52], que a Lei n° 9.457/97 instituiu o TAC como alternativa para a solução de litígios administrativos no âmbito da CVM, que valeu-se da prerrogativa do inciso I do art. 8º da Lei nº 6.385/76 para regulá-lo, via Deliberação CVM nº 390/2001, revogada pela Instrução CVM nº 607, de 17/07/2019, cujos artigos 83 a 87 estabelecem assessoramento jurídico restrito aos aspectos formais da minuta, sem subscrição do instrumento pela da PF/CVM, e que esta, com fundamento na Portaria nº 262, de 05/05/2017, adotou o Parecer n. 142/2019/GJU-1/PFE-CVM/PGF/AGU como manifestação jurídica referencial para os processos que envolvam a sua celebração.

6-É o indispensável a relatar, para os fins da manifestação que segue.

II- ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO

7-Busca-se, portanto, orientação uniforme acerca da necessidade de o titular do órgão jurídico em atuação direta junto ao órgão ou ente administrativo subscrever o termo de ajustamento de conduta conjuntamente com o seu administrador competente.

II.1 - O Parecer JT - 04/2008, de 27/05/2009 (Parecer nº AGU/RA - 03/2007, de 29/08/2007)

8-A teor da orientação geral proposta no Parecer nº AGU/RA - 03/2007, de 29/08/2007, convolado no **Parecer JT - 04/2008**, de 27/05/2009, incumbe à AGU "intervir", "participar" ou "interceder" na celebração de TACs, ***verbis***:

> *"[...] EMENTA: (...) **III** - A Advocacia-Geral da União deve **intervir** obrigatoriamente na celebração dos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta.*
>
> *36. Cabe agora definir qual o órgão da Advocacia-Geral da União incumbirá **intervir**.*
>
> *37. Se o termo de compromisso de ajustamento de conduta for firmado em momento anterior ao do ajuizamento de demanda judicial, a Advocacia-Geral da União deverá **participar** por intermédio da respectiva Consultoria Jurídica que estiver vinculada ao órgão compromissário ou, se for o caso, pelo respectivo Núcleo de Assessoramento Jurídico.*
>
> *38. Se, entretanto, o termo de compromisso de ajustamento de conduta for firmado durante o trâmite de demanda judicial, a Advocacia-Geral da União deverá estar presente por **intercessão** da unidade contenciosa que for responsável pelo acompanhamento do processo.*
>
> *39. Por fim, em se tratando de termo de compromisso de ajustamento de conduta que tenha a participação de alguma entidade ou órgão da Administração Pública Indireta a intervenção, em relação a estes, dar-se-á pela **participação** da respectiva Procuradoria Federal vinculada.*
>
> .....
>
> *41. Em conclusão, o termo de compromisso de ajustamento de conduta deve ser assinado pela autoridade máxima do órgão compromissário ou por agente público com delegação de poderes expressos para tal exercício, tendo a **intercessão** obrigatória da Advocacia-Geral da União em cumprimento ao comando constitucional. [...]"* **(sublinhados e negritos do transcritor)**

9-Entretanto, ao acolhê-lo, e antes de o submeter ao Advogado-Geral da União, o parágrafo oitavo do **Despacho do Consultor-Geral da União nº 126/2008** (19/03/2008), aduzindo à orientação do parecer que então aprovava, enunciou caber ao órgão jurídico "*intervir na assinatura do termo*", proceder à "*assinatura do termo, em conjunto*" e "*firmar o termo*":

> *"[...] 7. Parecem-me adequadas as conclusões do mencionado Parecer quando apontam a necessidade de participação da Advocacia-Geral da União na celebração de termo de ajustamento de conduta, **juntamente** com o agente público titular do órgão compromissário, tendo em vista as implicações da assinatura do mencionado termo, em face do contido no texto constitucional e na LC nº 73/93. Destaco, nesse sentido, os itens 30, 31 e 37 do citado Parecer.*
>
> *8. No que concerne à definição dos órgãos da Advocacia-Geral da União que deverão **intervir na assinatura do termo**, penso estar correta a distinção calcada na existência ou não de ação judicial sobre a matéria: se o termo for firmado durante o curso de ação judicial, caberá à unidade do contencioso responsável pelo acompanhamento do processo; se, de outro lado, o termo for firmado anteriormente ao ajuizamento da demanda judicial, **a assinatura do termo, em conjunto** com o agente público titular do órgão compromissário, será da competência da Consultoria Jurídica do Ministério ao qual o órgão estiver subordinado, cabendo aos Núcleos de Assessoramento Jurídico esse papel quando compromissário for o órgão público descentralizado. Sublinhe-se quanto a este ponto o contido nos itens 33 e 34 do mencionado Parecer.*
>
> *9. Se a assinatura do termo de ajustamento de conduta couber ao agente público titular de autarquia ou fundação, será legitimada a **firmar o termo** a respectiva Procuradoria Federal vinculada, consoante o item 35 do Parecer. [...]"* **(sublinhados e negritos do transcritor)**

10-E nesses termos foi que o opinativo acabou sendo adotado pelo Advogado-Geral da União, em cujo despacho de aprovação pode-se ler:

> *"Adoto, **nos termos do Despacho do Consultor-Geral da União nº 126/2008**, para os fins do art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o anexo PARECER Nº AGU/RA-03/2007, da lavra do Advogado da União, Dr. Rafaelo Abritta, e submeto-o ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, para os efeitos do art. 40, § 1º, da referida Lei Complementar."* **(negritos do transcritor)**

II.2 - Desnecessidade atual do órgão jurídico indiscriminadamente subscrever o instrumento

11-Porém, parece-nos - s.m.j. - que essa orientação acabou por ser **em parte** superada, não por efeitos do inciso VI do art. 36 do Anexo I do Decreto n. 7.392, de 13/12/2010 (atual inciso XIV do art. 40 do Decreto n. 10.608, de 25/01/2021)[53][54], mas principalmente pela superveniência do art. 4º-A da Lei n. 9.469/1997, na redação introduzida pelo art. 84 da Lei nº 12.249, de 11/06/2010, mediante a Emenda n. 120, de iniciativa do Relator-Revisor do **PLV n. 01/2010** (Emenda n. 27 do Senado), por **solicitação**

da própria Advocacia-Geral da União[55], conforme já analisado no parágrafo 24 e seguintes do **Parecer nº 055/2020/Decor-CGU/AGU** (25/05/2020 - 33910.026773/2019-21).

12-Ali observou-se que com o advento de referida inovação normativa se poderiam alcançar duas compreensões coordenadas e convergentes, ambas conotadas por *"hipóteses que envolvam interesse público"* e igualmente submetidas à decisão final do Advogado-Geral da União, a saber:

a) a que a partir do ***caput*** do art. 4º-A situaria a AGU, conforme o caso, como co-subscritora de "*termo de ajustamento de conduta*" ("*firmado pela Advocacia-Geral da União*"), na condição, sim, e estritamente por esse motivo, de representante jurídico (judicial ou extrajudicial) "*da União suas autarquias e fundações*", e não como compromitente ou compromissária (celebrante); e

b) a que a partir da parte final do parágrafo único do art. 4º-A situaria a AGU como mera anuente de "*obrigações a serem assumidas*" em TACs por administrados ou por órgãos *("da União")* ou entes *("suas autarquias e fundações")* da Administração Pública Federal (celebrantes), e, portanto, em princípio dispensada de subscrevê-los.

13-À ocasião daquele parecer assinalou-se uma exegese integrativa do parágrafo único do art. 4º-A, no sentido de que na condição de órgão de consultoria e assessoria jurídica a "*Advocacia-Geral da União poderá solicitar aos órgãos e entidades públicas federais manifestação sobre a viabilidade (...) das obrigações a serem (por eles) assumidas em termo de ajustamento de conduta*" (como compromitentes ou como compromissários), e não que os subscreverá conjuntamente em todas as situações, embora se depreenda que o possa fazer quando concomitantemente esteja a atuar na condição de representante extrajudicial do ente público interessado na sua celebração **(parênteses e entre parênteses do transcritor).**

14-Compreensão esta, registrou-se naquele parecer, que absorveria e interagiria com as necessárias distinções acerca dos conceitos do que se poderia denominar (re)presentação extrajudicial "administrativa" (exercida pelo próprio gestor competente) e (re)presentação extrajudicial "jurídica" (exercida pelo órgão jurídico competente), que constam estabelecidas no **Parecer JT - 04/2008, de 27/05/2009** (Parecer nº AGU/RA - 03/2007, de 29/08/2007):

> *"[...] 30. Uma vez que a celebração de termo de compromisso de ajustamento de conduta é uma atividade eminentemente extrajudicial, apesar de que pode ser firmado no decorrer de uma demanda judicial, é necessário esclarecer a questão da representação extrajudicial.*
>
> 31. A questão da representação extrajudicial da União já foi objeto de manifestação desta Consultoria-Geral da União. Trazem-se excertos da Nota no AGU/MS 17/2004 por fornecerem substrato suficiente para clarificar a questão, in verbis:
>
> ----------
>
> 6. Repita-se também o que se extrai da doutrina acerca do significado semântico da expressão "representação extrajudicial", conforme já assentado na nota anterior:
>
> 6. Resta ainda definir o que vem a ser a representação extrajudicial da União. Para De Plácido e Silva, representação "é a instituição, de que se derivam poderes, que investem uma determinada pessoa de autoridade para praticar certos atos ou exercer certas funções, em nome de alguém ou em alguma coisa"[10], *enquanto extrajudicial "é locução empregada para designar os atos, que se fazem ou se processam fora do juízo, isto é, sem a presidência do juiz... indica o mandato que é dado e passado para negócios ordinários, fora da ação judicial"*[11].
>
> 7. Para os advogados públicos, o mandato para atuar extrajudicialmente em nome da pessoa jurídica de direito público lhes é outorgado pela lei, no caso, a própria Constituição. Não obstante, não há que se confundir a representação extrajudicial da União com a sua representação legal e política, as quais são exercidas, dentro de suas competências, pelo Presidente da República e Ministros de Estado, pelo Procurador-Geral da República, pelos Presidentes dos Tribunais da União e dos Conselhos de Justiça, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, ou por quem vier a recebê-las por delegação destes, nos termos da lei
>
> 8. Destarte, não se compreende como atribuição exclusiva da AGU definida no artigo 131 da Carta de 1988 a representação legal e política da União, as quais competem aos chefes de Poder e seus auxiliares, representados, no âmbito do Poder Executivo, pelos Ministros de Estado (CF, artigo 76). *Lembre-se, todavia, que o Advogado-Geral da União também é Ministro de Estado (Lei nº 10.683/2003, artigo 25, parágrafo único), ou seja, possui representação legal e política da União em relação às atividades de administração dos órgãos e serviços da própria AGU.*
>
> 9. ***Assim, quando da assinatura de contratos, acordos, convênios e termos, ou quando da participação em assembleias por exemplo, em que as Casas do Legislativo, a Corte de Contas, os Tribunais, a Presidência da República, os Ministérios e seus órgãos representem, dentro de suas competências legais, a União, não se faz necessária a ação exclusiva da Advocacia-Geral da União, cuja atuação, nesses casos, em verdade, especificamente em relação ao Poder Executivo, precede à formalização desses atos, pois se direciona à prévia consultoria jurídica do administrador público a ser feita pelo respectivo órgão jurídico responsável****, o que se aplica também aos Poderes Legislativo e Judiciário, dotados de órgãos próprios para a realização desse fim. Como visto, esses atos somente precisam ser da competência da AGU, em caráter excepcional, quando digam respeito à administração da própria AGU ou dos serviços jurídicos da União em sentido amplo, ou quando lhe tenham sido delegados.*
>
> *10.* ***Logo, via de regra, as funções reservadas com exclusividade à Advocacia-Geral da União pela Constituição quanto à representação extrajudicial da União se limitam****, até por sua finalidade institucional,* ***apenas às questões jurídicas relacionadas à administração pública federal****, não incluindo as atividades de administração ordinária afetas a cada Poder, Ministério ou órgão em sua área de atuação legal.12 (grifou-se)*
>
> 32. Para complementar a análise, traz-se trecho do Despacho do Consultor-Geral da União n. 204/2005 que aprovou a Nota suso transcrita, et litteris:
>
> 5. [...] Assim, independentemente de possuírem ou não personalidade jurídica própria que os habilite a irem a juízo, os diversos órgãos ou entidades dos diferentes poderes podem relacionar-se mutuamente e diretamente nos limites da sua competência administrativa e através de seus representantes legais, ***devendo estes responderem pelos encargos respectivos e comprometerem-se com as consequências correspondentes. Por tal razão, tais órgãos ou entidades têm agentes que exercem representação extrajudicial perante outros, embora essa não seja a representação extrajudicial da União a qual só se revelará quando a União, como entidade e independentemente dos seus órgãos e instituições*** *- ou perante terceiros particulares ou perante Estados, Municípios e o Distrito Federal, ou tribunais administrativos ou organismos respectivos e até mesmo perante organismos públicos ou privados ou assembleias e conselhos públicos ou privados de que participe com capital ou interesse* ***- tenha de se fazer presente ou manifestar a sua vontade como Estado nacional ou como Federação fora dos juízos do Poder Judiciário****. [...]*
>
> 7. Para tanto, parece possível assentar que a *atuação extrajudicial da União pela AGU não prescinde da prévia atuação dos representantes legais dos diferentes órgãos ou instituições dos três Poderes, dentro das suas respectivas atribuições e competências enquanto órgãos públicos.*
>
> 8. Assim, porque, repita-se, o dirigente de instituição ou órgão integrante da Administração dos três Poderes da União tem, legalmente a representação respectiva no âmbito de sua atribuição e competência *sem prejuízo da posterior representação judicial e extrajudicial da União pela Advocacia-Geral da União quando for o caso. Daí a peculiaridade de que, entre uns e outros ou entre administração direta dos Poderes e indireta, a relação é entre órgãos representados por seus representantes legais, só surgindo espaço para a representação extrajudicial da União (pela AGU) quando a pessoa jurídica de direito público tiver de manifestar-se como tal. Enquanto pendentes diligências, ou instrução de processo administrativo, atua a Administração assim entendidos os órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário como estabelece o art. 1º e § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Aliás, essa lei, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal lança evidente esclarecimento sobre o assunto, de modo a deixar patente que são os respectivos órgãos ou administração própria por seus diretores que imediatamente defendem os respectivos interesses, pedindo o assessoramento jurídico (se do Poder Executivo) à AGU, quando verificada a hipótese de comprometimento da União ou entidade Autárquica como tal.*
>
> 9. Parece certo, portanto, que a representação extrajudicial da União (tal como prevista nos arts. 131 da Constituição e 1º L.C. 73/93) não compreende a representação legal de órgãos ou entidades que se vejam envolvidos em processo administrativo para o que contam com seus próprios assessores técnicos ou o assessoramento jurídico das Consultorias Jurídicas dos Ministérios ou Núcleos de Assessoramento Jurídico para o Executivo, ou assessores jurídicos junto aos órgãos do Legislativo e Judiciário. ***A representação extrajudicial da União, pela AGU, fica reservada para a defesa dos interesses dela ou de seus órgãos perante Tribunais (Tribunal de Contas, por exemplo) ou Conselhos de contencioso administrativo ou quando o interesse de parte é da União não do órgão****.13 (grifou-se)*
>
> 33. De todo o exposto verifica-se que a Advocacia-Geral da União é representante extrajudicial da União. Entretanto, esta representação pode não ser exercida de forma exclusiva e, *dependendo da situação em concreto, pode até mesmo não ser necessária, podendo ser exercida nestas situações diretamente por agentes públicos titulares dos seus respectivos órgãos ou que detenham poderes delegados para tanto.*
>
> 34. *Todavia, para firmar termo de compromisso de ajustamento de conduta, uma vez que o objetivo deste instrumento é evitar demanda judicial ou, caso já proposta, por termo a contenda judicial e que, como dito, implicará em um gravame para a União, faz-se necessário que haja a intervenção da Advocacia-Geral da União, concomitantemente com o agente público titular do órgão compromissário, para que sejam antevistas todas as implicações e repercussões que a assinatura do referido instrumento implicará.*
>
> 35. Faz-se necessário esclarecer que *sempre deverá firmar o termo de compromisso de ajustamento de conduta a autoridade máxima do órgão compromissário ou o agente público a quem se tenha delegado poderes expressos para tal múnus.* **[...] (Negritos do original, sublinhados do transcritor)**

15-Consoante o Parecer nº 055/2020/Decor-CGU/AGU (25/05/2020 - 33910.026773/2019-21), e diferentemente do previsto no ***caput*** do art. 4º-A da Lei n. 9.469/1997, a literalidade de seu parágrafo único não prevê que o Advogado-Geral da União ou seu delegado necessariamente celebrará ou "*firmará*" o TAC[42], e sim que a AGU sempre decidirá "*quanto à sua celebração*", sendo também por isso que o inciso VI do art. 36 do Anexo I do Decreto n. 7.392, de 13/12/2010 (atual inciso XIV do art. 40 do Decreto n. 10.608, de 25/01/2021) apenas o incumbe de "*autorizar a assinatura de termo de ajustamento de conduta pela Administração Pública Federal*".

16-Daí aquele opinativo ter sinalizado que a fundamento do ***caput*** do art. 4º-A da Lei n. 9.469/1997, e após decisão final do Advogado-Geral da União, o TAC há de ser concomitantemente firmado pela AGU, na condição de representante jurídico, e pelo competente administrador do órgão ou ente público curador do interesse público em foco, na condição de representante legal e político (compromitente ou compromissário), eventualmente também a fundamento do art. 7º-A daquela Lei ("*As competências previstas nesta Lei aplicam-se concorrentemente àquelas específicas existentes na legislação em vigor em relação às autarquias, às fundações e às empresas públicas federais não dependentes*.").

17-E, por isso, particularmente quanto a este primeiro ponto (subscrição obrigatória), entendeu-se ainda válida parte da ênfase do **Despacho do Consultor-Geral da União nº 126/2008** (19/03/2008 - 00400.000738/2007-49), em cujos termos se deu a aprovação pelo Advogado-Geral da União do Parecer nº AGU/RA - 03/2007, de 29/08/2007, a partir daí identificado apenas como **Parecer nº JT - 04/2008**, de 27/05/2009:

> *"[...] 7. Parecem-me adequadas as conclusões do mencionado Parecer quando apontam a necessidade de participação da Advocacia-Geral da União na celebração de termo de ajustamento de conduta,* ***juntamente*** *com o agente público titular do órgão compromissário, tendo em vista as implicações da assinatura do mencionado termo, em face do contido no texto constitucional e na LC nº 73/93. Destaco, nesse sentido, os itens 30, 31 e 37 do citado Parecer.*
>
> 8. No que concerne à definição dos órgãos da Advocacia-Geral da União que deverão *intervir na assinatura do termo, penso estar correta a distinção calcada na existência ou não de ação judicial sobre a matéria: se o termo for firmado durante o curso de ação judicial, caberá à unidade do contencioso responsável pelo acompanhamento do processo; se, de outro lado, o termo for firmado anteriormente ao ajuizamento da demanda judicial, a assinatura do termo, em conjunto com o agente público titular do órgão compromissário, será da competência da Consultoria Jurídica do Ministério ao qual o órgão estiver subordinado, cabendo aos Núcleos de Assessoramento Jurídico esse papel quando compromissário for o órgão público descentralizado. Sublinhe-se quanto a este ponto o contido nos itens 33 e 34 do mencionado Parecer.*
>
> 9. *Se a assinatura do termo de ajustamento de conduta couber ao agente público titular de autarquia ou fundação, será legitimada a firmar o termo a respectiva Procuradoria Federal vinculada, consoante o item 35 do Parecer. [...]"* **(sem destaques no original)**

18-Mas, segundo o Parecer nº 055/2020/Decor-CGU/AGU (25/05/2020 - 33910.026773/2019-21), atualmente, a teor do parágrafo único do art. 4º-A da Lei n. 9.469/1997 e do inciso VI do art. 36 do Anexo I do Decreto n. 7.392, de 13/12/2010 (inciso XIV do art. 40 do Decreto n. 10.608, de 25/01/2021), inexistentes à época do **Parecer JT - 04/2008**, não mais subsistiria em caráter absoluto a ênfase da parte final do parágrafo oitavo do **Despacho do Consultor-Geral da União nº 126/2008** (19/03/2008 - 00400.000738/2007-49) para as situações ali enfocadas, quando o órgão jurídico atue apenas em sede de consultoria ou assessoramento, nas quais, após decisão final do Advogado-Geral da União, o TAC será em princípio firmado isoladamente pelo representante legal ou político do órgão ou ente federal curador do interesse público.

II.3 - Necessidade de o órgão jurídico excepcionalmente subscrever o instrumento.

19-Contudo, a mesma literalidade do parágrafo único do art. 4º-A da Lei n. 9.469/1997 também não enuncia que o órgão competente da AGU estará impedido ou desobrigado de subscrever o TAC[42] cuja assinatura tenha sido autorizada pelo Advogado-Geral da União.

20-Assim, se houver acerca do tema pactuável alguma demanda extrajudicial ou judicial sobre a qual a celebração do TAC possa ou deva incidir ou repercutir, também na hipótese do parágrafo único do art. 4º-A da Lei n. 9.469/1997 caberá sua subscrição conjunta entre representante "administrativo" (legal ou político) e representante "jurídico" (extrajudicial), em simetria ao previsto para a hipótese do ***caput*** do art. 4º-A.

21-Pois, como igualmente anunciado no referido opinativo de 2020, notadamente nessas hipóteses emergentes do parágrafo único do art. 4º-A, e conforme a perspectiva que se adote, poderia haver configuração de ato administrativo complexo, composto ou de controle[56], aplicando-se o raciocínio desenvolvido por GUERRA & PALMA:

> *[...] O compromisso pode ser celebrado por qualquer autoridade administrativa. (...) A LINDB não qualifica quem é essa autoridade administrativa. Aqui o importante é verificar a alocação de competências conforme as normas que informam o funcionamento do órgão ou ente em que o acordo seja celebrado. Podemos compreender pelo menos cinco cenários: (...) 4. Autoridade competente no ato complexo. Por vezes, o acordo administrativo tem natureza complexa, pois requer a manifestação expressa de mais de uma autoridade. É o caso, por exemplo, de um órgão de negociação distinto daquele com capacidade de celebração (como uma diretoria colegiada). Neste caso, a autoridade administrativa corresponde àquele com capacidade de exprimir a vontade e pactuar, mas as etapas preliminares devem necessariamente ser observadas sob pena de invalidação do acordo. [...]" (Sérgio GUERRA, Juliana Bonacorsi de PALMA; "Art. 26 da LINDB: Novo regime jurídico de negociação com a Administração Pública" - p. 149/150, in RDA- Revista de Direito Administrativo, pp. 135/169 -* ***sublinhados do transcritor)***

22-A solução ora aventada encontra-se em convergência com o § 5º do art. 10 do Decreto n. 9.830, de 10/06/2019, que ao regulamentar a redação introduzida pela Lei nº 13.655, de 25/04/2018, no art. 26 da do Decreto-Lei nº 4.657, de 04/09/1942, nitidamente distingue os TACs dependentes "de autorização" da AGU dos também por ela "f*irmados*":

> ***Art. 10****. Na hipótese de a autoridade entender conveniente para eliminar irregularidade, incerteza jurídica* ***ou situações contenciosas*** *na aplicação do direito público, poderá celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável e as seguintes condições:*
>
> ----------

*§ 5º Na hipótese de o compromisso **depender de autorização** do Advogado-Geral da União e de Ministro de Estado, nos termos do disposto no § 4º do art. 1º ou no art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, **ou ser firmado** pela Advocacia-Geral da União, o processo de que trata o § 3º será acompanhado de manifestação de interesse da autoridade máxima do órgão ou da entidade da administração pública na celebração do compromisso.*

II.4 - Proposta de parcial atualização da leitura do Parecer nº JT - 04/2008 (27/05/2009)

23-Assim, quanto aos TACs em cuja celebração a AGU apenas preste consultoria, assessoramento, ou atue como órgão autorizador (anuente), não há necessidade de seus órgãos subscrevê-los, e quanto aos em que atue concomitantemente em qualquer daquelas condições e como representante judicial ou extrajudicial, os subscreverá se firmados perante o próprio juízo da representação (e não, de regra, quando celebrados em âmbito puramente administrativo), sempre o fazendo estritamente nessa exata figuração de representante, e não como compromissária ou compromitente.

24- Neste sentido é que nos parece - s.m.j. - deva agora ser compreendida à vista do parágrafo único no art. 4º-A da Lei nº 9.469/1997 a orientação geral vinculante do **Parecer JT - 04/2008**, de 27/05/2009 (Parecer nº AGU/RA - 03/2007, de 29/08/2007), ***verbis***:

*"[...] EMENTA: (...) **III** - A Advocacia-Geral da União deve intervir obrigatoriamente na celebração dos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta.*

36. Cabe agora definir qual o órgão da Advocacia-Geral da União incumbirá intervir.

37. *Se o termo de compromisso de ajustamento de conduta for firmado em momento anterior ao do ajuizamento de demanda judicial, a Advocacia-Geral da União deverá participar por intermédio da respectiva Consultoria Jurídica que estiver vinculada ao órgão compromissário ou, se for o caso, pelo respectivo Núcleo de Assessoramento Jurídico.*

38. Se, entretanto, o termo de compromisso de ajustamento de conduta for *firmado durante o trâmite de demanda judicial, a Advocacia-Geral da União deverá estar presente por intercessão da unidade contenciosa que for responsável pelo acompanhamento do processo.*

39. Por fim, em *se tratando de termo de compromisso de ajustamento de conduta que tenha a participação de alguma entidade ou órgão da Administração Pública Indireta a intervenção, em relação a estes, dar-se-á pela participação da respectiva Procuradoria Federal vinculada.*

---

41. Em conclusão, o termo de compromisso de ajustamento de conduta deve ser *assinado pela autoridade máxima do órgão compromissário ou por agente público com delegação de poderes expressos para tal exercício, tendo a intercessão obrigatória da Advocacia-Geral da União em cumprimento ao comando constitucional. [...]"*

25-Cumprindo salientar que essa leitura de atualização se harmoniza inclusive com a adução trazida no **Despacho do Consultor-Geral da União nº 126/2008** (19/03/2008 - 00400.000738/2007-49), aprovado pelo Advogado-Geral da União:

"[...] Sr. Advogado-Geral da União,

***1**. Tratam os autos de questão que merece destaque e atenção no que concerne à representação extrajudicial da União.*

***4**. Recebidos os autos com a comunicação da então Consultora Jurídica do Ministério do Trabalho e Emprego, chamou-me a atenção o fato de, dentre os signatários do Termo, não constar nenhum representante da Advocacia-Geral da União.*

***5**. Solicitei, então, a elaboração de parecer que enfrentasse a questão de fundo, com vistas à uniformização do entendimento.*

***7**. Parecem-me adequadas as conclusões do mencionado Parecer quando apontam a necessidade de participação da Advocacia-Geral da União na celebração de termo de ajustamento de conduta, juntamente com o agente público titular do órgão compromissário, tendo em vista as implicações da assinatura do mencionado termo, em face do contido no texto constitucional e na LC nº 73/93. Destaco, nesse sentido, os itens 30, 31 e 37 do citado Parecer. [...]"*

26-E se mostra igualmente convergente com o disposto na Portaria Normativa AGU n. 003, de 06/05/2021 (DOU de 07/05/2021, Seção 1, p. 4), que ao revogar a Portaria CGU/AGU nº 9, de 16/06/2009 (DOU de 17/06/2009, Seção 1, p. 5) e a Portaria CGU/AGU nº 12, de 24/06/2015 (DOU de 1º/07/2015, Seção 1, pág. 10), dispõe sobre a atuação dos órgãos responsáveis pela consultoria e assessoramento jurídico ou representação extrajudicial da Administração Direta do Poder Executivo Federal na celebração de Termo de Ajustamento de Conduta e (TAC), ênfase a seus artigos 5º a 7º.

III- CONCLUSÕES E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

27-Ante o exposto, quanto ao questionamento acerca de competências de órgãos da AGU na subscrição de termos de ajustamento de conduta, no contexto das orientações do Parecer nº 056/2018/Decor-CGU/AGU (26/07/2018), do Parecer nº 080/2019/Decor-CGU/AGU (02/09/2019) e do Parecer nº 055/2020/Decor-CGU/AGU (25/05/2020), e à vista das repercussões do ***caput*** e parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10/07/1997, e do inciso VI do art. 36 do Anexo I do Decreto n. 7.392, de 13/12/2010 (atual inciso XIV do art. 40 do Anexo I do Decreto n. 10.608, de 25/01/2021) sobre o Parecer nº JT - 04/2008, de 27/05/2009 (Parecer nº AGU/RA - 03/2007, de 29/08/2007), cuja análise ora se dá por encerrada, este Parecer transita pelas seguintes conclusões:

A - A superveniente introdução do parágrafo único no art. 4º-A na Lei nº 9.469, de 10/07/1997, pelo art. 84 da Lei nº 12.249, de 11/06/2010, sugere a necessidade de atualização parcial da orientação do Parecer JT - 04/2008, de 27/05/2009 (Parecer nº AGU/RA - 03/2007, de 29/08/2007), nos termos a seguir.

B - É desnecessária a subscrição pela AGU de TACs em cuja celebração apenas preste consultoria ou assessoramento jurídico e/ou atue somente como órgão autorizador (anuente).

C - Cabe-lhe fazê-lo quando atue concomitante ou exclusivamente como representante judicial ou extrajudicial, em instrumentos a serem celebrados perante o próprio juízo da representação, e não - de regra - em âmbito puramente administrativo, sempre os subscrevendo estritamente como representante, e não como compromissária ou compromitente.

28-Em se aprovando os entendimentos ora sustentados, propõe-se submissão deste Parecer à ampla ciência dos órgãos consultivos e contenciosos sujeitos à orientação da Advocacia-Geral da União, ênfase à Consultoria Jurídica no Ministério da Justiça e Segurança Pública, e à Procuradoria-Geral Federal, para análise dos questionamentos suscitados nos parágrafos 23 a 28 da Nota n. 106/2020/Cojud/PFE-Ibama-Sede/PGF/AGU (24/07/2020).

Este o Parecer que submeto à apreciação de V. Exa.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Joaquim Modesto Pinto Junior
Advogado da União

[1] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 047 - Parecer nº 056/2018/Decor-CGU/AGU (26/07/2018 - 00407.007554/2011-26): ***"EMENTA: I** - Direito Administrativo. Art. 78 da Lei nº 5.172, de 25/10/1966 (Código Tributário Nacional). Art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24/07/85. Art. 4º-A da Lei nº 9.469/1997.Arts. 2º e 69 da Lei nº 9.784, de 29/01/1999. Art. 36, inciso XIV, do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13/12/2010, Portaria AGU nº 690, de 20/05/2009, Portaria CGU nº 09, de 16/06/2009. **II** - A celebração pela Administração Pública Federal de termo ou compromisso de ajustamento de conduta fundado no seu poder de polícia circunscreve-se a interesses de natureza extrapatrimonial e a objeto limitado a "condições de tempo, lugar e modo" ínsitas a obrigação legal imponível ao compromissado, excetuada transigência quanto a núcleo jurídico indisponível associado a interesse público ou a subjacente direito material de terceiros. **III** - Orientando-se o TAC do § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/1965 (LACP) à prevenção e encerramento de litígios, finalidade homóloga à do art. 1º da Lei nº 9.469/1997, essa sua potencial vinculação instrumental os sujeita a homogênea orientação hermenêutica, permitindo que a exegese do art. 4º-A da lei por último referida coordene-se com a de seus art. 1º e 2º, que via delegação admitem excluir da apreciação do Advogado-Geral da União - dentre outros - os autorizativos de ajustes terminativos não excedentes do teto regulamentar; **IV** - Consoante precedentes do Decor/CGU, para os estritos fins de submissão de termos de ajustamento de conduta à decisão do Advogado-Geral da União, em inexistindo disposição diversa referentemente a órgão ou entidade específico, a legislação-[1] não diferencia situações em que a Administração Pública os celebre na condição de compromitente ou de compromissária, sem prejuízo de outras autoridades manifestarem-se sobre sua conveniência e oportunidade. **V** - A teor de tais precedentes, e observadas as ressalvas acima, a Portaria AGU nº 690, de 20/05/2009 não disciplina apenas casos em que a Administração Pública Federal celebre termos de ajustamento de conduta na condição de compromissária, abrangendo também situações em que a atuação de seus órgãos ou entes se verifique na condição de compromitentes, ou reciprocamente como compromissários e compromitentes. **VI** - A prerrogativa do art. 4º-A da Lei nº 9.469/1997 para decisão sobre celebração de termos de ajustamento de conduta em que órgãos ou entes públicos federais figurem meramente como compromitentes ou reciprocamente como compromissários e compromitentes pode ser objeto de delegação administrativa, solução admitida como regra geral, tanto pela Lei nº 9.784, de 29/01/1999, quanto pelo Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967, e regulamentada com ampla flexibilidade pelo Decreto nº 83.397, de 06/09/1979."*

[2] 02003.000819/2018-18- Sequencial Sapiens nº 003 - **Parecer nº 080/2019/Decor-CGU**/AGU (02/09/2019 - 02003.000819/2018-18): ***"EMENTA: I** - Direito Administrativo. Art. 78 da Lei nº 5.172, de 25/10/1966 (Código Tributário Nacional). Artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967. Artigos 1º a 6º do Decreto nº 83.937, de 06/09/1979. Art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24/07/85. Art. 4º-A da Lei nº 9.469/1997. Artigos 2º, 11 a 13 e 69 da Lei nº 9.784, de 29/01/1999. Art. 36, inciso XIV, do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13/12/2010**. II** - O art. 4º-A da Lei nº 9.469/1997 não disciplina apenas casos em que a Administração Pública Federal celebre termos de ajustamento de conduta na condição de compromissária, abrangendo também situações em que a atuação de seus órgãos ou entes se verifique na condição de compromitentes, ou como compromissários e compromitentes. **III** - Visto que a celebração pela Administração Pública Federal de termo ou compromisso de ajustamento de conduta circunscreve-se a interesses de natureza extrapatrimonial e a objeto limitado a "condições de tempo, lugar e modo" ínsitas a obrigação legal imponível ao compromissado, também a formalização de termos aditivos para prorrogação de prazos, porque referida a "condições de tempo" indissociáveis do objeto do ajuste, submete-se à aprovação do Advogado-Geral da União. **IV** - A submissão da formalização de aditivos de prorrogação de prazos à decisão final do Advogado-Geral da União aplica-se inclusive em relação a termos de ajustamento de conduta anteriores a 06/06/2019. **V** - A prerrogativa do art. 4º-A da Lei nº 9.469/1997 para decisão sobre celebração de termos de ajustamento de conduta por órgãos ou entes públicos federais compromitentes ou compromissários pode ser objeto de delegação administrativa, inclusive no que concerne à formalização de termos aditivos, solução admitida como regra geral, tanto pela Lei nº 9.784, de 29/01/1999, quanto pelo Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967, e regulamentada com ampla flexibilidade pelo Decreto nº 83.397, de 06/09/1979."*

[3] 33910.026773/2019-21 - Sequencial Sapiens nº 014 - **Parecer nº 055/2020/Decor-CGU/AGU** (25/05/2020): ***EMENTA: I** - Direito Administrativo. Art. 26 do Decreto-Lei n. 4.657, de 04/09/1942. Art. 78 da Lei nº 5.172, de 25/10/1966 (Código Tributário Nacional). Artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967. Artigos 1º a 6º do Decreto nº 83.937, de 06/09/1979. Art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24/07/1985. Art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10/07/1997. Art. 29, § 1º da Lei nº 9.656, de 03/06/1998. Artigos 2º, 11 a 13 e 69 da Lei nº 9.784, de 29/01/1999. Art. 36, incisos VI e XIV, do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13/12/2010. Art. 32 da Lei n. 13.848, de 25/06/2019. **II** - O art. 4º-A da Lei nº 9.469/1997 não disciplina apenas situações em que a Administração Pública Federal celebre termos de ajustamento de conduta como compromissária, abrangendo também as em que a atuação de seus órgãos ou entes se verifique na condição de compromitentes, ou reciprocamente como compromissários e compromitentes, ainda que neles a participação da AGU não se opere a título de representante judicial ou extrajudicial do celebrante. **III** - Visto que a celebração de termo ou compromisso de ajustamento de conduta circunscreve-se a interesses de natureza extrapatrimonial e a objeto limitado a "condições de tempo, lugar e modo" ínsitas a obrigação legal imponível ao compromissado, também a sua formalização em processos regulatórios ou em termos aditivos para prorrogação de prazos, porque referida a elementos indissociáveis do objeto do ajuste, submete-se à aprovação do Advogado-Geral da União, inclusive quanto a aditivos em instrumentos anteriores a 06/06/2019. **IV** - A prerrogativa do parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469/1997, para decisão final sobre celebração de termos de ajustamento de conduta por órgãos ou entes públicos federais compromitentes ou compromissários pode, mesmo no que concerne a processos regulatórios e à formalização de termos aditivos, ser objeto de delegação administrativa, admitida tanto pela Lei nº 9.784, de 29/01/1999, quanto pelo Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967, e regulamentada com ampla flexibilidade pelo Decreto nº 83.397, de 06/09/1979. **V**- Aplicam-se as orientações do Parecer nº 056/2018/Decor-CGU/AGU (26/07/2018) e do Parecer nº 080/2019/Decor-CGU/AGU (02/09/2019) também aos termos de ajustamento de conduta a que se referem - dentre outros - o art. 26 do Decreto-Lei n. 4.657, de 04/09/1942, o § 1º do art. 29 da Lei nº 9.656, de 03/06/1998, e o art. 32 da Lei n. 13.848, de 25/06/2019.*

[4] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens n. 85 - **Nota n. 037/2020/Conjur-MJSP/CGU/AGU** (27/02/2020)

[5] **Nota nº 150/2019/Deaex-CGU/AGU**: [...] ***20**. Nesse contexto, foi elaborada a Portaria n. 09/CGU/AGU, que rege a celebração de TAC na Administração Direta, e a Portaria n. 201/PGF/AGU, que rege a celebração de TAC na Administração Indireta, adotando-se, em ambos os normativos, o entendimento de **que a atribuição do Advogado-Geral nos Termos de Ajustamento de Conduta se restringe à autorização prévia**. Portanto, a interpretação conferida ao art. 4º-A da Lei n. 9.469/1997 nos referidos atos normativos, até o presente momento, foi no sentido de que **cabe ao Advogado-Geral AUTORIZAR a celebração de TACs, e não assinar os seus termos. 21**. A Portaria n. 09/CGU/AGU, de 2009, na redação conferida pela Portaria n. 12/CGU/AGU, de 2015, prevê a análise conclusiva do TACs pela Consultoria-Geral da União para autorização do TAC, retornando-se o caso ao órgão interessado, que deverá "remeter, no prazo máximo de 10 (dez) dias, cópia devidamente assinada do TAC, para fins de registro e controle". **22.** Nessa mesma linha de intelecção, a minuta de ato normativo (Seq. 02) elaborada por este Departamento ora submetida à apreciação, adotou a mesma premissa adotada nos referidos atos normativos, qual seja, o entendimento de que a atuação do Advogado-Geral da União estabelecida no art. 4º-A da Lei n. 9.469/1997 é no sentido de que sua atuação se circunscreve à autorização prévia para a celebração dos TACs, passível de delegação, e não assinatura dos termos. [...]"* **(destaques do texto transcrito)**

[6] 00400.000738/2007-49 - **Despacho do Consultor-Geral da União nº 126/2008** (19/03/2008): (...) ***7**. Parecem-me adequadas as conclusões do mencionado Parecer quando apontam a necessidade de participação da Advocacia-Geral da União na celebração de termo de ajustamento de conduta, juntamente com o agente público titular do órgão compromissário, tendo em vista as implicações da assinatura do mencionado termo, em face do contido no texto constitucional e na LC nº. 73/93. Destaco, nesse sentido, os itens 30, 31 e 37 do citado Parecer. **8**. No que concerne à definição dos órgãos da Advocacia-Geral da União que deverão intervir na assinatura do termo, penso estar correta a distinção calcada na existência ou não de ação judicial sobre a matéria: se o termo for firmado durante o curso de ação judicial, caberá à unidade do contencioso responsável pelo acompanhamento do processo; **se, de outro lado, o termo for firmado anteriormente ao ajuizamento da demanda judicial, a assinatura do termo, em conjunto com o agente público titular do órgão compromissário, será da competência da Consultoria Jurídica do Ministério ao qual o órgão estiver subordinad**o, cabendo aos Núcleos de Assessoramento Jurídico essa papel quando compromissário for o órgão público descentralizado. Sublinhe-se quanto a este ponto o contido nos itens 33 e 34 do mencionado Parecer**. 9**. Se a assinatura do termo de ajustamento de conduta couber ao agente público titular de autarquia ou fundação, será legitimada a firmar o termo a respectiva Procuradoria Federal vinculada, consoante o item 35 do Parecer. [...]"*

[7] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 052 - **Despacho nº 199/2019/Decor-CGU/AGU** (25/03/2019)

[8] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 052 - **Despacho nº 199/2019/Decor-CGU/AGU** (25/03/2019): *[...] 6. Observa-se que, quanto à delimitação dos órgãos competentes no âmbito da Advocacia-Geral da União para fins de celebração dos TAC's, concluiu o Parecer nº JT - 04 que a existência ou não de ação judicial e a participação ou não de entidade da Administração Pública Indireta são fatores determinantes, nos seguintes termos: - **Despacho do Consultor-Geral da União nº 126/2008: 7. (...) 8. (...) 9. (...)***

PARECER Nº AGU/RA- 03/2007 *(...) 34. Todavia, para firmar termo de compromisso de ajustamento de conduta, uma vez que o objetivo deste instrumento é evitar demanda judicial ou, caso já proposta, por termo a contenta judicial e que, como dito, implicará em um gravame para a União, faz-se necessário que haja a intervenção da Advocacia-Geral da União, concomitantemente com o agente público titular do órgão compromissário, para que sejam antevistas todas as implicações e repercussões que a assinatura do referido instrumento implicará.* ***35****. Faz-se necessário esclarecer que sempre deverá firmar o termo de compromisso de ajustamento de conduta a autoridade máxima do órgão compromissário ou o agente público a quem se tenha delegado poderes expressos para tal múnus.* ***36****. Cabe agora definir qual o órgão da Advocacia-Geral da União incumbirá intervir.* ***37****. Se o termo de compromisso de ajustamento de conduta for firmado em momento anterior ao do ajuizamento de demanda judicial, a Advocacia-Geral da União deverá participar por intermédio da respectiva Consultoria Jurídica que estiver vinculada ao órgão compromissário ou, se for o caso, pelo respectivo Núcleo de Assessoramento Jurídico.* ***38****. Se, entretanto, o termo de compromisso de ajustamento de conduta for firmado durante o trâmite de demanda judicial, a Advocacia-Geral da União deverá estar presente por intercessão da unidade contenciosa que for responsável pelo o acompanhamento do processo.* ***39****. Por fim, em se tratando de termo de compromisso de ajustamento de conduta que tenha a participação de alguma entidade ou órgão da Administração Pública Indireta a intervenção, em relação a estes, dar-se-á pela participação da respectiva Procuradoria Federal vinculada.* ***40****. Deve-se destacar, conforme assinalado no Despacho do Consultor-Geral da União nº 204/2005, que a defesa dos interesses da União ou de seus órgãos perante a Corte de Contas dar-se-á por intervenção da Advocacia-Geral da União.* ***41****. Em conclusão, o termo de compromisso de ajustamento de conduta deve ser assinado pela autoridade máxima do órgão compromissário ou por agente público com delegação de poderes expressos para tal exercício, tendo a intercessão obrigatória da Advocacia-Geral da União em cumprimento ao comando constitucional. [...]"*

[9]**Parecer AGU JT-04**: [...] **37.** Se o termo de compromisso de ajustamento de conduta for firmado em momento anterior ao do ajuizamento de demanda judicial, a Advocacia-Geral da União deverá participar por intermédio da respectiva Consultoria Jurídica que estiver vinculada ao órgão compromissário ou, se for o caso, pelo respectivo Núcleo de Assessoramento Jurídico. [...]"

[10] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 088 - **Cota nº 056/2020/Decor-CGU/AGU** (25/05/2020)

[11] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 089 - **Nota n. 1.252/2020/PGU/AGU** (28/06/2020)

[12] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 101 - **Parecer n. 017/2020/Deaex-CGU/AGU** (29/06/2020): ***EMENTA****: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC). ATRIBUIÇÃO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO PREVISTA NO ART. 4º-A DA LEI N. 9.469/1997 PARA DECISÃO FINAL SOBRE O AJUSTE NAS HIPÓTESES QUE ENVOLVAM INTERESSE PÚBLICO DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES. POSSIBILIDADE DE DELEGAÇÃO DESSA COMPETÊNCIA. PRINCÍPIO DA SIMETRIA.* ***1****. A interpretação conferida ao art. 4º-A da Lei n. 9.469/1997 é no sentido de que cabe ao Advogado-Geral da União autorizar, previamente, a celebração de TACs, e não assinar os seus termos.* ***2****. A prerrogativa do art. 4º-A da Lei nº 9.469/1997 para decisão final sobre a celebração de termos de ajustamento de conduta em que órgãos ou entes públicos federais figurem meramente como compromitentes ou reciprocamente como compromissários e compromitentes pode ser objeto de delegação administrativa.* ***3****.Buscando-se agilidade e objetividade às decisões sobre o assunto, foi editada a* ***Portaria n° 12 do Advogado-Geral da União****, em que o Advogado-Geral da União delegou a competência sobre a decisão final em Termos de Ajustamento de Conduta ao Consultor-Geral da União. Em seguida, a* ***Portaria nº 6, de 6 de fevereiro de 2020*** *que, por sua vez, previu a subdelegação do Consultor-Geral da União, ao Consultor Jurídico junto ao Ministério, ao Chefe da Assessoria Jurídica, ao Consultor Jurídico da União para decisão final em TAC - a depender do órgão que constar como tomador do compromisso ou como compromitente.* ***4****. Por simetria, as autoridades que atuarem no exercício da competência delegada do Advogado-Geral da União para autorizar a pactuação de TACs não devem subscrever os seus termos, cuja competência é dos gestores públicos e agentes políticos (Chefes de entidades ou Ministros de Estado).*

[13] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 103 - **Despacho n. 006/2020/DEP/DEPCONSU/PGF/AGU** (03/07/2020)

[14] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 118 - **Cota n. 118/2020/COEPA/PFE-ANA/PGF/AGU** (21/07/2020)

[15] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 123 - **Despacho n. 017/2020/PROT/PF-Sudene/PGF/AGU (**23/07/2020)

[16] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 130 - **Cota n. 091/2020/PFE/FUN/PA/PF-Funasa-PA/PGF/AGU** (23/07/2020)

[17] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 131 - **Cota n. 056/2020/PFE/FUN/MT/PF-Funasa-MT/PGF/AGU** (23/07/2020)

[18] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 132 - **Cota n. 737/2020/PFE/FUN/RJ/PF-Funasa-RJ/PGF/AGU** (23/07/2020)

[19] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 152 - **Cota n. 00037/2020/PFE/FUN/SP/PFFUNASASP/PGF/AGU** (24/07/2020)

[20] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 147 - **Despacho n. 070/2020/GAB/PFE/PF-Funasa/PGF/AGU** (29/07/2021))

[21] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 174 - **Despacho n. 076/2020/GAB/PFCNEN/PF-CNEN/PGF/AGU** (05/10/2021)

[22] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 213 - **Despacho n. 109/2020/GAB/PF-CNEN/PFCNEN/PGF/AGU** (15/12/2020)

[23] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 217 - **Ofício n. 3.845/2021-BCB/PCBC** (12/02/2021)

[24] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 133 - **Nota n. 156/2020/COMAF/PFE-ICMBIO/PGF/AGU** (23/07/2020)

[25] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 139 - **Despacho n. 092/2020/PF-Sudeco/PGF/AGU** (28/07/2020)

[26] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 133 - Mensagem eletrônica da PF/Sudeco, de 27/07/2020

[27] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 140 - **Nota n. 070/2020/Proc/PF-Iphan/PGF/AGU** (28/07/2021)

[28] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 141 - **Nota Jurídica n. 038/2020/COAF/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU** (29/07/2020)

[29] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 142 - **Despacho n. 147/2020/NCA/PF-ANTAQ/PGF/AGU** (29/07/2020)

[30] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 144 - **Despacho n. 016/2020/MP/PFFBN/PGF/AGU** (30/07/2020)

[31] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 145 - Mensagem eletrônica da PF/Fundaj, de 21/07/2020

[32] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 146 - Mensagem eletrônica da PF/IBRAM, de 21/07/2020

[33] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 148 - **Nota n. 032/2020/PF-ANEEL/PGF/AGU** (30/07/2020)

[34] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 150 - **Cota n. 178/2020/CGA/PFE-INCRA-Sede/PGF/AGU** (30/07/2020)

[35] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 153 - **Nota n. 106/2020/COJUD/PFE-Ibama-Sede/PGF/AGU** (24/07/2020)

[36] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 101 - **Parecer n. 017/2020/Deaex-CGU/AGU** (29/06/2020)

[37] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 158 - **Despacho n. 018/2020/ASJU/PF-FCP/PGF/AGU** (02/08/2020)

[38] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 156 - **Parecer nº 46/2020/COPAB/DPA/PR** (30/07/2020)

[39] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 162 - **Despacho n. 827/2020/CCON/PFE-DNIT/PGF/AGU** (17/08/2020)

[40] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 175 - **Parecer n. 094/2020/CCAF/CONC./CGU/AGU** (02/10/2020): EMENTA:TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC). APLICAÇÃO DA LEI 13.140/2015 NO QUE PERTINE A COMPETÊNCIA DA CCAF. LEI N. 9.469/1997 Art. 4°. O TAC como instrumento de formalização de resolução de conflitos administrativos deve ser subscrito pelos gestores públicos e agentes políticos (Chefes de entidades ou Ministros de Estado) envolvidos na controvérsia e titulares dos direitos e das obrigações assumidas.

[41] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 176 - **Despacho n. 358/2020/CCAF/CONC./CGU/AGU** (07/10/2021)

[42] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 176 - **Nota n. 2.539/2020/PGFN/AGU (**16/10/2020)

[43] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 188 - **Nota n. 440/2020/PF-ANTT/PGF/AGU** (22/10/2020)

[44] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 209 - **Nota n. 292/2020/CGAAD/PFE-SUSEP-SEDE/PGF/AGU** (04/11/2020)

[45] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 210 - **Cota n. 3.408/2020/PFE-Anatel/PGF/AGU** (04/12/2020)

[46] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 216 - **Despacho n. 103/2021/PFANP/PGF/AGU** (25/01/2021)

[47] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 222 - **Parecer n. 039/2020/DEP/DEPCONSU/PGF/AGU** (18/10/2020): ***EMENTA:*** *TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS (TAC´S). LEGITIMIDADE E CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO DA AGU. INEXISTÊNCIA DE INOVAÇÃO LEGISLATIVA DO ART. 4º-A DA LEI Nº 9.469, DE 1997. EFICÁCIA PLENA DO PARECER VINCULANTE Nº JT-04.* ***1****. A inclusão do art. 4º-A à Lei nº 9.469, de 1997, por meio de emenda sugerida pela AGU ao relator-revisor do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 1, de 2010, teve o propósito declarado de transformar em legislação as mesmas conclusões aprovadas apenas um ano antes pelo Parecer nº JT-04;* ***2****. O Parecer nº JT-04 deve ser considerado plenamente válido, eficaz e vinculante para toda a administração pública federal, uma fez que foi aprovado pelo Presidente da República em 27 de maio de 2009;* ***3****. Os TAC´s administrativos são distinguidos em razão de serem baseados exclusivamente no § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 1985, ou de decorrerem do exercício de poder de polícia da administração pública, influenciando decisivamente a legitimidade para decidir sobre sua celebração;* ***4****. A aplicação do Parecer nº 56/2018/Decor-CGU/AGU enseja riscos jurídicos graves às autoridades da AGU a quem atribuiu a competência para decidir sobre a celebração de TAC´s;* ***5****. Solicitação à Consultoria-Geral da União da revogação das seguintes manifestações: Parecer nº 56/2018/Decor-CGU/AGU, assim como de todas as manifestações que o aprovaram ou complementaram (item 29); Parecer nº 001/2013/Decor/CGU/AGU; Parecer nº 42/2017/Deaex/CGU/AGU; Despacho nº 044/2011/STF/CGU/AGU, assim como de todas as manifestações que o aprovaram.*

[48] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 047 - **Parecer nº 056/2018/Decor-CGU/AG**U (26/07/2018)

[49] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 216 - **Despacho n. 014/2021/GAB/DEPCONSU/PGF/AGU** (04/03/2021)

[50] 33910.026773/2019-21 - Sequencial Sapiens nº 014 - **Parecer nº 055/2020/Decor-CGU/AGU** (25/05/2020)

[51] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 230 - **Parecer n. 001/2021/NAEXT/DEPCONSU/PGF/AGU** (22/04/2021**): *EMENTA:*** *TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC). ATRIBUIÇÃO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO PREVISTA NO ART. 4º-A DA LEI N. 9.469/1997. COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAR, PREVIAMENTE, A CELEBRAÇÃO DE TACs, COM POSSIBILIDADE DE DELEGAÇÃO. DESNECESSIDADE DE SUBSCRIÇÃO DE SEUS TERMOS PELO MEMBRO DA AGU.* ***1****. A intervenção dos órgãos jurídicos da AGU nas hipóteses de celebração de termos de ajustamento de conduta - TACs afigura-se obrigatória e independe da circunstância de o órgão ou entidade assessorada figurar como compromitente ou compromissária das avenças, conforme disposto no Parecer nº JT 04 e Parecer nº 056/2018/Decor-CGU/AGU.* ***2****. O art. 4º-A da Lei nº. 9.469, de 1997 aponta para a necessidade de intervenção da AGU para autorizar a celebração dos termos de ajustamento de conduta em todas as hipóteses, sem que disso resulte a conclusão de ser exigível a formal subscrição da avença pelo Advogado-Geral da União ou pelo membro da AGU que houver recebido delegação para o exercício dessa competência.* ***3****. A expressão "decisão final" constante do artigo 4º - A , parágrafo único, da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, compreende a adoção de uma decisão em sentido estritamente jurídico, comportando, assim, a autorização jurídica para a assinatura do TAC pela autoridade administrativa competente.* ***4****. A assinatura do TAC constitui prerrogativa de quem detém a representatividade legal ou política do órgão ou da entidade pública federal, não se fazendo necessária, tampouco obrigatória, a subscrição de seus termos pelo membro da AGU.*

[52] 00407.007554/2011-26 - Sequencial Sapiens nº 231 - **Nota n. 00025/2021/GJU-2/PFE-CVM/PGF/AGU** (07/06/2021)

[53] **Decreto nº 7.392, de 13/12/2010**: Art. 36. São atribuições do Advogado-Geral da União, órgão mais elevado de assessoramento jurídico do Poder Executivo: (...) **XIV** - autorizar a assinatura de termo de ajustamento de conduta pela Administração Pública Federal; (...)

[54] **Decreto n. 10.608, de 25/01/2021**: Art. 40. São atribuições do Advogado-Geral da União, órgão mais elevado de assessoramento jurídico do Poder Executivo federal: (...) **XIV** - autorizar a assinatura de termo de ajustamento de conduta pela administração pública federal; (....)

[55] **Emenda n. 27 do Senado Federal à MP 472, de 15/12/2009, correspondente à Emenda n. 120 do Relator-Revisor, o Senador Romero Jucá, consoante Relatório Legislativo de 22/04/2010, de sua autoria**. "[...] ***I*** *- RELATÓRIO Chega ao exame desta Casa o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 1, de 2010, de ementa em epígrafe, proveniente da Medida Provisória (MPV) nº 472, de 15 de dezembro de 2009, aprovado pela Câmara dos Deputados, tendo como relator o Deputado MARCELO ORTIZ.* ***(p. 01)*** *"****[...]*** *Emendas de Relator-Revisor No intuito de aprimorar o PLV nº 1, de 2010, estamos apresentando algumas emendas modificativas, supressivas e aditivas, que têm relação direta com o seu texto e com o da MPV nº 472, de 2009, que o originou. (p. 27) (...) A Advocacia-Geral da União (AGU) está sugerindo acréscimo de dispositivo à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para precisar os requisitos que deve conter o termo de ajustamento de conduta, para prevenir ou terminar litígios, nas hipóteses que envolvam interesse público da União, suas autarquias e fundações, firmado pela AGU. Pela emenda ora apresentada, a decisão final quanto à sua celebração cabe ao Advogado-Geral da União. (****p. 34) (...) III - VOTO*** *- Diante do exposto, nosso voto é pela ADMISSIBILIDADE dos pressupostos de relevância e urgência da MPV nº 472, de 2009, e sua constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do PLV nº 1, de 2010, com as emendas a seguir apresentadas:* ***(p. 36)*** *(...) EMENDA Nº - RELATOR-REVISOR Inclua-se no PLV nº 1, de 2010, onde couber, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:* ***"Art.*** *. A Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A: Art. 4º-A. O termo de ajustamento de conduta, para prevenir ou terminar litígios, nas hipóteses que envolvam interesse público da União, suas autarquias e fundações, firmado pela Advocacia-Geral da União, deverá conter:* ***I*** *- a descrição das obrigações assumidas****; II*** *- o prazo e o modo para o cumprimento das obrigações;* ***III*** *- a forma de fiscalização da sua observância;* ***IV*** *- os fundamentos de fato e de direito; e* ***V*** *- a previsão de multa ou de sanção administrativa, no caso de seu descumprimento****. Parágrafo único****. A Advocacia-Geral da União poderá solicitar aos órgãos e entidades públicas federais manifestação sobre a viabilidade técnica, operacional e financeira das obrigações a serem assumidas em termo de ajustamento de conduta, cabendo ao Advogado-Geral da União a decisão final quanto à sua celebração. (NR)"* [...] (https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/96322)

[56] "[...] 2. ***Ato complexo na teoria geral do Direito*** *(...) Em termos da teoria geral do direito, no ato complexo fundem-se diversas vontades de igual conteúdo para formação de uma vontade coletiva (e, por isso, distingue-se do contrato, pois, neste há divergência de vontades de partes reciprocamente contrapostas com o estabelecimento de direitos e deveres, enquanto naquele há convergência de vontades para produção de efeito igual e único perante terceiros sem criar direitos ou deveres entre os seus atores) para perseguição do mesmo fim, tendo sido desenvolvido seu conceito com maior profundidade no direito administrativo.[3] No ato composto, diferentemente, o fim e a atuação da vontade dos agentes dos vários atos têm relação de dependência e não de unidade.[4] Vicente Ráo se baseia em lição de Francesco Carnelutti, para quem o ato complexo é o resultante* ***(p. 01)*** *da unidade de atos plurais e se divide em coletivo e composto. Segundo essa opinião, quando plures actus vertunt in unum, a sede de coligação pode levar em consideração vários critérios (elementos fisiológicos ou teleológicos, fim ou atuação) e semelhante coligação pode consistir em identidade ou dependência do fim ou da atuação das vontades): se várias intenções tendem a um mesmo fim, há o ato coletivo; se, embora diversas as atuações ou o fim, dependem um do outro, há o ato composto. Dentre estes, situam-se os atos compostos unilaterais (a dependência do elemento teleológico se verifica em relação a*

algum dos atos combinados, que é o ato principal) e bilaterais ou recíprocos (correspondentes à antiga figura do contrato). Além disso, Ráo apresenta os atos de formação sucessiva que se aperfeiçoam pela verificação de outros, intercorrentes. A eficácia deste ato se adquire pela prática de todos os atos necessários à sua constituição (sucessivos e intercorrentes), retroagindo o efeito do último ato constitutivo praticado ao ato inicial, por isso denominado ato principal. Tais atos são caracterizados pela complexidade constitutiva e sucessiva (multiplicidade objetiva de vontades do mesmo ou mesmos agentes ou atos tendentes à produção do ato final visado),[5] distinta, portanto, do ato complexo, configurado pela multiplicidade concomitante de elementos subjetivos da que emanam vontades paralelas. ***3. Ato complexo no direito administrativo comparado*** *(...) Na Itália, Guido Zanobini distinguiu o ato simples do complexo, indicando que o primeiro se concretiza na vontade de um único sujeito e de um único dos órgãos administrativos - inserindo neste âmbito os atos colegiados - , enquanto que o segundo resulta do concurso de vontades de vários órgãos ou vários sujeitos da Administração Pública, sendo requisitos indispensáveis do ato administrativo complexo a identidade de conteúdo e a unidade de fins das diversas vontades, que se fundem para formação de um ato único.[8] (...)* ***(p. 02)*** *No ato complexo, ao contrário, a vontade dos diversos órgãos ou sujeitos concorrem a um só fim e se fundam em uma manifestação única (o vício de uma das vontades concorrentes é vício do ato em sua unidade). A complexidade pode ser interna ou externa, tendo em conta os órgãos pertencerem ou não a mesma pessoa jurídica; igual ou desigual, considerando o valor jurídico (idêntico ou proeminente) entre as vontades concorrentes.(9) Roberto Lucifredi arrola como elementos do ato complexo o concurso de vontades com atividade homogênea, o exercício da mesma faculdade ou competência e o fim comum como síntese dessas vontades.[10] Em Portugal, Marcello Caetano salienta que o ato é complexo quando "a aprovação de vários órgãos é necessária para a produção de um acto, incidindo a manifestação de vontade de cada um sobre o conteúdo do futuro acto".[11] (...)* ***4. Ato complexo no direito administrativo brasileiro (...) (p. 03)*** *Na seara do direito administrativo, "é sensível a vinculação da doutrina brasileira à corrente tedesco-italiana", como expõe Elival da Silva Ramos ao destacar que o ato administrativo complexo "após o seu aperfeiçoamento pode ser visto como única declaração de vontade da Administração, posto que é modalidade de ato administrativo unilateral", verificando-se no processo de sua formação o concurso da vontade proveniente de mais de um órgão (individual ou coletivo). Tais vontades caracterizam atos administrativos, cujo destino é serem absorvidos completamente pelo ato administrativo decorrente da conjugação de vontades, admitindo-se variações quanto à preponderância das vontades (complexidade igual ou desigual) e quanto à unidade ou pluralidade de entidades administrativas (complexidade interna ou externa).[14] Edmir Netto de Araújo conceitua o ato complexo como o resultante da "conjugação de vontades unitárias e coincidentes de pessoas diferentes, que ajustam entre si suas declarações paralelas para um determinado objetivo comum, e não só mas também, as manifestações/declarações de vontade emitidas, com as mesmas características, por órgãos diferentes da mesma pessoa política", com valores de vontade iguais ou desiguais (a predominância de uma delas faz parecer que as demais são meros acessórios ou pressupostos da vontade dominante) e com complexidade interna ou externa (esta decorrente de vontades unitárias diferentes, embora paralelas, emanadas de diferentes pessoas jurídicas, conjugando-se para atingir fim comum, podendo esta hipótese revelar caráter negocial).[15] Dentre os atos de complexidade interna exemplifica os atos subordinados a pareceres de órgãos consultivos, nomeações precedidas de indicações de órgãos técnicos ou não ou decorrentes de manifestações de vontade de diferentes Poderes constituídos, consórcios administrativos entre órgãos da mesma Administração e dentre os de complexidade externa arrola os convênios e consórcios administrativos (bilaterais ou multilaterais), porque os atos complexos serão ou não negócios jurídicos conforme a personalidade dos manifestantes de vontades e conforme o valor das declarações, pois, para que haja vontade unitária se pressupõe personalidade jurídica: sendo órgãos da mesma entidade, a vontade é unitária da entidade; sendo de diferentes entidades (com personalidade jurídica diversa) as vontades unitárias são diferentes, embora paralelas.[16] O certo é que o termo negócio* ***(p. 04)*** *jurídico não se reduz a contrato, em que as vontades são contrapostas e não coincidentes.[17] Ato complexo é ato único, indiviso: resultante de vontades distintas e homogêneas (nenhuma das quais idônea a constituir um ato administrativo à parte); seus atos específicos não produzem nenhum efeito isolado, senão quando simultaneamente se completam, integrados, escreve Lafayette Pondé.(..)* ***6. Ato complexo e ato composto*** *Já se viu acima a distinção entre ato complexo e composto, porém não custa reiterar, com base em Vicente Ráo, que no ato composto o fim e a atuação da vontade dos agentes dos vários atos têm relação de dependência e não* ***(p. 05)*** *de unidade.[23] No ato composto existe uma única manifestação de vontade de um único órgão dependente da verificação ou qualquer providência por outro para o tornar exeqüível. Nesse caso, "o ato já existe, mas só será posto em execução após tal providência".[24] A propósito, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que "os atos, em geral, que dependem de autorização, aprovação, proposta, parecer, laudo técnico, homologação, visto etc., são atos compostos".[25] (...)* ***(p. 06) 8. Edição e extinção do ato administrativo complexo*** *(...) No ponto, Sandra Julien Miranda invocando Caio Tácito, tendo como parâmetro o registro (ou julgamento da legalidade) de aposentadorias, reformas, pensões e etc., adverte que "muito embora uma das formas típicas de ato complexo seja aquele sujeito à autorização ou aprovação de outra autoridade, a doutrina italiana costuma distinguir o ato complexo em que a aprovação integra a manifestação de vontade das formas de mero controle de legalidade, em que o ato, apesar de perfeito, depende para sua eficácia, de ação de outra autoridade, verdadeira condição suspensiva".[33] Por isso, Caio Tácito limita o conceito de aprovação aos atos típicos de controle, em que não há identidade de fins e conteúdo entre as duas manifestações de vontade, que, embora concorrentes, atendem a interesses distintos. O pronunciamento inicial, complementa, constitui um ato perfeito de eficácia condicionada à aprovação (juízo de legitimidade e oportunidade) ou ao visto (juízo de legalidade). Ora, no ato de controle o objetivo do controlador é a verificação da legalidade e do interesse público do ato já praticado, enquanto que no ato complexo o objetivo de quem "aprova" é, em essência, o mesmo: nomear alguém, realizar certo empreendimento, etc.; nele, residualmente, há controle da legalidade e do interesse público, embora esse traço não seja o essencial.[34] No* ***(p. 07)*** *ponto, convém observar que o ato complexo tem essa característica porque apresenta uma convergência de atribuições ou competências, inspirada por vários motivos (como a participação na condução política da administração pública). Em verdade, a linha de caracterização do ato complexo é tênue e situa-se numa zona cinzenta: entretanto, há um critério que permite identificá-lo quando a outra manifestação de vontade convergente (prévia, concomitante ou sucessiva) é requisito essencial de perfeição do ato (e se houver divórcio de vontades, o ato continua a ser complexo, mas não se aperfeiçoa, inclusive nas hipóteses de controle de legalidade ou de mérito, com maior ou menor densidade) e apartá-lo de outra categoria - o ato composto - em que a sucessiva manifestação de vontade não integra a estrutura do ato, porém condiciona a sua eficácia como circunstância extrínseca e externa à sua existência e validade (mesmo que seja expressão de controle de legalidade ou de mérito, de maior ou menor densidade). Não se pode, tout court, tomar a espécie do ato (homologação, aprovação, visto, autorização) para concluir por este ou aquele; soa indispensável diagnosticar a morfologia do ato. (...)* ***(p. 08) (MARTINS, Wallace Paiva Martins Junior, Promotor de Justiça - SP, Revista Justitia, Matérias Aprovadas para publicação Futura, http://www.revistajustitia.com.br/artigos/4bz99a.pdf)***

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Processo nº 00695.001437/2019-16. Parecer nº BBL - 04, de 16 de fevereiro de 2022, do Advogado-Geral da União, que adotou, nos termos estabelecidos no Despacho do Consultor-Geral da União nº 00041/2022/GAB/CGU/AGU, o Parecer nº 00001/2022/CONSUNIAO/CGU/AGU da Consultoria-Geral da União. Aprovo. Publique-se para os fins do disposto no art. 40, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. Em 22 de fevereiro de 2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 00695.001437/2019-16.
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
ASSUNTO: EXAME ACERCA DA INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS VALORES RECEBIDOS PELO EMPREGADO NA FORMA DE TÍQUETES OU CONGÊNERES.

PARECER Nº BBL - 04

ADOTO, para os fins do art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, nos termos do Despacho do Consultor-Geral da União nº 00041/2022/GAB/CGU/AGU, de 03 de fevereiro de 2022, o PARECER nº 00001/2022/CONSUNIAO/CGU/AGU, 02 de fevereiro de 2022, e submeto-o ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, para os efeitos do art. 40, § 1º, da referida Lei Complementar, tendo em vista a relevância da matéria versada.

Em 16 de fevereiro de 2022.

BRUNO BIANCO LEAL
Advogado-Geral da União

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
GABINETE
SAS, QUADRA 03, LOTE 5/6, 12 ANDAR - AGU SEDE IFONE (61) 2026-8557
BRASÍLIA/DF 70.070-030

DESPACHO n. 00041/2022/GAB/CGU/AGU

NUP: 00695.001437/2019-16
INTERESSADOS: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ASSUNTOS: AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO E OUTROS

Exmo. Senhor Advogado-Geral da União,

1. Aprovo o PARECER n. 00001/2022/CONSUNIAO/CGU/AGU, da lavra do Consultor da União, Dr. Vinícius Brandão de Queiroz.

2. Nestes termos, submeto as manifestações desta Consultoria-Geral da União a vossa análise para que, em sendo acolhidas, sejam encaminhadas à elevada apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República para os fins dos art. 40, § 1º, e art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993

Brasília, 03 de fevereiro de 2022.

(assinado eletronicamente)
ARTHUR CERQUEIRA VALÉRIO
Advogado da União
Consultor-Geral da União

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA DA UNIÃO

PARECER n. 00001/2022/CONSUNIAO/CGU/AGU

NUP: 00695.001437/2019-16
INTERESSADOS: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ASSUNTOS: AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

EMENTA: Exame acerca da incidência da contribuição previdenciária sobre os valores recebidos pelo empregado na forma de tíquetes ou congêneres. Dissonância interna apontada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Exame sob a disciplina do art. 28 da Lei nº 8.212/1991, até 10 de novembro de 2017. Natureza jurídica de parcela não salarial, para os fins da exação em testilha. Consequências concretas da decisão e princípio da eficiência. O auxílio-alimentação na forma de tíquetes ou congênere, mesmo antes do advento do §2º do art. 457, já não integrava a base de cálculo da contribuição previdenciária, nos termos do *caput* do art. 28 da Lei 8.212/1991.

Sr. Consultor-Geral da União,

1. RELATÓRIO:

1. Em atenção à manifestação do Sr. Procurador-Geral da Fazenda Nacional encartada no DESPACHO Nº 25/2022/PGFN-ME (juntado na seq. 85), o Sr. Adjunto do Advogado-Geral da União, por intermédio do DESPACHO n. 00007/2022/ADJ/AGU (juntado na seq. 90), submeteu a esta Consultoria-Geral da União o exame acerca da incidência da contribuição previdenciária sobre os valores recebidos pelo empregado na forma de tíquetes, cartões ou vales-alimentação.

2. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional foi recentemente provocada pela Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, por intermédio da Nota Técnica SEI nº 59021/2021/ME, a rever o posicionamento relativo ao objeto da presente consulta - incidência da contribuição previdenciária sobre os valores recebidos pelo empregado na forma de tíquetes ou congêneres (cartões ou vales-alimentação).

3. Do exame da citada Nota Técnica SEI nº 59021/2021/ME da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, extrai-se os contornos do objeto da presente consulta. No caso, centra-se na incidência de contribuição previdenciária sobre o auxílio-alimentação, considerado o período até 10 de novembro de 2017. Esta data de corte refere-se ao início de vigência da Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) que, no que tange ao objeto da presente consulta, alterou o art. 457 da CLT, assim dispondo em seu §2º, a saber:

> Art. 457. (...)
> § 2º As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

4. Até a vigência do referido dispositivo, a incidência da contribuição previdenciária sobre auxílio-alimentação era regulada pelo disposto na alínea 'c' do §9º do art. 28 da Lei nº 8.212/1991, nos seguintes termos:

> Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:
> (...)
> § 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:
> c) a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;

5. Há, pois, dois marcos temporais bastante claros acerca do tema. O primeiro, sob a disciplina da alínea 'c' do §9º do art. 28 da Lei nº 8.212/1991, até 10 de novembro de 2017 e, o segundo, após esta data, sob o regramento do art. 457, §2º da CLT, na redação conferida pela Lei n. 13.467/2017.

6. Diante da disciplina do tema, operaram-se algumas controvérsias acerca da incidência da contribuição previdenciária sobre o auxílio alimentação, no período que transcorreu até o início de vigência do §2º do art. 457 da CLT. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional analisou e interpretou a temática em mais de uma oportunidade, tendo a última manifestação da Coordenação-Geral de Assuntos Tributários - CAT/PGFN reiterado manifestações anteriores, podendo ser assim sintetizada, conforme as conclusões do PARECER- SEI Nº 172/2019/CAT/PGACCAT/PGFN-ME, a saber:

> "1-Até 10/11/2017, por força da regra decorrente da alínea 'c' do §9º do art. 28 da Lei nº. 8.212, de 1991, bem como da interpretação conformada no Ato Declaratório PGFN n. 03, de 24/11/2011[1], entende-se que somente o pagamento do auxílio-alimentação in natura não integra a base de cálculo da contribuição previdenciária, independentemente de a empresa ser filiada ao Programa de Alimentação do Trabalhador;
> 2-A partir de 11/11/2017, com a vigência da Lei n. 13.467/2017, que conferiu nova redação ao §2º do art. 457 da CLT, somente o pagamento do auxílio-alimentação em pecúnia integra a base de cálculo da contribuição previdenciária;

3-Desse modo, antes da Lei n. 13.467/2017, deve incidir contribuição previdenciária sobre a parcela paga a título de auxílio- alimentação em ticket e em outras formas a ele equiparáveis."

7. Após a edição do Parecer SEI nº 172/2019/CAT/PGFN-ME, de outubro de 2020, a PGFN foi novamente provocada a rever a questão pela Procuradoria-Federal Especializada do INSS, tendo concluído, por intermédio da Nota SEI nº 167/2021/CAT/PGACCAT/PGFN-ME, de outubro de 2021, no sentido de manutenção do posicionamento já firmado.

8. Em virtude da recente provocação feita pela Secretaria de Previdência, por intermédio da Nota Técnica SEI nº 59021/2021/ME, de dezembro de 2021, com vistas a, uma vez mais, ensejar a revisão do posicionamento relativo à incidência da contribuição previdenciária sobre o auxílio-alimentação recebido pelo empregado na forma de tíquetes ou congêneres, o Sr. Procurador-Geral da Fazenda Nacional consignou o posicionamento já firmado da PGFN, com o registro de não terem sido "identificadas razões para a alteração do entendimento defendido pela Administração Tributária federal". Contudo, ressalvou a existência de "dissonância interna" no âmbito da Administração fiscal, apta a recomendar a presente provocação do Sr. Advogado-Geral da União, com vistas ao deslinde do tema, nos termos do art. 4º, X da Lei Complementar nº 73/1993.

2. EXAME DO OBJETO DA CONSULTA:

9. Após apreciar as manifestações acima identificadas, verifica-se que há, de fato, uma "dissonância interna" acerca da incidência da contribuição previdenciária sobre o auxílio-alimentação recebido pelo empregado na forma de tíquetes ou congêneres no período compreendido até 10 de novembro de 2017, quando do início de vigência do §2º do art. 457 da CLT, na redação conferida pela Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).

10. Após o referido início de vigência do §2º de art. 457 da CLT, na redação conferida pela Lei n. 13.467/2017, não há qualquer discrepância de entendimento no âmbito da Administração fiscal federal quanto à parcela do auxílio-alimentação em tíquetes ou congêneres não compor a base de cálculo da contribuição previdenciária. A questão centra-se, pois no período anterior - até 10 de novembro de 2017.

11. Como cediço, o auxílio alimentação pode ser fornecido (i) *in natura*, (ii) por intermédio de tíquetes, cartões ou vales alimentação (congêneres) ou (iii) em espécie. O exame da questão faz-se necessário diante da "dissonância interna" apontada pela PGFN, sob a égide normativa anterior ao início de vigência do §2º do art. 457 da CLT.

12. Como visto, trata-se do exame de parcelas a título de auxílio-alimentação como componentes da base de cálculo para a incidência tributária das contribuições previdenciárias de que tratam os incisos I, "a", e II do art. 195 da CF, instituídas pela Lei 8.212/1991. As referidas contribuições previdenciárias têm como base de cálculo o salário-de-contribuição, nos termos da Lei 8.212/91. Com fundamento na alínea 'c' do §9º do art. 28 da Lei 8.212/1991, não integrava o salário-de-contribuição a parcela *in natura* recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321/1976.

13. Até a edição da Lei 13.467/2017, a alínea 'c' do §9º da Lei 8.212/91, excepcionava determinada modalidade do auxílio-alimentação como não integrante do salário-de-contribuição. No caso, "a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;".

14. Com fundamento na redação do referido dispositivo (alínea 'c' do §9º do art. 28 da Lei nº 8.212/1991), houve fundada discussão judicial acerca da parcela *in natura* estar, ou não, contida no salário-de-contribuição, a depender de a empresa ser inscrita, ou não, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, nos termos da Lei nº 6.321/1976. Conforme se depreende de todo o relato contido na Nota Técnica SEI nº 59021/2021/ME, da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, após o desenrolar das discussões judiciais no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a Administração fiscal federal firmou o entendimento de que a inscrição da empresa no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, não seria requisito necessário para os fins da parcela do auxílio alimentação *in natura* compor o salário-de-contribuição. O argumento central, fundado na reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, foi o de que o auxílio-alimentação tem natureza não salarial e, portanto, digo eu, não estaria inserido na base de cálculo constante do *caput* do art. 28 da Lei 8.212/1991. Nesse sentido, foi editado o Ato Declaratório PGFN nº 3/2011, a saber:

"nas ações judiciais que visem obter a declaração de que sobre o pagamento in natura do auxílio-alimentação não há incidência de contribuição previdenciária".

JURISPRUDÊNCIA: Resp nº 1.119.787-SP (DJe 13/05/2010), Resp nº 922.781/RS (DJe 18/11/2008), EREsp nº 476.194/PR (DJ 01.08.2005), Resp nº 719.714/PR (DJ 24/04/2006), Resp nº 333.001/RS (DJ 17/11/2008), Resp nº 977.238/RS (DJ 29/ 11/ 2007).

15. É possível concluir, pelo cenário acima apresentado, que a parcela relativa ao pagamento *in natura* do auxílio alimentação não compõe a base de cálculo (elemento quantitativo do fato gerador) e, portanto, não há repercussão na incidência da contribuição previdenciária, independentemente de o sujeito passivo estar inscrito, ou não, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

16. A jurisprudência elencada no Ato Declaratório PGFN nº 3/2011 fundamenta-se, basicamente, na natureza não salarial do pagamento *in natura* do auxílio-alimentação. Ademais, extrai-se, igualmente, da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que quando o auxílio-alimentação é pago em espécie ou em valor creditado em conta corrente, em caráter habitual, integra a base de cálculo da contribuição previdenciária. Fica patente uma distinção muito firme entre o auxílio-alimentação (i) percebido *in natura* (não compõe a base de cálculo) daquele (ii) percebido em espécie ou creditado em conta corrente (compõe a base de cálculo).

17. Há um aspecto que precisa ser considerado, qual seja, o de que o deslinde do ponto acima destacado centrou-se na natureza jurídica da prestação. Por essa razão, estar, ou não, inscrito no PAT não teria relevância para que a parcela do auxílio *in natura* não viesse a compor a base de cálculo.

18. Em prosseguimento, estimo ser relevante estabelecermos o conteúdo e o alcance do aspecto quantitativo (o salário-de-contribuição) da norma de incidência da contribuição previdenciária, constante do *caput* do art. 28 da Lei 8.212/1991. Para o que interessa à presente consulta, é importante saber se a parcela percebida *in ntura* a título de auxílio-alimentação compunha, ou não, a referida base de cálculo já no exame do conteúdo de alcance do próprio *caput* do art. 28 da Lei nº 8.212/1991. Ou seja, se estão, ou não, inseridos no conceito de salário-de-contribuição constante do *caput* do art. 28 da Lei nº 8.212/1991.

19. Um questionamento faz-se pertinente: acaso o dispositivo em testilha (alínea 'c', §9º do art. 28 da Lei 8.212/1991) não excepcionasse a parcela *in natura*, ainda assim essa verba comporia o salário-de-contribuição? Sob outro enfoque: a alínea 'c' do §9º do art. 28 da Lei 8.212/1991 inovou em relação ao dispositivo que instituiu a base de cálculo (salário-de-contribuição) ou teve o condão de o explicitar? Parece-me que não houve inovação e essa conclusão guarda convergência, ao meu ver, com a fundamentação desenvolvida pelo Superior Tribunal de Justiça e que ensejou a edição do Ato Declaratório PGFN nº 03/2011. Digo isso porque, na minha leitura, o Superior Tribunal de Justiça desconsiderou o disposto na 'c', §9º do art. 28 da Lei 8.212/1991 porque se concentrou na natureza jurídica da parcela identificada diante da base de cálculo da exação, constante, agora sim, do *caput* do art. 28 da Lei nº 8.212/1991.

20. Sendo assim, ainda que não houvesse a previsão do dispositivo que procurou excepcionar o auxílio alimentação *in natura* da base de cálculo (alínea 'c', §9º do art. 28 da Lei 8.212/1991) não seria, igualmente, possível incluir tal parcela na base de cálculo por conta do constante no *caput* do art. 28 da Lei nº 8.212/1991. O que se fez foi explicitar algo que já constava do comando extraído do *caput* do artigo 28 da Lei 8.212/1991.

21. Para tanto, devemos voltar os olhos ao *caput* do artigo 28 da Lei nº 8.212/91 que não inclui, sob qualquer perspectiva, parcela *in natura* recebida com fins de auxílio-alimentação. Portanto, o dispositivo que afasta a inclusão da parcela *in natura*, em verdade, explicitou algo já contido no enunciado que estabeleceu a base de cálculo do tributo.

22. Temos, pois, duas premissas muito bem delimitadas, quais sejam: (i) pagamento *in natura* do auxílio alimentação não compõe a base de cálculo da contribuição previdenciária, a despeito de a empresa estar inscrita, ou não, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT; e (ii) o auxílio alimentação pago em espécie ou em valor creditado em conta-corrente, em caráter habitual, integra a base de cálculo da contribuição previdenciária.

23. Nesse contexto, surge o elemento fulcral dessa consulta, qual seja: saber se o auxílio-alimentação mediante tíquete ou congêneres está contido, ou não, na norma que instituiu o elemento quantitativo (salário-de-contribuição) da contribuição previdenciária. A Nota Técnica SEI nº 59021/2021/ME bem pontuou a aplicação dissonante no âmbito da Administração fiscal federal acerca da prestação do auxílio-alimentação por ticket ou congênere estar, ou não, contida na base de cálculo da contribuição previdenciária, a ponto de o CARF, na atual quadra, ainda estar a debater sobre o tema. A propósito, conforme pontuado no Despacho nº 25/2022/PGFN-ME, "não há como negar a existência de precedentes recentes, de diversas turmas integrantes do CARF, em sentido contrário ao da exação defendida pela Administração Tributária", o que significa dizer que o auxílio em tíquete não integraria a base de cálculo.

24. Para ilustrar, ainda mais, como a análise de o auxílio-alimentação compor, ou não, a base de cálculo da contribuição previdenciária não mereceu todos os contornos interpretativos, faço referência a trecho da Nota SEI nº 167/2021/CAT/PGACCAT/PGFN-ME, a saber:

22. Em acréscimo à análise jurídico-tributária lançada no Parecer SEI n. 172/2019/CAT/PGACCAT/PGFN-ME, vale apenas destacar as recentes decisões prolatadas no RESP 1.697.345/SP e no AgInt no REsp 1.784.950/PR, proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça, dando conta, respectivamente, de que: "o auxílio-alimentação, também denominado tíquete-alimentação, quando recebido em pecúnia e com habitualidade, sujeitando-se à incidência de contribuição previdenciária, deve integrar o salário de contribuição para a apuração do salário de benefício da recorrente" e "não incide contribuição previdenciária sobre o auxílio-alimentação quando seu recebimento se der in natura, ou seja, quando é fornecido pela própria empresa".

25. Vejamos como a questão, de fato, merece maiores delineamentos. As decisões destacadas na Nota referem-se à "tíquete-alimentação" recebido "em pecúnia e com habitualidade". Por certo, o auxílio-alimentação percebido por tíquete ou congêneres não se realiza "em pecúnia". A questão referente ao auxílio alimentação percebido por tíquete ou congêneres, de fato, não está efetivamente equacionada, seja no âmbito administrativo fiscal, seja na seara judicial.

26. O foco para esclarecermos essa questão deverá ser voltado, uma vez mais, para o *caput* do art. 28 da Lei 8.212/1991 porque a alínea 'c' do §9º, explicitou algo já inserido no *caput* do artigo, não tendo o condão de inovar. Reitero que parece ser a melhor leitura de como caminhou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ao compreender que o fator relevante para o auxílio-alimentação *in natura* compor, ou não, a base de cálculo da contribuição previdenciária foi a sua natureza não salarial, a despeito de qualquer outro elemento adicional. A normatividade completa para saber se o auxílio-alimentação compõe, ou não, a base de cálculo é extraída do *caput* do art. 28 da Lei nº 8.212/1991. Sendo assim, deve-se partir da mesma lógica e a aplicar em relação ao auxílio por tíquete ou congênere. No caso, a lógica de que o fundamento legal, para tanto, encontra-se no *caput* do art. 28 da Lei nº 8.212/1991.

27. Em relação ao auxílio-alimentação em tíquete ou congênere, pelo exame da Nota Técnica SEI nº 59021/2021/ME, percebe-se que a interpretação da Administração fiscal federal variou ao longo do tempo, podendo ser sintetizada essa afirmação com o seguinte trecho:

"51. A discussão - e talvez os lançamentos tributários - parecia estar centrada na inscrição ou não da empresa no PAT, ou seja, se inscrita no programa tais valores não deveriam ser considerados base de cálculo de contribuição previdenciária e, caso não houvesse a referida inscrição, tais valores deveriam ser objeto de lançamento. Essa hipótese, contudo, somente pode ser verificada pela RFB por meio de consulta, ainda que amostral, de autos de infração lavrados em anos anteriores a 2014, para constatar se o fundamento do lançamento guardava relação com a ausência de inscrição no PAT, bem como os eventuais lançamentos efetuados no período de 2014 (após a vigência da IN RFB nº 1453, de 2014) e novembro de 2017 (mês de entrada em vigor da Lei nº 13.467, de 2017).

52. Desse modo, até o advento da Lei 13.467, de 2017, as instruções normativas dos órgãos de administração e fiscalização das contribuições previdenciárias, nada dispunham, expressamente, a respeito do lançamento e cobrança dos valores pagos a título de alimentação na forma de tickets, vales, cartões magnéticos ou correlatos, quando a empresa estivesse inscrita no PAT."

28. Extrai-se que, para a conclusão do auxílio por tíquete ou congênere compor, ou não, a base de cálculo da contribuição previdenciária, buscava-se invariavelmente fundamento na alínea 'c' do §9º do art. 28 da Lei 8.212/1991. Por esse motivo, ao meu sentir, operou-se uma desorientação entre (i) compor, ou não, a base de cálculo e (i) ter correlação, ou não, aos termos do Programa de Alimentação do Trabalhador. Na realidade, o foco único deveria ser, desde sempre, saber se auxílio-alimentação por tíquete ou congênere estava, ou não, inserido na norma definidora do elemento quantitativo da exação tributária. Portanto, não se poderia, como parece ter sido feito, ler a alínea 'c' do §9º do artigo 28 da Lei 8.212/1991 em desconexão com o seu *caput*.

29. Dessa feita, necessário será estabelecer se o auxílio-alimentação em tíquete ou congênere tem (i) natureza salarial, como o percebido em pecúnia, ou (ii) tem natureza não salarial, como o percebido *in natura*.

30. No exame da questão, antes da nova disciplina instituída pela Lei 13.467/2017, estabeleceu-se a conclusão de que o auxílio-alimentação *in natura* não compõe o salário de contribuição. Por sua vez, a jurisprudência posicionou-se no sentido de que a adesão ao PAT não tem relevância para que não incida contribuição previdenciária sobre auxílio-alimentação *in natura*. No que se refere ao auxílio-alimentação em espécie, por sua vez, não houve dúvida fundada, tanto na Administração tributária como a na jurisprudência, no sentido de que compõe o salário-de-contribuição, base de cálculo da exação em apreço. Como se procurou demonstrar, a base normativa para tais conclusões encontra-se no *caput* do art. 28 da Lei 8.212/1991, dispositivo que inovou acerca da incidência de tais parcelas na composição da base de cálculo da contribuição previdenciária. Sob essa perspectiva, é preciso estabelecer se o auxílio-alimentação prestado em tíquete alimentação ou congênere tem ou não natureza salarial para os fins específicos de composição da base de cálculo prevista no *caput* do artigo 28 da Lei 8.212/1991.

31. A Secretaria de Previdência, na Nota Técnica SEI nº 59.021/2021/ME registrou que em diversos momentos houve manifestações da Administração no sentido de equiparar o auxílio-alimentação por tíquete ou congêneres com o auxílio *in natura*, com vistas a estabelecer a sua abrangência nos termos da alínea 'c' do §9º do art. 28 da Lei 8.212/1991. Cito o seguinte trecho:

"40. A parcela in natura da remuneração não era apenas aquela fornecida pela própria empresa mediante a entrega de alimentos ou refeições, em suas dependências, aos seus empregados, mas aquela fornecida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e que não fosse realizada em pecúnia, na forma estabelecida na Lei nº 6.321/76, o que abrangia as cestas básicas (reconhecida pela Solução de Consulta Cosit nº 130/2005) e também o fornecimento de por meio de terceiros, mediante documentos de legitimação (impressos, cartões eletrônicos, magnéticos ou outros oriundos de tecnologia adequada) que permitam a aquisição dos gêneros alimentícios ou refeições em estabelecimentos comerciais distintos do empregador."

32. Estimo que tal construção é pertinente e poderia ser lançada na hipótese eventual de se superar que o auxílio alimentação prestado em tíquete ou congêneres não integra a base de cálculo da contribuição previdenciária pela interpretação mais adequada do próprio *caput* do art. 28 da Lei nº 8.212/1991. De todo modo, é importante o registro de que o auxílio-alimentação prestado em tíquete ou congêneres não se amolda, sob qualquer aspecto, ao auxílio prestado em pecúnia. Vejamos outro trecho da Nota Técnica SEI nº 59.021/2021/ME que bem analisa esse ponto, a saber:

"32. O conceito de pagamento "in natura", a nosso entender, guardar contraposição com o pagamento em pecúnia. Os tickets alimentação e refeição encontram uma série de restrições para seu uso e são utilizados para aquisição de gêneros alimentícios ou refeições preparadas em estabelecimentos comerciais. Não nos parece devam ser equiparados a recebimento em pecúnia, uma vez que não podem ser sacados ou convertidos em moeda corrente, mas tão somente utilizados para aquisição de bens específicos que poderiam, a rigor, serem entregues pelo próprio empregador."

33. A propósito, após a Reforma Trabalhista, com a edição do art. 457, §2º, não há dissonância no seio da Administração fiscal de que o auxílio-alimentação prestado *in natura* e em tíquete ou congênere não compõem a base de cálculo da contribuição previdenciária. Isso ocorre pelo motivo de a novel redação ter estabelecido que as importâncias, ainda que habituais, pagas a título de auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, não integram a base de cálculo da contribuição previdenciária. Identifica-se que a própria evolução normativa do tema distinguiu (i) auxílio-alimentação não pago em dinheiro do (ii) auxílio-alimentação pago em dinheiro. Por certo que o auxílio-alimentação em tíquete ou congênere não é, e nunca foi, pago em dinheiro.

34. De todo modo, parece-me que a conclusão mais pertinente é a de que o auxílio em tíquete ou congênere não compõe a base de cálculo da contribuição previdenciária em virtude do exame e do alcance do próprio *caput* do art. 28 da Lei nº 8.212/1991, em razão de sua própria natureza. O §2º do art. 457 da CLT, nesse pormenor (auxílio-alimentação que compõe a base de cálculo), explicitou algo que já está encartado no dispositivo que instituiu a base de cálculo da contribuição previdenciária, também não inovando no ordenamento. Portanto, o auxílio-alimentação na forma de tíquetes ou congênere, mesmo antes do advento do §2º do art. 457, já não integrava a base de cálculo da contribuição previdenciária, nos termos do *caput* do art. 28 da Lei 8.212/1991.

35. A despeito da compreensão de que os argumentos jurídicos ora aviados são suficientes para o deslinde da dissonância interna de entendimentos apresentada pela PGFN, não se pode deixar de mencionar um ponto muito bem lançado pelo Sr. Procurador-Geral da Fazenda Nacional em seu DESPACHO Nº 25/2022/PGFN-ME, no sentido do impacto econômico que a definição da presente questão pode ocasionar, senão vejamos:

> "10. Ao lado de tais fatos (bem assim que, uma vez decididos os casos concretos no âmbito do CARF em prol dos contribuintes, de regra não há judicialização subsequente por parte da Administração Tributária), a mencionada Nota Cosit/Sutri/RFB nº 34/2022 (21937983) dá notícia sobre o total de débitos em litígio no CARF, nos termos: 16. Por fim, cabe registrar que a Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial (Cocaj), em levantamento preliminar, apontou a existência de 38 processos em julgamento no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais com o tema "contribuição previdenciária sobre tícket-alimentação" e estimou que o total do crédito tributário em litígio alcança o valor de R$ 1.452.306.145,15. [destaques não originais]
>
> 11. É certo que tais montantes não refletem necessariamente a totalidade do quantum eventualmente envolvido em discussões da espécie. Contudo, é uma referência da valores, ao menos do que se encontra em discussão no âmbito do referido Conselho.
>
> 12. Por seu turno, a Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência fez juntar aos autos nova manifestação (Nota Técnica SEI nº 2913/2022/ME - 21901506), na qual destaca possíveis impactos sobre incrementos da despesa com pagamentos do RGPS, em matéria associada à consideração de vale-alimentação, nos termos: Foram apresentados diferentes cenários em relação aos incrementos no pagamento de benefícios do RGPS. Em que pese a complexidade das estimativas, é indubitável, pelos cenários apresentados, que os impactos são de grande monta. Em um dos cenários apresentados, considerando tanto os benefícios já concedidos e ainda ativos, como as concessões futuras, se chega a uma estimativa de incremento da despesa do RGPS, no longo prazo, da ordem de R$ 419,4 bilhões. [grifos no original]
>
> 13. A referida Secretaria previdenciária promoveu tais cálculos como demonstração do impacto financeiro na despesa do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) da tese jurídica no Tema nº 244 da Turma Nacional de Unificação dos Juizados Especiais Federais (TNU), que trata sobre "saber se o auxílio-alimentação, pago por meio de vale-alimentação ou na forma de tickets, tem natureza salarial e integra o salário de contribuição para fins de cálculo da renda mensal inicial (RMI)".

36. Há, pois, de um lado, uma potencial constituição definitiva de créditos no montante de, aproximadamente, R$ 1.5 Bilhão e, de outro, um possível impacto em benefícios previdenciários da ordem estimada de R$ 420 Bilhões. Nesse cenário, a par de todos os argumentos jurídicos lançados, que estimo serem resolutivos para a questão, parece calhar à fiveleta um elemento adicional, qual seja, o disposto no art. 20 da LIDB, vazado nos seguintes termos:

> Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

37. Nessa linha, com foco agora no princípio constitucional da eficiência, incorporo pertinente registro constante do DESPACHO n. 00007/2022/ADJ/AGU, do Sr. Adjunto do Advogado-Geral, que direcionou a questão ao exame desta Consultoria da União com vistas à uniformização de entendimento no âmbito da administração pública, nos seguintes termos:

> "9. Com efeito, impõem-se uma análise ampla do problema público, com todos os seus reflexos sendo considerados, inclusive, por óbvio, os financeiros.
>
> 10. Cass Sustein, na sua obra "**The cost-benefit revolution**" (2018, MIT Press), expõe que na administração pública dos Estados Unidos da América operou-se uma revolução nos últimos 50 anos, e como resultado dessa revolução os agentes públicos passaram a observar uma regra que ele afirma operar como se fosse uma verdadeira emenda constitucional: "**No action may be taken unless the benefits justify the cost**." (p. 3)
>
> 11. No Brasil sequer se precisa fazer qualquer esforço para dizer que há uma regra ou um princípio implícito nesse mesmo sentido na Constituição da República. Tal princípio existe e está previsto no caput do art. 37 da nossa Carta, e sua observância é obrigatória pela administração. Trata-se do princípio da eficiência.
>
> 12. Daí o questionamento inevitável que exsurge do presente debate: é constitucional, à luz do princípio da eficiência, adotar-se uma interpretação, dentre as possíveis, que imponha à sociedade um custo de 420 bilhões de reais para que essa mesma sociedade tenha um benefício quantificado de 1,45 bilhão de reais? Em verdade, sequer se deve contar com esse benefício, eis que, como demonstrado pelo Despacho do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, as decisões do tribunal administrativo são, majoritariamente, favoráveis aos contribuintes, o que implica o não recebimento desses valores pelo Fisco."

38. Do exame de toda a questão em testilha parece ter ficado evidenciado, de fato, uma fundada dúvida no âmbito da Administração fiscal federal acerca de o auxílio-alimentação em tíquete ou congêneres compor, ou não, a base de cálculo da contribuição previdenciária, antes da entrada em vigor do novel art. 457, §2º da CLT. Dessa feita, considerando as potenciais consequências práticas da definição da questão, bem detalhadas no DESPACHO Nº 25/2022/PGFN-ME, não me parece razoável, sob a perspectiva da repercussão concreta e do princípio da eficiência, permanecer dúvida acerca da interpretação mais adequada, no caso, a de que o auxílio alimentação em tíquete ou congênere não compôs a base de cálculo da contribuição previdenciária, em momento algum.

39. Conclui-se, pois, que o auxílio-alimentação na forma de tíquetes ou congênere, mesmo antes do advento do §2º do art. '457 da CLT, já não integrava a base de cálculo da contribuição previdenciária, nos termos do *caput* do art. 28 da Lei 8.212/1991. Em paralelo, sob perspectiva das consequências concretas da decisão e em deferência ao princípio da eficiência, igualmente, chegamos a mesma conclusão.

3. CONCLUSÃO:

40. Ante o exposto, concluiu-se que o auxílio-alimentação na forma de tíquetes ou congêneres, mesmo antes do advento do §2º do art. 457 da CLT, já não integrava a base de cálculo da contribuição previdenciária, nos termos do *caput* do art. 28 da Lei 8.212/1991.

41. Em caso de aprovações do presente Parecer pelo Sr. Consultor-Geral da União e pelo Sr. Advogado-Geral da União, requer-se, desde já, ao Apoio à Consultoria da União a adoção das seguintes diligências:

a) a cientificação deste Parecer, com as aprovações subsequentes, aos seguintes órgãos: (i) Procuradoria-Geral Federal; (ii) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e (iii) Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

b) a inclusão deste Parecer, com as aprovações subsequentes ao processo administrativo em referência no âmbito do *Sapiens*.

42. Por fim, proponho, respeitosamente, acaso efetivadas as aprovações do Sr. Consultor-Geral da União e do Sr. Advogado-Geral da União, a submissão do presente Parecer ao Sr. Presidente da República, nos termos do art. 40 da Lei Complementar nº 73/1993.

À consideração superior.

Brasília, 02 de fevereiro de 2022.

VINICIUS BRANDÃO DE QUEIROZ
Consultor da União

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA MAPA Nº 404, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera a Portaria nº 52, de 15 de março de 2021, que estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, no Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, na Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, no Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, e o que consta do Processo nº 21000.093120/2021-55, resolve:

Art. 1º A Portaria MAPA nº 52, de 15 de março de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 103. .....

.....

§ 2º Fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir de 2 de março de 2022, como período de adequação para uso de mudas de hortaliças obtidas a partir de sementes.

§ 2º-A Durante o período estabelecido no § 2º, o OAC ou a OCS, verificando a indisponibilidade de mudas obtidas a partir de sementes oriundas de sistemas orgânicos, poderá autorizar a utilização de outros materiais existentes no mercado, atendendo ao disposto no § 1º deste artigo.

§ 2º-B A permissão indicada no § 2º-A não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) das mudas utilizadas no segundo ano, a 60 % (sessenta por cento) no terceiro ano, a 40 % (quarenta por cento) no quarto ano e a 20% (vinte por cento) no quinto ano.

§ 2º-C Encerrado o prazo previsto no § 2º-A, as mudas de hortaliças obtidas a partir de sementes somente poderão ser produzidas em sistemas orgânicos de produção.

§ 2º-D As espécies não contempladas no § 2º, provenientes de mudas não orgânicas, deverão ter pelo menos três quartos do seu desenvolvimento vegetativo, antes do início da colheita, em sistema orgânico.

....."(NR)

"Art. 109. .....

Parágrafo único. O estabelecido no caput não se aplica ao produtor de mudas orgânicas de hortaliças obtidas a partir de sementes, que deverá atender ao disposto nos §§ 2º, 2º-A, 2º-B e 2º-C do art. 103." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 2 de março de 2022.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 22, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS PELO REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA EXECUTIVA (SE/MAPA), APROVADO ATRAVÉS DA PORTARIA MINISTERIAL Nº 561, DE 11 DE ABRIL DE 2018, PUBLICADA NO DOU DE 12 DE ABRIL DE 2018 E NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 6, DE 16 DE JANEIRO DE 2018, PUBLICADA NO DOU DE 17 DE JANEIRO DE 2018, RESOLVE:

Art. 1º - Cancelar, a Habilitação nº 07/2018 concedida ao(a) Médico(a) Veterinário(a) Letícia Marques Rodrigues para colheita e envio de amostras para diagnóstico do Mormo no âmbito do Estado do Espírito Santo, concedida pela PORTARIA SFA-ES 44/2018 de 11.05.2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 23, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS PELO REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA EXECUTIVA (SE/MAPA), APROVADO ATRAVÉS DA PORTARIA MINISTERIAL Nº 561, DE 11 DE ABRIL DE 2018, PUBLICADA NO DOU DE 12 DE ABRIL DE 2018 E NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 6, DE 16 DE JANEIRO DE 2018, PUBLICADA NO DOU DE 17 DE JANEIRO DE 2018, RESOLVE:

ART. 1º - Cancelar, A HABILITAÇÃO Nº 31/2019 CONCEDIDA AO(A) MÉDICO(A) VETERINÁRIO(A) MERY HENRIQUE RIBEIRO FERNANDES PARA COLHEITA E ENVIO DE AMOSTRAS PARA DIAGNÓSTICO DO MORMO NO ÂMBITO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, CONCEDIDA PELA PORTARIA SFA-ES 083/2019 DE 10.06.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 6, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das SFAs, aprovado pela Portaria N. º 561, de 11 de abril de 2018 e, considerando o que consta no Decreto - Lei N.º 818, de 05 de setembro de 1969, na Instrução Normativa nº 22, de 20 de Junho de 2013, e no processo 21024.000928/2022-18, resolve:

Art. 1º Cancelar a Habilitação da médica veterinária ANA KARLA CASTELO BRANCO DE AGUIAR, inscrito no CRMV-MT sob n.º 2518 habilitado pela Portaria nº 3282, de 20/09/2018 para emissão de GTA para aves, publicada no Diário Oficial nº 188 de 28/09/2018- seção 1.

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.°326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e

Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 461 - HABILITAR a Médica Veterinária ANDRESSA TATIANA SANTOS, CRMV-PR Nº 17096 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies AVES no Estado do Paraná (Processo 21034.002674/2022-45).

Nº 462 - HABILITAR o Médico Veterinário BRUNO RIBEIRO TAZUEL, CRMV-PR Nº 17647 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies AVES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.002675/2022-90).

Nº 463 - HABILITAR a Médica Veterinária RENATA GARRETT FERREIRA, CRMV-PR Nº 18406 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das espécies EQUINA, ASININA E MUAR no Estado do Paraná (Processo nº 21034.002678/2022-23).

CLEVERSON FREITAS

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Regulamenta o processo de parcelamento administrativo de valores inadimplidos pelas entidades concessionárias de florestas públicas federais.

O CONSELHO DIRETOR DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 53 e 56 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e pelo art. 11 da Resolução nº 25, de 2 de abril de 2014, do Serviço Florestal Brasileiro, com fundamento na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta do Processo SEI nº 02209.001730/2020-79 e na deliberação específica tomada na Primeira Reunião do Conselho Diretor de 2022, resolve:

Art. 1º. O parcelamento administrativo de valores inadimplidos por entidades concessionárias de florestas públicas federais com o poder concedente, decorrentes de concessões regidas pela Lei nº 11.284, de 2 de abril de 2006, deverá seguir o fluxo processual, as regras de negócio e os parâmetros técnicos definidos nesta Resolução.

§ 1º Os débitos de que trata esta Resolução se referem a valores devidos e inadimplidos pelas entidades concessionárias nos prazos de vencimentos, acrescidos de multas e juros previstos na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, resultantes das atividades de exploração econômica sustentável de florestas públicas federais sob gestão do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), nos termos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e dos respectivos contratos de concessões florestais.

§ 2º Esta Resolução não se aplica ao parcelamento do preço descrito no inciso I, art. 36, da Lei nº 11.284, de 2 de abril de 2006.

Art. 2º. O pleito de parcelamento administrativo implicará confissão irretratável e irrevogável dos débitos inadimplidos da entidade concessionária e configurará, inclusive, confissão extrajudicial, sujeitando a pleiteante à aceitação plena de todas as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 3º. Os débitos passíveis de parcelamento, nos termos desta Resolução, não incluem aqueles inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) e os que se encontrem em discussão na tutela do Poder Judiciário.

Parágrafo único. Os débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) poderão ser parcelados, por solicitação das entidades concessionárias, conforme as normas de regência e os regulamentos próprios dos órgãos do Poder Executivo Federal responsáveis pela cobrança de créditos fiscais da União.

Art. 4º. A entidade concessionária que se encontrar no polo ativo de ação judicial com objetivo de contestação de débitos relativos a contrato de concessão florestal, para acesso ao parcelamento administrativo previsto nesta Resolução deverá comprovar a desistência expressa e irrevogável de todas as ações em curso e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam as respectivas ações judiciais.

Art. 5º. O saldo devedor da entidade concessionária a ser parcelado deverá consolidar todos os valores das parcelas vencidas e inadimplidas, conforme os fatos geradores na execução do respectivo contrato de concessão florestal, os valores eventualmente pendentes de pagamentos em parcelamentos rescindidos, os valores devidos aos acréscimos legais até o mês da celebração do Termo de Parcelamento e outras dívidas pendentes de pagamentos eventualmente apuradas.

Art. 6º. O cálculo do valor total da dívida consolidada na concessão deverá somar as seguintes parcelas:

I - cada valor histórico original inadimplido pela concessionária;

II - multa de mora de 2% (dois por cento) calculada sobre cada valor histórico original inadimplido; e

III - juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao do vencimento do valor histórico original até o mês da celebração do Termo de Parcelamento.

Art. 7º. O valor de cada parcela mensal a pagar pela concessionária, após a consolidação da dívida e celebração do Termo de Parcelamento, consistirá do resultado monetário da divisão do montante da dívida consolidada pelo número de parcelas acordado somado aos valores monetários devidos aos acréscimos legais calculados a partir do mês seguinte ao do parcelamento até o mês de pagamento da parcela.

Art. 8º. O número máximo de parcelas é de 60 (sessenta), com datas de vencimentos limitadas ao período de vigência do respectivo contrato.

Parágrafo único. Se a extinção do contrato de concessão se fundar em causa elencada em qualquer inciso do caput do artigo 44 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e ocorrer antes da data prevista para o encerramento do parcelamento, o parcelamento deverá ser imediatamente rescindido por iniciativa unilateral do órgão gestor da concessão, que deverá se apropriar de valores da garantia contratual até o limite equivalente ao débito remanescente do parcelamento, somado a outros valores eventualmente devidos e inadimplidos pela concessionária, com os devidos acréscimos legais.

Art. 9º. Os acréscimos legais que deverão ser somados às parcelas da dívida consolidada, para composição do valor de cada parcela a ser paga pela concessionária devedora, consistem de:

I - juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados sobre cada parcela consolidada a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento; e

II - juros de 1% (um por cento), calculados sobre cada parcela consolidada, relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Art. 10. Cada parcela da dívida consolidada a pagar, com os devidos acréscimos legais, vencerá no último dia útil do mês acordado no Termo de Parcelamento.

Parágrafo único. A concessionária devedora deverá efetuar o pagamento de cada parcela na rede bancária, até o último dia útil do mês de vencimento, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU) preenchida e enviada pelo órgão gestor da concessão, contendo datas e informações sobre o fato gerador e os respectivos valores que compõem a parcela.

Art. 11. Caso o pagamento da parcela não tenha sido efetuado até o último dia útil do mês previsto no Termo de Parcelamento, a concessionária devedora poderá solicitar ao órgão gestor da concessão nova GRU contendo os acréscimos legais recalculados para o mês de efetivo pagamento, decorrentes do atraso, e executar o pagamento na rede bancária.

Parágrafo único. O pagamento atrasado de parcela pela concessionária devedora somente poderá ser aprovado pelo órgão gestor da concessão dentro dos limites de atrasos que não implicam rescisão do Termo de Parcelamento previstos nesta Resolução.

Art. 12. A concessionária devedora poderá, a qualquer tempo, durante o período de vigência do Termo de Parcelamento, solicitar ao órgão gestor da concessão o pagamento antecipado da dívida, no valor total ou parcial da mesma.

Parágrafo único. Em caso de antecipação, somente serão aceitos pagamentos de parcelas integrais e na ordem inversa à ordem das datas de vencimentos acordadas no Termo de Parcelamento, onde as parcelas a serem pagas antecipadamente serão as últimas a vencer.

Art. 13. O limite máximo dos valores das dívidas consolidadas em cada contrato, somados às multas de mora, para parcelamento não poderá exceder:

I - ao valor da garantia contratual prestada pela entidade concessionária nos termos do art. 21 da Lei nº 11.284, de 2 de janeiro de 2006; e

II - a 2 (duas) vezes o Valor de Referência do Contrato (VRC) definido no inciso V, art. 2º, da Resolução nº 25, de 2 de abril de 2014, do Serviço Florestal Brasileiro.

§ 1º O parcelamento somente poderá ser concedido se a entidade concessionária se encontrar adimplente em relação à garantia contratual.

§ 2º Caso o valor da garantia contratual seja menor que a soma da dívida original consolidada com a multa de mora, para acesso ao parcelamento a entidade concessionária deverá elevar o valor da garantia até essa soma.

Art. 14. Quando o valor da dívida consolidada com a multa extrapolar o valor da garantia contratual e a entidade concessionária não equiparar esses valores, não poderá ser concedido parcelamento e o órgão gestor da concessão deverá, cumulativamente:

I - aplicar à entidade concessionária as sanções previstas nos contratos de concessões florestais e nas normas de regência;

II - apropriar-se do integral valor da garantia, conforme os procedimentos adequados a cada modalidade; e

III - exigir novo aporte de garantia contratual no valor exigido conforme as normas de regência e o respectivo contrato de concessão florestal.

Art. 15. O parcelamento somente poderá ser aprovado:

a) tendo como limite mínimo dos valores das dívidas consolidadas em cada contrato de concessão, com as multas, o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência do Contrato (VRC);

b) após verificado o prévio pagamento da primeira parcela pela entidade concessionária, calculada após a consolidação da dívida, conforme o montante do débito, o prazo solicitado e os acréscimos legais, nos termos do caput do art. 11 e observado o disposto no § 1º, art. 13, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 1º As dívidas consolidadas com somas abaixo do limite mínimo deverão ser saldadas pelas entidades concessionárias em parcela única, com os acréscimos legais previstos nesta Resolução.

§ 2º Enquanto não deferido o pleito, como condição para aprovação do parcelamento, nos termos do § 2º, do art. 11, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, a entidade concessionária fica obrigada a recolher, a cada mês, como antecipação, valor correspondente a uma parcela, com os acréscimos legais após a consolidação da dívida.

Art. 16. O processo de parcelamento administrativo deverá ser iniciado com a apresentação de requerimento pelo representante legal da entidade concessionária, que será endereçado ao Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, nos termos do Anexo I.

Art. 17. O processo eletrônico contendo a análise do requerimento de parcelamento de débitos deverá conter uma nota técnica com avaliação do pleito e todos os documentos digitais ou digitalizados necessários para sua adequada instrução, com objetivos de registro e posterior encaminhamento às instâncias decisórias do órgão gestor da concessão.

§ 1º A nota técnica deverá apresentar, entre outras informações, evidências que apoiem as conclusões da unidade de monitoramento de contratos de concessões florestais e um quadro demonstrativo com data de vencimento, descrição sucinta do fato gerador e o respectivo valor monetário contratual original de cada débito inadimplido pela concessionária antes da consolidação da dívida.

§ 2º Com vistas ao atendimento do disposto no caput do art. 16 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, o deferimento do pedido de parcelamento importará no registro de tal fato no contrato de concessão correspondente por meio de termo de apostilamento, que será lavrado nos termos do § 8º, art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 3º No que couber, os preceitos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, serão subsidiariamente aplicáveis a esta Resolução.

Art. 18. O órgão gestor de concessões deverá publicar no Diário Oficial da União (DOU), na Seção 3, um extrato do Termo de Parcelamento, e em seu Portal na Internet uma cópia digital completa do termo assinado pelas partes em formato PDF.

Art. 19. Cada entidade concessionária poderá ter apenas um termo de parcelamento, ou um termo de reparcelamento, vigente por contrato de concessão.

Art. 20. Caso novos débitos inadimplidos ocorram durante a vigência de um termo de parcelamento num contrato de concessão, o termo de parcelamento vigente poderá ser rescindido e novo termo de parcelamento acordado uma única vez, desde que a entidade concessionária comprove a quitação à vista, no mês da nova consolidação de débitos, de pelo menos 20% (vinte por cento) do valor da nova dívida consolidada.

Art. 21. O novo montante consolidado da dívida, incluindo o valor da multa, para reparcelamento não poderá exceder o limite previsto nesta Resolução.

Art. 22. Caso ocorra nova situação de inadimplência e a concessionária se encontre com termo de parcelamento de valores inadimplidos vigente, mas não requeira reparcelamento de dívidas numa nova consolidação, ou se a concessionária novamente inadimplente se encontre na vigência de termo de reparcelamento anterior à nova inadimplência, o órgão gestor deverá rescindir, unilateralmente, o termo vigente e apropriar-se de valores de garantias equivalentes aos da nova consolidação de débitos somados aos devidos acréscimos legais.

Art. 23. O cálculo do valor da nova dívida consolidada no reparcelamento deverá somar as seguintes parcelas:

I - o valor da dívida consolidada no termo rescindido, deduzida dos valores (com a multa e sem os juros) referentes às parcelas pagas;

II - os novos valores vencidos e inadimplidos;

III - multa de mora de 2% (dois por cento), aplicada sobre cada parcela dos novos valores vencidos e inadimplidos; e

IV - juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados sobre o valor histórico de cada parcela inadimplida que compõe a nova consolidação, a partir do mês subsequente ao do vencimento e até o mês da celebração do novo Termo de Parcelamento.

Art. 24. Os valores referentes a pagamentos apenas parciais de parcelas não serão considerados para todos os efeitos de quitação de parcelas do termo, sujeitando a concessionária inadimplente à aplicação das sanções contratuais inerentes ao não pagamento integral da parcela.

Art. 25. O Termo de Parcelamento deverá ser rescindido unilateralmente pelo órgão gestor da concessão quando, alternativa ou cumulativamente:

I - a entidade concessionária descumprir quaisquer de suas cláusulas;

II - a entidade concessionária não pagar 3 (três) parcelas, consecutivas ou não;

III - a entidade concessionária não pagar 2 (duas) parcelas, estando extintas todas as demais ou estando vencida a última parcela;

IV - a entidade concessionária incidir em novos débitos inadimplidos, além daqueles incluídos no termo de parcelamento vigente, sem cobertura desses valores na garantia contratual;

V - a entidade concessionária contestar, judicialmente, os valores parcelados;

VI - a entidade concessionária tiver sua falência decretada; e

VII - o contrato de concessão for extinto antes do término da vigência do instrumento de parcelamento e restarem parcelas não pagas.

Art. 26. O órgão gestor de concessões florestais, conforme os arts. 48 e 49 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, terá 30 (trinta) dias para decidir sobre o requerimento de parcelamento de dívidas da concessionária após a instrução processual da unidade técnica, prazo que poderá se estender por mais 30 (trinta) dias com a devida motivação.

Art. 27. O modelo de Termo de Parcelamento do Anexo II apresenta os conteúdos mínimos das cláusulas essenciais que deverão ser utilizadas na minuta da avença, podendo ser acrescidas de outras quando necessárias.

Art. 28. A execução do Termo de Parcelamento deverá ser monitorada e controlada pela unidade técnica de concessões e monitoramento do órgão gestor.

Parágrafo único. A unidade técnica deverá elaborar relatórios anuais de monitoramento e controle dos termos de parcelamento, com informações e conclusões sobre os termos encerrados e os termos vigentes.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor no primeiro dia útil que se verificar após o decurso de sete dias contados da data de sua publicação.

PEDRO ALVES CORRÊA NETO
Diretor-Geral

ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO DE VALORES INADIMPLIDOS

[NOME DA ENTIDADE CONCESSIONÁRIA]

[CNPJ da Entidade Concessionária]

[Endereço e Telefone da Entidade Concessionária]

REQUERIMENTO

[NOME DA ENTIDADE CONCESSIONÁRIA], [classificação da entidade no cadastro do órgão fiscal da União] inscrita no CNPJ [número do CNPJ], com sede à [endereço completo da sede da entidade], concessionária para exploração econômica sustentável da UMF [número da UMF em algarismo romano] da Floresta Nacional [nome da floresta nacional], conforme o Contrato de Concessão Florestal nº [número/ano do contrato de concessão], neste pleito representada pel(o/a) seu(/sua) [cargo do dirigente máximo da entidade ou d(o/a) procurador(/a) legalmente constituído], vem REQUERER ao Serviço Florestal Brasileiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, órgão gestor de concessões de florestas públicas federais, o PARCELAMENTO ADMINISTRATIVO DE VALORES INADIMPLIDOS que compõem sua dívida consolidada, no valor total estimado de R$ [valor monetário da dívida consolidada, até centavos] ([valor monetário da dívida consolidada por extenso]), calculado no mês de [mês de consolidação da dívida] de [ano de consolidação da dívida], para pagamento em [número de parcelas] ([número de parcelas por extenso]) parcelas de valores iguais antes da incidência dos juros de mora, a vencer em [número de parcelas] ([número de parcelas por extenso]) meses consecutivos, nos termos da Resolução SFB/MAPA nº [número/ano da Resolução que regulamenta o parcelamento administrativo da dívida consolidada], tendo como motivação os fatos e fundamentos expostos no(s) documento(s) anexo(s).

[Nome do Município] / [Sigla da Unidade da Federação], [data por extenso].

[assinatura]

[nome d(o/a) dirigente máxim(o/a) ou representante legal da concessionária, em caixa alta]

[cargo d(o/a) dirigente máxim(o/a) ou representante legal]

ANEXO II

MODELO DE TERMO DE PARCELAMENTO DE VALORES INADIMPLIDOS

TERMO DE PARCELAMENTO DE VALORES INADIMPLIDOS Nº [número/ano do termo no formato NNN/AAAA]

Termo de parcelamento administrativo de valores inadimplidos pela concessionária com o poder concedente, decorrentes de operações previstas no Contrato de Concessão Florestal nº [número/ano do contrato], relativo à Unidade de Manejo Florestal (UMF) [número da UMF em algarismo romano], da Floresta Nacional [nome da floresta], celebrado entre o Serviço Florestal Brasileiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a [nome da entidade concessionária].

A UNIÃO, representada pelo SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, órgão gestor de concessões florestais com endereço de sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, em Brasília (DF), CEP: 70.043-900, neste ato representado por seu(/sua) Diretor(/a)-Geral [nome d(o/a) Diretor(/a)-Geral], brasileir(o/a), [estado civil], residente e domiciliad(o/a) em Brasília (DF), portador(/a) da Carteira de Identidade nº [número, órgão emissor e UF do RG], inscrit(o/a) no CPF nº [número do CPF], nomead(o/a) pela Portaria nº [número da portaria de nomeação d(o/a) Diretor(/a)-Geral], de [data de assinatura da portaria], do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União (DOU), Seção 2, em [data de publicação da portaria no DOU], neste ato mencionado como CREDOR, e a [categoria da entidade concessionária] [nome completo da entidade concessionária registrada no CNPJ, em caixa alta e negrito], inscrita no CNPJ nº [número do CNPJ da entidade concessionária], com endereço da matriz n(o/a) [endereço completo da matriz da entidade concessionária], doravante designada DEVEDORA, neste ato representada pel(o/a) seu(sua) dirigente máxim(o/a) [nome d(o/a) dirigente máxim(o/a) da entidade concessionária, em caixa alta], brasileir(o/a), [estado civil], carteira de identidade nº [número, órgão emissor e UF da RG ou do documento de identidade equivalente], inscrit(o/a) no CPF nº [número do CPF], residente e domiciliad(o/a) n(o/a) [endereço completo d(o/a) dirigente máxim(o/a) da entidade concessionária], tendo em vista o que consta nos Processos SEI nº [números dos processos correlatos no SEI] e em conformidade com as disposições normativas previstas na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, resolvem celebrar o presente Termo de Parcelamento administrativo de valores inadimplidos segundo os procedimentos, critérios e regras previstos na Resolução nº ____/SFB/MAPA, de __/_____/2021, e as cláusulas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA. A DEVEDORA, renunciando expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e à procedência da dívida consolidada neste termo, confessa e assume, em caráter irretratável e irrevogável, integral responsabilidade pela sua exatidão, ressalvado ao CREDOR o direito de apurar, a qualquer tempo, a existência de eventuais erros de cálculos na consolidação dos valores devidos ou a existência de outros débitos da DEVEDORA resultantes da exploração econômica sustentável da UMF [número da UMF em algarismos romanos], da Floresta Nacional [nome da floresta nacional], nos termos do Contrato de Concessão nº [número/ano do contrato de concessão florestal] celebrado com o Serviço Florestal Brasileiro.

CLÁUSULA SEGUNDA. A DEVEDORA declara não se encontrar no polo ativo de ações judiciais com objetivo de contestação de débitos com o poder concedente, decorrentes da execução do contrato de concessão florestal objeto deste termo.

CLÁUSULA TERCEIRA. O cálculo do valor da dívida consolidada soma as seguintes parcelas:

I - cada valor original inadimplido pela concessionária;

II - multa de mora de 2% (dois por cento) calculada sobre cada valor original inadimplido; e

III - juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados sobre cada parcela do valor histórico original a partir do mês subsequente ao do vencimento até o mês da celebração do Termo de Parcelamento.

Parágrafo único. O valor monetário de cada parcela consolidada, sobre o qual incidirão acréscimos legais para pagamento, corresponde ao resultado da divisão do valor da dívida consolidada pelo número de parcelas acordado.

CLÁUSULA QUARTA. O montante da dívida consolidada no mês de [mês e ano da consolidação por extenso] é de R$ [valor monetário numérico] ([valor monetário por extenso]), conforme as datas vencidas, fatos geradores, valores originais devidos e inadimplidos e acréscimos legais apresentados no quadro a seguir.

Data de Vencimento e Descrição do Fato Gerador		Valor Original Inadimplido (R$)	Acréscimos Legais (R$)		Subtotal Consolidado (R$)
Data	Descrição		Multa (2%)	Juros (SELIC)	
Total da Dívida Consolidada em [mês e ano no formato MM/AAAA] (R$)					

CLÁUSULA QUINTA. A DEVEDORA concorda em saldar o total da dívida consolidada em [número de parcelas] ([número de parcelas por extenso]) parcelas de igual valor, às quais serão somados os valores dos devidos acréscimos legais, com vencimentos em [número de parcelas] ([número de parcelas por extenso]) meses consecutivos contados a partir do mês subsequente ao da celebração do Termo de Parcelamento.

CLÁUSULA SEXTA. Os acréscimos legais que deverão ser somados às parcelas da dívida consolidada nos termos da Cláusula Terceira e da Cláusula Quarta, para composição do valor de cada parcela a ser paga pela concessionária devedora, consistem de:

I - juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados sobre cada parcela a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento; e

II - juros de 1% (um por cento), calculados sobre cada parcela, relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

CLÁUSULA SÉTIMA. Cada parcela da dívida consolidada a pagar, com os devidos acréscimos legais, vence no último dia útil do mês acordado no Termo de Parcelamento.

Parágrafo único. A DEVEDORA deverá efetuar o pagamento de cada parcela na rede bancária, até o último dia útil do mês de vencimento, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU) preenchida e enviada pelo CREDOR, contendo datas e informações sobre o fato gerador e os respectivos valores que compõem a parcela a ser paga.

CLÁUSULA OITAVA. Caso o pagamento de uma parcela não tenha sido efetuado até o último dia útil do mês previsto no Termo de Parcelamento, a DEVEDORA poderá solicitar ao CREDOR nova GRU contendo os acréscimos legais recalculados para o mês de efetivo pagamento, decorrentes do atraso, e executar o pagamento na rede bancária.

CLÁUSULA NONA. A DEVEDORA poderá, a qualquer tempo, durante o período de vigência do Termo de Parcelamento, solicitar ao CREDOR o pagamento antecipado da dívida, com os devidos acréscimos legais, no valor total ou parcial da mesma.

Parágrafo único. Em caso de antecipação, somente serão aceitos pagamentos de parcelas integrais e na ordem inversa à ordem das datas de vencimentos acordadas no Termo de Parcelamento, onde as parcelas a serem pagas antecipadamente serão as últimas a vencer.

CLÁUSULA DÉCIMA. O Termo de Parcelamento será rescindido unilateralmente pelo CREDOR quando, alternativa ou cumulativamente:

I - a DEVEDORA descumprir quaisquer de suas cláusulas;

II - a DEVEDORA não pagar 3 (três) parcelas, consecutivas ou não;

III - a DEVEDORA não pagar 2 (duas) parcelas, estando extintas todas as demais ou estando vencida a última parcela;

IV - a DEVEDORA incidir em novos débitos inadimplidos, além daqueles incluídos no termo de parcelamento vigente, sem cobertura desses valores na garantia contratual;

V - a DEVEDORA contestar, judicialmente, os valores parcelados;

VI - a DEVEDORA tiver sua falência decretada; e

VII - o contrato de concessão florestal for rescindido antes do término da vigência do instrumento de parcelamento e restarem parcelas não pagas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Quando rescindido o termo de parcelamento, deverá ser apurado pelo CREDOR o valor original do débito consolidado e inadimplido, deduzido dos valores das parcelas consolidadas e pagas, restabelecendo-se a cobrança em parcela única, com os devidos acréscimos legais.

§ 1º Caso as dívidas consolidadas pendentes de pagamentos, com os devidos acréscimos legais, não sejam quitadas em parcela única pela DEVEDORA, o CREDOR deverá se apropriar-se do integral valor da garantia, conforme os procedimentos adequados a cada modalidade.

§ 2º Caso o saldo da garantia contratual não seja suficiente para quitação da dívida da DEVEDORA em parcela única, o CREDOR deverá providenciar a inscrição do valor inadimplido remanescente na Dívida Ativa da União (DAU).

E assim, por estarem justas e acordadas as partes, lido e achado conforme o presente termo, assinam, eletronicamente, este instrumento em via única no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Brasília (DF), [data da assinatura do termo por extenso].

[assinaturas]

1 - pelo CREDOR:

[nome do Diretor-Geral do SFB/MAPA em caixa alta]

Diretor-Geral

Serviço Florestal Brasileiro

2 - pela DEVEDORA:

[nome d(o/a) dirigente máxim(o/a) ou representante legal da entidade concessionária em caixa alta]

[título d(o/a) dirigente máxim(o/a) ou representante legal da entidade concessionária]

[nome da entidade concessionária]

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RETIFICAÇÕES

Na PORTARIA/INCRA/P/Nº 353, de 20/05/1994, publicada no DOU. nº 97 de 24/05/1994, seção 1, página nº 7625 e Retificações publicada no DOU. Nº23, de 02/02/2022, que criou o Projeto de Assentamento Contagem, localizado no Distrito Federal e Planaltina de Goiás/GO, código SIPRA DF0026000; na retificação onde se lê:..."43 (quarenta e três) unidades agrícolas familiares", leia-se:..."49 (quarenta e nove) unidades agrícolas familiares".

Na PORTARIA/INCRA/SR(04)/Nº 21, de 09/04/1996, publicada no DOU. nº 69 de 10/04/1996, seção 1, página nº 5862, que criou o Projeto de Assentamento Atalaia, localizado no município de Monte Alegre de Goiás/GO, código SIPRA DF0019000; na retificação onde se lê:..."64 (quarenta e quatro) unidades agrícolas familiares", leia-se:..."66 (quarenta e seis) unidades agrícolas familiares".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-13/Nº 100/97 de 20 de novembro de 1.997, publicada no Diário Oficial da União nº 226, Seção 1, pág. 2.724 de 21/11/1997, que criou o Projeto de Assentamento RITINHA, código SIPRA MT0207000, localizado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, onde se lê: ... com área de 5.575,0000 ha. (cinco mil, quinhentos e setenta e cinco hectares), leia-se: ... com área de 6.910,8567 ha. (seis mil, novecentos e dez hectares, oitenta e cinco ares e sessenta e sete centiares), onde se lê: ... capacidade de 140 (cento e quarenta) unidades agrícolas familiares, leia-se: ... capacidade de 132 (cento e trinta e duas) unidades agrícolas familiares.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA INCRA/SR-06/MG Nº 111, DE 11 DE OUTUBRO DE 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 215-A de 09 de novembro de 2005, na Seção 1, página 40, que criou o Projeto de Assentamento Margarida Alves, código SIPRA MG0283000, onde se lê: "... localizado no município de Bambuí e Tapira ...'', leia-se: "... localizado no município de Bambuí e Tapiraí ...''.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

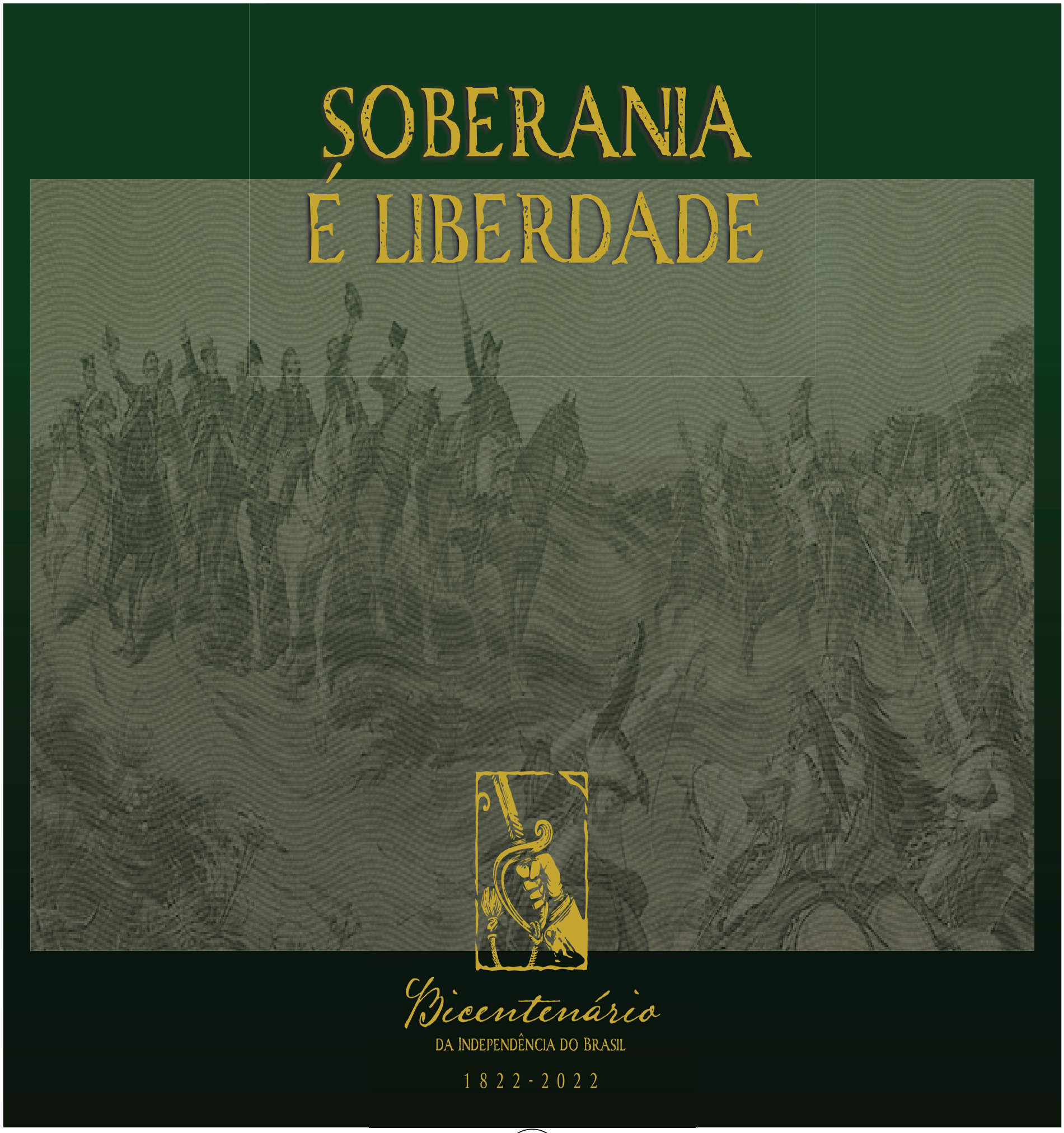
RETIFICAÇÃO

Na RESOLUÇÃO/Nº 266, de 21/10/1992, que criou o Projeto de Assentamento Fazenda Retiro, SIPRA PR0079000, com Retificação publicada no DOU nº 123, de 02/07/2021, Seção 1, pág. 10 , Onde se lê: "capacidade de assentamento de 14 (catorze) unidades agrícolas familiares.", Leia-se: "capacidade de assentamento de 08 (oito) unidades agrícolas familiares."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-26/N° 028, de 28 de julho de 1999, publicada no DOU n° 153, de 11/08/1999, Seção 1 pág. 07, que criou o Projeto de Assentamento BARRA BONITA, código SIPRA TO0187000, localizado no município de Carmolândia/TO, onde se lê: "... 2.572,0000 ha (dois mil e quinhentos e setenta e dois hectares)", bem como na retificação, publicada no DOU Nº 133 de 13/07/2017, seção 01, onde se lê: "... 2.801,9446 ha (dois mil e oitocentos e um hectares, noventa e quatro ares e quarenta e seis centiares)", leia-se: "... 2.803,7034 ha (dois mil e oitocentos e três hectares, setenta ares e trinta e quatro centiares)".



Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MC nº 751, de 21 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 37, de 22 de fevereiro de 2022, Seção 1, página 5,

Onde se lê:

"Art.1º.....

§ 1º Farão jus ao cofinanciamento de que trata o caput aqueles municípios que tiverem reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 36, de 4 de dezembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional, a partir de 1º de novembro de 2021."

Leia-se:

"Art.1º.....

§ 1º Farão jus ao cofinanciamento de que trata o caput aqueles municípios que tiverem reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública vigente ou deferido a partir de 1º de novembro de 2021, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 36, de 4 de dezembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE ATENÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA

PORTARIA Nº 1, DE 22 DE JANEIRO DE 2022

Estabelece procedimentos e critérios para financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS ao Distrito Federal e municípios que se encontrem em situação de emergência ou estado de calamidade pública que possam dificultar a execução do Programa no território ou inviabilizar atos e procedimentos necessários para o regular repasse de recursos.

A SECRETARIA NACIONAL DE ATENÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA , no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 44 do Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 e, considerando o disposto no parágrafo único do art. 34 da Portaria nº 664, de 2 de setembro de 2021, alterado pela Portaria nº 738, de 19 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º As medidas excepcionais dispostas nesta Portaria serão aplicadas ao Distrito Federal e municípios que se encontrem em situação de emergência ou estado de calamidade pública que possam dificultar a execução do Programa Criança Feliz/ Primeira Infância no SUAS no território ou inviabilizar atos e procedimentos necessários para o regular repasse de recursos, de modo a garantir a continuidade dos serviços e não ocasionar prejuízos ao ente federado.

Art. 2º Para o disposto nesta Portaria, aplicam-se os conceitos de situações excepcionais causadas por desastres naturais estabelecidos no Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020 que alterou o Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, quais sejam:

I - estado de calamidade pública - situação anormal provocada por desastre que causa danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do Poder Público do ente federativo atingido ou que demande a adoção de medidas administrativas excepcionais para resposta e recuperação;

II - situação de emergência: situação anormal provocada por desastre que causa danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do Poder Público do ente federativo atingido ou que demande a adoção de medidas administrativas excepcionais para resposta e recuperação.

Art. 3º Para aplicação das medidas excepcionais, o ente federado deverá encontrar-se em situação de emergência ou estado de calamidade pública, devidamente reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo Único. O reconhecimento federal mencionado no caput se dará por meio de portaria do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, mediante requerimento do chefe do poder executivo do município ou do Distrito Federal afetado pelo desastre, conforme procedimentos e critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 36, de 4 de dezembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional

Art. 4º O financiamento federal do Distrito Federal e municípios que se encontrem em situação de emergência ou estado de calamidade pública, na forma do art. 3º, dar-se-á mediante recebimento de recursos referente à parcela fixa, recebida no mês em que a situação do ente for reconhecida por ato oficial do Ministério do Desenvolvimento Regional, calculada na forma do Anexo, itens B e C, da Portaria nº 664, de 2 de setembro de 2021.

§1º Os municípios que durante a situação de emergência ou estado de calamidade pública se encontrarem na Etapa de Implantação do Programa, não farão jus à parcela fixa determinada no caput e o cálculo para pagamento dos recursos deverá ocorrer de acordo com as normas estabelecidas no inciso II, art. 43 da Portaria nº 664, de 2021.

§2º Não farão jus à parcela fixa prevista no caput os municípios que se encontrem com sua execução bloqueada, conforme critérios estabelecidos no Art. 50 da Portaria MC nº 664, de 2 de setembro de 2021, nos três meses anteriores ao início do período de excepcionalidade.

Art. 5º Caso os entes federados reconhecidos em situação de emergência ou estado de calamidade pública registrem visitas domiciliares, de acordo com o estabelecido no art. 17 da Portaria nº 664, de 2021, essas serão calculadas conforme o estabelecido no art. 43 da Portaria nº 664, de 2021.

Art. 6º Para os entes federados enquadrados na excepcionalidade da presente Portaria, fica suspensa a aplicação do bloqueio pelo não acompanhamento dos 30% (trinta por cento) da meta pactuada, estabelecido nos incisos II e III do art. 50 da Portaria nº 664, de 2021.

Art. 7º Para os entes federados enquadrados na excepcionalidade da presente Portaria e que estejam há mais de 12 (doze) meses na etapa de execução Fase II, não se aplicarão os critérios de saldo em conta exigidos no art. 44 da Portaria nº 664, de 2021.

Art. 8º Cessado o reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública, o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz do ente federado voltará a ser regido pelo disposto na Portaria nº 664, de 2021.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA SIQUEIRA LIRA DE MIRANDA

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE

SECRETARIA NACIONAL DE INCENTIVO E FOMENTO AO ESPORTE

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DA LEI FEDERAL DE INCENTIVO AO ESPORTE

DELIBERAÇÃO Nº 1.508, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 14/10/2021 e 10/11/2021.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 14/10/2021 e 10/11/2021.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO FERREIRA TONIETTI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.075566/2021-76
Proponente: Associação Desportiva Náutico Futebol Clube
Título: Campeões do futuro - Náutico Futebol Clube - Recursos Humanos
Registro: 2103360
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 21.205.025/0001-00
Cidade: Campo Grande UF: MS
Valor autorizado para captação: R$ 243.500,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5783 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 17733-4
Período de Captação até: 10/11/2023
2 - Processo: 71000.063226/2021-01
Proponente: Associação Esportiva Sílvio Fontes
Título: Caça Talentos
Registro: 2101729
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 20.459.220/0001-95
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 622.324,36
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4304 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 28257-X
Período de Captação até: 14/10/2023

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.628, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.017981/2020-05, de 18 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Concordia Sistemas Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 05.055.328/0001-29, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 05.055.328/0001-29, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Unidade de processamento de pequena capacidade, baseada em microprocessador, com unidade de saída por vídeo incorporada ("All in One").

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.017981/2020-05, de 18 de abril de 2020.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

57ª RELAÇÃO DE PESQUISADORES CREDENCIADOS À IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/1990

PORTAL GOV.BR

CREDENCIAMENTO	**NOME**	CPF	VENCIMENTO
920.003763/2022	Wilson Vicente Ruggiero	***.658.968-**	21/02/2027
920.003713/2009	Marcelo Henrique Prado Da Silva	***.191.837-**	21/02/2027
920.003780/2022	Emilio Ernesto Paladino	***.446.479-**	21/02/2027
920.003782/2022	Andre Luis Dias	***.123.838-**	21/02/2027
920.003818/2022	Tiago Timponi Torrent	***.447.866-**	21/02/2027
920.005971/2014	Leandro Alcoforado Sphaier	***.297.527-**	21/02/2027
920.003865/2022	Genaina Nunes Rodrigues	***.349.261-**	21/02/2027
920.004574/2011	Andrea Brito Latge	***.537.107-**	21/02/2027

THALES MARÇAL VIEIRA NETTO
Diretor

DESPACHOS DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais, de

acordo com a Lei nº 8.010/1990, torna público a 498ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

- Portal GOV.BR

ENTIDADE	**CREDENCIAMENTO/CNPJ**	VIGÊNCIA
Instituto Avançado de Tecnologia e Inovação - IATI	900.1315/2022	21/02/2027

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.010/1990, torna público a 792ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE
CREDENCIAMENTO - Portal GOV.BR

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO/CNPJ	VIGÊNCIA
USP - Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo	900.0702/1997	21/02/2027
Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira	900.0115/2010	21/02/2027
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM	900.0641/1995	21/02/2027

THALES MARÇAL VIEIRA NETTO

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

ATO Nº 2.356, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2022

Extinguir, por renúncia, a outorga do serviço de Interesse Restrito, de forma a extinguir a autorização para exploração do serviço Rádio do Cidadão, da entidade ANTONIO ROQUE SANTIAGO CARNEIRO, CPF nº ***.203.845-**, tendo em vista a manifestação de desinteresse pela continuidade na prestação do serviço.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 2.567, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Expede autorização à UBIRATAN FRANCISCO FRANCIOSI, CPF nº ***.630.680-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 2.633, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Transferir a autorização para exploração dos Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito e autorização do serviço notificado Serviço Limitado Móvel Aeronáutico de titularidade da WERNER JOST, CPF nº ***.932.744-**, para a DELFIN GONZALEZ MIRANDA, CPF nº ***.745.475-**, bem como a outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s) à autorização para execução do serviço.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 2.680, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Transferir a autorização para exploração dos Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito e a autorização do serviço notificado Limitado Móvel Aeronáutico de titularidade da SPE - LOTEAMENTO TROPICAL LTDA, CNPJ nº 22.601.130/0001-12, para a CLAUDIR TERENCE LESSA LOPES DE OLIVEIRA, CPF nº ***.907.015-**, bem como a outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s) à autorização para execução do serviço.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 2.807, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53516.000428/2022-22: Expede à MARCO ANTONIO KUNZLER, CPF nº ***.732.519-**, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 2.808, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53516.000368/2022-48: Transfere a autorização para exploração dos Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito e as autorizações dos serviços notificados de titularidade da IGUACU CELULOSE PAPEL S/A, CNPJ nº 81.304.727/0002-45, para a IGUAÇU EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ nº 44.958.185/0003-89, bem como a outorga das autorizações de uso de radiofrequências associadas à autorização para execução do serviço.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 1.134, DE 26 DE JANEIRO DE 2022

Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, expedida a CLAUDIO CESAR RABELO DE ALMEIDA, inscrita no CPF nº ***.323.966-**, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATO Nº 2.253, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

Outorga autorização de uso das radiofrequências, a seguir relacionadas, a S A USINA CORURIPE AÇÚCAR E ÁLCOOL, CNPJ nº 12.229.415/0010-01, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATOS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.283 - Expede autorização a Urmigel Urbanização Minas Gerais Ltda, CNPJ nº 19.230.218/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.293 - Outorga autorização de uso das radiofrequências, a seguir relacionadas, ao Supermercados BH Comércio de Alimentos S.A., CNPJ nº 04.641.376/0001-36, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.760. Processo nº 53548.000205/2022-98. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, MARCELO MARCULINO GOMES, CPF nº ***.818.581-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 2.761. Processo nº 53548.000206/2022-32. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, ELY DE SOUZA, CPF nº ***.715.671-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 655, DE 19 DE JANEIRO DE 2022

Processo nº 53500.003120/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Caxambu/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 29 DE JANEIRO DE 2022

Nº 1.533 Processo nº 53500.006294/2022-22. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Terezinha/PE.

Nº 1.534 Processo nº 53500.006296/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Abre Campo/MG.

Nº 1. 535 Processo nº 53500.006297/2022-66. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Conceição dos Ouros/MG.

Nº 1. 537 Processo nº 53500.006300/2022-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tombos/MG.

Nº 1. 538 Processo nº 53500.006301/2022-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Sabinópolis/MG.

Nº 1. 539 Processo nº 53500.006303/2022-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São João do Oriente/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Nº 1.629 Processo nº 53500.006660/2022-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Joaquim Gomes/AL.

Nº 1.630 Processo nº 53500.006661/2022-98. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Maravilha/AL.

Nº 1. 631 Processo nº 53500.006663/2022-87. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Mata Grande/AL.

Nº 1. 633 Processo nº 53500.006666/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Olho d'Água das Flores/AL.

Nº 1. 635 Processo nº 53500.006695/2022-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ouro Branco/AL.

Nº 1. 636 Processo nº 53500.006699/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Passo de Camaragibe/AL.

Nº 1. 637 Processo nº 53500.006701/2022-00. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Paulo Jacinto/AL.

Nº 1. 638 Processo nº 53500.006702/2022-46. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Piranhas/AL.

Nº 1. 639 Processo nº 53500.006703/2022-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Porto de Pedras/AL.

Nº 1. 640 Processo nº 53500.006704/2022-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Porto Real do Colégio/AL.

Nº 1. 641 Processo nº 53500.006705/2022-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José da Laje/AL.

Nº 1. 642 Processo nº 53500.006706/2022-24. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José da Tapera/AL.

Nº 1. 643 Processo nº 53500.006707/2022-79. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Luís do Quitunde/AL.

Nº 1. 644 Processo nº 53500.006708/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Miguel dos Milagres/AL.

Nº 1. 645 Processo nº 53500.006709/2022-68. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Sebastião/AL.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 1.741 Processo nº 53500.007055/2022-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência a CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cachoeira/BA.

Nº 1.742 Processo nº 53500.007056/2022-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência a CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Candiba/BA.

Nº 1. 743 Processo nº 53500.007057/2022-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência a CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Capela do Alto Alegre/BA.

Nº 1. 744 Processo nº 53500.007058/2022-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência a CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Castro Alves/BA.

Nº 1. 745 Processo nº 53500.007060/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência a CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Chorrochó/BA.

Nº 1. 848 Processo nº 53500.007218/2022-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO, CNPJ 03.787.257/0001-23, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Areado/MG.

Nº 1. 849 Processo nº 53500.007219/2022-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO, CNPJ 03.787.257/0001-23, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Guaranésia/MG.

Nº 1. 850 Processo nº 53500.007223/2022-47. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO, CNPJ 03.787.257/0001-23, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ibiraci/MG.

Nº 1. 851 Processo nº 53500.007225/2022-36. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO, CNPJ 03.787.257/0001-23, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itamogi/MG.

Nº 1. 853 Processo nº 53500.007230/2022-49. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO, CNPJ 03.787.257/0001-23, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jacuí/MG.

Nº 1. 854 Processo nº 53500.007232/2022-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO, CNPJ 03.787.257/0001-23, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Juruaia/MG.

Nº 1. 855 Processo nº 53500.007233/2022-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO, CNPJ 03.787.257/0001-23, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Monte Santo de Minas/MG.

Nº 1. 860 Processo nº 53500.007238/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO, CNPJ 03.787.257/0001-23, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Capetinga/MG.

Nº 1. 861 Processo nº 53500.007241/2022-29. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO TELEVISAO EDUCATIVA DE POCOS DE CALDAS, CNPJ 04.455.894/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cabo Verde/MG.

Nº 1. 864 Processo nº 53500.007246/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO TELEVISAO EDUCATIVA DE POCOS DE CALDAS, CNPJ 04.455.894/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bandeira do Sul/MG.

Nº 1. 866 Processo nº 53500.007248/2022-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SUL DE MINAS S/A, CNPJ 25.166.281/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Arceburgo/MG.

Nº 1. 867 Processo nº 53500.007249/2022-95. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SUL DE MINAS S/A, CNPJ 25.166.281/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Brazópolis/MG.

Nº 1. 873 Processo nº 53500.007255/2022-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SUL DE MINAS S/A, CNPJ 25.166.281/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itamogi/MG.

Nº 1. 882 Processo nº 53500.007517/2022-79. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO BOAS NOVAS, CNPJ 84.541.689/0001-51, executante do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, na localidade de Itamarati/AM.

Nº 1. 883 Processo nº 53500.007621/2022-63. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO LIBERAL FM LTDA, CNPJ 57.262.859/0001-96, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Dracena/SP.

Nº 1. 884 Processo nº 53500.007710/2022-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO BOAS NOVAS, CNPJ 84.541.689/0001-51, executante do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, na localidade de Silves/AM.

Nº 1. 885 Processo nº 53500.007711/2022-54. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO BOAS NOVAS, CNPJ 84.541.689/0001-51, executante do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, na localidade de Itapiranga/AM.

Nº 1. 886 Processo nº 53500.007814/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO BOAS NOVAS, CNPJ 84.541.689/0001-51, executante do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, na localidade de Autazes/AM.

Nº 1. 887 Processo nº 53500.007815/2022-69. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO BOAS NOVAS, CNPJ 84.541.689/0001-51, executante do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, na localidade de Manaquiri/AM.

Nº 1. 925 Processo nº 53500.007379/2022-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Laranjal/MG.

Nº 1. 929 Processo nº 53500.007384/2022-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Luisburgo/MG.

Nº 1. 931 Processo nº 53500.007388/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Luminárias/MG.

Nº 1. 937 Processo nº 53500.007396/2022-65. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Medeiros/MG.

Nº 1. 938 Processo nº 53500.007397/2022-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Mendes Pimentel/MG.

Nº 1. 941 Processo nº 53500.007400/2022-95. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Natércia/MG.

Nº 1. 953 Processo nº 53500.007470/2022-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Grupiara/MG.

Nº 1. 957 Processo nº 53500.007569/2022-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rubim/MG.

Nº 1. 958 Processo nº 53500.007570/2022-70. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ nº 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Salto da Divisa/MG.

Nº 1. 959 Processo nº 53500.007571/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ nº 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santo Antônio do Jacinto/MG.

Nº 1. 963 Processo nº 53500.007576/2022-47. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santo Antônio do Jacinto/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 5 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.106 Processo nº 53500.008361/2022-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO BRASIL ECOAR, CNPJ 07.701.981/0001-43, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itabaianinha/SE.

Nº 2.107 Processo nº 53500.008364/2022-87. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Douradoquara/MG.

Nº 2.108 Processo nº 53500.008366/2022-76. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICACOES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itabaianinha/SE.

Nº 2.109 Processo nº 53500.008370/2022-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE DOM BOSCO DE COMUNICACAO MUZAMBINHO, CNPJ 00.208.976/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Muzambinho/MG.

Nº 2.110 Processo nº 53500.008372/2022-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS LTDA, CNPJ 13.985.114/0001-80, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itabaianinha/SE.

Nº 2.111 Processo nº 53500.008373/2022-78. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SUL DE MINAS S/A, CNPJ 25.166.281/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Caldas/MG.

Nº 2.112 Processo nº 53500.008375/2022-67. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV NEWS - CANAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 17.962.660/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itabaianinha/SE.

Nº 2.113 Processo nº 53500.008402/2022-00. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Gonçalves/MG.

Nº 2.114 Processo nº 53500.008403/2022-46. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Pedro da União/MG.

Nº 2.115 Processo nº 53500.008406/2022-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Riachão/PB.

Nº 2.116 Processo nº 53500.008407/2022-24. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Gonçalves/MG.

Nº 2.117 Processo nº 53500.008408/2022-79. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Pedro da União/MG.

Nº 2.118 Processo nº 53500.008457/2022-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SUL DE MINAS S/A, CNPJ 25.166.281/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santo Antônio do Amparo/MG.

Nº 2.119 Processo nº 53500.008458/2022-56. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 16.924.581/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Riachinho/MG.

Nº 2.120 Processo nº 53500.008460/2022-25. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO, CNPJ 03.787.257/0001-23, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Delfinópolis/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.135 Processo nº 53500.008644/2022-95. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Riachinho/MG.

Nº 2.136 Processo nº 53500.008646/2022-84. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tapira/MG.

Nº 2.137 Processo nº 53500.008652/2022-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Riachinho/MG.

Nº 2.138 Processo nº 53500.008653/2022-86. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tapira/MG.

Nº 2.139 Processo nº 53500.008746/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Pedro dos Ferros/MG.

Nº 2.140 Processo nº 53500.008748/2022-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Tomás de Aquino/MG.

Nº 2.141 Processo nº 53500.008749/2022-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cedro do Abaeté/MG.

Nº 2.142 Processo nº 53500.008755/2022-00. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Pedro dos Ferros/MG.

Nº 2.143 Processo nº 53500.008759/2022-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Tomás de Aquino/MG.

Nº 2.144 Processo nº 53500.008761/2022-59. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cedro do Abaeté/MG.

Nº 2.145 Processo nº 53500.008763/2022-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A, CNPJ 27.865.757/0026-52, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Pedro dos Ferros/MG.

Nº 2.146 Processo nº 53500.008789/2022-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cedro do Abaeté/MG.

Nº 2.147 Processo nº 53500.008825/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO, CNPJ 03.787.257/0001-23, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Conceição da Aparecida/MG.

Nº 2.149 Processo nº 53500.008828/2022-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Perdões/MG.

Nº 2.150 Processo nº 53500.008829/2022-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SUL DE MINAS S/A, CNPJ 25.166.281/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Perdões/MG.

Nº 2.151 Processo nº 53500.008839/2022-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Conceição da Aparecida/MG.

Nº 2.152 Processo nº 53500.008840/2022-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itapagipe/MG.

Nº 2.153 Processo nº 53500.008843/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Perdões/MG.

Nº 2.154 Processo nº 53500.008844/2022-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Conceição da Aparecida/MG.

Nº 2.155 Processo nº 53500.008845/2022-92. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itapagipe/MG.

Nº 2.156 Processo nº 53500.008846/2022-37. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Perdões/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 2.351, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53500.009960/2022-84. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL GERMIM LOUREIRO, CNPJ 04.113.473/0001-56, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de João Monlevade/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 13 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.367 Processo nº 53500.009201/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rita de Caldas/MG.

Nº 2.372 Processo nº 53500.009208/2022-33. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE VITORIOSA DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ 03.521.447/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carneirinho/MG.

Nº 2.373 Processo nº 53500.009301/2022-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SAFIRA RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 02.410.422/0001-60, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Araucária/PR.

Nº 2.374 Processo nº 53500.009368/2022-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO EMISSORA VANGUARDA LTDA, CNPJ 71.457.725/0001-51, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Sorocaba/SP.

Nº 2.375 Processo nº 53500.009385/2022-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE MONTESIONENSE DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 03.921.242/0001-06, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São João Nepomuceno/MG.

Nº 2.377 Processo nº 53500.009479/2022-99. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ATUAL GUAIRACA DE MANDAGUARI LTDA, CNPJ 79.157.715/0001-02, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Mandaguari/PR.

Nº 2.378 Processo nº 53500.009489/2022-24. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CLUBE MARCONI LTDA - ME, CNPJ 50.833.763/0001-91, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP.

Nº 2.379 Processo nº 53500.009523/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carneirinho/MG.

Nº 2.380 Processo nº 53500.009524/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Galiléia/MG.

Nº 2.381 Processo nº 53500.009530/2022-62. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carneirinho/MG.

Nº 2.382 Processo nº 53500.009532/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Galiléia/MG.

Nº 2.383 Processo nº 53500.009544/2022-86. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Olinda Nova do Maranhão/MA.

Nº 2.384 Processo nº 53500.009546/2022-75. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Serraria/PB.

Nº 2.385 Processo nº 53500.009548/2022-64. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carrancas/MG.

Nº 2.386 Processo nº 53500.009550/2022-33. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José do Mantimento/MG.

Nº 2.387 Processo nº 53500.009553/2022-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carrancas/MG.

Nº 2.388 Processo nº 53500.009554/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José do Mantimento/MG.

Nº 2.389 Processo nº 53500.009556/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL DE JANUARIA, CNPJ 03.492.528/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bonito de Minas/MG.

Nº 2.423 Processo nº 53500.009692/2022-09. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Thomé das Letras/MG.

Nº 2.424 Processo nº 53500.009693/2022-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carbonita/MG.

Nº 2.425 Processo nº 53500.009694/2022-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Divinolândia de Minas/MG.

Nº 2.426 Processo nº 53500.009695/2022-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lajinha/MG.

Nº 2.427 Processo nº 53500.009696/2022-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Padre Paraíso/MG.

Nº 2.428 Processo nº 53500.009697/2022-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Araújos/MG.

Nº 2.429 Processo nº 53500.009699/2022-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Candeias/MG.

Nº 2.430 Processo nº 53500.009700/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Capitólio/MG.

Nº 2.431 Processo nº 53500.009701/2022-53. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carneirinho/MG.

Nº 2.432 Processo nº 53500.009703/2022-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Martinho Campos/MG.

Nº 2.433 Processo nº 53500.009704/2022-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nazareno/MG.

Nº 2.434 Processo nº 53500.009705/2022-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Albertina/MG.

Nº 2.435 Processo nº 53500.009706/2022-86. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Alto Caparaó/MG.

Nº 2.436 Processo nº 53500.009707/2022-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cana Verde/MG.

Nº 2.437 Processo nº 53500.009708/2022-75. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Capitão Andrade/MG.

Nº 2.438 Processo nº 53500.009710/2022-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carrancas/MG.

Nº 2.439 Processo nº 53500.009711/2022-99. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carvalhópolis/MG.

Nº 2.440 Processo nº 53500.009712/2022-33. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Catas Altas da Noruega/MG.

Nº 2.441 Processo nº 53500.009713/2022-88. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ibituruna/MG.

Nº 2.442 Processo nº 53500.009715/2022-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Liberdade/MG.

Nº 2.443 Processo nº 53500.009716/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Luminárias/MG.

Nº 2.444 Processo nº 53500.009717/2022-66. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Módica/MG.

Nº 2.445 Processo nº 53500.009718/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Paiva/MG.

Nº 2.446 Processo nº 53500.009719/2022-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Miguel do Anta/MG.

Nº 2.447 Processo nº 53500.009720/2022-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Simão Pereira/MG.

Nº 2.448 Processo nº 53500.009724/2022-68. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Braúnas/MG.

Nº 2.449 Processo nº 53500.009791/2022-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO FUTURA LTDA, CNPJ 02.862.994/0001-80, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Ibiá/MG.

Nº 2.450 Processo nº 53500.009996/2022-68. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA, CNPJ 79.151.312/0001-56, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Maringá/PR.

Nº 2.451 Processo nº 53500.010009/2022-78. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vazante/MG.

Nº 2.452 Processo nº 53500.010010/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tiros/MG.

Nº 2.453 Processo nº 53500.010011/2022-47. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO, CNPJ 03.787.257/0001-23, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Tomás de Aquino/MG.

Nº 2.454 Processo nº 53500.010012/2022-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO, CNPJ 03.787.257/0001-23, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão e Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Pedro da União/MG.

Nº 2.455 Processo nº 53500.010013/2022-36. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A, CNPJ 27.865.757/0026-52, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José do Goiabal/MG.

Nº 2.456 Processo nº 53500.010014/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 16.924.581/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Urucuia/MG.

Nº 2.487 Processo nº 53500.010650/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Conselheiro Pena/MG.

Nº 2.488 Processo nº 53500.010652/2022-00. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Conselheiro Pena/MG.

Nº 2.489 Processo nº 53500.010805/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Roque de Minas/MG.

Nº 2.490 Processo nº 53500.010807/2022-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Roque de Minas/MG.

Nº 2.491 Processo nº 53500.010830/2022-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ELO COMUNICACAO LTDA, CNPJ 02.380.966/0001-27, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jaqueira/PE.

Nº 2.492 Processo nº 53500.010832/2022-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jaqueira/PE.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.615 Processo nº 53500.009126/2022-99. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AJURICABA COMUNICACOES LTDA, CNPJ 04.468.805/0001-15, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Massapê/CE.

Nº 2.627 Processo nº 53500.005313/2022-01. Expede autorização à PATH TELECOM S.A., CNPJ/MF nº 43.933.820/0001-49, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 2.766, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo n° 53500.090043/2021-37. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TELEFONICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, associada à autorização para execução do Serviço de Comunicação Multimídia.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 19 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.771 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 26/02/2022 a 27/02/2022.

Nº 2.772 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 26/02/2022 a 27/02/2022.

Nº 2.773 Autorizar APEA - ASSOCIACAO PRO ESPORTE E AVENTURA, CNPJ nº 07.759.773/0001-03, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, nas cidades de Araxá/MG e Ibiá/MG, no período de 08/03/2022 a 14/03/2022.

Nº 2.774 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 26/02/2022 a 27/02/2022.

Nº 2.775 Autoriza Py2 Radiosom Instalacoes, Comercio, Importacao e Exportacao Eireli, CNPJ nº 11.061.010/0001-53, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Salvador/BA, no período de 25/02/2022 a 14/03/2022.

Nº 2.776 Autorizar CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Belém/PA, no período de 21/02/2022 a 21/03/2022.

Nº 2.777 Autoriza NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 01.108.177/0034-37, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Santos/SP, no período de 08/03/2022 a 31/03/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

PORTARIA SEORI/SG-MD Nº 940, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Revoga a Portaria nº 2.334/SEORI/SG-MD, de 28 de outubro de 2015.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, SUBSTITUTO, em conformidade com a Portaria nº 2.057/SEORI, de 14 de outubro de 2016, observado o disposto no art. 8º, caput, inciso I, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 60532.000071/2021-69, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 2.334/SEORI/SG-MD, de 28 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 208, Seção 1, página 18, de 30 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 2 de março de 2022.

AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO FONSÊCA

COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS

PORTARIA BACO Nº 37/ARC GAP, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O CHEFE DO GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - GAP-CO, usando da competência regimental que lhe foi conferida através da Portaria nº 1.177/GC1, de 6 de outubro de 2021, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 188, de 13 de outubro de 2021, e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI) nº 67278.007757/2021-88 resolve:

Art. 1º Aplicar a sanção à empresa G.S. SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 32.378.820/0001-08, na modalidade de suspensão temporária e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos, concomitantemente com a sanção de multa no valor de R$ 319.390,35 (trezentos e dezenove mil trezentos e noventa reais e trinta e cinco centavos), a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, com base no que prevê o art. 86 e art. 87, da Lei 8.666/1993, em decorrência da inexecução parcial do contrato.

Art. 2º A aplicação da penalidade se dá em razão do descumprimento de exigências constantes no item 15.2 do Anexo I do Edital da Concorrência nº 01/2019, combinado com o art. 86, e inciso II e III, do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, em razão do inadimplemento contratual, de acordo com decisão fundamentada no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PINHEIRO DE VASCONCELLOS Cel Int

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/MB/MD, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre diretrizes gerais para a atuação da Marinha do Brasil (MB), no cumprimento da Lei nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015, Instruções, Orientações e Portarias Normativas da Controladoria-Geral da União (CGU).

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e o inciso XIV, art. 26, do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1º Estabelecer normas básicas sobre o processo administrativo para apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica de que trata a Lei nº 12.846/2013, regulamentada por meio do Decreto nº 8.420/2015, no âmbito da Marinha do Brasil (MB), conforme o disposto nesta Instrução Normativa (IN).

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei nº 12.846/2013 será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), com observância do disposto no Decreto n° 8.420/2015, na IN nº 13/2019, da CGU e nesta IN.

§ 1º Os atos previstos como infrações administrativas à Lei nº 8.666/1993, Lei nº 14.133/2021 e outras normas de licitações e contratos da administração pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conforme disposto no art. 12 do Decreto nº 8.420/2015, aplicando-se o rito procedimental previsto na IN nº 13/2019, da CGU.

§ 2º Na ausência de indícios de autoria e materialidade suficientes para subsidiar a instauração de PAR, poderá ser instaurada Investigação Preliminar (IP), de caráter sigiloso e não punitivo, de acordo com o previsto nos §§ 1º a 5º do art. 4º do Decreto nº 8.420/2015.

§ 3º O Comandante da Marinha (CM) quando do conhecimento ou recebimento de indícios da ocorrência de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira e de proposta de celebração de acordos de leniência no âmbito da MB, reportará à CGU a quem compete exclusivamente, a instauração, apuração e julgamento do PAR e celebração de acordo de leniência.

DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Art. 3º O CM realizará juízo de admissibilidade acerca da notícia de ocorrência de ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013, devendo decidir motivadamente:

I - pela instauração do PAR; ou

II - pelo arquivamento da notícia.

Art. 4º Para subsidiar o juízo quanto à admissibilidade da notícia de ocorrência de ato lesivo à Administração Pública (Naval) previsto na Lei nº 12.846/2013, o Órgão de Direção Geral (ODG) e os Órgãos de Direção Setorial (ODS) procederão à análise acerca da existência dos elementos de autoria e materialidade necessários à instauração de PAR, notadamente em relação aos fatos noticiados por terceiros ou pelas OM nas quais ocorreram os fatos, neste último caso, encaminhadas por meio de ofício explicativo, via cadeia hierárquica, com cópias à Diretoria de Administração da Marinha (DAdM) e ao Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR), contendo cópia dos procedimentos de apuração atinentes aos fatos e quaisquer outros elementos de prova que tiverem conhecimento.

Art. 5º Os ODG/ODS, para o fim descrito no art. 4º, poderão realizar:

I - o exame inicial das informações e provas existentes no momento da ciência dos fatos pela autoridade instauradora;

II - diligências e produção de informações necessárias para averiguar a procedência da notícia, caso as informações e as provas que as acompanhem não sejam suficientes para o seu pronto arquivamento ou para justificar a instauração imediata do PAR; e

III - manifestação conclusiva e fundamentada, indicando a necessidade de instauração do PAR ou arquivamento da notícia.

Art. 6º As diligências e a produção de informações de que trata o inciso II do art. 5º poderão ser realizadas:

I - nos próprios autos em que se está produzindo os subsídios para o juízo de admissibilidade; ou

II - por meio da instauração de processo específico de Investigação Preliminar (IP).

§ 1º As diligências e a produção de informações mencionadas no caput consistirão na prática de todos os atos necessários à elucidação dos fatos sob apuração, compreendendo, sempre que necessário:

I - a expedição de ofícios requisitando informações e documentos;

II - a tomada de depoimentos necessários ao esclarecimento dos fatos;

III - a realização de perícia necessária à elucidação dos fatos;

IV - a requisição, por meio da autoridade competente, do compartilhamento de informações tributárias da pessoa jurídica investigada, nos termos do inciso II, do § 1º, do art. 198, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional; ou

V - a requisição, por intermédio do seu órgão de representação judicial ou equivalente, da realização de busca e apreensão e demais medidas judiciais que se mostrarem necessárias.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do caput, os atos elencados no § 1º serão realizados diretamente pelo ODG/ODS.

Art. 7º Caso a análise aponte pela necessidade de instauração do PAR, a manifestação de que trata o inciso III, do art. 5º deverá indicar expressamente as seguintes informações:

I - o nome empresarial e o número do registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica que responderá ao PAR;

II - a descrição do ato lesivo supostamente atribuído à pessoa jurídica;

III - a indicação das provas existentes que sustentem a conclusão da ocorrência do ato lesivo descrito; e

IV - o enquadramento preliminar do ato lesivo nos tipos previstos no art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, devendo-se registrar se há tipificação simultânea com infrações à Lei nº 8.666/1993, à Lei nº 14.133/2021 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública.

Parágrafo único. As informações mencionadas no caput não vinculam a comissão que será designada para conduzir o PAR.

DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

Art. 8º A IP, de competência dos ODG/ODS, constitui procedimento de caráter preparatório, não obrigatório e de acesso restrito, que visa subsidiar o juízo de admissibilidade do CM por meio de coleta de indícios e de provas de autoria e de materialidade decorrentes de eventual ato lesivo, ocorrido em razão dos fatos em apuração.

§ 1º A IP será dispensável caso estejam presentes indícios de autoria e materialidade suficientemente robustos à abertura de PAR.

§ 2º As OM que tiverem conhecimento de indícios de autoria e materialidade envolvendo atos lesivos à Administração Pública (Naval), elencados no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, decorrentes ou não de Inquérito Policial Militar (IPM) ou Sindicância, deverão submeter tais informações à apreciação do respectivo ODG/ODS, por meio de ofício explicativo, via cadeia de Comando hierárquica, com cópias para a Diretoria de Administração da Marinha (DAdM) e para Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR), contendo cópia dos procedimentos de apuração dos fatos e de quaisquer outros elementos de prova que tiverem conhecimento.

§ 3º O processo de IP será instaurado pelos ODG/ODS por meio de Portaria, dispensada sua publicação, a qual indicará os membros da Comissão, prazo de conclusão e aquele que exercerá a função de presidente.

§ 4º A investigação será conduzida por Comissão composta por, no mínimo, dois oficiais ou servidores civis de nível superior (SCNS), necessariamente com estabilidade, que exercerão suas atividades com independência e imparcialidade, não podendo ser oriundos da OM na qual ocorreu o objeto da investigação.

§ 5º O Presidente da Comissão deverá efetuar o registro no Sistema CGU-PJ, das informações relativas às investigações preliminares, conforme preconizado nas Normas Gerais de Administração (SGM-107).

§ 6º A Comissão da IP deverá:

I - praticar todos os atos necessários à elucidação dos fatos sob apuração, com vistas a subsidiar o juízo de admissibilidade, nos termos do art. 6º; e

II - elaborar relatório conclusivo quanto à instauração de PAR, conforme disposto no inciso III, do art. 5º, ou arquivamento da notícia.

§ 7º O prazo para conclusão da IP não excederá sessenta dias e poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada do presidente da comissão ao ODG/ODS.

§ 8º Encerrados os trabalhos da Comissão, o processo será remetido ao ODG/ODS, que poderá determinar a realização de novas diligências, opinar pelo arquivamento da matéria ou pela instauração de PAR.

§ 9º Após a manifestação do ODS/ODG, o processo será encaminhado ao CM que, de posse do relatório final da comissão, dará continuidade ao juízo de admissibilidade, podendo determinar motivadamente a realização de novas diligências, o arquivamento da matéria ou a instauração de PAR.

§ 10 No caso de recomendação para instauração de PAR, os autos serão encaminhados pelo ODG/ODS ao CM, acompanhados de uma minuta de Portaria de Instauração, contendo a indicação dos membros da futura Comissão, os quais deverão estar lotados, preferencialmente, nas OM subordinadas ao respectivo ODG/ODS, à exceção da OM onde ocorreu o objeto da investigação.

DA INSTAURAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DO PAR

Art. 9º A instauração e o julgamento do PAR competem ao CM, conforme delegação do Ministro da Defesa, vedada a subdelegação, na forma da Portaria Normativa nº 20/2016, do MD.

§ 1º A instauração do PAR dar-se-á por meio de portaria do CM, publicada no Diário Oficial da União (DOU), com cópia para o ODG/ODS/DAdM/CCIMAR, na qual será estabelecido o prazo para conclusão do processo e designada Comissão composta por dois ou mais Oficiais ou SCNS, necessariamente com estabilidade, cujos membros não poderão ter participado na Comissão instaurada durante a fase de IP e tampouco poderão ser oriundos da OM onde ocorreu o objeto da investigação. A referida portaria conterá ainda:

I - o nome, o cargo e a matrícula dos membros integrantes da Comissão;

II - a indicação do membro que presidirá a Comissão;

III - o número do processo administrativo onde foi realizado o juízo de admissibilidade;

IV - o prazo para conclusão do processo; e

V - o nome empresarial e o número do registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica que responderá ao PAR.

§ 2º Os integrantes da Comissão do PAR deverão observar as hipóteses de impedimento e suspeição previstas nos art. 18 a 20, da Lei nº 9.784/1999, o dever previsto no art. 4º, da Lei nº 12.813/2013, e preferencialmente, realizado cursos ofertados pela CGU, no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo em Corregedoria (Prodea).

§ 3º Por absoluta necessidade de serviço ou por motivo de saúde, qualquer membro poderá ser substituído a pedido do ODG/ODS, mediante portaria do CM, na qual será consignado o motivo da substituição.

§ 4° A instauração do PAR deverá ser registrada pelo Presidente da Comissão, no prazo máximo de trinta dias, no Sistema CGU-PJ, devendo estar contidos nesse registro os dados citados no § 1º, do art. 9º desta IN.

§ 5º O prazo para a conclusão do PAR não excederá cento e oitenta dias, contados a partir da publicação da Portaria no DOU, admitida prorrogação por meio de ofício ou mensagem de solicitação do Presidente da Comissão ao CM, enviado ao Gabinete do Comandante da Marinha (GCM), com cópia ao ODS/ODG, que decidirá de forma fundamentada.

§ 6º O ofício ou a mensagem de solicitação para prorrogação de prazo para conclusão do PAR deverá ser recebido no GCM com, no mínimo, trinta dias de antecedência ao fim do prazo estabelecido para conclusão do PAR.

§ 7º No caso de atos Lesivos que configurem simultaneamente infrações à Lei nº 8.666/1993, à Lei nº 14.133/2021 ou a outras normas de Licitações e contratos da administração pública, deverá ser observado o disposto no art. 12 do Decreto nº 8.420/2015.

Art. 10 Sempre que estiverem disponíveis soluções de tecnologia e sistemas de informação adequadas, o PAR poderá ser autuado e conduzido por meio de processo eletrônico, que permita acesso remoto e peticionamento eletrônico pelos representantes legais ou procuradores da pessoa jurídica processada.

§ 1º No caso de não dispor das soluções de tecnologia e sistemas de informação previstas no caput, o órgão ou entidade processante deverá garantir as condições necessárias para que a pessoa jurídica processada possa acompanhar o PAR por meio de seus representantes legais ou procuradores, assegurado amplo acesso aos autos, vedada a retirada dos autos físicos da OM.

§ 2º Será autorizada a obtenção de cópias mediante requerimento das partes, desde que haja assinatura pretérita do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS), na forma do Decreto nº 7.845/2012.

Art. 11 A comissão exercerá suas atividades com imparcialidade e poderá, para o devido e regular exercício de suas funções:

I - propor ao CM a adoção das medidas cautelares administrativas necessárias à defesa dos interesses da Administração Pública ou à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado; e

II - solicitar, por intermédio do CM, a Procuradoria Regional da União que requeira em juízo as medidas necessárias à investigação e ao processamento das infrações, inclusive busca e apreensão, ou à defesa dos interesses da Administração Pública, bem como à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado.

Art. 12 Instaurado o PAR, a Comissão lavrará nota de indiciação e intimará a pessoa jurídica processada para, no prazo de trinta dias, apresentar defesa escrita e especificar eventuais provas que pretenda produzir.

§ 1º A intimação prevista no caput:

I - facultará expressamente à pessoa jurídica a possibilidade de apresentar informações e provas que subsidiem a análise da comissão de PAR no que se refere aos parâmetros previstos nos incisos II, IV e V do art. 18 do Decreto nº 8.420/2015; e

II - solicitará a apresentação de informações e documentos que permitam a análise do parâmetro previsto no inciso IV do art. 17 do Decreto nº 8.420/2015.

§ 2º Caso não tenha êxito a intimação de que trata o caput, será feita nova intimação por meio de edital publicado na imprensa oficial, em jornal de grande circulação no Estado da federação em que a pessoa jurídica tenha sede e no sítio eletrônico do órgão ou entidade pública responsável pela condução do PAR, contando-se o prazo a partir da última data de publicação do edital.

§ 3º Considerar-se-á revel a pessoa jurídica processada que, transcorrido o prazo de que trata o caput, não apresentar defesa no prazo legal, incorrendo em confissão quanto à matéria de fato, devendo ser registrado nos autos por meio de Certidão. Contra ela correrão os demais prazos, independentemente de notificação ou intimação, podendo a pessoa jurídica revel intervir em qualquer fase do processo, sem direito à repetição de qualquer ato processual anteriormente praticado.

Art. 13 A nota de indiciação deverá conter, no mínimo:

I - a descrição clara e objetiva do ato lesivo imputado à pessoa jurídica, com a descrição das circunstâncias relevantes;

II - o apontamento das provas que sustentem o entendimento da comissão pela ocorrência do ato lesivo imputado; e

III - o enquadramento legal do ato lesivo imputado à pessoa jurídica processada.

Parágrafo único. A comissão poderá produzir novas provas antes de lavrar a nota de indiciação, caso julgue necessário.

Art. 14 As intimações serão feitas por qualquer meio físico ou eletrônico que assegure a certeza de ciência da pessoa jurídica processada.

Parágrafo único. Os prazos começarão a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, observado o disposto no Capítulo XVI da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 15 Para fins do previsto no inciso V do art. 18 do Decreto nº 8.420/2015, a metodologia de análise do programa de integridade, os instrumentos necessários para sua aplicação, os modelos de Relatórios de Perfil e de Conformidade e outros eventuais documentos serão disciplinados em orientações, guias ou manuais publicados pela CGU.

Art. 16 Recebida a defesa escrita, a comissão avaliará de forma motivada a pertinência de produzir as provas eventualmente requeridas pela pessoa jurídica processada, podendo indeferir os pedidos de produção de provas que sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 1º Após o recebimento da defesa escrita, a comissão poderá, de ofício, deliberar pela produção de novas provas que julgar pertinentes para a elucidação dos fatos.

§ 2º Os atos probatórios poderão ser realizados por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 3º A comissão poderá solicitar a atuação de especialistas com notório conhecimento, de órgãos e entidades públicos ou de outras organizações, a fim de auxiliar a análise da matéria sob exame, assegurada a apresentação de quesitos pela pessoa jurídica processada no prazo estipulado pela comissão.

§ 4º Caso sejam produzidas novas provas após a nota de indiciação, a comissão poderá:

I - intimar a pessoa jurídica para se manifestar, no prazo de dez dias, sobre as novas provas juntadas aos autos, caso tais provas não justifiquem a alteração da nota de indiciação; ou

II - lavrar nova indiciação ou indiciação complementar, caso as novas provas juntadas aos autos justifiquem alterações na nota de indiciação inicial, devendo ser observado o disposto no art. 13.

Art. 17 Recebida a manifestação prevista no inciso I do § 4º do art. 16 ou no caso de não produção de novas provas após o recebimento da defesa escrita, a comissão elaborará relatório final a respeito dos fatos apurados e da eventual responsabilidade administrativa da pessoa jurídica, no qual sugerirá, de forma motivada, as sanções a serem aplicadas ou o arquivamento do processo.

Parágrafo único. O relatório final conterá:

I - relato histórico/cronológico do processo, narrando a forma de ciência da irregularidade pela autoridade instauradora e as diligências e conclusões produzidas no juízo de admissibilidade;

II - descrição sucinta das imputações realizadas em face da pessoa jurídica processada e das provas que lhe derem sustentação;

III - indicação das novas provas produzidas após a indiciação, se for o caso;

IV - exposição e análise dos argumentos da defesa da pessoa jurídica processada;

V - conclusão fundamentada quanto à responsabilização ou não da pessoa jurídica processada; e

VI - proposta de:

a) arquivamento da matéria; ou

b) punição da pessoa jurídica, devendo a comissão:

1. indicar a proposta de aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei nº 12.846/2013;

2. fundamentar a sugestão de aplicação de multa com base em memória de cálculo detalhada da dosimetria da multa, com descrição da análise do programa de integridade, se for o caso;

3. sugerir a aplicação das sanções da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 14.133/2021 ou de outras normas de licitações e contratos da administração pública, se for o caso; e

4. propor o envio de expediente, após a conclusão do procedimento administrativo, dando conhecimento ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União (AGU) para análise quanto à pertinência da responsabilização judicial da pessoa jurídica, nos termos do Capítulo VI, da Lei nº 12.846/2013.

Art. 18 Concluído o relatório final, a Comissão intimará a pessoa jurídica para, querendo, manifestar-se no prazo máximo de dez dias e, em seguida, encaminhará os autos do PAR ao CM, via ODG/ODS para julgamento, que será precedido da manifestação jurídica a ser elaborada pela Consultoria Jurídica-Adjunta junto ao Comando da Marinha (CJACM).

Parágrafo único. O ODG/ODS deverá, previamente ao encaminhamento do relatório ao CM, elaborar parecer que abordará os fatos apurados, a responsabilização da pessoa jurídica, as sanções a serem aplicadas e a dosimetria da multa, ou o arquivamento do processo.

Art. 19 A decisão administrativa proferida pelo CM será publicada no DOU e no sítio eletrônico da MB.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão do PAR será responsável por efetuar o lançamento das penalidades aplicadas pelo CM no Sistema CGU-PJ, que alimentará automaticamente o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, conforme preconizado na SGM-107.

Art. 20 Verificada a ocorrência de eventuais ilícitos a serem apurados em outras instâncias, o GCM encaminhará cópia do PAR:

I - ao Ministério Público (MP), para apuração de delitos;

II - à Advocacia-Geral da União (AGU) e seus órgãos vinculados, para que promovam eventual ação judicial dos envolvidos, dentre outros aspectos; e/ou

III - aos demais órgãos competentes, conforme o caso.

DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E DO PAGAMENTO DA MULTA

Art. 21 Da decisão administrativa sancionadora, caberá pedido de reconsideração com efeito suspensivo das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, no prazo de dez dias, contados da data de publicação da decisão.

§ 1º A pessoa jurídica contra a qual forem impostas sanções no PAR e que não apresentarem pedido de reconsideração, deverá cumpri-las em trinta dias, contados do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

§ 2º O CM terá o prazo de trinta dias para decidir sobre a matéria alegada no pedido de reconsideração e publicar nova decisão.

§ 3° Mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica novo prazo de trinta dias para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contados da data de publicação da nova decisão.

§ 4º O recolhimento da multa dar-se-á via Guia de Recolhimento da União (GRU), destinada ao Fundo Naval, sob o código de receita: 28877-2 - Multas Lei nº 12.846/2013-Anticorrupção, dentro do prazo previsto, conforme as Normas para a Gestão do Plano Diretor (SGM-401).

§ 5º Feito o recolhimento da multa, na forma prevista na decisão, a pessoa jurídica sancionada apresentará em até dez dias, a contar do final dos prazos previstos nos parágrafos acima, documento que ateste seu pagamento integral.

§ 6º Não comprovado o pagamento da multa na forma do § 4º ou no caso de comprovação parcial do seu pagamento, nos termos do art. 25 do Decreto nº 8.420/2015, o GCM encaminhará os autos para a unidade administrativa responsável por realizar a:

I - inscrição em Dívida Ativa da União ou das autarquias e fundações públicas; ou

II - promoção de medidas cabíveis para cobrança do débito.

§ 7º O procedimento recursal das sanções aplicadas com base na Lei nº 8.666/1993, Lei nº 14.133/2021 ou em outras normas de Licitações e contratos da administração pública, seguirá o disposto nessas Leis e seus regulamentos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 O acesso ao Sistema CGU-PJ, o registro e o gerenciamento das informações relativas às IP e aos PAR instaurados no âmbito da MB são tratados no Capítulo 14 da SGM-107 (REV. 8).

Parágrafo único. Desde a instauração da IP e/ou do PAR até o seu arquivamento em definitivo, o Presidente da Comissão deverá manter atualizado o sistema CGU-PJ, mantendo ciente o seu respectivo ODG/ODS.

Art. 23 A respeito do disposto no Art. 1º desta IN, podem ser encontradas informações adicionais no site da <https://corregedorias.gov.br>.

Parágrafo único. Os modelos contidos no "Manual Prático de PAR", disponíveis no site da CGU, devem ser atendidos, rigorosamente, na elaboração de todos os documentos da Comissão.

Art. 24 Fica revogada a Instrução Normativa nº 1/MB/MD, de 15 de agosto de 2018.

Art. 25 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ALMIR GARNIER SANTOS

PORTARIA Nº 23/MB/MD, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Estabelece que o Cargo de Chefe do Estado-Maior do Comando dos 1º e 4º Distritos Navais deverá ser ocupado por Contra-Almirante do Corpo da Armada, da ativa.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 26 do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, combinado com o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido que o Cargo de Chefe do Estado-Maior do Comando dos Distritos Navais abaixo relacionados seja ocupado por Contra-Almirante do Corpo da Armada, da ativa:

I - Comando do 1º Distrito Naval; e

II - Comando do 4º Distrito Naval.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

ALMIR GARNIER SANTOS

PORTARIA MB/MD Nº 36, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova o Regulamento para o Fundo de Saúde da Marinha.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, de acordo com o § 1º e o inciso XIV, art. 26, do Anexo I ao Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, juntamente com o art. 15 do Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, e os art. 9º a 11 do Decreto nº 10.742, de 5 de julho de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento para o Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), que a esta acompanha.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 330/MB, de 25 de setembro de 2009, publicada em anexo à Portaria nº 285/MB, de 28 de setembro de 2020, no Diário Oficial da União nº 187, de 29 de setembro de 2020, seção 1, Página 15.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 2 de março de 2022.

ALMIR GARNIER SANTOS

ANEXO

MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
REGULAMENTO DO FUNDO DE SAÚDE DA MARINHA

CAPÍTULO I

DO HISTÓRICO

Art. 1º O Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), criado e regulamentado pelo Aviso nº N-0300 de 21 de março de 1972, complementado pelos Avisos nº N-0597 e N-0598 de 15 de junho de 1972 e alterado pelos Avisos nº N-0513 de 17 de abril de 1975 e N-0965 de 27 de agosto de 1975 e pelas Portarias nº 0849 de 6 de junho de 1983, 0602 de 29 de junho de 1987, 0571 de 17 de novembro de 1992, 50 de 20 de fevereiro de 1998 do Ministro da Marinha, nº 181 de 16 de julho de 2001 e nº 330 de 25 de setembro de 2009 do Comandante da Marinha, destina-se a complementar o custeio da Assistência Médico-Hospitalar e Social prestada pela Marinha.

CAPÍTULO II

DA CONCEITUAÇÃO

Art. 2º O FUSMA constitui recurso vinculado, que obedece a regime particular de arrecadação, programação, aplicação, movimentação, contabilização e apuração de resultados.

Art. 3º Os recursos financeiros para a constituição e manutenção do FUSMA constituem recursos específicos para efeito de programação e aplicação.

CAPÍTULO III

DOS CONTRIBUINTES

Art. 4º São contribuintes do FUSMA, mediante desconto mensal no pagamento:

I - em caráter compulsório:

a) militares ativos e veteranos;

b) pensionistas de militares da Marinha, enquanto mantidas as condições de dependência em relação a instituidor da pensão, e aquelas que, embora tenham perdido a condição de dependência, mantenham sob sua responsabilidade dependentes com direito à Assistência Médico-Hospitalar (AMH); e

c) enquanto mantidas as condições de dependência dos respectivos usuários especificados abaixo:

1- viúvo, relativamente à própria assistência médico-hospitalar e social;

2- filho ou enteado maior de 18 e menor de 21 anos de idade que receba pensão militar, relativamente à própria assistência médico-hospitalar e social;

3- viúvo, tutor, curador ou responsável legal, relativamente à assistência médico-hospitalar e social do filho ou enteado menor de 21 anos de idade ou inválido de qualquer idade ou filho ou enteado estudante menor de 24 anos de idade que não receba rendimentos;

4- viúvo, tutor, curador ou responsável legal, relativamente a assistência médico-hospitalar e social do tutelado ou do curatelado inválido de qualquer idade ou de menor de 18 anos de idade que viva sob a guarda do militar por decisão judicial; e

5- pensionista habilitado, relativamente à assistência médico-hospitalar e social do pai e da mãe do militar.

d) anistiados políticos, assim considerados pelo Ministro de Estado da Justiça, aos quais, nos termos da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, tenha sido assegurada a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada.

II - em caráter facultativo:

a) servidores civis aposentados que tenham contribuído para a extinta Assistência Médico-Social da Armada (AMSA) e que venham contribuindo para o FUSMA até a data de aprovação deste Regulamento; e

b) viúva do Servidor Civil que contribuiu para a AMSA ou FUSMA e que, compulsoriamente, tenha perdido a condição de beneficiário e seus dependentes.

§ 1º Aos pensionistas da Pensão Militar, oriunda da contribuição voluntária de militares da Reserva Não Remunerada, não será permitido contribuir para o FUSMA.

§ 2º Os contribuintes facultativos que solicitarem o cancelamento de sua contribuição para o FUSMA não poderão ser reinscritos.

CAPÍTULO IV

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 5º São beneficiários da AMH:

I - os militares ativos e veteranos e os dependentes previstos nos parágrafos 2º, 3º e 5º do art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1989 (Estatuto dos Militares), alterada pela Lei nº 13.954/2019, regularmente declarados e inscritos na Diretoria do Pessoal Militar da Marinha/Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais (DPMM/CPesFN);

II - o ex-combatente e seus dependentes elencados no art. 5º da Lei nº 8.059, de 4 de julho de 1990, regularmente inscritos, conforme previsto no inciso IV, do art. 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT); e

III - os anistiados políticos, assim considerados pelo Ministro de Estado da Justiça, aos quais, nos termos da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, tenha sido assegurada a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada.

§ 1º O filho, ex-dependente de contribuinte do FUSMA, portador de patologia crônica incidente ainda na situação de dependência e que esteja sendo assistido, mediante autorização especial concedida pelo Diretor de Saúde da Marinha (DSM), no âmbito ou sob o controle do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), permanecerá como beneficiário da AMH, conforme disposto em norma específica.

§ 2º Os dependentes já constantes dos bancos de dados da DPMM/CPesFN, bem como aqueles que se encontravam em processo de regularização de dependência na data de publicação da Lei nº 13.954/2019 permanecerão como beneficiários da assistência médico-hospitalar prevista na alínea e do inciso IV do caput do art. 50 do Estatuto dos Militares.

CAPÍTULO V

DA CONTRIBUIÇÃO

Art. 6º O valor da contribuição mensal obrigatória para o FUSMA, efetuada pelos contribuintes do FUSMA, será de até 3,5%, incidindo sobre as parcelas que compõem a remuneração, os proventos ou a pensão, de acordo com o contido nos artigos 1º, 10, 15 e 25 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e no art. 97 do Decreto nº 4.307, de 18 de junho de 2002, da forma como se segue:

I - Titular: percentual de 1,8%, composto de uma parcela de 1,45% para assistência médico-hospitalar e de 0,35% para assistência social;

II - Dependente do Titular previsto no § 2º do art. 50 do Estatuto dos Militares: percentual de 0,3% a título de contribuição complementar do titular, para cada um dos dependentes por ele instituído; e

III - Dependente do Titular previsto no § 3º do art. 50 do Estatuto dos Militares: percentual de 1,2% a título de contribuição complementar do titular, para cada um dos dependentes por ele instituído.

§ 1º Na ocorrência de ser a pensão militar deferida a mais de um pensionista, a contribuição será individual.

§ 2º Para efeito deste artigo, os contribuintes titulares, em missão permanente ou transitória no exterior, contribuirão com os mesmos percentuais previstos nos incisos I a III, incidentes sobre a Retribuição Básica e a Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço, previstas nos incisos I e II, do art. 8º, da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972.

Art. 7º Estão isentos da contribuição mensal para o FUSMA:

I - alunos dos centros ou núcleos de formação de oficiais da reserva; e

II - Cabos, Soldados e Marinheiros durante o serviço militar obrigatório.

Parágrafo único - A isenção constante deste artigo abrange as indenizações pela Assistência Médico-Hospitalar.

CAPÍTULO VI

DA INDENIZAÇÃO

Art. 8º Os atos médicos, paramédicos ou de outra natureza serão indenizados pelo titular da seguinte forma:

I - 20% para as despesas do Titular e dos seus dependentes previstos no § 2º do art. 50 do Estatuto dos Militares; e

II - integralmente (100%) para as despesas realizadas pelos seus dependentes previstos no § 3º do art. 50 do Estatuto dos Militares, e o filho, ex-dependente portador de patologia crônica.

Parágrafo único - Os titulares, em missão permanente ou transitória no exterior, indenizarão suas despesas e de seus dependentes nos mesmos percentuais previstos nos incisos I e II, incidentes sobre os valores praticados no território nacional.

CAPÍTULO VII

DA GESTÃO DO FUNDO

Art. 9º Cabe aos Informantes Qualificados a implantação dos descontos para o FUSMA, no pagamento dos contribuintes, conforme estabelecido no art. 6º.

Art. 10 O controle e a fiscalização da arrecadação são atribuições da DSM, mediante a comparação do Cadastro Geral de Usuários do SSM, com o Sistema de Pagamento de Pessoal (SISPAG) e Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), bem como com os valores efetivamente recolhidos ao Fundo Naval, emitindo relatório de discrepâncias para acerto, com o apoio da Pagadoria do Pessoal da Marinha e da Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha.

Art. 11 A administração do FUSMA será exercida pelo Diretor de Saúde da Marinha, a quem cabe gerenciar os recursos mediante a execução dos atos e fatos relacionados com as atividades do Fundo.

Art. 12 Os recursos financeiros decorrentes da arrecadação do FUSMA serão aplicados exclusivamente nas OM vinculadas, direta ou indiretamente, no atendimento aos usuários do SSM e do Serviço de Assistência Social ao Pessoal da Marinha, para atender às despesas com custeio e investimento relacionadas com a execução das suas atividades e programas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 Os casos omissos serão encaminhados à DSM e decididos pelo Diretor-Geral do Pessoal da Marinha.

MARCELO REIS BEZERRA
Assessor-Chefe de Economia do Gabinete
do Comandante da Marinha

PORTARIA Nº 37/MB/MD, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Estabelece a estrutura da Autoridade Marítima e delega competências aos Titulares dos Órgãos de Direção Geral, de Direção Setorial e de outras Organizações Militares da Marinha, para o exercício das atividades especificadas.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4°, 17, parágrafo único, e 19 da Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999; o inciso XXIII do art. 26 do anexo I ao Decreto n° 5.417, de 13 de abril de 2005; e de acordo com os arts. 11 e 12 do Decreto-Lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1° Estabelecer a estrutura da Autoridade Marítima e delegar competências, de acordo com as atribuições e os níveis de atuação dos órgãos envolvidos, na forma do anexo A e conforme organograma do anexo B.

Art. 2° As normas decorrentes desta Portaria obedecerão à legislação em vigor, às orientações baixadas pelo Comandante da Marinha e, no que couber, aos atos e resoluções internacionais ratificados pelo Brasil, especificamente aos relativos à salvaguarda da vida humana e à segurança da navegação, no mar e nas hidrovias interiores, e à prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio.

Art. 3° Fica revogada a Portaria n° 156/MB, de 3 de junho de 2004, conforme consta do anexo da Portaria n° 285/MB, de 28 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 187, de 29 de setembro de 2020, Seção 1, Página 15.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor em 3 de março de 2022.

ALMIR GARNIER SANTOS

ANEXO

CAPÍTULO I

ESTRUTURA DA AUTORIDADE MARÍTIMA

Art. 1° O Comandante da Marinha (CM), designado Autoridade Marítima (AM), tem competência para o trato dos assuntos afetos às atribuições subsidiárias que cabem à Marinha do Brasil (MB), por norma legal e que não sejam relacionadas com a defesa da Pátria e com a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, como estabelecido na Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES E DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

Seção I

Das atribuições

Art. 2° As atribuições subsidiárias mencionadas no art. 1° são:

I - orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à Defesa Nacional;

II - prover a segurança da navegação aquaviária;

III - contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar;

IV - implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas; e

V - cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

Seção II

Dos órgãos envolvidos

Art. 3° Para o exercício das atribuições supracitadas, são assim designados "Representantes da Autoridade Marítima", conforme o organograma do anexo B e detalhados nos arts. 7° ao 15.

§ 1° Os Representantes da AM para Organismos Internacionais, Investigação Científica Marinha e Bens Submersos e o Representante da AM para a Antártica e os Recursos do Mar, detalhados nos arts. 12 e 13, exercem a atribuição prevista no inciso III do art. 2°.

§ 2° Aos Representantes da AM competem a supervisão dos subordinados que tenham atribuições dentro desta estrutura.

Art. 4° O assessoramento nos assuntos concernentes à AM é realizado pelo "Assessor da Autoridade Marítima", assim designado o Chefe do Estado-Maior da Armada.

Art. 5° Os Titulares de outras Organizações Militares (OM) e seus prepostos que, por força das Normas da AM (NORMAM) tenham atribuições dentro desta estrutura, são designados "Agentes da Autoridade Marítima".

Parágrafo único. A supervisão dos Agentes da AM subordinados compete aos respectivos Comandantes dos Distritos Navais, aos quais estejam subordinados.

CAPÍTULO III

DOS NÍVEIS DE ATUAÇÃO E DAS DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIA

Seção I

Assessoria da Autoridade Marítima

Art. 6° O Assessor da AM, assim designado o Chefe do Estado-Maior da Armada, é responsável pelo assessoramento ao CM nos assuntos concernentes à AM.

Parágrafo único. Para o cumprimento do caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, ao Chefe do Estado-Maior da Armada para:

I - propor os responsáveis por atribuições não especificadas na estrutura da AM;

II - esclarecer as competências e dirimir dúvidas concernentes às atribuições da AM;

III - manter a estrutura da AM atualizada em relação à legislação vigente;

IV - criar Grupos de Trabalho para o trato de assuntos da AM;

V - determinar a análise, por sua iniciativa, das NORMAM emitidas pelos Representantes, quanto à compatibilidade com as correspondentes delegações de competência e atribuições, determinando as modificações porventura necessárias;

VI - determinar a análise dos assuntos afetos à AM que forem submetidos ao CM, quando for pertinente; e

VII - contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar.

Seção II

Orientar e controlar a Marinha Mercante

Art. 7° Os Representantes da AM para orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas são o Diretor-Geral de Navegação, o Diretor de Portos e Costas e o Comandante de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul.

§ 1° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, ao Diretor-Geral de Navegação para:

I - supervisionar, no que se refere à Defesa Nacional e à segurança da navegação, as atividades relativas à Marinha Mercante; e

II - estabelecer a Política do Ensino Profissional Marítimo.

§ 2° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, ao Diretor de Portos e Costas para:

I - baixar os atos relativos ao Ensino Profissional Marítimo;

II - gerir o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, prestando contas ao Tribunal de Contas da União;

III - orientar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades do ensino nos estabelecimentos e organizações navais integrantes do Sistema de Ensino Profissional Marítimo;

IV - expedir certidões requeridas pelo pessoal da Marinha Mercante;

V - apreciar, decidir e expedir os atos competentes sobre as transferências de categorias do pessoal da Marinha Mercante;

VI - determinar o cumprimento do disposto na Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto (STCW), conforme emendada;

VII - estabelecer requisitos e elaborar normas para a prevenção da poluição por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio; e

VIII - baixar atos relativos à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e à prevenção da poluição hídrica causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio.

§ 3° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, ao Comandante de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul para fornecer orientações aos navios e embarcações de bandeira brasileira ou afretados por empresas brasileiras, com relação à sua proteção.

Seção III

Segurança da Navegação Aquaviária

Art. 8° Os Representantes da AM para prover a segurança da navegação aquaviária são o Comandante de Operações Navais e o Diretor-Geral de Navegação.

§ 1° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, exceto os incisos II, III e IV, para os quais fica vedada a delegação subsequente, ao Comandante de Operações Navais para:

I - aprovar as normas, no âmbito da MB, relativas ao socorro de vida humana em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores;

II - coordenar e controlar a execução de atividades de assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores;

III - promover, coordenar e controlar a execução dos serviços de socorro de vida humana em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores;

IV - cooperar com o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON), no tocante às ações de resposta em situação de emergência nuclear;

V - aprovar as normas, no âmbito da MB, relativas à cobrança de serviços de salvamento marítimo, reboque contratado, mergulho e utilização da câmara de recompressão;

VI - orientar os órgãos subordinados quanto às consultas referentes a aforamento de terrenos de marinha;

VII - articular-se com os órgãos do Ministério da Infraestrutura para orientar a compatibilização de procedimentos relativos às atividades da Direção Civil do Transporte Marítimo em situações de tensão internacional ou guerra;

VIII - delegar a execução a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição, dos serviços de assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores; e

IX - delegar a execução a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição, dos serviços de socorro de vida humana em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores.

§ 2° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, ao Diretor-Geral de Navegação para:

I - promover e supervisionar a execução de atividades voltadas para a segurança da navegação aquaviária e para o meio ambiente; e

II - atualizar o valor da Tarifa de Utilização de Faróis, mediante proposta do Diretor de Hidrografia e Navegação.

§ 3° Da atribuição mencionada no caput decorrem outras, assuntos concernentes à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e segurança da navegação no mar e hidrovias interiores, além de salvamento e prevenção da poluição ambiental causada por navios, plataformas e suas instalações de apoio, previstos nos arts. 9°, 10 e 11.

Subseção I

Segurança da navegação

Art. 9° Os Representantes da AM para a segurança da navegação, assunto decorrente da atribuição prevista no art. 8°, são o Diretor de Portos e Costas, o Diretor de Hidrografia e Navegação e os Comandantes dos Distritos Navais.

§ 1° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, exceto o inciso III, para o qual fica vedada a delegação subsequente, ao Diretor de Portos e Costas para:

I - estabelecer a precedência hierárquica dos cargos e funções a bordo das embarcações nacionais;

II - estabelecer as zonas em que a utilização do serviço de praticagem é obrigatória e especificar as embarcações dispensadas do serviço;

III - determinar a tripulação de segurança das embarcações;

IV - determinar os equipamentos e acessórios que devam ser homologados para uso a bordo de embarcações e plataformas e estabelecer os requisitos para a homologação;

V - estabelecer a dotação mínima de equipamentos e acessórios de segurança para embarcações e plataformas;

VI - estabelecer os requisitos referentes às condições de segurança e habitabilidade por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio;

VII - promover a execução das atividades de vistorias de embarcações;

VIII - definir áreas marítimas e interiores para constituir refúgios provisórios;

IX - estabelecer os parâmetros para a definição dos limites da navegação interior;

X - aprovar as NORMAM relativas a:

a) habilitação e cadastro dos aquaviários e amadores;

b) tráfego e permanência das embarcações nas águas sob jurisdição nacional, bem como sua entrada e saída de portos, atracadouros, fundeadouros e marinas;

c) realização de inspeções navais e vistorias;

d) arqueação, determinação da borda-livre, lotação, identificação e classificação das embarcações;

e) inscrição das embarcações e fiscalização do Registro de Propriedade;

f) assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores;

g) registro e certificação de helideques das embarcações e plataformas;

h) execução de obras, dragagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas sob jurisdição nacional, no que concerne ao ordenamento do espaço aquaviário e à segurança da navegação;

i) cadastramento e funcionamento das marinas, clubes e entidades desportivas náuticas;

j) cadastramento de empresas de navegação, peritos e sociedades classificadoras;

k) aplicação de penalidade pelo Comandante de embarcação;

l) regulamentação do serviço de praticagem;

m) Inquéritos Administrativos sobre Acidentes e Fatos da Navegação;

n) transporte de madeira em toros por via fluvial;

o) orientação para emissão de Parecer relativo às solicitações de cessão de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura;

p) operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, inclusive quanto aos requisitos básicos dos planos de execução dessas atividades;

q) fixação da tripulação de segurança das embarcações;

r) medidas administrativas necessárias ao cumprimento da legislação em vigor;

s) assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores;

t) Sistema de Ensino Profissional Marítimo, que se fizerem necessárias ao cumprimento da legislação atinente;

u) requisitos de segurança, habitabilidade e homologação de material;

v) cerimonial e uso dos uniformes a bordo das embarcações nacionais; e

w) credenciamento de instituições para ministrar cursos e treinamentos complementares para Tripulantes Não Aquaviários (TNA), Profissionais Não Tripulantes (PNT) e Profissionais de Proteção Marítima (PPM);

XI - julgar os recursos sobre multas aplicadas por infração aos regulamentos e leis relativos à segurança da navegação, em última instância;

XII - delegar competência para entidades especializadas, públicas ou privadas, para aprovar processos, emitir documentos, realizar vistorias e atuar em nome do Governo brasileiro em assuntos relativos à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição ambiental;

XIII - reconhecer entidades, empresas ou organismos que representarão o Governo brasileiro na realização de vistorias, inspeções e respectiva emissão de certificados às Convenções Marítimas Internacionais das quais o Brasil é signatário;

XIV - estipular os valores dos emolumentos relativos a serviços prestados em decorrência da aplicação da Lei n° 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA);

XV - estabelecer os requisitos para homologação de Estações de Manutenção de Equipamentos de Salvatagem;

XVI - comunicar ao órgão regulador da indústria do petróleo irregularidades encontradas durante a fiscalização de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio, quando atinentes à indústria do petróleo; e

XVII - estabelecer as Regras Especiais Complementares ao Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar (RIPEAM) para uso em rios, canais, lagoas e lagos.

§ 2° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, exceto os incisos II, III, V e VI, para os quais fica vedada a delegação subsequente, ao Diretor de Hidrografia e Navegação para:

I - determinar a elaboração e orientar a execução do Plano Cartográfico Náutico Brasileiro;

II - autorizar e controlar os levantamentos hidrográficos executados por órgãos públicos e autarquias, estaduais e municipais, e órgãos privados;

III - determinar a elaboração e a disseminação dos Avisos aos Navegantes e dos Boletins Meteorológicos relativos às áreas de responsabilidade do Brasil;

IV - supervisionar e orientar as atividades concernentes à meteorologia marítima, bem como promover o seu desenvolvimento e pesquisa;

V - determinar a elaboração e a edição das cartas e publicações náuticas sob a responsabilidade do Brasil;

VI - notificar os proprietários das terras influenciadas pelo sinal visual de auxílio à navegação e transmitir às municipalidades respectivas as limitações quanto à altura das construções adjacentes, desimpedimento de ângulos de visibilidade e demais providências pertinentes para a plena proteção à utilização do sinal; e

VII - aprovar as NORMAM relativas a:

a) estabelecimento e funcionamento de sinais e auxílios à navegação;

b) levantamentos hidrográficos e cartas náuticas;

c) utilização de faróis; e

d) atividades de meteorologia marítima.

§ 3° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação para os incisos IV e V e a delegação subsequente para o inciso VIII, aos Comandantes dos Distritos Navais para:

I - coordenar as atividades das Administrações dos Portos no que concerne à AM;

II - promover a execução da Inspeção Naval e da Patrulha Naval;

III - determinar a emissão e aprovar Parecer relativo à cessão de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, no que concerne à segurança do tráfego aquaviário;

IV - cooperar com o SIPRON no tocante às ações de resposta em situação de emergência nuclear;

V - promover a fiscalização das embarcações quanto ao seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou sua carga;

VI - adotar as medidas administrativas previstas na LESTA;

VII - instaurar procedimentos administrativos, lavrar Autos de Infração e aplicar as penalidades previstas na LESTA;

VIII - designar os Agentes da AM competentes para lavrar Autos de Infração previstos na LESTA;

IX - intervir, junto às Administrações dos Portos, para assegurar ou garantir aos navios da MB a prioridade para atracação no porto;

X - ordenar ou providenciar a demolição de obra ou benfeitoria e a recomposição do local, quando realizadas em desacordo com as normas estabelecidas pela AM;

XI - determinar a emissão e aprovar o Parecer da MB relativo à consulta para o aforamento de terrenos de marinha localizados em suas áreas de jurisdição; e

XII - delegar aos municípios a fiscalização do tráfego de embarcações que ponham em risco a integridade física de qualquer pessoa nas áreas adjacentes às praias, quer sejam marítimas, fluviais ou lacustres.

Subseção II

Socorro e Salvamento

Art. 10. Os Representantes da AM para o Socorro e Salvamento, decorrente da atribuição prevista no art. 8°, são os Comandantes dos Distritos Navais.

Parágrafo único. Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, aos Comandantes dos Distritos Navais para:

I - apoiar as ações de defesa civil com pessoal, material e meios de transporte;

II - promover a fiscalização das embarcações quanto ao seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou sua carga;

III - promover, coordenar e controlar a execução dos serviços de socorro de vida humana em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores;

IV - promover, coordenar e controlar a execução das atividades de assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo, nos portos e nas vias navegáveis interiores; e

V - coordenar as ações de redução de danos relacionados com sinistros marítimos e fluviais e o salvamento de náufragos.

Subseção III

Meio Ambiente

Art. 11. Os Representantes da AM para o Meio Ambiente, assunto decorrente da atribuição prevista no art. 8°, são o Diretor de Portos e Costas e os Comandantes dos Distritos Navais.

§ 1° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, ao Diretor de Portos e Costas para:

I - coordenar as ações decorrentes da aplicação da legislação ambiental por parte dos Agentes da AM;

II - julgar os recursos sobre multas aplicadas por agentes da AM, por infração aos regulamentos e leis relativos à poluição ambiental, em última instância;

III - determinar a emissão dos Certificados de Garantia Financeira para os navios de bandeira brasileira, relativos à Convenção Internacional de Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo;

IV - estabelecer requisitos e elaborar normas para a prevenção da poluição por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio; e

V - encaminhar os dados, informações e resultados de apuração de responsabilidades ao órgão federal de meio ambiente, para avaliação dos danos ambientais e início das medidas judiciais cabíveis.

§ 2° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, exceto os incisos II e III, aos Comandantes dos Distritos Navais para:

I - determinar a obtenção dos dados e informações e a apuração das responsabilidades sobre os incidentes com embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio que tenham provocado danos ambientais, providenciando seu encaminhamento à Diretoria de Portos e Costas, para as providências necessárias no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente;

II - promover a fiscalização dos navios, plataformas ou suas instalações de apoio, e as cargas embarcadas, de natureza nociva ou perigosa, e determinar a autuação e aplicação das sanções aos infratores, nas situações previstas na Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), e na Lei n° 9.966, de 28 de abril de 2000 (Lei do Óleo), para a AM;

III - acompanhar e avaliar incidentes de poluição por óleo em sua área de jurisdição; e

IV - designar os Agentes da AM competentes para lavrar Autos de Infração previstos na Lei de Crimes Ambientais e na Lei do Óleo.

Seção IV

Contribuir para a formulação e a condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar

Subseção I

Organismos Internacionais, Investigação Científica Marinha e Bens Submersos

Art. 12. Os Representantes da AM para contribuir para a formulação e a condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar, especificamente para Organismos Internacionais, Investigação Científica Marinha e Bens Submersos, são o Chefe do Estado-Maior da Armada, o Diretor-Geral de Navegação, o Diretor de Portos e Costas, o Diretor de Hidrografia e Navegação e os Comandantes dos Distritos Navais.

§ 1° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, ao Chefe do Estado-Maior da Armada para:

I - autorizar a exploração, remoção ou demolição, no todo ou em parte, de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, que tenham passado ao domínio da União, bem como aprovar os planos de execução dessas atividades;

II - designar a Comissão de Peritos para avaliação das coisas ou bens resgatados quanto ao valor artístico, ao interesse histórico, cultural ou arqueológico, e a atribuição dos seus valores;

III - autorizar o desenvolvimento de atividades de pesquisas e investigações científicas realizadas na plataforma continental e em águas sob jurisdição nacional;

IV - coordenar as atividades dos órgãos nacionais na Comissão Coordenadora para os Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA-IMO);

V - designar representante para atuar como observador em navio estrangeiro autorizado a realizar pesquisa ou investigação científica, quando navegando em águas sob jurisdição nacional, nos casos em que o embarque ou o desembarque se der em portos estrangeiros; e

VI - avaliar as solicitações de autorização de acesso e remessa de componente do patrimônio genético existente na Zona Econômica Exclusiva e na Plataforma Continental brasileiras, emitindo a posição da MB ao órgão competente.

§ 2° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, exceto o inciso I, para o qual é vedada a delegação subsequente, ao Diretor-Geral de Navegação, na qualidade de Secretário-Executivo da Comissão Coordenadora para os Assuntos da Organização Marítima Internacional (Sec-IMO), para:

I - coordenar o apoio técnico e administrativo à CCA-IMO, de acordo com o disposto no Regimento Interno da CCA-IMO;

II - determinar a emissão e aprovar o Parecer da MB nos processos referentes à exploração e pesquisa na Plataforma Continental e em águas sob jurisdição nacional, quando os pedidos de autorização forem feitos por órgãos públicos, entidades paraestatais ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas brasileiras; e

III - designar representante para atuar como observador em navio estrangeiro autorizado a realizar pesquisa ou investigação científica, quando navegando em águas sob jurisdição nacional, nos casos em que o embarque e o desembarque se derem em portos nacionais.

§ 3° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, ao Diretor de Portos e Costas para:

I - aprovar as NORMAM relativas a operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, inclusive quanto aos requisitos básicos dos planos de execução dessas atividades; e

II - autorizar a pesquisa de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, que não estejam sob domínio da União.

§ 4° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, ao Diretor de Hidrografia e Navegação para:

I - determinar o acompanhamento do desenvolvimento de atividades de pesquisa e investigações científicas realizadas na Plataforma Continental e em águas sob jurisdição nacional, a análise de seus resultados e sua disseminação aos demais órgãos interessados;

II - promover e coordenar a participação do País nas atividades da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), relacionadas com os Serviços e Mapeamento Oceânicos; e

III - supervisionar as atividades do Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO), Centro Depositário da COI e integrante do Sistema Mundial de Dados Oceanográficos.

§ 5° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, exceto os incisos III e IV, aos Comandantes dos Distritos Navais para:

I - autorizar a exploração, remoção ou demolição, no todo ou em parte, de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, que não tenham passado ao domínio da União, bem como aprovar os planos de execução dessas atividades;

II - coordenar, controlar e fiscalizar as operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar;

III - promover a fiscalização do desenvolvimento de atividades de pesquisas e investigações científicas realizadas na Plataforma Continental e em águas sob jurisdição nacional; e

IV - promover a fiscalização da visita aos portos brasileiros ou do trânsito de navios de pesquisa estrangeiros em águas sob jurisdição nacional .

Subseção II

Antártica e os Recursos do Mar

Art. 13. O Representante da AM para contribuir para a formulação e a condução de políticas nacionais que dizem respeito ao mar, especificamente para a Antártica e os Recursos do Mar é o Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Parágrafo único. Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, ao Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar para:

I - coordenar a atualização do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, quando necessário; e

II - contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito aos recursos do mar e à Antártica.

Seção V

Implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos em coordenação

com outros órgãos

Art. 14. Os Representantes da AM para implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessário, em razão de competências específicas, são o Comandante de Operações Navais, o Comandante em Chefe da Esquadra, os Comandantes dos Distritos Navais e o Comandante de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul.

§ 1° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, ao Comandante de Operações Navais para:

I - elaborar, controlar e revisar normas e documentos afetos às atividades de Patrulha Naval e Inspeção Naval; e

II - supervisionar as atividades de Patrulha Naval e Inspeção Naval executadas pelo Comando em Chefe da Esquadra e pelos Comandos dos Distritos Navais.

§ 2° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, ao Comandante em Chefe da Esquadra para:

I - promover, eventualmente, a execução da Patrulha Naval e Inspeção Naval; e

II - adjudicar meios aos Comandos dos Distritos Navais, quando ordenado.

§ 3° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, exceto o inciso I, aos Comandantes dos Distritos Navais para:

I - promover a execução da Patrulha Naval e Inspeção Naval; e

II - promover a coordenação com os órgãos do Poder Executivo, nas esferas federal e estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas.

§ 4° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, ao Comandante de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul para atuar de forma coordenada com as Agências Governamentais e elementos do Poder Marítimo, no que se refere à segurança marítima e fluvial de abrangência nacional e internacional.

Seção VI

Cooperar com os órgãos federais na repressão aos delitos, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias

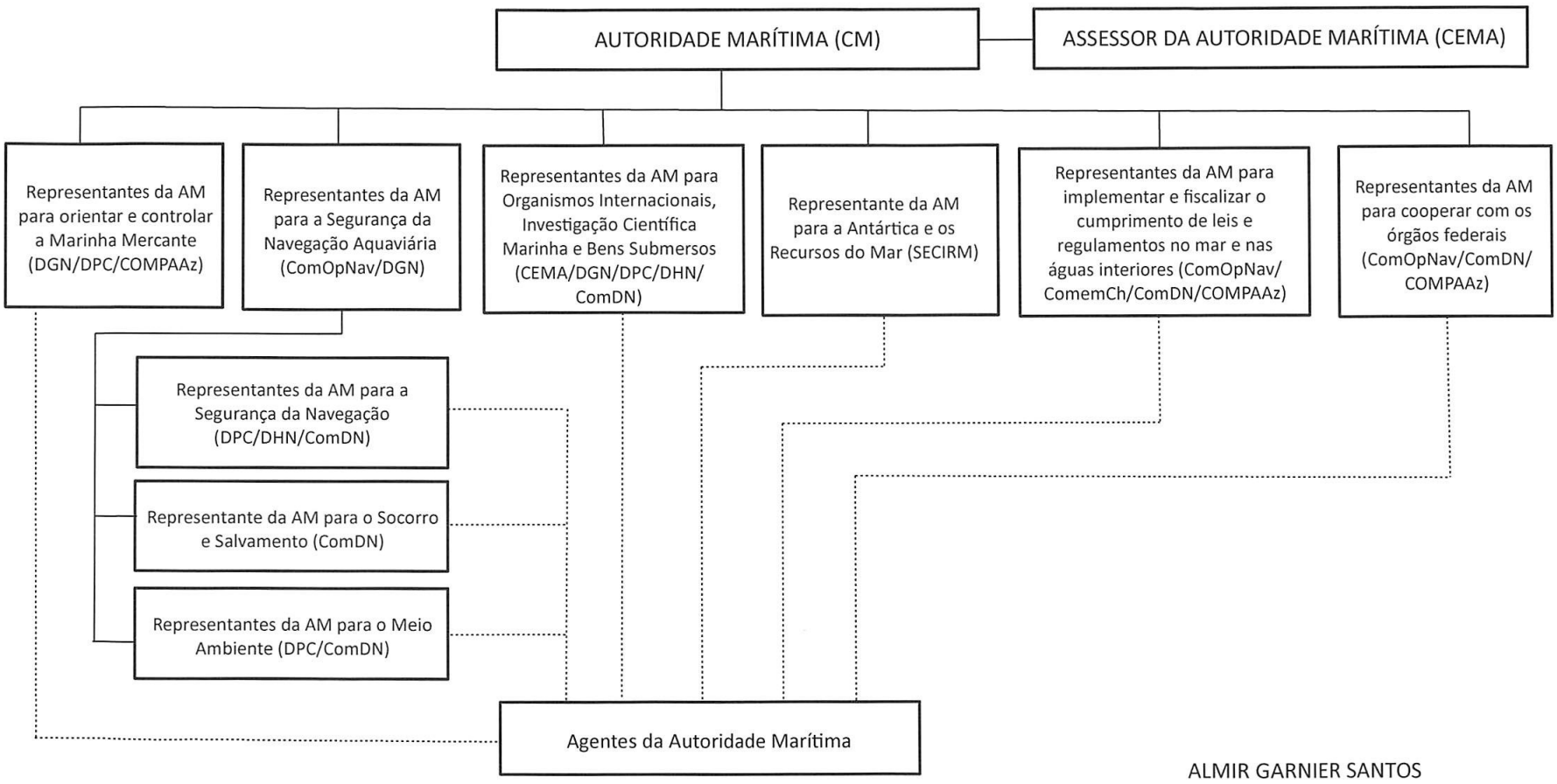
Art. 15. Os Representantes da AM, para cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução, responsáveis pelos assuntos concernentes ao estabelecimento de Acordos e Convênios com esses órgãos, são o Comandante de Operações Navais, os Comandantes dos Distritos Navais e o Comandante de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul.

§ 1° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, deverá ser verificada delegação ao Comandante de Operações Navais e aos Comandantes dos Distritos Navais, prevista em norma específica que fixa diretrizes para Licitações, Acordos e Atos Administrativos no âmbito do Comando da Marinha.

§ 2° Para o cumprimento da atribuição mencionada no caput, fica delegada competência, vedada a subdelegação, ao Comandante de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul para apoiar os órgãos federais, no que se refere à segurança marítima e fluvial de abrangência nacional e internacional.

Anexo B, da Port MB/MD n° 37/2022, do CM.

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DA AUTORIDADE MARÍTIMA



ALMIR GARNIER SANTOS
Almirante de Esquadra
Comandante da Marinha

AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S/A
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 70 DA 13ª REUNIÃO
REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, realizou-se a 13ª reunião do ano de 2021 do Conselho de Administração (CONSAD) da Empresa Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, na sala de reuniões da Sede da empresa, situada na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 1847, Butantã, São Paulo, CEP n≡ 05581-001 e transmitida por videoconferência. Conforme parágrafo único do art. 4≡ da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, a reunião digital foi gravada e arquivada. Presidida pelo Senhor MARCOS SAMPAIO OLSEN, representante do Comando da Marinha e Presidente do Conselho, com a participação dos seguintes Conselheiros de Administração: o Senhor MARCELO FRANCISCO CAMPOS, representante do Comando da Marinha e eventual substituto do Presidente do Conselho, por videoconferência; o Senhor PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR, representante do Ministério da Defesa, por videoconferência; o Senhor WELERSON CAVALIERI, membro independente, representante do Ministério da Economia e Presidente do Comitê de Auditoria, por videoconferência; o Senhor MARCOS CESAR PONTES, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, por videoconferência; e a Senhora PRISCILA PALMA SANCHEZ, representante eleita pelos empregados. O Senhor ANTONIO CARLOS SOARES GUERREIRO, Diretor-Presidente da AMAZUL, justificou a ausência. Participaram, de forma complementar, para esclarecimentos dos assuntos da Ordem do Dia: o Senhor FRANCISCO ROBERTO PORTELLA DEIANA, Diretor-Presidente Interino; o Senhor SERGIO RICARDO MACHADO, Diretor de Administração e Finanças; o Senhor NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO, Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas; o Senhor RICARDO WATANABE, membro do Comitê de Auditoria e Presidente do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; o Senhor MAURÍCIO MORAES CREMONESI, Consultor Jurídico; a Senhora CLAUDIA SBRAGIA MAZZO, Chefe da Secretaria de Órgãos Colegiados; o Senhor MURILO FRANCISCO BARELLA, Coordenador-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo (GDC); e a Senhora ADRIANA MARIA COUTO CARUSO, Auditora-Chefe; tendo sido eu, DÉBORA ELIZE SANTOS, designada para atuar como Secretária. O Presidente do Conselho presidiu a reunião e havendo quórum legal, de acordo com o contido nos artigos 10 e 15, do Regimento Interno do CONSAD, e em primeira convocação, cumprimentou a todos e na sequência, passou a palavra ao Diretor-Presidente Interino para apresentar a situação da empresa. O Diretor-Presidente Interino apresentou um balanço das decisões que contribuíram para a melhoria da governança da AMAZUL e o alcance dos objetivos estratégicos da empresa durante o ano de 2021. Destacou que o ano foi marcado pela superação de desafios impostos pela pandemia da Covid-19, com a retomada da jornada de trabalho presencial. Os esforços foram no sentido de garantir a proteção à segurança e à saúde do empregado e, ao mesmo tempo, cumprir os compromissos assumidos com a Marinha e outros parceiros de negócios. Informou que, de modo geral, os resultados das iniciativas e dos procedimentos sanitários adotados pela AMAZUL foram positivos: o número de casos de contaminação pelo coronavírus, entre os empregados, ficou abaixo da média nacional e não foi registrado nenhum óbito de integrante do quadro de empregados que tenha sido contaminado no ambiente de trabalho. Ressaltou, em seguida, que as conhecidas dificuldades não impediram a empresa de avançar ao longo desses dois anos. Em dezembro, concluiu-se uma importante etapa do desenvolvimento do projeto detalhado do Reator Multipropósito Brasileiro, um passo essencial para permitir que, no futuro, o Brasil se torne autossuficiente na produção de medicamentos para o combate ao câncer e outras doenças, entre outras aplicações do RMB. Informou, em seguida, que a AMAZUL assumiu novas responsabilidades e aumentou sua participação no Programa Nuclear da Marinha e no Programa de Desenvolvimento de Submarinos, principalmente nos projetos relacionados ao Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE). Em janeiro, a empresa ampliará a equipe no projeto de extensão da vida útil de Angra I, em parceria com a Eletronuclear, e prosseguirão os trabalhos no programa de modernização do Centro de Radiofarmácia, por meio da parceria com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN). Ressaltou, em seguida, que a empresa continua mantendo as tratativas para a instalação de centros de irradiação de alimentos e o desenvolvimento do Dispositivo de Assistência Ventricular, o chamado "Coração de Jatene". Uma das conquistas da AMAZUL, aprovada por este Conselho, foi a ampliação do capital da AMAZUL de R$ 53 mil para R$ 24 milhões, alteração essa que reforça o balanço de Empresa. Diante das alterações estatutárias propostas pelo acionista, o CONSAD atuou de forma a adaptá-las à realidade da AMAZUL. As alterações permitiram criar o conselheiro independente, que passou a ser o presidente do Comitê de Auditoria estatutário, e ainda ampliar as atribuições do antigo Comitê de Elegibilidade, que passou a se chamar Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. Destacou, em seguida, a atuação do Colegiado para melhorar a governança e a gestão da empresa, atualizando a política de Transação entre Partes Interessadas; supervisionando, sistematicamente, a gestão de risco da empresa, a execução do plano de negócios e a evolução do Plano Estratégico da AMAZUL, bem como divulgando a Carta de Governança e Políticas Públicas. Outros avanços foram a aprovação do Regulamento de Pessoal e do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2021, que trouxe inegáveis vantagens para os empregados e a empresa, e o acompanhamento sistemático da execução do Plano de Previdência - Amazul Prev e do Benefício de Assistência Saúde. No que concerne à estruturação da contabilidade de custos da AMAZUL, a empresa finalizou o levantamento da classificação contábil da mão de obra dos seus empregados, lotados tanto na sede quanto nas organizações militares, o que propiciará, em breve, a análise dessa parcela de custos para a tomada de decisões. No que tange à capacitação de pessoal, destacou que a empregada Stephanie Rodrigues, lotada no Centro de Intendência do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP, foi a única brasileira a ser contemplada este ano com

uma bolsa de estudos de mestrado da Agência Internacional de Energia Atônica (AIEA), que visa a apoiar mulheres a seguirem carreira na área nuclear e proporciona oportunidades de estágio na agência. Ela foi uma das 100 candidatas selecionadas pela AIEA em todo o mundo. Por fim, informou que a AMAZUL receberá, no próximo dia 16, o Prêmio Rede Governança Brasil. Tal prêmio visa atribuir mérito à atuação relevante na esfera pública do País, reconhecendo as organizações públicas federais que possuam uma boa governança como requisito fundamental para o desenvolvimento sustentado, incorporando ao crescimento econômico a equidade social e os direitos humanos. A AMAZUL participa desse levantamento desde 2017, evoluindo a cada avaliação, como decorrência de seu planejamento estratégico robusto, de seus pilares da boa governança, dos princípios éticos que norteiam sua atuação, da sua integridade e gestão de riscos e da excelência em resultados ao país. Esse prêmio é o reconhecimento de que a Empresa está no caminho certo e um estímulo para que a gestão e a governança da AMAZUL sejam aprimoradas. Em nome da Diretoria Executiva, agradeceu o empenho e apoio dos Conselheiros, que contribuem para o sucesso da AMAZUL e desejou votos de Feliz Natal e um Ano-Novo cheio de realizações. Dando continuidade, o Presidente apresentou a Ordem do Dia, composta dos seguintes itens: 1 - Aprovar o calendário anual 2022; 2 - Analisar demonstrações financeiras, relativas ao 3º trimestre de 2021; 3 - Acompanhamento da execução do PAINT 2021 e monitoramento das recomendações; 4 - Aprovação do encaminhamento do Relatório da Diretoria Executiva sobre previdência complementar, relativo ao 1º semestre de 2021, à SEST e PREVIC; e 5 - Apresentação do Relatório de atividades da Coordenadoria-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo. O Presidente propôs alteração na Ordem do dia e a inclusão do itemReconducão da indicada pelo Diretor-Presidente para a Auditoria Interna que, após aprovação unânime do Conselho, passou a vigorar com a seguinte sequência: Item 1 - Aprovação do encaminhamento do Relatório da Diretoria Executiva sobre previdência complementar, relativo ao 1º semestre de 2021, à SEST e PREVIC; Item 2 - Aprovar o calendário anual 2022; Item 3 - Analisar demonstrações financeiras, relativas ao 3º trimestre de 2021; Item 4 - Acompanhamento da execução do PAINT 2021 e monitoramento das recomendações; Item 5 - Apresentação do Relatório de atividades da Coordenadoria-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo; e Item 6 - Recondução da indicada pelo Diretor-Presidente para a Auditoria Interna. Passando ao primeiro item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas que apresentou o Relatório Semestral de Gestão do Patrocínio do Plano de Benefícios Previdenciários do 1º semestre de 2021. Em seguida, o Presidente substituto do Comitê de Auditoria apresentou a Manifestação nº 05/2021 de que o referido Relatório se encontra em condições satisfatórias para ser submetido ao CONSAD, de acordo com o Inciso III, Art. 2º e Parágrafo Único da Resolução CGPAR nº 09, de 10/05/2016. O Conselho aprovou, em seguida, o encaminhamento do Relatório apresentado à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Passando ao segundo item da Ordem do Dia, o Presidente convidou a Chefe da Secretaria de Órgãos Colegiados que apresentou o Calendário Anual de 2022, uma peça de planejamento que tem como objetivo o monitoramento permanente dos temas estratégicos ao longo do ano. O Conselho aprovou, por unanimidade, o Calendário Anual do Conselho de Administração para 2022. Passando ao terceiro item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Diretor de Administração e Finanças que apresentou as demonstrações financeiras do 3° trimestre de 2021. O Conselho analisou as Demonstrações Contábeis que incluem o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas, estando presentes o Presidente e o membro do COAUD. Em seguida, o Conselheiro Campos solicitou esclarecimentos sobre a conta Riscos Trabalhistas. O Consultor Jurídico da AMAZUL e o Diretor de Administração e Finanças apresentaram os esclarecimentos. Passando ao quarto item da Ordem do Dia, o Presidente comunicou a presença do membro do Comitê de Auditoria (COAUD) e convidou a Auditora Chefe para apresentar o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano Anual de Auditoria Interna e Monitoramento das Recomendações nº 2021-004/RAM. Informou que no monitoramento atual constam 28 (vinte e oito) recomendações baixadas, 18 (dezoito) em implementação, 112 (cento e doze) implementadas e 0 (zero) pendentes. Na sequência, apresentou a evolução e o comparativo das recomendações em 2021, a situação atual das ações implementadas, pendentes e em implementação. Por fim, apresentou o quadro geral com as recomendações de risco alto. Em seguida, o Conselheiro Welerson parabenizou a Diretoria Executiva pelo empenho em atender as recomendações da Auditoria Interna. Destacou que o Comitê de Auditoria analisou o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano Anual de Auditoria Interna e Monitoramento das Recomendações e sugeriu que, na próxima apresentação, sejam destacadas as ações em andamento que estão dentro do prazo e as que estão em atraso, se for o caso. A Conselheira Priscila, em seguida, evidenciou o cancelamento de duas ações: I - Gestão de Licitações e contratos; e II - Canais de comunicação, devido à escassez de hora homem (HH). A Conselheira questionou se há previsão de reforço da equipe da Auditoria Interna. A Auditora Chefe reportou que, para o próximo concurso, solicitou 2 vagas. O Diretor-Presidente Interino, em seguida, destacou que a escassez de mão de obra não é exclusiva do setor de Auditoria Interna e que o quadro da empresa sofreu uma redução de 200 (duzentos) empregados desde abril de 2019 e que, diante disso, muitos setores foram penalizados sem a reposição. O concurso visa à captação de recursos humanos para atender às diversas áreas da empresa e está em fase final, com previsão de publicação do edital para o início de 2022. Em seguida, o Conselheiro Petronio solicitou esclarecimentos sobre o andamento e os prazos das recomendações do Relatório do 4ª trimestre/2019 da Auditoria Independente e da recomendação nº 4.1.7 do Relatório de Auditoria de Gestão 03/2020 do Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR). A Auditoria Interna e a Consultoria Jurídica teceram os esclarecimentos. Passando ao quinto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Coordenador-Geral de GDC, que apresentou o relatório que abrange o período de julho a setembro de 2021 e traz detalhes das iniciativas da GDC em diversas frentes, de forma a demonstrar a atuação da empresa nas Três Linhas de Defesa. O documento traz cinco seções e as observações finais. Na seção 1, apresentam-se atividades gerais; a seção 2 aborda a gestão da estratégia; a seção 3 trata das ações de mapeamento de processos, controles e riscos operacionais; e a seção 4 especifica as inciativas de integridade. Por sua vez, a seção 5 detalha o momento que a empresa se encontra em relação aos riscos corporativos. O Conselho analisou o Relatório de Atividades da Coordenação-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo. Passando ao sexto item da Ordem do Dia, o Presidente apresentou a seguinte personalidade indicada pelo Diretor-Presidente Interino, para recondução ao cargo de Auditora Chefe, com prazo de gestão até 01JAN2025: ADRIANA MARIA COUTO CARUSO, brasileira, Especialista em Gestão de Planejamento e Orçamento, portadora da cédula de identidade nº 181491722, emitida pelo Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, inscrita no CPF/MF sob o nº 139.932.948-07, domiciliada e residente na Cidade de São Bernardo do Campo, SP, Rua Eugenio Aronchi, 179, Jardim do Mar, CEP 09726-360. A indicada foi reconduzida pelo Conselho, por unanimidade. Palavra aberta aos Conselheiros: A Conselheira Priscila agradeceu aos Conselheiros e à Diretoria Executiva pela receptividade a ela, como representante dos empregados. Parabenizou toda a AMAZUL pelos trabalhos realizados, que visam à evolução da empresa e seus projetos, mesmo em tempos tão difíceis para toda a sociedade. Agradeceu a confiança depositada pelos empregados para colaborar e aprender neste Conselho e por fim, externou votos de Feliz Natal e um Ano-Novo de grandes conquistas para todos da AMAZUL. O Conselheiro Welerson desejou à Auditora Chefe sucesso na nova jornada e disponibilizou o Comitê de Auditoria para auxiliar no que for necessário. Em seguida, desejou votos de Feliz Natal e um Ano-Novo promissor a todos. O Conselheiro Petronio externou sua satisfação em participar do Conselho de Administração da AMAZUL, representando o Ministério da Defesa, com uma Diretoria Executiva extremamente profissional que propicia exitosas reuniões. Em seguida, desejou votos de Feliz Natal, saúde, paz, fraternidade e um Ano-Novo venturoso para todos. O Conselheiro Campos cumprimentou a Auditora Chefe pela recondução e desejou votos de Feliz Natal e um Ano-Novo de muitas realizações a todos. O Conselheiro Marcos Pontes agradeceu e parabenizou a Diretoria Executiva e todos os empregados pelo trabalho realizado em 2021. Em seguida, desejou votos de Feliz Natal e um próspero Ano-Novo para todos. Por fim, externou sua expectativa de que o país e o mundo vençam a pandemia em 2022, que o Brasil tenha a capacidade de produzir vacinas nacionais com independência e que através disso, e de muitas outras conquistas da ciência, seja um país cada vez melhor. O Presidente dirigiu seus agradecimentos à Diretoria Executiva, aos órgãos vinculados ao Conselho de Administração, às assessorias e solicitou que o Diretor-Presidente Interino transmita aos Empregados seu apreço e admiração pelo trabalho executado no curso do ano de 2021. À Auditora Chefe reiterou seus cumprimentos e votos de êxito na função. Por fim, desejou votos de Feliz Natal e um próspero Ano-Novo para todos e que, com uma contribuição sempre crescente, possam aperfeiçoar a governança da empresa. Por fim, concluídos os atos que compuseram a Ordem do Dia, às 15h37min, a Presidência declarou encerrada a reunião do CONSAD, referente ao mês de dezembro. Lavrei a presente Ata no Livro de Atas, a qual foi assinada por mim, na qualidade de Secretária, e pelos Conselheiros presentes. Esta Ata foi elaborada em quatro vias digitadas. São Paulo, SP.

MARCOS SAMPAIO OLSEN
Representante do Comando da Marinha
Presidente do Conselho

MARCELO FRANCISCO CAMPOS
Representante do Comando da Marinha
Presidente do Conselho
Substituto

MARCOS CESAR PONTES
Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia

PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR
Representante do Ministério da Defesa

WELERSON CAVALIERI
Representante do Ministério da Economia

PRISCILA PALMA SANCHEZ
Representante dos empregados

DÉBORA ELIZE SANTOS
Secretária

DIRETORIA-GERAL DO MATERIAL

PORTARIA DGMM/MB Nº 1, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova as Normas para aquisição, registro e porte de armas de fogo na Marinha do Brasil.

O DIRETOR-GERAL DO MATERIAL DA MARINHA, no uso das suas atribuições que lhe confere o disposto no art. 1º, incisos VII e VIII, do anexo E, da Portaria nº 99/MB/MD, de 5 de abril de 2021, alterada pelas Portarias nº 157/MB/MD, de 28 de maio de 2021 e nº 245/ MB/MD, de 23 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar as Normas para a aquisição, registro e porte de armas de fogo na Marinha do Brasil, que a esta acompanham.

Art. 2º Revoga-se a Portaria DGMM/MB nº 185, de 16 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de março de 2022.

Almirante de Esquadra JOSÉ AUGUSTO VIEIRA DA CUNHA DE MENEZES
Diretor-Geral

Capitão de Corveta (T) DEVLEN MARTINS DOS REIS
Assistente

ANEXO

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA-GERAL DO MATERIAL DA MARINHA
NORMAS PARA AQUISIÇÃO, REGISTRO E PORTE DE ARMAS DE FOGO NA MARINHA DO BRASIL 1- PROPÓSITO

Estabelecer normas para aquisição, registro, porte, transferência, doação, restituição e ex- travio de armas de fogo e munições de uso particular de militares da Marinha do Brasil (MB).

2SISTEMAS DE CONTROLE E DOCUMENTOS

2.1- Sistemas de Controle de Armas de Fogo no Território Nacional

De acordo com a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento) e o Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019 existem dois sistemas de controle de armas de fogo no território nacional, conforme mostrado a seguir.

a)Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA)

Instituído no Ministério da Defesa, no âmbito do Comando do Exército, com circunscrição em todo o território nacional, tem por finalidade manter cadastro geral, permanente e integra- do das armas de fogo importadas, produzidas e comercializadas no país, de sua competência e das armas de fogo que constem dos registros próprios, conforme preconizado no Art. 4º do De- creto nº 9.847, de 2019.

Pela Port Normativa nº 1.369/MD/2004 foi delegada à MB (SIGMA-MB) e à FAB (SIGMA- ER) gerenciar, em seu âmbito, uma seção do SIGMA destinada ao cadastro das armas de seu pessoal militar.

b) Sistema Nacional de Armas (SINARM)

Instituído no Ministério da Justiça e Segurança Pública, no âmbito da Polícia Federal, com circunscrição em todo o território nacional, tem por finalidade manter cadastro geral, integrado e permanente das armas de fogo importadas, produzidas e comercializadas no país, de compe- tência do SINARM, e o controle dos registros dessas armas, conforme preconizado no Art. 3º do Decreto nº 9847, de 2019.

2.2 - Sistema de Controle de Armas de Fogo na MB

O Sistema de Gerenciamento Militar de Armas na MB (SIGMA-MB) instalado na Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM), e integrado ao SIGMA, mantém o cadastro geral das armas de uso particular do pessoal militar da MB.

a)Armas cadastradas no SIGMA-MB

I)armas de fogo, de uso pessoal, dos militares da ativa e veteranos da MB, constantes de registros próprios.

b)Controle

Na MB, as ações de operação do SIGMA-MB e expedição de documentos serão execu- tadas pela Organização Militar Controladora (OMCON) e pela Organização Militar de Vinculação (OMV), conforme mostrado a seguir:

I)Organização Militar Controladora (OMCON)

A DSAM é a OMCON da MB para assuntos relativos às armas de fogo institucionais e de uso particular do pessoal da MB e suas munições.

II) Organização Militar de Vinculação (OMV)

A OMV é a OM responsável pela comunicação entre o militar que a ela estiver subor- dinado e os representantes do comércio e indústria para os assuntos relacionados a aquisição de armas de fogo e munições de uso particular de militares da MB.

O acesso à OMCON somente será via OMV.

Para os militares da ativa, a OMV é a OM em que serve e para os veteranos, é o Co- mando do Distrito Naval (ComDN) em cuja jurisdição esteja localizada sua residência, com as se- guintes ressalvas:

quando o militar veterano estiver prestando serviço, vinculado a uma OM da MB, poderá tê-la como OMV; e

visando facilitar o trâmite de documentos/material, os militares veteranos, que re- sidem em locais afastados da Sede do DN, poderão solicitar a aquisição e/ou porte à OM da MB mais próxima de sua residência, ficando, entretanto, a autorização/concessão requerida somen- te a cargo do Titular da OMV (ComDN).

c) Sistema de Armas Portáteis (SISARPOR)

O SISARPOR, antigo sistema de controle de armas particulares da MB, foi extinto e mantido em arquivo para consultas. As armas cadastradas neste sistema serão recadastradas no SIGMA-MB, mediante solicitação do proprietário da arma. Para renovação dos certificados de registro emitidos por este sistema, a OMV do militar deverá solicitar a atualização dos dados por meio de OS, acordo subitem 7.1 destas normas, encaminhando em meio eletrônico à OM- CON.

d) Glossário

Para efeito destas normas e sua adequada aplicação, encontra-se no anexo A, alguns conceitos considerados importantes.

e) Documentos

Os documentos referenciados nestas normas são apresentados a seguir.

f) Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF)

É o documento expedido por órgão competente, que comprova o registro legal da arma, cujo modelo encontra-se no anexo B. O CRAF tem validade em todo o território nacional e autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo, exclusivamente, no interior de sua resi - dência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

g) Concorde

É o documento do órgão responsável pelo cadastro da arma de fogo (MB, EB, FAB, Polí- cia Federal, Polícias Militares ou Corpos de Bombeiros Militares), que formaliza, a outro órgão de controle, a sua concordância com um procedimento referente a arma de fogo cadastrada em banco de dados sob sua responsabilidade, cujo modelo encontra-se no anexo C.

h) Guia de Tráfego para Pessoa Física (GTPF)

É o documento que autoriza a circulação de produtos controlados, por pessoa física, entre dois pontos definidos, dentro de um período de tempo estabelecido. A GTPF não vale como porte de arma. A GTPF será emitida pelo ComDN em cuja área o militar for vinculado, cujo modelo encontra-se no anexo D. Ao transportar arma de fogo e a munição devem estar acondicionadas dentro de recipientes próprios, separados, de modo que deles não possa ser feito uso imediato.

A GTPF receberá um selo de autenticidade, o qual será fornecido pela OMCON aos ComDN, mediante solicitação por mensagem.

Os selos de autenticidade são controlados pelo EB. Assim, os ComDN devem enviar à OMCON, até quinze de janeiro, o ofício com o Mapa de Controle de Selos de Autenticidade (MCSA), cujo modelo encontra-se no anexo H, contendo as informações sobre os selos de au- tenticidade, consumidos no ano anterior, e o estoque que passou para o atual.

i) Porte de Arma de Fogo (PAF)

É o CRAF com a observação de que o portador se encontra autorizado a portar a arma de fogo, objeto do registro e, com a carteira de identidade de militar, comprova que possui au-

torização para portar essa arma, fora dos limites de sua residência, domicílio, estabelecimento ou empresa.

j) Termo de Eliminação de Documento (TED)

É o documento cujo objetivo é registrar as informações relativas ao ato de eliminação (destruição) de documentos que já cumpriram sua função administrativa e não apresentam va- lor histórico para a Instituição, cujo modelo encontra-se no anexo E.

k) Requerimento

Para confecção de Requerimentos relativos a aquisição, registro, porte, transferência, doação, restituição e extravio de armas de fogo de uso particular de militares da MB, além de observado o que preconizam as Normas Sobre Documentação Administrativa e Arquivamento na Marinha (NODAM) - REV. 6 SGM-105 sobre esse tipo de Documento Administrativo, devem conter algumas das informações abaixo conforme o caso:

I- identificação do militar; e

II- identificação da arma para qual solicita aquisição/ Porte de Arma de Fogo Particular (PAFP) e outras armas que possua e se possui outro PAFP.

3- PESSOAL HABILITADO PARA AQUISIÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÃO

Nesse item é apresentado o pessoal habilitado para a aquisição de armas de fogo e muni- ções de uso particular de militares da MB.

3.1 - Militares Habilitados - Nos termos do Art. 12, §12. do Decreto nº 9.847, de 2019, os mili- tares da MB estão autorizados a adquirir armas de fogo.

Parágrafo único - Os documentos de registro para militares sem estabilidade possuirão va- lidade igual ou menor que aquela do fim de seu compromisso.

A OMV do militar deverá cumprir o preconizado nas alíneas c e b do subitem 8.4 desta Norma.

3.2 - É vedada a autorização para a aquisição de armas de fogo para os militares

a)em cursos de formação (de carreira ou da reserva);

b)prestando Serviço Militar Inicial;

c)as Praças com Aptidão Média para Carreira (AMC) menor que oito;

d)da ativa, da reserva remunerada/reformados com restrições, inaptos, ainda que tempo- rariamente, em laudo de aptidão psicológica para manuseio de arma de fogo, ou serviço arma- do; e

e)indiciados, com denuncia/queixa recebida e os condenados por crimes dolosos.

1 - Considerações

a)estas normas não se aplicam aos integrantes da reserva não remunerada da MB, quan - do licenciados do serviço ativo;

b)estas normas não abrangem os militares colecionadores, atiradores e caçadores, os quais são regulamentados por legislação específica e têm o registro de suas armas efetuado no EB; e

c)os militares, possuidores de armas cadastradas no SIGMA-MB, ao serem excluídos do serviço ativo na MB (demissão, perda de posto e patente, licenciamento, a bem da disciplina ou deserção), deverão, obrigatoriamente, providenciar a transferência do registro de suas armas para outro sistema de controle (SIGMA-EB, SIGMAER ou SINARM) sessenta dias antes do desli- gamento, de acordo com a sua nova situação.

2 a) - Responsabilidade e compromisso

O militar que desejar adquirir arma e munição de uso particular, deve tomar conhecimen- to de todas as orientações contidas nestas normas e assumir total responsabilidade pelas trata- tivas de compra da arma e munição, junto aos representantes da indústria e comércio especiali - zado, bem como sua utilização, que é de sua exclusiva responsabilidade por se tratar de arma de fogo de uso particular, e fiel cumprimento das orientações destas normas, da Lei nº 10.826, de 2003 e demais Legislações constantes da Referência e as que vierem a ser publicadas que tratam e/ou tratarem dos procedimentos para posse, porte e demais assuntos relativos a armas de fogo de uso particular e suas respectivas munições.

4 - DA COBRANÇA DE TAXAS

Conforme previsto na Lei nº 10.834, de 2003, os militares da MB deverão efetuar o paga- mento, via Guia de Recolhimento da União (GRU), das seguintes taxas:

a)Autorização para aquisição de Produtos Controlados - R$ 25,00 (vinte e cinco reais) -

COD. 41; e

b) Autorização para Tráfego Interno de Produtos Controlados (GT) - R$ 8,00 (oito reais) - COD. 66.

O pagamento descrito na alínea a do subitem 6.2 refere-se somente para novas aquisições de arma de fogo na indústria, comércio e transferência, não contemplando aquisição de muni - ção.

Parágrafo único. Conforme preconizado no Art. 11, §2º da Lei nº 10.826, de 2003, os mili- tares estão isentos do pagamento da taxa de registro, de porte de arma de fogo e de suas reno- vações.

4.1 - Procedimentos para obtenção das GRU relativas às taxas Aquisição de Arma de Fogo de uso Particular

A GRU é o documento obrigatório utilizado para o pagamento das taxas e multas inerentes à fiscalização de produtos controlados.

O comprovante de pagamento da Autorização para aquisição de Produtos Controlados - R$ 25,00 (vinte e cinco reais) - COD. 41 deverá ser encaminhado, juntamente, com os documen- tos descritos no subitem 6.2 destas normas.

As taxas previstas, devem ser pagas em qualquer agência do Banco do Brasil S/A, em nome do Fundo do Exército, por intermédio de guias específicas "GRU" disponibilizados no site do Te- souro Nacional.

Deve ser utilizada a GRU - Simples, com recolhimento obrigatório nas agências do Banco do Brasil.

Para efetuar o pagamento das taxas de que trata o subitem 6.2 destas normas, o militar deverá proceder da seguinte maneira:

a)acessar o site da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados - DFPC (www.dfpc.eb.mil.br), na internet, e certificar-se das orientações para o preenchimento da GRU;

b)para preencher e imprimir o formulário, acessar o site do Tesouro Nacional https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp.;

c)realizar os preenchimentos dos campos, da seguinte maneira: I - Unidade Gestora - COD. 167.086;

II - Gestão - COD. 00001 - Tesouro Nacional; III - Nome da Unidade - Fundo do Exército; e

IV - Código de Recolhimento - 11300-0 - Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados

- Exército.

d) dirigir-se a qualquer agência do Banco do Brasil, de posse do formulário, para efetuar o pagamento da taxa; e

e) apresentar recibo autenticado pelo Banco do Brasil na sua OM de vinculação.

No âmbito da MB foi adotado o código 101, o qual deve ser aposto no campo "NÚMERO DE REFERÊNCIA" da GRU, de acordo com as hipóteses abaixo:

I - Aquisição de arma - número de referência 10141; e II - Emissão de GTPF - número de referência 10166.

4.2 - GTPF - Guia de Tráfego para Pessoa Física (Porte de Trânsito - PT)

O Porte de Trânsito, para os militares da MB, será a GTPF, conforme art. 81 do Regulamen- to de Produtos Controlados, aprovado pelo Decreto nº 10.030, de 2019.

a)Situações em que é necessária a GTPF:

O militar proprietário de arma de fogo, cadastrada no SIGMA-MB, que não possua auto- rização de portar essa arma, poderá solicitar a GTPF para atender às seguintes situações:

I - mudança de domicílio;

II - reparo da arma em oficina legalizada; III - teste de aptidão de tiro (TAT);

IV - aprimoramento e qualificação técnica em estande de tiro, situado na cidade em que

reside;

rente.

V- devolução aos órgãos de recolhimento; e

VI- transferência previamente autorizada, para trânsito da arma até a OMV do adqui-

V b) Validade - deve ter validade por período condizente com o fim a que se propõe, não de- vendo ultrapassar trinta dias corridos, contados a partir da data de sua emissão;

c) deve ser usada com a carteira de identidade e CRAF, pois o portador deve comprovar sua condição de proprietário da arma;

d) não é válida como porte de arma;

e) no caso de transporte aéreo, devem ser providenciadas três cópias da GTPF original e observado o subitem 9.12 destas normas; e

f) no caso de gozo de férias de militar ou qualquer outro afastamento temporário, não deve ser considerada mudança de domicílio e, nesse caso, não poderá ser emitida a GTPF pois o CRAF autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo, exclusivamente, no interior de sua residência ou domicílio, ou suas dependências, conforme previsto no Art. 5º, caput, da Lei nº 10.826, de 2003.

4.3 - Emissão de GTPF

Efetuar o procedimento descrito no subitem 4.1, utilizando o código 66 e número de refe- rência 10166.

Parágrafo único. O solicitante deverá anexar o comprovante do pagamento da taxa de aquisição de Produto Controlado pelo Exército ao ofício de solicitação da GTPF (deve-se obter a GRU na página da DFPC).

5 LIMITE DA AQUISIÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÃO

1 - Armas com aquisição concedida

É concedida a aquisição das armas de fogo de uso permitido/restrito, de acordo com o contido no Art. 2º da Portaria nº 126/COLOG/2019, combinada com a Port nº 137/COLOG/2019.

5.2 - Classificação de Calibres

Os calibres nominais de uso permitido/restrito são classificados pelos Art. 3º e 4º da Porta- ria nº 1.222/2019, do EB. As informações pertinentes encontram-se nos anexos Q e R.

a)Armas de uso permitido

As seguintes armas de fogo são de uso permitido (semiautomáticas ou de repetição) que

sejam:

I - de porte, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, não atinja, na saí-

da do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vin- te joules;

I - portáteis de alma lisa; ou

II - portáteis de alma raiada, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, não atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules.

a)Armas de uso restrito

As seguintes armas de fogo são de uso restrito (automáticas, semiautomáticas ou de re- petição) que sejam:

I- não portáteis;

II- de porte, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules; ou

III- portáteis de alma raiada, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules.

5.3 - Quantidade de armas autorizada

A quantidade máxima de armas de fogo autorizada para militares da MB é apresentada a seguir:

a)Os militares, enquadrados no item 3 destas normas, podem adquirir, no máximo, seis armas de fogo de uso permitido ou restrito (exceto armas automáticas), de acordo com o conti- do na Port nº 126/COLOG/2019, observando o disposto no art. 3º, §8° do Dec nº 9.845/2019; e

b)Os Oficiais e Suboficiais/Sargentos estabilizados, em serviço ativo ou veteranos, poderão adquirir até três armas brasonadas, sem que sejam computadas na quantidade limite.

1 - Frequência de aquisição

Desde que não extrapole o quantitativo máximo previsto e os requisitos estabelecidos nestas normas, o militar pode adquirir, até seis armas de fogo de uso permitido ou restrito, no mesmo processo ou não.

5.5 - Armas de fogo cadastradas sob legislação anterior

As armas de fogo adquiridas e cadastradas na MB, de acordo com a legislação vigente de controle de armas de fogo de uso particular, à época de sua aquisição, permanecerão de posse dos seus atuais proprietários, mesmo que não atendam o preconizado na alínea a do subitem 5.3, ficando o proprietário não autorizado a adquirir outras armas de fogo de uso particular por ultrapassar o limite permitido.

5.6 - Munições

A quantidade de munição que o militar da MB pode adquirir é de seiscentos cartuchos por ano, por arma cadastrada no SIGMA-MB, conforme estabelece o Art. 1º da Portaria Interminis- terial nº 412/GM-MD, de 27 de janeiro de 2020.

5.7 - Considerações sobre aquisição de armas e munições

a)as armas de pressão por ação de mola ou gás comprimido, com calibre igual ou menor que seis milímetros, podem ser adquiridas, em qualquer quantidade, por militares com idade superior a 21 anos, e não serão computadas nos limites estabelecidos;

b)os militares possuidores de armas de fogo de uso particular, quando passarem para a re- serva não remunerada, deverão ter sua arma transferida para outro sistema de controle (SIGMA-EB, SIGMAER ou SINARM) conforme sua nova situação, ou recolhê-la à MB ou ao De- partamento da Polícia Federal (DPF); e

c)os militares quando forem considerados alienados mentais, interditados ou falecerem deverão ter sua arma transferida para militar ou civil, recolhê-la à MB ou ao DPF.

6- AQUISIÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÃO DE USO PARTICULAR

A aquisição de arma de fogo de porte ou portátil, de uso permitido, pode ser feita no comér- cio especializado ou na indústria nacional, por militares da MB e dar-se-á da seguinte forma:

6.1 - Autoridade Concedente

A autorização para aquisição de arma de fogo, por parte dos militares da MB, para uso pessoal, é da competência do seu Comandante/ Diretor.

Quando o militar for da reserva remunerada ou reformado, a autoridade concedente é o Comandante do DN a que estiver vinculado, exceto quando estiver prestando Tarefa por Tempo Certo (TTC).

6.2 - Procedimentos para aquisição de armas de fogo de uso particular

Para aquisição de arma de fogo na indústria nacional ou comércio especializado, devem ser observados os procedimentos apresentados a seguir:

a)Adquirente

I - O adquirente deverá solicitar, ao Titular da OMV, por requerimento, a autorização para aquisição de arma de fogo (acessório e colete de uso permitido) para seu uso pessoal;

II - Anexar o comprovante do pagamento da taxa de aquisição de Produto Controlado ao requerimento; (obter a GRU na página da DFPC - COD. 41)

III - Cópia da Identidade Militar do adquirente;

IV - Laudo de Aptidão Psicológica para manuseio de arma de fogo (TAAP), para militares da reserva remunerada/reformados;

V - Após ratificação pela OMCON, por mensagem, e mediante autorização de seu Co- mandante, o ofício externo, constante do anexo J, deve ser entregue diretamente pelo adqui- rente ao fornecedor, para realização da compra;

VI - O militar adquirente deve contactar o Lojista ou o representante do fabricante da arma a ser adquirida, a fim de efetuar a encomenda e acertar a parte financeira no prazo de sessenta dias da assinatura do ofício externo, constante do anexo J;

VII - Após a compra realizada, entregar a nota fiscal para a OMV, para solicitação do re- gistro da arma;

VIII - Caso não haja representante Comercial na Cidade, o adquirente deverá encami- nhar o ofício externo, constante do anexo J, via postal, cabendo ao adquirente as informações do destinatário, para dar sequência a compra; e

IX - O adquirente deverá informar à OMV os dados do Comércio/Indústria para serem inseridos no ofício externo, constante do anexo J (endereço, Razão Social, Nome do represen- tante).

b)I OMV

I- Efetuar a Verificação de Dados Biográficos (VDB), em conformidade com o inciso 4.7.4, do EMA-353 (2ª Revisão) - Doutrina de Inteligência da Marinha - Vol II - Contrainteligên- cia;

II- Caso a solicitação de PAFP ocorra concomitantemente com a de Aquisição/Registro, e desde que por expressa solicitação do militar, a OMV poderá realizar uma única VDB, para am- bas concessões;

III- A autorização para aquisição de arma de fogo está condicionada ao atendimento da quantidade prevista no subitem 5.3 e ao cumprimento do item 3, e será formalizada pelo deferi- mento do Comandante/Diretor da OM de vinculação do militar, no próprio requerimento;

IV- Emitir o ofício externo e entregar ao adquirente, o qual levará pessoalmente ou via postal para o Lojista ou o representante do fabricante para as tratativas da compra, cujo modelo encontra-se no anexo J;

V- após recebimento da arma ou da nota fiscal, para efetuar o seu cadastramento no SIGMA-MB, emitir OS específica, contendo os dados indicados no subitem 7.1 destas normas;

VI- Encaminhar, por ofício para a OMCON, em meio eletrônico, a GRU e comprovante de pagamento cópia da identidade, anexo I devidamente preenchido (exceto para aquisição de Colete) e assinado pelo Comandante/Diretor e o TAAP (quando couber);

VII- encaminhar ofício à OMCON, em meio eletrônico e assinado digitalmente, solici- tando o cadastramento da arma e emissão de CRAF, tendo como anexos as cópias da OS e da Nota Fiscal; e

VIII- entregar a arma junto com os documentos correspondentes ao militar adquirente e efetuar lançamento em CR, quando o militar for da ativa.

§ 1º Caso o militar com estabilidade assegurada incida no subitem 9.3, a OMV deverá fazer constar na OS encaminhada à OMCON. Nesse caso será emitido pela OMCON somente o CRAF sem a autorização para portar arma de fogo de uso particular.

§ 2º Para aquisição de acessório e proteção balística de uso permitido, deverá ser ob- servado o mesmo procedimento para aquisição de arma de fogo de uso particular, exceto VDB, pagamento de GRU, TAAP e OS de registro. Após a ratificação da OMCON por mensagem, preencher o anexo J, efetuando as devidas alterações.

§ 3º A autorização para aquisição de arma de fogo de uso particular (Anexo "J") tem va- lidade de cento e oitenta dias da assinatura do ofício externo, constante do anexo J.

c) OMCON

I- verificar, no SIGMA-MB, os cadastros de armas de fogo existentes em nome do solici-

tante;

I- conferir a documentação recebida e, informar por mensagem à OMV do militar soli-

citante, caso haja alguma discrepância na documentação apresentada para o registro, informan- do os fatos em desacordo com as Normas, quando couber;

I- cadastrar a arma e emitir o CRAF;

II- quando o militar não possuir o PAFP correspondente, emitir a GTPF; e V - encaminhar o CRAF e GTPF (quando couber) para a OMV por ofício.

6.3 - Local de entrega de arma adquirida na indústria

O fabricante providenciará a entrega da arma adquirida em um dos locais listados a seguir:

a)no endereço da OMV do militar adquirente, quando esta for OM de Terra; ou

b)em OM de Terra, indicada pelo Comando da Força, quando a OMV for navio.

1 - Recebimento de arma adquirida no comércio

O militar deverá retirar a arma no estabelecimento que a comprou apenas quando estiver de posse do CRAF e GTPF (quando couber).

6.5 - Alteração em processo de aquisição de arma

Antes e depois do pagamento da arma a ser adquirida, as tratativas da compra, propria- mente dita, serão realizadas diretamente entre o adquirente e o fornecedor.

Quando houver necessidade de alterar dados em um processo de aquisição de arma (de- sembarque do militar, desistência ou postergação do prazo para aquisição da arma de fogo), a OMV deverá informar por mensagem à OMCON os acertos realizados.

No caso de desembarque do militar, o processo deverá ser interrompido e recomeçará na OM de destino.

a)Limitação de alteração

Após concluído o acerto financeiro, as alterações no processo de aquisição de arma, fi- carão por conta do adquirente e do fabricante, sem prejuízo para a MB.

b) Movimentação de militar

No caso de movimentação do militar adquirente, deve ser observada a situação do pro- cesso de aquisição, conforme mostrado a seguir:

I- quando não tiver sido efetuado o pagamento da arma: OMV informar, por MSG a OMCON e a autorização de aquisição é cancelada automaticamente, devendo ser devolvida pelo adquirente em sua OM. Deve-se iniciar novo processo na OM de destino do militar; e

II- quando tiver sido efetuado o pagamento da arma: o processo deve ser concluído na OMV que iniciou o processo e a arma e seu CRAF entregues ao militar, sem custos ou obriga- ções para MB.

6.6 - Procedimentos para aquisição de munição na indústria nacional ou no comércio especia- lizado

De acordo com o Art. 28 da Portaria nº 126/COLOG/2019, a aquisição de munição fica condicionada à apresentação, pelo adquirente, da carteira de identidade de militar e do CRAF válido, e ficará restrita ao calibre correspondente à arma registrada.

7REGISTRO DE ARMAS DE FOGO NA MB

É obrigatório o registro, no SIGMA-MB, das armas de fogo de uso pessoal adquiridas por in- termédio da MB, excetuadas aquelas pertencentes a militares colecionadores, atiradores e ca- çadores, que deverão ser registradas no EB.

7.1 - Registro inicial

O registro de aquisição de arma de fogo e acessórios, ou a transferência de arma de fogo para militar da MB é caracterizado por sua publicação em OS, classificada como "Informação Pessoal". Este documento deve ser encaminhado de acordo com os procedimentos previstos no item 6 destas normas.

Deve conter, além da descrição do fato que se deseja registrar, o item da norma que res- palda o procedimento, os dados do interessado e da arma.

Caso o militar esteja incluso no subitem 9.3, a OMV deverá fazer constar na OS encaminha- da à OMCON, que nesse caso emitirá somente o CRAF sem a autorização para portar arma de fogo de uso particular.

a)Dados do interessado

O registro inicial deve conter os seguintes dados do interessado: I - posto ou graduação, NIP e nome;

II- filiação;

III- data e local de nascimento; IV - endereço residencial;

IV- órgão no qual trabalha;

V- identidade - nº, data de expedição, órgão expedidor e unidade da federação;

VIV - Cadastro de Pessoa Física (CPF); e

VII- data do término de compromisso (nos casos de militares sem estabilidade).

b) Dados da arma

O registro inicial deve conter os seguintes dados da arma:

I - número do cadastro no SIGMA/SINARM, conforme o caso, (somente para armas já cadastradas nesses sistemas);

II - identificação do vendedor; III - nota fiscal - número e data;

IV - espécie (tipo - Ex: revólver, pistola, rifle, fuzil, espingarda, etc.); V - marca (nome do fabricante da arma);

VI - modelo (modelo constante na nota fiscal); VII - número de série;

VIII - calibre (Ex: 6,35mm, .22, .38, .380, etc.);

IX- capacidade de cartuchos (Ex: 7, 10, 15, 19, etc.);

X- tipo de funcionamento (Ex: semiautomática ou repetição); XI - quantidade de canos (Ex.: 1 ou 2);

XII - comprimento do cano (Ex: 83 mm, 98mm, 125mm, etc.); XIII - tipo de alma (Ex: lisa ou raiada);

XIV - quantidade de raias (Ex: 3, 4, 5, 6, 8 etc.); XV - sentido da raia (Ex: à direita ou à esquerda);

XVI - número de série gravado no cano da arma (se houver); e XVII - arma brasonada - sim ou não.

Parágrafo único. Os dados referentes às características das impressões de raiamento e de microestriamento do projétil disparado (alínea k do inciso I, do Art. 5º do Decreto nº 9.847, de 2019), serão cadastrados a partir da disponibilização dessa funcionalidade pelo SIGMA).

7.2 - Registro de alterações de cadastro no SIGMA-MB

O registro de alterações de cadastro no SIGMA-MB, referente à arma de fogo, a seus aces- sórios e ou de documentos de registro, pertencentes a militares da MB, também é caracterizado pela publicação em OS, classificada como "Informação Pessoal".

a)Dados do interessado

O registro de alterações de cadastro deve conter os seguintes dados do interessado: NIP, posto ou graduação, nome, identidade e CPF.

b) Dados da arma

O registro de alterações de cadastro deve conter os seguintes dados da arma: espécie, modelo, calibre, marca, número de série e número do cadastro no SIGMA.

8- CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO (CRAF)

É o documento expedido por órgão competente, que comprova o registro legal da arma, cu- jos modelos encontram-se no anexo B. O CRAF tem validade em todo o território nacional e au- toriza o seu proprietário a manter a arma de fogo, exclusivamente, no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

8.1 - Modelos

O CRAF, conforme descrito pela Portaria Normativa nº 1.369/MD/2004, subdivide-se em dois modelos:

a)Não válido como autorização para portar arma de fogo

Autoriza o seu proprietário a mantê-la, exclusivamente, no interior de sua residência ou nas suas dependências; e

b) Com autorização para portar arma de fogo

Autoriza o seu proprietário a conduzi-la fora de sua residência ou dependências.

8.2 - Composição

Em ambos os casos, é composto dos seguintes elementos:

a)Dados do proprietário da arma

I - nome do proprietário;

II - número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF); III - número da carteira de identidade (CI); e

IV - órgão expedidor da CI.

b) Validade;

c) Dados da arma registrada

I - número de registro no SIGMA; II - tipo;

III - marca; IV - calibre; e

V - número de série.

d) Data de expedição; e

e) Autorização para Porte de Arma de Fogo.

Para o CRAF sem autorização para porte de arma de fogo, constará do documento a ob- servação: "NÃO VÁLIDO COMO PORTE DE ARMA", e para o CRAF com autorização para porte de arma de fogo, constará a observação: "AUTORIZADO A PORTAR ARMA DE FOGO - Amparo legal: Art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 e Art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro 2003", nos termos do anexo B a esta Portaria, bem como a abrangência territorial da autorização para porte da arma de fogo registrada.

8.3 - Validade do CRAF

O CRAF tem validade indeterminada, exceto para os militares sem estabilidade assegurada, conforme parágrafo único, subitem 3.1 destas normas.

8.4 - Passagem de Militar para a Inatividade

O militar possuidor de PAFP, ao passar para a inatividade, mantém a sua qualificação de aptidão psicológica por mais dez anos, contudo, deve, obrigatoriamente, solicitar a substituição de seu CRAF, por mensagem, sessenta dias antes do término de seu compromisso, cabendo à OMV publicar em OS, observando a necessidade de registrar a nova situação do militar.

a)encaminhar por ofício à OMCON, cópia da OS e do anexo P, fazendo referência a mensa- gem anteriormente enviada, quando da publicação da Portaria de Transferência para reserva, ambos em meio eletrônico e assinado digitalmente;

b)após receber o CRAF emitido pela OMCON, a OMV o entregará ao militar, recolhendo, no ato, o CRAF substituído; e

c)o CRAF recolhido deverá ser eliminado, e o correspondente TED encaminhado por ofício para a OMCON, em meio eletrônico e assinado digitalmente.

1 a) - Abrangência do CRAF

O CRAF tem abrangência nacional.

8.6 - Solicitação do CRAF

A solicitação de CRAF é feita dentro do processo de Registro Inicial, conforme o subitem

7.1 ou o pedido de alteração no SIGMA-MB, de acordo com o subitem 7.2.

8.7 - Extravio de CRAF

O proprietário de arma de fogo, que tiver seu registro de arma de fogo extraviado (furto, roubo ou perda), é obrigado a comunicar esse fato, imediatamente, à Unidade Policial (UP) lo- cal, bem como a sua recuperação, caso ocorra, a fim de permitir a emissão do Boletim de Ocor- rência (BO) ou Relatório/ Registro de Ocorrência (RO) ou Registro de Extravio de Documentos (RED).

8.8 - Segunda Via de CRAF

Quando houver necessidade de emissão de "segunda via" do CRAF, o militar deverá soli- citá-la, por escrito, ao titular da OMV, informando o motivo e anexando cópia do CRAF atual e BO, RO ou RED (se houver), nesse caso, a OMV deverá:

a)efetuar registro em OS e CR (militar da ativa);

b)encaminhar, por ofício, à OMCON, cópia da OS e do BO, RO ou RED (se houver);

c)após receber o CRAF emitido pela OMCON, a OMV o entregará ao militar, recolhendo, no ato, o CRAF substituído (se houver); e

d)o CRAF recolhido deverá ser eliminado, e o correspondente TED encaminhado para a OMCON, em meio eletrônico e assinado digitalmente.

Parágrafo único. Quando houver necessidade de emissão de CRAF por término de valida- de o militar deverá solicitá-la, por escrito, ao titular da OMV, informando o motivo e anexando cópia do CRAF atual, neste caso, a OMV deverá:

a)encaminhar a solicitação, por ofício, à OMCON e cópia da OS;

b)após receber o CRAF emitido pela OMCON, a OMV o entregará ao militar, recolhendo, no ato, o CRAF substituído; e

c)o CRAF recolhido deverá ser eliminado, e o correspondente TED encaminhado para a OMCON, em meio eletrônico e assinado digitalmente.

8.9 - Posse ou porte irregular de arma de fogo

A autoridade militar, caso configurada a posse ou porte irregular de arma de fogo por mili- tar da MB, instaurará o processo administrativo competente para apurar o fato, mantendo a OMCON informada.

9 - PORTE DE ARMA DE FOGO (PAF)

O PAF é a autorização para a condução de arma de fogo de porte, registrada, devendo cons- tar obrigatoriamente no CRAF do militar, que teve esta solicitação deferida, conforme alínea e, do subitem 8.2, e será classificado como Porte de Arma de Fogo Particular (PAFP). De acordo com o Art. 17 do Decreto nº 10.630, de 2021, não será concedido PAFP para arma de fogo por- tátil.

Parágrafo único. TAT

Os militares estão dispensados da realização do TAT para solicitação do PAFP, com exceção dos Praças sem estabilidade que deverão fazer o teste.

9.1 - Autoridade Concedente

a)Para os Oficiais o PAFP é um direito conforme alínea q, Art. 50 da Lei nº 6.880, de 1980 combinado com o Art. 24 do Decreto nº 9.847, de 2019;

b)Para as Praças com estabilidade, conforme alínea r, inciso IV, Art. 50 da Lei nº 6.880, de 1980 combinado com o § 1º do Art. 24 do Decreto nº 9.847, de 2019, é garantido PAFP; e

c)Para as Praças sem estabilidade, a autorização do porte de arma de fogo será regula- mentada em ato do Comandante da Força, conforme o Art. 24, § 2º do Decreto nº 9.847, de 2019.

9.2 - Excepcionalmente, a critério do Comandante/Diretor, poderá ser concedido o Porte de Arma de Fogo à Praça sem estabilidade assegurada, desde que atendidos os seguintes requisi- tos:

a)ter a Praça Aptidão Média para Carreira (AMC) maior que oito;

b)ser aprovado no TAT; e

c)não infringir o disposto no subitem 9.3 destas normas.

Parágrafo único. Para os integrantes do Corpo de Praça da Reserva da MB (RM2), excep- cionalmente, a critério do comando, poderá ser concedido o PAF.

9.3 - São situações que ensejam a revogação ou a não concessão do PAF:

a)alienação mental devidamente atestada por laudo psiquiátrico;

b)inaptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo;

c)condenação por crimes contra a segurança do Estado ou por atividades que desaconse- lhem o porte;

d)por determinação em decisão judicial;

e)detenção, com ocorrência lavrada, independente de condenação, portando arma de fogo em estado de embriaguez alcoólica ou sob efeito de substâncias químicas alucinógenas;

f)indiciamento, recebimento de denúncia/queixa ou condenação pela prática de crimes dolosos;

g)crimes de deserção;

h)extravio;

i)desaparecimento;

j)conduzir a arma ostensivamente ou com ela adentrar ou permanecer em locais públicos, tais como igrejas, escolas, estádios desportivos, clubes ou outros locais onde haja aglomeração de pessoas, em virtude de eventos de qualquer natureza;

k)requerimento do militar solicitando a revogação do porte;

l)licenciamento (militares temporários) ou excluídos das fileiras da MB;

m)interdição ou falecimento; e

n)o não cumprimento do subitem 9.2, para as praças sem estabilidade.

Parágrafo único. O registro desse cancelamento será efetuado por lançamento em OS da OMV, com cópia para a OMCON.

9.4 - Abrangência Territorial

O PAFP tem abrangência nacional.

9.5 - Procedimentos para Solicitação

a)Solicitante

O militar interessado deve solicitar, por requerimento, ao Titular da OMV, ao efetuar o registro de sua arma ou a qualquer tempo, a emissão de PAFP.

b) OMV

I- Verificar o preconizado no subitem 9.3;

II- Efetuar a Verificação de Dados Biográficos (VDB), em conformidade com o inciso 4.7.4, do EMA-353 (2ª Revisão) - Doutrina de Inteligência da Marinha - Vol II - Contrainteligên- cia;

III- Caso a solicitação de PAFP ocorra concomitantemente com a de Aquisição/Registro, e desde que por expressa solicitação do militar, a OMV poderá realizar uma única VDB, para am- bas concessões;

IV- Para as Praças sem estabilidade, agendar, por mensagem, marcação de TAT, obser- vando o Parágrafo único do item 9, destas normas;

V- Caso deferido, emitir OS específica concedendo o PAFP e identificando o militar e arma, efetuando o lançamento na CR (militar da ativa);

VI- Encaminhar por ofício, em meio eletrônico, à OMCON, cópia da OS;

VII- Para os militares sem estabilidade encaminhar também, cópia da Portaria que defi- ne o tempo de compromisso do militar com a MB e cópia da OS do TAT (quando couber); e

VIII- Para militares com dez anos ou mais na reserva, encaminhar laudo do Teste de Avaliação da Aptidão Psicológica (TAAP).

c) OMCON

Emitir o PAFP e encaminhá-lo para a OMV.

9.6 - Procedimentos para realização do TAT

TAT é o teste que a Praça sem estabilidade realiza, com o propósito de comprovar a sua ca- pacidade técnica para o manuseio de arma de fogo.

a)Local

O TAT deve ser realizado em OM indicada pelo ComDN a que a Praça estiver situado.

b) Validade

O TAT terá validade indeterminada para arma da mesma espécie e calibre.

c) Custos

Todos os custos envolvidos (deslocamento, estadia, alimentação, munição, silhuetas, etc.) correrão por conta do militar solicitante.

d) Parâmetros para realização do teste

O TAT será composto de prova prática, por meio da execução de tiro com a utilização correta de arma para a qual o militar pleiteia o porte. Os parâmetros para a realização da prova prática são os seguintes:

I - alvo tipo silhueta, conforme anexo AG, da CGCFN-101; II - distância do atirador ao alvo - quinze metros;

III- quantidade de tiros - três séries de cinco tiros;

IV- tempo de duração - trinta segundos para cada série; e

V- aprovação - será considerado aprovado o militar que obtiver no mínimo sessenta por cento de impactos na silhueta, ou seja, nove impactos dos quinze tiros disparados.

e) Resultado

Os resultados de TAT deverão ser publicados em OS específica, pela OM realizadora, com cópia em meio eletrônico para OMCON, ComDN e OMV do solicitante.

9.7 - Validade do PAFP

A validade do PAFP, para Oficiais e Praças, é condicionada à situação do militar, conforme mostrado a seguir:

a)militar na ativa com estabilidade: indeterminada;

b)militar na ativa sem estabilidade: validade máxima até o fim do seu compromisso com a MB; e

c)Militar na reserva remunerada/reforma: dez anos.

Parágrafo único. Os titulares de OMV, deverão ter especial atenção ao preconizado no Ar- tigo 8.4 desta Norma.

9.8 - Renovação/Substituição de PAFP

Quando o PAFP necessitar ser renovado por vencimento da validade ou substituído por cancelamento, por mal estado de conservação ou por extravio previsto no subitem 8.7 destas normas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

a)o militar solicitará, por escrito, ao Titular da OMV, a renovação/ substituição do PAFP, in- formando o motivo, e anexando em meio físico, quando couber, o laudo original do TAAP, cópia do BO/RO/RED e observar o subitem 8.4 (nos casos de transferência para inatividade); e

b)a OMV procederá da seguinte maneira:

I- efetuar registro em OS e CR (caso militar da ativa);

II- encaminhar a OS por ofício, em meio eletrônico, à OMCON e, quando couber, o lau- do do TAAP e cópia do BO/RO/RED;

III- após receber o PAFP emitido pela OMCON, a OMV o entregará ao militar, recolhen- do, no ato da entrega, o PAFP substituído (se possível); e

IV- o PAFP recolhido deverá ser destruído e o correspondente TED encaminhado para a OMCON, por ofício, em meio eletrônico e assinado digitalmente.

9.9 - Teste de Avaliação da Aptidão Psicológica

O militar da reserva remunerada ou veterano, em atendimento ao que dispõe o Art. 30 do Decreto nº 9.847, de 2019, para conservar a autorização para portar arma de fogo de sua pro- priedade, deverá manter o TAAP válido.

O TAAP deverá ser realizado em clínica credenciada pela Polícia Federal (PF). A relação de clínicas credenciadas pode ser acessada por meio do site http://www.pf.gov.br/servicos-pf/armas/psicologos/psicologos-crediciados.

Parágrafo único. Os militares em prestação de TTC, enquanto de sua prestação de serviço, estão dispensados da realização do TAAP.

9.10 - Cancelamento de PAFP

O PAFP poderá ser cancelado, a qualquer tempo, pelos motivos relacionados no subitem

9.3

9.11 - Condução de Arma de Fogo

O militar possuidor de PAFP não poderá conduzir a arma ostensivamente, ou com ela adentrar ou permanecer, em locais públicos, tais como igrejas, escolas, estádios desportivos, clubes, agências bancárias ou outros locais onde haja aglomeração de pessoas, em virtude de eventos de qualquer natureza.

9.12 - Transporte Aéreo de Arma de Fogo

No caso de transporte aéreo, devem ser observadas as providências contidas na RESOLU- ÇÃO nº 461/2018, de 25/01/2018, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) que dispõe so- bre os procedimentos de embarque e desembarque de passageiros armados, despacho de ar- mas de fogo e de munição e transporte de passageiros sob custódia a bordo de aeronaves civis.

A PF tem como atribuição controlar e autorizar o embarque de passageiro armado e o despacho de arma de fogo e munições em aeronaves civis, conforme Art. 144, §1°, inciso III da Constituição Federal e Decreto n° 7.168, de 5 de maio de 2010.

O controle do embarque armado é feito exclusivamente de forma informatizada, por par- te da PF, e será autorizado, aos agentes públicos, apenas em situações excepcionais, conforme disposto nos Art. 3º e 4º da citada Resolução. Desta forma, todos os militares da MB que dese- jarem embarcar armados ou despachar arma de fogo e munições em aeronaves civis deverão preencher previamente as guias disponibilizadas, por meio dos endereços eletrônicos http://www.gov.br/pt-br/servicos/embarcar-armado ou http://www.gov.br/pt- br/servicos/despachar-arma-de-fogo, respectivamente.

9.13 - Porte de Arma de Fogo Institucional

A Ordem de Serviço (OS) com a autorização para Porte de Arma de Fogo Institucional, de- verá conter os seguintes dados:

a)validade;

b)abrangência;

c)data de expedição;

d)da OM - nome, código da OM (CODOM) e CNPJ;

e)do militar - posto ou graduação, nome; e

f)da arma - espécie, marca, calibre e número de série.

9.14 - Concessão do PAFI

a)A concessão de PAFI é da competência exclusiva dos Oficiais-Generais;

b)A concessão de PAFI somente poderá referir-se à arma institucional da dotação da OMV; e

c)O militar em serviço, armado e com trajes civis, utilizará o armamento pertencente à MB, sendo obrigatório conduzir a OS do PAFI e a sua identidade militar.

9.15 - Condições para concessão de PAFI

São condições para um militar receber PAFI, além de ter bom comportamento, desempe- nhar funções de segurança pessoal ou relacionadas com o Serviço de Inteligência.

9.16 - Validade do PAFI

O prazo de validade dos PAFI concedidos será de até cinco anos, podendo ser renovado em caso de necessidade.

9.17 - Controle dos PAFI

As OM concedentes devem manter rigoroso controle dos PAFI de seu pessoal, por um pe- ríodo de cinco anos, usando o Mapa de Controle de Porte de Arma de Fogo Institucional (MCPA- FI), constante no modelo do anexo G.

9.18 - Fornecimento de PAFI - Deveres e Atribuições

a)OM

I- analisar a necessidade e a conveniência da concessão pelos setores de segurança, de inteligência ou de pessoal equivalente da OM, levadas em conta as condições estabelecidas no subitem 9.15;

II- efetuar Verificação de Dados Biográficos (VDB), em conformidade com o inciso 4.7.4, do EMA-353 (2ª Revisão) - Doutrina de Inteligência da Marinha - Vol II - Contrainteligên- cia; e

III- submeter à aprovação do Oficial-General imediatamente superior na cadeia de co- mando a proposta de concessão de PAFI ao militar considerado, conforme estabelecido na alí- nea a do subitem 9.14 destas normas (quando o Titular da OM solicitante for Oficial-General será de sua competência a aprovação da proposta).

b) OM concedente

I- avaliar a solicitação;

II- caso autorizado, efetuar lançamento em OS; e

III- conceder uma cópia da OS, assinada fisicamente, que acompanhará o militar quando fizer uso da Arma de Fogo Institucional.

9.19 - Renovação de PAFI

A renovação de PAFI deve seguir os mesmos procedimentos previstos para a sua conces-

são.

9.20 - Cancelamento de PAFI

O cancelamento do PAFI deverá ser feito pela OM solicitante/concedente quando ocorrer o seguinte:

a)o militar não mais preencher as condições estabelecidas no subitem 9.3 destas nor- mas; e

b)não preencher a necessidade e conveniência, inicialmente consideradas, conforme dis- posto no subitem 9.15 destas normas.

9.21 - Recolhimento de PAFI

A OS do PAFI cancelado ou com validade vencida deverá ser recolhida e eliminada pela OM concedente.

9.22 - Extravio de PAFI

No caso de perda ou extravio da OS do PAFI, a OMV deverá, a critério do Titular da OM, abrir sindicância para apurar o fato.

9.23 - PAFI para Servidor Público

Em caráter excepcional, poderá ser solicitado PAFI para servidor público civil, nas mesmas condições dos militares, desde que observadas as condições estabelecidas no subitem 9.15 des- tas normas.

9.24 - Considerações sobre o PAFI

As seguintes observações, de caráter geral, deverão ser cumpridas, em relação ao PAFI:

a)o PAFI somente terá validade com a apresentação da carteira de identidade do militar;

b)o PAFI é funcional, intransferível e essencialmente revogável a qualquer tempo;

c)a) os militares da MB que estiverem portando armas de fogo institucionais, de porte ou portátil quando em trajes civis, deverão acondicionar o armamento adequadamente ao traje ci- vil que estiverem vestidos, de modo a não portar a arma de fogo ostensivamente, mas sim de forma velada (Art. 7º da Portaria nº 067/2017, do EB); e

d)Os procedimentos a serem observados pelos militares portadores de PAFI estão preco- nizados na CGCFN-1-16.

10 - TRANSFERÊNCIA DE ARMAS CADASTRADAS NO SIGMA-MB

1 - Carência para transferência

O militar da MB, possuidor de arma cadastrada no SIGMA-MB, após decorridos três anos de sua aquisição na indústria nacional ou no comércio (primeiro registro), poderá, mediante autori- zação prévia, transferi-la por doação ou venda.

Parágrafo único. Quando ocorrer a transferência de Sistemas porém sem mudança de proprietário, a carência de três anos fica dispensada, bem como o preenchimento do TTPA e pa- gamento da GRU.

1 - Armas brasonadas

As armas brasonadas somente poderão ser transferidas para Oficial/ Suboficial/ Sargento da MB com estabilidade assegurada e entre militares das Forças Armadas de mesmo perfil, des- de que autorizado pela autoridade competente (Comandante/ Diretor).

Nos limites estabelecidos para aquisição de arma de fogo constante nestas normas, não estão incluídas as três armas de uso permitido brasonadas. (Parágrafo único, Art. 21 da Portaria nº 137-COLOG/2019).

1 - Modalidades de transferência

A transferência de arma cadastrada em nome de militar no SIGMA-MB é denominada in- terna, quando o adquirente é militar da MB, não havendo transferência de sistema; ou será de- nominada externa, quando houver transferência de sistema.

a)Transferência interna

Os procedimentos para transferência de arma entre militares da MB são apresentados

a seguir:

I - Militar que passa

Cabe ao militar que passa a arma solicitar, ao Titular de sua OMV, autorização para

transferência de arma de sua propriedade, apresentando, em anexo, cópia do correspondente CRAF (caso autorizado a OMV do militar cedente deverá informar, por mensagem, a OMV do militar adquirente, com cópia para a OMCON).

II- Militar que recebe

Cabe ao militar que recebe a arma providenciar, junto a sua OMV, o procedimento estabelecido na alínea a, do subitem 6.2 destas normas, apresentando em anexo o Termo de Transferência de Propriedade de Arma (TTPA), cujo modelo encontra-se no anexo M.

II - OMV

- efetuar a Verificação de Dados Biográficos (VDB), em conformidade com o inciso 4.7.4, do EMA-353 (2ª Revisão) - Doutrina de Inteligência da Marinha - Vol II - Contrainteligên- cia;
- autorizar a aquisição pretendida, atendidos os requisitos legais e regulamentares, e emitir ofício à OMCON, em meio eletrônico e assinado digitalmente, encaminhando a OS autori- zando a transferência, a GRU e seu comprovante de pagamento e o TTPA; e
- ; após concluída a transferência, destruir o CRAF antigo e encaminhar o correspon- dente TED para a OMCON em meio eletrônico e assinado digitalmente.

IV)OMCON

- conferir a documentação recebida, cadastrar a arma e emitir o CRAF;
- quando o militar não possuir o PAFP correspondente, emitir a GTPF; e
- encaminhar o CRAF e GTPF (quando couber) para a OMV, por ofício.

b) Transferência externa

Os procedimentos para transferência de arma de militar da MB para cidadão não mili- tar da MB (militar ou civil) são apresentados a seguir:

I- Militar que passa

Cabe ao militar que passa a arma solicitar à OMV autorização para transferência de arma de sua propriedade, apresentando, em anexo, cópia do correspondente CRAF; e após efe- tuado o registro da arma no sistema ao qual o militar ou civil que recebe está sujeito, entregar a arma e solicitar, à OMV, o registro da transferência no SIGMA-MB.

I- OMV

Solicitar à OMCON, por mensagem, emissão do Concorde, para transferência da arma de fogo, encaminhando as seguintes informações:

- dados do militar (posto/ graduação/ NIP/ nome);
- dados da arma (espécie/ marca/ calibre/ número de série/ SIGMA);
- dados do adquirente (nome/ identidade, data de emissão e órgão emissor/ CPF/ data de nascimento/endereço residencial/profissão); e
- sistema em que a arma será cadastrada (SINARM/ SIGMA-EB/ SIGMAER).

Após concluído o processo de transferência, publicar a transferência em OS, identi- ficando, plenamente, o adquirente, e efetuar o lançamento em CR (caso militar da ativa);

Destruir o CRAF ou PAFP e emitir o correspondente TED; e

Encaminhar ofício, à OMCON, em meio eletrônico e assinado digitalmente, solici- tando cadastramento, no SIGMA-MB, da transferência efetuada, tendo como anexos: cópia da OS, cópia do novo CRAF e o TED.

III)OMCON

- emitir o Concorde correspondente, e encaminhá-lo, por ofício, à OMV; e
- atualizar os dados, no SIGMA-MB, da transferência efetuada.

Parágrafo único. Quando o militar da MB adquirir arma de fogo de outro Sistema, deverá observar o previsto nos incisos I a IV, da alínea a do subitem 6.2 desta Norma.

1 - Transferência por falecimento ou interdição

Nos casos de falecimento ou interdição do militar da MB, proprietário de arma de fogo, registrada no SIGMA-MB, o administrador da herança ou curador, conforme o caso, deverá pro- videnciar a transferência da propriedade da arma, mediante alvará judicial ou autorização fir- mada por todos os herdeiros, desde que maiores e capazes.

O administrador da herança ou curador deverá ser informado, conforme previsto na DGPM-301 (2ª Revisão) e das responsabilidades previstas no Art. 47 do Decreto nº 9.847, de 2019, da necessidade de transferência de propriedade da arma de fogo, observada esta Norma, devendo ficar a arma depositada em local seguro até a expedição do CRAF e entrega ao novo proprietário.

A transferência deverá, quanto ao recebedor, seguir os procedimentos estabelecidos no subitem 10.3 destas normas.

Quando a arma for brasonada, situação prevista no subitem 10.2 destas normas, somente poderá ser transferida para outro Oficial/Suboficial/Sargento das FFAA ou doada à MB.

Parágrafo único. No caso de transferência de arma de fogo de um militar falecido, os da- dos a serem preenchidos no campo "Cedente", no TTPA, constante do anexo M são do proprie- tário da arma de fogo, devendo ser assinado pelo representante legal.

11 - TRANSFERÊNCIA DE ARMAS REGISTRADAS EM OUTROS SISTEMAS PARA O SIGMA-MB

A transferência de arma cadastrada em outros sistemas para o SIGMA-MB, mesmo sem troca de proprietário, será considerada como aquisição e sujeita às limitações do subitem 10.1 destas normas.

1 - Procedimentos para transferência

Os procedimentos para transferência de arma registrada em outro sistema para o SIGMA- MB são apresentados a seguir:

a)Solicitante

I- Cabe ao solicitante enviar um requerimento, ao Comandante/Diretor de sua OMV, solicitando a transferência de registro da arma de fogo para seu nome, apresentando, em ane- xo, o Concorde, da entidade detentora do cadastro atual, cópia do CRAF e o TTPA, devidamente assinado e com firma do cedente reconhecida em cartório; e

II- Após registro da arma no SIGMA-MB o adquirente deverá entregar a cópia do novo CRAF para o antigo proprietário da arma, que efetuará a baixa no sistema de registro anterior, para evitar duplicação de registro da arma.

Parágrafo único. Quando o militar da MB adquirir arma de fogo de outro Sistema, deve- rá observar o previsto nos incisos I a IV, da alínea a do subitem 6.2 desta Norma.

b) OMV

I- efetuar a Verificação de Dados Biográficos (VDB), em conformidade com o inciso 4.7.4, do EMA-353 (1ª Revisão) - Doutrina de Inteligência da Marinha - Vol II - Contrainteligên- cia; e

II- autorizar a transferência pretendida, atendidos os requisitos legais e regulamenta- res, encaminhando à OMCON, por ofício em meio eletrônico e assinado digitalmente, a OS au- torizando a transferência, a GRU e seu comprovante de pagamento, o TTPA e a cópia fiel do ori- ginal do CRAF do outro sistema.

c) OMCON

I - efetuar o cadastro da arma de fogo e emitir o CRAF; e II - encaminhar os documentos para a OMV, por ofício.

1 - Transferência por herança

O herdeiro, militar da MB, deverá solicitar, junto à OMV, a transferência de propriedade da arma, mediante alvará judicial ou autorização firmada por todos os herdeiros, desde que maiores e capazes, aplicando-se, ao militar herdeiro, as disposições dos itens 3 e 5, e subitem

10.3 destas normas e do Art. 47 do Decreto nº 9.847, de 2019.

11.3 - Retorno do exterior

Os militares da MB, ao retornarem de missão no exterior com arma de fogo, devem ob- servar os procedimentos de importação de produtos controlados, estabelecidos no R-105, apro- vado pelo Decreto nº 10.030, de 2019, e as limitações dos itens 3 e 5, destas normas.

11.4 - Considerações sobre a transferência de armas registradas em outros sistemas para o SIGMA-MB

Nos casos de transferência de sistemas, sem troca de proprietário, ou recebimento por herança, não será observada a frequência de aquisição contida no subitem 5.4 destas normas, devendo ser respeitado os limites estabelecidos pelo subitem 5.3.

12 - RECOLHIMENTO DE ARMA DE FOGO

Todo militar da MB, proprietário de arma de fogo, adquirida regularmente ou não, presu- mindo-se a boa fé, poderá, em qualquer época, recolher sua arma de fogo à MB ou ao DPF.

1 - Recolhimento de arma de fogo à MB

As armas recolhidas à MB serão recebidas como doação pela OMV do militar (ativa) e ComDN (veteranos), sem indenização ao proprietário ou ao detentor de sua posse. Os procedi- mentos para recolhimento de arma de fogo à MB são apresentados a seguir:

a)OMV

Cabe à OMV:

I- no ato da doação, fornecer, ao doador, um recibo de doação de arma de fogo, anexo N, e providenciar o lançamento desse fato (doação) em OS e na CR (caso militar da ativa);

II- encaminhar à OMCON, com cópia para o Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais (CTecCFN) e o Centro de Intendência da Marinha em Parada de Lucas (CeIMPL), mensa- gem com as informações da arma e fotos da mesma, exibindo seu respectivo número de série, de acordo com o anexo K; e

III- encaminhar a arma, por ofício, ao CTecCFN ou CeIMPL, conforme a situação (destrui- ção ou arrecadação), tendo como anexo, além da arma, cópia da OS e do TED do CRAF (quando houver). Cópia desse ofício com anexos (exceto o referente à arma) deve ser enviada à OMCON.

b) OMCON

Cabe à OMCON:

I- após receber a mensagem com as informações enviadas pela OMV, realizar análise inicial, definindo se a arma deverá ser encaminhada para destruição ou arrecadação;

II- enviar orientações à OMV, por mensagem, conforme o modelo do anexo L, de acordo com a destinação definida;

III- atualizar a situação da arma no SIGMA-MB; e

IV- promover a incorporação da arma ao estoque da MB, no caso de arrecadação.

c) CTecCFN

No caso de armas a serem destruídas, cabe ao CTecCFN:

I - receber a arma de fogo e inspecionar; II - proceder a destruição da arma; e

III - emitir o Termo de Destruição e encaminhá-lo à OMCON.

d) CeIMPL

I - receber a arma de fogo;

II - encaminhar a arma ao CTecCFN para verificação de suas condições de uso; e

III - caso a arma esteja em condições, proceder a arrecadação. Em caso negativo, solici- tar à OMCON autorização para sua destruição.

1 I - Recolhimento de arma de fogo ao DPF

O militar da MB possuidor de arma de fogo registrada no SIGMA-MB poderá entregar sua arma à PF mediante recibo e indenização, conforme o Art. 31 da Lei nº 10.826, de 2003. A pas- sagem da posse de arma de fogo para o DPF deverá ser cadastrada no SIGMA-MB, segundo o procedimento apresentado a seguir:

a)Militar

O militar, após entregar a arma ao DPF, deverá solicitar, ao Titular da sua OMV, por es- crito, registro no SIGMA-MB da doação efetuada, entregando, em anexo, o CRAF e cópia do reci- bo fornecido pelo DPF, autenticada como cópia fiel do original, à vista deste, no ato do recebi- mento pelo militar.

b) OMV

I- destruir o CRAF e emitir o correspondente TED;

II- efetuar o lançamento da transferência em OS e CR (caso militar da ativa); e

III- encaminhar, por ofício, à OMCON, o TED, a cópia da OS e a cópia fiel do recibo do

I DPF.

c) OMCON

Após recebimento da documentação pertinente, a OMCON efetuará o cadastramento

do ato no SIGMA-MB.

13 - EXTRAVIO DE ARMA DE FOGO E DE MUNIÇÃO

No caso de extravio de arma de fogo e/ ou munição, deverão ser adotados os procedimen- tos apresentados abaixo:

1 - Armas extraviadas após a edição da Lei nº 10.826, de 2003

A arma de fogo, cadastrada no SIGMA-MB, que tenha sido extraviada por furto, roubo ou perda, após a edição da Lei nº 10.826, de 2003, terá o fato cadastrado pela adoção dos procedi- mentos apresentados a seguir:

a)Militar possuidor da arma

O militar que tiver uma arma extraviada deverá, no prazo de 48 horas, comunicar a ocorrência, por escrito, à OMV, anexando uma cópia do BO ou RO emitido pela UP, para cadas- tramento do fato no SIGMA-MB.

b) OMV

I - participar o fato à OMCON, por mensagem, identificando o proprietário e a arma; II - efetuar lançamento da ocorrência em OS; e

III - encaminhar, por ofício em meio eletrônico e assinado digitalmente, à OMCON, có- pia da OS, do BO, do RO e do Relatório e Solução do IPM/Sindicância, quando couber.

c) OMCON

A OMCON deverá manter arquivadas cópias dos relatórios e soluções de sindicâncias ou inquéritos envolvendo as armas de uso particular do pessoal da MB.

1 - Armas extraviadas antes da edição da Lei nº 10.826, de 2003

Os militares possuidores de armas cadastradas na MB e que não mais detenham a posse da arma devido a seu extravio por furto, roubo ou perda, em data anterior a edição da Lei nº 10.826, de 2003, poderão registrar o fato no SIGMA-MB, adotando os procedimentos apresentados a seguir:

a)Militar possuidor da arma

O militar interessado deverá solicitar, ao Titular da OMV, o registro do fato no SIGMA- MB, apresentando o BO ou RO emitido por ocasião do extravio ou uma Declaração de Extravio de Arma de Fogo, na qual deverá ser informado onde, quando e como o fato ocorreu, cujo mo- delo encontra-se no anexo O.

b) OMV

I- emitir OS específica e efetuar o lançamento em CR (no caso de militar da ativa); e

II- encaminhar ofício à OMCON, tendo como anexos a cópia da OS e a declaração do

militar.

c) OMCON

Cabe à OMCON efetuar o registro para armas cadastradas no SISARPOR ou no SIGMA-

MB.

1 - Comunicação da ocorrência

O proprietário de arma de fogo é obrigado a comunicar, imediatamente, à UP, o extravio (perda, furto ou roubo) de arma de fogo, bem como a sua recuperação.

1 - Substituição da arma

Em caso de extravio (furto, roubo ou perda) de arma, o Titular da OMV do militar, a seu cri - tério, poderá, quando for constatado não ter ocorrido imperícia, imprudência ou negligência, autorizá-lo a adquirir uma nova arma, em substituição à arma extraviada.

1 - Recuperação de arma de fogo extraviada

Quando ocorrer a recuperação de arma de fogo extraviada, devem ser providenciadas pelo proprietário as comunicações aos órgãos policiais e OMV.

A OMV deverá:

a)Informar à OMCON, por mensagem, no prazo de 48 horas a nova situação da arma de

a) fogo;

b) Emitir OS, solicitando registro no SIGMA-MB da recuperação da arma de fogo; e

c) Informar à OMCON se há necessidade de emitir novo CRAF.

a)

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

O prazo para apreciação e julgamento dos pedidos referentes ao disposto nesta Portaria é de sessenta dias, nos termos do Decreto nº 9.847, de 2019.

§ 1º O prazo citado acima começa a contar da completa instrução do processo, contendo todos os documentos necessários para que a autoridade competente emita a sua decisão.

§ 2º A não observância do referido prazo para apreciação e julgamento dos requerimen- tos, importa na aprovação tácita dos pedidos neles formulados, conforme disposto no citado Decreto.

§ 3º Fica dispensado colocar a DSAM como cópia nas OS, devendo tais documentos ser encaminhados em anexo aos Ofícios com os processos completos (Registro, Transferência, Porte de Arma, Extravio, 2º Via de CRAF/PAFP e Recolhimento de armas).

As soluções de casos não previstos nestas normas são da competência do Diretor-Geral do Material da Marinha.

ANEXOS

ANEXO A - Glossário;

ANEXO B - Modelos do Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF); ANEXO C - Modelo de Concorde;

ANEXO D - Guia de Tráfego para Pessoa Física (GTPF); ANEXO E - Termo de Eliminação de Documento (TED);

ANEXO F - Modelo de Declaração de conhecimento das Normas

ANEXO G - Mapa de Controle de Porte de Arma de Fogo Institucional (MCPAFI); ANEXO H - Mapa de Controle de Selos de Autenticidade (MCSA);

ANEXO I - Pedido de Aquisição de Arma de Fogo na Indústria;

ANEXO J - Autorização para Aquisição de Arma de Fogo (Capítulo 16 da SGM-105 (6ª Revisão); ANEXO K - Modelo de Mensagem para Recolhimento de Arma de Fogo;

ANEXO L - Modelo de Mensagem para Orientações à OMV; ANEXO M - Termo de Transferência de Propriedade de Arma; ANEXO N - Recibo de Doação de Arma de Fogo;

ANEXO O - Declaração de Extravio, Furto ou Roubo de Arma de Fogo;

ANEXO P - Termo de Compromisso de Militar Transferido para Reserva/Reforma remunerada; ANEXO Q - Calibres Nominais de uso Permitido; e

ANEXO R - Calibres Nominais de uso Restrito.

GLOSSÁRIO

ARMA - é o artefato que tem por objetivo causar dano, permanente ou não, a seres vivos e coisas Dependendo de suas características específicas, pode ser de porte, portátil, não-portátil ou pesada.

ARMA AUTOMÁTICA - é a arma em que o carregamento, o disparo e todas as operações de funcionamento ocorrem continuamente enquanto o gatilho estiver sendo acionado.

ARMA DE FOGO - é a arma que arremessa projétil empregando a força expansiva dos gases gerados pela combustão de um propelente confinado em uma câmara que, normalmente, está solidária a um cano com a função de propiciar continuidade à combustão do propelente, além de direção e estabilidade ao projétil.

ARMA DE FOGO CONTROLADA - é a arma que, pelas suas características de efeito físico e psicológico, pode causar danos altamente nocivos e, por este motivo, é controlada pelo Exército Brasileiro (EB), por competência outorgada pela União.

ARMA DE FOGO DE PORTE - é a arma de fogo de dimensões e peso reduzidos, que pode ser portada por um indivíduo em um coldre e disparada, comodamente, com somente uma das mãos.

ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO - é a arma cuja utilização é autorizada a pessoas físicas e jurídicas, de acordo com as normas do Comando do Exército e nas condições previstas na Lei nº 10.826/2003.

ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO - é a arma de uso exclusivo das Forças Armadas, de instituições de segurança pública e de pessoas físicas e jurídicas habilitadas, devidamente autorizadas pelo Comando do Exército, de acordo com legislação específica.

ARMA DE FOGO LEVE - é toda aquela de calibre inferior 0.60" (15,24 mm). A espingarda 18,6 mm (CAL 12) e o lança-granadas 40 mm são exceções. As armas de fogo leves podem ser: de porte, portátil e não portátil.

ARMA DE FOGO OBSOLETA - é a arma que não se presta mais ao uso normal, devido a sua munição e elementos de munição não serem mais fabricados, ou por ser ela própria de fabricação ou de modelo muito antigo e fora de uso. Pela sua obsolescência, presta-se mais a ser considerada relíquia ou a constituir peça de coleção.

ARMA DE FOGO PORTÁTIL - é a arma cujo peso e dimensões permitem que seja transportada por um único homem, mas não conduzida em um coldre, exigindo, em situações normais, ambas as mãos para a realização eficiente do disparo.

ARMA DE FOGO QUANTO À ESPÉCIE - São armas de fogo grupadas pelo aspecto, tipo, emprego, funcionamento, princípio de funcionamento, raiamento e alimentação.

ARMA DE FOGO, QUANTO AO TIPO DE ALMA - As armas de fogo podem possuir na parede interior do cano (alma) sulcos ou raias, geralmente de forma helicoidal, com a finalidade de introduzir movimento de rotação no projétil em torno do eixo longitudinal. Elas são de alma raiada, da esquerda para a direita (à direita), e da direita para a esquerda (à esquerda); ou alma lisa (sem raiamento).

ARMA DE PRESSÃO - é a arma cujo princípio de funcionamento implica no emprego de gases comprimidos para impulsão do projétil, os quais podem estar previamente armazenados em um reservatório ou ser produzidos por ação de um mecanismo, tal como um êmbolo solidário a uma mola, no momento do disparo.

ARMA DE REPETIÇÃO - é a arma em que após a realização de cada disparo decorrente da ação sobre o gatilho, há necessidade de empregar força física sobre um componente de seu mecanismo para concretizar as operações prévias e necessárias ao disparo seguinte, tornando-a pronta para realizá-lo.

ARMA NÃO PORTÁTIL - é a arma que, devido às suas dimensões ou ao seu peso, não pode ser transportada por um único homem.

ARMA SEMIAUTOMÁTICA - é a arma que realiza, automaticamente, todas as operações de funcionamento, com exceção do disparo, o qual, para ocorrer, requer um novo acionamento do gatilho.

ATIRADOR - é a pessoa física praticante do esporte de tiro, devidamente registrado na associação competente, ambas reconhecidas e sujeitas às normas baixadas pelo EB.

CAÇADOR - é a pessoa física praticante de caça desportiva, devidamente registrada na associação competente, ambas reconhecidas e sujeitas às normas baixadas pelo EB.

CADASTRAR - é o ato de inserir os dados pessoais do proprietário e da arma de fogo em um banco de dados.

CALIBRE - é uma dimensão usada para definir ou caracterizar um tipo de arma ou munição. A forma de expressar o calibre é diferente nas armas de alma raiada e lisa.

CALIBRE DE ARMA DE ALMA LISA - é o número de esferas de chumbo com o mesmo diâmetro interno do cano, que perfazem uma libra-peso (453,5923 g).

CALIBRE DE ARMA DE ALMA RAIADA - é a medida do diâmetro interno do cano de uma arma, medido entre os fundos do raiamento ou a medida do diâmetro externo do projétil sem cinta.

CAPACIDADE - É a quantidade máxima de projéteis que podem ser armazenados no carregador de uma arma de fogo.

CARABINA - é a arma de fogo leve, portátil, de repetição, semi-automática ou automática, de cano longo com alma raiada. São versões curtas dos fuzis.

CARTUCHO DE MUNIÇÃO - é o artefato usado para municiar armas de alma lisa. Para os fins de controle de venda são classificados como cartuchos de munição esportiva (calibre 22, 12, 20 e suas espoletas, estojos, pólvora e chumbo) e cartuchos de munição de caça (calibre 16, 20, 24, 28, 32, 36 e 9,1mm e suas espoletas, estojos, pólvora e chumbo).

COLECIONADOR - é a pessoa física ou jurídica devidamente registrada e sujeita a normas baixadas pelo EB, que coleciona armas, munições ou viaturas blindadas.

ESPINGARDA - é a arma de fogo leve, portátil, de cano longo com alma lisa, isto é, não raiada.

FUZIL - é a arma de fogo leve, portátil, de repetição, semi-automática ou automática, de cano longo com alma raiada.

METRALHADORA - é a arma de fogo leve, não-portátil, automática, geralmente fixas ou utilizadas com um tripé.

MODELO - define o perfil da arma fornecida pelo fabricante, sendo prerrogativa deste impor essa diferenciação para os diversos modelos os quais é capaz de produzir. Pode designar também um perfil de padronização militar de uma arma pela Força que a está adotando.

MOSQUETÃO - é a arma de fogo leve, portátil, de cano longo com alma raiada. É um fuzil pequeno, de emprego militar, maior que uma carabina, de repetição por ação de ferrolho montado no mecanismo da culatra, acionado pelo atirador por meio da sua alavanca de manejo.

MUNIÇÃO - é o artefato lançado pela arma.

NÚMERO DE SÉRIE - é o código de identificação individual da arma de fogo, atribuído pelo fabricante, e que deve estar gravado por processo mecânico no cano e na armação ou chassis da arma, que são as partes sobre as quais são montados os canos e os demais componentes da arma, podendo ser numérico sequencial ou alfanumérico.

PISTOLA - é a arma de fogo leve, de porte e semiautomática, sua única câmara faz parte do corpo do cano e o carregador, quando em posição fixa, mantém os cartuchos em fila e os apresenta sequencialmente para o carregamento inicial após cada disparo. Existem pistolas de repetição que não dispõem de carregador, sendo o carregamento feito manualmente, tiro a tiro, pelo atirador.

PISTOLA METRALHADORA - é uma metralhadora de mão, de dimensões reduzidas, que pode ser utilizada com apenas uma das mãos, tal como uma pistola.

PRODUTO CONTROLADO PELO EB - é o produto que, devido ao seu poder de destruição ou outra propriedade, deva ter seu uso restrito a pessoas físicas e jurídicas legalmente habilitadas, capacitadas técnica, moral e psicologicamente, de modo a garantir a segurança social e militar do país. As armas de fogo, munições e outros produtos correlatos são controlados pelo EB e quanto ao seu uso, de acordo com as condições previstas na Lei nº 10.826/2003 e no Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), aprovado pelo Dec nº 3665, de 20 de novembro de 2000, podem ser de: Uso permitido - é o produto cuja utilização é permitida a pessoas físicas em geral, bem como a pessoas jurídicas; e Uso restrito - é o produto controlado pelo EB que só pode ser utilizado pelas Forças Armadas ou, autorizado pelo EB a algumas Instituições de Segurança, pessoas jurídicas habilitadas e pessoas físicas habilitadas.

REGISTRAR - ato de consignar por escrito, em documento oficial de caráter permanente, o proprietário e as características da arma de fogo.

REVÓLVER - é a arma de fogo leve, de porte e de repetição, dotado de um cilindro giratório posicionado atrás do cano, que serve de carregador, o qual contém perfurações paralelas e equidistantes do seu eixo e que recebem a munição, servindo de câmara.

Continuação anexo A, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

SUBMETRALHADORA - é a arma de fogo leve, portátil que realiza tiro automático.

Anexo B, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

MODELOS DE CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO EMITIDOS PELO SIGMA-MB

1. Modelo de CRAF, não válido como autorização para portar arma de fogo.



2. Modelo de CRAF, com autorização para portar arma de fogo.



Anexo C, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE SISTEMAS DE ARMAS DA MARINHA

Rio de Janeiro, RJ.
Em ____ de _____ de _____.

C O N C O R D E
Nº ___ / _____

Assunto: **Transferência de arma de fogo cadastrada no SIGMA-MB para o _____**

Incumbiu-me o Exmo. Sr. Diretor de Sistemas de Armas da Marinha, de acordo com a Portaria Normativa nº 1.369/MD, de 25 de novembro de 2004, combinado com o artigo 6º, das normas aprovadas pela Portaria nº 126–COLOG, de 22 de outubro de 2019, de participar a Vossa Senhoria que concorda, desde que atendidos os requisitos legais, com a transferência da arma de fogo de uso _(permitido/restrito)_, espécie _____, marca _____, calibre _____, modelo _____, número de série _____, cadastrada no SIGMA-MB sob o nº _____, de propriedade do _(Posto/Grad. - NIP - nome)_, identidade nº _____ MB e CPF nº _____, para o _(SINARM/SIGMA-EB/SIGMAER)_, em nome do Sr.____(nome)___, identidade nº _____ , Órgão Emissor _____ e CPF nº _____, conforme previsto nas Normas para aquisição, registro e porte de armas de fogo na Marinha do Brasil, aprovadas pela Portaria nº ___/_____ da Diretoria-Geral do Material da Marinha.

Para evitar duplicidade de cadastros, após o registro no _(SINARM/SIGMA-EB/SIGMAER)_, deverão ser remetidos, a esta Diretoria, todos os documentos comprobatórios do registro da arma em questão, conforme o paragrafo 3º do artigo 5º do Decreto nº 9.847/2019.

_____
Assinatura do Responsável

Anexo D, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

	MINISTÉRIO DA DEFESA **MARINHA DO BRASIL** **OM** **GUIA DE TRÁFEGO Nº XXXX/XX (1)**
Validade até: xx/xx/xxxx (2)	
Dados do Proprietário: (3) Nome: NIP: RG: CPF:	
Local de origem: (4) Local: End: Bairro: Cidade: UF:	
Local de destino: (5) Bairro: Cidade: UF:	
Permissão para tráfego de armas, munições e acessórios discriminados a seguir: **(6)**	

Arma	**Espécie**	**Marca**	**Modelo**	**Número de Série**	**Calibre**
Munição	**Calibre**	**Quantidade**	**Acessórios**	**Descrição**	

NÃO VÁLIDO COMO PORTE DE ARMA

SELO DE AUTENTICIDADE **(7)**	_____ Assinatura do responsável **(8)**
(9)	Local e data **(10)**

Instruções:

1) No caso de transporte aéreo, devem ser providenciadas mais 3 (três) cópias desta GTPF.
2) Amparo legal: art. 24 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019.
3) A arma de fogo e munição acima descritos devem estar acondicionadas dentro de recipientes próprios, separados, de modo que deles não possa ser feito uso imediato.

(1) Número da Guia de Tráfego – GT	*(6)Descriminação dos produtos que estão sendo transportados*
(2) Data de validade do documento	*(7) Selo de autenticidade. É obrigatório a presença do selo.*
(3) Dados do proprietário	*(8) Responsável pela emissão da GT*
(4) Cidade e Estado de origem.	*(9)Código identificador da GT – controle do Comando do Exército*
(5) Cidade e Estado de destino.	*(10) Local e data de emissão da GT*

Anexo E, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

Gr. Indicador

OM

TERMO DE ELIMINAÇÃO Nº _____/_____

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, cumprindo o que determina o subitem _____ da Portaria nº ___/_____ da Diretoria-Geral do Material da Marinha, reuniram-se nesta ._____(OM)_____ o ___(Responsável pela custódia)____, o ____(Testemunha 01)____ e o ____(Testemunha 02)____ , o primeiro como responsável pela custódia e os demais como testemunhas, para proceder à eliminação de Certificados de Registro de Arma de Fogo (CRAF).

Cumpridas as formalidades exigidas e inspecionados todos CRAF a eliminar, foram triturados os espelhos com os seguintes números de controle da Casa da Moeda:

SIGMA	Nº CONTROLE

SIGMA	Nº CONTROLE

SIGMA	Nº CONTROLE

E, para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado pelo responsável pela custódia e por duas testemunhas arroladas acima.

_____

NOME

Posto

Responsável pela Custódia

_____

NOME

Posto/Graduação

Testemunha 01

_____

NOME

Posto/Graduação

Testemunha 02

Cópias: Arquivo

Observações:

1 – O responsável pela custódia, acima arrolado, é o oficial da OM que recebeu o CRAF do militar proprietário do mesmo e o indica para eliminação.

2 - O texto deve sempre se iniciar com a data de abertura do Termo, com dia mês e ano por extenso.

Anexo F, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE SISTEMAS DE ARMAS DA MARINHA

"OM"

Rio de Janeiro, RJ.
Em ____ de _____ de _____.

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS NORMAS

POSTO/GRADUAÇÃO: NIP:
NOME:
Nº IDENTIDADE: CPF:

Declaro para todos os efeitos que li todas as orientações contidas nas normas para aquisição, registro e porte de armas de fogo na Marinha do Brasil para a aquisição de arma de fogo e munição de uso particular e, tenho ciência das tratativas de compra da arma de fogo e munição, junto aos representantes da indústria e comércio especializado, no Brasil ou no Exterior, bem como sua utilização, e o fiel cumprimento da Lei nº 10.826/2003 e das Normas existentes na MB.

Xxxxxxx, XX, em ___ de ____ de 20XX.

_____

ASSINATURA
NOME COMPLETO

Anexo G, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

CARIMBO DA OM

MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
OM

MAPA DE CONTROLE DE PORTE DE ARMA DE FOGO INSTITUCIONAL

TM (1)	NIP	Posto ou Graduação	Corpo	Esp.	Nome	Função	OS		Data de Vencimento	TA (2)	Nº Série da arma	Calibre
							Nº	Data				

TIPO DE MOVIMENTAÇÃO – TM (1)		
CONCESSÃO		1
CANCELAMENTO	Por término de validade	2
	Por não mais preencher as condições necessárias para portar arma	3
	Substituição da autoridade concedente do porte de arma	4
	Perda ou extravio	5

TIPO DE ARMA – TA (2)
PISTOLA - 1 REVÓLVER - 2 OUTROS - 0

Local, em _____de_____de_____

_____
Responsável

Anexo H, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
OM

MAPA DE CONTROLE DE SELOS DE AUTENTICIDADE

ENTRADA				SAÍDA					
Saldo Anterior	Quantidade Recebida	Data de Recebimento	Documento	Número Selo	NIP	Nome	Data de Emissão	Data de Validade	Motivo

Local, em _____de_____de_____

_____
Nome/Posto/Responsável

Anexo I, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

CARIMBO DA OM

MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
OM

PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE ARMAS DE FOGO

Anexo ao Ofício nº _____, de _____ de _____ de _____

Endereço da OM: _____(Rua, Avenida ou Praça, nº, Bairro, CEP, Cidade e Estado)_____

DADOS DO MILITAR ADQUIRENTE					DADOS DA ARMA A SER ADQUIRIDA						Observações
Nº de ordem	Posto ou Graduação	NIP	Nome	Identidade	Fabricante	Espécie (1)	Calibre	Modelo (2)	Acabamento	Uso (3)	
											(1) Espécie da arma RV – Revólver ESP – Espingarda CAR – Carabina PST – Pistola (2) Modelo C- Carregador (3) Uso P - Permitido R - Restrito.

Local em _____, ____ de_____ de 20_____

Visto _____
Comandante

_____
Imediato

Anexo J, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

MARINHA DO BRASIL

NOME DA OM
Endereço completo da OM

Ofício nº xxx/OM-MB
xx/661.2

Rio de Janeiro, RJ, de de 20 .

Ao Senhor (a)
XXXXXX
Cargo do destinatário na empresa
Endereço completo da empresa

Assunto: **Autorização para aquisição de Arma de fogo**

Prezado Senhor,

3 Participo a Vossa Senhoria que o (Posto/Graduação, NIP, Nome completo, Identidade do militar e CPF), está autorizado a adquirir arma de fogo (acessório ou colete) conforme descrito abaixo;

Utilizar para aquisição de Arma de fogo

TIPO	MARCA	CALIBRE	QUANTIDADE
Pistola/Revólver, etc...	Nome do Fabricante da Arma	9 mm/ .380/ .38/ etc...	03 UN a cada dois anos
OM DE ENTREGA (Preencher somente para aquisição na Indústria)			
Endereço Residencial (Preencher somente para aquisição no Comércio – fim emissão da GTPF pela loja)			

Utilizar para aquisição de Acessório de arma e Colete de uso permitido

NOMENCLATURA	MARCA	CALIBRE	QUANTIDADE
Carregador, etc	Nome do Fabricante da Arma	9 mm/ .380/ .38/ etc...	03 UN a cada dois anos
Colete Balístico, etc	Fabricante	Nível de proteção do colete	01 UN
OM DE ENTREGA (Preencher somente para aquisição na Indústria)			
Endereço Residencial (Preencher somente para aquisição no Comércio – fim emissão da GTPF pela loja)			

Anexo J, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

2. Em face ao exposto, informo que a nota fiscal deverá vir em nome do militar e conter os dados da arma adquirida. Participo ainda que a arma deverá ser encaminhada à Organização Militar (OM) informada na tabela acima e que os custos serão a cargo do militar.

3. Participo que a presente autorização tem validade até **xx/xx/20xx. (**até cento e oitenta dias da data da assinatura)

Atenciosamente,

NOME DO TITULAR DA OM
POSTO
COMANDANTE/DIRETOR

Cópias: (enviar assinada digitalmente)
DSAM
OM DE ENTREGA (Quando houver)

Anexo K, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

MODELO DE MENSAGEM PARA RECOLHIMENTO DE ARMA DE FOGO

Sigilo	**Canal**	Precedência		**Data-Hora**
		Ação	Info	
Reservado	DD	Rotina	Rotina	R000000Z/MÊS/2020
De: OMV				
Para: SISARM				
Info: CTECFN; CITMPL				
Assunto: Recolhimento de Arma de Fogo				

Texto: RESERVADO

ACD inciso 12.1 da Portaria nº XX/2020 da DGMM, PTC recebida por doação em XXMÊS20XX, a arma com as características abaixo, pertencente ao 1ºSG-FN-IF XXXXX:
ALFA - NR do cadastro no SIGMA;
BRAVO - Espécie (TIPO - revolver, pistola, rifle);
CHARLIE – Marca;
DELTA – Modelo;
ECHO – Calibre;
FOXTROT - Capacidade de Cartuchos;
GOLF - Tipo de alma;
HOTEL - Tipo de funcionamento;
INDIA - Quantidade de canos;
JULIET - Comprimento do cano;
KILO - Sentido da raia;
LIMA - NR de série da Arma;
MIKE - Condições da arma (completa/falta de peça); e
NOVEMBER - Fotos das armas encaminhadas por intermédio da minha CE nº XXX / 20XX...BT

Anexo L, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

MODELO DE MENSAGEM PARA ORIENTAÇÕES À OMV

Sigilo	**Canal**	Precedência		**Data-Hora**
		Ação	Info	
Reservado	DD	Rotina	Rotina	R000000Z/MÊS/2020

De: SISARM
Para: OMV;
Info: CTECFN; CITMPL
Assunto: Entrega de Arma de Fogo

Texto: RESERVADO

R000000/FEV/20XX de OMV, SOL adotar as seguintes medidas:

ALFA - Enviar Ofício ao CTecCFN/CeIMPL com cópia para a DSAM com os documentos relativos a arma (OS, TED do CRAF, Nota Fiscal, caso houver); e

BRAVO - Realizar contato com o CTecCFN/CeIMPL para coordenar a entrega da arma para destruição/arrecadação (respectivamente, conforme o caso)...BT"

Anexo M, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL

OM

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ARMA DE FOGO

DADOS DO CEDENTE:

Posto/Graduação:_____ NIP: _____ RG:_____Orgão Emissor: _____CPF: _____

Nome:_____

DADOS DO ADQUIRENTE:

Posto/Graduação:_____ NIP: _____ RG:_____Orgão Emissor: _____CPF: _____

Nome:_____

Endereço Residencial: _____

Arma	N° CRAF	Uso	Funcionamento	Tipo de Alma	Sentido das Raias	Quant. de Raias
	Espécie	Marca	Modelo	N° de Série	Quant. de canos	N° Série do Cano
	Comp. Cano	Calibre	Fabricante	Vendedor	N° Nota Fiscal	Data Nota Fiscal
Munição	Modelo		Calibre		Quantidade	
Acessórios	Descrição					

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro, em relação à arma caracterizada acima:

1. Esta arma se destina a minha defesa pessoal e passa a ser de minha propriedade.

2. A transferência poderá ser solicitada à DSAM, desde que a arma e as partes envolvidas estejam enquadradas nas Normas em vigor.

_____ _____

Nome e Assinatura (Cedente) Nome e Assinatura (Adquirente)

Local, em ___de _____de_____.

_____

(Nome e Assinatura do Comandante/Diretor da OM do Adquirente)

Anexo N, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE SISTEMAS DE ARMAS DA MARINHA

OM

RECIBO DE RECOLHIMENTO DE ARMA DE FOGO

Recebi de _____(Posto ou Graduação / NIP / Nome / CPF)_____ o(s) item(s) relacionados a seguir, pertencente (s) ao __(Posto ou Graduação / NIP / Nome / CPF)___, conforme o previsto nas Normas para aquisição, registro e porte de armas de fogo na Marinha do Brasil (Portaria Nº _____ de _____ de _____de _____, da Diretoria-Geral do Material da Marinha):

Espécie	Fabricante	Modelo	Calibre	Número de Série	Número do SIGMA	Observação

Local, em ___de _____de_____.

_____

Assinatura do Recebedor
Posto ou Graduação / NIP / Nome

Anexo O, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

DECLARAÇÃO DE EXTRAVIO DE ARMA DE FOGO
(Perda, Furto ou Roubo)

Eu, _____(NIP / Posto ou Graduação / Nome)_____, ____(Identidade)____, ____(CPF)_____, residente à _(Endereço completo / Bairro / CEP / Município / UF) _____, declaro, para fins de cadastro no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA), de acordo com o art. 4º do Decreto nº 9.847 de 25 de junho de 2019, que a(s) arma(s) de minha propriedade discriminada(s) a seguir foi(ram) _____ perdida (s)/furtada(s)/roubada(s).

Espécie	Fabricante	Modelo	Calibre	Número de Série	Número do SIGMA

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, em caso de falsidade, estarei infringindo o artigo 299 do Código Penal e o artigo 312 do Código Penal Militar (FALSIDADE IDEOLÓGICA), inclusive ficando sujeito às sanções civis, administrativas e criminais.

Local, em ___de _____de _____.

_____
Assinatura do Declarante
Posto ou Graduação / NIP / Nome

Anexo P, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

MARINHA DO BRASIL

"OM"

Xxxxxx, XX

Em,____ de _____ de _____.

TERMO DE COMPROMISSO DE MILITAR TRANSFERIDO PARA RESERVA REMUNERADA/REFORMADO PROPRIETÁRIO DE ARMA DE FOGO

POSTO/GRADUAÇÃO: NIP:
NOME:
Nº IDENTIDADE: CPF:
PORTARIA DE TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA/REFORMA Nº:
OS Nº:

DADOS DA ARMA

MARCA:	ESP/TIP:	CAL:	Nº REGISTRO
FAB:	Nº ARMA:		D/AQUISIÇÃO:

Declaro, em relação à arma caracterizada acima, que:

1- Estou ciente que, de acordo com a Portaria nº xxx, de xx de xxxxxx de 20xx/DGMM, o porte de arma de fogo dos militares da Reserva Remunerada ou Reformado da Marinha do Brasil, terá validade de dez anos;

2 – Deverei providenciar a substituição da autorização do meu Porte de Arma por outro com validade de dez anos, de acordo com o contido no subitem 8.4, da Portaria nº xxx, de xx de xxxxxx de 20xx, da DGMM.

3 – A cada renovação serei submetido a exame psicológico, na forma da Lei, e que a posse ou o porte ilegal de arma de fogo implicará em enquadramento na Lei nº 10.826/2003.

Xxxxxxx, XX, em ___ de ____ de _____.

Continuação do anexo Q, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE SISTEMAS DE ARMAS DA MARINHA

LISTAGEM DE CALIBRES

Tabela I - Calibres de Uso Permitido

CALIBRE	ENERGIA (JOULES)	CLASSIFICAÇÃO
9x19mm PARABELLUM	629,81	Permitido
9x18 Makarov	285,95	Permitido
9x23 Winchester	795,6	Permitido
10mm Automatic	927,55	Permitido
221 RemingtonFireball	955,74	Permitido
25 Automatic	87,78	Permitido
25 North American Arms	151,7	Permitido
30 Luger (7.65mm)	396,41	Permitido
32 Automatic	195,65	Permitido
32 H&R Magnum	320,94	Permitido
32 North American Arms	268,81	Permitido
32 Short Colt	117,99	Permitido
32 Smith &Wesson	129,79	Permitido
32 Smith &WessonLong	177,17	Permitido
327 Federal Magnum	815,61	Permitido
356 TSW	680,34	Permitido
357 Magnum	1322,76	Permitido
357 Sig	685,72	Permitido
38 Automatic	419,17	Permitido
38 Smith &Wesson	202,51	Permitido
38 Special	437,88	Permitido
38 SuperAutomatic +P	569,23	Permitido
380 Automatic	280,26	Permitido
40 Smith &Wesson	666,25	Permitido
400 Cor-Bom	854,35	Permitido
44 S&W Special	632,48	Permitido
45 Automatic	590,48	Permitido
45 Auto Rim	471,2	Permitido
45 Colt	755,15	Permitidoaa1

Continuação do anexo Q, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

CALIBRE	ENERGIA (JOULES)	CLASSIFICAÇÃO
45 Glock AutomaticPistol	661,6	Permitido
45 Winchester Magnum	1318,42	Permitido
6 x 45mm	1505,01	Permitido
17 Hornet	791,07	Permitido
17 Remington	1204	Permitido
17 RemingtonFireball	1115,4	Permitido
218 Bee	1028,16	Permitido
22 Hornet	973,61	Permitido
221 RemingtonFireball	1332,02	Permitido
25-20 Winchester	540,51	Permitido
30 Carbine	1278,46	Permitido
32-20 Winchester	433,44	Permitido
38-40 Winchester	716,53	Permitido
38-55 Winchester	1297,16	Permitido
44-40 Winchester	831,14	Permitido
17 Mach 2	206,73	Permitido
17 Hornady Magnum Rimfire	332,46	Permitido
17 Winchester Super Magnum	541,8	Permitido
22 Short	101,82	Permitido
22 Long	128,86	Permitido
22 Long Rifle	247,93	Permitido
22 Winchester Rimfire	228,91	Permitido
22 Winchester Magnum (Rimfire)	440,64	Permitido

Continuação do anexo R, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE SISTEMAS DE ARMAS DA MARINHA

TABELA DE CALIBRES USO RESTRITO

CALIBRE	ENERGIA (JOULES)	CLASSIFICAÇÃO
41 Remington Magnum	1657,91	Restrito
44 Remington Magnum	1849,35	Restrito
454 Casull	3130,41	Restrito
460 S&W Magnum	3883,88	Restrito
457 Linebaugh	2359,85	Restrito
480 Ruger	1986,47	Restrito
50 Action Express	1917,38	Restrito
500 S&W Magnum	3900,98	Restrito
500 Special	1991,78	Restrito
6mm Remington	3140,32	Restrito
6.5 Creedmoor	3356,24	Restrito
6.5 Grendel	2464,41	Restrito
6.5 x 55 Swedish	3152,18	Restrito
6.8mm Remington SPC	2636,84	Restrito

Continuação do anexo R, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

7mm Mauser (7x57)	3327,22	Restrito
7mm Remington Magnum	4365,04	Restrito
7mm Remington Short Action Ultra Mag-num	4324,95	Restrito
7mm Remington Ultra Magnum	4961,65	Restrito
7mm Shooting Times Westerner	5086,92	Restrito
7mm Weatherby Magnum	4248,57	Restrito
7mm Winchester Short Magnum	4623,38	Restrito
7mm-08 Remington	3715,49	Restrito
7 x 64 Brenneke	3667,25	Restrito
7-30 Waters	2633,16	Restrito
7.62 x 39	2044,60	Restrito
8mm Mauser (8x57)	2801,88	Restrito
8mm Remington Magnum	5247,44	Restrito
9.3 x 62	4794,67	Restrito
204 Ruger	1715,78	Restrito
22-250 Remington	2340,59	Restrito
220 Swift	2340,59	Restrito
222 Remington	1717,63	Restrito
222 Remington Magnum	1711,17	Restrito

Continuação do anexo R, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

223 Remington	1959,07	Restrito
223 Winchester Super Short Magnum	2496,62	Restrito
225 Winchester	2074,61	Restrito
243 Winchester	2893,31	Restrito
243 Winchester Super Short Magnum	3020,36	Restrito
25 Winchester Super Short Magnum	3241,22	Restrito
25-06 Remington	3384,37	Restrito
25-35 Winchester	1720,04	Restrito
250 Savage	2372,58	Restrito
257 Roberts	2598,42	Restrito
257 Weatherby Magnum	4017,36	Restrito
26 Nosler	4488,65	Restrito
260 Remington	3129,17	Restrito
264 Winchester Magnum	3830,64	Restrito
27 Nosler	4623,38	Restrito
270 Weatherby Magnum	4681,35	Restrito
270 Winchester	4063,52	Restrito
270 Winchester Short Magnum	4480,03	Restrito

Continuação do anexo R, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

28 Nosler	4938,30	Restrito
280 AckleyImproved	4478,49	Restrito
280 Remington	4020,74	Restrito
284 Winchester	3674,33	Restrito
30 Nosler	5500,87	Restrito
30 Remington AR	2897,37	Restrito
30 Thompson Center	4022,98	Restrito
30-06 Springfield	4514,68	Restrito
30-30 Winchester	2727,99	Restrito
30-40 Krag	3173,01	Restrito
300 AAC Blackout	1924,61	Restrito
300 Holland&Holland Magnum	4462,77	Restrito
300 Remington Short Action Ultra Magnum	4715,03	Restrito
300 Remington Ultra Magnum	5635,08	Restrito
300 RugerCompact Magnum	4857,44	Restrito
300 Savage	3389,69	Restrito
300 Weatherby Magnum	5291,04	Restrito
300 Winchester Magnum	5278,22	Restrito
300 Winchester Short Magnum	4916,85	Restrito

Continuação do anexo R, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

303 British	3590,52	Restrito
307 Winchester	3303,65	Restrito
308 Marlin Express	3369,30	Restrito
308 Winchester	4119,43	Restrito
32 Winchester Special	2884,60	Restrito
325 Winchester Short Magnum	5303,51	Restrito
33 Nosler	6112,21	Restrito
338 Federal	4372,19	Restrito
338 Lapua Magnum	6548,66	Restrito
338 Marlin Express	3914,52	Restrito
338 Remington Ultra Magnum	6112,21	Restrito
338 RugerCompact Magnum	5203,47	Restrito
338 Winchester Magnum	5899,62	Restrito
340 Weatherby Magnum	6548,66	Restrito
348 Winchester	3777,58	Restrito
35 Nosler	6095,27	Restrito
35 Remington	2913,69	Restrito
35 Whelen	4556,56	Restrito
350 Remington Magnum	4702,32	Restrito

Continuação do anexo R, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

356 Winchester	3381,39	Restrito
358 Winchester	3691,95	Restrito
36 Nosler	6438,13	Restrito
370 Sako Magnum	5597,76	Restrito
375 Holland&Holland Magnum	6601,18	Restrito
375 Remington Ultra Magnum	6828,96	Restrito
375 Ruger	6554,94	Restrito
375 Winchester	2860,96	Restrito
376 Steyr	5409,68	Restrito
405 Winchester	4370,54	Restrito
416 Remington Magnum	6935,07	Restrito
416 Rigby	6762,77	Restrito
416 Ruger	6992,98	Restrito
416 Weatherby Magnum	8487,06	Restrito
44 Remington Magnum	2281,89	Restrito
444 Marlin	4594,48	Restrito
45-70 Government	4031,29	Restrito
450 Bushmaster	3809,55	Restrito
450 Marlin	4757,23	Restrito

Continuação do anexo R, das Normas para Aquisição, Registro e Porte de Armas de Fogo na Marinha do Brasil.

457 Wild West Guns	4978,82	Restrito
458 Lott	7928,21	Restrito
458 Winchester Magnum	7551,52	Restrito
470 Nitro Express	6956,89	Restrito
475 Turnbull	5433,07	Restrito
500 Nitro Express 3"	7747,49	Restrito
5.56x45 mm	1748,63	Restrito
7.62x51 mm	3632,01	Restrito
12.7x99 mm	17112,50	Restrito

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Diário Oficial, Brasília, de 11 de dezembro de 1980.

_____. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

_____. Lei nº 10.834, de 29 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro - TFPC e altera dispositivos do Decreto nº 24.602, de 6 de julho de 1934, que dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas.

_____, Lei nº 11.579, de 27 de novembro de 2007. Revoga a medida provisória nº 379, de 28 de junho de 2007, que altera dispositivos da lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o sistema nacional de armas - SINARM e define crimes.

_____. Lei nº 11.706, de 19 de junho de 2008. Conversão da Medida Provisória nº 417, de 2008. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas.

_____. Decreto nº 8.935, de 19 de dezembro de 2016. Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de armas – SINARM e define crimes.

_____. Decreto nº 9.493, de 05 de setembro de 2018. Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105).

_____. Decreto nº 9.845, de 25 de junho de 2019. Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição.

_____. Decreto nº 9.846, de 25 de junho de 2019. Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o registro, o cadastro, e a aquisição de armas de fogo e de munições por caçadores, colecionadores e atiradores.

_____. Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019. Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de armas – SINARM e define crimes.

_____. Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019. Aprova o Regulamento de Produtos Controlados

_____. Decreto nº 10.630, de 12 de fevereiro de 2021. Altera o Decreto nº 9847, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisi-

ção, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.

_____. Portaria Normativa nº 40-MD, de 17 de janeiro de 2005. Define a quantidade de munição e os acessórios que cada proprietário de arma de fogo poderá adquirir.

_____. Portaria nº 132/GC3, de 4 de março de 2010. Aprova as Normas que regulam o Registro, o Cadastro, o Porte de Arma de Fogo e a utilização de Armas e Munição de uso Particular, no âmbito do Comando da Aeronáutica e dá outras providências (NR) - Portaria COMGAP nº R-8/4EM, de 21 de novembro de 2012.

_____. Portaria nº 025-DMB, de 22 de dezembro de 1998. Aprova as Normas para a Aquisição e Utilização das Armas e Munições de Calibres Restritos ou Proibidos. Comando do Exército.

_____. Portaria nº 036-DMB, de 9 de dezembro de 1999. Aprova as normas que regulam o comércio de armas e munições. Comando do Exército.

_____. Portaria nº 013-Res, de 7 de novembro de 2005, Comando do Exército. Autoriza a aquisição de armas de uso restrito, na indústria nacional, para uso próprio, por oficiais de carreira e por subtenentes, suboficiais e sargentos de carreira estabilizados das Forças Armadas e dá outras providências.

_____. Portaria nº 1.222, de 12 de agosto de 2019, do Exército Brasileiro. Dispõe sobre parâmetros de aferição e listagem de calibres nominais de armas de fogo e das munições de uso permitido e restrito e dá outras providências.

_____. Portaria nº 126, de 22 de outubro de 2019, do Exército Brasileiro. Dispõe sobre aquisição, o registro, o cadastro, a transferência, o porte e o transporte de arma de fogo; e a aquisição de munições e acessórios de arma de fogo por militares do exército, em serviço ativo ou na inatividade.

_____. Portaria nº 137, de 8 de novembro de 2019, do Exército Brasileiro. Dispõe sobre aquisição, o registro, o cadastro, a transferência, o porte e o transporte de arma de fogo; e a aquisição de munições e acessórios de arma de fogo por militares, em serviço ativo ou na inatividade.

_____. Portaria Interministerial nº 412/GM-MD, de 27 de janeiro de 2020. Estabelece os quantitativos máximos de munições passíveis de aquisição pelos integrantes dos órgãos e instituições previstos nos incisos I a VII e X do caput art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003, e pelas pessoas físicas autorizadas a adquirir ou portar arma de fogo.

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 501, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera o Anexo da Portaria n. 3.261, de 20 de dezembro de 2021, que estabelece calendário de recepção, seleção e contratação de propostas do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da constituição federal, o art. 8º da Lei n. 8.677, de 13 de julho de 1993, o art. 29 da Lei n. 13.844/19, o art. 8º do Decreto n. 10.333, de 29 de abril de 2020, a Instrução Normativa n. 2, de 21 de janeiro de 2021, e considerando o disposto na Resolução CCFDS n. 225, de 17 de dezembro de 2020, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS), resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria n. 3.261, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO

CALENDÁRIO DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PROPOSTAS

ETAPA	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Adesão ao Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional	Poder público municipal ou Distrital	Contínua
2	Cadastramento de usuário de acesso e das propostas mediante preenchimento de formulário eletrônico	Agentes Promotores	30/01/2022
3	Anuência da proposta cadastrada	Poder público municipal ou Distrital	09/02/2022
4	Análise de enquadramento e divulgação do resultado da seleção	MDR (Órgão Gestor)	15/03/2022
5	Apresentação de documentos técnicos, institucionais e jurídicos ao Agente Financeiro credenciado	Agentes Promotores	13/05/2022
6	Análise dos documentos técnicos, institucionais e jurídicos e contratação do financiamento entre Agente Financeiro, Agentes Promotores e famílias atendidas com regularização fundiária	Agente Financeiro e Agentes Promotores	15/07/2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 486, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Padre Paraíso - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Padre Paraíso - MG, no valor de R$ 168.452,89 (cento e sessenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e nove centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008699/2022-15.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 487, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Estado da Paraíba - PB, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Estado da Paraíba - PB, no valor de R$ 3.024.000,00 (três milhões vinte e quatro mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008420/2021-12.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.30.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 493, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Novo Cabrais - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Novo Cabrais-RS, no valor de R$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009095/2022-88.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 494, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Vera Cruz do Oeste - PR, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Vera Cruz do Oeste-PR, no valor de R$ 68.300,00 (sessenta e oito mil e trezentos reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009087/2022-31.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 495, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São Valério do Sul - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São Valério do Sul-RS, no valor de R$ 333.840,00 (trezentos e trinta e três mil oitocentos e quarenta reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009086/2022-97.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 496, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Dezesseis de Novembro - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Dezesseis de Novembro-RS, no valor de R$ 49.221,00 (quarenta e nove mil duzentos e vinte e um reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009082/2022-17.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 497, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
SC	Barra Bonita	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.448	21/12/2021	59051.014139/2021-11
SC	Campo Erê	Estiagem - 1.4.1.1.0	2.404	22/12/2021	59051.015099/2022-13
SC	São João do Oeste	Estiagem - 1.4.1.1.0	198	29/12/2021	59051.015098/2022-61
SC	Abelardo Luz	Estiagem - 1.4.1.1.0	10	03/01/2022	59051.015101/2022-46
SC	Palma Sola	Estiagem - 1.4.1.1.0	003	06/01/2022	59051.015102/2022-91
SC	Saudades	Estiagem - 1.4.1.1.0	02	10/01/2022	59051.015103/2022-35
RN	Boa Saúde	Seca - 1.4.1.2.0	006	26/01/2022	59051.014979/2022-64
RN	Assú	Seca - 1.4.1.2.0	005	28/01/2022	59051.014949/2022-58
RN	Ielmo Marinho	Seca - 1.4.1.2.0	004	26/01/2022	59051.014940/2022-47

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 502, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
SP	Franco da Rocha	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	3.181	30/01/2022	59051.015069/2022-07

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 511, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Petrópolis - RJ, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Petrópolis - RJ, no valor de R$ 1.038.475,04 (um milhão, trinta e oito mil quatrocentos e setenta e cinco reais e quatro centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009051/2022-58

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SEDEC/MDR n° 321, de 8 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 21 de fevereiro de 2022, Edição 36, Seção 1, pág. 18, na Epígrafe, onde se lê: PORTARIA Nº 321, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022, leia-se: PORTARIA Nº 400, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

ATOS DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3°, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 842ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 15/2/2022, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direitos de recursos hídricos a:

Nº 201 - ÁGUAS DE TERESINA SANEAMENTO SPE S.A, rio Parnaíba, Município de Teresina/PI, abastecimento público.

Nº 203 - ÁGUAS DETERESINA SANEAMENTO SPE S.A, rio Poti, Município de Teresina/PI, esgotamento sanitário.

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 de 30/10/2017, resolveu indeferir os pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos de:

Nº 204 - CARLOS RONALDO MEDEIROS LIMA, Açude Jatobá I, Município de Patos/PB, outras.

Nº 205 - CONSORCIO SBEI-SK, rio Xingu, Município de Anapu/PA, outras.

O inteiro teor dos Indeferimentos de Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATO Nº 206, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 de 30/10/2017, resolveu emitir a outorga de direito de uso de recursos hídricos a:

WAGMAR JOSE DE OLIVEIRA, PCH Machado Mineiro, Município de Águas Vermelhas/MG, irrigação, transferência.

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATO Nº 207, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir a outorga de direito de uso de recursos hídricos a:

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO, Açude Jucazinho, Município de Cumaru/PE, abastecimento público.

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

PORTARIA SUDECO Nº 362, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre os critérios e procedimentos a serem observados pelas subunidades da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste que optarem por aderir ao Programa de Gestão trazido pela Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelo Decreto n.º 8.890, de 27 de outubro de 2016, e considerando o disposto no art. 1º da Portaria MDR nº 2.867, de 13 de novembro de 2020, publicada no DOU edição 218, seção 1, página 14, de 16 de novembro de 2020; o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995; e o disposto no art. 10 da Instrução Normativa-ME, nº 65, de 30 de julho de 2020, resolve:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º Fica instituído o Programa de Gestão por Demanda no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO no que se refere às atividades constantes do Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. O rol das atividades autorizadas será divulgado no sítio oficial da SUDECO sem prejuízo de outros meios de comunicação.

Seção I

Dos Participantes

Art. 2º Podem participar do programa de gestão:

I - servidores públicos ocupantes de cargo efetivo;

II - servidores públicos ocupantes de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE), de nível 1 a 3, e servidores que recebam Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), desde que haja autorização fundamentada pelo Diretor da subunidade administrativa de exercício do servidor, ou autoridade equivalente;

III - empregados públicos regidos pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em exercício na unidade; e

IV - contratados temporários regidos pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

§1º A participação dos servidores públicos de que trata o inciso II do caput dar-se-á apenas no regime de execução parcial;

§2º A participação dos empregados públicos de que trata o inciso III do caput dar-se-á mediante observância das regras dos respectivos contratos de trabalho e das normas do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

§3º A participação dos contratados temporários de que trata o inciso IV do caput, dar-se-á mediante observância da necessidade temporária de excepcional interesse público da contratação, das cláusulas estabelecidas em cada contrato e das normas previstas na Lei nº 8.745, de 1993.

§4º A implementação do programa de gestão por demanda é facultativa à Administração Pública e ocorrerá em função da conveniência e do interesse do serviço como ferramenta de gestão, não se constituindo direito do participante, podendo ser interrompido em qualquer tempo a critério do Superintendente da SUDECO, sem que isso implique no dever da Administração indenizar ou ressarcir o participante por danos eventualmente sofridos em razão desta decisão.

Art. 3º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - programa de gestão: ferramenta de gestão autorizada em ato normativo de Ministro de Estado e respaldada pela norma de procedimentos gerais, que disciplina o exercício de atividades em que os resultados possam ser efetivamente mensurados, cuja execução possa ser realizada pelos participantes;

II - atividade: conjunto de ações específicas a serem realizadas de forma individual e supervisionada pela chefia imediata, visando entregas no âmbito de projetos e processos de trabalho institucionais;

III - entrega: resultado do esforço empreendido na execução de uma atividade sendo definida no planejamento e com data prevista de conclusão;

IV - unidade: setor de nível não inferior ao de Secretaria no âmbito dos Ministérios, ou equivalente nas autarquias e fundações públicas;

V - dirigente de unidade: autoridade máxima da unidade;

VI - subunidade: setor de nível de Diretoria no âmbito da SUDECO

VII - dirigente de subunidade: ocupante de cargo de Direção e Assessoramento Superior de nível DAS 101.5.

VIII - chefe imediato: autoridade imediatamente superior ao participante;

IX - teletrabalho: modalidade de trabalho em que o cumprimento da jornada regular pelo participante pode ser realizado fora das dependências físicas da SUDECO, em regime de execução parcial ou integral, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos, para a execução de atividades que sejam passíveis de controle e que possuam metas, prazos e entregas previamente definidos e, ainda, que não configurem trabalho externo, dispensado do controle de frequência, nos termos desta Portaria e da Instrução Normativa-ME, nº 65, de 30 de julho de 2020;

X - regime de execução parcial: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante restringe-se a um cronograma específico, dispensado do controle de frequência exclusivamente nos dias em que a atividade laboral seja executada remotamente, nos termos desta Portaria e da Instrução Normativa-ME, nº 65, de 30 de julho de 2020;

XI - regime de execução integral: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante compreende a totalidade da sua jornada de trabalho, dispensado do controle de frequência, nos termos desta Portaria e da Instrução Normativa-ME, nº 65, de 30 de julho de 2020;

XII - trabalho externo: atividades que, em razão da sua natureza, da natureza do cargo ou das atribuições da unidade que as desempenha, são desenvolvidas externamente às dependências da SUDECO e cujo local de realização é definido em função do seu objeto;

XIII - área de gestão de pessoas: unidade administrativa integrante da estrutura organizacional da SUDECO competente para implementação da política de pessoal; e

XIV - área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais: unidade administrativa integrante da estrutura organizacional da SUDECO que tenha competência relativa à gestão estratégica e à avaliação de resultados.

§ 1º O conceito de unidade no âmbito da SUDECO equivale à Superintendência, sendo o dirigente da unidade ocupante de cargo de Direção e Assessoramento Superior de nível DAS 101.6.

§ 2º Excepcionalmente na estrutura da Auditoria, Ouvidoria, Procuradoria e Gabinete da SUDECO o dirigente da subunidade será ocupante de cargo de Direção e Assessoramento Superior de nível DAS 101.4 ou Função Comissionada do Poder Executivo FCPE 101.4.

§ 3º As áreas responsáveis pela implementação da política de gestão de pessoas e pelo acompanhamento de resultados institucionais no âmbito da SUDECO são respectivamente a Coordenação de Gestão de Pessoas e a Diretoria de Planejamento e Avaliação.

Seção II

Atividades Teletrabalháveis e Objetivos do Programa de Gestão por Demandas

Art. 4º O programa de gestão por demandas abrangerá as atividades cujas características permitam a mensuração da produtividade e dos resultados das respectivas subunidades e do desempenho do participante em suas entregas.

Art. 5º As atividades que possam ser adequadamente executadas de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos serão realizadas preferencialmente na modalidade de teletrabalho parcial ou integral.

§ 1º Enquadram-se nas disposições do caput, mas não se limitando a elas, atividades com os seguintes atributos:

I - cuja natureza demande maior esforço individual e menor interação com outros agentes públicos;

II - cuja natureza de complexidade exija elevado grau de concentração; ou

III - cuja natureza seja de baixa a média complexidade com elevado grau de previsibilidade e/ou padronização nas entregas.

§ 2º O teletrabalho não poderá:

I - abranger atividades cuja natureza exija a presença física do participante na unidade ou que sejam desenvolvidas por meio de trabalho externo; e

II - reduzir a capacidade de atendimento de setores que atendam ao público interno e externo.

Art. 6º São objetivos do programa de gestão por demanda:

I - promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos participantes;

II - contribuir com a redução de custos no poder público;

III - atrair e manter novos talentos;

IV - contribuir para a motivação e o comprometimento dos participantes com os objetivos da Instituição;

V - estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VI - melhorar a qualidade de vida dos participantes;

VII - gerar e implementar mecanismos de avaliação e alocação de recursos; e

VIII - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

CAPÍTULO II

Seção I

Execução do Programa de Gestão por Demanda

Subseção I

Da Seleção dos Participantes

Art. 7º O dirigente de subunidade dará conhecimento aos seus subordinados do teor desta Portaria e do interesse da subunidade na implementação do programa de gestão por demanda.

Parágrafo único. O dirigente de subunidade divulgará os critérios técnicos necessários para adesão dos interessados ao programa de gestão, podendo conter, entre outras especificidades:

I - total de vagas;

II - regimes de execução;

III - vedações à participação;

IV - prazo de permanência no programa de gestão, quando aplicável;

V - conhecimento técnico requerido para desenvolvimento da atividade; e

VI - infraestrutura mínima necessária ao interessado na participação.

Art. 8º Quando houver limitação de vagas, o dirigente de subunidade selecionará, entre os interessados, aqueles que participarão do programa de gestão, fundamentando sua decisão.

§ 1º A seleção pelo dirigente de subunidade será feita a partir da avaliação de compatibilidade entre as atividades a serem desempenhadas e o conhecimento técnico dos interessados.

§ 2º Sempre que o total de candidatos habilitados exceder o total de vagas e houver igualdade de habilidades e características entre os habilitados, o dirigente da subunidade observará, dentre outros, os seguintes critérios, na priorização dos participantes:

I - com horário especial, nos termos dos §§ 1º a 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;

III - com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

IV - com melhor resultado no último processo de avaliação de desempenho individual;

V - com maior tempo de exercício na subunidade, ainda que descontínuo; ou

VI - com vínculo efetivo.

§ 3º Sempre que possível, o dirigente de subunidade promoverá o revezamento entre os interessados em participar do programa de gestão.

§ 4º O programa de gestão, quando instituído na unidade, poderá ser alternativa aos servidores que atendam aos requisitos para remoção nos termos das alíneas "a" e "b" do inciso III do caput do art. 36, da Lei nº 8.112, de 1990, e para concessão da licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro prevista no art. 84 da Lei nº 8.112, de 1990, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo e sem prejuízo para a Administração.

Art. 9º Compete ao dirigente de subunidade indicar, entre os servidores interessados, aqueles que atuarão em regime de teletrabalho, observadas as seguintes diretrizes:

I - é vedada a participação no regime de teletrabalho de servidores em qualquer uma das seguintes condições:

a) que tenham sido apenados em procedimento disciplinar nos 2 (dois) anos anteriores à data de solicitação para participar do teletrabalho;

b) cujas atividades exijam a presença física no recinto da unidade;

c) que apresentem contraindicações por motivo de saúde, constatadas em perícia médica;

d) que nos últimos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de manifestação de interesse em participar tenha sido desligado pelo não cumprimento do estabelecido no Plano de Trabalho.

II - para participar do regime de teletrabalho, é desejável que o servidor demonstre as seguintes aptidões:

a) capacidade de organização e autodisciplina;

b) capacidade de cumprimento das atividades nos prazos acordados;

c) capacidade de interação com a equipe;

d) atuação tempestiva;

e) pró-atividade na resolução de problemas;

f) abertura para utilização de novas tecnologias; e

g) orientação para resultados.

Art. 10 O dirigente de subunidade na gerência do programa de gestão em regime de teletrabalho deverá respeitar as seguintes diretrizes:

a) o percentual máximo de participantes em cada subunidade poderá ser de até 100% (cem por cento) do total de servidores elegíveis a participar do programa de gestão;

b) o prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do participante em reuniões, ações de capacitações (cursos, conferências, congressos, dentre outras) e demais situações de especial necessidade de sua presença física, será de até 72h (setenta e duas horas), excepcionalmente podendo ser reduzido ou ampliado, quando houver interesse fundamentado da Administração;

c) a regra é a não fixação de percentual de produtividade adicional dos participantes em teletrabalho em relação às atividades presenciais;

d) a subunidade com passivo de processos pendentes poderá fixar adicional de produtividade de até 30% (trinta por cento), que deverá ser compatível com a jornada de trabalho regular do participante do programa de gestão; e

Parágrafo Único. Em nenhuma hipótese o regime de teletrabalho poderá reduzir a capacidade de atendimento de setores que atendam ao público interno e/ou externo.

Art. 11 A seleção pelo dirigente de subunidade é ato discricionário e será feita a partir da avaliação de compatibilidade entre o perfil necessário ao cumprimento do plano de trabalho, metas e resultados e o perfil dos servidores interessados.

Parágrafo Único. Se assim entender conveniente, o dirigente da subunidade poderá abrir prazo para que os servidores, que atendam aos requisitos desta portaria, de regulamentos próprios e do plano de trabalho, metas e resultados, informem seu interesse em participar do regime de teletrabalho.

Art. 12. A participação dos servidores indicados pelo dirigente de subunidade condiciona-se à autorização formal do Superintendente.

Parágrafo único. Aprovados os participantes do teletrabalho, o dirigente de subunidade comunicará os nomes à área de gestão de pessoas, para fins de registro nos assentamentos funcionais.

Art. 13. O chefe imediato deverá informar, por ocasião da homologação da frequência, a ocorrência pertinente para os períodos em que o servidor participou do teletrabalho, nos termos desta Portaria, que valerá para efeito de abono do registro de ponto.

Parágrafo único. Na hipótese de atraso ou de omissão na entrega do produto pactuado, o servidor não se beneficiará da equivalência de jornada a que alude o caput do artigo, salvo por motivo devidamente justificado à chefia imediata ou dirigente da subunidade.

Subseção II

Do Plano de Trabalho

Art. 14. O candidato selecionado, nos termos do caput do art. 12, pelo dirigente da subunidade para participar do programa de gestão deverá assinar o plano de trabalho, que conterá:

I - as atividades a serem desenvolvidas com as respectivas metas a serem alcançadas expressas em horas equivalentes;

II - o regime de execução em que participará do programa de gestão, indicando o cronograma em que cumprirá sua jornada em regime presencial, quando for o caso;

III - o termo de ciência e responsabilidade contendo, no mínimo:

a) a declaração de que atende às condições para participação no programa de gestão;

b) o prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do participante à subunidade;

c) as atribuições e responsabilidades do participante;

d) o dever do participante de manter a infraestrutura necessária para o exercício de suas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação, quando executar o programa de gestão na modalidade teletrabalho;

e) a declaração de que está ciente que sua participação no programa de gestão não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições estabelecidas nesta Portaria e no Capítulo III da Instrução Normativa-ME, nº 65, de 30 de julho de 2020;

f) a declaração de que está ciente quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 30 a 37;

g) a declaração de que está ciente quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas; e

h) assinaturas do servidor e da chefia imediata;

i) a declaração de que está ciente quanto:

1. ao dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD), no que couber; e

2. as orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.

§ 1º O plano de trabalho de que trata o caput será registrado em sistema informatizado, conforme definido no art. 28, e terá periodicidade mínima semanal e máxima mensal.

§ 2º A chefia imediata poderá redefinir as metas do participante por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas.

§ 3º As metas serão calculadas em horas para cada atividade em cada faixa de complexidade e apresentadas na tabela de atividades conforme previsto no § 2º do art. 28.

§ 4º As metas semanais não poderão superar o quantitativo de horas da jornada semanal de trabalho do participante no programa de gestão.

Subseção III

Do Registro de Frequência

Art. 15. Os participantes do programa de gestão estão dispensados do controle de frequência enquanto permanecerem nesta condição.

§ 1º O acesso às dependências da Sudeco será permitido ao participante do programa de gestão durante o horário de expediente, observando-se a Política de Segurança da Autarquia.

§ 2º O acesso fora do horário de expediente deverá ser previamente autorizado.

§ 3º O participante do programa de gestão poderá exercer suas atribuições em Unidade da Federação distinta de sua lotação mediante autorização prévia do Dirigente de subunidade.

§ 4º A lotação do participante do programa de gestão em regime de teletrabalho permanecerá inalterada para todos os fins, independentemente de onde exerça as suas atribuições de fato.

Art. 16. Os participantes do programa de gestão em regime parcial deverão seguir o horário de expediente da Sudeco, que tem início, para atendimento externo, às 08:00 e término às 18:00, com flexibilidade nos horários de entrada e saída desde que alinhado com a chefia imediata, de forma que a unidade não fique desassistida.

Subseção IV

Da avaliação das Entregas do Plano de Trabalho

Art. 17. O plano de trabalho deverá prever a aferição das entregas realizadas, mediante análise fundamentada da chefia imediata, em até 40 dias, quanto ao atingimento ou não das metas estipuladas.

§ 1º A aferição que trata o caput deve ser registrada em um valor que varia de 0 a 10, onde 0 é a menor nota e 10 a maior nota.

§ 2º Somente serão consideradas aceitas as entregas cuja nota atribuída pela chefia imediata seja igual ou superior a 5.

CAPÍTULO III

Acompanhamento do Programa de Gestão

Seção I

Fase de Ambientação

Art. 18. Decorridos 6 (seis) meses da publicação da norma de procedimentos gerais, o dirigente de subunidade elaborará um relatório contendo:

I - o grau de comprometimento dos participantes;

II - a efetividade no alcance de metas e resultados;

III - os benefícios e prejuízos para a subunidade; e

IV - as facilidades e dificuldades verificadas na implantação e utilização do sistema de que trata o art. 26 da Instrução Normativa SGP/ME n. 65, de 2020.

§ 1º O relatório a que se refere o caput será submetido à manifestação técnica da área de gestão de pessoas e da área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais da SUDECO.

§ 2º Para fins da elaboração do relatório de que trata o caput, considera-se:

a) grau de comprometimento dos participantes: o nível de identificação do servidor participante do programa de gestão com os objetivos e valores organizacionais com vistas ao alcance dos resultados necessários ao bom desempenho da subunidade, que será demonstrado pela análise comparativa entre metas alcançadas e metas não alcançadas no período, pelo índice de rotatividade de servidores no programa de gestão e pelo número de servidores desligados do programa de gestão em razão do descumprimento das metas e obrigações previstas no plano de trabalho; e

b) efetividade no alcance de metas e resultados: a entrega, propriamente dita, do produto esperado em relação à atividade desenvolvida pelo participante do programa de gestão, que será demonstrada pela análise comparativa entre as metas previstas e metas realizadas no período, assim como pela média obtida pela subunidade nas entregas realizadas, conforme § 1º do art. 14 da Instrução Normativa SGP/ME n. 65, de 2020.

§ 3º As manifestações técnicas de que tratam o §1º poderão indicar a necessidade de reformulação da norma de procedimentos gerais para corrigir eventuais falhas ou disfunções identificadas no programa de gestão, que posteriormente serão encaminhadas ao Superintendente para deliberação quanto a conveniência e a oportunidade na manutenção do programa de gestão na Autarquia, fundamentada em critérios técnicos e considerando o interesse da Administração.

§ 4º Ao término do prazo de 6 (seis) meses, período considerado como ambientação, as subunidades que instituíram o programa de gestão deverão:

I - revisar a parametrização do sistema do programa de gestão; e

II - solicitar revisão do mapeamento da tabela de atividades sempre que necessário.

Seção II

Monitoramento

Art. 19. Com a finalidade de conhecer os benefícios e resultados advindos da implementação do programa de gestão, as subunidades deverão encaminhar à área de gestão de pessoas, até 30 de outubro, anualmente, relatório gerencial contendo as informações constantes no art. 17 da Instrução Normativa SGP/ME n. 65, de 2020.

Parágrafo único. A área de gestão de pessoas providenciará a consolidação e encaminhamento do relatório de que trata o caput ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), para fins de informações gerenciais, anualmente, até 30 de novembro.

CAPÍTULO IV

Vedações e Desligamento do Programa de Gestão

Art. 20. O Superintendente poderá, por razões técnicas devidamente fundamentadas, estabelecer hipóteses de vedação à participação no programa de gestão.

Art. 21. O dirigente da subunidade deverá desligar o participante do programa de gestão:

I - por solicitação do participante, observada antecedência mínima de 10 (dez) dias;

II - no interesse da Administração, por razão de conveniência, necessidade ou redimensionamento da força de trabalho, devidamente justificada, observada antecedência mínima de 10 (dez) dias;

III - pelo descumprimento não justificado das metas e obrigações previstas no plano de trabalho a que se refere o art. 14 e do termo de ciência e responsabilidade;

IV - pelo decurso de prazo de participação no programa de gestão, quando houver, salvo se deferida a prorrogação do prazo;

V - em virtude de remoção, com alteração da subunidade de exercício;

VI - em virtude de aprovação do participante para a execução de outra atividade não abrangida pelo programa de gestão, salvo nas acumulações lícitas de cargos quando comprovada a compatibilidade de horários;

VII - pela superveniência das hipóteses de vedação previstas nesta Portaria; e

VIII - pelo descumprimento das atribuições e responsabilidades previstas no art. 24 desta Portaria.

Art. 22. O Superintendente poderá, excepcionalmente, suspender o programa de gestão, bem como alterar ou revogar a respectiva norma de procedimentos gerais, por razões técnicas ou de conveniência e oportunidade, devidamente fundamentadas.

Parágrafo único. O participante deverá atender às novas regras da norma de procedimentos gerais e do programa de gestão alterados, conforme os prazos mencionados no ato que as modificarem.

Art. 23. Nas hipóteses de que tratam os arts. 21 e 22, o participante continuará em regular exercício das atividades no programa de gestão até que seja notificado do ato de desligamento, suspensão ou revogação da norma de procedimentos gerais e do programa de gestão.

Parágrafo único. A notificação de que trata o caput definirá prazo, que não poderá ser inferior a 10 (dez) dias, para que o participante do programa de gestão volte a se submeter ao controle de frequência.

CAPÍTULO V

Atribuições e Responsabilidades

Seção I

Atribuições e Responsabilidades do Participante

Art. 24. Constituem atribuições e responsabilidades do participante de programa de gestão:

I - assinar termo de ciência e responsabilidade;

II - cumprir o estabelecido no plano de trabalho;

III - atender às convocações para comparecimento à subunidade sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, mediante convocação com antecedência mínima prevista na norma de procedimentos gerais e desde que devidamente justificado pela chefia imediata;

IV - manter dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos;

V - consultar diariamente a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a Intranet e demais formas de comunicação da SUDECO;

VI - permanecer em disponibilidade constante para contato por telefonia fixa ou móvel pelo período acordado com a chefia, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da subunidade;

VII - manter o chefe imediato informado, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagem de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

VIII - comunicar ao chefe imediato a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

IX - zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação; e

X - retirar processos e demais documentos das dependências da subunidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade.

Art. 25. Quando estiver em teletrabalho, caberá ao participante providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições.

Seção II

Atribuições e Responsabilidades da Subunidade e de seus Dirigentes

Art. 26. Compete ao dirigente de subunidade:

I - dar ampla divulgação das regras para participação no programa de gestão, nos termos desta Portaria;

II - divulgar nominalmente os participantes do programa de gestão, mantendo a relação atualizada;

III - controlar os resultados obtidos em face das metas fixadas para sua subunidade;

IV - analisar os resultados do programa de gestão em sua subunidade;

V - supervisionar a aplicação e a disseminação do processo de acompanhamento de metas e resultados;

VI - colaborar com a área de gestão de pessoas e a área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais para melhor execução do programa de gestão;

VII - sugerir à autoridade competente, com base nos relatórios, a suspensão, alteração ou revogação da norma de procedimentos gerais e do programa de gestão; e

VIII - manter contato permanente com a área de gestão de pessoas e a área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais, a fim de assegurar o regular cumprimento das regras do programa de gestão.

Art. 27. Compete ao chefe imediato:

I - acompanhar a qualidade e a adaptação dos participantes do programa de gestão;

II - manter contato permanente com os participantes do programa de gestão para repassar instruções de serviço e manifestar considerações sobre sua atuação;

III - aferir o cumprimento das metas estabelecidas bem como avaliar a qualidade das entregas;

IV - dar ciência ao dirigente de subunidade sobre a evolução do programa de gestão, dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas, para fins de consolidação dos relatórios; e

V - registrar a evolução das atividades do programa de gestão nos relatórios periodicamente.

VI - colaborar com a área de gestão de pessoas e a área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais para melhor execução do programa de gestão;

VII - manter contato permanente com a área de gestão de pessoas e a área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais, a fim de assegurar o regular cumprimento das regras do programa de gestão.

CAPÍTULO VI

Sistema Informatizado para o Programa de Gestão

Art. 28. A SUDECO utilizará sistema informatizado apropriado como ferramenta de apoio tecnológico para acompanhamento e controle do cumprimento de metas e alcance de resultados do programa de gestão.

§ 1º O sistema de que trata o caput deverá permitir:

I - a tabela de atividades conforme o § 2º;

II - o plano de trabalho conforme definido no art. 14;

III - o acompanhamento do cumprimento de metas;

IV - o registro das alterações no plano de trabalho prevista no § 2º do art. 14;

V - a avaliação qualitativa das entregas; e

VI - a designação dos executores e avaliadores das entregas acordadas.

§ 2º A tabela de atividades referida no inciso I do § 1º deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - atividade;

II - faixa de complexidade da atividade;

III - parâmetros adotados para definição da faixa de complexidade;

IV - tempo de execução da atividade em regime presencial;

V - tempo de execução da atividade em teletrabalho;

VI - ganho percentual de produtividade estabelecido; e

VII - entregas esperadas.

Art. 29. A SUDECO disponibilizará Interface de Programação de Aplicativos para o órgão central do SIPEC com o objetivo de fornecer informações atualizadas no mínimo semanalmente, registradas no sistema informatizado de que trata o art. 28, bem como os relatórios de que trata o art. 17 da Instrução Normativa-ME, nº 65, de 30 de julho de 2020.

§ 1º As informações de que trata o caput deverão ser divulgadas no sítio eletrônico da SUDECO com, pelo menos, mas não se restringindo, as seguintes informações:

I - plano de trabalho;

II - relação dos participantes do programa de gestão, discriminados por subunidade;

III - entregas acordadas; e

IV - acompanhamento das entregas de cada subunidade.

§ 2º Apenas serão divulgadas informações não sigilosas, com base nas regras de transparência de informações e dados previstas em legislação.

CAPÍTULO VII

Indenizações e Vantagens

Art. 30. Fica vedada a autorização da prestação de serviços extraordinários pelos participantes do programa de gestão.

Parágrafo único. O cumprimento, pelo participante, de metas superiores às metas previamente estabelecidas não configura a realização de serviços extraordinários.

Art. 31. Fica vedada aos participantes do programa de gestão a adesão ao banco de horas de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018.

Parágrafo único. Verificada a existência de banco de horas realizado em conformidade com a Instrução Normativa nº 2, de 2018, o servidor deverá usufruir as horas computadas como excedentes ou compensá-las como débito antes do início da participação no programa de gestão.

Art. 32. Não será concedida ajuda de custo ao participante do programa de gestão quando não houver mudança de domicílio em caráter permanente, no interesse da Administração.

Parágrafo único. Será restituída a ajuda de custo paga nos termos do Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001, quando antes de decorridos três meses do deslocamento, o servidor regressar ao seu domicílio de origem em decorrência de teletrabalho em regime de execução integral.

Art. 33. O participante do programa de gestão que se afastar da sede da SUDECO em caráter eventual ou transitório, no interesse da Administração, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana utilizando como ponto de referência a localidade da unidade de exercício.

Art. 34. O participante do programa de gestão somente fará jus ao pagamento do auxílio-transporte nos casos em que houver deslocamentos de sua residência para o local de trabalho e vice-versa, nos termos da Instrução Normativa nº 207, de 21 de outubro de 2019.

Art. 35. Não será concedido o auxílio-moradia ao participante em teletrabalho quando em regime de execução integral.

Art. 36. Fica vedado o pagamento de adicional noturno aos participantes do programa de gestão em regime de teletrabalho.

§1º Não se aplica o disposto no caput aos casos em que for possível a comprovação da atividade, ainda que remota, prestada em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, desde que autorizada pela chefia imediata.

§2º A autorização de que trata o §1º somente poderá ser deferida mediante justificativa quanto à necessidade da medida, considerando-se a natureza da atividade exercida.

Art. 37. Fica vedado o pagamento de adicionais ocupacionais de insalubridade, periculosidade, ou quaisquer outras relacionadas à atividade presencial para os participantes do programa de gestão em regime de teletrabalho.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais e Transitórias

Art. 38. A critério dos dirigentes das respectivas subunidades de exercício e observadas as disposições constantes desta Instrução Normativa, o Programa de Gestão por Demanda poderá prever a participação de servidores públicos, empregados públicos e contratados temporários em regime de trabalho presencial.

Art. 39. A SUDECO deverá observar as determinações contidas na Orientação Normativa SEGEP/MP nº 7, de 17 de outubro de 2012, quando da realização de consultas ao órgão central do SIPEC, relacionadas à orientação e ao esclarecimento de dúvidas concernentes à aplicação desta Portaria.

Art. 40. O plano de trabalho para execução das atividades, a contagem de prazos e a gestão do desempenho no âmbito do Programa de Gestão por Demandas apenas produziram efeitos a partir da sua formalização no sistema informatizado de que trata o art. 28 desta Portaria.

Art. 41. Esta Portaria entra em vigor em 02 de março de 2022.

NELSON VIEIRA FRAGA FILHO

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES TELETRABALHAVEIS

Parâmetros adotados para a definição da faixa de complexidade das atividades
Nível 1: Baixo esforço cognitivo e/ou baixo volume de trabalho;
Nível 2: Médio esforço cognitivo e/ou médio volume de trabalho;
Nível 3: Alto esforço cognitivo e/ou alto volume de trabalho;
Nível 4: Muito Alto esforço cognitivo e/ou volume de trabalho muito alto;
Nível 5: Projeto Específico do setor de alta complexidade/impacto e/ou alto volume de trabalho;

GRUPO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS (GAA) - Abrange as atividades transversais, comuns a todas as unidades da instituição.

Código	Atividade	Nível de Complexidade	Tempo de Execução (Regime Presencial)	Tempo de Execução (Regime Remoto)	Produto Esperado *Obs.: No plano de trabalho deverá constar o número do processo ou do documento criado/analisado para referência.*
GAA-1	Instrução Processual	Nível 1	1	1	Abertura/Monitoramento de Processos.
		Nível 2	2	2	
		Nível 3	4	4	
		Nível 4	6	6	
GAA-2	Verificação de Atos Oficiais; Atualização de canais de informação	Nível 1	0,5	0,5	Consulta ou Publicação no DOU; Atualização de Portais/Plataformas/Painéis Governamentais (por peça).
		Nível 2	1,5	1,5	
GAA-3	Elaboração de Documentos	Nível 1	0,5	0,5	Elaboração de Nota Técnica; Nota Informativa; Atestado de Capacidade Técnica; Ofício; Despacho; e-mail; Minuta de Decisão; Minuta de Portaria; Declarações: Extratos para publicação no DOU; Termo Aditivo; Relatórios (inclusive de viagem); Manuais (tutoriais); Papers; Apresentações em PowerPoint; Cartilhas. (por peça)
		Nível 2	1	1	
		Nível 3	2	2	
		Nível 4	4	4	
		Nível 5	8	8	
GAA-4	Revisão de Documentos	Nível 1	0,5	0,5	Leitura e correção de Nota Técnica, Informação, Ofício, Despacho, e-mail, minuta de decisão, minuta de portaria, requerimentos e outras entregas correlacionadas. (por peça)
		Nível 2	1	1	
		Nível 3	2	2	
		Nível 4	3	3	
		Nível 5	5	5	
GAA-5	Reunião/Viagem	Nível 1	1	1	Participação em reunião (inclusive de grupos de trabalho); Vídeoconferência; Cursos; Seminários, Palestras e outras entregas correlacionadas.
		Nível 2	2	2	
		Nível 3	4	4	
		Nível 4	8	8	
GAA-6	Organização de Eventos	Nível 1	1	1	Planejamento, organização e apresentações de reuniões; palestras; cerimonial; datas comemorativas; instalação de equipamentos de som e imagem; lista de presença; elaboração de ATA e outras entregas correlacionadas.
		Nível 2	2	2	
		Nível 3	4	4	
		Nível 4	8	8	
GAA-7	Apoio Administrativo	Nível 1	0,5	0,5	Digitalização de documentos, Inserção de documentos em processos; Informações e orientações simples (pessoalmente ou por telefone); Controle da agenda dos dirigentes; Controle de bloco de assinatura (SEI); Solicitação de viagens; Recebimento e envio de documentos (físicos) e outras entregas correlacionadas.
		Nível 2	1	1	
		Nível 3	2	2	
		Nível 4	4	4	
GAA-08	Curso de Capacitação	Nível 1	4	4	Treinamento/desenvolvimento de servidores por ações de capacitação.
		Nível 2	8	8	
		Nível 3	16	16	
		Nível 4	20	20	
		Nível 5	40	40	
GAA-09	Operacionalização de Sistemas Estruturantes*	Nível 1	0,5	0,5	Monitoramento; Análise de solicitação: atualização; Cadastro; consulta; Homologação; Relatórios; Análise/registro de atestado médico/odontológico; Emissão de empenho; Disponibilidade orçamentária; Pagamento; Conformidade de Gestão e outras atividades executadas em algum dos sistemas do Governo.
		Nível 2	1	1	
		Nível 3	2	2	
		Nível 4	4	4	
		Nível 5	8	8	

* (SIORG, SIAPE, SIAFI, SICONV, SIGAC, EORG, SIASS, SIASG, + Brasil TESOURO GERENCIAL, DW EXTRATOR, CGU-PAD, E-Aud, Conecta CGU e outros correlatos).

GRUPO DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS (GAS) - Abrange atividade específica de determinada unidade da instituição					
Código	Atividade	Nível de Complexidade	Tempo de Execução (Regime Presencial)	Tempo de Execução (Regime Remoto)	Produto Esperado *Obs.: No plano de trabalho deverá constar o número do processo ou do documento criado/analisado para referência.*
GAS-AUD	Projetos Específicos de Auditoria	Nível 1	2	2	Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT; elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT; Matriz de risco e controle; Matriz de planejamento; Análises de TCE; Apuração de denúncias; outras entregas correlacionados à auditoria.
		Nível 2	5	5	
		Nível 3	10	10	
		Nível 4	20	20	
		Nível 5	40	40	
GAS-COR	Projetos Específicos de Correição	Nível 1	2	2	Instrução de Processos Disciplinares e outras entregas correlacionadas à correição.
		Nível 2	5	5	
		Nível 3	10	10	
		Nível 4	20	20	
		Nível 5	40	40	
GAS-DPA	Projetos Específicos da Diretoria de Planejamento e Avaliação	Nível 1	2	2	Elaboração do Relatório de Indicadores do Planejamento Estratégico; Revisão do Planejamento Estratégico; Elaboração de documentos com características peculiares de estudo; consolidação de dados e estatísticas; Outras entregas específicas correlacionados à planejamento e/ou avaliação.
		Nível 2	5	5	
		Nível 3	10	10	
		Nível 4	20	20	
		Nível 5	40	40	
GAS-DIPGF	Projetos Específicos da Diretoria de Implementação de Programas e Gestão de Fundos	Nível 1	2	2	Análise de projetos; Relatórios/estudos técnicos; Outras entregas específicas correlacionadas convênios ou fundos.
		Nível 2	5	5	
		Nível 3	10	10	
		Nível 4	20	20	
		Nível 5	40	40	
GAS-ENG	Projetos Específicos de Engenharia	Nível 1	2	2	Estudos Técnicos; Relatórios de Vistoria; Outras entregas específicas correlacionadas à atividades de engenharia.
		Nível 2	5	5	
		Nível 3	10	10	
		Nível 4	20	20	
		Nível 5	40	40	
GAS-GPE	Projetos Específicos de Gestão de Pessoas	Nível 1	2	2	Processo seletivo (servidor ou estagiário); Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP; Progressão Funcional dos Servidores; Solicitação de Concurso Público; Relatórios de Gestão; Demandas da alta gestão; Outras entregas específicas correlacionadas à atividades de gestão de pessoas.
		Nível 2	5	5	
		Nível 3	10	10	
		Nível 4	20	20	
		Nível 5	40	40	
GAS-LIC	Projetos Específicos de Licitação e Contratos	Nível 1	2	2	Edital; contrato administrativo; termo aditivo; termo de apostilamento; termo de revisão; dispensa; inexigibilidade; Outras entregas específicas correlacionadas à atividades de Licitação e Contratos.
		Nível 2	5	5	
		Nível 3	10	10	
		Nível 4	20	20	
		Nível 5	40	40	
GAS-LOG	Projetos Específicos de Atividades de Suporte Logístico	Nível 1	2	2	Acompanhamento da fiscalização de contratos; Análise de reequilíbrio contratual; Inventário e tombamento de bens; Transferência, doação ou recebimento de bens; outras entregas específicas correlacionadas à atividades de suporte logístico.
		Nível 2	5	5	
		Nível 3	10	10	
		Nível 4	20	20	
		Nível 5	40	40	
GAS-OFC	Projetos Específicos de Orçamento, Finanças e Contabilidade	Nível 1	2	2	Elaboração do PLOA; TED; Suprimento de Fundos; Acompanhar a Execução Financeira e Orçamentária; Relatório Financeiro; Relatório Gerencial; Parecer Financeiro; Outras entregas específicas correlacionadas à atividades de orçamento.
		Nível 2	5	5	
		Nível 3	10	10	
		Nível 4	20	20	
		Nível 5	40	40	
GAS-OUV	Projetos Específicos de Ouvidoria	Nível 1	2	2	Atender manifestações dos usuários; Atividade de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); Receber, tratar e encaminhar as denúncias e/ou representações; Produzir relatórios temáticos; Outras entregas específicas correlacionadas à atividades de Ouvidoria.
		Nível 2	5	5	
		Nível 3	10	10	
		Nível 4	20	20	
		Nível 5	40	40	
GAS-PCO	Projetos Específicos de Prestação de Contas ou Tomada de Contas Especial (TCE)	Nível 1	2	2	Análise de processos; Emissão de relatórios e Notas Técnicas; Outras atividades específicas correlacionadas à atividade de prestação de contas dos convênios.
		Nível 2	5	5	
		Nível 3	10	10	
		Nível 4	20	20	
		Nível 5	40	40	
GAS-PRO	Projetos Específicos de Procuradoria	Nível 1	2	2	Análise de Processos; Emissão de Parecer; Outras atividades específicas correlacionadas à atividade jurídica.
		Nível 2	5	5	
		Nível 3	10	10	
		Nível 4	20	20	
		Nível 5	40	40	
GAS-TIC	Projetos Específicos de Tecnologia da Informação e Comunicação	Nível 1	2	2	Estudo Técnico Preliminar em soluções de TIC; Desenvolvimentos de aplicações tecnológicas; Outras atividades específicas correlacionadas à atividade de Tecnologia da Informação e transformação digital;
		Nível 2	5	5	
		Nível 3	10	10	
		Nível 4	20	20	
		Nível 5	40	40	

ANEXO II

MODELO DO TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Servidor:			
Cargo:		Matrícula SIAPE:	
Unidade de Exercício:			
Chefe Imediato:		Regime de Execução[1]:	( ) Parcial ( ) Integral
Declaro dispor de estruturas física e tecnológica necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes;			
Declaro concordar com todas as responsabilidades atribuídas a mim e atender às condições necessárias para participação no programa de gestão;			
Declaro ciência e concordância com a vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 29 a 36 da Instrução Normativa nº 65, de 2020;			
Declaro ciência quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas;			
Declaro ciência e concordância quanto às disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD), no que couber, e quanto às orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal;			
Comprometo-me a manter dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos;			
Comprometo-me a permanecer em disponibilidade constante para contato por telefonia fixa ou móvel pelo período acordado com a chefia, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da unidade;			
Comprometo-me a manter o chefe imediato informado, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagem de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;			
Comprometo-me a comunicar ao chefe imediato a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho; e			
Comprometo-me a atender às convocações para comparecimento à Sudeco sempre que houver interesse da Administração Pública, mediante convocação com antecedência mínima prevista na norma de procedimentos gerais e desde que devidamente justificado pela chefia;			
÷ [1]Regime de Execução Parcial (REP):–quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante restringe-se a um cronograma específico, intercalando dias de regime de execução presencial e em teletrabalho. //–Regime de Execução Integral (REI):–quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante compreende a totalidade da sua jornada de trabalho.			
NOME DO PARTICIPANTE Cargo			
Autorizo a participação do servidor no programa de gestão. NOME DA CHEFIA IMEDIATA Cargo			
De acordo. NOME DO DIRIGENTE DA UNIDADE Cargo			

Ministério da Economia

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

2ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 07 a 10/03/2021.

Pauta Ordinária (de 08 a 10/03/2021) e extraordinária (07/03/2021) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada pelo presidente, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg;

3) O julgamento do Processo nº 10469.724284/2013-11 (item 173) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 174. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 174 , nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 10665.000331/2010-60 (item 178) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 179. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 179 , nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

5) O julgamento do Processo nº 10183.728687/2018-31 (item 218) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 219 e 220. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 219 e 220, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 7 de Março de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: CS - Salário Indireto / PLR / Bônus de Atração / Parcelas sobre Folha / Entidade Beneficente / Imunidade / Contribuinte Individual / SAT / Terceiros / Obrigação Acessória / Outros

Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM

1 - Processo nº: 10909.007212/2008-11 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: ASSOCIACAO NAVEG DO BEM ESTAR DO MENOR e FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10909.007211/2008-69 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: ASSOCIACAO NAVEGANTINA DO BEM ESTAR DO MENOR e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS

3 - Processo nº: 15504.018047/2009-72 - Recorrente: VISAO MUNDIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 15504.018045/2009-83 - Recorrente: VISAO MUNDIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 15504.018044/2009-39 - Recorrente: VISAO MUNDIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 15504.018043/2009-94 - Recorrente: VISAO MUNDIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA

7 - Processo nº: 13005.001287/2009-33 - Recorrente: SOCIEDADE HOSPITAL SAO GABRIEL ARCANJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 37083.000289/2006-06 - Recorrente: SOCIEDADE HOSPITAL SAO GABRIEL ARCANJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 13051.720128/2011-09 - Recorrente: SOCIEDADE HOSPITAL SAO GABRIEL ARCANJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA

10 - Processo nº: 13005.000268/2010-23 - Recorrente: SOCIEDADE HOSPITAL SAO GABRIEL ARCANJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 13005.000267/2010-89 - Recorrente: SOCIEDADE HOSPITAL SAO GABRIEL ARCANJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO

12 - Processo nº: 10580.725169/2014-50 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: PREVDONTO PARTICIPACOES LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA

13 - Processo nº: 11065.002431/2010-52 - Recorrente: CITRAL TRANSPORTE E TURISMO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 11065.004371/2008-98 - Recorrente: CITRAL TRANSPORTE E TURISMO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 15586.000148/2010-68 - Recorrente: ALFA LOG COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 15586.000149/2010-11 - Recorrente: ALFA LOG COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 15586.000150/2010-37 - Recorrente: ALFA LOG COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 15586.000152/2010-26 - Recorrente: ALFA LOG COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA

19 - Processo nº: 16327.001017/2009-88 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 16327.001014/2009-44 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 16327.001013/2009-08 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 16327.001012/2009-55 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 16327.001011/2009-19 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM

24 - Processo nº: 19311.000709/2010-18 - Recorrente: YADOYA INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 19311.000710/2010-34 - Recorrente: YADOYA INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 19311.000711/2010-89 - Recorrente: YADOYA INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 19311.000706/2010-76 - Recorrente: YADOYA INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 19311.000705/2010-21 - Recorrente: YADOYA INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 19311.000708/2010-65 - Recorrente: YADOYA INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

30 - Processo nº: 15504.017331/2009-21 - Recorrente: CONGONHAS PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 15504.017335/2009-18 - Recorrente: CONGONHAS PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 15504.017332/2009-76 - Recorrente: CONGONHAS PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 15504.017333/2009-11 - Recorrente: CONGONHAS PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 15504.017334/2009-65 - Recorrente: CONGONHAS PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 15504.017336/2009-54 - Recorrente: CONGONHAS PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: CS - Salário Indireto / PLR / Bônus de Atração / Parcelas sobre Folha / Entidade Beneficente / Imunidade / Contribuinte Individual / SAT / Terceiros / Obrigação Acessória / Outros

Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM

36 - Processo nº: 15504.012981/2008-08 - Recorrente: MILENIUM PROMOTORA DE VENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 15504.012980/2008-55 - Recorrente: MILENIUM PROMOTORA DE VENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10680.011939/2007-26 - Recorrente: MILENIUM PROMOTORA DE VENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
39 - Processo nº: 16045.000572/2009-59 - Recorrente: REFREX BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 16045.000576/2009-37 - Recorrente: REFREX BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 16045.000571/2009-12 - Recorrente: REFREX BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13888.003018/2008-32 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13888.003002/2008-20 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13888.003001/2008-85 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13888.003003/2008-74 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
46 - Processo nº: 10120.001068/2009-40 - Recorrente: NEW LINE SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10120.001067/2009-03 - Recorrente: NEW LINE SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10120.001070/2009-19 - Recorrente: NEW LINE SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10120.001072/2009-16 - Recorrente: NEW LINE SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 15504.017018/2009-93 - Recorrente: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 15504.017203/2009-88 - Recorrente: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 15504.017202/2009-33 - Recorrente: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 15504.017198/2009-11 - Recorrente: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
54 - Processo nº: 16004.001328/2008-17 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS CMA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 16004.000301/2008-07 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS CMA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 16004.000300/2008-54 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS CMA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 16004.000299/2008-68 - Recorrente: INDUSTRIAS REUNIDAS CMA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 15868.002096/2009-64 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL DE ANDRADINA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
59 - Processo nº: 12898.000077/2009-58 - Recorrente: CASTLE AIR TAXI AEREO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 12898.000078/2009-01 - Recorrente: CASTLE AIR TAXI AEREO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 12898.000076/2009-11 - Recorrente: CASTLE AIR TAXI AEREO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 11516.006487/2009-97 - Recorrente: AG REGULADORA DE SERV PUB DE SC -AGESC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 11516.006488/2009-31 - Recorrente: AG REGULADORA DE SERV PUB DE SC -AGESC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 11516.006491/2009-55 - Recorrente: AG REGULADORA DE SERV PUB DE SC -AGESC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 11516.006490/2009-19 - Recorrente: AG REGULADORA DE SERV PUB DE SC -AGESC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 11516.006489/2009-86 - Recorrente: AG REGULADORA DE SERV PUB DE SC -AGESC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
67 - Processo nº: 15889.000218/2007-78 - Recorrente: ALEXANDRE GUAGGIO-TRASNPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 15889.000216/2007-89 - Recorrente: ALEXANDRE GUAGGIO-TRASNPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 23034.024905/2001-72 - Recorrente: ALEXANDRE GUAGGIO-TRASNPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Março de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: CS - Salário Indireto / PLR / Bônus de Atração / Parcelas sobre Folha / Entidade Beneficente / Imunidade / Contribuinte Individual / SAT / Terceiros / Obrigação Acessória / Outros
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
70 - Processo nº: 15504.014134/2008-70 - Recorrente: VIACAO SERRA VERDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
71 - Processo nº: 16537.001974/2010-72 - Recorrente: BUSSCAR ONIBUS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13864.000296/2009-97 - Recorrente: GEIA -CRECHE VICENTE DECARIA -VICENTINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 14363.000147/2010-75 - Recorrente: K. J. HARJANI & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 16024.000560/2007-19 - Recorrente: UNIMED DE SOROCABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
75 - Processo nº: 15372.000076/2010-64 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE TAQUARITUBA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10865.003643/2009-35 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: SANTA CASA DE MISERICORDIA DONA CAROLINA MALHEIROS e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
77 - Processo nº: 13016.000206/2010-92 - Recorrente: ASSOCIACAO DE PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS DE GARIBALDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13016.000207/2010-37 - Recorrente: ASSOCIACAO DE PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS DE GARIBALDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13016.000208/2010-81 - Recorrente: ASSOCIACAO DE PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS DE GARIBALDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 11444.001778/2008-07 - Recorrente: ASSOCIACAO FORENSE DA COMARCA DE ASSIS E REGIAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
81 - Processo nº: 11516.000886/2009-44 - Recorrente: ASSOC DOS ADVOGADOS JUDICIAIS DO BESC SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 11516.000887/2009-99 - Recorrente: ASSOC DOS ADVOGADOS JUDICIAIS DO BESC SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 11516.000888/2009-33 - Recorrente: ASSOC DOS ADVOGADOS JUDICIAIS DO BESC SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 11516.000889/2009-88 - Recorrente: ASSOC DOS ADVOGADOS JUDICIAIS DO BESC SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10820.001403/2007-51 - Recorrente: BRACOL HOLDING LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
86 - Processo nº: 10166.013053/2009-06 - Recorrente: HOTEL NACIONAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10166.008161/2008-78 - Recorrente: HOTEL NACIONAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
88 - Processo nº: 16045.000701/2008-28 - Recorrente: IDESA - INSTITUTO DE ENSINO SANTO ANTONIO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
89 - Processo nº: 10320.005623/2008-75 - Recorrente: MASP MARANHENSE SERV PROFISSIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10320.005625/2008-64 - Recorrente: MASP MARANHENSE SERV PROFISSIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
91 - Processo nº: 14120.000424/2008-88 - Recorrente: MONZA DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 17460.000642/2007-79 - Recorrente: REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
93 - Processo nº: 14337.000353/2009-69 - Recorrente: SOCIEDADE GREENVILLE RESIDENSE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 14337.000354/2009-11 - Recorrente: SOCIEDADE GREENVILLE RESIDENSE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
95 - Processo nº: 36202.000761/2007-17 - Recorrente: UNIAO CAPIXABA DE ENSINO SUPERIOR EIRELI - UCES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
96 - Processo nº: 11831.003501/2007-66 - Recorrente: UNILEVER BESTFOODS BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 11831.003502/2007-19 - Recorrente: UNILEVER BESTFOODS BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 35366.000890/2004-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UNILEVER BESTFOODS BRASIL LTDA
99 - Processo nº: 23034.023097/2002-15 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 35366.004123/2004-97 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 35464.000217/2006-41 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 36624.015368/2006-86 - Recorrente: UNILEVER BESTFOODS BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: CS - Salário Indireto / PLR / Bônus de Atração / Parcelas sobre Folha / Entidade Beneficente / Imunidade / Contribuinte Individual / SAT / Terceiros / Obrigação Acessória / Outros
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
103 - Processo nº: 15956.720248/2013-00 - Recorrente: USINA SANTA ADELIA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 15956.000295/2010-82 - Recorrente: USINA SANTA ADELIA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 15956.000019/2009-81 - Recorrente: USINA SANTA ADELIA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 13856.000932/2007-18 - Recorrente: USINA SANTA ADELIA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 15956.000292/2010-49 - Recorrente: USINA SANTA ADELIA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 13856.000930/2007-29 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e USINA SANTA ADELIA S/A
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
109 - Processo nº: 12915.001624/2008-86 - Recorrente: WIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
110 - Processo nº: 15540.000314/2008-38 - Recorrente: UNIMED CABO FRIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 15540.000520/2009-29 - Recorrente: UNIMED CABO FRIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 15540.000521/2009-73 - Recorrente: UNIMED CABO FRIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
113 - Processo nº: 18108.000948/2007-15 - Recorrente: VILLA SERENA PARTICIPACOES IMOBILIARIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
114 - Processo nº: 11634.000700/2008-20 - Recorrente: VIRTUAL CONSTRUCOES CIVIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 11634.000699/2008-33 - Recorrente: VIRTUAL CONSTRUCOES CIVIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 11634.000698/2008-99 - Recorrente: VIRTUAL CONSTRUCOES CIVIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 11634.000697/2008-44 - Recorrente: VIRTUAL CONSTRUCOES CIVIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
118 - Processo nº: 15983.720365/2013-38 - Recorrente: VITOR DE JESUS FIGUEIREDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
119 - Processo nº: 16095.000078/2008-18 - Recorrente: NELLO POLI NETTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
120 - Processo nº: 18050.004939/2009-60 - Recorrente: MANOEL MOTA FONSECA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 18050.004936/2009-26 - Recorrente: MANOEL MOTA FONSECA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 18050.004905/2009-75 - Recorrente: MANOEL MOTA FONSECA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
123 - Processo nº: 11474.000177/2007-31 - Recorrente: EDSON DAMIANI & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 13508.000244/2008-99 - Recorrente: ACAMPO AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
125 - Processo nº: 23034.000260/2004-25 - Recorrente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 23034.000513/2005-41 - Recorrente: COMPANHIA DE INFORMATICA DO PARANA CELEPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 23034.000135/2004-15 - Recorrente: ELFUSA GERAL DE ELETROFUSAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 23034.022799/2002-73 - Recorrente: EUCATUR EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTE E TURIS LT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 23034.004712/2003-67 - Recorrente: GRANJA PLANALTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
130 - Processo nº: 23034.030363/2004-10 - Recorrente: INTERMEDICA - SISTEMA DE SAUDE LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
131 - Processo nº: 23034.022990/2002-15 - Recorrente: LEOPOLDO ADMINISTRADORA DE BENS S A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 23034.024044/2003-94 - Recorrente: MINERACAO SERRA GRANDE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
133 - Processo nº: 23034.000014/2004-73 - Recorrente: ONDREPSB LIMPEZA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
134 - Processo nº: 23034.000030/2004-66 - Recorrente: ROHM AND HAAS QUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 23034.002083/2001-79 - Recorrente: USINA CANSANCAO DE SINIMBU SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
136 - Processo nº: 15954.000044/2008-01 - Recorrente: ASSOCIACAO DE ENSINO DE RIBEIRAO PRETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 15954.000043/2008-59 - Recorrente: ASSOCIACAO DE ENSINO DE RIBEIRAO PRETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
138 - Processo nº: 10943.000245/2007-25 - Recorrente: BASF SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
139 - Processo nº: 12268.000627/2008-74 - Recorrente: ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Março de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: CS - Salário Indireto / PLR / Bônus de Atração / Parcelas sobre Folha / Entidade Beneficente / Imunidade / Contribuinte Individual / SAT / Terceiros / Obrigação Acessória / Outros
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
140 - Processo nº: 15375.024279/2009-82 - Recorrente: CELSO DE PAULA OLIVEIRA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
141 - Processo nº: 18108.000920/2007-70 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL e FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10670.005152/2008-25 - Recorrente: FRIGONILDO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10670.005153/2008-70 - Recorrente: FRIGONILDO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10670.005151/2008-81 - Recorrente: FRIGONILDO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
145 - Processo nº: 10865.002366/2008-62 - Recorrente: INVICTA VIGORELLI METALURGICA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10865.002364/2008-73 - Recorrente: INVICTA VIGORELLI METALURGICA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10865.002368/2008-51 - Recorrente: INVICTA VIGORELLI METALURGICA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10580.009986/2007-38 - Recorrente: LEBRE TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10580.009984/2007-49 - Recorrente: LEBRE TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
150 - Processo nº: 19839.001678/2010-65 - Recorrente: LOJAS BESNI CENTER LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
151 - Processo nº: 17253.000024/2009-36 - Recorrente: MELMETAL CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 17253.000026/2009-25 - Recorrente: MELMETAL CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
153 - Processo nº: 11020.001752/2010-56 - Recorrente: NOVAPELLI INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 11020.001750/2010-67 - Recorrente: NOVAPELLI INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 11020.001749/2010-32 - Recorrente: NOVAPELLI INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
156 - Processo nº: 12269.000206/2007-52 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE GRAVATAI e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
157 - Processo nº: 11060.003210/2008-27 - Recorrente: SOS MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 14489.000596/2008-82 - Recorrente: SUPERMERCADOS BIG LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
159 - Processo nº: 15540.000047/2009-80 - Recorrente: SECURITY LIFE SISTEMAS OPERACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
160 - Processo nº: 13016.000443/2010-53 - Recorrente: MOBILE TRANSPORTES DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 13016.000446/2010-97 - Recorrente: MOBILE TRANSPORTES DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 13888.004920/2010-91 - Recorrente: DOR RIO CONFECCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
163 - Processo nº: 10882.002336/2009-29 - Recorrente: COLEGIO PADRE ANCHIETA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
164 - Processo nº: 35226.003047/2006-69 - Recorrente: AGUAS E ESGOTOS DO PIAUI SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 14479.000929/2007-10 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE TECIDOS BAUMSTYL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
166 - Processo nº: 12971.005895/2009-17 - Recorrente: RP DE CAMPINAS INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES E DERIVADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
167 - Processo nº: 16027.720182/2016-46 - Embargante: SOLARE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
168 - Processo nº: 14367.000209/2009-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SOLTUR SOLIMOES TRANSPORTES E TURISMO LIMITADA
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
169 - Processo nº: 11330.000177/2007-75 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NET RIO LTDA
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
170 - Processo nº: 35188.001990/2007-11 - Recorrente: FUJIMURA DO BRASIL S/A INDUSTRIA DE SEDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 35464.000246/2007-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: START PROMOCOES E EVENTOS LTDA
TEMA 2: IRRF - Restituição
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
172 - Processo nº: 13805.009841/98-82 - Recorrente: ITAUSA EMPREENDIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: ITR - Valor da Terra Nua / Glosa de Área Declarada / Conhecimento / Outros.
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
173 - Processo nº: 10469.724284/2013-11 - Recorrente: ABRAHAO PEREIRA DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
174 - Processo nº: 10469.724285/2013-57 - Recorrente: ABRAHAO PEREIRA DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
175 - Processo nº: 10945.721139/2011-45 - Recorrente: AGRO PASTORIL SAO JOSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10945.721140/2011-70 - Recorrente: AGRO PASTORIL SAO JOSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
177 - Processo nº: 10980.004561/2010-25 - Recorrente: AGROLESTE CONSTRUCOES E AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
178 - Processo nº: 10665.000331/2010-60 - Recorrente: AGROPEU-AGRO INDUSTRIAL DE POMPEU S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
179 - Processo nº: 10665.722690/2011-52 - Recorrente: AGROPEU-AGRO INDUSTRIAL DE POMPEU S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: ITR - Valor da Terra Nua / Glosa de Área Declarada / Conhecimento / Outros.
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
180 - Processo nº: 10680.722413/2010-71 - Recorrente: BAOVALE MINERACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
181 - Processo nº: 10670.720071/2007-78 - Embargante: CINDUMEL AGRO PECUARIA DE IGUAPE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 10670.720066/2007-65 - Embargante: CINDUMEL AGRO PECUARIA DE IGUAPE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
183 - Processo nº: 10735.721386/2009-01 - Recorrente: COMPANHIA INDUSTRIAL SANTA MATILDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
184 - Processo nº: 13609.720044/2012-02 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ESTAMPARIA SA
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
185 - Processo nº: 10730.721221/2009-71 - Recorrente: FAUSTO CUROPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 10730.721222/2009-15 - Recorrente: FAUSTO CUROPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 11030.002556/2008-65 - Recorrente: FELIX TUBINO GUERRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 11030.002557/2008-18 - Recorrente: FELIX TUBINO GUERRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 10980.002127/2009-77 - Recorrente: FLORESTAL VALE DO RIBEIRA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 10073.720142/2008-52 - Recorrente: FRANCISCO MUNHOZ FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 13609.720902/2014-72 - Recorrente: FRANQUEZA ADMINISTRACAO,AVIACAO E PECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 13609.720903/2014-17 - Recorrente: FRANQUEZA ADMINISTRACAO,AVIACAO E PECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 10980.008670/2008-05 - Recorrente: ISMENIA MARCALLO DE CAMARGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 10735.721393/2009-02 - Recorrente: JOAO NILO DE ABREU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
195 - Processo nº: 18471.720036/2008-98 - Recorrente: JORGE DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 18471.720026/2008-52 - Recorrente: JORGE DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
197 - Processo nº: 10235.720020/2008-66 - Recorrente: LUCIO RIBEIRO NOBRE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
198 - Processo nº: 10530.724064/2020-17 - Recorrentes: LUIZ ANTONIO FERNANDES DUARTE e FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 10183.724750/2020-85 - Recorrente: LUIZ CASTRILLON e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 11624.720015/2012-19 - Recorrente: LUIZ CESAR ZANIOLO FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10980.004823/2010-51 - Recorrente: LUIZ CESAR ZANIOLO FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
202 - Processo nº: 10530.726673/2014-62 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: LUIZ RICARDI e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
203 - Processo nº: 10783.720081/2007-36 - Recorrente: LUIZ SOARES NASCIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 10783.720125/2010-23 - Recorrente: LUIZ SOARES NASCIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
205 - Processo nº: 10280.720428/2010-15 - Recorrente: MANACA S A ARMAZENS GERAIS E ADMINISTRACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 10280.720429/2010-51 - Recorrente: MANACA S A ARMAZENS GERAIS E ADMINISTRACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 10280.720436/2010-53 - Recorrente: MANACA S A ARMAZENS GERAIS E ADMINISTRACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 10280.720437/2010-06 - Recorrente: MANACA S A ARMAZENS GERAIS E ADMINISTRACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10280.720438/2010-42 - Recorrente: MANACA S A ARMAZENS GERAIS E ADMINISTRACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 10880.722244/2008-06 - Recorrente: MANACA S A ARMAZENS GERAIS E ADMINISTRAC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
211 - Processo nº: 10293.720059/2008-99 - Recorrente: MANOEL PEDRO NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 10530.722324/2014-71 - Recorrente: MARIA APARECIDA ALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 10735.720160/2007-12 - Recorrente: MARIO CESAR TURL MANGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
214 - Processo nº: 13161.720542/2015-96 - Recorrente: MESSIAS VALDEMIR GOIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
215 - Processo nº: 10735.720164/2007-09 - Recorrente: NACIONAL PARTICIPACOES E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
216 - Processo nº: 13227.000624/2004-56 - Embargante: OCTAVIO CANESIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
217 - Processo nº: 10935.003269/2005-73 - Recorrente: ROVILIO MASCARELLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
218 - Processo nº: 10183.728687/2018-31 - Recorrente: VALDEMAR CARDOSO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
219 - Processo nº: 10183.729917/2019-61 - Recorrente: VALDEMAR CARDOSO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

220 - Processo nº: 10183.729918/2019-13 - Recorrente: VALDEMAR CARDOSO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
221 - Processo nº: 10183.728686/2018-97 - Recorrente: VALDEMAR CARDOSO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 10183.726224/2016-73 - Recorrente: VALDEMAR CARDOSO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 10183.723394/2015-15 - Recorrente: VALDEMAR CARDOSO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
224 - Processo nº: 10320.720094/2007-52 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Março de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 4: IRPF - Ajuste Anual / Omissão de Rendimentos / Depósitos bancários de Origem não Comprovada / Acréscimo Patrimonial a Descoberto / Ganho de Capital / Glosa de deduções / Outros
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
225 - Processo nº: 10768.007270/2005-46 - Recorrente: ANTONIO CARLOS CHEBABE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 10580.722112/2008-51 - Recorrente: EDUARDO BRUNO VENEGAS AGUILERA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 15540.000026/2008-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EVANDRO ELECTO
228 - Processo nº: 10325.001478/2008-11 - Recorrente: FRANCISCO ROBSON DE CASTRO VIANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 15540.000556/2008-21 - Recorrente: JEFFERSON ANTUNES GOMES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
230 - Processo nº: 13819.002352/2010-15 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: NELSON CORAZZA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
231 - Processo nº: 10073.721242/2018-78 - Recorrente: MANUEL DA FONSECA PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
232 - Processo nº: 13808.001233/2001-75 - Recorrente: LUIZ CELSO SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 15504.002225/2009-43 - Recorrente: JOAO RUSSO SOBRINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
234 - Processo nº: 11516.001911/2009-15 - Recorrente: ISABELI BERGOSSI FONTANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
235 - Processo nº: 10437.720881/2014-16 - Recorrente: LUCIANA RIBEIRO DE ARAUJO ANDRAUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 15521.000099/2009-84 - Recorrente: NILSON CARVALHO SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 11070.722085/2011-34 - Recorrente: NILO FEDRIGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 18471.001634/2007-83 - Recorrente: MARCOS ARTUR DE OLIVEIRA BARROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 19515.005346/2009-79 - Recorrente: LUIZ PAULO DE BRITO IZZO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
240 - Processo nº: 10480.721945/2011-28 - Recorrente: RAIMUNDA FERREIRA MAIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
241 - Processo nº: 10640.720201/2011-14 - Recorrente: MARCIO LOURENCO LEIJOTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 13502.724321/2019-11 - Recorrente: JUCELI VIEIRA DOS SANTOS SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
243 - Processo nº: 19515.003036/2007-58 - Recorrente: JOAO ROBERTO GONCALVES TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 19515.000627/2007-73 - Recorrente: JOAO ROBERTO GONCALVES TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
245 - Processo nº: 11516.721320/2019-21 - Recorrente: ANTONIO LUIZ NUNES TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
246 - Processo nº: 18239.004844/2009-48 - Recorrente: GLORIA MARIA ARP PEREIRA DA MOTTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
247 - Processo nº: 13784.720230/2019-89 - Recorrente: HAROLDO DOS SANTOS RIZZO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
248 - Processo nº: 10280.720928/2011-20 - Recorrente: JOSE AUGUSTO LOPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
249 - Processo nº: 10880.001058/2006-60 - Recorrente: MARA LUCIA SPINOSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4: IRPF - Ajuste Anual / Omissão de Rendimentos / Depósitos bancários de Origem não Comprovada / Acréscimo Patrimonial a Descoberto / Ganho de Capital / Glosa de deduções / Outros
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
250 - Processo nº: 10380.721110/2011-04 - Recorrente: MARIA DE SOUZA TAVORA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 11080.012212/2008-79 - Recorrente: MIGUEL SZADKOSKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
252 - Processo nº: 10480.722191/2009-17 - Recorrente: RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 13063.720435/2014-95 - Recorrente: VALDOMIRO VEIGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
254 - Processo nº: 19647.006265/2008-18 - Recorrente: VALERIA FERRAZ SOBREIRA DE MOURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
255 - Processo nº: 13819.722430/2019-21 - Recorrente: SANTIAGO MAGNET VALLS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 13509.720081/2018-26 - Recorrente: SAMUEL PEDRO EVANGELISTA RIOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
257 - Processo nº: 19647.001839/2007-72 - Recorrente: CLAUDIO CLETO MASCENA CORDEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 12448.726694/2018-76 - Recorrente: ADILSON DE VASCONCELLOS LEAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 12448.726221/2019-50 - Recorrente: ADILSON DE VASCONCELLOS LEAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo nº: 12448.726695/2018-11 - Recorrente: ADILSON DE VASCONCELLOS LEAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
261 - Processo nº: 10480.723760/2012-39 - Recorrente: ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
262 - Processo nº: 11522.720631/2019-94 - Recorrente: AMANDIO CELESTINO COGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
263 - Processo nº: 10480.724972/2012-33 - Recorrente: ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
264 - Processo nº: 12448.732124/2019-04 - Recorrente: ANTONIO PAULO DE AZEVEDO SODRE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
265 - Processo nº: 13558.720004/2009-08 - Recorrente: CLEBER RORIZ FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
266 - Processo nº: 13899.002348/2002-96 - Recorrente: JORGE DE NICOLAU JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
267 - Processo nº: 11610.722967/2019-01 - Recorrente: JOSE ROBERTO FERREIRA GOUVEA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
268 - Processo nº: 11080.725153/2011-06 - Recorrente: JOSE SALVADOR NUNES DE AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 11080.012468/2008-86 - Recorrente: LIA ILHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
270 - Processo nº: 18471.000937/2007-89 - Recorrente: MARA LUCIA MATTOS PESSANHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
271 - Processo nº: 10980.004296/2009-41 - Recorrente: MARIA INES DE PIZZOL CORREA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
272 - Processo nº: 13609.000410/2010-33 - Recorrente: MARIA LUCIA ALVES DIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
273 - Processo nº: 13506.720003/2020-76 - Recorrente: MARIO LIMA DA CRUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
274 - Processo nº: 19515.001651/2009-91 - Recorrente: PAULO AFONSO ANTUNES JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
275 - Processo nº: 13811.002481/2009-31 - Recorrente: PAULO ROBERTO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo nº: 13811.002479/2009-62 - Recorrente: PAULO ROBERTO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 13811.002480/2009-97 - Recorrente: PAULO ROBERTO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
278 - Processo nº: 10980.002722/2006-60 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: RAIMUNDO RODRIGUES DE SOUZA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
279 - Processo nº: 11080.902802/2005-42 - Recorrente: RAUL MOREIRA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
280 - Processo nº: 15463.720820/2019-60 - Recorrente: RENEE FARHI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
281 - Processo nº: 12448.732008/2019-87 - Recorrente: RUI BERFORD DIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara
da 2ª Seção do CARF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 08 a 10/03/2022.

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada pelo presidente, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

3) O julgamento do Processo nº 11080.728702/2014-39 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 e 3. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 e 3, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 10530.725052/2014-61 (item 4) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 5. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 5, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10073.721478/2013-08 (item 9) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 10. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 10, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 13963.720101/2019-82 (item 170) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 171 a 173. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 171 a 173, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

7) O julgamento do Processo nº 13365.720138/2015-26 (item 176) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 177 a 179. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 177 a 179, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 8 de Março de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: ITR
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
1 - Processo nº: 11080.728702/2014-39 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: ECOTEC URBANIZACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
2 - Processo nº: 11080.728703/2014-83 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: ECOTEC URBANIZACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11080.728704/2014-28 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: ECOTEC URBANIZACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
4 - Processo nº: 10530.725052/2014-61 - Recorrente: GERSON LUIS WILGES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
5 - Processo nº: 10530.725053/2014-14 - Recorrente: GERSON LUIS WILGES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
6 - Processo nº: 13161.720176/2007-65 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: NELSON CINTRA RIBEIRO e FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 13227.720159/2008-05 - Embargante: OCTAVIO CANESIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10283.720190/2011-71 - Recorrente: OSWALDO JOSE STECCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10073.721478/2013-08 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ROBERTO MENDES DE MATTOS
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
10 - Processo nº: 10073.721479/2013-44 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ROBERTO MENDES DE MATTOS
TEMA 2: IRRF
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
11 - Processo nº: 10530.002822/2007-75 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13808.000397/99-91 - Recorrente: UNIMED PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 11080.004517/2009-98 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 15374.906368/2009-59 - Recorrente: VALE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: IRPF
15 - Processo nº: 13794.720348/2018-15 - Recorrente: GILDA VERBICARIO SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 11080.720556/2010-70 - Recorrente: LUIZ MOACIR DA ROSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
17 - Processo nº: 19707.000123/2007-04 - Recorrente: DORA MARIA HAIDAMUS MONTEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 18050.007664/2009-16 - Recorrente: HELVECIO GIUDICE DE ARGOLLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 11080.005205/2007-30 - Recorrente: LAHIRES JESUS MARTINS MOTTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 13558.720824/2009-91 - Recorrente: LUIZ ANTONIO DOS SANTOS BEZERRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 18050.002354/2009-13 - Recorrente: MARFISIO JOSE CORDEIRO DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 12670.000640/2009-52 - Recorrente: MARIA DIAS ALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 17335.720455/2017-12 - Recorrente: MARIA LICIA DA SILVA GOMES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13502.000106/2009-41 - Recorrente: MARIA LUCIA RAMOS PRISCO NOVATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 18050.003791/2009-46 - Recorrente: SERGIO MURILO NAPOLI LAMEGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 18050.003695/2009-06 - Recorrente: SIMONE SOARES DE OLIVEIRA CHAVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10540.720051/2009-44 - Recorrente: WASHINGTON LUIZ MACIEL COUTINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
28 - Processo nº: 13982.720347/2011-79 - Recorrente: LANDRO PINHEIRO ROMAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13687.720129/2014-11 - Recorrente: DALVA MUNIZ DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
30 - Processo nº: 10215.000085/2010-44 - Recorrente: ANDRINO MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10215.720038/2010-11 - Recorrente: EUNICE DE LALOR IMBIRIBA CORREA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
32 - Processo nº: 19515.720432/2012-19 - Embargante: EDISON SCROBACK e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
33 - Processo nº: 19647.013657/2007-44 - Recorrente: JARBAS LOUREIRO E SILVA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 19515.000878/2007-58 - Recorrente: LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Março de 2022, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 3: IRPF
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
35 - Processo nº: 19515.002608/2006-09 - Recorrente: JULIO MICHAEL STERN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
36 - Processo nº: 13808.001127/2001-91 - Recorrente: VALDETE MARIA DE SENA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
37 - Processo nº: 10665.722801/2012-10 - Recorrente: SILVANIA BRAULIO DE FARIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
38 - Processo nº: 13687.720307/2013-23 - Recorrente: DALVA MUNIZ DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 13837.720176/2011-51 - Recorrente: LUIZ AUGUSTO SOARES GASPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10805.722549/2019-65 - Recorrente: OLDEMAR MATTIAZZO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
41 - Processo nº: 15471.003767/2008-87 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: MARIA ANTONIETA DE FREITAS RIBEIRO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
42 - Processo nº: 10410.723895/2019-02 - Recorrente: RONALDO BRAGA TRAJANO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10410.723894/2019-50 - Recorrente: RONALDO BRAGA TRAJANO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10410.720077/2012-73 - Recorrente: RONALDO BRAGA TRAJANO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
45 - Processo nº: 18088.720135/2011-07 - Recorrente: JAIR PONCEANO NUNES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
46 - Processo nº: 10580.726296/2009-17 - Recorrente: IVAN CARLOS NOVAES MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10580.725710/2009-62 - Recorrente: ITANA ARAUJO VIANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10580.726254/2009-78 - Recorrente: RUY EDUARDO ALMEIDA BRITTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
49 - Processo nº: 10980.002402/2008-71 - Recorrente: WALTER SZELIGOWSKI RAMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10640.001380/2006-11 - Recorrente: ROGERIO MARQUES DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
51 - Processo nº: 10907.002778/2007-88 - Recorrente: GILBERTO BUSS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 18239.001677/2009-83 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CLAUDIA DE QUEIROGA CAVALCANTI ESTANISLAU
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
53 - Processo nº: 11080.723370/2009-39 - Recorrente: MARCO AURELIO PRIGOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
54 - Processo nº: 13706.005984/2008-85 - Recorrente: CARLOS AUGUSTO MENNA BARRETO MUSSOI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
55 - Processo nº: 18471.002288/2004-16 - Embargante: JOAO TEODORO ARTHOU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
56 - Processo nº: 10945.720627/2012-16 - Recorrente: LUCY TEREZINHA WERNER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
57 - Processo nº: 18186.007266/2007-01 - Embargante: ROGERIO ANEAS BULDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10665.000335/2003-19 - Recorrente: RONALDO ANDRADE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
59 - Processo nº: 13896.720977/2016-27 - Recorrente: RODRIGO HENRIQUE SANO DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10980.725780/2018-07 - Recorrente: LAERTE JUSTINO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10830.725526/2019-03 - Recorrente: LUCIO BISPO SILVA RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
62 - Processo nº: 15467.000909/2010-38 - Recorrente: OSWALDO RAMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
63 - Processo nº: 11080.724703/2019-19 - Recorrente: ARI PARGENDLER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
64 - Processo nº: 11020.724210/2012-17 - Recorrente: ALFREDO LONGHI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
65 - Processo nº: 19679.016622/2003-66 - Recorrente: NAIR FUMIKA NAKANISHI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
66 - Processo nº: 18186.726447/2018-84 - Recorrente: PEDRO FERRIOLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: IRPF
67 - Processo nº: 36936.001991/2006-38 - Recorrente: ASTEMI ASSESSORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13605.000527/2007-51 - Recorrente: ASTEMI ASSESSORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13629.720495/2012-01 - Recorrente: ASTEMI ASSESSORIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SAMIS ANTONIO DE QUEIROZ
70 - Processo nº: 10945.722311/2017-73 - Recorrente: FUNDACAO DE SAUDE ITAIGUAPY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
71 - Processo nº: 10660.721918/2017-22 - Recorrente: MARISA CUSTODIO DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SAMIS ANTONIO DE QUEIROZ
72 - Processo nº: 15868.002002/2009-57 - Recorrente: INTERBEEF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 15868.002003/2009-00 - Recorrente: INTERBEEF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 15868.002004/2009-46 - Recorrente: INTERBEEF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 15868.002005/2009-91 - Recorrente: INTERBEEF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 15868.002006/2009-35 - Recorrente: INTERBEEF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 15868.002007/2009-80 - Recorrente: INTERBEEF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 15868.001996/2009-94 - Recorrente: INTERBEEF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 15868.001997/2009-39 - Recorrente: INTERBEEF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 15868.001998/2009-83 - Recorrente: INTERBEEF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 15868.001999/2009-28 - Recorrente: INTERBEEF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 15868.002000/2009-68 - Recorrente: INTERBEEF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 15868.002001/2009-11 - Recorrente: INTERBEEF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
84 - Processo nº: 11634.720305/2011-62 - Recorrente: JOAO PAULO AKAISHI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Março de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 4: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): SAMIS ANTONIO DE QUEIROZ
85 - Processo nº: 10920.720202/2018-81 - Recorrente: MARCONDES WITT e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
86 - Processo nº: 11330.000154/2007-61 - Recorrente: BHERING ADVOGADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SAMIS ANTONIO DE QUEIROZ
87 - Processo nº: 14485.002080/2007-21 - Recorrente: ASSOCIACAO DE ASSIST CRIANCA DEFICIENTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 19515.721097/2014-20 - Recorrente: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CRIANCA DEFICIENTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 14485.001720/2007-86 - Recorrente: ASSOCIACAO DE ASSIST CRIANCA DEFICIENTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
90 - Processo nº: 14751.002986/2008-30 - Recorrente: CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 14751.002988/2008-29 - Recorrente: CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 14751.002987/2008-84 - Recorrente: CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 14751.002989/2008-73 - Recorrente: CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 36624.002168/2007-44 - Recorrente: FUNDACAO VISCONDE DE PORTO SEGURO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
95 - Processo nº: 10166.013013/2008-75 - Recorrente: INSTITUTO NOSSA SENHORA DA CARMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10166.013003/2008-30 - Recorrente: INSTITUTO NOSSA SENHORA DO CARMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10670.003979/2008-02 - Recorrente: PROJETO COMUNITARIO NOVA CANAA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10670.003978/2008-50 - Recorrente: PROJETO COMUNITARIO NOVA CANAA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10670.003974/2008-71 - Recorrente: PROJETO COMUNITARIO NOVA CANAA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10670.003975/2008-16 - Recorrente: PROJETO COMUNITARIO NOVA CANAA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
101 - Processo nº: 10830.007797/2010-37 - Recorrente: SOC CAMPINEIRA DE EDUCACAO E INSTRUCAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10830.007795/2010-48 - Recorrente: SOC CAMPINEIRA DE EDUCACAO E INSTRUCAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
103 - Processo nº: 15758.000047/2010-78 - Recorrente: ASSOCIACAO MISS.FRANCISCANO MEN.CONVNT. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 15758.000046/2010-23 - Recorrente: ASSOCIACAO MISSIONARIA DOS FRANCISCANOS MENORES CONVENTUAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SAMIS ANTONIO DE QUEIROZ
105 - Processo nº: 11516.000533/2009-44 - Recorrente: ASSOCIACAO DE FUNCIONARIOS DO COLEGIO CATARINENSE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 13963.002669/2008-65 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DA INDUSTRIAL CONVENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 13857.001147/2008-53 - Recorrente: SECAO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIV FED DE SAO CARLOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 13857.000261/2010-81 - Recorrente: SECAO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIV FED DE SAO CARLOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 13857.001148/2008-06 - Recorrente: SECAO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIV FED DE SAO CARLOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 13857.000262/2010-25 - Recorrente: SECAO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIV FED DE SAO CARLOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: Contribuições Previdenciárias
111 - Processo nº: 11444.000161/2010-81 - Recorrente: ASSOCIACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BASTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 11444.000162/2010-25 - Recorrente: ASSOCIACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BASTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Março de 2022, ÀS 13:00 HORAS

Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
113 - Processo nº: 11330.000312/2007-82 - Recorrente: RIO SWIM ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
114 - Processo nº: 12448.733104/2012-76 - Recorrente: EDITORA FORENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 16832.000285/2009-72 - Recorrente: EDITORA FORENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 16832.000281/2009-94 - Recorrente: EDITORA FORENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 16832.000280/2009-40 - Recorrente: EDITORA FORENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 16832.000284/2009-28 - Recorrente: EDITORA FORENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 16832.000283/2009-83 - Recorrente: EDITORA FORENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
120 - Processo nº: 19515.004999/2008-50 - Recorrente: COMPANHIA METALURGICA PRADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 19515.004998/2008-13 - Recorrente: COMPANHIA METALURGICA PRADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 19515.004996/2008-16 - Recorrente: COMPANHIA METALURGICA PRADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 19515.004993/2008-82 - Recorrente: COMPANHIA METALURGICA PRADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 19515.004991/2008-93 - Recorrente: COMPANHIA METALURGICA PRADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 19515.004989/2008-14 - Recorrente: COMPANHIA METALURGICA PRADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10314.728845/2014-97 - Recorrente: COMPANHIA METALURGICA PRADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
127 - Processo nº: 10510.002192/2008-58 - Recorrente: BSB GRUPO DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10510.002189/2008-34 - Recorrente: BSB GRUPO DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10510.002190/2008-69 - Recorrente: BSB GRUPO DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10510.722407/2011-56 - Recorrente: CONSTRUTORA CUNHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10510.001005/2008-19 - Recorrente: CONSTRUTORA CUNHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
132 - Processo nº: 10510.002904/2008-39 - Recorrente: DALL EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10380.006553/2007-87 - Recorrente: M DIAS BRANCO S/A IND E COM DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
134 - Processo nº: 10680.721238/2010-02 - Recorrente: TRANSPORT SERVICOS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10680.721237/2010-50 - Recorrente: TRANSPORT SERVICOS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10680.721236/2010-13 - Recorrente: TRANSPORT SERVICOS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10680.721239/2010-49 - Recorrente: TRANSPORT SERVICOS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10680.721243/2010-15 - Recorrente: TRANSPORT SERVICOS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10680.721242/2010-62 - Recorrente: TRANSPORT SERVICOS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10680.721241/2010-18 - Recorrente: TRANSPORT SERVICOS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10680.721240/2010-73 - Recorrente: TRANSPORT SERVICOS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
142 - Processo nº: 15563.000706/2008-39 - Recorrente: VIACAO ESPERANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 15563.000705/2008-94 - Recorrente: VIACAO ESPERANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 15563.000707/2008-83 - Recorrente: VIACAO ESPERANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 15563.000708/2008-28 - Recorrente: VIACAO ESPERANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 15563.000762/2008-73 - Recorrente: VIACAO ESPERANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 15563.000709/2008-72 - Recorrente: VIACAO ESPERANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
148 - Processo nº: 15983.000575/2007-68 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 15983.000559/2007-75 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 35387.000496/2003-60 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 35387.000836/2002-71 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA PAULISTA COSIPA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
152 - Processo nº: 35220.000252/2006-22 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA - PE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
153 - Processo nº: 19515.720623/2017-87 - Recorrente: CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 35564.005318/2006-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA
155 - Processo nº: 14485.000207/2007-78 - Recorrente: ABS - ADVANCED BUSINESS SOLUTIONS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10166.007933/2008-54 - Recorrente: FLASHPAN ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 13688.001352/2008-16 - Recorrente: MJV PRESTACAO DE SERVICOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
158 - Processo nº: 12963.720032/2016-00 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 35067.001854/2004-55 - Recorrente: HIPER EXPORT TERMINAIS RETROPORTUARIOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 36624.007522/2006-46 - Recorrente: NEW WORK STATION TELEMARKETING SERVICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 36624.006482/2005-34 - Recorrente: NEW WORK STATION TELEMARKETING SERVICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 14041.720160/2018-34 - Recorrente: NJF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10166.728667/2014-45 - Recorrente: NJF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 15940.000805/2010-91 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 15504.000129/2009-61 - Recorrente: VOX DO BRASIL PESQUISAS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 15504.000128/2009-16 - Recorrente: VOX DO BRASIL PESQUISAS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
167 - Processo nº: 35464.000870/2007-91 - Recorrente: LEROY MERLIN COMPANH BRAS DE BRICOLAGEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10665.001879/2008-11 - Recorrente: MUNICIPIO DE DIVINOPOLIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
169 - Processo nº: 16327.720968/2018-41 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 13963.720101/2019-82 - Recorrente: CENTRO TERAPEUTICO DA REGIAO SUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10730.721477/2017-98 - Recorrente: SORLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 13963.720102/2019-27 - Recorrente: ROMOALDO BONFANTE & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 13963.720128/2019-75 - Recorrente: BLIC INTERNACIONAL SERVICOS E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Março de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 4: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
174 - Processo nº: 35464.003354/2006-37 - Recorrente: MONACE ENGENHARIA E ELETRICIDADE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 35464.003353/2006-92 - Recorrente: MONACE ENGENHARIA E ELETRICIDADE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
176 - Processo nº: 13365.720138/2015-26 - Recorrente: A S GALVAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
177 - Processo nº: 13365.720140/2015-03 - Recorrente: ANTONIO DE A SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 13556.720022/2016-21 - Recorrente: SYMARA FERNANDA BRANDAO CARNEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 13556.720023/2016-75 - Recorrente: JOSE CARNEIRO NOBRE 18630286504 e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
180 - Processo nº: 14751.003153/2008-96 - Recorrente: CAMPO ALEGRE AGRICULTURA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 11060.003076/2009-45 - Recorrente: COARROZ COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ROSARIENSE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 11060.003083/2009-47 - Recorrente: COARROZ COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ROSARIENSE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 12268.000088/2008-73 - Recorrente: ETHICOMPANY SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 14474.000296/2007-81 - Recorrente: ETHICOMPANY SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 14474.000303/2007-45 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ETHICOMPANY SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
186 - Processo nº: 14474.000316/2007-14 - Recorrente: ETHICOMPANY SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 14041.001153/2007-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SECRETARIA DE EDUCACAO DO DF
188 - Processo nº: 17460.001091/2007-61 - Recorrente: TERTECMAN - MONTAGEM, MANUTENCAO INDUSTRIAL E CIVIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

189 - Processo nº: 16020.000115/2007-81 - Recorrente: TERTECMAN - MONTAGEM, MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SAMIS ANTONIO DE QUEIROZ
190 - Processo nº: 13963.002671/2008-34 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DA INDUSTRIAL CONVENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 23034.005213/2002-14 - Recorrente: ELINO FORNOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 23034.033884/2004-29 - Recorrente: FUNDACAO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 10320.721925/2020-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NORMATEL ENGENHARIA LTDA
194 - Processo nº: 10380.006585/2007-82 - Recorrente: NORMATEL NORDESTE MATERIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 18050.004408/2008-96 - Recorrente: PALHETA REFEICOES COLETIVAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 18050.006113/2008-54 - Recorrentes: PALHETA REFEICOES COLETIVAS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
197 - Processo nº: 35464.004392/2003-64 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e MONSANTO DO BRASIL LTDA.
198 - Processo nº: 35464.004362/2003-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MONSANTO DO BRASIL LTDA.
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
199 - Processo nº: 36222.000647/2005-97 - Recorrente: CONFECCOES ISTAMBUL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 16095.000256/2008-19 - Recorrente: GRAZZIMETAL IND E COM DE AUTO PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 11330.001389/2007-70 - Recorrente: PLANAVE S A ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
202 - Processo nº: 13839.002130/2007-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COIFE ODONTO SERV PLANOS ODONTOLOGICOS
Relator(a): SAMIS ANTONIO DE QUEIROZ
203 - Processo nº: 37170.000438/2002-16 - Recorrente: NORTE PROPAGANDA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Março de 2022, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 4: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): SAMIS ANTONIO DE QUEIROZ
204 - Processo nº: 11444.000570/2010-87 - Recorrente: GARCA CAMARA MUNICIPAL DE GARCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 11444.000571/2010-21 - Recorrente: GARCA CAMARA MUNICIPAL DE GARCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 11444.000572/2010-76 - Recorrente: GARCA CAMARA MUNICIPAL DE GARCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 11444.000573/2010-11 - Recorrente: GARCA CAMARA MUNICIPAL DE GARCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 11444.000574/2010-65 - Recorrente: GARCA CAMARA MUNICIPAL DE GARCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 11444.000578/2010-43 - Recorrente: GARCA CAMARA MUNICIPAL DE GARCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
210 - Processo nº: 36624.001955/2006-98 - Recorrente: ALBRAS, ALIMENTOS BRASILEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 10665.000547/2007-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CIA SIDERURGICA LAGOA DA PRATA
212 - Processo nº: 12269.003806/2009-34 - Recorrente: INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS FADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 12269.003805/2009-90 - Recorrente: INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS FADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 12269.003804/2009-45 - Recorrente: INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS FADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 12269.003550/2009-65 - Recorrente: INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS FADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 19515.001798/2008-09 - Recorrente: NABR INVESTIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 18471.000981/2008-70 - Recorrente: SOCIEDADE AMANTE DA INSTRUCAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 12998.000320/2008-29 - Recorrente: SOMAR-COMERCIO E REPAROS NAVAIS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 14485.001851/2007-63 - Recorrente: TELSUL SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 10972.000215/2009-33 - Recorrente: TRANSVERDE TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 10972.000214/2009-99 - Recorrente: TRANSVERDE TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 10972.000213/2009-44 - Recorrente: TRANSVERDE TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 23034.008581/94-35 - Recorrente: VALE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
224 - Processo nº: 13888.002496/2009-14 - Recorrente: TEXTIL BERETTA ROSSI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
225 - Processo nº: 13749.720147/2018-55 - Embargante: ENFASE SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
226 - Processo nº: 13971.004151/2010-81 - Recorrente: MINERACAO BRANDAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 13971.004150/2010-37 - Recorrente: MINERACAO BRANDAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 13971.004149/2010-11 - Recorrente: MINERACAO BRANDAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 13971.004148/2010-68 - Recorrente: MINERACAO BRANDAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
230 - Processo nº: 35365.001040/2006-18 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
231 - Processo nº: 13603.723755/2010-19 - Recorrente: PROFISSIONAL RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 13603.723754/2010-74 - Recorrente: PROFISSIONAL RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 13603.723753/2010-20 - Recorrente: PROFISSIONAL RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 13603.723752/2010-85 - Recorrente: PROFISSIONAL RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 13603.723751/2010-31 - Recorrente: PROFISSIONAL RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 10510.721425/2010-30 - Recorrente: SACEL - SERVICO DE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 10510.721410/2010-71 - Recorrente: SACEL - SERVICO DE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 10510.721409/2010-47 - Recorrente: SACEL - SERVICO DE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 10510.721408/2010-01 - Recorrente: SACEL - SERVICO DE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo nº: 10845.720724/2011-56 - Recorrente: SANTISTA BUSINESS COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO LTDA. EPP. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARIO HERMES SOARES CAMPOS
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara
da 2ª Seção do CARF
Substituto

3ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 07 a 10/03/2022.
Pauta Ordinária (de 08 a 10/03/2022) e Extraordinária (dia 07/03/2022) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.
OBSERVAÇÕES:
1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;
2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço:
https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg;
3) O julgamento do Processo nº 10530.900248/2009-84 (item 249) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 250 a 282. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 250 a 282, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
4) O julgamento do Processo nº 10218.721112/2012-58 (item 283) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 284. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 284, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
5) O julgamento do Processo nº 10140.720029/2007-45 (item 285) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 286 e 287. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 286 e 287, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e
6) O julgamento do Processo nº 10280.720435/2010-17 (item 288) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 289. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 289, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 7 de Março de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
1 - Processo nº: 11065.002408/2009-24 - Recorrente: PLASTICOS TRES COROAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 11065.002409/2009-79 - Recorrente: PLASTICOS TRES COROAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11065.002412/2009-92 - Recorrente: PLASTICOS TRES COROAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 11065.002411/2009-48 - Recorrente: PLASTICOS TRES COROAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 11065.002410/2009-01 - Recorrente: PLASTICOS TRES COROAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 11065.002407/2009-80 - Recorrente: PLASTICOS TRES COROAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
7 - Processo nº: 10983.720179/2013-85 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROSUL PROJETOS SUPERVISAO E PLANEJAMENTO LTDA
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
8 - Processo nº: 11522.001476/2007-70 - Recorrente: SECRETARIA DE ESTADO DA GESTAO ADMINISTRATIVA - SGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
9 - Processo nº: 13893.000053/2008-21 - Recorrente: EMPREITEIRA PARCERIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13893.000054/2008-75 - Recorrente: EMPREITEIRA PARCERIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIA LILIAN SELMER DIAS
11 - Processo nº: 13971.005475/2010-37 - Recorrente: PROSIL ASSESSORIA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13971.004441/2010-25 - Recorrente: PROSIL ASSESSORIA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13971.005474/2010-92 - Recorrente: PROSIL ASSESSORIA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13971.005476/2010-81 - Recorrente: PROSIL ASSESSORIA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 13971.005477/2010-26 - Recorrente: PROSIL ASSESSORIA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 13971.005478/2010-71 - Recorrente: PROSIL ASSESSORIA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
17 - Processo nº: 13887.000230/2007-77 - Recorrente: MUNICIPIO DE LEME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIA LILIAN SELMER DIAS
18 - Processo nº: 12259.000723/2008-21 - Recorrente: SOBREMETAL RECUPERACAO DE METAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
19 - Processo nº: 18471.002284/2008-53 - Recorrente: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO SAHY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 18471.002283/2008-17 - Recorrente: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO SAHY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
21 - Processo nº: 12259.003489/2009-75 - Recorrente: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CASA CIVIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 12259.003476/2009-04 - Recorrente: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CASA CIVIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 12259.003481/2009-17 - Recorrente: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CASA CIVIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
24 - Processo nº: 10380.722698/2019-62 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 23034.046885/2006-03 - Recorrente: EMPRESA CARIOCA DE PRODUTOS QUIMICOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
26 - Processo nº: 13964.000100/2009-36 - Recorrente: MB EXPORTADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 13964.000099/2009-40 - Recorrente: MB EXPORTADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIA LILIAN SELMER DIAS
28 - Processo nº: 16027.720175/2016-44 - Recorrente: MUNICIPIO DE ARACARIGUAMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 16027.720137/2016-91 - Recorrente: MUNICIPIO DE ARACARIGUAMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
30 - Processo nº: 16004.000158/2010-60 - Recorrente: ANTONIO BRIZOTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 16004.000160/2010-39 - Recorrente: ANTONIO BRIZOTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 16004.000159/2010-12 - Recorrente: ANTONIO BRIZOTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
33 - Processo nº: 10865.004656/2008-41 - Recorrente: BAUMER S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10865.004654/2008-51 - Recorrente: BAUMER S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
35 - Processo nº: 18108.001071/2007-71 - Recorrente: CIA METROP DE HAB DE SP COHAB SP E OUTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 35564.000747/2006-61 - Recorrente: CIA METROPOLITANA DE HABITACAO DE SAO PAULO COHAB SP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 15868.002846/2009-06 - Recorrente: FAISSAL DARGHAM e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): WESLEY ROCHA
38 - Processo nº: 10469.723113/2012-85 - Recorrente: POTIGUAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 15540.000200/2008-98 - Recorrente: JVP CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 15540.000202/2008-87 - Recorrente: J V P CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIA LILIAN SELMER DIAS
41 - Processo nº: 13411.000330/2009-51 - Recorrente: JOALINA TRANPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13411.000326/2009-93 - Recorrente: JOALINA TRANPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13411.000327/2009-38 - Recorrente: JOALINA TRANPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13411.000325/2009-49 - Recorrente: JOALINA TRANPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
45 - Processo nº: 10120.005560/2009-94 - Recorrente: CAMARA MUNICIPAL DE SAO LUIS DE MONTES BELOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10120.005563/2009-28 - Recorrente: CAMARA MUNICIPAL DE SAO LUIS DE MONTES BELOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10120.005558/2009-15 - Recorrente: CAMARA MUNICIPAL DE SAO LUIS DE MONTES BELOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10120.005559/2009-60 - Recorrente: CAMARA MUNICIPAL DE SAO LUIS DE MONTES BELOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
49 - Processo nº: 10660.722249/2011-11 - Recorrente: PP PRINT EMBALAGENS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
50 - Processo nº: 18471.000936/2008-15 - Recorrente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 18471.000934/2008-26 - Recorrente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
52 - Processo nº: 14041.001073/2007-21 - Recorrente: A ANDRE G POUSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
53 - Processo nº: 10680.011004/2007-40 - Recorrente: RISA REFRATARIOS E ISOLANTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10680.009578/2007-58 - Recorrente: RISA REFRATARIOS ISOLANTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIA LILIAN SELMER DIAS
55 - Processo nº: 16024.000565/2008-14 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACARIGUAMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 16024.000566/2008-69 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACARIGUAMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 16024.000568/2008-58 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACARIGUAMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
58 - Processo nº: 14041.001077/2007-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRASIL TELECOM S.A
59 - Processo nº: 14041.001075/2007-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
60 - Processo nº: 10380.006372/2007-51 - Recorrente: CONDOMINIO NORTH SHOPPING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10380.006377/2007-83 - Recorrente: CONDOMINIO NORTH SHOPPING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
62 - Processo nº: 10240.000229/2008-31 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: FRIGORIFICO FERNANDES S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
63 - Processo nº: 10950.720799/2010-59 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FUNDACAO HOSPITALAR DE SAUDE
Relator(a): WESLEY ROCHA
64 - Processo nº: 10380.720454/2018-64 - Recorrente: INSTITUTO BRASIL ESTADOS UNIDOS NO CEARA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10380.004954/2007-01 - Recorrente: INST. BRASIL EST. UNIDOS NO CEARA IBEU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
66 - Processo nº: 15983.000415/2010-14 - Recorrente: ASSOC EDUC DO LITORAL SANTISTA AELIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 15983.000414/2010-70 - Recorrente: ASSOC EDUC DO LITORAL SANTISTA AELIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
68 - Processo nº: 10830.007908/2009-71 - Recorrente: MATERNIDADE DE CAMPINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10830.007066/2007-96 - Recorrente: MATERNIDADE DE CAMPINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIA LILIAN SELMER DIAS
70 - Processo nº: 16095.720318/2011-08 - Recorrente: JUVENTUDE CIVICA POAENSE - JUCIP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 16095.720317/2011-55 - Recorrente: JUVENTUDE CIVICA POAENSE - JUCIP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
72 - Processo nº: 10140.720231/2011-53 - Recorrente: COMERCIAL DE ALIMENTOS RIBAS DO RIO PARDO LTDA-EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
73 - Processo nº: 11080.731736/2011-68 - Recorrente: GRAFICA EDITORA VALE DO GRAVATAI EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIA LILIAN SELMER DIAS
74 - Processo nº: 37322.000113/2006-86 - Recorrente: CONSTRUTORA LR LTDA E OUTROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Março de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
75 - Processo nº: 19515.004706/2009-15 - Recorrente: IMPACTO PRODUTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 19515.004708/2009-12 - Recorrente: IMPACTO PRODUTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 19515.004709/2009-59 - Recorrente: IMPACTO PRODUTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 19515.004707/2009-60 - Recorrente: IMPACTO PRODUTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIA LILIAN SELMER DIAS
79 - Processo nº: 19622.000046/2016-13 - Recorrente: LUQUITA INDUSTRIA E COMERCIO DE ACRILICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 19622.000523/2009-11 - Recorrente: LUQUITA INDUSTRIA E COMERCIO DE ACRILICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 19622.000524/2009-58 - Recorrente: LUQUITA INDUSTRIA E COMERCIO DE ACRILICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 14479.001070/2007-58 - Recorrente: CONSTRUTORA LR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 13936.000920/2008-84 - Recorrente: MERCADOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 13936.000921/2008-29 - Recorrente: MERCADOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
85 - Processo nº: 13652.000110/2007-23 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS NABI MIGUEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10660.001713/2007-55 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS NABI MIGUEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIA LILIAN SELMER DIAS
87 - Processo nº: 10380.014374/2007-13 - Recorrente: FORTEKS ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10380.014376/2007-11 - Recorrente: FORTEKS ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10380.014397/2009-90 - Recorrente: FORTEKS ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10380.014398/2009-34 - Recorrente: FORTEKS ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10380.014399/2009-89 - Recorrente: FORTEKS ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
92 - Processo nº: 11176.000229/2007-33 - Embargante: CTE-TECNICA DE ELETRICIDADE E TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
93 - Processo nº: 12883.008202/2009-37 - Recorrente: COLONIA AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
94 - Processo nº: 13888.005766/2008-50 - Recorrente: LUBIANI TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 13888.005765/2008-13 - Recorrente: LUBIANI TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 13888.005764/2008-61 - Recorrente: LUBIANI TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 13888.005763/2008-16 - Recorrente: LUBIANI TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13888.005762/2008-71 - Recorrente: LUBIANI TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13888.005761/2008-27 - Recorrente: LUBIANI TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 13888.005767/2008-02 - Recorrente: LUBIANI TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 13888.005768/2008-49 - Recorrente: LUBIANI TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
102 - Processo nº: 19647.021208/2008-51 - Recorrente: COMPANHIA MULLER DE BEBIDAS NORDESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 19647.021209/2008-03 - Recorrente: COMPANHIA MULLER DE BEBIDAS NORDESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 19647.021214/2008-16 - Recorrente: COMPANHIA MULLER DE BEBIDAS NORDESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 19647.021207/2008-14 - Recorrente: COMPANHIA MULLER DE BEBIDAS NORDESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
106 - Processo nº: 10580.720758/2017-94 - Recorrente: MASTER B. CONSULTORIA E GESTAO EMPRESARIAL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
107 - Processo nº: 10380.010304/2007-96 - Recorrente: DISPORT NORDESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10380.010306/2007-85 - Recorrente: DISPORT NORDESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10380.010309/2007-19 - Recorrente: DISPORT NORDESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10380.010308/2007-74 - Recorrente: DISPORT NORDESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
111 - Processo nº: 15586.000458/2009-49 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: PROTEINORTE ALIMENTOS SA e FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
112 - Processo nº: 10680.011844/2007-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG
113 - Processo nº: 10680.008189/2007-13 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG
114 - Processo nº: 37280.002181/2006-13 - Recorrente: DFL INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 13971.002441/2009-57 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ELECTRO ACO ALTONA S A

116 - Processo nº: 13971.002442/2009-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ELECTRO ACO ALTONA S A
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
117 - Processo nº: 10680.725064/2010-49 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
118 - Processo nº: 10680.725069/2010-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
119 - Processo nº: 14485.001819/2007-88 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UNIFI DO BRASIL LTDA.
120 - Processo nº: 14485.001716/2007-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UNIFI DO BRASIL LTDA.
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
121 - Processo nº: 16327.000888/2010-18 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: ITAU SEGUROS S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
122 - Processo nº: 10830.001760/2011-86 - Recorrente: ADERE PRODUTOS AUTO ADESIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 13603.722810/2011-34 - Recorrente: ACOCON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 15504.015012/2009-81 - Recorrente: MINAS GOIAS TRANSPORTES LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 15504.015013/2009-26 - Recorrente: MINAS GOIAS TRANSPORTES LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
126 - Processo nº: 19515.722123/2011-94 - Embargante: ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
127 - Processo nº: 23034.028089/2003-38 - Recorrente: BANCO CITIBANK S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 23034.000283/2005-11 - Recorrente: BRASFIO INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 23034.043119/2006-89 - Recorrente: MILLENNIUM INORGANIC CHEMICALS DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 23034.042485/2006-11 - Recorrente: TEKSID DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
131 - Processo nº: 15586.000395/2010-64 - Recorrente: PAOLLO''S RESTAURANTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 15586.000394/2010-10 - Recorrente: PAOLLO''S RESTAURANTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 15586.000393/2010-75 - Recorrente: PAOLLO''S RESTAURANTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
134 - Processo nº: 14367.000452/2008-11 - Recorrente: J.TOLEDO DA AMAZ.IND. E COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
135 - Processo nº: 13807.722219/2018-67 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: RANIERI CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
136 - Processo nº: 13609.001293/2009-91 - Recorrente: CERAMICA JACARANDA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
137 - Processo nº: 15504.020215/2008-17 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - ASSUFEMG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
138 - Processo nº: 10862.000047/2011-48 - Recorrente: FIVE STARS DE MACAE SERVICOS DE PETROLEO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
139 - Processo nº: 10976.000496/2008-11 - Recorrente: WAGNER ROBERTO ORNELLAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
140 - Processo nº: 10970.000046/2009-51 - Recorrente: UBERLANDIA REFRESCOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
141 - Processo nº: 37299.004824/2006-64 - Recorrente: ZF DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
142 - Processo nº: 35138.000067/2007-58 - Recorrente: AETHRA SISTEMAS AUTOMOTIVOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 37172.000228/2006-31 - Recorrente: ACESITA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
144 - Processo nº: 12897.000171/2010-51 - Recorrente: SUPER MERCADO ZONA SUL S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 12897.000169/2010-81 - Recorrente: SUPER MERCADO ZONA SUL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
146 - Processo nº: 14367.000214/2010-11 - Recorrente: TERCOM TERRAPLENAGEM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 14367.000216/2010-19 - Recorrente: TERCOM TERRAPLENAGEM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
148 - Processo nº: 16327.001654/2010-98 - Recorrente: BANCO SAFRA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Março de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 2 - IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
149 - Processo nº: 18186.721050/2018-04 - Recorrente: LYGIA CAMPOS DE SA PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10980.723723/2009-94 - Recorrente: DULCE ZAMBONI DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
151 - Processo nº: 10840.002181/2005-93 - Recorrente: PATRICIA POMPEO CAMPOS FREIRE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
152 - Processo nº: 10580.721227/2009-17 - Recorrente: EDUARDO FLAVIO FERREIRA DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
153 - Processo nº: 18471.000034/2007-06 - Recorrente: GUSTAVO DA ROCHA LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
154 - Processo nº: 19515.001204/2010-76 - Recorrente: JOHN CLAUDE ZARB e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
155 - Processo nº: 10980.007065/2009-90 - Recorrente: FRANCISCO SIMEAO RODRIGUES NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10380.100830/2008-28 - Recorrente: FELIPE TEIXEIRA DE FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
157 - Processo nº: 13005.722028/2016-79 - Recorrente: DULCE MARIA SPARRENBERGER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
158 - Processo nº: 15504.010150/2009-74 - Recorrente: RENATA CHAGAS DE ASSUMPCAO FARIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
159 - Processo nº: 10166.721948/2014-77 - Recorrente: JOSE AZEVEDO FURTADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 10980.011046/2007-04 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ELENICE CARDOZO BAGATIN
Relator(a): WESLEY ROCHA
161 - Processo nº: 10166.726071/2019-15 - Recorrente: FERNANDO ANTONIO BRAGA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 13002.720319/2019-03 - Recorrente: MARIA SELVITA GONCALVES PERES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
163 - Processo nº: 10680.000973/2007-75 - Recorrente: RICARDO ANNES GUIMARAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
164 - Processo nº: 17437.720088/2012-02 - Recorrente: DANILO TAVARES ALVES BRANCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 11041.000523/2005-17 - Recorrente: DANILO TAVARES ALVES BRANCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
166 - Processo nº: 10845.723256/2011-71 - Recorrente: LUIZ SIMOES POLACO FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
167 - Processo nº: 15504.720439/2020-19 - Recorrente: JOSE DONATO DE PAULA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 13008.720004/2019-06 - Recorrente: NORMELIA MARCON e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
169 - Processo nº: 10640.001116/2010-64 - Recorrente: RENATO LUIZ DE BARROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
170 - Processo nº: 10980.000098/2010-42 - Recorrente: ELIZABETH ZIBETTI NEVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
171 - Processo nº: 10580.726644/2009-48 - Recorrente: ISABELA KRUSCHEWSKY PEDREIRA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
172 - Processo nº: 18050.001395/2009-84 - Recorrente: JOSE FERREIRA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 18050.007508/2009-55 - Recorrente: MARIA DAS GRACAS BISPO DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
174 - Processo nº: 18050.007816/2009-81 - Recorrente: TANIA MARIA OLIVEIRA SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10855.001812/2004-15 - Recorrente: GERALDO JOSE GIRADI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
176 - Processo nº: 13931.001060/2008-46 - Recorrente: ALGACIR FRANCISCO KAMINSKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 13931.000151/2010-89 - Recorrente: ALGACIR FRANCISCO KAMINSKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
178 - Processo nº: 10580.725931/2009-31 - Recorrente: ROSANA DE MOURA BIANCHI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 13856.000105/2009-96 - Recorrente: ELDINO ZELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 13856.000106/2009-31 - Recorrente: JOSE ZELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 11080.004890/2010-82 - Recorrente: MARTA CORREA LOPES ECHENIQUE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 13856.000108/2009-20 - Recorrente: RENATO CELESTINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 10880.662907/2012-02 - Recorrente: SALUSTIANO COSTA LIMA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
184 - Processo nº: 13888.002459/2006-55 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: WILSON BONIFACIO DA SILVA JUNIOR e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
185 - Processo nº: 11610.009393/2009-00 - Recorrente: MOISES MISHEL ALTARAC LEVY e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2 - IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
186 - Processo nº: 19515.000876/2011-45 - Embargante: NICE TEREZINHA KERAMIDAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
187 - Processo nº: 12448.733399/2014-42 - Recorrente: JOSE DE BRITTO FREIRE FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 18471.002977/2008-46 - Recorrente: JOSE DE BRITO FREIRE FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
189 - Processo nº: 13961.000023/2009-44 - Recorrente: ANTONIA MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
190 - Processo nº: 19985.720115/2020-68 - Recorrente: EDNA PACHECO ZANLORENCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
191 - Processo nº: 18186.724218/2019-14 - Recorrente: FRANCISCO JOSE PEREIRA DAS NEVES BOLONHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 10540.001737/2009-32 - Recorrente: JANAINA PEREIRA FONSECA RICON e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 19985.722526/2019-54 - Recorrente: PEDRO PAULO PAMPLONA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 18470.725382/2016-82 - Recorrente: SERGIO LEAL CAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
195 - Processo nº: 19985.724252/2018-57 - Recorrente: CARLOS BORGES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 10580.725280/2019-51 - Recorrente: GUTEMBERG DE JESUS BARRETO BRITO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10140.721324/2014-48 - Recorrente: JACEGUARA DANTAS DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10730.723250/2019-49 - Recorrente: KENNEDY DE ASSIS MARTINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
199 - Processo nº: 11080.721832/2011-06 - Recorrente: GERALDO GONCALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
200 - Processo nº: 10469.724731/2018-38 - Recorrente: MARCOS AURELIO FIGUEIREDO GADELHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10508.720044/2018-30 - Recorrente: RENATO BURITY OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 13054.720695/2014-70 - Recorrente: RICARDO KRUSE DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 13804.722276/2012-81 - Recorrente: RUBENS VIDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

204 - Processo nº: 10530.726829/2011-62 - Recorrente: EDUARDO MAGALHAES SAMPAIO JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
205 - Processo nº: 10580.720416/2019-36 - Recorrente: ADIVALDER VIEIRA DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 10580.728305/2019-78 - Recorrente: CARLOS EDUARDO BARROS DINIZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 10580.728304/2019-23 - Recorrente: CARLOS EDUARDO BARROS DINIZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 10580.728303/2019-89 - Recorrente: CARLOS EDUARDO BARROS DINIZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10133.720190/2019-41 - Recorrente: CARLOS EDUARDO BARROS DINIZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 18186.720818/2018-14 - Recorrente: GIL KOREN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 18186.720815/2018-81 - Recorrente: GIL KOREN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 15504.725207/2019-13 - Recorrente: DELCIO GERALDO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 15504.725206/2019-61 - Recorrente: DELCIO GERALDO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
214 - Processo nº: 11080.748512/2019-42 - Recorrente: JOAO BAPTISTA DE AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 11080.748511/2019-06 - Recorrente: JOAO BAPTISTA DE AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 11080.748510/2019-53 - Recorrente: JOAO BAPTISTA DE AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 11080.720111/2020-61 - Recorrente: JOAO BAPTISTA DE AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
218 - Processo nº: 10730.725712/2019-62 - Recorrente: EDSON DE FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 10830.720004/2020-41 - Recorrente: GILBERTA SAMPAIO DE MARTINO JANNUZZI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 10830.720003/2020-04 - Recorrente: GILBERTA SAMPAIO DE MARTINO JANNUZZI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
221 - Processo nº: 13888.721713/2012-66 - Recorrente: NEUSA MARIA DUARTE VIGAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 13888.721804/2011-11 - Recorrente: NEUSA MARIA DUARTE VIGAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
223 - Processo nº: 11080.723776/2019-93 - Recorrente: GIUSEPPE REPETTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 11080.723775/2019-49 - Recorrente: GIUSEPPE REPETTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 13002.720491/2019-59 - Recorrente: OLI PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Março de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 2 - IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
226 - Processo nº: 13819.001496/2005-89 - Recorrente: NELSON VALDRIGHI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
227 - Processo nº: 15940.720180/2013-20 - Recorrente: ALFREDO LUIS PARANHOS MARTINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 19515.723017/2012-17 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e EDUARDO ELIAS ALVES DA SILVA
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
229 - Processo nº: 11020.003624/2009-11 - Recorrente: EMILIO CARLOS ZANON e Interessado: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 11020.003625/2009-58 - Recorrente: SANDRA BORDIN ZANON e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
231 - Processo nº: 10665.000894/2010-58 - Recorrente: EVANDRO FREIRE LEMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
232 - Processo nº: 10215.720222/2008-46 - Recorrente: DARLINDO LUIZ DE CAMPOS RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
233 - Processo nº: 10730.725385/2018-68 - Recorrente: LUIZ FELIPE DE PAULA PERESTRELLO DE MENEZES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 10730.725384/2018-13 - Recorrente: LUIZ FELIPE DE PAULA PERESTRELLO DE MENEZES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 10730.725383/2018-79 - Recorrente: LUIZ FELIPE DE PAULA PERESTRELLO DE MENEZES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
236 - Processo nº: 11080.747938/2019-89 - Recorrente: TUFIC ABDALLA AGIA NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 11080.747937/2019-34 - Recorrente: TUFIC ABDALLA AGIA NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 11080.747935/2019-45 - Recorrente: TUFIC ABDALLA AGIA NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 11080.747934/2019-09 - Recorrente: TUFIC ABDALLA AGIA NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
240 - Processo nº: 18088.720118/2011-61 - Recorrente: FABIANO VIEIRA SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
241 - Processo nº: 10840.724000/2019-89 - Recorrente: JEFFERSON DE PAULA E SILVA MINELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 10840.723565/2014-34 - Recorrente: JEFFERSON DE PAULA E SILVA MINELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
243 - Processo nº: 13804.001974/2009-43 - Recorrente: ODAIR ALAUNES BROTTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
244 - Processo nº: 10680.722068/2011-56 - Recorrente: WANDERLEY NOGUEIRA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
245 - Processo nº: 10380.728172/2018-13 - Recorrente: PERIPEDES FRANKLIN MAIA CHAVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
246 - Processo nº: 13839.726868/2019-41 - Recorrente: ANTONIO MOLINA OGAYAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 13839.726867/2019-04 - Recorrente: ANTONIO MOLINA OGAYAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 13804.003821/2009-31 - Recorrente: REGIS JEAN DANIEL HAHN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
249 - Processo nº: 10530.900248/2009-84 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
250 - Processo nº: 10530.900220/2009-47 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 10530.900222/2009-36 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo nº: 10530.900223/2009-81 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 10530.900224/2009-25 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo nº: 10530.900226/2009-14 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 10530.900228/2009-11 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 10530.900229/2009-58 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo nº: 10530.900232/2009-71 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 10530.900233/2009-16 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 10530.900234/2009-61 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo nº: 10530.900235/2009-13 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo nº: 10530.900238/2009-49 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 10530.900240/2009-18 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 10530.900241/2009-62 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 10530.900245/2009-41 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 10530.900246/2009-95 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 10530.900249/2009-29 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 10530.900251/2009-06 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo nº: 10530.900252/2009-42 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 10530.900254/2009-31 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 10530.900256/2009-21 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 10530.900257/2009-75 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
272 - Processo nº: 10530.900258/2009-10 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 10530.900260/2009-99 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
274 - Processo nº: 10530.900261/2009-33 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 10530.900263/2009-22 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo nº: 10530.900264/2009-77 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 10530.900266/2009-66 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 10530.900267/2009-19 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 10530.900268/2009-55 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 10530.900272/2009-13 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo nº: 10530.902797/2009-93 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo nº: 10530.902800/2009-79 - Embargante: TERMOBAHIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4 - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
283 - Processo nº: 10218.721112/2012-58 - Recorrente: RAFAEL SALDANHA DE CAMARGOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
284 - Processo nº: 10218.721113/2012-01 - Recorrente: RAFAEL SALDANHA DE CAMARGOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
285 - Processo nº: 10140.720029/2007-45 - Recorrente: THE LANCASHIRE GENERAL INVESTMENT COMPANY LIMITED e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
286 - Processo nº: 10140.720030/2007-70 - Recorrente: THE LANCASHIRE GENERAL INVESTMENT COMPANY LIMITED e Interessado: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo nº: 10140.720031/2007-14 - Recorrente: THE LANCASHIRE GENERAL INVESTMENT COMPANY LIMITED e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
288 - Processo nº: 10280.720435/2010-17 - Recorrente: IEDA SANTANA FERNANDEZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
289 - Processo nº: 10280.720427/2010-62 - Recorrente: IEDA SANTANA FERNANDEZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo nº: 10530.726658/2011-71 - Recorrente: RIO GRANDE PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 10530.722319/2014-69 - Recorrente: RIO GRANDE PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo nº: 10530.722316/2014-25 - Recorrente: RIO GRANDE PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
293 - Processo nº: 18471.720056/2008-69 - Recorrente: CLUBE DE ENGENHARIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
294 - Processo nº: 10680.720569/2007-11 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 10469.721171/2011-93 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FRANCISCO MEDEIROS SOBRINHO

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção do CARF

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 08 a 11/03/2022.

Pauta Ordinária (de 08 a 10/03/2022) e Extraordinária (dia 11/03/2022) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço:

https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg;

3) O julgamento do Processo nº 10183.721684/2009-86 (item 10) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 11 e 12. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 11 e 12, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 10735.722470/2011-58 (item 13) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 14. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 14, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 11624.720096/2015-08 (item 15) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 16. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 16, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 11075.721987/2014-56 (item 17) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 18. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 18, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

7) O julgamento do Processo nº 10670.721926/2011-64 (item 30) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 31. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 31, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 8 de Março de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
1 - Processo nº: 19515.722768/2013-99 - Recorrente: ROGERIO MAURO D AVOLA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 19515.722769/2013-33 - Recorrente: SANDRA MARIA GONCALVES VICTOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
3 - Processo nº: 10410.000889/2004-99 - Recorrente: CLAUDIO GONZAGA BENTES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 11610.011295/2007-62 - Recorrente: EDSON ALVES DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10950.001778/2009-05 - Recorrente: JOAQUIM RODRIGUES SOBRINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 19515.003043/2005-98 - Recorrente: MARIA APARECIDA COSTA MORAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
7 - Processo nº: 10580.720680/2008-17 - Recorrente: MARIO CAMERA DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
8 - Processo nº: 10580.722227/2008-45 - Recorrente: PAULO DEMOCRITO DE SA CAIRES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 13851.721699/2011-37 - Recorrente: PAULO ROBERTO TANURI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: ITR - GLOSA DE ÁREA DECLARADA
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
10 - Processo nº: 10183.721684/2009-86 - Recorrente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
11 - Processo nº: 10183.721685/2009-21 - Recorrente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10183.721687/2009-10 - Recorrente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
13 - Processo nº: 10735.722470/2011-58 - Recorrente: JOSE LUIZ SOBRINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
14 - Processo nº: 10735.722459/2011-98 - Recorrente: JOSE LUIZ SOBRINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
15 - Processo nº: 11624.720096/2015-08 - Recorrente: REFLORESTADORA CANAVIEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
16 - Processo nº: 11624.720024/2017-14 - Recorrente: REFLORESTADORA CANAVIEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
17 - Processo nº: 11075.721987/2014-56 - Recorrente: JOSE OVIDIO GOMES DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
18 - Processo nº: 11075.721989/2014-45 - Recorrente: JOSE OVIDIO GOMES DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
19 - Processo nº: 10283.721102/2011-58 - Recorrente: DETLEF ANDREAS MANFRED PETERS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10940.721178/2015-16 - Recorrente: FREDERICO ZENZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10530.724231/2014-81 - Recorrente: LUIZ ALBERTO TEBET e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10120.721433/2009-36 - Recorrente: MARIZA JUNQUEIRA MOSANER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
23 - Processo nº: 10240.720140/2007-11 - Recorrente: NELIO NILTON NIERO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10240.720143/2007-47 - Recorrente: NELIO NILTON NIERO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10240.720147/2007-25 - Recorrente: NELIO NILTON NIERO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
26 - Processo nº: 10680.725464/2012-16 - Recorrente: SANTA AMALIA ADMINISTRACAO PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10280.720063/2009-87 - Recorrente: MARCOS MARCELINO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 11065.723284/2014-81 - Recorrente: SERGIO LUDWIG GASTAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10280.721061/2014-72 - Recorrente: VALERIA IBERNOM APOSTOLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: ITR - VALOR DA TERRA NUA
30 - Processo nº: 10670.721926/2011-64 - Recorrente: WILSON JOSE DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
31 - Processo nº: 10670.721927/2011-17 - Recorrente: WILSON JOSE DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
32 - Processo nº: 10183.722786/2014-86 - Recorrente: ALCIDES JURACI PARZIANELLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10680.720943/2015-99 - Recorrente: ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10140.721967/2013-19 - Recorrente: AUGUSTA GOMES DA SILVA BARROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13984.720687/2014-22 - Recorrente: RAUL DO NASCIMENTO ATHAYDE DA ROSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13161.720569/2012-36 - Recorrente: SVERDI PROPAGACAO E CULTURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 13971.721198/2015-18 - Recorrente: CELSO BERRI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10410.724593/2016-09 - Recorrente: TRIUNFO AGROINDUSTRIAL LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4: ITR - DIVERSOS
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
39 - Processo nº: 10530.721871/2015-11 - Recorrente: TELMO WAYHS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13984.720689/2014-11 - Recorrente: ALFREDO GOETEN NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10530.723618/2015-00 - Recorrente: IOLANDO SILVA DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10283.720254/2011-33 - Recorrente: JOSE RIBAMAR BRITO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
43 - Processo nº: 10980.001360/2010-76 - Recorrente: WALDIR EDISON DAVIDANS SVERSUTTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
44 - Processo nº: 13984.720712/2014-78 - Recorrente: NILTON JOSE MARCON e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13984.720205/2014-34 - Recorrente: ANTONIO SILVA DE LIZ E SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13362.000651/2006-36 - Recorrente: VILMAR HILLER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10730.720068/2007-01 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10730.720063/2007-70 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10480.728951/2014-59 - Recorrente: FERNANDO CARLOS ALBUQUERQUE TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: CS - RETORNOS DE PAUTA 2021
Relator(a): GUSTAVO FABER DE AZEVEDO
50 - Processo nº: 19515.002159/2009-33 - Recorrente: NEWTIME SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 19515.002163/2009-00 - Recorrente: NEWTIME SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 19515.002162/2009-57 - Recorrente: NEWTIME SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 19515.002161/2009-11 - Recorrente: NEWTIME SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 19515.002160/2009-68 - Recorrente: NEWTIME SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 19515.002157/2009-44 - Recorrente: NEWTIME SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 19515.002158/2009-99 - Recorrente: NEWTIME SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 44000.000913/2006-03 - Recorrente: NEWTIME SERVICOS TEMPORARIOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 19515.004854/2009-30 - Recorrente: ATRACAO FONOGRAFICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 19515.004853/2009-95 - Recorrente: ATRACAO FONOGRAFICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10920.723966/2013-13 - Recorrente: BEBIDAS PRINCIPE LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 19647.003759/2009-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONDIC CONSTRUTORA DIRETRIZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
62 - Processo nº: 18050.002142/2008-47 - Recorrente: GRIFFIN BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10580.004582/2007-58 - Recorrente: GRIFFIN BRASIL LTDA E OUTROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 18050.002147/2008-70 - Recorrente: GRIFFIN BRASIL LTDA E OUTROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10410.007931/2008-26 - Recorrente: PENEDO AGRO INDUSTRIAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 19726.001088/2010-18 - Recorrente: COMPROVE COOPERATIVA DE PROFISSION DE V E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 35013.002071/2005-03 - Recorrente: EMGRAF EMPRESARIAL GRAFICA FEIRENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 23034.021758/2001-89 - Recorrente: RADIO E TELEVISAO TAROBA LTDA - PR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 11070.001139/2010-43 - Recorrente: UNIMED SANTA ROSA SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICO MEDICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 15954.000177/2007-99 - Recorrente: WLAMA AGRO-INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 15954.000178/2007-33 - Recorrente: WLAMA AGRO-INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10976.000745/2009-41 - Recorrente: OBRA SOCIAL DOM BOSCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10976.000744/2009-05 - Recorrente: OBRA SOCIAL DOM BOSCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 16707.005245/2009-52 - Recorrente: SOCIEDADE PROFESSOR HEITOR CARRILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 16707.005246/2009-05 - Recorrente: SOCIEDADE PROFESSOR HEITOR CARRILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Março de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 6: CS - ENTIDADE BENEFICENTE
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
76 - Processo nº: 12269.002364/2009-17 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICIENTE E EDUCACIONAL DA DIOCESE MERIDIONAL DA IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 12269.002365/2009-53 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICIENTE E EDUCACIONAL DA DIOCESE MERIDIONAL DA IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 12269.004213/2009-95 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICIENTE E EDUCACIONAL DA DIOCESE MERIDIONAL DA IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 12269.004214/2009-30 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICIENTE E EDUCACIONAL DA DIOCESE MERIDIONAL DA IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 12269.002367/2009-42 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICIENTE E EDUCACIONAL DA DIOCESE MERIDIONAL DA IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 12269.004212/2009-41 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICIENTE E EDUCACIONAL DA DIOCESE MERIDIONAL DA IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: CS - CARACTERIZAÇÃO SEGURADO/DIVERSOS
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
82 - Processo nº: 10552.000269/2007-88 - Recorrente: CPCI - COMPANHIA DE CREDITO IMOBILIARIO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 15540.000574/2009-94 - Recorrente: K 2 CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 15540.000576/2009-83 - Recorrente: K 2 CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 15540.000573/2009-40 - Recorrente: K 2 CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
86 - Processo nº: 44021.000008/2007-88 - Recorrente: MAIS DISTRIBUIDORA DE VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 44021.000007/2007-33 - Recorrente: MAIS DISTRIBUIDORA DE VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 44021.000002/2007-19 - Recorrente: MAIS DISTRIBUIDORA DE VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: CS - SALÁRIO INDIRETO/DIVERSOS
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
89 - Processo nº: 18050.009461/2008-83 - Recorrente: CBB COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 18050.009462/2008-28 - Recorrente: CBB COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 13502.000687/2009-11 - Recorrente: CBB COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 13502.000684/2009-87 - Recorrente: CBB COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 13502.000686/2009-76 - Recorrente: CBB COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 13502.000685/2009-21 - Recorrente: CBB COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
95 - Processo nº: 10166.720725/2017-35 - Recorrente: HOSPITAL LAGO SUL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10166.720726/2017-80 - Recorrente: HOSPITAL LAGO SUL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
97 - Processo nº: 18088.000305/2009-19 - Recorrente: UNIMED DE ARARAQUARA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 18088.000306/2009-55 - Recorrente: UNIMED DE ARARAQUARA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 35373.000227/2005-14 - Recorrente: UNIMED DE ARARAQUARA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: CS - PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO/DIVERSOS
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
100 - Processo nº: 10580.004454/2007-12 - Recorrente: BRASKEM S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 19515.006068/2008-96 - Recorrente: DELLTTA DE PARTICIPACOES E DESENVOLVIMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 19515.006071/2008-18 - Recorrente: DELLTTA DE PARTICIPACOES E DESENVOLVIMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 19515.006074/2008-43 - Recorrente: DELLTTA DE PARTICIPACOES E DESENVOLVIMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 19515.006070/2008-65 - Recorrente: DELLTTA DE PARTICIPACOES E DESENVOLVIMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 19515.005590/2009-31 - Recorrente: QUALITECNICA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 19515.005587/2009-18 - Recorrente: QUALITECNICA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: CS - DIVERSOS
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
107 - Processo nº: 18471.000789/2008-83 - Recorrente: HOSPITAL DR BALBINO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 18471.000788/2008-39 - Recorrente: HOSPITAL DR BALBINO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 18471.000792/2008-05 - Recorrente: HOSPITAL DR BALBINO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 18471.000787/2008-94 - Recorrente: HOSPITAL DR. BALBINO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
111 - Processo nº: 14098.000129/2009-37 - Recorrente: VIANA TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CEREAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 14098.000108/2009-11 - Recorrente: VIANA TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CEREAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
113 - Processo nº: 10240.001232/2008-71 - Recorrente: M B M EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
114 - Processo nº: 16045.000224/2008-09 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: MARCELO LOPES DE CARVALHO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
115 - Processo nº: 13502.001068/2009-43 - Recorrente: MUNICIPIO DE DIAS DAVILA PREF MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 13502.001067/2009-07 - Recorrente: MUNICIPIO DE DIAS DAVILA PREF MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
117 - Processo nº: 15983.001551/2008-15 - Recorrente: PROCESSA TELECOMUNICACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
118 - Processo nº: 44021.000351/2007-22 - Recorrente: OWENS-ILLINOIS DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
119 - Processo nº: 13971.002011/2008-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ASSOCIACAO DOS AGENTES DE SAUDE DE POMERODE SC
120 - Processo nº: 13971.002012/2008-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ASSOCIACAO DOS AGENTES DE SAUDE DE POMERODE SC
121 - Processo nº: 13971.002013/2008-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ASSOCIACAO DOS AGENTES DE SAUDE DE POMERODE SC

DIA 9 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 11: CS - SALÁRIO INDIRETO/DIVERSOS
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
122 - Processo nº: 14041.000767/2008-22 - Recorrente: CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 14041.000768/2008-77 - Recorrente: CONF NAC DO COM DE BENS SERV E TURISMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 14041.000769/2008-11 - Recorrente: CONF NAC DO COM DE BENS SERV E TURISMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 14041.000766/2008-88 - Recorrente: CON NAC DO COM DE BENS SERV E TURISMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
126 - Processo nº: 14367.000131/2009-99 - Recorrente: FLEX IMP EXP IND E COM MAQ E MOTOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 14367.000133/2009-88 - Recorrente: FLEX IMP EXP IND E COM MAQ E MOTOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 14367.000132/2009-33 - Recorrente: FLEX IMP EXP IND E COM MAQ E MOTOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 13411.001560/2007-76 - Recorrente: CONSERVADORA BRILHANTE LIMP.E SERV.LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13411.001567/2007-98 - Recorrente: CONSERVADORA BRILHANTE LIMP.E SERV.LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
131 - Processo nº: 10166.722862/2011-19 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA
132 - Processo nº: 10166.012102/2009-85 - Recorrente: LOTAXI TRANSPORTES URBANOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10166.012104/2009-74 - Recorrente: LOTAXI TRANSPORTES URBANOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10166.012103/2009-20 - Recorrente: LOTAXI TRANSPORTES URBANOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10166.012106/2009-63 - Recorrente: LOTAXI TRANSPORTES URBANOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: CS - DIVERSOS
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
136 - Processo nº: 10820.005041/2008-58 - Recorrente: SANTA FE DO SUL PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10820.005042/2008-01 - Recorrente: SANTA FE DO SUL PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
138 - Processo nº: 10530.724893/2016-13 - Recorrente: KLEBER SOSNOSKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10980.723626/2014-69 - Recorrente: VIACAO GRACIOSA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 17883.000257/2007-51 - Recorrente: FREE PORT VIGILANCIA E SEG PATRIMONIAL LTDA (MASSA FALIDA) e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
141 - Processo nº: 10660.723177/2010-48 - Recorrente: SANTANA DA VARGEM PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 12269.000686/2010-57 - Recorrente: GLADSTERM IND E COM DE FIBERGLASS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 12269.000688/2010-46 - Recorrente: GLADSTERM IND E COM DE FIBERGLASS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 12269.000692/2010-12 - Recorrente: GLADSTERM IND E COM DE FIBERGLASS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 13609.002143/2008-14 - Recorrente: MINERACAO LAPA VERMELHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: CS - PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO/DIVERSOS
146 - Processo nº: 16537.000375/2011-12 - Recorrente: CIPLA INDUSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
147 - Processo nº: 10865.003489/2007-30 - Recorrente: SINDICATO VIGILANTES TRAB SEG VIG LIMEIR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10865.003493/2007-06 - Recorrente: SINDICATO VIGILANTES TRAB SEG VIG LIMEIR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
149 - Processo nº: 10665.003049/2008-10 - Recorrente: C S F CONSTRUTORA SEIXAS DE FARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10665.003052/2008-33 - Recorrente: C S F CONSTRUTORA SEIXAS DE FARIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
151 - Processo nº: 10380.021703/2008-63 - Recorrente: AMERICA DO SUL DIST ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10380.021704/2008-16 - Recorrente: AMERICA DO SUL DIST ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10380.021710/2008-65 - Recorrente: AMERICA DO SUL DIST ALIMENTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10380.021740/2008-71 - Recorrente: AMERICA DO SUL DIST ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10380.021717/2008-87 - Recorrente: AMERICA DO SUL DIST ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10380.021720/2008-09 - Recorrente: AMERICA DO SUL DIST ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10380.021713/2008-07 - Recorrente: AMAERICA DO SUL DIST ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10380.021708/2008-96 - Recorrente: AMERICA DO SUL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Março de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 14: CS - OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
159 - Processo nº: 13888.002724/2007-86 - Recorrente: CATERPILLAR BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
160 - Processo nº: 16814.000202/2008-82 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - FUNIARP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
161 - Processo nº: 10830.012322/2008-48 - Recorrente: MLO OPTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS
162 - Processo nº: 19311.720316/2015-21 - Recorrente: FLAVIA SOARES PETRI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
163 - Processo nº: 10768.100517/2007-64 - Recorrente: LEON MAX VALANSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
164 - Processo nº: 13748.000383/2010-12 - Recorrente: AFONSO HENRIQUES FERREIRA ALVES DE AGUIAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
165 - Processo nº: 15540.720211/2014-36 - Recorrente: RAFAEL AUGUSTO SOBIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
166 - Processo nº: 10580.721908/2008-96 - Recorrente: CYBELE SANTOS ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 15504.005290/2010-64 - Recorrente: LUIZ CARLOS DUTRA DE MOURA LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10680.932534/2011-18 - Recorrente: LUIZ CARLOS DUTRA DE MOURA LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 10580.720846/2009-86 - Recorrente: WANDERLIN BARBOSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 16: IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS/DIVERSOS
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
170 - Processo nº: 13749.720116/2012-17 - Recorrente: JOEL DA SILVA QUINTINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 13749.720158/2013-21 - Recorrente: JOEL DA SILVA QUINTINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10530.720819/2015-47 - Recorrente: JORGE SOUZA E SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
173 - Processo nº: 11543.000804/2009-34 - Recorrente: JOSE ANTONIO DO AMARAL FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 11080.012046/2008-19 - Recorrente: ALFREDO RONE PRADO OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 11080.720154/2010-75 - Recorrente: REINALDO JUAREZ MINOSSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10845.722143/2011-59 - Recorrente: CARLOS FONSECA MONNERAT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
177 - Processo nº: 13907.000252/2009-13 - Recorrente: ANTONIO LOURENCO DE OLIVEIRA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
178 - Processo nº: 11080.724848/2011-62 - Recorrente: NIELI PANDOLFO CHAVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
179 - Processo nº: 10830.017908/2009-80 - Recorrente: LEOPOLDO MENQUIQUI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
180 - Processo nº: 10920.000660/2004-02 - Recorrente: MARIA MADALENA ESPINDOLA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 17: CS - CONHECIMENTO/DIVERSOS
181 - Processo nº: 10380.001798/2008-07 - Recorrente: CEI - CRIACOES DE CONFECCOES LTDA-EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
182 - Processo nº: 10830.008742/2010-44 - Recorrentes: VILLARES METALS SA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
183 - Processo nº: 10320.003809/2007-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO CONSORCIO ALUMAR
184 - Processo nº: 10320.003807/2007-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO CONSORCIO ALUMAR
185 - Processo nº: 10320.003873/2007-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO S/A
186 - Processo nº: 10320.003834/2007-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO S/A
187 - Processo nº: 10320.003823/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO S/A
188 - Processo nº: 10320.003803/2007-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO S/A
189 - Processo nº: 10580.729914/2013-59 - Recorrente: V L PINHEIRO - LOGISTICA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 18: CS - DIVERSOS
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
190 - Processo nº: 18050.004794/2008-16 - Recorrente: CM MACHADO ENG LTDA SUC DE AM AMORIM MEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 18050.000006/2007-31 - Recorrente: CM MACHADO ENG LTDA SUCES DE AM AMORIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 10580.004639/2007-19 - Recorrente: CM MACHADO ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
193 - Processo nº: 11516.722127/2013-12 - Recorrente: BENDO TRANSPORTES E CONSULTORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
194 - Processo nº: 12269.004918/2009-11 - Recorrente: DELIR NAZARI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 12269.004919/2009-57 - Recorrente: DELIR NAZARI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 12269.004920/2009-81 - Recorrente: DELIR NAZARI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 13864.000082/2008-30 - Recorrente: J ENES CONSTRUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 15956.000405/2008-91 - Recorrente: VANESSA FRANCA BONINI PANICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 15956.000406/2008-36 - Recorrente: VANESSA FRANCA BONINI PANICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 15956.000407/2008-81 - Recorrente: VANESSA FRANCA BONINI PANICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
201 - Processo nº: 16024.000077/2009-98 - Recorrente: ISOCOAT TINTAS E VERNIZES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 16024.000078/2009-32 - Recorrente: ISOCOAT TINTAS E VERNIZES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 16024.000080/2009-10 - Recorrente: ISOCOAT TINTAS E VERNIZES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 16024.000081/2009-56 - Recorrente: ISOCOAT TINTAS E VERNIZES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
205 - Processo nº: 15586.720628/2012-19 - Recorrente: MUNICIPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
206 - Processo nº: 13888.003323/2009-13 - Recorrente: COLEGIO SALESIANO DOM BOSCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 13888.003324/2009-50 - Recorrente: COLEGIO SALESIANO DOM BOSCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 13888.003326/2009-49 - Recorrente: COLEGIO SALESIANO DOM BOSCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO FABER DE AZEVEDO
209 - Processo nº: 35383.000743/2006-19 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE TIETE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
210 - Processo nº: 14098.000264/2009-82 - Recorrente: CESAR CANEPPELE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 14098.000265/2009-27 - Recorrente: CESAR CANEPPELE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 14098.000266/2009-71 - Recorrente: CESAR CANEPPELE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Março de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 18: CS - DIVERSOS
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
213 - Processo nº: 13971.000464/2010-61 - Recorrente: TRICAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 13971.000465/2010-13 - Recorrente: TRICAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 13971.000466/2010-50 - Recorrente: TRICAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 13971.000744/2010-79 - Recorrente: TRICAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 13971.000745/2010-13 - Recorrente: TRICAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 13971.000746/2010-68 - Recorrente: TRICAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO FABER DE AZEVEDO
219 - Processo nº: 15540.720391/2013-75 - Recorrente: MARATORI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
220 - Processo nº: 11065.001460/2010-05 - Recorrente: SMS STAMP INJET METALURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 11065.001459/2010-72 - Recorrente: SMS STAMP INJET METALURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
222 - Processo nº: 23034.042159/2006-11 - Recorrente: BOMPRECO SA SUPERMERCADOS DO NORDESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO FABER DE AZEVEDO
223 - Processo nº: 13971.003067/2009-15 - Recorrente: COOPERATIVA DE TRANSPORTES GASPAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 13971.003068/2009-51 - Recorrente: COOPERATIVA DE TRANSPORTES GASPAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
225 - Processo nº: 23034.002180/2001-61 - Recorrente: USINA SERRA GRANDE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO FABER DE AZEVEDO
226 - Processo nº: 10140.720335/2013-20 - Recorrente: COUROS WET LEATHER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
227 - Processo nº: 10320.005164/2007-49 - Recorrente: BRADESCO/BEM DTVM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO FABER DE AZEVEDO
228 - Processo nº: 11516.000973/2010-35 - Recorrente: ASSOCIACAO AUD FISCAIS DO TRABALHO SC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
229 - Processo nº: 10580.721347/2014-73 - Recorrente: LUIZ EDUARDO MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 11065.000123/2010-92 - Recorrente: COOP SUINOCULT DO CAI SUPERIOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
231 - Processo nº: 11444.000168/2009-69 - Recorrente: CONSER SERVICOS TECNICOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
232 - Processo nº: 18108.001245/2007-04 - Recorrente: MABE BRASIL ELETRODOMESTICOS S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 14485.000192/2007-48 - Recorrente: ORGANIZACAO DE SAUDE COM EXCELENCIA E CIDADANIA - OSEC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
234 - Processo nº: 19515.003942/2008-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GSV SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
235 - Processo nº: 19515.003940/2008-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GSV SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
236 - Processo nº: 19515.003934/2008-97 - Recorrente: GSV SEGURANCA E VILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 19515.003938/2008-75 - Recorrente: GSV SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 19: IRPF - DIVERSOS
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
238 - Processo nº: 15504.720114/2017-22 - Recorrente: MARCOS JULIANO COUTINHO DIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 15504.720015/2017-41 - Recorrente: MARCOS JULIANO COUTINHO DIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo nº: 15504.720014/2017-04 - Recorrente: MARCOS JULIANO COUTINHO DIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 15504.720013/2017-51 - Recorrente: MARCOS JULIANO COUTINHO DIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 18186.009952/2010-11 - Recorrente: NELSON TABACOW FELMANAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 18186.005943/2007-48 - Recorrente: MARIO MARCHETTI FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 15471.000268/2008-38 - Recorrente: LILIAN EVERTON LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 13884.001234/2010-06 - Recorrente: JESUEL JOSE DO NASCIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 13823.720067/2011-93 - Recorrente: ADEMIR DE JESUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 12326.001492/2009-11 - Recorrente: OSCAR BAPTISTA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 10855.001242/2009-60 - Recorrente: ROZEMEIRE GARCIA MARQUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 21: ITR - VALOR DA TERRA NUA
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
249 - Processo nº: 10935.720983/2013-30 - Recorrente: LUIZ AMADEU ANTUNES VIEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MIRIAM DENISE XAVIER
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção do CARF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 08 a 11/03/2022.

Pauta Ordinária (de 08 a 10/03/2022) e Extraordinária (dia 11/03/2022) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg;

3) O julgamento do Processo nº 10480.722522/2019-82 (item 61) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 62 e 63. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 62 e 63, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 11080.728642/2014-54 (item 296) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 297. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 297, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 11080.728639/2014-31 (item 298) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 299. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 299, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10530.720201/2007-77 (item 301) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 302. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 302, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

7) O julgamento do Processo nº 10215.720820/2011-11 (item 303) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 304 e 305. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 304 e 305, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 8 de Março de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
1 - Processo nº: 16682.720113/2018-71 - Recorrente: TAP MANUTENCAO E ENGENHARIA BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
2 - Processo nº: 10945.721509/2015-78 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: HOTEL BOURBON DE FOZ DO IGUACU LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
3 - Processo nº: 19832.000732/2008-09 - Recorrente: TRANSNAZA TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 15868.720094/2013-37 - Recorrente: BIRIGUI FERRO BIFERCO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
5 - Processo nº: 18471.001507/2008-65 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
6 - Processo nº: 18471.001454/2008-82 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
7 - Processo nº: 11634.000972/2008-20 - Recorrente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 15586.720187/2012-47 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO S.A. - EMBRAE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 15586.720186/2012-01 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO S.A. - EMBRAE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
10 - Processo nº: 12269.004481/2008-26 - Recorrente: ANDRAX SERVICOS E ALIMENTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 12269.004480/2008-81 - Recorrente: ANDRAX SERVICOS E ALIMENTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 12269.004478/2008-11 - Recorrente: ANDRAX SERVICOS E ALIMENTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 12269.004477/2008-68 - Recorrente: ANDRAX SERVICOS E ALIMENTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 12269.004476/2008-13 - Recorrente: ANDRAX SERVICOS E ALIMENTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 12269.004475/2008-79 - Recorrente: ANDRAX SERVICOS E ALIMENTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 12269.004474/2008-24 - Recorrente: ANDRAX SERVICOS E ALIMENTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 12269.004473/2008-80 - Recorrente: ANDRAX SERVICOS E ALIMENTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
18 - Processo nº: 10970.000418/2010-83 - Recorrente: MARCO ANTONIO MIKELAITIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10970.000417/2010-39 - Recorrente: MARCO ANTONIO MIKELAITIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10970.000412/2010-14 - Recorrente: MARCO ANTONIO MIKELAITIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10970.000411/2010-61 - Recorrente: MARCO ANTONIO MIKELAITIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
22 - Processo nº: 15758.000176/2010-66 - Recorrente: CONECTA EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 15758.000175/2010-11 - Recorrente: CONECTA EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 15758.000178/2010-55 - Recorrente: CONECTA EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
25 - Processo nº: 11444.001645/2008-22 - Recorrente: ASSOCIACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GARCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 11444.001642/2008-99 - Recorrente: ASSOCIACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GARCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
27 - Processo nº: 13827.000948/2009-30 - Recorrente: ETROS INCORPORADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13827.000947/2009-95 - Recorrente: ETROS INCORPORADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13827.000946/2009-41 - Recorrente: ETROS INCORPORADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
30 - Processo nº: 10073.720238/2014-69 - Recorrente: CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10073.720240/2014-38 - Recorrente: CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
32 - Processo nº: 11444.001757/2008-83 - Recorrente: FUMI SAKUMOTTO TSUDA CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 11444.001758/2008-28 - Recorrente: FUMI SAKUMOTTO TSUDA CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
34 - Processo nº: 10073.721821/2012-25 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ASSOCIACAO DO COLEGIO SANTA ANGELA DE RESENDE
35 - Processo nº: 23034.028091/2003-15 - Recorrente: BANCO CITIBANK S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 14479.000018/2007-84 - Recorrente: CENTRAL DE INTERCAMBIO VIAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
37 - Processo nº: 10945.000023/2010-98 - Recorrente: FUNDACAO NOSSO LAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10945.000025/2010-87 - Recorrente: FUNDACAO NOSSO LAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10945.000024/2010-32 - Recorrente: FUNDACAO NOSSO LAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10945.000026/2010-21 - Recorrente: FUNDACAO NOSSO LAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
41 - Processo nº: 10920.000993/2010-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FABIO PERINI IND E COM DE MAQUINAS LTDA
42 - Processo nº: 10920.000995/2010-61 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FABIO PERINI INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA
43 - Processo nº: 10920.000994/2010-16 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FABIO PERINI IND E COM DE MAQUINAS LTDA
44 - Processo nº: 10920.000992/2010-27 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FABIO PERINI IND E COM DE MAQUINAS LTDA
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
45 - Processo nº: 13888.003954/2009-24 - Recorrente: FUNDACAO LETICIA DUARTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13888.003955/2009-79 - Recorrente: FUNDACAO LETICIA DUARTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13888.003953/2009-80 - Recorrente: FUNDACAO LETICIA DUARTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
48 - Processo nº: 11020.002978/2009-31 - Recorrente: CLUBE RECREATIVO DA MAIOR IDADE VIVERE BENE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 11020.002977/2009-96 - Recorrente: CLUBE RECREATIVO DA MAIOR IDADE VIVERE BENE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
50 - Processo nº: 16024.000055/2010-61 - Recorrente: FUNDACAO LUIZ JOAO LABRONICI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 16024.000054/2010-17 - Recorrente: FUNDACAO LUIZ JOAO LABRONICI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 16024.000053/2010-72 - Recorrente: FUNDACAO LUIZ JOAO LABRONICI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
53 - Processo nº: 35011.003971/2004-07 - Recorrente: MERCANTIL NOVA ERA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 14474.000330/2007-18 - Recorrente: TRANSMUN TRANSPORTE DE CARGAS - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
55 - Processo nº: 13888.002329/2008-84 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ESCOLA TECNICA DE AMERICANA EIRELI
56 - Processo nº: 13888.002330/2008-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ESCOLA TECNICA DE AMERICANA LTDA
57 - Processo nº: 13888.002331/2008-53 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ESCOLA TECNICA DE AMERICANA LTDA
58 - Processo nº: 13888.002332/2008-06 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ESCOLA TECNICA DE AMERICANA LTDA
59 - Processo nº: 13888.002333/2008-42 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ESCOLA TECNICA DE AMERICANA LTDA

DIA 8 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
60 - Processo nº: 18088.000089/2010-37 - Recorrente: USINA SANTA FE S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
61 - Processo nº: 10480.722522/2019-82 - Recorrente: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO PAULISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
62 - Processo nº: 10480.724961/2017-68 - Recorrente: MUNICIPIO DE PAULISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10480.724962/2017-11 - Recorrente: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO PAULISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
64 - Processo nº: 14098.000113/2009-24 - Recorrente: CONCREMAX CONCRETO ENGENHARIA E SAN LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 14098.000112/2009-80 - Recorrente: CONCREMAX CONCRETO ENGENHARIA E SAN LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 14098.000111/2009-35 - Recorrente: CONCREMAX CONCRETO ENGENHARIA E SAN LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 36032.001907/2006-60 - Recorrente: CONCREMAX CONCRETO ENG.E SANEAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 14098.000008/2007-23 - Recorrente: CONCREMAX CONCRETO ENG E SANEAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
69 - Processo nº: 13982.000988/2008-16 - Recorrente: AVES DO PARQUE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13982.000989/2008-52 - Recorrente: AVES DO PARQUE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13982.000990/2008-87 - Recorrente: AVES DO PARQUE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10925.720452/2013-66 - Recorrente: AVES DO PARQUE LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
73 - Processo nº: 19515.720058/2011-62 - Recorrente: AGFA GEVAERT DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 19515.005669/2008-81 - Recorrente: AGFA GEVAERT DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 19515.005667/2008-92 - Recorrente: AGFA GEVAERT DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 19515.005665/2008-01 - Recorrente: AGFA GEVAERT DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
77 - Processo nº: 10640.000343/2010-72 - Recorrente: ASSOCIACAO MUNICIPAL DE APOIO COMUNITARIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10640.001896/2009-17 - Recorrente: ASSOCIACAO MUNICIPAL DE APOIO COMUNITARIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10640.000344/2010-17 - Recorrente: ASSOCIACAO MUNICIPAL DE APOIO COMUNITARIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10640.001895/2009-64 - Recorrente: ASSOCIACAO MUNICIPAL DE APOIO COMUNITARIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10640.000341/2010-83 - Recorrente: ASSOCIACAO MUNICIPAL DE APOIO COMUNITARIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
82 - Processo nº: 10865.003914/2009-52 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS DEFICIENTES FISICOS E VISUAIS DE M GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10865.003903/2009-72 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS DEFICIENTES FISICOS E VISUAIS DE M GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
84 - Processo nº: 16004.000352/2009-10 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 16004.000350/2009-12 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 16004.000349/2009-98 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 16004.000351/2009-67 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 16004.000348/2009-43 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 16004.000356/2009-90 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 16004.000358/2009-89 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 16004.000354/2009-09 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 16004.000355/2009-45 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
93 - Processo nº: 35884.005179/2006-71 - Recorrente: SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO EST.DO RIO DE JANEIRO. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 36624.017268/2003-41 - Recorrente: MA&G COMERCIO ADMINISTRACAO REPRESENTACAO E PARTICIPACA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
95 - Processo nº: 14120.000141/2008-36 - Recorrente: VALERIO AZAMBUJA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 14120.000140/2008-91 - Recorrente: VALERIO AZAMBUJA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 14120.000139/2008-67 - Recorrente: VALERIO AZAMBUJA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
98 - Processo nº: 16004.001197/2008-60 - Recorrente: NOGUEIRA & POGGI LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 16004.001195/2008-71 - Recorrente: NOGUEIRA & POGGI LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 16004.001196/2008-15 - Recorrente: NOGUEIRA & POGGI LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 16004.001198/2008-12 - Recorrente: NOGUEIRA & POGGI LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
102 - Processo nº: 11030.001625/2009-02 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA MARAUENSE LTDA - EM LIQUIDACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 11030.001622/2009-61 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA MARAUENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 11030.001620/2009-71 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA MARAUENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
105 - Processo nº: 36582.001679/2007-82 - Recorrente: CAPITAO LEONIDAS MARQUES CAMARA MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 23034.022802/2002-59 - Recorrente: EUCATUR EMP UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 23034.022783/2002-61 - Recorrente: GUANABARA DIESEL SA COMERCIO E REPRESENTACOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
108 - Processo nº: 14367.000060/2009-24 - Recorrente: COMPONEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 14367.000062/2009-13 - Recorrente: COMPONEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 14367.000059/2009-08 - Recorrente: COMPONEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
111 - Processo nº: 11444.001040/2009-12 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES JUSTICA DE TUPA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 11444.001039/2009-98 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES JUSTICA DE TUPA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
113 - Processo nº: 12269.000198/2007-44 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSITARIA DE CARDIOLOGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 12269.000197/2007-08 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSITARIA DE CARDIOLOGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
115 - Processo nº: 15586.001699/2010-49 - Recorrente: GRAFITUSA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 15586.001700/2010-35 - Recorrente: GRAFITUSA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 15586.001703/2010-79 - Recorrente: GRAFITUSA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 15586.001704/2010-13 - Recorrente: GRAFITUSA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
119 - Processo nº: 14120.000491/2008-01 - Recorrente: USINA SANTA OLINDA S/A ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 14120.000489/2008-23 - Recorrente: USINA SANTA OLINDA S/A ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Março de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
121 - Processo nº: 10920.721727/2011-67 - Embargante: USIMEGA USINAGEM LTDA. EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10920.721726/2011-12 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: USIMEGA USINAGEM LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
123 - Processo nº: 10935.008023/2008-31 - Recorrente: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DO PARANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10935.001245/2010-47 - Recorrente: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DO PARANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10935.008020/2008-05 - Recorrente: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DO PARANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
126 - Processo nº: 13502.001132/2010-20 - Recorrente: BAHIA SCUBA ATIVIDADES SUBAQUATICAS LTDA-EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 13502.001131/2010-85 - Recorrente: BAHIA SCUBA ATIVIDADES SUBAQUATICAS LTDA-EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
128 - Processo nº: 11522.001491/2007-18 - Recorrente: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10380.730789/2012-03 - Recorrente: MARSILOP DO BRASIL - SOCIEDADE DE EMPREITADAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
130 - Processo nº: 15889.000324/2009-13 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL DR RAUL BAUAB-JAHU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 15889.000323/2009-79 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL DR RAUL BAUAB-JAHU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 15889.000322/2009-24 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL DR RAUL BAUAB-JAHU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 15889.000321/2009-80 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL DR RAUL BAUAB-JAHU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 15889.000319/2009-19 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL DR RAUL BAUAB-JAHU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
135 - Processo nº: 15586.002072/2008-91 - Recorrente: DROGARIA SAO CIPRIANO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 15586.002073/2008-35 - Recorrente: DROGARIA SAO CIPRIANO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
137 - Processo nº: 11020.004596/2008-61 - Recorrente: ELOBRAS INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 15949.000024/2010-16 - Recorrente: ELOBRAS INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
139 - Processo nº: 10640.003612/2009-19 - Recorrente: FUNDACAO CENTRO TECNOLOGICO DE JUIZ DE FORA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10640.003611/2009-74 - Recorrente: FUNDACAO CENTRO TECNOLOGICO DE JUIZ DE FORA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 12268.000629/2008-63 - Recorrente: ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
142 - Processo nº: 19515.001769/2009-10 - Recorrente: SERVCOMPANY RELACOES DE EMPREGOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 19515.001770/2009-44 - Recorrente: SERVCOMPANY RELACOES DE EMPREGOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 19515.001771/2009-99 - Recorrente: SERVCOMPANY RELACOES DE EMPREGOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 19515.001772/2009-33 - Recorrente: SERVCOMPANY RELACOES DE EMPREGOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 19515.001773/2009-88 - Recorrente: SERVCOMPANY RELACOES DE EMPREGOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 19515.001774/2009-22 - Recorrente: SERVCOMPANY RELACOES DE EMPREGOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
148 - Processo nº: 16641.000229/2009-85 - Recorrente: FUND GER J A G STA CASA CARIDADE BAGE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 16641.000228/2009-31 - Recorrente: FUND GER J A G STA CASA CARIDADE BAGE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
150 - Processo nº: 17460.000298/2007-18 - Recorrente: ARAKAKI MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 17460.000297/2007-73 - Recorrente: ARAKAKI MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
152 - Processo nº: 11444.001509/2008-32 - Recorrente: CASA D'ITALIA DE MARILIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 11444.001508/2008-98 - Recorrente: CASA D'ITALIA DE MARILIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
154 - Processo nº: 10920.007447/2008-47 - Recorrente: CONFECCOES MORLON LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10920.007445/2008-58 - Recorrente: CONFECCOES MORLON LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10920.007443/2008-69 - Recorrente: CONFECCOES MORLON LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 11418.001094/2010-39 - Recorrente: CONFECCOES MORLON LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10920.007446/2008-01 - Recorrente: CONFECCOES MORLON LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10920.007448/2008-91 - Recorrente: CONFECCOES MORLON LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
160 - Processo nº: 16812.000310/2009-56 - Recorrente: CENTRO DE IDIOMAS GSK LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 13896.000570/2010-94 - Recorrente: CNB ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
162 - Processo nº: 10783.723544/2011-06 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICENTE PRO MATRE DE VITORIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 15586.000674/2009-94 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICENTE PRO MATRE DE VITORIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
164 - Processo nº: 11444.001012/2008-14 - Recorrente: OLARIA E COMERCIO DE MAT.DE CONSTRUCAO JOAO DE BARRO LT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 11444.001013/2008-69 - Recorrente: OLARIA E COMERCIO DE MAT.DE CONSTRUCAO JOAO DE BARRO LT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 11444.001014/2008-11 - Recorrente: OLARIA E COMERCIO DE MAT.DE CONSTRUCAO JOAO DE BARRO LT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
167 - Processo nº: 13016.000299/2010-55 - Recorrente: VINHOS SALTON SA INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 13016.000287/2010-21 - Recorrente: VINHOS SALTON SA INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 13016.000286/2010-86 - Recorrente: VINHOS SALTON SA INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 13016.000285/2010-31 - Recorrente: VINHOS SALTON SA INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
171 - Processo nº: 19515.006257/2008-69 - Recorrente: IQ SOLUCOES & QUIMICA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 19515.006256/2008-14 - Recorrente: IQ SOLUCOES & QUIMICA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 19515.006255/2008-70 - Recorrente: IQ SOLUCOES & QUIMICA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 19515.006254/2008-25 - Recorrente: IQ SOLUCOES & QUIMICA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
175 - Processo nº: 10530.000868/2008-31 - Recorrente: UTIARA S/A AGROINDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10196.000462/2010-11 - Recorrente: SIND EMPRESAS TRANSP COLETIVO URB PASSAGEIROS GOIANIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
177 - Processo nº: 37170.000873/2006-74 - Recorrente: MARIA ILVA GONCALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 13896.002211/2007-76 - Recorrente: SOCIEDADE BIBLICA DO BRASIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
179 - Processo nº: 18471.001520/2008-14 - Recorrente: PRODISA PRODUTORA E DISTRIBUIDORA LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 18471.001521/2008-69 - Recorrente: PRODISA PRODUTORA E DISTRIBUIDORA LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
181 - Processo nº: 19515.005776/2008-18 - Recorrente: TELAM EMPREED SERVICOS COMUNICACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 19515.005775/2008-65 - Recorrente: TELAM EMPREED SERVICOS COMUNICACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 19515.005770/2008-32 - Recorrente: TELAM EMPREEND SERV DE COMUNICACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 19515.005773/2008-76 - Recorrente: TELAM EMPREEND SERV DE COMUNICACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
185 - Processo nº: 37095.001427/2006-27 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO MEDIO LTDA e FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 35011.003796/2006-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ROTA CONSTRUCOES E PAVIMENTACAO LTDA
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
187 - Processo nº: 10384.000761/2008-13 - Recorrente: T M LEAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10384.000755/2008-66 - Recorrente: T M LEAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 10384.000758/2008-08 - Recorrente: T M LEAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
190 - Processo nº: 11116.001696/2010-91 - Recorrente: AYRTON JOSE RONCATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 11116.001695/2010-46 - Recorrente: AYRTON JOSE RONCATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
192 - Processo nº: 11030.000348/2009-11 - Recorrente: COOP TRITICOLA TAPERENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 19515.006853/2008-49 - Recorrente: GPV VEICULOS E PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
194 - Processo nº: 13609.001886/2008-77 - Recorrente: INDUSTRIAL LABORTEXTIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 13609.001888/2008-66 - Recorrente: INDUSTRIAL LABORTEXTIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
196 - Processo nº: 10920.721099/2013-81 - Recorrente: DEPARTAMENTO DE TRANSITO DE JOINVILLE - DETRANS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 11516.005065/2007-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS PREFEITURA
198 - Processo nº: 15983.000185/2009-50 - Recorrente: POLI-COR INDUSTRIA DE TINTAS E VERNIZES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
199 - Processo nº: 10384.005722/2008-11 - Recorrente: PEDRA FIACAO E TECELAGEM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 10384.005724/2008-00 - Recorrente: PEDRA FIACAO E TECELAGEM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 16327.720671/2012-90 - Recorrente: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
202 - Processo nº: 23034.000601/2002-09 - Recorrente: VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 23034.000603/2002-90 - Recorrente: VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 23034.000604/2002-34 - Recorrente: VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 23034.000605/2002-89 - Recorrente: VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 23034.000606/2002-23 - Recorrente: VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 23034.000607/2002-78 - Recorrente: VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 23034.000608/2002-12 - Recorrente: VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 23034.000609/2002-67 - Recorrente: VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 23034.000610/2002-91 - Recorrente: VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 37280.000349/2006-56 - Recorrente: ESTADO DO RIO DE JANEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
212 - Processo nº: 11522.001474/2007-81 - Recorrente: SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PUBLICAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 11522.001495/2007-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PUBLICAS
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
214 - Processo nº: 23034.042744/2006-11 - Recorrente: PEPSICO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 16024.000651/2007-46 - Recorrente: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 14120.000177/2009-09 - Recorrente: VIACAO SAO LUIZ LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
217 - Processo nº: 36216.001140/2005-30 - Recorrente: JOWA INDUSTRIA MECANICA LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 14041.000143/2008-13 - Recorrentes: BRASILIENSE FUTEBOL CLUBES S/A LTDA e FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 10943.000143/2007-18 - Recorrente: PRODUTOS ELSIE CLAIRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
220 - Processo nº: 11444.000201/2010-94 - Recorrente: H.R. SERVICO DE LEITURA E ENTREGA DE CONTAS DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 11444.000200/2010-40 - Recorrente: H.R. SERVICO DE LEITURA E ENTREGA DE CONTAS DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 11444.000199/2010-53 - Recorrente: H.R. SERVICO DE LEITURA E ENTREGA DE CONTAS DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 11444.000198/2010-17 - Recorrente: H.R. SERVICO DE LEITURA E ENTREGA DE CONTAS DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
224 - Processo nº: 10970.000697/2009-41 - Recorrente: TRIANGULO METAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 10970.000698/2009-96 - Recorrente: TRIANGULO METAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
226 - Processo nº: 10805.003267/2007-21 - Recorrente: GLOBALGRAIN COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 10805.003270/2007-45 - Recorrente: GLOBALGRAIN COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
228 - Processo nº: 16327.001317/2009-67 - Recorrente: ING BANK N.V. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 16327.001316/2009-12 - Recorrente: ING BANK N.V. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 16327.001315/2009-78 - Recorrente: ING BANK N.V. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 16327.001314/2009-23 - Recorrente: ING BANK N.V. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 16095.000287/2010-86 - Recorrente: TRANSPORTES GARCIA SAO CARLOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
233 - Processo nº: 10830.000198/2010-92 - Recorrente: CAMPNEUS LIDER DE PNEUMATICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 10670.002075/2008-51 - Recorrente: EDUCAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 19515.007084/2008-04 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: JASSEN CILAG FARMACEUTICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
236 - Processo nº: 15954.000123/2007-23 - Recorrente: CASA CACULA DE CEREAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 15954.000124/2007-78 - Recorrente: CASA CACULA DE CEREAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Março de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
238 - Processo nº: 10166.728636/2016-56 - Recorrente: PONTO ON-LINE CURSOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 18470.728494/2017-76 - Recorrente: LET SERVICOS TEMPORARIOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo nº: 35366.002312/2002-63 - Recorrente: SOC BENEFICIENTE DE SENHORAS HOSPITAL SIRIO LIBANES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
241 - Processo nº: 11060.003427/2009-18 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA CACHOEIRENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 11060.003426/2009-73 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA CACHOEIRENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
243 - Processo nº: 12269.004248/2008-43 - Recorrente: Q I INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 12269.004247/2008-07 - Recorrente: Q I INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 15586.720072/2013-33 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENECIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
246 - Processo nº: 10865.003902/2008-47 - Recorrente: SERVICO MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS DE ARARAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 10865.003901/2008-01 - Recorrente: SERVICO MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS DE ARARAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
248 - Processo nº: 19515.000119/2008-76 - Recorrente: UNIAO MECANICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 19515.000117/2008-87 - Recorrente: UNIAO MECANICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
250 - Processo nº: 15956.000130/2010-19 - Recorrente: WORKTIME COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS LIBERAIS ESPECIALIZADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 15956.000131/2010-55 - Recorrente: WORKTIME COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS LIBERAIS ESPECIALIZADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo nº: 15956.000132/2010-08 - Recorrente: WORKTIME COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS LIBERAIS ESPECIALIZADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 15956.000135/2010-33 - Recorrente: WORKTIME COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS LIBERAIS ESPECIALIZADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo nº: 15956.000134/2010-99 - Recorrente: WORKTIME COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS LIBERAIS ESPECIALIZADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 15956.000133/2010-44 - Recorrente: WORKTIME COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS LIBERAIS ESPECIALIZADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
256 - Processo nº: 11516.006654/2009-08 - Recorrente: MUNICIPIO DE TUBARAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo nº: 13888.720028/2018-16 - Recorrente: SAO FERNANDO ACUCAR E ALCOOL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
258 - Processo nº: 11060.721627/2017-66 - Recorrente: FRIGORIFICO GASSEN LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 17546.000104/2007-34 - Recorrente: INSTITUTO SAO JOSE EDUCACAO E INSTRUCAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
260 - Processo nº: 36592.001570/2006-45 - Recorrente: ABRANGE SERVICOS DE ENTREGAS RAPIDAS LTD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo nº: 19679.720071/2015-72 - Recorrente: H E ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 10830.727255/2018-31 - Recorrente: REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
263 - Processo nº: 10380.005446/2007-31 - Recorrente: CONSTRUTORA SOARES MARINHO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 12269.004612/2008-75 - Recorrente: KELLERMANN REOLON LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 10120.006256/2007-01 - Recorrente: LASA-LAGO AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
266 - Processo nº: 15504.004315/2008-98 - Recorrente: AUTO OMNIBUS FLORAMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 15983.000285/2010-10 - Recorrente: MUNIC DE SANTOS PREF MUNIC SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo nº: 15983.000286/2010-64 - Recorrente: MUNIC DE SANTOS PREF MUNIC SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
269 - Processo nº: 11516.008286/2008-43 - Recorrente: MAKENJI ADMINISTRACAO E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 36266.007495/2006-28 - Recorrente: PRO TECNICA PAULISTA S/C LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 23034.000086/2002-59 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
272 - Processo nº: 10850.723181/2018-26 - Recorrente: METODO POTENCIAL ENGENHARIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 17546.000226/2007-21 - Recorrente: TRANSDULI TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
274 - Processo nº: 10803.720048/2011-15 - Recorrente: BIO 2 IMPORTACAO E COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 23034.021752/2001-10 - Recorrente: CETTRANS-COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRANSPORTE E TRANSITO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo nº: 12259.000843/2009-18 - Recorrente: CHARLES EPHEYRE LABORATORIO DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 11634.001032/2007-77 - Recorrente: Z TEC CONFECCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 13971.001688/2009-56 - Recorrente: SENIOR SISTEMAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 13971.001687/2009-10 - Recorrente: SENIOR SISTEMAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 13971.001686/2009-67 - Recorrente: SENIOR SISTEMAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
281 - Processo nº: 19740.000609/2008-17 - Recorrente: AKRO PARTICIPACOES E SERVICOS S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo nº: 19740.000614/2008-11 - Recorrente: AKRO PARTICIPACOES E SERVICOS S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo nº: 19740.000607/2008-10 - Recorrente: AKRO PARTICIPACOES E SERVICOS S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
284 - Processo nº: 12269.000085/2008-20 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETROLEO IPIRANGA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo nº: 23034.022587/2002-96 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETROLEO IPIRANGA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo nº: 17460.000128/2007-33 - Recorrente: PEVI INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
287 - Processo nº: 12963.000425/2010-08 - Recorrente: TOGNI S.A - MATERIAIS REFRATARIOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 10865.003963/2008-12 - Recorrente: GALZERANO INDUSTRIA DE CARRINHOS E BERCOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
289 - Processo nº: 12971.001365/2008-19 - Recorrente: BELMEQ ENGENHARIA, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo nº: 13678.000355/2009-24 - Recorrente: ANTONIO GUIDO RIBEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 13888.001866/2007-26 - Recorrente: BIOAGRI LABORATORIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
292 - Processo nº: 10830.004437/2010-83 - Recorrente: PROSUDCAMP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 10167.001538/2007-77 - Recorrente: JESUPOLIS PREFEITURA MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
294 - Processo nº: 14337.000395/2009-08 - Recorrente: CONSTRUTORA BANDEIRANTE LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 15889.000318/2010-08 - Recorrente: GB FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
296 - Processo nº: 11080.728642/2014-54 - Recorrente: EROCY VIANA RAUPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
297 - Processo nº: 11080.728641/2014-18 - Recorrente: EROCY VIANA RAUPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
298 - Processo nº: 11080.728639/2014-31 - Recorrente: EROCY VIANA RAUPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
299 - Processo nº: 11080.728640/2014-65 - Recorrente: EROCY VIANA RAUPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
300 - Processo nº: 10675.723787/2011-63 - Recorrente: AGROPECUARIA PICANHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
301 - Processo nº: 10530.720201/2007-77 - Recorrente: DOMINGOS SALIS DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo nº: 10530.720222/2007-92 - Recorrente: DOMINGOS SALIS DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
303 - Processo nº: 10215.720820/2011-11 - Recorrente: ROSANGELA MALACARNE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
304 - Processo nº: 10215.720823/2011-54 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: ROSANGELA MALACARNE e FAZENDA NACIONAL
305 - Processo nº: 10215.720826/2011-98 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: ROSANGELA MALACARNE e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
306 - Processo nº: 10660.722453/2013-01 - Recorrente: METALURGICA ETNA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
307 - Processo nº: 10215.720827/2011-32 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: PEDRO MALACARNE NETTO e FAZENDA NACIONAL
308 - Processo nº: 10215.720824/2011-07 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: PEDRO MALACARNE NETTO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
309 - Processo nº: 10218.720466/2015-28 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: ATILIO CARVALHO SILVA e FAZENDA NACIONAL
310 - Processo nº: 10384.723095/2013-52 - Recorrente: JEFERSON SOUZA DE ARAUJO CHAVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
311 - Processo nº: 11624.720113/2013-37 - Recorrente: LILIANA MARTINS ACCORSI DE ALBUQUERQUE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo nº: 11624.720114/2013-81 - Recorrente: RUBENS ACCORSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo nº: 11080.725132/2010-00 - Recorrente: SULPAMPA AGROPASTORIL LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
314 - Processo nº: 10530.725962/2014-44 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: THIAGO HENRIQUE MELO FERREIRA e FAZENDA NACIONAL
315 - Processo nº: 10530.725961/2014-08 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: THIAGO HENRIQUE MELO FERREIRA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
316 - Processo nº: 12259.001712/2010-83 - Recorrente: MARINA BARRA CLUBE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 12259.001714/2010-72 - Recorrente: MARINA BARRA CLUBE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
318 - Processo nº: 12269.004169/2009-13 - Recorrente: SELT ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
319 - Processo nº: 19647.006723/2008-19 - Recorrente: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA INGLESA DE OLINDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 10410.003357/2007-56 - Recorrente: START SIS E TECNOL EM REC TERCEIRIZAVEIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
321 - Processo nº: 11624.720069/2011-01 - Recorrente: JOSE CARLOS ALVES PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
322 - Processo nº: 19675.000485/2007-10 - Recorrente: JOSEPH WALTER BRAUN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
323 - Processo nº: 11853.001135/2007-52 - Recorrente: TIO JORGE DIST DE PROD ALIMENT IMPO EXPO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo nº: 15889.000097/2008-45 - Recorrente: TRANSPORTADORA RISSO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo nº: 12971.000849/2008-41 - Recorrente: VECO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
326 - Processo nº: 10980.004095/2010-88 - Recorrente: HACASA ADMINISTRACAO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo nº: 11624.720141/2011-92 - Recorrente: HACASA ADMINISTRACAO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
328 - Processo nº: 10384.723147/2012-18 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS MORADORES DA VARZEA DO CANTO E ADJACENCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
329 - Processo nº: 10980.001358/2010-05 - Recorrente: MANOEL CAETANO FLOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo nº: 15563.000279/2006-27 - Recorrente: SERGIO DE REZENDE COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
331 - Processo nº: 10865.002813/2009-64 - Recorrente: FUNDACAO HERMINIO OMETTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo nº: 18050.003450/2008-90 - Recorrente: INSTITUICAO DE ENSINO JM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
333 - Processo nº: 35936.000200/2006-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EMPRESA MUN. TRANSPORTES URBANOS
334 - Processo nº: 10680.720501/2010-38 - Recorrente: JOAO BOSCO PINHEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
335 - Processo nº: 10640.724108/2013-32 - Recorrente: HOSPITAL DE CATAGUASES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
336 - Processo nº: 10640.724107/2013-98 - Recorrente: HOSPITAL DE CATAGUASES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
337 - Processo nº: 11624.720035/2013-71 - Recorrente: JOSE NICOLAU ABAGGE JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
338 - Processo nº: 10680.720506/2010-61 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: JOAO BOSCO PINHEIRO e FAZENDA NACIONAL
339 - Processo nº: 23034.024251/2003-49 - Recorrente: COATS CORRENTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
340 - Processo nº: 13161.721103/2014-10 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: OLIVIO ACOSTA e FAZENDA NACIONAL
341 - Processo nº: 13161.721102/2014-75 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: OLIVIO ACOSTA e FAZENDA NACIONAL
342 - Processo nº: 10725.720651/2014-10 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: PORTO DO ACU OPERACOES S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
343 - Processo nº: 10240.000816/2004-04 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NELIO NILTON NIERO
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
344 - Processo nº: 10680.725785/2012-11 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: VALE S.A. e FAZENDA NACIONAL
345 - Processo nº: 10675.723117/2012-28 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: FRANCISCO GUEDES JUNQUEIRA e FAZENDA NACIONAL
346 - Processo nº: 10665.720326/2010-77 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: JOAO JOSE DE SOUZA e FAZENDA NACIONAL
347 - Processo nº: 10640.720665/2015-46 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: 3 D ADMINISTRADORA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
348 - Processo nº: 10215.720902/2011-65 - Recorrente: FRANCISCO ALBINO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
349 - Processo nº: 10530.722311/2014-01 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: CARLOS EDUARDO CRUZ REIS e FAZENDA NACIONAL
350 - Processo nº: 10530.720351/2008-61 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: THIAGO XIBLE SALLES RAMOS e FAZENDA NACIONAL
351 - Processo nº: 10380.728987/2012-07 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: AGRO INDUSTRIA TRIANGULO S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
352 - Processo nº: 10245.720098/2008-61 - Recorrente: IRAIMA AURIA DE SOUZA PINTO PIERCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
353 - Processo nº: 10320.721314/2011-41 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: COSIMA - SIDERURGICA DO MARANHAO LTDA. e FAZENDA NACIONAL
354 - Processo nº: 10283.721163/2008-10 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: RAIMUNDO NONATO MENEZES DE ARAUJO e FAZENDA NACIONAL
355 - Processo nº: 10215.720825/2011-43 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: TAICIA SOARES MALACARNE e FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Março de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
356 - Processo nº: 13896.003600/2002-12 - Recorrente: ATLAS COPCO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
357 - Processo nº: 10215.720242/2010-31 - Recorrente: JOSE DAUTON MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
358 - Processo nº: 15521.000286/2009-68 - Recorrente: WILLIAM WALTER PRETYMAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
359 - Processo nº: 15540.720231/2015-98 - Recorrente: NELLY LEITE BITTENCOURT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
360 - Processo nº: 10640.720687/2010-00 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: LUIZ ANTONIO FERREIRA LOPES e FAZENDA NACIONAL
361 - Processo nº: 10580.726991/2009-71 - Recorrente: PAULO ROBERTO SANTOS DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
362 - Processo nº: 10580.727097/2009-18 - Recorrente: RAIMUNDO CESAR FERREIRA DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
363 - Processo nº: 10830.001044/2005-51 - Recorrente: MARIA DE JESUS MINCOTE ABACHERLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
364 - Processo nº: 10830.007187/2004-95 - Recorrente: MARIA DE JESUS MINCOTE ABACHERLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
365 - Processo nº: 15540.000335/2009-34 - Recorrente: ANTONIO JOSE DE BARROS LIBANIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
366 - Processo nº: 10840.720746/2009-41 - Recorrente: ALOISIO DE ALMEIDA PRADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
367 - Processo nº: 16095.000437/2009-18 - Recorrente: CARLOS ALBERTO ROSATTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

368 - Processo nº: 10320.004087/2010-13 - Recorrente: AQUILES FERREIRA GUIMARAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
369 - Processo nº: 10768.003071/2009-92 - Recorrente: FRANCISCO SORIANO DE SOUZA NUNES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
370 - Processo nº: 10805.002297/2009-82 - Recorrente: MARLENE AUGUSTO PERUCCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
371 - Processo nº: 11030.720773/2011-36 - Recorrente: ROGERIO ANTONIO CAMPOS SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
372 - Processo nº: 10580.723562/2010-85 - Recorrente: BARBARA CORREIA DE ARAUJO BASTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
373 - Processo nº: 10580.727445/2009-57 - Recorrente: LUIS CLAUDIO CUNHA NOGUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
374 - Processo nº: 10882.003360/2010-19 - Recorrente: JOSE TADEU MORINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
375 - Processo nº: 11041.000116/2009-25 - Recorrente: SILVIO DA SILVA TAVARES NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
376 - Processo nº: 18471.002462/2008-46 - Recorrente: ESPOLIO DE JORGE SAID CURY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
377 - Processo nº: 13702.001356/2008-61 - Recorrente: ANTONIO JOSE FERNANDES FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
378 - Processo nº: 10580.722802/2009-91 - Recorrente: JOACI FONSECA DE GOES FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
379 - Processo nº: 13897.000515/2010-94 - Recorrente: APARECIDO CARMO DA ROSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
380 - Processo nº: 12898.000020/2009-59 - Recorrente: PAULO ROBERTO BAPTISTA PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
381 - Processo nº: 13984.720141/2010-48 - Recorrente: UBIRAJARA MORENO NEVES DE ARRUDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
382 - Processo nº: 18471.000859/2005-51 - Recorrente: CLAUDIA MARIA DIAS DE GONDRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
383 - Processo nº: 11444.000676/2010-81 - Recorrente: DORAIR ANDRE DOGNANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
384 - Processo nº: 10937.720013/2011-52 - Recorrente: VILIBALDO MORCH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
385 - Processo nº: 10980.727394/2012-56 - Recorrente: SILSON SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
386 - Processo nº: 17698.000176/2010-43 - Recorrente: FATHI YOUSEF BAKRI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
387 - Processo nº: 19515.721343/2011-09 - Recorrente: JADER FREIRE DE MEDEIROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
388 - Processo nº: 10735.001856/2002-31 - Recorrente: GUSTAVO DE CARVALHO MERES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
389 - Processo nº: 14751.720256/2011-10 - Recorrente: MARCO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
390 - Processo nº: 10783.720658/2011-96 - Recorrente: NILDA MARIA BARBOSA PECHINCHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
391 - Processo nº: 18471.001747/2008-60 - Recorrente: ROSANE GUIMARAES DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
392 - Processo nº: 10166.722888/2009-42 - Recorrente: MARCIO MACHADO CALDEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
393 - Processo nº: 13227.720646/2012-46 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e VANDERLEI FRANCO VIEIRA
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
394 - Processo nº: 15540.720272/2011-51 - Recorrente: ROSINEIDE DO ESPIRITO SANTO PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
395 - Processo nº: 10730.910411/2009-61 - Recorrente: VOLUSIA CORREA DE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
396 - Processo nº: 10730.910412/2009-13 - Recorrente: VOLUSIA CORREA DE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
397 - Processo nº: 12448.721828/2017-81 - Recorrente: MARIA MONTEIRO DRUMOND POYARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
398 - Processo nº: 15463.720222/2019-91 - Recorrente: MARIA MONTEIRO DRUMOND POYARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
399 - Processo nº: 12448.730082/2015-35 - Recorrente: MARIA MONTEIRO DRUMOND POYARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
400 - Processo nº: 13433.000233/2006-68 - Recorrente: CIRO DE MEDEIROS LEITE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
401 - Processo nº: 13161.000260/2006-88 - Recorrente: FRANCISCO CORREA BERNARDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
402 - Processo nº: 11080.008990/2001-97 - Recorrente: RENATO ANTONIO SCHIRMER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
403 - Processo nº: 10283.720548/2011-65 - Recorrente: ROQUINO RUSSO JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
404 - Processo nº: 10580.720008/2015-51 - Recorrente: FRANKLIN ROOSEVELT MOTA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
405 - Processo nº: 10580.725457/2013-23 - Recorrente: FRANKLIN ROOSEVELT MOTA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
406 - Processo nº: 13984.720450/2011-07 - Recorrente: JOAO AMORIM NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
407 - Processo nº: 11080.720555/2011-14 - Recorrente: JOSE AUGUSTO SIQUEIRA SALOMAO DE ESPINDOLA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
408 - Processo nº: 10980.726872/2012-19 - Recorrente: CRISTIANO ESPINDOLA DE AVALOS DOS PASSOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
409 - Processo nº: 10950.725352/2012-38 - Recorrente: GIOVANNI DE SIMONE NOGAROLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
410 - Processo nº: 11516.723574/2018-01 - Recorrente: SONIA REGINA HESS DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
411 - Processo nº: 10880.740324/2018-15 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: MILTON MELLO MILREU e FAZENDA NACIONAL
412 - Processo nº: 10880.727013/2016-91 - Embargante: MISAKO MATSUNAGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
413 - Processo nº: 15940.001078/2010-89 - Recorrente: VALDECIR JOSE JACOMELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
414 - Processo nº: 10235.001571/2009-16 - Recorrente: SEBASTIAO PAULO DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
415 - Processo nº: 10768.002392/2009-70 - Recorrente: DARWIN REIS MARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
416 - Processo nº: 10480.725278/2011-52 - Recorrente: FERNANDO DA SILVA BARACHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
417 - Processo nº: 10580.727202/2009-19 - Recorrente: MARIA VERONICA MOREIRA RAMIRO FURTADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
418 - Processo nº: 10630.720996/2009-57 - Recorrente: ELSON LIBORIO CAMARA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
419 - Processo nº: 18471.001086/2006-19 - Recorrente: MARIA LUCIA ALVARES MACIEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
420 - Processo nº: 10580.728511/2017-16 - Recorrente: MARIO ALFREDO ECHEVARRIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
421 - Processo nº: 19515.003112/2006-44 - Recorrente: NELSON LUIZ MAHFUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
422 - Processo nº: 10882.001650/2010-28 - Recorrente: SIRLEY BORTOLETO MOZAMBANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
423 - Processo nº: 10882.721820/2011-75 - Recorrente: SILVIA GUERHARD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
424 - Processo nº: 19515.002766/2006-51 - Recorrente: RICARDO ALBERTO DAY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
425 - Processo nº: 13964.000318/2008-18 - Recorrente: OLIMPIO MOTTA CORREA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
426 - Processo nº: 10435.002603/2008-55 - Recorrente: PAULO BASTOS DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
427 - Processo nº: 10803.000002/2007-91 - Recorrente: MARCELO LAHOZ VAGNER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
428 - Processo nº: 11543.001220/2004-71 - Recorrente: FLORIANO SCHUWANS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
429 - Processo nº: 10580.722716/2015-26 - Recorrente: DILTON CARLOS ROSA E SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
430 - Processo nº: 18470.722077/2011-24 - Recorrente: JACQUELINE MYARA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
431 - Processo nº: 13161.720021/2009-91 - Recorrente: NELSON DIAS NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
432 - Processo nº: 10580.720408/2008-37 - Recorrente: MARGARIDA MARIA DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
433 - Processo nº: 10437.721657/2018-75 - Recorrentes: RICARDO CALDEIRA VIACAVA e FAZENDA NACIONAL
434 - Processo nº: 10909.003146/2007-11 - Recorrente: RUI RODRIGUES PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
435 - Processo nº: 13855.000525/2011-05 - Recorrente: RICARDO VENDRAMINE CAETANO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
436 - Processo nº: 13656.720189/2011-59 - Recorrente: SEBASTIAO ROBERTO SALLES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
437 - Processo nº: 16327.901784/2011-11 - Recorrente: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
438 - Processo nº: 19515.002351/2010-63 - Recorrente: SERGIO FERNANDO DRIUZZO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
439 - Processo nº: 18043.720186/2012-28 - Recorrente: TERESINHA DA SILVA QUINETE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
440 - Processo nº: 16327.000674/2010-41 - Recorrente: UNIBANCO SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
441 - Processo nº: 10540.000558/2009-88 - Recorrente: BENTO FABIAO CHAVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
442 - Processo nº: 19515.001865/2002-91 - Recorrente: ISAAC MICHAAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
443 - Processo nº: 19515.003071/2010-72 - Recorrente: FELIPE KHEIRALLAH FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
444 - Processo nº: 15521.000212/2010-65 - Recorrente: HELIO MARTINS FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
445 - Processo nº: 19515.000783/2010-30 - Recorrente: VINICIUS CRUZ BAROCHELO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
446 - Processo nº: 17883.000214/2010-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FERNANDO SIMOES
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
447 - Processo nº: 10437.721504/2019-17 - Recorrente: MANOEL DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
448 - Processo nº: 10437.721532/2019-26 - Recorrente: MANOEL DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
449 - Processo nº: 11020.002248/2005-14 - Recorrente: JUAREZ NUNES MOTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
450 - Processo nº: 19515.721960/2011-04 - Recorrente: LUCIA FELMANAS AKERMAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
451 - Processo nº: 11065.720555/2017-90 - Recorrente: ROGERIO ALBERTO DIETRICH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
452 - Processo nº: 10240.001357/2004-78 - Recorrente: ALICE RODRIGUES DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
453 - Processo nº: 10580.727700/2010-03 - Recorrente: SONIA DA COSTA LEMOS CRESPO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
454 - Processo nº: 10580.720396/2009-21 - Recorrente: AIRTON JUAREZ CHASTINET MASCARENHAS JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
455 - Processo nº: 10580.722007/2008-11 - Recorrente: TALMA MARQUES DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
456 - Processo nº: 18471.001409/2006-66 - Recorrente: ISABELA DE FATIMA TORRES DE SA SANTOS DINIZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
457 - Processo nº: 15540.720085/2019-24 - Recorrente: MARCIA IRENE PIGNATARO CLETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
458 - Processo nº: 10437.721404/2018-00 - Recorrente: BENEDITO ARISTIDES SILVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
459 - Processo nº: 18365.720745/2013-48 - Recorrente: JOAO BOSCO ARAUJO DE SOUZA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara
da 2ª Seção do CARF

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 07 a 11/03/2022.

Pauta Ordinária (de 08 a 10/03/2022) e Extraordinária (dias 07 e 11/03/2022) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço:

https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg;

3) O julgamento do Processo nº 16682.900784/2015-71 (item 33) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 34. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 34, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

4) O julgamento do Processo nº 10580.901289/2009-01 (item 89) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 90 a 95. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 90 a 95, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 7 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO DE PAUTA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
1 - Processo nº: 13896.001531/98-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BOSTON ADMINISTRACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA
2 - Processo nº: 10920.003927/2003-24 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMPRESSORES S A EMBRACO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Redator(a) AD HOC: LIVIA DE CARLI GERMANO
3 - Processo nº: 10980.728065/2013-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GEMALTO DO BRASIL CARTOES E TERMINAIS LTDA.
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
4 - Processo nº: 16682.720182/2010-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
5 - Processo nº: 19647.014650/2007-40 - Recorrente: NETUNO ALIMENTOS S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
6 - Processo nº: 13629.000179/2006-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LAFRUTTI ALIMENTOS LTDA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
7 - Processo nº: 11060.723064/2013-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LEONY MARTINI & CIA LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
8 - Processo nº: 13052.000506/2010-35 - Recorrente: A.T.C. ASSOCIATED TOBACCO COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
9 - Processo nº: 16327.000452/2008-12 - Recorrente: BANCO ALVORADA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10580.912072/2009-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO ALVORADA S.A.
11 - Processo nº: 14041.000078/2007-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRB BANCO DE BRASILIA SA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
12 - Processo nº: 10830.008568/2008-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CWM CONSULTORIA E PARTICIPACOES LTDA
13 - Processo nº: 19647.000186/2006-23 - Recorrentes: DPM DISTRIBUIDORA S/A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
14 - Processo nº: 13808.000983/99-53 - Recorrente: EUROFARMA DISTRIBUIDORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 15586.720563/2014-65 - Recorrente: EXIMBIZ COMERCIO INTERNACIONAL S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Março de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO DE PAUTA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
16 - Processo nº: 16327.001752/2010-25 - Recorrentes: FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO PENINSULA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
17 - Processo nº: 10882.721447/2015-86 - Recorrente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10882.723180/2014-81 - Recorrente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
19 - Processo nº: 16682.720486/2011-75 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
20 - Processo nº: 10880.721439/2014-79 - Recorrente: AMPERES ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
21 - Processo nº: 10945.900187/2008-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DINAMICA XODO LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
22 - Processo nº: 16004.000058/2010-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DISCAR DISTRIBUIDORA DE CARNES CATANDUVA LTDA - ME
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
23 - Processo nº: 15521.000217/2010-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DISTRIBUIDORA JM DE ALIMENTOS PROGRESSO LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
24 - Processo nº: 16682.720325/2013-43 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
25 - Processo nº: 16095.720037/2015-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GERAL EXPRESSO AGENCIAMENTO DE TRANSPORTE DE CARGAS LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
26 - Processo nº: 13312.720020/2006-22 - Recorrente: GRENDENE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
27 - Processo nº: 15956.000027/2010-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: H.W.S. PROMOCAO DE VENDAS LTDA
28 - Processo nº: 10166.728850/2013-60 - Recorrente: HT INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
29 - Processo nº: 17883.000365/2008-12 - Recorrente: INCOFLANDRES INDUSTRIA E COMERCIO DE FLANDRES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO DE PAUTA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
30 - Processo nº: 16327.720600/2011-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ITAU UNIBANCO S.A.
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
31 - Processo nº: 11070.722318/2011-07 - Recorrente: JOHN DEERE BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
32 - Processo nº: 10580.721184/2008-81 - Recorrentes: ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA SA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
33 - Processo nº: 16682.900784/2015-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VALE S.A.
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
34 - Processo nº: 16682.901536/2016-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VALE S.A.
35 - Processo nº: 10825.000440/2003-78 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: AGROBRAS DE BOTUCATU COMLEM FIBRAS DE VIDRO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
36 - Processo nº: 10680.901144/2013-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ARCELORMITTAL BRASIL S.A.
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
37 - Processo nº: 19515.721208/2013-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ARTHUR CELSO DE SOUZA
38 - Processo nº: 13896.902174/2008-89 - Recorrente: ALELO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
39 - Processo nº: 10600.720008/2013-11 - Recorrente: BANCO INTER S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
40 - Processo nº: 15504.726886/2012-63 - Recorrente: BANCO SEMEAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
41 - Processo nº: 10952.720270/2013-68 - Recorrentes: ITABUNA CALCADOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
42 - Processo nº: 10580.002125/2003-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA SA
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
43 - Processo nº: 10976.000279/2009-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIDERPLAST DO BRASIL EMBALAGENS LTDA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
44 - Processo nº: 11040.721414/2011-87 - Recorrente: MASTER TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 11040.720726/2013-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MASTER TRANSPORTES LTDA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
46 - Processo nº: 11516.000043/2005-14 - Recorrente: MORGAN & ALBERTON COMERCIO DE PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Março de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO DE PAUTA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
47 - Processo nº: 15586.720742/2012-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ACTA ENGENHARIA LTDA
48 - Processo nº: 10140.720831/2015-45 - Recorrente: AGRO PECUARIA LAGOA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
49 - Processo nº: 16682.720944/2017-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CNO S.A
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
50 - Processo nº: 15889.000242/2008-98 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA LUIZ ZILLO E SOBRINHOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
51 - Processo nº: 16327.721136/2013-37 - Recorrente: CLUB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
52 - Processo nº: 10480.723979/2013-19 - Recorrentes: TCI BPO TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
53 - Processo nº: 10540.000878/2010-71 - Recorrente: SOBESA INDUSTRIA DE ALIMENTOS SANTANENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
54 - Processo nº: 10680.906383/2008-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ASSPRESS CIRURGICA LTDA
55 - Processo nº: 16832.000957/2009-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BIAN FASHION CONFECCOES LTDA - EPP
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
56 - Processo nº: 10469.729813/2011-01 - Recorrentes: EMVIPOL - EMPRESA DE VIGILANCIA POTIGUAR LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
57 - Processo nº: 13116.001032/2005-90 - Recorrente: PINTO B. COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
58 - Processo nº: 11020.720774/2017-95 - Recorrente: PS TRES ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13896.721615/2014-91 - Recorrentes: ROCK STAR MARKETING, PROMOCOES E EVENTOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
60 - Processo nº: 15374.000746/2001-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SEQUIP PARTICIPACOES S A
61 - Processo nº: 16561.000116/2007-16 - Recorrente: SERRANO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 19647.100084/2009-50 - Recorrente: SERVICOS E ADMINISTRACAO PERNAMBUCO DA SORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO DE PAUTA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
63 - Processo nº: 11610.003086/2003-11 - Recorrentes: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
64 - Processo nº: 10972.000114/2009-62 - Recorrentes: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
65 - Processo nº: 18471.000590/2007-74 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13116.001311/2008-04 - Recorrente: NEOLATINA COMERCIO E INDUSTRIA FARMACEUTICA S. A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
67 - Processo nº: 16327.901599/2010-38 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
68 - Processo nº: 16327.909448/2012-90 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
69 - Processo nº: 13502.721207/2014-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
70 - Processo nº: 18471.000008/2006-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: OP ENERGIA LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
71 - Processo nº: 10872.000643/2010-28 - Recorrente: OPERADORA DE POSTOS DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
72 - Processo nº: 19515.002758/2010-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: OPTITEX INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTOJOS E BRINDES LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
73 - Processo nº: 18471.001725/2008-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TRANSRIO VEICULOS LTDA
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
74 - Processo nº: 15983.000320/2006-14 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e VIACAO VALE DO RIBEIRA TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
75 - Processo nº: 10980.723739/2010-31 - Recorrente: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10830.000359/2005-81 - Recorrente: COOPERATIVA MEDICA CAMPINAS COOPERMECA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
77 - Processo nº: 10283.000705/2007-36 - Embargante: SIEMENS ELETROELETRONICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
78 - Processo nº: 10768.001040/2003-10 - Recorrente: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Março de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO DE PAUTA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
79 - Processo nº: 18471.000261/2006-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PATUA BOUTIQUE LTDA
80 - Processo nº: 10680.906730/2009-12 - Recorrente: PLANEX S/A CONSULTORIA DE PLANEJAMENTO E EXECUCAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 18471.002356/2002-77 - Recorrente: RENATO ARAGAO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
82 - Processo nº: 11610.001436/2003-13 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
83 - Processo nº: 19679.005878/2005-18 - Recorrente: VOTORANTIM FINANCAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
84 - Processo nº: 10183.724196/2013-15 - Recorrente: SINAGRO PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: PERDCOMP
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
85 - Processo nº: 13896.912183/2009-69 - Recorrente: AGILENT TECHNOLOGIES BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10940.900074/2008-47 - Recorrente: ANTONIO LOBASCZ & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10580.000259/2004-62 - Recorrente: BALL EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10980.909332/2008-84 - Recorrente: COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO PARANA - CELEPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
89 - Processo nº: 10580.901289/2009-01 - Recorrente: CONSPLAN CONSTRUCAO PROJETO E PLANEJAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
90 - Processo nº: 10580.903613/2009-17 - Recorrente: CONSPLAN CONSTRUCAO PROJETO E PLANEJAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10580.903614/2009-61 - Recorrente: CONSPLAN CONSTRUCAO PROJETO E PLANEJAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10580.903615/2009-14 - Recorrente: CONSPLAN CONSTRUCAO PROJETO E PLANEJAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10580.903616/2009-51 - Recorrente: CONSPLAN CONSTRUCAO PROJETO E PLANEJAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10580.903618/2009-40 - Recorrente: CONSPLAN CONSTRUCAO PROJETO E PLANEJAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10580.913934/2009-20 - Recorrente: CONSPLAN CONSTRUCAO PROJETO E PLANEJAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
96 - Processo nº: 10880.952831/2012-04 - Recorrente: HAY DO BRASIL CONSULTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10283.720017/2010-91 - Recorrente: LG ELECTRONICS DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10880.915560/2008-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PARIBAS DO BRASIL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA.
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
99 - Processo nº: 10469.901046/2010-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TERMOACU S.A.
100 - Processo nº: 16707.000241/2009-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TERMOACU S.A.
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
101 - Processo nº: 19647.004210/2005-12 - Recorrente: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 15374.900321/2008-09 - Recorrente: TSN TRANSMISSORA SUDESTE NORDESTE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
103 - Processo nº: 16306.720845/2013-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VOTORANTIM PARTICIPACOES S.A.
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
104 - Processo nº: 10680.721113/2007-79 - Recorrente: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Março de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: RETORNO DE PAUTA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
105 - Processo nº: 10980.722227/2017-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S/A
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
106 - Processo nº: 18471.000255/2006-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
107 - Processo nº: 10283.721246/2008-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SHOWA DO BRASIL LTDA
TEMA 4: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
108 - Processo nº: 16327.720694/2016-28 - Recorrente: BANCO CACIQUE S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
109 - Processo nº: 16561.720167/2014-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RAIA DROGASIL S/A
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
110 - Processo nº: 10600.720097/2016-31 - Recorrente: SNC-LAVALIN PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: PENALIDADES
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
111 - Processo nº: 10855.724550/2013-43 - Recorrente: CONSBEM CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
112 - Processo nº: 19515.001309/2007-20 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
113 - Processo nº: 15586.720421/2015-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HF PARTICIPACOES LTDA
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
114 - Processo nº: 10935.722503/2015-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: R. E. FERRARI & CIA LTDA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
115 - Processo nº: 19515.002902/2007-93 - Recorrente: RESILIDER GERENCIAMENTO DE RESIDUOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 19515.720767/2015-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ROVED COMERCIO E IMPORTACAO DE ROLAMENTOS E VEDACOES - EIRELI
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
117 - Processo nº: 10830.016515/2010-92 - Recorrentes: TEMPO AUTOMOVEIS E PECAS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
118 - Processo nº: 10120.010346/2009-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VARELLA VEICULOS PESADOS LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
119 - Processo nº: 15540.720420/2011-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DIDICO COMERCIO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
TEMA 6: DECADÊNCIA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
120 - Processo nº: 10980.006416/2009-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL LTDA.
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
121 - Processo nº: 18471.000639/2004-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PONTO IV ACESSORIOS CONFECCOES E COMERCIO LTDA

DIA 11 de Março de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 7: DIVERSOS
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
122 - Processo nº: 13971.901578/2016-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BUNGE ALIMENTOS S/A
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
123 - Processo nº: 12448.911212/2012-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EMPRESA CARIOCA DE PRODUTOS QUIMICOS S A
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
124 - Processo nº: 16306.000329/2008-31 - Recorrente: FLSMIDTH LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
125 - Processo nº: 15504.725252/2014-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOPERATIVA DOS SERVIDORES AUTONOMOS DE B HTE LTDA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
126 - Processo nº: 13433.720314/2012-26 - Recorrente: HOTEL THERMAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
127 - Processo nº: 19515.000602/2006-99 - Recorrente: IBITIRAMA COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
128 - Processo nº: 10950.723642/2016-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ORIGINAL INDUSTRIA COMERCIO NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
129 - Processo nº: 11080.014467/2007-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SABEMI SEGURADORA SA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
130 - Processo nº: 11060.002508/2009-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA.
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
131 - Processo nº: 10945.721021/2013-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VERTICALL SOLUCOES TECNOLOGICAS EM INFORMATICA LTDA.

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 9, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais, seccionais e correlatos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - Sipec para análise, autorização e liberação de recursos financeiros necessários ao pagamento de resíduos remuneratórios reconhecidos como devidos pela administração a servidores, contratados temporariamente ou empregados da administração direta, autárquica e fundacional e a aposentados ou beneficiários de pensão abrangidos pelo Regime Próprio de Previdência Social da União, falecidos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e III do art. 138 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais, seccionais e correlatos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - Sipec para análise, autorização e liberação de recursos financeiros necessários ao pagamento de resíduos remuneratórios reconhecidos como devidos pela administração a servidores, contratados temporariamente ou empregados da administração direta, autárquica e fundacional e a aposentados ou beneficiários de pensão abrangidos pelo Regime Próprio de Previdência Social da União, falecidos.

Parágrafo único. Esta Instrução Normativa dispõe ainda acerca:

I - da reversão de créditos de que trata o art. 36 da Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019;

II - das reposições e indenizações ao erário não quitadas na ficha financeira do falecido;

III - do pagamento de débitos não quitados ou de valores não revertidos;

IV - da solicitação de repasse do recurso financeiro ao órgão central do Sipec para o pagamento de resíduos remuneratórios; e

V - da prestação de informações em âmbito judicial ou extrajudicial acerca da existência de resíduos remuneratórios.

CAPÍTULO II

DOS RESÍDUOS REMUNERATÓRIOS

Seção I

Disposições gerais

Art. 2º Consideram-se resíduos remuneratórios, para fins de aplicação desta Instrução Normativa, as vantagens pecuniárias formalmente reconhecidas, por autoridade competente do órgão ou entidade, como devidas a servidor, contratado temporariamente ou empregado da administração direta, autárquica e fundacional e a aposentado ou beneficiário de pensão abrangidos pelo Regime Próprio de Previdência Social da União, falecidos, em especial:

I - parcelas comprovadamente não quitadas do passivo da vantagem administrativa de que trata a Medida Provisória nº 1.704, de 30 de junho de 1998, e suas reedições (28,86%);

II - parcelas comprovadamente não quitadas do passivo da vantagem administrativa de que trata o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001 (3,17%);

III - saldos pecuniários devidos no exercício corrente e não quitados;

IV - despesas de exercícios anteriores formalmente reconhecidas; e

V - pagamento de Licença-Prêmio por Assiduidade convertida em pecúnia, de que trata o art. 7º da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

Seção II

Do passivo dos 28,86%

Art. 3º Os processos administrativos destinados ao pagamento do passivo do reajuste de 28,86% deverão observar o previsto na Medida Provisória nº 1.704, de 30 de junho de 1998, e suas reedições, e no Decreto nº 2.693, de 28 de julho de 1998, sem prejuízo do disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 4º O passivo dos 28,86% somente é devido ao servidor, o empregado, o contratado temporariamente e ao beneficiário de pensão civil da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal que se encontravam cadastrados em folha de pagamento no período entre janeiro de 1993 a junho de 1998, conforme os termos da Medida Provisória nº 1.704, de 1998, do Decreto nº 2.693, de 1998, e da Portaria MARE nº 2.179, de 28 de julho de 1998.

Art. 5º A celebração do acordo administrativo ou do termo de transação judicial por servidor, beneficiário de pensão, ou seus sucessores, nos termos do art. 6º da Medida Provisória nº 2.169-43, de 24 de agosto de 2001, firmado até 19 de maio de 1999, é condição indispensável para recebimento de resíduos remuneratórios decorrentes do passivo dos 28,86%.

Art. 6º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se integrante do patrimônio do servidor, do empregado, do contratado temporariamente ou do beneficiário de pensão apenas o passivo concedido administrativamente em decorrência da celebração tempestiva de acordo ou de termo de transação judicial, na forma da legislação aplicável.

Art. 7º A unidade de gestão de pessoas à qual o falecido era vinculado deve, por ocasião do pagamento aos sucessores elencados em alvará, em caso de inventário judicial, ou em escritura pública de inventário e partilha ou adjudicação de bens, em caso de inventário extrajudicial, realizar a atualização monetária do saldo a pagar referente ao passivo dos 28,86%, utilizando a forma e os índices determinados no § 2º do artigo 6º da Medida Provisória nº 2.169-43, de 2001.

Art. 8º Cabe, exclusivamente, à unidade de gestão de pessoas de vinculação do falecido verificar a existência de resíduos do referido passivo, bem como realizar todos os cálculos necessários à composição do saldo a pagar, deduzindo todos os valores efetivamente pagos em vida ao servidor, ao empregado, ao contratado temporariamente ou ao beneficiário de pensão.

Art. 9º Compete à unidade de gestão de pessoas à qual o servidor, o empregado, o contratado temporariamente ou o beneficiário de pensão era vinculado verificar, previamente, junto às unidades de contencioso da Advocacia-Geral da União ou da Procuradoria-Geral Federal, a existência de ações judiciais, findas ou em tramitação, que tenham por objeto o pagamento do passivo ou de parcelas não quitadas do reajuste de 28,86%.

Seção III

Do passivo dos 3,17%

Art. 10. Os processos administrativos destinados ao pagamento do passivo, ou de parcelas não quitadas, do reajuste de 3,17% deverão observar o disposto na Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001, e demais orientações do órgão central do Sipec, sem prejuízo do disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 11. O passivo dos 3,17% somente é devido ao servidor, ao empregado, ao contratado temporariamente e ao beneficiário de pensão civil da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal que se encontravam cadastrados em folha de pagamento no período entre janeiro de 1995 e dezembro de 2001, nos termos da Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001.

Art. 12. Compete à unidade de gestão de pessoas à qual o falecido era vinculado a verificação dos valores pagos ao servidor, ao empregado, ao contratado temporariamente ou aos seus beneficiários, bem como a realização dos cálculos e a indicação de eventuais resíduos devidos e não pagos.

Art. 13. Nos casos em que o falecimento do servidor tenha ocorrido entre janeiro de 1995 e dezembro de 2001, a respectiva unidade de gestão de pessoas deverá averiguar se houve a transferência dos valores que eram devidos para os beneficiários de pensão.

Art. 14. Caberá à unidade de gestão de pessoas à qual o servidor, o empregado, o contratado temporariamente ou o beneficiário de pensão falecido era vinculado verificar, previamente, junto às unidades de contencioso da Advocacia-Geral da União ou da Procuradoria-Geral Federal, a existência de ações judiciais, findas ou em tramitação, que tenham por objeto o pagamento do passivo ou de parcelas não quitadas do reajuste de 3,17%.

Seção IV

Dos saldos pecuniários

Art. 15. Consideram-se saldos pecuniários, para efeitos desta Instrução Normativa, os resíduos de remuneração, de subsídios, de proventos, ou de benefício de pensão, devidos, no exercício corrente, ao titular falecido, compreendido o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, e não quitados, até a data do óbito.

Art. 16. Os processos que tratem de pagamentos de saldos pecuniários referentes ao mês de falecimento e seguintes, e que, embora apresentem registro de crédito no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape, tenham sido posteriormente estornados por instituição bancária, devem conter toda a documentação comprobatória do estorno dos valores à conta única do Tesouro Nacional.

Seção V

Dos exercícios anteriores

Art. 17. Consideram-se, para fins de pagamento de despesas de exercícios anteriores em matéria de pessoal, as vantagens pecuniárias reconhecidas administrativamente, devidas e não pagas no exercício de competência ao servidor, ao aposentado, ao empregado, ao contratado temporariamente ou ao beneficiário de pensão, falecido.

Art. 18. O pagamento de que trata o art. 17 deve obedecer, no que couber, aos termos descritos no ato publicado para disciplinar os critérios de pagamento de despesas de exercícios anteriores em matéria de pessoal.

Art. 19. A unidade de gestão de pessoas à qual o servidor, o empregado, o contratado temporariamente ou o beneficiário de pensão, falecido era vinculado, deverá providenciar, junto à unidade setorial orçamentária do órgão, autarquia ou fundação, a certificação de disponibilidade orçamentária necessária à quitação do pagamento autorizado.

Art. 20. Os processos quitados por meio de alvará judicial ou de escritura pública de inventário e partilha ou adjudicação de bens que estejam cadastrados no módulo de exercícios anteriores do sistema Siape deverão ser concluídos no referido módulo pela unidade de gestão de pessoas à qual o servidor, o empregado, o contratado temporariamente ou o beneficiário de pensão falecido era vinculado.

Seção VI

Da licença-prêmio por assiduidade convertida em pecúnia

Art. 21. Os processos administrativos destinados ao pagamento de licença-prêmio convertida em pecúnia, com base em alvará, em caso de inventário judicial, ou escritura pública de inventário e partilha ou adjudicação de bens, em caso de inventário extrajudicial, deverão observar o disposto no art. 7º da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, sem prejuízo dos critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 22. Os períodos de licença-prêmio não usufruídos pelos servidores falecidos na atividade, não contados em dobro para efeito de aposentadoria e não pagos em folha de pagamento à beneficiário de pensão habilitado ou por decisão judicial, adquiridos na forma da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, até 15 de outubro de 1996, poderão ser convertidos em pecúnia, desde que observados os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa e no art. 7º da Lei nº 9.527, de 1997.

Art. 23. O pagamento de licença-prêmio convertida em pecúnia aos sucessores dos servidores que tenham adquirido o direito até 15 de outubro de 1996, em conformidade com a Lei nº 8.112, de 1990, depende de declaração prévia e expressa do dirigente da unidade de gestão de pessoas a que o servidor falecido era vinculado, no sentido de que:

I - o servidor não tenha usufruído os períodos;

II - o servidor não tenha contado os períodos em dobro para fins de aposentadoria;

III - o pagamento da licença-prêmio convertida em pecúnia não tenha sido efetuado em favor de beneficiário de pensão; e

IV - o pagamento da licença-prêmio convertida em pecúnia não tenha sido efetuado em decorrência de decisão judicial.

Art. 24. A autorização e a disponibilização dos recursos para pagamento de licença-prêmio em pecúnia, pelo Ministério da Economia, dependerão de prévio reconhecimento da dívida, em ato específico, pelo dirigente de gestão de pessoas do órgão de vinculação do servidor falecido.

Art. 25. Cabe, exclusivamente, à unidade de gestão de pessoas de vinculação do servidor falecido verificar a existência de resíduos referentes à licença-prêmio, bem como realizar todos os cálculos necessários à composição de eventual saldo a pagar.

CAPÍTULO III

DOS VALORES DE PEQUENA MONTA DEVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO A SEUS EMPREGADOS E SERVIDORES, EM CASO DE INEXISTÊNCIA DE OUTROS BENS A SEREM INVENTARIADOS

Art. 26. Os saldos de pequena monta relativos ao resíduo da remuneração mensal, de férias proporcionais e de décimo terceiro salário ou gratificação natalina proporcionais remanescentes do mês do falecimento do servidor ou empregado serão pagos aos dependentes legalmente habilitados perante ao Regime Próprio de Previdência Social da União ou ao Regime Geral da Previdência Social, na forma do art. 1º da Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980.

§ 1º O pagamento dos saldos de que trata o caput serão efetuados pela administração sem a exigência de alvará.

§ 2º Não caberá o pagamento administrativo no caso de existência de outros bens a serem inventariados ou valores reconhecidos pela administração.

Art. 27. Na inexistência de dependentes habilitados, de que trata o art. 26, os saldos de pequena monta relativos ao resíduo da remuneração mensal, de férias proporcionais e de décimo terceiro salário ou gratificação natalina proporcionais remanescentes do mês do falecimento do servidor ou emprego serão pagos aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial.

Parágrafo único. Admite-se a liberação dos saldos de que trata o caput por intermédio de alvará decorrente de inventário judicial ou mediante apresentação de escritura pública de inventário e partilha ou adjudicação de bens.

CAPÍTULO IV

DO LEVANTAMENTO DE RESÍDUOS REMUNERATÓRIOS DEVIDOS AOS SUCESSORES DECORRENTES DE INVENTÁRIO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL

Art. 28. Precederá de alvará, em caso de inventário judicial, ou de escritura pública de inventário e partilha ou adjudicação de bens, em caso de inventário extrajudicial, o levantamento dos resíduos remuneratórios reconhecidos como devidos pela administração a servidores, contratados temporariamente ou empregados da administração direta, autárquica e fundacional e a aposentados ou beneficiários de pensão abrangidos pelo Regime Próprio de Previdência Social da União, falecidos.

CAPÍTULO V

DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Art. 29. Compete à unidade de gestão de pessoas à qual o servidor ou empregado ou contratado temporariamente ou o aposentado ou o beneficiário de pensão falecido era vinculado providenciar a instrução processual, bem como analisar, previamente, a legalidade da verba requerida, observando o disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 30. O processo administrativo destinado ao pagamento dos resíduos remuneratórios, de que tratam os arts. 27 e 28, será instruído com a seguinte documentação:

I - alvará, na hipótese de que trata o art. 1º do Decreto nº 6.858, de 1980, e, no caso de inventário judicial, de que trata o Código de Processo Civil;

II - escritura pública de inventário e partilha ou adjudicação de bens, em caso de inventário extrajudicial;

III - certidão de distribuição do alvará judicial ou de distribuição do inventário judicial;

IV - documento comprobatório da data de início do inventário extrajudicial;

V - procuração outorgada pelos sucessores aos advogados ou aos requerentes, conforme o caso;

VI - certidão de óbito do titular do direito;

VII - informações cadastrais sobre a situação funcional do titular do direito, constantes dos Sistemas Estruturantes de Gestão de Pessoal da Administração Pública Federal;

VIII - documentos comprobatórios de identificação pessoal dos requerentes;

IX - fichas financeiras do de cujus e de eventuais beneficiários de pensão, referentes aos objetos e períodos abrangidos pelo inventário judicial ou extrajudicial;

X - manifestação conclusiva, exarada pelo dirigente da área de gestão de pessoas dos órgãos setoriais ou seccionais do Sipec e correlatos, que ateste o reconhecimento da dívida e das responsabilidades legais decorrentes, com respectiva memória de cálculo;

XI - declarações dos requerentes no sentido de que não ajuizou ação judicial contra a União, inclusive sua autarquia ou fundação pública federal, pleiteando o mesmo direito ou vantagem até o momento do requerimento;

XII - termo de renúncia ao direito sobre o qual se funda qualquer ação referente ao mesmo objeto requerido; e

XIII - termo de anuência para pagamento de débito ao erário não quitados ou valores não revertidos, quando for o caso;

XIV - declarações dos requerentes de inexistência de outros bens a serem inventariados, na hipótese de que trata o art. 26, §2º, sob pena de responsabilização civil e criminal.

§ 1º Não serão exigidos os incisos I a III do caput, no processo administrativo destinado à efetivação do pagamento dos saldos pecuniários aos dependentes legalmente habilitados perante ao Regime Próprio de Previdência Social da União ou ao Regime Geral da Previdência Social, na forma do art. 1º da Lei nº 6.858, de 1980.

§2º O termo de que trata o inciso XIII do caput poderá ser preenchido mediante solicitação dos requerentes.

CAPÍTULO VI

DA REVERSÃO DE CRÉDITO

Art. 31. Caberá à unidade de gestão de pessoas instruir processo de reversão de crédito dos valores creditados indevidamente, após o óbito, junto à respectiva instituição bancária, na forma definida no art. 36 da Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019.

CAPÍTULO VII

DAS REPOSIÇÕES E INDENIZAÇÕES AO ERÁRIO NÃO QUITADAS NA FICHA FINANCEIRA DO FALECIDO

Art. 32. Caberá à unidade de gestão de pessoas apurar o saldo devedor das reposições e indenizações ao erário, incluídas na ficha financeira do falecido, na forma definida no art. 46 da Lei nº 8.112, de 1990, com posterior encaminhamento ao órgão competente para inscrição em dívida ativa.

CAPÍTULO VIII

DO PAGAMENTO DE DÉBITOS NÃO QUITADOS OU VALORES NÃO REVERTIDOS

Art. 33. Eventuais débitos com o erário, comprovadamente não quitados, pelos falecidos, relacionados no art. 1º, poderão ser objeto de pagamento mediante solicitação expressa e por escrito dos dependentes de que trata o art. 26 ou sucessores de que tratam os arts. 27 e 28.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput eventuais valores não revertidos, concernentes aos valores creditados indevidamente, junto à respectiva instituição bancária, após o óbito do falecido de que trata o art. 1º.

Art. 34. A unidade de gestão de pessoas do órgão instruirá processo para posterior envio ao órgão de assessoramento jurídico competente, em caso de inexistência do pagamento de voluntário de que trata do art. 33.

CAPÍTULO IX

DA PRESCRIÇÃO

Art. 35. A prescrição, para fins desta Instrução Normativa, refere-se ao prazo que os sucessores do servidor, do empregado, do contratado temporariamente, do aposentado ou do beneficiário de pensão falecido possuem para pleitear os resíduos de verbas remuneratórias devidamente reconhecidas pela administração.

Art. 36. Nos termos do art. 3º do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, encontram-se prescritas as parcelas, referentes aos passivos de 28,86% e 3,17%, vencidas há mais de cinco anos da data da propositura do inventário judicial ou extrajudicial.

Art. 37. Os saldos pecuniários, as despesas de exercícios anteriores e a licença-prêmio convertida em pecúnia, desde que expressamente reconhecidos pela administração como devidos ao servidor, ao empregado, ao contratado temporariamente, ao aposentado ou ao beneficiário de pensão falecido poderão ser requeridos por seus sucessores em até cinco anos, contados da data de óbito do titular do direito.

Art. 38. O disposto neste Capítulo não afasta a necessidade de análise de demais aspectos relacionados à prescrição.

CAPÍTULO X

DA SOLICITAÇÃO DE REPASSE DO RECURSO FINANCEIRO DOS RESÍDUOS REMUNERATÓRIOS AO ÓRGÃO CENTRAL DO SIPEC

Art. 39. Até que seja automatizado o procedimento de solicitação e deferimento do pagamento de resíduos remuneratórios, no âmbito dos Sistemas Estruturantes de Gestão de Pessoal da Administração Pública Federal, para o repasse do recurso financeiro, junto à Secretaria do Tesouro Nacional, da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, do Ministério da Economia, a unidade de gestão de pessoas dos órgãos e entidades solicitará ao órgão central do Sipec, liberação de recursos financeiros necessários ao pagamento de resíduos remuneratórios de que trata os artigos 27 e 28, observada a instrução processual descrita no Capítulo V desta Instrução Normativa

Art. 40. O pedido de recursos financeiros deverá ser encaminhado ao órgão central do Sipec entre os dias 10 e 20 de cada mês, para fins de liberação na folha de pagamento do mês em referência, conforme modelo disposto no Anexo, disponibilizado no SiapeNet.

Parágrafo único. O pedido encaminhado fora do prazo previsto no caput será autorizado na folha de pagamento do mês subsequente.

CAPÍTULO XI

DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM ÂMBITO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, ACERCA DA EXISTÊNCIA DE RESÍDUOS REMUNERATÓRIOS

Art. 41. Caberá à unidade de gestão de pessoas do órgão ou entidade integrante do Sipec prestar informações em âmbito judicial ou extrajudicial, acerca da existência de resíduos remuneratórios devidos ao falecido de que trata o art. 1º desta Instrução Normativa, em seu órgão de vinculação.

§ 1º A informação disponibilizada pela unidade de gestão de pessoas, na forma descrita no caput, implica em mera estimativa dos valores reconhecidos como devidos.

§ 2º Para expedição de informações, mediante certidão ou documento, previsto no caput, caberá ao órgão de vinculação do falecido, previamente, analisar o direito e os valores devidos, em estrita observância aos critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 42. Na informação prestada em âmbito judicial ou extrajudicial, prevista no art. 41, a unidade de gestão de pessoas deverá indicar a existência de valores creditados indevidamente, após o óbito, junto à respectiva instituição bancária e não revertidos aos cofres públicos, bem assim dos valores de reposição e indenização ao erário, ainda não quitados.

CAPÍTULO XII

DO ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Art. 43. No caso em que haja dúvida jurídica, a unidade de gestão de pessoas à qual se vinculava o servidor ou o beneficiário de pensão falecido encaminhará o processo administrativo ao órgão de assessoramento jurídico competente, com a exposição clara do caso concreto e a especificação do questionamento.

CAPÍTULO XIII

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARA DECIDIR SOBRE O REQUERIMENTO DOS SUCESORES DECORRENTES DE INVENTÁRIO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL

Art. 44. Os pedidos em desacordo com os termos desta Instrução Normativa, ou que divergirem de entendimento consolidado do órgão central do Sipec, deverão ser respondidos diretamente aos requerentes, pelas unidades de gestão de pessoas, com respectiva fundamentação.

Parágrafo único. Os pedidos descritos no caput não serão remetidos ao órgão central do Sipec.

CAPÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45. As dúvidas decorrentes da aplicação desta Instrução Normativa poderão ser dirigidas ao órgão central do Sipec, observados os procedimentos quanto ao encaminhamento de consultas estabelecidos nos normativos vigentes.

Art. 46. Fica revogada a Orientação Normativa SEGEP/MP nº 7, de 12 de setembro de 2014.

Art. 47. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 2 de março de 2022.

LEONARDO JOSÉ MATTOS SULTANI

ANEXO

Mês de Referência	Número Processo Administrativo	Dados do Órgão		Dados do Servidor/Aposentado/Instituidor				Dados do Beneficiário de Pensão				Resíduos Remuneratórios	Dados do(s) Herdeiro(s)				Processo encontra-se em consonância com o normativo vigente
		Código	Descrição	Mat.	CPF	Nome	Data Falecimento	Mat.	CPF	Nome	Data Falecimento		CPF	Nome	Grau de Parentesco	Valor Devido	

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

DESPACHO

Processo nº 19687.101411/2022-91
Interessado: ADRIANO PERINI

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição de que trata o art. 2º, §1º, inciso II, do Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, declara:

Ficam registrados os compromissos da pessoa física ADRIANO PERINI (CPF 561.892.909-06), nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.557, de 2018.

Para fins da emissão do presente ato, o interessado ADRIANO PERINI apresentou declaração de compromisso de atendimento aos requisitos de que tratam os incisos I a III do caput do art. 1º do Decreto nº 9.557, de 2018.

A verificação do atendimento aos requisitos será feita diretamente pelo Ministério da Economia ou por intermédio de auditorias realizadas por entidades credenciadas pela União, contratadas pelo interessado.

O presente ato tem vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir de 01 de fevereiro de 2022, podendo, ao final do quinto ano, ser renovado por solicitação do interessado.

JOÃO C. DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.052, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2021
(Publicada no DOU de 08-12-2021)

ANEXO ÚNICO(*)

CAPÍTULO 3

1. Considerações Gerais. Distinção entre os produtos do presente Capítulo e os do Capítulo 16.

O segundo parágrafo passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Pelo contrário, estes produtos incluem-se no Capítulo 16 quando cozidos ou preparados ou conservados por processos diferentes dos mencionados no presente Capítulo (por exemplo, filés (filetes*) de peixe simplesmente envolvidos de pasta ou de pão ralado (empanados), peixes cozidos), com exclusão dos peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos defumados (fumados) que possam ter sofrido um cozimento antes ou durante a operação de defumação, e dos crustáceos simplesmente cozidos em água ou vapor, mas não descascados. Estes últimos produtos classificam-se, respectivamente, nas posições 03.05, 03.06, 03.07 e 03.08. Os moluscos que apenas foram submetidos a um branqueamento ou a outro tipo de choque térmico (que não cause um cozimento real dos produtos), necessários para abrir as suas conchas ou para os estabilizar antes do transporte ou congelamento, permanecem também classificados no presente Capítulo. As farinhas, pós e pellets obtidos a partir de peixes, crustáceos, moluscos ou outros invertebrados aquáticos, cozidos, permanecem classificados nas posições 03.05, 03.06, 03.07 e 03.08, respectivamente." (NR)

2. Posição 03.07.

Esta posição passa a vigorar acrescida de um novo segundo parágrafo, com a seguinte redação:

"Esta posição compreende também os moluscos que apenas foram submetidos a um branqueamento ou a outro tipo de choque térmico (que não cause um cozimento real dos produtos), necessários para abrir as suas conchas ou para os estabilizar antes do transporte ou congelamento." (NR)

CAPÍTULO 12

1. Posição 12.11.

O décimo parágrafo passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Excluem-se também da presente posição:

a) As misturas constituídas por diferentes espécies de plantas ou de partes de plantas da presente posição do tipo utilizado para temperar molhos (posição 21.03).

b) Os produtos seguintes do tipo utilizado, quer diretamente para aromatizar bebidas, quer para preparar extratos para fabricação de bebidas:

1º) As misturas constituídas por diferentes espécies de plantas ou de partes de plantas da presente posição (posição 21.06).

2º) As misturas de plantas ou de partes de plantas da presente posição com produtos vegetais incluídos noutros Capítulos (por exemplo, Capítulos 7, 9, 11) (Capítulo 9 ou posição 21.06)." (NR)

CAPÍTULO 16

1. Considerações Gerais. Primeiro parágrafo.

O item 2 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"2) Cozidos por quaisquer processos: em água ou vapor, grelhados, fritos ou assados, com exceção, porém, dos peixes, crustáceos, moluscos ou outros invertebrados aquáticos defumados (fumados) que podem ter sido cozidos antes ou durante a defumação (posições 03.05, 03.06, 03.07 e 03.08), dos crustáceos, com casca, simplesmente cozidos em água ou vapor (posição 03.06), dos moluscos que apenas foram submetidos a um branqueamento ou a outro tipo de choque térmico (que não cause um cozimento real dos produtos), necessários para abrir as suas conchas ou para os estabilizar antes do transporte ou congelamento (posição 03.07) e das farinhas, pós e pellets, obtidos a partir de peixes, crustáceos, moluscos ou de outros invertebrados aquáticos, cozidos (posições 03.05, 03.06, 03.07 e 03.08 respectivamente)." (NR)

2. Posição 16.05.

2.1. O primeiro parágrafo passa a vigorar com as seguintes alterações:

"As disposições da Nota Explicativa da posição 16.04, relativas aos diferentes estados em que se apresentam os produtos incluídos nesta última posição, aplicam-se, mutatis mutandis, aos crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos da presente posição." (NR)

2.2. Esta posição passa a vigorar acrescida de um terceiro e último parágrafo, com a seguinte redação:

"Excluem-se, todavia, desta posição os crustáceos, cozidos em água ou a vapor, desde que conservem a casca, mesmo que contenham pequenas quantidades de produtos químicos para sua conservação provisória (posição 03.06) e os moluscos que apenas foram submetidos a um branqueamento ou a outro tipo de choque térmico (que não cause um cozimento real dos produtos), necessários para abrir as suas conchas ou para os estabilizar antes do transporte ou congelamento (posição 03.07)." (NR)

CAPÍTULO 21

1. Posição 21.03. Parte "A".

O quinto parágrafo passa a vigorar com as seguintes alterações:

"A título de exemplo, citam-se os seguintes produtos, compreendidos na presente posição: maionese, temperos para saladas, béarnaise, molho bolonhês (que contenham carne picada, purê de tomate, especiarias, etc.), molho de soja, molho de cogumelos, molho Worcester (geralmente à base de molho de soja misturado com uma infusão de especiarias em vinagre, com adição de sal, açúcar, caramelo e mostarda), o molho de tomate, denominado ketchup (à base de massa de tomate, açúcar, vinagre, sal e especiarias) e outros molhos de tomate, "sal de aipo" (mistura de sal e de sementes de aipo finamente moídas), alguns condimentos compostos usados em charcutaria, os produtos do Capítulo 22 (exceto os da posição 22.09) preparados para fins culinários (vinho e conhaque, por exemplo) e tornados assim impróprios para consumo como bebidas. Classificam-se também na presente posição as misturas de plantas ou de partes de plantas da posição 12.11 do tipo utilizado para temperar molhos." (NR)

2. Posição 21.06.

2.1. O item 16 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"16) As preparações, frequentemente designadas sob o nome de suplementos alimentares, constituídas ou à base de um ou mais minerais, vitaminas, aminoácidos, concentrados, extratos, isolados ou formas semelhantes de substâncias presentes nos alimentos, ou de versões sintéticas destas substâncias, apresentadas como suplemento ao regime de alimentação normal. Incluem-se estes produtos, mesmo que contenham também edulcorantes, corantes, aromas, substâncias odoríferas, suportes, cargas, estabilizadores ou outras ajudas técnicas. Estes produtos são frequentemente acondicionados em embalagens com indicações de que mantêm o organismo em boa saúde ou o bem-estar geral, melhoram o desempenho atlético, previnem eventuais deficiências nutricionais ou corrigem níveis subótimos de nutrientes.

Estas preparações não contêm uma quantidade suficiente de ingredientes ativos para ter um efeito terapêutico ou profilático contra doenças ou afecções que não sejam as deficiências nutricionais relevantes. Excluem-se outras preparações que contenham uma quantidade suficiente de ingredientes ativos para ter um efeito terapêutico ou profilático contra uma doença ou uma afecção específica (posições 30.03 ou 30.04)." (NR)

2.2. O último parágrafo passa a vigorar com as seguintes alterações:

"A presente posição não compreende:

a) As preparações que contenham cacau apresentadas como suplementos alimentares para alimentação humana (posição 18.06).

b) As preparações de fruta ou de outras partes comestíveis de plantas da posição 20.08, desde que a característica essencial dessas preparações seja conferida por essa fruta ou outras partes comestíveis de plantas (posição 20.08).

c) Os microrganismos da posição 21.02 apresentados como complementos alimentares para consumo humano (posição 21.02)." (NR)

CAPÍTULO 26

1. Posição 26.21.

Esta posição passa a vigorar acrescida de um novo último parágrafo, com a seguinte redação:

"Exclui-se da presente posição a microssílica (sílica de fumo) de constituição química definida apresentada isoladamente, recolhida como um subproduto da produção de silício, ferrossilício e zircônia, geralmente utilizada como aditivo pozolânico para concreto (betão*), fibrocimento ou para argamassas refratárias, e como aditivo para polímeros (posição 28.11)." (NR)

CAPÍTULO 28

1. Posição 28.11. Parte "M".

1.1. O terceiro parágrafo passa a vigor com as seguintes alterações:

"A sílica resiste à ação dos ácidos, pelo que se emprega, fundida, na fabricação de artigos de vidro para laboratório e aparelhos industriais pouco fusíveis, podem sofrer bruscas diferenças de temperatura, sem se quebrarem (ver as Considerações Gerais do Capítulo 70). A sílica anidrida, em pó fino, emprega-se principalmente como matéria de carga na fabricação de diferentes tipos de borracha natural e sintética e outros elastômeros e também como agente espessante ou tixotrópico para diferentes plásticos, tintas de impressão, tintas, vernizes e adesivos. A sílica defumada (fumada) (pirogênica), obtida pela combustão do tetracloreto de silício ou triclorossilano num forno hidrogênio-oxigênio, é utilizada igualmente no polimento químico-mecânico das pastilhas de silício e também como agente fluidificante e de suspensão para um certo número de produtos. A microssílica (sílica de fumo) (recolhida como um subproduto da produção de silício, ferrossilício e zircônia) também é geralmente utilizada como aditivo pozolânico para concreto (betão*), fibrocimento ou para argamassas refratárias, e como aditivo para polímeros." (NR)

1.2. A alínea "a" do quarto parágrafo passa a vigorar com as seguintes alterações:

"a) As sílicas naturais, por exemplo, quartzo e terra de diatomáceas (Capítulo 25, com exclusão das variedades de sílica que constituam pedras preciosas ou semipreciosas - ver as Notas Explicativas das posições 71.03 e 71.05)." (NR)

CAPÍTULO 29

1. Posição 29.38.

O item 3 do último parágrafo passa a vigorar com a seguintes alterações:

"3) Os heterosídeos não naturais (exceto os produtos das posições 29.37 e 29.39) nos quais a ligação glicosídica é uma função acetal formada por eterificação ao nível do átomo de carbono anomérico (tribenosídio (DCI)) (posição 29.40)." (NR)

2. A lista de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas enumerados por ordem alfabética e por tipo de droga passa a vigorar com as seguintes alterações:

"LISTA

DE ESTUPEFACIENTES E DE SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS ENUMERADOS POR ORDEM ALFABÉTICA E POR TIPO DE DROGA

I. **Estupefacientes regulamentados pela Convenção de 1961 sobre os estupefacientes, emendada pelo Protocolo de 1972**

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
Acetil-α-metilfentanila	2933.39		4
Acetildi-hidrocodeína	2939.19	3861-72-1	2
Cloridrato de acetildi-hidrocodeína	2939.19		2
Acetilfentanila	2933.39		1
Acetilmetadol (DCI)	2922.19	509-74-0	1
Acetilmorfina	2939.19		1
3-Acetilmorfina	2939.19		1
6-Acetilmorfina	2939.19	2784-73-8	1
Acetorfina (DCI)	2939.19	25333-77-1	4
Cloridrato de acetorfina	2939.19	25333-78-2	4
Acriloilfentanila	2933.39		1
AH-7921	2924.29		1
Alfacetilmetadol (DCI)	2922.19	17199-58-5	1
L-Alfacetilmetadol	2922.19		
Cloridrato de alfacetilmetadol	2922.19		1
Alfameprodina (DCI)	2933.39	468-51-9	1
Alfametadol (DCI)	2922.19	17199-54-1	1
Alfaprodina (DCI)	2933.39	77-20-3	1
Cloridrato de alfaprodina	2933.39	561-78-4	1
Alfentanila (DCI)	2933.33	71195-58-9	1
Cloridrato de alfentanila	2933.33	69049-06-5	1
Alilprodina (DCI)	2933.39	25384-17-2	1
Cloridrato de alilprodina	2933.39		1
Anileridina (DCI)	2933.33	144-14-9	1
Dicloridrato de anileridina	2933.33	126-12-5	1
Fosfato de anileridina	2933.39	4268-37-5	1
Benzetidina (DCI)	2933.39	3691-78-9	1
Bromidrato de benzetidina	2933.39		1
Cloridrato de benzetidina	2933.39		1
Benzilmorfina	2939.19	14297-87-1	1
Cloridrato de benzilmorfina	2939.19	630-86-4	1
Mesilato de benzilmorfina	2939.19		1
Benzoilmorfina	2939.19		1
Betacetilmetadol (DCI)	2922.19	17199-59-6	1
Betameprodina (DCI)	2933.39	468-50-8	1
Betametadol (DCI)	2922.19	17199-55-2	1
Betaprodina (DCI)	2933.39	468-59-7	1
Cloridrato de betaprodina	2933.39		1
Bezitramida (DCI)	2933.33	15301-48-1	1
Cloridrato de bezitramida	2933.33		1
Butirato de dioxafetila (DCI)	2934.99	467-86-7	1
Cloridrato de butirato de dioxafetila	2934.99		1
Butirfentanila	2933.39		1
Cannabis	1211.90		4
Extrato e tinturas de *cannabis*	1302.19		
Óleo de *cannabis*	1302.19		
Resina de *cannabis*	1301.90		

I. Estupefacientes regulamentados pela Convenção de 1961 sobre os estupefacientes, emendada pelo Protocolo de 1972 (continuação)

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
Carfentanila (DCI)	2933.39		1
Cetobemidona (DCI)	2933.33	469-79-4	4
Cloridrato de cetobemidona	2933.33	5965-49-1	4
Clonitazena (DCI)	2933.99	3861-76-5	1
Cloridrato de clonitazena (DCI)	2933.99		1
Mesilato de clonitazena	2933.99		1
Coca (folha de)	1211.30		
Coca (pasta de)	1302.19		
Cocaína	2939.71	50-36-2	1
Benzoato de cocaína	2939.71		1
Borato de cocaína	2939.71		1
Bromidrato de cocaína	2939.71		1
Citrato de cocaína	2939.71		1
Cloridrato de cocaína	2939.71	53-21-4	1
Formato de cocaína	2939.71		1
Iodidrato de cocaína	2939.71		1
Lactato de cocaína	2939.71		1
Nitrato de cocaína	2939.71	5913-62-2	1
Salicilato de cocaína	2939.71	5913-64-4	1
Sulfato de cocaína	2939.71		1
Tartarato de cocaína	2939.71		1
d-Cocaína	2939.71	478-73-9	
Codeína	2939.11	76-57-3	2
Acetato de codeína	2939.11		2
Alobarbiturato de codeína	2939.11		2
Barbiturato de codeína	2939.11		2
Bromidrato de codeína	2939.11	125-25-7	2
Canfossulfonato de codeína	2939.11		2
Ciclobarbiturato de codeína	2939.11		2
Ciclopentobarbiturato de codeína	2939.11		2
Citrato de codeína	2939.11	5913-73-5	2
Cloridrato de codeína	2939.11	1422-07-7	2
Fenobarbiturato de codeína	2939.11		2
Fosfato de codeína	2939.11	52-28-8	2
6-Glucoronida de codeína	2939.19		2
Iodidrato de codeína	2939.11	125-26-8	2
Metilbrometo de codeína	2939.19	125-27-9	2
N-Óxido de codeína	2939.19	3688-65-1	
Cloridrato de N-óxido de codeína	2939.19		
Resinato de codeína	3003.49		2
Salicilato de codeína	2939.11		2
Sulfato de codeína	2939.11	1420-53-7	2
Codoxima (DCI)	2939.19	7125-76-0	1
Concentrado de palha de dormideira (papoula)	1302.11		1
	2939.11		
Desomorfina (DCI)	2939.19	427-00-9	4
Bromidrato de desomorfina	2939.19		4
Cloridrato de desomorfina	2939.19		4
Sulfato de desomorfina	2939.19		4
Dextromoramida (DCI)	2934.91	357-56-2	1
Cloridrato de dextromoramida	2934.91		1
Dicloridrato de dextromoramida	2934.91		1
Hidrogenotartarato de dextromoramida	2934.99	2922-44-3	1

I. Estupefacientes regulamentados pela Convenção de 1961 sobre os estupefacientes, emendada pelo Protocolo de 1972 (continuação)

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
Dextropropoxifeno (DCI)	2922.14	469-62-5	2
Cloridrato de dextropropoxifeno	2922.14	1639-60-7	2
Napsilata	2922.19	17140-78-2	2
Resinato de dextropropoxifeno	3003.90		2
Diampromida (DCI)	2924.29	552-25-0	1
Sulfato de diampromida	2924.29		1
Dietiltiambuteno (DCI)	2934.99	86-14-6	1
Cloridrato de dietiltiambuteno	2934.99	132-19-4	1
Difenoxilato (DCI)	2933.33	915-30-0	1
Cloridrato de difenoxilato	2933.33	3810-80-8	1
Difenoxina (DCI)	2933.33	28782-42-5	1
Cloridrato de difenoxina	2933.33	35607-36-4	1
Di-hidrocodeína (DCI)	2939.11	125-28-0	2
Cloridrato de di-hidrocodeína	2939.11		2
Fosfato de di-hidrocodeína	2939.11	24204-13-5	2
Hidrogenotartarato de di-hidrocodeína	2939.11	5965-13-9	2
Resinato de di-hidrocodeína	3003.49		2
Tiocianato de di-hidrocodeína	2939.19		2
Di-hidroetorfina	2939.19		1
Di-hidroisomorfina	2939.19		
6-Glucoronida de di-hidroisomorfina	2939.19		
Di-hidromorfina	2939.19	509-60-4	2
Cloridrato de di-hidromorfina	2939.19	1421-28-9	2
Iodidrato de di-hidromorfina	2939.19		2
Picrato de di-hidromorfina	2939.19		2
Dimefeptanol (DCI)	2922.19	545-90-4	1
Cloridrato de dimefeptanol	2922.19		1
Dimenoxadol (DCI)	2922.19	509-78-4	1
Cloridrato de dimenoxadol	2922.19	2424-75-1	1
Dimetiltiambuteno (DCI)	2934.99	524-84-5	1
Cloridrato de dimetiltiambuteno	2934.99		1
Dipipanona (DCI)	2933.33	467-83-4	1
Bromidrato de dipipanona	2933.33		1
Cloridrato de dipipanona	2933.33	75783-06-1	1
Drotebanol (DCI)	2933.49	3176-03-2	1
Ecgonina, seus ésteres e derivados que são transformáveis em ecgonina ou cocaína	2939.71	481-37-8	1
Cloridrato de ecgonina	2939.71		1
Ecgonina benzoiletil éster	2939.71		1
Ecgonina benzoilpropil éster	2939.71		1
Ecgonina cinnamoilmetil éster	2939.71		1
Ecgonina 2,6-dimetil-benzoilmetil éster	2939.71		1
Ecgonina fenilacetil-metil éster	2939.71		1
Ecgonina meta-hidroxibenzoil éster	2939.71		1
Ecgonina metil éster	2939.71		1
Cloridrato de ecgonina metil éster	2939.71		1
Etilmetiltiambuteno (DCI)	2934.99	441-61-2	1
Cloridrato de etilmetiltiambuteno	2934.99		1
Etilmorfina	2939.11	76-58-4	2
Bromidrato de etilmorfina	2939.11		2
Canfossulfonato de etilmorfina	2939.11		2
Cloridrato de etilmorfina	2939.11	125-30-4	2
Fenobarbiturato de etilmorfina	2939.11		2
Metiliodeto de etilmorfina	2939.19		2

I. Estupefacientes regulamentados pela Convenção de 1961 sobre os estupefacientes, emendada pelo Protocolo de 1972 (continuação)

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
Etonitazeno (DCI)	2933.99	911-65-9	1
Cloridrato de etonititazeno	2933.99	13764-49-3	1
Etorfina (DCI)	2939.11	14521-96-1	4
Cloridrato de etorfina	2939.11		4
Etorfina 3-metil éter	2939.19		4
Etoxeridina (DCI)	2933.39	469-82-9	1
Cloridrato de etoxeridina	2933.39		1
Fenadoxona (DCI)	2934.99	545-91-5	1
Cloridrato de fenadoxona	2934.99	129-83-9	1
Fenampromida (DCI)	2933.39		1
Cloridrato de fenampromida	2933.39	127-35-5	1
Fenazocina (DCI)	2933.39		1
Bromidrato de fenazocina	2933.39	7303-75-5	1
Cloridrato de fenazocina	2933.39		1
Mesilato de fenazocina	2933.39	468-07-5	1
Fenomorfano (DCI)	2933.49		1
Bromidrato de fenomorfano	2933.49		1
Hidrogenotartarato de fenomorfano	2933.49		1
Metilbrometo de fenomorfano	2933.49		1
Fenoperidina (DCI)	2933.33	562-26-5	1
Cloridrato de fenoperidina	2933.33	3627-49-4	1
Fentanila (DCI)	2933.33	437-38-7	1
Citrato de fentanila	2933.33	990-73-8	1
p-Fluorofentanila	2933.39		4
Cloridrato de p-fluorofentanila	2933.39		4
4-Fluoroisobutirfentanila	2933.39		1
Folcodina	2939.11	509-67-1	2
Citrato de folcodina	2939.11		2
Cloridrato de folcodina	2939.11		2
Fenilacetato de folcodina	2939.11		2
Fosfato de folcodina	2939.11		2
Guaiacolssulfonato de folcodina	2939.11		2
Hidrogenotartarato de folcodina	2939.11		2
Sulfonato de folcodina	2939.11		2
Tartarato de folcodina	2939.11	7369-11-1	2
Furanilfentanila	2934.99		1
Furetidina (DCI)	2934.99	2385-81-1	1
Bromidrato de furetidina	2934.99		1
Metiliodeto de furetidina	2934.99		1
Picrato de furetidina	2934.99		1
Heroína	2939.11	561-27-3	4
Cloridrato de heroína	2939.11	1502-95-0	4
Metiliodeto de heroína	2939.19		4
Hidrocodona (DCI)	2939.11	125-29-1	1
Citrato de hidrocodona	2939.11		1
Cloridrato de hidrocodona	2939.11	25968-91-6	1
Fosfato de hidrocodona	2939.11	34366-67-1	1
Hidrogenotartarato de hidrocodona	2939.11	143-71-5	1
Iodidrato de hidrocodona	2939.11		1
Metiliodeto de hidrocodona	2939.19		1
Resinato de hidrocodona	3003.49		1
Tereftalato de hidrocodona	2939.11		1

I. Estupefacientes regulamentados pela Convenção de 1961 sobre os estupefacientes, emendada pelo Protocolo de 1972 (continuação)

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
Hidromorfinol (DCI)	2939.19	2183-56-4	1
Cloridrato de hidromorfinol	2939.19		1
Hidrogenotartarato de hidromorfinol	2939.19		1
Hidromorfona (DCI)	2939.11	466-99-9	1
Cloridrato de hidromorfona	2939.11	71-68-1	1
3-Glucuronida de hidromorfona	2939.11		1
Sulfato de hidromorfona	2939.11		1
Tereftalato de hidromorfona	2939.11		1
β-Hidroxifentanila	2933.39		4
Cloridrato de β-hidroxifentanila	2933.39		4
(+)-*cis*-β-Hidroxi-3-m-metilfentanila	2933.39		
β-Hidroxi-3-metilfentanila	2933.39		4
Cloridrato de β-hidroxi-3-metilfentanila	2933.39		4
Hidroxipetidina (DCI)	2933.39	468-56-4	1
Cloridrato de hidroxipetidina	2933.39		1
Isometadona (DCI)	2922.39	466-40-0	1
d-Isometadona	2922.39		
l-Isometadona	2922.39		
Bromidrato de isometadona	2922.39		1
Cloridrato de isometadona	2922.39		1
Levacetilmetadol (DCI)	2922.19	34433-66-4	1
Levofenacilmorfano (DCI)	2933.49	10061-32-2	1
Cloridrato de levofenacilmorfano	2933.49		1
Metilssulfonato de levofenacilmorfano	2933.49		1
Levometorfano (DCI) (*)	2933.49	125-70-2	1
Bromidrato de levometorfano	2933.49		1
Hidrogenotartarato de levometorfano	2933.49		1
Levomoramida (DCI)	2934.99	5666-11-5	1
Dicloridrato de levomoramida	2934.99		1
Levopropoxifeno (DCI)	2922.19	2338-37-6	
Levorfanol (DCI) (**)	2933.41	77-07-6	1
Cloridrato de levorfanol	2933.41		1
Hidrogenotartarato de levorfanol	2933.41	125-72-4	1
l-Metadol	2922.19		
Metadona (DCI)	2922.31	76-99-3	1
d-Metadona	2922.31		
l-Metadona	2922.31		1
Bromidrato de metadona	2922.31		1
Cloridrato de metadona	2922.31	1095-90-5	1
Cloridrato de *d*-metadona	2922.31		
Cloridrato de *l*-metadona	2922.31		
Hidrogenotartarato de metadona	2922.31		1
Hidrogenotartarato de *l*-metadona	2922.31		1
Metadona (DCI), intermediário da 4-ciano-2-2-dimetilamino-4-difenilbutano ou 2-dimetilamino-4,4-difenil-4-cianobutano	2926.30		1

(*) Dextrometorfano (DCI) ((+)-3-metoxi-N-metilmorfinano) está especificamente excluído desta lista.

(**) Dextrorfano (DCI) ((+)-3-hidroxi-N-metilmorfinano) está especificamente excluído desta lista.

I. Estupefacientes regulamentados pela Convenção de 1961 sobre os estupefacientes, emendada pelo Protocolo de 1972 (continuação)

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
Metazocina (DCI)	2933.39	3734-52-9	
Bromidrato de metazocina	2933.39		
Cloridrato de metazocina	2933.39		1
Metildesorfina (DCI)	2939.19	16008-36-9	1
Cloridrato de metildesorfina	2939.19		1
Metildi-hidromorfina (DCI)	2939.19	509-56-8	1
α-Metilfentanila	2933.39		4
Cloridrato de α-metilfentanila	2933.39		4
3-Metilfentanila	2933.39		4
Cloridrato de 3-metilfentanila	2933.39		4
α-Metiltiofentanila	2934.99		1
Cloridrato de α-metiltiofentanila	2934.99		1
(+)-*cis*-3-Metiltiofentanila	2934.99		4
Cloridrato de (+)-*cis*-3-metiltiofentanila	2934.99		
3-Metiltiofentanila	2934.99		4
Cloridrato de 3-metiltiofentanila	2934.99		4
Metopon (DCI)	2939.19	143-52-2	1
Cloridrato de metopon	2939.19		1
Mirofina (DCI)	2939.19	467-18-5	1
Cloridrato de mirofina	2939.19		1
Moramida, intermediário de	2934.99		1
Morferidina (DCI)	2934.99	469-81-8	1
Dicloridrato de morferidina	2934.99		1
Picrato de morferidina	2934.99		1
Morfina	2939.11	57-27-2	1
Acetato de morfina	2939.11	596-15-6	1
Bromidrato de morfina	2939.11	630-81-9	1
Citrato de morfina	2939.11		1
Cloridrato de morfina	2939.11	52-26-6	1
3,6-Diglucuronida de morfina	2939.19		1
Dimetila éter de morfina	2939.19		
Estearato de morfina	2939.11	64-31-3	1
Fenilpropionato de morfina	2939.11		1
Fosfato de morfina	2939.11		1
Ftalato de morfina	2939.11		1
Gluconato de morfina	2939.19		1
3-Glucuronida de morfina	2939.19		1
6-Glucuronida de morfina	2939.19		1
3-β-D-Glucuronida de morfina	2939.19		1
6-β-D-Glucuronida de morfina	2939.19		1
Hipofosfito de morfina	2939.11		1
Iodidrato de morfina	2939.11		1
Isobutirato de morfina	2939.11		1
Lactato de morfina	2939.11		1
Meconato de morfina	2939.11		1
Metilbrometo de morfina	2939.19		1
Metilcloreto de morfina	2939.19		1
Metiliodeto de morfina	2939.19		1
Metilsulfonato de morfina	2939.11		1
Metobrometo de morfina	2939.19		1
Mucato de morfina	2939.11		1

I. **Estupefacientes regulamentados pela Convenção de 1961 sobre os estupefacientes, emendada pelo Protocolo de 1972** (continuação)

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
Nitrato de morfina	2939.11	596-16-7	1
N-Óxido de morfina	2939.19	639-46-3	1
Quinato de N-óxido de morfina	2939.19		1
Sulfato de morfina	2939.11		1
Tartarato de morfina	2939.11	302-31-8	1
Valerato de morfina	2939.11		1
MPPP	2933.39		4
Cloridrato de MPPP	2933.39		4
MT-45	2933.59		1
Nicocodina (DCI)	2939.19	3688-66-2	2
Cloridrato de nicocodina	2939.19		2
Nicodicodina (DCI)	2939.19	808-24-2	2
Nicomorfina (DCI)	2939.11	639-48-5	1
Cloridrato de nicomorfina	2939.11		1
Noracimetadol (DCI)	2922.19	1477-39-0	1
Cloridrato de noracimetadol	2922.19		1
Gluconato de noracimetadol	2922.19		1
Norcodeína (DCI)	2939.19	467-15-2	2
Acetato de norcodeína	2939.19		2
Cloridrato de norcodeína	2939.19	14648-14-7	2
Iodidrato de norcodeína	2939.19		2
Nitrato de norcodeína	2939.19		2
Platinocloreto de norcodeína	2843.90		2
Sulfato de norcodeína	2939.19		2
Norlevorfanol (DCI)	2933.49	1531-12-0	1
Bromidrato de norlevorfanol	2933.49		1
Cloridrato de norlevorfanol	2933.49		1
Normetadona (DCI)	2922.31	467-85-6	1
Bromidrato de normetadona	2922.31		1
Cloridrato de normetadona	2922.31	847-84-7	1
2,6-di-terti-butilnaftaleno-dissulfonato de normetadona	2922.31		1
Metiliodeto de normetadona	2922.39		1
Oxalato de normetadona	2922.31		1
Picrato de normetadona	2922.31		1
Normetadona (DCI), intermediário da	2926.90		
Normorfina (DCI)	2939.19	466-97-7	1
Cloridrato de normorfina	2939.19		1
Norpipanona (DCI)	2933.39	561-48-8	1
Bromidato de norpipanona	2933.39		1
Cloridrato de norpipanona	2933.39		1
Ocfentanila (DCI)	2933.39		1
Ópio	1302.11		1
Ópio, mistura de alcaloides	1302.11 (*) 2939.11 (**)		
Ópio, preparado	1302.19 2939.11	76-42-6	

(*) Outras substâncias não adicionadas.

(**) Misturas naturais, componentes não alcaloides removidos, outras substâncias não adicionadas.

I. **Estupefacientes regulamentados pela Convenção de 1961 sobre os estupefacientes, emendada pelo Protocolo de 1972** (continuação)

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
Oripavina	2939.19		1
Cloridrato de oripavina	2939.19		1
Oxicodona (DCI)	2939.11		1
Canfossulfonato de oxicodona	2939.11	124-90-3	1
Cloridrato de oxicodona	2939.11		1
Fenilpropionato de oxicodona	2939.11		1
Fosfato de oxicodona	2939.11		1
Hidrogenotartarato de oxicodona	2939.11		1
Pectinato de oxidona	2939.11		1
Tereftalato de oxicodona	2939.11	76-41-5	1
Oximorfona (DCI)	2939.11	357-07-3	1
Cloridrato de oximorfona	2939.11		1
Palha de dormideira (papoula)	1211.40		
Papaver bracteatum	1211.90		
PEPAP	2933.39		4
Cloridrato de PEPAP	2933.39	57-42-1	4
Petidina (DCI)	2933.33	50-13-5	1
Cloridrato de petidina	2933.33		1
Petidina (DCI), intermediário A da	2933.33		1
Petidina (DCI), intermediário B da	2933.39		1
Bromidrato do intermediário B da petidina	2933.39		1
Cloridrato do intermediário B da petidina	2933.39		1
Petidina (DCI), intermediário C da	2933.39	467-84-5	1
Piminodina (DCI)	2933.39	13495-09-5	1
Dicloridrato de piminodina	2933.39		1
Esilato de piminodina	2933.39	7081-52-9	1
Piritramida (DCI)	2933.33	302-41-0	1
Proeptazina (DCI)	2933.99	77-14-5	1
Bromidrato de proeptazina	2933.99		1
Citrato de proeptazina	2933.99		1
Cloridrato de proeptazina	2933.99		1
Properidina (DCI)	2933.39	561-76-2	1
Cloridrato de properidina	2933.39		1
Propiram (DCI)	2933.33	15686-91-6	2
Fumarato de propiram	2933.33		2
Racemetorfano (DCI)	2933.49	510-53-2	1
Bromidrato de racemetorfano	2933.49		1
Hidrogenotartarato de racemetorfano	2933.49		1
Racemoramida (DCI)	2934.99	545-59-5	1
Dicloridrato de racemoramida	2934.99		1
Hidrogenotartarato de racemoramida	2934.99		1
Tartarato de racemoramida	2934.99		1
Racemorfano (DCI)	2933.49	297-90-5	1
Bromidrato de racemorfano	2933.49		1
Cloridrato de racemorfano	2933.49		1
Hidrogenotartarato de racemorfano	2933.49		1
Remifentanila (DCI)	2933.39		1
Cloridrato de remifentanila	2933.39		1
Sufentanila (DCI)	2934.91	56030-54-7	1
Citrato de sufentanila	2934.91		1

I. **Estupefacientes regulamentados pela Convenção de 1961 sobre os estupefacientes, emendada pelo Protocolo de 1972** (continuação)

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
Tebacona (DCI)	2939.11	466-90-0	1
Cloridrato de tebacona	2939.11	20236-82-2	1
Tebaína	2939.11	115-37-7	1
Cloridrato de tebaína	2939.11		1
Hidrogenotartarato de tebaína	2939.11		1
Oxalato de tebaína	2939.11		1
Salicilato de tebaína	2939.11		1
Tetra-hidrofuranilfentanila	2934.99		1
Tilidina (DCI)	2922.44	20380-58-9	1
Cloridrato de tilidina	2922.44	27107-79-5	1
Tiofentanila	2934.99		4
Acetato de tiofentanila	2934.99		1
Cloridrato de tiofentanila	2934.99		4
Trimeperidina (DCI)	2933.33	64-39-1	1
Cloridrato de trimeperidina	2933.33	125-80-4	1
U-47700	2924.29		1

II. **Substâncias psicotrópicas regulamentadas pela Convenção de 1971 sobre as substâncias psicotrópicas**

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
AB-CHMINACA	2933.99		2
AB-PINACA	2933.99		2
Alobarbital (DCI)	2933.53	52-43-7	4
Alobarbital aminofenazona	2933.53		4
Alprazolam (DCI)	2933.91	29981-97-7	4
AM-2201; JWH-2201	2933.99		2
Amineptina (DCI)	2922.49		2
Cloridrato de amineptina	2922.49		2
Aminorex	2934.91	2207-50-3	4
Cloridrato de aminorex	2934.91		4
Fumarato de aminorex	2934.91		4
Amobarbital (DCI)	2933.53	57-43-2	3
Amobarbital sódico	2933.53	64-43-7	3
Resinato de amobarbital	3003.90		3
Anfepramona (DCI)	2922.31	90-84-6	4
Cloridrato de anfepramona	2922.31	134-80-5	4
Glutamato de anfepramona	2922.42		4
Resinato de anfepramona	3003.90		4
Anfetamina (DCI)	2921.46	300-62-9	2
Acetilsalicilato de anfetamina	2921.46		2
Adipato de anfetamina	2921.46		2
p-Aminofenilacetato de anfetamina	2922.49		2
Aspartato de anfetamina	2922.49		2
Cloridrato de anfetamina	2921.46		2
p-Clorofenoxiacetato de anfetamina	2921.46		2
Fosfato de anfetamina	2921.46	139-10-6	2
Hidrogenotartarato de anfetamina	2921.46		2
Pentobarbiturato de anfetamina	2933.54		2
Resinato de anfetamina	3003.90		2
Sulfato de anfetamina	2921.46	60-13-9	2
Tanato de anfetamina	3201.90		2
Tartarato de anfetamina	2921.46		2
Barbital (DCI)	2933.53	57-44-3	4
Barbital cálcio	2933.53		4
Barbital magnésio	2933.53		4
Barbital sódico	2933.53	144-02-5	4
N-Benzilpiperazina; Benzilpiperazina; BZP	2933.59		2
Cloridrato de N-benzilpiperazina	2933.59		2
Dicloridrato de N-benzilpiperazina	2933.59		2
Benzofetamina (DCI)	2921.46	156-08-1	4
Cloridrato de benzofetamina	2921.46	5411-22-3	4
25B-NBOMe; 2C-B-NBOMe	2922.29		1
Cloridrato de 25B-NBOMe	2922.29		1
Brolanfetamina (DCI) (DOB)	2922.29	64638-07-9	1
Cloridrato de brolanfetamina	2922.29		1

Bromazepam (DCI)	2933.33	1812-30-2	4
Brotizolam (DCI)	2934.91	57801-81-7	4
Buprenorfina (DCI)	2939.11	52485-79-7	3
Cloridrato de buprenorfina	2939.11	53152-21-9	3
Hidrogenotartarato de buprenorfina	2939.11		3
Sulfato de buprenorfina	2939.11		3

II. **Substâncias psicotrópicas regulamentadas pela Convenção de 1971 sobre as substâncias psicotrópicas** (continuação)

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
Butalbital (DCI)	2933.53	77-26-9	3
Butobarbital	2933.53	77-28-1	4
Camazepan (DCI)	2933.91	36104-80-0	4
Catina (DCI)	2939.43	492-39-7	3
Cloridrato de catina	2939.43	2153-98-2	3
Fenobarbiturato de catina	2939.43		3
Resinato de catina	3003.49		3
Sulfato de catina	2939.43		3
Catinona (DCI)	2939.79	71031-15-7	1
Cloridrato de catinona	2939.79		1
2C-B	2922.29		2
Cloridrato de 2C-B	2922.29		2
Ciclobarbital (DCI)	2933.53	52-31-3	3
Ciclobarbital cálcico	2933.53	5897-20-1	3
Clobazam (DCI)	2933.72	22316-47-8	4
Clonazepam (DCI)	2933.91	1622-61-3	4
Clorazepato	2933.91		4
Clorazepato dipotássio	2933.91	57109-90-7	4
Clorazepato monopotássio	2933.91	5991-71-9	4
Clorodiazepóxido	2933.91	58-25-3	4
Cloridrato de clorodiazepóxido	2933.91	438-41-5	4
Dibunato de clorodiazepóxido	2933.91		4
Clotiazepam (DCI)	2934.91	33671-46-4	4
Cloxazolam (DCI)	2934.91	24166-13-0	4
25C-NBOMe; 2C-C-NBOMe	2922.29		1
Cloridrato de 25C-NBOMe	2922.29		1
Delorazepam (DCI)	2933.91	2894-67-9	4
DET	2939.79	61-51-8	1
Cloridrato de DET	2939.79		1
Dexanfetamina (DCI)	2921.46	51-64-9	2
Adipato de dexanfetamina	2921.46		2
Carboximetilcelulose de dexanfetamina	3912.31		2
Cloridrato de dexanfetamina	2921.46	405-41-4	2
Fosfato de dexanfetamina	2921.46	7528-00-9	2
Hidrogenotartarato de dexanfetamina	2921.46		2
Pentobarbiturato de dexanfetamina	2933.54		2
Resinato de dexanfetamina	3003.90		2
Sacarato de dexanfetamina	2921.49		2
Sulfato de dexanfetamina	2921.46	51-63-8	2
Tanato de dexanfetamina	3201.90		2
Diazepam (DCI)	2933.91	439-14-5	4
DMA	2922.29		1
Cloridrato de DMA	2922.29		1
4,4'-DMAR; 4,4'-Dimetilaminorex	2934.99		2
DMHP	2932.99		1
DMT	2939.79	61-50-7	1
Cloridrato de DMT	2939.79		1
Metiliodeto de DMT	2939.79		1
DOET	2922.29		1
Cloridrato de DOET	2922.29		1
Dronabinol (DCI)	2932.95		2

II. **Substâncias psicotrópicas regulamentadas pela Convenção de 1971 sobre as substâncias psicotrópicas** (continuação)

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
Estazolam (DCI)	2933.91	29975-16-4	4
Etclorovinol (DCI)	2905.51	113-18-8	4
Eticiclidina (DCI) (PCE)	2921.49	2201-15-2	1
Cloridrato de eticiclidina	2921.49		1
N-Etil MDA	2932.99		1
Cloridrato de N-Etil DMA	2932.99		1
Etilanfetamina (DCI)	2921.46	457-87-4	4
Cloridrato de etilanfetamina	2921.46		4
Etilfenidato; EPH	2933.39		2
Etilona	2932.99		2
Etinamato (DCI)	2924.24	126-52-3	4
Etriptamina (DCI)	2933.99		1
Acetato de etriptamina	2933.99		1
Cloridrato de etriptamina	2933.99		1
5F-ADB; 5F-MDMB-PINACA	2933.99		2
5F-APINACA; 5F-AKB-48	2933.99		2
5F-PB-22	2933.49		2
Femproporex (DCI)	2926.30	15686-61-0	4
Cloridrato de femproporex	2926.30	18305-29-8	4
Difenilacetato de femproporex	2926.30		4
Resinato de femproporex	3003.90		4
Fenazepam	2933.99		4
Fencanfamina	2921.46	1209-98-9	4
Cloridrato de fencanfamina	2921.46	2240-14-4	4
Fendimetrazina (DCI)	2934.91	634-03-7	4
Cloridrato de fendimetrazina	2934.91		4
Hidrogenotartarato de fendimetrazina	2934.91	50-58-8	4
Pamoato de fendimetrazina	2934.91		4
Fenetilina (DCI)	2939.51	3736-08-1	2
Cloridrato de fenetilina	2939.51	1892-80-4	2
Feniciclidina (DCI) (PCP)	2933.33	77-10-1	2
Bromidrato de feniciclidina	2933.33		2
Cloridrato de feniciclidina	2933.33	956-90-1	2
Fenmetrazina (DCI)	2934.91	134-49-6	2
Cloridrato de fenmetrazina	2934.91	1707-14-8	2
Hidrogenotartarato de fenmetrazina	2934.91		2
Sulfato de fenmetrazina	2934.91		2
Teoclato de fenmetrazina	2939.59	13931-75-4	2
Fenobarbital (DCI)	2933.53	50-06-6	4
Fenobarbital amônia	2933.53		4
Fenobarbital cálcico	2933.53	58766-25-9	4
Fenobarbital dietilamina	2933.53		4
Fenobarbital dietilaminoetanol	2933.53		4
Fenobarbital esparteína	2939.79		4
Fenobarbital ioimbina	2939.79		4
Fenobarbital lisidina	2933.53		4
Fenobarbital magnésio	2933.53		4
Fenobarbital propil-hexedrina	2933.53		4
Fenobarbital quinidina	2939.20		4
Fenobarbital sódico (DCI)	2933.53	57-30-7	4
Fenobarbital sódio, magnésio	2933.53		4
Fenobarbital tetrametil-amônia	2933.53		4

II. **Substâncias psicotrópicas regulamentadas pela Convenção de 1971 sobre as substâncias psicotrópicas** (continuação)

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
Fentermina (DCI)	2921.46	122-09-8	4
Cloridrato de fentermina	2921.46	1197-21-3	4
Resinato de fentermina	3003.90		4
Fludiazepam (DCI)	2933.91	3900-31-0	4
Flunitrazepam (DCI)	2933.91	1622-62-4	4
4-Fluoroanfetamina; 4-FA	2921.49		2
Flurazepam (DCI)	2933.91	17617-23-1	4
Cloridrato de flurazepam	2933.91	36105-20-1	4
Dicloridrato de flurazepam	2933.91	1172-18-5	4
GHB	2918.19		2
GHB sódico	2918.19		2
Glutetimida (DCI)	2925.12	77-21-4	3
Halazepam (DCI)	2933.91	23092-17-3	4
Haloxazolam (DCI)	2934.91	59128-97-1	4
N-Hidroxi MDA	2932.99		1
Cloridrato de N-hidroxi MDA	2932.99		1
25I-NBOMe; 2C-I-NBOMe	2922.29		1
Cloridrato de 25I-NBOMe	2922.29		1
JWH-018; AM-678	2933.99		2
Ketazolam (DCI)	2934.91	27223-35-4	4
Lefetamina (DCI)	2921.46	7262-75-1	4
Cloridrato de lefetamina	2921.46	14148-99-3	4
Levanfetamina (DCI)	2921.46	156-34-3	2
Alginato de levanfetamina	3913.10		2
Succinato de levanfetamina	2921.49	5634-40-2	2
Sulfato de levanfetamina	2921.49		2
Levometanfetamina	2939.71		2
Cloridrato de levometanfetamina	2939.71		2
Lisergida (DCI), LSD, LSD-25	2939.69	50-37-3	1
Tartarato de (+)-lisergida	2939.69		1
Loflazepato de etila (DCI)	2933.91	29177-84-2	4
Loprazolam (DCI)	2933.55	61197-73-7	4
Mesilato de loprazolam	2933.55		4
Metilsulfonato de loprazolam	2933.55		4
Lorazepam (DCI)	2933.91	846-49-1	4
Acetato de lorazepam	2933.91		4
Mesilato de lorazepam	2933.91		4
Pivalato de lorazepam	2933.91		4
Lormetazepam (DCI)	2933.91	848-75-9	4
Mazindol (DCI)	2933.91	22232-71-9	4
MDE, N-etil MDA, MDEA	2932.99		1
MDMA	2932.99		1
Cloridrato de MDMA	2932.99		1
MDMB-CHMICA	2933.99		2
MDPV	2934.99		2
Cloridrato de MDPV	2934.99		2
Mecloqualona (DCI)	2933.55	340-57-8	2
Cloridrato de mecloqualona	2933.55		2
Medazepam (DCI)	2933.91	2898-12-6	4
Cloridrato de medazepam	2933.91		4
Dibunato de medazepam	2933.91		4

II. **Substâncias psicotrópicas regulamentadas pela Convenção de 1971 sobre as substâncias psicotrópicas** (continuação)

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
Mefedrona	2939.79		2
Cloridrato de mefedrona	2939.79		2
Mefenorex (DCI)	2921.46	17243-57-1	4
Cloridrato de mefenorex	2921.46		4
Meprobamato (DCI)	2924.11	57-53-4	4
Mescalina	2939.79	54-04-6	1
Auricloreto de mescalina	2843.30		1
Cloridrato de mescalina	2939.79	832-92-8	1
Picrato de mescalina	2939.79		1
Platinocloreto de mescalina	2843.90		1
Sulfato de mescalina	2939.79	1152-76-7	1
Mesocarb (DCI)	2934.91	34262-84-5	4
Metanfetamina (DCI)	2939.71	537-46-2	2
Cloridrato de metanfetamina	2939.71	51-57-0	2
Cloridrato de racemato de metanfetamina	2939.71		2
Hidrogenotartarato de metanfetamina	2939.71		2
Racemato de metanfetamina	2939.71	4846-07-5	2
Sulfato de metanfetamina	2939.71		2
Metaqualona (DCI)	2933.55	72-44-6	2
Cloridrato de metaqualona	2933.55	340-56-7	2
Resinato de metaqualona	3003.90		2
Metcatinona	2939.79		1
Cloridrato de metcatinona	2939.79		1
Metilaminorex	2934.99		1
Cloridrato de metilaminorex	2934.99		1
4-Metiletcatinona; 4-MEC	2939.79		2
Metilfenidato (DCI)	2933.33	113-45-1	2
Cloridrato de metilfenidato	2933.33	298-59-9	2
Metilfenobarbital (DCI)	2933.53	115-38-8	4
Metilfenobarbital sódico	2933.53		4
Metilona; Beta-ceto-MDMA	2932.99		2
Cloridrato de metilona	2932.99		2
Metilprilona (DCI)	2933.72	125-64-4	4
Metiopropamina; MPA	2934.99		2
Metoxetamina; MXE	2922.50		2
Cloridrato de metoxetamina (MXE)	2922.50		2
Midazolam (DCI)	2933.91	59467-70-8	4
Cloridrato de midazolam	2933.91		4
Maleato de midazolam	2933.91		4
MMDA	2932.99		1
Cloridrato de MMDA	2932.99		1
4-MTA	2930.90		1
Cloridrato de 4-MTA	2930.90		1
Nimetazepam (DCI)	2933.91	2011-67-8	4
Nitrazepam (DCI)	2933.91	146-22-5	4
Nordazepam (DCI)	2933.91	1088-11-5	4
Oxazepam (DCI)	2933.91	604-75-1	4
Acetato de oxazepam	2933.91		4
Hemissuccinato de oxazepam	2933.91		4
Succinato de oxazepam	2933.91		4
Valproato de oxazepam	2933.91		4

II. **Substâncias psicotrópicas regulamentadas pela Convenção de 1971 sobre as substâncias psicotrópicas** (continuação)

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
Oxazolam (DCI)	2934.91	24143-17-7	4
Para-hexil	2932.99		1
Pemolina (DCI)	2934.91	2152-34-3	4

Pemolina cobre	2934.91		4
Pemolina ferro	2934.91		4
Pemolina magnésio	2934.91		4
Pemolina níquel	2934.91		4
Pentazocina (DCI)	2933.33	359-83-1	3
Cloridrato de pentazocina	2933.33		3
Lactato de pentazocina	2933.33	17146-95-1	3
Pentedrona	2939.79		2
Pentobarbital (DCI)	2933.53	76-74-4	3
Pentobarbital cálcico	2933.53	7563-42-0	3
Pentobarbital sódico	2933.53	57-33-0	3
Pinazepam (DCI)	2933.91	52463-83-9	4
Pipradol (DCI)	2933.33	467-60-7	4
Cloridrato de pipradol	2933.33	71-78-3	4
Pirovalerona (DCI)	2933.91	3563-49-3	4
Cloridrato de pirovalerona	2933.91	1147-62-2	4
PMA	2922.29		1
Cloridrato de PMA	2922.29		1
PMMA	2922.29		1
Cloridrato de PMMA	2922.29		1
Prazepam (DCI)	2933.91	2955-38-6	4
Psilocibina (DCI)	2939.79	520-52-5	1
Cloridrato de psilocibina	2939.79		1
Psilocina, psilotsin	2939.79		1
Cloridrato de psilocina, psilotsin	2939.79		1
α-PVP	2939.79		2
Cloridrato de α-PVP	2939.79		2
Roliciclidina (DCI) (PHP, PCPY)	2933.99	2201-39-0	1
Secbutabarbital (DCI)	2933.53	125-40-6	4
Secbutabarbital sódico	2933.53	309-43-3	4
Secobarbital (DCI)	2933.53	76-73-3	2
Resinato de secobarbital	3003.90		2
Secobarbital cálcico	2933.53		2
Secobarbital sódico	2933.53	309-43-3	2
STP, DOM	2922.29	15588-95-1	1
Cloridrato de STP, DOM	2922.29		1
Temazepam (DCI)	2933.91	846-50-4	4
Tenanfetamina (DCI) (MDA)	2932.99	51497-09-7	1
Cloridrato de tenanfetamina	2932.99		1
Tenociclidina (DCI)	2934.99	21500-98-1	1
Cloridrato de tenociclidina	2934.99		1
Tetra-hidrocanabinóis, todos os isômeros	2932.95	vários	2
d-9-Tetra-hidrocanabinol	2932.95	1972-08-3	2
Tetrazepam (DCI)	2933.91	10379-14-3	4

II. **Substâncias psicotrópicas regulamentadas pela Convenção de 1971 sobre as substâncias psicotrópicas** (continuação)

Nome	Subposição do SH	Nº CAS	Nº do Quadro da Convenção
TMA	2922.29		1
Cloridrato de TMA	2922.29		1
Triazolam (DCI)	2933.91	28911-01-5	4
UR-144	2933.99		2
Vinilbital (DCI)	2933.53	2430-49-1	4
XLR-11	2933.99		2
Zipeprol	2933.55	34758-83-3	2
Dicloridrato de zipeprol	2933.55		2
Zolpidem (DCI)	2933.99		4
Hemitartarato de zolpidem	2933.99		4

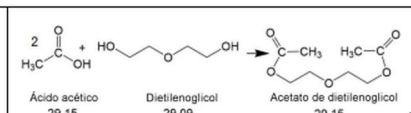
III. **Precursores**

Nome	Subposição do SH	Nº CAS
Acetona	2914.11	67-64-1
Ácido N-acetilantranílico	2924.23	89-52-1
Ácido antranílico	2922.43	118-92-3
Ácido fenilacético	2916.34	103-82-2
Ácido lisérgico	2939.63	82-58-6
Ácido sulfúrico	2807.00	7664-93-9
Anidrido acético	2915.24	108-24-7
4-Anilino-N-fenetilpiperidina (ANPP)	2933.39	
Butanona (etilmetilcetona)	2914.12	78-93-3
Cloreto de hidrogênio (ácido clorídrico)	2806.10	7647-01-0
Efedrina	2939.41	299-42-3
Cloridrato de efedrina	2939.41	50-98-6
Nitrato de efedrina	2939.41	81012-98-8
Sulfato de efedrina	2939.41	134-72-5
Ergometrina (DCI)	2939.61	60-79-7
Cloridrato de ergometrina	2939.61	74283-21-9
Hidrogenomaleato de ergometrina	2939.61	129-51-1
Oxalato de ergometrina	2939.61	
Tartarato de ergometrina	2939.61	129-50-0
Ergotamina (DCI)	2939.62	113-15-5
Cloridrato de ergotamina	2939.62	
Succinato de ergotamina	2939.62	
Tartarato de ergotamina	2939.62	379-79-3
N-Fenetil-4-piperidona (NPP)	2933.39	
alfa-Fenilacetoacetonitrila (APAAN)	2926.40	4468-48-8
Fenilacetona (benzilmetilcetona, fenilpropan-2-ona)	2914.31	103-79-7
Isossafrol	2932.91	120-58-1
3,4-(Metilenodioxi)fenil-2-propanona	2932.92	4676-39-5
Norefedrina	2939.44	14838-15-4
Cloridrato de norefedrina	2939.44	154-41-6
Óxido de dietila (dietiléter)	2909.11	60-29-7
Permanganato de potássio	2841.61	7722-64-7
Piperidina	2933.32	110-89-4
Cloreto áurico de piperidina	2843.30	
Cloridrato de piperidina	2933.32	6091-44-7
Hidrogenotartarato de piperidina	2933.32	6091-46-9
Nitrato de piperidina	2933.32	6091-45-8
Fosfato de piperidina	2933.32	
Picrato de piperidina	2933.32	6091-49-2
Hexacloroplatinato de piperidina	2843.90	
Tiocianato de piperidina	2933.32	22205-64-7
Piperonal	2932.93	120-57-0
Pseudoefedrina (DCI)	2939.42	90-82-4
Cloridrato de pseudoefedrina	2939.42	345-78-8
Sulfato de pseudoefedrina	2939.42	7460-12-0
Safrol	2932.94	94-59-7
Tolueno	2902.30	108-88-3

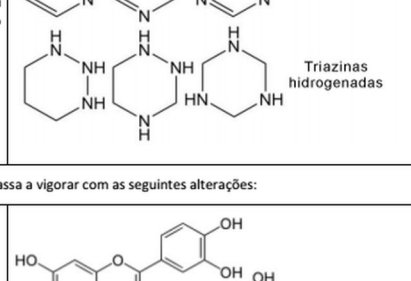
_____" (NR)

3. ESTRUTURAS QUÍMICAS DE ALGUNS PRODUTOS DESCRITOS NAS NOTAS EXPLICATIVAS DO CAPÍTULO 29.

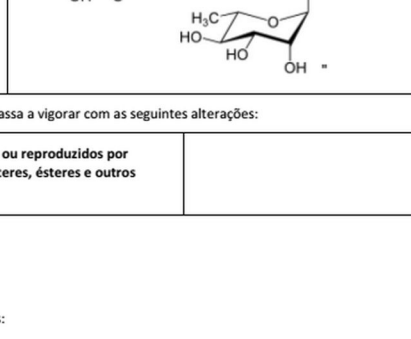
3.1. A linha correspondente à página VI-29-7, parágrafo "a", passa a vigorar com as seguintes alterações:

"VI-29-7				a)		 "

3.2. A linha correspondente à página VI-2933-5, parágrafo "F", passa a vigorar com as seguintes alterações:

"VI-2933-5		F			Compostos cuja estrutura contém um ciclo triazina (hidrogenado ou não) não condensado	 "

3.3. A linha correspondente à página VI-2938-1, parágrafo 1, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"VI-2938-1		1)			Rutosídio	 "

3.4. A linha correspondente à página VI-2939, posição 29.39, passa a vigorar com as seguintes alterações:

	"29.39				**Alcaloides, naturais ou reproduzidos por síntese, seus sais, éteres, ésteres e outros derivados"**	

CAPÍTULO 30

1. Posição 30.01.

O último parágrafo passa a vigorar com as seguintes alterações:

".....:

.....

e) As culturas de células (**posição 30.02**).

f) Os produtos com características de medicamento, na acepção das **posições 30.03** ou **30.04** (ver as correspondentes Notas Explicativas).

g) As globulinas e suas frações (exceto as de sangue ou de soro) não preparadas para fins terapêuticos ou profiláticos (**posição 35.04**).

h) As enzimas (**posição 35.07**)." (NR)

2. Posição 30.02. Grupo "D".

O item 2 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"2) As **toxinas** (venenos), bem como as anatoxinas (toxoides), criptotoxinas, protoxinas (topsalisina (DCI), por exemplo) e as antitoxinas. As toxinas desta posição são peptídios ou proteínas. Estas toxinas não incluem os alcaloides (**posição 29.39**)." (NR)

3. Posição 30.03.

Os parágrafos sexto e sétimo passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Além disso, **excluem-se** da presente posição as preparações, frequentemente designadas sob o nome de "suplementos alimentares", que contenham vitaminas ou minerais que, em geral, se destinem a manter o organismo em boa saúde ou a melhorar o desempenho atlético, ou a prevenir eventuais deficiências nutricionais ou a corrigir níveis subótimos de nutrientes. Estes produtos, que podem apresentar-se sob o estado líquido, sob a forma de pó ou sob formas semelhantes, classificam-se geralmente na **posição 21.06** ou no **Capítulo 22**.

São, pelo contrário, classificadas nesta posição as preparações nas quais as substâncias alimentícias ou as bebidas se destinem simplesmente a servir de suporte, de excipiente, de edulcorante ou de auxiliar tecnológico às substâncias medicinais, com a finalidade de facilitar a sua absorção, por exemplo." (NR)

4. Posição 30.04.

Os parágrafos décimo segundo e décimo terceiro passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Além disso, **excluem-se** da presente posição as preparações, frequentemente designadas sob o nome de "suplementos alimentares", que contenham vitaminas ou minerais que, em geral, se destinem a manter o organismo em boa saúde ou a melhorar o desempenho atlético, ou a prevenir eventuais deficiências nutricionais ou a corrigir níveis subótimos de nutrientes. Estes produtos, que podem apresentar-se sob o estado líquido ou sob a forma de pó, cápsulas, comprimidos ou sob formas semelhantes, classificam-se geralmente na **posição 21.06** ou no **Capítulo 22**.

São, pelo contrário, classificadas nesta posição as preparações nas quais as substâncias alimentícias ou as bebidas se destinem simplesmente a servir de suporte, de excipiente, de edulcorante ou de auxiliar tecnológico às substâncias medicinais, com a finalidade de facilitar a sua absorção, por exemplo." (NR)

CAPÍTULO 37

1. Considerações Gerais.

O primeiro parágrafo passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Este Capítulo compreende as chapas, filmes, papéis, cartões e têxteis, destinados à reprodução fotográfica ou cinematográfica, mono ou policromáticos, e recobertos de uma ou mais camadas de uma emulsão sensível à luz ou a outras radiações que possuam energia suficiente para fazer reagir superfícies sensíveis aos fótons (ou fotossensíveis), isto é, os raios cujo comprimento de onda não ultrapasse, aproximadamente, 1.300 nanômetros no espectro eletromagnético (por exemplo, raios gama, raios X, raios ultravioleta e raios próximos ao infravermelho), bem como a radiação de partículas (ou radiação nuclear). No entanto, algumas chapas não são recobertas com uma emulsão, mas consistem, total ou essencialmente, de plástico fotossensível que pode ser fixado num suporte. As chapas sensíveis aos infravermelhos são frequentemente denominadas chapas térmicas, termossensíveis ou sensíveis ao calor." (NR)

2. Posição 37.01. Grupo "A".

O primeiro parágrafo passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Estas chapas e filmes **planos** (isto é, não em rolos), incluindo os filmes apresentados sob a forma de discos, **não são impressionados** e são geralmente recobertos de uma emulsão fotográfica **sensibilizada**. Podem ser de qualquer matéria, **com exceção** do papel ("chapas" utilizadas para a produção de negativos, por exemplo), do cartão e dos têxteis (**posição 37.03**). A chapa ou folha que serve de suporte à emulsão é, geralmente, de vidro, acetato de celulose, poli(tereftalato de etileno) ou outro plástico; pode também ser de metal ou de pedra, para processos de impressão fotomecânica. Algumas chapas, que depois de terem sido impressionadas e reveladas, sejam utilizadas em processos de impressão, não são, todavia, recobertas de uma emulsão, mas constituídas inteira ou essencialmente por um plástico fotossensível. Estas chapas podem apresentar-se coladas num suporte de metal ou de qualquer outra matéria. Algumas destas chapas devem, antes da exposição, sofrer um reforço do seu grau de sensibilidade e outras chapas devem ter um grau de endurecimento das seções irradiadas (térmicas) aumentado após a irradiação." (NR)

CAPÍTULO 38

1. Posição 38.24.

1.1. Parte "B".

O item 25 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"25) As **preparações para a fabricação de determinados produtos cerâmicos** (dentes artificiais, por exemplo). Consistem principalmente em misturas à base de caulim (caulino), quartzo e de feldspato.

Esta categoria compreende igualmente os produtos de zircônia dentária à base de dióxido de zircônio (ZrO_2) e de outros óxidos metálicos. Estes produtos não podem ser utilizados em odontologia sem antes terem sido submetidos a várias operações, tais como a fresagem, sinterização e a esmaltagem, a fim de tomar a sua forma final para fins de restauração dentária ou de dentes artificiais." (NR)

1.2. O último parágrafo antes das Notas Explicativas de Subposições passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Excluem-se** também:

a) A fumaça de sílica de constituição química definida apresentada isoladamente, coletada como subproduto da produção do silício, do ferrossilício e da zircônia, geralmente utilizada como aditivo pozolânico para concreto (betão*), fibrocimento ou para argamassas refratárias, e como aditivo para polímeros (**posição 28.11**).

b) Os agentes de apresto ou de acabamento e outros produtos ou preparações do tipo utilizado na indústria têxtil, na indústria do papel, de couros ou indústrias semelhantes, da **posição 38.09**.

c) As misturas de matérias minerais usadas como isolantes térmicos ou sonoros ou para a absorção do som, da **posição 68.06**, ou as misturas à base de amianto ou à base de amianto e carbonato de magnésio, da **posição 68.12**." (NR)

CAPÍTULO 39

1. Posição 39.23.

O último parágrafo passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Excluem-se**, entre outros, da presente posição certos artigos de uso doméstico, tais como as lixeiras (caixotes do lixo*) e os contentores (contêineres) móveis de lixo (incluindo os de uso exterior), e os copos para serviços de mesa ou de toucador que não tenham características de recipientes para embalagem e transporte, mesmo que possam ser, por vezes, utilizados para este fim (**posição 39.24**), os recipientes classificados na **posição 42.02**, bem como os recipientes flexíveis para matérias a granel da **posição 63.05**." (NR)

2. Posição 39.24.

A letra "C" do primeiro parágrafo passa a vigorar com as seguintes alterações:

"C) Entre os artigos de economia doméstica, os cinzeiros, bolsas (sacos) de água quente, porta-caixa de fósforos, lixeiras (caixotes do lixo*) e os contentores (contêineres) móveis de lixo (incluindo os de uso exterior), regadores, caixas para guardar alimentos ("latas" de mantimentos), cortinas, toalhas de mesa, capas de proteção para móveis." (NR)

3. Posição 39.26.

Esta posição passa a vigorar acrescida de um novo e último parágrafo, após o item 13, com a seguinte redação:

"**Excluem-se** da presente posição os artigos de uso doméstico, tais como as lixeiras (caixotes do lixo*) e os contentores (contêineres) móveis de lixo (incluindo os de uso exterior)." (NR)

CAPÍTULO 72

1. Posição 72.04. Parte "A". Segundo parágrafo.

Os itens 1 e 2 passam a vigorar com as seguintes alterações:

"1) Desperdícios e resíduos, e sucata, obtidos no decurso da fabricação ou do acabamento do ferro fundido, ferro ou aço, por exemplo, aparas do torno, limalhas, pedaços de lingotes, de palanquilhas (lingotes*) (*billets*), de barras ou de perfis.

2) Artigos de ferro fundido, ferro ou aço, definitivamente inutilizáveis como tais em consequência de fraturas, corte, desgaste ou outros motivos, bem como os desperdícios e resíduos, e sucata, destes artigos; estes desperdícios e resíduos, e sucata são geralmente preparados por um dos seguintes processos a fim de os adaptar às dimensões e qualidade procuradas pelos utilizadores:

....." (NR)

CAPÍTULO 73

1. Posição 73.23. Parte "A".

O item 3 do terceiro parágrafo passa a vigorar com as seguintes alterações:

"3) Os **artigos de uso doméstico**, tais como recipientes para lavar roupa, tinas, lixeiras (caixotes do lixo*) e os contentores (contêineres) móveis de lixo (incluindo os de uso exterior), baldes (para água, carvão, etc.), regadores, cinzeiros, botijas para água quente, cestos para garrafas, limpa-pés amovíveis, descansos para ferros de passar, cestos (para roupa, legumes, fruta, etc.), caixas de correio domésticas, esticadores para calças, cabides, formas e encóspias metálicas para calçado, caixas para guardar alimentos." (NR)

2. Posição 73.26.

O último parágrafo antes da Nota Explicativa de Subposições passa a vigorar com as seguintes alterações:

".....:

.....

c) As lixeiras (caixotes do lixo*) e os contentores (contêineres) móveis de lixo (incluindo os de uso exterior) (**posição 73.23**).

d) As obras moldadas de ferro fundido, ferro ou aço (**posição 73.25**).

e) Os objetos de escritório, tais como bibliocantos (apara-livros*), tinteiros, descansos para canetas, mata-borrões, pesa-papéis (pisa-papéis*), porta-carimbos (**posição 83.04**).

f) As estátuas, vasos, urnas e cruzes ornamentais (**posição 83.06**).

g) As prateleiras de grandes dimensões, destinadas, depois de montadas, a fixarem-se em estabelecimentos comerciais, oficinas e noutros locais onde se armazenem mercadorias (**posição 73.08**), bem como outros móveis de prateleiras (incluindo uma única prateleira apresentada com suportes que se fixam à parede) da **posição 94.03**.

h) As armações para pantalhas (quebra-luzes*) (**posição 94.05**)." (NR)

CAPÍTULO 87

1. Posição 87.16. Grupo "B".

O último parágrafo, após o item 9 e antes do Grupo "C", passa a vigorar com as seguintes alterações:

".....:

a) Os contentores (contêineres) móveis de lixo (incluindo os de uso exterior) (**posições 39.24** ou **73.23**).

b) Os aparelhos que ajudam a andar, conhecidos como "andadores", constituídos, geralmente, por uma armação tubular de metal com três ou quatro rodas (algumas ou todas podem ser giratórias), com manoplas e freios (travões) de mão (**posição 90.21**).

c) Os pequenos contêineres (contentores*) montados em rodas (de vime, chapa de ferro, etc.), desprovidos de chassi (cestos com rodas, etc.), para uso nas lojas (regime da matéria constitutiva)." (NR)

CAPÍTULO 90

1. Posição 90.18. Parte I.

O item "L" passa a vigorar com as seguintes alterações:

"L) Os **aparelhos portáteis de pneumotórax**, os **aparelhos de transfusão de sangue total, de componentes do sangue e de derivados do sangue**, as **sanguessugas artificiais**.

....." (NR)

2. Posição 90.27.

Esta posição passa a vigorar acrescida do item 33, com a seguinte redação:

"33) Os **instrumentos e aparelhos utilizados em laboratórios clínicos para testes de diagnóstico *in vitro***." (NR)

3. Posição 90.30.

3.1. O título desta posição passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**90.30 - Osciloscópios, analisadores de espectro e outros instrumentos e aparelhos para medida ou controle de grandezas elétricas; instrumentos e aparelhos para medida ou detecção de radiações alfa, beta, gama, X, cósmicas ou outras radiações ionizantes** (+)." (NR)

3.2. Esta posição passa a vigorar acrescida de uma Nota Explicativa de Subposição, após o último parágrafo, com a seguinte redação:

"**Nota Explicativa de Subposição.**

Subposição 9030.82

Esta subposição compreende também os instrumentos e aparelhos para medida ou controle de circuitos integrados." (NR)

4. Posição 90.31.

O último parágrafo, Nota Explicativa de Subposição, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Notas Explicativas de Subposições.**

Subposição 9031.41

Esta subposição compreende também os instrumentos e aparelhos ópticos para controle de circuitos integrados e os instrumentos e aparelhos ópticos para controle de máscaras ou retículos utilizados na fabricação de circuitos integrados.

Subposição 9031.49

Esta subposição abrange não apenas os instrumentos e aparelhos que facilitem diretamente ou melhorem a visão humana, mas também outros instrumentos que funcionem por meio de elementos ou processos ópticos." (NR)

(*) Republicada em parte por ter saído no DOU de 08/12/2021, seção 1, páginas 39 a 45, com incorreção do original.

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BEL Nº 9, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE BELÉM, no uso das atribuições previstas no art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284 de 27 de julho de 2020, considerando a inexistência de perito credenciado para a área de ENGENHARIA MECÂNICA nesta Unidade, resolve:

Art. 1º Designar, AD HOC, nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.800. de 21/03/2018, o Sr. LUÍS DE JESUS LOBATO DA CUNHA, CPF 185.821.092-53, credenciado na seleção de peritos no âmbito da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Belém, através da Portaria Conjunta ALF/BEL/ALF/AIB Nº 3 de 27 de dezembro de 2017, para a prestação de serviço de perícia na área de Engenharia Mecânica, a título precário e sem vínculo empregatício, referente ao produto UNIDADE HIDRÁULICA PARA PRESSURIZAÇÃO DE PRENSA HIDRÁULICA, objeto da DI nº 22/0141554-3.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO DAS CHAGAS FONTENELLE FEIJÓ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF03/RFB Nº 1, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Concede o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na SRRF03/DIFIS no exercício das atribuições conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 2002, bem como art. 5º e 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e em consonância com o exarado na Informação Fiscal constante do processo 19614.728454/2021-91, declara

Art. 1º Fica concedido o seguinte Registro Especial, instituído pelo art. 1º da Lei 11.945, de 4 de junho de 2009, para atividade de GRÁFICA (GP), conforme inciso V, art. 8º, da IN RFB 1.817, de 20 de julho de 2018, pelo prazo de 3 (três) anos a partir da publicação no DOU:

I - Registro Especial nº GP-03201/00051;
II - Beneficiário: VALLE GRAFICA E SERVIÇOS EIRELI
III - CNPJ: 20.681.647/0001-33;
IV - Domicílio Fiscal: diretoria@graficavalle.com.br

Art. 2º O contribuinte está obrigado ao cumprimento da legislação tributária, em vigor e alterações posteriores, envolvendo operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial das exigências estabelecidas na IN RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

IDELMAR PEREIRA MATOS JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA RFB/SRRF06 Nº 39, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Designa servidores, no âmbito da 6ª Região Fiscal, para atuarem como Ordenador de Despesas e como Gestor Financeiro da Unidade Gestora Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal, no uso das competências que lhe são conferidas pelos artigos 243, 336, 359 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial de União (DOU) de 27 de julho de 2020, Edição Extra, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, com a alteração do Decreto 86.377, de 17 de setembro de 1981, e considerando o e-dossiê nº 13031.927855/2022-05, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência, de forma concorrente, ao Chefe da Divisão de Programação e Logística (Dipol) para atuar como Ordenador de Despesas da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal, cadastrado no Rol de Responsáveis na "Natureza de Responsabilidade 103", para os pagamentos afetados à área de logística.

Art 2º Fica designado como Gestor Financeiro o Chefe Substituto da Divisão de Programação e Logística e, em suas ausências, o Chefe Substituto do Serviço de Programação e Logística (Sepol), cadastrado no Rol de Responsáveis na "Natureza de Responsabilidade 138", para os pagamentos afetos à área de logística, no âmbito da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal.

Art. 3º Fica revogada a Portaria RFB/SRRF06 nº 658, de 13 de dezembro de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 97, publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 2021, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.475864/2021-07, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 5.100 (cinco mil e cem) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 17.530.779/0005-83, localizada na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpão C Módulo 6 Parte D, no Bairro Tenente, CEP 37640-000, cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/194, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por Suntory Chita Distillery, 16 Kitahamamachi, Chita-Shi, Alchi, 478-0046m JAPAN:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
GRAIN WHISKY	850 caixas de 6 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 43%	5.100

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 97, publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 2021, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.475864/2021-07, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 174.900 (cento e setenta e quatro mil e novecentos) selos de controle, tipo bebidas alcoólicas, cor vermelha, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 17.530.779/0005-83, localizada na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpão C Módulo 6 Parte D, no Bairro Tenente, CEP 37640-000, cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/194, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por Beam Suntory Spain S.L., P.I. Nicomedes Garcia, C/Fresno, 1, Sector A, 40140, - Valverde Del Majano - Segovia, SPAIN:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
LONDON DRY GIN	29.150 caixas de 6 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 37,5%	174.900

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 97, publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 2021, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.475864/2021-07, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 25.080 (vinte e cinco mil e oitenta) selos de controle, tipo bebidas alcoólicas, cor vermelha, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 17.530.779/0005-83, localizada na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpão C Módulo 6 Parte D, no Bairro Tenente, CEP 37640-000, cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/194, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por JIM BEAM BRANDS CO., 3200 GEORGETOWN ROAD, FRANKFORT, KY40601:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
LICOR FINO DE WHISKY E MAÇÃ	2.090 caixas de 12 garrafas de 1.000ml, graduação alcoólica de 32,5%	25.080

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 35, publicado no Diário Oficial de 9 de julho de 2020, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 10660.728021/2021-14, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 491.607 (quatrocentos e noventa e um mil, seiscentos e sete) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., CNPJ nº 01.135.153/0009-66, localizada na Rua Projetada PS, nº 333, Bairro Aeroporto, CEP 37031-090, cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/179, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por Chivas Brothers Ltd - Distillers, Keith, AB55, Scotland ou por George Ballantine & Son - Dumbarton, G82 2ss, Scotland:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
WHISKY BALLANTINES FINEST 12X750ML 2019	30.851 caixas de 12 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	370.212
WHISKY CHIVAS REGAL 12YO 12X1000ML RESTAGE	6.462 caixas de 12 garrafas de 1000ml, graduação alcoólica de 40%	77.544
WHISKY BALLANTINES 12YO 12X750ML	3.649 caixas de 12 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	43.788
ROYAL SALUTE 62 GUN 1X1L	63 caixas de 1 garrafa de 1000ml, graduação alcoólica de 40%	63

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 19, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara concedida a inscrição no Registro Especial de Estabelecimento Produtor de Bebidas Alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.908522/2021-79, declara:

Art. 1o Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06106/205, como PRODUTORA, a sociedade empresária LUDIKA DESTILARIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 24.697.954/0001-63, com endereço na Rodovia Boa Esperança a Campo Belo, km.18 - S/Nº, Zona Rural, município de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais, 37170-000, na atividade de produtora de outras aguardentes e bebidas destiladas (gim e rum), classificação fiscal 2208.50.00, cujo teor alcoólico é de 40%, conforme marcas e capacidades relacionadas no quadro abaixo, todas embaladas em garrafas de vidro não retornável:

Classificação	Descrição dos Produtos	Marca Comercial	Capacidade
2208.50.00	LONDON DRY GIN	TELÚRICO	750ML
2208.50.00	DRY GIN	TELÚRICO BLOOMING	750ML
22.08.50.00	LONDON DRY GIN	JIN GIN	700ML e 1000ML

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição. Esclareça-se que o registro ora concedido não alcança qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 20, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara concedida a inscrição no Registro Especial de Estabelecimento Engarrafador de Bebidas Alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.908522/2021-79, declara:

Art. 1o Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06106/206, como ENGARRAFADORA, a sociedade empresária LUDIKA DESTILARIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 24.697.954/0001-63, com endereço na Rodovia Boa Esperança a Campo Belo, km.18 - S/Nº, Zona Rural, município de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais, 37170-000, na atividade de produtora de outras aguardentes e bebidas destiladas (gim e rum), classificação fiscal 2208.50.00, cujo teor alcoólico é de 40%, conforme marcas e capacidades relacionadas no quadro abaixo, todas embaladas em garrafas de vidro não retornável:

Classificação	Descrição dos Produtos	Marca Comercial	Capacidade
2208.50.00	LONDON DRY GIN	TELÚRICO	750ML
2208.50.00	DRY GIN	TELÚRICO BLOOMING	750ML
22.08.50.00	LONDON DRY GIN	JIN GIN	700ML e 1000ML

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição. Esclareça-se que o registro ora concedido não alcança qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 21, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara concedida a inscrição no Registro Especial de Estabelecimento Atacadista de Bebidas Alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.908522/2021-79, declara:

Art. 1o Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06106/207, como ATACADISTA, a sociedade empresária LUDIKA DESTILARIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 24.697.954/0001-63, com endereço na Rodovia Boa Esperança a Campo Belo, km.18 - S/Nº, Zona Rural, município de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais, 37170-000, na atividade de produtora de outras aguardentes e bebidas destiladas (gim e rum), classificação fiscal 2208.50.00, cujo teor alcoólico é de 40%, conforme marcas e capacidades relacionadas no quadro abaixo, todas embaladas em garrafas de vidro não retornável:

Classificação	Descrição dos Produtos	Marca Comercial	Capacidade
2208.50.00	LONDON DRY GIN	TELÚRICO	750ML
2208.50.00	DRY GIN	TELÚRICO BLOOMING	750ML
22.08.50.00	LONDON DRY GIN	JIN GIN	700ML e 1000ML

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição. Esclareça-se que o registro ora concedido não alcança qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 9, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural - Repetro Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.001209/2022-89, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, inciso IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "b", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017 somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais a pessoa jurídica OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS SA , CNPJ nº 09.114.805/0001-30 e a filial 0002-11 , para prestação de serviços, até 15/05/2024 , devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art.2º A empresa contratante é Oceanpact Geociências Ltda, CNPJ nº 16.492.411/0001-81.

Art. 3º A operadora é a empresa Equinor Brasil Energia Ltda, CNPJ nº 04.028.583/0001-10.

Art. 4º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 10, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural - Repetro Sped - a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.009310/2022-88, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "b", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017 a pessoa jurídica MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 01.950.374/0001-30 e as filiais 0003-00 e 0006-45, para prestação de serviços, até 27/12/2033 , devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art.2º A empresa contratante é Farstad Shipping Ltda, CNPJ nº 02.873.539/0001-80.

Art. 3º A operadora é a empresa Enauta Energia S.A., CNPJ nº 11.253.257/0001-71.

Art. 4º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 17, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.015291/2022-29, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços, MAERSK SUPPLY SERVICE APOIO MARÍTIMO LTDA, CNPJ (matriz) nº 09.098.215/0001-61 e sua filial de CNPJ nº 09.098.215/0002-42, até 02/03/2023.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Decex nº 179 de 22/01/2021, publicado no Diário Oficial da União de 25/01/2021.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 18, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.023198/2022-98, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV, 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços BENTHIC DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 11.401.801/0001-85, até 30/09/2024, devendo ainda ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Decex nº 61 de 29/06/2020, publicado no Diário Oficial da União de 30/06/2020.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 10, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA - SACIT/ALF/CURITIBA, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e pelos poderes delegados pela Portaria ALF/CTA n° 3, de 12 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros a seguinte pessoa física: THAYANE BRAGA VANDYSTADT, CPF nº 091.499.499-93, PROCESSO nº 10909.720131/2022-51.

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro supramencionado deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros. O número de registro do Ajudante de Despachante Aduaneiro corresponderá ao mesmo número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) na RFB, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAPHAEL SCHEFFER CONTIN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 5, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Inscreve no Registro Especial e autoriza produção e engarrafamento dos produtos que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 360, III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, artigos 3º, e o que consta do processo n° 13033.825132/2021-44, declara:

Artº 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o n° 10106/572, como PRODUTOR/ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa ESTABELECIMENTO VINICOLA VALMARINO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.247.166/0001-32.

Artº 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a produzir/engarrafar os produtos abaixo discriminados

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente
COQUETEL	BASÍLIO	22.06.00.90	VIDRO

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEANDRO TESSARO RAMOS

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO
CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADOS DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA POR MEIO ELETRÔNICO EM 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Aos 02 dias do mês de fevereiro do ano de 2022, às 19:55 horas, por mensagem eletrônica (22173085), a Presidente do Conselho convocou reunião eletrônica para manifestação pelo Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira e pela Conselheira Daniela de Melo Faria, em um prazo de 24 horas, sobre o relatório bimestral de monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro referente aos meses de novembro e dezembro de 2021.

Conclusão O Conselho aprovou, por unanimidade, o relatório bimestral de monitoramento referente aos meses de novembro e dezembro (22172866).

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA POR MEIO DO APLICATIVO TEAMS EM 9 DE FEVEREIRO DE 2022

Aos 09 dias do mês de fevereiro do ano de 2022, às 09 horas e 03 minutos, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado do Rio de Janeiro, do Ministério da Economia, sob a Presidência da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, registrando a presença do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (Representante do TCU), da Conselheira Daniela de Melo Faria (Representante do ERJ), da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi (Representante do ME), da assessoria técnica Raquel Nunes, Ricardo Kalil, Sheila Medeiros e do Conselheiro Suplente do Ministério da Economia Guilherme Laux. O Conselho deliberou acerca dos seguintes processos: 19953.100886/2021-92, 19953.100889/2021-26, 19953.100887/2021-37, 19953.100888/2021-81, 19953.100777/2021-75.

1) DELIBERAÇÃO SOBRE PEDIDOS DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA REALIZADO ENTRE A ADESÃO E A HOMOLOGAÇÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Conclusão: Por unanimidade o Conselho decidiu por arquivar todos os pleitos de compensação financeira que ainda não tenham sido analisados e expedir ofício comunicando ao Estado as razões pelas quais a análise dos pleitos restou prejudicada. Em seguida, acompanhando sugestão da Presidente, o Conselho decidiu, por unanimidade, que eventuais futuros pleitos de compensação financeira encaminhados pelo Estado antes da homologação do Plano de Recuperação Fiscal não serão incluídos em pauta para deliberação, bastando expedir novo ofício ao Estado esclarecendo as razões pelas quais o pleito não será apreciado nesse período.

2) PROCESSO 19953.100886/2021-92

Assunto: Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar potencial violação à vedação expressa no inciso I do artigo 8° da Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017, tendo em vista a publicação de despacho referente a incorporação de gratificação de função de confiança por empregado público no âmbito da Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA), com fundamento na Súmula n° 372 do E. Tribunal Superior do Trabalho.

Conclusão: Por maioria simples o conselho decidiu por arquivar o processo.

3) PROCESSO 19953.100889/2021-26

Assunto: Por ocasião da publicação no dia 25 de novembro de 2021 do Decreto nº 47.841, que trata do pagamento de auxílio tecnológico a professores e servidores ocupantes de cargo em comissão e funções da Fundação de Apoio à Escola Técnica; e do Decreto nº 47.842, que dispõe sobre o pagamento de cota de compensação de despesas tecnológicas, em cota única extraordinária, aos profissionais da SEEDUC-RJ.

Conclusão: Deliberação acerca do Decreto nº 47.842 (SEEDUC-RJ), o Conselheiro Paulo Roberto votou no sentido de ser apresentada representação para o Estado do Rio de Janeiro, conforme consta em seu voto no processo 19953.100889/2021-26 no documento SEI número 22166350. A Conselheira Daniela de Melo realizou a exposição do seu voto que consta no processo documento SEI número 22190286 e votou pelo arquivamento do presente processo. A Conselheira Sarah Tarsila acompanha manifestação do Conselheiro Paulo Roberto, conforme consta em seu voto no processo no documento SEI número 22160002. Dessa forma quanto ao Decreto nº 47.842 (SEEDUC-RJ) o Conselho deliberou por maioria simples pela representação ao Estado.

Conclusão: Deliberação acerca do Decreto nº 47.841 o Conselho decidiu por maioria simples pela representação ao Estado. O Conselho também deliberou por apartar o processo atual em dois processos que tratem especificamente de cada Decreto.

4) PROCESSO 19953.100887/2021-37

Por ocasião da publicação do Decreto Estadual nº 47.643, de 10 de junho de 2021, conforme informado por meio o SisRRF, tratando de reajuste de despesa obrigatória ou criação de despesa obrigatória de caráter continuado.

Conclusão: Por unanimidade o Conselho deliberou pelo arquivamento do processo.

5) PROCESSO 19953.100888/2021-81

Assunto: Por ocasião da publicação no dia 14 de dezembro de 2021 da Ordem de Serviço - CODERTE nº 26161453, enviado por meio do SISRRF, para concessão de gratificação por encargos de responsabilidade a servidor.

Conclusão: O Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira durante as manifestações acerca do processo, mudou seu entendimento alterando seu voto incluso antecipadamente via SEI documento 22197191, acompanhando o entendimento das conselheiras Daniela de Melo Faria e Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, em seus votos inclusos via SEI documentos 22187528 e 22172618 respectivamente. Assim por unanimidade o Conselho deliberou pelo arquivamento do processo, visto que as gratificações especiais já estão apuradas de forma apartada nos autos do processo 19953.100635/2021-16.

6) PROCESSO 19953.100777/2021-75

Assunto: Por ocasião da publicação, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro do dia 08 de novembro de 2021, da Lei Estadual n° 9.450, de 05 de novembro de 2021, que altera a Lei Estadual n° 4.800, de 29 de junho de 2006, a qual dispõe, por sua vez, sobre a reestruturação do Quadro de Pessoal da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Conclusão: Por unanimidade o Conselho deliberou por encaminhar oficio ao estado solicitando a informação assim que a regulamentação for publicada.

Realizadas as considerações a presidente do conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, encerrou a reunião às 10h.

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA POR MEIO DO APLICATIVO TEAMS EM 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Aos 16 dias do mês de fevereiro do ano de 2022, às 10 horas e 52 minutos, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado do Rio de Janeiro, do Ministério da Economia, sob a Presidência da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, registrando a presença do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (Representante do TCU), da Conselheira Daniela de Melo Faria (Representante do ERJ), da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi (Representante do ME), da assessoria técnica Raquel Nunes, Cecília Góia, Daniella Correa, Ricardo Kalil, Sheila Medeiros.

O Conselho deliberou acerca dos seguintes processos: 12105.100727/2021-30, 19953.100778/2021-10, 12105.100721/2021-62, Alterações no Procedimento Operacional Padrão.

1) PROCESSO 12105.100727/2021-30

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar potencial violação à vedação expressa no inciso I do artigo 8° da Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017, tendo em vista a publicação da Resolução n° 372, de 23 de junho de 2021, que "regulamenta a aplicação do disposto no art. 31 da Lei Estadual n° 5.535/09 no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro".

Conclusão: O Conselho conclui, por unanimidade, que, nos termos do inciso III do art. 30 do Decreto n° 10.681, de 2021, a resolução nº 372 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro constitui irregularidade em relação ao Regime de Recuperação Fiscal.

2) PROCESSO 19953.100778/2021-10

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar potencial violação à vedação expressa no inciso VI do artigo 8° da Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017, tendo em vista a publicação da Portaria ITERJ n° 002, de 08 de outubro de 2021, que "regula os procedimentos para concessão de vale transporte" no âmbito do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).

Conclusão: Após explanação da Conselheira Sarah Tarsila, ao proferir seu voto e pela motivação inserida nele como consta no documento número 22311934 incluso no SEI, o Conselheiro Paulo Roberto retificou verbalmente seu voto acompanhando o entendimento de ambas as conselheiras pelo arquivamento do processo. Dessa forma, o Conselho deliberou por unanimidade pelo arquivamento do processo.

3) PROCESSO 12105.100721/2021-62

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar potencial violação à vedação expressa no inciso VI do artigo 8° da Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017, tendo em vista a publicação Portaria Reitoria n° 73, de 15 de junho de 2021, que versa sobre a concessão de auxílio creche aos servidores da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), e da Portaria Reitoria n° 71, de 10 de junho de 2021, que institui o auxílio tecnológico para os servidores daquela universidade estadual.

Conclusão: O Conselho deliberou por unanimidade que, nos termos do inciso III do art. 30 do Decreto n° 10.681, de 2021, a Portaria n° 71, de 2021 que instituiu a cota de compensação tecnológica é uma irregularidade em relação ao RRF. E que a apuração da Portaria Reitoria n° 73, de 15 de junho de 2021, que majorou o auxílio creche deverá ser apurado de forma apartada em outro processo no qual este Conselho solicitará ao Estado que encaminhe informação de sua implementação uma vez que sua divulgação não ocorre via Diário Oficial do Estado.3) DELIBERAÇAO SOBRE ALTERAÇÕES NO PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO

A Conselheira Daniela de Melo Faria, iniciou mencionando sobre as alterações no art. 8º e 7º que altera a data de envio dos formulários no SisRRF, passando do dia 15 para o dia 10, alertando que a vigência será a partir de maio de 2022, conforme decidido em reunião. Sobre o Art. 9º parágrafo único, que trata sobre a inadimplência do envio de ajustes das informações por parte dos órgãos, a conselheira sugeriu que fosse retirado esse parágrafo no intuito de evitar duvidas na relação entre o prazo de envio dos ajustes e o status de adimplência ou inadimplência dos órgãos, ou reescrevê-lo de modo a esclarecer melhor o entendimento. Após reflexões entre os conselheiros, Sarah Tarsila sugeriu melhor aprofundamento na análise da alteração do parágrafo, incluindo em pauta de próxima reunião, no que houve concordância unanime.

Conclusão: O Conselho deliberou por estudar o processo de adimplência de informações a ser pautada em reunião posterior.

Realizadas as considerações finais, a presidente do conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi encerrou a reunião as 11:45h.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 1.658, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 42, caput, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e

Considerando a oportunidade de redução na emissão de novos títulos da Dívida Pública Federal, relativos às fontes 43 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal e 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, e a viabilidade de incorporação do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, concernente às mesmas fontes, para a execução das ações "Serviços da Dívida Pública Federal Interna" e "Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna", na unidade Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no que concerne à Dívida Pública Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAYTON LUIZ MONTES

ANEXO I

ÓRGÃO: 75000 - Dívida Pública Federal
UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0905		Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)							200.000.000.000
		Operações Especiais							
28 843	0905 0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna							200.000.000.000
28 843	0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional							200.000.000.000
			F	2	0	90	0	344	200.000.000.000
0907		Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna							300.000.000.000
		Operações Especiais							
28 841	0907 0365	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna							300.000.000.000
28 841	0907 0365 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional							300.000.000.000
			F	6	0	90	0	343	300.000.000.000
TOTAL - FISCAL									500.000.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000.000.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 75000 - Dívida Pública Federal

UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO II Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)							200.000.000.000
		Operações Especiais							
28 843	0905 0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna							200.000.000.000
28 843	0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional							200.000.000.000
			F	2	0	90	0	144	200.000.000.000
	0907	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna							300.000.000.000
		Operações Especiais							
28 841	0907 0365	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna							300.000.000.000
28 841	0907 0365 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional							300.000.000.000
			F	6	0	90	0	143	300.000.000.000
TOTAL - FISCAL									500.000.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000.000.000

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

PORTARIA CVM/PTE/Nº 30, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, alterada pela Resolução CVM nº 40, de 21 de julho de 2021, e considerando o disposto no art. 31, §§ 1º e 1º-A, da Resolução CVM nº 45, de 31 de agosto de 2021, alterada pela Resolução CVM nº 65, de 10 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Excluir o Presidente da CVM dos sorteios para designação de relator de processos administrativos sancionadores e não sancionadores a partir de 2 de março de 2022 e até a edição de nova Portaria específica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 2 de março de 2022.

MARCELO BARBOSA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 19.589 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a AZUL CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 43.364.160, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.590 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ISABELA PELLEGRINI PIRES FONTANELLA, CPF nº 132.012.107-14, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.591 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a SVN GESTORA DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 44.476.932, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.592 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza IGOR TOLEDO DE QUEIROZ, CPF nº 736.923.281-68, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.593 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza IGOR EUGÊNIO MICHALCZECHEN LACERDA, CPF nº 635.728.421-15, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

RAFAEL BARROS CUSTODIO
Em Exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA TÉCNICA 1
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 639, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.650255/2021-66, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 16.551.758/0001-58, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de outubro de 2021:

I - aumento do capital social em R$ 12.000.000,00, elevando-o para R$ 93.000.000,00, dividido em 37.787.642 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 640, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.650266/2021-46, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº 61.198.164/0001-60, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de outubro de 2021:

I - aumento do capital social em R$ 112.000.000,00, elevando-o para R$ 2.664.441.354,91, dividido em 583.686.532 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 641, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.600720/2022-07, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição e destituição de administradores de PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A., CNPJ nº 33.061.813/0001-40, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 11 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

BANCO DO BRASIL S/A
DIRETORIA DE LOGÍSTICA
COMITÊ EXECUTIVO DE PREVENÇÃO A ILÍCITOS FINANCEIROS E CAMBIAIS

PORTARIA Nº 1, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

O BANCO DO BRASIL torna pública a prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias, do prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão para Condução do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR nº 2020/0049, designada pela Portaria nº 3, de 13 de fevereiro de 2020, publicada no DOU nº 37, de 21 de fevereiro de 2020.

LUIZ FERNANDO FERREIRA MARTINS
Coordenador do Comitê

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PORTARIA PR-73, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), no uso de suas atribuições contidas no Art. 22 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021, e considerando que a coleta, a análise e a divulgação de estatísticas pertinentes a determinados recortes territoriais frequentemente demandam a necessidade de revisão periódica das áreas das superfícies dos Estados e Municípios, face à dinâmica da divisão territorial brasileira, em função de alterações de natureza legal, judicial ou pela ampliação contínua de melhores representações cartográficas dos polígonos estaduais e municipais com o apoio de novas geotecnologias, utilizadas na estruturação da Base Territorial sendo referência para as pesquisas e publicações dessa Fundação, resolve:

Art. 1º Aprovar os valores de áreas territoriais do Brasil, Estados e Municípios, constantes para consulta ou download no endereço abaixo, a partir do dia 09 de março de 2022:

https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e, que segue o quadro territorial vigente em 30/04/2021, data de referência do recebimento das atualizações territoriais enviadas pelos Estados ao IBGE e processadas com vistas as Estimativas de População 2021.

Art. 2º Delegar ao Diretor de Geociências a emissão das certidões de valores de áreas territoriais dos municípios. Os valores de área estão de acordo com o quadro territorial vigente em 30/04/2021, data de referência do recebimento das atualizações territoriais enviadas pelos Estados ao IBGE e processadas com vistas as Estimativas de População 2021.

Art. 3º Atribuir à Diretoria de Geociências, articulada com o Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), a disseminação dos novos valores para as áreas territoriais.

Art. 4º Esta Portaria revoga a Portaria nº 47, de 1° de março de 2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 02 de março de 2022.

EDUARDO L. G. RIOS NETO

Ministério da Educação

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 499, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e considerando o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando as determinações contidas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; considerando a Portaria n° 572, de 18 de junho de 2018; considerando o Parecer SERES/DIREG/CGCP; considerando o relatório de avaliação da Comissão de Monitoramento e Acompanhamento da Escolas Médicas - CAMEM constantes do Processo nº 23000.003840/2019-48; e ainda, considerando os termos que constam no Processo e-MEC nº 201916556, referente à proposta selecionada no Edital nº 1/2018/SERES/MEC, do Ministério da Educação, e os demais normativos aplicáveis, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de Medicina (Código e-MEC nº 1487767), bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais e prazo mínimo para integralização de 6 (seis) anos, a ser ministrado no Campus Principal - Estrada do Aeroporto, SN, Bairro do Aeroporto, município de Itacoatiara/AM, pela ITPAC Itacoatiara (Cód. 24548), mantida pelo Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves S.A. - IPTAN (cód. 1050), com sede na Avenida Leite de Castro, 1101, Bairro das Fábricas, no Município de São João Del Rei/MG (CNPJ 03.219.494/0001-98).

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 500, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e considerando o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando as determinações contidas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; considerando a Portaria n° 572, de 18 de junho de 2018; considerando o Parecer SERES/DIREG/CGCP; considerando o relatório de avaliação da Comissão de Monitoramento e Acompanhamento da Escolas Médicas - CAMEM constantes do Processo nº 23000.003896/2019-01; e ainda, considerando os termos que constam no Processo e-MEC nº 202014979, referente à proposta selecionada no Edital nº 1/2018/SERES/MEC, do Ministério da Educação, e os demais normativos aplicáveis, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de Medicina (Código e-MEC nº 1536131), bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais e prazo mínimo para integralização de 6 (seis) anos, a ser ministrado na Rodovia Dr. João Miranda, S/N, Km 4, Bairro Bosque, no município de Abaetetuba/PA, pela Faculdade ITPAC Abaetetuba (Cód.25307), mantida pela ITPAC Porto Nacional - Instituto Tocantinense Presidente Antonio Carlos Porto S.A. (Cód. 3575), com sede na R 02, S/N, Quadra 07, Bairro Jardim dos Ypes, no município de Porto Nacional/TO, CNPJ 10.261.569/0001-64.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS NOVA VENÉCIA

PORTARIA DG Nº 54, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS NOVA VENÉCIA, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTOnomeado pela Portaria nº 1991, de 22.11.2021, publicada no DOU de 23.11.2021, seção 2, página 21, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido nos processos 23159.002674/2021-55, 23159.002579/2021-98, 23159.002406/2021-16, 23159.002274/2021-88 e 23159.002157/2021-46,resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação de professor substituto de que trata o Edital DG nº 07/2021, conforme relação anexa.

ANDERSON ROZENO BOZETTI BATISTA

ANEXO I

CURSO/DISCIPLINA: ENGENHARIA CIVIL - 40 HORAS

Nº. INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
31	JOÃO FERNANDO MARTINS PAIXÃO	76,60	1°
73	ISADORA ANDRADE BASTOS	63,20	2°
47	VALDEIR GOMES DE AGUIAR	54,19	3°
50	TAMARA BARBOSA PASSOS	50,86	4°

ANEXO II

CURSO/DISCIPLINA: GEOPROCESSAMENTO - 40 HORAS

Nº. INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
87	PATRÍCIA CRISTINA MOURA DORNAS	53,19	1°

ANEXO III

CURSO/DISCIPLINA: INFORMÁTICA - 40 HORAS

Nº. INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
25	TIAGO TEIXEIRA DA SILVA	63,99	1°
82	LEANDRO ALMEIDA PORTELA	42,59	2°
63	PATRICK TREVIZANI BARBOSA	37,09	3°

ANEXO IV

CURSO/DISCIPLINA: QUÍMICA - 40 HORAS

Nº. INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
44	JULIO PANSIERE ZAVARISE	59,80	1°

ANEXO V

CURSO/DISCIPLINA: SOCIOLOGIA - 40 HORAS

Nº. INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
66	MIGUEL VINICIUS TEIXEIRA DA SILVA	68,85	1°

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 150, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, nomeado pelo Decreto de 13 de abril de 2020, publicado no DOU de 13 de abril de 2020, seção 2, página 1, Edição Extra A, em conformidade com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando o Processo nº 23294.002579/2022-38 com despachos exarados,

CONSIDERANDO que é facultado às autoridades da Administração Federal, delegar competência para a prática de atos administrativos, desde que não haja impedimento legal, nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor de Gestão de Pessoas, com base no § 3º, art. 19 do Decreto nº 9.991/2019, alterado pelo Decreto nº 10.506/2020, para conceder:

I. licença para capacitação, nos termos do disposto no art. 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II. participação em programa de treinamento regularmente instituído, conforme o disposto no inciso IV do caput do art. 102 da Lei nº 8.112 de 1990; e

III. participação em programa de pós-graduação stricto sensu no país, conforme o disposto no art. 96-A da Lei nº 8.112 de 1990.

Art. 2º Delegar competência ao Diretor de Gestão de Pessoas no âmbito do Instituto Federal de Pernambuco para praticar os seguintes atos de pessoal:

I. conceder afastamento para participação de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal, nos termos do § 4º, art. 20 da Lei nº 8.112/1990;

II. homologar a avaliação do estágio probatório, nos termos do § 1º, art. 20 da Lei nº 8.112/1990, exceto quando não aprovado;

III. autorizar a remoção de que trata a alínea "c", inciso III, art. 36 da Lei nº 8.112/1990;

IV. autorizar o lançamento em folha de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, conforme nota de empenho autorizada pelo Reitor, nos termos do art. 76-A da Lei nº 8.112/1990;

V. autorizar, conforme situação de excepcionalidade, o acréscimo de até cento e vinte horas de trabalho anuais para retribuição a servidor através da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, nos termos do art. 6º do Decreto nº 6.114/2007;

VI. autorizar a expedição de certidão de tempo de contribuição e autorizar a averbação de tempo de contribuição, nos termos da Portaria MPS nº 154/2008;

VII. aprovar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e encaminhá-lo ao órgão central do SIPEC, nos termos do Decreto nº 9.991/2019;

VIII. conceder, no âmbito do quadro de pessoal da Reitoria, as seguintes licenças previstas no Plano de Seguridade Social, relacionadas no art. 185 da Lei nº 8.112/1990, quando concedidas administrativamente:

a) à gestante, à adotante e licença-paternidade; e

b) por acidente em serviço; e

IX. conceder, no âmbito do quadro de pessoal da Reitoria, horário especial, nos termos do art. 98 da Lei nº 8.112/1990.

Art. 3º Estabelecer que, no exercício da competência ora delegada, deverá ser observada, rigorosamente, toda a legislação federal, entendimento do Órgão Central do SIPEC e normas internas deste Instituto Federal.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 181/2021-GR/IFPE.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de março de 2022.

JOSÉ CARLOS DE SÁ JUNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

PORTARIA Nº 1.401, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O Diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, no uso de suas atribuições regimentais, conferida pela portaria nº 1.365, de 20 de fevereiro de 2019, publicada no DOU Nº 37, seção 2, página 35 de 21/02/2019, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado, que visa à contratação de pessoal por tempo determinado para Setorização/disciplinas: Instituições Jurídicas, Direito Administrativo e Bases Jurídicas do 3º Setor, referente ao Edital n.º 48, de 27 de janeiro de 2022.

Quadro de Notas

Candidato(a)	Prova Escrita	Prova Didática	Média final	Resultado
Pedro Henrique Ramos Prado Vasques	8,83	8,83	8,83	Classificado (1º lugar)
Angelo Remedio Neto	9,17	8,33	8,75	Classificado (2º lugar)
Carolina Lopes de Oliveira	7,83	8,67	8,25	Classificada (3º lugar)
Tarcyla Fidalgo Ribeiro	6,83	9,33	8,08	Classificada
Aliekseyev Jacob	8,17	6,67	7,42	Classificado
Laiana Carla Ferreira	6,67	7,33	7,00	Classificada

ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA

PORTARIA Nº 1.431, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

A VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, conforme homologação em sessão extraordinária da Congregação em 22/02/2022, resolve tornar público o resultado do Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Pessoal destinado a duas vagas de professores substitutos relacionados ao setor de saúde coletiva da área de Epidemiologia e Bioestatística do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (Edital nº 48 de 27 de janeiro de 2022) - candidatos aprovados em ordem de classificação:

1º. Marcella Martins Alves Teófilo (aprovada e classificada)
2º. Alexandre Teixeira Trino (aprovado e classificado)
3º. Richardson Jorge Almeida Meirelles
4º. Ana Paula RazalDalvi
5º. Larissa Haydeé Costa Alvadia
6º. Taciana Silveira Passos

MARIA DE LOURDES TAVARES CAVALCANTI

CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

PORTARIA Nº 1.375, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Professora Andréa Queiroz da Silva Fonseca Rego, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto referente ao edital nº 48, de 27 de janeiro de 2022, publicado no D.O.U nº 22, de 01/02/22, divulgando os nomes dos candidatos aprovados:

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO SETOR DE INSTALAÇÕES PREDIAIS

1º lugar: Bruna Peres Battemarco

ANDRÉA QUEIROZ DA SILVA FONSECA REGO

PORTARIA Nº 1.374, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Professora Andréa Queiroz da Silva Fonseca Rego, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto referente ao edital nº 48, de 27 de janeiro de 2022, publicado no D.O.U nº 22, de 01/02/22, divulgando os nomes dos candidatos aprovados:

DEPARTAMENTO DE PROJETO DE ARQUITETURA
SETOR DE PROJETO DE ARQUITETURA
1º lugar: Mariana Silveira Moretzsohn
2º lugar: Thiago Tavares Abranches de Soveral
3º lugar: Priscila Marques Mendes
4º lugar: Gregório Ramos Rosenbusch
5º lugar: Jorge David Morales Alvear
6º lugar: André Porto Frias de Oliveira
7º lugar: Alfredo Carlos da Luz Neto
8º lugar: Flávia Schmidt de Andrade Lima
9º lugar: João Mauricio Ribas Pegorim
10º lugar: Clara Guimarães Melo

ANDRÉA QUEIROZ DA SILVA FONSECA REGO

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 37, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Integra Instituição Pública de Ensino Superior ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, pela Portaria MEC nº 318, de 2 de abril de 2009 e com base no Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, e no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º Integrar o Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA ao Sistema UAB.

Art. 2º O pleno gozo das prerrogativas de integração ao Sistema UAB fica condicionado ao atendimento das diretrizes da CAPES para articulação e oferta de cursos, assim como das diretrizes do Ministério da Educação (MEC), suas Secretarias e entidades vinculadas, no que concerne à regulação e supervisão do Ensino Superior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIA MANSANI QUEDA DE TOLEDO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Revoga resoluções aprovadas no Conselho Universitário que já não produzem efeitos legais na Universidade Federal do Acre.

A Reitora da Universidade Federal do Acre, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso XII, do Regimento Geral, de acordo com o que consta no processo administrativo nº. 23107.002230/2021-53, e,

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento às determinações do Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, quanto à revogação das resoluções que já não produzem efeitos legais nesta IFES;

CONSIDERANDO, ainda, a iminência do prazo de encerramento da quinta etapa de revisão;

CONSIDERANDO, por fim, não haver previsão de data para a próxima reunião do Conselho Universitário, resolve:

Art. 1º Revogar, ad referendum do Conselho Universitário, as resoluções abaixo relacionadas que já não produzem efeitos legais na Universidade Federal do Acre, para dar cumprimento às determinações do Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

1 - Resolução CONSU Nº 12, de 9 de novembro de 1990. Dispõe sobre a Criação e Reformulação de Cursos.

2 - Resolução CONSU Nº 2, de 24 de janeiro de 1994. Cancela, ad referendum do Conselho Universitário, pelas razões expostas anteriormente, os requerimentos de solicitação de vagas (transferência e reopção) já deferidos pelo colegiado do Curso de Direito, que autorizou as matrículas para portadores de curso superior.

3 - Resolução CONSU Nº 3, de 6 de julho de 1994. Dá nova redação às Normas para efeito de reopção, remanejamento interno, transferências de outras IES e ingresso com isenção de concurso vestibular para novo curso superior e complementação de estudos em nível de graduação na Ufac.

4 - Resolução CONSU nº 10, de 3 de setembro de 2007. Denega a homologação da Resolução nº 1, de 12 de abril de 2007, da Reitoria, que revogou a Resolução nº 11, de 26 de outubro de 2006.

5 - Resolução CONSU nº 8, de 14 de abril de 2015. Aprova as diretrizes e os procedimentos a serem considerados para o Reconhecimento de Saberes e Competências da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, no âmbito do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARGARIDA DE AQUINO CUNHA

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Revoga resoluções aprovadas no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que já não produzem efeitos legais na Universidade Federal do Acre.

A Reitora da Universidade Federal do Acre, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso XII, do Regimento Geral, de acordo com o que consta no processo administrativo nº. 23107.002230/2021-53, e,

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento às determinações do Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, quanto à revogação das resoluções que já não produzem efeitos legais nesta IFES;

CONSIDERANDO, ainda, a iminência do prazo de encerramento da quinta etapa de revisão;

CONSIDERANDO, por fim, não haver previsão de data para a próxima reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, resolve:

Art. 1º Revogar, ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, as resoluções abaixo relacionadas que já não produzem efeitos legais na Universidade Federal do Acre, para dar cumprimento às determinações do Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

1 - Resolução CEPEX Nº 1, de 2 de março de 1984. Dispõe sobre o sistema de avaliação na Ufac.

2 - Resolução CEPEX Nº 1, de 8 de julho de 1985. Dispõe sobre o funcionamento do Curso de Graduação em Engenharia Agronômica.

3 - Resolução CEPEX Nº 14, de 18 de agosto de 1987. Dispõe sobre a Proposta de Regulamentação da Formação Pedagógica, para os Cursos de Licenciatura da Ufac.

4 - Resolução CEPEX Nº 14, de 27 de dezembro de 1989. Dispõe sobre a realização de Concurso Público para professores substitutos.

5 - Resolução CEPEX Nº 7, de 30 de dezembro de 1993. Aprova ad referendum as normas para matrícula em disciplinas isoladas.

6 - Resolução CEPEX Nº 2, de 16 de agosto de 1994. Cria o Programa de Bolsa de Capacitação de Pessoal.

7 - Resolução CEPEX Nº 3, de 24 de agosto de 1994. Dispõe sobre cancelamento e trancamento de matrícula.

8 - Resolução CEPEX Nº 5, de 24 de agosto de 1994. Concede ao aluno regularmente matriculado nos cursos de graduação desta IFES o direito de posse dos instrumentos de avaliação referentes à 1ª nota (N1) e à 2ª nota (N2).

9 - Resolução CEPEX Nº 11, de 8 de setembro de 1998. Homologa a Resolução nº 5, de 9 de fevereiro de 1998, da Reitoria, que suspendeu, "ad referendum" deste Conselho, em caráter temporário até a promulgação do novo Estatuto e Regimento Geral da UFAC, a jubilação de alunos, na forma da alínea "e" do art. 82, do Regimento Geral da UFAC, e inciso IV, art. 1º, da Resolução nº 04, de 24 de agosto de 1994, do CEPEX.

10 - Resolução CEPEX Nº 9, de 25 de junho de 1999. Dispõe sobre o estabelecimento de normas complementares ao regime didático para os cursos oferecidos pela UFAC em regime modular ou parcelado, fora da sede.

11 - Resolução CEPEX nº 15, de 30 de setembro de 1997. Determina a obrigatoriedade da Monografia para conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Planejamento e Meio Ambiente, oferecido pelo Departamento de Geografia desta IFES.

12 - Resolução CEPEX nº 8, de 28 de janeiro de 2003. Altera o artigo 13º da Resolução n.º 01, de 19 de janeiro de 1999 da Reitoria homologada pela Resolução nº 05, de 20 de abril de 1999 do CEPEX.

13 - Resolução CEPEX nº 50, de 23 de outubro de 2003. Retifica, atendendo ao disposto nos processos nº 23107006247/86-08 e nº 23107.002672/2003-79, os termos da Resolução nº 27 de 16 de agosto de 2000 da Reitoria.

14 - Resolução CEPEX nº 2, de 29 de janeiro de 2004. Torna sem efeito a Resolução CEPEX nº 5, de 22 de março de 2001.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARGARIDA DE AQUINO CUNHA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Revoga resoluções aprovadas no Conselho de Administração que já não produzem efeitos legais na Universidade Federal do Acre.

A Reitora da Universidade Federal do Acre, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso XII, do Regimento Geral, de acordo com o que consta no processo administrativo nº. 23107.002230/2021-53, e,

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento às determinações do Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, quanto à revogação das resoluções que já não produzem efeitos legais nesta IFES;

CONSIDERANDO, ainda, a iminência do prazo de encerramento da quinta etapa de revisão;

CONSIDERANDO, por fim, não haver previsão de data para a próxima reunião do Conselho de Administração, resolve:

Art. 1º Revogar, ad referendum do Conselho de Administração, as resoluções abaixo relacionadas que já não produzem efeitos legais na Universidade Federal do Acre, para dar cumprimento às determinações do Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

1 - Resolução CONSAD nº 39, de 14 de dezembro de 2016. Aprova as normas que regulamentam o afastamento de servidores da Universidade Federal do Acre para cursos de pós-graduação stricto sensu, em instituições nacionais e internacionais, e estágio pós-doutoral.

2 - Resolução CONSAD nº 2, de 20 de março de 2019. Aprova a regulamentação do afastamento para fins de capacitação profissional dos servidores desta Ifes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARGARIDA DE AQUINO CUNHA

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Revoga resoluções aprovadas no Conselho Diretor que já não produzem efeitos legais na Universidade Federal do Acre.

A Reitora da Universidade Federal do Acre, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso XII, do Regimento Geral, de acordo com o que consta no processo administrativo nº. 23107.002230/2021-53, e,

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento às determinações do Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, quanto à revogação das resoluções que já não produzem efeitos legais nesta IFES;

CONSIDERANDO, ainda, a iminência do prazo de encerramento da quinta etapa de revisão;

CONSIDERANDO, por fim, não haver previsão de data para a próxima reunião do Conselho Diretor, resolve:

Art. 1º Revogar, ad referendum do Conselho Diretor, as resoluções abaixo relacionadas que já não produzem efeitos legais na Universidade Federal do Acre, para dar cumprimento às determinações do Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

1 - Resolução CONSELHO DIRETOR nº 13, de 6 de julho de 2006. Fixa em 57% (cinquenta e sete por cento) do valor do salário mínimo vigente no país o valor da bolsa de monitoria.

2 - Resolução CONSELHO DIRETOR nº 5, de 12 de junho de 2017. Regulamenta o pagamento da gratificação por Encargo de Curso ou Concurso no âmbito da Universidade Federal do Acre.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARGARIDA DE AQUINO CUNHA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 270, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O Reitor da Universidade Federal do Maranhão, na qualidade de PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais; considerando o disposto no Edital PRH 1/2018, de 19 de dezembro de 2018, publicado no DOU de 21 de dezembro de 2018; considerando o que consta do Processo nº 3432/2022-02; resolve ad referendum deste Conselho:

Art. 1º Prorrogar por dois anos, a contar de 08.03.2022, o prazo de validade de concurso público, objeto do Edital PRH 1/2018, para provimento dos cargos Técnico de Laboratório - Área: Física, Analista de Tecnologia da Informação, Enfermeiro, Engenheiro - Área: Civil, Engenheiro - Área: Elétrica, Médico - Área: Clínica Geral, Médico - Área: Psiquiatria, Médico - Área: Medicina do Trabalho, Publicitário e Redator, cujo resultado foi homologado pela Resolução nº 212-CONSAD, de 24 de maio de 2019, publicado no DOU de 27 de maio de 2019.

NATALINO SALGADO FILHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

PORTARIA Nº 100, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O VICE-DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no exercício da Diretoria, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº 10/2021-CCHL, de 02.12.2021, publicado no DOU em 06.12.2021, o processo eletrônico nº 23111.037402/2021-73 e as Leis Nº 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10.12.93; 27.10.99 e 15.05.2003, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do processo Seletivo para contratação de Professor Substituto para o Departamento de Filosofia, correspondente a Classe Assistente, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40 (quarenta) horas semanais, Centro de Ciências Humanas e Letras, do Campus Ministro Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, considerando classificados os candidatos Alexandrina Paiva da Rocha (1º Lugar), Hiago Mendes Guimarães (2º Lugar), Marcos Francisco de Amorim Oliveira (3º Lugar), Rutiele Pereira da Silva Saraiva (4º Lugar) e Claudinei Reis Pereira (5º lugar), aprovando para contratação o 1º lugar.

JOÃO BENVINDO DE MOURA

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 172, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 691, de 27 de setembro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.001546/2022-70, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, renovação do credenciamento do laboratório TOXICOLOGIA PARDINI LABORATORIOS S/A., inscrito no CNPJ nº 13.780.714/0001-01, sediado na Rua Professor José Vieira de Mendonça, nº 770, salas 302 a 304, 307, 310 a 312 e 404, Engenho Nogueira, CEP: 31.310-260 - Belo Horizonte/MG, para realizar exame toxicológico com janela de detecção mínima de noventa dias.

Art. 2º O laboratório credenciado registrará o resultado do exame toxicológico diretamente na Base Nacional do RENACH.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO MIZUNO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 187, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 691, de 27 de setembro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.004168/2022-86, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, renovação do credenciamento do laboratório MAXILABOR DIAGNÓSTICOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 03.941.124/0001-60, situado na Rua Casa do Ator, nº 1060, Bairro Vila Olímpia, CEP: 04546-004 - São Paulo/SP, para realizar exame toxicológico com janela de detecção mínima de noventa dias.

Art. 2º O laboratório credenciado registrará o resultado do exame toxicológico diretamente na Base Nacional do RENACH.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO MIZUNO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 188, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.000270/2022-11, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica LEOPOLDINA INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 27.709.620/0001- 50, situada na Rua Comandante Vergueiro da Cruz, nº 85, Olaria, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21.021- 020, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO MIZUNO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 190, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e VI do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 730, de 06 de março de 2018 e a Portaria DENATRAN nº 2.145, de 23 de outubro de 2020, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.037569/2021-31, resolve:

Art. 1º Esta Portaria altera a Portaria DENATRAN nº 1.101, de 19 de maio de 2020, que homologa a plataforma tecnológica e o Curso de Reciclagem para Condutores Infratores, realizado na modalidade de ensino à distância (EAD) pelo INSTITUTO PRÓ-VIDA.

Art. 2º A Portaria DENATRAN nº 1.101, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Portaria homologa, por cinco anos, a partir da data de sua publicação, a plataforma tecnológica e o Curso de Reciclagem para Condutores Infratores, realizado na modalidade de ensino à distância (EAD) pelo INSTITUTO PRÓ-VIDA, inscrito no CNPJ sob nº 16.656.254/0001-00, sediado na Avenida Rio Branco, nº 00026, Centro, CEP: 20.090-001, Rio de Janeiro/RJ.

....." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO MIZUNO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 191, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, conforme disposto no art. 6º da Resolução CONTRAN nº 811, de 15 de dezembro de 2020, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.005087/2022-01, resolve:

Art. 1º Esta Portaria integra ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT) o Município de Maragogi, no Estado de Alagoas, por meio da Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), código de órgão autuador nº 22789-0.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO MIZUNO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 192, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, conforme disposto no art. 6º da Resolução CONTRAN nº 811, de 15 de dezembro de 2020, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.004892/2022-18, resolve:

Art. 1º Esta Portaria integra ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT) o Município de Mirador, no Estado do Maranhão, por meio do Departamento Municipal de Trânsito e Rodoviário (DMT), código de órgão autuador nº 20833-0.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO MIZUNO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 7.308, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso VI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.012112/2021-81, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão da Diretriz de Aeronavegabilidade - DA N° 2022-02-02- EMBRAER / 39-1490, aplicável aos aviões Embraer modelo EMB-545, emitida em 17 de fevereiro de 2022 e efetivada em 23 de fevereiro de 2022.

Parágrafo único: O inteiro teor da Diretriz de Aeronavegabilidade encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/DA/DA_Detail.asp?Emd=1489.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 7.217, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.004593/2022-42, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Nossa Senhora de Fátima;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0626;

III - município (UF): Ribas do Rio Pardo (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 20° 05' 20'' S / 053° 23' 30'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.225, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.004460/2022-76, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Cristo Rei;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PA0318;

III - município (UF): Pacajá (PA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 03°33'41" S / 050°38'01" W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.258, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.049686/2021-15, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Plataforma;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MA0132;

III - município (UF): Matões (MA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 05°15'12" S / 043°34'52" W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.280, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.000206/2022-07, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Paes Landim - Vale do Fidalgo;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PI0072;

III - município (UF): Paes Landim (PI);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 07° 44' 15'' S / 042° 18' 14'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.320, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.006370/2022-10, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar realizada por meio do Ofício nº 311/2022/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 18 de fevereiro de 2022, que tratou da comunicação de interdição do heliponto privado a bordo da unidade Artemis Athene (9PKF).

Art. 2º Excluir o Heliponto Privado a bordo da unidade Artemis Athene (9PKF) do cadastro de aeródromos da ANAC, fechando-o ao tráfego aéreo.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 6.933/SIA, de 10 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2022, Seção 1, página 36.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.322, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.006611/2022-21, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação: Sapura Jade;

II - Indicador de localidade: 9PSJ;

III - Indicativo de chamada da EPTA: Sapura Jade;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Móvel;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VI - Altitude em relação ao nível do mar: 26,7 metros;

VII - Resistência do pavimento: 12,8 toneladas;

VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 22,2 metros;

IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

X - Classe: 3;

XI - Categoria: H2; e

XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 20 de março de 2025.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 592/SIA, de 3 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2020, Seção 1, página 37.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.323, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.006622/2022-19, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação: Alpha Star;

II - Indicador de localidade: 9PDL;

III - Indicativo de chamada da EPTA: Alpha Star;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Móvel;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VI - Altitude em relação ao nível do mar: 26,6 metros;

VII - Resistência do pavimento: 12,8 toneladas;

VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 22,2 metros;

IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

X - Classe: 1;

XI - Categoria: H2; e

XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 19 de março de 2025.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 699/SIA, de 11 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2020, Seção 1, página 46.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.324, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.006618/2022-42, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação: Cherne 1;

II - Indicador de localidade: 9PCH;

III - Indicativo de chamada da EPTA: Cherne 1;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Fixa;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VI - Altitude em relação ao nível do mar: 51 metros;

VII - Resistência do pavimento: 12,8 toneladas;

VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 20,88 metros;

IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

X - Classe: 1;

XI - Categoria: H2; e

XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 14 de março de 2025.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 601/SIA, de 4 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2020, Seção 1, página 37.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 7.266, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE PESSOAL DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 41-A, inciso III, do Regimento Interno, provado pela Resolução n° 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução n° 30 , de 21 de junho de 2021 e na Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta do processo nº 00065.017318/2020-27, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 183-001, Revisão E (IS nº 183-001E), intitulada "Processo de credenciamento de pessoa jurídica e profissional qualificado para aplicação do exame de proficiência linguística da ANAC".

Parágrafo único. A Instrução Suplementar de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletimde-pessoal) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 3.487/SPO, de 13 de novembro de 2018, que aprovou a Instrução Normativa nº 183-001D.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de março de 2022.

MARIANA OLIVIERI CAIXETA ALTOÉ

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 7.327, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12 da Portaria nº 2.928, de 21 de outubro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.069287/2019-56, resolve:

Art. 1º Publicar a efetivação da decisão administrativa de suspensão punitiva do Certificado de Habilitação Técnica e todas as habilitações nele averbadas, entre os dias 28 de janeiro de 2022 e 29 de março de 2022, do mecânico de manutenção aeronáutica RENATO RUBIO PAULETTO, detentor do CANAC 331675.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO ANTAQ Nº 69, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ), no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso XXII do art. 19 do Regimento Interno, com base no inciso IV do art. 27 da Lei nº 10.233/2001, considerando o que consta do processo nº 50300.011175/2021-79, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 517ª Reunião Ordinária, realizada entre 14 e 16 de fevereiro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I DO OBJETO

Art. 1º Estabelecer a obrigatoriedade de prestação de informações para a alimentação do Sistema de Desempenho da Navegação - Módulo de Apoio Portuário (SDN - Apoio Portuário), em conformidade com o disposto nos incisos I, II , IV, VIII e XXI do art. 27 da Lei nº 10.233, de 2001; nos incisos II, IX, X, XVIII e XLVII do art. 3º e nos incisos VI e XI do art. 4º do Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Esta Resolução se aplica às Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs) autorizadas pela ANTAQ a operar na navegação de apoio portuário.

Art. 3º Para os efeitos desta Resolução considera-se:

I - atividades de apoio portuário: aquelas realizadas nos portos e terminais aquaviários por empresas brasileiras de navegação (EBNs) autorizadas a operar na navegação de apoio portuário conforme norma específica da ANTAQ;

II - empresa brasileira de navegação (EBN): pessoa jurídica constituída de acordo com o disposto nas leis brasileiras, com sede no País, que tem por objeto o transporte aquaviário, autorizada a operar pelo órgão competente com embarcações próprias ou afretadas;

III - navegação de apoio portuário: aquela realizada exclusivamente nos portos e terminais aquaviários, para atendimento a embarcações e instalações portuárias;

IV - receita mensal bruta: receita total obtida pela prestação de atividades de apoio portuário, auferida no mês de referência; e

V - Sistema de Desempenho da Navegação (SDN): sistema desenvolvido em ambiente virtual e disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/antaq/pt-br, no portal GOV.BR, para envio e geração de relatórios de informações operacionais das EBNs.

CAPÍTULO III DO FORNECIMENTO DAS INFORMAÇÕES

Art. 4º Consiste em obrigação da EBN de apoio portuário integrar-se ao SDN disponível no sítio da ANTAQ e, por meio desse sistema, encaminhar as informações relativas às operações realizadas, conforme estabelecido nesta Resolução.

Parágrafo único. A EBN que ainda não iniciou a operação para a qual foi autorizada, conforme as situações previstas na norma de outorga da navegação marítima e de apoio, terá o prazo de trinta dias após o início das suas operações para cumprir a obrigação disposta no caput.

Art. 5º A EBN de apoio portuário deverá fornecer, por meio do SDN, as informações de cada mês, relativas a:

I - frota em operação, incluindo as embarcações próprias e afretadas a casco nu, porto ou terminal em que a embarcação operou e quais foram as atividades de apoio portuário realizadas;

II - número de operações realizadas, por atividade de apoio portuário, em cada porto ou terminal; e

III - preço mínimo, preço máximo e receita mensal bruta auferida por atividade de apoio portuário, em cada porto ou terminal.

§ 1º As informações de que trata o caput deverão ser enviadas até o final do segundo mês subsequente ao das operações realizadas.

§ 2º Para fins de fiscalização da ANTAQ, a EBN deverá manter por sessenta meses a documentação comprobatória das informações enviadas.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 6º O envio das informações é obrigatório a partir de abril de 2021, de acordo com o disposto na Deliberação DG nº 52, de 20 de março de 2021.

Art. 7º A ANTAQ dará tratamento confidencial às informações técnicas, operacionais, econômico-financeiras e contábeis que solicitar às empresas prestadoras de serviços por meio do SDN, ressalvados os casos de divulgação de informações agregadas, em que não há a identificação das EBN prestadoras de serviços.

Art. 8º A empresa autorizada a operar na navegação de apoio portuário deverá aderir ao Sistema de Desempenho da Navegação - SDN (módulo apoio portuário), nos termos e condições estipulados nesta Resolução, compatibilizando o cumprimento das obrigações aqui estabelecidas com as estipuladas na norma que trata da outorga de autorização à pessoa jurídica, constituída nos termos da legislação brasileira e com sede e administração no país, que tenha por objeto operar nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem ou longo curso.

Art. 9º Fica revogada a Resolução Normativa-ANTAQ nº 35, de 17 de agosto de 2019.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor em 1º de março de 2022.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 26, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.016426/2021-10 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa ARTHURISMO - TRANSPORTE MARÍTIMO LTDA., CNPJ nº 03.052.667/0001-26, de que trata o Termo de Autorização nº 1.013-ANTAQ e a Resolução nº 3.190-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 29, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001761/2022-96 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 244-ANTAQ, de 1º de agosto de 2006, de titularidade da empresa NAVEGAÇÃO CUNHA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.616.801/0001-37, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude da inclusão de perfil de carga geral granel sólido na outorga de autorização.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Extinguir o 1º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 244-ANTAQ e revogar a Resolução nº 883-ANTAQ, ambos de 9 de outubro de 2007.

Art. 4º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 30, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001807/2022-77 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa SEA WOLF SOLUÇÕES MARÍTIMAS LTDA., CNPJ nº 17.483.117/0001-76, de que trata o Termo de Autorização nº 1.185-ANTAQ e a Resolução nº 4.082-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 31, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002103/2022-11 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa ROBERTO DORNER & CIA LTDA, CNPJ nº 14.649.776/0001-41, de que trata o Termo de Autorização nº 614-ANTAQ e a Resolução nº 1.554-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 32, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002126/2022-26 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa AMAZÔNIA NAVEGAÇÕES LTDA., CNPJ nº 84.554.666/0001-81, de que trata o Termo de Autorização nº 626-ANTAQ e a Resolução nº 1.601-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 34, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002102/2022-77 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.906-ANTAQ, de 26 de outubro de 2021, de titularidade da empresa JOC TRANSPORTES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 03.039.325/0001-76, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude da alteração do esquema operacional.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 38, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50001.007946/2022-89 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Conhecer da denúncia formulada pelo Conselho de Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ) por meio da Petição SEI nº 1537792 e documentação anexa, atuando em nome de sua associada Gardingo Trade Importação e Exportação Ltda., e em desfavor das empresas AP Moeller Maersk, Maersk Brasil Brasmar Ltda. e DHL Global Forwarding (Brasil) Logistics Ltda., com o fito de reclamar suposta cobrança abusiva de detention de um total de nove unidades de contêineres, distribuídos nos bookings nº 214030295 (HBL:BHZA01343) e nº 214051655 (HBL: BHZA0134).

Art. 2º No mérito, indeferir o pedido de aplicação de medida cautelar, dada a ausência dos pressupostos de "fumus boni iuris" e de "periculum in mora".

Art. 3º Restituir os autos à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais visando ao prosseguimento da análise terminativa de mérito sobre o assunto.

Art. 4º Cientificar o Conselho de Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ) acerca da presente decisão.Art. 5º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

ACÓRDÃO Nº 108-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.001244/2022-17
Parte: CONSELHO DE EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL - CECAFE (03.449.280/0001-08)
Ementa: Homologação de decisão adotada ad referendum. Aprovação.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em referendar a Deliberação-DG nº 27/2022.Participaram da deliberação o Relator, Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 109-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.002097/2022-01
Parte: ARUANÃ ENERGIA S.A.
Ementa: Homologação de decisão adotada ad referendum. Aprovação.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pela Relatora, em referendar a Deliberação-DG nº 25/2022.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Relatora, Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 110-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.001076/2021-89
Parte: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
Ementa: Relatório final do estudo "Análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários". Conclusão do item P1 da Agenda Plurianual de Estudos da ANTAQ - 2021-2024. Não vinculação do desenvolvimento do tema 3.1 da Agenda Regulatória biênio 2020/2021 às conclusões do presente estudo.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - declarar concluído o item "P1" da Agenda Plurianual de Estudos da ANTAQ - 2021-2024, mediante a elaboração do estudo "Análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários" (SEI nº 1526019), voltado a subsidiar o desenvolvimento do tema 3.1 da Agenda Regulatória biênio 2020/2021;II - esclarecer que a aprovação do presente estudo não vincula o desenvolvimento do tema 3.1 da Agenda Regulatória biênio 2020/2021 às suas conclusões; e III - anexar os presentes autos ao processo nº 50300.002251/2019-31.Participaram da deliberação o Relator, Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 111-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.001298/2019-87
Parte: COMPANHIA DOCAS DO PARA (CDP) (04.933.552/0001-03), PETRÓLEO SABBA S.A (04.169.215/0001-91)
Ementa: Contrato de transição e reversibilidade de bens. Perda de objeto em razão da superveniente celebração de contratos de arrendamento. Arquivamento.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - declarar a perda de objeto da matéria tratada nos autos, a respeito da lista de bens reversíveis que integrava os contratos de transição celebrados entre COMPANHIA DOCAS DO PARÁ e PETRÓLEO SABBÁ S.A., referentes às áreas BEL02A e BEL02B, no Terminal Petroquímico de Miramar, em razão da superveniente celebração dos Contratos de Arrendamento de

nºs 10/2019 e 11/2019 pelo Ministério da Infraestrutura;II - arquivar o Processo nº 50300.001298/2019-87; e III - cientificar a COMPANHIA DOCAS DO PARÁ e PETRÓLEO SABBÁ S.A. acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Relator, Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 112-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.021588/2021-61
Parte: S. PAULINO PINTO (14.079.067/0001-78)
Ementa: Pedido de reajuste de preços. Enquadramento da linha no nível de mercado "moderado". Aprovação com ressalvas. Enquadramento de nível de preço justificável. Providências a serem tomadas pela requerente no caso de futuros pedidos de elevação de preços.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - informar à empresa S. PAULINO PINTO - ME que a linha de transporte de travessia entre Macapá-Santana/AP e Santarém/PA enquadra-se no nível de mercado moderado;II - aprovar, com ressalvas, o pedido de reajuste de preços dos serviços de transporte aquaviário prestados pela empresa S. PAULINO PINTO - ME na travessia entre os Munícipios de Macapá-Santana/AP e Santarém/PA, posto que a análise resultou no enquadramento de nível de preço justificável, devendo ser providenciadas as seguintes correções por ocasião dos futuros requerimentos de elevação de preços:a) escrituração contábil: continuidade do envio de demonstração contábil específica para a linha, contendo o demonstrativo de resultado do exercício (DRE) e o plano de contas anual para o período do reajuste; e b) análise de preços: memória de cálculo do reajuste, contemplando eventuais fatos extraordinários que tenham impactado o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, o detalhamento dos custos e a alteração de demanda do período.III - encaminhar os autos à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais para conhecimento desta decisão; e IV - cientificar a empresa S. PAULINO PINTO - ME acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Relator, Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 113-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.021663/2021-94
Parte: J A SANTOS TRANSPORTE (08.242.267/0001-05)
Ementa: Pedido de reajuste de preços. Enquadramento da linha no nível de mercado "não competitivo". Liberdade de preços mitigada para a justa prestação de serviço essencial. Detalhamento das causas que justificam a transferência de custos aos usuários. Aprovação com ressalvas. Enquadramento de nível de preço justificável. Providências a serem tomadas pela requerente no caso de futuros pedidos de elevação de preços.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - informar à empresa J. A. SANTOS TRANSPORTE que a linha de transporte de travessia entre Népolis/SE e Penedo/AL enquadra-se no nível de mercado não competitivo, o que significa que a liberdade de preços deve ser mitigada para a justa prestação de serviço essencial à população e que os pedidos de reajuste devem conter detalhamento das causas que justificam a transferência de custos aos usuários;II - aprovar, com ressalvas, o pedido de reajuste de preços dos serviços de transporte aquaviário prestados pela empresa J. A. SANTOS TRANSPORTE na travessia entre os Munícipios de Népolis/SE e Penedo/AL, posto que a análise resultou no enquadramento de nível de preço justificável, devendo ser providenciadas as seguintes correções por ocasião dos futuros requerimentos de elevação de preços:a) envio de dados de movimentação pelo Sistema de Desempenho da Navegação - SDN-Travessia (disponível no link https://bit.ly/SDN-Travessia); e b) envio de solicitação de reajuste de preços pelo Sistema de Desempenho da Navegação - SDN-Travessia (disponível no link https://bit.ly/SDN-Travessia).III - encaminhar os autos à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais para conhecimento desta decisão; e IV - cientificar a empresa J. A. SANTOS TRANSPORTE acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Relator, Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 114-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.023315/2021-51
Parte: ESTALEIRO ARAÚJO LTDA (05.894.147/0001-96)
Ementa: Pedido de reajuste de preços. Enquadramento da linha no nível de mercado "competitivo". Prestação de serviço público de moderada relevância social. Legitimidade da liberdade de preços. Possibilidade de majoração das tarifas anteriormente à análise da ANTAQ. Necessidade de encaminhamento da motivação e dos preços majorados à ANTAQ no prazo regulamentar de comunicação aos usuários. Possibilidade de aplicação de sanções e reclassificação do nível de mercado caso haja abusividade de preços ou infração à ordem econômica.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - informar à empresa ESTALEIRO ARAÚJO LTDA. que:a) a linha de transporte de travessia entre Manaus/AM e Porto Velho/RO enquadra-se no nível de mercado competitivo, o que significa que os operadores gozam de certa liberdade concorrencial e prestam serviço público de moderada relevância social, sendo legítima a liberdade de preços, preconizada expressamente no art. 45 da Lei 10.233/2001;b) as empresas desse mercado poderão aplicar a majoração das tarifas requeridas sem a necessidade da análise de preços da ANTAQ, no entanto, deverão manter a obrigatoriedade de envio dos preços a serem aumentados, bem como as informações que motivaram o seu reajuste, com atenção ao prazo regulamentar de comunicação dos usuários e à Agência com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, conforme obrigação imposta pela alínea do "a" do inciso II do art. 12 da Resolução-ANTAQ nº 912/2007; e c) caso sejam identificados indícios de abusividade de preços nos serviços autorizados, bem com fato que configure ou possa configurar infração da ordem econômica, poderão ser aplicadas as sanções administrativas pertinentes e o nível de mercado poderá ser reclassificado, sem prejuízo das providências que poderão ser tomadas por outras autoridades públicas.II - encaminhar os autos à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais para conhecimento desta decisão; e III - cientificar a empresa ESTALEIRO ARAÚJO LTDA. acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Relator, Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 115-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.000873/2022-20
Parte: DANIEL RABELO PEREIRA - ME (19.434.882/0001-21)
Ementa: Pedido de reajuste de preços. Ausência de óbices quanto à comunicação de reajuste de preços. Enquadramento da linha no nível de mercado "competitivo". Necessidade de encaminhamento da motivação e dos preços majorados à ANTAQ no prazo regulamentar de comunicação aos usuários. Vedação à abusividade de preços. Apuração de potencial descumprimento da obrigação de envio de dados operacionais.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pela Relatora, em:I - reconhecer a ausência de óbices quanto à comunicação de reajuste de preços protocolada pela empresa DANIEL RABELO PEREIRA ME referente aos serviços de transporte de passageiros prestados na navegação interior de travessia interestadual, sobre o Rio São Francisco, entre os municípios de Juazeiro/BA e Petrolina/PE;II - ressaltar que, nada obstante a linha de transportes estar enquadrada em nível de mercado competitivo, a empresa não fica dispensada de comunicar aos usuários e à ANTAQ os preços a serem majorados, bem como as razões que fundamentaram o reajuste, com atenção ao prazo regulamentar de 30 dias de antecedência, sendo vedada a abusividade de preços;III - encaminhar os autos à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais para apuração de potencial descumprimento da obrigação de envio dos dados operacionais conforme prevista na Resolução-ANTAQ nº 1.274/2009; e IV - cientificar a empresa DANIEL RABELO PEREIRA ME acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Relatora, Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 116-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.004013/2018-89
Parte: START NAVEGACAO LTDA (36.419.638/0002-90), COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO CODESA (27.316.538/0001-66)
Ementa: Pedido de reconsideração. Conhecimento e indeferimento. Pedido de efeito suspensivo. Conhecimento e indeferimento. Alcance do bem jurídico tutelado pela ANTAQ. Modicidade dos valores já confirmada em sede de procedimento amplo e completo de reequilíbro econômico-financeiro.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pela Relatora, em:I - conhecer do pedido de reconsideração protocolado pela empresa START NAVEGAÇÃO LTDA. face ao Acórdão nº 421-2021-ANTAQ, nos termos do documento SEI nº 1425918, para, no mérito, indeferi-lo, por não haver mácula na decisão recorrida ou fato novo que justifique a sua alteração;II - conhecer do pedido de efeito suspensivo da aplicação da tarifa resultado da decisão de mérito dos presentes autos, nos termos do documento SEI nº 1476241, para, no mérito, indeferi-lo;III - declarar que o bem jurídico tutelado pela Agência nos presentes autos foi alcançado, inclusive, tendo a ANTAQ avaliado no âmbito do processo nº 50300.000118/2021-64, em sede de procedimento amplo e completo de reequilíbro econômico-financeiro, a modicidade dos valores aqui discutidos, os quais já foram incorporados ao novo tarifário aprovado para o Porto de Vitória/ES, nos termos da Deliberação-DG nº 289/2021; e IV - cientificar as interessadas acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Relatora, Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 117-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.006153/2021-97
Parte: COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ (07.223.670/0001-16)
Ementa: Pedido de revisão tarifária com padronização da estrutura tarifária. Aprovação. Comunicação ao Poder Concedente.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pela Relatora, em:I - conhecer do pedido de revisão tarifária formulado pela Companhia Docas do Ceará (CDC), com padronização da estrutura tarifária do Porto de Fortaleza/CE, posto que atendidos os pressupostos de admissibilidade;II - homologar o pedido e aprovar a revisão em tela, a qual será efetuada após a ausência de manifestação contrária do Poder Concedente, vencido o período legal de quinze dias úteis após a comunicação desta decisão;III - determinar à Secretaria-Geral (SGE) que promova a comunicação junto ao Ministério da Infraestrutura e ao Ministério da Economia, nos termos do Ofício-MINUTA SRG (SEI nº 1513728) e Ofício-MINUTA SRG (SEI nº 1513739), e que publique, após o decurso de quinze dias úteis, a decisão estabelecida nos termos da Deliberação-DG-MINUTA SRG (SEI nº 1517217); e IV - cientificar a requerente acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Relatora, Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 118-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.008404/2021-78
Parte: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ESPECIALISTAS EM MIGRACAO E MOBILIDADE INTERNACIONAL (28.691.721/0001-04)
Ementa: Denúncia sobre supostas abusividades na conversão de valores em moeda estrangeira. Não configuração de infração perante a ANTAQ por razão de adoção de taxa de conversão de câmbio em valores díspares à Taxa Ptax. Materialização da irregularidade necessária para configuração de cobrança abusiva. Competência da Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais estabelecer metodologia de execução das ações fiscais no desígnio de garantir o cumprimento dos normativos de regência da ANTAQ. Instauração de ação fiscal para apuração da ocorrência de conduta abusiva na aplicação de taxa de conversão de câmbio após o protocolo de denúncia na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.Br), ou diretamente nos canais disponibilizados no sítio eletrônico da ANTAQ. Avaliação da necessidade de estabelecimento de uma metodologia própria para análise de abusividade envolvendo a aplicação de taxas de conversão de câmbio.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pela Relatora, em:I - declarar que a adoção de taxa de conversão de câmbio em valores díspares à Taxa Ptax publicada diariamente pelo SISBACEN não constitui, necessariamente, uma infração perante a ANTAQ; conforme se depreende da capitulação infracional disposta sob o inciso I do art. 27 da Resolução-ANTAQ nº 62/2021, sendo necessário para a materialização da irregularidade que a cobrança seja considerada abusiva, o que deverá ser apurado em instrução processual individualizada;II - declarar que compete à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais o estabelecimento da metodologia de execução das ações fiscais no desígnio de garantir o cumprimento dos normativos de regência desta Agência Reguladora, sem prejuízo da prestação de apoio técnico por outras setoriais técnicas da ANTAQ;III - declarar que, por ora, a instauração de ação fiscal com o fito de apurar a ocorrência de conduta abusiva na aplicação de taxa de conversão de câmbio se inicia após o protocolo de denúncia na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.Br), ou diretamente nos canais disponibilizados no sítio eletrônico da ANTAQ, sem prejuízo de que este procedimento de apuração realizado pela Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais da ANTAQ seja aperfeiçoado ou alterado de modo superveniente, conforme a necessidade;IV - determinar à Superintendência de Regulação da ANTAQ que avalie a necessidade de estabelecimento de uma metodologia própria para análise de abusividade envolvendo a aplicação de taxas de conversão de câmbio; e V - cientificar a Associação Brasileira de Especialistas em Migração e Mobilidade Internacional (ABEMMI), a Superintendência de Regulação e a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Relatora, Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 119-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.009463/2017-87
Parte: PEIÚ SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE S.A (02.385.710/0001-02), COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA (27.316.538/0001-66)
Ementa: Regularização de área ocupada no Porto de Vitória. Adoção das providências necessárias para celebração de contrato de transição. Determinação de desocupação da área caso não haja a pactuação de contrato de transição. Acompanhamento do cumprimento da decisão e abertura de processo administrativo sancionador em caso de descumprimento.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pela Relatora, em:I - determinar à empresa PEIÚ SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A. que adote as providências necessárias para celebração de Contrato de Transição junto à Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), referente à área de 9.224,86 m², localizada na margem sul da Baía de Vitória, a oeste do Cais de Capuaba e a leste do Cais de Paul, no Porto de Vitória/ES; II - determinar, alternativamente, no caso da não pactuação do referido instrumento contratual no prazo de 60 dias da publicação desta decisão, que a empresa PEIÚ SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A. promova a desocupação da supracitada área;III - encaminhar os autos à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) para que acompanhe o cumprimento desta decisão e, no caso de seu descumprimento, que proceda à abertura de Processo Administrativo Sancionador para apurar a conduta da empresa PEIÚ SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A. com fulcro no inciso XXXVIII do art. 32 da Resolução-ANTAQ nº 3.274/2014; e IV - cientificar as interessadas acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Relatora, Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 120-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.011838/2021-55
Parte: SUPER TERMINAIS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA (04.335.535/0002-55)
Ementa: Pedido de reconsideração. Conhecimento e não provimento. Manutenção da medida cautelar de interdição das obras até a decisão final do Poder Concedente. Acompanhamento do cumprimento de interdição.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pela Relatora, em:I - conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela empresa SUPER TERMINAIS COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA., vez que tempestivo; para no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a íntegra da Deliberação PAS nº 70/2021/SFC, que aplicou penalidade de multa pecuniária à empresa no valor de R$ 123.750,00, pela prática da infração capitulada no inciso XIII do art. 36 da Resolução-ANTAQ nº 3.274/2014, por ampliar o terminal portuário em montante superior ao autorizado nos aditivos ao Contrato de Adesão nº 51/2014 (SEI nº 1375725);II - manter a medida cautelar de interdição, até a decisão final do Poder Concedente sobre a segunda ampliação;III - determinar à UREMN que acompanhe o cumprimento da interdição; e IV - cientificar a recorrente acerca da presente decisão. Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Relatora, Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 121-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.014812/2019-44
Parte: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
Ementa: Proposta de alteração de normativo interno e de rotinas de análise técnica empreendidas no âmbito da Superintendência de Outorgas em razão da publicação da Portaria MINFRA nº 1.166/2021. Inexistência de óbices para o adiamento das alterações no Manual de Análise e Fiscalização de Projeto Executivo em Arrendamentos Portuários e no Manual de Análise de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) de Arrendamentos Portuários. Encaminhamento à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais para conhecimento e promoção de adaptações nos procedimentos de fiscalização de investimentos em arrendamentos portuários.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pela Relatora, em:I - declarar não haver óbices para que se adiem as alterações no Manual de Análise e Fiscalização de Projeto Executivo em Arrendamentos Portuários e no Manual de Análise de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) de Arrendamentos Portuários, com base nas novas diretrizes traçadas pela edição da Portaria Minfra nº 1.166/2021, desde que o escopo deste novo ordenamento seja respeitado a partir de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU);II - encaminhar os autos à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais para que tome conhecimento acerca da edição da Portaria Minfra nº 1.166/2021 e promova as adaptações que julgar necessárias em suas rotinas de fiscalização de investimentos em arrendamentos portuários; e III - cientificar a Superintendência de Outorgas acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Relatora, Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 122-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.017282/2018-13
Parte: SUPERPESA CIA DE TRANSPORTES ESPECIAIS E INTERMODAIS EM RECUPERACAO JUDICIAL (42.415.810/0001-59)
Ementa: Processo administrativo sancionador. Subsistência parcial de auto de infração. Possibilidade de celebração de Termo de Ajuste de Conduta (TAC), alternativamente à aplicação de penalidade. Cassação dos termos de autorização no caso de não celebração de TAC. Delegação da competência para celebração do TAC à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais. Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pela Relatora, em:I - declarar a subsistência do Auto de Infração nº 4304-4 em relação aos fatos 1, 2 e 3, lavrado em desfavor da empresa SUPERPESA CIA DE TRANSPORTES ESPECIAIS E INTERMODAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 42.415.810/0001-59, pela prática da infração descrita no inciso I do art. 32 da Resolução Normativa-ANTAQ nº 18/2017, com aplicação da penalidade de advertência para cada uma delas;II - declarar a subsistência do Auto de Infração nº 4304-4 em relação ao fato 4, pelo não atendimento aos requisitos técnicos para manutenção da outorga exigidos no art. 5º da Resolução Normativa-ANTAQ nº 05/2016; e a) alternativamente à aplicação de penalidade, possibilitar à autuada a celebração de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) visando à regularização da infração, mediante a apresentação de embarcação autopropulsada para composição de sua frota (sendo própria ou objeto de contrato de afretamento pelo prazo mínimo de um ano), em prazo razoável;b) no caso da ausência de interesse em celebrar o TAC ou de sua não efetivação por qualquer razão, pela aplicação da penalidade de cassação dos Termos de Autorização de nºs 160/2004 e 180/2004, com fulcro na alínea "h" no inciso II do art. 20 do supracitado normativo;III - declarar a insubsistência do Auto de Infração nº 4304-4 em relação ao fato 5, com arquivamento do fato sem aplicação de penalidade;IV - delegar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC), com fulcro na Resolução-ANTAQ nº 7.241/2019, a competência para celebração do TAC aventado no item II desta decisão junto à SUPERPESA CIA DE TRANSPORTES ESPECIAIS E INTERMODAIS; e V - cientificar a interessada acerca da presente decisão.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 123-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.019701/2019-24
Parte: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE CAPIXABA (14.017.185/0001-51)
Ementa: Processo administrativo sancionador. Auto de infração parcialmente subsistente. Aplicação da penalidade de multa pecuniária. Recomendação ao poder concedente de cassação da outorga.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pela Relatora, em:I - declarar insubsistente o Auto de Infração nº 004280-3 em relação ao Fato Infracional 1, por considerar o enquadramento infracional prejudicado pela ocorrência do Fato Infracional 2;II - declarar subsistente o Auto de Infração nº 004280-3, de 09/03/2020, lavrado em desfavor da empresa COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE CAPIXABA, inscrita no CNPJ nº 14.017.185/0001-51, em relação ao Fato Infracional 2, e pela consequente aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 137.500,00 (cento e trinta e sete mil e quinhentos reais) por incursão na infração tipificada no inciso XIV do art. 36 da Resolução-ANTAQ nº 3274/2014;III - recomendar ao Poder Concedente a cassação da outorga concedida pelo Contrato de Adesão nº 010/2014-SEP/PR, em razão do descumprimento ao cronograma relativo à construção, operação e realização de investimentos na Instalação Portuária objeto da mencionada autorização; e IV - cientificar a empresa acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Relatora, Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 124-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.019871/2020-42
Parte: OLIVEIRA ENERGIA S.A (04.210.423/0009-44)
Ementa: Pedido de Reconsideração. Conhecimento e não provimento.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pela Relatora, em:I - conhecer do pedido de reconsideração formulado pela empresa OLIVEIRA ENERGIA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 04.210.423/0009-44, dada sua regularidade e tempestividade para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se na íntegra a decisão objeto do Acórdão nº 260-2021-ANTAQ; e II - cientificar a recorrente acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Relatora, Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 125-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.021389/2021-53
Parte: MEGA LOGÍSTICA TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO LTDA
Ementa: Solicitação de outorga de autorização para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN). Deferimento condicionado à apresentação de documentação definitiva de propriedade de embarcação.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pela Relatora, em:I - expedir Termo de Autorização em favor da empresa MEGA LOGÍSTICA TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 34.359.912/0001-76, para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN) na prestação de serviços de transporte na navegação de Apoio Portuário, operando exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 (dois mil) HP, com fulcro na Resolução Normativa-ANTAQ nº 05/2016;II - condicionar a autorização a que se refere o inciso anterior à apresentação do documento de propriedade, no caso em tela, a averbação do contrato de afretamento no documento de propriedade, no prazo de 90 dias, a partir da data gravada no protocolo junto à Capitania dos Portos ou ao Tribunal Marítimo, nos termos da Deliberação-DG nº 20/2020/ANTAQ (SEI nº 1480569), alterada pelo Acórdão-ANTAQ nº 266/2021 (SEI nº 1338630); e III - cientificar a Requerente acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Relatora, Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 126-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.022232/2021-45
Parte: 3D TRANSPORTES E NAVEGAÇÃO DE APOIO MARÍTIMO LTDA (43.139.982/0001-00)
Ementa: Solicitação de outorga de autorização para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN). Deferimento.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pela Relatora, em:I - expedir Termo de Autorização em favor da empresa 3D TRANSPORTES E NAVEGAÇÃO DE APOIO MARÍTIMO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 43.139.982/0001-00, para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN) na prestação de serviços de transporte na navegação de cabotagem, operando exclusivamente com embarcações de porte bruto inferior a 5.000 (cinco mil) TPB, com fulcro na Resolução Normativa-ANTAQ nº 05/2016; e II - cientificar a requerente acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Relatora, Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 127-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.021346/2019-53
Parte: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
Ementa: Prorrogação de contrato e autorização de despesa. Aprovação.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, em autorizar a prorrogação do Contrato CONT-SAF-ANTAQ/Nº 14/2020, firmado entre a ANTAQ e a empresa BRASFORT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., e a respectiva despesa, no valor global de R$ 9.674.275,80 (nove milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos).Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 128-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50001.057507/2021-36
Parte: J.G. INDUSTRIA E TRANSPORTES DE MADEIRAS LTDA., JKB COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MADEIRAS BRUTAS E BENEFICIADAS LTDA., WNW MADEIRAS EIRELI
Ementa: Pedido de reconsideração. Conhecimento e não provimento. Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - conhecer do Pedido de Reconsideração interposto por JG IND. E TRANSP. DE MADEIRAS LTDA.; JKB COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS BRUTAS E BENEFICIADAS LTDA. e WNW MADEIRAS EIRELI ME, dada a sua regularidade e tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente o teor da decisão levada a efeito por meio do Acórdão nº 679-2021-ANTAQ;II - encaminhar o presente processo à Superintendência de Regulação (SRG) para que, com auxílio da Unidade Regional de Florianópolis (UREFL), promova a análise do mérito quanto à alegada abusividade na cobrança de "detention", por parte das empresas denunciadas, devendo ser observada a necessidade de oitiva de todas as partes envolvidas; e III - cientificar as interessadas acerca da presente decisão. Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 129-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.000579/2021-37
Parte: SEATRADE SERVIÇOS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICICOS LTDA (80.731.037/0001-29)
Ementa: Denúncia. Pedido de medida cautelar contra pagamentos exigidos por autoridade portuária para credenciamento dos futuros operadores portuários do porto organizado e para utilização do Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul (TGSFS). Inadequação da exigência do pagamento equivalente a 30% da tarifa. Impedimento de novas exigências a esse título sem aprovação prévia da ANTAQ. Limitação das garantias contratuais da operação em até 5% do valor das tarifas. Devolução dos valores recebidos a esse título a maior que o limite de 5%. Apuração em procedimento de fiscalização extraordinária do possível cometimento de infrações.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - declarar a inadequação da exigência de pagamento equivalente a 30% da tarifa prevista na Resolução nº 023/2020-SCPar-PSFS;II - impedir novas exigências a esse título sem aprovação prévia da ANTAQ, limitando as garantias contratuais da operação em tela no percentual de cinco por cento do valor das tarifas;III - determinar a devolução das quantias recebidas a esse título, a maior que o limite de cinco por cento, atualizadas monetariamente desde o mês do pagamento; IV - encaminhar os autos à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidade Regionais (SFC) para que esta, em sede de procedimento de fiscalização extraordinária, verifique: a) qual foi a destinação dos recursos obtidos com esses pagamentos, isto é, se foram reinvestidos no próprio porto ou se foram revertidos em favor da modicidade, ou se nenhum desses dois, justificadamente;b) se os montantes foram registrados adequadamente conforme o Manual de Contas das Administrações Portuárias;d) se houve faturamento antecipado; e e) a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos incisos XXV e XXIX do art. 32 da Resolução-ANTAQ nº 3.274/2014.V - cientificar A SEATRADE SERVIÇOS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICOS LTDA., SCPAR SÃO FRANCISCO DO SUL e LITORAL SOLUÇÕES EM COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. acerca da presente decisão. Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 130-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.000676/2022-19
Parte: MAC LAREN OIL LOGISTICA PORTUARIA E ESTALEIROS EIRELI (05.646.148/0001-11)
Ementa: Pedido de autorização em caráter especial e de emergência para movimentação de carga não prevista no contrato de adesão em Terminal de Uso Privado (TUP). Deferimento.Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - conceder autorização, em caráter especial, com fundamento no art. 49 da Lei nº 10.233/2001 e no inciso IV do art. 31 da Resolução Normativa-ANTAQ nº 20/2018, para movimentação de carga não prevista no Contrato de Adesão nº 010/2014-ANTAQ, permitindo que a empresa MAC LAREN OIL LOGÍSTICA PORTUÁRIA E ESTALEIROS EIRELI, CNPJ nº 05.646.148/0001-11, movimente granéis líquidos (especificamente diesel marítimo) em seu Terminal de Uso Privado (TUP), localizado na Rua Miguel Lemos, s/n, Lote 616, Ponta D'areia, Niterói/RJ, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação deste ato no Diário Oficial da União;II - ressaltar que a autorização ora deferida não desonera a empresa requerente do atendimento às exigências junto à Receita Federal, assim como aos padrões de regularidade e segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Poder Público Municipal, à Autoridade Aduaneira, ao Corpo de Bombeiros local e ao Órgão de Meio Ambiente;III - determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) o acompanhamento dos desdobramentos da presente decisão; e IV - cientificar a interessada acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 131-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.001124/2015-91
Parte: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
Ementa: Proposta de revisão da Resolução-ANTAQ nº 912/2007. Prejudicialidade do objeto. Extinção do processo.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em declarar extinto o processo nº 50300.001124/2015-91, em razão da relação de prejudicialidade com o objeto do processo nº 50300.009504/2020-31, nos termos do permissivo legal estabelecido no art. 52 da Lei nº 9.784/1999.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 132-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.002668/2018-12
Parte: APM TERMINALS ITAJAÍ S.A (04.700.714/0001-63)
Ementa: Pedido de Reconsideração. Conhecimento e provimento. Correção da infração antes do oferecimento de Termo de Ajuste de Conduta. Perda do objeto. Arquivamento.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - conhecer do Pedido de Reconsideração interposto por APM TERMINALS ITAJAÍ S.A., CNPJ nº 04.700.714/0001-63, dada a sua regularidade e tempestividade, para, no mérito, dar-lhe provimento, uma vez que a infração já foi corrigida antes mesmo que o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) fosse oferecido, determinado o arquivamento dos autos sem irregularidade por perda do objeto; e II - cientificar a empresa APM TERMINALS ITAJAÍ S.A. acerca da presente decisão. Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 133-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.005898/2020-58
Parte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ARMADORES DE CABOTAGEM - ABAC (30.028.880/0001-75)
Ementa: Consulta. Pedido de harmonização do texto do art. 6º da Resolução-ANTAQ nº 59/2021 com o do Acórdão nº 108-2021-ANTAQ. Inexistência de conflito entre os normativos. Importância do art. 6º da Resolução-ANTAQ nº 59/2021 como fator de segurança jurídica ao mercado nacional da navegação de cabotagem.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - conhecer da consulta formulada por pela Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (ABAC), conforme termos do Ofício 037/2021 (SEI nº 1477780) para, no mérito, declarar que:a) inexiste conflito entre o art. 6º da Resolução-ANTAQ nº 59/2021 e o Acórdão nº 108-2021-ANTAQ; e b) eventual supressão do art. 6º da Resolução-ANTAQ nº 59/2021 poderia trazer insegurança jurídica ao mercado brasileiro da navegação de cabotagem, considerando a potencial abertura regulatória às embarcações de bandeira estrangeira quando da alteração do regime de navegação de longo curso para cabotagem sem o estabelecimento das condições do referido artigo.II - cientificar a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (ABAC) acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 134-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.008446/2019-94
Parte: EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP (03.650.060/0001-48)
Ementa: Processo administrativo sancionador. Subsistência do auto de infração. Aplicação da penalidade de multa pecuniária.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - declarar subsistente o Auto de Infração nº 004974-3, lavrado em desfavor da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), CNPJ nº 03.650.060/0001-48, e pela consequente aplicação de multa pecuniária, na forma do inciso II do art. 78-A da Lei nº 10.233/2001, para o Fato 1 no valor de R$ 17.325,00 (dezessete mil trezentos e vinte e cinco reais), pela prática da infração capitulada no inciso XVI do art. 32 da Resolução-ANTAQ nº 3.274, consubstanciada no fato de não encaminhar documentação solicitada pela ANTAQ; e para o Fato 2 no valor de R$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), por infração ao inciso XXXVIII do art. 32 da Resolução-ANTAQ nº 3.274, em razão de descumprimento de determinação da ANTAQ constante da Resolução-ANTAQ nº 6.464/2018, de não realizar transferências de valores para o Estado do Maranhão;II - determinar à EMAP que encaminhe, no prazo de 5 dias, cópia integral do Processo Administrativo EMAP nº 02110/2018, sob pena de nova autuação por descumprir determinação desta Agência;III - determinar à Unidade Regional de São Luís (URESL) que, assim que esteja de posse do Processo Administrativo EMAP nº 02110/2018, abra processo apartado para apurar a regularidade da compra de terrenos; e IV - cientificar a EMAP e o Ministério da Infraestrutura (MINFRA) acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 135-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.008491/2020-82
Parte: BRASBUNKER PARTICIPAÇÕES S.A (04.931.019/0001-02)
Ementa: Pedido de reconsideração. Conhecimento e provimento. Arquivamento.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela empresa BRASBUNKER PARTICIPACOES S.A., CNPJ nº 04.931.019/0002-93, uma vez que tempestivo, para no mérito, conceder-lhe provimento integral, reformando a decisão proferida pelo Acórdão nº 530-2021-ANTAQ para considerar insubsistente o Auto de Infração nº 004387-7, por ofensa ao princípio do non bis in idem, considerando que os mesmos fatos já são objeto de apuração nos autos do processo nº 50300.008623/2019-32, determinando o arquivamento dos presentes autos; e II - cientificar a empresa BRASBUNKER PARTICIPACOES S.A. acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 136-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.009072/2021-49
Parte: TRANSHIP TRANSPORTES MARITIMOS LTDA (31.667.298/0001-11)
Ementa: Consulta regulatória. Interpretação da Resolução Normativa-ANTAQ nº 01. Parâmetros para definição das empresas autorizadas a realizar fretamento.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - conhecer da consulta formulada pela empresa TRANSHIP TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA., para no mérito, informar o que se segue:a) de acordo com a Resolução Normativa-ANTAQ nº 01, alterada pela Resolução-ANTAQ nº 44/2021, a empresa fretadora deve ser EBN autorizada a operar na navegação de apoio marítimo;b) a afretadora, quando não qualificada como EBN, deve possuir em seu objeto social as atividades envolvidas diretamente na pesquisa e lavra de minerais e hidrocarboneto; c) não se faz necessária a concessão da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para que se atenda aos requisitos da norma; e d) de acordo com o disposto no § 7º do art. 4º e no § 3º do art. 19 da Resolução Normativa-ANTAQ nº 01/2015, a afretadora não qualificada como EBN não pode deter a gestão náutica da embarcação, nem subafretar.II - cientificar a interessada da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 137-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.010562/2021-98
Parte: SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE ITAJAI (00.662.091/0001-20)
Ementa: Pedido de demolição de armazém em área primária de porto e de análise de viabilidade para implantação de armazém transitório. Inexistência de óbices para a utilização de recursos próprios da autoridade portuária a fim de implementar galpão provisório removível dentro da área do porto organizado. Dispensa da necessidade de incorporação e posterior desincorporação do bem.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - conhecer do pedido formulado pela Superintendência do Porto de Itajaí (SPI) à ANTAQ, por meio do documento SEI nº 1347653;II - no mérito, reconhecer a inexistência de óbices para a utilização de recursos próprios da autoridade portuária a fim de implementar um galpão provisório removível dentro da área do porto organizado, ainda que em área privada, dispensada a necessidade de incorporação e posterior desincorporação do bem; e III - cientificar a Superintendência do Porto de Itajaí (SPI) acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 138-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.010571/2020-06
Parte: J. A. LEITE NAVEGAÇÃO LTDA (04.355.608/0001-90)
Ementa: Processo administrativo sancionador. Subsistência do auto de infração. Aplicação da penalidade de multa pecuniária. Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - declarar subsistente o Auto de Infração nº 004541-1, lavrado pela Unidade Regional de Manaus (UREMN);II - aplicar a penalidade de multa pecuniária à empresa J A LEITE NAVEGAÇÃO LTDA., CNPJ nº 04.355.608/0001-90, na forma do inciso II do art. 78-A da Lei nº 10.233/2001, no valor de R$ 229.075,00 (duzentos e vinte e nove mil setenta e cinco reais) pela prática da infração capitulada no inciso XXXVIII do art. 32 da Resolução-ANTAQ nº 3.274, consubstanciada no fato de ter descumprido contrato de adesão ao ter realizado subautorização da ETC, objeto do Contrato de Adesão nº 10/2016-SEP/PR, para a empresa F. H. DE OLIVEIRA PEIXOTO;III - determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) o acompanhamento da extinção do contrato firmado entre a J. A. LEITE NAVEGAÇÃO LTDA. e a F. H. DE OLIVEIRA PEIXOTO;IV - comunicar à Receita Federal e aos órgãos fiscais do Estado do Amazonas indícios de irregularidades presentes na documentação contábil da empresa;V - encaminhar os autos ao Ministério da Infraestrutura (MINFRA), na qualidade de Poder Concedente, para ciência e adoção das providências que entender cabíveis; e VI - cientificar a empresa J. A. LEITE NAVEGAÇÃO LTDA. acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 139-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.011601/2020-93
Parte: CONVICON CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A (06.013.760/0001-10)
Ementa: Pedido de reconsideração. Conhecimento e não provimento.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela arrendatária CONVICON CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A., CNPJ nº 06.013.760/0001-10, dada a sua regularidade e tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente o teor da decisão levada a efeito por meio do Acórdão nº 354-2021-ANTAQ; e II - cientificar a arrendatária CONVICON CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A. e a Companhia Docas do Pará (CDP) acerca da presente decisão. Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 140-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.012073/2020-90
Parte: ITAPORANGA TRANSPORTES E COMERCIO LTDA (03.915.104/0001-14)
Ementa: Pedido de arbitragem de conflito. Não conhecimento. Ausência de fundamento legal para atuação da ANTAQ.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - não conhecer do pedido formulado pela empresa ITAPORANGA TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 03.915.104/0001-14, nos termos do documento SEI nº 1080465, diante da ausência de fundamento legal para que a ANTAQ atue no caso em tela; e II - cientificar a empresa ITAPORANGA TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 141-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.014147/2021-11
Parte: SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A. (17.315.067/0001-18)
Ementa: Consulta regulatória acerca da possibilidade de custeio de diárias de colaboradores da Autoridade Portuária do Porto de Imbituba em comitê para tratar de agenda comum dos portos delegados do estado de Santa Catarina. Manifestação favorável, com ressalvas.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - conhecer da consulta formulada pela SCPAR PORTO DE IMBITUBA, exarada no Ofício 488/2021/PRES (SEI nº 1391155) posto que atendidos os pressupostos de admissibilidade;II - no mérito, declarar não haver óbices em relação ao conferimento de diárias aos dois colaboradores daquela Autoridade Portuária, pertencentes ao Comitê de Apoio ao Processo de Desestatização, para fins de atendimento às agendas que possuam como pauta a Desestatização dos Portos Delegados ao Estado de Santa Catarina, se mostrando necessário apontar as seguintes ressalvas:a) os gastos referidos na consulta devem ser devidamente contabilizados, respeitando-se os princípios contábeis (entre eles o da oportunidade), para futura prestação de contas (se necessário);b) compete ao Interveniente do Delegatário, a SCPAR Holding, por meio da Sociedade de Propósito Específico (SPE), ora constituída como SCPAR Porto de Imbituba S.A., gerir as receitas operacionais conforme as diretrizes do art. 3º e as funções do art. 17 da Lei nº 12.815/2013, de modo que as receitas da SPE devem ser direcionadas exclusivamente para custear as atividades delegadas e investimentos, salvo o lucro e dividendos, que, serão remitidos a sua controladora, a SCPAR;c) que a SCPAR Holding, como controladora da supracitada SPE, possui natureza societária centralizadora não só do controle, mas também das tarefas gerenciais estratégicas e dos trabalhos e interesses comuns dentro das coligadas que também exploram a atividade portuária em nome da União;d) que, caso a SCPAR Holding não seja operacional, as controladas devem remunerar as atividades de cunho produtivo e gerencial da Holding por meio de rateio, uma vez que são beneficiárias do aprimoramento da gestão advindos de tais ações.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 142-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.014695/2021-33
Parte: LÍVIA SOUSA BORGES LEAL
Ementa: Consulta regulatória. Posição da ANTAQ quanto à interpretação da legislação que envolve empresas que pretendam operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN) na navegação de cabotagem.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - conhecer da consulta formulada pela advogada LÍVIA SOUSA BORGES LEAL, que requer posição formal da Agência quanto à interpretação da legislação que envolve empresas que pretendam operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), na navegação de cabotagem, para, no mérito, declarar que:a) com a revogação do art. 171 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 6/95, desde que uma empresa seja brasileira (constituída no Brasil e sujeita às leis brasileiras), a origem do seu capital é irrelevante, de modo que eventuais limitações à participação e controle societário devem ser expressamente previstas em legislação infraconstitucional, que deve respeitar eventuais contornos definidos na Carta Magna;b) não havendo limitação expressa na Lei nº 9.432/97, que regulamenta o transporte aquaviário, a administração da sociedade empresária deve respeitar a legislação que regulamenta o tipo de sociedade empresária constituída para o exercício da atividade aquaviária, por exemplo, sociedade limitada ou sociedade anônima; e c) as embarcações estrangeiras somente podem operar no transporte de mercadorias em águas jurisdicionais brasileiras, em qualquer das modalidades de navegação, quando afretadas por empresas brasileiras de navegação, salvo existência de acordo internacional celebrado pelo governo brasileiro.II - cientificar a advogada LÍVIA SOUSA BORGES LEAL acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 143-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.016353/2021-58
Parte: CONTERMAS - ARRENDATÁRIA NOVO TERMINAL MARÍTIMO DE SALVADOR SPE S.A (CNPJ 26.822.234/0001-08)
Ementa: Pedido de revisão de entendimento da ANTAQ que autorizou a cobrança de Tarifa de Infraestrutura Terrestre para Passageiros pela Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA). Conhecimento. Provimento parcial.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - conhecer da Petição nº 53/2021 CTM/Divisão N (SEI nº 1416984), formulado pelo CONSÓRCIO CONTERMAS - ARRENDATÁRIO NOVO TERMINAL MARÍTIMO DE SALVADOR SPE S.A. em face do Acórdão nº 150-2021-ANTAQ, eis que legítima, comprovado o atendimento ao inciso I do art. 9º da Lei nº 9.784/1999;II - no mérito:a) indeferir o pedido para que determine a imediata suspensão da cobrança, pela CODEBA, da Tarifa de Infraestrutura Terrestre para Passageiros, de quem quer que for; b) deferir o pedido para que a CODEBA seja impedida de realizar tais cobranças do Consórcio CONTERMAS, uma vez que o Contrato de Arrendamento firmado entre as partes possui previsão específica acerca das tarifas de movimentação de passageiro como parte da remuneração da arrendatária.III - alterar o inciso I da Resolução-ANTAQ nº 7.262/2019 para que conste a seguinte redação: "A CODEBA poderá realizar cobrança de tarifa em razão da movimentação de passageiros por meio de rubrica já existente em sua estrutura tarifária, mediante comprovação da efetiva prestação do serviço e desde que o passageiro utilize, de fato, da infraestrutura terrestre ou de serviços mantidos e disponibilizados diretamente pela Administração Portuária"; e IV - desentranhar dos presentes autos os documentos SEI de nºs 1502914,1502916 e 1502917 para que sejam analisados pela Superintendência de Regulação em processo apartado.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 144-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.001725/2019-27
Parte: ÊXITO IMPORTADORA E EXPORTADORA S.A (07.391.673/0004-01)
Ementa: Embargos de Declaração. Conhecimento e provimento. Correção do valor de multa aplicada.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - conhecer dos Embargos de Declaração opostos por ÊXITO IMPORTADORA E EXPORTADORA S.A., CNPJ nº 07.391.673/0004-01, em face da decisão consubstanciada no Acórdão nº 411-2021-ANTAQ, para, no mérito, dar-lhe provimento, para corrigir a penalidade de multa, antes aplicada em R$ 175.000,00, para R$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), conforme Planilha de Dosimetria SEI nº 1473909.II - determinar à Secretaria Geral (SGE), e à Gerência de Orçamento e Finanças (GOF), que promovam, em suas respectivas esferas de atuação, as medidas necessárias para o cumprimento da presente decisão; e III - cientificar a empresa ÊXITO IMPORTADORA E EXPORTADORA S.A., acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 145-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.019555/2021-51
Parte: MUNICIPIO DE SANTARÉM (05.182.233/0005-08)
Ementa: Pedido de registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário. Deferimento.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - deferir o requerimento formulado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, CNPJ nº 05.182.233/0001-76, para registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário de pequeno porte, localizada à margem esquerda do Rio Amazonas, na comunidade de Santana do Tapará em Santarém/PA, destinado ao embarque e desembarque de cargas e passageiro, nos termos do inciso V do art. 2º da Resolução Normativa-ANTAQ nº 13/2016, em Santarém/PA;II - ressaltar que o registro ora deferido não desonera a requerente do atendimento aos padrões de regularidade e segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, especialmente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Poder Público Municipal, à Autoridade Aduaneira, ao Corpo de Bombeiros local e ao Órgão de Meio Ambiente; e III - cientificar a requerente acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 146-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.019956/2021-10
Parte: BRANDOLIN IONAN OLIVEIRA DOS SANTOS (19.391.281/0001-89)
Ementa: Pedido de reajuste de preços em serviços de transporte de passageiros e cargas na navegação interior de travessia interestadual. Aprovação com ressalvas. Providências a serem tomadas pela requerente no caso de futuros pedidos de elevação de preços.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - aprovar o pedido de reajuste de preços formulado por BRANDOLIN IONAN OLIVEIRA DOS SANTOS, CNPJ nº 19.391.281/0001-89, com ressalvas das justificativas apresentadas para a majoração das tarifas, com as seguintes correções a serem providenciadas para futuros requerimentos: a) apresentação de Memória de cálculo do reajuste, contemplando eventuais fatos extraordinários que tenham impactado o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, o detalhamento dos custos e a alteração de demanda do período;b) comprovação da compatibilidade entre o enquadramento fiscal da empresa e sua estrutura econômico-financeira;c) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual e Cartão de CNPJ: inclusão no referido certificado e no referido cartão, da atividade de navegação interior de travessia interestadual, CNAE 50.91-2-02, como atividade econômica principal ou como atividade econômica secundária; e d) apresentação dos dados de movimentação do ano anterior, de acordo com as normas aplicáveis, em especial pelo Sistema de Desempenho da Navegação (SDN).II - encaminhar os autos à Superintendência de Regulação para envio de comunicação à empresa para que tome providências decorrentes da presente decisão;III - determinar à Superintendência de Outorgas para que adote providências relativas ao disposto no alínea "c" do item I; e IV - cientificar a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 147-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.021323/2021-63
Parte: NAVEGAÇÃO OLIVEIRA LTDA ME (07.052.341/0001-50)
Ementa: Pedido de reajuste de preços em serviços de transporte de passageiros e veículos na navegação interior de travessia interestadual. Aprovação com ressalvas. Providências a serem tomadas pela requerente no caso de futuros pedidos de elevação de preços. Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - aprovar o pedido de reajuste de preços formulado pela empresa NAVEGAÇÃO OLIVEIRA LTDA., CNPJ nº 07.052.341/0001-50, com ressalvas das justificativas apresentadas para a majoração das tarifas, com as seguintes correções a serem providenciadas para futuros requerimentos: a) Envio de Demonstração Contábil específica para a linha, contendo o Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) e o Plano de Contas anual para o período do reajuste;b) Memória de cálculo do reajuste, contemplando eventuais fatos extraordinários que tenham impactado o equilíbrio econômico financeiro da empresa, o detalhamento dos custos e a alteração de demanda do período; e c) Dados de movimentação do ano anterior, de acordo com as normas aplicáveis.II - encaminhar os autos à Superintendência de Regulação para envio de comunicação à empresa para que tome providências decorrentes da presente decisão;Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 148-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.022674/2021-91
Parte: SUPERINTENDENCIA DO PORTO DE ITAJAI (00.662.091/0001-20)
Ementa: Pedido de revisão tarifária com padronização da estrutura tarifária. Aprovação. Comunicação ao Poder Concedente.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - conhecer do pedido de revisão tarifária extraordinária formulado pela SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ, posto que atendidos os pressupostos de admissibilidade;II - homologar o pedido e aprovar a revisão em tela, a qual será efetuada após a ausência de manifestação contrária do Poder Concedente, vencido o período legal de 15 (quinze) dias úteis após a publicação desta decisão;III - determinar à Secretaria-Geral (SGE), que promova a comunicação junto ao Ministério da Economia e ao Ministério da Infraestrutura, nos termos do Ofício-MINUTA GRP nº 1519109 e do Ofício-MINUTA GRP nº 1519110, respectivamente, e que publique, após o decurso de 15 (quinze) dias úteis, a decisão estabelecida no documento nº 1520863; e IV - cientificar a requerente acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 149-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.022858/2021-51
Parte: CONTERMAS - ARRENDATÁRIA NOVO TERMINAL MARÍTIMO DE SALVADOR SPE S.A (CNPJ 26.822.234/0001-08)
Ementa: Solicitação de instalação de roda gigante em área arrendada no Porto Organizado de Salvador. Reconhecimento da possibilidade de implantação. Encaminhamento ao Poder Concedente para adoção das providências de sua competência.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - reconhecer a possibilidade de implantação de empreendimento associado, constituído pela instalação de uma roda gigante no âmbito das instalações arrendadas ao CONTERMAS - ARRENDATÁRIA NOVO TERMINAL MARÍTIMO DE SALVADOR - SPE S.A.;II - remeter os autos à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), do Ministério da Infraestrutura, para as providências cabíveis, dada a respectiva competência legal para instruir procedimentos dessa natureza na qualidade de Poder Concedente; e III - cientificar a interessada acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 150-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.024065/2021-77
Parte: NAVEGAÇÃO RONDON LTDA (84.615.616/0001-67)
Ementa: Pedido de reajuste de preços em serviços de transporte em linha de travessia de veículos e passageiros. Aprovação com ressalvas. Providências a serem tomadas pela requerente no caso de futuros pedidos de elevação de preços. Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - aprovar o pedido de reajuste de preços formulado pela Empresa Brasileira de Navegação (EBN) JAISON PITT - ME, CNPJ nº 18.915.879/0001-67, operadora da linha de travessias de veículos e passageiros entre os municípios de Caxambu do Sul/SC e Rio dos Índios/RS, com ressalvas das justificativas apresentadas para a majoração das tarifas, com as seguintes correções a serem providenciadas para futuros requerimentos: a) escrituração contábil: Envio de Demonstração Contábil específica para a linha, contendo o Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) e o Plano de Contas anual para o período do reajuste;b) análise de preços: Memória de cálculo do reajuste, contemplando eventuais fatos extraordinários que tenham impactado o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, o detalhamento dos custos e a alteração de demanda do período; e c) Plano de Manutenção: Utilização de Plano de Manutenção periódico dos ativos envolvidos na prestação de serviço, contendo os custos incorridos e a frequência das manutenções.II - encaminhar os autos à Superintendência de Regulação para envio de comunicação à empresa para que tome providências decorrentes da presente decisão; e III - cientificar a interessada acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 151-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.023310/2021-29
Parte: ANNA KAROLINE TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS EIRELI (15.095.890/0001-30)
Ementa: Solicitação de outorga de autorização para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN). Deferimento.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - expedir Termo de Autorização em favor de ANNA KAROLINE TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAEIROS EIRELI, CNPJ nº 15.095.890/0001-30, sediada em Santarém/PA, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação (EBN) na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Região Hidrográfica Amazônica, entre os municípios de Santarém/PA e Manaus/AM; e II - cientificar a requerente acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 152-ANTAQ, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 50300.011175/2021-79
Parte: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
Ementa: Cumprimento da 5ª etapa do processo de revisão e consolidação normativa referente a pertinência temática "Prestação de informações na navegação marítima e de apoio". Proposta de normativo que estabelece a obrigatoriedade de prestação de informações para a alimentação do Sistema de Desempenho da Navegação - Módulo de Apoio Portuário (SDN - Apoio Portuário). Aprovação.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 14 e 16/02/2022, ante as razões expostas pelo Relator, em:I - aprovar a proposta de norma contida na minuta de Resolução-SRG nº 1527552, com vistas a estabelecer a obrigatoriedade de prestação de informações para a alimentação do Sistema de Desempenho da Navegação - Módulo de Apoio Portuário (SDN - Apoio Portuário), em conformidade com o disposto nos incisos I, II , IV, VIII e XXI do art. 27 da Lei nº 10.233/2001; nos incisos II, IX, X, XVIII e XLVII do art. 3º e nos incisos VI e XI do art. 4º, do Decreto nº 4.122/2002; e II - dar por cumprida a 5ª etapa da Revisão e Consolidação - pertinência temática "Prestação de informações na navegação marítima e de apoio," nos termos da Portaria-DG ANTAQ nº 391/2021 (SEI nº 1498126).Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DE PORTO VELHO-RO

DELIBERAÇÃO Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2022

Processo nº 50300.012298/2021-27. Fiscalizada: T. A. DE OLIVEIRA SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO, CNPJ nº 23.568.184/0001-96. Objeto e Fundamento Legal: O Chefe da Unidade Regional de Porto Velho (UREPV) no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 60 do Regimento Interno, delibero pela subsistência do Auto de Infração nº: 005013-0 (1382828); e pela aplicação de sanção administrativa pecuniária de multa no valor de R$ 673,75 (seiscentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos), por infringir o art. 20, Inciso XXX, da norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ, de 23 de novembro de 2007, ao executar os serviços em desacordo com as condições operacionais estabelecidas no Termo de Autorização, punível com multa de até R$ 5.000,00.

PAULO SÉRGIO DA SILVA CUNHA

DELIBERAÇÃO Nº 12, DE 6 DE JANEIRO DE 2022

Processo nº 50300.002242/2021-64. Fiscalizada: AMAZÔNIA NAVEGAÇÕES LTDA, CNPJ nº 84.554.666/0001-81. Objeto e Fundamento Legal: O Chefe da Unidade Regional de Porto Velho (UREPV) no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 60 do Regimento Interno, delibero pela subsistência do Auto de Infração nº 004997-2 (1427064); e pela aplicação da penalidade de multa pecuniária R$ 1.822,80 (um mil, oitocentos e vinte dois reais e oitenta centavos), por restarem confirmadas a autoria e materialidade da infração tipificada no art. 23, inciso XVII, da Resolução nº 1274-ANTAQ.

PAULO SÉRGIO DA SILVA CUNHA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 79, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31, inciso VI, da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DG - 023, de 14 de fevereiro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.005970/2022-52, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançado(s) pelas coordenadas planas descritas no anexo desta Deliberação, a qual define a poligonal de utilidade pública necessária à obra de dispositivo em desnível no km 019+250m da rodovia BR-153/SP, no município de Nova Granada/SP.

Art. 2º Fica a Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e a execução das desapropriações sobre bens de propriedade dos estados e municípios estará condicionada à autorização prévia do Poder Legislativo, se for o caso.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:	DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA - DISPOSITIVO EM DESNÍVEL KM 19+250 - NOVO GRANADA/SP - BR-153 SP			
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	**FUSO(S)**: 23	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	UTM

ÁREA - L1-A11.1

VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
P1	7.736.858,220	678.652,210	183°08'56"	28,76	433,77
P2	7.736.829,500	678.650,630	214°29'36"	58,17	
P3	7.736.781,560	678.617,690	23°49'58"	8,07	
P4	7.736.788,940	678.620,950	24°37'43"	21,31	
P5	7.736.808,310	678.629,830	23°59'35"	21,03	
P6	7.736.827,520	678.638,380	24°20'42"	21,59	
P7	7.736.847,190	678.647,280	24°04'58"	12,08	
P1	7.736.858,220	678.652,210			

ÁREA - L1-A11.2

VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
P1	7.736.829,500	678.650,630	03°08'56"	28,76	5.412,05
P2	7.736.858,220	678.652,210	24°02'06"	9,62	
P3	7.736.867,010	678.656,130	24°41'51"	22,64	
P4	7.736.887,580	678.665,590	23°53'40"	21,40	
P5	7.736.907,150	678.674,260	24°25'07"	24,36	
P6	7.736.929,330	678.684,330	24°21'00"	14,12	
P7	7.736.942,190	678.690,150	24°15'39"	104,12	
P8	7.737.037,110	678.732,930	24°12'49"	22,24	
P9	7.737.057,390	678.742,050	181°10'11"	101,90	
P10	7.736.955,510	678.739,970	218°05'09"	36,01	
P11	7.736.927,170	678.717,760	214°30'05"	118,52	
P1	7.736.829,500	678.650,630			

ÁREA - L1-A11.3

VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
P1	7.736.955,510	678.739,970	01°10'11"	101,90	24.157,01
P2	7.737.057,390	678.742,050	23°29'55"	0,25	
P3	7.737.057,620	678.742,150	24°13'25"	83,74	
P4	7.737.133,990	678.776,510	24°17'27"	83,96	
P5	7.737.210,520	678.811,050	24°17'00"	23,03	
P6	7.737.231,510	678.820,520	24°17'43"	52,62	
P7	7.737.279,470	678.842,170	24°16'11"	56,61	
P8	7.737.331,080	678.865,440	24°16'00"	56,99	
P9	7.737.383,030	678.888,860	24°15'57"	50,83	
P10	7.737.429,370	678.909,750	153°10'55"	70,91	
P11	7.737.366,090	678.941,740	204°02'49"	303,32	
P12	7.737.089,090	678.818,140	207°34'45"	130,14	
P13	7.736.973,740	678.757,890	228°47'48"	15,38	
P14	7.736.963,610	678.746,320	218°05'41"	10,29	
P1	7.736.955,510	678.739,970			

ÁREA - L1-A12

VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
P1	7.737.043,660	678.659,130	204°23'44"	23,51	2.870,56
P2	7.737.022,250	678.649,420	204°07'01"	23,35	
P3	7.737.000,940	678.639,880	204°17'50"	24,86	
P4	7.736.978,280	678.629,650	204°21'05"	22,00	
P5	7.736.958,240	678.620,580	204°25'57"	24,64	
P6	7.736.935,810	678.610,390	203°53'58"	21,25	
P7	7.736.916,380	678.601,780	204°39'02"	4,82	
P8	7.736.912,000	678.599,770	14°35'29"	103,88	
P9	7.737.012,530	678.625,940	18°17'13"	34,26	
P10	7.737.045,060	678.636,690	33°48'45"	127,27	
P11	7.737.150,800	678.707,510	204°12'40"	45,18	
P12	7.737.109,590	678.688,980	204°15'06"	23,93	
P13	7.737.087,770	678.679,150	204°32'09"	24,25	
P14	7.737.065,710	678.669,080	204°17'14"	24,19	
P1	7.737.043,660	678.659,130			

ÁREA TOTAL DECLARADA (m²)	**32.873,39**

DELIBERAÇÃO Nº 80, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 031, de 14 de fevereiro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.005808/2022-34, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançado(s) pelas coordenadas planas descritas no Anexo desta Deliberação, as quais definem as poligonais de utilidade pública necessárias à obra de implantação de Posto de Pesagem Fixo no km 648+630m, sentido Leste, na Rodovia BR-365/MG, no município de Uberlândia/MG, conforme consta no Programa de Exploração da Rodovia - PER, item 3.4 - Frente de Serviços Operacionais.

Art. 2º Fica a Concessionária Ecovias do Cerrado S/A autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Concessionária Ecovias do Cerrado S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e a execução das desapropriações sobre bens de propriedade dos estados e municípios estará condicionada à autorização prévia do Poder Legislativo, se for o caso.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:	DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA - POSTO DE PESAGEM FIXO KM 648+630m - UBERLÂNDIA/MG - BR-365 MG			
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	**FUSO(S)**: 22	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	UTM

ÁREA 01					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA(m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS UTM				
	N	E			
1	7.911.518,151	758.645,495	101° 45' 28''	338,436	25.869,85
2	7.911.449,186	758.976,831	191° 45' 39''	52,126	
3	7.911.398,155	758.966,206	243° 09' 29''	51,152	
4	7.911.375,059	758.920,565	283° 32' 26''	268,423	
5	7.911.437,906	758.659,603	332° 46' 34''	48,022	
6	7.911.480,608	758.637,635	11° 49' 30''	38,356	
1	7.911.518,151	758.645,495			
ÁREA TOTAL DECLARADA (m²)					**25.869,85**

Nota: O total das áreas objeto desta declaração de utilidade pública é de 25.869,85m².

DELIBERAÇÃO Nº 81, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 030, de 14 de fevereiro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.005820/2022-49, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançado(s) pelas coordenadas planas descritas no Anexo desta Deliberação, as quais definem as poligonais de utilidade pública necessárias à obra de implantação de Posto de Pesagem Fixo no km 641+950m, sentido Oeste, na Rodovia BR-365/MG, no município de Uberlândia/MG, conforme consta no Programa de Exploração da Rodovia - PER, item 3.4 - Frente de Serviços Operacionais.

Art. 2º Fica a Concessionária Ecovias do Cerrado S/A autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Concessionária Ecovias do Cerrado S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e a execução das desapropriações sobre bens de propriedade dos estados e municípios estará condicionada à autorização prévia do Poder Legislativo, se for o caso.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:	DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA - POSTO DE PESAGEM FIXO KM 641+950m - UBERLÂNDIA/MG - BR-365 MG			
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	**FUSO(S)**: 22	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	UTM

ÁREA 01					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA(m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
1	7.910.237,09	765.582,02	280° 37' 60''	229,99	20.604,66
2	7.910.279,53	765.355,98	10° 32' 42''	92,129	
3	7.910.370,10	765.372,84	100° 29' 46''	195,443	
4	7.910.334,50	765.565,01	147° 30' 39''	50,218	
5	7.910.292,14	765.591,99	190° 15' 42''	55,944	
1	7.910.237,09	765.582,02			
ÁREA 02					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA(m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
1	7.910.279,53	765.355,98	279° 59' 43''	103,179	8.906,27
2	7.910.297,44	765.254,37	10° 29' 46''	58,866	
3	7.910.355,32	765.265,09	58° 32' 35''	51,105	
4	7.910.381,99	765.308,68	100° 29' 46''	65,247	
5	7.910.370,10	765.372,84	190° 32' 42''	92,129	
1	7.910.279,53	765.355,98			
ÁREA TOTAL DECLARADA (m²)					**29.510,93**

Nota: O total das áreas objeto desta declaração de utilidade pública é de 29.510,93m².

DELIBERAÇÃO Nº 82, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 029, de 14 de fevereiro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.105470/2021-39, delibera:

Art. 1º Homologar o reajuste tarifário da concessionária MRS Logística S/A:

I - pela Cláusula Oitava, item 8.1 do Contrato de Concessão, o reajuste das tarifas de referência do serviço de transporte ferroviário de cargas no percentual de 17,16% (dezessete inteiros e dezesseis centésimos por cento), referente ao período de 1º de dezembro de 2020 a 30 de novembro de 2021, com base na variação acumulada do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas e conforme tabela em anexo; e

II - pela Cláusula Terceira, item 3.4 do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o reajuste da tarifa de direito de passagem aplicável à subconcessionária Rumo Malha Central S/A, no percentual de 17,16% (dezessete inteiros e dezesseis centésimos por cento), referente ao período de 1º de dezembro de 2020 a 30 de novembro de 2021, com base na variação acumulada do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas e, conforme tabela em anexo.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO 1

Tabela Tarifária para o Transporte de Carga

Tabela	Parcela Fixa		Parcela Variável				
	Valor	Unidade	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Unidade
			0-300 km	301-600 km	601-900 km	Acima 900 km	
Açúcar	17,48	R$/t	0,2076	0,1918	0,1762	0,1604	R$/t.km
Areia	17,48	R$/t	0,0871	0,0806	0,0739	0,0676	R$/t.km
Bauxita	17,48	R$/t	0,1584	0,1463	0,1347	0,1228	R$/t.km
Carvão Mineral	6,41	R$/t	0,2293	0,2122	0,1948	0,1777	R$/t.km
Celulose	17,48	R$/t	0,3805	0,3520	0,3235	0,2948	R$/t.km
Cimento a Granel	37,29	R$/t	0,1447	0,1338	0,1230	0,1120	R$/t.km
Cimento acondicionado	33,50	R$/t	0,1495	0,1394	0,1276	0,1160	R$/t.km
Coque	14,95	R$/t	0,1625	0,1501	0,1380	0,1256	R$/t.km
Contêiner cheio de 20 pés	832,26	R$/con	2,7195	2,5157	2,3118	2,1075	R$/con.km
Contêiner cheio de 40 pés	887,06	R$/con	5,2285	4,8364	4,4441	4,0522	R$/con.km
Contêiner vazio de 20 pés	357,71	R$/con	2,3803	2,2016	2,0232	1,8447	R$/con.km
Contêiner vazio de 40 pés	637,36	R$/con	2,4991	2,3115	2,1237	1,9370	R$/con.km
Escória	8,33	R$/t	0,1775	0,1639	0,1506	0,1373	R$/t.km
Farelo de Soja	17,48	R$/t	0,1743	0,1612	0,1482	0,1349	R$/t.km
Ferro Gusa	29,22	R$/t	0,1249	0,1152	0,1058	0,0967	R$/t.km
Milho	17,48	R$/t	0,1768	0,1633	0,1501	0,1370	R$/t.km
Trigo	17,48	R$/t	0,3868	0,3575	0,3286	0,2995	R$/t.km
Manganês	6,41	R$/t	0,1522	0,1405	0,1290	0,1177	R$/t.km
Máquinas, motores, peças, veículos e acessórios	739,65	R$/vg	2,9604	2,7384	2,5163	2,2947	R$/vg.km
Minério de Ferro	6,41	R$/t	0,1450	0,1343	0,1234	0,1126	R$/t.km
Minério de Ferro especial (1)	11,56	R$/t	0,1463	0,1357	0,1248	0,1138	R$/t.km
Minério de Ferro SP (2)	42,01	R$/t	0,0995	0,0924	0,0851	0,0773	R$/t.km
Óleo Diesel	20,81	R$/m³	0,1170	0,1084	0,0994	0,0906	R$/m³.km
Produtos siderúrgicos	24,72	R$/t	0,1944	0,1794	0,1650	0,1504	R$/t.km
Sal	17,48	R$/t	0,0821	0,0760	0,0697	0,0636	R$/t.km
Soja	9,34	R$/t	0,2076	0,1920	0,1762	0,1606	R$/t.km
Sucata	22,93	R$/t	0,1733	0,1602	0,1472	0,1343	R$/t.km
Demais Produtos	17,48	R$/t	0,4271	0,3953	0,3633	0,3313	R$/t.km

Notas:
(1): Tabela tarifária para o transporte de minério de ferro com distância de transporte inferior a 125km.
(2): Tabela tarifária para o transporte de minério de ferro com destino no Estado de São Paulo (SP).
Fórmula de Cálculo:
1) Para distância de transporte de até 300 Km:
Tmax = Pfix + Dist x Pvar1
2) Para distância de transporte de 301 Km a 600 Km:
Tmax= Pfix + 300 x Pvar1 + (Dist - 300) x Pvar2
3) Para distância de transporte de 601 km a 900 km:
Tmax = Pfix + 300 x Pvar1 + 300 x Pvar2 + (Dist - 600) x Pvar3
4) Para distância de transporte acima de 900 Km:
Tmax = Pfix + 300 x Pvar1 + 300 x Pvar2 + 300 x Pvar3 + (Dist - 900) x Pvar4
Onde:
Tmáx = tarifa máxima a ser cobrada pelo transporte de uma unidade de carga da estação de origem à estação de destino;
Pfix = parcela fixa, em R$ por unidade de carga;
Pvar1 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 1 (0-300)
Pvar2 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 2 (301-600)
Pvar3 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 3 (601-900)
Pvar4 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 4 (acima de 900);

ANEXO 2

Tabela Tarifária para o Direito de Passagem Aplicável à Rumo Malha Central S/A

Trecho (ambos os sentidos)		Tarifa	Unidade
Perequê	Conceiçãozinha	7,59	R$/t
Perequê	Valongo	7,59	R$/t

O simulador tarifário, para consultas às combinações de mercadorias, quilometragens e tarifas, encontra-se disponível no sítio eletrônico da ANTT.

DELIBERAÇÃO Nº 83, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 020, de 14 de fevereiro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.005817/2022-25, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançado(s) pelas coordenadas planas descritas no anexo desta Deliberação, as quais definem as poligonais de utilidade pública necessárias às obras de posto de pesagem fixo no km 010+950m, na rodovia BR-364/GO, no município de São Simão/GO, conforme constam no PER - Programa de Exploração da Rodovia, item 3.4 Frente de Serviços Operacionais.

Art. 2º Fica a Concessionária Ecovias do Cerrado S/A autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Concessionária Ecovias do Cerrado S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º As desapropriações sobre eventuais bens de propriedade dos estados e municípios estarão condicionadas à autorização prévia do Poder Legislativo, conforme art. 2º, § 2º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:	DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA - POSTO DE PESAGEM FIXO KM 010+950m - SÃO SIMÃO/GO - BR-364 GO			
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	**FUSO(S)**: 22	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	UTM

ÁREA 01					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA(m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS UTM				
	N	E			
1	7.900.913,70	543.865,87	300° 32' 32''	369,602	25.808,08
2	7.901.101,52	543.547,55	30° 32' 32''	43,861	
3	7.901.139,30	543.569,84	99° 04' 31''	81,186	
4	7.901.126,49	543.650,01	119° 58' 41''	262,621	
5	7.900.995,27	543.877,49	174° 38' 17''	53,612	
6	7.900.941,89	543.882,50	210° 32' 32''	32,731	
1	7.900.913,70	543.865,87			
ÁREA TOTAL DECLARADA (m²)					**25.808,08**

Nota: O total das áreas objeto desta declaração de utilidade pública é de 25.808,08m².

DELIBERAÇÃO Nº 84, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 021, de 14 de fevereiro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.005813/2022-47, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançado(s) pelas coordenadas planas descritas no anexo desta Deliberação, as quais definem as poligonais de utilidade pública necessárias às obras de posto de pesagem fixo no km 107+980m, na rodovia BR-364/GO, no município de Cachoeira Alta/GO, conforme constam no PER - Programa de Exploração da Rodovia, item 3.2.1.4 - Obras de Melhorias.

Art. 2º Fica a Concessionária Ecovias do Cerrado S/A autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Concessionária Ecovias do Cerrado S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º As desapropriações sobre eventuais bens de propriedade dos estados e municípios estarão condicionadas à autorização prévia do Poder Legislativo, conforme art. 2º, § 2º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES

Diretor-Geral

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:	DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA - POSTO DE PESAGEM FIXO KM 107+980m - CACHOEIRA ALTA/GO - BR-364 GO			
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	**FUSO(S)**: 22	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	UTM

ÁREA 01					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA(m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS UTM				
	N	E			
1	7.971.612,31	486.730,44	154° 39' 51''	342,543	24.687,88
2	7.971.302,72	486.877,02	244° 41' 33''	32,726	
3	7.971.288,73	486.847,44	283° 44' 51''	56,484	
4	7.971.302,15	486.792,57	334° 41' 34''	266,922	
5	7.971.543,45	486.678,47	16° 25' 37''	52,168	
6	7.971.593,49	486.693,22	63° 10' 37''	41,706	
1	7.971.612,31	486.730,44			
ÁREA TOTAL DECLARADA (m²)					**24.687,88**

DELIBERAÇÃO Nº 85, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 023, de 14 de fevereiro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.117325/2021-09, delibera:

Art. 1º Deferir, com base na Resolução nº 5.830, de 10 de outubro de 2018, o parcelamento de débitos requerido pela empresa RealSul Transportes e Turismo Ltda, CNPJ nº 26.484.154/0001-90, nas seguintes condições:

I - valor total do débito: R$ 389.142,89 (trezentos e oitenta e nove mil e cento e quarenta e dois reais e oitenta e nove centavos);

II - quantidade de parcelas: 60 (sessenta) parcelas.

Parágrafo único. O valor das parcelas deverá ser fixado de acordo com o art. 12 da Resolução nº 5.830, de 2018.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 86, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 022, de 14 de fevereiro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.127080/2020-39, delibera:

Art. 1º Conhecer do recurso interposto pela empresa Viação Santa Cruz Ltda, CNPJ nº 52.771.516/0001-33, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 87, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DGS - 002, de 14 de fevereiro de 2022, e no que consta nos autos do Processo nº 50500.065140/2021-01, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação para fins ferroviários, em favor da União, os bens imóveis alcançados pelas coordenadas planas descritas no anexo a esta Deliberação, as quais definem a poligonal de utilidade pública de 1 (uma) área nos municípios de Belo Horizonte, Sabará e Santa Luzia, no estado de Minas Gerais, destinada à duplicação do segmento Pedreira do Rio das Velhas - Capitão Eduardo, visando à segregação das linhas nesse trecho entre a Vale S/A (Estrada de Ferro Vitória a Minas) e a Ferrovia Centro-Atlântica S/A.

Art. 2º Fica a Vale S/A autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Vale S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a Concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Revogar a Deliberação nº 340, de 8 de outubro de 2021.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e não terá eficácia sobre bens de propriedade de estados e municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no anexo a esta Deliberação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

ÁREA		
MARCO	COORDENADA Y (N)	COORDENADA X(E)
1	7.803.592,0879	619.892,2298
2	7.803.598,5049	619.880,5232
3	7.803.625,7612	619.774,8608
4	7.803.661,4910	619.707,8741
5	7.803.682,0042	619.674,9822
6	7.803.698,9198	619.653,7071
7	7.803.721,2568	619.630,2260
8	7.803.754,0325	619.603,3991
9	7.803.793,8130	619.577,5072
10	7.803.859,7998	619.537,0409
11	7.803.881,3517	619.523,4153
12	7.803.891,0487	619.516,3518
13	7.803.915,0967	619.488,3857
14	7.803.924,1074	619.470,6315
15	7.803.930,5365	619.456,3889
16	7.804.174,7452	618.908,5047
17	7.804.187,9085	618.879,9558
18	7.804.206,0796	618.846,9859
19	7.804.229,3364	618.814,8574
20	7.804.248,9544	618.793,4327
21	7.804.270,4521	618.774,1434
22	7.804.297,5060	618.754,9232
23	7.804.317,1840	618.743,4520
24	7.804.351,3522	618.727,6490
25	7.804.380,7576	618.716,5298
26	7.804.716,2641	618.594,5224
27	7.804.820,5979	618.556,5813
28	7.804.775,2383	618.466,6695
29	7.804.850,6219	618.416,6661
30	7.804.913,2564	618.375,1195
31	7.804.932,6985	618.361,9594
32	7.804.957,9883	618.341,4699
33	7.804.974,8949	618.325,1805
34	7.805.117,0366	618.185,6393
35	7.805.245,4430	618.075,6103
36	7.805.396,1016	617.979,2170
37	7.805.474,6027	617.936,8246
38	7.805.526,3205	617.913,6850
39	7.805.590,0132	617.895,6203
40	7.805.633,7097	617.889,4624
41	7.805.690,8030	617.889,7393
42	7.805.757,7187	617.899,9257
43	7.805.819,5884	617.920,6906
44	7.805.861,0429	617.940,8909
45	7.805.919,3700	617.973,9308
46	7.805.965,8353	618.000,4500
47	7.805.988,6587	618.013,7174
48	7.806.018,2629	618.032,7483
49	7.806.035,1380	618.045,0751
50	7.806.084,4157	618.089,9424
51	7.806.109,3579	618.118,5957
52	7.806.134,1537	618.156,2851
53	7.806.053,0323	618.215,7286
54	7.806.069,4340	618.250,0483
55	7.806.080,6531	618.282,2602
56	7.806.088,4407	618.322,0223
57	7.806.091,1194	618.352,6956
58	7.806.091,6432	618.390,6377
59	7.806.091,4137	618.451,4776
60	7.806.091,6450	618.477,8748
61	7.806.092,7623	618.492,8083
62	7.806.096,3606	618.509,4470
63	7.806.102,5697	618.524,3702
64	7.806.115,5891	618.543,0500
65	7.806.133,7542	618.557,7145
66	7.806.149,3947	618.566,2138
67	7.806.173,4815	618.577,0159
68	7.806.194,5007	618.586,1275
69	7.806.227,7223	618.599,3976
70	7.806.236,3114	618.601,7103
71	7.806.246,1804	618.602,9800
72	7.806.253,8631	618.602,5445
73	7.806.264,5509	618.600,8131
74	7.806.276,7753	618.596,4161
75	7.806.305,2881	618.582,6075
76	7.806.348,5251	618.560,5049
77	7.806.379,6997	618.545,1754
78	7.806.419,2064	618.529,8614
79	7.806.472,4502	618.518,5539
80	7.806.514,3140	618.516,6207
81	7.806.569,4103	618.526,1896
82	7.806.609,6180	618.539,5549

83	7.806.641,5045	618.553,3428
84	7.806.757,3004	618.605,5667
85	7.806.785,6160	618.619,1482
86	7.806.828,1645	618.646,6466
87	7.806.839,2267	618.655,6642
88	7.806.862,2333	618.677,0400
89	7.806.931,7504	618.713,9021
90	7.806.969,3098	618.690,7123
91	7.807.000,4934	618.671,4590
92	7.807.021,5083	618.599,8900
93	7.807.028,7335	618.577,3676
94	7.807.037,9943	618.552,3131
95	7.807.051,0864	618.522,6649
96	7.807.067,5223	618.491,5077
97	7.807.088,3301	618.456,8304
98	7.807.102,3437	618.434,1774
99	7.807.129,3931	618.391,1432
100	7.807.154,6766	618.356,3432
101	7.807.193,4314	618.314,6497
102	7.807.228,7992	618.285,7507
103	7.807.301,8173	618.240,7807
104	7.807.376,8026	618.216,3725
105	7.807.403,4855	618.210,9988
106	7.807.450,4446	618.204,8265
107	7.807.699,6993	618.177,6102
108	7.807.801,7914	618.203,7033
109	7.807.797,9965	618.133,7066
110	7.807.761,5903	618.068,2041
111	7.807.735,9839	618.020,3868
112	7.807.724,7973	617.993,2534
113	7.807.714,8007	617.959,6793
114	7.807.711,1205	617.942,0920
115	7.807.707,7934	617.919,1668
116	7.807.706,4189	617.902,2178
117	7.807.705,9602	617.880,0860
118	7.807.706,5884	617.863,1262
119	7.807.708,9119	617.840,3767
120	7.807.713,1072	617.816,0145
121	7.807.720,9074	617.787,4531
122	7.807.730,3976	617.760,6524
123	7.807.741,3511	617.737,0726
124	7.807.758,2954	617.707,8205
125	7.807.779,0986	617.678,5815
126	7.807.820,2187	617.636,8292
127	7.807.857,7708	617.609,2994
128	7.807.891,1735	617.591,1420
129	7.807.924,9655	617.577,2281
130	7.807.953,1275	617.569,0262
131	7.807.979,5100	617.564,0397
132	7.808.002,3863	617.561,2046
133	7.808.043,0604	617.558,9175
134	7.808.293,3326	617.549,2383
135	7.808.301,5285	617.548,1731
136	7.808.335,3296	617.535,6196
137	7.808.347,7608	617.527,0683
138	7.808.365,1457	617.513,4489
139	7.808.572,4048	617.347,6415
140	7.808.622,2910	617.314,5529
141	7.808.645,8847	617.305,7690
142	7.808.683,1957	617.291,4951
143	7.808.734,5192	617.283,2242
144	7.808.806,4307	617.285,5462
145	7.808.929,1065	617.304,8433
146	7.808.958,0467	617.308,8587
147	7.808.966,6087	617.309,4390
148	7.808.990,2899	617.307,5573
149	7.809.005,3784	617.303,7734
150	7.809.026,5957	617.297,0968
151	7.809.191,3492	617.243,4831
152	7.809.249,4355	617.226,9750
153	7.809.343,8642	617.220,2806
154	7.809.370,3810	617.223,0566
155	7.809.403,6985	617.228,4288
156	7.809.485,4628	617.242,7218
157	7.809.583,9691	617.259,9415
158	7.809.549,5298	617.456,9540
159	7.809.545,7708	617.478,4571
160	7.809.401,7510	617.522,6740
161	7.809.364,4197	617.533,2364
162	7.809.218,0104	617.546,0238
163	7.809.061,8320	617.593,2377
164	7.808.992,0139	617.609,5464
165	7.808.921,2592	617.627,5233
166	7.808.851,6276	617.633,7029
167	7.808.725,4275	617.638,8176
168	7.808.527,5449	617.647,6410
169	7.808.460,9739	617.649,8310
170	7.808.399,6768	617.656,9301
171	7.808.351,3468	617.663,4573
172	7.808.312,7565	617.671,6246
173	7.808.276,2287	617.674,6811
174	7.808.187,6431	617.679,5905
175	7.808.147,5725	617.695,2519
176	7.808.088,8255	617.732,2865
177	7.808.043,8390	617.759,0270
178	7.808.012,5669	617.788,9834
179	7.807.980,6224	617.879,2830
180	7.807.964,1403	618.019,2130
181	7.807.966,5799	618.189,9890
182	7.807.992,4608	618.250,1131
183	7.808.044,9198	618.337,6563
184	7.808.028,3563	618.377,7877
185	7.808.002,4760	618.401,8665
186	7.807.952,1354	618.404,8150
187	7.807.881,1462	618.391,8584
188	7.807.809,9420	618.402,1947

189	7.807.582,6710	618.422,6960
190	7.807.503,7067	618.429,9485
191	7.807.459,6903	618.440,3990
192	7.807.402,8080	618.494,0222
193	7.807.391,4536	618.520,0628
194	7.807.392,2475	618.757,8991
195	7.807.400,0040	618.883,8131
196	7.807.377,0870	619.008,5798
197	7.807.368,8316	619.044,8068
198	7.807.346,7466	619.141,7216
199	7.807.334,4410	619.174,9542
200	7.807.269,9937	619.189,2140
201	7.807.192,9203	619.177,7523
202	7.807.121,0546	619.135,0317
203	7.807.060,1272	619.067,3331
204	7.807.008,5720	619.011,3160
205	7.806.923,1979	618.918,5531
206	7.806.868,4722	618.864,7015
207	7.806.816,2717	618.822,4997
208	7.806.819,0182	618.805,8817
209	7.806.817,3777	618.801,8842
210	7.806.808,6592	618.800,2281
211	7.806.776,1629	618.785,6088
212	7.806.756,7168	618.772,1887
213	7.806.729,1788	618.755,7991
214	7.806.720,8105	618.752,5440
215	7.806.706,5255	618.754,2572
216	7.806.701,6224	618.754,2572
217	7.806.686,7107	618.759,2826
218	7.806.646,9792	618.775,2112
219	7.806.584,2875	618.746,9372
220	7.806.559,2800	618.735,6589
221	7.806.525,0842	618.721,5011
222	7.806.519,4924	618.719,8600
223	7.806.478,5277	618.720,8614
224	7.806.458,5685	618.729,0724
225	7.806.439,5596	618.738,5855
226	7.806.396,3226	618.760,6882
227	7.806.361,1006	618.777,8368
228	7.806.337,1487	618.787,4625
229	7.806.317,7894	618.793,5971
230	7.806.195,4184	618.797,4851
231	7.806.175,7088	618.792,5919
232	7.806.150,1623	618.784,1219
233	7.806.114,9545	618.769,6280
234	7.806.093,9354	618.760,5163
235	7.806.056,0390	618.743,1692
236	7.806.026,3441	618.726,4245
237	7.805.993,7971	618.702,3539
238	7.805.941,4537	618.706,3289
239	7.805.903,0608	618.641,3951
240	7.805.880,6462	618.608,7428
241	7.805.853,8656	618.566,6242
242	7.805.801,9080	618.528,8336
243	7.805.755,0293	618.511,9675
244	7.805.695,2875	618.508,5383
245	7.805.678,4836	618.507,5737
246	7.805.611,2653	618.490,6514
247	7.805.510,0844	618.506,9877
248	7.805.492,8683	618.508,8510
249	7.805.378,3668	618.521,2436
250	7.805.342,1680	618.525,1614
251	7.805.288,1182	618.539,3649
252	7.805.211,8635	618.561,7507
253	7.805.179,9210	618.575,6901
254	7.805.155,3315	618.586,4208
255	7.805.090,4680	618.636,4462
256	7.805.009,0736	618.690,5672
257	7.805.003,2092	618.694,4666
258	7.804.910,6050	618.722,5059
259	7.804.840,1934	618.754,2001
260	7.804.834,2466	618.757,0570
261	7.804.771,0819	618.787,4016
262	7.804.701,9129	618.812,5550
263	7.804.675,0227	618.833,2423
264	7.804.614,2099	618.888,7573
265	7.804.534,7559	618.993,0168
266	7.804.491,3442	619.060,9253
267	7.804.474,5859	619.136,1297
268	7.804.467,0743	619.147,7112
269	7.804.419,3026	619.192,4528
270	7.804.356,2701	619.243,2494
271	7.804.270,9846	619.343,0329
272	7.804.212,8127	619.419,5344
273	7.804.125,6528	619.551,4210
274	7.804.092,4177	619.581,0593
275	7.804.055,9147	619.601,9485
276	7.804.022,9577	619.619,0805
277	7.803.962,6470	619.649,8039
278	7.803.936,8785	619.665,2798
279	7.803.904,7795	619.669,2158
280	7.803.868,9793	619.692,4169

281	7.803.850,1231	619.698,9884
282	7.803.814,2665	619.735,9778
283	7.803.802,5074	619.785,0762
284	7.803.777,7388	619.916,0865
285	7.803.767,5326	619.969,5615
286	7.803.710,0100	619.950,8500
287	7.803.662,1878	619.934,0187
288	7.803.592,0879	619.892,2298
ÁREA TOTAL A DESAPROPRIAR		2.270.692,89 m²

Área da Poligonal de Utilidade Pública por município:

MUNICÍPIO	ÁREA TOTAL (M²)
SABARÁ/MG	224.667,16
BELO HORIZONTE/MG	1.761.617,45
SANTA LUZIA/MG	284.408,28
TOTAL A DESAPROPRIAR	2.270.692,89

DELIBERAÇÃO Nº 88, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DGS - 025, de 14 de fevereiro de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.094601/2021-45, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação para fins ferroviários, em favor da União, os bens imóveis alcançados pelas coordenadas planas descritas nos anexos a esta Deliberação, as quais definem as poligonais de utilidade pública de 6 (seis) áreas no município de Pederneiras, no estado de São Paulo, destinadas à implantação da passarela de pedestres no quilômetro ferroviário 302+300m, bem como das passagens inferiores nos quilômetros 303+249m e 303+866m, do trecho Itirapina - Bauru, da malha concedida à concessionária Rumo Malha Paulista S/A - RMP.

Art. 2º Fica a concessionária Rumo Malha Paulista S/A - RMP autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação das obras referenciadas no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A concessionária Rumo Malha Paulista S/A - RMP fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a Concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e não terá eficácia sobre bens de propriedade de estados e municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas nos anexos a esta Deliberação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO 1

Passarela de pedestres no quilômetro ferroviário 302+300m

ÁREA 1		
PONTO	COORDENADAS	
	LESTE	NORTE
P01	729.458,5520	7.525.950,4220
P02	729.472,8060	7.525.957,5230
P03	729.478,3060	7.525.946,7070
P04	729.532,7429	7.525.972,0433
P05	729.542,6666	7.525.928,2705
P06	729.505,7940	7.525.930,7540
P07	729.457,0850	7.525.931,5170
P08	729.427,1461	7.525.926,6562
P09	729.426,0127	7.525.932,0656
P10	729.464,5180	7.525.940,7250
ÁREA TOTAL A DESAPROPRIAR		2.407,00 m²

ÁREA 2		
PONTO	COORDENADAS	
	LESTE	NORTE
P01	729.381,6630	7.525.895,6860
P02	729.403,2220	7.525.903,7000
P03	729.434,0420	7.525.909,7210
P04	729.470,5850	7.525.913,0860
P05	729.467,2000	7.525.892,3560
P06	729.448,7240	7.525.889,5050
P07	729.444,5880	7.525.901,1720
P08	729.418,0170	7.525.897,5730
P09	729.386,6530	7.525.886,9540
ÁREA TOTAL A DESAPROPRIAR		1.097,00 m²

ANEXO 2

Passagem inferior no quilômetro 303+249m

ÁREA 1		
PONTO	COORDENADAS	
	LESTE	NORTE
P01	728.805,9689	7.525.261,1320
P02	728.735,8118	7.525.331,6875
P03	728.787,5951	7.525.364,1406
P04	728.849,8462	7.525.300,1881
ÁREA TOTAL A DESAPROPRIAR		5.573,00 m²

ÁREA 2		
PONTO	COORDENADAS	
	LESTE	NORTE
P01	728.622,6340	7.525.391,6270
P02	728.587,9080	7.525.429,7180
P03	728.658,6080	7.525.494,9630
P04	728.732,3288	7.525.420,9301
P05	728.715,9833	7.525.413,7928
P06	728.694,1725	7.525.406,8531
P07	728.672,0040	7.525.431,2810
ÁREA TOTAL A DESAPROPRIAR		6.814,00 m²

ANEXO 3

Passagem inferior no quilômetro 303+866m

ÁREA 1		
PONTO	COORDENADAS	
	LESTE	NORTE
P01	727.923,1140	7.525.302,6550
P02	728.054,3100	7.525.363,9770

P03	728.170,1780	7.525.340,7660
P04	728.173,6700	7.525.305,5610
P05	728.079,0450	7.525.301,5460
P06	728.065,5420	7.525.345,4330
P07	727.933,3790	7.525.283,3380
ÁREA TOTAL A DESAPROPRIAR		8.037,00 m²

ÁREA 2		
PONTO	COORDENADAS	
	LESTE	NORTE
P01	728.096,0040	7.525.396,4190
P02	728.158,1820	7.525.454,7970
P03	728.173,8500	7.525.439,8130
P04	728.127,2750	7.525.390,1550
ÁREA TOTAL A DESAPROPRIAR		1.845,00 m²

DELIBERAÇÃO Nº 89, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DGS - 024, de 14 de fevereiro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.094597/2021-15, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação para fins ferroviários, em favor da União, os bens imóveis alcançados pelas coordenadas planas descritas no anexo a esta Deliberação, as quais definem as poligonais de utilidade pública de 2 (duas) áreas no município de Bauru, no estado de São Paulo, destinadas à implantação de viaduto rodoviário no quilômetro ferroviário 334+500m, do trecho Itirapina - Bauru, da malha concedida à concessionária Rumo Malha Paulista S/A - RMP.

Art. 2º Fica a concessionária Rumo Malha Paulista S/A - RMP autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação das obras referenciadas no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A concessionária Rumo Malha Paulista S/A - RMP fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a Concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e não terá eficácia sobre bens de propriedade de estados e municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no anexo a esta Deliberação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

ÁREA 1		
PONTO	COORDENADAS	
	LESTE	NORTE
P01	702.643,3500	7.532.172,8720
P02	702.642,6480	7.532.061,6360
P03	702.412,1310	7.532.025,2260
P04	702.410,6490	7.532.115,8470
ÁREA TOTAL A DESAPROPRIAR		23.394,00 m²

ÁREA 2		
PONTO	COORDENADAS	
	LESTE	NORTE
P01	702.543,4490	7.532.019,6450
P02	702.514,8990	7.531.969,7080
P03	702.533,4490	7.531.888,5840
P04	702.412,3790	7.531.857,7140
P05	702.412,2010	7.531.998,9140
ÁREA TOTAL A DESAPROPRIAR		15.426,00 m²

DELIBERAÇÃO Nº 90, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DGS - 027, de 14 de fevereiro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.005451/2022-94, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançado(s) pelas coordenadas planas descritas no anexo desta Deliberação, as quais definem as poligonais de utilidade pública necessárias às obras de acesso no km 673+700m, na rodovia BR-365/MG, no município de Uberlândia/MG, conforme constam no PER - Programa de Exploração da Rodovia, item 3.2.1.4 - Obras de Melhorias.

Art. 2º Fica a Concessionária Ecovias do Cerrado S/A autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Concessionária Ecovias do Cerrado S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e a execução das desapropriações sobre bens de propriedade dos estados e municípios estará condicionada à autorização prévia do Poder Legislativo, se for o caso.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:	DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA -ACESSO KM 673+700m - UBERLÂNDIA/MG - BR-365 MG			
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	**FUSO(S)**: 22	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	UTM

ÁREA 01					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA(m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS UTM				
	N	E			
1	7.909.457,150	769.445,512	94° 18' 58"	28,569	276,61
2	7.909.455,000	769.474,000	171° 52' 12"	7,071	
3	7.909.448,000	769.475,000	252° 28' 26"	15,799	
4	7.909.443,242	769.459,934	292° 40' 15"	10,695	
5	7.909.447,364	769.450,066	335° 02' 48"	10,793	
1	7.909.457,150	769.445,512			

ÁREA 02					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA(m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS UTM				
	N	E			
1	7.909.455,000	769.474,000	94° 18' 58"	37,602	400,39
2	7.909.452,170	769.511,496	231° 58' 21"	3,642	
3	7.909.449,926	769.508,627	251° 41' 40"	38,027	
4	7.909.437,983	769.472,525	292° 40' 15"	13,645	
5	7.909.443,242	769.459,934	72° 28' 26"	15,799	
6	7.909.448,000	769.475,000	351° 52' 12"	7,071	
1	7.909.455,000	769.474,000			
ÁREA TOTAL DECLARADA (m²)					**677,00**

Nota: O total das áreas objeto desta declaração de utilidade pública é de 677,00m².

DELIBERAÇÃO Nº 91, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentadas no Voto DGS - 026, de 14 de fevereiro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.119528/2021-21, delibera:

Art. 1º Deferir, com base na Resolução nº 5.830, de 10 de outubro de 2018, o parcelamento de débitos requerido pela empresa Rodoviário Oceano Ltda, CNPJ nº 07.811.161/0001-04, nas seguintes condições:

I - valor total do débito: R$ 105.054,75 (cento e cinco mil e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos);

II - quantidade de parcelas: 60 (sessenta) parcelas.

§ 1º Em consonância com o disposto no art. 10, §§ 4º e 5º, da Resolução nº 5.830, de 2018, foi efetuado o pagamento do valor de R$ 1.669,75 (um mil e seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

§ 2º Os valores das demais parcelas deverão ser fixados de acordo com o art. 12 da Resolução nº 5.830, de 2018.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 92, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DGS - 028, de 14 de fevereiro de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.321548/2019-46, delibera:

Art. 1º Conhecer do recurso interposto pela empresa Viação Continental de Transportes Ltda, CNPJ nº 21.642.756/0001-04, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 93, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 026, de 22 de fevereiro de 2022, no Despacho Decisório nº 2/2022/CGRAR/DEAP/SFPP, de 15 de fevereiro de 2022, da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres e da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, e no que consta dos Processos nº 50515.002524/2022-27 e nº 50500.012550/2022-22, delibera:

Art. 1º Autorizar o início da cobrança de pedágio nas praças de pedágio existentes do trecho concedido da BR-116/101/RJ/SP, explorado pela Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A., a partir da Data de Assunção.

Parágrafo único. O início da cobrança de pedágio fica condicionado à assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens.

Art. 2º Aprovar, nos termos da subcláusula 19.7.1 do Contrato de Concessão relativo ao Edital n° 03/2021, o reajuste percentual de 17,65% da Tarifa Básica de Pedágio e da Tarifa de Pedágio do Trecho Viúva Graça, correspondente à variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, com vista à recomposição tarifária.

Art. 3º Alterar, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica para as praças existentes na BR-116/RJ/SP de R$ 0,09887, ofertada no leilão, para R$ 0,11632.

Art. 4º Alterar, em consequência, a Tarifa de Pedágio do Trecho Viúva Graça de R$ 10,98, ofertada no leilão, para R$ 12,92.

Art. 5º Aprovar, nos termos do Despacho Decisório nº 2/2022/CGRAR/DEAP/SFPP, de 15 de fevereiro de 2022, da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres e da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, a redução da Tarifa Básica de Pedágio reajustada para as praças existentes na BR-116/RJ/SP em 10%.

Art. 6º Alterar, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica para as praças existentes na BR-116/RJ/SP de R$ 0,11632, após atualização monetária, para R$ 0,10469 por um período máximo de 18 meses contados da Data de Assunção.

Art. 7º Aprovar, na forma da tabela anexa, a Tarifa de Pedágio, reajustada e descontada, após arredondamentos, para a categoria 1 de veículos, de R$ 13,00 (treze reais) na praça de Moreira César/SP; R$ 11,10 (onze reais e dez centavos) na praça de Itatiaia/RJ; de R$ 3,40 (três reais e quarenta centavos), na praça de Arujá e cabines avançadas de Arujá (Rodoanel), Guararema Norte e Guararema Sul; e de R$ 6,20 (seis reais e vinte centavos), na praça de pedágio de Jacareí e cabines avançadas de Jacareí.

Art. 8º Aprovar, na forma da tabela anexa, a Tarifa de Pedágio do Trecho Viúva Graça, reajustada, após arredondamentos, para a categoria 1 de veículos, de R$ 12,90 (doze reais e noventa centavos).

Art. 9º Aprovar a utilização de recursos acumulados na conta vinculada decorrentes do excedente tarifário cobrado no âmbito da extensão de prazo do Contrato de Concessão Nº PG-137/95-00, sob gestão da NovaDutra, em favor da modicidade tarifária no Contrato de Concessão referente ao Edital de Concessão nº 03/2021, sob gestão da RioSP.

Art. 10 Aprovar a celebração do 14º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº PG-137/95-00.

Art. 11 Aprovar a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros - ID Nº 760069.

Art. 12 Aprovar a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão referente ao Edital nº 03/2021.

Art. 13 Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados os arts. 1º a 8º, cujos efeitos serão produzidos a partir de zero hora do dia 1º de março de 2022.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS

Praças de pedágio P1, em Arujá/SP; P2, em cabines avançadas de Arujá (rodoanel); P3, em Guararema Norte e Sul; P4, em Jacareí/SP; P5, em cabines avançadas de Jacareí/SP; P6, em Moreira César/SP; P7, em Itatiaia/RJ; e na praça de Viúva Graça e cabines de bloqueio de Viúva Graça

Categoria de veículo	Tipos de veículos	Número de eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Praça 1 R$	Praça 2 R$	Praça 3 R$	Praça 4 R$	Praça 5 R$	Praça 6 R$	Praça 7 R$	Viúva Graça R$
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1	3,40	3,40	3,40	6,20	6,20	13,00	11,10	12,90
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2	6,80	6,80	6,80	12,40	12,40	26,00	22,20	25,80
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	5,10	5,10	5,10	9,30	9,30	19,50	16,65	19,35
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus	3	Dupla	3	10,20	10,20	10,20	18,60	18,60	39,00	33,30	38,70
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2	6,80	6,80	6,80	12,40	12,40	26,00	22,20	25,80
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	4	Dupla	4	13,60	13,60	13,60	24,80	24,80	52,00	44,40	51,60
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	5	Dupla	5	17,00	17,00	17,00	31,00	31,00	65,00	55,50	64,50

8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	6	Dupla	6	20,40	20,40	20,40	37,20	37,20	78,00	66,60	77,40
9	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	7	Dupla	7	23,80	23,80	23,80	43,40	43,40	91,00	77,70	90,30
10	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	8	Dupla	8	27,20	27,20	27,20	49,60	49,60	104,00	88,80	103,20
11	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12	Ambulância, Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RETIFICAÇÃO

Na Deliberação nº 75, de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 18 de fevereiro de 2022, na Seção 1, página 43.

Onde se lê: "Art. 1º (...)

I - 13ª Revisão Ordinária, (...);

II - 13ª Revisão Extraordinária, (...);"

Leia-se:

"Art. 1º (...)

I - 14ª Revisão Ordinária, (...);

II - 14ª Revisão Extraordinária, (...);"

RETIFICAÇÃO

No Art. 1º da Deliberação nº 72, de 17 de fevereiro de 2022, publicada no DOU nº 35, de 18/2/2022, Seção 1, pág. 42,

onde se lê: "Art. 1º (...)

I - 12ª Revisão Ordinária, (...);

II - 13ª Revisão Extraordinária, (...)"

leia-se: "Art. 1º (...)

I - 13ª Revisão Ordinária, (...);

II - 14ª Revisão Extraordinária, (...)"

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 28, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso IX do art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018,

CONSIDERANDO que a Resolução nº 4.770/2015 prevê que a empresa que pretende prestar o serviço regular deverá requerer o Termo de Autorização - TAR e satisfazer todas as disposições desta Resolução e da legislação em vigor.

CONSIDERANDO que o presente TAR não torna a empresa apta para operar qualquer mercado, sendo necessária, posteriormente, a apresentação de novo requerimento para a obtenção de Licença Operacional - LOP, nos termos do art. 25 da Resolução nº 4.770/2015; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 50500.116821/2021-37, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido e conceder à empresa EXPRESSO BARROSO LTDA., CNPJ nº 21.579.836/0001-62, o TAR Nº 0430, para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 2º A empresa deverá observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 3º A não observância do art. 24 da Resolução ANTT nº 4.770/2015 implica extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Portaria implicará aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

PORTARIA Nº 29, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso XII do art. 8º da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e o que consta no processo nº 50500.012180/2022-23, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Portaria para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777/2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Portaria implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
AMERICA POMPEIA VIAGENS E TURISMO LTDA	001270	17.817.851/0001-24
ANCORA TURISMO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA	419107	05.006.880/0001-27
CIDADE DAS FLORES TRANSPORTES LTDA	001437	02.939.124/0001-62
EMPRESA TRANSPARENTE LTDA	311597	04.586.751/0001-92
EXPRESSO TRANSPORTES TURISMO E EVENTOS LTDA - ME	538223	04.768.381/0001-04
FACCIL TRANSPORTES E SERVICOS LTDA	356874	03.490.289/0001-62
GONÇALVES OLIVEIRA & BARBOSA LTDA	314503	07.469.659/0001-30
ISAIAS TRANPORTES DE TURISMO LTDA	438202	10.373.574/0001-69
JAMIL TRANSPORTE & TURISMO EIRELI	001626	30.115.333/0001-27
JK TURISMO LTDA	422288	17.210.814/0001-53
MATIAS LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME	001172	07.165.233/0001-93
R D M TRANSPORTES E LOCACAO DE VEICULOS LTDA - ME	436503	05.577.189/0001-01
SANILTUR TURISMO E LOCACOES EIRELI	001637	21.887.103/0001-95
SW TURISMO LTDA - ME	000359	28.689.653/0001-49
VIAÇÃO CORREA LTDA	314294	07.073.167/0001-21
ZIBETTI TRANSPORTE EIRELI	509101	00.133.161/0001-53
ZURICH TURISMO LTDA	001175	30.675.341/0001-28

PORTARIA Nº 30, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso IX do art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018,

CONSIDERANDO que a Resolução nº 4.770/2015 prevê que a empresa que pretende prestar o serviço regular deverá requerer o Termo de Autorização - TAR e satisfazer todas as disposições desta Resolução e da legislação em vigor.

CONSIDERANDO que o presente TAR não torna a empresa apta para operar qualquer mercado, sendo necessária, posteriormente, a apresentação de novo requerimento para a obtenção de Licença Operacional - LOP, nos termos do art. 25 da Resolução nº 4.770/2015; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 50500.009130/2022-69, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido e conceder à empresa JS TURISMO LTDA, 00.389.075/0001-06, o TAR Nº 0434, para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 2º A empresa deverá observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 3º A não observância do art. 24 da Resolução ANTT nº 4.770/2015 implica extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Portaria implicará aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DIRETORIA

DECISÃO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Interessado: ECOPLAN ENGENHARIA LTDA.

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT torna público que NÃO fora conhecido o Recurso de Representação interposto pela empresa ECOPLAN ENGENHARIA LTDA. (10157087), restando prejudicada a análise do mérito, considerando que a recorrente pretende em suas razões recursais, a rediscussão da matéria que outrora fora amplamente debatida e motivada em Decisão Administrativa de Primeira Instância e Segunda Instância. PROCESSO: 50600.010726/2020-11.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MJSP Nº 27, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio à Polícia Federal na Terra Indígena Nonoai, no Estado do Rio Grande do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, a Portaria MJSP nº 555, de 23 de dezembro de 2021, e o contido no Processo Administrativo nº 08430.011880/2021-24, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, em apoio à Polícia Federal na Terra Indígena Nonoai, no Estado do Rio Grande do Sul, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por sessenta dias, no período de 23 de fevereiro a 23 de abril de 2022.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

PORTARIA MJSP Nº 29, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 08620.003304/2020-95, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública, nos termos da Decisão nº 38/2022, que tramita nos autos do Processo Administrativo nº 08620.003304/2020-95.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

PORTARIA MJSP Nº 30, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJSP nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido nos Processos Administrativos nº 08016.002843/2022-05, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, nos termos da Decisão nº 40/2022, que tramita nos autos do Processo Administrativo nº 08016.002843/2022-05.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.255, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/214 - DPF/ANS/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa H&F VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.039.404/0001-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 431/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.256, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/6579 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VISEL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 32.401.341/0001-65, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 356/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.257, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/6712 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATTACK SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 38.476.071/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 373/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.258, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/6880 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRIX SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 40.220.551/0001-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 374/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.259, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/2558 - DPF/PDE/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa VOP SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 32.391.325/0001-39, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 103/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.260, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/2757 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORBAC FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES DE BACABAL LTDA, CNPJ nº 14.917.086/0001-26, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 152/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.261, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3412 - DPF/JNE/CE, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa LUMINEX INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE ALUMINIOS LTDA, CNPJ nº 01.413.347/0001-29, para atuar no Ceará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.262, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/5760 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITAFORT FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 03.070.543/0001-73, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 372/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.263, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/5994 - DPF/CCM/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DEIP VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 07.898.515/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 367/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.264, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/6599 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOLLO VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 12.147.170/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 394/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.265, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/8039 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS E MORADORES DO LOTEAMENTO JARDIM GREEN PARK RESIDENCE, CNPJ nº 07.390.780/0001-72, para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.266, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/11098 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUBCONDOMINIO RIOMAR RECIFE, CNPJ nº 16.888.022/0001-70 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.267, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/11418 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Conceder autorização à empresa ACADEMIA DE FORMACAO DE VIGILANTES RCM LTDA, CNPJ nº 09.110.371/0001-09, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Munições calibre .380
8000 (oito mil) Munições calibre 12
20000 (vinte mil) Munições calibre 38
40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38
17082 (dezessete mil e oitenta e dois) Gramas de pólvora
40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38
15762 (quinze mil e setecentas e sessenta e duas) Espoletas calibre .380
15762 (quinze mil e setecentos e sessenta e dois) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.268, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/104601 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BLUE ANGELS SEGURANÇA PRIVADA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 01.566.128/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 87/2022 (CNPJ nº 01.566.128/0001-80); nº 12/2022 (CNPJ nº 01.566.128/0003-41); nº 88/2022 (CNPJ nº 01.566.128/0004-22) e nº 454/2022 (CNPJ nº 01.566.128/0005-03).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.269, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/105804 - DPF/RPO/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CUTRALE EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 57.687.386/0004-11 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 455/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.270, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/4982 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOUZA LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 64.911.290/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 448/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.271, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/11092 - DPF/CGE/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa PB BRAVO CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PARA VIGILANTE EIRELI ME, CNPJ nº 17.789.580/0001-40, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Munições calibre .380
2000 (duas mil) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Munições calibre 38
9520 (nove mil e quinhentas e vinte) Espoletas calibre 38
8000 (oito mil) Gramas de pólvora
9596 (nove mil e quinhentos e noventa e seis) Projéteis calibre 38
5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380
3000 (três mil) Buchas calibre 12
100 (cem) Quilos de chumbo calibre 12
3000 (três mil) Espoletas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.272, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/11111 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Conceder autorização à empresa CONDOMINIO RESIDENCIAL ALDEBARAN OMEGA , CNPJ nº 01.488.593/0001-40, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.273, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/11634 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa PERITUS ESCOLA DE FORMAÇÃO, EXTENSÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA-EPP, CNPJ nº 25.065.258/0001-05, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Da empresa cedente SOLLO VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 12.147.170/0001-82:

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
21544 (vinte e uma mil e quinhentas e quarenta e quatro) Munições calibre 38
100 (cem) Munições calibre 12
692 (seiscentas e noventa e duas) Munições calibre .380
26544 (vinte e seis mil e quinhentas e quarenta e quatro) Espoletas calibre 38
26544 (vinte e seis mil e quinhentos e quarenta e quatro) Estojos calibre 38
17319 (dezessete mil e trezentos e dezenove) Gramas de pólvora
26544 (vinte e seis mil e quinhentos e quarenta e quatro) Projéteis calibre 38
1692 (uma mil e seiscentas e noventa e duas) Espoletas calibre .380
1692 (um mil e seiscentos e noventa e dois) Estojos calibre .380
1692 (um mil e seiscentos e noventa e dois) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
100 (cem) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
40 (quarenta) Armas de choque elétrico de contato direto
40 (quarenta) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
100 (cem) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
100 (cem) Granadas fumígenas de sinalização
100 (cem) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto
100 (cem) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
40 (quarenta) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)
100 (cem) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
100 (cem) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos
100 (cem) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
1 (uma) Máquina de recarga calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.274, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/11834 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa MANANCIAL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 21.045.383/0001-94, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.275, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/11894 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VALID SOLUÇÕES S.A, CNPJ nº 33.113.309/0054-59 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PORTARIA PRF Nº 12, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova o Regulamento de Uniformes da Polícia Rodoviária Federal (R1/PRF).

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e tendo em vista os arts. 2º e 3º do Decreto nº 10.438, de 24 de julho de 2020, a Lei nº 12.664, de 5 de junho de 2012 e o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, bem como o contido no processo nº 08650.012729/2020-38, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento de Uniformes da Polícia Rodoviária Federal (R1/PRF), na forma do Anexo I.

Art. 2º Aprovar o Catálogo de Uniformes da Polícia Rodoviária Federal (CAT1/PRF), na forma do Anexo II.

Parágrafo único. Competirá à Coordenação-Geral de Comunicação Institucional (CGCOM):

I - a elaboração, a atualização e a curadoria das Normas Técnicas da Polícia Rodoviária Federal (NT/PRF) previstas no Anexo II desta Portaria Normativa, bem como a avaliação e propositura de novas peças de uniforme a serem instituídas pelo Diretor-Geral;

II - no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Portaria Normativa, instruir processo de contratação de empresa jurídica especializada visando à elaboração das Normas Técnicas da Polícia Rodoviária Federal (NT/PRF) das peças de uniformes previstas no Regulamento de Uniformes da Polícia Rodoviária Federal (R1/PRF), na forma do Anexo I, e não elencadas no Catálogo de Uniformes da Polícia Rodoviária Federal (CAT1/PRF), na forma do Anexo II;

III - no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Portaria Normativa, apresentar minuta de atualização do Catálogo de Uniformes da PRF (CAT1/PRF), na forma do Anexo II, com as peças de uniforme previstas neste Regulamento.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Instrução Normativa PRF nº 18, de 21 de setembro de 2020 (SEI Nº 28081204);

II - a Instrução Normativa PRF nº 23, de 29 de outubro de 2020 (SEI Nº 28634617);

III - a Instrução Normativa PRF nº 30, de 31 de março de 2021 (SEI Nº 31648867);

IV - a Portaria DG nº 185, de 30 de junho de 2020 (SEI Nº 26448584);

V - a Portaria DG nº 127, de 19 de março de 2021 (SEI Nº 31389366);

VI - a Portaria DG nº 140, de 31 de março de 2021 (SEI Nº 31649064); e

VII - a Portaria DG nº 143, de 01 de abril de 2021 (SEI Nº 31654956).

Art. 4º Esta Portaria Normativa entra em vigor em 1º de março de 2022.

SILVINEI VASQUES

ANEXO I

REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (R1/PRF)

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Da Finalidade e Objetivos

Art. 1º Este Regulamento disciplina sobre os Uniformes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e tem por finalidade:

I - definir as peças que compõem os uniformes da PRF;

II - regular a classificação, composição e uso dos uniformes da PRF;

III - regular os trajes sociais utilizados pelos servidores da PRF;

IV - definir os parâmetros mínimos para a apresentação pessoal dos servidores da PRF;

V - regular o fornecimento, a posse e a devolução das peças de uniformes da PRF; e

VI - regular o uso de símbolos, de insígnias e de distintivos nos uniformes da PRF.

Art. 2º A regulação dos Uniformes PRF e dos Trajes Sociais tem como objetivos:

I - pronto reconhecimento da instituição e do policial;

II - proteção e redução da exposição aos riscos acidentários;

III - funcionalidade e utilidade de acordo com a natureza de uso;

IV - conforto ao servidor durante a execução de suas atividades laborais;

V - adaptabilidade e proteção às condições climáticas;

VI - uniformidade e consistência da comunicação visual; e

VII - fortalecimento da identidade institucional da PRF.

Seção II

Das Definições

Art. 3º Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se:

I - Distintivo:

a) de Identificação Nominal: identificação funcional do servidor, composta por parte ou partes do nome e ou sobrenome, utilizada para individualizar o servidor;

b) de Hierarquia: insígnia que designa no uniforme a Função Comissionada ou Gratificada ocupada;

c) de Classe: insígnia que indica o grau hierárquico dentro das classes da carreira de Policial Rodoviário Federal;

d) de Tempo de Serviço: insígnia utilizada no uniforme de cerimônia para evidenciar o tempo de serviço dedicado pelo policial à carreira de Policial Rodoviário Federal;

e) de Áreas de Gestão: insígnia utilizada no uniforme de cerimônia para evidenciar a área temática à qual o Policial Rodoviário Federal encontra-se vinculado.

f) de Cursos: brevê que designa a formação, capacitação ou especialização em ações promovidas, homologadas ou autorizadas pela PRF;

g) de Condecoração:

1. Medalha: símbolo que identifica uma distinção honorífica de ordem civil ou militar;

2. Barreta: peça de metal revestida de um ou mais pedaços de fita ou esmaltada por faixas;

3. Faixa: fita larga usada a tiracolo (em banda), da direita para a esquerda, com a insígnia da ordem pendente;

4. Comenda: venera usada pendente de uma fita representativa;

5. Placa: chapa de metal esmaltada sobreposta a uma peça de metal dourado ou prateado;

6. Roseta: condecoração em formato de rosa feita por meio de laço ou nó em fita (no mesmo padrão de cores da fita usada nas medalhas em metal) utilizada na lapela de trajes sociais em substituição à medalha em metal.

II - Emblema PRF: composição dos signos que representam as armas da PRF, conforme instituído pelo Decreto nº 10.438, de 24 de julho de 2020, e previsto no Manual de Identidade Visual da Polícia Rodoviária Federal (MIV/PRF);

III - Logotipo PRF: construção gráfica do conjunto de letras iniciais da Polícia Rodoviária Federal, formando a sigla "PRF" no formato, dimensões e colorações instituídas pelo Decreto nº 10.438, de 24 de julho de 2020, e estabelecido no Manual de Identidade Visual da Polícia Rodoviária Federal (MIV/PRF);

IV - Uniforme: vestuário e equipamentos oficiais utilizados pelo Policial Rodoviário Federal, conforme as especificações do Catálogo dos Uniformes da Polícia Rodoviária Federal (CAT1/PRF);

V - Traje Social: composição de peças de vestuário não institucional que se enquadram em categorias definidas pela formalidade do seu emprego;

VI - Peça: elemento autônomo da composição do conjunto de uniformes; e

VII - Pin PRF: emblema PRF em tamanho reduzido utilizado na lapela do Blazer ou peça correspondente do traje social feminino.

CAPÍTULO II

CLASSIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS UNIFORMES

Art. 4º Os uniformes da Polícia Rodoviária Federal são classificados em:

I - Operacionais:

a) Tático;

b) Tático Camuflado;

c) de Motociclismo;

d) de Aviação; e

e) de Choque;

II - Instrucionais:

a) Docentes:

1. Padrão;

2. Armamento e Tiro; e

3. Especiais;

b) Discentes;

1. Policial; e

2. Aluno;

III - Desportivos:

a) Calor;

b) Frio; e

c) Específicos;

IV - De cerimônias:

a) Gala; e

b) Desfile.

Art. 5º As peças que compõem os Uniformes da Polícia Rodoviária Federal são classificadas:

I - quanto ao uso:

a) Fundamental: de uso obrigatório; ou

b) Complementar: de uso facultativo; e

II - quanto à região do corpo humano em que serão empregadas:

a) Grupo 1: utilizadas na cabeça;

b) Grupo 2: utilizadas no tronco e membros superiores, exceto as mãos;

c) Grupo 3: utilizadas nos membros inferiores; ou

d) Grupo 4: utilizadas nas mãos e nos pés.

Seção I

Uniformes operacionais

Art. 6º Os Uniformes Operacionais da PRF são classificados de acordo com as exigências e especificidades das atividades laborais desenvolvidas pelos servidores policiais, sendo eles:

I - Uniforme Tático: utilizado por policiais rodoviários federais em atividades de policiamento e fiscalização em geral e em atividades especiais;

II - Uniforme Tático Camuflado: utilizado por policiais rodoviários federais das unidades de operações especiais, exceto as unidades de suporte aerotático e motociclismo;

III - Uniforme de Motociclismo: utilizado por policiais rodoviários federais em operações com motocicletas;

IV - Uniforme de Aviação: utilizado por policiais rodoviários federais da área de suporte aerotático; e

V - Uniforme de Choque: utilizado por policiais rodoviários federais da área de controle de distúrbios.

Parágrafo único. As peças que compõem os Uniformes Operacionais deverão observar estritamente as especificações das respectivas Normas Técnicas da Polícia Rodoviária Federal (NTPRF).

Seção II

Uniformes instrucionais

Art. 12. Os Uniformes Instrucionais são aqueles destinados às atividades de formação e capacitação de servidores, categorizados em:

I - de Docente: utilizado por servidores da PRF, integrantes do quadro de docentes e instrutores, em atividades de instrução e ensino:

a) Padrão: utilizado por servidores da PRF em funções regulares de docência / instrução;

b) Armamento e Tiro: utilizado por policiais rodoviários federais para instrução e ensino da disciplina de armamento e tiro; e

c) Especiais: utilizados em ações específicas de instrução e treinamento, a exemplo do quimono.

II - de Discente:

a) Policial: utilizado por policiais rodoviários federais em atividades de aperfeiçoamento e capacitação; e

b) Aluno: utilizado por alunos candidatos ao cargo de Policial Rodoviário Federal durante o Curso de Formação Policial (CFP).

§1º As peças que compõem os Uniformes Instrucionais deverão observar as especificações das respectivas Normas Técnicas da Polícia Rodoviária Federal (NTPRF).

§ 2º É permitido o uso de lenços tipo "shemagh" para a proteção do pescoço durante as atividades instrucionais, desde que observado o padrão cromático do uniforme da PRF, nas seguintes cores:

I - caqui, camuflado ou azul: para docentes e discentes policiais; e

II - branco: para o discente aluno.

Subseção I

Uniforme Instrucional de Docente

Docente Padrão

Art. 13. O Uniforme de Docente Padrão é utilizado por servidores, integrantes do quadro de docentes e instrutores da PRF, durante o exercício das atividades de ensino na formação e capacitação de servidores, exceto nas instruções de armamento e tiro.

§ 1º O Uniforme de Docente Padrão terá a mesma composição do Uniforme Tático.

§ 2º Durante as instruções em que o porte ou uso de armamento for vedado é dispensado o uso do Colete Balístico e do Coldre Tático.

§ 3º É permitido, no ambiente de instrução, compor os uniformes com segunda pele ou camisa de proteção solar aparentes, desde que estas sejam na cor azul-marinho escuro.

§ 4º Estritamente nos ambientes de ensino, para fins de diferenciação dos alunos, é facultado:

I - ao servidor integrante do plano especial de cargos da PRF o uso das seguintes peças:

a) Boné Tático;

b) Camiseta Polo;

c) Cinto Tático;

d) Calça Tática; e

e) Bota Tática.

II - ao Policial Rodoviário Federal aposentado, convocados para atividade de docência, o uso do Uniforme Tático.

Docente de Armamento e Tiro

Art. 14. O Uniforme de Armamento e Tiro destina-se aos policiais rodoviários federais integrantes do quadro de docentes e instrutores da PRF para o desempenho de atividades de ensino na área de armamento e tiro.

Parágrafo único. O Uniforme de Armamento e Tiro é composto por todas as peças do Uniforme Tático, exceto a Camisa de Combate, que será na cor Vermelha, em virtude da necessidade de pronta identificação na linha de tiro.

Subseção II

Uniforme Instrucional de Discente

Discente Policial

Art. 15. O Uniforme Instrucional do Policial destina-se ao uso pelos policiais em ações de treinamento ou capacitações institucionais.

§ 1º A composição do Uniforme Instrucional do Discente Policial será definida pela Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal (UniPRF) no instrumento de convocação da ação de treinamento ou capacitação.

§ 2º A definição tratada no parágrafo anterior deverá garantir o máximo de similitude visual e características de proteção dos Uniformes Operacionais, primando pela adequação das peças às condições do treinamento ou capacitação.

Discente Aluno

Art. 16. O Uniforme Instrucional do Aluno destina-se aos candidatos ao cargo de Policial Rodoviário Federal durante o Curso de Formação Policial (CFP).

§ 1º O Uniforme de Armamento e Tiro é composto de:

I - Peças fundamentais:

a) Grupo I:

1. Boné Aluno;

b) Grupo II:

1. Camiseta Aluno;

c) Grupo III:

1. Cinto Tático;

2. Calça Tática;

3. Cinto de Guarnição;

4. Coldre Tático;

5. Porta Algema; e

6. Porta Carregadores de Pistola.

d) Grupo IV:

1. Bota Tática;

II - Peças Complementares:

a) Grupo I:

1. Lenço tipo "shemagh" na cor branca;

b) Grupo II:

1. Jaqueta Aluno; e

2. Segunda Pele Torso Aluno;

c) Grupo III:

1. Segunda Pele Pernas; e

d) Grupo IV:

1. Luva Aluno.

§ 2º Outras peças do Uniforme Instrucional do Aluno poderão ser definidas pela UniPRF.

§ 3º O Edital de Chamamento para a fase presencial do CFP deverá conter as especificações das peças do Uniforme Instrucional do Aluno.

Seção III

Uniformes desportivos

Art. 17. Os Uniformes Desportivos são aqueles destinados à prática de atividades físicas pelos policiais em atividades desportivas realizadas no âmbito da PRF, categorizados em:

I - de Calor;

II - de Frio; e

III - Específicos.

Parágrafo único. As peças que compõem os Uniformes Desportivos deverão observar as especificações das respectivas Normas Técnicas da Polícia Rodoviária Federal (NTPRF).

Calor

Art. 18. O Uniforme Desportivo de Calor destina-se ao uso pelos policiais rodoviários federais para a prática de atividades físicas em ações desportivas da PRF em ambientes de clima quente.

§ 1º O Uniforme Desportivo de Calor Feminino é composto de:

I - Boné Tático;

II - Camiseta Cáqui Feminina;

III - Bermuda Azul Feminina;

IV - Meia Branca; e

V - Tênis Preto.

§ 2º O Uniforme Desportivo de Calor Masculino é composto de:

I - Boné Tático;

II - Camiseta Cáqui Masculina;

III - Bermuda Azul Masculina;

IV - Meia Branca; e

V - Tênis Preto.

Frio

Art. 19. O Uniforme Desportivo de Frio destina-se ao uso pelos policiais rodoviários federais para a prática de atividades físicas em ações desportivas da PRF em ambientes de clima frio.

§ 1º Uniforme Desportivo de Frio Feminino é composto de:

I - Boné Tático;

II - Jaqueta de Abrigo Feminina;

III - Calça de Abrigo Feminina;

IV - Meia Preta; e

V - Tênis Preto.

§ 2º Uniforme Desportivo de Frio Masculino é composto de:

I - Boné Tático;

II - Jaqueta de Abrigo Masculina;

III - Calça de Abrigo Masculina;

IV - Meia Preta; e

V - Tênis Preto.

Específicos

Art. 20. Os Uniformes Desportivos Específicos destinam-se ao uso pelos policiais rodoviários federais em ações desportivas da PRF ou competições de interesse para a imagem institucional, mediante análise da CGCOM e autorização do Diretor-Geral.

Seção IV

Uniformes de Cerimônias

Uniforme de gala

Art. 21. O Uniforme de Gala será utilizado pelo PRF em solenidades e eventos cívicos públicos ou privados, casamentos, velórios, formatura de conclusão de curso, posse de servidores públicos, solenidades de missões diplomáticas, núncio apostólico ou consulares, solenidades de organismos internacionais e demais ocasiões em que o traje civil correspondente seja gala ou passeio completo ou, ainda, quando descritos na ordem de serviço / missão.

§ 1º O Uniforme de Gala masculino é composto de:

I - túnica azul escura com botões em metal dourado;

II - camisa social azul escuro de mangas compridas;

III - gravata vertical azul escura lisa;

IV - calça social cáqui com faixas azuis-escuras verticais laterais;

V - cinto de couro marrom;

VI - meia social marrom lisa;

VII - sapato social masculino marrom café;

VIII - quepe azul escuro; e

IX - faixas transversais amarelas nos antebraços conforme o tempo de atividade policial na PRF.

§ 2º O Uniforme de Gala feminino é composto de:

I - túnica azul escura com botões em metal dourado;

II - camisa social azul escura de mangas compridas;

III - gravata vertical azul escura lisa;

IV - calça social ou saia cáqui com faixas azuis-escuras verticais laterais;

V - cinto de couro marrom;

VI - meia social marrom lisa para uso com calça ou meia calça cáqui para uso com saia:

VII - sapato social feminino tipo scarpin marrom café;

VIII - quepe feminino azul escuro; e

IX - faixas transversais amarelas nos antebraços conforme o tempo de atividade policial na PRF.

§ 3º É permitido o sepultamento do Policial Rodoviário Federal trajando o uniforme de gala ou de desfile mediante declaração de última vontade do finado ou declaração da família ainda que verbal.

Uniforme de desfile

Art. 22. O Uniforme de Desfile será utilizado nas hipóteses do art. 21, bem como em feiras, exposições, amostras, desfiles cívicos, guardas especiais, guardas de honra, cortejos fúnebres e demais solenidades especiais.

§ 1º A utilização do uniforme previsto no caput somente ocorrerá mediante convocação expressa em ordem de serviço / missão expedida pela autoridade máxima da unidade de lotação do servidor (Superintendentes, Coordenador-Geral da UniPRF, Diretores e Diretor-Geral).

§ 2º O Uniforme de Desfile masculino é composto de:

I - túnica azul escura com botões em metal dourado;

II - camisa social azul escura de mangas compridas;

III - gravata vertical azul escura lisa;

IV - calça social cáqui com faixas azuis-escuras verticais laterais;

V - cinto de couro cáqui com liga transversal até o ombro esquerdo;

VI - coldre de couro cáqui em molde para pistola Glock G17;

VII - porta carregadores de couro cáqui em molde para carregadores de pistola Glock G17;

VIII - luvas cáqui;

IX - cinto de couro marrom;

X - meia cáqui lisa;

XI - botas altas cáqui;

XII - chapéu trooper azul escuro; e

XIII - faixas transversais amarelas nos antebraços em quantidade conforme o tempo de função policial na PRF.

§ 3º O Uniforme de Desfile feminino é composto de:

I - túnica azul escura com botões em metal dourado;

II - camisa social azul escura de mangas compridas;

III - gravata vertical azul escura lisa;

IV - calça social cáqui com faixas azuis-escuras verticais laterais, em corte adaptado para uso de botas altas;

V - cinto de couro cáqui com liga transversal até o ombro esquerdo;

VI - coldre de couro cáqui em molde para pistola Glock G17;

VII - porta carregadores de couro cáqui em molde para carregadores de pistola Glock G17;

VIII - luvas cáqui;

IX - cinto de couro marrom;

X - meia cáqui lisa;

XI - botas altas cáqui;

XII - chapéu trooper azul escuro; e

XIII - faixas transversais amarelas nos antebraços em quantidade conforme o tempo de função policial na PRF.

Coberturas dos Uniformes de Cerimônia

Art. 23. As coberturas do uniforme de cerimônias subdividir-se-ão em:

I - quepe (masculino e feminino): utilizado por policiais rodoviários federais nos Uniformes de Gala;

II - chapéu trooper azul: utilizado por policiais rodoviários federais nos Uniformes de Desfile.

Art. 24. As coberturas devem ser usadas de forma a ficarem horizontalmente posicionadas.

Parágrafo único. O Policial Rodoviário Federal trajando a cobertura do uniforme de cerimônia, ao se descobrir, deverá conduzi-la entre o braço esquerdo e o corpo, com o interior voltado para o corpo e o brasão voltado para frente.

Art. 25. O uso das coberturas dos uniformes de cerimônia é obrigatório em locais descobertos e durante o transcurso do respectivo evento e/ou cerimônia.

CAPÍTULO III

TRAJES SOCIAIS

Art. 26. Os Trajes Sociais, classificados conforme a natureza da formalidade do evento ou ocasião, são divididos em:

I - Passeio Completo;

II - Esporte Fino.

Art. 27. O Traje Passeio Completo, vestimenta formal, é composto pelas seguintes peças:

a) Masculino:

1. Terno escuro;

2. Gravata;

3. Camisa social de mangas compridas;

4. Calça Social escura;

5. Cinto social; e

6. Sapato social escuro.

b) Feminino:

1. Saia social;

2. Blusa social;

3. Vestido social; e

4. Sapato, Sapatilha ou Sandália sociais.

Art. 28. O Traje Esporte Fino, vestimenta de menor formalidade, é composto pelas seguintes peças:

a) Masculino:

1. Camisa ou Camiseta Polo;

2. Calça;

3. Cinto; e

4. Sapato.

b) Feminino:

1. Vestido; ou

2. Blusa e Saia ou Calça; e

3. Bota, Sapato, Sapatilha ou Sandália.

§ 1º Os Trajes Sociais admitem a composição com peças de inverno.

§ 2º As peças que compõem os Trajes Sociais devem primar pela sobriedade.

Art. 29. Os Trajes Sociais serão utilizados:

I - pelos servidores do Plano Especial de Cargos; e

II - excepcionalmente, por policiais em reuniões externas, cujo uso esteja expressamente previsto no convite ou em ordem de serviço / missão.

Parágrafo único. O servidor que utilizar o Traje Social deverá portar o respectivo Cartão de Identificação Pessoal (CIP), na forma de regulamento específico, bem como o Pin da PRF.

CAPÍTULO IV

DISTINTIVOS

Art. 30. Os Distintivos são elementos designativos usados para transmitir informações relevantes acerca das funções, classe, tempo de serviço, cursos, identificação do servidor ou alguma condecoração que tenha alcançado em sua carreira.

Art. 31. Os Distintivos PRF são classificados em:

I - de Identificação Nominal (ID-N):

1. Filme;

2. Emborrachado:

2.1. Azul; e

2.2. Camuflado;

3. Metálico;

II - de Hierarquia:

a) Azul;

b) Camuflado; e

c) Metálico;

III - de Classe:

a) Azul;

b) Camuflado; e

c) Metálico;

IV - de Tempo de Serviço:

V - de Áreas de Gestão;

VI - de Cursos:

a) Brevê:

1. Azul; e

2. Camuflado;

b) Manicaca;

VII - de Condecoração:

a) Medalha;

b) Emborrachada:

1. Azul; e

2. Camuflada;

c) Barreta;

d) Faixa;

e) Comenda;

f) Placa; e

g) Roseta.

§ 1º Nos Uniformes Operacionais somente poderão ser utilizados distintivos emborrachados, sendo vedado o uso de quaisquer distintivos metálicos.

§ 2º É vedado o uso de distintivos em quantidade, configurações, locais ou peças de uniforme diferentes do que prescreve este regulamento.

§ 3º É vedado o uso de símbolos designativos de outras instituições ou unidades nos uniformes da PRF.

Distintivos de identificação

Art. 32. Os Distintivos de Identificação Nominal (ID-N) são utilizados para identificar o Policial Rodoviário Federal por meio de seu nome funcional, sendo obrigatório o seu uso na peça de uniforme mais externa da composição do uniforme.

Parágrafo único. As especificações técnicas, em especial as características dimensionais e cromáticas, dos Distintivos de Identificação Nominal (ID-N) deverão atender ao definido pela respectiva Norma Técnica da Polícia Rodoviária Federal (NTPRF).

Art. 33. Os Distintivos de Identificação Nominal (ID-N) serão fixados nos uniformes por meio de:

I - filme: por termotransferência;

II - emborrachado: por meio de fecho de contato (velcro);

III - metálico: por meio de estiletes / pinos.

Art. 34. O Distintivo de Identificação Nominal por Filme (ID-NF), termotransferido em processo que emprega o calor para transferir filme de polímero do nome funcional do servidor, será aplicado diretamente nas peças de uniforme feitas de tecido de malha.

Parágrafo único. O Distintivo de Identificação Nominal por Filme (ID-NF), empregado nas Polos, Camisas de Combate e Camisetas, será aplicado conforme a Figura 9.

Art. 35. O Distintivo de Identificação Nominal Emborrachado (ID-NE) contendo fecho de contato (velcro) macho será fixada no fecho de contato (velcro) fêmea que será costurado, alinhado longitudinalmente com o centro vertical do Emblema PRF, diretamente nas peças de uniforme feitas de tecido plano.

Parágrafo único. O Distintivo de Identificação Nominal Emborrachado (ID-NE), empregado nas Gandolas, Coletes Balísticos e Táticos e Jaquetas, será afixado conforme Figura 10.

Art. 36. Os Distintivos de Identificação Nominal Emborrachados (ID-NE) seguirão a padronagem de coloração do uniforme que está sendo empregado.

Parágrafo único. Os Distintivos de Identificação Nominal Emborrachados (ID-NE) serão de duas espécies:

I - Azul: empregado nos Uniformes Tático, de Motociclismo, de Aviação e de Choque; e

II - Camuflado: empregado nos Uniformes Tático Camuflado.

Art. 37. Os Distintivos de Identificação Nominal Metálicos (ID-NM), utilizados nos uniformes de cerimônia, constituem-se em plaquetas confeccionadas em chapa de aço com banho dourado, com bordas abauladas e quinas em 90º, medindo 75 mm de comprimento x 18 mm de altura e 3 mm de espessura, fixadas por meio de pinos, tipo parafuso ou agulha, e ajustados por meio de tucho de plástico.

Parágrafo único. O Distintivo de Identificação Nominal Metálico (ID-NM) será fixado na pestana do bolso direito, com seu bordo superior tangenciando o bordo superior da pestana do bolso, conforme Figura 11.

Distintivos de hierarquia

Art. 38. Os Distintivos de Hierarquia são insígnias utilizadas no uniforme para indicar a função de gestão ocupada pelo Policial Rodoviário Federal, classificando-se em:

I - táticas: afixadas nas camisas de combate e gandolas;

II - camufladas: afixadas nas camisas de combate e gandolas camufladas;

III - metálicas: afixadas na gola da camisa e no ombro do paletó dos uniformes de cerimônia.

Art. 39. Os distintivos tratados no artigo anterior indicarão a função ocupada pelo Policial Rodoviário Federal, dividindo-se em 9 níveis hierárquicos:

I - Diretor-Geral;

II - Diretores;

III - Coordenadores-Gerais;

IV - Coordenadores;

V - Chefes de Divisão;

VI - Chefes de Serviço;

VII - Chefes de Seção;

VIII - Chefes de Setor;

IX - Chefes de Núcleo;

§ 1º As Insígnias Táticas serão confeccionadas em material emborrachado, as Insígnias Camufladas em Tecido recortado a laser e as Insígnias Metálicas serão confeccionadas em material conforme especificações constantes na respectiva Norma Técnica da Polícia Rodoviária Federal (NTPRF).

§ 2º Os servidores designados formalmente para exercer a função de substituto deverão empregar as Insígnias do respectivo cargo ou função somente quando do efetivo exercício da substituição ou da representação.

§ 3º É vedada a aplicação do Distintivo de Cargo ou Função diretamente no tecido por meio de bordado ou termotransferência.

§ 4º As Insígnias de hierarquia deverão ser empregadas exclusivamente na gola direita das peças elencadas nos incisos do caput do artigo anterior, bem como em tamanho básico nos ombros das túnicas dos uniformes de representação, conforme indicado nas Figuras 39, 40 e 41.

Distintivos de Classe

Art. 40. Os Distintivos de Classe são insígnias utilizadas no uniforme para indicar a respectiva classe da carreira ocupada pelo Policial Rodoviário Federal, classificando-se em:

I - táticas: afixadas nas camisas de combate e gandolas;

II - camufladas: afixadas nas camisas de combate e gandolas camufladas;

III - metálicas: afixadas na gola da camisa e no ombro do paletó dos uniformes de cerimônia.

Art. 41. Os distintivos tratados no artigo anterior dividem-se em 4 níveis hierárquicos:

I - Classe Especial;

II - Primeira Classe;

III - Segunda Classe;

IV - Terceira Classe;

§ 1º As Insígnias Táticas serão confeccionadas em material emborrachado, as Insígnias Camufladas em Tecido recortado a laser e as Insígnias Metálicas serão confeccionadas em material conforme especificações constantes na respectiva Norma Técnica da Polícia Rodoviária Federal (NTPRF).

§ 2º Os servidores designados formalmente para exercer função de gestão deverão utilizar o respectivo distintivo de hierarquia previsto no art. 39, sendo vedada a utilização do distintivo de classe ou a combinação de ambos.

§ 3º É vedada a aplicação do Distintivo de Cargo ou Função diretamente no tecido por meio de bordado ou termotransferência.

§ 4º As Insígnias de classe deverão ser empregadas exclusivamente na gola direita das peças elencadas nos incisos do caput do artigo anterior, bem como em tamanho básico nos ombros das túnicas dos uniformes de representação, conforme indicado nas Figuras 54, 55 e 56.

Distintivos de Tempo de Serviço

Art. 42. Os Distintivos de Tempo de Serviço são insígnias formadas por faixas diagonais amarelas nos antebraços dos uniformes de cerimônia para indicar o tempo de serviço dedicados pelo servidor à carreira de Policial Rodoviário Federal, sendo:

I - nenhuma faixa: até 9 anos de exercício de atividade policial na PRF;

I - uma faixa: 10 a 19 anos de exercício de atividade policial na PRF;

II - duas faixas: 20 a 29 anos de exercício de atividade policial na PRF;

III - três faixas: mais de 30 anos de exercício de atividade policial na PRF.

Parágrafo único. As insígnias de tempo de serviço poderão ser utilizadas nos uniformes de representação por todos os Policiais Rodoviários Federais do quadro de ativo ou aposentados.

Distintivos de Áreas de Gestão

Art. 43. Os Distintivos de Áreas de Gestão são insígnias utilizadas nos uniformes de cerimônia para evidenciar a área temática a qual o PRF encontra-se vinculado, sendo:

I - Gabinete:

II - Executiva:

III - Operações:

IV - Inteligência:

V - Corregedoria:

VI - Gestão de Pessoas:

VII - Administração e Logística:

VIII - Tecnologia da Informação e Comunicação.

§ 1º As Insígnias de Área de Gestão serão confeccionadas em material metálico conforme especificações constantes na respectiva Norma Técnica da Polícia Rodoviária Federal (NTPRF).

§ 2º As Insígnias de Área de Gestão deverão ser empregadas exclusivamente na gola esquerda das camisas e paletós dos uniformes de cerimônia, conforme indicado na Figura 58.

Distintivos de cursos

Art. 44. Os Distintivos de Cursos são símbolos ou inscrições utilizadas nos uniformes para evidenciar os cursos de Capacitação, Aperfeiçoamento e Altos Estudos do policial rodoviário federal, classificados em:

I - Brevês:

a) Táticos: empregados nos Uniformes Tático, de Motociclismo, de Aviação e de Choque; e

b) Camuflados: empregados nos Uniformes Tático Camuflado;

II - Manicacas:

a) Táticos: empregados nos Uniformes Tático, de Motociclismo, de Aviação e de Choque; e

b) Camuflados: empregados nos Uniformes Tático Camuflado.

§ 1º Portaria da Direção-Geral deverá instituir os distintivos de cursos da PRF, previstos na Instrução Normativa PRF nº 73, de 07 de fevereiro de 2022 (SEI nº 39226993).

§ 2º Os Distintivos de Curso alusivos às ações de capacitação de outras instituições poderão ser utilizados mediante autorização da CGCOM.

§ 3º Os cursos externos devidamente homologados pela PRF, na forma do art. 4º da Instrução Normativa PRF nº 73, de 2022 (SEI nº 39226993), dispensam a autorização prevista no parágrafo anterior.

Uso dos Brevês e Manicacas

Art. 45. Os Brevês e Manicacas serão utilizados conforme as seguintes prescrições:

I - a fixação dos distintivos de cursos nos uniformes táticos se dará nos espaços apropriados, localizados nos bolsos das mangas:

II - os distintivos de cursos (brevês e manicacas) de cursos ministrados pela PRF serão utilizados no velcro do bolso do lado direito, abaixo do Logotipo PRF, conforme as seguintes configurações e quantitativos:

a) até quatro brevês:

b) até três manicacas;

III - os distintivos de cursos (brevês e mancadas) de cursos realizados em outras instituições serão utilizados no velcro do bolso do lado esquerdo, abaixo da bandeira do Brasil, conforme as seguintes configurações e quantitativos:

a) uma manicaca e um brevê:

b) até duas manicacas:

c) até três brevês:

Parágrafo único. Quando o servidor possuir quantidade de cursos que não permita a utilização de todos os distintivos de curso no bolso que deveria ser empregado, fica permitida a utilização de forma diversa do disposto nos incisos II e III, observando-se as configurações e quantitativos permitidos.

Distintivos de condecoração

Art. 46. Os Distintivos de Condecorações representam as homenagens recebidas por policiais rodoviários federais por feitos que mereçam destaque.

Art. 47. Os Distintivos de Condecorações são classificados quanto ao uso em:

I - Emborrachados:

a) Táticos: empregados nos Uniformes Tático, de Motociclismo, de Aviação e de Choque; e

b) Camuflados: empregados nos Uniformes Tático Camuflado.

II - Medalhas, barretas, faixas, comendas e placas: empregados nos Uniformes de Cerimônia;

III - Rosetas: nos Trajes Sociais de Passeio Completo.

Parágrafo único. A fixação das condecorações de metal previstas nos incisos II e III se dará por meio de um ou dois pinos, tipo parafuso ou agulha, ajustados por meio de porca ou de tucho de plástico, respectivamente.

Condecorações nos Uniformes Operacionais

Art. 48. Os Distintivos de Condecoração Emborrachados (DCE) são de uso exclusivo nos Uniformes Operacionais e serão afixadas no bolso da manga direita.

Parágrafo único. Quando colocadas com outros distintivos, os Distintivos de Condecoração Emborrachados (DCE) deverão ocupar lugar em destaque em relação aos outros distintivos da composição.

Uso das Condecorações nos Uniformes Operacionais

Art. 49. Os Distintivos de Condecoração Emborrachados (DCE) serão utilizados conforme as seguintes prescrições:

I - serão afixadas no bolso direito da manga de forma idêntica aos brevês;

II - quando colocadas com outros distintivos, deverão ocupar lugar em destaque em relação aos outros distintivos da composição; e

III - serão utilizadas em obedecendo as seguintes composições:

Uso das Condecorações nos Uniformes de Cerimônias

Art. 50. Nas cerimônias de entrega de condecorações o agraciado deverá usar apenas a que lhe for entregue.

Art. 51. As condecorações são usadas obrigatoriamente:

I - em paradas e desfiles cívico-militares;

II - nas grandes datas, solenidades, recepções e cerimônias em que assim for determinado;

III - quando o convite ou ordem para ato ou solenidade fixar expressamente essa obrigatoriedade.

IV - quando determinado por autoridade.

Art. 52. Em solenidades e atos oficiais deverão ser utilizadas, prioritariamente, as seguintes condecorações:

I - brasileiras: nas solenidades oficiais nacionais;

II - estrangeiras: nas solenidades sujeitas ao cerimonial de outros países;

III - de organizações militares: solenidades militares.

§ 1º Nas solenidades mencionadas nos incisos II e III deverá ser priorizada a utilização das condecorações do respectivo país ou força (armada ou auxiliar).

§ 2º É vedada a utilização exclusiva de condecorações estrangeiras quando o Policial Rodoviário Federal também possuir condecorações nacionais.

Art. 53. As condecorações nos uniformes de cerimônia obedecerão às seguintes diretrizes:

I - medalhas:

a) dispostas no lado esquerdo da túnica em uma única fileira de no máximo quatro medalhas;

b) a parte inferior da fileira deve tangenciar a parte inferior da pestana do bolso superior esquerdo da túnica;

II - barretas:

a) serão utilizadas em substituição às condecorações quando:

1. determinado por autoridade competente; ou

2. a critério de seus possuidores;

b) dispostas de forma centralizada, acima do bolso esquerdo da túnica ou da camisa;

c) utilização de, no máximo, 20 (vinte) barretas;

d) organizadas em fileiras de:

1. três colunas: até 15 (quinze) barretas;

2. quatro colunas: de 16 (dezesseis) a 20 (vinte) barretas;

III - faixas:

a) poderá ser usada uma de cada vez, colocada a tiracolo, do ombro direito para o quadril esquerdo, passando por baixo da platina e devendo ser ajustada de forma que os laços não ultrapassem de 30 mm abaixo da cintura;

b) seu uso tem como complemento obrigatório a placa correspondente;

IV - comendas:

a) poderão ser usadas no máximo duas por cima da gravata vertical, passando as fitas por baixo do colarinho da camisa;

b) poderão ficar parcialmente recobertas, pendentes do pescoço e dispostas escalonadamente, sendo a primeira junto ao nó da gravata e a seguinte logo abaixo, de modo que as fitas fiquem encobertas e as comendas ligeiramente superpostas;

c) o uso da comenda de Grande-Oficial tem como complemento obrigatório a respectiva placa;

V - placas:

a) poderá ser usada apenas uma, no centro do bolso esquerdo superior da túnica;

b) quando acompanhada de faixa, a placa que a complementa terá prioridade de uso.

Condecoração nos Trajes Sociais

Art. 54. As Rosetas são condecorações de uso exclusivo nos Trajes Sociais e serão afixadas obrigatoriamente na lapela das peças superiores do referido traje.

Parágrafo único. É permitido o uso de Rosetas de condecorações recebidas por órgãos externos.

Símbolo da PRF

Art. 55. O símbolo da PRF é a representação heráldica estilizada do emblema da corporação, na forma do Decreto nº 10.438, de 24 de julho de 2020, e será confeccionado em escudo metálico dourado para composição nos uniformes de Gala e Desfile da PRF.

Parágrafo único. As dimensões das inscrições deverão obedecer ao disposto no Manual de Identidade Visual (MIV) da PRF.

CAPÍTULO V

APRESENTAÇÃO PESSOAL

Art. 56. Os policiais rodoviários federais, quando uniformizados, deverão observar as seguintes prescrições quanto à apresentação pessoal:

I - masculino:

a) cabelo:

1. deverá ser mantido curto;

2. vedado cortes tipo moicano, samurai ou exóticos;

3. permitida a coloração artificial, desde que mantida as cores naturais do cabelo humano, em tonalidade discreta.

b) barba, bigode e cavanhaques são permitidos desde que:

1. bigodes: a extensão não ultrapasse a linha superior dos lábios; ou

2. barba ou cavanhaque: devem ser mantidos aparados, com comprimento máximo de 25mm ou uma polegada (padrão de máquina Nº 8), com os contornos bem definidos no rosto e no pescoço.

c) unhas: devem estar sempre limpas, incolores, mantidas permanentemente aparadas e com comprimento reduzido;

d) brincos: vedado o uso de brincos, alargadores e/ou assemelhados.

II - feminino:

a) cabelo:

1. curto: pode ser usado solto, sendo considerado cabelo curto aquele cujo comprimento máximo tangencie a gola dos uniformes;

2. médio e longo: deverá ser usado sempre preso com adornos discretos, em coque, "rabo de cavalo" ou trança embutida tradicional;

3. pode ser utilizado franja, desde que seu comprimento não exceda a linha das sobrancelhas;

4. vedado cortes tipo moicano, samurai ou exóticos;

5. permitida a coloração artificial, desde que mantidas as cores naturais do cabelo humano, em tonalidade discreta.

b) maquiagem e batom: permitido em tonalidade discretas.

c) unhas:

1. devem estar sempre aparadas, tratadas e higienizadas;

2. poderão ser pintadas com esmalte base ou esmalte em cores claras ou escuras, em cor única;

3. não é permitido o uso de esmaltes com coloração múltipla, cores florescentes ou assemelhadas, desenhos, pedras, ou outros adereços com apetrechos desenhados, colados ou sobrepostos.

d) brincos:

1. é permitido somente um par de brincos, de tamanho e tipo discreto, com comprimento não superior a 20 (vinte) mm, não sendo permitido argolas e/ou pingentes;

2. em caso de mais de uma perfuração, deverá ser utilizada somente a do lóbulo da orelha.

§ 1º O uso de óculos observará as seguintes diretrizes:

I - a armação: deverá possuir formato discreto, acompanhando o formato do rosto;

II - a lente: deverá ser transparente ou de cor única, degradê ou espelhada, em tonalidades discretas, tais como preta, marrom ou esverdeada.

§ 2º O disposto no caput aplica-se aos policiais não uniformizados, servidores do Plano Especial de Cargos, colaboradores, terceirizados e estagiários, com exceção do inciso II, alínea "a", itens 1, 2 e 3 e alínea "d".

§ 3º É vedado:

I - o uso de piercings nasal, de língua, labial, de face, na sobrancelha e na orelha;

II - uso de pulseiras, colares, gargantilhas ou assemelhados que possam oferecer risco à segurança policial;

III - exposição de tatuagem com conteúdo possivelmente ofensivo ou atentatório aos valores institucionais ou aos princípios da atividade policial;

IV - qualquer imposição não prevista neste artigo que não tenha fundamento na segurança do policial ou de seus pares, ainda que em caráter temporário, em razão da lotação ou em ações de capacitação.

Art. 57. As peças dos Uniformes ou dos Trajes Sociais deverão estar limpas e bem conservadas.

Parágrafo único. O disposto no caput não é aplicável às sujidades, manchas, rasgos, furos ou assemelhados que sobrevenham de evento ocorrido na mesma escala de trabalho da constatação.

CAPÍTULO VI

PRESCRIÇÕES, VEDAÇÕES, DISPENSAS E AUTORIZAÇÕES

Prescrições

Art. 58. Os uniformes estabelecidos neste Regulamento constituem prerrogativa exclusiva dos policiais rodoviários federais ativos, bem como dos policiais inativos quando no exercício de atividades laborais na PRF, mediante autorização formal.

§ 1º É facultado ao Policial Rodoviário Federal, na inatividade, o uso dos uniformes para comparecer a solenidades públicas, cerimônias cívicas, atos sociais solenes de caráter particular ou outros eventos em que o uso do uniforme represente benefícios para a imagem institucional da PRF.

§ 2º O uso de uniforme por Policial Rodoviário Federal que for cedido a outro órgão ou entidade dependerá de autorização do Diretor-Geral.

§ 3º Fica autorizada a confecção de réplica dos uniformes para uso exclusivamente em crianças em ocasiões festivas no intuito de homenagear a PRF, fortalecer a boa imagem institucional e gerar proximidade entre a PRF e a população.

§ 4º Os policiais rodoviários federais que comparecerem uniformizados em solenidades ou quaisquer atos sociais deverão fazê-lo com uniforme estabelecido para o evento, sob pena de responder disciplinarmente por eventuais prejuízos à imagem institucional da PRF.

§ 5º O Diretor-Geral poderá proibir definitivamente o uso dos uniformes previstos neste regulamento pelo Policial Rodoviário Federal aposentado que, uniformizado, se apresente incorretamente uniformizado ou tenha procedimento irregular.

Art. 59. Constitui obrigação de todo Policial Rodoviário Federal zelar pela boa apresentação de seus uniformes, observando-se notadamente:

I - a limpeza das peças;

II- o cuidado em manter as peças abotoadas e os bolsos fechados;

III - a boa apresentação geral e alinhamento do uniforme;

IV - a sobriedade e discrição, inclusive quando forem usados os adornos permitidos; e

V - a fixação da barra da calça tática sobre o coturno por meio de velcro ou bombacha.

Art. 60. O porte ostensivo de arma de fogo em coldre tático, assim como o uso do cinto de guarnição, porta algema, porta carregador e colete de proteção balística são obrigatórios para o desempenho de atividades de policiamento e fiscalização.

§ 1º A obrigatoriedade tratada no caput deste artigo não se aplica às atividades:

I - de ensino, quando desenvolvidas em ambiente com acesso restrito ao público, devidamente previstos no plano de aula;

II - desenvolvidas em ambiente com acesso restrito ao público, inclusive edificações da PRF; e

III - em que seja utilizado o uniforme com a finalidade de representação institucional.

§ 2º Nas hipóteses elencadas no parágrafo anterior é permitido o uso de coldre administrativo composto por, no mínimo, um sistema de retenção, sendo vedada a sua utilização nas atividades operacionais de policiamento e fiscalização.

§ 3º É facultativo, embora recomendável, o uso do colete balístico durante os horários de refeição, no interior de estabelecimentos comerciais e de edificações da PRF, devendo, em todos os casos, o policial portar sua arma de fogo e zelar pela própria segurança e da equipe.

§ 4º Quando do uso de Trajes Passeio Completo e Passeio, o porte de arma de fogo deverá ser velado, exceto quando o Distintivo PRF for fixado contíguo ao Coldre.

Vedações

Art. 61. É vedado ao Policial Rodoviário Federal:

I - usar peças isoladas do uniforme que possuam o Logotipo ou Emblema PRF com outros trajes;

II - usar uniformes incompletos ou composições não apresentadas neste regulamento;

III - usar peças do uniforme, mesmo que isoladas, em situações não afetas à atividade da PRF, alheias à atuação policial ou em contrariedade ao regulamento disciplinar;

IV - descaracterizar ou alterar as características das peças de uniforme e equipamentos fornecidos pela PRF;

V - utilizar peças, objetos, equipamentos, inscrições, brevês, distintivos ou outros símbolos não previstos neste regulamento ou não autorizados por normativos da PRF;

VI - adquirir peças de uniformes em fornecedor não credenciado pela PRF, sem a autorização da DIAD;

VII - emprestar ou doar peças do uniforme da PRF para pessoas que não fazem parte do quadro de policiais da instituição, salvo com autorização expressa da CGCOM, em caráter de representação institucional ou em casos específicos;

VIII - fazer uso do uniforme quando suspenso, afastado, licenciado ou impedido de utilizar armamento;

IX - usar peças que não atendam às especificações das NTPRF;

X - usar os Símbolos Nacionais (Bandeira Nacional ou Armas Nacionais) em desacordo com o previsto no Manual de Identidade Visual da Polícia Rodoviária Federal (MIV/PRF);

XI - usar Símbolos Institucionais (Emblema PRF ou Logotipo PRF) em padrões monocromáticos, em tons de cinza ou qualquer outra coloração ou composição diferente das especificadas nas Normas Técnicas da Polícia Rodoviária Federal (NTPRF) e no Manual de Identidade Visual da Polícia Rodoviária Federal (MIV/PRF);

XII - usar nos Uniformes da PRF qualquer outro distintivo, insígnia ou símbolo de qualquer entidade, instituição, órgão, religião ou convicção que não esteja estabelecido neste Regulamento;

XIII - utilizar inscrições adicionais ou símbolos de grupos, locais ou áreas nos Uniformes PRF;

XIV - usar uniformes e peças não contempladas neste Regulamento;

XV - usar peças dos uniformes antigos ou com símbolos institucionais (Logotipo PRF ou Emblema PRF) antigos;

XVI - usar equipamentos ou peças de uniforme em coloração diferente das especificadas neste Regulamento ou nas Normas Técnicas da Polícia Rodoviária Federal (NTPRF);

XVII - usar capa de colete balístico, coletes táticos (modular ou não) e seus acessórios na coloração preta; e

XVIII - peças demasiadamente folgadas ou justas ao extremo.

Parágrafo único. Não se aplica a vedação:

I - do inciso VIII: aos servidores afastados para usufruto de licença ou evento de capacitação e aos servidores licenciados para exercício de mandato eletivo em eventos oficiais da PRF;

II - do inciso XIII, quanto ao uso de símbolos relacionados a campanhas ou ações nas quais a PRF esteja inserida ou patrocine.

Art. 62. É vedado:

I - exigir o uso de uniformes e critérios de apresentação pessoal não previstos neste Regulamento;

II - adquirir, solicitar a aquisição ou autorizar o uso, independentemente da origem dos recursos empregados, de peças, equipamentos, itens ou composições de uniforme em desacordo com o presente Regulamento, com especificações técnicas distintas das previstas nas NTPRF ou sem autorização formal e prévia da CGCOM;

III - especificar, limitar ou impedir, em convocações ou ordens de missões, o uso de peças ou combinações não previstas neste Regulamento; e

IV - a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, o uso de insígnias, distintivos, uniformes ou peças complementares cujas cores, formas ou modelos que se assemelhem ou se confundam com os da Polícia Rodoviária Federal, ficando os transgressores sujeitos às penas do art. 46 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941.

Dispensas e Autorizações

Art. 63. A policial gestante fica dispensada do uso de uniformes.

Art. 64. Quando do desempenho de atividades de natureza velada, os servidores policiais ficarão dispensados das regras previstas neste Regulamento, prevalecendo o uso de vestimenta e apresentação pessoal compatíveis com a peculiaridade da atividade.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento do caput, caberá aos Diretores definirem as atividades de natureza velada no âmbito de suas respectivas unidades e áreas de vinculação técnica junto às Superintendências, UniPRF e Delegacias.

Art. 65. É permitido o uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPI não previstos neste Regulamento, desde que:

I - tenham pertinência com os riscos e atividades desempenhadas pelo policial;

II - não descaracterizem o uniforme; e

III - não esconda os distintivos e símbolos institucionais.

Art. 66. É permitido aos policiais usar peças de roupas internas na composição do uniforme, desde que nenhuma parte fique aparente e a padronização visual da composição seja mantida.

Art. 67. O uso dos Bonés, Chapéus, Gorros e demais peças do grupo I é dispensado quando no interior de edificações.

Art. 68. Os policiais operadores cinotécnicos, ao realizarem as atividades de cuidado da saúde, limpeza, adestramento e de limpeza, estão dispensados do uso do uniforme.

Art. 69. O uso de balaclava é autorizado em ações policiais de alto risco e quando a identificação do policial por criminosos trouxer risco à sua segurança.

Parágrafo único. A hipótese do caput deve ser previamente aprovada pelo gestor responsável pela operação, ainda que por canais ágeis de comunicação, com a posterior formalização dos atos administrativos pertinentes.

Art. 70. Fica permitido o uso de trajes infantis representando os uniformes da PRF, como forma de simbolizar o heroísmo que cada policial representa ao seu filho e admiradores.

Art. 71. O boné, chapéu e gorro táticos, o quepe do uniforme de gala e o chapéu do uniforme de desfile poderão ser objeto de doação institucional com o intuito de valorização e promoção da marca PRF pelos Superintendentes, Corregedor-Geral e Diretores, mediante instauração de processo no SEI para fins de registro e controle patrimonial, sendo vedada a utilização por terceiros fora de ambiente controlado pela PRF.

CAPÍTULO VII

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS UNIFORMES

Art. 72. Os uniformes somente poderão ser comercializados diretamente aos policiais por pessoas jurídicas previamente cadastradas e autorizadas pela Diretoria de Administração e Logística (DIAD).

§ 1º Para comercialização dos uniformes, o fabricante ou revendedor deverá apresentar uma peça piloto do uniforme em conformidade com as características e padrões previstos neste Regulamento para avaliação da CGCOM, a quem competirá subsidiar a DIAD na autorização de comercialização.

§ 2º A autorização será sempre precária, podendo ser revogada a qualquer tempo discricionariamente respeitando-se a isonomia e livre concorrência.

§ 3º A autorização será cassada pelo Diretor de Administração e Logística se for constatado (a):

I - a comercialização de peças de uniforme em desconformidade com o modelo apresentado;

II - o fornecimento, a qualquer título, de peças de uniforme para pessoas estranhas aos quadros da PRF.

§ 4º A pessoa que tenha a autorização cassada não poderá ingressar com novo pedido de autorização pelo prazo de 3 (três) anos.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 73. As áreas de logística deverão:

I - instituir, divulgar e manter permanentemente atualizado cronograma de fornecimento de uniformes;

II - prover a distribuição, a reposição e a substituição de peças dos uniformes; e

III - propiciar a reposição de peças do uniforme na periodicidade e quantidade necessárias à boa manutenção das condições de apresentação pessoal do Policial Rodoviário Federal.

IV - manter estoque das peças dos uniformes e equipamentos com o objetivo de garantir a pronta substituição e reposição, quando necessário;

V - manter estrutura para receber dos policiais, a qualquer tempo, peças de uniforme inservíveis e em desacordo com a atual regulamentação, bem como para destiná-las adequadamente, conforme o estado de conservação e tipo de material;

VI - manter banco de dados atualizado com as informações de todas as peças de uniforme e equipamentos entregues a cada servidor.

Parágrafo único. É dever do policial devolver as peças antigas em desconformidade com este Regulamento para as áreas de logística.

Art. 74. As peças de uniforme entregues pela Administração são de propriedades da PRF e serão acauteladas individualmente para cada policial.

Art. 75. O extravio, o furto e o roubo de peças de uniforme e equipamentos de propriedade da PRF deverá ser comunicado à administração de imediato.

Art. 76. O Emblema PRF, o Logotipo PRF ou os Distintivos de Identificação (ID-N) das peças de Uniforme e Equipamentos adquiridos às expensas do servidor deverão seguir as mesmas dimensões, coloração e localização das peças entregues pela PRF.

Art. 77. É dever de todo policial, especialmente das chefias imediatas, cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regulamento.

§ 1º O fiel cumprimento do disposto neste Regulamento deverá ser objeto do controle gerencial das chefias imediatas.

§ 2º A reincidência no descumprimento ao disposto neste Regulamento deverá ser encaminhado à área correcional para acompanhamento e possível apuração disciplinar.

Art. 78. Os distintivos regulamentados nesta IN obedecerão às dimensões e especificações constantes no Manual de Identificação Visual (MIV) da PRF.

Art. 79. A CGCOM analisará os pedidos de revisão e as solicitações de esclarecimentos, bem como promoverá a atualização das especificações das peças dos uniformes e dos equipamentos.

Art. 80. Os casos omissos serão dirimidos pela CGCOM.

ANEXO II

CATÁLOGO DE UNIFORMES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (CAT1/PRF)

1. PEÇAS DE UNIFORME

1.1. UNIFORMES OPERACIONAIS

1.1.1. UNIFORME TÁTICO

NTPRF	Descrição
101	Boné Tático
102	Chapéu Tático
103	Gorro Tático
104.1	Camiseta [Feminina]
104.2	Camiseta [Masculina]
105.1	Camiseta Polo [Feminina]
105.2	Camiseta Polo [Masculina]
106	Gandola
107.1	Camisa de Combate [Feminina]
108	Jaqueta Tática
109	Cinto Tático
110.1	Calça Tática [Feminina]
110.2	Calça Tática [Masculina]
111.1	Segunda Pele Torso
111.2	Segunda Pele Pernas
112	Capa de Chuva
113	Luva Tática
114	Bota Tática

1.1.2. UNIFORME TÁTICO CAMUFLADO

NTPRF	Descrição
201	Boné Tático Camuflado
202	Chapéu Tático Camuflado
203	Balaclava Tática Camuflada
204	Gandola Camuflada
205.1	Camisa de Combate Camuflada [Feminina]
205.2	Camisa de Combate Camuflada [Masculina]
206	Jaqueta Tática Camuflada
207.1	Calça Tática Camuflada [Feminina]
207.2	Calça Tática Camuflada [Masculina]
208	Poncho Tático Camuflado
209	Luva Tática Camuflada
210	Bota Tática

1.1.3. UNIFORME DE MOTOCICLISMO

NTPRF	Descrição
301	Capacete de Motociclismo
302	Balaclava de Motociclismo
303	Jaqueta de Motociclismo
304	Cotoveleiras de Motociclismo
305	Calça de Motociclismo
306	Joelheiras de Motociclismo
307	Luva de Motociclismo
308	Bota de Motociclismo

1.1.4. UNIFORME DE AVIAÇÃO

NTPRF	Descrição
401	Capacete de Aviação
402	Camiseta de Aviação
403	Gandola de Aviação
404.1	Camisa de Combate de Aviação [Feminina]
404.2	Camisa de Combate de Aviação [Masculina]
405.1	Calça de Aviação [Feminina]
405.2	Calça de Aviação [Masculina]
406	Jaqueta de Aviação
407	Luva de Aviação
408	Bota de Aviação

1.1.5. UNIFORME DE CHOQUE

NTPRF	Descrição
501	Capacete de Choque
502	Camiseta de Choque
503	Gandola de Choque
504.1	Calça de Choque [Feminina]
504.2	Calça de Choque [Masculina]
505	Exoesqueleto de Choque
506	Luva de Choque
507	Bota de Choque
508	Escudo de Choque

1.2. UNIFORMES INSTRUCIONAIS

1.2.1. DE DOCENTE

NTPRF	Descrição
601.1	Camiseta Polo Instrutor [Feminina]
601.2	Camiseta Polo Instrutor [Masculina]
602.1	Camiseta Regata Instrutor [Feminina]
602.2	Camiseta Regata Instrutor [Masculina]
603	Camisa de Combate de Instrutor de Tiro
604	Quimono Instrutor

1.2.2. DE DISCENTES

NTPRF	Descrição
701	Boné Aluno
702.1	Camiseta Aluno [Feminina]
702.2	Camiseta Aluno [Masculina]
703.1	Camiseta Regata Aluno [Feminina]
703.2	Camiseta Regata Aluno [Masculina]
704	Quimono Aluno

1.3. UNIFORMES DESPORTIVOS

NTPRF	Descrição
801.1	Camiseta Regata Instrutor [Feminina]
801.2	Camiseta Regata Instrutor [Masculina]
802.1	Bermuda [Feminina]
802.2	Bermuda [Masculina]
803.1	Jaqueta de Abrigo [Feminina]
803.2	Jaqueta de Abrigo [Masculina]
804.1	Calça de Abrigo [Feminina]
804.2	Calça de Abrigo [Masculina]
805	Quimono

1.4. DISTINTIVOS

NTPRF	Descrição
901.	Distintivos Institucionais
901.1	Pin PRF
901.2	Distintivo PRF
901.3	Porta Identidade Funcional PRF

1.4.1. DE IDENTIFICAÇÃO

NTPRF	Descrição
911	Filme
912	Nominal Tático
913	Nominal Camuflado
914	Rápido

1.4.2. DE HIERARQUIA

NTPRF	Descrição
921	Insígnias Táticas
922	Insígnias Camufladas

1.4.3. DE CURSOS

NTPRF	Descrição
921	Brevês
922	Manicacas

2. EQUIPAMENTOS

NTPRF	Descrição
1001	Proteção Balística
1001.1	Placa Balística Flexível
1001.2	Placa Balística Rígida
1001.3	Capacete Balístico
1001.4	Escudo Balístico
1002.1	Capa do Colete Balístico [Feminina]
1002.2	Capa do Colete Balístico [Masculino]
1003.1	Capa Camuflada do Colete Balístico [Feminina]
1003.2	Capa Camuflada do Colete Balístico [Masculino]

1004.1	Colete Tático
1004.2	Colete Tático Camuflado
1005.1	Colete Tático Modular
1005.2	Colete Tático Modular Camuflado
1006.1	Cinto de Guarnição
1006.2	Cinto de Guarnição Camuflado
1007.1	Cinturão Tático Modular
1007.2	Cinturão Tático Modular Camuflado
1008.1	Coldre Tático
1008.2	Coldre Tático Camuflado
1009.1	Porta Carregador de Pistola
1009.2	Porta Carregador de Pistola Camuflado
1010.1	Porta Carregador de Pistola Duplo
1010.2	Porta Carregador de Pistola Duplo Camuflado
1011.1	Porta Algema
1011.2	Porta Algema Camuflado
1012.1	Porta Rádio
1012.2	Porta Rádio Camuflado
1013.1	Porta Kit Médico
1013.2	Porta Kit Médico Camuflado
1014.1	Porta Lanterna
1014.2	Porta Lanterna Camuflado
1015.1	Mochila Tática [24h]
1015.2	Mochila Tática Camuflada [24h]
1015.3	Mochila Tática Camuflada [72h]
1016	Colete Canino

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 165, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDUL WAHAB MOHAMMED - G362443-U, natural de Gana, nascido em 05 de abril de 1989, filho de Adiza Sahid e de Mohammed Musa, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0002094/2020);

BASHAR YACOUB FAEK IBRAHIM - V603318-Y, natural da Jordânia, nascido em 25 de março de 1986, filho de Yacob Faeq Ibrahim e de Laila Mohammad Shehada, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0016931/2020);

EDITH LILIANA JACQUET FERREIRA - V940479-H, natural do Paraguai, nascida em 1 de agosto de 1981, filha de Bernardo Jacquet e Maria Selva Benitez B, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo n° 235881.0025354/2021);

LEYDY MARIA TRINIDAD LEON - G156267-O, natural da República Dominicana, nascida em 8 de setembro de 2001 de 2001, filha de Jonathan Radhames Trinidad Perez e Raquel Leon Matos, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 235881.0011390/2020);

MARIA CLAUDIA TOLOSA - V350146-6, natural da Argentina, nascida em 12 de outubro de 1972, filha de Olga Beatriz Piana e de Hector Alberto Tolosa, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0002986/2020);

MOHAMMAD RASAL AHMED - G165690-C, natural de Bangladesh, nascido em 2 de julho de 1988, filho de Mohammad Nuru JJaman e Dilara Begum residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 235881.0019714/2020);

PEDRO ERNESTO GARCIA DELGADO - G2846534, natural de Cuba, nascido em 2 de dezembro de 1967, filho de Pedro Dominador Garcia Medina e filho de Maria Graciela Delgado Gonzalez, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo n° 235881.0024646/2021) e

RACHID BAADI COUTINHO - G400128-3, natural de Marrocos, nascido em 07 de setembro de 1992, filho de Fatima Bent Brahim e de Brahim Ben Aissa, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0004636/2020).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 166, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

CAROLINE ALFAZAA - G048737-G, natural da Síria, nascida em 01 de janeiro de 1993, filha de Maha Badawi e Nqula, residente no estado de São Paulo (Processo nº 08505.003170/2020-29) e

MAHOMED YASFIR OSMAN - V614097-D, natural de Portugal, nascido em 19 de abril de 1983, filho de Keirunisha Abdul Carimo Omar Osmar e de Salim Mahomed Osman, residente no estado do Ceará (Processo nº 08270.007328/2020-31).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 268, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: TIME DO CORAÇÃO (HOME TEAM, Estados Unidos da América - 2022)
Diretor(es): Charles Kinnane/Daniel Kinnane
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000197/2022-23

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 269, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: O QUE OS MACHOS QUEREM (Brasil - 2021)
Produtor(es): Drica Soares
Diretor(es): Ana Dinniz
Distribuidor(es): CARAMBOLA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000219/2022-55
Requerente: ANA ISAURA NOGUEIRA NOTÃO DINIZ

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 270, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: A PROFESSORA DE VIOLINO (DARS VORSPIEL, Alemanha / França - 2019)
Produtor(es): Idéale Audience
Diretor(es): Ina Weisse
Distribuidor(es): CSF DISTRIBUIDORA & STREAMING LTDA - FILMICCA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência, Nudez e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000251/2022-31
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 271, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: À ESPERA DE LIZ (Brasil - 2019)
Produtor(es): Aquarela Produções
Diretor(es): Bruno Torres
Distribuidor(es): PANDORA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência, Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000264/2022-18
Requerente: PROVIDENCE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 272, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: O DIA MAIS LINDO DO MUNDO (IL GIORNO PIÙ BELLO DEL MONDO, Itália - 2019)
Diretor(es): Alessandro Siani
Distribuidor(es): HBO GO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência Fantasiosa e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000679/2021-01

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 273, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: DIGA-ME QUANDO (DIME CUÁNDO TÚ, México - 2021)
Diretor(es): Gerardo Gatica
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000819/2021-32

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 274, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: O MISTÉRIO DA CASA ASSOMBRADA (DAS SCHAURIGE HAUS, Áustria - 2020)
Diretor(es): Daniel Prochaska
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência, Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000940/2021-64

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 275, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: HOMUNCULUS (Japão - 2021)
Diretor(es): Takashi Shimizu
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência, Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001008/2021-59

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 276, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: UMA SKATISTA RADICAL (SKATER GIRL, Estados Unidos da América / Índia - 2021)
Diretor(es): Manjari Makijany
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001092/2021-19

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 277, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: À SEGUNDA VISTA (GOOD ON PAPER, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): Kimmy Gatewood
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas, Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001200/2021-45

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 278, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: UM DIA COM JERUSA (Brasil - 2020)
Diretor(es): Viviane Ferreira
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência, Nudez e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001445/2021-72

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 279, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: BRINCANDO COM TUBARÕES (PLAYING WITH SHARKS, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): Sally Aitken
Distribuidor(es): Disney+
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.001447/2021-61

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 280, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: LUCY IN THE SKY (Estados Unidos da América - 2019)
Diretor(es): Noah Hawley
Distribuidor(es): STAR+
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência, Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001844/2021-33

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 281, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: CAPCOM FIGHTING COLLECTION (Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): CAPCOM U.S.A., INC.
Distribuidor(es): SONY (PS STORE)/MICROSOFT (MS STORE)/NINTENDO (ESHOP), BOACOMPRA (STEAM)
Categoria: Luta/Puzzle
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000077/2022-26
Requerente: CAPCOM U.S.A., INC.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 282, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: ADEUS, IDIOTAS (ADIEU LES CONS, França - 2020)
Produtor(es): Catherine Bozorgan
Diretor(es): Albert Dupontel
Distribuidor(es): CINEMATOGRÁFICA POLIFILMES LTDA-ME
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama/Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência, Atos criminosos e Temas Sensíveis
Processo: 08017.000330/2022-41
Requerente: CINEMATOGRAFICA POLIFILMES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 283, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: ADEUS, IDIOTAS (ADIEU LES CONS, França - 2020)
Diretor(es): Albert Dupontel
Distribuidor(es): CINEMATOGRAFICA POLIFILMES LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos

Gênero: Drama/Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.000331/2022-96
Requerente: CINEMATOGRAFICA POLIFILMES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 260ª SESSÃO ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Dia: 21/02/2022
Hora: 17h50
Presidente: Alexandre Cordeiro Macedo
Secretária do Plenário: Keila de Sousa Ferreira
A distribuição é realizada nos termos do §1º, artigo 35 do Regimento Interno do Cade. Considerando que no bloco anterior restou somente uma opção, foi iniciado novo bloco com o nome de todos os Conselheiros.
Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:
Recurso Voluntário nº 08700.001309/2022-55
Requerente: Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo (SATED/SP)
Advogados: Bruno Martinghi Spinola e Silvio Saraiva de Souza.
Interessado: Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo - Siaesp
Advogados: Adriane Fernandes Novo, Carlos Lazaro Bagaldo e outros.
Relator (a): Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann
Processo Administrativo nº 08700.005638/2020-11
Representante: CADE Ex Officio.
Representados: Augustinho Stang, Stang & Stang Ltda (Posto Delta), CNPJ 08.033.253/0001-73, Stang & Stang Ltda (Posto Delta), CNPJ 08.033.253/0018-11, Stang & Stang Ltda (Posto Delta), CNPJ 08.033.253/0019-00, Stang & Stang Ltda (Posto Delta), CNPJ 08.033.253/0016-50, Centro Automotivo Delta Ltda, Marco A. Dinon & Cia Ltda., CNPJ 03.370.740/0001-08, Posto Dinon Ltda, CNPJ 04.046.366/0001-52, Valdir Gervinski, Auto Posto Cipó Ltda. CNPJ 03.356.572/0001-04, Auto Posto Cipó Ltda. CNPJ 03.356.572/0002-87, Auto Posto Cipó Ltda. CNPJ 03.356.572/0003-68, Candoi - Comércio de Combustíveis Ltda. CNPJ 15.358.516/0002-60, Candoi - Comércio de Combustíveis Ltda CNPJ 15.358.516/00023-41, Panda Comércio de Combustíveis e Serviços Ltda, CNPJ 00.118.598/0001-18, Panda Comércio de Combustíveis e Serviços Ltda. CNPJ 00.118.598/0003-80, Panda Comércio de Combustíveis e Serviços Ltda. CNPJ 00.118.598/0005-41, Panda Comércio de Combustíveis e Serviços Ltda. CNPJ 00.118.598/0006-22, Panda Comércio de Combustíveis e Serviços Ltda. CNPJ 00.118.598/0010-09, Panda Comércio de Combustíveis e Serviços Ltda. CNPJ 00.118.598/0002-07., Stopetróleo S.A. - Comércio de Derivados de Petróleo (Rede Stop), CNPJ 09.160.226/0006-39, Stopetróleo S.A. - Comércio de Derivados de Petróleo (Rede Stop), CNPJ 09.160.226/0007-10, Stopetróleo S.A. - Comércio de Derivados de Petróleo (Rede Stop), CNPJ 09.160.226/0031-40.
Advogados: Edson Rosemar da Silva, João Afonso Gaspary Silveira, Walber de Moura Agra, Irineu Junior Bolzan, Marcio Sustakowski e outros.
Relator (a): Conselheira Lenisa Rodrigues Prado

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Presidente do Conselho

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

DESPACHO SG Nº 231/2022 - Ato de Concentração nº 08700.007320/2021-48. Requerentes: Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S/A e HM Comércio e Manutenção de Empilhadeiras Ltda. Advogados: Rabih Nasser e Marina Takitani. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº233/2022 - Ato de Concentração nº 08700.000774/2022-79. Requerentes: Noble Corporation e The Drilling Company of 1972 S/A. Advogados: Maria Eugênia Novis, Érica Sumie Yamashita, Marcio Dias Soares, Paloma Caetano Silva Almeida e Mariana Sonoda. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA NORMATIVA Nº 3, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova o Plano de Dados Abertos para o período de 2022 a 2023, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, nomeado por Decreto de 9 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2019, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 23, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2017 e art. 130 do Regimento Interno aprovado pela Portaria IBAMA nº 14, de 29 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente, e;
Considerando a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI);
Considerando o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527/2011;
Considerando o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2012, que institui a Política de Dados Abertos do Executivo;
Considerando o Decreto nº 9.903, de julho de 2019, que altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016; e
Considerando a Portaria nº 3, de 7 de maio de 2017, que institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (Sisp), resolve:
Art. 1º Instituir o Plano de Dados Abertos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, para o período 2022-2023.
Art. 2º O Plano de Dados Abertos está disponível no sítio eletrônico do Ibama e pode ser acessado no endereço https://www.ibama.gov.br/Acesso a Informação/Dados Abertos.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO FORTUNATO BIM

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 979, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera o art. 7º e torna o parágrafo único em art. 8º da Portaria nº 620, de 27 de junho de 2018 (processo SEI nº 02070.006015/2018-11).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020 e pela Portaria nº 1280, de 09 de novembro de 2021, da Casa Civil, e publicada no Diário Oficial da União em 10 de novembro de 2021;
Considerando o disposto no art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que prevê a gestão integrada do conjunto de Unidades de Conservação - UC, de categorias diferentes ou não, que estiverem próximas ou justapostas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional;
Considerando o disposto no art. 29 do Anexo I do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, que prevê a possibilidade de instituição de núcleos de gestão integrada, em qualquer ente federativo, para a melhoria da gestão das unidades descentralizadas;
Considerando o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020, da Convenção da Biodiversidade - CDB, da qual o Brasil é signatário, que estabelece em sua meta 11 a previsão da conservação das áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos em sistemas geridos de maneira efetiva e equitativa, com áreas protegidas ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas especiais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas;
Considerando que o Brasil refletiu essa meta global em suas metas nacionais, definidas pela Resolução CONABIO nº 06, de 3 de setembro de 2013;
Considerando a Portaria ICMBio n° 102, de 10 de fevereiro de 2020, que cria a Política de Integração e Nucleação Gerencial - PINGe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; e
Considerando os ganhos em eficiência gerencial e a otimização de recursos associados ao compartilhamento de estruturas físicas e equipamentos e à integração das equipes de trabalho nas Unidades de Conservação relacionadas neste ato; resolve:
Alterar o art. 7º e tornar o parágrafo único em art. 8º da Portaria nº 620, de 27 de junho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 7° O ICMBio Curitiba será sediado em Curitiba/PR.
Art. 8° Enquanto infraestrutura de apoio à gestão, o NGI ICMBio Curitiba dispõe da seguinte Base Operacional - BAP:
I - BAP Assungui, localizada na Floresta Nacional de Assungui.
Art. 9º Esta portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.227/SPE/MME, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:
Processo nº 48500.000251/2022-01. Interessada: Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 27.967.244/0001-02. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto do Despacho ANEEL nº 4.138, de 28 de dezembro de 2021, de titularidade da interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 1.228/SPE/MME, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:
Processo nº 48500.000252/2022-48. Interessada: Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 27.967.244/0001-02. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de melhorias em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.861, de 9 de novembro de 2021, de titularidade da interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.119, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo nº 48500.000618/2022-89. Interessados: Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra que perfaz uma superfície de 46.780 (quarenta e seis mil setecentos e oitenta) metros quadrados necessária à implantação da Subestação 230/138 kV Tarumã, e acesso, localizada no município de Manaus, estado do Amazonas. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.121, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.005443/2021-15. Interessada: Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 40 kV Lutécia - Echaporã, localizada no estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.122, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000501/2022-03. Interessada: Companhia Jaguari de Energia - CPFL Santa Cruz. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Ramal Piraju 3 CD, localizada no município de Piraju, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.123, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000451/2022-56. Interessada: Aurora Energias Renováveis VII Ltda. Objeto: declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Aurora Energias Renováveis VII Ltda., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Aurora 3 - Jaíba, localizada no estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.124, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000496/2022-21. Interessada: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 11,4 kV SJN6 - SJN5, localizada no estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.125, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000289/2022-76. Interessada: Enel Distribuição Ceará

Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Maranguape - Distrito Maracanaú, localizada nos municípios de Maranguape, Maracanaú e Pacatuba, estado do Ceará. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.126, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000495/2022-86. Interessada: Enel Distribuição Ceará. Objeto: declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Enel Distribuição Ceará, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Pacatuba - Coluna 02P6 C2, localizada no estado do Ceará. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.127, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000497/2022-75. Interessada: Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Satélite - Marambaia, localizada no estado do Piauí. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.128, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000517/2022-16. Interessada: RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE

Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Charqueadas 3 - Taquari, localizada nos municípios de Charqueadas e Triunfo, estado de do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.129, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002641/2019-11. Interessada: Chimarrão Transmissora de Energia S.A. Objeto: Alterar a pedido do Anexo da Resolução Autorizativa nº 7.900, de 11 de junho de 2019, que trata da declaração de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Chimarrão Transmissora de Energia S.A. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http://www.aneel.gov.br/biblioteca

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.130, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002919/2019-41. Interessado: Chimarrão Transmissora de Energia S.A. Objeto: Alterar o Anexo da Resolução Autorizativa nº 7.989/2019, que declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, as áreas de terra necessárias à implantação da Linha de Transmissão 525 kV Marmeleiro - Povo Novo C2, localizada no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.131, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004357/2013-85, 48500.001849/2014-08, 48500.001846/2014-66, 48500.001847/2014-19, 48500.001849/2014-08, 48500.005567/2013-91, 48100.001413/1997-33, 48100.001709/1997-08, 48100.000066/1993-52, 48500.001947/2002-87, 48500.007193/2005-01, 48500.003703/1999-16, 48500.002943/1998-11, 48500.004387/1998-82, 48500.007257/2005-84, 48500.005603/2000-58, 48500.001212/1999-11, 48500.000899/1998-42, 48500.004756/2001-12, 48500.001959/2001-85, 48500.000764/2002-71, 48500.002990/2001-61, 48100.000066/1993-52, 48100.002301/1995-83, 48500.005086/2002-70, 48500.004110/2001-36, 48500.005865/2001-85, 48100.003019/1995-41, 48100.001232/1996-16, 48500.001560/2000-03, 48500.002250/2002-13, 48500.005730/2002-37 e 48500.004484/2001-14. Interessados: Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A., Enel Green Power Delfina B Eólica S.A., Enel Green Power Delfina C Eólica S.A., Enel Green Power Delfina D Eólica S.A., Enel Green Power Delfina E Eólica S.A., Enel Green Power São Abraão Eólica S.A, Água Limpa Energia S.A., Areia Energia S.A., Bonfante Energética S.A., Rio Sucuriú Energia S.A., Enel Green Power Cabeça de Boi S.A., Calheiros Energia S.A., Rio Verde Energia S.A., Carangola Energia S.A., Enel Green Power Fazenda S.A., Esmeralda S.A., Caparaó Energia S.A., Funil Energia S.A., Rio do Sangue Energia S.A., Irara Energética S.A., Jataí Energética S.A., Moinho S.A., Monte Serrat Energética S.A., DME Energética S.A., Paranatinga Energia S.A., Empresa Energética Porto das Pedras S.A., Retiro Velho Energética S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., São Simão Energia S.A., Ibó Energética S.A, Passos Maia Energética S.A. e Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. Objeto: ajustar, nos termos da Lei 14.120, de 1º de março de 2021, o prazo da outorga das EOL Boa Vista da Lagoinha EOL Delfina III, EOL Delfina IV, EOL Delfina VI, EOL Delfina VII, EOL Ventos de Santo Abraão, PCH Água Limpa, PCH Areia, PCH Bonfante, PCH Buriti, PCH Cabeça de Boi, PCH Calheiros, PCH Canoa Quebrada, PCH Carangola, PCH Da Fazenda, PCH Esmeralda, PCH Fumaça IV, PCH Funil, PCH Garganta Da Jararaca, PCH Irara, PCH Jataí, PCH Moinho, PCH Monte Serrat, PCH Padre Carlos, PCH Paranatinga II, PCH Porto Das Pedras, PCH Retiro Velho, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa II, PCH São Simão, PCH Sete Quedas Alta, PCH Victor Baptista Adami e UTE Fortaleza. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.132, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004002/1999-77, 48100.001165/1996-12, 48500.000977/2000-41, 48500.001997/2017-67 e 48500.001287/2002-80. Interessados: CORUMBÁ Concessões S/A, Kinross Brasil Mineração S/A, Dona Francisca Energética S/A, AES Tietê Energia S/A, Uhe São Simão Energia S/A, Cia. Estadual de Geração de Energia Elétrica - Ceee-G. Objeto: Extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos, participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.136, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 4848500.000432/2022-20. Interessada: Celesc Distribuição S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Celesc Distribuição S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição PCH Angelina - São João Batista, circuito simples, 138 kV, com aproximadamente 2,68km (dois quilômetros e seiscentos e oitenta metros) de extensão, que interligará a PCH Angelina à Subestação São João Batista, localizada no município de São João Batista, estado de Santa Catarina. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.140, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL , com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002342/2019-78. Interessado: Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica Ltda. Objeto: Alterar a Resolução Autorizativa nº 8.118, de 27 de agosto de 2019,que trata da declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e servidão administrativa, em favor da Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica Ltda. A íntegra desta Resolução e seu anexo constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.166, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nºs 48500.001875/2017-71 e 48500.003810/2012-55. Interessado: São Bartolomeu Energia Renovável S.A. Objeto: alterar o término da vigência da outorga da PCH Tamboril, CEG PCH.PH.GO.035113-0.01, com 15.800 kW de potência instalada, localizada no município de Cristalina, estado de Goiás. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.167, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no Art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000755/2015-94. Interessada: Elawan Desenvolvimentos Brasil S.A. Objeto: Autorizar a Elawan Desenvolvimentos Brasil S.A., a implantar e explorar a Central Geradora Eólica - EOL Boa Esperança II, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada no município de João Câmara, no estado do Rio Grande do Norte. A íntegra dessa Resolução, e seu anexo, constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 11.168. Processo nº 48500.003063/2019-21. Interessado: Seleção Serviços de Engenharia Ltda Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.489.898/0001-98, a implantar e explorar a UFV Seleção 1, CEG UFV.RS.CE.044871-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 40.000 kW de Potência

Instalada, localizada no município de Morada Nova, estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos

Nº 11.169. Processo nº 48500.003064/2019-76. Interessado: Seleção Serviços de Engenharia Ltda Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.489.898/0001-98, a implantar e explorar a UFV Seleção 2, CEG UFV.RS.CE.044872-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 40.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Morada Nova, estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.170. Processo nº 48500.003065/2019-11. Interessado: Seleção Serviços de Engenharia Ltda Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.489.898/0001-98, a implantar e explorar a UFV Seleção 3, CEG UFV.RS.CE.044873-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 40.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Morada Nova, estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.171. Processo nº 48500.003066/2019-65. Interessado: Seleção Serviços de Engenharia Ltda Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.489.898/0001-98, a implantar e explorar a UFV Seleção 4, CEG UFV.RS.CE.044874-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 40.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Morada Nova, estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.172. Processo nº 48500.006276/2019-13. Interessado: Seleção Serviços de Engenharia Ltda Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.489.898/0001-98, a implantar e explorar a UFV Seleção 5, CEG UFV.RS.CE.046702-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 40.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Morada Nova, estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 11.175. Processo nº 48500.001508/2020-72. Interessada: Chapadão Solar Participações S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.121.339/0001-20, a implantar e explorar a UFV Chapadão 1, CEG UFV.RS.MS.047290-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Cassilândia, no estado de Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 11.176. Processo nº 48500.001509/2020-17. Interessada: Chapadão Solar Participações S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.121.339/0001-20, a implantar e explorar a UFV Chapadão 2, CEG UFV.RS.MS.047291-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada município de Cassilândia, no estado do Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 11.177. Processo nº 48500.000996/2021-81. Interessada: Chapadão Solar Participações S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.121.339/0001-20, a implantar e explorar a UFV Chapadão 3, CEG UFV.RS.MS.051863-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada município de Cassilândia, no estado do Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 11.178. Processo nº 48500.000997/2021-26. Interessada: Chapadão Solar Participações S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.121.339/0001-20, a implantar e explorar a UFV Chapadão 4, CEG UFV.RS.MS.051864-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada município de Cassilândia, no estado do Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 11.179. Processo nº 48500.000995/2021-37. Interessada: Chapadão Solar Participações S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.121.339/0001-20, a implantar e explorar a UFV Chapadão 5, CEG UFV.RS.MS.051865-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada município de Cassilândia, no estado do Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 11.180. Processo nº 48500.000994/2021-92. Interessada: Chapadão Solar Participações S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.121.339/0001-20, a implantar e explorar a UFV Chapadão 6, CEG UFV.RS.MS.051866-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada município de Cassilândia, no estado do Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 11.181. Processo nº 48500.000993/2021-48. Interessada: Chapadão Solar Participações S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.121.339/0001-20, a implantar e explorar a UFV Chapadão 7, CEG UFV.RS.MS.051867-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada município de Cassilândia, no estado do Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 11.182. Processo nº 48500.001121/2021-05. Interessada: Chapadão Solar Participações S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.121.339/0001-20, a implantar e explorar a UFV Chapadão 8, CEG UFV.RS.MS.051868-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada Cassilândia, Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 11.183. Processo nº 48500.001122/2021-41. Interessada: Chapadão Solar Participações S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.121.339/0001-20, a implantar e explorar a UFV Chapadão 9, CEG UFV.RS.MS.051869-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada município de Cassilândia, no estado do Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 11.184. Processo nº 48500.001123/2021-96. Interessada: Chapadão Solar Participações S.A Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.121.339/0001-20, a implantar e explorar a UFV Chapadão 10, CEG UFV.RS.MS.051870-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada Cassilândia, Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 11.185. Processo nº 48500.001124/2021-31. Interessada: Chapadão Solar Participações S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.121.339/0001-20, a implantar e explorar a UFV Chapadão 11, CEG UFV.RS.MS.051871-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Cassilândia, no estado do Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 11.186. Processo nº 48500.001125/2019-92. Interessada: Chapadão Solar Participações S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.121.339/0001-20, a implantar e explorar a UFV Chapadão 12, CEG UFV.RS.MS.051872-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada município de Cassilândia, no estado do Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 11.187. Processo nº 48500.001126/2021-20. Interessada: Chapadão Solar Participações S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.121.339/0001-20, a implantar e explorar a UFV Chapadão 13, CEG UFV.RS.MS.051873-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada município de Cassilândia, no estado do Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras dessas Resoluções constam nos respectivos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.193, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nºs 48500.002933/2021-60 e 48500.002934/2021-12. Interessado: ON Formosa Geração de Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.713.156/0001-05, a implantar e explorar as UFVs Formosa I e II, CEG nº UFV.RS.GO.052397-6.01 e nº UFV.RS.GO.052398-4.01, respectivamente, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada cada, localizadas no município de Formosa, estado de Goiás. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.194, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.003547/2021-95. Interessado: Bom Sucesso Agroindústria S.A.. Objeto: Autorizar o Bom Sucesso Agroindústria S.A., a implantar explorar a Usina Termelétrica Asolo 2, CEG UTE.AI.GO.054823-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 40.000 kW de potência instalada, localizada no município de Goiatuba, município de Goiás. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAWS DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 11.195. Processo nº 48500.002887/2013-99. Interessado: Serra Verde I Energética S.A. Objeto: alterar as características técnicas, o sistema de transmissão de interesse restrito e a denominação da EOL Serra Verde I para EOL Cajuína C7, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.RN.032539-2.01.

Nº 11.196. Processo nº 48500.002888/2013-33. Interessado: Serra Verde II Energética S.A. Objeto: alterar as características técnicas, o sistema de transmissão de interesse restrito e a denominação da EOL Serra Verde II para EOL Cajuína C6, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.RN.032540-6.01.

Nº 11.197. Processo nº 48500.002644/2013-51. Interessado: Serra Verde III Energética S.A. Objeto: alterar as características técnicas, o sistema de transmissão de interesse restrito e a denominação da EOL Serra Verde III para EOL Cajuína C5, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.RN.032541-4.01.

Nº 11.198. Processo nº 48500.002886/2013-44. Interessado: Serra Verde IV Energética S.A. Objeto: alterar as características técnicas, o sistema de transmissão de interesse restrito e a denominação da EOL Serra Verde IV para EOL Cajuína C4, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.RN.032542-2.01.

As íntegras destas Resoluções e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.199, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006355/2020-50. Interessada: Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Alterar o Anexo da Resolução Autorizativa nº 9.615, de 19 de janeiro 2021, que trata da declaração de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A., de área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Tabuleiro dos Martins - Benedito Bentes, localizada no município de Maceió, estado de Alagoas. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.200, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000281/2019-12 e 48500.005265/2019-16. Interessada: Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T. Objeto: (i) autorizar a Interessada, Contrato de Concessão nº 55/2001, a realizar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade; (ii) estabelecer os valores das parcelas adicionais de RAP, de acordo com os cronogramas estabelecidos; e (iii) determinar que a CEEE-T transfira as instalações indicadas para a CGT Eletrosul. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.201, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no Art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005741/2020-24. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Objeto: Alterar a Resolução Autorizativa nº 10.264, de 29 de junho de 2021, que estabeleceu as parcelas adicionais de Receita Anual Permitida - RAP, referentes à operação e manutenção de instalações de transmissão transferidas a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em função do seccionamento da Linha de Transmissão 230 kV Paulo Afonso III - Bom Nome C-2 na SE Floresta II. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 3.011, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000747/2019-71 Interessados: Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletrobras Eletronorte Objeto: Homologa o resultado definitivo da revisão periódica de 2018 da Receita Anual Permitida - RAP associada ao Contrato de Concessão nº 058/2001, sob responsabilidade das Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletrobras Eletronorte e revoga a Resolução Homologatória nº 2.713, de 30 de junho de 2020. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

PORTARIA Nº 6.727, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova os Procedimentos Gerais do Programa de Gestão na Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso IX, e no art. 9º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 349, de 28 de novembro de 1997, do Ministério de Minas e Energia, e o que consta do Processo nº 48500.000541/2022-47, resolve:

Art. 1º Autorizar a implementação do Programa de Gestão no âmbito da Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios - SLC, com base na Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, do Ministério da Economia, na Norma Organizacional ANEEL nº 51, de 13 de dezembro de 2021, e nas diretrizes desta Portaria.

Art. 2º Fica aprovada, para fins de cadastro no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão e elaboração do Plano de Trabalho, a tabela de atividades, conforme consta dos Anexos I e II.

Parágrafo Único. Alterações na tabela de atividades devem ser precedidas de nova publicação oficial, após análise da Superintendência de Recursos Humanos.

Art. 3º O Programa de Gestão da SLC contempla as modalidades presencial, teletrabalho integral e teletrabalho parcial.

Art. 4º O Programa de Gestão da SLC pode se estender a todos os servidores da unidade, ficando assegurado o comparecimento de servidores em quantidade adequada à garantia do pleno atendimento presencial.

Art. 5º O Plano de Trabalho dos participantes do Programa de Gestão da SLC terá duração de 3 meses.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTROLE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SLC

PARÂMETRO: Todas as atividades da SLC devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade. Todos os níveis de complexidade descritos no ANEXO II serão cadastrados como possibilidades para cada atividade detalhada neste Anexo, de forma a possibilitar a personalização do Plano de Trabalho a cada participante.

GRUPO DE ATIVIDADE	**ATIVIDADE**	**NÍVEL DE COMPLEXIDADE(ANEXO II)**	**ENTREGAS ESPERADAS**
SLC - Descentralização	Gerenciar todas as fases desde a elaboração, alteração, execução e controle das atividades de descentralização da ANEEL às Agências Estaduais.	F a K	Gestão das fases realizada
SLC - Descentralização	Levantar, analisar, consolidar e submeter à Diretoria Colegiada a aprovação dos limites financeiros totais a serem descentralizados, com base nos custos unitários a serem aplicados aos contratos de metas por Agência Estadual.	G a K	Custos fixados Aprovação da Diretoria Colegiada
SLC - Descentralização e Instrumentos Congêneres	Analisar e elaborar acordos, termos e outros instrumentos congêneres a serem firmados entre a ANEEL e órgãos nacionais ou internacionais, bem como acompanhar sua tramitação dentro e fora da ANEEL	E a H	Acordos, Termos e Instrumentos Congêneres firmados
SLC - Descentralização	Atividades técnicas complementares de Descentralização	A a G	Atividade realizada
SLC - Planejamento de Contratações	Gestão de processos de planejamento de contratações.	F a L	Gestão de processos de planejamento de contratações realizada.
SLC - Planejamento de Contratações	Atividades técnicas complementares de Planejamento de Contratações.	A a G	Atividade realizada
GRUPO DE ATIVIDADE	ATIVIDADE	NÍVEL DE **COMPLEXIDADE(ANEXO II)**	ENTREGAS **ESPERADAS**
SLC - Seleção de Fornecedores	Assistir equipes de planejamento durante a fase interna das contratações, avaliar minutas de editais, e a viabilidade de pedidos de adesão às Atas de Registro de Preços de outros órgãos pela ANEEL.	A a D	E-mails e reuniões concluídas. Minutas de Edital avaliadas.Despacho de viabilidade de adesão concluído.
SLC - Seleção de Fornecedores	Conduzir e instruir a fase externa das licitações, contratações diretas e contratações emergenciais.	C a K	Ata de realização do Pregão Eletrônico ou publicação do resultado de Julgamento/evento no DOU ou publicação do Termo de homologação (Sistema Compras.gov.br ou DOU- a depender da modalidade) ou processoconcluído ou Despacho
SLC - Seleção de Fornecedores	Observar, na seleção de fornecedor, a conduta com indício de irregularidade, sugerir e proceder à instrução inicial dos processos de apuração de responsabilidade administrativa em razão da conduta dos licitantes na fase externa da licitação.	A a B	Despacho de sugestão de apuração. Instrução inicial concluída.
SLC - Seleção de Fornecedores	Atividades técnicas complementares de Seleção de Fornecedores.	A a G	Atividade realizada
SLC - Apuração de Responsabilidade Administrativa	Aferir condutas de licitantes e contratados, identificando possíveis infrações administrativas.	E a H	Analisar e compreender o quadro fático e normativo; definição de fases e atos a serem executados,

GRUPO **DE ATIVIDADE**	ATIVIDADE	NÍVEL DE **COMPLEXIDADE(ANEXO II)**	ENTREGAS **ESPERADAS**
SLC - Apuração de Responsabilidade Administrativa	Conduzir processo específico para apurar eventual responsabilidade administrativa.	H a J	Concluir fases processuais e confeccionar pertinentes atos.
SLC - Apuração de Responsabilidade Administrativa	Atividades técnicas complementares de Apuração de Responsabilidade Administrativa.	A a G	Atividade realizada
SLC - Formalização e Monitoria de Contratos	Estabelecer instrumentos contratuais.	D a H	Instrumento contratual registrado nos sistemas
SLC - Formalização e Monitoria de Contratos	Monitorar instrumentos contratuais	D a K	Contrato monitorado
SLC - Formalização e Monitoria de Contratos	Atividades técnicas complementares de Formalização e Monitoria de Contratos.	A a G	Atividade realizada
SLC - Plano de Contratações	Gestão do Plano de Contratações.	A a H	Gestão dos planos de contratações realizada.
SLC - Gestão da equipe e suas atividades	Planejar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar a execução das atividades e da equipe sob sua coordenação e exercer outras atividades que lhes forem atribuídas em suas áreas de competência.	H a L	Gestão da equipe e suas atividades realizada.
SLC - Coordenação	Atividades técnicas complementares de Coordenação	A a G	Atividade realizada
SLC - Atividades Gerais	Participar de colegiados internos e externos - comissões, comitês, grupos de trabalho, representações/pontos focais de outras unidades.	A a F	Documentos assinados e reuniões participadas
SLC - Atividades Gerais	Promover capacitação das áreas demandantes.	A a E	Capacitação realizada
SLC - Atividades Gerais	Prestar apoio logístico e administrativo à liderança da SLC, bem como ao público interno e externo.	A a D	Apoio prestado

ANEXO II

TABELA DE EQUIVALÊNCIA POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE

PARÂMETRO: Todas as atividades da SLC devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade.

Nível de Complexidade	**Texto Explicativo**	**Tempo da Atividade (em teletrabalho)**	**Tempo da Atividade(presencial)**
A	1 hora por semana	13 horas	13 horas
B	2 horas por semana	26 horas	26 horas
C	3 horas por semana	40 horas	40 horas
D	4 horas por semana	53 horas	53 horas
E	1 hora por dia	66 horas	66 horas
F	2 horas por dia	132 horas	132 horas
G	3 horas por dia	198 horas	198 horas
H	4 horas por dia	264 horas	264 horas
I	5 horas por dia	330 horas	330 horas
J	6 horas por dia	396 horas	396 horas
K	7 horas por dia	462 horas	462 horas
L	8 horas por dia	528 horas	528 horas

Obs1: Os valores informados em "Tempo da Atividade" referem-se às horas que serão efetivamente contabilizadas, considerando um ciclo de 3 meses de duração do Plano de Trabalho.

Obs2: Para efeito de cálculo de equivalência, considerou-se 1 mês = 22 dias úteis e 1 trimestre = 13 semanas

PORTARIA Nº 6.728, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova os Procedimentos Gerais do Programa de Gestão na Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso IX, e no art. 9º do Regimento Interno; de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000019/2022-65, resolve:

Art. 1º Autorizar a implementação do Programa de Gestão no âmbito da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração (SFG), com base na Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, do Ministério da Economia, na nova versão da Norma Organizacional ANEEL nº 51, de 13 de dezembro de 2021 e nas diretrizes desta Portaria.

Art. 2º Fica aprovada, para fins de cadastro no Sistema de Acompanhamento e elaboração do Plano de Trabalho, a tabela de atividades da SFG, conforme Anexo I.

Parágrafo Único. Alterações na tabela de atividades devem ser precedidas de nova publicação oficial, após análise da Superintendência de Recursos Humanos (SRH).

Art. 3º O Programa de Gestão da SFG contempla as modalidades presencial, teletrabalho integral e teletrabalho parcial.

Art. 4º Não há percentual mínimo ou máximo de participantes no Programa de Gestão da SFG.

Art. 5º O Plano de Trabalho dos participantes do Programa de Gestão da SFG não terá duração inferior a 1 (um) mês.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

PARÂMETRO: Todas as atividades da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão, considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade. Todos os níveis de complexidade descritos no ANEXO II serão cadastrados como possibilidades para cada atividade detalhada neste Anexo, de forma a possibilitar a personalização do Plano de Trabalho a cada participante.

GRUPO DE ATIVIDADE	ATIVIDADE	NÍVEL DE COMPLEXIDADE (ANEXO II)	ENTREGAS ESPERADAS
SFG/Coordenação de Ação Fiscalizadora	Realizar atividades de investigação dos serviços de geração e atendimento a demandas externas	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Lista de Presença, Ata de Reunião, Despacho, Ofício, Memorando, Nota Técnica, Relatório de Fiscalização, Termo de Intimação de Penas de Edital, Termo de Notificação, Termo de Análise ou Despacho de Mero Expediente
SFG/Coordenação de Ação Fiscalizadora	Subsidiar a CGPD na avaliação/habilitação de AE e de Credenciado	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Nota Técnica, documento de avaliação/atesto ou documento de habilitação ou outro documento comprobatório

PARÂMETRO: Todas as atividades da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão, considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade. Todos os níveis de complexidade descritos no ANEXO II serão cadastrados como possibilidades para cada atividade detalhada neste Anexo, de forma a possibilitar a personalização do Plano de Trabalho a cada participante.

GRUPO DE ATIVIDADE	ATIVIDADE	NÍVEL DE COMPLEXIDADE (ANEXO II)	ENTREGAS ESPERADAS
SFG/Coordenação de Processo Decisório	Realizar atividades relacionadas ao processo punitivo	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Lista de Presença, Ata de Reunião, Ofício, Nota Técnica, Exposição de Motivos, Auto de Infração, Relatório de Falhas e Transgressão, Termo de Intimação, Análise de Pedido de Reconsideração, Despacho de Mero Expediente, Análise de recurso de Agência Estadual, Despacho, Termo de Arquivamento ou Termo de Encerramento
SFG/Coordenação de Processo Decisório	Subsidiar atividades das áreas de regulamentação	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Lista de Presença, Relatório, Ata de Reunião, Memorando, Ofício, Nota técnica, Relatório de Análise de Contribuições, Apresentação ou outro documento correlato
SFG/Coordenação de Monitoramento da Fiscalização dos Serviços de Geração	Emitir informações a partir de base de dados	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Relatório, Boletim, Nota Técnica, Estudo ou Painel encaminhado ao demandante ou publicado de acordo com a políticas públicas de acesso à informação

PARÂMETRO: Todas as atividades da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão, considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade. Todos os níveis de complexidade descritos no ANEXO II serão cadastrados como possibilidades para cada atividade detalhada neste Anexo, de forma a possibilitar a personalização do Plano de Trabalho a cada participante.

GRUPO DE ATIVIDADE	ATIVIDADE	NÍVEL DE COMPLEXIDADE (ANEXO II)	ENTREGAS ESPERADAS
SFG/Coordenação de Monitoramento da Fiscalização dos Serviços de Geração	Gerir atividades relacionadas a desenvolvimento de projetos e sistemas	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Documentos emitidos que comprovam a finalização dos Projetos, Atividades e/ou Ações desenvolvidas, Ata, Lista de Presença de Reunião, Relatório, Boletim, Nota Técnica, Estudo, Painel
SFG/Coordenação de Monitoramento da Fiscalização dos Serviços de Geração	Analisar e modelar dados	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Relatório, Boletim, Nota Técnica, Estudo ou Painel publicado internamente
SFG/Coordenação de Monitoramento da Fiscalização dos Serviços de Geração	Desenvolver solução tecnológica	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Ata de Reunião, Lista de Presença, Apresentação da Solução Desenvolvida, Relatório, Boletim, Nota Técnica ou Painel e/ou Manual da Solução Desenvolvida

PARÂMETRO: Todas as atividades da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão, considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade. Todos os níveis de complexidade descritos no ANEXO II serão cadastrados como possibilidades para cada atividade detalhada neste Anexo, de forma a possibilitar a personalização do Plano de Trabalho a cada participante.

GRUPO DE ATIVIDADE	ATIVIDADE	NÍVEL DE COMPLEXIDADE (ANEXO II)	ENTREGAS ESPERADAS
SFG/Coordenação de Monitoramento da Fiscalização dos Serviços de Geração	Avaliar atividades de analistas e técnicos de TI	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Relatório
SFG/Coordenação de Gestão Estratégica, Planejamento e Descentralização	Atender às demandas da LAI	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Demanda da LAI respondida
SFG/Coordenação de Gestão Estratégica, Planejamento e Descentralização	Realizar as atividades administrativas de suporte às ações em campo	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	PCD ou outro documento comprobatório

PARÂMETRO: Todas as atividades da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão, considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade. Todos os níveis de complexidade descritos no ANEXO II serão cadastrados como possibilidades para cada atividade detalhada neste Anexo, de forma a possibilitar a personalização do Plano de Trabalho a cada participante.

GRUPO DE ATIVIDADE	ATIVIDADE	NÍVEL DE COMPLEXIDADE (ANEXO II)	ENTREGAS ESPERADAS
SFG/Coordenação de Gestão Estratégica, Planejamento e Descentralização	Gerir o processo de credenciamento	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Memorando, Nota Técnica, Sorteio de demandas, Processo de apuração finalizado

SFG/Coordenação de Gestão Estratégica, Planejamento e Descentralização	Gerir o processo de descentralização e acompanhamento das atividades das Agências Estaduais	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Relatório trimestral de desempenho das agências estaduais; Termo de Referência de Descentralização (TRD), Relatório, SDO
SFG/Coordenação de Gestão Estratégica, Planejamento e Descentralização	Gerir o Programa de Desenvolvimento de Pessoas da SFG	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Relatórios; Trilhas de aprendizagem; Análise de Necessidades de Capacitação (ANC); E-mails; Intranet atualizada

PARÂMETRO: Todas as atividades da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão, considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade. Todos os níveis de complexidade descritos no ANEXO II serão cadastrados como possibilidades para cada atividade detalhada neste Anexo, de forma a possibilitar a personalização do Plano de Trabalho a cada participante.

GRUPO DE ATIVIDADE	ATIVIDADE	NÍVEL DE COMPLEXIDADE (ANEXO II)	ENTREGAS ESPERADAS
SFG/Coordenação de Gestão Estratégica, Planejamento e Descentralização	Realizar o planejamento anual das atividades da área	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Nota Técnica; Relatório; Ata de Reunião; Apresentação
SFG/Coordenação de Gestão Estratégica, Planejamento e Descentralização	Realizar as atividades administrativas de acompanhamento da execução física e orçamentária e/ou Prestar contas	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Registro em sistema/E-mail (Envio das Informações à SAF/GDG/área solicitante) ou outro documento comprobatório
SFG/Coordenação de Gestão Estratégica, Planejamento e Descentralização	Gerir as atividades administrativas de funcionamento geral da área	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Memorando/Registro em sistema/E-mail

PARÂMETRO: Todas as atividades da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão, considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade. Todos os níveis de complexidade descritos no ANEXO II serão cadastrados como possibilidades para cada atividade detalhada neste Anexo, de forma a possibilitar a personalização do Plano de Trabalho a cada participante.

GRUPO DE ATIVIDADE	ATIVIDADE	NÍVEL DE COMPLEXIDADE (ANEXO II)	ENTREGAS ESPERADAS
SFG	Desenvolver projeto de solução inovadora	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Relatório, Nota Técnica, Projeto Implantado ou outro documento comprobatório
SFG	Participar de ações de Capacitação	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Certificado de capacitação emitido
SFG	Participar de comissão	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Lista de presença, Ata de reunião, Relatório, Nota Técnica ou outro documento comprobatório

PARÂMETRO: Todas as atividades da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão, considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade. Todos os níveis de complexidade descritos no ANEXO II serão cadastrados como possibilidades para cada atividade detalhada neste Anexo, de forma a possibilitar a personalização do Plano de Trabalho a cada participante.

GRUPO DE ATIVIDADE	ATIVIDADE	NÍVEL DE COMPLEXIDADE (ANEXO II)	ENTREGAS ESPERADAS
SFG	Assessorar a liderança e/ou representar a SFG em reunião e/ou evento	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Apresentação, Lista de presença, Ata de reunião ou outro documento comprobatório
SFG	Realizar atividades relacionadas à coordenação de equipes	Todas as possibilidades descritas no Anexo II	Equipes geridas, Apresentação, Ata de reunião, Documentos revisados ou outro documento comprobatório

ANEXO II

TABELA DE EQUIVALÊNCIA POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE

PARÂMETRO: Todas as atividades da SFG devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade.

Nível de Complexidade	Texto Explicativo	Tempo da Atividade (em teletrabalho)	Tempo da Atividade (presencial)
P1	Tempo total estimado para o produto	1 hora	1 hora
P2	Tempo total estimado para o produto	2 horas	2 horas
P3	Tempo total estimado para o produto	4 horas	4 horas
P4	Tempo total estimado para o produto	8 horas	8 horas
P5	Tempo total estimado para o produto	12 horas	12 horas
P6	Tempo total estimado para o produto	24 horas	24 horas
P7	Tempo total estimado para o produto	32 horas	32 horas
P8	Tempo total estimado para o produto	40 horas	40 horas
P9	Tempo total estimado para o produto	80 horas	80 horas
A	1 hora por semana	13 horas	13 horas
B	2 horas por semana	26 horas	26 horas

PARÂMETRO: Todas as atividades da SFG devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade.

Nível de Complexidade	Texto Explicativo	Tempo da Atividade (em teletrabalho)	Tempo da Atividade (presencial)
C	3 horas por semana	40 horas	40 horas
D	4 horas por semana	53 horas	53 horas
E	30 minutos por dia	33 horas	33 horas
F	1 hora por dia	66 horas	66 horas
G	1,5 hora por dia	99 horas	99 horas
H	2 horas por dia	132 horas	132 horas
I	2,5 horas por dia	165 horas	165 horas
J	3 horas por dia	198 horas	198 horas
K	3,5 horas por dia	231 horas	231 horas
L	4 horas por dia	264 horas	264 horas
M	4,5 horas por dia	297 horas	297 horas
N	5 horas por dia	330 horas	330 horas
O	5,5 horas por dia	363 horas	363 horas
P	6 horas por dia	396 horas	396 horas

Q	6,5 horas por dia	429 horas	429 horas
R	7 horas por dia	462 horas	462 horas
S	7,5 horas por dia	495 horas	495 horas
T	8 horas por dia	528 horas	528 horas

PORTARIA Nº 6.729, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova os Procedimentos Gerais do Programa de Gestão na Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso IX, e no art. 9º do Regimento Interno; de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.006374/2021-67, resolve:

Art. 1º Autorizar a implementação do Programa de Gestão no âmbito da Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição (SCT), com base na Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, do Ministério da Economia, na nova versão da Norma Organizacional ANEEL nº 51, de 13 de dezembro de 2021 e nas diretrizes desta Portaria.

Art. 2º Fica aprovada, para fins de cadastro no Sistema de Acompanhamento e elaboração do Plano de Trabalho, a tabela de atividades da SCT conforme Anexos 1 e 2 desta Portaria.

Parágrafo Único. Alterações na tabela de atividades devem ser precedidas de nova publicação oficial, após análise da Superintendência de Recursos Humanos.

Art. 3º O Programa de Gestão da SCT contempla as modalidades presencial, teletrabalho integral e teletrabalho parcial.

Art. 4º O Programa de Gestão da SCT pode se estender a todos os servidores da unidade.

Art. 5º O Plano de Trabalho dos participantes do Programa de Gestão da SCT terá duração de 3 (três) meses.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

(Dispensável se for publicar a Tabela apenas em sítio da internet)

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES DA SCT

PARÂMETRO: Todas as atividades da SCT devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade. Todos os níveis de complexidade descritos no ANEXO II serão cadastrados como possibilidades para cada atividade detalhada neste Anexo, de forma a possibilitar a personalização do Plano de Trabalho a cada participante.			
GRUPO DE ATIVIDADE	ATIVIDADE	NÍVEL DE COMPLEXIDADE (ANEXO II)	ENTREGAS ESPERADAS
SCT - Atividades comuns às coordenações	Gestão de documentos e processos	A a D	Termos de Abertura de Processos, Documentos e Processos organizados e atualizados, e-mails, Ofícios, Termos de Encerramento de Processos, Despachos de Mero Expediente e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Atividades comuns às coordenações	Reuniões internas da SCT de coordenação	A a D	Participação nas discussões, pactuação de metas e entregas com a liderança, esclarecimento de dúvidas, levantamento de informações e outros
			documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Atividades comuns às coordenações	Participação em reuniões, fornecimento de informações gerenciais, providências a demandas específicas, discussões, estudos e análises sobre assuntos relacionados às outorgas de transmissão e distribuição	A a H	Ofícios, Memorandos, e-mails, Apresentações, Dados Técnicos, Planilhas, Relatórios, Notas Técnicas, Participação em reuniões, Registros de Reunião, Relatórios de Estudo, Sumários Executivos e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Atividades comuns às coordenações	Participação em cursos, seminários e eventos	A a L	certificados e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Atividades comuns às coordenações	Atendimento de demandas internas da ANEEL	A a F	Resposta às demandas das Uorgs ou da Diretoria através de Memorando, e-mail, reunião, sistemas, dependendo do *input,* e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Atividades comuns às coordenações	Respostas e esclarecimentos de demandas externas relacionadas às outorgas de transmissão	A a H	Nota Técnica, Despacho, Ofício, Memorando, Termos Aditivos, e-mails, Minuta de ato da Diretoria, participação em reuniões e outros
			documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Atividades comuns às coordenações	Participação em atividades regulatórias que envolvem a SCT	A a D	participação em reuniões, audiências públicas e em NT de tomada de subsídios, abertura e fechamento de consultas públicas e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Atividades comuns às coordenações	Gestão do sistema SIGET	B a F	Novas funcionalidades do SIGET, Aperfeiçoamento do sistema, Testes e Identificação das necessidades de melhoria ou disfunção do sistema, Aberturas de chamado no ServiceDesk (a partir de pedidos ou identificação de evolução pelos usuários), Interações com a SGI e Uorgs (e-mails e chat no Teams), Testes de Validação e Homologação das melhorias/ajustes e outros documentos ou registros ligados à atividade.

SCT - Atividades comuns às coordenações	Melhorias e correções no Banco de Preços	B a F	Novas funcionalidades do Banco de Preços, Aperfeiçoamento do sistema, Identificação das necessidades de melhoria ou atualizações/correções do sistema, Aberturas de chamado no ServiceDesk, Interações com a SGI e Uorgs (e- mails e chat no Teams), Testes de Validação e Homologação das melhorias/ajustes e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Atividades comuns às coordenações	Aprimoramento e manutenção de outros sistemas (SGPOTEE)	B a C	Desenvolvimento, aprimoramento e manutenção de sistemas específicos. Levantamento e avaliação das funcionalidades e dados, Testes/Homologação, reuniões com os envolvidos (ANEEL/EPE/ONS/MME), interações com a SGI e outros documentos ou
			registros ligados à atividade.
SCT - Atividades comuns às coordenações	Participação nos GTs Estados (ONS), GETs Regionais (EPE) e contribuições nas minutas de POTEE	A a D	Planilhas de controle, Ofícios, análise e contribuições na planilha da Minuta de POTEE, alterações nos documentos do Edital em instrução (planilhas, Edital, Anexos) e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Atividades comuns às coordenações	Homologação de contratos de compartilhamento de infraestrutura	C a F	Nota Técnica, Despacho de homologação e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Atividades comuns às coordenações	Gestão do contrato dos indicadores (FGV) do Banco de Preços	D a E	Indicadores Contratados (FGV) - verificação dos índices recebidos da FGV, interação com a SGI e gestão do contrato (Renovação, Notas Técnicas, Memorandos, Formulários) e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Atividades comuns às coordenações	Análise de pedidos de enquadramento ao REIDI das obras de transmissão	A a L	Nota técnica, instrução de processo e Ofício ao MME e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Atividades comuns às coordenações	Participação em comissão internas da ANEEL	A a G	Relatórios, Ofícios, Memorandos e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Atividades comuns às coordenações	Projeto associados às atividades da SCT	E a J	Resultados, recomendações do estudo e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - DAD	Pedidos de Declaração de Utilidade Pública - DUP	F a L	Nota Técnica, processo instruído a ser encaminhado para sorteio de diretor-relator e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - DAD	Registro de atendimento à título precário	B a D	Nota Técnica, Despacho e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - DAD	Autorização para implantação de rede particular de energia elétrica	A a C	Nota Técnica, Despacho de autorização, Memorando à SRD e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - DAD	Autorização para realização de estudos geológicos e topográficos	A a B	Nota Técnica, Despacho de autorização e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - DAD	Agrupamento de concessão de distribuição	C a E	Memorandos às Uorgs interessadas, Nota
			Técnica, processo instruído a ser encaminhado para sorteio de diretor-relator e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - DAD	Regularização de cooperativas de eletrificação rural	C a E	Nota Técnica, eventual necessidade de Memorando para consultar Uorgs interessadas, processo instruído a ser encaminhado para sorteio de diretor-relator e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - DAD	Responder a demandas conforme a LAI (via Fala.BR, SICNETWEB ou outro meio)	A a E	Orientação sobre como encontrar a informação solicitada; ou disponibilização da informação via anexação ou outro meio; ou resposta de esclarecimento (solicitação incompleta, descabida, restrita...) e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - DAD	Cadastro de viagens de servidores da SCT	A a B	Emissão de passagens e diárias e outros documentos ou registros ligados à atividade.

SCT - DAD	Gestão do Cadastro Institucional da ANEEL - CDA sobre os cadastros dos agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica	A a B	Solicitação no CDA homologada ou, notificação, via registro no próprio CDA, de que há pendências por parte do agente a serem sanadas e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - CT	Instrução de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, revisão de RAPs, isenção de PVA e alteração de controle societário como alternativa a caducidade em Contratos de Transmissão	E a L	Nota Técnica, Oficio, Memorando, Registro de reunião, Elaboração de apresentações e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - CT	Instrução de situações inéditas relacionadas às concessões de transmissão	E a L	Nota Técnica, Oficio, Memorando, Registro de reunião, Elaboração de apresentações, Relatório de Estudo e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - CT	Instrução de autorização para Consumidores Livres acessarem a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional	E a H	Nota Técnica, Oficio, Memorando, Registro de reunião, Elaboração de apresentações e outros
			documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - ILT	Elaboração da documentação para a Consulta Pública. Disponibilização dos relatórios (Rs) no site da ANEEL para Consulta Pública e Leilão de Transmissão, além de atualizações.	F a J	Nota técnica de abertura da Consulta Pública, planilhas de cálculos de Investimentos e RAP, Anexo Geral, Anexos Técnicos Específicos dos lotes, minuta de contrato de concessão, Memorandos, Ofícios. Carga e atualização dos relatórios de planejamento (R1, R2, R3, R4 e R5) no site da ANEEL em fase de Consulta Pública e para o Edital do Leilão. Outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - ILT	Atualização dos empreendimentos previstos no site da ANEEL em Programas de Transmissão, incluindo orientações para o apoio administrativo.	A a B	Manter a programação e dados dos empreendimentos atualizados, incluindo disponibilização de relatórios de planejamento, no site da ANEEL em "Programas de Transmissão". Outros documentos ou
			registros ligados à atividade.
SCT - ILT	Homologação dos valores dos Relatórios (Rs) em acordo com REN nº 934/2021 ou pelo custo dispendido em conjunto com a SFF. Análise das contribuições da CP e fechamento da documentação técnica para a Disponibilização da minuta de Edital e envio ao TCU. Análise dos prazos e quantidade de acessos de distribuidoras nas subestações licitadas.	E a G	RAC, Notas técnicas, planilhas de cálculos da RAP (teto), Anexos Técnicos, Minuta de contrato de concessão, E-mails, Ofícios, Memorandos, Despachos e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - ILT	Workshop dos Leilões de Transmissão. Fechamento da documentação técnica para a Publicação do Edital e Esclarecimentos do Edital.	D a F	Apresentação e participação no evento, com esclarecimentos presencial de dúvidas dos interessados. Nota técnica para publicação, planilhas de cálculos da RAP (teto), Anexos Técnicos, Minuta de contrato de concessão, Respostas aos Pedidos de Esclarecimentos e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - ILT	Cadastramento de obras contratadas no SIGET e ajustes de informações (integração com ONS)	A a C	Registros no SIGET dos novos contratos de concessão (contratos, empreendimentos,
			obras, cronograma do ato legal e RAPs, integração de dados com ONS) e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - ILT	Diligências aos locais e instalações de transmissão para subsidiar a elaboração da documentação dos lotes do Leilão de Transmissão	B a E	Relatório de Viagem e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Reforços	Autorização de obra de Grande Porte, de receita de O&M de instalações de transmissão e respectivas análises dos pedidos de recurso administrativo	E a L	Nota técnica, planilhas de cálculos, minuta de resolução e inserção de dados nos sistemas específicos e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Reforços	Autorização de obras de Pequeno Porte e respectivas análises dos pedidos de recurso administrativo	E a L	Nota técnica, planilhas de cálculos, minuta de resolução e inserção de dados nos sistemas específicos e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Reforços	Estabelecimento de RAP para obras de Pequeno Porte e respectivas análises dos pedidos de recurso administrativo	E a L	Nota técnica, planilhas de cálculos, minuta de resolução e inserção de dados nos sistemas específicos e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - Reforços	Regularização de ativos	E a L	Nota técnica, minuta de resolução e inserção de dados nos sistemas específicos e outros documentos ou registros ligados à atividade.

SCT - GCT	Atividades relacionadas à gestão dos contratos de concessão de transmissão	A a L	Nota Técnica, Despacho, Ofício, Memorando, Termos Aditivos, E-mails, Minuta de ato da Diretoria, Participação em reuniões e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - GCT	Instrução de variados pleitos dos agentes relacionados ao Contrato de Concessão	C a L	Nota Técnica, Despacho, Ofício, Memorando, Termos Aditivos, e-mails, Minuta de ato da Diretoria, participação em reuniões e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - GCT	Ciclos de reuniões de gestão dos contratos de transmissão em implantação	A a L	Nota Técnica, Participação em reuniões, Registros de reuniões, Ofícios, Memorandos e outros documentos ou registros ligados à atividade.
SCT - GCT	Análise de pedidos de autorização de importação/exportação de energia elétrica	B a D	Nota Técnica, Memorando, Ofício, Despacho, Minuta de ato da Diretoria, E-mails e outros documentos ou registros ligados à atividade.

ANEXO II

TABELA DE EQUIVALÊNCIA POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE

PARÂMETRO: Todas as atividades da SCT devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade.			
Nível de Complexidade	**Texto Explicativo**	**Tempo da Atividade em horas (em teletrabalho)**	**Tempo da Atividade em horas (presencial)**
A	1 hora por semana	13	13
B	2 horas por semana	26	26
C	3 horas por semana	40	40
D	4 horas por semana	53	53
E	1 hora por dia	66	66
F	2 horas por dia	132	132
G	3 horas por dia	198	198
H	4 horas por dia	264	264
I	5 horas por dia	330	330
J	6 horas por dia	396	396
K	7 horas por dia	462	462
L	8 horas por dia	528	528

Obs1: Os valores informados em "Tempo da Atividade" referem-se às horas que serão efetivamente contabilizadas, considerando um ciclo de 3 meses de duração do Plano de Trabalho.

Obs2: Para efeito de cálculo de equivalência, considerou-se 1 mês = 22 dias úteis e 1 trimestre = 13 semanas. (para mais detalhes, vide §7° da Nota Técnica n. 6/2022-SRH/ANEEL, de 12/01/2022 - 48546.000108/2022-00).

PORTARIA Nº 6.731, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova os Procedimentos Gerais do Programa de Gestão na Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso IX, e no art. 9º do Regimento Interno; de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000300/2022-06, resolve:

Art. 1º Autorizar a implementação do Programa de Gestão no âmbito da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG, com base na Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, do Ministério da Economia, na nova versão da Norma Organizacional ANEEL nº 51, de 13 de dezembro de 2021 e nas diretrizes desta Portaria.

Art. 2º Fica aprovada, para fins de cadastro no Sistema de Acompanhamento e elaboração do Plano de Trabalho, a tabela de atividades da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração conforme Anexos 1 e 2 desta Portaria.

Parágrafo Único. Alterações na tabela de atividades, devem ser precedidas de nova publicação oficial.

Art. 3º O Programa de Gestão da SCG contempla as modalidades teletrabalho integral, teletrabalho parcial e presencial.

Art. 4º O Programa de Gestão da SCG pode se estender a todos os servidores e colaboradores da unidade, não havendo percentual mínimo ou máximo de participantes.

Art. 5º O Plano de Trabalho dos participantes do Programa de Gestão da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração terá duração de 3 (três) meses.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES DA SCG

PARÂMETRO: Todas as atividades da SCG devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade. Todos os níveis de complexidade descritos no ANEXO II serão cadastrados como possibilidades para cada atividade detalhada neste Anexo, de forma a possibilitar a personalização do Plano de Trabalho a cada participante.			
GRUPO DE ATIVIDADE	ATIVIDADE	NÍVEL DE COMPLEXIDADE (ANEXO II)	ENTREGAS ESPERADAS
COHID	Instruir solicitações relacionadas a estudos de inventário hidrelétrico	Todas as possibilidades, conforme Anexo II	Processos instruídos
COHID	Instruir solicitações relacionadas a CGHs, PCHs e UHEs	Todas as possibilidades, conforme Anexo II	Processos instruídos
COHID	Instruir emissão de DUP	De F até M	Processos instruídos e/ou encaminhados para sorteio de diretor(a) relator(a)
COCEN	Instruir processos de Compensação Financeira pelos Usos do Recurso Hídrico (CFURH) e referentes aos Royalties de Itaipu Binacional	A até G	Processos instruídos
COCEN	Gerir os contratos de concessão e dos atos autorizativos decorrentes de leilões ou de outorgas emitidas pela ANEEL mediante delegação	Todas as possibilidades, conforme Anexo II	Processos instruídos
COCEN	Gerir e executar as garantias de registro e de fiel cumprimento	A até K	Ofícios e notas técnicas emitidas e despacho de execução publicado
COCEN	Definir e/ou atualizar o valor de UBP	A até F	Valor de UBP definido e/ou atualizado
COAUT	Instruir solicitações de DRO	Todas as possibilidades, conforme Anexo II	Processos instruídos
COAUT	Efetuar análises que envolvem georreferenciamento	Todas as possibilidades, conforme Anexo II	Análises efetuadas
COAUT	Instruir solicitações de autorização e gestão para implantar e explorar empreendimentos de geração ou para comercializar energia elétrica no SIN	De B até M	Processos instruídos
COGES	Instruir solicitações de enquadramento no REIDI	De A até F	Processos instruídos e encaminhados para sorteio de diretor(a) relator(a)
COGES	Realizar a gestão das outorgas atividades correlatas	Todas as possibilidades, conforme Anexo II	Processos instruídos
COGEP	Elaborar e apoiar o planejamento das ações da Superintendência e das coordenações da SCG	Todas as possibilidades, conforme Anexo II	Planejamento realizado

COGEP	Atualizar as informações da SCG no sítio eletrônico da ANEEL na Internet (e na Intranet?)	De A até D	Informações atualizadas nos sítios eletrônicos
COGEP	Desenvolver novos sistemas e manter os atuais atualizados e em funcionamento	Todas as possibilidades, conforme Anexo II	Sistemas desenvolvidos e/ou atualizados e funcionais
Setorial	Atender às demandas de entrada de documentos	De A até F	Documentos recebidos e triados, sistemas de acompanhamento alimentados, documentos/processos distribuídos para as coordenações e demandas avulsas atendidas
Setorial	Atender às demandas de juntada de documentos	De A até D	Documentos juntados aos processos
Setorial	Atender às demandas de saída de documentos	De A até D	Documentos expedidos
Todos	Participar de comites e comissões	Todas as possibilidades, conforme Anexo II	Atividades realizadas
Todos	Participar de grupos de estudo e de trabalho	Todas as possibilidades, conforme Anexo II	Estudos desenvolvidos e atividades realizadas
Todos	Responder a todas as consultas formuladas pela LAI no prazo	De A até E	LAI respondida no prazo
Todos	Realizar atividades administrativas de suporte para a Superintendência	Todas as possibilidades, conforme Anexo II	Atividades realizadas
Todos	Gerir as atividades da coordenação	Todas as possibilidades, conforme Anexo II	Coordenação gerida
Todos	Instruir solicitações relacionadas a recursos administrativos	Todas as possibilidades, conforme Anexo II	Processos instruídos e/ou encaminhados para sorteio de diretor(a) relator(a)
Todos	Responder demandas da Procuradoria Federal	Todas as possibilidades, conforme Anexo II	Processos instruídos e/ou decisão judicial cumprida

ANEXO II

TABELA DE EQUIVALÊNCIA POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE

PARÂMETRO: Todas as atividades da SCG devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade.			
Nível de Complexidade	Texto Explicativo	Tempo da Atividade (em teletrabalho)	Tempo da Atividade (presencial)
A	0,5 hora por semana	6 horas	6 horas
B	1 hora por semana	13 horas	13 horas
C	2 horas por semana	26 horas	26 horas
D	3 horas por semana	40 horas	40 horas
E	4 horas por semana	53 horas	53 horas
F	1 hora por dia	66 horas	66 horas
G	2 horas por dia	132 horas	132 horas
H	3 horas por dia	198 horas	198 horas
I	4 horas por dia	264 horas	264 horas
J	5 horas por dia	330 horas	330 horas
K	6 horas por dia	396 horas	396 horas
L	7 horas por dia	462 horas	462 horas
M	8 horas por dia	528 horas	528 horas

Obs1: Os valores informados em "Tempo da Atividade" referem-se às horas que serão efetivamente contabilizadas, considerando um ciclo de 3 meses de duração do Plano de Trabalho.

Obs2: Para efeito de cálculo de equivalência, considerou-se 1 mês = 22 dias úteis e 1 trimestre = 13 semanas (22 dias x 8 horas/dia x 3 meses = 528 horas e 528 horas ¸ 40 horas/semana = 13,2 horas/semana - arredondou-se para 13 horas).

PORTARIA Nº 6.732, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Revisa a Norma de Organização nº 31, que trata dos procedimentos referentes à concessão de diárias, passagens, hospedagem e locação de veículos, a serem observados no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso IX, e no art. 9º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 349, de 28 de novembro de 1997, do Ministério de Minas e Energia, e com o que consta no Processo nº 48500.001949/2005-55, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo, a revisão da Norma de Organização ANEEL nº 31, que trata dos procedimentos referentes à concessão de diárias, passagens, hospedagem e locação de veículos, a serem observados no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 3.689, de 1º de setembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 30 dias após a data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

ANEXO

NORMA ORGANIZACIONAL ANEEL Nº 31.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Do Objetivo

Art. 1º Esta Norma dispõe sobre os procedimentos referentes à concessão de diárias, passagens, hospedagem e locação de veículos, a serem observados no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Seção II

Da Conceituação

Art. 2º Para fins de aplicação desta Norma, adotam-se os seguintes conceitos:

I - agenciamento de viagens: serviço prestado por agência de turismo, compreendendo a venda comissionada ou a intermediação remunerada na comercialização de passagens, viagens e serviços correlatos, conforme especificações contidas no instrumento convocatório;

II - aquisição direta: aquisição de passagens aéreas realizada diretamente das companhias aéreas credenciadas, sem intermediação de agência de turismo;

III - aquisição indireta: aquisição de passagens aéreas realizada com intermédio de agência de turismo quando não for possível realizar a aquisição direta;

IV - assessor especial: servidor designado para acompanhar Diretor nos afastamentos da sede a serviço;

V - audiência pública: instrumento de apoio ao processo decisório da ANEEL, instaurada sempre que as decisões efetivamente interferirem nos interesses da sociedade e dos agentes econômicos do setor elétrico;

VI - autoridade superior: Diretor-Geral da ANEEL, ou seu substituto, responsável pela aprovação do processo de concessão de diárias e passagens de viagens nacionais, e internacionais, bem como pelos casos previstos no art. 15.

VII - buscador: módulo do SCDP ou portal disponibilizado pela agência de turismo, que permite o acesso aos sistemas das companhias aéreas, objetivando a realização da pesquisa de preços, reserva de tarifas, emissão, remarcação e cancelamento das passagens aéreas;

VIII - Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF - Passagem Aérea: meio de pagamento eletrônico, operacionalizado por instituição financeira autorizada, de uso exclusivo para pagamento das despesas relativas à aquisição direta de passagens aéreas;

IX - colaborador eventual: pessoa brasileira ou estrangeira que, não possuindo vínculo com a Administração Pública Federal, for convidada a colaborar com a ANEEL em caráter eventual;

X - Comissão de Empresas Energéticas para Gestão de Viagens - COEGV: comissão da qual a ANEEL é integrante, formada por empresas e órgãos estatais ligadas ao ramo de energia;

XI - condução própria: veículo automotor particular, utilizado à conta e risco do proposto, não fornecido pela ANEEL;

XII - consulta pública: instrumento que possibilita o recebimento de sugestões e comentários às propostas de resoluções da ANEEL e às ações em andamento;

XIII - consultor de viagens internacionais: responsável, juntamente com o proponente, pela aprovação da Proposta de Concessão de Diárias e Passagens em viagens internacionais, verificando se o enquadramento legal da viagem internacional está de acordo com a missão;

XIV - diária: indenização concedida por dia de afastamento da sede da ANEEL, destinando-se a indenizar o proposto por despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana;

XV - ordenador de despesa: autoridade investida de competência para autorizar a emissão de empenho, pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda;

XVI - proponente ou concedente: autoridade responsável pela aprovação da viagem no SCDP e pela aprovação da prestação de contas da viagem realizada, observado o art. 46;

XVII - Proposta de Concessão de Diárias e Passagens - PCDP: proposta cadastrada no SCDP, onde constam os dados do servidor, as informações do deslocamento, os documentos comprobatórios da demanda e os dados financeiros;

XVIII - proposto: pessoa autorizada a viajar a serviço ou para participar de cursos ou eventos de interesse da ANEEL;

XIX - relatório de viagem: documento a ser anexado na prestação de contas das viagens internacionais, preenchido pelo servidor de forma circunstanciada, comprovando a realização da viagem e cumprimento da missão;

XX - seguro viagem: seguro com objetivo de garantir indenização ao(s) segurado(s) ou seu(s) beneficiário(s), limitada ao valor do capital segurado contratado, na forma de pagamento do valor contratado ou de reembolso, ou, ainda, de prestação de serviço(s), no caso da ocorrência de riscos cobertos, desde que relacionados à viagem, durante período previamente determinado, nos termos estabelecidos nas condições contratuais;

XXI - servidor: pessoa legalmente investida em cargo público de caráter efetivo ou de livre provimento submetida ao regime da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

XXII - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP: sistema de registro e controle de todas as viagens realizadas no âmbito da ANEEL;

XXIII - solicitante de passagem: servidor formalmente designado pela autoridade competente, responsável por realizar os procedimentos administrativos descritos nos artigos 32 e 33 desta Norma Organizacional, observado o art. 14.

XXIV - solicitante de viagem: servidor efetivo ou colaborador terceirizado, formalmente designado pela autoridade competente, no âmbito de cada UORG, responsável por realizar os procedimentos administrativos no SCDP;

XXV - unidade organizacional - UORG: unidades integrantes da Estrutura Organizacional da ANEEL, definidas no Regimento Interno;

XXVI - veículo locado: veículo automotor disponibilizado pela ANEEL aos servidores, mediante contrato específico, para realização de atividades inerentes às atribuições dos respectivos cargos ou resultantes de autorização específica.

CAPÍTULO II

DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Seção I

Do Fato Gerador

Art. 3º O proposto que se deslocar a serviço ou para participação em cursos ou eventos, da localidade em que a ANEEL está sediada para outro ponto do território nacional, ou para o exterior, fará jus à percepção de diárias segundo as disposições desta Norma, mediante o preenchimento da PCDP.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a:

I - deslocamento do proposto para cidades do entorno, salvo se houver necessidade de pernoite; e

II - deslocamento de colaborador eventual para fins de participação em cursos e viagens ao exterior.

Art. 4º É vedado conceder diárias ao proposto nomeado para cargo em comissão ou função de confiança, no período compreendido entre a posse e a fixação no domicílio da sua nova sede de trabalho ou local de exercício.

Art. 5º A publicidade dos atos de concessão de diárias dar-se-á por meio do SCDP e do Boletim Administrativo da ANEEL, sendo este de responsabilidade da SRH.

Seção II

Da Proposta de Concessão de Diárias e Passagens - PCDP

Art. 6º Todas as viagens no âmbito da ANEEL devem ser registradas no SCDP, mesmo nos casos de afastamento sem ônus ou com ônus limitado.

Art. 7º Na PCDP deverá atuar como proponente o Diretor-Geral ou um membro da Diretoria quando se tratar de viagem de seus assessores ou de outro membro da Diretoria;

§ 1º Os titulares ou adjuntos de UORG dos respectivos servidores ou de colaboradores eventuais poderão atuar como proponentes mediante delegação da Diretoria.

§ 2º A aprovação da PCDP pelo proponente deve ocorrer em até 3 (três) dias úteis do recebimento da Proposta.

Art. 8º Atuará como Consultor de Viagem Internacional no SCDP o titular ou adjunto da Superintendência de Recursos Humanos - SRH, nos casos de viagens de Capacitação, e o titular ou adjunto da Assessoria Institucional da Diretoria - AID, nos casos de viagens de Representação Institucional.

Parágrafo único. O parecer do Consultor de Viagem Internacional deve ser emitido em até 1 (um) dia útil do recebimento da PCDP.

Art. 9º O titular ou adjunto da Superintendência de Administração e Finanças - SAF atuará como ordenador de despesas no SCDP para aprovação das despesas.

§ 1º O ordenador de despesas deverá realizar os procedimentos de verificação e validação da PCDP em até 3 (três) dias úteis antes do início da viagem, desde que observados os prazos previstos no art. 7º, § 2º e no art. 11, §§ 1º e 2º.

§ 2º A contagem do prazo a que se refere o § 1º será suspensa sempre que houver necessidade de alterações ou complementações de informações, por parte do proponente ou do solicitante de viagem.

Art. 10. São procedimentos administrativos para concessão de diárias e passagens no SCDP:

I - autorização e solicitação de afastamento;

II - pesquisa e reserva dos trechos;

III - autorização de emissão da passagem;

IV - pagamento da diária; e

V - prestação de contas do afastamento.

Art. 11. A UORG deverá efetuar procedimento de solicitação de proposta de afastamento por meio do SCDP.

§ 1º A solicitação da proposta de afastamento deverá ser realizada de forma a garantir que a reserva dos trechos ocorra com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data prevista de partida.

§ 2º Nas situações em que não for possível realizar a reserva dos trechos, a emissão deverá observar a antecedência mínima de 15(quinze) dias da data prevista de partida.

§ 3º A solicitação da proposta que não observar a antecedência mínima de 15 (quinze) dias deverá apresentar justificativa quanto ao não cumprimento do prazo.

Art. 12. As propostas de concessões de diárias, quando o afastamento se iniciar nas sextas-feiras, bem como os que incluam sábados, domingos e feriados, serão expressamente justificadas, configurando aceitação da justificativa a autorização de pagamento pelo ordenador de despesas.

Art. 13. No caso em que o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, o proposto fará jus às diárias correspondentes ao período prorrogado, observado o disposto no art. 25, desde que o titular ou adjunto da UORG previamente formalize o pedido e o ordenador de despesas autorize a prorrogação.

Parágrafo único. Na ocorrência do previsto no caput, é necessário o registro de justificativa na PCDP, para fins de pagamento das diárias.

Art. 14. Deve ser atribuída a servidor formalmente designado, no âmbito de cada UORG a realização de pesquisa de preços, a escolha da tarifa e, se for o caso, a autorização de emissão, observados os procedimentos previstos no art. 32 e o encaminhamento da PCDP para aprovação das autoridades competentes.

§ 1º No caso da aquisição direta, a pesquisa de preços, a indicação do voo, a reserva e a autorização da emissão da passagem serão realizadas diretamente no SCDP.

§ 2º A emissão das passagens na aquisição direta será realizada eletronicamente pelo SCDP junto à companhia aérea correspondente.

§ 3º Quando a aquisição for realizada por intermédio da agência de turismo, a pesquisa de preços e a reserva serão realizadas por meio do portal disponibilizado pela agência de turismo ou solicitadas à agência contratada.

§ 4º Na hipótese do §3º, a emissão das passagens será realizada pela agência de turismo contratada a partir do encaminhamento da reserva pelo SCDP no prazo fixado no contrato com a Agência de Turismo.

§ 5º Visando celeridade processual e economicidade, fica autorizada a adoção do fluxo rápido de emissão de passagens, por meio do qual o Solicitante de Passagem realiza/autoriza a emissão e posteriormente encaminha a PCDP para aprovação pelas autoridades competentes.

Art. 15. Caberá à autoridade superior autorizar o afastamento nos casos abaixo:

I - em prazo inferior ao estabelecido no art. 11, § 1º, desde que devidamente formalizada a justificativa que comprove a inviabilidade do seu efetivo cumprimento;

II - a servidor que não prestou contas de viagem anteriormente realizada;

III - por período superior a 5 (cinco) dias contínuos;

IV - em quantidade superior a 30 (trinta) diárias intercaladas por pessoa no ano;

V - de mais de 5 (cinco) pessoas para o mesmo evento;

VI - que envolvam o pagamento de diárias nos finais de semana; e

VII - para o exterior com ônus.

Seção III

Do Deslocamento Ao Exterior

Art. 16. O servidor não poderá ausentar-se do País sem autorização da Diretoria, cujo ato será publicado no Diário Oficial da União - D.O.U., devendo uma cópia ser digitalizada e anexada à PCDP.

Parágrafo único. Caso o deslocamento para o exterior exija que o servidor fique mais de um dia em trânsito, seja na ida ou no retorno, a concessão de diárias excedentes deve ser devidamente justificada no campo "Observações" da PCDP.

Art. 17. O afastamento do País poderá ocorrer:

I - com ônus para a ANEEL, quando implicar direito a passagens e diárias, assegurado ao servidor o direito de percepção cumulativa dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou função;

II - com ônus limitado, quando implicar direito apenas ao vencimento e demais vantagens do cargo ou função; ou

III - sem ônus, quando implicar a perda total do direito de percepção dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou função, e não acarretar qualquer despesa para a ANEEL.

Art. 18. O transporte entre o terminal aéreo no exterior e a localidade sede da missão ou hospedagem do proposto, e vice-versa, será a ele indenizado, mediante apresentação dos documentos comprobatórios legalmente aceitos, tais como nota fiscal ou recibo, devidamente preenchidos, emitidos pelo prestador do serviço e solicitado à SAF pelo titular ou adjunto da UORG.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, não são passíveis de ressarcimento:

I - as despesas com transporte entre a sede desta Agência ou da residência do servidor e o terminal aéreo doméstico, e vice-versa, bem como as decorrentes do deslocamento do local da hospedagem para o local da missão; e

II - a despesa que, mesmo comprovada, não se caracterizar como de deslocamento.

Art. 19. É devida a contratação de seguro-viagem para o servidor quando da realização de viagens internacionais, garantidos os benefícios mínimos constantes das normas vigentes expedidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e demais órgãos do governo responsáveis pelo controle e fiscalização do mercado de seguros.

§ 1º A cobertura máxima admitida é de € 40.000 (quarenta mil euros), ou valor equivalente, para a garantia de assistência médica por doença ou acidente, admitidos seguros com maior cobertura para os países que assim o exigirem.

§ 2º Na impossibilidade de emissão de seguro de viagem internacional pela agência de turismo, serão ressarcidas, mediante apresentação de, no mínimo, três orçamentos em empresas do ramo, as despesas com seguro, respeitadas as coberturas e limites previstos neste artigo.

Seção IV

Do Deslocamento De Colaborador Eventual

Art. 20. As despesas com alimentação e hospedagem de colaborador eventual serão indenizadas mediante a concessão de diárias, por tempo não superior a 30 (trinta) dias, correndo à conta da UORG interessada e à dotação consignada sob a classificação de serviços, sendo a sua concessão autorizada pelo ordenador de despesas.

§ 1º O nível de equivalência da atividade a ser cumprida pelo colaborador eventual, com a tabela de diárias, será estabelecido pelo Diretor Geral, levando-se em consideração o grau de escolaridade, respeitando-se as atividades a serem desempenhadas.

§ 2º É vedada a concessão de diárias para o exterior ao colaborador eventual, ressalvados aqueles designados ou nomeados pelo Presidente da República.

Art. 21. A PCDP de colaborador eventual deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - cópia do curriculum vitae do colaborador indicado, contendo necessariamente informações sobre o CPF e a identificação do Banco, Agência e Conta Corrente que deverá ser objeto de depósito das diárias;

II - justificativa da UORG interessada contendo as razões que levaram à indicação do colaborador, a necessidade e a oportunidade de sua convocação.

Seção V

Do Cálculo Das Diárias

Art. 22. Os valores das diárias no País e no exterior são os constantes do Anexo I do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, e Anexo III do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, respectivamente.

§ 1º O proposto fará jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos:

I - quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede da ANEEL;

II - no dia do retorno à sede, para os casos de deslocamentos dentro do território nacional;

III - no dia da partida do território nacional, para o caso de deslocamento ao exterior, quando houver mais de um pernoite fora do país;

IV - no dia da chegada ao território nacional, para o caso de deslocamento ao exterior;

V - quando custeadas as despesas de pousada, por parte de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, ou ainda por entidade que tenha relação institucional com a ANEEL;

VI - quando governo estrangeiro ou organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere custear as despesas com alimentação ou pousada, para os casos de deslocamentos para o exterior;

VII - quando o proposto ficar hospedado em imóvel pertencente à União ou que esteja sob administração do Governo Brasileiro ou de suas entidades.

§ 2º Quando designado para acompanhar Diretor, na qualidade de assessor especial, o proposto fará jus a diárias no mesmo valor atribuído à autoridade acompanhada, devendo tal situação ser obrigatoriamente registrada e justificada no campo "Observações" da PCDP.

§ 3º Quando a missão no exterior abranger mais de um país, adotar-se-á a diária aplicável ao país onde houver o pernoite e, no retorno ao Brasil, prevalecerá a diária referente ao país onde o proposto haja cumprido a última etapa da missão.

§ 4º Não será devido o pagamento de diária ao servidor quando governo estrangeiro ou organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere custear as despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana.

Art. 23. Será concedido adicional no valor fixado no Anexo II do Decreto nº 5.992, de 2006, por localidade de destino, nos deslocamentos dentro do território nacional, destinado a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque até o local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa.

Parágrafo único. No caso de deslocamento ao exterior não será devido o adicional previsto no caput, salvo nos casos em que houver pernoite no território nacional.

Art. 24. Nos deslocamentos no País, para realização de trabalhos com duração superior a trinta dias, poderão ser autorizados retornos intermediários à sede, a cada trinta dias, sempre no último dia útil da semana, reiniciando-se a atividade no primeiro dia útil da semana seguinte, não sendo devida diária neste período.

Art. 25. As diárias sofrerão, por dia útil de afastamento, o desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o servidor e, quando for o caso, ao auxílio-transporte, considerando para fins de cálculo a proporcionalidade de 22 (vinte e dois) dias.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo à situação prevista no art. 13.

Seção VI

Do Pagamento Das Diárias

Art. 26. As diárias deverão ser pagas com antecedência de 3 (três) dias da data prevista para o início da viagem mediante crédito na conta corrente indicada pelo proposto, prevalecendo exclusivamente para os servidores aquela onde são creditados os vencimentos pagos pela ANEEL ou órgãos de origem.

§ 1º O pagamento será realizado antecipadamente, de uma só vez, exceto nas seguintes situações, a critério do ordenador de despesas:

I - em situações de urgência devidamente caracterizadas ou quando da ocorrência do disposto no art. 13, casos em que serão processadas no decorrer do afastamento; e

II - quando o afastamento compreender período superior a 15 (quinze) dias, caso em que poderão ser pagas parceladamente.

§ 2º O disposto no inciso II não se aplica aos afastamentos para o exterior, caso em que as diárias deverão ser pagas de uma única vez.

§ 3º Quando o período de afastamento se estender até o exercício seguinte, a despesa poderá recair no exercício em que se iniciou.

Art. 27. Independentemente do país de destino, as diárias para deslocamento no exterior serão pagas em dólares americanos, ou, por solicitação do servidor, por seu valor equivalente em moeda nacional ou em euros.

Seção VII

Da Restituição De Diárias

Art. 28. O proposto que receber diárias deverá restituí-las:

I - integralmente, quando não realizar a viagem, por qualquer motivo; ou

II - proporcionalmente aos dias excedentes, na hipótese de retornar em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento.

§ 1º A restituição de diárias dar-se-á em até 5 (cinco) dias contados:

I - da data do recebimento das diárias ou do cancelamento da viagem, no caso do caput, inciso I;

II - da data de retorno à sede da ANEEL, no caso do caput, inciso II.

§ 2º A restituição de diárias em prazo superior ao determinado no §1º deverá ser acompanhada de justificativa formal, com a ciência do titular ou adjunto da UORG.

CAPÍTULO III

DO TRANSPORTE E DA HOSPEDAGEM

Seção I

Da Aquisição Direta

Art. 29. A aquisição de passagens aéreas será realizada, preferencialmente, de forma direta, junto às companhias aéreas credenciadas no SCDP, sem intermediação de agência de turismo, observado o disposto no art. 30.

Seção II

Da Aquisição por Agenciamento de Viagens

Art. 30. O agenciamento de viagens atenderá às demandas não contempladas pela aquisição direta de passagens, aos casos em que houver impedimento de emissão junto às empresas credenciadas no SCDP ou aos casos emergenciais devidamente justificados no SCDP, na forma do art. 33.

Seção III

Do Transporte Aéreo

Art. 31. O proposto que se deslocar a serviço ou para participação em cursos ou eventos de interesse da ANEEL para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus ao recebimento de bilhete de passagem aérea, ida e volta, segundo as disposições desta Norma.

Parágrafo único. O trecho não assistido por transporte aéreo comercial regular será suprido mediante a emissão de bilhete de passagem por via rodoviária, ferroviária, fluvial ou por locação de veículo, conforme o caso.

Art. 32. Deverão ser observados os seguintes procedimentos na emissão de bilhetes de passagem aérea:

I - a escolha da melhor tarifa deverá ser realizada considerando o horário e o período da participação do servidor no evento, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente utilizando os seguintes parâmetros:

a) a escolha do voo deve recair prioritariamente em percursos de menor duração, evitando-se, sempre que possível, trechos com escalas e conexões;

b) os horários de partida e de chegada do voo devem estar compreendidos no período entre 7hs e 21hs, salvo a inexistência de voos que atendam a estes horários;

c) em viagens nacionais, deve-se priorizar o horário de chegada do voo que anteceda em no mínimo 3hs o início previsto dos trabalhos, evento ou missão;

d) o embarque deverá ocorrer prioritariamente em voos até três horas após o término do trabalho, evento ou missão, observado o menor preço;

e) em viagens internacionais, em que a soma dos trechos da origem até o destino ultrapasse 8 horas, e que sejam realizadas no período noturno, o embarque, prioritariamente, deverá ocorrer com um dia de antecedência.

II - em viagens internacionais a passagem aérea poderá ser em classe econômica ou executiva, observado o menor preço de cada classe, conforme prerrogativa do cargo do servidor e observada a legislação vigente e condicionado à autorização pela Diretoria.

III - a fiscalização, por amostragem, dos valores de tarifas encaminhados, via sistema, pelas companhias aéreas ao buscador, verificando se estes valores não se encontram majorados em relação aos valores oferecidos no mercado e se as condições comerciais mais vantajosas estão sendo cumpridas, será efetuada por servidor formalmente designado em cada UORG, ficando ao seu cargo a reserva e a emissão de bilhete de passagem aérea e o cumprimento do disposto nos incisos I e II.

§ 1º Caso o preenchimento da PCDP indique opção de voo diferente do previsto no inciso II, será obrigatório o preenchimento do campo "Justificativas" da PCDP.

§ 2º Caso seja constatada a aquisição de passagens em descumprimento ao disposto nesta Norma, o valor apurado deverá ser ressarcido ao erário pelo servidor que tiver dado causa, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º Considerando os critérios para definição do voo, o proposto poderá realizar a escolha de passagem aérea que não seja a de menor tarifa, desde que realize o pagamento da diferença, via Guia de Recolhimento da União - GRU, que deve ser anexada à Proposta de Concessão de Diárias e Passagens, antes da realização da viagem.

§ 4º No caso das viagens internacionais por servidores que estejam representando autoridades que se enquadrem no critério legal para viajar em classe executiva, a emissão de passagem nessa classe está condicionada à autorização da respectiva representação pela Diretoria.

Art. 33. Serão direcionadas pelo solicitante de passagem para emissão pela agência de turismo, as passagens aéreas não supridas pelas empresas credenciadas no SCDP, compreendendo, conforme o caso, os serviços de assessoria, cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso das passagens, bem como, se necessário, as emissões em finais de semana, feriados e horários fora de expediente, além de remarcações e cancelamentos nesse mesmo período, dentre outras situações excepcionais e alheias à vontade da Administração, impeditivas à emissão junto às empresas credenciadas.

Art. 34. No caso de desistência, alteração ou adiamento da viagem por necessidade do serviço, deverá o solicitante de viagem registrar no SCDP o cancelamento ou ajuste da viagem, a fim de se evitar a ocorrência de "no show" e geração de pendências no sistema.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput imputará ao proposto ou responsável que der causa ao pagamento de multa e outros encargos, caso sejam cobrados pela empresa aérea, a devolução destes valores no prazo de até 5 (cinco) dias após a notificação dos fatos, exceto nos casos devidamente justificados e encaminhados à SAF.

Art. 35. Quaisquer alterações de percurso, data ou horário de deslocamentos serão de inteira responsabilidade do servidor se não forem autorizadas ou determinadas pelo proponente ou ordenador de despesas.

Parágrafo único. É de responsabilidade do servidor solicitar o crédito à companhia aérea quando o bilhete for remarcado com valor a menor e entregar documento de comprovação do crédito (cupom, bilhete ou similar) à SAF, sob pena de ressarcimento do mesmo pelo servidor responsável pela alteração do bilhete, de acordo com o disposto no art. 5º, § 4º, do Decreto nº 5.992, de 2006, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 36. É permitida a emissão de bilhete aéreo saindo de localidade distinta da sede, ou retornando para localidade distinta da sede, desde que a opção escolhida seja menos onerosa para a Administração, cumpridas ainda as seguintes exigências:

I - Compatibilidade com a realização da missão e o expediente na ANEEL;

II - Autorização do titular ou adjunto da UORG por meio de correio eletrônico anexado ao PCDP;

III - Cotação comparativa automática do SCDP, gerada no mesmo dia da emissão do bilhete, comprovando a ausência de ônus para a Administração;

IV - Observação de todos os procedimentos indicados no art. 32.

Art. 37. Os gastos com bagagem despachada pelo servidor ou pessoa a serviço da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional serão ressarcidos quando o afastamento se der por a partir de 3 (três) pernoites fora da sede, limitado a uma peça por pessoa, observadas as restrições de peso ou volume impostas pela companhia aérea, mediante comprovação nominal do pagamento.

§ 1º Caso a companhia aérea imponha preços por faixas de peso ao invés de número de peças, a Administração ressarcirá o valor referente ao menor peso praticado pela empresa para despacho.

§ 2º Não se aplica o disposto no caput quando o bilhete adquirido permita despacho de peças sem custo adicional.

§ 3º Não se incluem nos limites impostos no caput as bagagens de mão franqueadas pela companhia aérea, nos termos do art. 14 da Resolução nº 400, de 2016, da Agência Nacional de Aviação Civil.

§ 4º É obrigação do servidor ou pessoa a serviço da Administração observar as restrições de peso, dimensões e conteúdo de suas bagagens de mão, não sendo objeto de ressarcimento quaisquer custos incorridos pelo não atendimento às regras da companhia aérea.

§ 5º Os custos de transporte de bagagens por necessidade do serviço, tais como equipamentos e materiais necessários à realização de eventos, serão ressarcidos ao proposto, nos termos do art. 45, ainda que o afastamento seja em período inferior ao estabelecido no caput.

Seção IV

Da Locação de Veículo

Art. 38. O servidor que se deslocar a serviço para outro ponto do território nacional, poderá solicitar a locação de veículo, mediante formulário próprio, aprovado pelo responsável pela UORG, para os seguintes deslocamentos:

I - no exercício de atividades demandadas pela ANEEL fora do município de destino do transporte concedido pela Agência;

II - no exercício de atividades demandadas pela ANEEL, que envolva mais de um deslocamento diário para locais distintos, desde que objeto da missão, dentro do município de destino do transporte concedido pela Agência;

III - integrante de equipe encarregada da realização de consulta ou audiência pública; e

IV - no atendimento das missões dos Diretores da Agência, respeitadas as disposições do Decreto n° 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, ou o que vier a substituí-lo.

§ 1º A locação de veículos para a realização de consultas ou audiências públicas somente será autorizada em caso de viagem com vistas à mobilização dos recursos necessários para montagem e desmontagem da estrutura da Audiência/Consulta Pública;

§ 2º Em casos excepcionais, devidamente justificados e aprovados pela SAF, poderá ser autorizada a locação de veículo na forma do inciso II do caput, mesmo que não envolva mais de um deslocamento diário para locais distintos.

§ 3º Nos deslocamentos enquadrados no caput, inciso I, caso não seja necessária a utilização do veículo na permanência do servidor no outro município, as locações deverão obrigatoriamente incluir motorista, apenas para levar o servidor de um município ao outro.

Art. 39. A ANEEL celebrará contrato com empresa locadora de veículos com serviço de motorista para uso eventual, cabendo à SAF gerir o contrato e, com base no pedido formulado pela UORG, locar e orientar o servidor sobre a forma de utilização dos serviços da empresa contratada.

Parágrafo único. Caso o servidor opte por não usar os serviços de motorista, deverá ser entregue, juntamente com o formulário de solicitação de veículo, o Termo de Responsabilidade assinado, conforme modelo fornecido pela SAF.

Art. 40. O pedido de locação deverá ser providenciado mediante o preenchimento dos dados exigidos, devidamente justificado quanto à necessidade na PCDP, bem como encaminhá-lo por meio de formulário próprio, indicando os horários e os locais de retirada e devolução do veículo e o percurso provável, respeitado o princípio da economicidade.

§ 1º A escolha do tipo do veículo deverá respeitar os aspectos da missão, tais como locais de destino, trajeto a ser percorrido e a quantidade de servidores designados para a missão.

§ 2º É permitida a devolução do veículo locado em local distinto de sua disponibilidade, em casos previamente justificados.

§ 3º O uso do veículo será em caráter exclusivo de serviço, não sendo admitida sua utilização em quaisquer outras hipóteses.

Seção V

Da Condução Própria

Art. 41. O servidor somente poderá utilizar condução própria para deslocamento ao local da missão quando, por quaisquer motivos, não for possível a disponibilidade pela SAF de veículo locado.

Parágrafo único. A utilização de veículo de propriedade do servidor será de sua inteira responsabilidade, não gerando qualquer obrigação para a ANEEL, sendo somente devido ao servidor a indenização de transporte prevista no Decreto nº 3.184, de 27 de setembro de 1999.

Seção VI

Da Hospedagem

Art. 42. O servidor que se deslocar para outro ponto do território nacional poderá solicitar o custeio da hospedagem, desde que exista contrato vigente no âmbito da ANEEL, para fornecimento deste serviço no local da missão.

§ 1º O servidor fará jus somente a metade do valor da diária, quando se servir do custeio da hospedagem, conforme art. 22, § 1º, V.

§ 2º Caberá à SAF gerir o contrato e, com base no pedido formulado pela UORG, orientar o servidor sobre a forma de utilização dos serviços da empresa contratada.

§ 3º A agência contratada tem prazo de 1 (um) dia útil para responder ao pedido de cotação de hotéis, formulado pela SAF ou pelo solicitante de viagem, contado a partir do recebimento da mensagem eletrônica.

§ 4º A confirmação da reserva deve ser enviada pela agência contratada em até 1 (um) dia útil, contado a partir do recebimento da mensagem eletrônica da SAF ou do solicitante de viagem.

Art. 43. Deve ser atribuída ao solicitante de viagens formalmente designado, no âmbito de cada UORG, a responsabilidade pelo encaminhamento do pedido de cotação e reserva de hotel diretamente à agência contratada.

§ 1º A solicitação de hospedagem deve ser encaminhada pelo solicitante de viagem à agência contratada com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência do início da missão, salvo em caso de viagens urgentes.

§ 2º Caso seja constatada a reserva em hotel em descumprimento ao disposto nesta Norma, o valor apurado deverá ser ressarcido ao erário pelo servidor que tiver dado causa, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º O solicitante de viagem deve encaminhar à SAF, no prazo de 1 (um) dia útil após a confirmação da reserva, a solicitação de hospedagem contendo cópia da confirmação da reserva e a cotação de hotéis.

Art. 44. Serão disponibilizados hotéis classificados na categoria 5 (cinco) para Diretores e na categoria 4 (quatro) para os demais servidores, conforme padrão de qualidade definido pela COEGV no sítio www.coegv.com.br, em apartamento tipo "single", observadas as seguintes condições:

I - O hotel ofertado deverá ser o de menor tarifa verificado no site da COEGV, dentro da respectiva categoria e com disponibilidade de vaga, localizado em até cinco quilômetros do local da missão ou do aeroporto, salvo nos casos devidamente justificados e aceitos pela SAF;

II - Na ausência de hotel conveniado no raio de cinco quilômetros do evento ou do aeroporto, deverá ser escolhido hotel conveniado de menor tarifa, localizado em até dez quilômetros do local da missão ou do aeroporto, dentro da respectiva categoria.

§ 1º Poderão ser disponibilizados hotéis pela agência de viagens contratada, mediante ferramenta informatizada, sendo que a escolha deve se limitar ao valor do hotel indicado pela COEGV, salvo na hipótese de indisponibilidade de hotel da COEGV.

§ 2º Nos casos de afastamento da sede do serviço para acompanhar Diretor, na qualidade de assessor especial, o servidor fará jus à mesma categoria atribuída à autoridade acompanhada.

§ 3º A critério do servidor, a hospedagem pode se dar no hotel do evento ou missão, caso seja conveniado da COEGV, visando otimizar as condições laborativas do servidor.

§ 4º O proposto poderá realizar a escolha de hotel que não seja o de menor tarifa, desde que realize o pagamento da diferença, via Guia de Recolhimento da União - GRU, que deve ser anexada à solicitação de hospedagem e enviada à SAF no prazo previsto no art. 44, § 3º.

§ 5º No caso de desistência do serviço de hospedagem o servidor deverá solicitar o cancelamento à SAF com antecedência mínima de 3 (três) dias.

CAPÍTULO IV

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 45. A prestação de contas do afastamento deverá ser realizada pelo solicitante de viagem, por meio do SCDP, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do retorno da viagem sendo necessária a apresentação, pelo proposto, da seguinte documentação:

I - os bilhetes ou canhotos dos cartões de embarque, em original ou segunda via, ou recibo do passageiro obtido quando da realização do check in via internet, ou a declaração fornecida pela companhia aérea, ou ainda por meio do registro eletrônico da situação da passagem no SCDP.

II - comprovante do recolhimento (GRU), quando for o caso, do valor das diárias recebidas em excesso ou não utilizadas;

III - comprovantes de despesas realizadas pelo servidor, quando necessárias à realização da missão, tais como: pedágio, abastecimento de veículo, transporte de bagagens e estacionamento.

§ 1º As despesas elencadas no inciso III serão reembolsadas ao servidor após aprovação pela SAF.

§ 2º Em caso de viagens ao exterior, com ônus ou com ônus limitado, o servidor ficará obrigado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do término do afastamento do país, a apresentar relatório circunstanciado das atividades exercidas no exterior, conforme previsão contida no art. 16 do Decreto nº 91.800, de 18 de outubro de 1985, além do cumprimento do que dispõe o caput.

§ 3º O não atendimento do prazo para prestação de contas estabelecido no caput poderá implicar ao proposto o impedimento de receber outras diárias e passagens.

§ 4º No caso de perda ou extravio da documentação comprobatória da viagem relacionada no inciso I, o proposto deverá declarar formalmente a devida utilização do bilhete.

§ 5º A chefia imediata do proposto designado para realizar viagem, seja ela no País ou para o exterior, deverá observar, quando da prestação de contas, eventuais disfunções causadas por alterações permitidas pelo art. 35, que venham a ocasionar prejuízo ao trabalho na ANEEL ou da missão para a qual foi designado.

§ 6º O servidor que fizer alteração em caráter particular em qualquer um dos trechos do bilhete de passagem aérea deverá informar a ocorrência no ato da prestação de contas e procederá à juntada do comprovante emitido pela Companhia Aérea com todos os detalhes da alteração, tais como número do novo voo, data, horário e valor, caso não seja informado no cartão de embarque.

Art. 46. Fica delegada ao titular ou adjunto da Superintendência de Administração e Finanças a aprovação da prestação de contas no SCDP.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. Quando da ocorrência de sindicância ou processo administrativo disciplinar, instaurado no âmbito da ANEEL, aplicam-se as disposições desta Norma:

I - aos servidores convocados para prestar depoimento fora da sede da ANEEL, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;

II - aos membros da comissão, quando obrigados a se deslocarem da sede da ANEEL para realização de missão essencial para o esclarecimento dos fatos; e

III - aos ex-servidores quando residentes fora da sede da ANEEL, para realização de missão essencial para o esclarecimento dos fatos.

Art. 48. Responderão solidariamente pelos atos praticados em desacordo com o disposto nesta Norma o proponente, o ordenador de despesas, o proposto, os gestores dos contratos de passagens, hospedagem e locação de veículos e os solicitantes de passagem, na proporção da participação de cada um.

Art. 49. Os casos omissos nesta Norma serão resolvidos pela Diretoria da ANEEL.

DESPACHO Nº 357, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005695/2021-44, decide acatar de forma excepcional e provisória, até janeiro de 2024, a solução proposta pela Petrobrás para o Sistema de Medição para Faturamento - SMF da UTE Termobahia para medição por diferença entre a medição na SE Jacaracanga e a carga medida da Refinaria Landulpho Alves - RLAM.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 362, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.002934/1999-01, 29000.001626/1992-15, 48500.002048/2002-74 e 48000.004055/1994-79, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao pleito de ajuste do prazo da outorga, decorrente da Lei nº 14.120, de 1º de março 2021, das PCH Francisco Gross, PCH São João, PCH Viçosa e PCH São Lourenço e da UHE Suíça, cadastradas, respectivamente, sob o Código único de Empreendimentos de Geração - CEG PCH.PH.ES.028380-0.01, PCH.PH.ES.026834-8.01, PCH.PH.ES.000261-5.01, PCH.PH.MT.028825-0.01 e UHE.PH.ES.002781-2.01.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 427, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002977/2021-90, decide aprovar a revisão 2022.02 do Submódulo 2.15 - Requisitos mínimos para telecomunicações e do Submódulo 2.16 - Requisitos operacionais para centros de operação e instalações da Rede de Operação dos Procedimentos de Rede, conforme documentação constante dos autos e do sítio do Operador do Sistema Elétrico - ONS. A íntegra deste Despacho e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 428, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002338/2019-18, decide conhecer e, no mérito, dar parcial provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Itumbiara Transmissora de Energia S.A. -ITE em face do Auto de Infração nº 12/2020-SFE, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, especialmente para os fins de (i) manter as Não Conformidades NC.1 e NC.2; (ii) cancelar a Não Conformidade NC.3; e (iii) reduzir a penalidade de multa para o valor total de R$ 230.152,10 (duzentos e trinta mil, cento e cinquenta e dois reais e dez centavos), a ser recolhido conforme a legislação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 433, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001233/2021-58, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Termelétrica Pernambuco III em face do Auto de Infração - AI nº 0054/2021-SFG, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, que aplicou a penalidade de multa no valor de R$ 29.062,50 (vinte e nove mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos) em decorrência do descumprimento, por parte da UTE Pernambuco III, do Submódulo 24.2 dos Procedimentos de Rede.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 434, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.004371/2014-60, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto por Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A. em face do Despacho nº 3.644, de 12 de novembro de 2021, emitido pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, que suspendeu a operação comercial a partir de 13 de novembro de 2021, da unidade geradora UG1 da Usina Termelétrica - UTE Vista Alegre II, localizada no município de Maracaju, estado de Mato Grosso do Sul, para, no mérito, negar-lhe provimento.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 438, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001397/2021-85, decide por conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Energisa Pará Transmissora de Energia II S.A., mantendo-se o teor da Resolução Autorizativa nº 10.088, de 2021, que autorizou a Recorrente a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabeleceu os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida - RAP e o cronograma de execução para o empreendimento.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 443, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.002692/2019-34, decide (i) conhecer o Requerimento Administrativo interposto pela Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.-JMM e, no mérito, negar provimento ao pleito de excludente de responsabilidade pelo atraso na entrada em operação comercial da Linha de Transmissão 230 kV Igaporã III - Pindaí II - Circuito Duplo, referente ao Contrato de Concessão nº 05, de 2015-ANEEL; (ii) negar provimento ao pleito de afastamento de quaisquer descontos a título de Parcela Variável por Atraso - PVA do Contrato de Concessão nº 05, de 2015-ANEEL; e (iii) dar provimento ao pleito de afastamento da execução da Garantia de Fiel Cumprimento do Contrato de Concessão nº 05, de 2015-ANEEL, com a consequente devolução da Garantia à Transmissora JMM.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 446, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, e o que consta dos Processos nºs 48500.000607/2022-07 e 48500.000650/2022-64 decide (i) conhecer e, no mérito, dar provimento ao Requerimento Administrativo interposto pela Powertech Engenharia, Serviços e Locações de Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A.; (ii) determinar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, na condição de gestora da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, proceda ao reembolso do custo dos combustíveis da UTE Apuí CEG UTE.PE.AM.037732-5.01, de propriedade da Powertech, diretamente ao supridor de combustíveis; (iii) estabelecer que os valores mencionados no item "ii" sejam contabilizados pela CCEE a título de reembolso à beneficiária Amazonas Energia S.A.; e (iv) declarar, por exaurimento da finalidade, a perda de objeto do pedido de medida cautelar, datado de 2 de fevereiro de 2022, com fulcro no artigo 52 da Lei nº 9.784, de 1999, c/c o artigo 14, caput, da Norma de Organização ANEEL nº 001, com redação dada pelo Anexo da Resolução Normativa ANEEL nº 273, de 2007.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 447, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nºs 48500.001875/2017-71 e 48500.003810/2012-55, decide: (i) reconhecer, como excludente de responsabilidade, o período de 107 (cento e sete), dias de atraso na implantação da PCH Tamboril, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEGPCH.PH.GO.035113-0.01, compreendido entre 16 de novembro de 2019 até 2 de março de 2020, deslocando as datas de início e final de suprimento dos Contratos de Comercialização de Energia de Reserva - CER, da usina por igual período; e (ii) não aplicar penalidade de resolução do respectivo CER nos termos da Subcláusula 12.1.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 448, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002780/2001-18, decide encaminhar os autos ao Ministério de Minas e Energia com a recomendação de indeferimento ao pedido de prorrogação da concessão, bem como inclusão no rol das usinas a serem oportunamente licitadas, da Usina Hidrelétrica Salto do Iporanga, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG Nº UHE.PH.SP.002626-3.01, outorgada Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, com 36.870 kW de potência instalada, localizada no município de Juquiá, no estado de São Paulo.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO Nº 547, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 260, de 27 de setembro de 2021, considerando o que consta do Processo nº 48500.000030/2021-44, resolve registrar que os documentos de constituição das Sociedades de Propósito Específico listadas na Tabela deste Despacho foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 8/2021-ANEEL (LEN A-5/2021):

SEQ	PROCESSO	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	EMPREENDIMENTO
1	48500.000074/2022-55	Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A. CNPJ: 44.643.519/0001-63	Raios de São Francisco V
2	48500.000072/2022-66	Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A. CNPJ: 44.643.530/0001-23	Raios de São Francisco VI

ANDRÉ PATRUS AYRES PIMENTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 524, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 48500.006213/2021-73. Interessado: Reis Magos Renováveis Ltda.Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Condado 4, Condado 5, localizadas no município de Pedro Avelino, no estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 536, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 48500.003839/2021-28. Interessado: Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Eólicas - EOLs relacionadas nos Anexos I a X deste Despacho, localizadas nos municípios de Amontada e Itapipoca, estado do Ceará, em favor da empresa Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 18.108.847/0001-50. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 538, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Processos nºs: listados no Anexo. Interessado: SM Geração de Energia Eólica S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo deste Despacho, localizadas no município de São Miguel do Gostoso, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 543, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 48500.004088/2020-86. Interessada: Controle Inteligência de Negócios Ltda. Decisão: (i) revogar o Despacho nº 24, de 2021, que conferiu o Registro para elaborar a Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio São João, no trecho compreendido entre a nascente e o remanso da UHE Monte Alto, no estado de Minas Gerais, cadastrado sob o CINV: INV.61.0005.01-2, motivado pela desistência formal em prosseguir no processo; e (ii) devolver a garantia de registro aportada na ANEEL. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 545, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 48500.006036/2021-25. Interessado: Projeto Solar UFV Campina Grande SPE Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo deste Despacho, localizadas no município de Campina Grande, estado da Paraíba. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 534, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 48500.003192/2021-34. Interessadas: MEZ 2 Energia Ltda e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Decisão: estabelecer os valores devidos a MEZ 2 Energia Ltda e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, pela elaboração dos relatórios R4, com referência em dezembro de 2022, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-024/2021-rev.1 - "Estudo de Atendimento às Cargas da Subestação Itabaiana", de 9 de fevereiro de 2022, utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 922, de 2021, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

DESPACHO Nº 544, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº: 48500.000953/2021-04. Interessado: Concessionárias de Serviço Público de Distribuição, Transmissão e Geração. Decisão: (i) fixar, conforme anexos, a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital para os segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração, a serem aplicadas aos processos que serão instruídos pelas áreas técnicas a partir de março de 2022 a fevereiro de 2023; (ii) incluir o link deste despacho nos Submódulos 2.4, 9.1 e 12.3 do PRORET. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 541, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.001602/2014-83, decide liberar a unidade geradora UG3, de 3.000,00 kW de capacidade instalada, da EOL Jacarandá do Cerrado, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.BA.031408-0.01, localizada no município de Licínio de Almeida no estado da Bahia, de titularidade da Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A., para início da operação comercial a partir de 22 de fevereiro de 2022.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

DESPACHO Nº 549, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.006996/2013-85, decide liberar a unidade geradora UG1, de 4.200,00 kW de capacidade instalada, da EOL Tubarão P&D 2, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.SC.050783-0.01, localizada no município de Tubarão no estado de Santa Catarina, de titularidade da Engie Brasil Energia S.A., para início da operação comercial a partir de 23 de fevereiro de 2022, para fins de contabilização de sua energia, nos termos do §2º do art. 3º da Resolução ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 419, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 4.659, de 18 de julho de 2017; considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; na Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021; e o que consta do Processo nº 48500.000728/2022-41, decide: anuir previamente à celebração do contrato para aquisição de transformadores de distribuição a ser celebrado entre a Amazonas Energia S.A. (contratante) com sua parte relacionada, ITAM - Indústria de Transformadores Amazonas Ltda. (contratada), conforme minuta apresentada. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 537, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo: 48500.006465/2021-01. Interessado: Bioenergética Boa Vista S.A Decisão: Anula o lançamento da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, fixado ao interessado pelo Despacho nº 60, de 7 de janeiro de 2022. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

DESPACHOS DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 539. Processo nº: 48500.002846/2020-21. Interessados: Concessionárias de Serviço Público de Distribuição, consumidores, usuários e agentes do setor. Decisão: Fixa os percentuais adicionais de receitas irrecuperáveis referentes aos faturamentos dos meses de março a dezembro de 2020 para cálculo de reequilíbrio econômico das concessionárias de distribuição de energia elétrica em função da perda de faturamento decorrente do aumento da inadimplência no período mencionado, nos termos do submódulo 2.10 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

Nº 540. Processo nº: 48500.001760/2021. Interessado: Consumidores de Energia Elétrica, RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - RGE, Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, e outros. Decisão: Cumprimento às decisões concedidas nos autos dos Processos Judiciais da Justiça federal da 4ª Região que contesta pagamento de valores associados a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

As íntegras destes Despachos (e seus anexos) constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 542, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções Normativas nº 783, de 26 de setembro de 2017, e nº 803 de 23 de janeiro de 2018, e o que consta do Processo nº 48500.005946/2019-76, decide: (i) homologar o Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor - CCE500SUP N° 141181/DPCP celebrado entre a Cooperativa de Energização e de Desenvolvimento do Vale do Mogi - CERVAM (suprida) e a Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista (supridora), seu 4º Termo Aditivo (ressalvado o montante de janeiro de 2022 e conforme condições detalhadas no quadro abaixo) e seu 5º Termo Aditivo. (ii) não homologar o 1º, 2º e 3º Termos Aditivos ao contrato; e (iii) revogar o Despacho nº 3.275, de 25 de novembro de 2019, que não homologou o CCE500SUP (denominado pelas partes de nº 141181/DPCP).

Mês	4º Termo Aditivo (MWh)				
	2022	2023	2024	2025	2026
Janeiro	62,81*	2.126,72	2.339,40	2.573,34	2.830,67
Fevereiro	64,36				
Março	43,69				
Abril	228,82				
Maio	277,03				
Junho	135,49				
Julho	60,85				
Agosto	270,55				
Setembro	239,33				
Outubro	239,33				
Novembro	191,46				
Dezembro	119,66				

* Valor não homologado.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na Relação nº 117/2021 publicada no Diário Oficial da União nº 66, de 09 de abril de 2021, Seção 1, página 135 referente ao processo nº: 48403.930331/2011-21, onde se lê: "Titular: MINERAÇÃO ONIX LTDA.", leia-se: "Titular: MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S/A".

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 49/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
831.942/2017-IBSON JOSE BORGES-Registro de Licença N° 14/2022 - Vencimento em 28/11/2023
830.312/2020-HOTEL SANTORINI LTDA ME-Registro de Licença N° 15/2022 - Vencimento em prazo de validade até/por Indeterminado
833.172/2015-F & F SERVICOS E EXTRACAO DE AREIA E ARGILA LTDA-Registro de Licença N° 16/2022 - Vencimento em validade até 16/11/2025
832.610/2021-INDUSTRIA DE TIJOLOS DO VALE LTDA-Registro de Licença N° 17/2022 - Vencimento em validade até Por tempo indeterminado
831.968/2008-EXTRACAO DE QUARTZO PAULA E NEVES LTDA-Registro de Licença N° 18/2022 - Vencimento em validade até 10/03/2026
831.423/2016-RSA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA-Registro de Licença N° 19/2022 - Vencimento em 06/06/2026
830.270/2019-RSA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA-Registro de Licença N° 20/2022 - Vencimento em 24/01/2029
832.348/2021-L C HERDY EXTRACAO DE AREIA, CASCALHO E PEDREGULHO-Registro de Licença N° 21/2022 - Vencimento em validade até Por tempo indeterminado
831.171/2019-ANTONIO CARLOS ALVARES FERNANDES 12380946604 ME-Registro de Licença N° 22/2022 - Vencimento em 13/07/2029
831.535/2018-ARC - AREIAL RIO CASCA LTDA.-Registro de Licença N° 24/2022 - Vencimento em validade até Por tempo indeterminado

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 30/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
867.619/2021-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA-OF. N°6801/2022-DIFAM
867.618/2021-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA-OF. N°6796/2022-DIFAM
867.617/2021-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA-OF. N°6798/2022-DIFAM
867.616/2021-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA-OF. N°6799/2022-DIFAM
867.615/2021-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA-OF. N°6790/2022-DIFAM
867.614/2021-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA-OF. N°6723/2022-DIFAM
867.613/2021-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA-OF. N°6800/2022-DIFAM
867.610/2021-COOPERATIVA DOS MINERADOES DO VALE DO GUAPORE-OF. N°6722/2022-DIFAM
867.609/2021-COOPERATIVA DOS MINERADOES DO VALE DO GUAPORE-OF. N°6708/2022-DIFAM
867.608/2021-COOPERATIVA DOS MINERADOES DO VALE DO GUAPORE-OF. N°6709/2022-DIFAM
867.607/2021-COOPERATIVA DOS MINERADOES DO VALE DO GUAPORE-OF. N°6710/2022-DIFAM
867.606/2021-COOPERATIVA DOS MINERADOES DO VALE DO GUAPORE-OF. N°6712/2022-DIFAM
867.561/2021-COOPERATIVA DOS MINERADOES DO VALE DO GUAPORE-OF. N°6718/2022-DIFAM
867.559/2021-DIOGO FERREIRA MELO LEÃO-OF. N°6719/2022-DIFAM
867.558/2021-COOPERATIVA DE EXTRACAO MINERAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-OF. N°6720/2022-DIFAM
867.557/2021-COOPERATIVA DE EXTRACAO MINERAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-OF. N°6721/2022-DIFAM
867.551/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE-OF. N°6818/2022-DIFAM
867.532/2021-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO-OF. N°6793/2022-DIFAM
867.531/2021-VALDEMIR CARLOS DE SOUZA-OF. N°6724/2022-DIFAM
867.530/2021-VALDEMIR CARLOS DE SOUZA-OF. N°6725/2022-DIFAM
867.529/2021-VALDEMIR CARLOS DE SOUZA-OF. N°6726/2022-DIFAM
867.477/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE-OF. N°6821/2022-DIFAM
867.337/2021-HUDSON NEVES DE PAULA-OF. N°6795/2022-DIFAM
866.109/2021-COOPERATIVA DOS MINERADOES DO VALE DO GUAPORE-OF. N°6707/2022-DIFAM
867.138/2020-COOPERATIVA DOS MINERADOES DO VALE DO GUAPORE-OF. N°67062022-DIFAM
866.199/2020-EZEQUIEL ALVES-OF. N°6704/2022-DIFAM
866.195/2020-EZEQUIEL ALVES-OF. N°3314/2022-DIFAM
866.064/2020-ROBINSON DA SILVA BRAVO-OF. N°6705/2022-DIFAM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
866.202/2018-E. DOS PASSOS PINTO ME
866.180/2016-CERPISA INDUSTRIA CERAMICA LTDA ME
866.102/2015-MARCHIORI & STEIN LTDA
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
867.390/2021-ELZA JUNQUEIRA DE CARVALHO DIAS-Registro de Licença N° 14/2022 - Vencimento em 27/09/2024
867.467/2021-PEDRO FERMINO DE ASSIS JÚNIOR-Registro de Licença N° 13/2022 - Vencimento em 02/09/2022
866.606/2021-CERAMICA PARANA LTDA-Registro de Licença N° 12/2022 - Vencimento em 04/05/2051
867.107/2021-MINERADORA KOLLING LTDA-Registro de Licença N° 11/2022 - Vencimento em 30/07/2031
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
867.408/2021-R A DA SILVA - MINERACAO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
867.645/2021-VALDENIR LACERDA MOREIRA-OF. N°8591/2022-DIFAM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
867.563/2021-MINERACAO VALE DO ARAGUAIA LTDA
867.340/2021-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA
866.136/2019-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA
866.381/2020-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA
866.452/2020-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA
866.135/2020-WG MINERACAO EXTRACAO DE ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA
866.084/2020-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA
866.070/2020-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA
866.073/2020-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA
866.125/2020-MINERACAO RIO PRETO EIRELI
866.069/2020-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA
866.126/2020-MINERACAO RIO PRETO EIRELI
866.124/2020-MINERACAO RIO PRETO EIRELI
866.122/2020-MINERACAO RIO PRETO EIRELI
866.121/2020-MINERACAO RIO PRETO EIRELI
866.822/2016-CARLOS LUIZ CANEVESE
866.268/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
867.589/2021-MUNICIPIO DE CAMPOS DE JULIO-OF. N°8728/2022-DIFAM

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 13/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.412/2019-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP- Alvará n°7586/2019 - Cessionario:815.492/2021-Argisul Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 19.829.763/0001-78
815.772/2015-MINERIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS EIRELI- Alvará n°3953/2019 - Cessionario:815.273/2020-Cerâmica Majope Ltda Epp- CPF ou CNPJ 05.125.498/0001- 32
815.030/2014-GEO CASTRO CONSULTORIA EIRELI- Alvará n°3960/2019 - Cessionario:815.160/2020-Nova Era Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 29.849.173/0001-60
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.511/2013-COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA-OF. N°8095/2022/DIFAM-SC/ANM
815.571/2010-JAIR DAL CASTEL-OF. N°6669/2022/DIFAM-SC/ANM
815.376/2018-EXTRAÇÃO DE AREIA SERTÃO DO CAMPO LTDA-OF. N°8756/2022/DIREM-SC/ANM
815.655/2015-AREMIX MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA.-OF. N°2367/2022/GER-SC/ANM

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.138/2010-ROGERIO LUIS BALTT- Área de 496,78 ha para 50,00 ha-Saibro-Penha e Balneário Piçarras/SANTA CATARINA
815.145/2009-ELIANE CHARLOTE GOLL- Área de 677,27 ha para 50,0 ha-Saibro-Joinville/SANTA CATARINA
815.153/2018-ACC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA- Área de 228,94 ha para 50,00 ha-Saibro-Jaraguá do Sul/SANTA CATARINA
815.177/2017-ADILSON MACIEL ME- Área de 33,23 ha para 25,65 ha-Areia-Araranguá/SANTA CATARINA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.646/2009-AREIAS VO AMANDIO EIRELI ME - AREIAS ZIMMERMANN
815.193/2019-TERRAPLENAGEM BENDO LTDA EPP
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.113/2021-EB MINERACAO LTDA-Areia-Araquari/SANTA CATARINA
815.084/2021-MARIA DE FATIMA BITENCOURT CANDIDO ME-Areia-Laguna/SANTA CATARINA
815.556/2018-EVERTON FRANCISCO BALDISSERA-Areia-Palhoça e Paulo Lopes/SANTA CATARINA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
815.290/2018-JOSÉ SEVERIANO DA SILVA- Alvará n°parte do Alvará de Autorização de Pesquisa nº 11.986/2016 - Cessionário: Cambirela Geologia e Mineração Ltda- CNPJ 06.215.119/0001-68
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
815.444/1987-SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA- AI Nº 303/2021
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
803.033/1974-VOTORANTIM CIMENTOS S.A.-OF. N°7227/2022/DIREM-SC/ANM
815.060/1998-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°8246/2022/DIREM-SC/ANM
815.116/2017-JAZIDA HERCILIO LUZ-OF. N°8435/2022/GER-SC/ANM
815.298/2000-AGUA MINERAL SERRA DO TABULEIRO LTDA-OF. N°8282/2022/DIFAM-SC/ANM
814.465/1970-ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°8576/2022/GER-SC/ANM
815.665/2006-HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°8573/2022/GER-SC/ANM
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.113/1998-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA-OF. N°8095/2022/DIFAM-SC/ANM
815.043/1996-BCL EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°7938/2022/DIFAM-SC/ANM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.888/1995-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP- Registro de Licença N° 562/2015 - Vencimento em 24/11/2022
Fase de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
815.055/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS-OF. N°8606/2022/DIFAM-SC/ANM
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(2154)
815.055/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS-OF. N°8609/2022/DIFAM-SC/ANM
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 04 anos(926)
815.570/2015-MUNICIPIO DE MAFRA-Registro de Extração N°23/2015 de 21/02/2022
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.009/1983-MINERAÇÃO BRANDÃO LTDA-OF. N°8500/2022/DIFAM-SC/ANM
815.008/1983-MINERAÇÃO BRANDÃO LTDA-OF. N°8486/2022/DIFAM-SC/ANM
815.088/2017-NIERO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°8584/2022/GER-SC/ANM
815.150/1984-MINERAÇÃO BRANDÃO LTDA-OF. N°8660/2022/DIFAM-SC/ANM
810.093/1978-MINERAÇÃO BRANDÃO LTDA-OF. N°8659/2022/DIFAM-SC/ANM
815.574/2010-CERAMICA SANTO ANTONIO LTDA-OF. N°6669/2022/DIFAM-SC/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
815.194/2020-MIGUEL PIERINI
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
815.179/2021-GUARICANA REFLORESTADORA S.A-Registro de Licença N° 1/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Vencimento em 04/05/2041
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.612/2021-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE (SIE)-OF. N°8479/2022/DIFAM-SC/ANM
815.511/2021-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA-OF. N°8165/2022/DIFAM-SC/ANM

JESSE OTTO FREITAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
Relação nº 8/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Bpl Brasil Investimentos e Participações Ltda Epp - 820478/13
Imperio Minerais Preparacao de Terras Ltda me - 820551/13
Itaporan Engenharia e Mineração Ltda - 820359/13
Jaqueline Hurtado Vieira - 820319/13
Marcos Carvalho - 820400/13
Mario Antonio Bueno de Godoy - 820307/13
Mineração Grandes Lagos LTDA. - 820397/13
Olaria Jbm Ltda - 820585/13
Osvaldo Soares Lopes - 820910/13
Portominas Mineração LTDA. - 820403/13
Souk Assessoria e Consultoria Comercial Nacional e Internacional Ltda - 820402/13
Tmbmix Transportes e Logistica Ltda - 820589/13

MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 17/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.186/2020-CRISMARIA ALVES VELOSO DA SILVA- Cessionário:Transcosta Transportes e Comercio de Areia Ltda- CPF ou CNPJ 10.993.650/0001-39- Alvará n°2877/2020
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
820.402/2013-SOUK ASSESSORIA E CONSULTORIA COMERCIAL NACIONAL E INTERNACIONAL LTDA - AI N°531/2019-ANM/GER/SP
820.403/2013-PORTOMINAS MINERAÇÃO LTDA. - AI N°533/2019-ANM/GER/SP
820.184/2010-RAFAEL HERNANDES CORREA SILVA - AI N°574/2019-ANM/GER/SP
820.448/2013-ANTONIO BAILARIN MENEGHINI - AI N°537/2019-ANM/GER/SP
820.551/2013-IMPERIO MINERAIS PREPARACAO DE TERRAS LTDA ME - AI N°592/2019-ANM/GER/SP
820.585/2013-OLARIA JBM LTDA - AI N°582/2019-ANM/GER/SP
820.589/2013-TMBMIX TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - AI N°584/2019-ANM/GER/SP
820.478/2013-BPL BRASIL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA EPP - AI N°590/2019-ANM/GER/SP
820.277/2013-INDÚSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS KREMER E CONEXOS LTDA - AI N°513/2019-ANM/GER/SP
820.296/2013-JOÃO RICARDO SABBAG - AI N°515/2019-ANM/GER/SP
820.307/2013-MARIO ANTONIO BUENO DE GODOY - AI N°519/2019-ANM/GER/SP
820.319/2013-JAQUELINE HURTADO VIEIRA - AI N°523/2019-ANM/GER/SP
820.359/2013-ITAPORAN ENGENHARIA E MINERAÇÃO LTDA - AI N°588/2019-ANM/GER/SP
820.397/2013-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA. - AI N°527/2019-ANM/GER/SP
820.400/2013-MARCOS CARVALHO - AI N°529/2019-ANM/GER/SP
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
821.325/2011-GILMAR GONDIM MOSCOSO- Área de 12,35 ha para 11,58 ha-AREIA (construção civil) e ARGILA (cerâmica vermelha)-Jacareí e São José dos Campos/SP
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
820.174/2018-SAO MARTINHO TERRAS IMOBILIARIAS S.A.
820.173/2018-SAO MARTINHO TERRAS IMOBILIARIAS S.A.
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
820.015/2006-SANTA AMABILE AGROPECUARIA E MINERACAO LTDA.
820.353/2019-MINERADORA PONTE ALTA LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Instaura processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra /prazo para defesa 60 dias(490)
813.938/1974-IRMÃOS NIVOLONI LTDA-OF. N°8335/2022/DIFAM-SP/ANM
801.718/1978-GRAFIG ENGENHARIA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°8346/2022/DIFAM-SP/ANM
807.068/1976-MINERAÇÃO JOTAVE LTDA-OF. N°8355/2022/DIFAM-SP/ANM
821.033/2000-EXTRATORA DO VALE LTDA-OF. N°8359/2022/DIFAM-SP/ANM
820.000/2006-OAS S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°8362/2022/DIFAM-SP/ANM
820.230/2002-CERÂMICA GHEDIN LTDA-OF. N°8364/2022/DIFAM-SP/ANM
820.814/2001-IPANEMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA-OF. N°8403/2022/DIFAM-SP/ANM
821.070/1995-MINERAÇÃO SANTO EXPEDITO LTDA-OF. N°8405/2022/DIFAM-SP/ANM
820.463/2000-EMPRESA DE MINERAÇÃO ACQUANOSTRA LTDA-OF. N°8412/2022/DIFAM-SP/ANM
801.114/1975-ZACATEI EMPRESA EXTRATIVA DE MINERAIS LTDA-OF. N°8416/2022/DIFAM-SP/ANM
004.409/1950-EMPRESA DE MINERAÇÃO AGUAS FONTALIS LTDA-OF. N°8418/2022/DIFAM-SP/ANM
821.830/1999-OSORIO FERRAZOLI NETTO-OF. N°8543/2022/DIFAM-SP/ANM
804.039/1976-MINERAÇÃO OURO VERDE LTDA-OF. N°8558/2022/DIFAM-SP/ANM
808.501/1976-ZACATEI EMPRESA EXTRATIVA DE MINERAIS LTDA-OF. N°8560/2022/DIFAM-SP/ANM
816.797/1973-BRASCLAY EMPRESA DE MINERACAO LTDA-OF. N°8563/2022/DIFAM-SP/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
820.410/2016-FMG AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°8524/2022/DIFAM-SP/ANM
820.452/2001-MINERAÇÃO MONTEIRO LOBATO LTDA-OF. N°8771/2022/DIFAM-SP/ANM
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
820.680/1986-EMPRESA DE MINERACAO A&M LTDA- "Fonte Santo Antônio" (Poço) - Marca "Cristalina": Copos de 200 mL e 300 mL, sem gás; Marca "Cristalina Eco": Copos de 300 mL, sem gás; Marca "Cristalina Bio": Copos de 240 mL e 340 mL, sem gás.- SÃO PAULO/SP
821.383/1999-BEBIDAS POTY LTDA- "Fonte das Hortênsias" - Marca "CROWN Brand-Building Packaging?": Latas de 350 mL, com e sem gás.- POTIRENDABA/SP
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
820.452/2001-MINERAÇÃO MONTEIRO LOBATO LTDA-OF. N°8767/2022/DIFAM-SP/ANM
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
820.452/2001-MINERAÇÃO MONTEIRO LOBATO LTDA- AI N° 827/2022/DIFAM-SP/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.095/2009-V. QUIROGA PENÁPOLIS - M.E.-OF. N°8298/2022/DIFAM-SP/ANM
820.190/2009-V. QUIROGA PENÁPOLIS - M.E.-OF. N°8302/2022/DIFAM-SP/ANM
821.125/2011-V. QUIROGA PENÁPOLIS - M.E.-OF. N°8306/2022/DIFAM-SP/ANM
820.434/2013-ANTENOR CESAR ANDRADE-OF. N°8309/2022/DIFAM-SP/ANM
821.202/2011-ANTENOR CESAR ANDRADE-OF. N°8315/2022/DIFAM-SP/ANM
821.201/2011-ANTENOR CESAR ANDRADE-OF. N°8320/2022/DIFAM-SP/ANM
820.762/2015-ANTENOR CESAR ANDRADE-OF. N°8322/2022/DIFAM-SP/ANM
820.762/2015-ANTENOR CESAR ANDRADE-OF. N°8322/2022/DIFAM-SP/ANM
820.837/2011-CALCÁRIO DIAMANTE LTDA.-OF. N°8329/2022/DIFAM-SP/ANM
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
820.464/2006-TERUMI SAITA- Alvará n° 2915/2008 - Cessionário: Saita & Cia Extração de Areia Ltda.- CNPJ 54.545.686/0001-25
821.033/2014-MINERACAO DOIS IRMAOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Alvará n° 8977/2006 - Cessionário: Gaia Comercio de Minério S.A.- CNPJ 40.659.084/0001-94
820.984/2009-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA- Alvará n° 12101/2011 - Cessionário: Ab Vista Alegre Extração e Comércio de Areia e Pedra Ltda- CNPJ 40.841.667/0001-31
821.232/2010-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA- Alvará n° 3195/1991 - Cessionário: Ab Vista Alegre Extração e Comércio de Areia e Pedra Ltda- CNPJ 40.841.667/0001-31
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
820.884/2021-MAXXIMINER - COMERCIO E EXTRACAO DE MINERIOS LTDA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
820.811/2021-CERAMICA CANELLA LTDA
820.821/2021-CERAMICA SAFIRA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
820.868/2021-COOPERATIVA DAS INDUSTRIAS CERAMICAS DO OESTE PAULISTA LTDA-OF. N°8652/2022/CAREAS-SP/ANM
820.869/2021-PORTO DE AREIA FAZENDA BEBEDOURO LTDA.-OF. N°8653/2022/CAREAS-SP/ANM

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO
Relação nº 3/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito instauração processo de cad/nul do alvará de pesquisa(190)
896.154/2000-JOSE GERALDO GUIDONI
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
890.361/1986-M. M. EXTRACAO LTDA - Publicado DOU de 24/09/2004, Relação n° 436/04, Seção I, pág. 130/131- Onde se Lê: "Em virtude de não estar totalmente pesquisada, a área fica reduzida de 527,35 ha para 127,36 ha, cuja descrição é a seguinte: ... " Leia-se: "Em virtude de não estar totalmente pesquisada, a área fica reduzida de 527,35 ha para 123,88 ha, cuja descrição é a seguinte: delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): -20°36'13''544/-41°06'59''256; -20°36'33''054/-41°06'59''256; -20°36'33''054/-41°06'46''131; -20°36'39''232/-41°06'46''131; -20°36'39''232/-41°06'47''685; -20°36'40''463/-41°06'47''685; -20°36'40''463/-41°06'49''251; -20°37'05''572/-41°06'49''251; -20°37'05''572/-41°07'25''158; -20°36'42''818/-41°07'25''158; -20°36'42''818/-41°07'14''806; -20°36'13''544/-41°07'14''806; -20°36'13''544/-41°06'59''256, em SIRGAS2000."

VIRGILIO CEZAR DE MACEDO MOTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 5/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
896.069/2018-TENCOL ENGENHARIA LTDA
896.068/2018-TENCOL ENGENHARIA LTDA
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
896.069/2018-TENCOL ENGENHARIA LTDA
896.068/2018-TENCOL ENGENHARIA LTDA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
896.313/2002-MARCOS SEBASTIÃO VIEIRA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
896.007/2002-ARETEC EXTRAÇÃO DE AREIA EIRELI- Cessionário:DISK AREIA CONTI EIRELI- CPF ou CNPJ 23.864.008/0001-00- Alvará n°3.971/2003
896.119/2021-SILAS BRUNO DA SILVA- Cessionário:JUVENAL RIBEIRO STANZANI- CPF ou CNPJ 796.023.397-72- Alvará n°5.588/2021
896.447/2000-ROGRAN MARMORES E GRANITOS EIRELI- Cessionário:RED ROK MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 44.021.933/0001-30- Alvará n°2.097/2001
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
896.005/2020-MARCOS VINICIUS CABRAL
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
896.615/2013-MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.-AI N°7522/2021/SEREM-ES/ANM
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
896.162/2016-WILLIAN DA ROCHA SOUZA - AI N°1356/2020
896.134/2017-MARIANA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA - AI N°4421/2020
896.095/2015-MINERADORA E EXPORTADORA SANTA INES LTDA - AI N°4007/2020
896.388/2015-TELE AREIA LTDA - AI N°4050/2020
896.166/2017-THIAGNO KLEIN - AI N°4416/2020
896.097/2017-CERAMICA SANTA MARIA LTDA - AI N°4498/2020
896.100/2017-DIOCLIS SOSSAI - AI N°4496/2020
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
896.134/2017-MARIANA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA -AI N°4386/2020
896.007/2016-ALONSO JOSÉ PALAZZO -AI N°4642/2020
896.166/2017-THIAGNO KLEIN -AI N°4415/2020
896.483/2014-BRASILMAR MINERAIS DO BRASIL LTDA. -AI N°3852/2020
896.466/2014-TERRO MINERAÇÃO E LOGISTICA EIRELI -AI N°4059/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.858/2006-ELIS JOSE DE SOUSA-OF. N°7058/2022-SEREM-ANM/ES
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
890.087/1987-JASMIN JASPE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°5953/2022-SEFAM-ANM/ES
815.696/1968-MINERAÇÃO CAPIXABA LTDA-OF. N°nº 6183/2022/SEREM-ES/ANM
890.478/1987-COMIL COTAXÉ MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°6535/2022-SEFAM-ANM/ES
890.197/1981-IBMG MINERAÇÃO COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA.-OF. N°6127/2022-SEREM-ANM/ES
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
890.478/1987-COMIL COTAXÉ MINERAÇÃO LTDA ME- AI Nº 702/2022/SEFAM-ES/ANM
890.478/1987-COMIL COTAXÉ MINERAÇÃO LTDA ME- AI Nº 6244/2021-SEFAM-ANM/ES
890.129/1988-MARCEL MINERACAO LTDA- AI Nº 4751/2020.
890.103/1989-MINERASUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AGREGADOS LTDA.- AI Nº 9756/2020.
890.083/1980-INDÚSTRIAS DE MÁRMORES CAVALIERE LTDA- AI Nº 1149/2021.
890.023/1994-G P GRANITOS DO BRASIL LTDA.- AI Nº 2376/2021.
Nega provimento a defesa apresentada(476)
890.478/1987-COMIL COTAXÉ MINERAÇÃO LTDA ME
890.129/1988-MARCEL MINERACAO LTDA
890.103/1989-MINERASUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AGREGADOS LTDA.
890.083/1980-INDÚSTRIAS DE MÁRMORES CAVALIERE LTDA
890.023/1994-G P GRANITOS DO BRASIL LTDA.
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
896.675/2006-BNJ COMERCIAL LTDA-ITAPEMIRIM/ES - Guia n° 3/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/ES-50.000t/ano-areia- Vigência da Guia:três anos a partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU)
Fase de Disponibilidade
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
896.137/2016-ESTRELA D'ALVA MINERACAO LTDA -AI N°7121/2021
896.362/2014-ESTRELA D'ALVA MINERACAO LTDA -AI N°7389/2021
896.117/2015-3E MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME -AI N°4009/2020
Fase de Requerimento de Lavra
Nega provimento a defesa apresentada(810)
890.434/1988-M.C.L. - MINERACAO COLUMBIA LTDA
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(811)
890.434/1988-M.C.L. - MINERACAO COLUMBIA LTDA -AI N°5600/2020
Comunicação sobre a retificação de área - (item 14.1 da IN 01/1983) - prazo 10 dias para contestação(2190)
890.335/1987-NEVADA MINERAÇÃO LTDA ME
890.575/1987-MARCEL MINERACAO LTDA
890.574/1987-RAVÁGLIA MÁRMORES E GRANITOS LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.434/1988-M.C.L. - MINERACAO COLUMBIA LTDA-OF. N°7257/2022-SEFAM-ANM/ES
896.416/2000-GRANCOSER GRANITOS LTDA-OF. N°7586/2022-SEFAM-ANM/ES
890.134/1979-SS3 MÁRMORES E GRANITOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI-OF. N°7882/2022-SEFAM-ANM/ES
890.520/1987-BRAZTONES LOCAÇÃO IMOBELIARIA LTDA-OF. N°6666/2022-SEREM-ANM/ES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
896.416/2000-GRANCOSER GRANITOS LTDA-OF. N°7588/2022-SEFAM-ANM/ES
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
896.002/2020-TENCOL ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N° 3/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/ES - Vencimento em 01/10/2022
896.003/2020-TENCOL ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N° 4/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/ES - Vencimento em 01/10/2022.
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
896.099/2021-TAUA MINERACAO EIRELI
Despacho publicado(1153)
896.099/2021-TAUA MINERACAO EIRELI-"Acato e adoto por não conhecer o requerimento de prorrogação de prazo em face do Ofício nº 31193/2021/SEFAM-ES/ANM por INTEMPESTIVIDADE";
896.224/2020-MARCOS VINICIUS CABRAL-"NÃO conhecer o requerimento de prorrogação de prazo para o cumprimento das exigências exaradas por intermédio do Ofício nº 33859/2021/SEFAM-ES/ANM (SEI nº 3065968) por INTEMPESTIVIDADE";
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
896.224/2020-MARCOS VINICIUS CABRAL
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
896.196/2021-LLD MATERIAL DE CONSTRUCAO EIRELI-OF. N°24998/2021-SEFAM-ANM/ES
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
896.317/2021-CERAMICA FEREGUETTI LTDA

VIRGILIO CEZAR DE MACEDO MOTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 34/2022

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.086/2001-DRAGAGEM DE AREIA SERINGA LTDA- Registro de Licença N° 1922/2001 - Vencimento em 15/02/2027
810.307/2016-FERRARI, SARTORI E NOGUEIRA LTDA- Registro de Licença N° 125/2016 - Vencimento em 01/01/2028
811.675/2014-EXTRATORA DE SAIBRO IMPERIAL- Registro de Licença N° 74/2015 - Vencimento em 17/11/2025
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.105/2001-SOCIEDADE DOS MINERADORES DE AREIA DO RIO JACUÍ LTDA.-OF. N°8708/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.023/2022-CERÂMICA BARRENSE LTDA ME-Registro de Licença N° 22/2022 - Vencimento em 08/12/2024
810.035/2022-LUIZ C. DE OLIVEIRA - OLARIA-Registro de Licença N° 23/2022 - Vencimento em 25/11/2023
811.036/2021-ALIANCA COMERCIO DE MADEIRAS LTDA-Registro de Licença N° 24/2022 - Vencimento em 01/12/2025
810.037/2022-JAIR FERNANDO BAUMGRATZ LTDA-Registro de Licença N° 25/2022 - Vencimento em 06/12/2024
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
810.737/2021-SULMIN MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO EIRELI
810.736/2021-SULMIN MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO EIRELI
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento.(165)
810.057/2020-SULMIN MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO EIRELI
810.056/2020-SULMIN MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO EIRELI

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO AMAZONAS

DESPACHO
Relação nº 3/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
880.084/2019-ROBSON JOSE FRANCO DA SILVA-ALVARÁ N°5708/2019
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
880.223/2020-CARLOS GOMES CONSULTORIA E SERVICOS GEOLOGICOS E AMBIENTAIS EIRELI- Alvará n°1895/2021 - Cessionario:880.033/2022-Gomes, Hamud e Balieiro Ltda- CPF ou CNPJ 44.924.155/0001-90
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
880.011/2019-CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA -Alvará N°1081/2019
880.014/2019-CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA -Alvará N°1084/2019
Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
880.096/1993-ADALGISA MAIA AZEVEDO
880.097/1993-ADALGISA MAIA AZEVEDO
880.230/2020-ARTHUR HENRIQUE DE MELO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
880.258/2021-VALTEIDE MORENO BARBOSA-OF. N°7656/2022/SEREM-AM/ANM
880.141/2021-R F FORTES MINERADORA IMPORT E EXPORT LTDA-OF. N°2375/2022/SEREM-AM/ANM
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
880.008/2020-THIAGO PEREIRA LEITE

EDUARDO PONTES E PONTES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 11/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.147/2018-NE MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- Área de 923,64 ha para 123,00 ha-Feldspato-Santana do Seridó/RN/São José do Sabugi/PB
848.047/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.- Área de 1411 para 994,62-Xisto; Granito-Equador/RN; Parelhas/RN; São Vicente do Seridó/PB/
848.219/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.- Área de 1.790,87 para 983,17-Xisto-Equador/RN; Parelhas/RN
848.277/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.- Área de 1.628,22 para 573,73-Xisto-Equador/RN; Tenório/PB
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.081/2016-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME-OF. N°7533/2022/SEREM-RN/ANM
848.166/2017-ILENA MARIA ALBUQUERQUE-OF. N°7889/2022/SEREM-RN/ANM
848.376/2012-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.-OF. N°8102/2022/SEREM-RN/ANM
848.133/2017-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.-OF. N°8698/2022/SEREM-RN/ANM
848.243/2013-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.-OF. N°8707/2022/SEREM-RN/ANM
848.260/2017-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.-OF. N°8712/2022/SEREM-RN/ANM
848.260/2017-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.-OF. N°8712/2022/SEREM-RN/ANM
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
848.312/2016-UBIRATAN BATISTA DE ALMEIDA - AI N°7688/2021
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
848.327/2015-COSTA AZUL CAMAROES LTDA-AI N°799/2022/SEREM-RN/ANM
848.072/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-AI N°800/2022/SEREM-RN/ANM
848.409/2012-MINERAÇAO RIACHO FECHADO LTDA-AI N°801/2022/SEREM-RN/ANM
848.118/2018-TCON ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI ME-AI N°802/2022/SEREM-RN/ANM
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
848.369/2021-FOMENTO DO BRASIL MINERACAO LTDA.- OF. N° 8247/2022/SEREM-RN/ANM
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
000.894/1944-METAIS DO SERIDÓ SA-OF. N°7356/2022/SEREM-RN/ANM
823.733/1971-MINERALITE MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°8379/2022/SEFAM-RN/ANM
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
848.106/2013-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
848.032/2019-VILMA BILRO DE ARAUJO-OF. N°7688/2022/SEFAM-RN/ANM
848.207/2007-FRANCISCO GUEDES JUNIOR-OF. N°8465/2022/SEFAM-RN/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.275/2005-PEDREIRAS DO BRASIL S A-OF. N°7343/2022/SEREM-RN/ANM
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
848.269/2015- ECO STONE MINERACAO LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
848.059/2020-KL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS IMOBILIARIOS LTDA ME
848.335/2021-RIALMA ENERGIA EOLICA S/A
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.149/2021-FRANCISCO EDIJARLES ALVES-OF. N°7865/2022/SEFAM-RN/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
848.334/2021-RIALMA ENERGIA EOLICA S/A
848.236/2021-ROMULO JOSE MEDEIROS DE BRITO
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.286/2021-LIBERATO FRANCISCO DE MORAIS FILHO-OF. N°8475/2022/SEREM-RN/ANM

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE RORAIMA

DESPACHO
Relação nº 3/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
884.159/2021-LUCERGIO BARREIRA ABREU DA SILVA-OF. N°6827/2022
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
884.173/2021-LUCERGIO BARREIRA ABREU DA SILVA-CARACARAÍ/RR, RORAINÓPOLIS/RR - Guia n° 22/2022-300toneladas-cassiterita- Vigência da Guia:2 (dois) anos
884.153/2021-LUCERGIO BARREIRA ABREU DA SILVA-CARACARAÍ/RR - Guia n° 23/2022-300toneladas-CASSITERITA- Vigência da Guia:2 (dois) anos
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
884.055/2013-J. M. DE FREITAS MINERACAO E MEIO AMBIENTE-Cessionário:Waldisio Moreira Junior ME- CPF ou CNPJ 27.359.550/0001-58- Alvará n°4.903/2019
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
884.058/2018-JOAQUIM MATEUS DE FREITAS- Alvará n°91/2018 - Cessionario:884.003/2022-WALDISIO MOREIRA JUNIOR ME- CPF ou CNPJ 27.359.550/0001-58
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
884.025/2009-L KOTINSCKI- Registro de Licença N° 086/2010 - Vencimento em 14/09/2024
Indefere o Registro de Licença(740)
884.007/2016-FRIDMAN MELO DA SILVA - Registro de Licença N° 168/2016.
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
884.245/2021-EVALDO JOSE AGUIAR FILHO
884.265/2021-COOPERATIVA GARIMPEIRA MINERADORA NACIONAL
884.262/2021-COOPERATIVA GARIMPEIRA MINERADORA NACIONAL
884.261/2021-COOPERATIVA GARIMPEIRA MINERADORA NACIONAL
884.260/2021-COOPERATIVA GARIMPEIRA MINERADORA NACIONAL
884.259/2021-COOPERATIVA GARIMPEIRA MINERADORA NACIONAL
884.257/2021-COOPERATIVA GARIMPEIRA MINERADORA NACIONAL
884.256/2021-COOPERATIVA GARIMPEIRA MINERADORA NACIONAL
884.255/2021-COOPERATIVA GARIMPEIRA MINERADORA NACIONAL
884.253/2021-COOPERATIVA GARIMPEIRA MINERADORA NACIONAL
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
884.218/2021-LUIZ HILARIO RIBEIRO-OF. N°7492/2022
884.201/2021-EUZADIR PEREIRA DA SILVA EIRELI-OF. N°7490/2022
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
884.186/2021-RIVADAVIA VELHO CORRÊA MEYER
884.174/2021-RIVADAVIA VELHO CORRÊA MEYER
884.012/2019-LUCERGIO BARREIRA ABREU DA SILVA
884.163/2021-RONALDO MOREIRA MATOS TRAJANO
884.055/2021-JOSE WAGNER MENEGHETTI
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
884.157/2021-CALPAR COMÉRCIO DE CALCÁRIO LTDA.-OF. N°32908/2021
884.158/2021-CALPAR COMÉRCIO DE CALCÁRIO LTDA.-OF. N°32965/2021

PEDRO ANTONIO DORIA SANTIAGO DOS SANTOS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DAS RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 69/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
a g Pierrout Comércio Atacadista de Minerios me - 832645/16
Adimilson Alves da Silva - 831315/18
Alaerte Antunes da Silva 03141658609 - 831976/18
Alaska Comercial de Minérios Ltda - 830658/19
Alexandre Adolfo da Silveira - 831325/20
Alvair Eustaquio de Alvarenga - 830593/18
Anizia Cristina da Silva Malta - 832342/18, 830487/19
Antônio Henrique Rocha Portugal - 831903/17
Antonio Rafael da Costa - 831725/20
Areias e Argila Centro Oeste Ltda - 830229/13
Ativa Mineracao e Extracao Mineral Ltda - 831151/18
Bmix Participações LTDA. - 830374/18
Boaz Fomento Mercantil Participações e Administração Ltda - 831147/18
Brs Hill Stones Mineracao e Transportes Ltda - 832142/16
Canyons de Minas Empreendimentos de Turismo LTDA. - 830613/19, 830626/19
Carlos Lacerda de Campos - 831150/18, 831149/18, 831148/18
Carlos Vagner Ferreira - 831567/18
Cbg Mineracao S/a - 832117/14
Cerâmica Pássaro Verde Ltda - 830211/18
Cledmar Geraldo Guimaraes Dos Santos me - 832239/15
D.A. Rodrigues Mineração e Pesquisa Mineral - 830021/20
Dave Lean Soares Baia me - 831627/18
Davi José Martins - 831393/19
Denis Donizete Ferreira - 830420/20
Diadel Mineracao Eireli - 830519/15
Diamandel Mineracao Ltda - 831609/19
Dilly Agropecuária e Exportação Ltda me - 830692/18
Ednaldo de Jesus Lima Cunha - 831716/18
Everaldo Chaves Rêgo - 831747/18
Fabricia Tatiana Barbosa me - 831666/18
Flavio Luiz da Silva - 831321/19
Genecy de Melo e Silva - 831750/18
Geovani Alves Pimenta - 831927/12
Gervasio Gonçalves Rosa - 832973/14
Giuliano Cesar de Souza Rocha - 831947/17
Instituto Aracruz de Desenvolvimento Social - 831430/19
Janio Darcio Miranda Goncalves - 830673/17
Jardel Leone Queiroz de Freitas - 831334/13
Jesse Almeida Lima - 832511/16
Joao Batista Ferreira da Costa - 831622/19
João Paulo Corrêa - 831656/20
Jose Luiz Magalhães Filho - 831067/19
Jose Magalhes - 830245/18, 830471/18, 830552/18, 831441/18
Jose Pereira Brandao - 831242/20
Jose Waldivino Dos Reis - 831705/20
Josué Pedroza Corsino Junior - 831829/18
Julio Magalhães Moraes - 833700/13
Lagamar Mining s a - 831006/10
Leandro Xavier Timoteo - 830801/20
Leao de Juda Mineracao Ltda - 831417/19
Leonardo Eulalio Lelis - 830955/20
Lithos Mineração - Exportação e Comércio de Minérios LTDA. - 831673/18, 831674/18
Manoel Lima Caetano - 831460/20
Maquesuel Francisco de Araujo Dias - 831739/18, 830390/20
Marco Antonio de Oliveira - 830549/20
Marco Aurélio de Almeida Araújo - 831252/20
Marcos Antônio Dos Santos - 830660/20
Mendes e Felix Center Couros Ltda me - 830988/20, 830910/20
Milênio Mineradora Comércio e Industria LTDA. - 830590/17
Mineracao do Bosque Ltda - 831333/19
Mineração Itagran Ltda - 831154/19
Mineração Minas Brasil Eireli me - 831303/19
Mineração Pancieri Ltda - 831618/18
Mineração Vitória Eireli - 831897/16
Mineradora e Exportadora Santa Ines Ltda - 831830/18, 832049/18
Mineradora Nossa Senhora da Ajuda Ltda Epp - 830972/20, 831632/19
Mmx Sudeste Mineração S.A. - 831130/18, 831105/18
mn Pedreira Almenara Eireli - 830943/18
Nemuel Carvalho Ribeiro - 830720/20
New Stones Mineração Ltda me - 830806/17
Nikasio da Costa Alves - 831190/19
Nivaldo Cesario da Silva - 830768/17
Nivaldo Nunes de Souza - 830247/17
Nova Esperança Extracao Ltda - 831663/14
Nsps Atividades Agropecuárias Ltda - 832184/16, 832185/16
Orlando Garcia da Rocha Filho - 830655/20
Paulo Cesar de Lima Satolo - 830919/20
Paulo Narcélio Fonseca de Araújo - 830091/20
Quality Empreendimentos Cerâmicos Ltda me - 830991/18
Rafael de Araujo Campanhã - 832484/16
Raphael Dos Santos Marques Porto - 832028/18, 831853/18, 831761/18
Recursos Minerais do Brasil S.a - 832463/10, 830739/10
Ribeiro e Costa Materiais de Construcao Ltda - 831446/19
Roberto Andrade Junior me - 831568/18
Rodrigo Araujo Couto Gontijo - 831434/18

Rogério Geraldo Vieira - 831500/20
Rosana de Lourdes Freire Costa - 832116/18
Rosane Barbosa Procopio Aguiar - 831449/18
Sérgio Luiz Durço - 831890/18
Stella Mineracao Ltda - 830486/13
Subsolos Empreendimentos Minerários LTDA. - 830731/18
Thomaz Augusto de Souza Leao Filho - 831884/18, 831883/18, 831882/18
Três Mineiras Participações Ltda - 830627/18
Uanderson Luis Dutra - 830455/19
Vasco Alves de Assis - 830622/19
Vinicius Augusto da Silveira VIEIRA. - 831754/17
w t Junior me - 833210/13
Wlissis Diniz Gonçalves - 833055/13
Xtz Minerium Ltda - 830150/18, 830112/20

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 71/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Amazon Global Consult Ltda - 850011/17, 850013/17
Ams Mineracao, Extracao, Beneficiamento e Exportacao Ltda - 850423/18
Andoney Barbosa Alves - 850066/19
Andorra Participações e Emprendimentos Ltda - 850897/14
Andre Severino Dos Santos - 850869/18
Antonio Aldrin Ferreira Costa - 850458/17
Antônio Claudio Pereira da Costa - 850003/20
Asiam Mineração e Participações Ltda - 850890/18, 850855/18
Caio Loan Sponton - 850177/19
Cooperativa Dos Garimpeiros do Município de Cachoeira do Piriá - 850351/16
d. c. Mineradora Nacional Ltda - 850437/18
f j c Sousa Servicos Topografico - 850072/19
Falcon Metais Ltda - 850787/17, 850181/18
g Vasconcelos de Souza Eireli - 851142/18
Geologia Canaã Extrativismo Mineral Eireli - 851063/18
Gustavo Ramos da Silva - 850999/18
Heber Robson Oliveira sa - 850595/18
j. Magneski Eireli Epp - 851091/18
Jeann Souza Ribeiro - 850499/18, 850397/18
João Antonio de Deus Vieira - 850501/18
Luis Henrique de Oliveira - 850038/19
m. de A.delgado Ltda Epp - 850105/16
Mineração Phenix Golden Ltda - 851155/18
Nelson Pereira Costa - 850889/18
Paulista sa Comercio Participações e Empreendimentos - 850674/18, 850008/19
Progresso Mineração Ltda - 850219/18
Recursos Minerais do Brasil S.a - 850641/18
Refrigerantes Paraense Eireli - 850530/20
Ricardo Nery da Silva Ferreira Eireli - 850944/19
Rmb Manganes Ltda - 850141/17
Sbm - Sistema Brasileiro de Minerios Ltda - 850788/18, 850791/18, 850792/18
Silvio Wesney Costa Lopes - 850865/18, 850866/18
Tauri Mineração Eireli - 850917/18
Werner Rekowsky - 851295/20

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 3 (MT, MS, GO, TO)

DESPACHO
Relação nº 29/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Bmm Participações e Investimentos Ltda - 866146/14 - A.I. 823/22
gr Consultoria em Prospeccao Mineral Ltda - 866808/21 - A.I. 837/22, 866810/21 - A.I. 838/22, 866812/21 - A.I. 839/22, 866813/21 - A.I. 840/22, 866815/21 - A.I. 845/22, 866848/21 - A.I. 846/22, 866849/21 - A.I. 847/22, 866850/21 - A.I. 848/22, 866851/21 - A.I. 849/22, 866852/21 - A.I. 850/22, 866853/21 - A.I. 851/22, 866854/21 - A.I. 852/22, 866855/21 - A.I. 853/22, 866856/21 - A.I. 854/22, 866858/21 - A.I. 855/22, 866860/21 - A.I. 856/22
João Vitor Bottcher Ferreira - 866951/18 - A.I. 824/22
Kawane Santos Silva 06084158129 - 866810/20 - A.I. 830/22
Pedro Lima Dos Santos - 866369/19 - A.I. 829/22
Sérgio Aidar - 866882/21 - A.I. 836/22
Uniao Brasileira de Mineracao LTDA. - 866520/21 - A.I. 831/22, 866533/21 - A.I. 832/22, 866535/21 - A.I. 833/22, 866539/21 - A.I. 834/22, 866540/21 - A.I. 835/22

JANDUCI DUTRA FERNANDES
p/ Divisão

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 5 (ES, RJ, SP)

DESPACHO
Relação nº 14/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Marcelo Sampaio Fontes - 890125/20 - A.I. 778/0

YASMYN DOS SANTOS NUNES
Chefe da Divisão

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO E GOVERNANÇA REGULATÓRIA

DESPACHO
Relação nº 13/2022

Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)
Incorporadora: NATURÁGUA ÁGUAS MINERAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A - CNPJ07.576.952/0001-05 - Direitos incorporados:
Processo nº 848.109/2010 - JAPECANGA DISTRIBUIDORA DE AGUA LTDA - Portaria de Lavra nº 26/2016
Autoriza a averbação de transferência de direitos - Sucessão Causa Mortis(1954)
Processo nº 815.212/2009 - VANDERLEI BUSSOLO MAZON - Sucessor: Evânia Crozetta Mazon - CPF/CNPJ 938.431.519-20. - Cessionario: - CPF/CNPJ Direito de Requerer a Lavra - Orleans/SC. - Nº /
Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
820.542/1980-MINERACAO REAL SAO LUIZ LTDA- Portaria de Lavra nº 271/2001- Cessionário:REAL SÃO LUIZ COMÉRCIO DE ÁGUA MIERAL LTDA- CNPJ 32.418.482/0001-90
871.230/2000-MOLIZA REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA..- Portaria de Lavra nº 230/2003- Cessionário:Zinc fundição de metais Ltda- CNPJ 17.460.077/0001- 47
870.229/1978-ARGIMINAS COMERCIAL E MINERADORA LTDA- Portaria de Lavra: nº 475/1984- Itambé/BA- Cessionário:BRANCO FORTE COMERCIO DE MINERIOS LTDA- CNPJ 32.887.029/0001-23
802.782/1976-BARRA DO TIETE COMERCIAL E SERVICOS LTDA- Portaria de Lavra: nº 474/1983-Itambé/BA- Cessionário:BRANCO FORTE COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- CNPJ 32.887.029/0001-23
820.521/1986-INVESTIMOVEIS EMPREENDIMENTOS S/A- Portaria de Lavra nº 328/2000 - Piên/PR.- Cessionário:Toronto Mineração Ltda- CNPJ 32.274.624/0001- 93
Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)
840.202/1985-SUSA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MINERARIOS LTDA EMPRESA FALIDA- Arrendatário:MINERESTE MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 44.321.614/0001-40 - Termino do arrendamento: 30 (trinta) anos a partir da averbação pela ANM

YOSHIHIRO LIMA NEMOTO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 14/2022

Fase de Concessão de Lavra
Retificação de despacho(1389)
824.549/1972-AGUAS PRATA LTDA - Publicado DOU de 23/12/2021, Relação n° Relação nº 151/2021, Seção seção 1, pág. - RETIFICA o despacho, publicado no D.O.U. de 23.12.2021,Relação nº 151/2021/DGTDM/SRG-Sede, Seção 1,Onde se lê: ".... Incorporadora: Aguas Prata Ltda - CNPJ: 44.930.204/0001-05 -Direitos incorporados: ". Leia-se: "...Incorporadora: Aguas Prata Ltda - CNPJ: 44.930.204/0001-05, e Incorporada: Aguas Prata Ltda - CNPJ: 60.344.173/0001-59

YOSHIHIRO LIMA NEMOTO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO
Relação nº 47/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
1370/2022-858.042/2021-FREDERICO ANTONIO DAIA-
1369/2022-858.058/2020-AMAZON BRASIL MINERAÇÃO EIRELI-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 93/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
1372/2022-800.325/2021-ESTEVALDE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA-
1375/2022-800.614/2021-J F SALES FILHO-
1373/2022-800.388/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-
1374/2022-800.542/2021-BR STONE MINERACAO, EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA-
1371/2022-800.299/2021-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
1376/2022-800.556/2021-BRASIL MANGANES LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 108/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
1382/2022-848.378/2021-ADYHA ABY FARAJ E SILVA-
1380/2022-848.132/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-
1383/2022-848.024/2022-CASA GRANDE MINERACAO EIRELI-
1381/2022-848.371/2021-POTIGUAR MINERAIS E COMERCIO EIRELI-
1379/2022-848.035/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
1377/2022-848.147/2021-VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO-
1378/2022-848.148/2021-VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 117/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
1387/2022-880.226/2021-PPF GROUP LTDA-
1386/2022-880.169/2021-LEONARDO CAVALCANTI PRUDENTE-
1384/2022-880.114/2021-POTASSIO DO BRASIL LTDA.-
1385/2022-880.115/2021-POTASSIO DO BRASIL LTDA.-
1388/2022-880.248/2021-COLBRAS MINERADORA E BENEFICIADORAS DE METAIS PRECIOSOS E GEMAS LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 124/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227/1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)
800.714/2021 - MINERACAO ANCURI LTDA - ALVARÁ Nº 1389/2022 - Destacado do Processo 800007/2020 - ALVARÁ Nº 3267/2020 - Vencimento em 24/08/2022

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 126/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
815.405/2018-MARCELO DE SOUSA TRANSPORTES ME-Alvará N°8048/2018
Fase de Disponibilidade
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO inabilitados:(2087)
873.293/2007- LIPARI MINERAÇÃO LTDA. (CNPJ N°09.600.534/0001-23) ; MINERAÇÃO JAGUARÁ LTDA. (CNPJ N°11.609.638/0001-40)
873.396/2007- LIPARI MINERAÇÃO LTDA. (CNPJ N°09.600.534/0001-23) ; SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA. (CNPJ N°22.103.965/0001-42)
Despacho publicado(316)
831.091/1999-PAULO ROBERTO DA SILVA-Em decorrência do estudo efetuado nestes autos, e , acolhendo proposta contida no Parecer Nº 21/2022/DICOA/SRM-ANM/DIRC (3631139) RETIFICO o Alvará nº 5447 publicado no DOU de 29/09/1999, nos seguintes termos: Onde se lê: "... numa área de 158,41 ha, ..." Leia-se: "... numa área de 153,70 ha, ...".
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.137/2007-EXTRACAO E COMERCIO - CALCARIO CARMELO LTDA-OF. N°8409/2022/GEPM/ANM

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 128/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
1390/2022-850.915/2021-RESERVA OZ MINERACAO E EXPLORACAO MINERAL LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
1395/2022-850.631/2021-VENANCIO GOLD - EXTRACAO DE MINERIO DE METAIS PRECIOSOS LTDA-
1402/2022-851.672/2021-RENATO FRATESCHI NETO-
1397/2022-851.599/2021-ADL MOHAMAD DARWICHE-
1398/2022-851.608/2021-ADL MOHAMAD DARWICHE-
1399/2022-851.610/2021-ADL MOHAMAD DARWICHE-
1400/2022-851.616/2021-ROBSON BERNARDO-
1401/2022-851.659/2021-JS MINERAIS LTDA-
1403/2022-851.688/2021-AMAZONAS PARTICIPAÇÕES EIRELI-
1394/2022-850.459/2021-MATHEUS FRANCA RIGAUD-
1408/2022-850.103/2022-JACIRA ARAUJO MONTEIRO-
1407/2022-850.099/2022-FP MINERACAO LTDA-
1392/2022-850.631/2019-SÉRGIO GIANNOTTI-
1393/2022-850.713/2019-MINERADORA VALE OURO LTDA-
1404/2022-851.697/2021-PEDRO PAULO DE ALMEIDA GOMES-
1405/2022-851.698/2021-GESSOSUL INDÚSTRIA DE GESSO LTDA.-
1406/2022-851.776/2021-ANDERSON JOSÉ BILL-
1410/2022-850.123/2022-COOPERATIVA FENIX AGROMINERAL - COFAM-
1409/2022-850.122/2022-COOPERATIVA FENIX AGROMINERAL - COFAM-
1396/2022-851.035/2021-JW MINERACAO E GEMAS LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
1391/2022-851.565/2021-UNIAO BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA.-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 129/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
1350/2022-864.540/2021-HAROLDO CEZAR DE ABREU-
1349/2022-864.539/2021-CLINICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DO TOCANTINS SOCIEDADE SIMPLES-
1351/2022-864.541/2021-PEDRO ALVES BUENO-
1352/2022-864.543/2021-CONTINENTAL EXPORTACAO DE MINERIO DE MANGANES EIRELI-
1353/2022-864.544/2021-ECOCIDADES COMUNICACAO E MEIO AMBIENTE LTDA.-
1356/2022-864.547/2021-LSR COMERCIO E EXTRACAO DE MINERIOS LTDA-
1357/2022-864.550/2021-QUIPEDRA MINERACAO LTDA-
1355/2022-864.546/2021-ECOCIDADES COMUNICACAO E MEIO AMBIENTE LTDA.-
1354/2022-864.545/2021-KLEIVERTON LUIZ BARBOSA DA SILVA-
1368/2022-864.630/2021-ADEMI MARCIANO DORNELES-
1367/2022-864.594/2021-FRANCISCO PEDRO CAVALCANTI NETO-
1358/2022-864.552/2021-INÁCIA DA CUNHA SOUTO-
1359/2022-864.553/2021-JBNX HOLDING E PARTICIPACOES LTDA-
1361/2022-864.556/2021-DAVID COELHO NEIVA-
1360/2022-864.554/2021-JBNX HOLDING E PARTICIPACOES LTDA-
1366/2022-864.562/2021-JBNX HOLDING E PARTICIPACOES LTDA-
1365/2022-864.561/2021-JBNX HOLDING E PARTICIPACOES LTDA-
1364/2022-864.560/2021-JBNX HOLDING E PARTICIPACOES LTDA-
1363/2022-864.558/2021-MAXPEC PECUARIA E AGROPECUARIA - EIRELI-
1362/2022-864.557/2021-SANCHER REYES SANTOS SANDES-
1332/2022-864.503/2021-MSB - MINERACOES LTDA-
1348/2022-864.523/2021-M R X MINERACAO EIRELI-
1347/2022-864.522/2021-GR CONSULTORIA EM PROSPECCAO MINERAL LTDA-
1344/2022-864.519/2021-LEONARDO CAVALCANTI PRUDENTE-
1346/2022-864.521/2021-M R X MINERACAO EIRELI-
1334/2022-864.508/2021-LEONARDO CAVALCANTI PRUDENTE-
1333/2022-864.507/2021-PACO MINERACAO E SERVICOS EIRELI-
1335/2022-864.509/2021-LEONARDO CAVALCANTI PRUDENTE-
1337/2022-864.511/2021-LEONARDO CAVALCANTI PRUDENTE-
1336/2022-864.510/2021-ADRIANO VICTOR MAGALHAES ZANINI-
1338/2022-864.512/2021-ADRIANO VICTOR MAGALHAES ZANINI-
1339/2022-864.513/2021-ADRIANO VICTOR MAGALHAES ZANINI-
1340/2022-864.514/2021-ADRIANO VICTOR MAGALHAES ZANINI-
1341/2022-864.515/2021-LEONARDO CAVALCANTI PRUDENTE-
1342/2022-864.517/2021-LEONARDO CAVALCANTI PRUDENTE-
1343/2022-864.518/2021-LEONARDO CAVALCANTI PRUDENTE-
1345/2022-864.520/2021-GR CONSULTORIA EM PROSPECCAO MINERAL LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
1331/2022-864.538/2021-WRISTON DA CUNHA SANTOS-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 113/2022

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Retificação de despacho(2250)
810.871/2016-A. C. MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA ME - Publicado DOU de 31/01/2017, Alvará Nº 453/2017, Relação n° 3/2017, Seção 1, pág. 45- Onde se lê:'' ... numa área de 45,33...''; Leia-se:'' ... numa área de 19,96ha...''

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 118/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito a publicação de alvará por duplicidade.(2292)
Alvará n° 2116/2019 -Publicada no DOU de 29/04/2019 - seção 1 - página 40 - Processo nº 864.287/2018-SERRA ALTA MINERAÇÃO LTDA - Evento nº 322
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
866.252/2019-MINERAÇÃO SERRA DOURADA LTDA-ALVARÁ N° 4401 Publicado DOU de 02/08/2019- Onde se lê: ... numa área de 317,84 ha...''; Leia-se: ... numa área de 75 ha...''
866.253/2019-MINERAÇÃO SERRA DOURADA LTDA-ALVARÁ N° 4402 Publicado DOU de 02/08/2019- Onde se lê:'' ... numa área de 316,52 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 268,7 ha...''
867.115/2018-MINERAÇÃO SERRA DOURADA LTDA-ALVARÁ N° 3867 Publicado DOU de 03/07/2019- Onde se lê: ... numa área de 123,38 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 38,44 ha...''
850.184/2017-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N° 4428 Publicado DOU de 06/06/2017- Onde se lê:'' ... numa área de 9835,49 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 5990,25 ha...''
880.085/2019-BAU MINERACAO S/A-ALVARÁ N° 5319 Publicado DOU de 17/09/2019- Onde se lê:''...numa área de 297,37ha...''; Leia-se: ''...numa área de 247,81 ha...''
815.039/2018-TJF EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-ALVARÁ N° 2752 Publicado DOU de 18/04/2018- Onde se lê: "... numa área de 1.593,59 ha, ..." ; Leia-se: "... numa área de 15,47 ha, ..."
815.595/2018-TERRAPLENAGEM BENDO LTDA EPP-ALVARÁ N° 836 Publicado DOU de 14/032019- onde se lê: "área de 49,45ha.", leia-se: "área de 46,94ha..."
820.684/2018-INCARGEL INDÚSTRIA DE CERÂMICA EIRELI EPP-ALVARÁ N° 267 Publicado DOU de 20/05/2019- onde se lê: "...área de 31,72ha...", leia-se: "...área de 32,89ha..."

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 125/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
800.007/2020-LUIZ DE AZEVEDO NUNES-ALVARÁ N° 3267 Publicado DOU de 24/08/2020- Onde se lê: ... numa área de 23,82 ha...Leia-se: ... numa área de 20,22 ha"

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO SDL-ANP Nº 268, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
AV/PR0206959	VIAER SOLUCOES AERONAUTICAS E AEROFOTOGRAFIA LTDA	05.108.291/0002-30	48610.218163/2020-47

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 272, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/SC0221356	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS DOM AFONSO LTDA	44.212.848/0001-50	48610.203089/2022-26
PR/PI0221437	AUTO POSTO MANDACARU LTDA	12.212.430/0001-56	48610.204084/2022-11
PR/RS0221397	AUTO POSTO PAPA LTDA	43.852.907/0001-91	48610.201828/2022-45
PR/MG0221336	AUTO POSTO SERRA NEGRA INGAI LTDA	44.568.919/0001-51	48610.203969/2022-01
PR/SP0221376	AUTO POSTO TOMAHAWK LTDA	45.124.720/0001-05	48610.203975/2022-50
PR/SE0221398	B & G COMBUSTIVEIS LTDA	43.669.353/0001-91	48610.203730/2022-22

PR/CE0221396	D C G R COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	30.006.089/0001-64	48610.203627/2022-82
PR/PA0221436	MUCURIPE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	84.110.394/0036-50	48610.204064/2022-40
PR/DF0221416	POSTO DE COMBUSTIVEL AGUAS CLARAS LTDA	34.046.587/0001-91	48610.203590/2022-92
PR/RS0221357	POSTO SAPATAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	43.510.250/0001-84	48610.204004/2022-27

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 273, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPMG0394872	ANA CLAUDIA BARBOSA DA CRUZ OLIVEIRA	24.407.519/0002-38	48610.203888/2022-01
GLPPR0394884	ANTONIO DOS SANTOS MOTTA REVENDA DE GAS LTDA	43.883.452/0001-71	48610.203900/2022-79
GLPAM0394857	CCDOSUL COMERCIO VAREJISTA DE GAS GLP LTDA	44.460.147/0001-30	48610.203842/2022-83
GLPRO0394893	COMERCIO DE GAS BASTOS EIRELI	40.074.607/0001-30	48610.203924/2022-28
GLPCE0394860	COMERCIO DE GAS FARIAS BRITO LTDA	44.022.748/0001-60	48610.203844/2022-72
GLPPR0394901	COOPERGAS COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA	40.147.777/0001-06	48610.222713/2021-11
GLPSP0394876	COOPERLAGOS COMERCIO DE GAS LTDA	09.466.977/0001-73	48610.202880/2022-19
GLPRS0394882	DIEGO MARTINS FERNANDES	44.582.710/0001-42	48610.203898/2022-38
GLPRJ0394878	FORT GAS COMERCIO DE GAS LTDA	43.092.858/0001-36	48610.202909/2022-62
GLPPR0394899	FRANCISCO CREVANTE NETO - EXPRESSO AGUA GAS	42.343.125/0001-64	48610.203230/2022-91
GLPSC0394888	JKS DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	44.299.280/0001-56	48610.202110/2022-76
GLPSP0394874	L F DE OLIVEIRA MELO	42.734.116/0001-02	48610.203891/2022-16
GLPPA0394866	MARCOS DE S. BATISTA	42.630.792/0001-28	48610.226417/2021-81
GLPSP0394869	MARISA BARBOSA DA SILVA GAS	44.989.449/0001-08	48610.203876/2022-78
GLPMG0394895	ODAIR JOSE DA ROSA	44.579.614/0001-45	48610.203930/2022-85
GLPPA0394903	R. E A. COMERCIO DE GAS LTDA	06.890.378/0001-94	48610.203952/2022-45
GLPBA0394886	TIAGO SILVA REGO	42.762.839/0001-07	48610.202867/2022-60

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO SPD-ANP Nº 271, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 7/2012, alterado pela Resolução ANP nº 775/2019, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1.Fica CREDENCIADA a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionada à área, tema e subtema abaixo.

2.Cabe à unidade credenciada manter atualizadas as informações referentes ao credenciamento no SIPED, a contar da data de publicação deste Despacho.

CREDENCIAMENTO ANP Nº	1037/2022	
UNIDADE DE PESQUISA	Instituto SENAI de Tecnologia da Informação	
INSTITUIÇÃO CREDENCIADA	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI/PR	
CNPJ/MF	03.776.284/0001-09	
PROCESSO ANP	48610.220084/2021-87	
LOCALIZAÇÃO	Curitiba / PR	
ÁREA	TEMA	SUBTEMA
TEMAS TRANSVERSAIS	AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, MONITORAMENTO E CONTROLE	AUTOMAÇÃO, CONTROLE, INSTRUMENTAÇÃO E METROLOGIA

MARIA INÊS SOUZA

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

DESPACHO SPG-ANP Nº 269, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo inciso V do Art. 111, da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.204294/2022-17, resolve:

Ficam estabelecidos os preços de referência do petróleo produzido em janeiro de 2022 (SEI 1979747) em cada campo, apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução ANP nº 703, de 26 de setembro de 2017, para fins do recolhimento de participações governamentais e de terceiros, com fundamento no art. 7º-A do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, no art. 47 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 42-A da Lei nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010.

A tabela contendo os preços de referência do petróleo será disponibilizada na página da ANP na internet (www.gov.br/anp).

THIAGO NEVES DE CAMPOS

DESPACHO SPG-ANP Nº 270, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo inciso V do Art. 111, da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.204350/2022-13, resolve:

Ficam estabelecidos os preços de referência do gás natural produzido em janeiro de 2022 em cada campo (SEI 1981329), apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução ANP nº 40, de 14 de dezembro de 2009, para fins do recolhimento de participações governamentais e de terceiros, com fundamento no art. 8º do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, no art. 47 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 42-A da Lei nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010.

A tabela contendo os preços de referência do gás natural será disponibilizada na página da ANP na internet (www.gov.br/anp).

THIAGO NEVES DE CAMPOS

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 514, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.27367, resolve:

Substituir a pensão excepcional de anistiado político, sob NB 59/055.553.934-2, nos mesmos valores que vem sendo efetuados pelo INSS, pelo regime de prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso II, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 515, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.28730, resolve:

Substituir a pensão excepcional de anistiado político, sob NB 59/148.913.867-3, nos mesmos valores que vem sendo efetuados pelo INSS, pelo regime de prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso II, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 516, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36288, resolve:

Substituir a pensão excepcional de anistiado político, sob NB 59/101.691.301-7, nos mesmos valores que vem sendo efetuados pelo INSS, pelo regime de prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso II, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 517, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36568, resolve:

Substituir a pensão excepcional de anistiado político, sob NB 59/082.825.172-0, nos mesmos valores que vem sendo efetuados pelo INSS, pelo regime de prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso II, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 518, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.35486, resolve:

Substituir a aposentadoria excepcional de anistiado político, sob NB 58/073.612.344-0, nos mesmos valores que vem sendo efetuados pelo INSS, pelo regime de prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso II, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 519, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2003.02.24441, resolve:

Substituir a aposentadoria excepcional de anistiado político, sob NB 58/046.412.118-3, nos mesmos valores que vem sendo efetuados pelo INSS, pelo regime de prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso II, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 520, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.35746, resolve:

Substituir a aposentadoria excepcional de anistiado político, sob NB 58/047.908.372-0, nos mesmos valores que vem sendo efetuados pelo INSS, pelo regime de prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso II, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 20, publicada no DOU nº 32, de 15 de fevereiro de 2022, Seção 1 página 112, onde se lê: "Resolução nº 20, de 8 de outubro de 2022", leia-se: "Resolução nº 20, de 8 de outubro de 2021."

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 377, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera a Portaria 376, de 11 de fevereiro de 2022, criando regra de transição para a aplicação do novo regulamento do Curso de Altos Estudos.

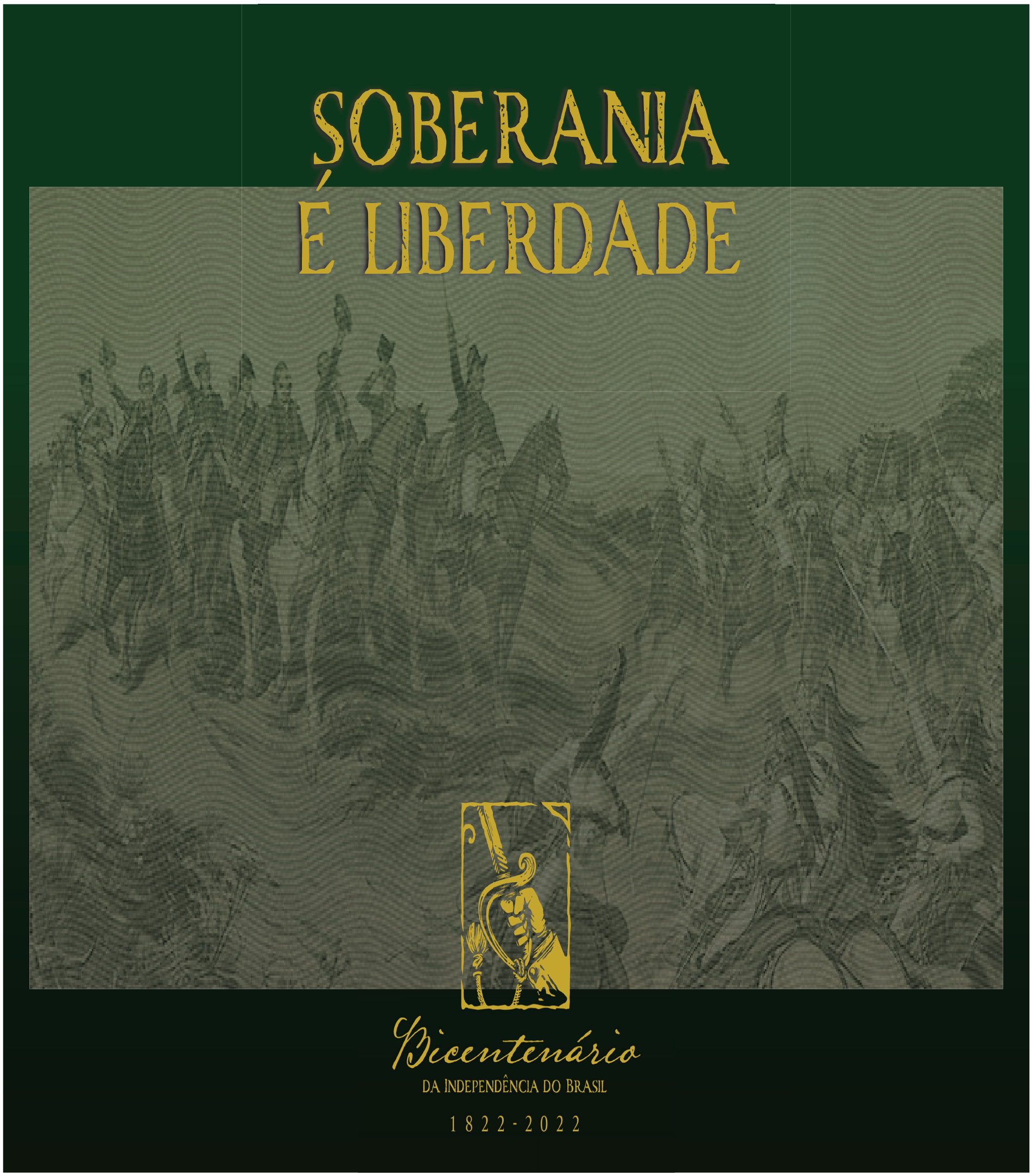
O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, na Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, no Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no Decreto nº 6.559, de 8 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 376, de 11 de fevereiro de 2022 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-A Aplicam-se as disposições das Portarias nº 157, de 15 de fevereiro de 2018, e nº 168, de 23 de abril de 2020, ao LXVII Curso de Altos Estudos, regido pelo Edital de 26 de fevereiro de 2021."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA



Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 234, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Credencia municípios ao recebimento do incentivo financeiro de custeio para polos do Programa Academia da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição Federal, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando a Seção VI, do Capítulo II - Dos Componentes e Incentivos para a Atenção Básica, Título II, Do Custeio da Atenção Básica, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título I - Da Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, Capítulo I - Da Promoção da Saúde, Seção I - do Programa Academia da Saúde, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que consolida normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os polos do Programa Academia da Saúde, constantes do Anexo a esta Portaria, construídos com recurso de investimento do Ministério da Saúde ou habilitados como similares, a receberem recursos referentes ao incentivo de custeio das ações do Programa Academia da Saúde.

§ 1º Publicada a portaria de credenciamento, para fins de recebimento do incentivo financeiro de custeio, será considerado o registro dos polos do Programa Academia da Saúde e dos seus respectivos profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES), conforme o Anexo III, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, além do registro no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) das atividades e dos atendimentos realizados nos polos do Programa Academia da Saúde, conforme Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

§ 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência automática desses valores para os Fundos Municipais de Saúde.

Art. 2º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde como parte integrante do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Custeio), Grupo - Atenção Básica, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.217U - Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

MUNICÍPIOS E POLOS CREDENCIADOS AO PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE

	IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES DO POLO DO PROGAMA ACADEMIA DA SAÚDE
1	120001	AC	ACRELÂNDIA	9639896
2	270240	AL	DELMIRO GOUVEIA	7780850
3	270600	AL	OLIVENÇA	7827423
4	270642	AL	PARICONHA	9648011
5	270650	AL	PASSO DE CAMARAGIBE	7582129
6	270910	AL	TAQUARANA	9654917
7	291440	BA	IRAQUARA	7738099
8	290310	BA	BARRA DO ROCHA	9709169
9	291680	BA	ITARANTIM	0033766
10	292170	BA	MORRO DO CHAPÉU	7947461
11	292430	BA	PIATÃ	2508613
12	290460	BA	BRUMADO	9907033
13	290265	BA	BANZAÊ	7981481
14	292660	BA	RIBEIRA DO POMBAL	9842152
15	290700	BA	CARDEAL DA SILVA	7009682
16	291810	BA	JEREMOABO	9076794
17	291840	BA	JUAZEIRO	9782796
18	230580	CE	IPU	7419139
19	230890	CE	MORRINHOS	9572945
20	320180	ES	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	7961766
21	520670	GO	DAMIANÓPOLIS	9445889
22	522070	GO	SÍTIO D'ABADIA	9872337
23	520030	GO	ALEXÂNIA	9165142
24	520940	GO	GUARANI DE GOIÁS	9241515
25	521460	GO	NIQUELÂNDIA	9421483
26	210745	MA	OLINDA NOVA DO MARANHÃO	6890415
27	210790	MA	PASSAGEM FRANCA	9405089
28	211300	MA	VITORINO FREIRE	7616597
29	210920	MA	PRESIDENTE JUSCELINO	7691238
30	210455	MA	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	9599886
31	316110	MG	SÃO FRANCISCO	9711333
32	315057	MG	PINTÓPOLIS	9362630
33	311300	MG	CARAÍ	9523871
34	315650	MG	RUBELITA	9753249
35	313600	MG	JOAÍMA	9653163
36	312015	MG	CRISÓLITA	7983158
37	313507	MG	JAMPRUCA	9229361
38	313390	MG	ITAVERAVA	9846700
39	313570	MG	JEQUITIBÁ	9671803
40	313890	MG	MACHACALIS	9396454
41	314870	MG	PEDRA AZUL	9166904
42	316800	MG	TAIOBEIRAS	6905633
43	314225	MG	MIRAVÂNIA	9604499
44	314320	MG	MONTE SANTO DE MINAS	9042385
45	314330	MG	MONTES CLAROS	9650253
46	315150	MG	PIUMHI	7589182
47	313510	MG	JANAÚBA	9868895
48	310500	MG	BALDIM	9866213
49	314280	MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	7471122
50	311660	MG	CLAUDIO	0053449
51	310375	MG	ARAPORÃ	7520042
52	317010	MG	UBERABA	9751262
53	500770	MS	SETE QUEDAS	9016201
54	500330	MS	COXIM	9015027
55	510480	MT	JACIARA	9664807
56	510410	MT	GUARANTÃ DO NORTE	9874305
57	251207	PB	POÇO DE JOSÉ DE MOURA	9549188
58	251430	PB	SÃO JOSÉ DE CAIANA	9867805
59	251470	PB	SÃO JOSÉ DO SABUGI	9574735
60	251530	PB	SAPE	9454594
61	251340	PB	SANTA LUZIA	9171223
62	250270	PB	BORBOREMA	9336796
63	250340	PB	CACIMBA DE AREIA	9510982
64	250680	PB	INGÁ	9601732
65	250860	PB	LUCENA	9216626
66	251190	PB	PITIMBU	9812644
67	250590	PB	EMAS	9786511
68	251220	PB	PRATA	9975896
69	261510	PE	TEREZINHA	6870104
70	260450	PE	CHÃ GRANDE	7805888

71	261040	PE	PARNAMIRIM	7283555
72	261618	PE	VERTENTE DO LÉRIO	7433883
73	260110	PE	ARARIPINA	9122478
74	260660	PE	IBIMIRIM	9301372
75	220552	PI	JÚLIO BORGES	9565884
76	220170	PI	BERTOLÍNIA	9234551
77	220672	PI	NAZÁRIA	9668861
78	220005	PI	ACAUÃ	7853653
79	412535	PR	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	9373039
80	412400	PR	SANTANA DO ITARARÉ	9834370
81	410970	PR	IBAITI	9822836
82	410350	PR	CALIFORNIA	7980620
83	412080	PR	QUATRO BARRAS	7241437
84	330110	RJ	CANTAGALO	9597999
85	330610	RJ	VALENÇA	9802649
86	330285	RJ	MESQUITA	9888098
87	241030	RN	PRESIDENTE JUSCELINO	7827644
88	240290	RN	CORONEL JOÃO PESSOA	6862608
89	240960	RN	PEDRA PRETA	9933964
90	240520	RN	JANDUÍS	9840648
91	241440	RN	TOUROS	7978170
92	431845	RS	SÃO JOSÉ DAS MISSÕES	9487182
93	432310	RS	VICENTE DUTRA	9565620
94	430805	RS	FAXINALZINHO	7872461
95	431505	RS	PORTO MAUÁ	2249898
96	430955	RS	HARMONIA	9659315
97	431036	RS	IMIGRANTE	9245367
98	430642	RS	DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES	9899626
99	430512	RS	CERRITO	7928335
100	431110	RS	JAGUARI	9668470
101	432190	RS	TRÊS PASSOS	9526803
102	421230	SC	PAULO LOPES	9999167
103	280340	SE	JAPOATÃ	9009000
104	354930	SP	SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	9861572
105	350150	SP	ALVINLÂNDIA	9711554
106	351090	SP	CÁSSIA DOS COQUEIROS	6873979
107	351000	SP	CÂNDIDO MOTA	9759174
108	352920	SP	MARTINÓPOLIS	9768564
109	353310	SP	NOVA GUATAPORANGA	9782869
110	355510	SP	TUPI PAULISTA	9231781
111	355710	SP	VOTUPORANGA	9429514
112	350510	SP	BARBOSA	9721185
113	171830	TO	PRAIA NORTE	6878016
114	170200	TO	ARAGUACU	9480773
115	170215	TO	ARAGUANÃ	9559825
116	171370	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	7832109
117	171865	TO	RIO DA CONCEIÇÃO	6898378
118	171890	TO	SANTA ROSA DO TOCANTINS	7933681
119	170550	TO	COLINAS DO TOCANTINS	9820558
TOTAL			119 POLOS	

PORTARIA GM/MS Nº 371, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Divulga, de forma detalhada, os repasses de recursos do incremento excepcional ao financiamento federal do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, resolve:

Art. 1º Divulgar, de forma detalhada, os repasses de recursos do incremento excepcional ao financiamento federal do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, no âmbito do Sistema Único de Saúde, transferidos a cada um dos entes federativos beneficiários em parcelas mensais correspondentes a 1/13 (um treze avos) do valor total a eles devido, referentes à parcela de dezembro de 2021 e ao exercício financeiro de 2022.

§ 1º Os repasses de que trata o caput são realizados de acordo com os parâmetros estabelecidos na Portaria GM/MS nº 3.617, de 15 de dezembro de 2021.

§ 2º A relação dos entes beneficiários, o fundo de saúde destinatário do recurso federal e o valor do repasse mensal e do total constam do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Recursos federais repassados (13 parcelas) para o incremento excepcional do financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica								
CNPJ (município)	Estado	Município (ente beneficiário)	Fundo Municipal de Saúde (mês)	*Fundo Estadual de Saúde (mês)	Total (mês)	Parcela dezembro/2021	Total Exercício 2022 (12 parcelas)	Total (13 parcelas)
11.738.889/0001-25	AC	ACRELANDIA	R$ 1.208,74	R$ -	R$ 1.208,74	R$ 1.208,74	R$ 14.504,88	R$ 15.713,62
12.442.124/0001-06	AC	ASSIS BRASIL	R$ 593,36	R$ -	R$ 593,36	R$ 593,36	R$ 7.120,32	R$ 7.713,68
09.622.055/0001-08	AC	BRASILEIA	R$ 2.082,03	R$ -	R$ 2.082,03	R$ 2.082,03	R$ 24.984,36	R$ 27.066,39
19.916.625/0001-26	AC	BUJARI	R$ 821,28	R$ -	R$ 821,28	R$ 821,28	R$ 9.855,36	R$ 10.676,64
12.456.144/0001-36	AC	CAPIXABA	R$ 938,64	R$ -	R$ 938,64	R$ 938,64	R$ 11.263,68	R$ 12.202,32
11.370.229/0001-34	AC	CRUZEIRO DO SUL	R$ 7.002,10	R$ -	R$ 7.002,10	R$ 7.002,10	R$ 84.025,20	R$ 91.027,30
19.023.249/0001-40	AC	EPITACIOLANDIA	R$ 1.458,72	R$ -	R$ 1.458,72	R$ 1.458,72	R$ 17.504,64	R$ 18.963,36
12.477.601/0001-79	AC	FEIJO	R$ 2.782,40	R$ -	R$ 2.782,40	R$ 2.782,40	R$ 33.388,80	R$ 36.171,20
11.373.970/0001-59	AC	JORDAO	R$ 671,76	R$ -	R$ 671,76	R$ 671,76	R$ 8.061,12	R$ 8.732,88
12.158.466/0001-07	AC	MANCIO LIMA	R$ 1.503,56	R$ -	R$ 1.503,56	R$ 1.503,56	R$ 18.042,72	R$ 19.546,28

12.289.482/0001-20	AC	MANOEL URBANO	R$ 756,72	R$ -	R$ 756,72	R$ 756,72	R$ 9.080,64	R$ 9.837,36
11.428.461/0001-86	AC	MARECHAL THAUMATURGO	R$ 1.509,36	R$ -	R$ 1.509,36	R$ 1.509,36	R$ 18.112,32	R$ 19.621,68
11.794.838/0001-10	AC	PLACIDO DE CASTRO	R$ 1.565,68	R$ -	R$ 1.565,68	R$ 1.565,68	R$ 18.788,16	R$ 20.353,84
11.812.868/0001-02	AC	PORTO ACRE	R$ 1.480,32	R$ -	R$ 1.480,32	R$ 1.480,32	R$ 17.763,84	R$ 19.244,16
11.803.737/0001-69	AC	PORTO WALTER	R$ 958,56	R$ -	R$ 958,56	R$ 958,56	R$ 11.502,72	R$ 12.461,28
84.317.205/0001-95	AC	RIO BRANCO	R$ 31.958,88	R$ -	R$ 31.958,88	R$ 31.958,88	R$ 383.506,56	R$ 415.465,44
11.591.240/0001-24	AC	RODRIGUES ALVES	R$ 1.514,40	R$ -	R$ 1.514,40	R$ 1.514,40	R$ 18.172,80	R$ 19.687,20
12.462.454/0001-63	AC	SANTA ROSA DO PURUS	R$ 523,20	R$ -	R$ 523,20	R$ 523,20	R$ 6.278,40	R$ 6.801,60
12.415.300/0001-10	AC	SENA MADUREIRA	R$ 3.632,57	R$ -	R$ 3.632,57	R$ 3.632,57	R$ 43.590,84	R$ 47.223,41
02.296.124/0001-91	AC	SENADOR GUIOMARD	R$ 1.824,21	R$ -	R$ 1.824,21	R$ 1.824,21	R$ 21.890,52	R$ 23.714,73
11.507.430/0001-10	AC	TARAUACA	R$ 3.405,36	R$ -	R$ 3.405,36	R$ 3.405,36	R$ 40.864,32	R$ 44.269,68
12.465.477/0001-21	AC	XAPURI	R$ 1.545,84	R$ -	R$ 1.545,84	R$ 1.545,84	R$ 18.550,08	R$ 20.095,92
11.502.413/0001-90	AL	AGUA BRANCA	R$ 1.615,68	R$ -	R$ 1.615,68	R$ 1.615,68	R$ 19.388,16	R$ 21.003,84
12.306.877/0001-94	AL	ANADIA	R$ 1.403,60	R$ -	R$ 1.403,60	R$ 1.403,60	R$ 16.843,20	R$ 18.246,80
21.013.754/0001-56	AL	ARAPIRACA	R$ 18.361,49	R$ -	R$ 18.361,49	R$ 18.361,49	R$ 220.337,88	R$ 238.699,37
11.301.685/0001-22	AL	ATALAIA	R$ 4.241,84	R$ -	R$ 4.241,84	R$ 4.241,84	R$ 50.902,08	R$ 55.143,92
11.347.540/0001-62	AL	BARRA DE SANTO ANTONIO	R$ 1.274,56	R$ -	R$ 1.274,56	R$ 1.274,56	R$ 15.294,72	R$ 16.569,28
12.550.426/0001-06	AL	BARRA DE SAO MIGUEL	R$ 659,36	R$ -	R$ 659,36	R$ 659,36	R$ 7.912,32	R$ 8.571,68
19.085.920/0001-88	AL	BATALHA	R$ 1.458,56	R$ -	R$ 1.458,56	R$ 1.458,56	R$ 17.502,72	R$ 18.961,28
11.185.950/0001-54	AL	BELEM	R$ 406,64	R$ -	R$ 406,64	R$ 406,64	R$ 4.879,68	R$ 5.286,32
11.338.070/0001-70	AL	BELO MONTE	R$ 600,80	R$ -	R$ 600,80	R$ 600,80	R$ 7.209,60	R$ 7.810,40
11.323.039/0001-66	AL	BOCA DA MATA	R$ 2.161,49	R$ -	R$ 2.161,49	R$ 2.161,49	R$ 25.937,88	R$ 28.099,37
11.159.820/0001-47	AL	BRANQUINHA	R$ 977,20	R$ -	R$ 977,20	R$ 977,20	R$ 11.726,40	R$ 12.703,60
11.330.865/0001-32	AL	CACIMBINHAS	R$ 868,64	R$ -	R$ 868,64	R$ 868,64	R$ 10.423,68	R$ 11.292,32
11.436.366/0001-24	AL	CAJUEIRO	R$ 1.701,12	R$ -	R$ 1.701,12	R$ 1.701,12	R$ 20.413,44	R$ 22.114,56
11.272.240/0001-61	AL	CAMPESTRE	R$ 554,88	R$ -	R$ 554,88	R$ 554,88	R$ 6.658,56	R$ 7.213,44
19.296.278/0001-86	AL	CAMPO ALEGRE	R$ 4.565,04	R$ -	R$ 4.565,04	R$ 4.565,04	R$ 54.780,48	R$ 59.345,52
11.169.951/0001-05	AL	CAMPO GRANDE	R$ 764,64	R$ -	R$ 764,64	R$ 764,64	R$ 9.175,68	R$ 9.940,32
12.091.467/0001-73	AL	CANAPI	R$ 1.417,76	R$ -	R$ 1.417,76	R$ 1.417,76	R$ 17.013,12	R$ 18.430,88
11.203.936/0001-36	AL	CAPELA	R$ 1.364,24	R$ -	R$ 1.364,24	R$ 1.364,24	R$ 16.370,88	R$ 17.735,12
12.657.662/0001-18	AL	CARNEIROS	R$ 726,48	R$ -	R$ 726,48	R$ 726,48	R$ 8.717,76	R$ 9.444,24
11.401.087/0001-25	AL	CHA PRETA	R$ 584,88	R$ -	R$ 584,88	R$ 584,88	R$ 7.018,56	R$ 7.603,44
11.407.477/0001-02	AL	COITE DO NOIA	R$ 855,44	R$ -	R$ 855,44	R$ 855,44	R$ 10.265,28	R$ 11.120,72
11.475.162/0001-00	AL	COLONIA LEOPOLDINA	R$ 1.735,84	R$ -	R$ 1.735,84	R$ 1.735,84	R$ 20.830,08	R$ 22.565,92
11.463.225/0001-09	AL	COQUEIRO SECO	R$ 467,60	R$ -	R$ 467,60	R$ 467,60	R$ 5.611,20	R$ 6.078,80
11.970.318/0001-11	AL	CORURIPE	R$ 4.510,85	R$ -	R$ 4.510,85	R$ 4.510,85	R$ 54.130,20	R$ 58.641,05
11.343.711/0001-85	AL	CRAIBAS	R$ 1.937,52	R$ -	R$ 1.937,52	R$ 1.937,52	R$ 23.250,24	R$ 25.187,76
11.261.089/0001-66	AL	DELMIRO GOUVEIA	R$ 4.121,27	R$ -	R$ 4.121,27	R$ 4.121,27	R$ 49.455,24	R$ 53.576,51
11.415.703/0001-05	AL	DOIS RIACHOS	R$ 886,00	R$ -	R$ 886,00	R$ 886,00	R$ 10.632,00	R$ 11.518,00
11.193.150/0001-85	AL	ESTRELA DE ALAGOAS	R$ 1.456,40	R$ -	R$ 1.456,40	R$ 1.456,40	R$ 17.476,80	R$ 18.933,20
11.235.511/0001-09	AL	FEIRA GRANDE	R$ 1.773,28	R$ -	R$ 1.773,28	R$ 1.773,28	R$ 21.279,36	R$ 23.052,64
11.759.854/0001-72	AL	FELIZ DESERTO	R$ 380,32	R$ -	R$ 380,32	R$ 380,32	R$ 4.563,84	R$ 4.944,16
11.895.474/0001-65	AL	FLEXEIRAS	R$ 1.023,20	R$ -	R$ 1.023,20	R$ 1.023,20	R$ 12.278,40	R$ 13.301,60
11.277.599/0001-21	AL	GIRAU DO PONCIANO	R$ 3.273,36	R$ -	R$ 3.273,36	R$ 3.273,36	R$ 39.280,32	R$ 42.553,68
11.260.658/0001-59	AL	IBATEGUARA	R$ 1.249,28	R$ -	R$ 1.249,28	R$ 1.249,28	R$ 14.991,36	R$ 16.240,64
11.297.443/0001-02	AL	IGACI	R$ 2.050,48	R$ -	R$ 2.050,48	R$ 2.050,48	R$ 24.605,76	R$ 26.656,24
11.197.813/0001-30	AL	IGREJA NOVA	R$ 1.959,92	R$ -	R$ 1.959,92	R$ 1.959,92	R$ 23.519,04	R$ 25.478,96
11.183.264/0001-44	AL	INHAPI	R$ 1.484,94	R$ -	R$ 1.484,94	R$ 1.484,94	R$ 17.819,28	R$ 19.304,22

12.342.368/0001-17	AL	JACARE DOS HOMENS	R$ 472,16	R$ -	R$ 472,16	R$ 472,16	R$ 5.665,92	R$ 6.138,08
12.584.054/0001-20	AL	JACUIPE	R$ 561,68	R$ -	R$ 561,68	R$ 561,68	R$ 6.740,16	R$ 7.301,84
14.029.232/0001-87	AL	JAPARATINGA	R$ 668,88	R$ -	R$ 668,88	R$ 668,88	R$ 8.026,56	R$ 8.695,44
22.012.932/0001-97	AL	JARAMATAIA	R$ 461,60	R$ -	R$ 461,60	R$ 461,60	R$ 5.539,20	R$ 6.000,80
11.926.143/0001-45	AL	JEQUIA DA PRAIA	R$ 926,40	R$ -	R$ 926,40	R$ 926,40	R$ 11.116,80	R$ 12.043,20
11.991.357/0001-03	AL	JOAQUIM GOMES	R$ 1.919,44	R$ -	R$ 1.919,44	R$ 1.919,44	R$ 23.033,28	R$ 24.952,72
11.351.867/0001-08	AL	JUNDIA	R$ 375,84	R$ -	R$ 375,84	R$ 375,84	R$ 4.510,08	R$ 4.885,92
11.768.552/0001-60	AL	JUNQUEIRO	R$ 1.978,16	R$ -	R$ 1.978,16	R$ 1.978,16	R$ 23.737,92	R$ 25.716,08
09.056.075/0001-69	AL	LAGOA DA CANOA	R$ 1.428,16	R$ -	R$ 1.428,16	R$ 1.428,16	R$ 17.137,92	R$ 18.566,08
11.269.277/0001-30	AL	LIMOEIRO DE ANADIA	R$ 2.290,80	R$ -	R$ 2.290,80	R$ 2.290,80	R$ 27.489,60	R$ 29.780,40
07.792.137/0001-75	AL	MACEIO	R$ 79.948,23	R$ -	R$ 79.948,23	R$ 79.948,23	R$ 959.378,76	R$ 1.039.326,99
12.907.233/0001-51	AL	MAJOR ISIDORO	R$ 1.584,32	R$ -	R$ 1.584,32	R$ 1.584,32	R$ 19.011,84	R$ 20.596,16
11.594.727/0001-60	AL	MAR VERMELHO	R$ 330,48	R$ -	R$ 330,48	R$ 330,48	R$ 3.965,76	R$ 4.296,24
11.781.909/0001-40	AL	MARAGOGI	R$ 2.616,32	R$ -	R$ 2.616,32	R$ 2.616,32	R$ 31.395,84	R$ 34.012,16
11.402.479/0001-09	AL	MARAVILHA	R$ 808,80	R$ -	R$ 808,80	R$ 808,80	R$ 9.705,60	R$ 10.514,40
11.294.109/0001-03	AL	MARECHAL DEODORO	R$ 4.112,16	R$ -	R$ 4.112,16	R$ 4.112,16	R$ 49.345,92	R$ 53.458,08
11.264.135/0001-80	AL	MARIBONDO	R$ 1.061,12	R$ -	R$ 1.061,12	R$ 1.061,12	R$ 12.733,44	R$ 13.794,56
19.707.059/0001-42	AL	MATA GRANDE	R$ 2.017,28	R$ -	R$ 2.017,28	R$ 2.017,28	R$ 24.207,36	R$ 26.224,64
13.164.739/0001-80	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	R$ 1.971,36	R$ -	R$ 1.971,36	R$ 1.971,36	R$ 23.656,32	R$ 25.627,68
11.292.555/0001-70	AL	MESSIAS	R$ 1.428,48	R$ -	R$ 1.428,48	R$ 1.428,48	R$ 17.141,76	R$ 18.570,24
11.206.753/0001-74	AL	MINADOR DO NEGRAO	R$ 426,32	R$ -	R$ 426,32	R$ 426,32	R$ 5.115,84	R$ 5.542,16
13.079.412/0001-00	AL	MONTEIROPOLIS	R$ 572,72	R$ -	R$ 572,72	R$ 572,72	R$ 6.872,64	R$ 7.445,36
11.120.699/0001-40	AL	MURICI	R$ 2.258,88	R$ -	R$ 2.258,88	R$ 2.258,88	R$ 27.106,56	R$ 29.365,44
11.272.216/0001-22	AL	NOVO LINO	R$ 1.015,20	R$ -	R$ 1.015,20	R$ 1.015,20	R$ 12.182,40	R$ 13.197,60
11.438.291/0001-10	AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	R$ 1.735,04	R$ -	R$ 1.735,04	R$ 1.735,04	R$ 20.820,48	R$ 22.555,52
13.890.745/0001-15	AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	R$ 749,84	R$ -	R$ 749,84	R$ 749,84	R$ 8.998,08	R$ 9.747,92
11.207.613/0001-10	AL	OLHO D'AGUA GRANDE	R$ 409,84	R$ -	R$ 409,84	R$ 409,84	R$ 4.918,08	R$ 5.327,92
11.248.030/0001-38	AL	OLIVENCA	R$ 938,86	R$ -	R$ 938,86	R$ 938,86	R$ 11.266,32	R$ 12.205,18
14.188.779/0001-25	AL	OURO BRANCO	R$ 919,68	R$ -	R$ 919,68	R$ 919,68	R$ 11.036,16	R$ 11.955,84
13.870.154/0001-86	AL	PALESTINA	R$ 400,88	R$ -	R$ 400,88	R$ 400,88	R$ 4.810,56	R$ 5.211,44
11.185.701/0001-69	AL	PALMEIRA DOS INDIOS	R$ 5.801,12	R$ -	R$ 5.801,12	R$ 5.801,12	R$ 69.613,44	R$ 75.414,56
09.687.192/0001-20	AL	PAO DE ACUCAR	R$ 1.951,92	R$ -	R$ 1.951,92	R$ 1.951,92	R$ 23.423,04	R$ 25.374,96
12.092.124/0001-23	AL	PARICONHA	R$ 842,64	R$ -	R$ 842,64	R$ 842,64	R$ 10.111,68	R$ 10.954,32
11.432.702/0001-60	AL	PARIPUEIRA	R$ 1.043,94	R$ -	R$ 1.043,94	R$ 1.043,94	R$ 12.527,28	R$ 13.571,22
11.408.429/0001-39	AL	PASSO DE CAMARAGIBE	R$ 1.219,60	R$ -	R$ 1.219,60	R$ 1.219,60	R$ 14.635,20	R$ 15.854,80
11.224.453/0001-18	AL	PAULO JACINTO	R$ 605,12	R$ -	R$ 605,12	R$ 605,12	R$ 7.261,44	R$ 7.866,56
11.286.018/0001-18	AL	PENEDO	R$ 5.045,65	R$ -	R$ 5.045,65	R$ 5.045,65	R$ 60.547,80	R$ 65.593,45
11.277.335/0001-78	AL	PIACABUCU	R$ 1.426,16	R$ -	R$ 1.426,16	R$ 1.426,16	R$ 17.113,92	R$ 18.540,08
11.405.124/0001-73	AL	PILAR	R$ 2.781,87	R$ -	R$ 2.781,87	R$ 2.781,87	R$ 33.382,44	R$ 36.164,31
11.243.983/0001-03	AL	PINDOBA	R$ 259,68	R$ -	R$ 259,68	R$ 259,68	R$ 3.116,16	R$ 3.375,84
11.197.317/0001-86	AL	PIRANHAS	R$ 2.003,12	R$ -	R$ 2.003,12	R$ 2.003,12	R$ 24.037,44	R$ 26.040,56
11.252.928/0001-80	AL	POCO DAS TRINCHEIRAS	R$ 1.150,88	R$ -	R$ 1.150,88	R$ 1.150,88	R$ 13.810,56	R$ 14.961,44
11.312.579/0001-44	AL	PORTO CALVO	R$ 2.173,20	R$ -	R$ 2.173,20	R$ 2.173,20	R$ 26.078,40	R$ 28.251,60
11.652.985/0001-56	AL	PORTO DE PEDRAS	R$ 851,92	R$ -	R$ 851,92	R$ 851,92	R$ 10.223,04	R$ 11.074,96
11.698.613/0001-60	AL	PORTO REAL DO COLEGIO	R$ 1.605,28	R$ -	R$ 1.605,28	R$ 1.605,28	R$ 19.263,36	R$ 20.868,64
07.543.773/0001-63	AL	QUEBRANGULO	R$ 903,52	R$ -	R$ 903,52	R$ 903,52	R$ 10.842,24	R$ 11.745,76
11.615.319/0001-48	AL	RIO LARGO	R$ 5.951,82	R$ -	R$ 5.951,82	R$ 5.951,82	R$ 71.421,84	R$ 77.373,66
11.408.057/0001-40	AL	ROTEIRO	R$ 533,12	R$ -	R$ 533,12	R$ 533,12	R$ 6.397,44	R$ 6.930,56
09.664.964/0001-09	AL	SANTA LUZIA DO NORTE	R$ 583,68	R$ -	R$ 583,68	R$ 583,68	R$ 7.004,16	R$ 7.587,84
19.433.048/0001-11	AL	SANTANA DO IPANEMA	R$ 3.812,32	R$ -	R$ 3.812,32	R$ 3.812,32	R$ 45.747,84	R$ 49.560,16
10.254.294/0001-31	AL	SANTANA DO MUNDAU	R$ 963,12	R$ -	R$ 963,12	R$ 963,12	R$ 11.557,44	R$ 12.520,56
11.259.289/0001-84	AL	SAO BRAS	R$ 556,88	R$ -	R$ 556,88	R$ 556,88	R$ 6.682,56	R$ 7.239,44
11.538.959/0001-00	AL	SAO JOSE DA LAJE	R$ 1.914,16	R$ -	R$ 1.914,16	R$ 1.914,16	R$ 22.969,92	R$ 24.884,08
11.314.682/0001-23	AL	SAO JOSE DA TAPERA	R$ 2.580,80	R$ -	R$ 2.580,80	R$ 2.580,80	R$ 30.969,60	R$ 33.550,40
11.940.419/0001-40	AL	SAO LUIS DO QUITUNDE	R$ 2.764,40	R$ -	R$ 2.764,40	R$ 2.764,40	R$ 33.172,80	R$ 35.937,20

11.891.087/0001-50	AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	R$ 4.852,96	R$ -	R$ 4.852,96	R$ 4.852,96	R$ 58.235,52	R$ 63.088,48
11.334.531/0001-37	AL	SAO MIGUEL DOS MILAGRES	R$ 636,08	R$ -	R$ 636,08	R$ 636,08	R$ 7.632,96	R$ 8.269,04
10.013.384/0001-30	AL	SAO SEBASTIAO	R$ 2.732,16	R$ -	R$ 2.732,16	R$ 2.732,16	R$ 32.785,92	R$ 35.518,08
13.232.096/0001-65	AL	SATUBA	R$ 1.173,80	R$ -	R$ 1.173,80	R$ 1.173,80	R$ 14.085,60	R$ 15.259,40
11.348.088/0001-53	AL	SENADOR RUI PALMEIRA	R$ 1.109,60	R$ -	R$ 1.109,60	R$ 1.109,60	R$ 13.315,20	R$ 14.424,80
11.498.699/0001-88	AL	TANQUE D'ARCA	R$ 492,96	R$ -	R$ 492,96	R$ 492,96	R$ 5.915,52	R$ 6.408,48
12.876.649/0001-50	AL	TAQUARANA	R$ 1.598,40	R$ -	R$ 1.598,40	R$ 1.598,40	R$ 19.180,80	R$ 20.779,20
11.780.685/0001-52	AL	TEOTONIO VILELA	R$ 3.533,52	R$ -	R$ 3.533,52	R$ 3.533,52	R$ 42.402,24	R$ 45.935,76
22.148.724/0001-10	AL	TRAIPU	R$ 2.217,20	R$ -	R$ 2.217,20	R$ 2.217,20	R$ 26.606,40	R$ 28.823,60
11.120.612/0001-34	AL	UNIAO DOS PALMARES	R$ 5.248,88	R$ -	R$ 5.248,88	R$ 5.248,88	R$ 62.986,56	R$ 68.235,44
11.418.299/0001-15	AL	VICOSA	R$ 2.058,64	R$ -	R$ 2.058,64	R$ 2.058,64	R$ 24.703,68	R$ 26.762,32
12.489.986/0001-94	AM	ALVARAES	R$ 1.283,28	R$ -	R$ 1.283,28	R$ 1.283,28	R$ 15.399,36	R$ 16.682,64
12.747.906/0001-53	AM	AMATURA	R$ 922,88	R$ -	R$ 922,88	R$ 922,88	R$ 11.074,56	R$ 11.997,44
11.874.490/0001-71	AM	ANAMA	R$ 1.089,12	R$ -	R$ 1.089,12	R$ 1.089,12	R$ 13.069,44	R$ 14.158,56
12.185.080/0001-86	AM	ANORI	R$ 1.680,80	R$ -	R$ 1.680,80	R$ 1.680,80	R$ 20.169,60	R$ 21.850,40
12.834.320/0001-26	AM	APUI	R$ 1.740,94	R$ -	R$ 1.740,94	R$ 1.740,94	R$ 20.891,28	R$ 22.632,22
97.531.081/0001-98	AM	ATALAIA DO NORTE	R$ 1.609,00	R$ -	R$ 1.609,00	R$ 1.609,00	R$ 19.308,00	R$ 20.917,00
11.622.855/0001-70	AM	AUTAZES	R$ 3.165,20	R$ -	R$ 3.165,20	R$ 3.165,20	R$ 37.982,40	R$ 41.147,60
13.706.157/0001-89	AM	BARCELOS	R$ 2.200,16	R$ -	R$ 2.200,16	R$ 2.200,16	R$ 26.401,92	R$ 28.602,08
11.911.964/0001-08	AM	BARREIRINHA	R$ 2.563,28	R$ -	R$ 2.563,28	R$ 2.563,28	R$ 30.759,36	R$ 33.322,64
12.507.101/0001-32	AM	BENJAMIN CONSTANT	R$ 3.438,72	R$ -	R$ 3.438,72	R$ 3.438,72	R$ 41.264,64	R$ 44.703,36
12.795.862/0001-37	AM	BERURI	R$ 1.574,32	R$ -	R$ 1.574,32	R$ 1.574,32	R$ 18.891,84	R$ 20.466,16
11.874.038/0001-00	AM	BOA VISTA DO RAMOS	R$ 1.536,56	R$ -	R$ 1.536,56	R$ 1.536,56	R$ 18.438,72	R$ 19.975,28
12.750.099/0001-28	AM	BOCA DO ACRE	R$ 2.744,64	R$ -	R$ 2.744,64	R$ 2.744,64	R$ 32.935,68	R$ 35.680,32
10.471.924/0001-20	AM	BORBA	R$ 3.292,88	R$ -	R$ 3.292,88	R$ 3.292,88	R$ 39.514,56	R$ 42.807,44
11.639.967/0001-34	AM	CAAPIRANGA	R$ 1.046,48	R$ -	R$ 1.046,48	R$ 1.046,48	R$ 12.557,76	R$ 13.604,24
09.601.841/0001-29	AM	CANUTAMA	R$ 1.250,32	R$ -	R$ 1.250,32	R$ 1.250,32	R$ 15.003,84	R$ 16.254,16
14.090.756/0001-83	AM	CARAUARI	R$ 2.263,52	R$ -	R$ 2.263,52	R$ 2.263,52	R$ 27.162,24	R$ 29.425,76
12.698.436/0001-85	AM	CAREIRO	R$ 3.029,52	R$ -	R$ 3.029,52	R$ 3.029,52	R$ 36.354,24	R$ 39.383,76
13.701.515/0001-60	AM	CAREIRO DA VARZEA	R$ 2.418,00	R$ -	R$ 2.418,00	R$ 2.418,00	R$ 29.016,00	R$ 31.434,00
11.510.924/0001-54	AM	COARI	R$ 6.807,76	R$ -	R$ 6.807,76	R$ 6.807,76	R$ 81.693,12	R$ 88.500,88
13.885.137/0001-12	AM	CODAJAS	R$ 2.290,96	R$ -	R$ 2.290,96	R$ 2.290,96	R$ 27.491,52	R$ 29.782,48
12.135.459/0001-81	AM	EIRUNEPE	R$ 2.821,84	R$ -	R$ 2.821,84	R$ 2.821,84	R$ 33.862,08	R$ 36.683,92
13.882.761/0001-66	AM	ENVIRA	R$ 1.602,64	R$ -	R$ 1.602,64	R$ 1.602,64	R$ 19.231,68	R$ 20.834,32
12.993.727/0001-04	AM	FONTE BOA	R$ 1.840,88	R$ -	R$ 1.840,88	R$ 1.840,88	R$ 22.090,56	R$ 23.931,44
11.751.227/0001-95	AM	GUAJARA	R$ 1.334,24	R$ -	R$ 1.334,24	R$ 1.334,24	R$ 16.010,88	R$ 17.345,12
11.813.811/0001-28	AM	HUMAITA	R$ 4.364,03	R$ -	R$ 4.364,03	R$ 4.364,03	R$ 52.368,36	R$ 56.732,39
13.709.333/0001-36	AM	IPIXUNA	R$ 2.397,96	R$ -	R$ 2.397,96	R$ 2.397,96	R$ 28.775,52	R$ 31.173,48
12.699.291/0001-37	AM	IRANDUBA	R$ 3.826,53	R$ -	R$ 3.826,53	R$ 3.826,53	R$ 45.918,36	R$ 49.744,89
13.639.469/0001-17	AM	ITACOATIARA	R$ 8.029,01	R$ -	R$ 8.029,01	R$ 8.029,01	R$ 96.348,12	R$ 104.377,13
13.968.738/0001-99	AM	ITAMARATI	R$ 634,12	R$ -	R$ 634,12	R$ 634,12	R$ 7.609,44	R$ 8.243,56
11.620.280/0001-57	AM	ITAPIRANGA	R$ 724,80	R$ -	R$ 724,80	R$ 724,80	R$ 8.697,60	R$ 9.422,40
12.245.586/0001-33	AM	JAPURA	R$ 591,04	R$ -	R$ 591,04	R$ 591,04	R$ 7.092,48	R$ 7.683,52
12.150.282/0001-92	AM	JURUA	R$ 1.176,96	R$ -	R$ 1.176,96	R$ 1.176,96	R$ 14.123,52	R$ 15.300,48
11.636.170/0001-83	AM	JUTAI	R$ 1.451,60	R$ -	R$ 1.451,60	R$ 1.451,60	R$ 17.419,20	R$ 18.870,80
07.783.123/0001-95	AM	LABREA	R$ 3.685,52	R$ -	R$ 3.685,52	R$ 3.685,52	R$ 44.226,24	R$ 47.911,76
12.334.812/0001-52	AM	MANACAPURU	R$ 7.715,25	R$ -	R$ 7.715,25	R$ 7.715,25	R$ 92.583,00	R$ 100.298,25
12.125.608/0001-21	AM	MANAQUIRI	R$ 2.568,40	R$ -	R$ 2.568,40	R$ 2.568,40	R$ 30.820,80	R$ 33.389,20
07.583.812/0001-56	AM	MANAUS	R$ 171.262,94	R$ -	R$ 171.262,94	R$ 171.262,94	R$ 2.055.155,28	R$ 2.226.418,22
13.583.393/0001-55	AM	MANICORE	R$ 4.460,08	R$ -	R$ 4.460,08	R$ 4.460,08	R$ 53.520,96	R$ 57.981,04
13.342.490/0001-56	AM	MARAA	R$ 1.471,94	R$ -	R$ 1.471,94	R$ 1.471,94	R$ 17.663,28	R$ 19.135,22
11.793.392/0001-00	AM	MAUES	R$ 5.112,40	R$ -	R$ 5.112,40	R$ 5.112,40	R$ 61.348,80	R$ 66.461,20

11.700.992/0001-86	AM	NHAMUNDA	R$ 1.693,84	R$ -	R$ 1.693,84	R$ 1.693,84	R$ 20.326,08	R$ 22.019,92
11.880.009/0001-50	AM	NOVA OLINDA DO NORTE	R$ 2.990,24	R$ -	R$ 2.990,24	R$ 2.990,24	R$ 35.882,88	R$ 38.873,12
13.889.703/0001-64	AM	NOVO AIRAO	R$ 1.556,32	R$ -	R$ 1.556,32	R$ 1.556,32	R$ 18.675,84	R$ 20.232,16
14.136.159/0001-42	AM	NOVO ARIPUANA	R$ 2.051,52	R$ -	R$ 2.051,52	R$ 2.051,52	R$ 24.618,24	R$ 26.669,76
11.429.713/0001-91	AM	PARINTINS	R$ 9.053,94	R$ -	R$ 9.053,94	R$ 9.053,94	R$ 108.647,28	R$ 117.701,22
12.726.459/0001-56	AM	PAUINI	R$ 1.569,02	R$ -	R$ 1.569,02	R$ 1.569,02	R$ 18.828,24	R$ 20.397,26
12.804.343/0001-98	AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	R$ 2.874,41	R$ -	R$ 2.874,41	R$ 2.874,41	R$ 34.492,92	R$ 37.367,33
13.284.015/0001-70	AM	RIO PRETO DA EVA	R$ 2.642,11	R$ -	R$ 2.642,11	R$ 2.642,11	R$ 31.705,32	R$ 34.347,43
12.975.668/0001-33	AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	R$ 2.031,83	R$ -	R$ 2.031,83	R$ 2.031,83	R$ 24.381,96	R$ 26.413,79
12.404.982/0001-66	AM	SANTO ANTONIO DO ICA	R$ 2.451,43	R$ -	R$ 2.451,43	R$ 2.451,43	R$ 29.417,16	R$ 31.868,59
12.797.479/0001-18	AM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	R$ 3.610,07	R$ -	R$ 3.610,07	R$ 3.610,07	R$ 43.320,84	R$ 46.930,91
12.093.683/0001-58	AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	R$ 3.143,92	R$ -	R$ 3.143,92	R$ 3.143,92	R$ 37.727,04	R$ 40.870,96
12.446.725/0001-97	AM	SAO SEBASTIAO DO UATUMA	R$ 1.121,60	R$ -	R$ 1.121,60	R$ 1.121,60	R$ 13.459,20	R$ 14.580,80
13.764.128/0001-73	AM	SILVES	R$ 726,63	R$ -	R$ 726,63	R$ 726,63	R$ 8.719,56	R$ 9.446,19
12.629.603/0001-36	AM	TABATINGA	R$ 5.216,87	R$ -	R$ 5.216,87	R$ 5.216,87	R$ 62.602,44	R$ 67.819,31
13.851.846/0001-87	AM	TAPAUA	R$ 1.590,72	R$ -	R$ 1.590,72	R$ 1.590,72	R$ 19.088,64	R$ 20.679,36
07.807.682/0001-98	AM	TEFE	R$ 5.123,93	R$ -	R$ 5.123,93	R$ 5.123,93	R$ 61.487,16	R$ 66.611,09
12.462.308/0001-38	AM	TONANTINS	R$ 1.622,88	R$ -	R$ 1.622,88	R$ 1.622,88	R$ 19.474,56	R$ 21.097,44
13.865.904/0001-21	AM	UARINI	R$ 1.083,20	R$ -	R$ 1.083,20	R$ 1.083,20	R$ 12.998,40	R$ 14.081,60
14.991.355/0001-02	AM	URUCARA	R$ 1.287,98	R$ -	R$ 1.287,98	R$ 1.287,98	R$ 15.455,76	R$ 16.743,74
11.863.309/0001-21	AM	URUCURITUBA	R$ 1.845,20	R$ -	R$ 1.845,20	R$ 1.845,20	R$ 22.142,40	R$ 23.987,60
11.739.074/0001-60	AP	AMAPA	R$ 721,71	R$ -	R$ 721,71	R$ 721,71	R$ 8.660,52	R$ 9.382,23
11.694.812/0001-09	AP	CALCOENE	R$ 880,81	R$ -	R$ 880,81	R$ 880,81	R$ 10.569,72	R$ 11.450,53
12.008.067/0001-51	AP	CUTIAS	R$ 474,04	R$ -	R$ 474,04	R$ 474,04	R$ 5.688,48	R$ 6.162,52
11.850.721/0001-07	AP	FERREIRA GOMES	R$ 616,42	R$ -	R$ 616,42	R$ 616,42	R$ 7.397,04	R$ 8.013,46
13.750.982/0001-80	AP	ITAUBAL	R$ 440,24	R$ -	R$ 440,24	R$ 440,24	R$ 5.282,88	R$ 5.723,12
11.707.402/0001-47	AP	LARANJAL DO JARI	R$ 3.994,02	R$ -	R$ 3.994,02	R$ 3.994,02	R$ 47.928,24	R$ 51.922,26
18.604.334/0001-30	AP	MACAPA	R$ 39.491,81	R$ -	R$ 39.491,81	R$ 39.491,81	R$ 473.901,72	R$ 513.393,53
11.347.306/0001-35	AP	MAZAGAO	R$ 1.730,56	R$ -	R$ 1.730,56	R$ 1.730,56	R$ 20.766,72	R$ 22.497,28
12.250.723/0001-28	AP	OIAPOQUE	R$ 2.160,62	R$ -	R$ 2.160,62	R$ 2.160,62	R$ 25.927,44	R$ 28.088,06
11.831.471/0001-68	AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	R$ 1.307,47	R$ -	R$ 1.307,47	R$ 1.307,47	R$ 15.689,64	R$ 16.997,11
11.844.616/0001-65	AP	PORTO GRANDE	R$ 1.740,78	R$ -	R$ 1.740,78	R$ 1.740,78	R$ 20.889,36	R$ 22.630,14
11.894.261/0001-19	AP	PRACUUBA	R$ 405,66	R$ -	R$ 405,66	R$ 405,66	R$ 4.867,92	R$ 5.273,58
11.193.442/0001-18	AP	SANTANA	R$ 9.615,76	R$ -	R$ 9.615,76	R$ 9.615,76	R$ 115.389,12	R$ 125.004,88
11.840.565/0001-01	AP	SERRA DO NAVIO	R$ 423,46	R$ -	R$ 423,46	R$ 423,46	R$ 5.081,52	R$ 5.504,98
13.991.993/0001-52	AP	TARTARUGALZINHO	R$ 1.385,20	R$ -	R$ 1.385,20	R$ 1.385,20	R$ 16.622,40	R$ 18.007,60
12.456.167/0001-40	AP	VITORIA DO JARI	R$ 1.262,23	R$ -	R$ 1.262,23	R$ 1.262,23	R$ 15.146,76	R$ 16.408,99
09.688.176/0001-52	BA	ABAIRA	R$ 692,40	R$ -	R$ 692,40	R$ 692,40	R$ 8.308,80	R$ 9.001,20
10.235.493/0001-00	BA	ABARE	R$ 1.606,88	R$ -	R$ 1.606,88	R$ 1.606,88	R$ 19.282,56	R$ 20.889,44
13.601.234/0001-36	BA	ACAJUTIBA	R$ 1.212,72	R$ -	R$ 1.212,72	R$ 1.212,72	R$ 14.552,64	R$ 15.765,36
11.650.248/0001-14	BA	ADUSTINA	R$ 1.363,20	R$ -	R$ 1.363,20	R$ 1.363,20	R$ 16.358,40	R$ 17.721,60
13.900.292/0001-60	BA	AGUA FRIA	R$ 1.357,60	R$ -	R$ 1.357,60	R$ 1.357,60	R$ 16.291,20	R$ 17.648,80
13.009.299/0001-97	BA	AIQUARA	R$ 428,88	R$ -	R$ 428,88	R$ 428,88	R$ 5.146,56	R$ 5.575,44
11.325.698/0001-31	BA	ALAGOINHAS	R$ 12.011,07	R$ -	R$ 12.011,07	R$ 12.011,07	R$ 144.132,84	R$ 156.143,91
11.431.690/0001-50	BA	ALCOBACA	R$ 1.780,32	R$ -	R$ 1.780,32	R$ 1.780,32	R$ 21.363,84	R$ 23.144,16
11.599.197/0001-43	BA	ALMADINA	R$ 529,68	R$ -	R$ 529,68	R$ 529,68	R$ 6.356,16	R$ 6.885,84
97.553.416/0001-79	BA	AMARGOSA	R$ 2.950,63	R$ -	R$ 2.950,63	R$ 2.950,63	R$ 35.407,56	R$ 38.358,19
12.426.325/0001-10	BA	AMELIA RODRIGUES	R$ 1.988,85	R$ -	R$ 1.988,85	R$ 1.988,85	R$ 23.866,20	R$ 25.855,05
13.813.887/0001-89	BA	AMERICA DOURADA	R$ 1.287,52	R$ -	R$ 1.287,52	R$ 1.287,52	R$ 15.450,24	R$ 16.737,76
11.076.656/0001-04	BA	ANAGE	R$ 2.020,96	R$ -	R$ 2.020,96	R$ 2.020,96	R$ 24.251,52	R$ 26.272,48

11.690.819/0001-44	BA	ANDARAI	R$ 1.168,72	R$ -	R$ 1.168,72	R$ 1.168,72	R$ 14.024,64	R$ 15.193,36
11.413.442/0001-86	BA	ANDORINHA	R$ 1.167,60	R$ -	R$ 1.167,60	R$ 1.167,60	R$ 14.011,20	R$ 15.178,80
09.306.394/0001-85	BA	ANGICAL	R$ 1.203,59	R$ -	R$ 1.203,59	R$ 1.203,59	R$ 14.443,08	R$ 15.646,67
12.755.472/0001-33	BA	ANGUERA	R$ 897,68	R$ -	R$ 897,68	R$ 897,68	R$ 10.772,16	R$ 11.669,84
11.454.934/0001-10	BA	ANTAS	R$ 1.543,28	R$ -	R$ 1.543,28	R$ 1.543,28	R$ 18.519,36	R$ 20.062,64
12.461.746/0001-81	BA	ANTONIO CARDOSO	R$ 1.007,12	R$ -	R$ 1.007,12	R$ 1.007,12	R$ 12.085,44	R$ 13.092,56
10.645.987/0001-55	BA	ANTONIO GONCALVES	R$ 943,84	R$ -	R$ 943,84	R$ 943,84	R$ 11.326,08	R$ 12.269,92
11.257.998/0001-20	BA	APORA	R$ 1.537,84	R$ -	R$ 1.537,84	R$ 1.537,84	R$ 18.454,08	R$ 19.991,92
11.398.234/0001-55	BA	APUAREMA	R$ 586,40	R$ -	R$ 586,40	R$ 586,40	R$ 7.036,80	R$ 7.623,20
11.533.245/0001-09	BA	ARACAS	R$ 974,16	R$ -	R$ 974,16	R$ 974,16	R$ 11.689,92	R$ 12.664,08
11.656.635/0001-68	BA	ARACATU	R$ 1.145,28	R$ -	R$ 1.145,28	R$ 1.145,28	R$ 13.743,36	R$ 14.888,64
09.291.555/0001-04	BA	ARACI	R$ 4.350,32	R$ -	R$ 4.350,32	R$ 4.350,32	R$ 52.203,84	R$ 56.554,16
13.768.532/0001-15	BA	ARAMARI	R$ 911,76	R$ -	R$ 911,76	R$ 911,76	R$ 10.941,12	R$ 11.852,88
13.813.192/0001-05	BA	ARATACA	R$ 881,52	R$ -	R$ 881,52	R$ 881,52	R$ 10.578,24	R$ 11.459,76
11.412.421/0001-46	BA	ARATUIPE	R$ 706,00	R$ -	R$ 706,00	R$ 706,00	R$ 8.472,00	R$ 9.178,00
11.493.886/0001-79	BA	AURELINO LEAL	R$ 1.142,40	R$ -	R$ 1.142,40	R$ 1.142,40	R$ 13.708,80	R$ 14.851,20
11.283.327/0001-34	BA	BAIANOPOLIS	R$ 1.110,16	R$ -	R$ 1.110,16	R$ 1.110,16	R$ 13.321,92	R$ 14.432,08
11.573.200/0001-50	BA	BAIXA GRANDE	R$ 1.637,44	R$ -	R$ 1.637,44	R$ 1.637,44	R$ 19.649,28	R$ 21.286,72
11.303.247/0001-01	BA	BANZAE	R$ 1.058,32	R$ -	R$ 1.058,32	R$ 1.058,32	R$ 12.699,84	R$ 13.758,16
10.444.584/0001-48	BA	BARRA	R$ 4.286,24	R$ -	R$ 4.286,24	R$ 4.286,24	R$ 51.434,88	R$ 55.721,12
10.601.785/0001-01	BA	BARRA DA ESTIVA	R$ 1.778,56	R$ -	R$ 1.778,56	R$ 1.778,56	R$ 21.342,72	R$ 23.121,28
11.242.110/0001-86	BA	BARRA DO CHOCA	R$ 2.806,72	R$ -	R$ 2.806,72	R$ 2.806,72	R$ 33.680,64	R$ 36.487,36
11.662.191/0001-73	BA	BARRA DO MENDES	R$ 1.098,53	R$ -	R$ 1.098,53	R$ 1.098,53	R$ 13.182,36	R$ 14.280,89
10.790.994/0001-40	BA	BARRA DO ROCHA	R$ 507,04	R$ -	R$ 507,04	R$ 507,04	R$ 6.084,48	R$ 6.591,52
08.595.187/0001-25	BA	BARREIRAS	R$ 12.195,98	R$ -	R$ 12.195,98	R$ 12.195,98	R$ 146.351,76	R$ 158.547,74
11.429.756/0001-77	BA	BARRO ALTO	R$ 1.182,99	R$ -	R$ 1.182,99	R$ 1.182,99	R$ 14.195,88	R$ 15.378,87
11.516.078/0001-80	BA	BARRO PRETO	R$ 508,42	R$ -	R$ 508,42	R$ 508,42	R$ 6.101,04	R$ 6.609,46
13.859.767/0001-12	BA	BARROCAS	R$ 1.265,95	R$ -	R$ 1.265,95	R$ 1.265,95	R$ 15.191,40	R$ 16.457,35
12.162.235/0001-69	BA	BELMONTE	R$ 1.866,24	R$ -	R$ 1.866,24	R$ 1.866,24	R$ 22.394,88	R$ 24.261,12
09.355.344/0001-98	BA	BELO CAMPO	R$ 1.376,88	R$ -	R$ 1.376,88	R$ 1.376,88	R$ 16.522,56	R$ 17.899,44
11.850.491/0001-86	BA	BIRITINGA	R$ 1.278,32	R$ -	R$ 1.278,32	R$ 1.278,32	R$ 15.339,84	R$ 16.618,16
11.896.996/0001-81	BA	BOA NOVA	R$ 1.234,16	R$ -	R$ 1.234,16	R$ 1.234,16	R$ 14.809,92	R$ 16.044,08
13.862.190/0001-06	BA	BOA VISTA DO TUPIM	R$ 1.486,08	R$ -	R$ 1.486,08	R$ 1.486,08	R$ 17.832,96	R$ 19.319,04
11.096.167/0001-14	BA	BOM JESUS DA LAPA	R$ 5.478,65	R$ -	R$ 5.478,65	R$ 5.478,65	R$ 65.743,80	R$ 71.222,45
11.834.940/0001-00	BA	BOM JESUS DA SERRA	R$ 790,40	R$ -	R$ 790,40	R$ 790,40	R$ 9.484,80	R$ 10.275,20
13.066.068/0001-15	BA	BONINAL	R$ 1.138,39	R$ -	R$ 1.138,39	R$ 1.138,39	R$ 13.660,68	R$ 14.799,07
11.323.301/0001-72	BA	BONITO	R$ 1.341,12	R$ -	R$ 1.341,12	R$ 1.341,12	R$ 16.093,44	R$ 17.434,56
11.527.599/0001-32	BA	BOQUIRA	R$ 1.704,10	R$ -	R$ 1.704,10	R$ 1.704,10	R$ 20.449,20	R$ 22.153,30
11.352.889/0001-92	BA	BOTUPORA	R$ 884,00	R$ -	R$ 884,00	R$ 884,00	R$ 10.608,00	R$ 11.492,00
11.426.748/0001-77	BA	BREJOES	R$ 1.143,60	R$ -	R$ 1.143,60	R$ 1.143,60	R$ 13.723,20	R$ 14.866,80
11.235.482/0001-85	BA	BREJOLANDIA	R$ 844,56	R$ -	R$ 844,56	R$ 844,56	R$ 10.134,72	R$ 10.979,28
11.419.963/0001-40	BA	BROTAS DE MACAUBAS	R$ 883,92	R$ -	R$ 883,92	R$ 883,92	R$ 10.607,04	R$ 11.490,96
13.759.150/0001-25	BA	BRUMADO	R$ 5.323,91	R$ -	R$ 5.323,91	R$ 5.323,91	R$ 63.886,92	R$ 69.210,83
13.558.360/0001-55	BA	BUERAREMA	R$ 1.650,38	R$ -	R$ 1.650,38	R$ 1.650,38	R$ 19.804,56	R$ 21.454,94
12.308.501/0001-19	BA	BURITIRAMA	R$ 1.693,92	R$ -	R$ 1.693,92	R$ 1.693,92	R$ 20.327,04	R$ 22.020,96
12.091.398/0001-06	BA	CAATIBA	R$ 881,28	R$ -	R$ 881,28	R$ 881,28	R$ 10.575,36	R$ 11.456,64
11.463.377/0001-01	BA	CABACEIRAS DO PARAGUACU	R$ 1.504,56	R$ -	R$ 1.504,56	R$ 1.504,56	R$ 18.054,72	R$ 19.559,28
11.318.061/0001-18	BA	CACHOEIRA	R$ 2.651,85	R$ -	R$ 2.651,85	R$ 2.651,85	R$ 31.822,20	R$ 34.474,05
12.419.478/0001-30	BA	CACULE	R$ 1.835,78	R$ -	R$ 1.835,78	R$ 1.835,78	R$ 22.029,36	R$ 23.865,14
10.280.549/0001-30	BA	CAEM	R$ 815,04	R$ -	R$ 815,04	R$ 815,04	R$ 9.780,48	R$ 10.595,52
12.646.157/0001-78	BA	CAETANOS	R$ 1.283,60	R$ -	R$ 1.283,60	R$ 1.283,60	R$ 15.403,20	R$ 16.686,80
11.418.640/0001-32	BA	CAETITE	R$ 4.038,79	R$ -	R$ 4.038,79	R$ 4.038,79	R$ 48.465,48	R$ 52.504,27

13.770.489/0001-22	BA	CAFARNAUM	R$ 1.474,96	R$ -	R$ 1.474,96	R$ 1.474,96	R$ 17.699,52	R$ 19.174,48
11.406.106/0001-06	BA	CAIRU	R$ 1.440,10	R$ -	R$ 1.440,10	R$ 1.440,10	R$ 17.281,20	R$ 18.721,30
13.832.465/0001-50	BA	CALDEIRAO GRANDE	R$ 1.066,16	R$ -	R$ 1.066,16	R$ 1.066,16	R$ 12.793,92	R$ 13.860,08
09.466.021/0001-71	BA	CAMACAN	R$ 2.559,04	R$ -	R$ 2.559,04	R$ 2.559,04	R$ 30.708,48	R$ 33.267,52
11.432.780/0001-65	BA	CAMACARI	R$ 23.700,46	R$ -	R$ 23.700,46	R$ 23.700,46	R$ 284.405,52	R$ 308.105,98
11.514.326/0001-53	BA	CAMAMU	R$ 2.825,28	R$ -	R$ 2.825,28	R$ 2.825,28	R$ 33.903,36	R$ 36.728,64
11.920.484/0001-03	BA	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	R$ 2.303,84	R$ -	R$ 2.303,84	R$ 2.303,84	R$ 27.646,08	R$ 29.949,92
11.629.975/0001-08	BA	CAMPO FORMOSO	R$ 5.696,48	R$ -	R$ 5.696,48	R$ 5.696,48	R$ 68.357,76	R$ 74.054,24
12.442.432/0001-31	BA	CANAPOLIS	R$ 890,88	R$ -	R$ 890,88	R$ 890,88	R$ 10.690,56	R$ 11.581,44
11.457.534/0001-68	BA	CANARANA	R$ 2.094,08	R$ -	R$ 2.094,08	R$ 2.094,08	R$ 25.128,96	R$ 27.223,04
12.744.741/0001-66	BA	CANAVIEIRAS	R$ 2.963,28	R$ -	R$ 2.963,28	R$ 2.963,28	R$ 35.559,36	R$ 38.522,64
13.713.947/0001-91	BA	CANDEAL	R$ 724,00	R$ -	R$ 724,00	R$ 724,00	R$ 8.688,00	R$ 9.412,00
10.869.131/0001-63	BA	CANDEIAS	R$ 6.899,10	R$ -	R$ 6.899,10	R$ 6.899,10	R$ 82.789,20	R$ 89.688,30
11.634.059/0001-58	BA	CANDIBA	R$ 1.145,52	R$ -	R$ 1.145,52	R$ 1.145,52	R$ 13.746,24	R$ 14.891,76
12.244.652/0001-50	BA	CANDIDO SALES	R$ 2.198,42	R$ -	R$ 2.198,42	R$ 2.198,42	R$ 26.381,04	R$ 28.579,46
11.722.278/0001-99	BA	CANSANCAO	R$ 2.786,72	R$ -	R$ 2.786,72	R$ 2.786,72	R$ 33.440,64	R$ 36.227,36
12.033.998/0001-00	BA	CANUDOS	R$ 1.333,44	R$ -	R$ 1.333,44	R$ 1.333,44	R$ 16.001,28	R$ 17.334,72
11.286.393/0001-68	BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE	R$ 1.025,92	R$ -	R$ 1.025,92	R$ 1.025,92	R$ 12.311,04	R$ 13.336,96
11.390.971/0001-01	BA	CAPIM GROSSO	R$ 2.429,37	R$ -	R$ 2.429,37	R$ 2.429,37	R$ 29.152,44	R$ 31.581,81
10.410.738/0001-80	BA	CARAIBAS	R$ 839,60	R$ -	R$ 839,60	R$ 839,60	R$ 10.075,20	R$ 10.914,80
11.480.871/0001-76	BA	CARAVELAS	R$ 1.744,34	R$ -	R$ 1.744,34	R$ 1.744,34	R$ 20.932,08	R$ 22.676,42
11.367.682/0001-91	BA	CARDEAL DA SILVA	R$ 743,60	R$ -	R$ 743,60	R$ 743,60	R$ 8.923,20	R$ 9.666,80
11.747.165/0001-48	BA	CARINHANHA	R$ 2.321,44	R$ -	R$ 2.321,44	R$ 2.321,44	R$ 27.857,28	R$ 30.178,72
11.696.710/0001-14	BA	CASA NOVA	R$ 5.757,52	R$ -	R$ 5.757,52	R$ 5.757,52	R$ 69.090,24	R$ 74.847,76
11.077.024/0001-65	BA	CASTRO ALVES	R$ 2.080,92	R$ -	R$ 2.080,92	R$ 2.080,92	R$ 24.971,04	R$ 27.051,96
11.281.576/0001-90	BA	CATOLANDIA	R$ 324,72	R$ -	R$ 324,72	R$ 324,72	R$ 3.896,64	R$ 4.221,36
12.313.047/0001-94	BA	CATU	R$ 4.334,24	R$ -	R$ 4.334,24	R$ 4.334,24	R$ 52.010,88	R$ 56.345,12
11.454.947/0001-99	BA	CATURAMA	R$ 746,32	R$ -	R$ 746,32	R$ 746,32	R$ 8.955,84	R$ 9.702,16
17.332.026/0001-30	BA	CENTRAL	R$ 1.381,28	R$ -	R$ 1.381,28	R$ 1.381,28	R$ 16.575,36	R$ 17.956,64
13.938.013/0001-58	BA	CHORROCHO	R$ 885,56	R$ -	R$ 885,56	R$ 885,56	R$ 10.626,72	R$ 11.512,28
11.642.796/0001-00	BA	CICERO DANTAS	R$ 2.601,20	R$ -	R$ 2.601,20	R$ 2.601,20	R$ 31.214,40	R$ 33.815,60
11.268.456/0001-53	BA	CIPO	R$ 1.370,69	R$ -	R$ 1.370,69	R$ 1.370,69	R$ 16.448,28	R$ 17.818,97
11.361.260/0001-09	BA	COARACI	R$ 1.764,79	R$ -	R$ 1.764,79	R$ 1.764,79	R$ 21.177,48	R$ 22.942,27
11.951.872/0001-51	BA	COCOS	R$ 1.502,16	R$ -	R$ 1.502,16	R$ 1.502,16	R$ 18.025,92	R$ 19.528,08
12.022.576/0001-39	BA	CONCEICAO DA FEIRA	R$ 1.789,11	R$ -	R$ 1.789,11	R$ 1.789,11	R$ 21.469,32	R$ 23.258,43
12.697.713/0001-35	BA	CONCEICAO DO ALMEIDA	R$ 1.366,49	R$ -	R$ 1.366,49	R$ 1.366,49	R$ 16.397,88	R$ 17.764,37
11.734.182/0001-40	BA	CONCEICAO DO COITE	R$ 5.277,72	R$ -	R$ 5.277,72	R$ 5.277,72	R$ 63.332,64	R$ 68.610,36
11.322.978/0001-96	BA	CONCEICAO DO JACUIPE	R$ 2.626,74	R$ -	R$ 2.626,74	R$ 2.626,74	R$ 31.520,88	R$ 34.147,62
11.498.835/0001-30	BA	CONDE	R$ 2.066,96	R$ -	R$ 2.066,96	R$ 2.066,96	R$ 24.803,52	R$ 26.870,48
11.740.512/0001-00	BA	CONDEUBA	R$ 1.379,76	R$ -	R$ 1.379,76	R$ 1.379,76	R$ 16.557,12	R$ 17.936,88
11.430.861/0001-26	BA	CONTENDAS DO SINCORA	R$ 371,04	R$ -	R$ 371,04	R$ 371,04	R$ 4.452,48	R$ 4.823,52
11.805.839/0001-13	BA	CORACAO DE MARIA	R$ 1.808,40	R$ -	R$ 1.808,40	R$ 1.808,40	R$ 21.700,80	R$ 23.509,20
11.342.536/0001-01	BA	CORDEIROS	R$ 689,12	R$ -	R$ 689,12	R$ 689,12	R$ 8.269,44	R$ 8.958,56
11.254.491/0001-13	BA	CORIBE	R$ 1.124,60	R$ -	R$ 1.124,60	R$ 1.124,60	R$ 13.495,20	R$ 14.619,80
11.230.759/0001-87	BA	CORONEL JOAO SA	R$ 1.472,64	R$ -	R$ 1.472,64	R$ 1.472,64	R$ 17.671,68	R$ 19.144,32
11.392.190/0001-56	BA	CORRENTINA	R$ 2.546,24	R$ -	R$ 2.546,24	R$ 2.546,24	R$ 30.554,88	R$ 33.101,12
10.413.214/0001-43	BA	COTEGIPE	R$ 1.102,56	R$ -	R$ 1.102,56	R$ 1.102,56	R$ 13.230,72	R$ 14.333,28
11.496.506/0001-50	BA	CRAVOLANDIA	R$ 427,92	R$ -	R$ 427,92	R$ 427,92	R$ 5.135,04	R$ 5.562,96
11.125.012/0001-69	BA	CRISOPOLIS	R$ 1.688,24	R$ -	R$ 1.688,24	R$ 1.688,24	R$ 20.258,88	R$ 21.947,12
09.551.251/0001-39	BA	CRISTOPOLIS	R$ 1.102,10	R$ -	R$ 1.102,10	R$ 1.102,10	R$ 13.225,20	R$ 14.327,30
11.429.927/0001-68	BA	CRUZ DAS ALMAS	R$ 5.010,47	R$ -	R$ 5.010,47	R$ 5.010,47	R$ 60.125,64	R$ 65.136,11
11.485.866/0001-56	BA	CURACA	R$ 2.776,00	R$ -	R$ 2.776,00	R$ 2.776,00	R$ 33.312,00	R$ 36.088,00
11.383.499/0001-80	BA	DARIO MEIRA	R$ 1.008,72	R$ -	R$ 1.008,72	R$ 1.008,72	R$ 12.104,64	R$ 13.113,36
12.284.122/0001-36	BA	DIAS D'AVILA	R$ 6.424,74	R$ -	R$ 6.424,74	R$ 6.424,74	R$ 77.096,88	R$ 83.521,62
97.551.413/0001-04	BA	DOM BASILIO	R$ 975,92	R$ -	R$ 975,92	R$ 975,92	R$ 11.711,04	R$ 12.686,96

11.258.678/0001-95	BA	DOM MACEDO COSTA	R$ 321,52	R$ -	R$ 321,52	R$ 321,52	R$ 3.858,24	R$ 4.179,76
12.084.013/0001-75	BA	ELISIO MEDRADO	R$ 643,51	R$ -	R$ 643,51	R$ 643,51	R$ 7.722,12	R$ 8.365,63
11.550.476/0001-12	BA	ENCRUZILHADA	R$ 1.917,44	R$ -	R$ 1.917,44	R$ 1.917,44	R$ 23.009,28	R$ 24.926,72
13.612.531/0001-87	BA	ENTRE RIOS	R$ 3.310,26	R$ -	R$ 3.310,26	R$ 3.310,26	R$ 39.723,12	R$ 43.033,38
11.243.801/0001-02	BA	ERICO CARDOSO	R$ 848,80	R$ -	R$ 848,80	R$ 848,80	R$ 10.185,60	R$ 11.034,40
11.367.465/0001-00	BA	ESPLANADA	R$ 2.978,96	R$ -	R$ 2.978,96	R$ 2.978,96	R$ 35.747,52	R$ 38.726,48
13.830.236/0001-05	BA	EUCLIDES DA CUNHA	R$ 4.846,80	R$ -	R$ 4.846,80	R$ 4.846,80	R$ 58.161,60	R$ 63.008,40
13.879.364/0001-35	BA	EUNAPOLIS	R$ 8.983,18	R$ -	R$ 8.983,18	R$ 8.983,18	R$ 107.798,16	R$ 116.781,34
11.484.552/0001-39	BA	FATIMA	R$ 1.576,24	R$ -	R$ 1.576,24	R$ 1.576,24	R$ 18.914,88	R$ 20.491,12
11.373.944/0001-20	BA	FEIRA DA MATA	R$ 524,96	R$ -	R$ 524,96	R$ 524,96	R$ 6.299,52	R$ 6.824,48
08.576.590/0001-07	BA	FEIRA DE SANTANA	R$ 48.243,80	R$ -	R$ 48.243,80	R$ 48.243,80	R$ 578.925,60	R$ 627.169,40
10.736.471/0001-16	BA	FILADELFIA	R$ 1.310,16	R$ -	R$ 1.310,16	R$ 1.310,16	R$ 15.721,92	R$ 17.032,08
11.417.885/0001-45	BA	FIRMINO ALVES	R$ 449,36	R$ -	R$ 449,36	R$ 449,36	R$ 5.392,32	R$ 5.841,68
11.581.218/0001-01	BA	FLORESTA AZUL	R$ 850,32	R$ -	R$ 850,32	R$ 850,32	R$ 10.203,84	R$ 11.054,16
09.505.077/0001-98	BA	FORMOSA DO RIO PRETO	R$ 2.027,59	R$ -	R$ 2.027,59	R$ 2.027,59	R$ 24.331,08	R$ 26.358,67
11.392.658/0001-02	BA	GANDU	R$ 2.567,31	R$ -	R$ 2.567,31	R$ 2.567,31	R$ 30.807,72	R$ 33.375,03
12.798.363/0001-01	BA	GAVIAO	R$ 357,04	R$ -	R$ 357,04	R$ 357,04	R$ 4.284,48	R$ 4.641,52
11.902.441/0001-03	BA	GENTIO DO OURO	R$ 898,64	R$ -	R$ 898,64	R$ 898,64	R$ 10.783,68	R$ 11.682,32
11.555.139/0001-18	BA	GLORIA	R$ 1.217,68	R$ -	R$ 1.217,68	R$ 1.217,68	R$ 14.612,16	R$ 15.829,84
12.769.464/0001-46	BA	GONGOGI	R$ 655,28	R$ -	R$ 655,28	R$ 655,28	R$ 7.863,36	R$ 8.518,64
11.285.204/0001-32	BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	R$ 1.641,82	R$ -	R$ 1.641,82	R$ 1.641,82	R$ 19.701,84	R$ 21.343,66
10.725.277/0001-35	BA	GUAJERU	R$ 803,12	R$ -	R$ 803,12	R$ 803,12	R$ 9.637,44	R$ 10.440,56
11.926.843/0001-30	BA	GUANAMBI	R$ 6.693,49	R$ -	R$ 6.693,49	R$ 6.693,49	R$ 80.321,88	R$ 87.015,37
09.676.159/0001-03	BA	GUARATINGA	R$ 1.836,80	R$ -	R$ 1.836,80	R$ 1.836,80	R$ 22.041,60	R$ 23.878,40
11.510.687/0001-21	BA	HELIOPOLIS	R$ 1.177,04	R$ -	R$ 1.177,04	R$ 1.177,04	R$ 14.124,48	R$ 15.301,52
12.287.402/0001-06	BA	IACU	R$ 2.288,16	R$ -	R$ 2.288,16	R$ 2.288,16	R$ 27.457,92	R$ 29.746,08
11.421.459/0001-85	BA	IBIASSUCE	R$ 819,01	R$ -	R$ 819,01	R$ 819,01	R$ 9.828,12	R$ 10.647,13
10.796.695/0001-13	BA	IBICARAI	R$ 1.946,62	R$ -	R$ 1.946,62	R$ 1.946,62	R$ 23.359,44	R$ 25.306,06
11.510.414/0001-87	BA	IBICOARA	R$ 1.565,68	R$ -	R$ 1.565,68	R$ 1.565,68	R$ 18.788,16	R$ 20.353,84
13.884.435/0001-98	BA	IBICUI	R$ 1.295,84	R$ -	R$ 1.295,84	R$ 1.295,84	R$ 15.550,08	R$ 16.845,92
11.457.129/0001-40	BA	IBIPEBA	R$ 1.442,87	R$ -	R$ 1.442,87	R$ 1.442,87	R$ 17.314,44	R$ 18.757,31
11.500.259/0001-18	BA	IBIPITANGA	R$ 1.192,16	R$ -	R$ 1.192,16	R$ 1.192,16	R$ 14.305,92	R$ 15.498,08
11.194.798/0001-76	BA	IBIQUERA	R$ 424,00	R$ -	R$ 424,00	R$ 424,00	R$ 5.088,00	R$ 5.512,00
12.184.475/0001-64	BA	IBIRAPITANGA	R$ 1.870,00	R$ -	R$ 1.870,00	R$ 1.870,00	R$ 22.440,00	R$ 24.310,00
13.111.837/0001-50	BA	IBIRAPUA	R$ 684,32	R$ -	R$ 684,32	R$ 684,32	R$ 8.211,84	R$ 8.896,16
11.415.500/0001-00	BA	IBIRATAIA	R$ 1.963,52	R$ -	R$ 1.963,52	R$ 1.963,52	R$ 23.562,24	R$ 25.525,76
11.390.964/0001-00	BA	IBITIARA	R$ 1.307,12	R$ -	R$ 1.307,12	R$ 1.307,12	R$ 15.685,44	R$ 16.992,56
12.918.197/0001-21	BA	IBITITA	R$ 1.537,87	R$ -	R$ 1.537,87	R$ 1.537,87	R$ 18.454,44	R$ 19.992,31
10.556.184/0001-24	BA	IBOTIRAMA	R$ 2.133,45	R$ -	R$ 2.133,45	R$ 2.133,45	R$ 25.601,40	R$ 27.734,85
12.671.904/0001-28	BA	ICHU	R$ 491,71	R$ -	R$ 491,71	R$ 491,71	R$ 5.900,52	R$ 6.392,23
10.421.872/0001-87	BA	IGAPORA	R$ 1.239,17	R$ -	R$ 1.239,17	R$ 1.239,17	R$ 14.870,04	R$ 16.109,21
11.474.820/0001-31	BA	IGRAPIUNA	R$ 1.143,04	R$ -	R$ 1.143,04	R$ 1.143,04	R$ 13.716,48	R$ 14.859,52
11.188.079/0001-42	BA	IGUAI	R$ 2.355,92	R$ -	R$ 2.355,92	R$ 2.355,92	R$ 28.271,04	R$ 30.626,96
08.663.203/0001-70	BA	ILHEUS	R$ 17.372,61	R$ -	R$ 17.372,61	R$ 17.372,61	R$ 208.471,32	R$ 225.843,93
12.092.015/0001-06	BA	INHAMBUPE	R$ 3.194,08	R$ -	R$ 3.194,08	R$ 3.194,08	R$ 38.328,96	R$ 41.523,04
13.883.049/0001-81	BA	IPECAETA	R$ 1.271,04	R$ -	R$ 1.271,04	R$ 1.271,04	R$ 15.252,48	R$ 16.523,52
11.208.165/0001-70	BA	IPIAU	R$ 3.634,55	R$ -	R$ 3.634,55	R$ 3.634,55	R$ 43.614,60	R$ 47.249,15
10.657.240/0001-17	BA	IPIRA	R$ 4.767,60	R$ -	R$ 4.767,60	R$ 4.767,60	R$ 57.211,20	R$ 61.978,80
12.211.436/0001-09	BA	IPUPIARA	R$ 789,20	R$ -	R$ 789,20	R$ 789,20	R$ 9.470,40	R$ 10.259,60
11.394.867/0001-95	BA	IRAJUBA	R$ 580,80	R$ -	R$ 580,80	R$ 580,80	R$ 6.969,60	R$ 7.550,40
11.280.990/0001-85	BA	IRAMAIA	R$ 1.203,60	R$ -	R$ 1.203,60	R$ 1.203,60	R$ 14.443,20	R$ 15.646,80
11.343.822/0001-91	BA	IRAQUARA	R$ 2.017,28	R$ -	R$ 2.017,28	R$ 2.017,28	R$ 24.207,36	R$ 26.224,64

11.300.002/0001-12	BA	IRARA	R$ 2.300,39	R$ -	R$ 2.300,39	R$ 2.300,39	R$ 27.604,68	R$ 29.905,07
13.799.700/0001-30	BA	IRECE	R$ 5.781,23	R$ -	R$ 5.781,23	R$ 5.781,23	R$ 69.374,76	R$ 75.155,99
11.413.577/0001-41	BA	ITABELA	R$ 2.446,72	R$ -	R$ 2.446,72	R$ 2.446,72	R$ 29.360,64	R$ 31.807,36
11.202.063/0001-47	BA	ITABERABA	R$ 5.109,51	R$ -	R$ 5.109,51	R$ 5.109,51	R$ 61.314,12	R$ 66.423,63
08.218.991/0001-95	BA	ITABUNA	R$ 16.729,80	R$ -	R$ 16.729,80	R$ 16.729,80	R$ 200.757,60	R$ 217.487,40
13.030.899/0001-37	BA	ITACARE	R$ 2.263,68	R$ -	R$ 2.263,68	R$ 2.263,68	R$ 27.164,16	R$ 29.427,84
11.245.691/0001-00	BA	ITAETE	R$ 1.284,48	R$ -	R$ 1.284,48	R$ 1.284,48	R$ 15.413,76	R$ 16.698,24
11.743.353/0001-06	BA	ITAGI	R$ 1.132,96	R$ -	R$ 1.132,96	R$ 1.132,96	R$ 13.595,52	R$ 14.728,48
11.343.380/0001-83	BA	ITAGIBA	R$ 1.327,20	R$ -	R$ 1.327,20	R$ 1.327,20	R$ 15.926,40	R$ 17.253,60
14.010.629/0001-27	BA	ITAGIMIRIM	R$ 544,24	R$ -	R$ 544,24	R$ 544,24	R$ 6.530,88	R$ 7.075,12
11.958.928/0001-08	BA	ITAGUACU DA BAHIA	R$ 1.154,32	R$ -	R$ 1.154,32	R$ 1.154,32	R$ 13.851,84	R$ 15.006,16
11.861.365/0001-27	BA	ITAJU DO COLONIA	R$ 616,48	R$ -	R$ 616,48	R$ 616,48	R$ 7.397,76	R$ 8.014,24
10.324.373/0001-71	BA	ITAJUIPE	R$ 1.639,28	R$ -	R$ 1.639,28	R$ 1.639,28	R$ 19.671,36	R$ 21.310,64
10.694.906/0001-07	BA	ITAMARAJU	R$ 5.109,28	R$ -	R$ 5.109,28	R$ 5.109,28	R$ 61.311,36	R$ 66.420,64
11.734.504/0001-51	BA	ITAMARI	R$ 702,48	R$ -	R$ 702,48	R$ 702,48	R$ 8.429,76	R$ 9.132,24
11.850.239/0001-77	BA	ITAMBE	R$ 2.840,96	R$ -	R$ 2.840,96	R$ 2.840,96	R$ 34.091,52	R$ 36.932,48
13.603.920/0001-46	BA	ITANAGRA	R$ 643,04	R$ -	R$ 643,04	R$ 643,04	R$ 7.716,48	R$ 8.359,52
11.874.277/0001-60	BA	ITANHEM	R$ 1.676,05	R$ -	R$ 1.676,05	R$ 1.676,05	R$ 20.112,60	R$ 21.788,65
13.838.688/0001-25	BA	ITAPARICA	R$ 1.761,14	R$ -	R$ 1.761,14	R$ 1.761,14	R$ 21.133,68	R$ 22.894,82
11.449.521/0001-47	BA	ITAPE	R$ 856,88	R$ -	R$ 856,88	R$ 856,88	R$ 10.282,56	R$ 11.139,44
10.887.185/0001-51	BA	ITAPEBI	R$ 960,24	R$ -	R$ 960,24	R$ 960,24	R$ 11.522,88	R$ 12.483,12
11.068.339/0001-46	BA	ITAPETINGA	R$ 6.033,19	R$ -	R$ 6.033,19	R$ 6.033,19	R$ 72.398,28	R$ 78.431,47
13.797.498/0001-07	BA	ITAPICURU	R$ 2.873,45	R$ -	R$ 2.873,45	R$ 2.873,45	R$ 34.481,40	R$ 37.354,85
11.353.036/0001-75	BA	ITAPITANGA	R$ 825,04	R$ -	R$ 825,04	R$ 825,04	R$ 9.900,48	R$ 10.725,52
11.153.875/0001-40	BA	ITAQUARA	R$ 665,52	R$ -	R$ 665,52	R$ 665,52	R$ 7.986,24	R$ 8.651,76
13.952.632/0001-05	BA	ITARANTIM	R$ 1.564,57	R$ -	R$ 1.564,57	R$ 1.564,57	R$ 18.774,84	R$ 20.339,41
12.635.854/0001-23	BA	ITATIM	R$ 1.158,96	R$ -	R$ 1.158,96	R$ 1.158,96	R$ 13.907,52	R$ 15.066,48
11.342.595/0001-80	BA	ITIRUCU	R$ 1.333,22	R$ -	R$ 1.333,22	R$ 1.333,22	R$ 15.998,64	R$ 17.331,86
12.377.521/0001-41	BA	ITIUBA	R$ 2.887,12	R$ -	R$ 2.887,12	R$ 2.887,12	R$ 34.645,44	R$ 37.532,56
11.228.937/0001-35	BA	ITORORO	R$ 1.630,56	R$ -	R$ 1.630,56	R$ 1.630,56	R$ 19.566,72	R$ 21.197,28
10.444.410/0001-85	BA	ITUACU	R$ 1.516,96	R$ -	R$ 1.516,96	R$ 1.516,96	R$ 18.203,52	R$ 19.720,48
11.240.999/0001-62	BA	ITUBERA	R$ 2.266,16	R$ -	R$ 2.266,16	R$ 2.266,16	R$ 27.193,92	R$ 29.460,08
10.540.906/0001-52	BA	IUIU	R$ 967,44	R$ -	R$ 967,44	R$ 967,44	R$ 11.609,28	R$ 12.576,72
11.428.493/0001-81	BA	JABORANDI	R$ 724,01	R$ -	R$ 724,01	R$ 724,01	R$ 8.688,12	R$ 9.412,13
11.901.856/0001-54	BA	JACARACI	R$ 1.187,36	R$ -	R$ 1.187,36	R$ 1.187,36	R$ 14.248,32	R$ 15.435,68
09.567.134/0001-63	BA	JACOBINA	R$ 6.379,50	R$ -	R$ 6.379,50	R$ 6.379,50	R$ 76.554,00	R$ 82.933,50
11.119.733/0001-66	BA	JAGUAQUARA	R$ 4.353,84	R$ -	R$ 4.353,84	R$ 4.353,84	R$ 52.246,08	R$ 56.599,92
11.135.974/0001-07	BA	JAGUARARI	R$ 2.659,78	R$ -	R$ 2.659,78	R$ 2.659,78	R$ 31.917,36	R$ 34.577,14
13.166.501/0001-94	BA	JAGUARIPE	R$ 1.503,04	R$ -	R$ 1.503,04	R$ 1.503,04	R$ 18.036,48	R$ 19.539,52
12.183.378/0001-57	BA	JANDAIRA	R$ 856,72	R$ -	R$ 856,72	R$ 856,72	R$ 10.280,64	R$ 11.137,36
09.436.466/0001-09	BA	JEQUIE	R$ 12.357,31	R$ -	R$ 12.357,31	R$ 12.357,31	R$ 148.287,72	R$ 160.645,03
13.150.314/0001-12	BA	JEREMOABO	R$ 3.237,04	R$ -	R$ 3.237,04	R$ 3.237,04	R$ 38.844,48	R$ 42.081,52
11.760.271/0001-61	BA	JIQUIRICA	R$ 1.162,96	R$ -	R$ 1.162,96	R$ 1.162,96	R$ 13.955,52	R$ 15.118,48
11.862.485/0001-49	BA	JITAUNA	R$ 1.309,20	R$ -	R$ 1.309,20	R$ 1.309,20	R$ 15.710,40	R$ 17.019,60
12.072.479/0001-50	BA	JOAO DOURADO	R$ 2.015,04	R$ -	R$ 2.015,04	R$ 2.015,04	R$ 24.180,48	R$ 26.195,52
11.145.615/0001-22	BA	JUAZEIRO	R$ 19.324,07	R$ -	R$ 19.324,07	R$ 19.324,07	R$ 231.888,84	R$ 251.212,91
13.060.978/0001-90	BA	JUCURUCU	R$ 841,28	R$ -	R$ 841,28	R$ 841,28	R$ 10.095,36	R$ 10.936,64
13.771.930/0001-90	BA	JUSSARA	R$ 1.222,72	R$ -	R$ 1.222,72	R$ 1.222,72	R$ 14.672,64	R$ 15.895,36
11.471.886/0001-78	BA	JUSSARI	R$ 553,12	R$ -	R$ 553,12	R$ 553,12	R$ 6.637,44	R$ 7.190,56
11.245.338/0001-20	BA	JUSSIAPE	R$ 637,25	R$ -	R$ 637,25	R$ 637,25	R$ 7.647,00	R$ 8.284,25

11.393.744/0001-30	BA	LAFAIETE COUTINHO	R$ 297,92	R$ -	R$ 297,92	R$ 297,92	R$ 3.575,04	R$ 3.872,96
11.258.922/0001-10	BA	LAGOA REAL	R$ 1.253,20	R$ -	R$ 1.253,20	R$ 1.253,20	R$ 15.038,40	R$ 16.291,60
11.714.799/0001-02	BA	LAJE	R$ 1.907,20	R$ -	R$ 1.907,20	R$ 1.907,20	R$ 22.886,40	R$ 24.793,60
11.236.209/0001-75	BA	LAJEDAO	R$ 313,36	R$ -	R$ 313,36	R$ 313,36	R$ 3.760,32	R$ 4.073,68
10.473.852/0001-50	BA	LAJEDINHO	R$ 357,44	R$ -	R$ 357,44	R$ 357,44	R$ 4.289,28	R$ 4.646,72
12.202.782/0001-20	BA	LAJEDO DO TABOCAL	R$ 684,96	R$ -	R$ 684,96	R$ 684,96	R$ 8.219,52	R$ 8.904,48
11.373.791/0001-11	BA	LAMARAO	R$ 1.039,60	R$ -	R$ 1.039,60	R$ 1.039,60	R$ 12.475,20	R$ 13.514,80
11.339.813/0001-27	BA	LAPAO	R$ 2.177,84	R$ -	R$ 2.177,84	R$ 2.177,84	R$ 26.134,08	R$ 28.311,92
13.881.550/0001-09	BA	LAURO DE FREITAS	R$ 15.569,91	R$ -	R$ 15.569,91	R$ 15.569,91	R$ 186.838,92	R$ 202.408,83
09.616.406/0001-78	BA	LENCOIS	R$ 903,94	R$ -	R$ 903,94	R$ 903,94	R$ 10.847,28	R$ 11.751,22
12.424.121/0001-40	BA	LICINIO DE ALMEIDA	R$ 981,51	R$ -	R$ 981,51	R$ 981,51	R$ 11.778,12	R$ 12.759,63
10.435.056/0001-22	BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	R$ 3.623,38	R$ -	R$ 3.623,38	R$ 3.623,38	R$ 43.480,56	R$ 47.103,94
11.101.542/0001-77	BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	R$ 6.866,88	R$ -	R$ 6.866,88	R$ 6.866,88	R$ 82.402,56	R$ 89.269,44
12.203.107/0001-16	BA	MACAJUBA	R$ 907,84	R$ -	R$ 907,84	R$ 907,84	R$ 10.894,08	R$ 11.801,92
11.400.472/0001-58	BA	MACARANI	R$ 1.485,97	R$ -	R$ 1.485,97	R$ 1.485,97	R$ 17.831,64	R$ 19.317,61
10.931.270/0001-70	BA	MACAUBAS	R$ 3.947,75	R$ -	R$ 3.947,75	R$ 3.947,75	R$ 47.373,00	R$ 51.320,75
12.360.866/0001-92	BA	MACURURE	R$ 619,90	R$ -	R$ 619,90	R$ 619,90	R$ 7.438,80	R$ 8.058,70
13.884.527/0001-78	BA	MADRE DE DEUS	R$ 1.654,99	R$ -	R$ 1.654,99	R$ 1.654,99	R$ 19.859,88	R$ 21.514,87
09.431.080/0001-04	BA	MAETINGA	R$ 630,72	R$ -	R$ 630,72	R$ 630,72	R$ 7.568,64	R$ 8.199,36
11.426.972/0001-69	BA	MAIQUINIQUE	R$ 808,96	R$ -	R$ 808,96	R$ 808,96	R$ 9.707,52	R$ 10.516,48
10.830.605/0001-63	BA	MAIRI	R$ 1.494,08	R$ -	R$ 1.494,08	R$ 1.494,08	R$ 17.928,96	R$ 19.423,04
10.561.674/0001-19	BA	MALHADA	R$ 1.347,60	R$ -	R$ 1.347,60	R$ 1.347,60	R$ 16.171,20	R$ 17.518,80
09.565.660/0001-94	BA	MALHADA DE PEDRAS	R$ 671,44	R$ -	R$ 671,44	R$ 671,44	R$ 8.057,28	R$ 8.728,72
11.913.984/0001-18	BA	MANOEL VITORINO	R$ 1.149,12	R$ -	R$ 1.149,12	R$ 1.149,12	R$ 13.789,44	R$ 14.938,56
11.363.476/0001-03	BA	MANSIDAO	R$ 1.091,44	R$ -	R$ 1.091,44	R$ 1.091,44	R$ 13.097,28	R$ 14.188,72
11.339.111/0001-43	BA	MARACAS	R$ 2.851,52	R$ -	R$ 2.851,52	R$ 2.851,52	R$ 34.218,24	R$ 37.069,76
11.388.207/0001-00	BA	MARAGOGIPE	R$ 3.539,79	R$ -	R$ 3.539,79	R$ 3.539,79	R$ 42.477,48	R$ 46.017,27
12.162.890/0001-17	BA	MARAU	R$ 1.645,60	R$ -	R$ 1.645,60	R$ 1.645,60	R$ 19.747,20	R$ 21.392,80
11.068.261/0001-60	BA	MARCIONILIO SOUZA	R$ 832,48	R$ -	R$ 832,48	R$ 832,48	R$ 9.989,76	R$ 10.822,24
10.950.522/0001-08	BA	MASCOTE	R$ 1.327,20	R$ -	R$ 1.327,20	R$ 1.327,20	R$ 15.926,40	R$ 17.253,60
11.144.137/0001-36	BA	MATA DE SAO JOAO	R$ 3.690,81	R$ -	R$ 3.690,81	R$ 3.690,81	R$ 44.289,72	R$ 47.980,53
10.420.907/0001-63	BA	MATINA	R$ 1.059,60	R$ -	R$ 1.059,60	R$ 1.059,60	R$ 12.715,20	R$ 13.774,80
10.831.179/0001-82	BA	MEDEIROS NETO	R$ 1.797,59	R$ -	R$ 1.797,59	R$ 1.797,59	R$ 21.571,08	R$ 23.368,67
12.596.729/0001-51	BA	MIGUEL CALMON	R$ 2.081,84	R$ -	R$ 2.081,84	R$ 2.081,84	R$ 24.982,08	R$ 27.063,92
11.876.019/0001-12	BA	MILAGRES	R$ 958,06	R$ -	R$ 958,06	R$ 958,06	R$ 11.496,72	R$ 12.454,78
11.042.920/0001-99	BA	MIRANGABA	R$ 1.467,04	R$ -	R$ 1.467,04	R$ 1.467,04	R$ 17.604,48	R$ 19.071,52
11.707.498/0001-43	BA	MIRANTE	R$ 821,20	R$ -	R$ 821,20	R$ 821,20	R$ 9.854,40	R$ 10.675,60
11.481.390/0001-85	BA	MONTE SANTO	R$ 4.274,32	R$ -	R$ 4.274,32	R$ 4.274,32	R$ 51.291,84	R$ 55.566,16
11.484.644/0001-19	BA	MORPARA	R$ 681,52	R$ -	R$ 681,52	R$ 681,52	R$ 8.178,24	R$ 8.859,76
10.822.771/0001-18	BA	MORRO DO CHAPEU	R$ 2.833,04	R$ -	R$ 2.833,04	R$ 2.833,04	R$ 33.996,48	R$ 36.829,52
10.535.009/0001-50	BA	MORTUGABA	R$ 1.164,06	R$ -	R$ 1.164,06	R$ 1.164,06	R$ 13.968,72	R$ 15.132,78
11.398.359/0001-85	BA	MUCUGE	R$ 1.165,80	R$ -	R$ 1.165,80	R$ 1.165,80	R$ 13.989,60	R$ 15.155,40
11.481.404/0001-60	BA	MUCURI	R$ 3.307,73	R$ -	R$ 3.307,73	R$ 3.307,73	R$ 39.692,76	R$ 43.000,49
12.465.010/0001-81	BA	MULUNGU DO MORRO	R$ 1.110,32	R$ -	R$ 1.110,32	R$ 1.110,32	R$ 13.323,84	R$ 14.434,16
11.221.723/0001-37	BA	MUNDO NOVO	R$ 2.142,08	R$ -	R$ 2.142,08	R$ 2.142,08	R$ 25.704,96	R$ 27.847,04
11.371.157/0001-40	BA	MUNIZ FERREIRA	R$ 588,05	R$ -	R$ 588,05	R$ 588,05	R$ 7.056,60	R$ 7.644,65
10.489.279/0001-72	BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	R$ 907,84	R$ -	R$ 907,84	R$ 907,84	R$ 10.894,08	R$ 11.801,92
11.453.233/0001-66	BA	MURITIBA	R$ 2.329,31	R$ -	R$ 2.329,31	R$ 2.329,31	R$ 27.951,72	R$ 30.281,03
11.802.538/0001-36	BA	MUTUIPE	R$ 1.760,59	R$ -	R$ 1.760,59	R$ 1.760,59	R$ 21.127,08	R$ 22.887,67
11.354.455/0001-21	BA	NAZARE	R$ 2.260,06	R$ -	R$ 2.260,06	R$ 2.260,06	R$ 27.120,72	R$ 29.380,78
13.809.285/0001-58	BA	NILO PECANHA	R$ 1.119,76	R$ -	R$ 1.119,76	R$ 1.119,76	R$ 13.437,12	R$ 14.556,88

11.235.617/0001-02	BA	NORDESTINA	R$ 1.050,40	R$ -	R$ 1.050,40	R$ 1.050,40	R$ 12.604,80	R$ 13.655,20
11.264.174/0001-88	BA	NOVA CANAA	R$ 1.624,88	R$ -	R$ 1.624,88	R$ 1.624,88	R$ 19.498,56	R$ 21.123,44
11.757.436/0001-46	BA	NOVA FATIMA	R$ 624,96	R$ -	R$ 624,96	R$ 624,96	R$ 7.499,52	R$ 8.124,48
11.398.875/0001-00	BA	NOVA IBIA	R$ 527,28	R$ -	R$ 527,28	R$ 527,28	R$ 6.327,36	R$ 6.854,64
12.420.226/0001-20	BA	NOVA ITARANA	R$ 658,08	R$ -	R$ 658,08	R$ 658,08	R$ 7.896,96	R$ 8.555,04
11.657.462/0001-00	BA	NOVA REDENCAO	R$ 729,44	R$ -	R$ 729,44	R$ 729,44	R$ 8.753,28	R$ 9.482,72
13.901.361/0001-50	BA	NOVA SOURE	R$ 2.155,76	R$ -	R$ 2.155,76	R$ 2.155,76	R$ 25.869,12	R$ 28.024,88
11.756.421/0001-63	BA	NOVA VICOSA	R$ 3.436,71	R$ -	R$ 3.436,71	R$ 3.436,71	R$ 41.240,52	R$ 44.677,23
11.429.746/0001-31	BA	NOVO HORIZONTE	R$ 990,80	R$ -	R$ 990,80	R$ 990,80	R$ 11.889,60	R$ 12.880,40
11.278.662/0001-44	BA	NOVO TRIUNFO	R$ 1.235,20	R$ -	R$ 1.235,20	R$ 1.235,20	R$ 14.822,40	R$ 16.057,60
12.300.484/0001-73	BA	OLINDINA	R$ 2.258,32	R$ -	R$ 2.258,32	R$ 2.258,32	R$ 27.099,84	R$ 29.358,16
13.848.041/0001-84	BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	R$ 1.887,68	R$ -	R$ 1.887,68	R$ 1.887,68	R$ 22.652,16	R$ 24.539,84
13.837.791/0001-50	BA	OURICANGAS	R$ 678,53	R$ -	R$ 678,53	R$ 678,53	R$ 8.142,36	R$ 8.820,89
10.469.110/0001-50	BA	OUROLANDIA	R$ 1.396,08	R$ -	R$ 1.396,08	R$ 1.396,08	R$ 16.752,96	R$ 18.149,04
11.453.571/0001-06	BA	PALMAS DE MONTE ALTO	R$ 1.740,00	R$ -	R$ 1.740,00	R$ 1.740,00	R$ 20.880,00	R$ 22.620,00
11.675.755/0001-02	BA	PALMEIRAS	R$ 714,58	R$ -	R$ 714,58	R$ 714,58	R$ 8.574,96	R$ 9.289,54
11.358.503/0001-50	BA	PARAMIRIM	R$ 1.711,94	R$ -	R$ 1.711,94	R$ 1.711,94	R$ 20.543,28	R$ 22.255,22
11.840.537/0001-86	BA	PARATINGA	R$ 2.560,00	R$ -	R$ 2.560,00	R$ 2.560,00	R$ 30.720,00	R$ 33.280,00
11.651.488/0001-33	BA	PARIPIRANGA	R$ 2.319,12	R$ -	R$ 2.319,12	R$ 2.319,12	R$ 27.829,44	R$ 30.148,56
11.276.452/0001-17	BA	PAU BRASIL	R$ 987,36	R$ -	R$ 987,36	R$ 987,36	R$ 11.848,32	R$ 12.835,68
08.704.475/0001-70	BA	PAULO AFONSO	R$ 9.331,96	R$ -	R$ 9.331,96	R$ 9.331,96	R$ 111.983,52	R$ 121.315,48
10.651.489/0001-15	BA	PE DE SERRA	R$ 1.183,04	R$ -	R$ 1.183,04	R$ 1.183,04	R$ 14.196,48	R$ 15.379,52
11.774.420/0001-41	BA	PEDRAO	R$ 587,76	R$ -	R$ 587,76	R$ 587,76	R$ 7.053,12	R$ 7.640,88
13.830.297/0001-64	BA	PEDRO ALEXANDRE	R$ 1.453,84	R$ -	R$ 1.453,84	R$ 1.453,84	R$ 17.446,08	R$ 18.899,92
12.097.818/0001-53	BA	PIATA	R$ 1.477,60	R$ -	R$ 1.477,60	R$ 1.477,60	R$ 17.731,20	R$ 19.208,80
12.001.666/0001-43	BA	PILAO ARCADO	R$ 2.803,84	R$ -	R$ 2.803,84	R$ 2.803,84	R$ 33.646,08	R$ 36.449,92
11.384.729/0001-25	BA	PINDAI	R$ 1.288,29	R$ -	R$ 1.288,29	R$ 1.288,29	R$ 15.459,48	R$ 16.747,77
10.695.688/0001-25	BA	PINDOBACU	R$ 1.612,00	R$ -	R$ 1.612,00	R$ 1.612,00	R$ 19.344,00	R$ 20.956,00
13.527.054/0001-51	BA	PINTADAS	R$ 826,93	R$ -	R$ 826,93	R$ 826,93	R$ 9.923,16	R$ 10.750,09
11.362.960/0001-18	BA	PIRAI DO NORTE	R$ 801,84	R$ -	R$ 801,84	R$ 801,84	R$ 9.622,08	R$ 10.423,92
11.825.467/0001-97	BA	PIRIPA	R$ 1.066,00	R$ -	R$ 1.066,00	R$ 1.066,00	R$ 12.792,00	R$ 13.858,00
11.412.164/0001-42	BA	PIRITIBA	R$ 1.980,40	R$ -	R$ 1.980,40	R$ 1.980,40	R$ 23.764,80	R$ 25.745,20
11.394.887/0001-66	BA	PLANALTINO	R$ 745,76	R$ -	R$ 745,76	R$ 745,76	R$ 8.949,12	R$ 9.694,88
11.402.446/0001-69	BA	PLANALTO	R$ 2.101,20	R$ -	R$ 2.101,20	R$ 2.101,20	R$ 25.214,40	R$ 27.315,60
11.113.324/0001-52	BA	POCOES	R$ 3.713,63	R$ -	R$ 3.713,63	R$ 3.713,63	R$ 44.563,56	R$ 48.277,19
12.130.393/0001-37	BA	POJUCA	R$ 3.131,12	R$ -	R$ 3.131,12	R$ 3.131,12	R$ 37.573,44	R$ 40.704,56
11.462.047/0001-93	BA	PONTO NOVO	R$ 1.193,12	R$ -	R$ 1.193,12	R$ 1.193,12	R$ 14.317,44	R$ 15.510,56
08.257.417/0001-46	BA	PORTO SEGURO	R$ 11.780,51	R$ -	R$ 11.780,51	R$ 11.780,51	R$ 141.366,12	R$ 153.146,63
11.008.558/0001-30	BA	POTIRAGUA	R$ 765,05	R$ -	R$ 765,05	R$ 765,05	R$ 9.180,60	R$ 9.945,65
01.408.177/0001-94	BA	PRADO	R$ 2.232,25	R$ -	R$ 2.232,25	R$ 2.232,25	R$ 26.787,00	R$ 29.019,25
13.786.304/0001-78	BA	PRESIDENTE DUTRA	R$ 1.199,71	R$ -	R$ 1.199,71	R$ 1.199,71	R$ 14.396,52	R$ 15.596,23
11.748.562/0001-34	BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	R$ 1.136,96	R$ -	R$ 1.136,96	R$ 1.136,96	R$ 13.643,52	R$ 14.780,48
11.694.694/0001-20	BA	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	R$ 2.217,52	R$ -	R$ 2.217,52	R$ 2.217,52	R$ 26.610,24	R$ 28.827,76
12.782.605/0001-60	BA	QUEIMADAS	R$ 2.298,32	R$ -	R$ 2.298,32	R$ 2.298,32	R$ 27.579,84	R$ 29.878,16
10.411.656/0001-50	BA	QUIJINGUE	R$ 2.206,40	R$ -	R$ 2.206,40	R$ 2.206,40	R$ 26.476,80	R$ 28.683,20
12.761.477/0001-79	BA	QUIXABEIRA	R$ 717,76	R$ -	R$ 717,76	R$ 717,76	R$ 8.613,12	R$ 9.330,88
12.303.694/0001-15	BA	RAFAEL JAMBEIRO	R$ 1.809,68	R$ -	R$ 1.809,68	R$ 1.809,68	R$ 21.716,16	R$ 23.525,84
10.513.863/0001-16	BA	REMANSO	R$ 3.280,64	R$ -	R$ 3.280,64	R$ 3.280,64	R$ 39.367,68	R$ 42.648,32
11.377.650/0001-77	BA	RETIROLANDIA	R$ 1.140,61	R$ -	R$ 1.140,61	R$ 1.140,61	R$ 13.687,32	R$ 14.827,93
11.246.331/0001-22	BA	RIACHAO DAS NEVES	R$ 1.787,12	R$ -	R$ 1.787,12	R$ 1.787,12	R$ 21.445,44	R$ 23.232,56
10.732.526/0001-10	BA	RIACHAO DO JACUIPE	R$ 2.649,16	R$ -	R$ 2.649,16	R$ 2.649,16	R$ 31.789,92	R$ 34.439,08
13.885.912/0001-30	BA	RIACHO DE SANTANA	R$ 2.806,43	R$ -	R$ 2.806,43	R$ 2.806,43	R$ 33.677,16	R$ 36.483,59
11.358.853/0001-16	BA	RIBEIRA DO AMPARO	R$ 1.167,36	R$ -	R$ 1.167,36	R$ 1.167,36	R$ 14.008,32	R$ 15.175,68
11.839.421/0001-27	BA	RIBEIRA DO POMBAL	R$ 4.263,17	R$ -	R$ 4.263,17	R$ 4.263,17	R$ 51.158,04	R$ 55.421,21
12.821.960/0001-00	BA	RIBEIRAO DO LARGO	R$ 1.162,24	R$ -	R$ 1.162,24	R$ 1.162,24	R$ 13.946,88	R$ 15.109,12

10.613.120/0001-18	BA	RIO DE CONTAS	R$ 1.029,13	R$ -	R$ 1.029,13	R$ 1.029,13	R$ 12.349,56	R$ 13.378,69
13.081.046/0001-24	BA	RIO DO ANTONIO	R$ 1.229,68	R$ -	R$ 1.229,68	R$ 1.229,68	R$ 14.756,16	R$ 15.985,84
11.507.805/0001-42	BA	RIO DO PIRES	R$ 932,40	R$ -	R$ 932,40	R$ 932,40	R$ 11.188,80	R$ 12.121,20
11.218.298/0001-27	BA	RIO REAL	R$ 3.258,56	R$ -	R$ 3.258,56	R$ 3.258,56	R$ 39.102,72	R$ 42.361,28
13.879.773/0001-31	BA	RODELAS	R$ 739,30	R$ -	R$ 739,30	R$ 739,30	R$ 8.871,60	R$ 9.610,90
10.896.489/0001-85	BA	RUY BARBOSA	R$ 2.441,42	R$ -	R$ 2.441,42	R$ 2.441,42	R$ 29.297,04	R$ 31.738,46
11.334.416/0001-62	BA	SALINAS DA MARGARIDA	R$ 1.241,31	R$ -	R$ 1.241,31	R$ 1.241,31	R$ 14.895,72	R$ 16.137,03
08.086.458/0001-17	BA	SALVADOR	R$ 225.368,76	R$ -	R$ 225.368,76	R$ 225.368,76	R$ 2.704.425,12	R$ 2.929.793,88
12.082.480/0001-66	BA	SANTA BARBARA	R$ 1.663,28	R$ -	R$ 1.663,28	R$ 1.663,28	R$ 19.959,36	R$ 21.622,64
11.107.939/0001-76	BA	SANTA BRIGIDA	R$ 1.252,16	R$ -	R$ 1.252,16	R$ 1.252,16	R$ 15.025,92	R$ 16.278,08
13.879.097/0001-04	BA	SANTA CRUZ CABRALIA	R$ 2.200,87	R$ -	R$ 2.200,87	R$ 2.200,87	R$ 26.410,44	R$ 28.611,31
08.931.049/0001-70	BA	SANTA CRUZ DA VITORIA	R$ 500,34	R$ -	R$ 500,34	R$ 500,34	R$ 6.004,08	R$ 6.504,42
11.344.270/0001-36	BA	SANTA INES	R$ 850,48	R$ -	R$ 850,48	R$ 850,48	R$ 10.205,76	R$ 11.056,24
12.417.771/0001-68	BA	SANTA LUZIA	R$ 1.249,04	R$ -	R$ 1.249,04	R$ 1.249,04	R$ 14.988,48	R$ 16.237,52
11.170.660/0001-37	BA	SANTA MARIA DA VITORIA	R$ 3.156,95	R$ -	R$ 3.156,95	R$ 3.156,95	R$ 37.883,40	R$ 41.040,35
11.366.643/0001-70	BA	SANTA RITA DE CASSIA	R$ 2.245,24	R$ -	R$ 2.245,24	R$ 2.245,24	R$ 26.942,88	R$ 29.188,12
11.671.933/0001-27	BA	SANTA TERESINHA	R$ 832,40	R$ -	R$ 832,40	R$ 832,40	R$ 9.988,80	R$ 10.821,20
11.046.939/0001-03	BA	SANTALUZ	R$ 2.987,84	R$ -	R$ 2.987,84	R$ 2.987,84	R$ 35.854,08	R$ 38.841,92
11.204.987/0001-82	BA	SANTANA	R$ 2.108,65	R$ -	R$ 2.108,65	R$ 2.108,65	R$ 25.303,80	R$ 27.412,45
13.613.883/0001-57	BA	SANTANOPOLIS	R$ 771,44	R$ -	R$ 771,44	R$ 771,44	R$ 9.257,28	R$ 10.028,72
12.278.378/0001-30	BA	SANTO AMARO	R$ 4.759,31	R$ -	R$ 4.759,31	R$ 4.759,31	R$ 57.111,72	R$ 61.871,03
11.795.661/0001-77	BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	R$ 7.964,79	R$ -	R$ 7.964,79	R$ 7.964,79	R$ 95.577,48	R$ 103.542,27
11.996.804/0001-09	BA	SANTO ESTEVAO	R$ 4.187,35	R$ -	R$ 4.187,35	R$ 4.187,35	R$ 50.248,20	R$ 54.435,55
11.206.254/0001-87	BA	SAO DESIDERIO	R$ 2.699,36	R$ -	R$ 2.699,36	R$ 2.699,36	R$ 32.392,32	R$ 35.091,68
12.463.245/0001-34	BA	SAO DOMINGOS	R$ 770,92	R$ -	R$ 770,92	R$ 770,92	R$ 9.251,04	R$ 10.021,96
11.734.348/0001-29	BA	SAO FELIPE	R$ 1.669,71	R$ -	R$ 1.669,71	R$ 1.669,71	R$ 20.036,52	R$ 21.706,23
08.924.528/0001-69	BA	SAO FELIX	R$ 1.284,17	R$ -	R$ 1.284,17	R$ 1.284,17	R$ 15.410,04	R$ 16.694,21
11.418.700/0001-17	BA	SAO FELIX DO CORIBE	R$ 1.219,44	R$ -	R$ 1.219,44	R$ 1.219,44	R$ 14.633,28	R$ 15.852,72
12.773.821/0001-40	BA	SAO FRANCISCO DO CONDE	R$ 3.153,54	R$ -	R$ 3.153,54	R$ 3.153,54	R$ 37.842,48	R$ 40.996,02
13.816.024/0001-65	BA	SAO GABRIEL	R$ 1.503,44	R$ -	R$ 1.503,44	R$ 1.503,44	R$ 18.041,28	R$ 19.544,72
11.241.655/0001-78	BA	SAO GONCALO DOS CAMPOS	R$ 2.975,12	R$ -	R$ 2.975,12	R$ 2.975,12	R$ 35.701,44	R$ 38.676,56
12.446.034/0001-93	BA	SAO JOSE DA VITORIA	R$ 501,60	R$ -	R$ 501,60	R$ 501,60	R$ 6.019,20	R$ 6.520,80
11.429.695/0001-48	BA	SAO JOSE DO JACUIPE	R$ 836,96	R$ -	R$ 836,96	R$ 836,96	R$ 10.043,52	R$ 10.880,48
13.777.097/0001-95	BA	SAO MIGUEL DAS MATAS	R$ 934,00	R$ -	R$ 934,00	R$ 934,00	R$ 11.208,00	R$ 12.142,00
13.167.503/0001-06	BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	R$ 3.509,92	R$ -	R$ 3.509,92	R$ 3.509,92	R$ 42.119,04	R$ 45.628,96
11.368.512/0001-21	BA	SAPEACU	R$ 1.378,46	R$ -	R$ 1.378,46	R$ 1.378,46	R$ 16.541,52	R$ 17.919,98
11.333.458/0001-89	BA	SATIRO DIAS	R$ 1.630,08	R$ -	R$ 1.630,08	R$ 1.630,08	R$ 19.560,96	R$ 21.191,04
11.388.786/0001-82	BA	SAUBARA	R$ 954,18	R$ -	R$ 954,18	R$ 954,18	R$ 11.450,16	R$ 12.404,34
12.345.078/0001-27	BA	SAUDE	R$ 1.033,04	R$ -	R$ 1.033,04	R$ 1.033,04	R$ 12.396,48	R$ 13.429,52
11.235.051/0001-19	BA	SEABRA	R$ 3.493,36	R$ -	R$ 3.493,36	R$ 3.493,36	R$ 41.920,32	R$ 45.413,68
10.839.453/0001-60	BA	SEBASTIAO LARANJEIRAS	R$ 905,92	R$ -	R$ 905,92	R$ 905,92	R$ 10.871,04	R$ 11.776,96
08.546.934/0001-35	BA	SENHOR DO BONFIM	R$ 6.260,42	R$ -	R$ 6.260,42	R$ 6.260,42	R$ 75.125,04	R$ 81.385,46
12.353.167/0001-15	BA	SENTO SE	R$ 3.254,72	R$ -	R$ 3.254,72	R$ 3.254,72	R$ 39.056,64	R$ 42.311,36
11.231.067/0001-53	BA	SERRA DO RAMALHO	R$ 2.517,76	R$ -	R$ 2.517,76	R$ 2.517,76	R$ 30.213,12	R$ 32.730,88
11.230.366/0001-73	BA	SERRA DOURADA	R$ 1.377,51	R$ -	R$ 1.377,51	R$ 1.377,51	R$ 16.530,12	R$ 17.907,63
12.442.702/0001-04	BA	SERRA PRETA	R$ 1.293,68	R$ -	R$ 1.293,68	R$ 1.293,68	R$ 15.524,16	R$ 16.817,84
10.984.916/0001-87	BA	SERRINHA	R$ 6.406,68	R$ -	R$ 6.406,68	R$ 6.406,68	R$ 76.880,16	R$ 83.286,84
11.324.599/0001-35	BA	SERROLANDIA	R$ 1.071,76	R$ -	R$ 1.071,76	R$ 1.071,76	R$ 12.861,12	R$ 13.932,88
11.186.974/0001-28	BA	SIMOES FILHO	R$ 10.646,79	R$ -	R$ 10.646,79	R$ 10.646,79	R$ 127.761,48	R$ 138.408,27
11.352.483/0001-00	BA	SITIO DO MATO	R$ 1.040,96	R$ -	R$ 1.040,96	R$ 1.040,96	R$ 12.491,52	R$ 13.532,48
12.363.858/0001-08	BA	SITIO DO QUINTO	R$ 1.104,88	R$ -	R$ 1.104,88	R$ 1.104,88	R$ 13.258,56	R$ 14.363,44
11.340.977/0001-74	BA	SOBRADINHO	R$ 1.837,44	R$ -	R$ 1.837,44	R$ 1.837,44	R$ 22.049,28	R$ 23.886,72

10.367.025/0001-81	BA	SOUTO SOARES	R$ 1.552,56	R$ -	R$ 1.552,56	R$ 1.552,56	R$ 18.630,72	R$ 20.183,28
10.567.623/0001-02	BA	TABOCAS DO BREJO VELHO	R$ 1.001,44	R$ -	R$ 1.001,44	R$ 1.001,44	R$ 12.017,28	R$ 13.018,72
13.860.869/0001-58	BA	TANHACU	R$ 1.632,24	R$ -	R$ 1.632,24	R$ 1.632,24	R$ 19.586,88	R$ 21.219,12
11.293.682/0001-94	BA	TANQUE NOVO	R$ 1.389,28	R$ -	R$ 1.389,28	R$ 1.389,28	R$ 16.671,36	R$ 18.060,64
13.032.954/0001-28	BA	TANQUINHO	R$ 633,44	R$ -	R$ 633,44	R$ 633,44	R$ 7.601,28	R$ 8.234,72
11.959.776/0001-50	BA	TAPEROA	R$ 1.685,92	R$ -	R$ 1.685,92	R$ 1.685,92	R$ 20.231,04	R$ 21.916,96
11.410.111/0001-92	BA	TAPIRAMUTA	R$ 1.360,80	R$ -	R$ 1.360,80	R$ 1.360,80	R$ 16.329,60	R$ 17.690,40
13.843.896/0001-12	BA	TEIXEIRA DE FREITAS	R$ 12.715,51	R$ -	R$ 12.715,51	R$ 12.715,51	R$ 152.586,12	R$ 165.301,63
13.843.929/0001-24	BA	TEODORO SAMPAIO	R$ 675,36	R$ -	R$ 675,36	R$ 675,36	R$ 8.104,32	R$ 8.779,68
12.404.015/0001-02	BA	TEOFILANDIA	R$ 1.801,44	R$ -	R$ 1.801,44	R$ 1.801,44	R$ 21.617,28	R$ 23.418,72
11.996.187/0001-41	BA	TEOLANDIA	R$ 1.195,44	R$ -	R$ 1.195,44	R$ 1.195,44	R$ 14.345,28	R$ 15.540,72
11.449.996/0001-33	BA	TERRA NOVA	R$ 1.042,64	R$ -	R$ 1.042,64	R$ 1.042,64	R$ 12.511,68	R$ 13.554,32
11.318.543/0001-78	BA	TREMEDAL	R$ 1.474,64	R$ -	R$ 1.474,64	R$ 1.474,64	R$ 17.695,68	R$ 19.170,32
13.320.152/0001-13	BA	TUCANO	R$ 4.054,96	R$ -	R$ 4.054,96	R$ 4.054,96	R$ 48.659,52	R$ 52.714,48
13.492.241/0001-47	BA	UAUA	R$ 2.048,35	R$ -	R$ 2.048,35	R$ 2.048,35	R$ 24.580,20	R$ 26.628,55
11.242.996/0001-68	BA	UBAIRA	R$ 1.714,24	R$ -	R$ 1.714,24	R$ 1.714,24	R$ 20.570,88	R$ 22.285,12
11.418.672/0001-38	BA	UBAITABA	R$ 1.635,80	R$ -	R$ 1.635,80	R$ 1.635,80	R$ 19.629,60	R$ 21.265,40
12.780.708/0001-91	BA	UBATA	R$ 2.162,80	R$ -	R$ 2.162,80	R$ 2.162,80	R$ 25.953,60	R$ 28.116,40
11.302.140/0001-30	BA	UIBAI	R$ 1.100,28	R$ -	R$ 1.100,28	R$ 1.100,28	R$ 13.203,36	R$ 14.303,64
13.102.378/0001-48	BA	UMBURANAS	R$ 1.537,76	R$ -	R$ 1.537,76	R$ 1.537,76	R$ 18.453,12	R$ 19.990,88
12.006.019/0001-24	BA	UNA	R$ 1.972,00	R$ -	R$ 1.972,00	R$ 1.972,00	R$ 23.664,00	R$ 25.636,00
11.229.565/0001-61	BA	URANDI	R$ 1.332,64	R$ -	R$ 1.332,64	R$ 1.332,64	R$ 15.991,68	R$ 17.324,32
10.540.361/0001-84	BA	URUCUCA	R$ 1.841,09	R$ -	R$ 1.841,09	R$ 1.841,09	R$ 22.093,08	R$ 23.934,17
11.524.969/0001-88	BA	UTINGA	R$ 1.534,24	R$ -	R$ 1.534,24	R$ 1.534,24	R$ 18.410,88	R$ 19.945,12
11.159.883/0001-01	BA	VALENCA	R$ 7.650,68	R$ -	R$ 7.650,68	R$ 7.650,68	R$ 91.808,16	R$ 99.458,84
12.237.485/0001-10	BA	VALENTE	R$ 2.255,94	R$ -	R$ 2.255,94	R$ 2.255,94	R$ 27.071,28	R$ 29.327,22
11.477.284/0001-28	BA	VARZEA DA ROCA	R$ 1.213,68	R$ -	R$ 1.213,68	R$ 1.213,68	R$ 14.564,16	R$ 15.777,84
11.311.168/0001-34	BA	VARZEA DO POCO	R$ 733,60	R$ -	R$ 733,60	R$ 733,60	R$ 8.803,20	R$ 9.536,80
11.337.134/0001-19	BA	VARZEA NOVA	R$ 1.149,20	R$ -	R$ 1.149,20	R$ 1.149,20	R$ 13.790,40	R$ 14.939,60
11.734.374/0001-57	BA	VARZEDO	R$ 707,04	R$ -	R$ 707,04	R$ 707,04	R$ 8.484,48	R$ 9.191,52
07.769.310/0001-14	BA	VERA CRUZ	R$ 3.424,59	R$ -	R$ 3.424,59	R$ 3.424,59	R$ 41.095,08	R$ 44.519,67
12.508.926/0001-71	BA	VEREDA	R$ 587,68	R$ -	R$ 587,68	R$ 587,68	R$ 7.052,16	R$ 7.639,84
13.822.397/0001-49	BA	VITORIA DA CONQUISTA	R$ 26.818,03	R$ -	R$ 26.818,03	R$ 26.818,03	R$ 321.816,36	R$ 348.634,39
10.454.009/0001-26	BA	WAGNER	R$ 747,60	R$ -	R$ 747,60	R$ 747,60	R$ 8.971,20	R$ 9.718,80
11.331.128/0001-54	BA	WANDERLEY	R$ 1.049,97	R$ -	R$ 1.049,97	R$ 1.049,97	R$ 12.599,64	R$ 13.649,61
11.317.931/0001-34	BA	WENCESLAU GUIMARAES	R$ 1.984,16	R$ -	R$ 1.984,16	R$ 1.984,16	R$ 23.809,92	R$ 25.794,08
11.366.678/0001-09	BA	XIQUE-XIQUE	R$ 3.718,64	R$ -	R$ 3.718,64	R$ 3.718,64	R$ 44.623,68	R$ 48.342,32
11.417.684/0001-48	CE	ABAIARA	R$ -	R$ 929,93	R$ 929,93	R$ 929,93	R$ 11.159,16	R$ 12.089,09
11.979.758/0001-30	CE	ACARAPE	R$ -	R$ 1.300,81	R$ 1.300,81	R$ 1.300,81	R$ 15.609,72	R$ 16.910,53
11.278.643/0001-18	CE	ACARAU	R$ -	R$ 4.963,09	R$ 4.963,09	R$ 4.963,09	R$ 59.557,08	R$ 64.520,17
11.836.824/0001-12	CE	ACOPIARA	R$ -	R$ 4.341,60	R$ 4.341,60	R$ 4.341,60	R$ 52.099,20	R$ 56.440,80
13.537.713/0001-30	CE	AIUABA	R$ -	R$ 1.391,92	R$ 1.391,92	R$ 1.391,92	R$ 16.703,04	R$ 18.094,96
12.138.360/0001-33	CE	ALCANTARAS	R$ -	R$ 928,11	R$ 928,11	R$ 928,11	R$ 11.137,32	R$ 12.065,43
11.457.093/0001-02	CE	ALTANEIRA	R$ -	R$ 601,04	R$ 601,04	R$ 601,04	R$ 7.212,48	R$ 7.813,52
12.041.368/0001-87	CE	ALTO SANTO	R$ -	R$ 1.650,30	R$ 1.650,30	R$ 1.650,30	R$ 19.803,60	R$ 21.453,90
11.872.404/0001-91	CE	AMONTADA	R$ -	R$ 3.442,74	R$ 3.442,74	R$ 3.442,74	R$ 41.312,88	R$ 44.755,62
11.108.202/0001-78	CE	ANTONINA DO NORTE	R$ -	R$ 588,24	R$ 588,24	R$ 588,24	R$ 7.058,88	R$ 7.647,12
11.901.982/0001-09	CE	APUIARES	R$ -	R$ 1.156,77	R$ 1.156,77	R$ 1.156,77	R$ 13.881,24	R$ 15.038,01
11.426.115/0001-69	CE	AQUIRAZ	R$ -	R$ 6.359,93	R$ 6.359,93	R$ 6.359,93	R$ 76.319,16	R$ 82.679,09
09.650.719/0001-42	CE	ARACATI	R$ -	R$ 5.906,42	R$ 5.906,42	R$ 5.906,42	R$ 70.877,04	R$ 76.783,46

09.625.350/0001-18	CE	ARACOIABA	R$ -	R$ 2.097,16	R$ 2.097,16	R$ 2.097,16	R$ 25.165,92	R$ 27.263,08
11.203.156/0001-96	CE	ARARENDA	R$ -	R$ 874,80	R$ 874,80	R$ 874,80	R$ 10.497,60	R$ 11.372,40
11.431.964/0001-00	CE	ARARIPE	R$ -	R$ 1.728,00	R$ 1.728,00	R$ 1.728,00	R$ 20.736,00	R$ 22.464,00
02.417.466/0001-12	CE	ARATUBA	R$ -	R$ 938,65	R$ 938,65	R$ 938,65	R$ 11.263,80	R$ 12.202,45
11.319.375/0001-35	CE	ARNEIROZ	R$ -	R$ 621,17	R$ 621,17	R$ 621,17	R$ 7.454,04	R$ 8.075,21
12.696.967/0001-39	CE	ASSARE	R$ -	R$ 1.855,35	R$ 1.855,35	R$ 1.855,35	R$ 22.264,20	R$ 24.119,55
11.356.903/0001-26	CE	AURORA	R$ -	R$ 1.953,36	R$ 1.953,36	R$ 1.953,36	R$ 23.440,32	R$ 25.393,68
11.402.261/0001-54	CE	BAIXIO	R$ -	R$ 498,20	R$ 498,20	R$ 498,20	R$ 5.978,40	R$ 6.476,60
11.397.753/0001-07	CE	BANABUIU	R$ -	R$ 1.441,76	R$ 1.441,76	R$ 1.441,76	R$ 17.301,12	R$ 18.742,88
11.740.887/0001-70	CE	BARBALHA	R$ -	R$ 4.815,73	R$ 4.815,73	R$ 4.815,73	R$ 57.788,76	R$ 62.604,49
11.285.561/0001-09	CE	BARREIRA	R$ -	R$ 1.776,75	R$ 1.776,75	R$ 1.776,75	R$ 21.321,00	R$ 23.097,75
12.675.634/0001-23	CE	BARRO	R$ -	R$ 1.814,40	R$ 1.814,40	R$ 1.814,40	R$ 21.772,80	R$ 23.587,20
10.145.676/0001-27	CE	BARROQUINHA	R$ -	R$ 1.201,36	R$ 1.201,36	R$ 1.201,36	R$ 14.416,32	R$ 15.617,68
10.241.072/0001-84	CE	BATURITE	R$ -	R$ 2.832,50	R$ 2.832,50	R$ 2.832,50	R$ 33.990,00	R$ 36.822,50
10.366.729/0001-30	CE	BEBERIBE	R$ -	R$ 4.244,63	R$ 4.244,63	R$ 4.244,63	R$ 50.935,56	R$ 55.180,19
11.394.149/0001-19	CE	BELA CRUZ	R$ -	R$ 2.582,21	R$ 2.582,21	R$ 2.582,21	R$ 30.986,52	R$ 33.568,73
12.147.522/0001-08	CE	BOA VIAGEM	R$ -	R$ 4.357,60	R$ 4.357,60	R$ 4.357,60	R$ 52.291,20	R$ 56.648,80
11.352.025/0001-70	CE	BREJO SANTO	R$ -	R$ 3.920,10	R$ 3.920,10	R$ 3.920,10	R$ 47.041,20	R$ 50.961,30
11.395.055/0001-64	CE	CAMOCIM	R$ -	R$ 5.043,91	R$ 5.043,91	R$ 5.043,91	R$ 60.526,92	R$ 65.570,83
11.430.761/0001-08	CE	CAMPOS SALES	R$ -	R$ 2.172,98	R$ 2.172,98	R$ 2.172,98	R$ 26.075,76	R$ 28.248,74
11.422.579/0001-05	CE	CANINDE	R$ -	R$ 6.100,53	R$ 6.100,53	R$ 6.100,53	R$ 73.206,36	R$ 79.306,89
10.365.809/0001-70	CE	CAPISTRANO	R$ -	R$ 1.405,40	R$ 1.405,40	R$ 1.405,40	R$ 16.864,80	R$ 18.270,20
11.267.917/0001-73	CE	CARIDADE	R$ -	R$ 1.803,76	R$ 1.803,76	R$ 1.803,76	R$ 21.645,12	R$ 23.448,88
11.260.394/0001-33	CE	CARIRE	R$ -	R$ 1.475,84	R$ 1.475,84	R$ 1.475,84	R$ 17.710,08	R$ 19.185,92
10.559.556/0001-76	CE	CARIRIACU	R$ -	R$ 2.157,20	R$ 2.157,20	R$ 2.157,20	R$ 25.886,40	R$ 28.043,60
11.345.723/0001-49	CE	CARIUS	R$ -	R$ 1.495,92	R$ 1.495,92	R$ 1.495,92	R$ 17.951,04	R$ 19.446,96
13.832.199/0001-66	CE	CARNAUBAL	R$ -	R$ 1.408,48	R$ 1.408,48	R$ 1.408,48	R$ 16.901,76	R$ 18.310,24
11.412.197/0001-92	CE	CASCAVEL	R$ -	R$ 5.684,25	R$ 5.684,25	R$ 5.684,25	R$ 68.211,00	R$ 73.895,25
10.245.720/0001-70	CE	CATARINA	R$ -	R$ 1.639,92	R$ 1.639,92	R$ 1.639,92	R$ 19.679,04	R$ 21.318,96
11.419.138/0001-46	CE	CATUNDA	R$ -	R$ 887,23	R$ 887,23	R$ 887,23	R$ 10.646,76	R$ 11.533,99
11.777.761/0001-70	CE	CAUCAIA	R$ -	R$ 28.634,00	R$ 28.634,00	R$ 28.634,00	R$ 343.608,00	R$ 372.242,00
11.432.076/0001-02	CE	CEDRO	R$ -	R$ 2.024,90	R$ 2.024,90	R$ 2.024,90	R$ 24.298,80	R$ 26.323,70
11.911.270/0001-70	CE	CHAVAL	R$ -	R$ 1.045,52	R$ 1.045,52	R$ 1.045,52	R$ 12.546,24	R$ 13.591,76
11.407.837/0001-76	CE	CHORO	R$ -	R$ 1.081,68	R$ 1.081,68	R$ 1.081,68	R$ 12.980,16	R$ 14.061,84
11.420.962/0001-16	CE	CHOROZINHO	R$ -	R$ 1.605,53	R$ 1.605,53	R$ 1.605,53	R$ 19.266,36	R$ 20.871,89
11.870.244/0001-41	CE	COREAU	R$ -	R$ 1.833,08	R$ 1.833,08	R$ 1.833,08	R$ 21.996,96	R$ 23.830,04
11.341.165/0001-43	CE	CRATEUS	R$ -	R$ 5.948,17	R$ 5.948,17	R$ 5.948,17	R$ 71.378,04	R$ 77.326,21
11.737.471/0001-01	CE	CRATO	R$ -	R$ 10.366,57	R$ 10.366,57	R$ 10.366,57	R$ 124.398,84	R$ 134.765,41
11.463.735/0001-78	CE	CROATA	R$ -	R$ 1.445,04	R$ 1.445,04	R$ 1.445,04	R$ 17.340,48	R$ 18.785,52
11.990.450/0001-95	CE	CRUZ	R$ -	R$ 1.967,06	R$ 1.967,06	R$ 1.967,06	R$ 23.604,72	R$ 25.571,78
10.247.269/0001-20	CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	R$ -	R$ 762,60	R$ 762,60	R$ 762,60	R$ 9.151,20	R$ 9.913,80
11.418.461/0001-03	CE	ERERE	R$ -	R$ 570,30	R$ 570,30	R$ 570,30	R$ 6.843,60	R$ 7.413,90
11.339.077/0001-07	CE	EUSEBIO	R$ -	R$ 4.206,95	R$ 4.206,95	R$ 4.206,95	R$ 50.483,40	R$ 54.690,35
10.243.406/0001-59	CE	FARIAS BRITO	R$ -	R$ 1.541,04	R$ 1.541,04	R$ 1.541,04	R$ 18.492,48	R$ 20.033,52
11.398.545/0001-14	CE	FORQUILHA	R$ -	R$ 1.918,81	R$ 1.918,81	R$ 1.918,81	R$ 23.025,72	R$ 24.944,53
11.621.453/0001-51	CE	FORTALEZA	R$ 209.440,68	R$ -	R$ 209.440,68	R$ 209.440,68	R$ 2.513.288,16	R$ 2.722.728,84

10.295.311/0001-89	CE	FORTIM	R$ -	R$ 1.305,72	R$ 1.305,72	R$ 1.305,72	R$ 15.668,64
11.416.323/0001-87	CE	FRECHEIRINHA	R$ -	R$ 1.114,94	R$ 1.114,94	R$ 1.114,94	R$ 13.379,28
11.411.267/0001-98	CE	GENERAL SAMPAIO	R$ -	R$ 609,44	R$ 609,44	R$ 609,44	R$ 7.313,28
11.429.047/0001-91	CE	GRACA	R$ -	R$ 1.275,92	R$ 1.275,92	R$ 1.275,92	R$ 15.311,04
11.622.451/0001-87	CE	GRANJA	R$ -	R$ 4.379,84	R$ 4.379,84	R$ 4.379,84	R$ 52.558,08
11.422.373/0001-77	CE	GRANJEIRO	R$ -	R$ 387,52	R$ 387,52	R$ 387,52	R$ 4.650,24
11.408.007/0001-63	CE	GROAIRAS	R$ -	R$ 876,93	R$ 876,93	R$ 876,93	R$ 10.523,16
09.662.953/0001-90	CE	GUAIUBA	R$ -	R$ 2.065,07	R$ 2.065,07	R$ 2.065,07	R$ 24.780,84
13.858.795/0001-15	CE	GUARACIABA DO NORTE	R$ -	R$ 3.220,10	R$ 3.220,10	R$ 3.220,10	R$ 38.641,20
11.413.042/0001-70	CE	GUARAMIRANGA	R$ -	R$ 411,45	R$ 411,45	R$ 411,45	R$ 4.937,40
11.137.147/0001-44	CE	HIDROLANDIA	R$ -	R$ 1.598,24	R$ 1.598,24	R$ 1.598,24	R$ 19.178,88
07.557.784/0001-00	CE	HORIZONTE	R$ -	R$ 5.335,16	R$ 5.335,16	R$ 5.335,16	R$ 64.021,92
11.419.241/0001-96	CE	IBARETAMA	R$ -	R$ 1.068,24	R$ 1.068,24	R$ 1.068,24	R$ 12.818,88
10.175.160/0001-25	CE	IBIAPINA	R$ -	R$ 1.980,53	R$ 1.980,53	R$ 1.980,53	R$ 23.766,36
10.297.282/0001-94	CE	IBICUITINGA	R$ -	R$ 992,37	R$ 992,37	R$ 992,37	R$ 11.908,44
11.418.377/0001-81	CE	ICAPUI	R$ -	R$ 1.579,39	R$ 1.579,39	R$ 1.579,39	R$ 18.952,68
11.896.777/0001-00	CE	ICO	R$ -	R$ 5.389,12	R$ 5.389,12	R$ 5.389,12	R$ 64.669,44
11.979.908/0001-05	CE	IGUATU	R$ -	R$ 8.121,00	R$ 8.121,00	R$ 8.121,00	R$ 97.452,00

11.430.883/0001-96	CE	INDEPENDENCIA	R$ -	R$ 2.074,10	R$ 2.074,10	R$ 2.074,10	R$ 24.889,20
11.924.674/0001-07	CE	IPAPORANGA	R$ -	R$ 927,44	R$ 927,44	R$ 927,44	R$ 11.129,28
12.003.262/0001-99	CE	IPAUMIRIM	R$ -	R$ 987,45	R$ 987,45	R$ 987,45	R$ 11.849,40
11.385.157/0001-07	CE	IPU	R$ -	R$ 3.324,84	R$ 3.324,84	R$ 3.324,84	R$ 39.898,08
11.172.188/0001-71	CE	IPUEIRAS	R$ -	R$ 3.053,28	R$ 3.053,28	R$ 3.053,28	R$ 36.639,36
11.937.201/0001-36	CE	IRACEMA	R$ -	R$ 1.132,76	R$ 1.132,76	R$ 1.132,76	R$ 13.593,12
10.830.042/0001-03	CE	IRAUCUBA	R$ -	R$ 1.913,90	R$ 1.913,90	R$ 1.913,90	R$ 22.966,80
11.410.188/0001-62	CE	ITAICABA	R$ -	R$ 620,14	R$ 620,14	R$ 620,14	R$ 7.441,68
09.122.687/0001-02	CE	ITAITINGA	R$ -	R$ 3.009,18	R$ 3.009,18	R$ 3.009,18	R$ 36.110,16
11.901.900/0001-26	CE	ITAPAGE	R$ -	R$ 4.173,48	R$ 4.173,48	R$ 4.173,48	R$ 50.081,76
11.402.517/0001-23	CE	ITAPIPOCA	R$ -	R$ 10.249,13	R$ 10.249,13	R$ 10.249,13	R$ 122.989,56
11.428.360/0001-05	CE	ITAPIUNA	R$ -	R$ 1.614,88	R$ 1.614,88	R$ 1.614,88	R$ 19.378,56
11.660.998/0001-77	CE	ITAREMA	R$ -	R$ 3.313,91	R$ 3.313,91	R$ 3.313,91	R$ 39.766,92
11.335.738/0001-26	CE	ITATIRA	R$ -	R$ 1.731,76	R$ 1.731,76	R$ 1.731,76	R$ 20.781,12
11.285.246/0001-73	CE	JAGUARETAMA	R$ -	R$ 1.438,99	R$ 1.438,99	R$ 1.438,99	R$ 17.267,88
09.687.509/0001-29	CE	JAGUARIBARA	R$ -	R$ 903,31	R$ 903,31	R$ 903,31	R$ 10.839,72
10.383.249/0001-87	CE	JAGUARIBE	R$ -	R$ 2.747,88	R$ 2.747,88	R$ 2.747,88	R$ 32.974,56
12.040.122/0001-90	CE	JAGUARUANA	R$ -	R$ 2.670,47	R$ 2.670,47	R$ 2.670,47	R$ 32.045,64
11.346.916/0001-14	CE	JARDIM	R$ -	R$ 2.153,02	R$ 2.153,02	R$ 2.153,02	R$ 25.836,24
11.196.390/0001-33	CE	JATI	R$ -	R$ 642,64	R$ 642,64	R$ 642,64	R$ 7.711,68
11.422.633/0001-04	CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	R$ -	R$ 1.570,04	R$ 1.570,04	R$ 1.570,04	R$ 18.840,48
11.422.073/0001-98	CE	JUAZEIRO DO NORTE	R$ -	R$ 21.725,63	R$ 21.725,63	R$ 21.725,63	R$ 260.707,56
10.222.732/0001-80	CE	JUCAS	R$ -	R$ 1.986,64	R$ 1.986,64	R$ 1.986,64	R$ 23.839,68
11.922.843/0001-61	CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	R$ -	R$ 2.496,40	R$ 2.496,40	R$ 2.496,40	R$ 29.956,80
11.906.403/0001-10	CE	LIMOEIRO DO NORTE	R$ -	R$ 4.717,40	R$ 4.717,40	R$ 4.717,40	R$ 56.608,80
11.413.402/0001-34	CE	MADALENA	R$ -	R$ 1.560,13	R$ 1.560,13	R$ 1.560,13	R$ 18.721,56
10.553.026/0001-10	CE	MARACANAU	R$ -	R$ 18.055,58	R$ 18.055,58	R$ 18.055,58	R$ 216.666,96
11.807.618/0001-84	CE	MARANGUAPE	R$ -	R$ 10.219,03	R$ 10.219,03	R$ 10.219,03	R$ 122.628,36
11.365.150/0001-15	CE	MARCO	R$ -	R$ 2.167,83	R$ 2.167,83	R$ 2.167,83	R$ 26.013,96
11.707.151/0001-09	CE	MARTINOPOLE	R$ -	R$ 898,64	R$ 898,64	R$ 898,64	R$ 10.783,68
11.414.057/0001-53	CE	MASSAPE	R$ -	R$ 3.069,16	R$ 3.069,16	R$ 3.069,16	R$ 36.829,92
11.421.453/0001-08	CE	MAURITI	R$ -	R$ 3.800,07	R$ 3.800,07	R$ 3.800,07	R$ 45.600,84
10.343.117/0001-21	CE	MERUOCA	R$ -	R$ 1.192,98	R$ 1.192,98	R$ 1.192,98	R$ 14.315,76
11.258.425/0001-11	CE	MILAGRES	R$ -	R$ 2.179,80	R$ 2.179,80	R$ 2.179,80	R$ 26.157,60
10.626.250/0001-95	CE	MILHA	R$ -	R$ 1.174,68	R$ 1.174,68	R$ 1.174,68	R$ 14.096,16
11.787.063/0001-56	CE	MIRAIMA	R$ -	R$ 1.105,44	R$ 1.105,44	R$ 1.105,44	R$ 13.265,28
11.867.762/0001-06	CE	MISSAO VELHA	R$ -	R$ 2.804,21	R$ 2.804,21	R$ 2.804,21	R$ 33.650,52
12.063.849/0001-93	CE	MOMBACA	R$ -	R$ 3.503,76	R$ 3.503,76	R$ 3.503,76	R$ 42.045,12
11.415.416/0001-97	CE	MONSENHOR TABOSA	R$ -	R$ 1.365,46	R$ 1.365,46	R$ 1.365,46	R$ 16.385,52
11.415.567/0001-45	CE	MORADA NOVA	R$ -	R$ 4.903,59	R$ 4.903,59	R$ 4.903,59	R$ 58.843,08
11.447.587/0001-06	CE	MORAUJO	R$ -	R$ 697,92	R$ 697,92	R$ 697,92	R$ 8.375,04
11.407.938/0001-47	CE	MORRINHOS	R$ -	R$ 1.802,72	R$ 1.802,72	R$ 1.802,72	R$ 21.632,64
11.413.562/0001-83	CE	MUCAMBO	R$ -	R$ 1.151,78	R$ 1.151,78	R$ 1.151,78	R$ 13.821,36
11.401.584/0001-23	CE	MULUNGU	R$ -	R$ 1.004,80	R$ 1.004,80	R$ 1.004,80	R$ 12.057,60
02.437.268/0001-10	CE	NOVA OLINDA	R$ -	R$ 1.233,23	R$ 1.233,23	R$ 1.233,23	R$ 14.798,76
11.372.601/0001-41	CE	NOVA RUSSAS	R$ -	R$ 2.561,37	R$ 2.561,37	R$ 2.561,37	R$ 30.736,44
11.389.692/0001-28	CE	NOVO ORIENTE	R$ -	R$ 2.266,55	R$ 2.266,55	R$ 2.266,55	R$ 27.198,60
10.321.417/0001-00	CE	OCARA	R$ -	R$ 2.056,24	R$ 2.056,24	R$ 2.056,24	R$ 24.674,88
11.782.445/0001-97	CE	OROS	R$ -	R$ 1.697,68	R$ 1.697,68	R$ 1.697,68	R$ 20.372,16
11.980.518/0001-55	CE	PACAJUS	R$ -	R$ 5.720,70	R$ 5.720,70	R$ 5.720,70	R$ 68.648,40
09.664.082/0001-43	CE	PACATUBA	R$ -	R$ 6.610,38	R$ 6.610,38	R$ 6.610,38	R$ 79.324,56
11.210.130/0001-75	CE	PACOTI	R$ -	R$ 971,45	R$ 971,45	R$ 971,45	R$ 11.657,40
11.410.012/0001-00	CE	PACUJA	R$ -	R$ 517,61	R$ 517,61	R$ 517,61	R$ 6.211,32
11.857.544/0001-90	CE	PALHANO	R$ -	R$ 743,66	R$ 743,66	R$ 743,66	R$ 8.923,92
10.671.239/0001-47	CE	PALMACIA	R$ -	R$ 1.055,51	R$ 1.055,51	R$ 1.055,51	R$ 12.666,12
10.248.365/0001-93	CE	PARACURU	R$ -	R$ 2.779,10	R$ 2.779,10	R$ 2.779,10	R$ 33.349,20
11.977.291/0001-99	CE	PARAIPABA	R$ -	R$ 2.594,33	R$ 2.594,33	R$ 2.594,33	R$ 31.131,96
12.773.829/0001-06	CE	PARAMBU	R$ -	R$ 2.521,68	R$ 2.521,68	R$ 2.521,68	R$ 30.260,16
11.418.581/0001-00	CE	PARAMOTI	R$ -	R$ 978,08	R$ 978,08	R$ 978,08	R$ 11.736,96
06.041.881/0001-75	CE	PEDRA BRANCA	R$ -	R$ 3.427,36	R$ 3.427,36	R$ 3.427,36	R$ 41.128,32
11.417.651/0001-06	CE	PENAFORTE	R$ -	R$ 719,18	R$ 719,18	R$ 719,18	R$ 8.630,16
11.835.948/0001-83	CE	PENTECOSTE	R$ -	R$ 2.991,04	R$ 2.991,04	R$ 2.991,04	R$ 35.892,48
11.265.959/0001-75	CE	PEREIRO	R$ -	R$ 1.292,02	R$ 1.292,02	R$ 1.292,02	R$ 15.504,24
11.419.498/0001-48	CE	PINDORETAMA	R$ -	R$ 1.629,54	R$ 1.629,54	R$ 1.629,54	R$ 19.554,48
13.848.618/0001-58	CE	PIQUET CARNEIRO	R$ -	R$ 1.343,67	R$ 1.343,67	R$ 1.343,67	R$ 16.124,04
11.495.872/0001-94	CE	PIRES FERREIRA	R$ -	R$ 876,08	R$ 876,08	R$ 876,08	R$ 10.512,96
11.461.991/0001-26	CE	PORANGA	R$ -	R$ 986,88	R$ 986,88	R$ 986,88	R$ 11.842,56
11.428.532/0001-40	CE	PORTEIRAS	R$ -	R$ 1.188,14	R$ 1.188,14	R$ 1.188,14	R$ 14.257,68
10.250.171/0001-22	CE	POTENGI	R$ -	R$ 883,60	R$ 883,60	R$ 883,60	R$ 10.603,20
11.874.976/0001-00	CE	POTIRETAMA	R$ -	R$ 545,98	R$ 545,98	R$ 545,98	R$ 6.551,76
11.656.523/0001-07	CE	QUITERIANOPOLIS	R$ -	R$ 1.686,72	R$ 1.686,72	R$ 1.686,72	R$ 20.240,64
10.652.262/0001-94	CE	QUIXADA	R$ -	R$ 6.950,76	R$ 6.950,76	R$ 6.950,76	R$ 83.409,12
11.406.224/0001-14	CE	QUIXELO	R$ -	R$ 1.294,24	R$ 1.294,24	R$ 1.294,24	R$ 15.530,88
12.035.183/0001-60	CE	QUIXERAMOBIM	R$ -	R$ 6.424,19	R$ 6.424,19	R$ 6.424,19	R$ 77.090,28
11.910.265/0001-43	CE	QUIXERE	R$ -	R$ 1.754,88	R$ 1.754,88	R$ 1.754,88	R$ 21.058,56
12.640.339/0001-31	CE	REDENCAO	R$ -	R$ 2.301,89	R$ 2.301,89	R$ 2.301,89	R$ 27.622,68
11.417.035/0001-47	CE	RERIUTABA	R$ -	R$ 1.465,06	R$ 1.465,06	R$ 1.465,06	R$ 17.580,72
11.734.352/0001-97	CE	RUSSAS	R$ -	R$ 6.195,37	R$ 6.195,37	R$ 6.195,37	R$ 74.344,44
11.403.448/0001-72	CE	SABOEIRO	R$ -	R$ 1.265,52	R$ 1.265,52	R$ 1.265,52	R$ 15.186,24
11.423.560/0001-75	CE	SALITRE	R$ -	R$ 1.324,32	R$ 1.324,32	R$ 1.324,32	R$ 15.891,84
11.419.244/0001-20	CE	SANTA QUITERIA	R$ -	R$ 3.462,62	R$ 3.462,62	R$ 3.462,62	R$ 41.551,44
11.416.444/0001-29	CE	SANTANA DO ACARAU	R$ -	R$ 2.596,16	R$ 2.596,16	R$ 2.596,16	R$ 31.153,92
11.431.917/0001-67	CE	SANTANA DO CARIRI	R$ -	R$ 1.402,38	R$ 1.402,38	R$ 1.402,38	R$ 16.828,56
11.099.832/0001-23	CE	SAO BENEDITO	R$ -	R$ 3.795,39	R$ 3.795,39	R$ 3.795,39	R$ 45.544,68
12.045.640/0001-05	CE	SAO GONCALO DO AMARANTE	R$ -	R$ 3.836,51	R$ 3.836,51	R$ 3.836,51	R$ 46.038,12
11.886.589/0001-93	CE	SAO JOAO DO JAGUARIBE	R$ -	R$ 673,46	R$ 673,46	R$ 673,46	R$ 8.081,52
12.015.253/0001-18	CE	SAO LUIS DO CURU	R$ -	R$ 1.030,00	R$ 1.030,00	R$ 1.030,00	R$ 12.360,00
02.132.200/0001-23	CE	SENADOR POMPEU	R$ -	R$ 2.020,07	R$ 2.020,07	R$ 2.020,07	R$ 24.240,84
11.893.974/0001-68	CE	SENADOR SA	R$ -	R$ 603,98	R$ 603,98	R$ 603,98	R$ 7.247,76
11.407.563/0001-15	CE	SOBRAL	R$ 16.393,36	R$ -	R$ 16.393,36	R$ 16.393,36	R$ 196.720,32
10.734.149/0001-58	CE	SOLONOPOLE	R$ -	R$ 1.451,82	R$ 1.451,82	R$ 1.451,82	R$ 17.421,84

11.428.432/0001-14	CE	TABULEIRO DO NORTE	R$ -	R$ 2.432,15	R$ 2.432,15	R$ 2.432,15	R$ 29.185,80
11.795.650/0001-97	CE	TAMBORIL	R$ -	R$ 2.100,08	R$ 2.100,08	R$ 2.100,08	R$ 25.200,96
11.696.573/0001-18	CE	TARRAFAS	R$ -	R$ 687,36	R$ 687,36	R$ 687,36	R$ 8.248,32
11.393.992/0001-80	CE	TAUA	R$ -	R$ 4.663,44	R$ 4.663,44	R$ 4.663,44	R$ 55.961,28
11.780.781/0001-09	CE	TEJUCUOCA	R$ -	R$ 1.534,96	R$ 1.534,96	R$ 1.534,96	R$ 18.419,52
12.410.840/0001-01	CE	TIANGUA	R$ -	R$ 6.017,26	R$ 6.017,26	R$ 6.017,26	R$ 72.207,12
11.421.654/0001-05	CE	TRAIRI	R$ -	R$ 4.430,43	R$ 4.430,43	R$ 4.430,43	R$ 53.165,16
11.848.798/0001-42	CE	TURURU	R$ -	R$ 1.289,16	R$ 1.289,16	R$ 1.289,16	R$ 15.469,92
10.158.494/0001-90	CE	UBAJARA	R$ -	R$ 2.756,60	R$ 2.756,60	R$ 2.756,60	R$ 33.079,20
11.423.095/0001-72	CE	UMARI	R$ -	R$ 618,64	R$ 618,64	R$ 618,64	R$ 7.423,68
11.886.102/0001-72	CE	UMIRIM	R$ -	R$ 1.586,00	R$ 1.586,00	R$ 1.586,00	R$ 19.032,00
11.394.331/0001-70	CE	URUBURETAMA	R$ -	R$ 1.731,19	R$ 1.731,19	R$ 1.731,19	R$ 20.774,28
11.423.060/0001-33	CE	URUOCA	R$ -	R$ 1.107,20	R$ 1.107,20	R$ 1.107,20	R$ 13.286,40
11.422.767/0001-25	CE	VARJOTA	R$ -	R$ 1.459,43	R$ 1.459,43	R$ 1.459,43	R$ 17.513,16
10.237.604/0001-00	CE	VARZEA ALEGRE	R$ -	R$ 3.226,36	R$ 3.226,36	R$ 3.226,36	R$ 38.716,32
11.787.351/0001-00	CE	VICOSA DO CEARA	R$ -	R$ 4.871,12	R$ 4.871,12	R$ 4.871,12	R$ 58.453,44
12.116.247/0001-57	DF	BRASILIA	R$ -	R$ 234.263,13	R$ 234.263,13	R$ 234.263,13	R$ 2.811.157,56
13.966.711/0001-67	ES	AFONSO CLAUDIO	R$ 2.423,35	R$ -	R$ 2.423,35	R$ 2.423,35	R$ 29.080,20
14.813.806/0001-03	ES	AGUA DOCE DO NORTE	R$ 957,98	R$ -	R$ 957,98	R$ 957,98	R$ 11.495,76
14.877.890/0001-29	ES	AGUIA BRANCA	R$ 763,94	R$ -	R$ 763,94	R$ 763,94	R$ 9.167,28
13.571.334/0001-67	ES	ALEGRE	R$ 2.524,50	R$ -	R$ 2.524,50	R$ 2.524,50	R$ 30.294,00
14.808.407/0001-54	ES	ALFREDO CHAVES	R$ 1.145,62	R$ -	R$ 1.145,62	R$ 1.145,62	R$ 13.747,44
14.395.805/0001-96	ES	ALTO RIO NOVO	R$ 620,85	R$ -	R$ 620,85	R$ 620,85	R$ 7.450,20
14.051.123/0001-66	ES	ANCHIETA	R$ 2.296,02	R$ -	R$ 2.296,02	R$ 2.296,02	R$ 27.552,24
14.764.137/0001-27	ES	APIACA	R$ 599,54	R$ -	R$ 599,54	R$ 599,54	R$ 7.194,48
10.429.253/0001-39	ES	ARACRUZ	R$ 7.941,88	R$ -	R$ 7.941,88	R$ 7.941,88	R$ 95.302,56
14.355.640/0001-29	ES	ATILIO VIVACQUA	R$ 936,52	R$ -	R$ 936,52	R$ 936,52	R$ 11.238,24
11.682.696/0001-08	ES	BAIXO GUANDU	R$ 2.432,15	R$ -	R$ 2.432,15	R$ 2.432,15	R$ 29.185,80
14.700.048/0001-17	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	R$ 3.537,65	R$ -	R$ 3.537,65	R$ 3.537,65	R$ 42.451,80
11.431.661/0001-98	ES	BOA ESPERANCA	R$ 1.191,39	R$ -	R$ 1.191,39	R$ 1.191,39	R$ 14.296,68
14.073.463/0001-98	ES	BOM JESUS DO NORTE	R$ 779,59	R$ -	R$ 779,59	R$ 779,59	R$ 9.355,08
14.485.952/0001-57	ES	BREJETUBA	R$ 982,78	R$ -	R$ 982,78	R$ 982,78	R$ 11.793,36
09.288.947/0001-14	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	R$ 16.396,26	R$ -	R$ 16.396,26	R$ 16.396,26	R$ 196.755,12
13.917.136/0001-02	ES	CARIACICA	R$ 29.916,21	R$ -	R$ 29.916,21	R$ 29.916,21	R$ 358.994,52
14.830.853/0001-65	ES	CASTELO	R$ 2.944,98	R$ -	R$ 2.944,98	R$ 2.944,98	R$ 35.339,76
14.578.805/0001-21	ES	COLATINA	R$ 9.611,46	R$ -	R$ 9.611,46	R$ 9.611,46	R$ 115.337,52
10.690.604/0001-60	ES	CONCEICAO DA BARRA	R$ 2.461,15	R$ -	R$ 2.461,15	R$ 2.461,15	R$ 29.533,80
14.733.777/0001-70	ES	CONCEICAO DO CASTELO	R$ 1.008,05	R$ -	R$ 1.008,05	R$ 1.008,05	R$ 12.096,60
10.593.310/0001-10	ES	DIVINO DE SAO LOURENCO	R$ 397,03	R$ -	R$ 397,03	R$ 397,03	R$ 4.764,36
13.959.466/0001-60	ES	DOMINGOS MARTINS	R$ 2.681,96	R$ -	R$ 2.681,96	R$ 2.681,96	R$ 32.183,52
10.666.803/0001-33	ES	DORES DO RIO PRETO	R$ 534,73	R$ -	R$ 534,73	R$ 534,73	R$ 6.416,76
14.798.479/0001-68	ES	ECOPORANGA	R$ 1.816,21	R$ -	R$ 1.816,21	R$ 1.816,21	R$ 21.794,52
14.884.701/0001-45	ES	FUNDAO	R$ 1.687,63	R$ -	R$ 1.687,63	R$ 1.687,63	R$ 20.251,56
13.927.758/0001-11	ES	GOVERNADOR LINDENBERG	R$ 1.006,94	R$ -	R$ 1.006,94	R$ 1.006,94	R$ 12.083,28
11.423.181/0001-85	ES	GUACUI	R$ 2.421,87	R$ -	R$ 2.421,87	R$ 2.421,87	R$ 29.062,44
11.770.182/0001-04	ES	GUARAPARI	R$ 9.796,63	R$ -	R$ 9.796,63	R$ 9.796,63	R$ 117.559,56
10.486.394/0001-93	ES	IBATIBA	R$ 2.066,50	R$ -	R$ 2.066,50	R$ 2.066,50	R$ 24.798,00
14.635.944/0001-40	ES	IBIRACU	R$ 979,12	R$ -	R$ 979,12	R$ 979,12	R$ 11.749,44
14.699.505/0001-09	ES	IBITIRAMA	R$ 704,28	R$ -	R$ 704,28	R$ 704,28	R$ 8.451,36
10.700.073/0001-40	ES	ICONHA	R$ 1.087,48	R$ -	R$ 1.087,48	R$ 1.087,48	R$ 13.049,76
10.873.273/0001-02	ES	IRUPI	R$ 1.059,87	R$ -	R$ 1.059,87	R$ 1.059,87	R$ 12.718,44
14.726.175/0001-95	ES	ITAGUACU	R$ 1.103,64	R$ -	R$ 1.103,64	R$ 1.103,64	R$ 13.243,68
10.491.556/0001-81	ES	ITAPEMIRIM	R$ 2.721,42	R$ -	R$ 2.721,42	R$ 2.721,42	R$ 32.657,04
14.492.062/0001-72	ES	ITARANA	R$ 892,06	R$ -	R$ 892,06	R$ 892,06	R$ 10.704,72
10.700.103/0001-18	ES	IUNA	R$ 2.310,45	R$ -	R$ 2.310,45	R$ 2.310,45	R$ 27.725,40
11.822.633/0001-00	ES	JAGUARE	R$ 2.414,72	R$ -	R$ 2.414,72	R$ 2.414,72	R$ 28.976,64
15.626.810/0001-25	ES	JERONIMO MONTEIRO	R$ 965,98	R$ -	R$ 965,98	R$ 965,98	R$ 11.591,76
10.585.650/0001-08	ES	JOAO NEIVA	R$ 1.307,80	R$ -	R$ 1.307,80	R$ 1.307,80	R$ 15.693,60
14.790.251/0001-21	ES	LARANJA DA TERRA	R$ 867,34	R$ -	R$ 867,34	R$ 867,34	R$ 10.408,08
10.414.835/0001-41	ES	LINHARES	R$ 13.617,39	R$ -	R$ 13.617,39	R$ 13.617,39	R$ 163.408,68
14.426.494/0001-85	ES	MANTENOPOLIS	R$ 1.216,19	R$ -	R$ 1.216,19	R$ 1.216,19	R$ 14.594,28
14.758.660/0001-40	ES	MARATAIZES	R$ 3.050,31	R$ -	R$ 3.050,31	R$ 3.050,31	R$ 36.603,72
14.499.229/0001-27	ES	MARECHAL FLORIANO	R$ 1.309,84	R$ -	R$ 1.309,84	R$ 1.309,84	R$ 15.718,08
14.945.650/0001-14	ES	MARILANDIA	R$ 1.016,77	R$ -	R$ 1.016,77	R$ 1.016,77	R$ 12.201,24
10.551.277/0001-66	ES	MIMOSO DO SUL	R$ 2.072,12	R$ -	R$ 2.072,12	R$ 2.072,12	R$ 24.865,44
14.829.961/0001-18	ES	MONTANHA	R$ 1.492,15	R$ -	R$ 1.492,15	R$ 1.492,15	R$ 17.905,80
11.923.601/0001-92	ES	MUCURICI	R$ 468,25	R$ -	R$ 468,25	R$ 468,25	R$ 5.619,00
14.674.999/0001-69	ES	MUNIZ FREIRE	R$ 1.491,60	R$ -	R$ 1.491,60	R$ 1.491,60	R$ 17.899,20
15.396.287/0001-98	ES	MUQUI	R$ 1.224,04	R$ -	R$ 1.224,04	R$ 1.224,04	R$ 14.688,48
14.785.598/0001-86	ES	NOVA VENECIA	R$ 3.931,71	R$ -	R$ 3.931,71	R$ 3.931,71	R$ 47.180,52
11.125.915/0001-40	ES	PANCAS	R$ 1.836,89	R$ -	R$ 1.836,89	R$ 1.836,89	R$ 22.042,68
10.554.621/0001-70	ES	PEDRO CANARIO	R$ 2.074,58	R$ -	R$ 2.074,58	R$ 2.074,58	R$ 24.894,96
10.836.927/0001-10	ES	PINHEIROS	R$ 2.142,95	R$ -	R$ 2.142,95	R$ 2.142,95	R$ 25.715,40
14.801.768/0001-79	ES	PIUMA	R$ 1.703,48	R$ -	R$ 1.703,48	R$ 1.703,48	R$ 20.441,76
14.721.287/0001-53	ES	PONTO BELO	R$ 622,99	R$ -	R$ 622,99	R$ 622,99	R$ 7.475,88
10.427.499/0001-71	ES	PRESIDENTE KENNEDY	R$ 917,02	R$ -	R$ 917,02	R$ 917,02	R$ 11.004,24
11.429.173/0001-46	ES	RIO BANANAL	R$ 1.516,56	R$ -	R$ 1.516,56	R$ 1.516,56	R$ 18.198,72
14.004.319/0001-08	ES	RIO NOVO DO SUL	R$ 911,88	R$ -	R$ 911,88	R$ 911,88	R$ 10.942,56
13.959.501/0001-41	ES	SANTA LEOPOLDINA	R$ 968,52	R$ -	R$ 968,52	R$ 968,52	R$ 11.622,24
13.917.262/0001-67	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	R$ 3.203,38	R$ -	R$ 3.203,38	R$ 3.203,38	R$ 38.440,56
14.491.945/0001-68	ES	SANTA TERESA	R$ 1.850,91	R$ -	R$ 1.850,91	R$ 1.850,91	R$ 22.210,92
13.953.742/0001-83	ES	SAO DOMINGOS DO NORTE	R$ 684,40	R$ -	R$ 684,40	R$ 684,40	R$ 8.212,80
13.932.227/0001-17	ES	SAO GABRIEL DA PALHA	R$ 2.977,38	R$ -	R$ 2.977,38	R$ 2.977,38	R$ 35.728,56
15.041.835/0001-67	ES	SAO JOSE DO CALCADO	R$ 836,36	R$ -	R$ 836,36	R$ 836,36	R$ 10.036,32
11.356.696/0001-00	ES	SAO MATEUS	R$ 10.247,94	R$ -	R$ 10.247,94	R$ 10.247,94	R$ 122.975,28
14.734.122/0001-16	ES	SAO ROQUE DO CANAA	R$ 974,10	R$ -	R$ 974,10	R$ 974,10	R$ 11.689,20
14.814.026/0001-88	ES	SERRA	R$ 40.604,63	R$ -	R$ 40.604,63	R$ 40.604,63	R$ 487.255,56
11.400.251/0001-80	ES	SOORETAMA	R$ 2.382,47	R$ -	R$ 2.382,47	R$ 2.382,47	R$ 28.589,64
14.645.035/0001-92	ES	VARGEM ALTA	R$ 1.695,70	R$ -	R$ 1.695,70	R$ 1.695,70	R$ 20.348,40
14.744.834/0001-16	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	R$ 1.983,27	R$ -	R$ 1.983,27	R$ 1.983,27	R$ 23.799,24
14.587.933/0001-31	ES	VIANA	R$ 6.198,94	R$ -	R$ 6.198,94	R$ 6.198,94	R$ 74.387,28
10.906.131/0001-96	ES	VILA PAVAO	R$ 729,56	R$ -	R$ 729,56	R$ 729,56	R$ 8.754,72
14.019.295/0001-52	ES	VILA VALERIO	R$ 1.115,57	R$ -	R$ 1.115,57	R$ 1.115,57	R$ 13.386,84
12.157.728/0001-00	ES	VILA VELHA	R$ 38.367,41	R$ -	R$ 38.367,41	R$ 38.367,41	R$ 460.408,92
14.792.165/0001-58	ES	VITORIA	R$ 28.132,15	R$ -	R$ 28.132,15	R$ 28.132,15	R$ 337.585,80
08.654.446/0001-41	GO	ABADIA DE GOIAS	R$ 688,34	R$ -	R$ 688,34	R$ 688,34	R$ 8.260,08
08.278.171/0001-99	GO	ABADIANIA	R$ 1.587,94	R$ -	R$ 1.587,94	R$ 1.587,94	R$ 19.055,28
11.328.700/0001-26	GO	ACREUNA	R$ 1.772,08	R$ -	R$ 1.772,08	R$ 1.772,08	R$ 21.264,96
11.270.640/0001-38	GO	ADELANDIA	R$ 197,41	R$ -	R$ 197,41	R$ 197,41	R$ 2.368,92
05.509.720/0001-09	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	R$ 454,39	R$ -	R$ 454,39	R$ 454,39	R$ 5.452,68
11.879.542/0001-00	GO	AGUA LIMPA	R$ 165,63	R$ -	R$ 165,63	R$ 165,63	R$ 1.987,56
07.460.294/0001-83	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	R$ 16.831,78	R$ -	R$ 16.831,78	R$ 16.831,78	R$ 201.981,36
11.254.840/0001-05	GO	ALEXANIA	R$ 2.190,97	R$ -	R$ 2.190,97	R$ 2.190,97	R$ 26.291,64
11.232.665/0001-47	GO	ALOANDIA	R$ 158,07	R$ -	R$ 158,07	R$ 158,07	R$ 1.896,84
11.154.875/0001-64	GO	ALTO HORIZONTE	R$ 503,25	R$ -	R$ 503,25	R$ 503,25	R$ 6.039,00
07.720.960/0001-75	GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	R$ 598,19	R$ -	R$ 598,19	R$ 598,19	R$ 7.178,28
10.701.551/0001-36	GO	ALVORADA DO NORTE	R$ 686,14	R$ -	R$ 686,14	R$ 686,14	R$ 8.233,68

11.208.239/0001-78	GO	AMARALINA	R$ 302,03	R$ -	R$ 302,03	R$ 302,03	R$ 3.624,36
08.624.711/0001-49	GO	AMERICANO DO BRASIL	R$ 479,48	R$ -	R$ 479,48	R$ 479,48	R$ 5.753,76
11.306.532/0001-78	GO	AMORINOPOLIS	R$ 282,70	R$ -	R$ 282,70	R$ 282,70	R$ 3.392,40
06.169.881/0001-55	GO	ANAPOLIS	R$ 30.358,57	R$ -	R$ 30.358,57	R$ 30.358,57	R$ 364.302,84
11.795.359/0001-19	GO	ANHANGUERA	R$ 90,15	R$ -	R$ 90,15	R$ 90,15	R$ 1.081,80
03.587.269/0001-04	GO	ANICUNS	R$ 1.714,38	R$ -	R$ 1.714,38	R$ 1.714,38	R$ 20.572,56
11.809.185/0001-04	GO	APARECIDA DE GOIANIA	R$ 45.364,81	R$ -	R$ 45.364,81	R$ 45.364,81	R$ 544.377,72
11.207.314/0001-86	GO	APARECIDA DO RIO DOCE	R$ 227,47	R$ -	R$ 227,47	R$ 227,47	R$ 2.729,64
10.884.360/0001-57	GO	APORE	R$ 332,61	R$ -	R$ 332,61	R$ 332,61	R$ 3.991,32
24.810.277/0001-48	GO	ARACU	R$ 312,64	R$ -	R$ 312,64	R$ 312,64	R$ 3.751,68
10.465.644/0001-09	GO	ARAGARCAS	R$ 1.578,49	R$ -	R$ 1.578,49	R$ 1.578,49	R$ 18.941,88
11.327.382/0001-89	GO	ARAGOIANIA	R$ 816,71	R$ -	R$ 816,71	R$ 816,71	R$ 9.800,52
11.238.287/0001-09	GO	ARAGUAPAZ	R$ 615,62	R$ -	R$ 615,62	R$ 615,62	R$ 7.387,44
11.664.440/0001-60	GO	ARENOPOLIS	R$ 275,80	R$ -	R$ 275,80	R$ 275,80	R$ 3.309,60
12.213.549/0001-43	GO	ARUANA	R$ 782,40	R$ -	R$ 782,40	R$ 782,40	R$ 9.388,80
11.291.065/0001-50	GO	AURILANDIA	R$ 291,01	R$ -	R$ 291,01	R$ 291,01	R$ 3.492,12
37.382.116/0001-42	GO	AVELINOPOLIS	R$ 191,50	R$ -	R$ 191,50	R$ 191,50	R$ 2.298,00
11.328.999/0001-19	GO	BALIZA	R$ 407,09	R$ -	R$ 407,09	R$ 407,09	R$ 4.885,08
11.633.598/0001-72	GO	BARRO ALTO	R$ 876,18	R$ -	R$ 876,18	R$ 876,18	R$ 10.514,16
08.083.086/0001-75	GO	BELA VISTA DE GOIAS	R$ 2.351,88	R$ -	R$ 2.351,88	R$ 2.351,88	R$ 28.222,56
11.283.491/0001-41	GO	BOM JARDIM DE GOIAS	R$ 700,48	R$ -	R$ 700,48	R$ 700,48	R$ 8.405,76
05.858.247/0001-67	GO	BOM JESUS DE GOIAS	R$ 1.978,49	R$ -	R$ 1.978,49	R$ 1.978,49	R$ 23.741,88
11.213.822/0001-77	GO	BONFINOPOLIS	R$ 769,01	R$ -	R$ 769,01	R$ 769,01	R$ 9.228,12
11.280.020/0001-80	GO	BONOPOLIS	R$ 349,01	R$ -	R$ 349,01	R$ 349,01	R$ 4.188,12
13.902.557/0001-60	GO	BRAZABRANTES	R$ 290,54	R$ -	R$ 290,54	R$ 290,54	R$ 3.486,48
09.332.615/0001-90	GO	BRITANIA	R$ 457,87	R$ -	R$ 457,87	R$ 457,87	R$ 5.494,44
11.267.244/0001-51	GO	BURITI ALEGRE	R$ 742,17	R$ -	R$ 742,17	R$ 742,17	R$ 8.906,04
08.418.330/0001-03	GO	BURITI DE GOIAS	R$ 197,13	R$ -	R$ 197,13	R$ 197,13	R$ 2.365,56
11.534.361/0001-34	GO	BURITINOPOLIS	R$ 280,34	R$ -	R$ 280,34	R$ 280,34	R$ 3.364,08
08.351.513/0001-59	GO	CABECEIRAS	R$ 633,29	R$ -	R$ 633,29	R$ 633,29	R$ 7.599,48
08.288.700/0001-35	GO	CACHOEIRA ALTA	R$ 979,51	R$ -	R$ 979,51	R$ 979,51	R$ 11.754,12
11.208.318/0001-89	GO	CACHOEIRA DE GOIAS	R$ 112,51	R$ -	R$ 112,51	R$ 112,51	R$ 1.350,12
07.445.626/0001-50	GO	CACHOEIRA DOURADA	R$ 639,15	R$ -	R$ 639,15	R$ 639,15	R$ 7.669,80
03.381.462/0001-94	GO	CACU	R$ 1.256,09	R$ -	R$ 1.256,09	R$ 1.256,09	R$ 15.073,08
07.877.310/0001-38	GO	CAIAPONIA	R$ 1.498,49	R$ -	R$ 1.498,49	R$ 1.498,49	R$ 17.981,88
05.593.119/0001-39	GO	CALDAS NOVAS	R$ 7.152,71	R$ -	R$ 7.152,71	R$ 7.152,71	R$ 85.832,52
12.225.915/0001-84	GO	CALDAZINHA	R$ 301,39	R$ -	R$ 301,39	R$ 301,39	R$ 3.616,68
11.301.112/0001-07	GO	CAMPESTRE DE GOIAS	R$ 287,61	R$ -	R$ 287,61	R$ 287,61	R$ 3.451,32
11.313.891/0001-52	GO	CAMPINACU	R$ 309,63	R$ -	R$ 309,63	R$ 309,63	R$ 3.715,56
11.276.589/0001-71	GO	CAMPINORTE	R$ 1.000,37	R$ -	R$ 1.000,37	R$ 1.000,37	R$ 12.004,44
05.106.805/0001-38	GO	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	R$ 601,28	R$ -	R$ 601,28	R$ 601,28	R$ 7.215,36
11.211.269/0001-33	GO	CAMPO LIMPO DE GOIAS	R$ 617,13	R$ -	R$ 617,13	R$ 617,13	R$ 7.405,56
10.462.799/0001-91	GO	CAMPOS BELOS	R$ 1.575,66	R$ -	R$ 1.575,66	R$ 1.575,66	R$ 18.907,92
11.263.318/0001-81	GO	CAMPOS VERDES	R$ 482,75	R$ -	R$ 482,75	R$ 482,75	R$ 5.793,00
11.335.591/0001-74	GO	CARMO DO RIO VERDE	R$ 791,05	R$ -	R$ 791,05	R$ 791,05	R$ 9.492,60
11.343.271/0001-66	GO	CASTELANDIA	R$ 269,52	R$ -	R$ 269,52	R$ 269,52	R$ 3.234,24
03.532.661/0001-56	GO	CATALAO	R$ 8.538,42	R$ -	R$ 8.538,42	R$ 8.538,42	R$ 102.461,04
04.815.319/0001-26	GO	CATURAI	R$ 401,70	R$ -	R$ 401,70	R$ 401,70	R$ 4.820,40
11.271.704/0001-15	GO	CAVALCANTE	R$ 776,72	R$ -	R$ 776,72	R$ 776,72	R$ 9.320,64
11.111.771/0001-72	GO	CERES	R$ 1.741,14	R$ -	R$ 1.741,14	R$ 1.741,14	R$ 20.893,68
08.678.243/0001-95	GO	CEZARINA	R$ 675,24	R$ -	R$ 675,24	R$ 675,24	R$ 8.102,88
07.729.810/0001-22	GO	CHAPADAO DO CEU	R$ 797,72	R$ -	R$ 797,72	R$ 797,72	R$ 9.572,64
11.332.874/0001-62	GO	CIDADE OCIDENTAL	R$ 5.600,27	R$ -	R$ 5.600,27	R$ 5.600,27	R$ 67.203,24
11.337.362/0001-99	GO	COCALZINHO DE GOIAS	R$ 1.603,63	R$ -	R$ 1.603,63	R$ 1.603,63	R$ 19.243,56
11.381.097/0001-46	GO	COLINAS DO SUL	R$ 318,98	R$ -	R$ 318,98	R$ 318,98	R$ 3.827,76
11.319.184/0001-73	GO	CORREGO DO OURO	R$ 208,54	R$ -	R$ 208,54	R$ 208,54	R$ 2.502,48
11.378.898/0001-52	GO	CORUMBA DE GOIAS	R$ 880,25	R$ -	R$ 880,25	R$ 880,25	R$ 10.563,00
11.170.888/0001-27	GO	CORUMBAIBA	R$ 770,36	R$ -	R$ 770,36	R$ 770,36	R$ 9.244,32
11.290.797/0001-25	GO	CRISTALINA	R$ 4.674,38	R$ -	R$ 4.674,38	R$ 4.674,38	R$ 56.092,56
13.356.264/0001-24	GO	CRISTIANOPOLIS	R$ 251,48	R$ -	R$ 251,48	R$ 251,48	R$ 3.017,76
11.688.879/0001-22	GO	CRIXAS	R$ 1.329,84	R$ -	R$ 1.329,84	R$ 1.329,84	R$ 15.958,08
11.435.485/0001-62	GO	CROMINIA	R$ 292,58	R$ -	R$ 292,58	R$ 292,58	R$ 3.510,96
11.608.994/0001-40	GO	CUMARI	R$ 246,76	R$ -	R$ 246,76	R$ 246,76	R$ 2.961,12
11.354.232/0001-64	GO	DAMIANOPOLIS	R$ 291,41	R$ -	R$ 291,41	R$ 291,41	R$ 3.496,92
08.325.807/0001-06	GO	DAMOLANDIA	R$ 232,78	R$ -	R$ 232,78	R$ 232,78	R$ 2.793,36
07.791.947/0001-07	GO	DAVINOPOLIS	R$ 164,30	R$ -	R$ 164,30	R$ 164,30	R$ 1.971,60
10.523.857/0001-40	GO	DIORAMA	R$ 194,90	R$ -	R$ 194,90	R$ 194,90	R$ 2.338,80
11.726.671/0001-50	GO	DIVINOPOLIS DE GOIAS	R$ 441,32	R$ -	R$ 441,32	R$ 441,32	R$ 5.295,84
11.259.476/0001-68	GO	DOVERLANDIA	R$ 679,01	R$ -	R$ 679,01	R$ 679,01	R$ 8.148,12
11.520.287/0001-05	GO	EDEALINA	R$ 290,23	R$ -	R$ 290,23	R$ 290,23	R$ 3.482,76
08.033.825/0001-14	GO	EDEIA	R$ 970,73	R$ -	R$ 970,73	R$ 970,73	R$ 11.648,76
11.331.930/0001-44	GO	ESTRELA DO NORTE	R$ 256,96	R$ -	R$ 256,96	R$ 256,96	R$ 3.083,52
11.256.865/0001-30	GO	FAINA	R$ 525,06	R$ -	R$ 525,06	R$ 525,06	R$ 6.300,72
11.396.858/0001-33	GO	FAZENDA NOVA	R$ 507,00	R$ -	R$ 507,00	R$ 507,00	R$ 6.084,00
11.324.516/0001-08	GO	FIRMINOPOLIS	R$ 1.042,91	R$ -	R$ 1.042,91	R$ 1.042,91	R$ 12.514,92
11.479.852/0001-20	GO	FLORES DE GOIAS	R$ 1.324,56	R$ -	R$ 1.324,56	R$ 1.324,56	R$ 15.894,72
09.105.181/0001-95	GO	FORMOSA	R$ 9.542,26	R$ -	R$ 9.542,26	R$ 9.542,26	R$ 114.507,12
11.661.424/0001-13	GO	FORMOSO	R$ 417,96	R$ -	R$ 417,96	R$ 417,96	R$ 5.015,52
11.270.838/0001-11	GO	GAMELEIRA DE GOIAS	R$ 302,50	R$ -	R$ 302,50	R$ 302,50	R$ 3.630,00
08.832.592/0001-10	GO	GOIANAPOLIS	R$ 881,20	R$ -	R$ 881,20	R$ 881,20	R$ 10.574,40
06.129.491/0001-51	GO	GOIANDIRA	R$ 439,38	R$ -	R$ 439,38	R$ 439,38	R$ 5.272,56
36.975.571/0001-99	GO	GOIANESIA	R$ 5.498,90	R$ -	R$ 5.498,90	R$ 5.498,90	R$ 65.986,80
37.623.352/0001-03	GO	GOIANIA	R$ 118.956,56	R$ -	R$ 118.956,56	R$ 118.956,56	R$ 1.427.478,72
07.343.110/0001-03	GO	GOIANIRA	R$ 3.509,05	R$ -	R$ 3.509,05	R$ 3.509,05	R$ 42.108,60
11.152.150/0001-37	GO	GOIAS	R$ 1.930,55	R$ -	R$ 1.930,55	R$ 1.930,55	R$ 23.166,60
01.814.099/0001-28	GO	GOIATUBA	R$ 2.675,15	R$ -	R$ 2.675,15	R$ 2.675,15	R$ 32.101,80
11.331.708/0001-41	GO	GOUVELANDIA	R$ 467,30	R$ -	R$ 467,30	R$ 467,30	R$ 5.607,60
08.887.558/0001-42	GO	GUAPO	R$ 1.125,79	R$ -	R$ 1.125,79	R$ 1.125,79	R$ 13.509,48
11.284.175/0001-94	GO	GUARAITA	R$ 187,78	R$ -	R$ 187,78	R$ 187,78	R$ 2.253,36
11.310.264/0001-68	GO	GUARANI DE GOIAS	R$ 334,83	R$ -	R$ 334,83	R$ 334,83	R$ 4.017,96
11.568.184/0001-07	GO	GUARINOS	R$ 188,49	R$ -	R$ 188,49	R$ 188,49	R$ 2.261,88
11.284.701/0001-16	GO	HEITORAI	R$ 295,06	R$ -	R$ 295,06	R$ 295,06	R$ 3.540,72
11.320.964/0001-33	GO	HIDROLANDIA	R$ 1.703,09	R$ -	R$ 1.703,09	R$ 1.703,09	R$ 20.437,08
13.844.517/0001-09	GO	HIDROLINA	R$ 332,37	R$ -	R$ 332,37	R$ 332,37	R$ 3.988,44
11.336.696/0001-48	GO	IACIARA	R$ 1.105,03	R$ -	R$ 1.105,03	R$ 1.105,03	R$ 13.260,36
11.474.036/0001-23	GO	INACIOLANDIA	R$ 490,76	R$ -	R$ 490,76	R$ 490,76	R$ 5.889,12
11.457.539/0001-90	GO	INDIARA	R$ 1.224,86	R$ -	R$ 1.224,86	R$ 1.224,86	R$ 14.698,32
07.222.467/0001-25	GO	INHUMAS	R$ 4.147,95	R$ -	R$ 4.147,95	R$ 4.147,95	R$ 49.775,40
07.777.639/0001-27	GO	IPAMERI	R$ 2.117,28	R$ -	R$ 2.117,28	R$ 2.117,28	R$ 25.407,36
11.202.928/0001-75	GO	IPIRANGA DE GOIAS	R$ 229,21	R$ -	R$ 229,21	R$ 229,21	R$ 2.750,52
07.861.703/0001-53	GO	IPORA	R$ 2.473,97	R$ -	R$ 2.473,97	R$ 2.473,97	R$ 29.687,64
10.564.533/0001-50	GO	ISRAELANDIA	R$ 219,69	R$ -	R$ 219,69	R$ 219,69	R$ 2.636,28
07.241.129/0001-30	GO	ITABERAI	R$ 3.366,00	R$ -	R$ 3.366,00	R$ 3.366,00	R$ 40.392,00
11.200.941/0001-95	GO	ITAGUARI	R$ 370,48	R$ -	R$ 370,48	R$ 370,48	R$ 4.445,76
11.352.368/0001-35	GO	ITAGUARU	R$ 438,68	R$ -	R$ 438,68	R$ 438,68	R$ 5.264,16
11.475.739/0001-76	GO	ITAJA	R$ 437,99	R$ -	R$ 437,99	R$ 437,99	R$ 5.255,88
11.179.871/0001-30	GO	ITAPACI	R$ 1.803,12	R$ -	R$ 1.803,12	R$ 1.803,12	R$ 21.637,44

11.239.210/0001-53	GO	ITAPIRAPUA	R$ 617,37	R$ -	R$ 617,37	R$ 617,37	R$ 7.408,44
11.321.092/0001-28	GO	ITAPURANGA	R$ 2.021,80	R$ -	R$ 2.021,80	R$ 2.021,80	R$ 24.261,60
11.196.842/0001-87	GO	ITARUMA	R$ 568,72	R$ -	R$ 568,72	R$ 568,72	R$ 6.824,64
07.804.588/0001-85	GO	ITAUCU	R$ 701,29	R$ -	R$ 701,29	R$ 701,29	R$ 8.415,48
04.394.796/0001-65	GO	ITUMBIARA	R$ 8.218,22	R$ -	R$ 8.218,22	R$ 8.218,22	R$ 98.618,64
11.463.194/0001-88	GO	IVOLANDIA	R$ 214,83	R$ -	R$ 214,83	R$ 214,83	R$ 2.577,96
10.472.663/0001-62	GO	JANDAIA	R$ 517,53	R$ -	R$ 517,53	R$ 517,53	R$ 6.210,36
10.550.278/0001-96	GO	JARAGUA	R$ 4.002,03	R$ -	R$ 4.002,03	R$ 4.002,03	R$ 48.024,36
12.053.489/0001-49	GO	JATAI	R$ 7.915,36	R$ -	R$ 7.915,36	R$ 7.915,36	R$ 94.984,32
08.097.819/0001-20	GO	JAUPACI	R$ 228,11	R$ -	R$ 228,11	R$ 228,11	R$ 2.737,32
10.411.406/0001-10	GO	JESUPOLIS	R$ 197,28	R$ -	R$ 197,28	R$ 197,28	R$ 2.367,36
11.889.477/0001-96	GO	JOVIANIA	R$ 579,60	R$ -	R$ 579,60	R$ 579,60	R$ 6.955,20
10.514.375/0001-23	GO	JUSSARA	R$ 1.449,81	R$ -	R$ 1.449,81	R$ 1.449,81	R$ 17.397,72
11.390.064/0001-62	GO	LAGOA SANTA	R$ 124,60	R$ -	R$ 124,60	R$ 124,60	R$ 1.495,20
11.268.671/0001-54	GO	LEOPOLDO DE BULHOES	R$ 754,12	R$ -	R$ 754,12	R$ 754,12	R$ 9.049,44
07.556.717/0001-63	GO	LUZIANIA	R$ 16.343,46	R$ -	R$ 16.343,46	R$ 16.343,46	R$ 196.121,52
01.933.462/0001-24	GO	MAIRIPOTABA	R$ 220,56	R$ -	R$ 220,56	R$ 220,56	R$ 2.646,72
07.784.414/0001-06	GO	MAMBAI	R$ 703,73	R$ -	R$ 703,73	R$ 703,73	R$ 8.444,76
11.905.198/0001-79	GO	MARA ROSA	R$ 835,88	R$ -	R$ 835,88	R$ 835,88	R$ 10.030,56
11.877.880/0001-03	GO	MARZAGAO	R$ 177,16	R$ -	R$ 177,16	R$ 177,16	R$ 2.125,92
11.223.381/0001-94	GO	MATRINCHA	R$ 344,73	R$ -	R$ 344,73	R$ 344,73	R$ 4.136,76
11.483.837/0001-55	GO	MAURILANDIA	R$ 1.115,57	R$ -	R$ 1.115,57	R$ 1.115,57	R$ 13.386,84
11.326.817/0001-70	GO	MIMOSO DE GOIAS	R$ 233,02	R$ -	R$ 233,02	R$ 233,02	R$ 2.796,24
10.589.186/0001-10	GO	MINACU	R$ 2.465,03	R$ -	R$ 2.465,03	R$ 2.465,03	R$ 29.580,36
11.924.138/0001-01	GO	MINEIROS	R$ 5.241,31	R$ -	R$ 5.241,31	R$ 5.241,31	R$ 62.895,72
11.804.208/0001-80	GO	MOIPORA	R$ 147,77	R$ -	R$ 147,77	R$ 147,77	R$ 1.773,24
09.526.201/0001-00	GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	R$ 681,86	R$ -	R$ 681,86	R$ 681,86	R$ 8.182,32
07.816.633/0001-11	GO	MONTES CLAROS DE GOIAS	R$ 632,01	R$ -	R$ 632,01	R$ 632,01	R$ 7.584,12
11.269.276/0001-96	GO	MONTIVIDIU	R$ 1.051,07	R$ -	R$ 1.051,07	R$ 1.051,07	R$ 12.612,84
08.013.657/0001-03	GO	MONTIVIDIU DO NORTE	R$ 354,87	R$ -	R$ 354,87	R$ 354,87	R$ 4.258,44
11.870.726/0001-00	GO	MORRINHOS	R$ 3.619,90	R$ -	R$ 3.619,90	R$ 3.619,90	R$ 43.438,80
11.271.785/0001-53	GO	MORRO AGUDO DE GOIAS	R$ 178,11	R$ -	R$ 178,11	R$ 178,11	R$ 2.137,32
10.714.800/0001-28	GO	MOSSAMEDES	R$ 388,15	R$ -	R$ 388,15	R$ 388,15	R$ 4.657,80
11.271.688/0001-60	GO	MOZARLANDIA	R$ 1.240,67	R$ -	R$ 1.240,67	R$ 1.240,67	R$ 14.888,04
11.515.073/0001-32	GO	MUNDO NOVO	R$ 537,74	R$ -	R$ 537,74	R$ 537,74	R$ 6.452,88
11.470.270/0001-82	GO	MUTUNOPOLIS	R$ 323,74	R$ -	R$ 323,74	R$ 323,74	R$ 3.884,88
03.130.778/0001-03	GO	NAZARIO	R$ 717,30	R$ -	R$ 717,30	R$ 717,30	R$ 8.607,60
12.008.540/0001-09	GO	NEROPOLIS	R$ 2.342,08	R$ -	R$ 2.342,08	R$ 2.342,08	R$ 28.104,96
10.480.867/0001-45	GO	NIQUELANDIA	R$ 3.639,67	R$ -	R$ 3.639,67	R$ 3.639,67	R$ 43.676,04
04.487.022/0001-89	GO	NOVA AMERICA	R$ 186,35	R$ -	R$ 186,35	R$ 186,35	R$ 2.236,20
05.628.919/0001-48	GO	NOVA AURORA	R$ 173,40	R$ -	R$ 173,40	R$ 173,40	R$ 2.080,80
11.307.617/0001-70	GO	NOVA CRIXAS	R$ 1.019,62	R$ -	R$ 1.019,62	R$ 1.019,62	R$ 12.235,44
11.237.287/0001-94	GO	NOVA GLORIA	R$ 646,84	R$ -	R$ 646,84	R$ 646,84	R$ 7.762,08
12.097.489/0001-40	GO	NOVA IGUACU DE GOIAS	R$ 232,07	R$ -	R$ 232,07	R$ 232,07	R$ 2.784,84
11.692.044/0001-46	GO	NOVA ROMA	R$ 287,85	R$ -	R$ 287,85	R$ 287,85	R$ 3.454,20
08.868.932/0001-62	GO	NOVA VENEZA	R$ 773,08	R$ -	R$ 773,08	R$ 773,08	R$ 9.276,96
11.260.263/0001-56	GO	NOVO BRASIL	R$ 274,85	R$ -	R$ 274,85	R$ 274,85	R$ 3.298,20
10.936.853/0001-93	GO	NOVO GAMA	R$ 9.167,87	R$ -	R$ 9.167,87	R$ 9.167,87	R$ 110.014,44
11.038.582/0001-11	GO	NOVO PLANALTO	R$ 356,14	R$ -	R$ 356,14	R$ 356,14	R$ 4.273,68
04.013.318/0001-68	GO	ORIZONA	R$ 1.225,18	R$ -	R$ 1.225,18	R$ 1.225,18	R$ 14.702,16
13.872.416/0001-41	GO	OURO VERDE DE GOIAS	R$ 360,84	R$ -	R$ 360,84	R$ 360,84	R$ 4.330,08
05.169.884/0001-26	GO	OUVIDOR	R$ 523,10	R$ -	R$ 523,10	R$ 523,10	R$ 6.277,20
10.593.919/0001-90	GO	PADRE BERNARDO	R$ 2.680,77	R$ -	R$ 2.680,77	R$ 2.680,77	R$ 32.169,24
10.842.697/0001-00	GO	PALESTINA DE GOIAS	R$ 271,79	R$ -	R$ 271,79	R$ 271,79	R$ 3.261,48
11.168.270/0001-22	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	R$ 2.286,44	R$ -	R$ 2.286,44	R$ 2.286,44	R$ 27.437,28
12.028.647/0001-00	GO	PALMELO	R$ 186,82	R$ -	R$ 186,82	R$ 186,82	R$ 2.241,84
11.366.503/0001-00	GO	PALMINOPOLIS	R$ 281,28	R$ -	R$ 281,28	R$ 281,28	R$ 3.375,36
11.244.505/0001-18	GO	PANAMA	R$ 207,19	R$ -	R$ 207,19	R$ 207,19	R$ 2.486,28
11.204.871/0001-43	GO	PARANAIGUARA	R$ 789,09	R$ -	R$ 789,09	R$ 789,09	R$ 9.469,08
11.171.868/0001-70	GO	PARAUNA	R$ 870,59	R$ -	R$ 870,59	R$ 870,59	R$ 10.447,08
11.317.932/0001-89	GO	PEROLANDIA	R$ 247,91	R$ -	R$ 247,91	R$ 247,91	R$ 2.974,92
10.839.115/0001-28	GO	PETROLINA DE GOIAS	R$ 806,66	R$ -	R$ 806,66	R$ 806,66	R$ 9.679,92
11.827.279/0001-06	GO	PILAR DE GOIAS	R$ 223,51	R$ -	R$ 223,51	R$ 223,51	R$ 2.682,12
01.753.396/0001-00	GO	PIRACANJUBA	R$ 1.924,19	R$ -	R$ 1.924,19	R$ 1.924,19	R$ 23.090,28
02.441.185/0001-03	GO	PIRANHAS	R$ 879,95	R$ -	R$ 879,95	R$ 879,95	R$ 10.559,40
11.409.678/0001-49	GO	PIRENOPOLIS	R$ 1.973,48	R$ -	R$ 1.973,48	R$ 1.973,48	R$ 23.681,76
07.752.031/0001-48	GO	PIRES DO RIO	R$ 2.468,24	R$ -	R$ 2.468,24	R$ 2.468,24	R$ 29.618,88
04.394.880/0001-89	GO	PLANALTINA	R$ 7.124,27	R$ -	R$ 7.124,27	R$ 7.124,27	R$ 85.491,24
11.166.368/0001-40	GO	PONTALINA	R$ 1.411,81	R$ -	R$ 1.411,81	R$ 1.411,81	R$ 16.941,72
11.113.201/0001-11	GO	PORANGATU	R$ 3.561,68	R$ -	R$ 3.561,68	R$ 3.561,68	R$ 42.740,16
11.517.053/0001-09	GO	PORTEIRAO	R$ 307,49	R$ -	R$ 307,49	R$ 307,49	R$ 3.689,88
22.732.193/0001-08	GO	PORTELANDIA	R$ 317,79	R$ -	R$ 317,79	R$ 317,79	R$ 3.813,48
07.892.711/0001-67	GO	POSSE	R$ 2.923,62	R$ -	R$ 2.923,62	R$ 2.923,62	R$ 35.083,44
11.275.251/0001-03	GO	PROFESSOR JAMIL	R$ 255,36	R$ -	R$ 255,36	R$ 255,36	R$ 3.064,32
04.752.947/0001-00	GO	QUIRINOPOLIS	R$ 3.928,18	R$ -	R$ 3.928,18	R$ 3.928,18	R$ 47.138,16
10.459.591/0001-13	GO	RIALMA	R$ 856,64	R$ -	R$ 856,64	R$ 856,64	R$ 10.279,68
10.383.544/0001-33	GO	RIANAPOLIS	R$ 380,39	R$ -	R$ 380,39	R$ 380,39	R$ 4.564,68
08.278.113/0001-65	GO	RIO QUENTE	R$ 352,53	R$ -	R$ 352,53	R$ 352,53	R$ 4.230,36
06.190.522/0001-80	GO	RIO VERDE	R$ 18.489,23	R$ -	R$ 18.489,23	R$ 18.489,23	R$ 221.870,76
11.279.755/0001-93	GO	RUBIATABA	R$ 1.559,97	R$ -	R$ 1.559,97	R$ 1.559,97	R$ 18.719,64
00.463.568/0001-49	GO	SANCLERLANDIA	R$ 599,21	R$ -	R$ 599,21	R$ 599,21	R$ 7.190,52
11.307.015/0001-13	GO	SANTA BARBARA DE GOIAS	R$ 514,71	R$ -	R$ 514,71	R$ 514,71	R$ 6.176,52
11.549.446/0001-96	GO	SANTA CRUZ DE GOIAS	R$ 291,57	R$ -	R$ 291,57	R$ 291,57	R$ 3.498,84
05.322.181/0001-96	GO	SANTA FE DE GOIAS	R$ 428,32	R$ -	R$ 428,32	R$ 428,32	R$ 5.139,84
11.315.213/0001-29	GO	SANTA HELENA DE GOIAS	R$ 3.032,38	R$ -	R$ 3.032,38	R$ 3.032,38	R$ 36.388,56
11.375.512/0001-59	GO	SANTA ISABEL	R$ 301,79	R$ -	R$ 301,79	R$ 301,79	R$ 3.621,48
11.704.447/0001-68	GO	SANTA RITA DO ARAGUAIA	R$ 687,01	R$ -	R$ 687,01	R$ 687,01	R$ 8.244,12
11.983.133/0001-41	GO	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	R$ 283,33	R$ -	R$ 283,33	R$ 283,33	R$ 3.399,96
11.087.455/0001-02	GO	SANTA ROSA DE GOIAS	R$ 224,40	R$ -	R$ 224,40	R$ 224,40	R$ 2.692,80
06.070.954/0001-57	GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	R$ 328,09	R$ -	R$ 328,09	R$ 328,09	R$ 3.937,08
11.899.105/0001-40	GO	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	R$ 928,12	R$ -	R$ 928,12	R$ 928,12	R$ 11.137,44
11.479.560/0001-97	GO	SANTO ANTONIO DA BARRA	R$ 381,97	R$ -	R$ 381,97	R$ 381,97	R$ 4.583,64
11.319.564/0001-08	GO	SANTO ANTONIO DE GOIAS	R$ 492,97	R$ -	R$ 492,97	R$ 492,97	R$ 5.915,64
07.429.190/0001-06	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	R$ 5.922,02	R$ -	R$ 5.922,02	R$ 5.922,02	R$ 71.064,24
08.645.875/0001-52	GO	SAO DOMINGOS	R$ 1.035,92	R$ -	R$ 1.035,92	R$ 1.035,92	R$ 12.431,04
11.335.530/0001-07	GO	SAO FRANCISCO DE GOIAS	R$ 496,30	R$ -	R$ 496,30	R$ 496,30	R$ 5.955,60
10.579.668/0001-99	GO	SAO JOAO DA PARAUNA	R$ 131,19	R$ -	R$ 131,19	R$ 131,19	R$ 1.574,28
04.244.525/0001-23	GO	SAO JOAO D'ALIANCA	R$ 1.088,63	R$ -	R$ 1.088,63	R$ 1.088,63	R$ 13.063,56
10.581.764/0001-71	GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	R$ 2.653,33	R$ -	R$ 2.653,33	R$ 2.653,33	R$ 31.839,96
11.203.159/0001-20	GO	SAO LUIZ DO NORTE	R$ 409,39	R$ -	R$ 409,39	R$ 409,39	R$ 4.912,68
11.433.328/0001-18	GO	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	R$ 1.742,52	R$ -	R$ 1.742,52	R$ 1.742,52	R$ 20.910,24
11.223.157/0001-00	GO	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	R$ 321,44	R$ -	R$ 321,44	R$ 321,44	R$ 3.857,28
12.260.233/0001-02	GO	SAO PATRICIO	R$ 161,31	R$ -	R$ 161,31	R$ 161,31	R$ 1.935,72
11.078.437/0001-64	GO	SAO SIMAO	R$ 1.619,84	R$ -	R$ 1.619,84	R$ 1.619,84	R$ 19.438,08
09.097.711/0001-09	GO	SENADOR CANEDO	R$ 9.052,19	R$ -	R$ 9.052,19	R$ 9.052,19	R$ 108.626,28
12.251.090/0001-72	GO	SERRANOPOLIS	R$ 676,95	R$ -	R$ 676,95	R$ 676,95	R$ 8.123,40
10.476.288/0001-29	GO	SILVANIA	R$ 1.623,76	R$ -	R$ 1.623,76	R$ 1.623,76	R$ 19.485,12

11.603.021/0001-18	GO	SIMOLANDIA	R$ 580,84	R$ -	R$ 580,84	R$ 580,84	R$ 6.970,08
11.422.700/0001-90	GO	SITIO D'ABADIA	R$ 278,10	R$ -	R$ 278,10	R$ 278,10	R$ 3.337,20
10.496.025/0001-81	GO	TAQUARAL DE GOIAS	R$ 276,89	R$ -	R$ 276,89	R$ 276,89	R$ 3.322,68
11.350.044/0001-68	GO	TERESINA DE GOIAS	R$ 273,98	R$ -	R$ 273,98	R$ 273,98	R$ 3.287,76
11.306.530/0001-89	GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	R$ 637,25	R$ -	R$ 637,25	R$ 637,25	R$ 7.647,00
05.446.297/0001-37	GO	TRES RANCHOS	R$ 222,28	R$ -	R$ 222,28	R$ 222,28	R$ 2.667,36
11.329.685/0001-30	GO	TRINDADE	R$ 10.109,77	R$ -	R$ 10.109,77	R$ 10.109,77	R$ 121.317,24
11.344.805/0001-79	GO	TROMBAS	R$ 277,31	R$ -	R$ 277,31	R$ 277,31	R$ 3.327,72
10.713.187/0001-24	GO	TURVANIA	R$ 402,89	R$ -	R$ 402,89	R$ 402,89	R$ 4.834,68
11.211.433/0001-02	GO	TURVELANDIA	R$ 418,42	R$ -	R$ 418,42	R$ 418,42	R$ 5.021,04
11.833.497/0001-45	GO	UIRAPURU	R$ 246,96	R$ -	R$ 246,96	R$ 246,96	R$ 2.963,52
04.755.973/0001-91	GO	URUACU	R$ 3.180,20	R$ -	R$ 3.180,20	R$ 3.180,20	R$ 38.162,40
11.163.358/0001-51	GO	URUANA	R$ 1.086,14	R$ -	R$ 1.086,14	R$ 1.086,14	R$ 13.033,68
11.675.013/0001-87	GO	URUTAI	R$ 241,03	R$ -	R$ 241,03	R$ 241,03	R$ 2.892,36
04.786.328/0001-36	GO	VALPARAISO DE GOIAS	R$ 13.218,26	R$ -	R$ 13.218,26	R$ 13.218,26	R$ 158.619,12
11.336.606/0001-19	GO	VARJAO	R$ 303,22	R$ -	R$ 303,22	R$ 303,22	R$ 3.638,64
11.918.033/0001-31	GO	VIANOPOLIS	R$ 1.087,71	R$ -	R$ 1.087,71	R$ 1.087,71	R$ 13.052,52
11.258.723/0001-01	GO	VICENTINOPOLIS	R$ 692,71	R$ -	R$ 692,71	R$ 692,71	R$ 8.312,52
11.839.890/0001-46	GO	VILA BOA	R$ 488,93	R$ -	R$ 488,93	R$ 488,93	R$ 5.867,16
11.304.444/0001-37	GO	VILA PROPICIO	R$ 461,20	R$ -	R$ 461,20	R$ 461,20	R$ 5.534,40
11.816.419/0001-32	MA	ACAILANDIA	R$ 8.909,10	R$ -	R$ 8.909,10	R$ 8.909,10	R$ 106.909,20
12.040.373/0001-75	MA	AFONSO CUNHA	R$ 521,92	R$ -	R$ 521,92	R$ 521,92	R$ 6.263,04
13.053.338/0001-53	MA	AGUA DOCE DO MARANHAO	R$ 1.005,68	R$ -	R$ 1.005,68	R$ 1.005,68	R$ 12.068,16
11.673.733/0001-03	MA	ALCANTARA	R$ 1.767,76	R$ -	R$ 1.767,76	R$ 1.767,76	R$ 21.213,12
11.238.442/0001-97	MA	ALDEIAS ALTAS	R$ 2.122,56	R$ -	R$ 2.122,56	R$ 2.122,56	R$ 25.470,72
97.521.808/0001-56	MA	ALTAMIRA DO MARANHAO	R$ 898,00	R$ -	R$ 898,00	R$ 898,00	R$ 10.776,00
10.687.470/0001-29	MA	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	R$ 2.164,24	R$ -	R$ 2.164,24	R$ 2.164,24	R$ 25.970,88
13.892.620/0001-24	MA	ALTO ALEGRE DO PINDARE	R$ 2.553,52	R$ -	R$ 2.553,52	R$ 2.553,52	R$ 30.642,24
11.743.691/0001-30	MA	ALTO PARNAIBA	R$ 886,59	R$ -	R$ 886,59	R$ 886,59	R$ 10.639,08
13.990.405/0001-66	MA	AMAPA DO MARANHAO	R$ 556,96	R$ -	R$ 556,96	R$ 556,96	R$ 6.683,52
11.394.580/0001-65	MA	AMARANTE DO MARANHAO	R$ 3.314,80	R$ -	R$ 3.314,80	R$ 3.314,80	R$ 39.777,60
12.607.392/0001-30	MA	ANAJATUBA	R$ 2.144,24	R$ -	R$ 2.144,24	R$ 2.144,24	R$ 25.730,88
11.927.361/0001-02	MA	ANAPURUS	R$ 1.258,56	R$ -	R$ 1.258,56	R$ 1.258,56	R$ 15.102,72
12.492.783/0001-57	MA	APICUM-ACU	R$ 1.379,12	R$ -	R$ 1.379,12	R$ 1.379,12	R$ 16.549,44
11.394.258/0001-36	MA	ARAGUANA	R$ 1.234,08	R$ -	R$ 1.234,08	R$ 1.234,08	R$ 14.808,96
11.756.002/0001-21	MA	ARAIOSES	R$ 3.715,20	R$ -	R$ 3.715,20	R$ 3.715,20	R$ 44.582,40
10.509.059/0001-63	MA	ARAME	R$ 2.616,08	R$ -	R$ 2.616,08	R$ 2.616,08	R$ 31.392,96
97.552.407/0001-63	MA	ARARI	R$ 2.364,88	R$ -	R$ 2.364,88	R$ 2.364,88	R$ 28.378,56
13.654.382/0001-19	MA	AXIXA	R$ 1.204,55	R$ -	R$ 1.204,55	R$ 1.204,55	R$ 14.454,60
07.186.334/0001-40	MA	BACABAL	R$ 8.315,19	R$ -	R$ 8.315,19	R$ 8.315,19	R$ 99.782,28
11.304.010/0001-37	MA	BACABEIRA	R$ 1.351,28	R$ -	R$ 1.351,28	R$ 1.351,28	R$ 16.215,36
97.546.561/0001-22	MA	BACURI	R$ 1.486,56	R$ -	R$ 1.486,56	R$ 1.486,56	R$ 17.838,72
14.115.387/0001-36	MA	BACURITUBA	R$ 451,52	R$ -	R$ 451,52	R$ 451,52	R$ 5.418,24
11.236.050/0001-99	MA	BALSAS	R$ 7.517,97	R$ -	R$ 7.517,97	R$ 7.517,97	R$ 90.215,64
13.911.405/0001-23	MA	BARAO DE GRAJAU	R$ 1.505,60	R$ -	R$ 1.505,60	R$ 1.505,60	R$ 18.067,20
10.452.044/0001-06	MA	BARRA DO CORDA	R$ 6.989,10	R$ -	R$ 6.989,10	R$ 6.989,10	R$ 83.869,20
11.513.081/0001-40	MA	BARREIRINHAS	R$ 5.002,24	R$ -	R$ 5.002,24	R$ 5.002,24	R$ 60.026,88
11.629.135/0001-37	MA	BELA VISTA DO MARANHAO	R$ 975,52	R$ -	R$ 975,52	R$ 975,52	R$ 11.706,24
13.985.434/0001-30	MA	BELAGUA	R$ 597,52	R$ -	R$ 597,52	R$ 597,52	R$ 7.170,24
13.011.532/0001-76	MA	BENEDITO LEITE	R$ 450,56	R$ -	R$ 450,56	R$ 450,56	R$ 5.406,72
11.489.260/0001-99	MA	BEQUIMAO	R$ 1.686,03	R$ -	R$ 1.686,03	R$ 1.686,03	R$ 20.232,36
11.424.507/0001-99	MA	BERNARDO DO MEARIM	R$ 478,79	R$ -	R$ 478,79	R$ 478,79	R$ 5.745,48
13.932.149/0001-50	MA	BOA VISTA DO GURUPI	R$ 742,96	R$ -	R$ 742,96	R$ 742,96	R$ 8.915,52
11.447.484/0001-38	MA	BOM JARDIM	R$ 3.330,40	R$ -	R$ 3.330,40	R$ 3.330,40	R$ 39.964,80
11.886.594/0001-04	MA	BOM JESUS DAS SELVAS	R$ 2.722,24	R$ -	R$ 2.722,24	R$ 2.722,24	R$ 32.666,88
13.879.837/0001-02	MA	BOM LUGAR	R$ 1.303,52	R$ -	R$ 1.303,52	R$ 1.303,52	R$ 15.642,24
12.512.462/0001-77	MA	BREJO	R$ 2.911,76	R$ -	R$ 2.911,76	R$ 2.911,76	R$ 34.941,12
13.898.730/0001-01	MA	BREJO DE AREIA	R$ 835,52	R$ -	R$ 835,52	R$ 835,52	R$ 10.026,24
11.463.289/0001-00	MA	BURITI	R$ 2.294,24	R$ -	R$ 2.294,24	R$ 2.294,24	R$ 27.530,88
12.086.778/0001-44	MA	BURITI BRAVO	R$ 1.910,72	R$ -	R$ 1.910,72	R$ 1.910,72	R$ 22.928,64
12.036.458/0001-80	MA	BURITICUPU	R$ 5.788,64	R$ -	R$ 5.788,64	R$ 5.788,64	R$ 69.463,68
11.476.841/0001-96	MA	BURITIRANA	R$ 1.234,40	R$ -	R$ 1.234,40	R$ 1.234,40	R$ 14.812,80
13.886.121/0001-24	MA	CACHOEIRA GRANDE	R$ 754,48	R$ -	R$ 754,48	R$ 754,48	R$ 9.053,76
14.180.612/0001-18	MA	CAJAPIO	R$ 894,16	R$ -	R$ 894,16	R$ 894,16	R$ 10.729,92
11.258.677/0001-40	MA	CAJARI	R$ 1.550,32	R$ -	R$ 1.550,32	R$ 1.550,32	R$ 18.603,84
11.402.239/0001-04	MA	CAMPESTRE DO MARANHAO	R$ 1.138,86	R$ -	R$ 1.138,86	R$ 1.138,86	R$ 13.666,32
13.062.303/0001-80	MA	CANDIDO MENDES	R$ 1.614,24	R$ -	R$ 1.614,24	R$ 1.614,24	R$ 19.370,88
11.344.175/0001-32	MA	CANTANHEDE	R$ 1.759,60	R$ -	R$ 1.759,60	R$ 1.759,60	R$ 21.115,20
10.584.052/0001-06	MA	CAPINZAL DO NORTE	R$ 874,72	R$ -	R$ 874,72	R$ 874,72	R$ 10.496,64
12.157.543/0001-04	MA	CAROLINA	R$ 1.927,05	R$ -	R$ 1.927,05	R$ 1.927,05	R$ 23.124,60
13.715.002/0001-09	MA	CARUTAPERA	R$ 1.904,56	R$ -	R$ 1.904,56	R$ 1.904,56	R$ 22.854,72
09.239.491/0001-00	MA	CAXIAS	R$ 13.063,57	R$ -	R$ 13.063,57	R$ 13.063,57	R$ 156.762,84
12.097.487/0001-51	MA	CEDRAL	R$ 845,79	R$ -	R$ 845,79	R$ 845,79	R$ 10.149,48
11.914.760/0001-20	MA	CENTRAL DO MARANHAO	R$ 693,84	R$ -	R$ 693,84	R$ 693,84	R$ 8.326,08
11.317.251/0001-10	MA	CENTRO DO GUILHERME	R$ 1.076,64	R$ -	R$ 1.076,64	R$ 1.076,64	R$ 12.919,68
12.452.858/0001-76	MA	CENTRO NOVO DO MARANHAO	R$ 1.729,76	R$ -	R$ 1.729,76	R$ 1.729,76	R$ 20.757,12
11.844.664/0001-53	MA	CHAPADINHA	R$ 6.312,71	R$ -	R$ 6.312,71	R$ 6.312,71	R$ 75.752,52
11.827.194/0001-10	MA	CIDELANDIA	R$ 1.164,45	R$ -	R$ 1.164,45	R$ 1.164,45	R$ 13.973,40
11.781.256/0001-08	MA	CODO	R$ 9.828,72	R$ -	R$ 9.828,72	R$ 9.828,72	R$ 117.944,64
10.747.944/0001-80	MA	COELHO NETO	R$ 3.954,80	R$ -	R$ 3.954,80	R$ 3.954,80	R$ 47.457,60
11.296.379/0001-45	MA	COLINAS	R$ 3.294,24	R$ -	R$ 3.294,24	R$ 3.294,24	R$ 39.530,88
13.792.203/0001-00	MA	CONCEICAO DO LAGO-ACU	R$ 1.298,96	R$ -	R$ 1.298,96	R$ 1.298,96	R$ 15.587,52
10.767.573/0001-07	MA	COROATA	R$ 5.223,68	R$ -	R$ 5.223,68	R$ 5.223,68	R$ 62.684,16
11.395.730/0001-55	MA	CURURUPU	R$ 2.781,63	R$ -	R$ 2.781,63	R$ 2.781,63	R$ 33.379,56
12.013.889/0001-20	MA	DAVINOPOLIS	R$ 1.022,71	R$ -	R$ 1.022,71	R$ 1.022,71	R$ 12.272,52
11.415.535/0001-40	MA	DOM PEDRO	R$ 1.850,04	R$ -	R$ 1.850,04	R$ 1.850,04	R$ 22.200,48
11.310.542/0001-87	MA	DUQUE BACELAR	R$ 907,92	R$ -	R$ 907,92	R$ 907,92	R$ 10.895,04
11.338.224/0001-24	MA	ESPERANTINOPOLIS	R$ 1.505,20	R$ -	R$ 1.505,20	R$ 1.505,20	R$ 18.062,40
11.245.566/0001-08	MA	ESTREITO	R$ 3.323,41	R$ -	R$ 3.323,41	R$ 3.323,41	R$ 39.880,92
13.120.165/0001-49	MA	FEIRA NOVA DO MARANHAO	R$ 680,32	R$ -	R$ 680,32	R$ 680,32	R$ 8.163,84
11.163.577/0001-30	MA	FERNANDO FALCAO	R$ 836,77	R$ -	R$ 836,77	R$ 836,77	R$ 10.041,24
12.125.211/0001-30	MA	FORMOSA DA SERRA NEGRA	R$ 1.527,12	R$ -	R$ 1.527,12	R$ 1.527,12	R$ 18.325,44
12.658.017/0001-10	MA	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	R$ 1.000,76	R$ -	R$ 1.000,76	R$ 1.000,76	R$ 12.009,12
11.771.395/0001-42	MA	FORTUNA	R$ 1.244,16	R$ -	R$ 1.244,16	R$ 1.244,16	R$ 14.929,92
13.936.145/0001-40	MA	GODOFREDO VIANA	R$ 936,43	R$ -	R$ 936,43	R$ 936,43	R$ 11.237,16
11.825.568/0001-68	MA	GONCALVES DIAS	R$ 1.434,72	R$ -	R$ 1.434,72	R$ 1.434,72	R$ 17.216,64
11.415.540/0001-52	MA	GOVERNADOR ARCHER	R$ 867,20	R$ -	R$ 867,20	R$ 867,20	R$ 10.406,40
13.877.696/0001-80	MA	GOVERNADOR EDISON LOBAO	R$ 1.449,61	R$ -	R$ 1.449,61	R$ 1.449,61	R$ 17.395,32
13.931.425/0001-66	MA	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	R$ 1.346,24	R$ -	R$ 1.346,24	R$ 1.346,24	R$ 16.154,88
11.386.348/0001-85	MA	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	R$ 624,56	R$ -	R$ 624,56	R$ 624,56	R$ 7.494,72
11.282.911/0001-75	MA	GOVERNADOR NEWTON BELLO	R$ 931,36	R$ -	R$ 931,36	R$ 931,36	R$ 11.176,32
02.130.473/0001-39	MA	GOVERNADOR NUNES FREIRE	R$ 2.046,16	R$ -	R$ 2.046,16	R$ 2.046,16	R$ 24.553,92
13.892.442/0001-31	MA	GRACA ARANHA	R$ 500,96	R$ -	R$ 500,96	R$ 500,96	R$ 6.011,52
11.354.569/0001-71	MA	GRAJAU	R$ 5.508,68	R$ -	R$ 5.508,68	R$ 5.508,68	R$ 66.104,16
11.291.712/0001-23	MA	GUIMARAES	R$ 953,15	R$ -	R$ 953,15	R$ 953,15	R$ 11.437,80
11.436.956/0001-57	MA	HUMBERTO DE CAMPOS	R$ 2.297,36	R$ -	R$ 2.297,36	R$ 2.297,36	R$ 27.568,32
11.523.226/0001-93	MA	ICATU	R$ 2.169,04	R$ -	R$ 2.169,04	R$ 2.169,04	R$ 26.028,48

12.040.308/0001-40	MA	IGARAPE DO MEIO	R$ 1.134,16	R$ -	R$ 1.134,16	R$ 1.134,16	R$ 13.609,92
11.423.116/0001-50	MA	IGARAPE GRANDE	R$ 896,89	R$ -	R$ 896,89	R$ 896,89	R$ 10.762,68
00.939.023/0001-66	MA	IMPERATRIZ	R$ 20.296,59	R$ -	R$ 20.296,59	R$ 20.296,59	R$ 243.559,08
11.243.194/0001-72	MA	ITAIPAVA DO GRAJAU	R$ 1.284,56	R$ -	R$ 1.284,56	R$ 1.284,56	R$ 15.414,72
11.129.938/0001-22	MA	ITAPECURU MIRIM	R$ 5.456,24	R$ -	R$ 5.456,24	R$ 5.456,24	R$ 65.474,88
13.863.418/0001-74	MA	ITINGA DO MARANHAO	R$ 2.060,00	R$ -	R$ 2.060,00	R$ 2.060,00	R$ 24.720,00
12.086.790/0001-59	MA	JATOBA	R$ 812,24	R$ -	R$ 812,24	R$ 812,24	R$ 9.746,88
13.848.108/0001-80	MA	JENIPAPO DOS VIEIRAS	R$ 1.333,90	R$ -	R$ 1.333,90	R$ 1.333,90	R$ 16.006,80
11.939.565/0001-55	MA	JOAO LISBOA	R$ 1.872,38	R$ -	R$ 1.872,38	R$ 1.872,38	R$ 22.468,56
11.261.444/0001-05	MA	JOSELANDIA	R$ 1.293,44	R$ -	R$ 1.293,44	R$ 1.293,44	R$ 15.521,28
13.847.763/0001-14	MA	JUNCO DO MARANHAO	R$ 316,00	R$ -	R$ 316,00	R$ 316,00	R$ 3.792,00
97.550.981/0001-82	MA	LAGO DA PEDRA	R$ 4.021,28	R$ -	R$ 4.021,28	R$ 4.021,28	R$ 48.255,36
12.127.037/0001-64	MA	LAGO DO JUNCO	R$ 867,20	R$ -	R$ 867,20	R$ 867,20	R$ 10.406,40
11.423.168/0001-26	MA	LAGO DOS RODRIGUES	R$ 703,01	R$ -	R$ 703,01	R$ 703,01	R$ 8.436,12
10.790.117/0001-70	MA	LAGO VERDE	R$ 1.300,56	R$ -	R$ 1.300,56	R$ 1.300,56	R$ 15.606,72
11.304.970/0001-05	MA	LAGOA DO MATO	R$ 900,00	R$ -	R$ 900,00	R$ 900,00	R$ 10.800,00
12.263.201/0001-60	MA	LAGOA GRANDE DO MARANHAO	R$ 1.030,32	R$ -	R$ 1.030,32	R$ 1.030,32	R$ 12.363,84
11.550.115/0001-76	MA	LAJEADO NOVO	R$ 604,00	R$ -	R$ 604,00	R$ 604,00	R$ 7.248,00
11.423.292/0001-91	MA	LIMA CAMPOS	R$ 951,44	R$ -	R$ 951,44	R$ 951,44	R$ 11.417,28
11.790.670/0001-75	MA	LORETO	R$ 972,56	R$ -	R$ 972,56	R$ 972,56	R$ 11.670,72
12.408.302/0001-82	MA	LUIS DOMINGUES	R$ 556,08	R$ -	R$ 556,08	R$ 556,08	R$ 6.672,96
11.250.882/0001-60	MA	MAGALHAES DE ALMEIDA	R$ 1.586,08	R$ -	R$ 1.586,08	R$ 1.586,08	R$ 19.032,96
11.452.644/0001-37	MA	MARACACUME	R$ 1.711,60	R$ -	R$ 1.711,60	R$ 1.711,60	R$ 20.539,20
11.771.351/0001-12	MA	MARAJA DO SENA	R$ 629,35	R$ -	R$ 629,35	R$ 629,35	R$ 7.552,20
11.317.262/0001-09	MA	MARANHAOZINHO	R$ 1.301,20	R$ -	R$ 1.301,20	R$ 1.301,20	R$ 15.614,40
11.990.341/0001-78	MA	MATA ROMA	R$ 1.346,32	R$ -	R$ 1.346,32	R$ 1.346,32	R$ 16.155,84
11.463.523/0001-90	MA	MATINHA	R$ 1.851,62	R$ -	R$ 1.851,62	R$ 1.851,62	R$ 22.219,44
12.671.254/0001-10	MA	MATOES	R$ 2.702,56	R$ -	R$ 2.702,56	R$ 2.702,56	R$ 32.430,72
11.513.052/0001-88	MA	MATOES DO NORTE	R$ 1.339,60	R$ -	R$ 1.339,60	R$ 1.339,60	R$ 16.075,20
14.145.677/0001-22	MA	MILAGRES DO MARANHAO	R$ 677,12	R$ -	R$ 677,12	R$ 677,12	R$ 8.125,44
12.250.370/0001-66	MA	MIRADOR	R$ 1.681,20	R$ -	R$ 1.681,20	R$ 1.681,20	R$ 20.174,40
11.321.235/0001-00	MA	MIRANDA DO NORTE	R$ 2.248,65	R$ -	R$ 2.248,65	R$ 2.248,65	R$ 26.983,80
11.516.236/0001-00	MA	MIRINZAL	R$ 1.185,45	R$ -	R$ 1.185,45	R$ 1.185,45	R$ 14.225,40
14.042.781/0001-91	MA	MONCAO	R$ 2.674,72	R$ -	R$ 2.674,72	R$ 2.674,72	R$ 32.096,64
11.753.150/0001-92	MA	MONTES ALTOS	R$ 732,80	R$ -	R$ 732,80	R$ 732,80	R$ 8.793,60
11.471.515/0001-96	MA	MORROS	R$ 1.554,64	R$ -	R$ 1.554,64	R$ 1.554,64	R$ 18.655,68
11.304.502/0001-22	MA	NINA RODRIGUES	R$ 1.156,32	R$ -	R$ 1.156,32	R$ 1.156,32	R$ 13.875,84
11.848.497/0001-19	MA	NOVA COLINAS	R$ 430,72	R$ -	R$ 430,72	R$ 430,72	R$ 5.168,64
13.984.382/0001-87	MA	NOVA IORQUE	R$ 406,96	R$ -	R$ 406,96	R$ 406,96	R$ 4.883,52
13.845.115/0001-29	MA	NOVA OLINDA DO MARANHAO	R$ 1.674,24	R$ -	R$ 1.674,24	R$ 1.674,24	R$ 20.090,88
13.970.763/0001-07	MA	OLHO D'AGUA DAS CUNHAS	R$ 1.560,40	R$ -	R$ 1.560,40	R$ 1.560,40	R$ 18.724,80
11.261.506/0001-70	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	R$ 1.176,08	R$ -	R$ 1.176,08	R$ 1.176,08	R$ 14.112,96
12.650.786/0001-71	MA	PACO DO LUMIAR	R$ 9.587,76	R$ -	R$ 9.587,76	R$ 9.587,76	R$ 115.053,12
12.006.517/0001-77	MA	PALMEIRANDIA	R$ 1.577,76	R$ -	R$ 1.577,76	R$ 1.577,76	R$ 18.933,12
13.890.788/0001-09	MA	PARAIBANO	R$ 1.710,88	R$ -	R$ 1.710,88	R$ 1.710,88	R$ 20.530,56
11.340.821/0001-93	MA	PARNARAMA	R$ 2.792,56	R$ -	R$ 2.792,56	R$ 2.792,56	R$ 33.510,72
12.009.188/0001-18	MA	PASSAGEM FRANCA	R$ 1.521,52	R$ -	R$ 1.521,52	R$ 1.521,52	R$ 18.258,24
11.885.239/0001-02	MA	PASTOS BONS	R$ 1.542,78	R$ -	R$ 1.542,78	R$ 1.542,78	R$ 18.513,36
12.504.949/0001-08	MA	PAULINO NEVES	R$ 1.282,80	R$ -	R$ 1.282,80	R$ 1.282,80	R$ 15.393,60
11.244.671/0001-14	MA	PAULO RAMOS	R$ 1.683,20	R$ -	R$ 1.683,20	R$ 1.683,20	R$ 20.198,40
10.432.389/0001-06	MA	PEDREIRAS	R$ 3.108,14	R$ -	R$ 3.108,14	R$ 3.108,14	R$ 37.297,68
12.109.949/0001-03	MA	PEDRO DO ROSARIO	R$ 2.011,52	R$ -	R$ 2.011,52	R$ 2.011,52	R$ 24.138,24
12.148.948/0001-78	MA	PENALVA	R$ 3.077,60	R$ -	R$ 3.077,60	R$ 3.077,60	R$ 36.931,20
11.465.089/0001-88	MA	PERI MIRIM	R$ 1.145,44	R$ -	R$ 1.145,44	R$ 1.145,44	R$ 13.745,28
12.253.549/0001-77	MA	PERITORO	R$ 1.855,68	R$ -	R$ 1.855,68	R$ 1.855,68	R$ 22.268,16
11.146.975/0001-49	MA	PINDARE-MIRIM	R$ 2.609,94	R$ -	R$ 2.609,94	R$ 2.609,94	R$ 31.319,28
11.782.162/0001-45	MA	PINHEIRO	R$ 6.606,82	R$ -	R$ 6.606,82	R$ 6.606,82	R$ 79.281,84
97.522.972/0001-88	MA	PIO XII	R$ 1.718,80	R$ -	R$ 1.718,80	R$ 1.718,80	R$ 20.625,60
13.660.636/0001-01	MA	PIRAPEMAS	R$ 1.490,00	R$ -	R$ 1.490,00	R$ 1.490,00	R$ 17.880,00
11.869.862/0001-71	MA	POCAO DE PEDRAS	R$ 1.567,36	R$ -	R$ 1.567,36	R$ 1.567,36	R$ 18.808,32
14.391.512/0001-30	MA	PORTO FRANCO	R$ 1.892,43	R$ -	R$ 1.892,43	R$ 1.892,43	R$ 22.709,16
12.029.307/0001-02	MA	PORTO RICO DO MARANHAO	R$ 568,80	R$ -	R$ 568,80	R$ 568,80	R$ 6.825,60
11.379.508/0001-69	MA	PRESIDENTE DUTRA	R$ 3.787,55	R$ -	R$ 3.787,55	R$ 3.787,55	R$ 45.450,60
12.115.932/0001-69	MA	PRESIDENTE JUSCELINO	R$ 1.018,72	R$ -	R$ 1.018,72	R$ 1.018,72	R$ 12.224,64
11.706.509/0001-70	MA	PRESIDENTE MEDICI	R$ 561,20	R$ -	R$ 561,20	R$ 561,20	R$ 6.734,40
11.480.077/0001-22	MA	PRESIDENTE SARNEY	R$ 1.513,44	R$ -	R$ 1.513,44	R$ 1.513,44	R$ 18.161,28
14.014.359/0001-22	MA	PRESIDENTE VARGAS	R$ 895,44	R$ -	R$ 895,44	R$ 895,44	R$ 10.745,28
13.872.365/0001-58	MA	PRIMEIRA CRUZ	R$ 1.225,20	R$ -	R$ 1.225,20	R$ 1.225,20	R$ 14.702,40
14.049.707/0001-05	MA	RAPOSA	R$ 2.437,22	R$ -	R$ 2.437,22	R$ 2.437,22	R$ 29.246,64
11.982.875/0001-52	MA	RIACHAO	R$ 1.615,60	R$ -	R$ 1.615,60	R$ 1.615,60	R$ 19.387,20
11.163.522/0001-20	MA	RIBAMAR FIQUENE	R$ 617,29	R$ -	R$ 617,29	R$ 617,29	R$ 7.407,48
11.830.560/0001-90	MA	ROSARIO	R$ 3.386,32	R$ -	R$ 3.386,32	R$ 3.386,32	R$ 40.635,84
11.866.700/0001-80	MA	SAMBAIBA	R$ 453,68	R$ -	R$ 453,68	R$ 453,68	R$ 5.444,16
13.891.785/0001-81	MA	SANTA FILOMENA DO MARANHAO	R$ 621,84	R$ -	R$ 621,84	R$ 621,84	R$ 7.462,08
11.877.090/0001-10	MA	SANTA HELENA	R$ 3.370,40	R$ -	R$ 3.370,40	R$ 3.370,40	R$ 40.444,80
12.684.909/0001-95	MA	SANTA INES	R$ 7.055,02	R$ -	R$ 7.055,02	R$ 7.055,02	R$ 84.660,24
11.487.015/0001-42	MA	SANTA LUZIA	R$ 5.813,36	R$ -	R$ 5.813,36	R$ 5.813,36	R$ 69.760,32
08.999.023/0001-63	MA	SANTA LUZIA DO PARUA	R$ 2.020,32	R$ -	R$ 2.020,32	R$ 2.020,32	R$ 24.243,84
13.851.179/0001-32	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	R$ 2.364,08	R$ -	R$ 2.364,08	R$ 2.364,08	R$ 28.368,96
11.191.658/0001-44	MA	SANTA RITA	R$ 2.999,28	R$ -	R$ 2.999,28	R$ 2.999,28	R$ 35.991,36
11.426.957/0001-10	MA	SANTANA DO MARANHAO	R$ 1.070,88	R$ -	R$ 1.070,88	R$ 1.070,88	R$ 12.850,56
14.079.278/0001-00	MA	SANTO AMARO DO MARANHAO	R$ 1.267,68	R$ -	R$ 1.267,68	R$ 1.267,68	R$ 15.212,16
11.745.309/0001-27	MA	SANTO ANTONIO DOS LOPES	R$ 1.162,24	R$ -	R$ 1.162,24	R$ 1.162,24	R$ 13.946,88
14.016.482/0001-82	MA	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	R$ 1.493,04	R$ -	R$ 1.493,04	R$ 1.493,04	R$ 17.916,48
11.418.184/0001-20	MA	SAO BENTO	R$ 3.582,10	R$ -	R$ 3.582,10	R$ 3.582,10	R$ 42.985,20
13.956.238/0001-37	MA	SAO BERNARDO	R$ 2.280,56	R$ -	R$ 2.280,56	R$ 2.280,56	R$ 27.366,72
13.951.441/0001-10	MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	R$ 591,36	R$ -	R$ 591,36	R$ 591,36	R$ 7.096,32
11.331.341/0001-66	MA	SAO DOMINGOS DO MARANHAO	R$ 2.750,08	R$ -	R$ 2.750,08	R$ 2.750,08	R$ 33.000,96
12.052.741/0001-03	MA	SAO FELIX DE BALSAS	R$ 366,80	R$ -	R$ 366,80	R$ 366,80	R$ 4.401,60
14.001.532/0001-58	MA	SAO FRANCISCO DO BREJAO	R$ 943,84	R$ -	R$ 943,84	R$ 943,84	R$ 11.326,08
12.122.155/0001-80	MA	SAO FRANCISCO DO MARANHAO	R$ 1.184,08	R$ -	R$ 1.184,08	R$ 1.184,08	R$ 14.208,96
13.299.539/0001-35	MA	SAO JOAO BATISTA	R$ 1.653,20	R$ -	R$ 1.653,20	R$ 1.653,20	R$ 19.838,40
11.753.503/0001-54	MA	SAO JOAO DO CARU	R$ 1.264,64	R$ -	R$ 1.264,64	R$ 1.264,64	R$ 15.175,68
14.588.101/0001-30	MA	SAO JOAO DO PARAISO	R$ 885,56	R$ -	R$ 885,56	R$ 885,56	R$ 10.626,72
11.285.716/0001-07	MA	SAO JOAO DO SOTER	R$ 1.483,44	R$ -	R$ 1.483,44	R$ 1.483,44	R$ 17.801,28
10.547.447/0001-39	MA	SAO JOAO DOS PATOS	R$ 2.054,37	R$ -	R$ 2.054,37	R$ 2.054,37	R$ 24.652,44
12.281.734/0001-75	MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	R$ 13.941,60	R$ -	R$ 13.941,60	R$ 13.941,60	R$ 167.299,20
13.889.929/0001-65	MA	SAO JOSE DOS BASILIOS	R$ 611,28	R$ -	R$ 611,28	R$ 611,28	R$ 7.335,36
13.816.886/0001-98	MA	SAO LUIS	R$ 86.455,51	R$ -	R$ 86.455,51	R$ 86.455,51	R$ 1.037.466,12
11.462.572/0001-09	MA	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	R$ 1.508,48	R$ -	R$ 1.508,48	R$ 1.508,48	R$ 18.101,76
13.829.344/0001-50	MA	SAO MATEUS DO MARANHAO	R$ 3.290,37	R$ -	R$ 3.290,37	R$ 3.290,37	R$ 39.484,44
11.517.066/0001-70	MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	R$ 1.005,44	R$ -	R$ 1.005,44	R$ 1.005,44	R$ 12.065,28
12.124.231/0001-96	MA	SAO PEDRO DOS CRENTES	R$ 369,85	R$ -	R$ 369,85	R$ 369,85	R$ 4.438,20
11.417.081/0001-46	MA	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	R$ 1.494,93	R$ -	R$ 1.494,93	R$ 1.494,93	R$ 17.939,16
11.372.872/0001-05	MA	SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	R$ 473,68	R$ -	R$ 473,68	R$ 473,68	R$ 5.684,16
11.419.994/0001-00	MA	SAO ROBERTO	R$ 537,52	R$ -	R$ 537,52	R$ 537,52	R$ 6.450,24
11.700.183/0001-74	MA	SAO VICENTE FERRER	R$ 1.779,76	R$ -	R$ 1.779,76	R$ 1.779,76	R$ 21.357,12

11.344.002/0001-14	MA	SATUBINHA	R$ 1.123,82	R$ -	R$ 1.123,82	R$ 1.123,82	R$ 13.485,84
14.058.692/0001-33	MA	SENADOR ALEXANDRE COSTA	R$ 891,28	R$ -	R$ 891,28	R$ 891,28	R$ 10.695,36
14.091.765/0001-99	MA	SENADOR LA ROCQUE	R$ 1.533,83	R$ -	R$ 1.533,83	R$ 1.533,83	R$ 18.405,96
14.173.958/0001-99	MA	SERRANO DO MARANHAO	R$ 886,80	R$ -	R$ 886,80	R$ 886,80	R$ 10.641,60
13.911.662/0001-65	MA	SITIO NOVO	R$ 1.446,48	R$ -	R$ 1.446,48	R$ 1.446,48	R$ 17.357,76
13.823.998/0001-76	MA	SUCUPIRA DO NORTE	R$ 850,88	R$ -	R$ 850,88	R$ 850,88	R$ 10.210,56
12.095.429/0001-99	MA	SUCUPIRA DO RIACHAO	R$ 452,80	R$ -	R$ 452,80	R$ 452,80	R$ 5.433,60
97.551.531/0001-04	MA	TASSO FRAGOSO	R$ 681,68	R$ -	R$ 681,68	R$ 681,68	R$ 8.180,16
11.654.042/0001-62	MA	TIMBIRAS	R$ 2.329,92	R$ -	R$ 2.329,92	R$ 2.329,92	R$ 27.959,04
11.410.879/0001-66	MA	TIMON	R$ 13.398,48	R$ -	R$ 13.398,48	R$ 13.398,48	R$ 160.781,76
11.424.417/0001-06	MA	TRIZIDELA DO VALE	R$ 1.742,92	R$ -	R$ 1.742,92	R$ 1.742,92	R$ 20.915,04
11.283.666/0001-10	MA	TUFILANDIA	R$ 467,20	R$ -	R$ 467,20	R$ 467,20	R$ 5.606,40
10.476.850/0001-14	MA	TUNTUM	R$ 3.346,56	R$ -	R$ 3.346,56	R$ 3.346,56	R$ 40.158,72
13.866.588/0001-02	MA	TURIACU	R$ 2.848,32	R$ -	R$ 2.848,32	R$ 2.848,32	R$ 34.179,84
13.937.584/0001-78	MA	TURILANDIA	R$ 2.049,52	R$ -	R$ 2.049,52	R$ 2.049,52	R$ 24.594,24
11.241.578/0001-56	MA	TUTOIA	R$ 4.708,80	R$ -	R$ 4.708,80	R$ 4.708,80	R$ 56.505,60
11.855.915/0001-03	MA	URBANO SANTOS	R$ 2.649,76	R$ -	R$ 2.649,76	R$ 2.649,76	R$ 31.797,12
11.400.133/0001-71	MA	VARGEM GRANDE	R$ 4.520,80	R$ -	R$ 4.520,80	R$ 4.520,80	R$ 54.249,60
12.913.408/0001-33	MA	VIANA	R$ 4.154,94	R$ -	R$ 4.154,94	R$ 4.154,94	R$ 49.859,28
13.844.558/0001-03	MA	VILA NOVA DOS MARTIRIOS	R$ 1.071,36	R$ -	R$ 1.071,36	R$ 1.071,36	R$ 12.856,32
14.070.963/0001-76	MA	VITORIA DO MEARIM	R$ 2.621,12	R$ -	R$ 2.621,12	R$ 2.621,12	R$ 31.453,44
97.535.309/0001-18	MA	VITORINO FREIRE	R$ 2.521,84	R$ -	R$ 2.521,84	R$ 2.521,84	R$ 30.262,08
10.807.724/0001-03	MA	ZE DOCA	R$ 4.137,12	R$ -	R$ 4.137,12	R$ 4.137,12	R$ 49.645,44
12.498.121/0001-94	MG	ABADIA DOS DOURADOS	R$ 553,74	R$ -	R$ 553,74	R$ 553,74	R$ 6.644,88
11.943.989/0001-93	MG	ABAETE	R$ 1.841,09	R$ -	R$ 1.841,09	R$ 1.841,09	R$ 22.093,08
13.954.517/0001-61	MG	ABRE CAMPO	R$ 1.065,97	R$ -	R$ 1.065,97	R$ 1.065,97	R$ 12.791,64
13.656.532/0001-23	MG	ACAIACA	R$ 316,45	R$ -	R$ 316,45	R$ 316,45	R$ 3.797,40
14.731.550/0001-95	MG	ACUCENA	R$ 903,94	R$ -	R$ 903,94	R$ 903,94	R$ 10.847,28
11.639.303/0001-75	MG	AGUA BOA	R$ 1.331,44	R$ -	R$ 1.331,44	R$ 1.331,44	R$ 15.977,28
12.647.550/0001-86	MG	AGUA COMPRIDA	R$ 171,46	R$ -	R$ 171,46	R$ 171,46	R$ 2.057,52
13.353.761/0001-79	MG	AGUANIL	R$ 355,43	R$ -	R$ 355,43	R$ 355,43	R$ 4.265,16
11.481.957/0001-13	MG	AGUAS FORMOSAS	R$ 1.521,79	R$ -	R$ 1.521,79	R$ 1.521,79	R$ 18.261,48
11.547.202/0001-74	MG	AGUAS VERMELHAS	R$ 1.072,71	R$ -	R$ 1.072,71	R$ 1.072,71	R$ 12.872,52
97.520.031/0001-05	MG	AIMORES	R$ 1.994,00	R$ -	R$ 1.994,00	R$ 1.994,00	R$ 23.928,00
13.081.164/0001-32	MG	AIURUOCA	R$ 475,62	R$ -	R$ 475,62	R$ 475,62	R$ 5.707,44
13.038.190/0001-88	MG	ALAGOA	R$ 231,83	R$ -	R$ 231,83	R$ 231,83	R$ 2.781,96
13.820.031/0001-30	MG	ALBERTINA	R$ 238,25	R$ -	R$ 238,25	R$ 238,25	R$ 2.859,00
19.306.957/0001-99	MG	ALEM PARAIBA	R$ 2.774,56	R$ -	R$ 2.774,56	R$ 2.774,56	R$ 33.294,72
11.436.319/0001-80	MG	ALFENAS	R$ 6.276,61	R$ -	R$ 6.276,61	R$ 6.276,61	R$ 75.319,32
11.445.817/0001-90	MG	ALFREDO VASCONCELOS	R$ 547,25	R$ -	R$ 547,25	R$ 547,25	R$ 6.567,00
11.486.972/0001-54	MG	ALMENARA	R$ 3.319,45	R$ -	R$ 3.319,45	R$ 3.319,45	R$ 39.833,40
12.438.791/0001-15	MG	ALPERCATA	R$ 588,21	R$ -	R$ 588,21	R$ 588,21	R$ 7.058,52
11.970.098/0001-26	MG	ALPINOPOLIS	R$ 1.557,70	R$ -	R$ 1.557,70	R$ 1.557,70	R$ 18.692,40
10.544.842/0001-68	MG	ALTEROSA	R$ 1.146,15	R$ -	R$ 1.146,15	R$ 1.146,15	R$ 13.753,80
13.008.416/0001-06	MG	ALTO CAPARAO	R$ 463,26	R$ -	R$ 463,26	R$ 463,26	R$ 5.559,12
13.024.945/0001-95	MG	ALTO JEQUITIBA	R$ 658,96	R$ -	R$ 658,96	R$ 658,96	R$ 7.907,52
11.242.596/0001-52	MG	ALTO RIO DOCE	R$ 1.012,41	R$ -	R$ 1.012,41	R$ 1.012,41	R$ 12.148,92
22.727.202/0001-72	MG	ALVARENGA	R$ 363,60	R$ -	R$ 363,60	R$ 363,60	R$ 4.363,20
12.824.692/0001-71	MG	ALVINOPOLIS	R$ 1.204,55	R$ -	R$ 1.204,55	R$ 1.204,55	R$ 14.454,60
11.949.145/0001-50	MG	ALVORADA DE MINAS	R$ 288,48	R$ -	R$ 288,48	R$ 288,48	R$ 3.461,76	R$ 3.750,24
13.050.914/0001-09	MG	AMPARO DO SERRA	R$ 424,84	R$ -	R$ 424,84	R$ 424,84	R$ 5.098,08	R$ 5.522,92
11.412.071/0001-18	MG	ANDRADAS	R$ 3.222,96	R$ -	R$ 3.222,96	R$ 3.222,96	R$ 38.675,52	R$ 41.898,48
00.161.822/0001-54	MG	ANDRELANDIA	R$ 959,11	R$ -	R$ 959,11	R$ 959,11	R$ 11.509,32	R$ 12.468,43
11.405.397/0001-18	MG	ANGELANDIA	R$ 681,60	R$ -	R$ 681,60	R$ 681,60	R$ 8.179,20	R$ 8.860,80
10.546.524/0001-36	MG	ANTONIO CARLOS	R$ 906,80	R$ -	R$ 906,80	R$ 906,80	R$ 10.881,60	R$ 11.788,40
13.534.517/0001-02	MG	ANTONIO DIAS	R$ 738,27	R$ -	R$ 738,27	R$ 738,27	R$ 8.859,24	R$ 9.597,51
13.421.104/0001-11	MG	ANTONIO PRADO DE MINAS	R$ 164,01	R$ -	R$ 164,01	R$ 164,01	R$ 1.968,12	R$ 2.132,13
11.728.277/0001-51	MG	ARACAI	R$ 199,98	R$ -	R$ 199,98	R$ 199,98	R$ 2.399,76	R$ 2.599,74
13.325.430/0001-25	MG	ARACITABA	R$ 163,45	R$ -	R$ 163,45	R$ 163,45	R$ 1.961,40	R$ 2.124,85
11.956.460/0001-04	MG	ARACUAI	R$ 2.908,40	R$ -	R$ 2.908,40	R$ 2.908,40	R$ 34.900,80	R$ 37.809,20
19.250.765/0001-08	MG	ARAGUARI	R$ 9.200,95	R$ -	R$ 9.200,95	R$ 9.200,95	R$ 110.411,40	R$ 119.612,35
13.915.452/0001-45	MG	ARANTINA	R$ 221,45	R$ -	R$ 221,45	R$ 221,45	R$ 2.657,40	R$ 2.878,85
11.431.652/0001-05	MG	ARAPONGA	R$ 675,12	R$ -	R$ 675,12	R$ 675,12	R$ 8.101,44	R$ 8.776,56
11.409.354/0001-00	MG	ARAPORA	R$ 538,95	R$ -	R$ 538,95	R$ 538,95	R$ 6.467,40	R$ 7.006,35
11.503.809/0001-52	MG	ARAPUA	R$ 222,36	R$ -	R$ 222,36	R$ 222,36	R$ 2.668,32	R$ 2.890,68
21.441.367/0001-10	MG	ARAUJOS	R$ 734,71	R$ -	R$ 734,71	R$ 734,71	R$ 8.816,52	R$ 9.551,23
12.046.773/0001-98	MG	ARAXA	R$ 8.334,89	R$ -	R$ 8.334,89	R$ 8.334,89	R$ 100.018,68	R$ 108.353,57
11.422.799/0001-20	MG	ARCEBURGO	R$ 853,47	R$ -	R$ 853,47	R$ 853,47	R$ 10.241,64	R$ 11.095,11
02.666.567/0001-27	MG	ARCOS	R$ 3.145,68	R$ -	R$ 3.145,68	R$ 3.145,68	R$ 37.748,16	R$ 40.893,84

11.316.261/0001-31	MG	AREADO	R$ 1.182,42	R$ -	R$ 1.182,42	R$ 1.182,42	R$ 14.189,04	R$ 15.371,46
12.991.331/0001-10	MG	ARGIRITA	R$ 241,73	R$ -	R$ 241,73	R$ 241,73	R$ 2.900,76	R$ 3.142,49
11.325.162/0001-16	MG	ARICANDUVA	R$ 418,48	R$ -	R$ 418,48	R$ 418,48	R$ 5.021,76	R$ 5.440,24
12.111.691/0001-80	MG	ARINOS	R$ 1.416,25	R$ -	R$ 1.416,25	R$ 1.416,25	R$ 16.995,00	R$ 18.411,25
11.431.781/0001-95	MG	ASTOLFO DUTRA	R$ 1.123,41	R$ -	R$ 1.123,41	R$ 1.123,41	R$ 13.480,92	R$ 14.604,33
11.491.439/0001-80	MG	ATALEIA	R$ 1.212,96	R$ -	R$ 1.212,96	R$ 1.212,96	R$ 14.555,52	R$ 15.768,48
12.041.959/0001-54	MG	AUGUSTO DE LIMA	R$ 385,77	R$ -	R$ 385,77	R$ 385,77	R$ 4.629,24	R$ 5.015,01
11.391.585/0001-34	MG	BAEPENDI	R$ 1.517,11	R$ -	R$ 1.517,11	R$ 1.517,11	R$ 18.205,32	R$ 19.722,43
12.670.009/0001-99	MG	BALDIM	R$ 679,96	R$ -	R$ 679,96	R$ 679,96	R$ 8.159,52	R$ 8.839,48
21.505.966/0001-50	MG	BAMBUI	R$ 1.869,66	R$ -	R$ 1.869,66	R$ 1.869,66	R$ 22.435,92	R$ 24.305,58
12.509.104/0001-05	MG	BANDEIRA	R$ 441,68	R$ -	R$ 441,68	R$ 441,68	R$ 5.300,16	R$ 5.741,84
12.361.991/0001-17	MG	BANDEIRA DO SUL	R$ 455,26	R$ -	R$ 455,26	R$ 455,26	R$ 5.463,12	R$ 5.918,38
11.569.465/0001-84	MG	BARAO DE COCAIS	R$ 2.548,82	R$ -	R$ 2.548,82	R$ 2.548,82	R$ 30.585,84	R$ 33.134,66
12.352.382/0001-00	MG	BARAO DE MONTE ALTO	R$ 427,61	R$ -	R$ 427,61	R$ 427,61	R$ 5.131,32	R$ 5.558,93
14.675.553/0001-59	MG	BARBACENA	R$ 10.773,79	R$ -	R$ 10.773,79	R$ 10.773,79	R$ 129.285,48	R$ 140.059,27
19.355.269/0001-19	MG	BARRA LONGA	R$ 558,58	R$ -	R$ 558,58	R$ 558,58	R$ 6.702,96	R$ 7.261,54
11.260.914/0001-08	MG	BARROSO	R$ 1.632,78	R$ -	R$ 1.632,78	R$ 1.632,78	R$ 19.593,36	R$ 21.226,14
11.900.204/0001-03	MG	BELA VISTA DE MINAS	R$ 812,51	R$ -	R$ 812,51	R$ 812,51	R$ 9.750,12	R$ 10.562,63
12.380.322/0001-92	MG	BELMIRO BRAGA	R$ 271,68	R$ -	R$ 271,68	R$ 271,68	R$ 3.260,16	R$ 3.531,84
11.728.239/0001-07	MG	BELO HORIZONTE	R$ 195.168,52	R$ -	R$ 195.168,52	R$ 195.168,52	R$ 2.342.022,24	R$ 2.537.190,76
12.066.257/0001-25	MG	BELO ORIENTE	R$ 2.115,46	R$ -	R$ 2.115,46	R$ 2.115,46	R$ 25.385,52	R$ 27.500,98
13.481.854/0001-89	MG	BELO VALE	R$ 611,27	R$ -	R$ 611,27	R$ 611,27	R$ 7.335,24	R$ 7.946,51
11.461.867/0001-60	MG	BERILO	R$ 1.086,81	R$ -	R$ 1.086,81	R$ 1.086,81	R$ 13.041,72	R$ 14.128,53
13.018.562/0001-04	MG	BERIZAL	R$ 375,16	R$ -	R$ 375,16	R$ 375,16	R$ 4.501,92	R$ 4.877,08
13.080.578/0001-47	MG	BERTOPOLIS	R$ 368,32	R$ -	R$ 368,32	R$ 368,32	R$ 4.419,84	R$ 4.788,16
13.064.113/0001-00	MG	BETIM	R$ 34.471,29	R$ -	R$ 34.471,29	R$ 34.471,29	R$ 413.655,48	R$ 448.126,77
11.422.285/0001-75	MG	BIAS FORTES	R$ 307,49	R$ -	R$ 307,49	R$ 307,49	R$ 3.689,88	R$ 3.997,37
11.668.831/0001-52	MG	BICAS	R$ 1.137,22	R$ -	R$ 1.137,22	R$ 1.137,22	R$ 13.646,64	R$ 14.783,86
19.258.087/0001-20	MG	BIQUINHAS	R$ 199,27	R$ -	R$ 199,27	R$ 199,27	R$ 2.391,24	R$ 2.590,51
11.434.342/0001-36	MG	BOA ESPERANCA	R$ 3.148,43	R$ -	R$ 3.148,43	R$ 3.148,43	R$ 37.781,16	R$ 40.929,59
13.821.953/0001-62	MG	BOCAINA DE MINAS	R$ 403,28	R$ -	R$ 403,28	R$ 403,28	R$ 4.839,36	R$ 5.242,64
11.274.221/0001-74	MG	BOCAIUVA	R$ 3.921,43	R$ -	R$ 3.921,43	R$ 3.921,43	R$ 47.057,16	R$ 50.978,59
00.390.877/0001-36	MG	BOM DESPACHO	R$ 3.970,55	R$ -	R$ 3.970,55	R$ 3.970,55	R$ 47.646,60	R$ 51.617,15
13.786.574/0001-89	MG	BOM JARDIM DE MINAS	R$ 512,94	R$ -	R$ 512,94	R$ 512,94	R$ 6.155,28	R$ 6.668,22
14.926.619/0001-36	MG	BOM JESUS DA PENHA	R$ 330,87	R$ -	R$ 330,87	R$ 330,87	R$ 3.970,44	R$ 4.301,31
12.533.595/0001-20	MG	BOM JESUS DO AMPARO	R$ 481,96	R$ -	R$ 481,96	R$ 481,96	R$ 5.783,52	R$ 6.265,48
13.309.424/0001-84	MG	BOM JESUS DO GALHO	R$ 1.183,31	R$ -	R$ 1.183,31	R$ 1.183,31	R$ 14.199,72	R$ 15.383,03
12.005.513/0001-74	MG	BOM REPOUSO	R$ 835,65	R$ -	R$ 835,65	R$ 835,65	R$ 10.027,80	R$ 10.863,45
12.781.322/0001-02	MG	BOM SUCESSO	R$ 1.394,70	R$ -	R$ 1.394,70	R$ 1.394,70	R$ 16.736,40	R$ 18.131,10
12.021.377/0001-06	MG	BONFIM	R$ 544,16	R$ -	R$ 544,16	R$ 544,16	R$ 6.529,92	R$ 7.074,08
18.222.648/0001-78	MG	BONFINOPOLIS DE MINAS	R$ 465,01	R$ -	R$ 465,01	R$ 465,01	R$ 5.580,12	R$ 6.045,13
12.729.061/0001-73	MG	BONITO DE MINAS	R$ 898,40	R$ -	R$ 898,40	R$ 898,40	R$ 10.780,80	R$ 11.679,20
11.303.623/0001-50	MG	BORDA DA MATA	R$ 1.523,10	R$ -	R$ 1.523,10	R$ 1.523,10	R$ 18.277,20	R$ 19.800,30
12.899.280/0001-09	MG	BOTELHOS	R$ 1.174,65	R$ -	R$ 1.174,65	R$ 1.174,65	R$ 14.095,80	R$ 15.270,45
12.556.107/0001-08	MG	BOTUMIRIM	R$ 500,66	R$ -	R$ 500,66	R$ 500,66	R$ 6.007,92	R$ 6.508,58
11.328.974/0001-15	MG	BRAS PIRES	R$ 343,31	R$ -	R$ 343,31	R$ 343,31	R$ 4.119,72	R$ 4.463,03
11.993.669/0001-48	MG	BRASILANDIA DE MINAS	R$ 1.310,32	R$ -	R$ 1.310,32	R$ 1.310,32	R$ 15.723,84	R$ 17.034,16
11.385.910/0001-56	MG	BRASILIA DE MINAS	R$ 2.562,88	R$ -	R$ 2.562,88	R$ 2.562,88	R$ 30.754,56	R$ 33.317,44
11.517.350/0001-46	MG	BRAUNAS	R$ 422,46	R$ -	R$ 422,46	R$ 422,46	R$ 5.069,52	R$ 5.491,98
11.919.724/0001-50	MG	BRAZOPOLIS	R$ 1.145,60	R$ -	R$ 1.145,60	R$ 1.145,60	R$ 13.747,20	R$ 14.892,80
14.208.587/0001-33	MG	BRUMADINHO	R$ 3.146,54	R$ -	R$ 3.146,54	R$ 3.146,54	R$ 37.758,48	R$ 40.905,02
11.408.949/0001-41	MG	BUENO BRANDAO	R$ 871,62	R$ -	R$ 871,62	R$ 871,62	R$ 10.459,44	R$ 11.331,06
11.568.217/0001-19	MG	BUENOPOLIS	R$ 821,23	R$ -	R$ 821,23	R$ 821,23	R$ 9.854,76	R$ 10.675,99
11.309.666/0001-42	MG	BUGRE	R$ 315,50	R$ -	R$ 315,50	R$ 315,50	R$ 3.786,00	R$ 4.101,50
11.638.768/0001-01	MG	BURITIS	R$ 1.968,17	R$ -	R$ 1.968,17	R$ 1.968,17	R$ 23.618,04	R$ 25.586,21
12.134.901/0001-55	MG	BURITIZEIRO	R$ 2.222,90	R$ -	R$ 2.222,90	R$ 2.222,90	R$ 26.674,80	R$ 28.897,70

11.969.673/0001-70	MG	CABECEIRA GRANDE	R$ 550,57	R$ -	R$ 550,57	R$ 550,57	R$ 6.606,84	R$ 7.157,41
16.774.380/0001-51	MG	CABO VERDE	R$ 1.115,17	R$ -	R$ 1.115,17	R$ 1.115,17	R$ 13.382,04	R$ 14.497,21
19.123.862/0001-30	MG	CACHOEIRA DA PRATA	R$ 308,82	R$ -	R$ 308,82	R$ 308,82	R$ 3.705,84	R$ 4.014,66
11.300.562/0001-77	MG	CACHOEIRA DE MINAS	R$ 906,00	R$ -	R$ 906,00	R$ 906,00	R$ 10.872,00	R$ 11.778,00
12.795.145/0001-05	MG	CACHOEIRA DE PAJEU	R$ 752,96	R$ -	R$ 752,96	R$ 752,96	R$ 9.035,52	R$ 9.788,48
11.454.019/0001-24	MG	CACHOEIRA DOURADA	R$ 211,22	R$ -	R$ 211,22	R$ 211,22	R$ 2.534,64	R$ 2.745,86
13.029.783/0001-88	MG	CAETANOPOLIS	R$ 912,04	R$ -	R$ 912,04	R$ 912,04	R$ 10.944,48	R$ 11.856,52
11.348.416/0001-11	MG	CAETE	R$ 3.508,64	R$ -	R$ 3.508,64	R$ 3.508,64	R$ 42.103,68	R$ 45.612,32
11.382.631/0001-39	MG	CAIANA	R$ 435,45	R$ -	R$ 435,45	R$ 435,45	R$ 5.225,40	R$ 5.660,85
23.166.271/0001-17	MG	CAJURI	R$ 315,89	R$ -	R$ 315,89	R$ 315,89	R$ 3.790,68	R$ 4.106,57
13.893.601/0001-12	MG	CALDAS	R$ 1.147,26	R$ -	R$ 1.147,26	R$ 1.147,26	R$ 13.767,12	R$ 14.914,38
13.716.392/0001-31	MG	CAMACHO	R$ 255,84	R$ -	R$ 255,84	R$ 255,84	R$ 3.070,08	R$ 3.325,92
10.677.325/0001-67	MG	CAMANDUCAIA	R$ 1.724,85	R$ -	R$ 1.724,85	R$ 1.724,85	R$ 20.698,20	R$ 22.423,05
14.575.035/0001-63	MG	CAMBUI	R$ 2.318,62	R$ -	R$ 2.318,62	R$ 2.318,62	R$ 27.823,44	R$ 30.142,06
11.721.277/0001-20	MG	CAMBUQUIRA	R$ 1.015,26	R$ -	R$ 1.015,26	R$ 1.015,26	R$ 12.183,12	R$ 13.198,38
11.396.281/0001-60	MG	CAMPANARIO	R$ 294,82	R$ -	R$ 294,82	R$ 294,82	R$ 3.537,84	R$ 3.832,66
11.398.095/0001-60	MG	CAMPANHA	R$ 1.307,56	R$ -	R$ 1.307,56	R$ 1.307,56	R$ 15.690,72	R$ 16.998,28
11.939.987/0001-20	MG	CAMPESTRE	R$ 1.668,20	R$ -	R$ 1.668,20	R$ 1.668,20	R$ 20.018,40	R$ 21.686,60
13.932.309/0001-61	MG	CAMPINA VERDE	R$ 1.549,22	R$ -	R$ 1.549,22	R$ 1.549,22	R$ 18.590,64	R$ 20.139,86
11.286.446/0001-40	MG	CAMPO AZUL	R$ 302,42	R$ -	R$ 302,42	R$ 302,42	R$ 3.629,04	R$ 3.931,46
10.582.086/0001-61	MG	CAMPO BELO	R$ 4.239,20	R$ -	R$ 4.239,20	R$ 4.239,20	R$ 50.870,40	R$ 55.109,60
11.192.210/0001-45	MG	CAMPO DO MEIO	R$ 923,43	R$ -	R$ 923,43	R$ 923,43	R$ 11.081,16	R$ 12.004,59
11.277.550/0001-79	MG	CAMPO FLORIDO	R$ 639,54	R$ -	R$ 639,54	R$ 639,54	R$ 7.674,48	R$ 8.314,02
13.075.110/0001-64	MG	CAMPOS ALTOS	R$ 1.213,09	R$ -	R$ 1.213,09	R$ 1.213,09	R$ 14.557,08	R$ 15.770,17
11.399.269/0001-09	MG	CAMPOS GERAIS	R$ 2.279,79	R$ -	R$ 2.279,79	R$ 2.279,79	R$ 27.357,48	R$ 29.637,27
11.565.259/0001-04	MG	CANA VERDE	R$ 443,93	R$ -	R$ 443,93	R$ 443,93	R$ 5.327,16	R$ 5.771,09
11.312.448/0001-67	MG	CANAA	R$ 361,53	R$ -	R$ 361,53	R$ 361,53	R$ 4.338,36	R$ 4.699,89
13.699.286/0001-97	MG	CANAPOLIS	R$ 953,31	R$ -	R$ 953,31	R$ 953,31	R$ 11.439,72	R$ 12.393,03
11.898.726/0001-00	MG	CANDEIAS	R$ 1.289,96	R$ -	R$ 1.289,96	R$ 1.289,96	R$ 15.479,52	R$ 16.769,48
13.164.548/0001-19	MG	CANTAGALO	R$ 358,52	R$ -	R$ 358,52	R$ 358,52	R$ 4.302,24	R$ 4.660,76
12.244.189/0001-47	MG	CAPARAO	R$ 430,86	R$ -	R$ 430,86	R$ 430,86	R$ 5.170,32	R$ 5.601,18
13.577.141/0001-13	MG	CAPELA NOVA	R$ 368,66	R$ -	R$ 368,66	R$ 368,66	R$ 4.423,92	R$ 4.792,58
11.349.523/0001-64	MG	CAPELINHA	R$ 2.993,66	R$ -	R$ 2.993,66	R$ 2.993,66	R$ 35.923,92	R$ 38.917,58
12.010.253/0001-25	MG	CAPETINGA	R$ 548,28	R$ -	R$ 548,28	R$ 548,28	R$ 6.579,36	R$ 7.127,64
11.540.262/0001-65	MG	CAPIM BRANCO	R$ 772,82	R$ -	R$ 772,82	R$ 772,82	R$ 9.273,84	R$ 10.046,66
13.064.891/0001-91	MG	CAPINOPOLIS	R$ 1.268,96	R$ -	R$ 1.268,96	R$ 1.268,96	R$ 15.227,52	R$ 16.496,48
11.263.416/0001-19	MG	CAPITAO ANDRADE	R$ 433,23	R$ -	R$ 433,23	R$ 433,23	R$ 5.198,76	R$ 5.631,99
11.350.235/0001-20	MG	CAPITAO ENEAS	R$ 1.207,00	R$ -	R$ 1.207,00	R$ 1.207,00	R$ 14.484,00	R$ 15.691,00
12.302.245/0001-52	MG	CAPITOLIO	R$ 677,28	R$ -	R$ 677,28	R$ 677,28	R$ 8.127,36	R$ 8.804,64
13.933.936/0001-17	MG	CAPUTIRA	R$ 736,69	R$ -	R$ 736,69	R$ 736,69	R$ 8.840,28	R$ 9.576,97
12.453.634/0001-89	MG	CARAI	R$ 1.894,80	R$ -	R$ 1.894,80	R$ 1.894,80	R$ 22.737,60	R$ 24.632,40
13.500.458/0001-51	MG	CARANAIBA	R$ 281,51	R$ -	R$ 281,51	R$ 281,51	R$ 3.378,12	R$ 3.659,63
12.099.136/0001-80	MG	CARANDAI	R$ 2.020,46	R$ -	R$ 2.020,46	R$ 2.020,46	R$ 24.245,52	R$ 26.265,98
12.041.234/0001-66	MG	CARANGOLA	R$ 2.614,62	R$ -	R$ 2.614,62	R$ 2.614,62	R$ 31.375,44	R$ 33.990,06
14.716.711/0001-71	MG	CARATINGA	R$ 7.223,33	R$ -	R$ 7.223,33	R$ 7.223,33	R$ 86.679,96	R$ 93.903,29
11.855.266/0001-32	MG	CARBONITA	R$ 854,35	R$ -	R$ 854,35	R$ 854,35	R$ 10.252,20	R$ 11.106,55
11.323.191/0001-49	MG	CAREACU	R$ 535,36	R$ -	R$ 535,36	R$ 535,36	R$ 6.424,32	R$ 6.959,68
03.023.174/0001-68	MG	CARLOS CHAGAS	R$ 1.680,64	R$ -	R$ 1.680,64	R$ 1.680,64	R$ 20.167,68	R$ 21.848,32
02.860.311/0001-56	MG	CARMESIA	R$ 208,54	R$ -	R$ 208,54	R$ 208,54	R$ 2.502,48	R$ 2.711,02

10.431.175/0001-07	MG	CARMO DA CACHOEIRA	R$ 964,24	R$ -	R$ 964,24	R$ 964,24	R$ 11.570,88	R$ 12.535,12
02.968.198/0001-27	MG	CARMO DA MATA	R$ 909,25	R$ -	R$ 909,25	R$ 909,25	R$ 10.911,00	R$ 11.820,25
13.081.107/0001-53	MG	CARMO DE MINAS	R$ 1.177,29	R$ -	R$ 1.177,29	R$ 1.177,29	R$ 14.127,48	R$ 15.304,77
12.196.097/0001-39	MG	CARMO DO CAJURU	R$ 1.763,66	R$ -	R$ 1.763,66	R$ 1.763,66	R$ 21.163,92	R$ 22.927,58
11.926.064/0001-34	MG	CARMO DO PARANAIBA	R$ 2.379,66	R$ -	R$ 2.379,66	R$ 2.379,66	R$ 28.555,92	R$ 30.935,58
13.751.757/0001-69	MG	CARMO DO RIO CLARO	R$ 1.665,35	R$ -	R$ 1.665,35	R$ 1.665,35	R$ 19.984,20	R$ 21.649,55
14.301.644/0001-24	MG	CARMOPOLIS DE MINAS	R$ 1.518,62	R$ -	R$ 1.518,62	R$ 1.518,62	R$ 18.223,44	R$ 19.742,06
19.315.093/0001-71	MG	CARNEIRINHO	R$ 786,73	R$ -	R$ 786,73	R$ 786,73	R$ 9.440,76	R$ 10.227,49
13.240.059/0001-07	MG	CARRANCAS	R$ 317,53	R$ -	R$ 317,53	R$ 317,53	R$ 3.810,36	R$ 4.127,89
21.457.298/0001-33	MG	CARVALHOPOLIS	R$ 280,81	R$ -	R$ 280,81	R$ 280,81	R$ 3.369,72	R$ 3.650,53
13.519.240/0001-49	MG	CARVALHOS	R$ 354,80	R$ -	R$ 354,80	R$ 354,80	R$ 4.257,60	R$ 4.612,40
13.603.989/0001-70	MG	CASA GRANDE	R$ 178,82	R$ -	R$ 178,82	R$ 178,82	R$ 2.145,84	R$ 2.324,66
12.202.496/0001-65	MG	CASCALHO RICO	R$ 241,27	R$ -	R$ 241,27	R$ 241,27	R$ 2.895,24	R$ 3.136,51
19.420.183/0001-22	MG	CASSIA	R$ 1.391,91	R$ -	R$ 1.391,91	R$ 1.391,91	R$ 16.702,92	R$ 18.094,83
19.035.546/0001-06	MG	CATAGUASES	R$ 5.894,27	R$ -	R$ 5.894,27	R$ 5.894,27	R$ 70.731,24	R$ 76.625,51
13.360.265/0001-42	MG	CATAS ALTAS	R$ 425,94	R$ -	R$ 425,94	R$ 425,94	R$ 5.111,28	R$ 5.537,22
13.376.313/0001-90	MG	CATAS ALTAS DA NORUEGA	R$ 288,48	R$ -	R$ 288,48	R$ 288,48	R$ 3.461,76	R$ 3.750,24
12.264.161/0001-71	MG	CATUJI	R$ 504,88	R$ -	R$ 504,88	R$ 504,88	R$ 6.058,56	R$ 6.563,44
13.939.058/0001-47	MG	CATUTI	R$ 433,63	R$ -	R$ 433,63	R$ 433,63	R$ 5.203,56	R$ 5.637,19
13.081.140/0001-83	MG	CAXAMBU	R$ 1.699,16	R$ -	R$ 1.699,16	R$ 1.699,16	R$ 20.389,92	R$ 22.089,08
11.615.858/0001-87	MG	CEDRO DO ABAETE	R$ 92,22	R$ -	R$ 92,22	R$ 92,22	R$ 1.106,64	R$ 1.198,86
11.826.574/0001-30	MG	CENTRAL DE MINAS	R$ 557,15	R$ -	R$ 557,15	R$ 557,15	R$ 6.685,80	R$ 7.242,95
12.225.481/0001-12	MG	CENTRALINA	R$ 820,04	R$ -	R$ 820,04	R$ 820,04	R$ 9.840,48	R$ 10.660,52
11.898.295/0001-81	MG	CHACARA	R$ 249,89	R$ -	R$ 249,89	R$ 249,89	R$ 2.998,68	R$ 3.248,57
12.067.324/0001-26	MG	CHALE	R$ 451,93	R$ -	R$ 451,93	R$ 451,93	R$ 5.423,16	R$ 5.875,09
13.426.444/0001-35	MG	CHAPADA DO NORTE	R$ 1.228,48	R$ -	R$ 1.228,48	R$ 1.228,48	R$ 14.741,76	R$ 15.970,24
11.472.181/0001-75	MG	CHAPADA GAUCHA	R$ 1.083,88	R$ -	R$ 1.083,88	R$ 1.083,88	R$ 13.006,56	R$ 14.090,44
12.572.766/0001-20	MG	CHIADOR	R$ 233,34	R$ -	R$ 233,34	R$ 233,34	R$ 2.800,08	R$ 3.033,42
11.212.190/0001-27	MG	CIPOTANEA	R$ 542,96	R$ -	R$ 542,96	R$ 542,96	R$ 6.515,52	R$ 7.058,48
11.284.081/0001-15	MG	CLARAVAL	R$ 383,71	R$ -	R$ 383,71	R$ 383,71	R$ 4.604,52	R$ 4.988,23
12.846.844/0001-37	MG	CLARO DOS POCOES	R$ 664,67	R$ -	R$ 664,67	R$ 664,67	R$ 7.976,04	R$ 8.640,71
11.802.697/0001-30	MG	CLAUDIO	R$ 2.245,33	R$ -	R$ 2.245,33	R$ 2.245,33	R$ 26.943,96	R$ 29.189,29
11.311.894/0001-57	MG	COIMBRA	R$ 598,67	R$ -	R$ 598,67	R$ 598,67	R$ 7.184,04	R$ 7.782,71
21.401.430/0001-95	MG	COLUNA	R$ 765,60	R$ -	R$ 765,60	R$ 765,60	R$ 9.187,20	R$ 9.952,80
97.519.773/0001-10	MG	COMENDADOR GOMES	R$ 246,49	R$ -	R$ 246,49	R$ 246,49	R$ 2.957,88	R$ 3.204,37
12.763.383/0001-39	MG	COMERCINHO	R$ 690,96	R$ -	R$ 690,96	R$ 690,96	R$ 8.291,52	R$ 8.982,48
14.237.444/0001-50	MG	CONCEICAO DA APARECIDA	R$ 815,44	R$ -	R$ 815,44	R$ 815,44	R$ 9.785,28	R$ 10.600,72
21.676.599/0001-58	MG	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	R$ 313,28	R$ -	R$ 313,28	R$ 313,28	R$ 3.759,36	R$ 4.072,64
11.221.104/0001-42	MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS	R$ 2.188,53	R$ -	R$ 2.188,53	R$ 2.188,53	R$ 26.262,36	R$ 28.450,89
11.459.892/0001-00	MG	CONCEICAO DAS PEDRAS	R$ 222,80	R$ -	R$ 222,80	R$ 222,80	R$ 2.673,60	R$ 2.896,40
13.268.575/0001-31	MG	CONCEICAO DE IPANEMA	R$ 362,40	R$ -	R$ 362,40	R$ 362,40	R$ 4.348,80	R$ 4.711,20
12.485.323/0001-00	MG	CONCEICAO DO MATO DENTRO	R$ 1.413,64	R$ -	R$ 1.413,64	R$ 1.413,64	R$ 16.963,68	R$ 18.377,32
64.479.876/0001-45	MG	CONCEICAO DO PARA	R$ 432,09	R$ -	R$ 432,09	R$ 432,09	R$ 5.185,08	R$ 5.617,17
10.547.111/0001-76	MG	CONCEICAO DO RIO VERDE	R$ 1.080,55	R$ -	R$ 1.080,55	R$ 1.080,55	R$ 12.966,60	R$ 14.047,15
13.936.593/0001-44	MG	CONCEICAO DOS OUROS	R$ 913,14	R$ -	R$ 913,14	R$ 913,14	R$ 10.957,68	R$ 11.870,82
13.412.801/0001-06	MG	CONEGO MARINHO	R$ 605,48	R$ -	R$ 605,48	R$ 605,48	R$ 7.265,76	R$ 7.871,24
19.065.681/0001-02	MG	CONFINS	R$ 528,05	R$ -	R$ 528,05	R$ 528,05	R$ 6.336,60	R$ 6.864,65
12.667.981/0001-04	MG	CONGONHAL	R$ 937,62	R$ -	R$ 937,62	R$ 937,62	R$ 11.251,44	R$ 12.189,06
02.566.543/0001-04	MG	CONGONHAS	R$ 4.296,71	R$ -	R$ 4.296,71	R$ 4.296,71	R$ 51.560,52	R$ 55.857,23
14.713.586/0001-46	MG	CONGONHAS DO NORTE	R$ 403,60	R$ -	R$ 403,60	R$ 403,60	R$ 4.843,20	R$ 5.246,80
11.182.803/0001-20	MG	CONQUISTA	R$ 544,44	R$ -	R$ 544,44	R$ 544,44	R$ 6.533,28	R$ 7.077,72
10.720.208/0001-39	MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	R$ 10.089,29	R$ -	R$ 10.089,29	R$ 10.089,29	R$ 121.071,48	R$ 131.160,77
13.516.376/0001-03	MG	CONSELHEIRO PENA	R$ 1.816,05	R$ -	R$ 1.816,05	R$ 1.816,05	R$ 21.792,60	R$ 23.608,65
10.678.196/0001-21	MG	CONSOLACAO	R$ 141,27	R$ -	R$ 141,27	R$ 141,27	R$ 1.695,24	R$ 1.836,51
14.237.130/0001-57	MG	CONTAGEM	R$ 52.087,08	R$ -	R$ 52.087,08	R$ 52.087,08	R$ 625.044,96	R$ 677.132,04
11.248.794/0001-23	MG	COQUEIRAL	R$ 725,67	R$ -	R$ 725,67	R$ 725,67	R$ 8.708,04	R$ 9.433,71

11.268.861/0001-71	MG	CORACAO DE JESUS	R$ 2.107,70	R$ -	R$ 2.107,70	R$ 2.107,70	R$ 25.292,40	R$ 27.400,10
12.472.459/0001-77	MG	CORDISBURGO	R$ 704,36	R$ -	R$ 704,36	R$ 704,36	R$ 8.452,32	R$ 9.156,68
11.396.057/0001-78	MG	CORDISLANDIA	R$ 280,32	R$ -	R$ 280,32	R$ 280,32	R$ 3.363,84	R$ 3.644,16
11.505.370/0001-05	MG	CORINTO	R$ 1.880,23	R$ -	R$ 1.880,23	R$ 1.880,23	R$ 22.562,76	R$ 24.442,99
15.389.140/0001-70	MG	COROACI	R$ 881,92	R$ -	R$ 881,92	R$ 881,92	R$ 10.583,04	R$ 11.464,96
12.157.307/0001-80	MG	COROMANDEL	R$ 2.194,88	R$ -	R$ 2.194,88	R$ 2.194,88	R$ 26.338,56	R$ 28.533,44
15.248.034/0001-77	MG	CORONEL FABRICIANO	R$ 8.619,39	R$ -	R$ 8.619,39	R$ 8.619,39	R$ 103.432,68	R$ 112.052,07
11.493.471/0001-03	MG	CORONEL MURTA	R$ 730,67	R$ -	R$ 730,67	R$ 730,67	R$ 8.768,04	R$ 9.498,71
13.889.387/0001-20	MG	CORONEL PACHECO	R$ 244,51	R$ -	R$ 244,51	R$ 244,51	R$ 2.934,12	R$ 3.178,63
13.656.338/0001-48	MG	CORONEL XAVIER CHAVES	R$ 272,08	R$ -	R$ 272,08	R$ 272,08	R$ 3.264,96	R$ 3.537,04
13.787.405/0001-63	MG	CORREGO DANTA	R$ 275,33	R$ -	R$ 275,33	R$ 275,33	R$ 3.303,96	R$ 3.579,29
15.143.349/0001-50	MG	CORREGO DO BOM JESUS	R$ 293,47	R$ -	R$ 293,47	R$ 293,47	R$ 3.521,64	R$ 3.815,11
12.005.741/0001-44	MG	CORREGO FUNDO	R$ 502,09	R$ -	R$ 502,09	R$ 502,09	R$ 6.025,08	R$ 6.527,17
11.299.745/0001-10	MG	CORREGO NOVO	R$ 248,63	R$ -	R$ 248,63	R$ 248,63	R$ 2.983,56	R$ 3.232,19
11.966.986/0001-75	MG	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	R$ 349,41	R$ -	R$ 349,41	R$ 349,41	R$ 4.192,92	R$ 4.542,33
12.441.072/0001-53	MG	CRISOLITA	R$ 536,32	R$ -	R$ 536,32	R$ 536,32	R$ 6.435,84	R$ 6.972,16
11.898.637/0001-63	MG	CRISTAIS	R$ 1.014,00	R$ -	R$ 1.014,00	R$ 1.014,00	R$ 12.168,00	R$ 13.182,00
12.105.295/0001-40	MG	CRISTALIA	R$ 477,68	R$ -	R$ 477,68	R$ 477,68	R$ 5.732,16	R$ 6.209,84
13.465.230/0001-78	MG	CRISTIANO OTONI	R$ 408,04	R$ -	R$ 408,04	R$ 408,04	R$ 4.896,48	R$ 5.304,52
12.367.137/0001-68	MG	CRISTINA	R$ 909,41	R$ -	R$ 909,41	R$ 909,41	R$ 10.912,92	R$ 11.822,33
11.238.884/0001-33	MG	CRUCILANDIA	R$ 398,85	R$ -	R$ 398,85	R$ 398,85	R$ 4.786,20	R$ 5.185,05
13.608.436/0001-00	MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	R$ 329,44	R$ -	R$ 329,44	R$ 329,44	R$ 3.953,28	R$ 4.282,72
13.639.161/0001-71	MG	CRUZILIA	R$ 1.221,50	R$ -	R$ 1.221,50	R$ 1.221,50	R$ 14.658,00	R$ 15.879,50
19.076.176/0001-55	MG	CUPARAQUE	R$ 394,73	R$ -	R$ 394,73	R$ 394,73	R$ 4.736,76	R$ 5.131,49
11.399.952/0001-46	MG	CURRAL DE DENTRO	R$ 618,32	R$ -	R$ 618,32	R$ 618,32	R$ 7.419,84	R$ 8.038,16
11.346.878/0001-08	MG	CURVELO	R$ 6.287,04	R$ -	R$ 6.287,04	R$ 6.287,04	R$ 75.444,48	R$ 81.731,52
11.598.276/0001-30	MG	DATAS	R$ 428,64	R$ -	R$ 428,64	R$ 428,64	R$ 5.143,68	R$ 5.572,32
11.865.220/0001-02	MG	DELFIM MOREIRA	R$ 635,83	R$ -	R$ 635,83	R$ 635,83	R$ 7.629,96	R$ 8.265,79
11.901.729/0001-55	MG	DELFINOPOLIS	R$ 558,18	R$ -	R$ 558,18	R$ 558,18	R$ 6.698,16	R$ 7.256,34
11.796.088/0001-16	MG	DELTA	R$ 834,54	R$ -	R$ 834,54	R$ 834,54	R$ 10.014,48	R$ 10.849,02
13.401.308/0001-90	MG	DESCOBERTO	R$ 397,18	R$ -	R$ 397,18	R$ 397,18	R$ 4.766,16	R$ 5.163,34
11.904.310/0001-57	MG	DESTERRO DE ENTRE RIOS	R$ 573,87	R$ -	R$ 573,87	R$ 573,87	R$ 6.886,44	R$ 7.460,31
15.288.637/0001-00	MG	DESTERRO DO MELO	R$ 261,62	R$ -	R$ 261,62	R$ 261,62	R$ 3.139,44	R$ 3.401,06
11.291.295/0001-19	MG	DIAMANTINA	R$ 3.744,42	R$ -	R$ 3.744,42	R$ 3.744,42	R$ 44.933,04	R$ 48.677,46
12.625.748/0001-69	MG	DIOGO DE VASCONCELOS	R$ 322,15	R$ -	R$ 322,15	R$ 322,15	R$ 3.865,80	R$ 4.187,95
19.439.879/0001-09	MG	DIONISIO	R$ 830,83	R$ -	R$ 830,83	R$ 830,83	R$ 9.969,96	R$ 10.800,79
09.301.041/0001-92	MG	DIVINESIA	R$ 270,73	R$ -	R$ 270,73	R$ 270,73	R$ 3.248,76	R$ 3.519,49
21.792.560/0001-04	MG	DIVINO	R$ 1.579,15	R$ -	R$ 1.579,15	R$ 1.579,15	R$ 18.949,80	R$ 20.528,95
11.412.875/0001-17	MG	DIVINO DAS LARANJEIRAS	R$ 394,49	R$ -	R$ 394,49	R$ 394,49	R$ 4.733,88	R$ 5.128,37
21.366.909/0001-38	MG	DIVINOLANDIA DE MINAS	R$ 599,86	R$ -	R$ 599,86	R$ 599,86	R$ 7.198,32	R$ 7.798,18
19.166.979/0001-09	MG	DIVINOPOLIS	R$ 18.691,89	R$ -	R$ 18.691,89	R$ 18.691,89	R$ 224.302,68	R$ 242.994,57
11.796.765/0001-04	MG	DIVISA ALEGRE	R$ 537,66	R$ -	R$ 537,66	R$ 537,66	R$ 6.451,92	R$ 6.989,58
11.843.944/0001-47	MG	DIVISA NOVA	R$ 476,26	R$ -	R$ 476,26	R$ 476,26	R$ 5.715,12	R$ 6.191,38
11.936.334/0001-98	MG	DIVISOPOLIS	R$ 873,04	R$ -	R$ 873,04	R$ 873,04	R$ 10.476,48	R$ 11.349,52
13.317.364/0001-41	MG	DOM BOSCO	R$ 291,33	R$ -	R$ 291,33	R$ 291,33	R$ 3.495,96	R$ 3.787,29
19.405.762/0001-04	MG	DOM CAVATI	R$ 460,41	R$ -	R$ 460,41	R$ 460,41	R$ 5.524,92	R$ 5.985,33
12.058.768/0001-03	MG	DOM JOAQUIM	R$ 367,63	R$ -	R$ 367,63	R$ 367,63	R$ 4.411,56	R$ 4.779,19
14.863.755/0001-24	MG	DOM SILVERIO	R$ 410,90	R$ -	R$ 410,90	R$ 410,90	R$ 4.930,80	R$ 5.341,70
11.926.583/0001-00	MG	DOM VICOSO	R$ 237,77	R$ -	R$ 237,77	R$ 237,77	R$ 2.853,24	R$ 3.091,01

11.460.563/0001-89	MG	DONA EUSEBIA	R$ 515,65	R$ -	R$ 515,65	R$ 515,65	R$ 6.187,80	R$ 6.703,45
13.443.816/0001-31	MG	DORES DE CAMPOS	R$ 804,43	R$ -	R$ 804,43	R$ 804,43	R$ 9.653,16	R$ 10.457,59
12.019.361/0001-69	MG	DORES DE GUANHAES	R$ 455,66	R$ -	R$ 455,66	R$ 455,66	R$ 5.467,92	R$ 5.923,58
19.082.097/0001-57	MG	DORES DO INDAIA	R$ 1.127,18	R$ -	R$ 1.127,18	R$ 1.127,18	R$ 13.526,16	R$ 14.653,34
11.918.063/0001-48	MG	DORES DO TURVO	R$ 369,85	R$ -	R$ 369,85	R$ 369,85	R$ 4.438,20	R$ 4.808,05
13.589.190/0001-76	MG	DORESOPOLIS	R$ 120,99	R$ -	R$ 120,99	R$ 120,99	R$ 1.451,88	R$ 1.572,87
12.495.608/0001-13	MG	DOURADOQUARA	R$ 149,70	R$ -	R$ 149,70	R$ 149,70	R$ 1.796,40	R$ 1.946,10
12.921.146/0001-59	MG	DURANDE	R$ 621,25	R$ -	R$ 621,25	R$ 621,25	R$ 7.455,00	R$ 8.076,25
18.286.057/0001-64	MG	ELOI MENDES	R$ 2.224,48	R$ -	R$ 2.224,48	R$ 2.224,48	R$ 26.693,76	R$ 28.918,24
97.549.976/0001-50	MG	ENGENHEIRO CALDAS	R$ 882,16	R$ -	R$ 882,16	R$ 882,16	R$ 10.585,92	R$ 11.468,08
11.401.575/0001-32	MG	ENGENHEIRO NAVARRO	R$ 573,79	R$ -	R$ 573,79	R$ 573,79	R$ 6.885,48	R$ 7.459,27
22.386.118/0001-32	MG	ENTRE FOLHAS	R$ 425,47	R$ -	R$ 425,47	R$ 425,47	R$ 5.105,64	R$ 5.531,11
11.940.403/0001-37	MG	ENTRE RIOS DE MINAS	R$ 1.212,07	R$ -	R$ 1.212,07	R$ 1.212,07	R$ 14.544,84	R$ 15.756,91
11.610.289/0001-87	MG	ERVALIA	R$ 1.497,07	R$ -	R$ 1.497,07	R$ 1.497,07	R$ 17.964,84	R$ 19.461,91
21.432.290/0001-12	MG	ESMERALDAS	R$ 5.589,89	R$ -	R$ 5.589,89	R$ 5.589,89	R$ 67.078,68	R$ 72.668,57
14.482.595/0001-73	MG	ESPERA FELIZ	R$ 1.976,89	R$ -	R$ 1.976,89	R$ 1.976,89	R$ 23.722,68	R$ 25.699,57
10.540.610/0001-31	MG	ESPINOSA	R$ 2.505,04	R$ -	R$ 2.505,04	R$ 2.505,04	R$ 30.060,48	R$ 32.565,52
11.944.623/0001-39	MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	R$ 371,75	R$ -	R$ 371,75	R$ 371,75	R$ 4.461,00	R$ 4.832,75
11.330.419/0001-28	MG	ESTIVA	R$ 899,59	R$ -	R$ 899,59	R$ 899,59	R$ 10.795,08	R$ 11.694,67
97.548.749/0001-00	MG	ESTRELA DALVA	R$ 198,98	R$ -	R$ 198,98	R$ 198,98	R$ 2.387,76	R$ 2.586,74
19.162.154/0001-08	MG	ESTRELA DO INDAIA	R$ 300,05	R$ -	R$ 300,05	R$ 300,05	R$ 3.600,60	R$ 3.900,65
12.496.531/0001-04	MG	ESTRELA DO SUL	R$ 632,10	R$ -	R$ 632,10	R$ 632,10	R$ 7.585,20	R$ 8.217,30
11.986.806/0001-17	MG	EUGENOPOLIS	R$ 893,33	R$ -	R$ 893,33	R$ 893,33	R$ 10.719,96	R$ 11.613,29
11.910.990/0001-11	MG	EWBANK DA CAMARA	R$ 310,03	R$ -	R$ 310,03	R$ 310,03	R$ 3.720,36	R$ 4.030,39
12.662.158/0001-06	MG	EXTREMA	R$ 2.842,27	R$ -	R$ 2.842,27	R$ 2.842,27	R$ 34.107,24	R$ 36.949,51
13.835.664/0001-12	MG	FAMA	R$ 186,50	R$ -	R$ 186,50	R$ 186,50	R$ 2.238,00	R$ 2.424,50
12.152.387/0001-80	MG	FARIA LEMOS	R$ 295,85	R$ -	R$ 295,85	R$ 295,85	R$ 3.550,20	R$ 3.846,05
11.344.590/0001-96	MG	FELICIO DOS SANTOS	R$ 464,69	R$ -	R$ 464,69	R$ 464,69	R$ 5.576,28	R$ 6.040,97
12.210.345/0001-59	MG	FELISBURGO	R$ 596,56	R$ -	R$ 596,56	R$ 596,56	R$ 7.158,72	R$ 7.755,28
11.386.929/0001-17	MG	FELIXLANDIA	R$ 1.215,08	R$ -	R$ 1.215,08	R$ 1.215,08	R$ 14.580,96	R$ 15.796,04
19.230.170/0001-90	MG	FERNANDES TOURINHO	R$ 271,84	R$ -	R$ 271,84	R$ 271,84	R$ 3.262,08	R$ 3.533,92
14.814.326/0001-67	MG	FERROS	R$ 913,61	R$ -	R$ 913,61	R$ 913,61	R$ 10.963,32	R$ 11.876,93
11.211.673/0001-07	MG	FERVEDOURO	R$ 880,48	R$ -	R$ 880,48	R$ 880,48	R$ 10.565,76	R$ 11.446,24
13.689.284/0001-17	MG	FLORESTAL	R$ 585,40	R$ -	R$ 585,40	R$ 585,40	R$ 7.024,80	R$ 7.610,20
01.155.430/0001-45	MG	FORMIGA	R$ 5.310,51	R$ -	R$ 5.310,51	R$ 5.310,51	R$ 63.726,12	R$ 69.036,63
13.582.860/0001-22	MG	FORMOSO	R$ 757,60	R$ -	R$ 757,60	R$ 757,60	R$ 9.091,20	R$ 9.848,80
11.788.739/0001-26	MG	FORTALEZA DE MINAS	R$ 349,57	R$ -	R$ 349,57	R$ 349,57	R$ 4.194,84	R$ 4.544,41
14.298.515/0001-24	MG	FORTUNA DE MINAS	R$ 233,49	R$ -	R$ 233,49	R$ 233,49	R$ 2.801,88	R$ 3.035,37
11.422.552/0001-04	MG	FRANCISCO BADARO	R$ 818,61	R$ -	R$ 818,61	R$ 818,61	R$ 9.823,32	R$ 10.641,93
11.440.496/0001-30	MG	FRANCISCO DUMONT	R$ 413,19	R$ -	R$ 413,19	R$ 413,19	R$ 4.958,28	R$ 5.371,47
11.382.738/0001-87	MG	FRANCISCO SA	R$ 2.081,95	R$ -	R$ 2.081,95	R$ 2.081,95	R$ 24.983,40	R$ 27.065,35
11.402.809/0001-66	MG	FRANCISCOPOLIS	R$ 455,74	R$ -	R$ 455,74	R$ 455,74	R$ 5.468,88	R$ 5.924,62
11.366.162/0001-64	MG	FREI GASPAR	R$ 531,92	R$ -	R$ 531,92	R$ 531,92	R$ 6.383,04	R$ 6.914,96
11.966.243/0001-03	MG	FREI INOCENCIO	R$ 761,49	R$ -	R$ 761,49	R$ 761,49	R$ 9.137,88	R$ 9.899,37
11.921.104/0001-55	MG	FREI LAGONEGRO	R$ 278,24	R$ -	R$ 278,24	R$ 278,24	R$ 3.338,88	R$ 3.617,12
10.481.002/0001-01	MG	FRONTEIRA	R$ 1.434,31	R$ -	R$ 1.434,31	R$ 1.434,31	R$ 17.211,72	R$ 18.646,03
12.992.580/0001-20	MG	FRONTEIRA DOS VALES	R$ 398,40	R$ -	R$ 398,40	R$ 398,40	R$ 4.780,80	R$ 5.179,20
14.585.883/0001-53	MG	FRUTA DE LEITE	R$ 514,08	R$ -	R$ 514,08	R$ 514,08	R$ 6.168,96	R$ 6.683,04
10.428.106/0001-44	MG	FRUTAL	R$ 4.668,15	R$ -	R$ 4.668,15	R$ 4.668,15	R$ 56.017,80	R$ 60.685,95
11.305.622/0001-44	MG	FUNILANDIA	R$ 344,57	R$ -	R$ 344,57	R$ 344,57	R$ 4.134,84	R$ 4.479,41
11.464.145/0001-60	MG	GALILEIA	R$ 599,22	R$ -	R$ 599,22	R$ 599,22	R$ 7.190,64	R$ 7.789,86
19.043.102/0001-12	MG	GAMELEIRAS	R$ 404,79	R$ -	R$ 404,79	R$ 404,79	R$ 4.857,48	R$ 5.262,27
12.367.731/0001-59	MG	GLAUCILANDIA	R$ 249,58	R$ -	R$ 249,58	R$ 249,58	R$ 2.994,96	R$ 3.244,54
97.550.158/0001-77	MG	GOIABEIRA	R$ 265,66	R$ -	R$ 265,66	R$ 265,66	R$ 3.187,92	R$ 3.453,58
11.253.597/0001-00	MG	GOIANA	R$ 311,18	R$ -	R$ 311,18	R$ 311,18	R$ 3.734,16	R$ 4.045,34
13.594.756/0001-58	MG	GONCALVES	R$ 344,65	R$ -	R$ 344,65	R$ 344,65	R$ 4.135,80	R$ 4.480,45

13.005.010/0001-61	MG	GONZAGA	R$ 487,90	R$ -	R$ 487,90	R$ 487,90	R$ 5.854,80	R$ 6.342,70
11.389.903/0001-22	MG	GOUVEIA	R$ 936,90	R$ -	R$ 936,90	R$ 936,90	R$ 11.242,80	R$ 12.179,70
73.964.934/0001-17	MG	GOVERNADOR VALADARES	R$ 21.960,21	R$ -	R$ 21.960,21	R$ 21.960,21	R$ 263.522,52	R$ 285.482,73
11.376.492/0001-30	MG	GRAO MOGOL	R$ 1.254,70	R$ -	R$ 1.254,70	R$ 1.254,70	R$ 15.056,40	R$ 16.311,10
11.492.660/0001-53	MG	GRUPIARA	R$ 115,18	R$ -	R$ 115,18	R$ 115,18	R$ 1.382,16	R$ 1.497,34
13.287.740/0001-00	MG	GUANHAES	R$ 2.719,12	R$ -	R$ 2.719,12	R$ 2.719,12	R$ 32.629,44	R$ 35.348,56
11.553.340/0001-66	MG	GUAPE	R$ 1.128,64	R$ -	R$ 1.128,64	R$ 1.128,64	R$ 13.543,68	R$ 14.672,32
14.216.419/0001-90	MG	GUARACIABA	R$ 817,98	R$ -	R$ 817,98	R$ 817,98	R$ 9.815,76	R$ 10.633,74
11.708.051/0001-99	MG	GUARACIAMA	R$ 393,94	R$ -	R$ 393,94	R$ 393,94	R$ 4.727,28	R$ 5.121,22
12.356.128/0001-71	MG	GUARANESIA	R$ 1.492,42	R$ -	R$ 1.492,42	R$ 1.492,42	R$ 17.909,04	R$ 19.401,46
13.702.562/0001-29	MG	GUARANI	R$ 796,19	R$ -	R$ 796,19	R$ 796,19	R$ 9.554,28	R$ 10.350,47
11.969.454/0001-91	MG	GUARARA	R$ 325,96	R$ -	R$ 325,96	R$ 325,96	R$ 3.911,52	R$ 4.237,48
12.320.877/0001-49	MG	GUARDA-MOR	R$ 521,34	R$ -	R$ 521,34	R$ 521,34	R$ 6.256,08	R$ 6.777,42
19.111.832/0001-03	MG	GUAXUPE	R$ 4.073,49	R$ -	R$ 4.073,49	R$ 4.073,49	R$ 48.881,88	R$ 52.955,37
11.855.041/0001-86	MG	GUIDOVAL	R$ 560,80	R$ -	R$ 560,80	R$ 560,80	R$ 6.729,60	R$ 7.290,40
11.224.321/0001-96	MG	GUIMARANIA	R$ 636,94	R$ -	R$ 636,94	R$ 636,94	R$ 7.643,28	R$ 8.280,22
23.328.831/0001-92	MG	GUIRICEMA	R$ 722,27	R$ -	R$ 722,27	R$ 722,27	R$ 8.667,24	R$ 9.389,51
12.028.440/0001-36	MG	GURINHATA	R$ 493,45	R$ -	R$ 493,45	R$ 493,45	R$ 5.921,40	R$ 6.414,85
11.714.781/0001-00	MG	HELIODORA	R$ 519,60	R$ -	R$ 519,60	R$ 519,60	R$ 6.235,20	R$ 6.754,80
11.284.293/0001-00	MG	IAPU	R$ 871,86	R$ -	R$ 871,86	R$ 871,86	R$ 10.462,32	R$ 11.334,18
13.386.787/0001-13	MG	IBERTIOGA	R$ 397,82	R$ -	R$ 397,82	R$ 397,82	R$ 4.773,84	R$ 5.171,66
11.409.503/0001-31	MG	IBIA	R$ 1.977,15	R$ -	R$ 1.977,15	R$ 1.977,15	R$ 23.725,80	R$ 25.702,95
11.429.429/0001-15	MG	IBIAI	R$ 665,14	R$ -	R$ 665,14	R$ 665,14	R$ 7.981,68	R$ 8.646,82
13.840.678/0001-24	MG	IBIRACATU	R$ 494,80	R$ -	R$ 494,80	R$ 494,80	R$ 5.937,60	R$ 6.432,40
18.652.424/0001-04	MG	IBIRACI	R$ 1.084,97	R$ -	R$ 1.084,97	R$ 1.084,97	R$ 13.019,64	R$ 14.104,61
02.914.038/0001-03	MG	IBIRITE	R$ 14.139,08	R$ -	R$ 14.139,08	R$ 14.139,08	R$ 169.668,96	R$ 183.808,04
19.136.669/0001-33	MG	IBITIURA DE MINAS	R$ 276,36	R$ -	R$ 276,36	R$ 276,36	R$ 3.316,32	R$ 3.592,68
04.052.607/0001-76	MG	IBITURUNA	R$ 236,82	R$ -	R$ 236,82	R$ 236,82	R$ 2.841,84	R$ 3.078,66
13.288.187/0001-12	MG	ICARAI DE MINAS	R$ 949,98	R$ -	R$ 949,98	R$ 949,98	R$ 11.399,76	R$ 12.349,74
11.206.845/0001-54	MG	IGARAPE	R$ 3.410,49	R$ -	R$ 3.410,49	R$ 3.410,49	R$ 40.925,88	R$ 44.336,37
11.482.141/0001-04	MG	IGARATINGA	R$ 860,45	R$ -	R$ 860,45	R$ 860,45	R$ 10.325,40	R$ 11.185,85
11.821.317/0001-05	MG	IGUATAMA	R$ 623,53	R$ -	R$ 623,53	R$ 623,53	R$ 7.482,36	R$ 8.105,89
12.275.241/0001-22	MG	IJACI	R$ 513,92	R$ -	R$ 513,92	R$ 513,92	R$ 6.167,04	R$ 6.680,96
13.892.440/0001-42	MG	ILICINEA	R$ 980,48	R$ -	R$ 980,48	R$ 980,48	R$ 11.765,76	R$ 12.746,24
17.636.876/0001-21	MG	IMBE DE MINAS	R$ 552,24	R$ -	R$ 552,24	R$ 552,24	R$ 6.626,88	R$ 7.179,12
21.579.770/0001-00	MG	INCONFIDENTES	R$ 580,60	R$ -	R$ 580,60	R$ 580,60	R$ 6.967,20	R$ 7.547,80
20.659.985/0001-79	MG	INDAIABIRA	R$ 582,43	R$ -	R$ 582,43	R$ 582,43	R$ 6.989,16	R$ 7.571,59
13.228.565/0001-72	MG	INDIANOPOLIS	R$ 545,98	R$ -	R$ 545,98	R$ 545,98	R$ 6.551,76	R$ 7.097,74
13.611.585/0001-28	MG	INGAI	R$ 219,23	R$ -	R$ 219,23	R$ 219,23	R$ 2.630,76	R$ 2.849,99
11.914.796/0001-04	MG	INHAPIM	R$ 1.912,63	R$ -	R$ 1.912,63	R$ 1.912,63	R$ 22.951,56	R$ 24.864,19
13.417.547/0001-39	MG	INHAUMA	R$ 492,03	R$ -	R$ 492,03	R$ 492,03	R$ 5.904,36	R$ 6.396,39
14.156.100/0001-16	MG	INIMUTABA	R$ 595,42	R$ -	R$ 595,42	R$ 595,42	R$ 7.145,04	R$ 7.740,46
12.009.720/0001-05	MG	IPABA	R$ 1.474,25	R$ -	R$ 1.474,25	R$ 1.474,25	R$ 17.691,00	R$ 19.165,25
21.590.243/0001-05	MG	IPANEMA	R$ 1.573,60	R$ -	R$ 1.573,60	R$ 1.573,60	R$ 18.883,20	R$ 20.456,80
11.817.068/0001-84	MG	IPATINGA	R$ 20.667,55	R$ -	R$ 20.667,55	R$ 20.667,55	R$ 248.010,60	R$ 268.678,15
12.463.443/0001-06	MG	IPIACU	R$ 334,43	R$ -	R$ 334,43	R$ 334,43	R$ 4.013,16	R$ 4.347,59
13.893.638/0001-40	MG	IPUIUNA	R$ 798,57	R$ -	R$ 798,57	R$ 798,57	R$ 9.582,84	R$ 10.381,41
13.601.247/0001-05	MG	IRAI DE MINAS	R$ 553,59	R$ -	R$ 553,59	R$ 553,59	R$ 6.643,08	R$ 7.196,67
11.672.050/0001-31	MG	ITABIRA	R$ 9.420,09	R$ -	R$ 9.420,09	R$ 9.420,09	R$ 113.041,08	R$ 122.461,17

13.920.005/0001-84	MG	ITABIRINHA	R$ 912,10	R$ -	R$ 912,10	R$ 912,10	R$ 10.945,20	R$ 11.857,30
19.195.982/0001-42	MG	ITABIRITO	R$ 4.070,19	R$ -	R$ 4.070,19	R$ 4.070,19	R$ 48.842,28	R$ 52.912,47
11.458.511/0001-78	MG	ITACAMBIRA	R$ 426,66	R$ -	R$ 426,66	R$ 426,66	R$ 5.119,92	R$ 5.546,58
11.456.098/0001-02	MG	ITACARAMBI	R$ 1.438,28	R$ -	R$ 1.438,28	R$ 1.438,28	R$ 17.259,36	R$ 18.697,64
13.701.950/0001-95	MG	ITAGUARA	R$ 1.058,36	R$ -	R$ 1.058,36	R$ 1.058,36	R$ 12.700,32	R$ 13.758,68
11.423.338/0001-72	MG	ITAIPE	R$ 1.020,80	R$ -	R$ 1.020,80	R$ 1.020,80	R$ 12.249,60	R$ 13.270,40
11.433.888/0001-72	MG	ITAJUBA	R$ 7.600,49	R$ -	R$ 7.600,49	R$ 7.600,49	R$ 91.205,88	R$ 98.806,37
11.322.163/0001-07	MG	ITAMARANDIBA	R$ 2.752,08	R$ -	R$ 2.752,08	R$ 2.752,08	R$ 33.024,96	R$ 35.777,04
12.816.164/0001-70	MG	ITAMARATI DE MINAS	R$ 345,05	R$ -	R$ 345,05	R$ 345,05	R$ 4.140,60	R$ 4.485,65
11.190.703/0001-46	MG	ITAMBACURI	R$ 1.839,03	R$ -	R$ 1.839,03	R$ 1.839,03	R$ 22.068,36	R$ 23.907,39
15.469.011/0001-92	MG	ITAMBE DO MATO DENTRO	R$ 196,41	R$ -	R$ 196,41	R$ 196,41	R$ 2.356,92	R$ 2.553,33
14.432.445/0001-55	MG	ITAMOGI	R$ 888,81	R$ -	R$ 888,81	R$ 888,81	R$ 10.665,72	R$ 11.554,53
19.364.150/0001-02	MG	ITAMONTE	R$ 1.222,35	R$ -	R$ 1.222,35	R$ 1.222,35	R$ 14.668,20	R$ 15.890,55
13.260.601/0001-85	MG	ITANHANDU	R$ 1.202,89	R$ -	R$ 1.202,89	R$ 1.202,89	R$ 14.434,68	R$ 15.637,57
11.807.318/0001-03	MG	ITANHOMI	R$ 968,83	R$ -	R$ 968,83	R$ 968,83	R$ 11.625,96	R$ 12.594,79
12.440.839/0001-20	MG	ITAOBIM	R$ 1.668,76	R$ -	R$ 1.668,76	R$ 1.668,76	R$ 20.025,12	R$ 21.693,88
10.412.213/0001-84	MG	ITAPAGIPE	R$ 1.195,99	R$ -	R$ 1.195,99	R$ 1.195,99	R$ 14.351,88	R$ 15.547,87
11.516.928/0001-40	MG	ITAPECERICA	R$ 1.707,48	R$ -	R$ 1.707,48	R$ 1.707,48	R$ 20.489,76	R$ 22.197,24
11.407.911/0001-54	MG	ITAPEVA	R$ 767,59	R$ -	R$ 767,59	R$ 767,59	R$ 9.211,08	R$ 9.978,67
02.920.909/0001-93	MG	ITATIAIUCU	R$ 883,11	R$ -	R$ 883,11	R$ 883,11	R$ 10.597,32	R$ 11.480,43
15.334.692/0001-81	MG	ITAU DE MINAS	R$ 1.263,86	R$ -	R$ 1.263,86	R$ 1.263,86	R$ 15.166,32	R$ 16.430,18
19.344.044/0001-67	MG	ITAUNA	R$ 7.313,71	R$ -	R$ 7.313,71	R$ 7.313,71	R$ 87.764,52	R$ 95.078,23
13.545.797/0001-54	MG	ITAVERAVA	R$ 429,35	R$ -	R$ 429,35	R$ 429,35	R$ 5.152,20	R$ 5.581,55
12.936.294/0001-47	MG	ITINGA	R$ 1.187,67	R$ -	R$ 1.187,67	R$ 1.187,67	R$ 14.252,04	R$ 15.439,71
11.826.699/0001-60	MG	ITUETA	R$ 479,43	R$ -	R$ 479,43	R$ 479,43	R$ 5.753,16	R$ 6.232,59
97.529.530/0001-63	MG	ITUIUTABA	R$ 8.212,65	R$ -	R$ 8.212,65	R$ 8.212,65	R$ 98.551,80	R$ 106.764,45
11.679.752/0001-47	MG	ITUMIRIM	R$ 523,10	R$ -	R$ 523,10	R$ 523,10	R$ 6.277,20	R$ 6.800,30
11.290.560/0001-44	MG	ITURAMA	R$ 3.080,64	R$ -	R$ 3.080,64	R$ 3.080,64	R$ 36.967,68	R$ 40.048,32
11.875.650/0001-05	MG	ITUTINGA	R$ 326,79	R$ -	R$ 326,79	R$ 326,79	R$ 3.921,48	R$ 4.248,27
19.119.185/0001-86	MG	JABOTICATUBAS	R$ 1.595,95	R$ -	R$ 1.595,95	R$ 1.595,95	R$ 19.151,40	R$ 20.747,35
11.649.398/0001-08	MG	JACINTO	R$ 976,60	R$ -	R$ 976,60	R$ 976,60	R$ 11.719,20	R$ 12.695,80
19.174.262/0001-09	MG	JACUI	R$ 608,97	R$ -	R$ 608,97	R$ 608,97	R$ 7.307,64	R$ 7.916,61
11.984.501/0001-76	MG	JACUTINGA	R$ 2.038,35	R$ -	R$ 2.038,35	R$ 2.038,35	R$ 24.460,20	R$ 26.498,55
11.594.813/0001-73	MG	JAGUARACU	R$ 248,23	R$ -	R$ 248,23	R$ 248,23	R$ 2.978,76	R$ 3.226,99
97.552.158/0001-06	MG	JAIBA	R$ 3.082,79	R$ -	R$ 3.082,79	R$ 3.082,79	R$ 36.993,48	R$ 40.076,27
13.621.027/0001-43	MG	JAMPRUCA	R$ 428,16	R$ -	R$ 428,16	R$ 428,16	R$ 5.137,92	R$ 5.566,08
15.462.027/0001-73	MG	JANAUBA	R$ 5.676,73	R$ -	R$ 5.676,73	R$ 5.676,73	R$ 68.120,76	R$ 73.797,49
13.374.367/0001-17	MG	JANUARIA	R$ 5.367,25	R$ -	R$ 5.367,25	R$ 5.367,25	R$ 64.407,00	R$ 69.774,25
11.226.652/0001-65	MG	JAPARAIBA	R$ 341,31	R$ -	R$ 341,31	R$ 341,31	R$ 4.095,72	R$ 4.437,03
11.409.840/0001-29	MG	JAPONVAR	R$ 686,46	R$ -	R$ 686,46	R$ 686,46	R$ 8.237,52	R$ 8.923,98
10.665.494/0001-87	MG	JECEABA	R$ 478,24	R$ -	R$ 478,24	R$ 478,24	R$ 5.738,88	R$ 6.217,12
11.422.618/0001-66	MG	JENIPAPO DE MINAS	R$ 609,44	R$ -	R$ 609,44	R$ 609,44	R$ 7.313,28	R$ 7.922,72
23.172.555/0001-16	MG	JEQUERI	R$ 1.047,83	R$ -	R$ 1.047,83	R$ 1.047,83	R$ 12.573,96	R$ 13.621,79
11.695.652/0001-04	MG	JEQUITAI	R$ 643,12	R$ -	R$ 643,12	R$ 643,12	R$ 7.717,44	R$ 8.360,56
14.257.664/0001-45	MG	JEQUITIBA	R$ 456,05	R$ -	R$ 456,05	R$ 456,05	R$ 5.472,60	R$ 5.928,65
10.425.217/0001-05	MG	JEQUITINHONHA	R$ 2.011,75	R$ -	R$ 2.011,75	R$ 2.011,75	R$ 24.141,00	R$ 26.152,75
02.875.274/0001-50	MG	JESUANIA	R$ 379,28	R$ -	R$ 379,28	R$ 379,28	R$ 4.551,36	R$ 4.930,64
13.552.581/0001-16	MG	JOAIMA	R$ 1.234,56	R$ -	R$ 1.234,56	R$ 1.234,56	R$ 14.814,72	R$ 16.049,28
11.602.494/0001-09	MG	JOANESIA	R$ 441,08	R$ -	R$ 441,08	R$ 441,08	R$ 5.292,96	R$ 5.734,04
12.500.774/0001-60	MG	JOAO MONLEVADE	R$ 6.269,86	R$ -	R$ 6.269,86	R$ 6.269,86	R$ 75.238,32	R$ 81.508,18
12.136.070/0001-50	MG	JOAO PINHEIRO	R$ 3.759,66	R$ -	R$ 3.759,66	R$ 3.759,66	R$ 45.115,92	R$ 48.875,58
11.410.927/0001-16	MG	JOAQUIM FELICIO	R$ 371,99	R$ -	R$ 371,99	R$ 371,99	R$ 4.463,88	R$ 4.835,87
11.917.297/0001-70	MG	JORDANIA	R$ 856,64	R$ -	R$ 856,64	R$ 856,64	R$ 10.279,68	R$ 11.136,32
13.592.889/0001-95	MG	JOSE GONCALVES DE MINAS	R$ 356,62	R$ -	R$ 356,62	R$ 356,62	R$ 4.279,44	R$ 4.636,06
12.447.913/0001-30	MG	JOSE RAYDAN	R$ 395,76	R$ -	R$ 395,76	R$ 395,76	R$ 4.749,12	R$ 5.144,88
13.632.766/0001-30	MG	JOSENOPOLIS	R$ 389,36	R$ -	R$ 389,36	R$ 389,36	R$ 4.672,32	R$ 5.061,68

19.373.467/0001-05	MG	JUATUBA	R$ 2.114,22	R$ -	R$ 2.114,22	R$ 2.114,22	R$ 25.370,64	R$ 27.484,86
17.783.226/0001-09	MG	JUIZ DE FORA	R$ 44.634,65	R$ -	R$ 44.634,65	R$ 44.634,65	R$ 535.615,80	R$ 580.250,45
23.087.035/0001-05	MG	JURAMENTO	R$ 343,15	R$ -	R$ 343,15	R$ 343,15	R$ 4.117,80	R$ 4.460,95
11.274.817/0001-74	MG	JURUAIA	R$ 828,79	R$ -	R$ 828,79	R$ 828,79	R$ 9.945,48	R$ 10.774,27
11.498.184/0001-88	MG	JUVENILIA	R$ 505,68	R$ -	R$ 505,68	R$ 505,68	R$ 6.068,16	R$ 6.573,84
13.064.633/0001-05	MG	LADAINHA	R$ 1.448,88	R$ -	R$ 1.448,88	R$ 1.448,88	R$ 17.386,56	R$ 18.835,44
13.199.207/0001-89	MG	LAGAMAR	R$ 597,33	R$ -	R$ 597,33	R$ 597,33	R$ 7.167,96	R$ 7.765,29
13.539.516/0001-50	MG	LAGOA DA PRATA	R$ 4.092,95	R$ -	R$ 4.092,95	R$ 4.092,95	R$ 49.115,40	R$ 53.208,35
11.305.322/0001-65	MG	LAGOA DOS PATOS	R$ 364,14	R$ -	R$ 364,14	R$ 364,14	R$ 4.369,68	R$ 4.733,82
13.884.294/0001-03	MG	LAGOA DOURADA	R$ 1.030,71	R$ -	R$ 1.030,71	R$ 1.030,71	R$ 12.368,52	R$ 13.399,23
11.333.479/0001-02	MG	LAGOA FORMOSA	R$ 1.416,39	R$ -	R$ 1.416,39	R$ 1.416,39	R$ 16.996,68	R$ 18.413,07
19.406.553/0001-77	MG	LAGOA GRANDE	R$ 755,23	R$ -	R$ 755,23	R$ 755,23	R$ 9.062,76	R$ 9.817,99
14.460.308/0001-24	MG	LAGOA SANTA	R$ 5.062,89	R$ -	R$ 5.062,89	R$ 5.062,89	R$ 60.754,68	R$ 65.817,57
14.311.855/0001-48	MG	LAJINHA	R$ 1.578,51	R$ -	R$ 1.578,51	R$ 1.578,51	R$ 18.942,12	R$ 20.520,63
11.467.084/0001-94	MG	LAMBARI	R$ 1.633,10	R$ -	R$ 1.633,10	R$ 1.633,10	R$ 19.597,20	R$ 21.230,30
02.577.737/0001-05	MG	LAMIM	R$ 289,51	R$ -	R$ 289,51	R$ 289,51	R$ 3.474,12	R$ 3.763,63
12.563.245/0001-06	MG	LARANJAL	R$ 534,32	R$ -	R$ 534,32	R$ 534,32	R$ 6.411,84	R$ 6.946,16
11.338.725/0001-00	MG	LASSANCE	R$ 515,95	R$ -	R$ 515,95	R$ 515,95	R$ 6.191,40	R$ 6.707,35
01.417.029/0001-36	MG	LAVRAS	R$ 8.142,19	R$ -	R$ 8.142,19	R$ 8.142,19	R$ 97.706,28	R$ 105.848,47
12.565.124/0001-01	MG	LEANDRO FERREIRA	R$ 253,35	R$ -	R$ 253,35	R$ 253,35	R$ 3.040,20	R$ 3.293,55
11.371.746/0001-28	MG	LEME DO PRADO	R$ 389,66	R$ -	R$ 389,66	R$ 389,66	R$ 4.675,92	R$ 5.065,58
02.162.856/0001-99	MG	LEOPOLDINA	R$ 4.126,06	R$ -	R$ 4.126,06	R$ 4.126,06	R$ 49.512,72	R$ 53.638,78
14.066.895/0001-71	MG	LIBERDADE	R$ 401,62	R$ -	R$ 401,62	R$ 401,62	R$ 4.819,44	R$ 5.221,06
13.570.143/0001-80	MG	LIMA DUARTE	R$ 1.310,15	R$ -	R$ 1.310,15	R$ 1.310,15	R$ 15.721,80	R$ 17.031,95
12.034.527/0001-16	MG	LIMEIRA DO OESTE	R$ 591,29	R$ -	R$ 591,29	R$ 591,29	R$ 7.095,48	R$ 7.686,77
11.905.263/0001-66	MG	LONTRA	R$ 765,45	R$ -	R$ 765,45	R$ 765,45	R$ 9.185,40	R$ 9.950,85
13.891.675/0001-10	MG	LUISBURGO	R$ 496,46	R$ -	R$ 496,46	R$ 496,46	R$ 5.957,52	R$ 6.453,98
11.567.992/0001-50	MG	LUISLANDIA	R$ 530,77	R$ -	R$ 530,77	R$ 530,77	R$ 6.369,24	R$ 6.900,01
13.500.127/0001-11	MG	LUMINARIAS	R$ 431,49	R$ -	R$ 431,49	R$ 431,49	R$ 5.177,88	R$ 5.609,37
10.413.019/0001-13	MG	LUZ	R$ 1.429,18	R$ -	R$ 1.429,18	R$ 1.429,18	R$ 17.150,16	R$ 18.579,34
12.330.652/0001-73	MG	MACHACALIS	R$ 563,41	R$ -	R$ 563,41	R$ 563,41	R$ 6.760,92	R$ 7.324,33
10.521.537/0001-50	MG	MACHADO	R$ 3.305,82	R$ -	R$ 3.305,82	R$ 3.305,82	R$ 39.669,84	R$ 42.975,66
11.890.482/0001-19	MG	MADRE DE DEUS DE MINAS	R$ 403,92	R$ -	R$ 403,92	R$ 403,92	R$ 4.847,04	R$ 5.250,96
11.483.828/0001-64	MG	MALACACHETA	R$ 1.477,65	R$ -	R$ 1.477,65	R$ 1.477,65	R$ 17.731,80	R$ 19.209,45
11.407.741/0001-08	MG	MAMONAS	R$ 518,41	R$ -	R$ 518,41	R$ 518,41	R$ 6.220,92	R$ 6.739,33
12.050.997/0001-73	MG	MANGA	R$ 1.690,63	R$ -	R$ 1.690,63	R$ 1.690,63	R$ 20.287,56	R$ 21.978,19
00.996.849/0001-67	MG	MANHUACU	R$ 7.148,91	R$ -	R$ 7.148,91	R$ 7.148,91	R$ 85.786,92	R$ 92.935,83
21.489.972/0001-61	MG	MANHUMIRIM	R$ 1.799,09	R$ -	R$ 1.799,09	R$ 1.799,09	R$ 21.589,08	R$ 23.388,17
11.769.125/0001-05	MG	MANTENA	R$ 2.190,26	R$ -	R$ 2.190,26	R$ 2.190,26	R$ 26.283,12	R$ 28.473,38

11.992.763/0001-82	MG	MAR DE ESPANHA	R$ 1.015,26	R$ -	R$ 1.015,26	R$ 1.015,26	R$ 12.183,12	R$ 13.198,38
12.005.446/0001-98	MG	MARAVILHAS	R$ 631,94	R$ -	R$ 631,94	R$ 631,94	R$ 7.583,28	R$ 8.215,22
11.923.567/0001-56	MG	MARIA DA FE	R$ 1.105,92	R$ -	R$ 1.105,92	R$ 1.105,92	R$ 13.271,04	R$ 14.376,96
04.249.011/0001-60	MG	MARIANA	R$ 4.764,50	R$ -	R$ 4.764,50	R$ 4.764,50	R$ 57.174,00	R$ 61.938,50
14.792.453/0001-02	MG	MARILAC	R$ 348,14	R$ -	R$ 348,14	R$ 348,14	R$ 4.177,68	R$ 4.525,82
13.289.580/0001-20	MG	MARIO CAMPOS	R$ 1.221,42	R$ -	R$ 1.221,42	R$ 1.221,42	R$ 14.657,04	R$ 15.878,46
19.045.626/0001-42	MG	MARIPA DE MINAS	R$ 235,55	R$ -	R$ 235,55	R$ 235,55	R$ 2.826,60	R$ 3.062,15
19.286.882/0001-21	MG	MARLIERIA	R$ 320,01	R$ -	R$ 320,01	R$ 320,01	R$ 3.840,12	R$ 4.160,13
13.848.286/0001-01	MG	MARMELOPOLIS	R$ 250,05	R$ -	R$ 250,05	R$ 250,05	R$ 3.000,60	R$ 3.250,65

00.468.576/0001-88	MG	MARTINHO CAMPOS	R$ 1.060,74	R$ -	R$ 1.060,74	R$ 1.060,74	R$ 12.728,88	R$ 13.789,62
12.584.844/0001-06	MG	MARTINS SOARES	R$ 666,89	R$ -	R$ 666,89	R$ 666,89	R$ 8.002,68	R$ 8.669,57
13.468.885/0001-08	MG	MATA VERDE	R$ 686,88	R$ -	R$ 686,88	R$ 686,88	R$ 8.242,56	R$ 8.929,44
13.553.792/0001-73	MG	MATERLANDIA	R$ 356,72	R$ -	R$ 356,72	R$ 356,72	R$ 4.280,64	R$ 4.637,36
03.704.943/0001-93	MG	MATEUS LEME	R$ 2.439,06	R$ -	R$ 2.439,06	R$ 2.439,06	R$ 29.268,72	R$ 31.707,78
14.731.032/0001-71	MG	MATHIAS LOBATO	R$ 279,37	R$ -	R$ 279,37	R$ 279,37	R$ 3.352,44	R$ 3.631,81
19.605.683/0001-39	MG	MATIAS BARBOSA	R$ 1.135,18	R$ -	R$ 1.135,18	R$ 1.135,18	R$ 13.622,16	R$ 14.757,34
14.039.601/0001-12	MG	MATIAS CARDOSO	R$ 883,98	R$ -	R$ 883,98	R$ 883,98	R$ 10.607,76	R$ 11.491,74
13.452.475/0001-60	MG	MATIPO	R$ 1.498,10	R$ -	R$ 1.498,10	R$ 1.498,10	R$ 17.977,20	R$ 19.475,30
14.575.987/0001-87	MG	MATO VERDE	R$ 987,14	R$ -	R$ 987,14	R$ 987,14	R$ 11.845,68	R$ 12.832,82
14.018.529/0001-47	MG	MATOZINHOS	R$ 2.967,42	R$ -	R$ 2.967,42	R$ 2.967,42	R$ 35.609,04	R$ 38.576,46
14.350.922/0001-33	MG	MATUTINA	R$ 294,15	R$ -	R$ 294,15	R$ 294,15	R$ 3.529,80	R$ 3.823,95
11.260.730/0001-48	MG	MEDEIROS	R$ 298,31	R$ -	R$ 298,31	R$ 298,31	R$ 3.579,72	R$ 3.878,03
11.641.767/0001-16	MG	MEDINA	R$ 1.649,58	R$ -	R$ 1.649,58	R$ 1.649,58	R$ 19.794,96	R$ 21.444,54
11.563.099/0001-56	MG	MENDES PIMENTEL	R$ 510,72	R$ -	R$ 510,72	R$ 510,72	R$ 6.128,64	R$ 6.639,36
11.840.379/0001-64	MG	MERCES	R$ 850,86	R$ -	R$ 850,86	R$ 850,86	R$ 10.210,32	R$ 11.061,18
13.566.066/0001-95	MG	MESQUITA	R$ 526,17	R$ -	R$ 526,17	R$ 526,17	R$ 6.314,04	R$ 6.840,21
97.535.949/0001-28	MG	MINAS NOVAS	R$ 2.494,50	R$ -	R$ 2.494,50	R$ 2.494,50	R$ 29.934,00	R$ 32.428,50
11.272.311/0001-26	MG	MINDURI	R$ 308,52	R$ -	R$ 308,52	R$ 308,52	R$ 3.702,24	R$ 4.010,76
12.144.510/0001-11	MG	MIRABELA	R$ 1.076,67	R$ -	R$ 1.076,67	R$ 1.076,67	R$ 12.920,04	R$ 13.996,71
11.330.471/0001-84	MG	MIRADOURO	R$ 852,05	R$ -	R$ 852,05	R$ 852,05	R$ 10.224,60	R$ 11.076,65
12.243.423/0001-11	MG	MIRAI	R$ 1.189,57	R$ -	R$ 1.189,57	R$ 1.189,57	R$ 14.274,84	R$ 15.464,41
23.119.602/0001-68	MG	MIRAVANIA	R$ 391,04	R$ -	R$ 391,04	R$ 391,04	R$ 4.692,48	R$ 5.083,52
13.152.474/0001-09	MG	MOEDA	R$ 389,74	R$ -	R$ 389,74	R$ 389,74	R$ 4.676,88	R$ 5.066,62
11.302.335/0001-80	MG	MOEMA	R$ 589,80	R$ -	R$ 589,80	R$ 589,80	R$ 7.077,60	R$ 7.667,40
12.567.141/0001-70	MG	MONJOLOS	R$ 175,89	R$ -	R$ 175,89	R$ 175,89	R$ 2.110,68	R$ 2.286,57
12.287.999/0001-80	MG	MONSENHOR PAULO	R$ 681,67	R$ -	R$ 681,67	R$ 681,67	R$ 8.180,04	R$ 8.861,71
14.008.187/0001-84	MG	MONTALVANIA	R$ 1.278,39	R$ -	R$ 1.278,39	R$ 1.278,39	R$ 15.340,68	R$ 16.619,07
13.940.171/0001-42	MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	R$ 1.673,35	R$ -	R$ 1.673,35	R$ 1.673,35	R$ 20.080,20	R$ 21.753,55
11.467.043/0001-06	MG	MONTE AZUL	R$ 1.809,47	R$ -	R$ 1.809,47	R$ 1.809,47	R$ 21.713,64	R$ 23.523,11
14.034.085/0001-33	MG	MONTE BELO	R$ 1.043,15	R$ -	R$ 1.043,15	R$ 1.043,15	R$ 12.517,80	R$ 13.560,95
17.490.085/0001-36	MG	MONTE CARMELO	R$ 3.751,17	R$ -	R$ 3.751,17	R$ 3.751,17	R$ 45.014,04	R$ 48.765,21
11.339.661/0001-62	MG	MONTE FORMOSO	R$ 392,48	R$ -	R$ 392,48	R$ 392,48	R$ 4.709,76	R$ 5.102,24
19.040.703/0001-71	MG	MONTE SANTO DE MINAS	R$ 1.688,81	R$ -	R$ 1.688,81	R$ 1.688,81	R$ 20.265,72	R$ 21.954,53
11.875.540/0001-35	MG	MONTE SIAO	R$ 1.867,62	R$ -	R$ 1.867,62	R$ 1.867,62	R$ 22.411,44	R$ 24.279,06
11.495.687/0001-08	MG	MONTES CLAROS	R$ 32.117,52	R$ -	R$ 32.117,52	R$ 32.117,52	R$ 385.410,24	R$ 417.527,76
11.267.314/0001-71	MG	MONTEZUMA	R$ 659,92	R$ -	R$ 659,92	R$ 659,92	R$ 7.919,04	R$ 8.578,96
12.476.788/0001-96	MG	MORADA NOVA DE MINAS	R$ 702,22	R$ -	R$ 702,22	R$ 702,22	R$ 8.426,64	R$ 9.128,86
14.803.378/0001-38	MG	MORRO DA GARCA	R$ 235,00	R$ -	R$ 235,00	R$ 235,00	R$ 2.820,00	R$ 3.055,00
13.515.604/0001-12	MG	MORRO DO PILAR	R$ 281,92	R$ -	R$ 281,92	R$ 281,92	R$ 3.383,04	R$ 3.664,96
11.762.976/0001-18	MG	MUNHOZ	R$ 477,68	R$ -	R$ 477,68	R$ 477,68	R$ 5.732,16	R$ 6.209,84
11.273.981/0001-67	MG	MURIAE	R$ 8.533,71	R$ -	R$ 8.533,71	R$ 8.533,71	R$ 102.404,52	R$ 110.938,23
12.404.848/0001-65	MG	MUTUM	R$ 2.137,57	R$ -	R$ 2.137,57	R$ 2.137,57	R$ 25.650,84	R$ 27.788,41
11.997.245/0001-51	MG	MUZAMBINHO	R$ 1.613,88	R$ -	R$ 1.613,88	R$ 1.613,88	R$ 19.366,56	R$ 20.980,44
14.093.387/0001-82	MG	NACIP RAYDAN	R$ 257,60	R$ -	R$ 257,60	R$ 257,60	R$ 3.091,20	R$ 3.348,80
11.385.745/0001-32	MG	NANUQUE	R$ 3.197,31	R$ -	R$ 3.197,31	R$ 3.197,31	R$ 38.367,72	R$ 41.565,03
21.650.849/0001-80	MG	NAQUE	R$ 554,30	R$ -	R$ 554,30	R$ 554,30	R$ 6.651,60	R$ 7.205,90
12.335.878/0001-67	MG	NATALANDIA	R$ 262,33	R$ -	R$ 262,33	R$ 262,33	R$ 3.147,96	R$ 3.410,29
12.019.222/0001-35	MG	NATERCIA	R$ 374,76	R$ -	R$ 374,76	R$ 374,76	R$ 4.497,12	R$ 4.871,88
22.860.174/0001-67	MG	NAZARENO	R$ 682,02	R$ -	R$ 682,02	R$ 682,02	R$ 8.184,24	R$ 8.866,26
11.930.935/0001-93	MG	NEPOMUCENO	R$ 2.120,93	R$ -	R$ 2.120,93	R$ 2.120,93	R$ 25.451,16	R$ 27.572,09
15.080.364/0001-04	MG	NINHEIRA	R$ 823,60	R$ -	R$ 823,60	R$ 823,60	R$ 9.883,20	R$ 10.706,80
12.819.020/0001-78	MG	NOVA BELEM	R$ 293,92	R$ -	R$ 293,92	R$ 293,92	R$ 3.527,04	R$ 3.820,96
10.421.210/0001-07	MG	NOVA ERA	R$ 1.379,20	R$ -	R$ 1.379,20	R$ 1.379,20	R$ 16.550,40	R$ 17.929,60

11.181.004/0001-30	MG	NOVA LIMA	R$ 7.372,15	R$ -	R$ 7.372,15	R$ 7.372,15	R$ 88.465,80	R$ 95.837,95
11.345.575/0001-62	MG	NOVA MODICA	R$ 313,12	R$ -	R$ 313,12	R$ 313,12	R$ 3.757,44	R$ 4.070,56
12.702.343/0001-87	MG	NOVA PONTE	R$ 1.219,68	R$ -	R$ 1.219,68	R$ 1.219,68	R$ 14.636,16	R$ 15.855,84
11.472.021/0001-26	MG	NOVA PORTEIRINHA	R$ 594,23	R$ -	R$ 594,23	R$ 594,23	R$ 7.130,76	R$ 7.724,99
11.997.485/0001-56	MG	NOVA RESENDE	R$ 1.324,98	R$ -	R$ 1.324,98	R$ 1.324,98	R$ 15.899,76	R$ 17.224,74
00.456.832/0001-17	MG	NOVA SERRANA	R$ 8.057,45	R$ -	R$ 8.057,45	R$ 8.057,45	R$ 96.689,40	R$ 104.746,85
13.434.627/0001-00	MG	NOVA UNIAO	R$ 453,60	R$ -	R$ 453,60	R$ 453,60	R$ 5.443,20	R$ 5.896,80
11.628.794/0001-59	MG	NOVO CRUZEIRO	R$ 2.506,48	R$ -	R$ 2.506,48	R$ 2.506,48	R$ 30.077,76	R$ 32.584,24
12.365.004/0001-52	MG	NOVO ORIENTE DE MINAS	R$ 860,40	R$ -	R$ 860,40	R$ 860,40	R$ 10.324,80	R$ 11.185,20
11.740.219/0001-43	MG	NOVORIZONTE	R$ 419,84	R$ -	R$ 419,84	R$ 419,84	R$ 5.038,08	R$ 5.457,92
15.182.490/0001-61	MG	OLARIA	R$ 196,41	R$ -	R$ 196,41	R$ 196,41	R$ 2.356,92	R$ 2.553,33
11.682.032/0001-30	MG	OLHOS-D'AGUA	R$ 482,99	R$ -	R$ 482,99	R$ 482,99	R$ 5.795,88	R$ 6.278,87
13.544.047/0001-68	MG	OLIMPIO NORONHA	R$ 220,82	R$ -	R$ 220,82	R$ 220,82	R$ 2.649,84	R$ 2.870,66
14.033.330/0001-98	MG	OLIVEIRA	R$ 3.302,89	R$ -	R$ 3.302,89	R$ 3.302,89	R$ 39.634,68	R$ 42.937,57
21.450.736/0001-31	MG	OLIVEIRA FORTES	R$ 169,00	R$ -	R$ 169,00	R$ 169,00	R$ 2.028,00	R$ 2.197,00
11.240.582/0001-08	MG	ONCA DE PITANGUI	R$ 249,42	R$ -	R$ 249,42	R$ 249,42	R$ 2.993,04	R$ 3.242,46
11.984.330/0001-85	MG	ORATORIOS	R$ 368,82	R$ -	R$ 368,82	R$ 368,82	R$ 4.425,84	R$ 4.794,66
21.792.433/0001-05	MG	ORIZANIA	R$ 641,44	R$ -	R$ 641,44	R$ 641,44	R$ 7.697,28	R$ 8.338,72
14.210.754/0001-80	MG	OURO BRANCO	R$ 3.099,23	R$ -	R$ 3.099,23	R$ 3.099,23	R$ 37.190,76	R$ 40.289,99
11.323.084/0001-10	MG	OURO FINO	R$ 2.639,37	R$ -	R$ 2.639,37	R$ 2.639,37	R$ 31.672,44	R$ 34.311,81
18.435.647/0001-01	MG	OURO PRETO	R$ 5.828,20	R$ -	R$ 5.828,20	R$ 5.828,20	R$ 69.938,40	R$ 75.766,60
13.080.566/0001-12	MG	OURO VERDE DE MINAS	R$ 577,20	R$ -	R$ 577,20	R$ 577,20	R$ 6.926,40	R$ 7.503,60
11.333.493/0001-06	MG	PADRE CARVALHO	R$ 510,24	R$ -	R$ 510,24	R$ 510,24	R$ 6.122,88	R$ 6.633,12
12.231.708/0001-32	MG	PADRE PARAISO	R$ 1.612,32	R$ -	R$ 1.612,32	R$ 1.612,32	R$ 19.347,84	R$ 20.960,16
11.316.956/0001-13	MG	PAI PEDRO	R$ 487,12	R$ -	R$ 487,12	R$ 487,12	R$ 5.845,44	R$ 6.332,56
13.552.264/0001-08	MG	PAINEIRAS	R$ 355,43	R$ -	R$ 355,43	R$ 355,43	R$ 4.265,16	R$ 4.620,59
11.193.359/0001-49	MG	PAINS	R$ 649,90	R$ -	R$ 649,90	R$ 649,90	R$ 7.798,80	R$ 8.448,70
13.512.542/0001-95	MG	PAIVA	R$ 132,36	R$ -	R$ 132,36	R$ 132,36	R$ 1.588,32	R$ 1.720,68
21.423.797/0001-00	MG	PALMA	R$ 519,10	R$ -	R$ 519,10	R$ 519,10	R$ 6.229,20	R$ 6.748,30
12.941.232/0001-23	MG	PALMOPOLIS	R$ 544,80	R$ -	R$ 544,80	R$ 544,80	R$ 6.537,60	R$ 7.082,40
11.836.265/0001-40	MG	PAPAGAIOS	R$ 1.241,86	R$ -	R$ 1.241,86	R$ 1.241,86	R$ 14.902,32	R$ 16.144,18
02.884.794/0001-29	MG	PARA DE MINAS	R$ 7.372,95	R$ -	R$ 7.372,95	R$ 7.372,95	R$ 88.475,40	R$ 95.848,35
20.583.431/0001-35	MG	PARACATU	R$ 7.309,32	R$ -	R$ 7.309,32	R$ 7.309,32	R$ 87.711,84	R$ 95.021,16
13.423.958/0001-37	MG	PARAGUACU	R$ 1.687,94	R$ -	R$ 1.687,94	R$ 1.687,94	R$ 20.255,28	R$ 21.943,22
12.153.728/0001-32	MG	PARAISOPOLIS	R$ 1.654,20	R$ -	R$ 1.654,20	R$ 1.654,20	R$ 19.850,40	R$ 21.504,60
12.809.552/0001-24	MG	PARAOPEBA	R$ 1.944,32	R$ -	R$ 1.944,32	R$ 1.944,32	R$ 23.331,84	R$ 25.276,16
11.428.122/0001-08	MG	PASSA QUATRO	R$ 1.282,38	R$ -	R$ 1.282,38	R$ 1.282,38	R$ 15.388,56	R$ 16.670,94
13.491.387/0001-78	MG	PASSA TEMPO	R$ 695,88	R$ -	R$ 695,88	R$ 695,88	R$ 8.350,56	R$ 9.046,44
12.543.141/0001-30	MG	PASSABEM	R$ 144,60	R$ -	R$ 144,60	R$ 144,60	R$ 1.735,20	R$ 1.879,80
11.330.523/0001-12	MG	PASSA-VINTE	R$ 161,55	R$ -	R$ 161,55	R$ 161,55	R$ 1.938,60	R$ 2.100,15
12.163.368/0001-50	MG	PASSOS	R$ 8.997,89	R$ -	R$ 8.997,89	R$ 8.997,89	R$ 107.974,68	R$ 116.972,57
13.024.576/0001-30	MG	PATIS	R$ 473,17	R$ -	R$ 473,17	R$ 473,17	R$ 5.678,04	R$ 6.151,21
13.918.415/0001-90	MG	PATOS DE MINAS	R$ 11.964,44	R$ -	R$ 11.964,44	R$ 11.964,44	R$ 143.573,28	R$ 155.537,72
11.350.366/0001-07	MG	PATROCINIO	R$ 7.120,93	R$ -	R$ 7.120,93	R$ 7.120,93	R$ 85.451,16	R$ 92.572,09
11.285.052/0001-78	MG	PATROCINIO DO MURIAE	R$ 450,35	R$ -	R$ 450,35	R$ 450,35	R$ 5.404,20	R$ 5.854,55
21.486.703/0001-41	MG	PAULA CANDIDO	R$ 758,32	R$ -	R$ 758,32	R$ 758,32	R$ 9.099,84	R$ 9.858,16
14.061.141/0001-29	MG	PAULISTAS	R$ 382,68	R$ -	R$ 382,68	R$ 382,68	R$ 4.592,16	R$ 4.974,84
11.331.925/0001-31	MG	PAVAO	R$ 725,36	R$ -	R$ 725,36	R$ 725,36	R$ 8.704,32	R$ 9.429,68

11.676.062/0001-34	MG	PECANHA	R$ 1.389,79	R$ -	R$ 1.389,79	R$ 1.389,79	R$ 16.677,48	R$ 18.067,27
11.538.441/0001-68	MG	PEDRA AZUL	R$ 2.060,00	R$ -	R$ 2.060,00	R$ 2.060,00	R$ 24.720,00	R$ 26.780,00
11.301.376/0001-52	MG	PEDRA BONITA	R$ 567,76	R$ -	R$ 567,76	R$ 567,76	R$ 6.813,12	R$ 7.380,88
11.890.198/0001-42	MG	PEDRA DO ANTA	R$ 295,61	R$ -	R$ 295,61	R$ 295,61	R$ 3.547,32	R$ 3.842,93
10.881.967/0001-83	MG	PEDRA DO INDAIA	R$ 311,65	R$ -	R$ 311,65	R$ 311,65	R$ 3.739,80	R$ 4.051,45
11.247.992/0001-72	MG	PEDRA DOURADA	R$ 198,39	R$ -	R$ 198,39	R$ 198,39	R$ 2.380,68	R$ 2.579,07
11.300.293/0001-49	MG	PEDRALVA	R$ 886,99	R$ -	R$ 886,99	R$ 886,99	R$ 10.643,88	R$ 11.530,87
11.918.381/0001-09	MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	R$ 959,25	R$ -	R$ 959,25	R$ 959,25	R$ 11.511,00	R$ 12.470,25
19.439.808/0001-06	MG	PEDRINOPOLIS	R$ 285,21	R$ -	R$ 285,21	R$ 285,21	R$ 3.422,52	R$ 3.707,73
12.237.669/0001-80	MG	PEDRO LEOPOLDO	R$ 5.041,78	R$ -	R$ 5.041,78	R$ 5.041,78	R$ 60.501,36	R$ 65.543,14
13.587.255/0001-44	MG	PEDRO TEIXEIRA	R$ 143,17	R$ -	R$ 143,17	R$ 143,17	R$ 1.718,04	R$ 1.861,21
12.923.384/0001-01	MG	PEQUERI	R$ 263,05	R$ -	R$ 263,05	R$ 263,05	R$ 3.156,60	R$ 3.419,65
11.257.174/0001-50	MG	PEQUI	R$ 349,09	R$ -	R$ 349,09	R$ 349,09	R$ 4.189,08	R$ 4.538,17
12.287.933/0001-90	MG	PERDIGAO	R$ 902,78	R$ -	R$ 902,78	R$ 902,78	R$ 10.833,36	R$ 11.736,14
12.426.141/0001-50	MG	PERDIZES	R$ 1.268,57	R$ -	R$ 1.268,57	R$ 1.268,57	R$ 15.222,84	R$ 16.491,41
11.910.370/0001-82	MG	PERDOES	R$ 1.678,29	R$ -	R$ 1.678,29	R$ 1.678,29	R$ 20.139,48	R$ 21.817,77
19.180.511/0001-60	MG	PERIQUITO	R$ 539,56	R$ -	R$ 539,56	R$ 539,56	R$ 6.474,72	R$ 7.014,28
11.922.801/0001-20	MG	PESCADOR	R$ 336,89	R$ -	R$ 336,89	R$ 336,89	R$ 4.042,68	R$ 4.379,57
12.773.270/0001-14	MG	PIAU	R$ 242,76	R$ -	R$ 242,76	R$ 242,76	R$ 2.913,12	R$ 3.155,88
19.103.450/0001-38	MG	PIEDADE DE CARATINGA	R$ 678,69	R$ -	R$ 678,69	R$ 678,69	R$ 8.144,28	R$ 8.822,97
13.240.860/0001-44	MG	PIEDADE DE PONTE NOVA	R$ 328,02	R$ -	R$ 328,02	R$ 328,02	R$ 3.936,24	R$ 4.264,26
12.471.027/0001-41	MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	R$ 385,93	R$ -	R$ 385,93	R$ 385,93	R$ 4.631,16	R$ 5.017,09
11.248.925/0001-72	MG	PIEDADE DOS GERAIS	R$ 394,73	R$ -	R$ 394,73	R$ 394,73	R$ 4.736,76	R$ 5.131,49
10.449.004/0001-05	MG	PIMENTA	R$ 686,14	R$ -	R$ 686,14	R$ 686,14	R$ 8.233,68	R$ 8.919,82
12.650.931/0001-14	MG	PINGO-D'AGUA	R$ 391,48	R$ -	R$ 391,48	R$ 391,48	R$ 4.697,76	R$ 5.089,24
11.346.711/0001-39	MG	PINTOPOLIS	R$ 654,64	R$ -	R$ 654,64	R$ 654,64	R$ 7.855,68	R$ 8.510,32
11.938.333/0001-82	MG	PIRACEMA	R$ 507,79	R$ -	R$ 507,79	R$ 507,79	R$ 6.093,48	R$ 6.601,27
11.294.369/0001-70	MG	PIRAJUBA	R$ 486,38	R$ -	R$ 486,38	R$ 486,38	R$ 5.836,56	R$ 6.322,94
11.973.165/0001-66	MG	PIRANGA	R$ 1.396,52	R$ -	R$ 1.396,52	R$ 1.396,52	R$ 16.758,24	R$ 18.154,76
11.431.622/0001-90	MG	PIRANGUCU	R$ 433,55	R$ -	R$ 433,55	R$ 433,55	R$ 5.202,60	R$ 5.636,15
11.398.023/0001-12	MG	PIRANGUINHO	R$ 674,46	R$ -	R$ 674,46	R$ 674,46	R$ 8.093,52	R$ 8.767,98
11.342.716/0001-93	MG	PIRAPETINGA	R$ 843,62	R$ -	R$ 843,62	R$ 843,62	R$ 10.123,44	R$ 10.967,06
01.122.139/0001-70	MG	PIRAPORA	R$ 4.427,43	R$ -	R$ 4.427,43	R$ 4.427,43	R$ 53.129,16	R$ 57.556,59
11.980.583/0001-80	MG	PIRAUBA	R$ 854,66	R$ -	R$ 854,66	R$ 854,66	R$ 10.255,92	R$ 11.110,58
16.938.580/0001-00	MG	PITANGUI	R$ 2.196,06	R$ -	R$ 2.196,06	R$ 2.196,06	R$ 26.352,72	R$ 28.548,78
10.420.068/0001-83	MG	PIUMHI	R$ 2.721,91	R$ -	R$ 2.721,91	R$ 2.721,91	R$ 32.662,92	R$ 35.384,83
11.642.955/0001-69	MG	PLANURA	R$ 951,97	R$ -	R$ 951,97	R$ 951,97	R$ 11.423,64	R$ 12.375,61
10.502.158/0001-13	MG	POCO FUNDO	R$ 1.330,36	R$ -	R$ 1.330,36	R$ 1.330,36	R$ 15.964,32	R$ 17.294,68
13.702.294/0001-45	MG	POCOS DE CALDAS	R$ 13.134,23	R$ -	R$ 13.134,23	R$ 13.134,23	R$ 157.610,76	R$ 170.744,99
21.443.249/0001-41	MG	POCRANE	R$ 668,07	R$ -	R$ 668,07	R$ 668,07	R$ 8.016,84	R$ 8.684,91
12.448.012/0001-62	MG	POMPEU	R$ 2.520,49	R$ -	R$ 2.520,49	R$ 2.520,49	R$ 30.245,88	R$ 32.766,37
02.926.388/0001-81	MG	PONTE NOVA	R$ 4.687,45	R$ -	R$ 4.687,45	R$ 4.687,45	R$ 56.249,40	R$ 60.936,85
12.014.686/0001-59	MG	PONTO CHIQUE	R$ 337,60	R$ -	R$ 337,60	R$ 337,60	R$ 4.051,20	R$ 4.388,80
11.331.987/0001-43	MG	PONTO DOS VOLANTES	R$ 969,68	R$ -	R$ 969,68	R$ 969,68	R$ 11.636,16	R$ 12.605,84
13.661.594/0001-23	MG	PORTEIRINHA	R$ 3.003,32	R$ -	R$ 3.003,32	R$ 3.003,32	R$ 36.039,84	R$ 39.043,16
11.679.054/0001-41	MG	PORTO FIRME	R$ 893,64	R$ -	R$ 893,64	R$ 893,64	R$ 10.723,68	R$ 11.617,32
13.160.378/0001-02	MG	POTE	R$ 1.311,67	R$ -	R$ 1.311,67	R$ 1.311,67	R$ 15.740,04	R$ 17.051,71
11.290.305/0001-00	MG	POUSO ALEGRE	R$ 11.827,06	R$ -	R$ 11.827,06	R$ 11.827,06	R$ 141.924,72	R$ 153.751,78

11.526.815/0001-25	MG	POUSO ALTO	R$ 509,53	R$ -	R$ 509,53	R$ 509,53	R$ 6.114,36	R$ 6.623,89
13.414.387/0001-74	MG	PRADOS	R$ 715,53	R$ -	R$ 715,53	R$ 715,53	R$ 8.586,36	R$ 9.301,89
14.179.123/0001-46	MG	PRATA	R$ 2.207,05	R$ -	R$ 2.207,05	R$ 2.207,05	R$ 26.484,60	R$ 28.691,65
14.166.883/0001-19	MG	PRATAPOLIS	R$ 675,00	R$ -	R$ 675,00	R$ 675,00	R$ 8.100,00	R$ 8.775,00
11.905.183/0001-00	MG	PRATINHA	R$ 282,70	R$ -	R$ 282,70	R$ 282,70	R$ 3.392,40	R$ 3.675,10
11.504.837/0001-94	MG	PRESIDENTE BERNARDES	R$ 463,74	R$ -	R$ 463,74	R$ 463,74	R$ 5.564,88	R$ 6.028,62
19.188.584/0001-07	MG	PRESIDENTE JUSCELINO	R$ 347,43	R$ -	R$ 347,43	R$ 347,43	R$ 4.169,16	R$ 4.516,59
13.884.924/0001-40	MG	PRESIDENTE KUBITSCHEK	R$ 240,16	R$ -	R$ 240,16	R$ 240,16	R$ 2.881,92	R$ 3.122,08
11.585.781/0001-40	MG	PRESIDENTE OLEGARIO	R$ 1.535,73	R$ -	R$ 1.535,73	R$ 1.535,73	R$ 18.428,76	R$ 19.964,49
14.184.393/0001-45	MG	PRUDENTE DE MORAIS	R$ 850,38	R$ -	R$ 850,38	R$ 850,38	R$ 10.204,56	R$ 11.054,94
12.641.436/0001-49	MG	QUARTEL GERAL	R$ 282,30	R$ -	R$ 282,30	R$ 282,30	R$ 3.387,60	R$ 3.669,90
13.540.246/0001-06	MG	QUELUZITO	R$ 153,63	R$ -	R$ 153,63	R$ 153,63	R$ 1.843,56	R$ 1.997,19
11.317.524/0001-27	MG	RAPOSOS	R$ 1.283,16	R$ -	R$ 1.283,16	R$ 1.283,16	R$ 15.397,92	R$ 16.681,08
12.073.624/0001-18	MG	RAUL SOARES	R$ 1.882,68	R$ -	R$ 1.882,68	R$ 1.882,68	R$ 22.592,16	R$ 24.474,84
11.944.441/0001-68	MG	RECREIO	R$ 833,27	R$ -	R$ 833,27	R$ 833,27	R$ 9.999,24	R$ 10.832,51
13.860.665/0001-17	MG	REDUTO	R$ 566,82	R$ -	R$ 566,82	R$ 566,82	R$ 6.801,84	R$ 7.368,66
13.776.308/0001-75	MG	RESENDE COSTA	R$ 911,15	R$ -	R$ 911,15	R$ 911,15	R$ 10.933,80	R$ 11.844,95
14.025.844/0001-00	MG	RESPLENDOR	R$ 1.378,38	R$ -	R$ 1.378,38	R$ 1.378,38	R$ 16.540,56	R$ 17.918,94
11.371.282/0001-50	MG	RESSAQUINHA	R$ 380,94	R$ -	R$ 380,94	R$ 380,94	R$ 4.571,28	R$ 4.952,22
13.029.419/0001-18	MG	RIACHINHO	R$ 644,62	R$ -	R$ 644,62	R$ 644,62	R$ 7.735,44	R$ 8.380,06
13.264.333/0001-70	MG	RIACHO DOS MACHADOS	R$ 751,19	R$ -	R$ 751,19	R$ 751,19	R$ 9.014,28	R$ 9.765,47
01.122.377/0001-86	MG	RIBEIRAO DAS NEVES	R$ 26.531,06	R$ -	R$ 26.531,06	R$ 26.531,06	R$ 318.372,72	R$ 344.903,78
13.874.373/0001-33	MG	RIBEIRAO VERMELHO	R$ 316,44	R$ -	R$ 316,44	R$ 316,44	R$ 3.797,28	R$ 4.113,72
11.348.417/0001-66	MG	RIO ACIMA	R$ 817,03	R$ -	R$ 817,03	R$ 817,03	R$ 9.804,36	R$ 10.621,39
12.856.524/0001-68	MG	RIO CASCA	R$ 1.171,82	R$ -	R$ 1.171,82	R$ 1.171,82	R$ 14.061,84	R$ 15.233,66
11.437.273/0001-14	MG	RIO DO PRADO	R$ 408,04	R$ -	R$ 408,04	R$ 408,04	R$ 4.896,48	R$ 5.304,52
21.456.134/0001-91	MG	RIO DOCE	R$ 206,79	R$ -	R$ 206,79	R$ 206,79	R$ 2.481,48	R$ 2.688,27
13.407.368/0001-10	MG	RIO ESPERA	R$ 533,06	R$ -	R$ 533,06	R$ 533,06	R$ 6.396,72	R$ 6.929,78
13.693.314/0001-69	MG	RIO MANSO	R$ 462,07	R$ -	R$ 462,07	R$ 462,07	R$ 5.544,84	R$ 6.006,91
02.216.796/0001-40	MG	RIO NOVO	R$ 702,15	R$ -	R$ 702,15	R$ 702,15	R$ 8.425,80	R$ 9.127,95
11.482.116/0001-20	MG	RIO PARANAIBA	R$ 966,10	R$ -	R$ 966,10	R$ 966,10	R$ 11.593,20	R$ 12.559,30
13.939.029/0001-85	MG	RIO PARDO DE MINAS	R$ 2.449,34	R$ -	R$ 2.449,34	R$ 2.449,34	R$ 29.392,08	R$ 31.841,42
14.706.282/0001-51	MG	RIO PIRACICABA	R$ 1.136,09	R$ -	R$ 1.136,09	R$ 1.136,09	R$ 13.633,08	R$ 14.769,17
13.530.438/0001-23	MG	RIO POMBA	R$ 1.405,25	R$ -	R$ 1.405,25	R$ 1.405,25	R$ 16.863,00	R$ 18.268,25
12.930.967/0001-51	MG	RIO PRETO	R$ 433,87	R$ -	R$ 433,87	R$ 433,87	R$ 5.206,44	R$ 5.640,31
11.931.527/0001-56	MG	RIO VERMELHO	R$ 1.227,44	R$ -	R$ 1.227,44	R$ 1.227,44	R$ 14.729,28	R$ 15.956,72
02.990.309/0001-00	MG	RITAPOLIS	R$ 407,96	R$ -	R$ 407,96	R$ 407,96	R$ 4.895,52	R$ 5.303,48
97.541.713/0001-02	MG	ROCHEDO DE MINAS	R$ 182,63	R$ -	R$ 182,63	R$ 182,63	R$ 2.191,56	R$ 2.374,19
12.366.830/0001-16	MG	RODEIRO	R$ 642,48	R$ -	R$ 642,48	R$ 642,48	R$ 7.709,76	R$ 8.352,24
12.747.797/0001-74	MG	ROMARIA	R$ 277,20	R$ -	R$ 277,20	R$ 277,20	R$ 3.326,40	R$ 3.603,60
13.465.118/0001-37	MG	ROSARIO DA LIMEIRA	R$ 363,99	R$ -	R$ 363,99	R$ 363,99	R$ 4.367,88	R$ 4.731,87
11.759.447/0001-65	MG	RUBELITA	R$ 647,76	R$ -	R$ 647,76	R$ 647,76	R$ 7.773,12	R$ 8.420,88
12.354.326/0001-04	MG	RUBIM	R$ 811,40	R$ -	R$ 811,40	R$ 811,40	R$ 9.736,80	R$ 10.548,20
11.462.882/0001-23	MG	SABARA	R$ 10.697,76	R$ -	R$ 10.697,76	R$ 10.697,76	R$ 128.373,12	R$ 139.070,88
11.263.461/0001-73	MG	SABINOPOLIS	R$ 1.225,70	R$ -	R$ 1.225,70	R$ 1.225,70	R$ 14.708,40	R$ 15.934,10
10.547.985/0001-23	MG	SACRAMENTO	R$ 2.054,52	R$ -	R$ 2.054,52	R$ 2.054,52	R$ 24.654,24	R$ 26.708,76
23.164.660/0001-03	MG	SALINAS	R$ 3.290,22	R$ -	R$ 3.290,22	R$ 3.290,22	R$ 39.482,64	R$ 42.772,86
11.910.757/0001-39	MG	SALTO DA DIVISA	R$ 555,33	R$ -	R$ 555,33	R$ 555,33	R$ 6.663,96	R$ 7.219,29
12.669.664/0001-27	MG	SANTA BARBARA	R$ 2.457,73	R$ -	R$ 2.457,73	R$ 2.457,73	R$ 29.492,76	R$ 31.950,49
15.249.387/0001-91	MG	SANTA BARBARA DO LESTE	R$ 645,49	R$ -	R$ 645,49	R$ 645,49	R$ 7.745,88	R$ 8.391,37
13.533.440/0001-56	MG	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	R$ 249,58	R$ -	R$ 249,58	R$ 249,58	R$ 2.994,96	R$ 3.244,54
13.273.199/0001-73	MG	SANTA BARBARA DO TUGURIO	R$ 350,99	R$ -	R$ 350,99	R$ 350,99	R$ 4.211,88	R$ 4.562,87
14.155.474/0001-17	MG	SANTA CRUZ DE MINAS	R$ 675,08	R$ -	R$ 675,08	R$ 675,08	R$ 8.100,96	R$ 8.776,04
13.021.239/0001-90	MG	SANTA CRUZ DE SALINAS	R$ 437,28	R$ -	R$ 437,28	R$ 437,28	R$ 5.247,36	R$ 5.684,64
12.783.628/0001-90	MG	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	R$ 421,59	R$ -	R$ 421,59	R$ 421,59	R$ 5.059,08	R$ 5.480,67

22.557.371/0001-01	MG	SANTA EFIGENIA DE MINAS	R$ 349,33	R$ -	R$ 349,33	R$ 349,33	R$ 4.191,96	R$ 4.541,29
11.910.532/0001-82	MG	SANTA FE DE MINAS	R$ 327,14	R$ -	R$ 327,14	R$ 327,14	R$ 3.925,68	R$ 4.252,82
11.366.026/0001-74	MG	SANTA HELENA DE MINAS	R$ 509,28	R$ -	R$ 509,28	R$ 509,28	R$ 6.111,36	R$ 6.620,64
13.129.005/0001-60	MG	SANTA JULIANA	R$ 1.098,70	R$ -	R$ 1.098,70	R$ 1.098,70	R$ 13.184,40	R$ 14.283,10
11.285.036/0001-85	MG	SANTA LUZIA	R$ 17.193,59	R$ -	R$ 17.193,59	R$ 17.193,59	R$ 206.323,08	R$ 223.516,67
12.267.573/0001-65	MG	SANTA MARGARIDA	R$ 1.284,17	R$ -	R$ 1.284,17	R$ 1.284,17	R$ 15.410,04	R$ 16.694,21
14.764.768/0001-46	MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	R$ 859,42	R$ -	R$ 859,42	R$ 859,42	R$ 10.313,04	R$ 11.172,46
11.917.219/0001-76	MG	SANTA MARIA DO SALTO	R$ 474,51	R$ -	R$ 474,51	R$ 474,51	R$ 5.694,12	R$ 6.168,63
11.837.034/0001-51	MG	SANTA MARIA DO SUACUI	R$ 1.157,96	R$ -	R$ 1.157,96	R$ 1.157,96	R$ 13.895,52	R$ 15.053,48
13.865.293/0001-11	MG	SANTA RITA DE CALDAS	R$ 709,04	R$ -	R$ 709,04	R$ 709,04	R$ 8.508,48	R$ 9.217,52
11.405.804/0001-97	MG	SANTA RITA DE IBITIPOCA	R$ 304,80	R$ -	R$ 304,80	R$ 304,80	R$ 3.657,60	R$ 3.962,40
13.953.367/0001-71	MG	SANTA RITA DE JACUTINGA	R$ 465,01	R$ -	R$ 465,01	R$ 465,01	R$ 5.580,12	R$ 6.045,13
13.803.092/0001-90	MG	SANTA RITA DE MINAS	R$ 571,41	R$ -	R$ 571,41	R$ 571,41	R$ 6.856,92	R$ 7.428,33
14.172.334/0001-57	MG	SANTA RITA DO ITUETO	R$ 434,90	R$ -	R$ 434,90	R$ 434,90	R$ 5.218,80	R$ 5.653,70
11.402.231/0001-48	MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	R$ 3.394,25	R$ -	R$ 3.394,25	R$ 3.394,25	R$ 40.731,00	R$ 44.125,25
11.303.821/0001-13	MG	SANTA ROSA DA SERRA	R$ 262,85	R$ -	R$ 262,85	R$ 262,85	R$ 3.154,20	R$ 3.417,05
12.125.124/0001-82	MG	SANTA VITORIA	R$ 1.548,99	R$ -	R$ 1.548,99	R$ 1.548,99	R$ 18.587,88	R$ 20.136,87
12.825.100/0001-36	MG	SANTANA DA VARGEM	R$ 562,54	R$ -	R$ 562,54	R$ 562,54	R$ 6.750,48	R$ 7.313,02
11.451.426/0001-88	MG	SANTANA DE CATAGUASES	R$ 306,78	R$ -	R$ 306,78	R$ 306,78	R$ 3.681,36	R$ 3.988,14
13.338.604/0001-94	MG	SANTANA DE PIRAPAMA	R$ 698,82	R$ -	R$ 698,82	R$ 698,82	R$ 8.385,84	R$ 9.084,66
13.768.626/0001-94	MG	SANTANA DO DESERTO	R$ 315,02	R$ -	R$ 315,02	R$ 315,02	R$ 3.780,24	R$ 4.095,26
13.487.498/0001-00	MG	SANTANA DO GARAMBEU	R$ 194,75	R$ -	R$ 194,75	R$ 194,75	R$ 2.337,00	R$ 2.531,75
21.570.667/0001-08	MG	SANTANA DO JACARE	R$ 381,97	R$ -	R$ 381,97	R$ 381,97	R$ 4.583,64	R$ 4.965,61
13.613.210/0001-05	MG	SANTANA DO MANHUACU	R$ 687,25	R$ -	R$ 687,25	R$ 687,25	R$ 8.247,00	R$ 8.934,25
11.350.715/0001-90	MG	SANTANA DO PARAISO	R$ 2.746,38	R$ -	R$ 2.746,38	R$ 2.746,38	R$ 32.956,56	R$ 35.702,94
13.669.880/0001-35	MG	SANTANA DO RIACHO	R$ 340,30	R$ -	R$ 340,30	R$ 340,30	R$ 4.083,60	R$ 4.423,90
13.534.371/0001-03	MG	SANTANA DOS MONTES	R$ 327,54	R$ -	R$ 327,54	R$ 327,54	R$ 3.930,48	R$ 4.258,02
11.092.425/0001-94	MG	SANTO ANTONIO DO AMPARO	R$ 1.467,75	R$ -	R$ 1.467,75	R$ 1.467,75	R$ 17.613,00	R$ 19.080,75
11.373.094/0001-60	MG	SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO	R$ 285,39	R$ -	R$ 285,39	R$ 285,39	R$ 3.424,68	R$ 3.710,07
19.361.800/0001-66	MG	SANTO ANTONIO DO GRAMA	R$ 344,57	R$ -	R$ 344,57	R$ 344,57	R$ 4.134,84	R$ 4.479,41
12.057.077/0001-87	MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	R$ 372,08	R$ -	R$ 372,08	R$ 372,08	R$ 4.464,96	R$ 4.837,04
11.802.504/0001-41	MG	SANTO ANTONIO DO JACINTO	R$ 931,20	R$ -	R$ 931,20	R$ 931,20	R$ 11.174,40	R$ 12.105,60
02.595.012/0001-31	MG	SANTO ANTONIO DO MONTE	R$ 2.215,99	R$ -	R$ 2.215,99	R$ 2.215,99	R$ 26.591,88	R$ 28.807,87
13.975.130/0001-91	MG	SANTO ANTONIO DO RETIRO	R$ 582,16	R$ -	R$ 582,16	R$ 582,16	R$ 6.985,92	R$ 7.568,08
12.371.311/0001-46	MG	SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO	R$ 139,84	R$ -	R$ 139,84	R$ 139,84	R$ 1.678,08	R$ 1.817,92
11.492.400/0001-88	MG	SANTO HIPOLITO	R$ 291,01	R$ -	R$ 291,01	R$ 291,01	R$ 3.492,12	R$ 3.783,13
86.926.136/0001-42	MG	SANTOS DUMONT	R$ 3.647,44	R$ -	R$ 3.647,44	R$ 3.647,44	R$ 43.769,28	R$ 47.416,72
11.417.993/0001-18	MG	SAO BENTO ABADE	R$ 418,81	R$ -	R$ 418,81	R$ 418,81	R$ 5.025,72	R$ 5.444,53
11.263.187/0001-32	MG	SAO BRAS DO SUACUI	R$ 296,16	R$ -	R$ 296,16	R$ 296,16	R$ 3.553,92	R$ 3.850,08
19.095.040/0001-92	MG	SAO DOMINGOS DAS DORES	R$ 447,18	R$ -	R$ 447,18	R$ 447,18	R$ 5.366,16	R$ 5.813,34
11.456.395/0001-58	MG	SAO DOMINGOS DO PRATA	R$ 1.375,37	R$ -	R$ 1.375,37	R$ 1.375,37	R$ 16.504,44	R$ 17.879,81
11.606.907/0001-15	MG	SAO FELIX DE MINAS	R$ 266,93	R$ -	R$ 266,93	R$ 266,93	R$ 3.203,16	R$ 3.470,09
13.512.168/0001-28	MG	SAO FRANCISCO	R$ 4.462,51	R$ -	R$ 4.462,51	R$ 4.462,51	R$ 53.550,12	R$ 58.012,63
13.860.736/0001-81	MG	SAO FRANCISCO DE PAULA	R$ 517,14	R$ -	R$ 517,14	R$ 517,14	R$ 6.205,68	R$ 6.722,82
11.344.309/0001-15	MG	SAO FRANCISCO DE SALES	R$ 494,24	R$ -	R$ 494,24	R$ 494,24	R$ 5.930,88	R$ 6.425,12
13.103.736/0001-37	MG	SAO FRANCISCO DO GLORIA	R$ 450,43	R$ -	R$ 450,43	R$ 450,43	R$ 5.405,16	R$ 5.855,59
14.073.730/0001-27	MG	SAO GERALDO	R$ 979,77	R$ -	R$ 979,77	R$ 979,77	R$ 11.757,24	R$ 12.737,01
11.267.738/0001-36	MG	SAO GERALDO DA PIEDADE	R$ 385,46	R$ -	R$ 385,46	R$ 385,46	R$ 4.625,52	R$ 5.010,98
11.718.829/0001-40	MG	SAO GERALDO DO BAIXIO	R$ 317,87	R$ -	R$ 317,87	R$ 317,87	R$ 3.814,44	R$ 4.132,31

11.814.989/0001-93	MG	SAO GONCALO DO ABAETE	R$ 664,67	R$ -	R$ 664,67	R$ 664,67	R$ 7.976,04	R$ 8.640,71
11.845.432/0001-10	MG	SAO GONCALO DO PARA	R$ 983,33	R$ -	R$ 983,33	R$ 983,33	R$ 11.799,96	R$ 12.783,29
12.371.347/0001-20	MG	SAO GONCALO DO RIO ABAIXO	R$ 865,20	R$ -	R$ 865,20	R$ 865,20	R$ 10.382,40	R$ 11.247,60
11.325.971/0001-28	MG	SAO GONCALO DO RIO PRETO	R$ 250,92	R$ -	R$ 250,92	R$ 250,92	R$ 3.011,04	R$ 3.261,96
11.274.174/0001-69	MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	R$ 1.996,77	R$ -	R$ 1.996,77	R$ 1.996,77	R$ 23.961,24	R$ 25.958,01
11.283.282/0001-06	MG	SAO GOTARDO	R$ 2.782,95	R$ -	R$ 2.782,95	R$ 2.782,95	R$ 33.395,40	R$ 36.178,35
11.109.004/0001-29	MG	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	R$ 584,77	R$ -	R$ 584,77	R$ 584,77	R$ 7.017,24	R$ 7.602,01
13.260.067/0001-07	MG	SAO JOAO DA LAGOA	R$ 389,42	R$ -	R$ 389,42	R$ 389,42	R$ 4.673,04	R$ 5.062,46
11.330.738/0001-33	MG	SAO JOAO DA MATA	R$ 236,19	R$ -	R$ 236,19	R$ 236,19	R$ 2.834,28	R$ 3.070,47
11.266.445/0001-34	MG	SAO JOAO DA PONTE	R$ 2.013,20	R$ -	R$ 2.013,20	R$ 2.013,20	R$ 24.158,40	R$ 26.171,60
11.633.167/0001-06	MG	SAO JOAO DAS MISSOES	R$ 1.041,12	R$ -	R$ 1.041,12	R$ 1.041,12	R$ 12.493,44	R$ 13.534,56
13.875.318/0001-68	MG	SAO JOAO DEL REI	R$ 7.067,97	R$ -	R$ 7.067,97	R$ 7.067,97	R$ 84.815,64	R$ 91.883,61
14.296.477/0001-70	MG	SAO JOAO DO MANHUACU	R$ 915,83	R$ -	R$ 915,83	R$ 915,83	R$ 10.989,96	R$ 11.905,79
12.373.674/0001-10	MG	SAO JOAO DO MANTENINHA	R$ 464,21	R$ -	R$ 464,21	R$ 464,21	R$ 5.570,52	R$ 6.034,73
21.577.484/0001-06	MG	SAO JOAO DO ORIENTE	R$ 643,99	R$ -	R$ 643,99	R$ 643,99	R$ 7.727,88	R$ 8.371,87
13.532.653/0001-63	MG	SAO JOAO DO PACUI	R$ 350,12	R$ -	R$ 350,12	R$ 350,12	R$ 4.201,44	R$ 4.551,56
20.025.041/0001-40	MG	SAO JOAO DO PARAISO	R$ 1.871,27	R$ -	R$ 1.871,27	R$ 1.871,27	R$ 22.455,24	R$ 24.326,51
11.881.288/0001-77	MG	SAO JOAO EVANGELISTA	R$ 1.249,79	R$ -	R$ 1.249,79	R$ 1.249,79	R$ 14.997,48	R$ 16.247,27
13.593.898/0001-09	MG	SAO JOAO NEPOMUCENO	R$ 2.068,32	R$ -	R$ 2.068,32	R$ 2.068,32	R$ 24.819,84	R$ 26.888,16
11.146.771/0001-08	MG	SAO JOAQUIM DE BICAS	R$ 2.501,95	R$ -	R$ 2.501,95	R$ 2.501,95	R$ 30.023,40	R$ 32.525,35
11.275.904/0001-46	MG	SAO JOSE DA BARRA	R$ 582,66	R$ -	R$ 582,66	R$ 582,66	R$ 6.991,92	R$ 7.574,58
13.611.913/0001-96	MG	SAO JOSE DA LAPA	R$ 1.864,72	R$ -	R$ 1.864,72	R$ 1.864,72	R$ 22.376,64	R$ 24.241,36
12.070.154/0001-39	MG	SAO JOSE DA SAFIRA	R$ 341,44	R$ -	R$ 341,44	R$ 341,44	R$ 4.097,28	R$ 4.438,72
13.001.332/0001-32	MG	SAO JOSE DA VARGINHA	R$ 392,62	R$ -	R$ 392,62	R$ 392,62	R$ 4.711,44	R$ 5.104,06
11.930.178/0001-58	MG	SAO JOSE DO ALEGRE	R$ 329,22	R$ -	R$ 329,22	R$ 329,22	R$ 3.950,64	R$ 4.279,86
11.676.118/0001-50	MG	SAO JOSE DO DIVINO	R$ 305,83	R$ -	R$ 305,83	R$ 305,83	R$ 3.669,96	R$ 3.975,79
13.681.931/0001-44	MG	SAO JOSE DO GOIABAL	R$ 429,43	R$ -	R$ 429,43	R$ 429,43	R$ 5.153,16	R$ 5.582,59
11.506.936/0001-05	MG	SAO JOSE DO JACURI	R$ 578,72	R$ -	R$ 578,72	R$ 578,72	R$ 6.944,64	R$ 7.523,36
11.917.793/0001-24	MG	SAO JOSE DO MANTIMENTO	R$ 221,13	R$ -	R$ 221,13	R$ 221,13	R$ 2.653,56	R$ 2.874,69
11.367.641/0001-03	MG	SAO LOURENCO	R$ 3.597,54	R$ -	R$ 3.597,54	R$ 3.597,54	R$ 43.170,48	R$ 46.768,02
13.604.395/0001-83	MG	SAO MIGUEL DO ANTA	R$ 549,70	R$ -	R$ 549,70	R$ 549,70	R$ 6.596,40	R$ 7.146,10
11.257.340/0001-19	MG	SAO PEDRO DA UNIAO	R$ 426,74	R$ -	R$ 426,74	R$ 426,74	R$ 5.120,88	R$ 5.547,62
12.899.273/0001-07	MG	SAO PEDRO DO SUACUI	R$ 469,44	R$ -	R$ 469,44	R$ 469,44	R$ 5.633,28	R$ 6.102,72
23.411.997/0001-78	MG	SAO PEDRO DOS FERROS	R$ 719,97	R$ -	R$ 719,97	R$ 719,97	R$ 8.639,64	R$ 9.359,61
13.337.591/0001-39	MG	SAO ROMAO	R$ 977,47	R$ -	R$ 977,47	R$ 977,47	R$ 11.729,64	R$ 12.707,11
14.164.659/0001-98	MG	SAO ROQUE DE MINAS	R$ 558,66	R$ -	R$ 558,66	R$ 558,66	R$ 6.703,92	R$ 7.262,58
11.819.672/0001-40	MG	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	R$ 436,09	R$ -	R$ 436,09	R$ 436,09	R$ 5.233,08	R$ 5.669,17
11.688.335/0001-60	MG	SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE	R$ 238,25	R$ -	R$ 238,25	R$ 238,25	R$ 2.859,00	R$ 3.097,25
12.740.484/0001-94	MG	SAO SEBASTIAO DO ANTA	R$ 519,36	R$ -	R$ 519,36	R$ 519,36	R$ 6.232,32	R$ 6.751,68
11.832.765/0001-04	MG	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	R$ 967,92	R$ -	R$ 967,92	R$ 967,92	R$ 11.615,04	R$ 12.582,96
13.420.810/0001-49	MG	SAO SEBASTIAO DO OESTE	R$ 536,79	R$ -	R$ 536,79	R$ 536,79	R$ 6.441,48	R$ 6.978,27
15.595.397/0001-89	MG	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	R$ 5.567,32	R$ -	R$ 5.567,32	R$ 5.567,32	R$ 66.807,84	R$ 72.375,16
13.530.644/0001-33	MG	SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO	R$ 137,62	R$ -	R$ 137,62	R$ 137,62	R$ 1.651,44	R$ 1.789,06
12.237.572/0001-78	MG	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	R$ 177,56	R$ -	R$ 177,56	R$ 177,56	R$ 2.130,72	R$ 2.308,28
11.434.421/0001-47	MG	SAO THOME DAS LETRAS	R$ 561,67	R$ -	R$ 561,67	R$ 561,67	R$ 6.740,04	R$ 7.301,71
10.784.264/0001-37	MG	SAO TIAGO	R$ 866,86	R$ -	R$ 866,86	R$ 866,86	R$ 10.402,32	R$ 11.269,18
14.444.600/0001-53	MG	SAO TOMAS DE AQUINO	R$ 550,88	R$ -	R$ 550,88	R$ 550,88	R$ 6.610,56	R$ 7.161,44
12.495.460/0001-17	MG	SAO VICENTE DE MINAS	R$ 608,31	R$ -	R$ 608,31	R$ 608,31	R$ 7.299,72	R$ 7.908,03
12.977.648/0001-00	MG	SAPUCAI-MIRIM	R$ 549,07	R$ -	R$ 549,07	R$ 549,07	R$ 6.588,84	R$ 7.137,91
13.677.165/0001-44	MG	SARDOA	R$ 499,15	R$ -	R$ 499,15	R$ 499,15	R$ 5.989,80	R$ 6.488,95
11.284.561/0001-86	MG	SARZEDO	R$ 2.569,77	R$ -	R$ 2.569,77	R$ 2.569,77	R$ 30.837,24	R$ 33.407,01
12.824.631/0001-04	MG	SEM-PEIXE	R$ 237,14	R$ -	R$ 237,14	R$ 237,14	R$ 2.845,68	R$ 3.082,82
11.398.549/0001-00	MG	SENADOR AMARAL	R$ 424,36	R$ -	R$ 424,36	R$ 424,36	R$ 5.092,32	R$ 5.516,68
11.785.577/0001-72	MG	SENADOR CORTES	R$ 158,86	R$ -	R$ 158,86	R$ 158,86	R$ 1.906,32	R$ 2.065,18
12.140.595/0001-60	MG	SENADOR FIRMINO	R$ 618,95	R$ -	R$ 618,95	R$ 618,95	R$ 7.427,40	R$ 8.046,35

12.530.400/0001-98	MG	SENADOR JOSE BENTO	R$ 146,97	R$ -	R$ 146,97	R$ 146,97	R$ 1.763,64	R$ 1.910,61
13.591.965/0001-48	MG	SENADOR MODESTINO GONCALVES	R$ 404,47	R$ -	R$ 404,47	R$ 404,47	R$ 4.853,64	R$ 5.258,11
11.995.051/0001-17	MG	SENHORA DE OLIVEIRA	R$ 458,43	R$ -	R$ 458,43	R$ 458,43	R$ 5.501,16	R$ 5.959,59
14.061.236/0001-42	MG	SENHORA DO PORTO	R$ 281,84	R$ -	R$ 281,84	R$ 281,84	R$ 3.382,08	R$ 3.663,92
12.458.069/0001-42	MG	SENHORA DOS REMEDIOS	R$ 828,67	R$ -	R$ 828,67	R$ 828,67	R$ 9.944,04	R$ 10.772,71
21.433.583/0001-14	MG	SERICITA	R$ 586,08	R$ -	R$ 586,08	R$ 586,08	R$ 7.032,96	R$ 7.619,04
11.488.811/0001-08	MG	SERITINGA	R$ 146,66	R$ -	R$ 146,66	R$ 146,66	R$ 1.759,92	R$ 1.906,58
11.371.753/0001-20	MG	SERRA AZUL DE MINAS	R$ 343,44	R$ -	R$ 343,44	R$ 343,44	R$ 4.121,28	R$ 4.464,72
13.914.836/0001-43	MG	SERRA DA SAUDADE	R$ 70,52	R$ -	R$ 70,52	R$ 70,52	R$ 846,24	R$ 916,76
11.272.506/0001-76	MG	SERRA DO SALITRE	R$ 917,65	R$ -	R$ 917,65	R$ 917,65	R$ 11.011,80	R$ 11.929,45
13.374.148/0001-38	MG	SERRA DOS AIMORES	R$ 689,23	R$ -	R$ 689,23	R$ 689,23	R$ 8.270,76	R$ 8.959,99
11.402.407/0001-61	MG	SERRANIA	R$ 607,62	R$ -	R$ 607,62	R$ 607,62	R$ 7.291,44	R$ 7.899,06
13.697.986/0001-42	MG	SERRANOPOLIS DE MINAS	R$ 378,80	R$ -	R$ 378,80	R$ 378,80	R$ 4.545,60	R$ 4.924,40
12.825.231/0001-13	MG	SERRANOS	R$ 168,76	R$ -	R$ 168,76	R$ 168,76	R$ 2.025,12	R$ 2.193,88
11.275.102/0001-36	MG	SERRO	R$ 1.661,15	R$ -	R$ 1.661,15	R$ 1.661,15	R$ 19.933,80	R$ 21.594,95
00.634.997/0001-31	MG	SETE LAGOAS	R$ 18.802,44	R$ -	R$ 18.802,44	R$ 18.802,44	R$ 225.629,28	R$ 244.431,72
11.513.409/0001-28	MG	SETUBINHA	R$ 980,64	R$ -	R$ 980,64	R$ 980,64	R$ 11.767,68	R$ 12.748,32
13.536.915/0001-68	MG	SILVEIRANIA	R$ 179,14	R$ -	R$ 179,14	R$ 179,14	R$ 2.149,68	R$ 2.328,82
11.330.764/0001-61	MG	SILVIANOPOLIS	R$ 494,24	R$ -	R$ 494,24	R$ 494,24	R$ 5.930,88	R$ 6.425,12
13.551.556/0001-18	MG	SIMAO PEREIRA	R$ 207,19	R$ -	R$ 207,19	R$ 207,19	R$ 2.486,28	R$ 2.693,47
11.776.849/0001-78	MG	SIMONESIA	R$ 1.555,54	R$ -	R$ 1.555,54	R$ 1.555,54	R$ 18.666,48	R$ 20.222,02
13.846.271/0001-04	MG	SOBRALIA	R$ 484,58	R$ -	R$ 484,58	R$ 484,58	R$ 5.814,96	R$ 6.299,54
13.503.561/0001-55	MG	SOLEDADE DE MINAS	R$ 487,35	R$ -	R$ 487,35	R$ 487,35	R$ 5.848,20	R$ 6.335,55
13.337.236/0001-60	MG	TABULEIRO	R$ 322,31	R$ -	R$ 322,31	R$ 322,31	R$ 3.867,72	R$ 4.190,03
13.640.871/0001-11	MG	TAIOBEIRAS	R$ 2.704,30	R$ -	R$ 2.704,30	R$ 2.704,30	R$ 32.451,60	R$ 35.155,90
14.863.699/0001-28	MG	TAPARUBA	R$ 265,98	R$ -	R$ 265,98	R$ 265,98	R$ 3.191,76	R$ 3.457,74
12.065.714/0001-67	MG	TAPIRA	R$ 374,50	R$ -	R$ 374,50	R$ 374,50	R$ 4.494,00	R$ 4.868,50
11.904.191/0001-32	MG	TAPIRAI	R$ 148,56	R$ -	R$ 148,56	R$ 148,56	R$ 1.782,72	R$ 1.931,28
12.402.366/0001-76	MG	TAQUARACU DE MINAS	R$ 323,02	R$ -	R$ 323,02	R$ 323,02	R$ 3.876,24	R$ 4.199,26
13.751.793/0001-22	MG	TARUMIRIM	R$ 1.135,06	R$ -	R$ 1.135,06	R$ 1.135,06	R$ 13.620,72	R$ 14.755,78
11.454.435/0001-22	MG	TEIXEIRAS	R$ 923,91	R$ -	R$ 923,91	R$ 923,91	R$ 11.086,92	R$ 12.010,83
09.277.189/0001-39	MG	TEOFILO OTONI	R$ 11.031,06	R$ -	R$ 11.031,06	R$ 11.031,06	R$ 132.372,72	R$ 143.403,78
10.654.076/0001-94	MG	TIMOTEO	R$ 7.049,14	R$ -	R$ 7.049,14	R$ 7.049,14	R$ 84.589,68	R$ 91.638,82
97.528.928/0001-85	MG	TIRADENTES	R$ 626,20	R$ -	R$ 626,20	R$ 626,20	R$ 7.514,40	R$ 8.140,60
12.827.212/0001-26	MG	TIROS	R$ 604,21	R$ -	R$ 604,21	R$ 604,21	R$ 7.250,52	R$ 7.854,73
19.081.365/0001-16	MG	TOCANTINS	R$ 1.319,91	R$ -	R$ 1.319,91	R$ 1.319,91	R$ 15.838,92	R$ 17.158,83
13.766.018/0001-40	MG	TOCOS DO MOJI	R$ 324,93	R$ -	R$ 324,93	R$ 324,93	R$ 3.899,16	R$ 4.224,09
11.405.102/0001-03	MG	TOLEDO	R$ 495,83	R$ -	R$ 495,83	R$ 495,83	R$ 5.949,96	R$ 6.445,79
01.425.266/0001-49	MG	TOMBOS	R$ 735,58	R$ -	R$ 735,58	R$ 735,58	R$ 8.826,96	R$ 9.562,54
13.759.512/0001-88	MG	TRES CORACOES	R$ 6.236,28	R$ -	R$ 6.236,28	R$ 6.236,28	R$ 74.835,36	R$ 81.071,64
11.084.358/0001-66	MG	TRES MARIAS	R$ 2.538,70	R$ -	R$ 2.538,70	R$ 2.538,70	R$ 30.464,40	R$ 33.003,10
11.132.325/0001-44	MG	TRES PONTAS	R$ 4.452,38	R$ -	R$ 4.452,38	R$ 4.452,38	R$ 53.428,56	R$ 57.880,94
11.955.740/0001-06	MG	TUMIRITINGA	R$ 533,38	R$ -	R$ 533,38	R$ 533,38	R$ 6.400,56	R$ 6.933,94
14.819.606/0001-68	MG	TUPACIGUARA	R$ 1.987,20	R$ -	R$ 1.987,20	R$ 1.987,20	R$ 23.846,40	R$ 25.833,60
11.288.532/0001-92	MG	TURMALINA	R$ 1.581,76	R$ -	R$ 1.581,76	R$ 1.581,76	R$ 18.981,12	R$ 20.562,88
11.407.892/0001-66	MG	TURVOLANDIA	R$ 399,32	R$ -	R$ 399,32	R$ 399,32	R$ 4.791,84	R$ 5.191,16
15.582.382/0001-86	MG	UBA	R$ 9.066,39	R$ -	R$ 9.066,39	R$ 9.066,39	R$ 108.796,68	R$ 117.863,07
11.852.956/0001-38	MG	UBAI	R$ 993,00	R$ -	R$ 993,00	R$ 993,00	R$ 11.916,00	R$ 12.909,00
17.654.276/0001-96	MG	UBAPORANGA	R$ 988,09	R$ -	R$ 988,09	R$ 988,09	R$ 11.857,08	R$ 12.845,17
13.809.927/0001-19	MG	UBERABA	R$ 26.189,13	R$ -	R$ 26.189,13	R$ 26.189,13	R$ 314.269,56	R$ 340.458,69
13.996.274/0001-24	MG	UBERLANDIA	R$ 54.240,85	R$ -	R$ 54.240,85	R$ 54.240,85	R$ 650.890,20	R$ 705.131,05
11.415.909/0001-27	MG	UMBURATIBA	R$ 225,33	R$ -	R$ 225,33	R$ 225,33	R$ 2.703,96	R$ 2.929,29
20.597.480/0001-27	MG	UNAI	R$ 6.620,43	R$ -	R$ 6.620,43	R$ 6.620,43	R$ 79.445,16	R$ 86.065,59
09.230.081/0001-90	MG	UNIAO DE MINAS	R$ 375,16	R$ -	R$ 375,16	R$ 375,16	R$ 4.501,92	R$ 4.877,08

14.369.724/0001-11	MG	URUANA DE MINAS	R$ 258,61	R$ -	R$ 258,61	R$ 258,61	R$ 3.103,32	R$ 3.361,93
13.051.030/0001-79	MG	URUCANIA	R$ 820,67	R$ -	R$ 820,67	R$ 820,67	R$ 9.848,04	R$ 10.668,71
11.472.045/0001-85	MG	URUCUIA	R$ 1.336,23	R$ -	R$ 1.336,23	R$ 1.336,23	R$ 16.034,76	R$ 17.370,99
13.334.072/0001-17	MG	VARGEM ALEGRE	R$ 513,42	R$ -	R$ 513,42	R$ 513,42	R$ 6.161,04	R$ 6.674,46
13.609.666/0001-93	MG	VARGEM BONITA	R$ 170,58	R$ -	R$ 170,58	R$ 170,58	R$ 2.046,96	R$ 2.217,54
20.826.697/0001-61	MG	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	R$ 396,71	R$ -	R$ 396,71	R$ 396,71	R$ 4.760,52	R$ 5.157,23
11.234.223/0001-30	MG	VARGINHA	R$ 10.636,09	R$ -	R$ 10.636,09	R$ 10.636,09	R$ 127.633,08	R$ 138.269,17
11.920.340/0001-57	MG	VARJAO DE MINAS	R$ 552,06	R$ -	R$ 552,06	R$ 552,06	R$ 6.624,72	R$ 7.176,78
11.491.247/0001-74	MG	VARZEA DA PALMA	R$ 3.129,06	R$ -	R$ 3.129,06	R$ 3.129,06	R$ 37.548,72	R$ 40.677,78
11.196.500/0001-67	MG	VARZELANDIA	R$ 1.545,60	R$ -	R$ 1.545,60	R$ 1.545,60	R$ 18.547,20	R$ 20.092,80
13.199.188/0001-90	MG	VAZANTE	R$ 1.615,52	R$ -	R$ 1.615,52	R$ 1.615,52	R$ 19.386,24	R$ 21.001,76
13.210.353/0001-68	MG	VERDELANDIA	R$ 748,40	R$ -	R$ 748,40	R$ 748,40	R$ 8.980,80	R$ 9.729,20
11.359.532/0001-36	MG	VEREDINHA	R$ 453,20	R$ -	R$ 453,20	R$ 453,20	R$ 5.438,40	R$ 5.891,60
13.765.401/0001-84	MG	VERISSIMO	R$ 316,84	R$ -	R$ 316,84	R$ 316,84	R$ 3.802,08	R$ 4.118,92
14.275.692/0001-95	MG	VERMELHO NOVO	R$ 383,40	R$ -	R$ 383,40	R$ 383,40	R$ 4.600,80	R$ 4.984,20
13.440.895/0001-27	MG	VESPASIANO	R$ 10.109,93	R$ -	R$ 10.109,93	R$ 10.109,93	R$ 121.319,16	R$ 131.429,09
12.457.838/0001-98	MG	VICOSA	R$ 6.186,38	R$ -	R$ 6.186,38	R$ 6.186,38	R$ 74.236,56	R$ 80.422,94
12.127.000/0001-36	MG	VIEIRAS	R$ 308,92	R$ -	R$ 308,92	R$ 308,92	R$ 3.707,04	R$ 4.015,96
11.501.565/0001-79	MG	VIRGEM DA LAPA	R$ 1.163,50	R$ -	R$ 1.163,50	R$ 1.163,50	R$ 13.962,00	R$ 15.125,50
15.238.149/0001-80	MG	VIRGINIA	R$ 687,25	R$ -	R$ 687,25	R$ 687,25	R$ 8.247,00	R$ 8.934,25
11.648.919/0001-02	MG	VIRGINOPOLIS	R$ 893,17	R$ -	R$ 893,17	R$ 893,17	R$ 10.718,04	R$ 11.611,21
14.620.241/0001-48	MG	VIRGOLANDIA	R$ 461,04	R$ -	R$ 461,04	R$ 461,04	R$ 5.532,48	R$ 5.993,52
15.826.980/0001-53	MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	R$ 3.339,64	R$ -	R$ 3.339,64	R$ 3.339,64	R$ 40.075,68	R$ 43.415,32
14.038.148/0001-20	MG	VOLTA GRANDE	R$ 416,12	R$ -	R$ 416,12	R$ 416,12	R$ 4.993,44	R$ 5.409,56
11.675.445/0001-98	MG	WENCESLAU BRAZ	R$ 202,20	R$ -	R$ 202,20	R$ 202,20	R$ 2.426,40	R$ 2.628,60
11.443.806/0001-70	MS	AGUA CLARA	R$ 1.229,82	R$ -	R$ 1.229,82	R$ 1.229,82	R$ 14.757,84	R$ 15.987,66
11.955.273/0001-06	MS	ALCINOPOLIS	R$ 419,22	R$ -	R$ 419,22	R$ 419,22	R$ 5.030,64	R$ 5.449,86
13.823.697/0001-42	MS	AMAMBAI	R$ 3.121,38	R$ -	R$ 3.121,38	R$ 3.121,38	R$ 37.456,56	R$ 40.577,94
11.332.999/0001-92	MS	ANASTACIO	R$ 1.991,47	R$ -	R$ 1.991,47	R$ 1.991,47	R$ 23.897,64	R$ 25.889,11
11.444.651/0001-97	MS	ANAURILANDIA	R$ 715,85	R$ -	R$ 715,85	R$ 715,85	R$ 8.590,20	R$ 9.306,05
11.343.940/0001-08	MS	ANGELICA	R$ 854,11	R$ -	R$ 854,11	R$ 854,11	R$ 10.249,32	R$ 11.103,43
11.208.632/0001-61	MS	ANTONIO JOAO	R$ 709,59	R$ -	R$ 709,59	R$ 709,59	R$ 8.515,08	R$ 9.224,67
11.291.694/0001-80	MS	APARECIDA DO TABOADO	R$ 2.039,80	R$ -	R$ 2.039,80	R$ 2.039,80	R$ 24.477,60	R$ 26.517,40
04.589.955/0001-87	MS	AQUIDAUANA	R$ 3.792,86	R$ -	R$ 3.792,86	R$ 3.792,86	R$ 45.514,32	R$ 49.307,18
13.865.216/0001-61	MS	ARAL MOREIRA	R$ 962,57	R$ -	R$ 962,57	R$ 962,57	R$ 11.550,84	R$ 12.513,41
18.229.151/0001-81	MS	BANDEIRANTES	R$ 537,82	R$ -	R$ 537,82	R$ 537,82	R$ 6.453,84	R$ 6.991,66
10.836.939/0001-44	MS	BATAGUASSU	R$ 1.806,50	R$ -	R$ 1.806,50	R$ 1.806,50	R$ 21.678,00	R$ 23.484,50
15.337.701/0001-98	MS	BATAYPORA	R$ 897,61	R$ -	R$ 897,61	R$ 897,61	R$ 10.771,32	R$ 11.668,93
12.457.020/0001-75	MS	BELA VISTA	R$ 1.951,37	R$ -	R$ 1.951,37	R$ 1.951,37	R$ 23.416,44	R$ 25.367,81
11.094.233/0001-17	MS	BODOQUENA	R$ 623,94	R$ -	R$ 623,94	R$ 623,94	R$ 7.487,28	R$ 8.111,22
11.803.371/0001-28	MS	BONITO	R$ 1.741,18	R$ -	R$ 1.741,18	R$ 1.741,18	R$ 20.894,16	R$ 22.635,34
10.411.736/0001-06	MS	BRASILANDIA	R$ 931,50	R$ -	R$ 931,50	R$ 931,50	R$ 11.178,00	R$ 12.109,50
97.536.097/0001-93	MS	CAARAPO	R$ 2.390,71	R$ -	R$ 2.390,71	R$ 2.390,71	R$ 28.688,52	R$ 31.079,23
13.846.658/0001-60	MS	CAMAPUA	R$ 1.075,79	R$ -	R$ 1.075,79	R$ 1.075,79	R$ 12.909,48	R$ 13.985,27
11.228.564/0001-00	MS	CAMPO GRANDE	R$ 70.300,12	R$ -	R$ 70.300,12	R$ 70.300,12	R$ 843.601,44	R$ 913.901,56
11.812.857/0001-22	MS	CARACOL	R$ 484,58	R$ -	R$ 484,58	R$ 484,58	R$ 5.814,96	R$ 6.299,54
14.540.893/0001-72	MS	CASSILANDIA	R$ 1.721,37	R$ -	R$ 1.721,37	R$ 1.721,37	R$ 20.656,44	R$ 22.377,81
14.004.655/0001-42	MS	CHAPADAO DO SUL	R$ 1.978,64	R$ -	R$ 1.978,64	R$ 1.978,64	R$ 23.743,68	R$ 25.722,32
14.016.980/0001-25	MS	CORGUINHO	R$ 471,19	R$ -	R$ 471,19	R$ 471,19	R$ 5.654,28	R$ 6.125,47
13.022.375/0001-02	MS	CORONEL SAPUCAIA	R$ 1.220,24	R$ -	R$ 1.220,24	R$ 1.220,24	R$ 14.642,88	R$ 15.863,12
05.443.851/0001-22	MS	CORUMBA	R$ 8.743,36	R$ -	R$ 8.743,36	R$ 8.743,36	R$ 104.920,32	R$ 113.663,68
13.996.218/0001-90	MS	COSTA RICA	R$ 1.633,80	R$ -	R$ 1.633,80	R$ 1.633,80	R$ 19.605,60	R$ 21.239,40
11.970.135/0001-04	MS	COXIM	R$ 2.631,84	R$ -	R$ 2.631,84	R$ 2.631,84	R$ 31.582,08	R$ 34.213,92
12.270.817/0001-69	MS	DEODAPOLIS	R$ 1.023,98	R$ -	R$ 1.023,98	R$ 1.023,98	R$ 12.287,76	R$ 13.311,74
11.394.413/0001-14	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	R$ 902,04	R$ -	R$ 902,04	R$ 902,04	R$ 10.824,48	R$ 11.726,52

15.309.267/0001-32	MS	DOURADINA	R$ 469,36	R$ -	R$ 469,36	R$ 469,36	R$ 5.632,32	R$ 6.101,68
13.896.863/0001-30	MS	DOURADOS	R$ 17.492,92	R$ -	R$ 17.492,92	R$ 17.492,92	R$ 209.915,04	R$ 227.407,96
11.109.890/0001-90	MS	ELDORADO	R$ 978,74	R$ -	R$ 978,74	R$ 978,74	R$ 11.744,88	R$ 12.723,62
11.968.869/0001-40	MS	FATIMA DO SUL	R$ 1.505,60	R$ -	R$ 1.505,60	R$ 1.505,60	R$ 18.067,20	R$ 19.572,80
13.893.544/0001-71	MS	FIGUEIRAO	R$ 272,79	R$ -	R$ 272,79	R$ 272,79	R$ 3.273,48	R$ 3.546,27
11.334.680/0001-04	MS	GLORIA DE DOURADOS	R$ 781,87	R$ -	R$ 781,87	R$ 781,87	R$ 9.382,44	R$ 10.164,31
11.417.787/0001-08	MS	GUIA LOPES DA LAGUNA	R$ 783,99	R$ -	R$ 783,99	R$ 783,99	R$ 9.407,88	R$ 10.191,87
11.169.389/0001-10	MS	IGUATEMI	R$ 1.273,87	R$ -	R$ 1.273,87	R$ 1.273,87	R$ 15.286,44	R$ 16.560,31
11.095.923/0001-90	MS	INOCENCIA	R$ 602,95	R$ -	R$ 602,95	R$ 602,95	R$ 7.235,40	R$ 7.838,35
11.749.846/0001-45	MS	ITAPORA	R$ 1.968,01	R$ -	R$ 1.968,01	R$ 1.968,01	R$ 23.616,12	R$ 25.584,13
11.867.105/0001-69	MS	ITAQUIRAI	R$ 1.675,10	R$ -	R$ 1.675,10	R$ 1.675,10	R$ 20.101,20	R$ 21.776,30
11.112.312/0001-03	MS	IVINHEMA	R$ 1.819,29	R$ -	R$ 1.819,29	R$ 1.819,29	R$ 21.831,48	R$ 23.650,77
11.179.976/0001-90	MS	JAPORA	R$ 728,80	R$ -	R$ 728,80	R$ 728,80	R$ 8.745,60	R$ 9.474,40
12.021.434/0001-57	MS	JARAGUARI	R$ 569,43	R$ -	R$ 569,43	R$ 569,43	R$ 6.833,16	R$ 7.402,59
11.891.451/0001-82	MS	JARDIM	R$ 2.047,61	R$ -	R$ 2.047,61	R$ 2.047,61	R$ 24.571,32	R$ 26.618,93
11.913.745/0001-68	MS	JATEI	R$ 315,96	R$ -	R$ 315,96	R$ 315,96	R$ 3.791,52	R$ 4.107,48
10.566.814/0001-41	MS	JUTI	R$ 531,80	R$ -	R$ 531,80	R$ 531,80	R$ 6.381,60	R$ 6.913,40
15.363.895/0001-04	MS	LADARIO	R$ 1.830,59	R$ -	R$ 1.830,59	R$ 1.830,59	R$ 21.967,08	R$ 23.797,67
10.570.099/0001-10	MS	LAGUNA CARAPA	R$ 581,63	R$ -	R$ 581,63	R$ 581,63	R$ 6.979,56	R$ 7.561,19
00.282.872/0001-90	MS	MARACAJU	R$ 3.694,20	R$ -	R$ 3.694,20	R$ 3.694,20	R$ 44.330,40	R$ 48.024,60
13.140.956/0001-30	MS	MIRANDA	R$ 2.219,49	R$ -	R$ 2.219,49	R$ 2.219,49	R$ 26.633,88	R$ 28.853,37
11.306.864/0001-52	MS	MUNDO NOVO	R$ 1.455,15	R$ -	R$ 1.455,15	R$ 1.455,15	R$ 17.461,80	R$ 18.916,95
11.221.619/0001-42	MS	NAVIRAI	R$ 4.305,81	R$ -	R$ 4.305,81	R$ 4.305,81	R$ 51.669,72	R$ 55.975,53
11.352.312/0001-80	MS	NIOAQUE	R$ 1.243,37	R$ -	R$ 1.243,37	R$ 1.243,37	R$ 14.920,44	R$ 16.163,81
10.474.017/0001-34	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	R$ 1.733,73	R$ -	R$ 1.733,73	R$ 1.733,73	R$ 20.804,76	R$ 22.538,49
10.711.980/0001-94	MS	NOVA ANDRADINA	R$ 4.266,27	R$ -	R$ 4.266,27	R$ 4.266,27	R$ 51.195,24	R$ 55.461,51
11.334.651/0001-34	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	R$ 390,77	R$ -	R$ 390,77	R$ 390,77	R$ 4.689,24	R$ 5.080,01
17.518.565/0001-68	MS	PARAISO DAS AGUAS	R$ 440,13	R$ -	R$ 440,13	R$ 440,13	R$ 5.281,56	R$ 5.721,69
11.353.020/0001-62	MS	PARANAIBA	R$ 3.307,00	R$ -	R$ 3.307,00	R$ 3.307,00	R$ 39.684,00	R$ 42.991,00
11.864.713/0001-10	MS	PARANHOS	R$ 1.138,24	R$ -	R$ 1.138,24	R$ 1.138,24	R$ 13.658,88	R$ 14.797,12
10.693.916/0001-28	MS	PEDRO GOMES	R$ 676,39	R$ -	R$ 676,39	R$ 676,39	R$ 8.116,68	R$ 8.793,07
11.084.263/0001-42	MS	PONTA PORA	R$ 7.259,73	R$ -	R$ 7.259,73	R$ 7.259,73	R$ 87.116,76	R$ 94.376,49
11.160.486/0001-41	MS	PORTO MURTINHO	R$ 1.357,30	R$ -	R$ 1.357,30	R$ 1.357,30	R$ 16.287,60	R$ 17.644,90
17.701.982/0001-41	MS	RIBAS DO RIO PARDO	R$ 1.950,27	R$ -	R$ 1.950,27	R$ 1.950,27	R$ 23.403,24	R$ 25.353,51
12.237.028/0001-26	MS	RIO BRILHANTE	R$ 2.943,41	R$ -	R$ 2.943,41	R$ 2.943,41	R$ 35.320,92	R$ 38.264,33
12.144.238/0001-70	MS	RIO NEGRO	R$ 379,05	R$ -	R$ 379,05	R$ 379,05	R$ 4.548,60	R$ 4.927,65
16.656.280/0001-20	MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	R$ 1.564,49	R$ -	R$ 1.564,49	R$ 1.564,49	R$ 18.773,88	R$ 20.338,37
13.559.485/0001-08	MS	ROCHEDO	R$ 435,69	R$ -	R$ 435,69	R$ 435,69	R$ 5.228,28	R$ 5.663,97
12.022.274/0001-60	MS	SANTA RITA DO PARDO	R$ 622,04	R$ -	R$ 622,04	R$ 622,04	R$ 7.464,48	R$ 8.086,52
13.659.627/0001-09	MS	SAO GABRIEL DO OESTE	R$ 2.100,49	R$ -	R$ 2.100,49	R$ 2.100,49	R$ 25.205,88	R$ 27.306,37
10.530.745/0001-16	MS	SELVIRIA	R$ 517,30	R$ -	R$ 517,30	R$ 517,30	R$ 6.207,60	R$ 6.724,90
11.404.044/0001-01	MS	SETE QUEDAS	R$ 854,98	R$ -	R$ 854,98	R$ 854,98	R$ 10.259,76	R$ 11.114,74
09.290.533/0001-20	MS	SIDROLANDIA	R$ 4.568,84	R$ -	R$ 4.568,84	R$ 4.568,84	R$ 54.826,08	R$ 59.394,92
10.381.732/0001-22	MS	SONORA	R$ 1.527,09	R$ -	R$ 1.527,09	R$ 1.527,09	R$ 18.325,08	R$ 19.852,17
11.195.874/0001-68	MS	TACURU	R$ 924,16	R$ -	R$ 924,16	R$ 924,16	R$ 11.089,92	R$ 12.014,08
11.330.525/0001-01	MS	TAQUARUSSU	R$ 284,28	R$ -	R$ 284,28	R$ 284,28	R$ 3.411,36	R$ 3.695,64
11.161.074/0001-26	MS	TERENOS	R$ 1.727,71	R$ -	R$ 1.727,71	R$ 1.727,71	R$ 20.732,52	R$ 22.460,23
13.034.603/0001-56	MS	TRES LAGOAS	R$ 9.524,29	R$ -	R$ 9.524,29	R$ 9.524,29	R$ 114.291,48	R$ 123.815,77
12.459.740/0001-70	MS	VICENTINA	R$ 478,77	R$ -	R$ 478,77	R$ 478,77	R$ 5.745,24	R$ 6.224,01
14.553.312/0001-37	MT	ACORIZAL	R$ 427,77	R$ -	R$ 427,77	R$ 427,77	R$ 5.133,24	R$ 5.561,01
11.802.719/0001-62	MT	AGUA BOA	R$ 2.018,11	R$ -	R$ 2.018,11	R$ 2.018,11	R$ 24.217,32	R$ 26.235,43
11.241.006/0001-77	MT	ALTA FLORESTA	R$ 4.062,90	R$ -	R$ 4.062,90	R$ 4.062,90	R$ 48.754,80	R$ 52.817,70

12.545.842/0001-08	MT	ALTO ARAGUAIA	R$ 1.494,22	R$ -	R$ 1.494,22	R$ 1.494,22	R$ 17.930,64	R$ 19.424,86
11.747.427/0001-74	MT	ALTO BOA VISTA	R$ 540,51	R$ -	R$ 540,51	R$ 540,51	R$ 6.486,12	R$ 7.026,63
15.196.951/0001-55	MT	ALTO GARCAS	R$ 943,89	R$ -	R$ 943,89	R$ 943,89	R$ 11.326,68	R$ 12.270,57
11.762.431/0001-01	MT	ALTO PARAGUAI	R$ 899,74	R$ -	R$ 899,74	R$ 899,74	R$ 10.796,88	R$ 11.696,62
12.096.224/0001-28	MT	ALTO TAQUARI	R$ 851,07	R$ -	R$ 851,07	R$ 851,07	R$ 10.212,84	R$ 11.063,91
11.273.341/0001-57	MT	APIACAS	R$ 802,85	R$ -	R$ 802,85	R$ 802,85	R$ 9.634,20	R$ 10.437,05
14.378.410/0001-85	MT	ARAGUAIANA	R$ 245,62	R$ -	R$ 245,62	R$ 245,62	R$ 2.947,44	R$ 3.193,06
11.107.897/0001-73	MT	ARAGUAINHA	R$ 87,48	R$ -	R$ 87,48	R$ 87,48	R$ 1.049,76	R$ 1.137,24
14.272.559/0001-85	MT	ARAPUTANGA	R$ 1.319,88	R$ -	R$ 1.319,88	R$ 1.319,88	R$ 15.838,56	R$ 17.158,44
11.344.687/0001-07	MT	ARENAPOLIS	R$ 801,72	R$ -	R$ 801,72	R$ 801,72	R$ 9.620,64	R$ 10.422,36
13.868.636/0001-00	MT	ARIPUANA	R$ 1.771,12	R$ -	R$ 1.771,12	R$ 1.771,12	R$ 21.253,44	R$ 23.024,56
13.945.166/0001-22	MT	BARAO DE MELGACO	R$ 678,53	R$ -	R$ 678,53	R$ 678,53	R$ 8.142,36	R$ 8.820,89
11.228.118/0001-98	MT	BARRA DO BUGRES	R$ 2.770,38	R$ -	R$ 2.770,38	R$ 2.770,38	R$ 33.244,56	R$ 36.014,94
11.930.883/0001-55	MT	BARRA DO GARCAS	R$ 4.787,10	R$ -	R$ 4.787,10	R$ 4.787,10	R$ 57.445,20	R$ 62.232,30
13.817.332/0001-05	MT	BOM JESUS DO ARAGUAIA	R$ 521,34	R$ -	R$ 521,34	R$ 521,34	R$ 6.256,08	R$ 6.777,42
14.018.343/0001-98	MT	BRASNORTE	R$ 1.560,45	R$ -	R$ 1.560,45	R$ 1.560,45	R$ 18.725,40	R$ 20.285,85
11.394.626/0001-46	MT	**CÁCERES	R$ 7.404,89	R$ -	R$ 7.404,89	R$ 7.404,89	R$ 88.858,68	R$ 96.263,57
14.492.863/0001-38	MT	CAMPINAPOLIS	R$ 1.278,40	R$ -	R$ 1.278,40	R$ 1.278,40	R$ 15.340,80	R$ 16.619,20
14.476.859/0001-86	MT	CAMPO NOVO DO PARECIS	R$ 2.774,40	R$ -	R$ 2.774,40	R$ 2.774,40	R$ 33.292,80	R$ 36.067,20
97.519.225/0001-90	MT	CAMPO VERDE	R$ 3.455,52	R$ -	R$ 3.455,52	R$ 3.455,52	R$ 41.466,24	R$ 44.921,76
11.381.070/0001-53	MT	CAMPOS DE JULIO	R$ 540,68	R$ -	R$ 540,68	R$ 540,68	R$ 6.488,16	R$ 7.028,84
14.117.983/0001-55	MT	CANABRAVA DO NORTE	R$ 440,76	R$ -	R$ 440,76	R$ 440,76	R$ 5.289,12	R$ 5.729,88
13.978.186/0001-08	MT	CANARANA	R$ 1.709,72	R$ -	R$ 1.709,72	R$ 1.709,72	R$ 20.516,64	R$ 22.226,36
12.095.491/0001-80	MT	CARLINDA	R$ 958,45	R$ -	R$ 958,45	R$ 958,45	R$ 11.501,40	R$ 12.459,85
13.995.526/0001-09	MT	CASTANHEIRA	R$ 691,61	R$ -	R$ 691,61	R$ 691,61	R$ 8.299,32	R$ 8.990,93
11.730.899/0001-14	MT	CHAPADA DOS GUIMARAES	R$ 1.564,97	R$ -	R$ 1.564,97	R$ 1.564,97	R$ 18.779,64	R$ 20.344,61
13.665.242/0001-46	MT	CLAUDIA	R$ 962,57	R$ -	R$ 962,57	R$ 962,57	R$ 11.550,84	R$ 12.513,41
13.915.490/0001-06	MT	COCALINHO	R$ 483,55	R$ -	R$ 483,55	R$ 483,55	R$ 5.802,60	R$ 6.286,15
13.861.260/0001-01	MT	COLIDER	R$ 2.623,60	R$ -	R$ 2.623,60	R$ 2.623,60	R$ 31.483,20	R$ 34.106,80
14.089.404/0001-08	MT	COLNIZA	R$ 3.056,88	R$ -	R$ 3.056,88	R$ 3.056,88	R$ 36.682,56	R$ 39.739,44
13.925.505/0001-09	MT	COMODORO	R$ 1.645,07	R$ -	R$ 1.645,07	R$ 1.645,07	R$ 19.740,84	R$ 21.385,91
13.963.182/0001-48	MT	CONFRESA	R$ 2.450,85	R$ -	R$ 2.450,85	R$ 2.450,85	R$ 29.410,20	R$ 31.861,05
13.891.305/0001-82	MT	CONQUISTA D'OESTE	R$ 316,83	R$ -	R$ 316,83	R$ 316,83	R$ 3.801,96	R$ 4.118,79
13.964.502/0001-84	MT	COTRIGUACU	R$ 1.564,81	R$ -	R$ 1.564,81	R$ 1.564,81	R$ 18.777,72	R$ 20.342,53
12.063.872/0001-88	MT	CUIABA	R$ 48.061,38	R$ -	R$ 48.061,38	R$ 48.061,38	R$ 576.736,56	R$ 624.797,94
11.708.596/0001-03	MT	CURVELANDIA	R$ 413,51	R$ -	R$ 413,51	R$ 413,51	R$ 4.962,12	R$ 5.375,63
13.749.397/0001-60	MT	DENISE	R$ 882,79	R$ -	R$ 882,79	R$ 882,79	R$ 10.593,48	R$ 11.476,27
11.939.906/0001-92	MT	DIAMANTINO	R$ 1.729,37	R$ -	R$ 1.729,37	R$ 1.729,37	R$ 20.752,44	R$ 22.481,81
11.676.981/0001-08	MT	DOM AQUINO	R$ 647,95	R$ -	R$ 647,95	R$ 647,95	R$ 7.775,40	R$ 8.423,35
12.941.827/0001-89	MT	FELIZ NATAL	R$ 1.124,44	R$ -	R$ 1.124,44	R$ 1.124,44	R$ 13.493,28	R$ 14.617,72
11.413.204/0001-70	MT	FIGUEIROPOLIS D'OESTE	R$ 297,67	R$ -	R$ 297,67	R$ 297,67	R$ 3.572,04	R$ 3.869,71
14.063.286/0001-69	MT	GAUCHA DO NORTE	R$ 605,96	R$ -	R$ 605,96	R$ 605,96	R$ 7.271,52	R$ 7.877,48
13.968.133/0001-06	MT	GENERAL CARNEIRO	R$ 438,94	R$ -	R$ 438,94	R$ 438,94	R$ 5.267,28	R$ 5.706,22
14.320.209/0001-47	MT	GLORIA D'OESTE	R$ 237,42	R$ -	R$ 237,42	R$ 237,42	R$ 2.849,04	R$ 3.086,46
13.817.611/0001-79	MT	GUARANTA DO NORTE	R$ 2.810,18	R$ -	R$ 2.810,18	R$ 2.810,18	R$ 33.722,16	R$ 36.532,34
11.402.238/0001-60	MT	GUIRATINGA	R$ 1.187,99	R$ -	R$ 1.187,99	R$ 1.187,99	R$ 14.255,88	R$ 15.443,87
14.533.874/0001-19	MT	INDIAVAI	R$ 218,04	R$ -	R$ 218,04	R$ 218,04	R$ 2.616,48	R$ 2.834,52
11.412.642/0001-14	MT	IPIRANGA DO NORTE	R$ 601,56	R$ -	R$ 601,56	R$ 601,56	R$ 7.218,72	R$ 7.820,28
13.925.320/0001-02	MT	ITANHANGA	R$ 528,60	R$ -	R$ 528,60	R$ 528,60	R$ 6.343,20	R$ 6.871,80
13.871.816/0001-32	MT	ITAUBA	R$ 363,27	R$ -	R$ 363,27	R$ 363,27	R$ 4.359,24	R$ 4.722,51
11.458.793/0001-03	MT	ITIQUIRA	R$ 1.057,33	R$ -	R$ 1.057,33	R$ 1.057,33	R$ 12.687,96	R$ 13.745,29
11.422.534/0001-22	MT	JACIARA	R$ 2.179,35	R$ -	R$ 2.179,35	R$ 2.179,35	R$ 26.152,20	R$ 28.331,55
14.323.714/0001-45	MT	JANGADA	R$ 666,25	R$ -	R$ 666,25	R$ 666,25	R$ 7.995,00	R$ 8.661,25
14.168.593/0001-04	MT	JAURU	R$ 851,57	R$ -	R$ 851,57	R$ 851,57	R$ 10.218,84	R$ 11.070,41
97.538.388/0001-10	MT	JUARA	R$ 2.771,02	R$ -	R$ 2.771,02	R$ 2.771,02	R$ 33.252,24	R$ 36.023,26

14.003.786/0001-05	MT	JUINA	R$ 3.216,69	R$ -	R$ 3.216,69	R$ 3.216,69	R$ 38.600,28	R$ 41.816,97
14.010.521/0001-34	MT	JURUENA	R$ 1.257,00	R$ -	R$ 1.257,00	R$ 1.257,00	R$ 15.084,00	R$ 16.341,00
12.197.647/0001-34	MT	JUSCIMEIRA	R$ 954,72	R$ -	R$ 954,72	R$ 954,72	R$ 11.456,64	R$ 12.411,36
13.887.705/0001-14	MT	LAMBARI D'OESTE	R$ 484,97	R$ -	R$ 484,97	R$ 484,97	R$ 5.819,64	R$ 6.304,61
11.386.056/0001-42	MT	LUCAS DO RIO VERDE	R$ 5.141,90	R$ -	R$ 5.141,90	R$ 5.141,90	R$ 61.702,80	R$ 66.844,70
14.127.128/0001-25	MT	LUCIARA	R$ 195,46	R$ -	R$ 195,46	R$ 195,46	R$ 2.345,52	R$ 2.540,98
13.658.344/0001-34	MT	MARCELANDIA	R$ 1.135,57	R$ -	R$ 1.135,57	R$ 1.135,57	R$ 13.626,84	R$ 14.762,41
97.537.980/0001-06	MT	MATUPA	R$ 1.299,79	R$ -	R$ 1.299,79	R$ 1.299,79	R$ 15.597,48	R$ 16.897,27
11.240.344/0001-94	MT	MIRASSOL D'OESTE	R$ 2.176,44	R$ -	R$ 2.176,44	R$ 2.176,44	R$ 26.117,28	R$ 28.293,72
13.890.891/0001-40	MT	NOBRES	R$ 1.215,08	R$ -	R$ 1.215,08	R$ 1.215,08	R$ 14.580,96	R$ 15.796,04
13.869.864/0001-96	MT	NORTELANDIA	R$ 500,11	R$ -	R$ 500,11	R$ 500,11	R$ 6.001,32	R$ 6.501,43
12.708.239/0001-08	MT	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	R$ 1.047,11	R$ -	R$ 1.047,11	R$ 1.047,11	R$ 12.565,32	R$ 13.612,43
12.102.434/0001-81	MT	NOVA BANDEIRANTES	R$ 1.211,28	R$ -	R$ 1.211,28	R$ 1.211,28	R$ 14.535,36	R$ 15.746,64
11.940.918/0001-37	MT	NOVA BRASILANDIA	R$ 388,39	R$ -	R$ 388,39	R$ 388,39	R$ 4.660,68	R$ 5.049,07
13.889.874/0001-93	MT	NOVA CANAA DO NORTE	R$ 1.013,12	R$ -	R$ 1.013,12	R$ 1.013,12	R$ 12.157,44	R$ 13.170,56
12.449.572/0001-31	MT	NOVA GUARITA	R$ 388,79	R$ -	R$ 388,79	R$ 388,79	R$ 4.665,48	R$ 5.054,27
13.840.464/0001-58	MT	NOVA LACERDA	R$ 526,09	R$ -	R$ 526,09	R$ 526,09	R$ 6.313,08	R$ 6.839,17
11.465.066/0001-73	MT	NOVA MARILANDIA	R$ 257,20	R$ -	R$ 257,20	R$ 257,20	R$ 3.086,40	R$ 3.343,60
13.845.059/0001-22	MT	NOVA MARINGA	R$ 684,63	R$ -	R$ 684,63	R$ 684,63	R$ 8.215,56	R$ 8.900,19
13.889.924/0001-32	MT	NOVA MONTE VERDE	R$ 727,18	R$ -	R$ 727,18	R$ 727,18	R$ 8.726,16	R$ 9.453,34
12.524.034/0001-64	MT	NOVA MUTUM	R$ 3.560,43	R$ -	R$ 3.560,43	R$ 3.560,43	R$ 42.725,16	R$ 46.285,59
11.394.499/0001-85	MT	NOVA NAZARE	R$ 307,92	R$ -	R$ 307,92	R$ 307,92	R$ 3.695,04	R$ 4.002,96
11.385.751/0001-90	MT	NOVA OLIMPIA	R$ 1.608,46	R$ -	R$ 1.608,46	R$ 1.608,46	R$ 19.301,52	R$ 20.909,98
97.523.172/0001-81	MT	NOVA SANTA HELENA	R$ 291,72	R$ -	R$ 291,72	R$ 291,72	R$ 3.500,64	R$ 3.792,36
14.043.594/0001-22	MT	NOVA UBIRATA	R$ 949,34	R$ -	R$ 949,34	R$ 949,34	R$ 11.392,08	R$ 12.341,42
10.523.136/0001-30	MT	NOVA XAVANTINA	R$ 1.677,04	R$ -	R$ 1.677,04	R$ 1.677,04	R$ 20.124,48	R$ 21.801,52
14.170.331/0001-84	MT	NOVO HORIZONTE DO NORTE	R$ 317,24	R$ -	R$ 317,24	R$ 317,24	R$ 3.806,88	R$ 4.124,12
15.042.624/0001-49	MT	NOVO MUNDO	R$ 727,18	R$ -	R$ 727,18	R$ 727,18	R$ 8.726,16	R$ 9.453,34
13.847.151/0001-21	MT	NOVO SANTO ANTONIO	R$ 209,17	R$ -	R$ 209,17	R$ 209,17	R$ 2.510,04	R$ 2.719,21
11.106.800/0001-08	MT	NOVO SAO JOAQUIM	R$ 553,43	R$ -	R$ 553,43	R$ 553,43	R$ 6.641,16	R$ 7.194,59
13.898.131/0001-80	MT	PARANAITA	R$ 959,72	R$ -	R$ 959,72	R$ 959,72	R$ 11.516,64	R$ 12.476,36
12.031.426/0001-91	MT	PARANATINGA	R$ 1.787,68	R$ -	R$ 1.787,68	R$ 1.787,68	R$ 21.452,16	R$ 23.239,84
11.465.260/0001-59	MT	PEDRA PRETA	R$ 1.396,52	R$ -	R$ 1.396,52	R$ 1.396,52	R$ 16.758,24	R$ 18.154,76
11.279.048/0001-05	MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	R$ 2.771,18	R$ -	R$ 2.771,18	R$ 2.771,18	R$ 33.254,16	R$ 36.025,34
13.608.687/0001-94	MT	PLANALTO DA SERRA	R$ 210,91	R$ -	R$ 210,91	R$ 210,91	R$ 2.530,92	R$ 2.741,83
11.975.531/0001-16	MT	POCONE	R$ 2.602,18	R$ -	R$ 2.602,18	R$ 2.602,18	R$ 31.226,16	R$ 33.828,34
12.265.816/0001-26	MT	PONTAL DO ARAGUAIA	R$ 526,56	R$ -	R$ 526,56	R$ 526,56	R$ 6.318,72	R$ 6.845,28
11.386.077/0001-68	MT	PONTE BRANCA	R$ 142,93	R$ -	R$ 142,93	R$ 142,93	R$ 1.715,16	R$ 1.858,09
04.330.355/0001-08	MT	PONTES E LACERDA	R$ 3.564,98	R$ -	R$ 3.564,98	R$ 3.564,98	R$ 42.779,76	R$ 46.344,74
14.362.357/0001-24	MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	R$ 991,73	R$ -	R$ 991,73	R$ 991,73	R$ 11.900,76	R$ 12.892,49
12.477.872/0001-24	MT	PORTO DOS GAUCHOS	R$ 505,73	R$ -	R$ 505,73	R$ 505,73	R$ 6.068,76	R$ 6.574,49
11.406.770/0001-55	MT	PORTO ESPERIDIAO	R$ 952,12	R$ -	R$ 952,12	R$ 952,12	R$ 11.425,44	R$ 12.377,56
14.144.721/0001-80	MT	PORTO ESTRELA	R$ 322,16	R$ -	R$ 322,16	R$ 322,16	R$ 3.865,92	R$ 4.188,08
11.343.473/0001-08	MT	POXOREO	R$ 1.406,98	R$ -	R$ 1.406,98	R$ 1.406,98	R$ 16.883,76	R$ 18.290,74
14.140.751/0001-18	MT	PRIMAVERA DO LESTE	R$ 4.866,11	R$ -	R$ 4.866,11	R$ 4.866,11	R$ 58.393,32	R$ 63.259,43
14.033.383/0001-09	MT	QUERENCIA	R$ 1.384,87	R$ -	R$ 1.384,87	R$ 1.384,87	R$ 16.618,44	R$ 18.003,31
12.300.664/0001-55	MT	RESERVA DO CABACAL	R$ 216,46	R$ -	R$ 216,46	R$ 216,46	R$ 2.597,52	R$ 2.813,98
11.404.669/0001-65	MT	RIBEIRAO CASCALHEIRA	R$ 808,63	R$ -	R$ 808,63	R$ 808,63	R$ 9.703,56	R$ 10.512,19
13.994.248/0001-67	MT	RIBEIRAOZINHO	R$ 190,55	R$ -	R$ 190,55	R$ 190,55	R$ 2.286,60	R$ 2.477,15
13.864.358/0001-04	MT	RIO BRANCO	R$ 404,55	R$ -	R$ 404,55	R$ 404,55	R$ 4.854,60	R$ 5.259,15
13.150.233/0001-12	MT	RONDOLANDIA	R$ 317,00	R$ -	R$ 317,00	R$ 317,00	R$ 3.804,00	R$ 4.121,00
05.543.314/0001-54	MT	RONDONOPOLIS	R$ 18.241,60	R$ -	R$ 18.241,60	R$ 18.241,60	R$ 218.899,20	R$ 237.140,80

11.412.592/0001-75	MT	ROSARIO OESTE	R$ 1.465,53	R$ -	R$ 1.465,53	R$ 1.465,53	R$ 17.586,36	R$ 19.051,89
14.014.083/0001-82	MT	SALTO DO CEU	R$ 304,40	R$ -	R$ 304,40	R$ 304,40	R$ 3.652,80	R$ 3.957,20
13.022.743/0001-04	MT	SANTA CARMEM	R$ 355,04	R$ -	R$ 355,04	R$ 355,04	R$ 4.260,48	R$ 4.615,52
11.669.254/0001-13	MT	SANTA CRUZ DO XINGU	R$ 203,15	R$ -	R$ 203,15	R$ 203,15	R$ 2.437,80	R$ 2.640,95
12.987.349/0001-48	MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	R$ 269,04	R$ -	R$ 269,04	R$ 269,04	R$ 3.228,48	R$ 3.497,52
11.860.994/0001-32	MT	SANTA TEREZINHA	R$ 663,24	R$ -	R$ 663,24	R$ 663,24	R$ 7.958,88	R$ 8.622,12
13.892.961/0001-08	MT	SANTO AFONSO	R$ 249,26	R$ -	R$ 249,26	R$ 249,26	R$ 2.991,12	R$ 3.240,38
11.945.325/0001-63	MT	SANTO ANTONIO DO LESTE	R$ 409,94	R$ -	R$ 409,94	R$ 409,94	R$ 4.919,28	R$ 5.329,22
11.756.180/0001-52	MT	SANTO ANTONIO DO LEVERGER	R$ 1.617,26	R$ -	R$ 1.617,26	R$ 1.617,26	R$ 19.407,12	R$ 21.024,38
97.530.840/0001-06	MT	SAO FELIX DO ARAGUAIA	R$ 927,63	R$ -	R$ 927,63	R$ 927,63	R$ 11.131,56	R$ 12.059,19
11.345.366/0001-19	MT	SAO JOSE DO POVO	R$ 321,91	R$ -	R$ 321,91	R$ 321,91	R$ 3.862,92	R$ 4.184,83
12.271.662/0001-85	MT	SAO JOSE DO RIO CLARO	R$ 1.637,22	R$ -	R$ 1.637,22	R$ 1.637,22	R$ 19.646,64	R$ 21.283,86
14.221.522/0001-28	MT	SAO JOSE DO XINGU	R$ 443,30	R$ -	R$ 443,30	R$ 443,30	R$ 5.319,60	R$ 5.762,90
14.602.737/0001-99	MT	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	R$ 1.483,39	R$ -	R$ 1.483,39	R$ 1.483,39	R$ 17.800,68	R$ 19.284,07
11.377.586/0001-24	MT	SAO PEDRO DA CIPA	R$ 374,52	R$ -	R$ 374,52	R$ 374,52	R$ 4.494,24	R$ 4.868,76
13.401.375/0001-05	MT	SAPEZAL	R$ 2.030,66	R$ -	R$ 2.030,66	R$ 2.030,66	R$ 24.367,92	R$ 26.398,58
14.117.825/0001-03	MT	SERRA NOVA DOURADA	R$ 130,73	R$ -	R$ 130,73	R$ 130,73	R$ 1.568,76	R$ 1.699,49
13.539.745/0001-75	MT	SINOP	R$ 11.219,69	R$ -	R$ 11.219,69	R$ 11.219,69	R$ 134.636,28	R$ 145.855,97
10.601.346/0001-07	MT	SORRISO	R$ 7.086,10	R$ -	R$ 7.086,10	R$ 7.086,10	R$ 85.033,20	R$ 92.119,30
14.416.015/0001-40	MT	TABAPORA	R$ 852,52	R$ -	R$ 852,52	R$ 852,52	R$ 10.230,24	R$ 11.082,76
11.381.496/0001-07	MT	TANGARA DA SERRA	R$ 8.140,38	R$ -	R$ 8.140,38	R$ 8.140,38	R$ 97.684,56	R$ 105.824,94
14.152.307/0001-12	MT	TAPURAH	R$ 1.075,32	R$ -	R$ 1.075,32	R$ 1.075,32	R$ 12.903,84	R$ 13.979,16
13.817.957/0001-77	MT	TERRA NOVA DO NORTE	R$ 1.203,52	R$ -	R$ 1.203,52	R$ 1.203,52	R$ 14.442,24	R$ 15.645,76
11.465.035/0001-12	MT	TESOURO	R$ 301,47	R$ -	R$ 301,47	R$ 301,47	R$ 3.617,64	R$ 3.919,11
14.023.004/0001-08	MT	TORIXOREU	R$ 322,71	R$ -	R$ 322,71	R$ 322,71	R$ 3.872,52	R$ 4.195,23
13.579.576/0001-05	MT	UNIAO DO SUL	R$ 324,29	R$ -	R$ 324,29	R$ 324,29	R$ 3.891,48	R$ 4.215,77
11.569.714/0001-31	MT	VALE DE SAO DOMINGOS	R$ 247,75	R$ -	R$ 247,75	R$ 247,75	R$ 2.973,00	R$ 3.220,75
11.364.895/0001-60	MT	VARZEA GRANDE	R$ 22.359,26	R$ -	R$ 22.359,26	R$ 22.359,26	R$ 268.311,12	R$ 290.670,38
97.538.013/0001-50	MT	VERA	R$ 896,02	R$ -	R$ 896,02	R$ 896,02	R$ 10.752,24	R$ 11.648,26
11.540.349/0001-32	MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	R$ 1.277,83	R$ -	R$ 1.277,83	R$ 1.277,83	R$ 15.333,96	R$ 16.611,79
11.310.662/0001-84	MT	VILA RICA	R$ 2.062,93	R$ -	R$ 2.062,93	R$ 2.062,93	R$ 24.755,16	R$ 26.818,09
12.282.048/0001-19	PA	ABAETETUBA	R$ 12.494,53	R$ -	R$ 12.494,53	R$ 12.494,53	R$ 149.934,36	R$ 162.428,89
11.562.805/0001-45	PA	ABEL FIGUEIREDO	R$ 589,00	R$ -	R$ 589,00	R$ 589,00	R$ 7.068,00	R$ 7.657,00
11.750.869/0001-70	PA	ACARA	R$ 4.447,28	R$ -	R$ 4.447,28	R$ 4.447,28	R$ 53.367,36	R$ 57.814,64
19.396.243/0001-19	PA	AFUA	R$ 3.167,61	R$ -	R$ 3.167,61	R$ 3.167,61	R$ 38.011,32	R$ 41.178,93
07.331.783/0001-35	PA	AGUA AZUL DO NORTE	R$ 2.497,28	R$ -	R$ 2.497,28	R$ 2.497,28	R$ 29.967,36	R$ 32.464,64
12.278.544/0001-07	PA	ALENQUER	R$ 4.543,12	R$ -	R$ 4.543,12	R$ 4.543,12	R$ 54.517,44	R$ 59.060,56
11.372.925/0001-80	PA	ALMEIRIM	R$ 2.702,48	R$ -	R$ 2.702,48	R$ 2.702,48	R$ 32.429,76	R$ 35.132,24
10.467.921/0001-12	PA	ALTAMIRA	R$ 9.079,37	R$ -	R$ 9.079,37	R$ 9.079,37	R$ 108.952,44	R$ 118.031,81
13.715.424/0001-84	PA	ANAJAS	R$ 2.364,68	R$ -	R$ 2.364,68	R$ 2.364,68	R$ 28.376,16	R$ 30.740,84
11.948.192/0001-89	PA	ANANINDEUA	R$ 41.631,54	R$ -	R$ 41.631,54	R$ 41.631,54	R$ 499.578,48	R$ 541.210,02
11.180.067/0001-71	PA	ANAPU	R$ 2.231,20	R$ -	R$ 2.231,20	R$ 2.231,20	R$ 26.774,40	R$ 29.005,60
12.381.567/0001-34	PA	AUGUSTO CORREA	R$ 3.679,84	R$ -	R$ 3.679,84	R$ 3.679,84	R$ 44.158,08	R$ 47.837,92
11.850.438/0001-85	PA	AURORA DO PARA	R$ 2.507,04	R$ -	R$ 2.507,04	R$ 2.507,04	R$ 30.084,48	R$ 32.591,52
17.838.403/0001-07	PA	AVEIRO	R$ 1.621,28	R$ -	R$ 1.621,28	R$ 1.621,28	R$ 19.455,36	R$ 21.076,64
13.888.332/0001-04	PA	BAGRE	R$ 2.477,43	R$ -	R$ 2.477,43	R$ 2.477,43	R$ 29.729,16	R$ 32.206,59
17.545.698/0001-23	PA	BAIAO	R$ 3.795,68	R$ -	R$ 3.795,68	R$ 3.795,68	R$ 45.548,16	R$ 49.343,84
11.381.413/0001-80	PA	BANNACH	R$ 315,76	R$ -	R$ 315,76	R$ 315,76	R$ 3.789,12	R$ 4.104,88
12.710.978/0001-26	PA	BARCARENA	R$ 9.878,49	R$ -	R$ 9.878,49	R$ 9.878,49	R$ 118.541,88	R$ 128.420,37
11.305.777/0001-80	PA	BELEM	R$ 117.123,07	R$ -	R$ 117.123,07	R$ 117.123,07	R$ 1.405.476,84	R$ 1.522.599,91
11.186.410/0001-95	PA	BELTERRA	R$ 1.418,56	R$ -	R$ 1.418,56	R$ 1.418,56	R$ 17.022,72	R$ 18.441,28
13.707.794/0001-70	PA	BENEVIDES	R$ 4.970,70	R$ -	R$ 4.970,70	R$ 4.970,70	R$ 59.648,40	R$ 64.619,10
11.695.769/0001-98	PA	BOM JESUS DO TOCANTINS	R$ 1.358,48	R$ -	R$ 1.358,48	R$ 1.358,48	R$ 16.301,76	R$ 17.660,24
11.759.577/0001-06	PA	BONITO	R$ 1.302,88	R$ -	R$ 1.302,88	R$ 1.302,88	R$ 15.634,56	R$ 16.937,44
18.017.671/0001-20	PA	BRAGANCA	R$ 10.116,66	R$ -	R$ 10.116,66	R$ 10.116,66	R$ 121.399,92	R$ 131.516,58

11.283.607/0001-42	PA	BRASIL NOVO	R$ 1.565,12	R$ -	R$ 1.565,12	R$ 1.565,12	R$ 18.781,44	R$ 20.346,56
12.985.215/0001-98	PA	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	R$ 590,40	R$ -	R$ 590,40	R$ 590,40	R$ 7.084,80	R$ 7.675,20
11.823.022/0001-78	PA	BREU BRANCO	R$ 5.283,68	R$ -	R$ 5.283,68	R$ 5.283,68	R$ 63.404,16	R$ 68.687,84
17.298.800/0001-33	PA	BREVES	R$ 8.216,08	R$ -	R$ 8.216,08	R$ 8.216,08	R$ 98.592,96	R$ 106.809,04
11.963.524/0001-02	PA	BUJARU	R$ 2.330,56	R$ -	R$ 2.330,56	R$ 2.330,56	R$ 27.966,72	R$ 30.297,28
12.459.320/0001-93	PA	CACHOEIRA DO ARARI	R$ 1.901,36	R$ -	R$ 1.901,36	R$ 1.901,36	R$ 22.816,32	R$ 24.717,68
11.747.487/0001-97	PA	CACHOEIRA DO PIRIA	R$ 2.738,08	R$ -	R$ 2.738,08	R$ 2.738,08	R$ 32.856,96	R$ 35.595,04
11.311.333/0001-58	PA	CAMETA	R$ 11.031,20	R$ -	R$ 11.031,20	R$ 11.031,20	R$ 132.374,40	R$ 143.405,60
11.903.351/0001-29	PA	CANAA DOS CARAJAS	R$ 2.938,27	R$ -	R$ 2.938,27	R$ 2.938,27	R$ 35.259,24	R$ 38.197,51
07.313.973/0001-20	PA	CAPANEMA	R$ 5.469,06	R$ -	R$ 5.469,06	R$ 5.469,06	R$ 65.628,72	R$ 71.097,78
11.488.124/0001-84	PA	CAPITAO POCO	R$ 4.344,24	R$ -	R$ 4.344,24	R$ 4.344,24	R$ 52.130,88	R$ 56.475,12
07.918.201/0001-11	PA	CASTANHAL	R$ 15.908,98	R$ -	R$ 15.908,98	R$ 15.908,98	R$ 190.907,76	R$ 206.816,74
13.771.552/0001-45	PA	CHAVES	R$ 1.915,60	R$ -	R$ 1.915,60	R$ 1.915,60	R$ 22.987,20	R$ 24.902,80
13.165.696/0001-58	PA	COLARES	R$ 957,50	R$ -	R$ 957,50	R$ 957,50	R$ 11.490,00	R$ 12.447,50
17.453.467/0001-90	PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	R$ 3.792,30	R$ -	R$ 3.792,30	R$ 3.792,30	R$ 45.507,60	R$ 49.299,90
07.234.361/0001-41	PA	CONCORDIA DO PARA	R$ 2.665,44	R$ -	R$ 2.665,44	R$ 2.665,44	R$ 31.985,28	R$ 34.650,72
11.406.652/0001-47	PA	CUMARU DO NORTE	R$ 1.077,84	R$ -	R$ 1.077,84	R$ 1.077,84	R$ 12.934,08	R$ 14.011,92
11.657.711/0001-50	PA	CURIONOPOLIS	R$ 1.420,53	R$ -	R$ 1.420,53	R$ 1.420,53	R$ 17.046,36	R$ 18.466,89
11.441.240/0001-48	PA	CURRALINHO	R$ 2.755,84	R$ -	R$ 2.755,84	R$ 2.755,84	R$ 33.070,08	R$ 35.825,92
12.095.721/0001-01	PA	CURUA	R$ 1.151,44	R$ -	R$ 1.151,44	R$ 1.151,44	R$ 13.817,28	R$ 14.968,72
11.674.805/0001-37	PA	CURUCA	R$ 3.205,28	R$ -	R$ 3.205,28	R$ 3.205,28	R$ 38.463,36	R$ 41.668,64
11.415.068/0001-58	PA	DOM ELISEU	R$ 4.731,58	R$ -	R$ 4.731,58	R$ 4.731,58	R$ 56.778,96	R$ 61.510,54
12.455.597/0001-48	PA	ELDORADO DOS CARAJAS	R$ 2.704,64	R$ -	R$ 2.704,64	R$ 2.704,64	R$ 32.455,68	R$ 35.160,32
12.403.819/0001-89	PA	FARO	R$ 1.566,80	R$ -	R$ 1.566,80	R$ 1.566,80	R$ 18.801,60	R$ 20.368,40
12.652.705/0001-72	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	R$ 1.624,32	R$ -	R$ 1.624,32	R$ 1.624,32	R$ 19.491,84	R$ 21.116,16
12.112.888/0001-33	PA	GARRAFAO DO NORTE	R$ 2.085,28	R$ -	R$ 2.085,28	R$ 2.085,28	R$ 25.023,36	R$ 27.108,64
12.884.091/0001-54	PA	GOIANESIA DO PARA	R$ 3.238,00	R$ -	R$ 3.238,00	R$ 3.238,00	R$ 38.856,00	R$ 42.094,00
12.049.775/0001-30	PA	GURUPA	R$ 2.670,08	R$ -	R$ 2.670,08	R$ 2.670,08	R$ 32.040,96	R$ 34.711,04
11.718.379/0001-96	PA	IGARAPE-ACU	R$ 3.104,56	R$ -	R$ 3.104,56	R$ 3.104,56	R$ 37.254,72	R$ 40.359,28
11.373.369/0001-66	PA	IGARAPE-MIRI	R$ 5.015,84	R$ -	R$ 5.015,84	R$ 5.015,84	R$ 60.190,08	R$ 65.205,92
12.054.197/0001-20	PA	INHANGAPI	R$ 936,88	R$ -	R$ 936,88	R$ 936,88	R$ 11.242,56	R$ 12.179,44
12.846.471/0001-02	PA	IPIXUNA DO PARA	R$ 5.173,51	R$ -	R$ 5.173,51	R$ 5.173,51	R$ 62.082,12	R$ 67.255,63
12.202.342/0001-73	PA	IRITUIA	R$ 2.604,00	R$ -	R$ 2.604,00	R$ 2.604,00	R$ 31.248,00	R$ 33.852,00
11.291.166/0001-20	PA	ITAITUBA	R$ 10.129,50	R$ -	R$ 10.129,50	R$ 10.129,50	R$ 121.554,00	R$ 131.683,50
11.851.575/0001-34	PA	ITUPIRANGA	R$ 4.261,52	R$ -	R$ 4.261,52	R$ 4.261,52	R$ 51.138,24	R$ 55.399,76
11.462.638/0001-60	PA	JACAREACANGA	R$ 3.318,96	R$ -	R$ 3.318,96	R$ 3.318,96	R$ 39.827,52	R$ 43.146,48
11.528.843/0001-81	PA	JACUNDA	R$ 4.686,90	R$ -	R$ 4.686,90	R$ 4.686,90	R$ 56.242,80	R$ 60.929,70
11.624.213/0001-00	PA	JURUTI	R$ 4.635,44	R$ -	R$ 4.635,44	R$ 4.635,44	R$ 55.625,28	R$ 60.260,72
18.709.224/0001-32	PA	LIMOEIRO DO AJURU	R$ 2.314,80	R$ -	R$ 2.314,80	R$ 2.314,80	R$ 27.777,60	R$ 30.092,40
12.051.023/0001-04	PA	MAE DO RIO	R$ 2.406,16	R$ -	R$ 2.406,16	R$ 2.406,16	R$ 28.873,92	R$ 31.280,08
13.711.955/0001-07	PA	MAGALHAES BARATA	R$ 683,84	R$ -	R$ 683,84	R$ 683,84	R$ 8.206,08	R$ 8.889,92
18.478.187/0001-07	PA	MARABA	R$ 22.133,04	R$ -	R$ 22.133,04	R$ 22.133,04	R$ 265.596,48	R$ 287.729,52
11.783.343/0001-96	PA	MARACANA	R$ 2.357,84	R$ -	R$ 2.357,84	R$ 2.357,84	R$ 28.294,08	R$ 30.651,92
13.583.637/0001-08	PA	MARAPANIM	R$ 2.245,08	R$ -	R$ 2.245,08	R$ 2.245,08	R$ 26.940,96	R$ 29.186,04
10.299.375/0001-58	PA	MARITUBA	R$ 10.420,51	R$ -	R$ 10.420,51	R$ 10.420,51	R$ 125.046,12	R$ 135.466,63
11.419.894/0001-75	PA	MEDICILANDIA	R$ 2.527,76	R$ -	R$ 2.527,76	R$ 2.527,76	R$ 30.333,12	R$ 32.860,88
11.530.230/0001-89	PA	MELGACO	R$ 2.233,59	R$ -	R$ 2.233,59	R$ 2.233,59	R$ 26.803,08	R$ 29.036,67
11.939.601/0001-80	PA	MOCAJUBA	R$ 2.490,88	R$ -	R$ 2.490,88	R$ 2.490,88	R$ 29.890,56	R$ 32.381,44
19.296.848/0001-38	PA	MOJU	R$ 6.567,52	R$ -	R$ 6.567,52	R$ 6.567,52	R$ 78.810,24	R$ 85.377,76
17.738.256/0001-01	PA	MOJUI DOS CAMPOS	R$ 1.274,35	R$ -	R$ 1.274,35	R$ 1.274,35	R$ 15.292,20	R$ 16.566,55
11.401.857/0001-30	PA	MONTE ALEGRE	R$ 5.115,28	R$ -	R$ 5.115,28	R$ 5.115,28	R$ 61.383,36	R$ 66.498,64
11.438.326/0001-11	PA	MUANA	R$ 3.227,92	R$ -	R$ 3.227,92	R$ 3.227,92	R$ 38.735,04	R$ 41.962,96

11.479.091/0001-06	PA	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	R$ 1.924,96	R$ -	R$ 1.924,96	R$ 1.924,96	R$ 23.099,52	R$ 25.024,48
12.280.005/0001-02	PA	NOVA IPIXUNA	R$ 1.334,24	R$ -	R$ 1.334,24	R$ 1.334,24	R$ 16.010,88	R$ 17.345,12
11.790.338/0001-00	PA	NOVA TIMBOTEUA	R$ 1.217,22	R$ -	R$ 1.217,22	R$ 1.217,22	R$ 14.606,64	R$ 15.823,86
11.287.726/0001-73	PA	NOVO PROGRESSO	R$ 2.041,14	R$ -	R$ 2.041,14	R$ 2.041,14	R$ 24.493,68	R$ 26.534,82
09.555.110/0001-94	PA	NOVO REPARTIMENTO	R$ 6.073,52	R$ -	R$ 6.073,52	R$ 6.073,52	R$ 72.882,24	R$ 78.955,76
11.884.818/0001-30	PA	OBIDOS	R$ 4.170,96	R$ -	R$ 4.170,96	R$ 4.170,96	R$ 50.051,52	R$ 54.222,48
12.527.516/0001-78	PA	OEIRAS DO PARA	R$ 2.600,96	R$ -	R$ 2.600,96	R$ 2.600,96	R$ 31.211,52	R$ 33.812,48
14.153.138/0001-35	PA	ORIXIMINA	R$ 5.791,45	R$ -	R$ 5.791,45	R$ 5.791,45	R$ 69.497,40	R$ 75.288,85
09.649.183/0001-45	PA	OUREM	R$ 1.427,36	R$ -	R$ 1.427,36	R$ 1.427,36	R$ 17.128,32	R$ 18.555,68
11.441.605/0001-34	PA	OURILANDIA DO NORTE	R$ 2.601,30	R$ -	R$ 2.601,30	R$ 2.601,30	R$ 31.215,60	R$ 33.816,90
11.664.446/0001-37	PA	PACAJA	R$ 3.816,48	R$ -	R$ 3.816,48	R$ 3.816,48	R$ 45.797,76	R$ 49.614,24
11.820.102/0001-70	PA	PALESTINA DO PARA	R$ 607,12	R$ -	R$ 607,12	R$ 607,12	R$ 7.285,44	R$ 7.892,56
11.536.700/0001-11	PA	PARAGOMINAS	R$ 8.964,57	R$ -	R$ 8.964,57	R$ 8.964,57	R$ 107.574,84	R$ 116.539,41
12.581.232/0001-60	PA	PARAUAPEBAS	R$ 16.341,42	R$ -	R$ 16.341,42	R$ 16.341,42	R$ 196.097,04	R$ 212.438,46
09.647.690/0001-40	PA	PAU D'ARCO	R$ 521,76	R$ -	R$ 521,76	R$ 521,76	R$ 6.261,12	R$ 6.782,88
11.920.272/0001-26	PA	PEIXE-BOI	R$ 646,16	R$ -	R$ 646,16	R$ 646,16	R$ 7.753,92	R$ 8.400,08
12.918.271/0001-00	PA	PICARRA	R$ 1.038,48	R$ -	R$ 1.038,48	R$ 1.038,48	R$ 12.461,76	R$ 13.500,24
12.566.342/0001-52	PA	PLACAS	R$ 2.478,56	R$ -	R$ 2.478,56	R$ 2.478,56	R$ 29.742,72	R$ 32.221,28
11.797.106/0001-84	PA	PONTA DE PEDRAS	R$ 2.486,56	R$ -	R$ 2.486,56	R$ 2.486,56	R$ 29.838,72	R$ 32.325,28
11.956.268/0001-18	PA	PORTEL	R$ 5.011,17	R$ -	R$ 5.011,17	R$ 5.011,17	R$ 60.134,04	R$ 65.145,21
11.424.241/0001-84	PA	PORTO DE MOZ	R$ 3.290,80	R$ -	R$ 3.290,80	R$ 3.290,80	R$ 39.489,60	R$ 42.780,40
01.391.942/0001-00	PA	PRAINHA	R$ 2.389,28	R$ -	R$ 2.389,28	R$ 2.389,28	R$ 28.671,36	R$ 31.060,64
19.184.104/0001-21	PA	PRIMAVERA	R$ 866,00	R$ -	R$ 866,00	R$ 866,00	R$ 10.392,00	R$ 11.258,00
12.710.684/0001-02	PA	QUATIPURU	R$ 1.088,64	R$ -	R$ 1.088,64	R$ 1.088,64	R$ 13.063,68	R$ 14.152,32
11.190.128/0001-81	PA	REDENCAO	R$ 6.717,74	R$ -	R$ 6.717,74	R$ 6.717,74	R$ 80.612,88	R$ 87.330,62
34.668.962/0001-35	PA	RIO MARIA	R$ 1.441,45	R$ -	R$ 1.441,45	R$ 1.441,45	R$ 17.297,40	R$ 18.738,85
12.826.879/0001-04	PA	RONDON DO PARA	R$ 4.148,29	R$ -	R$ 4.148,29	R$ 4.148,29	R$ 49.779,48	R$ 53.927,77
12.352.501/0001-16	PA	RUROPOLIS	R$ 4.040,80	R$ -	R$ 4.040,80	R$ 4.040,80	R$ 48.489,60	R$ 52.530,40
11.851.625/0001-83	PA	SALINOPOLIS	R$ 3.222,71	R$ -	R$ 3.222,71	R$ 3.222,71	R$ 38.672,52	R$ 41.895,23
10.880.820/0001-79	PA	SALVATERRA	R$ 1.881,89	R$ -	R$ 1.881,89	R$ 1.881,89	R$ 22.582,68	R$ 24.464,57
17.860.920/0001-82	PA	SANTA BARBARA DO PARA	R$ 1.670,11	R$ -	R$ 1.670,11	R$ 1.670,11	R$ 20.041,32	R$ 21.711,43
11.931.568/0001-42	PA	SANTA CRUZ DO ARARI	R$ 810,24	R$ -	R$ 810,24	R$ 810,24	R$ 9.722,88	R$ 10.533,12
11.745.308/0001-82	PA	SANTA IZABEL DO PARA	R$ 5.609,62	R$ -	R$ 5.609,62	R$ 5.609,62	R$ 67.315,44	R$ 72.925,06
11.935.648/0001-76	PA	SANTA LUZIA DO PARA	R$ 1.587,84	R$ -	R$ 1.587,84	R$ 1.587,84	R$ 19.054,08	R$ 20.641,92
17.546.256/0001-00	PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	R$ 1.715,92	R$ -	R$ 1.715,92	R$ 1.715,92	R$ 20.591,04	R$ 22.306,96
11.481.192/0001-11	PA	SANTA MARIA DO PARA	R$ 1.988,88	R$ -	R$ 1.988,88	R$ 1.988,88	R$ 23.866,56	R$ 25.855,44
12.835.008/0001-57	PA	SANTANA DO ARAGUAIA	R$ 5.769,35	R$ -	R$ 5.769,35	R$ 5.769,35	R$ 69.232,20	R$ 75.001,55
17.556.659/0001-21	PA	SANTAREM	R$ 24.132,82	R$ -	R$ 24.132,82	R$ 24.132,82	R$ 289.593,84	R$ 313.726,66
11.643.041/0001-12	PA	SANTAREM NOVO	R$ 536,72	R$ -	R$ 536,72	R$ 536,72	R$ 6.440,64	R$ 6.977,36
12.019.384/0001-73	PA	SANTO ANTONIO DO TAUA	R$ 2.494,34	R$ -	R$ 2.494,34	R$ 2.494,34	R$ 29.932,08	R$ 32.426,42
12.082.788/0001-01	PA	SAO CAETANO DE ODIVELAS	R$ 1.444,00	R$ -	R$ 1.444,00	R$ 1.444,00	R$ 17.328,00	R$ 18.772,00
11.562.704/0001-74	PA	SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA	R$ 2.044,56	R$ -	R$ 2.044,56	R$ 2.044,56	R$ 24.534,72	R$ 26.579,28
13.885.840/0001-20	PA	SAO DOMINGOS DO CAPIM	R$ 2.559,12	R$ -	R$ 2.559,12	R$ 2.559,12	R$ 30.709,44	R$ 33.268,56
14.051.642/0001-24	PA	SAO FELIX DO XINGU	R$ 10.278,48	R$ -	R$ 10.278,48	R$ 10.278,48	R$ 123.341,76	R$ 133.620,24
12.062.549/0001-90	PA	SAO FRANCISCO DO PARA	R$ 1.258,34	R$ -	R$ 1.258,34	R$ 1.258,34	R$ 15.100,08	R$ 16.358,42
21.986.531/0001-75	PA	SAO GERALDO DO ARAGUAIA	R$ 1.987,76	R$ -	R$ 1.987,76	R$ 1.987,76	R$ 23.853,12	R$ 25.840,88
12.091.670/0001-40	PA	SAO JOAO DA PONTA	R$ 491,12	R$ -	R$ 491,12	R$ 491,12	R$ 5.893,44	R$ 6.384,56
09.635.649/0001-53	PA	SAO JOAO DE PIRABAS	R$ 1.843,60	R$ -	R$ 1.843,60	R$ 1.843,60	R$ 22.123,20	R$ 23.966,80
12.133.001/0001-93	PA	SAO JOAO DO ARAGUAIA	R$ 1.119,68	R$ -	R$ 1.119,68	R$ 1.119,68	R$ 13.436,16	R$ 14.555,84
11.454.760/0001-95	PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	R$ 4.718,88	R$ -	R$ 4.718,88	R$ 4.718,88	R$ 56.626,56	R$ 61.345,44
11.506.487/0001-03	PA	SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA	R$ 2.131,20	R$ -	R$ 2.131,20	R$ 2.131,20	R$ 25.574,40	R$ 27.705,60
11.822.995/0001-92	PA	SAPUCAIA	R$ 474,40	R$ -	R$ 474,40	R$ 474,40	R$ 5.692,80	R$ 6.167,20
10.511.002/0001-07	PA	SENADOR JOSE PORFIRIO	R$ 1.154,72	R$ -	R$ 1.154,72	R$ 1.154,72	R$ 13.856,64	R$ 15.011,36
11.416.878/0001-29	PA	SOURE	R$ 2.010,40	R$ -	R$ 2.010,40	R$ 2.010,40	R$ 24.124,80	R$ 26.135,20
10.257.028/0001-62	PA	TAILANDIA	R$ 8.507,12	R$ -	R$ 8.507,12	R$ 8.507,12	R$ 102.085,44	R$ 110.592,56

13.866.338/0001-72	PA	TERRA ALTA	R$ 928,58	R$ -	R$ 928,58	R$ 928,58	R$ 11.142,96	R$ 12.071,54
11.870.266/0001-01	PA	TERRA SANTA	R$ 1.487,08	R$ -	R$ 1.487,08	R$ 1.487,08	R$ 17.844,96	R$ 19.332,04
11.745.426/0001-90	PA	TOME-ACU	R$ 5.075,76	R$ -	R$ 5.075,76	R$ 5.075,76	R$ 60.909,12	R$ 65.984,88
11.739.590/0001-95	PA	TRACUATEUA	R$ 2.476,72	R$ -	R$ 2.476,72	R$ 2.476,72	R$ 29.720,64	R$ 32.197,36
14.910.511/0001-55	PA	TRAIRAO	R$ 1.519,12	R$ -	R$ 1.519,12	R$ 1.519,12	R$ 18.229,44	R$ 19.748,56
11.234.776/0001-92	PA	TUCUMA	R$ 3.137,70	R$ -	R$ 3.137,70	R$ 3.137,70	R$ 37.652,40	R$ 40.790,10
11.193.159/0001-96	PA	TUCURUI	R$ 9.005,29	R$ -	R$ 9.005,29	R$ 9.005,29	R$ 108.063,48	R$ 117.068,77
11.413.842/0001-91	PA	ULIANOPOLIS	R$ 4.691,25	R$ -	R$ 4.691,25	R$ 4.691,25	R$ 56.295,00	R$ 60.986,25
11.899.610/0001-95	PA	URUARA	R$ 4.790,48	R$ -	R$ 4.790,48	R$ 4.790,48	R$ 57.485,76	R$ 62.276,24
11.672.396/0001-30	PA	VIGIA	R$ 4.253,58	R$ -	R$ 4.253,58	R$ 4.253,58	R$ 51.042,96	R$ 55.296,54
11.984.819/0001-57	PA	VISEU	R$ 4.912,24	R$ -	R$ 4.912,24	R$ 4.912,24	R$ 58.946,88	R$ 63.859,12
11.190.812/0001-63	PA	VITORIA DO XINGU	R$ 1.210,72	R$ -	R$ 1.210,72	R$ 1.210,72	R$ 14.528,64	R$ 15.739,36
11.194.088/0001-46	PA	XINGUARA	R$ 3.545,66	R$ -	R$ 3.545,66	R$ 3.545,66	R$ 42.547,92	R$ 46.093,58
10.502.869/0001-98	PB	AGUA BRANCA	R$ 818,72	R$ -	R$ 818,72	R$ 818,72	R$ 9.824,64	R$ 10.643,36
11.267.041/0001-65	PB	AGUIAR	R$ 451,20	R$ -	R$ 451,20	R$ 451,20	R$ 5.414,40	R$ 5.865,60
17.698.753/0001-15	PB	ALAGOA GRANDE	R$ 2.279,68	R$ -	R$ 2.279,68	R$ 2.279,68	R$ 27.356,16	R$ 29.635,84
11.838.096/0001-88	PB	ALAGOA NOVA	R$ 1.667,92	R$ -	R$ 1.667,92	R$ 1.667,92	R$ 20.015,04	R$ 21.682,96
11.757.032/0001-52	PB	ALAGOINHA	R$ 1.159,12	R$ -	R$ 1.159,12	R$ 1.159,12	R$ 13.909,44	R$ 15.068,56
08.448.753/0001-76	PB	ALCANTIL	R$ 439,36	R$ -	R$ 439,36	R$ 439,36	R$ 5.272,32	R$ 5.711,68
11.903.620/0001-57	PB	ALGODAO DE JANDAIRA	R$ 205,36	R$ -	R$ 205,36	R$ 205,36	R$ 2.464,32	R$ 2.669,68
11.490.408/0001-05	PB	ALHANDRA	R$ 1.567,04	R$ -	R$ 1.567,04	R$ 1.567,04	R$ 18.804,48	R$ 20.371,52
08.612.869/0001-07	PB	AMPARO	R$ 177,32	R$ -	R$ 177,32	R$ 177,32	R$ 2.127,84	R$ 2.305,16
11.956.816/0001-00	PB	APARECIDA	R$ 667,76	R$ -	R$ 667,76	R$ 667,76	R$ 8.013,12	R$ 8.680,88
12.431.299/0001-18	PB	ARACAGI	R$ 1.358,96	R$ -	R$ 1.358,96	R$ 1.358,96	R$ 16.307,52	R$ 17.666,48
11.898.585/0001-25	PB	ARARA	R$ 1.077,60	R$ -	R$ 1.077,60	R$ 1.077,60	R$ 12.931,20	R$ 14.008,80
11.667.845/0001-51	PB	ARARUNA	R$ 1.624,96	R$ -	R$ 1.624,96	R$ 1.624,96	R$ 19.499,52	R$ 21.124,48
11.268.285/0001-62	PB	AREIA	R$ 2.051,84	R$ -	R$ 2.051,84	R$ 2.051,84	R$ 24.622,08	R$ 26.673,92
11.832.051/0001-04	PB	AREIA DE BARAUNAS	R$ 170,24	R$ -	R$ 170,24	R$ 170,24	R$ 2.042,88	R$ 2.213,12
13.876.013/0001-70	PB	AREIAL	R$ 554,46	R$ -	R$ 554,46	R$ 554,46	R$ 6.653,52	R$ 7.207,98
10.819.820/0001-63	PB	AROEIRAS	R$ 1.532,24	R$ -	R$ 1.532,24	R$ 1.532,24	R$ 18.386,88	R$ 19.919,12
11.383.748/0001-37	PB	ASSUNCAO	R$ 316,13	R$ -	R$ 316,13	R$ 316,13	R$ 3.793,56	R$ 4.109,69
13.923.732/0001-03	PB	BAIA DA TRAICAO	R$ 719,44	R$ -	R$ 719,44	R$ 719,44	R$ 8.633,28	R$ 9.352,72
18.730.452/0001-94	PB	BANANEIRAS	R$ 1.705,44	R$ -	R$ 1.705,44	R$ 1.705,44	R$ 20.465,28	R$ 22.170,72
01.691.513/0001-59	PB	BARAUNA	R$ 391,36	R$ -	R$ 391,36	R$ 391,36	R$ 4.696,32	R$ 5.087,68
11.404.690/0001-60	PB	BARRA DE SANTA ROSA	R$ 1.230,72	R$ -	R$ 1.230,72	R$ 1.230,72	R$ 14.768,64	R$ 15.999,36
11.109.361/0001-97	PB	BARRA DE SANTANA	R$ 668,72	R$ -	R$ 668,72	R$ 668,72	R$ 8.024,64	R$ 8.693,36
11.228.592/0001-10	PB	BARRA DE SAO MIGUEL	R$ 482,88	R$ -	R$ 482,88	R$ 482,88	R$ 5.794,56	R$ 6.277,44
11.685.421/0001-10	PB	BAYEUX	R$ 7.675,88	R$ -	R$ 7.675,88	R$ 7.675,88	R$ 92.110,56	R$ 99.786,44
11.429.813/0001-18	PB	BELEM	R$ 1.414,08	R$ -	R$ 1.414,08	R$ 1.414,08	R$ 16.968,96	R$ 18.383,04
12.461.113/0001-73	PB	BELEM DO BREJO DO CRUZ	R$ 587,36	R$ -	R$ 587,36	R$ 587,36	R$ 7.048,32	R$ 7.635,68
10.484.826/0001-27	PB	BERNARDINO BATISTA	R$ 280,08	R$ -	R$ 280,08	R$ 280,08	R$ 3.360,96	R$ 3.641,04
10.570.295/0001-95	PB	BOA VENTURA	R$ 472,40	R$ -	R$ 472,40	R$ 472,40	R$ 5.668,80	R$ 6.141,20
12.868.705/0001-04	PB	BOA VISTA	R$ 558,66	R$ -	R$ 558,66	R$ 558,66	R$ 6.703,92	R$ 7.262,58
11.856.862/0001-37	PB	BOM JESUS	R$ 204,88	R$ -	R$ 204,88	R$ 204,88	R$ 2.458,56	R$ 2.663,44
12.403.050/0001-07	PB	BOM SUCESSO	R$ 398,00	R$ -	R$ 398,00	R$ 398,00	R$ 4.776,00	R$ 5.174,00
11.494.230/0001-70	PB	BONITO DE SANTA FE	R$ 953,36	R$ -	R$ 953,36	R$ 953,36	R$ 11.440,32	R$ 12.393,68
11.153.600/0001-06	PB	BOQUEIRAO	R$ 1.410,62	R$ -	R$ 1.410,62	R$ 1.410,62	R$ 16.927,44	R$ 18.338,06
11.594.451/0001-10	PB	BORBOREMA	R$ 421,04	R$ -	R$ 421,04	R$ 421,04	R$ 5.052,48	R$ 5.473,52
12.452.534/0001-38	PB	BREJO DO CRUZ	R$ 1.129,76	R$ -	R$ 1.129,76	R$ 1.129,76	R$ 13.557,12	R$ 14.686,88
18.000.776/0001-77	PB	BREJO DOS SANTOS	R$ 510,96	R$ -	R$ 510,96	R$ 510,96	R$ 6.131,52	R$ 6.642,48
10.975.044/0001-90	PB	CAAPORA	R$ 1.729,45	R$ -	R$ 1.729,45	R$ 1.729,45	R$ 20.753,40	R$ 22.482,85
11.309.134/0001-05	PB	CABACEIRAS	R$ 444,56	R$ -	R$ 444,56	R$ 444,56	R$ 5.334,72	R$ 5.779,28

04.849.697/0001-20	PB	CABEDELO	R$ 5.314,67	R$ -	R$ 5.314,67	R$ 5.314,67	R$ 63.776,04	R$ 69.090,71
11.332.636/0001-57	PB	CACHOEIRA DOS INDIOS	R$ 819,52	R$ -	R$ 819,52	R$ 819,52	R$ 9.834,24	R$ 10.653,76
10.460.927/0001-68	PB	CACIMBA DE AREIA	R$ 294,56	R$ -	R$ 294,56	R$ 294,56	R$ 3.534,72	R$ 3.829,28
12.011.663/0001-90	PB	CACIMBA DE DENTRO	R$ 1.374,96	R$ -	R$ 1.374,96	R$ 1.374,96	R$ 16.499,52	R$ 17.874,48
10.541.009/0001-63	PB	CACIMBAS	R$ 573,84	R$ -	R$ 573,84	R$ 573,84	R$ 6.886,08	R$ 7.459,92
17.577.160/0001-09	PB	CAICARA	R$ 576,08	R$ -	R$ 576,08	R$ 576,08	R$ 6.912,96	R$ 7.489,04
11.902.878/0001-39	PB	CAJAZEIRAS	R$ 4.911,75	R$ -	R$ 4.911,75	R$ 4.911,75	R$ 58.941,00	R$ 63.852,75
10.461.231/0001-56	PB	CAJAZEIRINHAS	R$ 255,44	R$ -	R$ 255,44	R$ 255,44	R$ 3.065,28	R$ 3.320,72
11.238.753/0001-56	PB	CALDAS BRANDAO	R$ 481,12	R$ -	R$ 481,12	R$ 481,12	R$ 5.773,44	R$ 6.254,56
11.417.610/0001-01	PB	CAMALAU	R$ 481,04	R$ -	R$ 481,04	R$ 481,04	R$ 5.772,48	R$ 6.253,52
24.513.574/0001-21	PB	CAMPINA GRANDE	R$ 32.148,12	R$ -	R$ 32.148,12	R$ 32.148,12	R$ 385.777,44	R$ 417.925,56
08.730.943/0001-81	PB	CAPIM	R$ 521,84	R$ -	R$ 521,84	R$ 521,84	R$ 6.262,08	R$ 6.783,92
11.431.018/0001-64	PB	CARAUBAS	R$ 332,96	R$ -	R$ 332,96	R$ 332,96	R$ 3.995,52	R$ 4.328,48
11.579.536/0001-20	PB	CARRAPATEIRA	R$ 210,67	R$ -	R$ 210,67	R$ 210,67	R$ 2.528,04	R$ 2.738,71
12.431.437/0001-69	PB	CASSERENGUE	R$ 597,44	R$ -	R$ 597,44	R$ 597,44	R$ 7.169,28	R$ 7.766,72
12.401.524/0001-73	PB	CATINGUEIRA	R$ 394,56	R$ -	R$ 394,56	R$ 394,56	R$ 4.734,72	R$ 5.129,28
12.784.607/0001-99	PB	CATOLE DO ROCHA	R$ 2.420,18	R$ -	R$ 2.420,18	R$ 2.420,18	R$ 29.042,16	R$ 31.462,34
11.457.024/0001-90	PB	CATURITE	R$ 384,43	R$ -	R$ 384,43	R$ 384,43	R$ 4.613,16	R$ 4.997,59
05.497.410/0001-03	PB	CONCEICAO	R$ 1.518,56	R$ -	R$ 1.518,56	R$ 1.518,56	R$ 18.222,72	R$ 19.741,28
04.275.034/0001-40	PB	CONDADO	R$ 532,32	R$ -	R$ 532,32	R$ 532,32	R$ 6.387,84	R$ 6.920,16
11.570.107/0001-91	PB	CONDE	R$ 1.954,62	R$ -	R$ 1.954,62	R$ 1.954,62	R$ 23.455,44	R$ 25.410,06
11.436.548/0001-03	PB	CONGO	R$ 382,88	R$ -	R$ 382,88	R$ 382,88	R$ 4.594,56	R$ 4.977,44
11.161.210/0001-88	PB	COREMAS	R$ 1.235,60	R$ -	R$ 1.235,60	R$ 1.235,60	R$ 14.827,20	R$ 16.062,80
11.525.246/0001-01	PB	COXIXOLA	R$ 152,20	R$ -	R$ 152,20	R$ 152,20	R$ 1.826,40	R$ 1.978,60
23.014.200/0001-07	PB	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	R$ 1.385,52	R$ -	R$ 1.385,52	R$ 1.385,52	R$ 16.626,24	R$ 18.011,76
08.580.325/0001-00	PB	CUBATI	R$ 623,76	R$ -	R$ 623,76	R$ 623,76	R$ 7.485,12	R$ 8.108,88
11.404.674/0001-78	PB	CUITE	R$ 1.627,04	R$ -	R$ 1.627,04	R$ 1.627,04	R$ 19.524,48	R$ 21.151,52
13.099.820/0001-24	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	R$ 508,24	R$ -	R$ 508,24	R$ 508,24	R$ 6.098,88	R$ 6.607,12
11.780.026/0001-16	PB	CUITEGI	R$ 544,24	R$ -	R$ 544,24	R$ 544,24	R$ 6.530,88	R$ 7.075,12
17.945.598/0001-94	PB	CURRAL DE CIMA	R$ 451,84	R$ -	R$ 451,84	R$ 451,84	R$ 5.422,08	R$ 5.873,92
10.472.943/0001-70	PB	CURRAL VELHO	R$ 228,66	R$ -	R$ 228,66	R$ 228,66	R$ 2.743,92	R$ 2.972,58
11.767.841/0001-45	PB	DAMIAO	R$ 426,40	R$ -	R$ 426,40	R$ 426,40	R$ 5.116,80	R$ 5.543,20
10.493.355/0001-13	PB	DESTERRO	R$ 663,76	R$ -	R$ 663,76	R$ 663,76	R$ 7.965,12	R$ 8.628,88
10.382.118/0001-85	PB	DIAMANTE	R$ 524,16	R$ -	R$ 524,16	R$ 524,16	R$ 6.289,92	R$ 6.814,08
11.420.456/0001-27	PB	DONA INES	R$ 836,24	R$ -	R$ 836,24	R$ 836,24	R$ 10.034,88	R$ 10.871,12
11.814.527/0001-76	PB	DUAS ESTRADAS	R$ 305,43	R$ -	R$ 305,43	R$ 305,43	R$ 3.665,16	R$ 3.970,59
11.655.026/0001-94	PB	EMAS	R$ 281,76	R$ -	R$ 281,76	R$ 281,76	R$ 3.381,12	R$ 3.662,88
12.011.984/0001-95	PB	ESPERANCA	R$ 2.615,17	R$ -	R$ 2.615,17	R$ 2.615,17	R$ 31.382,04	R$ 33.997,21
11.307.940/0001-44	PB	FAGUNDES	R$ 974,64	R$ -	R$ 974,64	R$ 974,64	R$ 11.695,68	R$ 12.670,32
11.252.030/0001-01	PB	FREI MARTINHO	R$ 236,82	R$ -	R$ 236,82	R$ 236,82	R$ 2.841,84	R$ 3.078,66
11.136.097/0001-80	PB	GADO BRAVO	R$ 665,28	R$ -	R$ 665,28	R$ 665,28	R$ 7.983,36	R$ 8.648,64
13.844.779/0001-73	PB	GUARABIRA	R$ 4.661,38	R$ -	R$ 4.661,38	R$ 4.661,38	R$ 55.936,56	R$ 60.597,94
11.739.873/0001-37	PB	GURINHEM	R$ 1.130,32	R$ -	R$ 1.130,32	R$ 1.130,32	R$ 13.563,84	R$ 14.694,16
11.432.444/0001-12	PB	GURJAO	R$ 271,60	R$ -	R$ 271,60	R$ 271,60	R$ 3.259,20	R$ 3.530,80
08.892.967/0001-37	PB	IBIARA	R$ 474,32	R$ -	R$ 474,32	R$ 474,32	R$ 5.691,84	R$ 6.166,16
11.463.951/0001-13	PB	IGARACY	R$ 517,30	R$ -	R$ 517,30	R$ 517,30	R$ 6.207,60	R$ 6.724,90
11.838.404/0001-75	PB	IMACULADA	R$ 945,52	R$ -	R$ 945,52	R$ 945,52	R$ 11.346,24	R$ 12.291,76
08.610.110/0001-87	PB	INGA	R$ 1.448,24	R$ -	R$ 1.448,24	R$ 1.448,24	R$ 17.378,88	R$ 18.827,12
07.615.929/0001-74	PB	ITABAIANA	R$ 1.939,33	R$ -	R$ 1.939,33	R$ 1.939,33	R$ 23.271,96	R$ 25.211,29
11.174.552/0001-32	PB	ITAPORANGA	R$ 1.956,37	R$ -	R$ 1.956,37	R$ 1.956,37	R$ 23.476,44	R$ 25.432,81
12.099.621/0001-53	PB	ITAPOROROCA	R$ 1.493,12	R$ -	R$ 1.493,12	R$ 1.493,12	R$ 17.917,44	R$ 19.410,56
12.306.005/0001-26	PB	ITATUBA	R$ 876,96	R$ -	R$ 876,96	R$ 876,96	R$ 10.523,52	R$ 11.400,48
10.486.210/0001-95	PB	JACARAU	R$ 1.154,48	R$ -	R$ 1.154,48	R$ 1.154,48	R$ 13.853,76	R$ 15.008,24
12.009.325/0001-14	PB	JERICO	R$ 613,17	R$ -	R$ 613,17	R$ 613,17	R$ 7.358,04	R$ 7.971,21
08.715.618/0001-40	PB	JOAO PESSOA	R$ 63.476,56	R$ -	R$ 63.476,56	R$ 63.476,56	R$ 761.718,72	R$ 825.195,28

11.332.661/0001-30	PB	JOCA CLAUDINO	R$ 208,85	R$ -	R$ 208,85	R$ 208,85	R$ 2.506,20	R$ 2.715,05
11.908.594/0001-50	PB	JUAREZ TAVORA	R$ 634,88	R$ -	R$ 634,88	R$ 634,88	R$ 7.618,56	R$ 8.253,44
11.277.311/0001-19	PB	JUAZEIRINHO	R$ 1.453,68	R$ -	R$ 1.453,68	R$ 1.453,68	R$ 17.444,16	R$ 18.897,84
13.069.201/0001-97	PB	JUNCO DO SERIDO	R$ 566,50	R$ -	R$ 566,50	R$ 566,50	R$ 6.798,00	R$ 7.364,50
11.164.805/0001-97	PB	JURIPIRANGA	R$ 860,48	R$ -	R$ 860,48	R$ 860,48	R$ 10.325,76	R$ 11.186,24
10.538.747/0001-51	PB	JURU	R$ 789,36	R$ -	R$ 789,36	R$ 789,36	R$ 9.472,32	R$ 10.261,68
12.319.873/0001-40	PB	LAGOA	R$ 373,28	R$ -	R$ 373,28	R$ 373,28	R$ 4.479,36	R$ 4.852,64
12.375.571/0001-90	PB	LAGOA DE DENTRO	R$ 617,52	R$ -	R$ 617,52	R$ 617,52	R$ 7.410,24	R$ 8.027,76
11.264.183/0001-79	PB	LAGOA SECA	R$ 2.179,08	R$ -	R$ 2.179,08	R$ 2.179,08	R$ 26.148,96	R$ 28.328,04
11.304.889/0001-17	PB	LASTRO	R$ 218,96	R$ -	R$ 218,96	R$ 218,96	R$ 2.627,52	R$ 2.846,48
11.188.530/0001-21	PB	LIVRAMENTO	R$ 580,48	R$ -	R$ 580,48	R$ 580,48	R$ 6.965,76	R$ 7.546,24
11.268.139/0001-37	PB	LOGRADOURO	R$ 346,56	R$ -	R$ 346,56	R$ 346,56	R$ 4.158,72	R$ 4.505,28
11.516.231/0001-79	PB	LUCENA	R$ 1.046,40	R$ -	R$ 1.046,40	R$ 1.046,40	R$ 12.556,80	R$ 13.603,20
03.627.760/0001-11	PB	MAE D'AGUA	R$ 320,72	R$ -	R$ 320,72	R$ 320,72	R$ 3.848,64	R$ 4.169,36
12.460.136/0001-63	PB	MALTA	R$ 456,29	R$ -	R$ 456,29	R$ 456,29	R$ 5.475,48	R$ 5.931,77
08.674.396/0001-64	PB	MAMANGUAPE	R$ 3.590,56	R$ -	R$ 3.590,56	R$ 3.590,56	R$ 43.086,72	R$ 46.677,28
10.522.238/0001-30	PB	MANAIRA	R$ 876,40	R$ -	R$ 876,40	R$ 876,40	R$ 10.516,80	R$ 11.393,20
12.370.254/0001-80	PB	MARCACAO	R$ 684,64	R$ -	R$ 684,64	R$ 684,64	R$ 8.215,68	R$ 8.900,32
11.400.094/0001-02	PB	MARI	R$ 1.746,96	R$ -	R$ 1.746,96	R$ 1.746,96	R$ 20.963,52	R$ 22.710,48
11.404.727/0001-50	PB	MARIZOPOLIS	R$ 524,27	R$ -	R$ 524,27	R$ 524,27	R$ 6.291,24	R$ 6.815,51
10.948.421/0001-00	PB	MASSARANDUBA	R$ 1.113,44	R$ -	R$ 1.113,44	R$ 1.113,44	R$ 13.361,28	R$ 14.474,72
13.070.749/0001-57	PB	MATARACA	R$ 674,72	R$ -	R$ 674,72	R$ 674,72	R$ 8.096,64	R$ 8.771,36
12.012.166/0001-07	PB	MATINHAS	R$ 360,00	R$ -	R$ 360,00	R$ 360,00	R$ 4.320,00	R$ 4.680,00
11.951.131/0001-70	PB	MATO GROSSO	R$ 232,64	R$ -	R$ 232,64	R$ 232,64	R$ 2.791,68	R$ 3.024,32
11.209.770/0001-65	PB	MATUREIA	R$ 525,52	R$ -	R$ 525,52	R$ 525,52	R$ 6.306,24	R$ 6.831,76
10.664.047/0001-03	PB	MOGEIRO	R$ 1.062,72	R$ -	R$ 1.062,72	R$ 1.062,72	R$ 12.752,64	R$ 13.815,36
13.884.126/0001-18	PB	MONTADAS	R$ 453,52	R$ -	R$ 453,52	R$ 453,52	R$ 5.442,24	R$ 5.895,76
12.445.872/0001-42	PB	MONTE HOREBE	R$ 385,28	R$ -	R$ 385,28	R$ 385,28	R$ 4.623,36	R$ 5.008,64
11.214.763/0001-51	PB	MONTEIRO	R$ 2.632,20	R$ -	R$ 2.632,20	R$ 2.632,20	R$ 31.586,40	R$ 34.218,60
18.767.963/0001-80	PB	MULUNGU	R$ 792,16	R$ -	R$ 792,16	R$ 792,16	R$ 9.505,92	R$ 10.298,08
17.975.221/0001-88	PB	NATUBA	R$ 836,32	R$ -	R$ 836,32	R$ 836,32	R$ 10.035,84	R$ 10.872,16
12.445.365/0001-09	PB	NAZAREZINHO	R$ 584,08	R$ -	R$ 584,08	R$ 584,08	R$ 7.008,96	R$ 7.593,04
18.517.489/0001-39	PB	NOVA FLORESTA	R$ 842,86	R$ -	R$ 842,86	R$ 842,86	R$ 10.114,32	R$ 10.957,18
11.268.720/0001-59	PB	NOVA OLINDA	R$ 516,40	R$ -	R$ 516,40	R$ 516,40	R$ 6.196,80	R$ 6.713,20
08.579.944/0001-77	PB	NOVA PALMEIRA	R$ 392,48	R$ -	R$ 392,48	R$ 392,48	R$ 4.709,76	R$ 5.102,24
11.471.451/0001-23	PB	OLHO D'AGUA	R$ 611,36	R$ -	R$ 611,36	R$ 611,36	R$ 7.336,32	R$ 7.947,68
17.739.771/0001-06	PB	OLIVEDOS	R$ 311,54	R$ -	R$ 311,54	R$ 311,54	R$ 3.738,48	R$ 4.050,02
11.348.410/0001-44	PB	OURO VELHO	R$ 240,78	R$ -	R$ 240,78	R$ 240,78	R$ 2.889,36	R$ 3.130,14
13.845.567/0001-00	PB	PARARI	R$ 141,68	R$ -	R$ 141,68	R$ 141,68	R$ 1.700,16	R$ 1.841,84
12.383.333/0001-26	PB	PASSAGEM	R$ 191,66	R$ -	R$ 191,66	R$ 191,66	R$ 2.299,92	R$ 2.491,58
11.242.822/0001-03	PB	PATOS	R$ 8.442,85	R$ -	R$ 8.442,85	R$ 8.442,85	R$ 101.314,20	R$ 109.757,05
11.247.833/0001-78	PB	PAULISTA	R$ 987,76	R$ -	R$ 987,76	R$ 987,76	R$ 11.853,12	R$ 12.840,88
12.051.399/0001-19	PB	PEDRA BRANCA	R$ 304,08	R$ -	R$ 304,08	R$ 304,08	R$ 3.648,96	R$ 3.953,04
08.932.293/0001-57	PB	PEDRA LAVRADA	R$ 627,44	R$ -	R$ 627,44	R$ 627,44	R$ 7.529,28	R$ 8.156,72
10.490.987/0001-23	PB	PEDRAS DE FOGO	R$ 2.276,64	R$ -	R$ 2.276,64	R$ 2.276,64	R$ 27.319,68	R$ 29.596,32
13.072.341/0001-14	PB	PEDRO REGIS	R$ 487,12	R$ -	R$ 487,12	R$ 487,12	R$ 5.845,44	R$ 6.332,56
04.827.493/0001-99	PB	PIANCO	R$ 1.273,63	R$ -	R$ 1.273,63	R$ 1.273,63	R$ 15.283,56	R$ 16.557,19
08.619.650/0001-21	PB	PICUI	R$ 1.481,85	R$ -	R$ 1.481,85	R$ 1.481,85	R$ 17.782,20	R$ 19.264,05
11.171.199/0001-37	PB	PILAR	R$ 953,36	R$ -	R$ 953,36	R$ 953,36	R$ 11.440,32	R$ 12.393,68
12.044.868/0001-72	PB	PILOES	R$ 530,80	R$ -	R$ 530,80	R$ 530,80	R$ 6.369,60	R$ 6.900,40
12.002.118/0001-38	PB	PILOEZINHOS	R$ 437,60	R$ -	R$ 437,60	R$ 437,60	R$ 5.251,20	R$ 5.688,80
12.044.829/0001-75	PB	PIRPIRITUBA	R$ 846,32	R$ -	R$ 846,32	R$ 846,32	R$ 10.155,84	R$ 11.002,16

10.557.425/0001-50	PB	PITIMBU	R$ 1.525,20	R$ -	R$ 1.525,20	R$ 1.525,20	R$ 18.302,40	R$ 19.827,60
09.505.246/0001-90	PB	POCINHOS	R$ 1.485,12	R$ -	R$ 1.485,12	R$ 1.485,12	R$ 17.821,44	R$ 19.306,56
08.743.272/0001-93	PB	POCO DANTAS	R$ 311,04	R$ -	R$ 311,04	R$ 311,04	R$ 3.732,48	R$ 4.043,52
11.472.830/0001-38	PB	POCO DE JOSE DE MOURA	R$ 341,25	R$ -	R$ 341,25	R$ 341,25	R$ 4.095,00	R$ 4.436,25
10.602.526/0001-03	PB	POMBAL	R$ 2.598,85	R$ -	R$ 2.598,85	R$ 2.598,85	R$ 31.186,20	R$ 33.785,05
11.356.674/0001-40	PB	PRATA	R$ 333,48	R$ -	R$ 333,48	R$ 333,48	R$ 4.001,76	R$ 4.335,24
10.473.821/0001-07	PB	PRINCESA ISABEL	R$ 1.849,64	R$ -	R$ 1.849,64	R$ 1.849,64	R$ 22.195,68	R$ 24.045,32
10.521.892/0001-20	PB	PUXINANA	R$ 1.083,88	R$ -	R$ 1.083,88	R$ 1.083,88	R$ 13.006,56	R$ 14.090,44
11.162.629/0001-54	PB	QUEIMADAS	R$ 3.483,54	R$ -	R$ 3.483,54	R$ 3.483,54	R$ 41.802,48	R$ 45.286,02
12.335.016/0001-34	PB	QUIXABA	R$ 154,98	R$ -	R$ 154,98	R$ 154,98	R$ 1.859,76	R$ 2.014,74
11.376.311/0001-76	PB	REMIGIO	R$ 1.554,59	R$ -	R$ 1.554,59	R$ 1.554,59	R$ 18.655,08	R$ 20.209,67
12.011.137/0001-20	PB	RIACHAO	R$ 287,04	R$ -	R$ 287,04	R$ 287,04	R$ 3.444,48	R$ 3.731,52
11.565.067/0001-90	PB	RIACHAO DO BACAMARTE	R$ 361,68	R$ -	R$ 361,68	R$ 361,68	R$ 4.340,16	R$ 4.701,84
11.975.218/0001-88	PB	RIACHAO DO POCO	R$ 360,72	R$ -	R$ 360,72	R$ 360,72	R$ 4.328,64	R$ 4.689,36
11.170.236/0001-92	PB	RIACHO DE SANTO ANTONIO	R$ 155,84	R$ -	R$ 155,84	R$ 155,84	R$ 1.870,08	R$ 2.025,92
12.081.925/0001-93	PB	RIACHO DOS CAVALOS	R$ 682,08	R$ -	R$ 682,08	R$ 682,08	R$ 8.184,96	R$ 8.867,04
12.457.150/0001-08	PB	RIO TINTO	R$ 1.934,08	R$ -	R$ 1.934,08	R$ 1.934,08	R$ 23.208,96	R$ 25.143,04
11.321.779/0001-63	PB	SALGADINHO	R$ 310,80	R$ -	R$ 310,80	R$ 310,80	R$ 3.729,60	R$ 4.040,40
11.462.050/0001-07	PB	SALGADO DE SAO FELIX	R$ 971,20	R$ -	R$ 971,20	R$ 971,20	R$ 11.654,40	R$ 12.625,60
08.698.105/0001-78	PB	SANTA CECILIA	R$ 579,52	R$ -	R$ 579,52	R$ 579,52	R$ 6.954,24	R$ 7.533,76
11.181.651/0001-41	PB	SANTA CRUZ	R$ 521,58	R$ -	R$ 521,58	R$ 521,58	R$ 6.258,96	R$ 6.780,54
11.245.287/0001-36	PB	SANTA HELENA	R$ 466,59	R$ -	R$ 466,59	R$ 466,59	R$ 5.599,08	R$ 6.065,67
14.418.667/0001-13	PB	SANTA INES	R$ 287,60	R$ -	R$ 287,60	R$ 287,60	R$ 3.451,20	R$ 3.738,80
10.425.754/0001-47	PB	SANTA LUZIA	R$ 1.218,73	R$ -	R$ 1.218,73	R$ 1.218,73	R$ 14.624,76	R$ 15.843,49
08.694.222/0001-63	PB	SANTA RITA	R$ 10.821,81	R$ -	R$ 10.821,81	R$ 10.821,81	R$ 129.861,72	R$ 140.683,53
12.447.227/0001-69	PB	SANTA TERESINHA	R$ 362,32	R$ -	R$ 362,32	R$ 362,32	R$ 4.347,84	R$ 4.710,16
11.285.050/0001-89	PB	SANTANA DE MANGUEIRA	R$ 461,12	R$ -	R$ 461,12	R$ 461,12	R$ 5.533,44	R$ 5.994,56
12.290.612/0001-45	PB	SANTANA DOS GARROTES	R$ 625,36	R$ -	R$ 625,36	R$ 625,36	R$ 7.504,32	R$ 8.129,68
11.411.482/0001-99	PB	SANTO ANDRE	R$ 214,48	R$ -	R$ 214,48	R$ 214,48	R$ 2.573,76	R$ 2.788,24
10.770.716/0001-21	PB	SAO BENTINHO	R$ 358,84	R$ -	R$ 358,84	R$ 358,84	R$ 4.306,08	R$ 4.664,92
02.015.756/0001-30	PB	SAO BENTO	R$ 2.722,48	R$ -	R$ 2.722,48	R$ 2.722,48	R$ 32.669,76	R$ 35.392,24
17.792.379/0001-12	PB	SAO DOMINGOS	R$ 245,84	R$ -	R$ 245,84	R$ 245,84	R$ 2.950,08	R$ 3.195,92
11.836.179/0001-38	PB	SAO DOMINGOS DO CARIRI	R$ 209,20	R$ -	R$ 209,20	R$ 209,20	R$ 2.510,40	R$ 2.719,60
10.398.439/0001-78	PB	SAO FRANCISCO	R$ 271,36	R$ -	R$ 271,36	R$ 271,36	R$ 3.256,32	R$ 3.527,68
12.447.221/0001-91	PB	SAO JOAO DO CARIRI	R$ 361,53	R$ -	R$ 361,53	R$ 361,53	R$ 4.338,36	R$ 4.699,89
17.648.806/0001-93	PB	SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	R$ 1.428,85	R$ -	R$ 1.428,85	R$ 1.428,85	R$ 17.146,20	R$ 18.575,05
12.899.907/0001-13	PB	SAO JOAO DO TIGRE	R$ 353,76	R$ -	R$ 353,76	R$ 353,76	R$ 4.245,12	R$ 4.598,88
11.420.422/0001-32	PB	SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	R$ 610,40	R$ -	R$ 610,40	R$ 610,40	R$ 7.324,80	R$ 7.935,20
10.785.644/0001-96	PB	SAO JOSE DE CAIANA	R$ 508,72	R$ -	R$ 508,72	R$ 508,72	R$ 6.104,64	R$ 6.613,36
11.418.606/0001-68	PB	SAO JOSE DE ESPINHARAS	R$ 403,60	R$ -	R$ 403,60	R$ 403,60	R$ 4.843,20	R$ 5.246,80
11.602.227/0001-23	PB	SAO JOSE DE PIRANHAS	R$ 1.620,08	R$ -	R$ 1.620,08	R$ 1.620,08	R$ 19.440,96	R$ 21.061,04
10.460.712/0001-47	PB	SAO JOSE DE PRINCESA	R$ 380,48	R$ -	R$ 380,48	R$ 380,48	R$ 4.565,76	R$ 4.946,24
12.526.644/0001-05	PB	SAO JOSE DO BONFIM	R$ 284,56	R$ -	R$ 284,56	R$ 284,56	R$ 3.414,72	R$ 3.699,28
11.879.377/0001-89	PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	R$ 144,08	R$ -	R$ 144,08	R$ 144,08	R$ 1.728,96	R$ 1.873,04
11.850.135/0001-62	PB	SAO JOSE DO SABUGI	R$ 328,09	R$ -	R$ 328,09	R$ 328,09	R$ 3.937,08	R$ 4.265,17
13.491.027/0001-76	PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	R$ 326,32	R$ -	R$ 326,32	R$ 326,32	R$ 3.915,84	R$ 4.242,16
11.227.813/0001-35	PB	SAO JOSE DOS RAMOS	R$ 476,56	R$ -	R$ 476,56	R$ 476,56	R$ 5.718,72	R$ 6.195,28
04.223.191/0001-01	PB	SAO MAMEDE	R$ 611,98	R$ -	R$ 611,98	R$ 611,98	R$ 7.343,76	R$ 7.955,74
11.601.645/0001-04	PB	SAO MIGUEL DE TAIPU	R$ 589,44	R$ -	R$ 589,44	R$ 589,44	R$ 7.073,28	R$ 7.662,72
11.143.891/0001-51	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	R$ 932,88	R$ -	R$ 932,88	R$ 932,88	R$ 11.194,56	R$ 12.127,44
11.364.289/0001-44	PB	SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	R$ 279,12	R$ -	R$ 279,12	R$ 279,12	R$ 3.349,44	R$ 3.628,56
08.573.654/0001-16	PB	SAO VICENTE DO SERIDO	R$ 862,00	R$ -	R$ 862,00	R$ 862,00	R$ 10.344,00	R$ 11.206,00
08.036.438/0001-31	PB	SAPE	R$ 4.210,00	R$ -	R$ 4.210,00	R$ 4.210,00	R$ 50.520,00	R$ 54.730,00

05.456.092/0001-32	PB	SERRA BRANCA	R$ 1.085,38	R$ -	R$ 1.085,38	R$ 1.085,38	R$ 13.024,56	R$ 14.109,94
11.594.437/0001-17	PB	SERRA DA RAIZ	R$ 249,42	R$ -	R$ 249,42	R$ 249,42	R$ 2.993,04	R$ 3.242,46
11.588.202/0001-12	PB	SERRA GRANDE	R$ 251,76	R$ -	R$ 251,76	R$ 251,76	R$ 3.021,12	R$ 3.272,88
97.519.352/0001-90	PB	SERRA REDONDA	R$ 633,20	R$ -	R$ 633,20	R$ 633,20	R$ 7.598,40	R$ 8.231,60
12.011.652/0001-00	PB	SERRARIA	R$ 543,84	R$ -	R$ 543,84	R$ 543,84	R$ 6.526,08	R$ 7.069,92
11.958.034/0001-00	PB	SERTAOZINHO	R$ 398,06	R$ -	R$ 398,06	R$ 398,06	R$ 4.776,72	R$ 5.174,78
12.012.235/0001-82	PB	SOBRADO	R$ 622,64	R$ -	R$ 622,64	R$ 622,64	R$ 7.471,68	R$ 8.094,32
13.857.317/0001-90	PB	SOLANEA	R$ 2.112,56	R$ -	R$ 2.112,56	R$ 2.112,56	R$ 25.350,72	R$ 27.463,28
02.182.502/0001-06	PB	SOLEDADE	R$ 1.187,59	R$ -	R$ 1.187,59	R$ 1.187,59	R$ 14.251,08	R$ 15.438,67
11.404.679/0001-09	PB	SOSSEGO	R$ 284,40	R$ -	R$ 284,40	R$ 284,40	R$ 3.412,80	R$ 3.697,20
05.626.697/0001-24	PB	SOUSA	R$ 5.502,10	R$ -	R$ 5.502,10	R$ 5.502,10	R$ 66.025,20	R$ 71.527,30
11.285.069/0001-25	PB	SUME	R$ 1.344,23	R$ -	R$ 1.344,23	R$ 1.344,23	R$ 16.130,76	R$ 17.474,99
11.907.806/0001-84	PB	TACIMA	R$ 872,88	R$ -	R$ 872,88	R$ 872,88	R$ 10.474,56	R$ 11.347,44
11.850.452/0001-89	PB	TAPEROA	R$ 1.230,08	R$ -	R$ 1.230,08	R$ 1.230,08	R$ 14.760,96	R$ 15.991,04
10.598.364/0001-79	PB	TAVARES	R$ 1.178,08	R$ -	R$ 1.178,08	R$ 1.178,08	R$ 14.136,96	R$ 15.315,04
11.229.326/0001-01	PB	TEIXEIRA	R$ 1.201,22	R$ -	R$ 1.201,22	R$ 1.201,22	R$ 14.414,64	R$ 15.615,86
11.793.042/0001-43	PB	TENORIO	R$ 244,64	R$ -	R$ 244,64	R$ 244,64	R$ 2.935,68	R$ 3.180,32
12.794.460/0001-18	PB	TRIUNFO	R$ 749,13	R$ -	R$ 749,13	R$ 749,13	R$ 8.989,56	R$ 9.738,69
10.435.066/0001-68	PB	UIRAUNA	R$ 1.207,64	R$ -	R$ 1.207,64	R$ 1.207,64	R$ 14.491,68	R$ 15.699,32
09.494.245/0001-97	PB	UMBUZEIRO	R$ 792,56	R$ -	R$ 792,56	R$ 792,56	R$ 9.510,72	R$ 10.303,28
11.228.615/0001-96	PB	VARZEA	R$ 220,48	R$ -	R$ 220,48	R$ 220,48	R$ 2.645,76	R$ 2.866,24
14.688.620/0001-70	PB	VIEIROPOLIS	R$ 427,84	R$ -	R$ 427,84	R$ 427,84	R$ 5.134,08	R$ 5.561,92
11.428.853/0001-45	PB	VISTA SERRANA	R$ 303,84	R$ -	R$ 303,84	R$ 303,84	R$ 3.646,08	R$ 3.949,92
11.348.419/0001-55	PB	ZABELE	R$ 177,48	R$ -	R$ 177,48	R$ 177,48	R$ 2.129,76	R$ 2.307,24
10.392.418/0001-45	PE	ABREU E LIMA	R$ 7.922,28	R$ -	R$ 7.922,28	R$ 7.922,28	R$ 95.067,36	R$ 102.989,64
11.308.823/0001-03	PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	R$ 2.952,06	R$ -	R$ 2.952,06	R$ 2.952,06	R$ 35.424,72	R$ 38.376,78
06.111.891/0001-30	PE	AFRANIO	R$ 1.570,80	R$ -	R$ 1.570,80	R$ 1.570,80	R$ 18.849,60	R$ 20.420,40
10.225.695/0001-63	PE	AGRESTINA	R$ 1.990,80	R$ -	R$ 1.990,80	R$ 1.990,80	R$ 23.889,60	R$ 25.880,40
10.316.445/0001-39	PE	AGUA PRETA	R$ 2.941,68	R$ -	R$ 2.941,68	R$ 2.941,68	R$ 35.300,16	R$ 38.241,84
11.209.720/0001-88	PE	AGUAS BELAS	R$ 3.475,44	R$ -	R$ 3.475,44	R$ 3.475,44	R$ 41.705,28	R$ 45.180,72
11.419.791/0001-05	PE	ALAGOINHA	R$ 1.170,88	R$ -	R$ 1.170,88	R$ 1.170,88	R$ 14.050,56	R$ 15.221,44
10.759.784/0001-90	PE	ALIANCA	R$ 3.041,35	R$ -	R$ 3.041,35	R$ 3.041,35	R$ 36.496,20	R$ 39.537,55
08.470.342/0001-87	PE	ALTINHO	R$ 1.837,76	R$ -	R$ 1.837,76	R$ 1.837,76	R$ 22.053,12	R$ 23.890,88
11.607.836/0001-75	PE	AMARAJI	R$ 1.826,32	R$ -	R$ 1.826,32	R$ 1.826,32	R$ 21.915,84	R$ 23.742,16
10.908.660/0001-29	PE	ANGELIM	R$ 892,00	R$ -	R$ 892,00	R$ 892,00	R$ 10.704,00	R$ 11.596,00
11.267.979/0001-85	PE	ARACOIABA	R$ 1.641,92	R$ -	R$ 1.641,92	R$ 1.641,92	R$ 19.703,04	R$ 21.344,96
11.390.957/0001-08	PE	ARARIPINA	R$ 6.688,50	R$ -	R$ 6.688,50	R$ 6.688,50	R$ 80.262,00	R$ 86.950,50
10.339.635/0001-71	PE	ARCOVERDE	R$ 5.889,86	R$ -	R$ 5.889,86	R$ 5.889,86	R$ 70.678,32	R$ 76.568,18
12.680.370/0001-04	PE	BARRA DE GUABIRABA	R$ 1.150,80	R$ -	R$ 1.150,80	R$ 1.150,80	R$ 13.809,60	R$ 14.960,40
11.514.360/0001-28	PE	BARREIROS	R$ 3.412,72	R$ -	R$ 3.412,72	R$ 3.412,72	R$ 40.952,64	R$ 44.365,36
08.851.627/0001-68	PE	BELEM DE MARIA	R$ 965,84	R$ -	R$ 965,84	R$ 965,84	R$ 11.590,08	R$ 12.555,92
02.324.776/0001-92	PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	R$ 1.642,37	R$ -	R$ 1.642,37	R$ 1.642,37	R$ 19.708,44	R$ 21.350,81
10.241.913/0001-53	PE	BELO JARDIM	R$ 6.056,32	R$ -	R$ 6.056,32	R$ 6.056,32	R$ 72.675,84	R$ 78.732,16
19.259.219/0001-38	PE	BETANIA	R$ 1.017,52	R$ -	R$ 1.017,52	R$ 1.017,52	R$ 12.210,24	R$ 13.227,76
13.486.604/0001-31	PE	BEZERROS	R$ 4.817,07	R$ -	R$ 4.817,07	R$ 4.817,07	R$ 57.804,84	R$ 62.621,91
11.216.167/0001-00	PE	BODOCO	R$ 3.051,68	R$ -	R$ 3.051,68	R$ 3.051,68	R$ 36.620,16	R$ 39.671,84
10.800.021/0001-45	PE	BOM CONSELHO	R$ 3.884,32	R$ -	R$ 3.884,32	R$ 3.884,32	R$ 46.611,84	R$ 50.496,16
10.589.928/0001-07	PE	BOM JARDIM	R$ 3.104,58	R$ -	R$ 3.104,58	R$ 3.104,58	R$ 37.254,96	R$ 40.359,54
08.763.979/0001-61	PE	BONITO	R$ 3.050,72	R$ -	R$ 3.050,72	R$ 3.050,72	R$ 36.608,64	R$ 39.659,36
11.230.311/0001-63	PE	BREJAO	R$ 782,40	R$ -	R$ 782,40	R$ 782,40	R$ 9.388,80	R$ 10.171,20
06.242.368/0001-42	PE	BREJINHO	R$ 598,96	R$ -	R$ 598,96	R$ 598,96	R$ 7.187,52	R$ 7.786,48
09.159.378/0001-07	PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	R$ 4.059,36	R$ -	R$ 4.059,36	R$ 4.059,36	R$ 48.712,32	R$ 52.771,68
10.793.670/0001-66	PE	BUENOS AIRES	R$ 1.052,40	R$ -	R$ 1.052,40	R$ 1.052,40	R$ 12.628,80	R$ 13.681,20
11.421.766/0001-66	PE	BUIQUE	R$ 4.670,24	R$ -	R$ 4.670,24	R$ 4.670,24	R$ 56.042,88	R$ 60.713,12
11.168.783/0001-33	PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	R$ 16.404,57	R$ -	R$ 16.404,57	R$ 16.404,57	R$ 196.854,84	R$ 213.259,41
10.907.425/0001-32	PE	CABROBO	R$ 2.711,36	R$ -	R$ 2.711,36	R$ 2.711,36	R$ 32.536,32	R$ 35.247,68

10.234.992/0001-75	PE	CACHOEIRINHA	R$ 1.630,40	R$ -	R$ 1.630,40	R$ 1.630,40	R$ 19.564,80	R$ 21.195,20
12.398.801/0001-36	PE	CAETES	R$ 2.299,12	R$ -	R$ 2.299,12	R$ 2.299,12	R$ 27.589,44	R$ 29.888,56
11.384.276/0001-37	PE	CALCADO	R$ 884,24	R$ -	R$ 884,24	R$ 884,24	R$ 10.610,88	R$ 11.495,12
11.502.090/0001-35	PE	CALUMBI	R$ 638,16	R$ -	R$ 638,16	R$ 638,16	R$ 7.657,92	R$ 8.296,08
41.230.038/0001-38	PE	CAMARAGIBE	R$ 12.504,83	R$ -	R$ 12.504,83	R$ 12.504,83	R$ 150.057,96	R$ 162.562,79
11.870.137/0001-13	PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	R$ 1.501,20	R$ -	R$ 1.501,20	R$ 1.501,20	R$ 18.014,40	R$ 19.515,60
11.348.486/0001-70	PE	CAMUTANGA	R$ 677,50	R$ -	R$ 677,50	R$ 677,50	R$ 8.130,00	R$ 8.807,50
09.154.486/0001-97	PE	CANHOTINHO	R$ 1.984,32	R$ -	R$ 1.984,32	R$ 1.984,32	R$ 23.811,84	R$ 25.796,16
08.807.619/0001-14	PE	CAPOEIRAS	R$ 1.603,84	R$ -	R$ 1.603,84	R$ 1.603,84	R$ 19.246,08	R$ 20.849,92
11.431.858/0001-27	PE	CARNAIBA	R$ 1.564,08	R$ -	R$ 1.564,08	R$ 1.564,08	R$ 18.768,96	R$ 20.333,04
11.869.543/0001-66	PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	R$ 1.034,56	R$ -	R$ 1.034,56	R$ 1.034,56	R$ 12.414,72	R$ 13.449,28
13.133.909/0001-60	PE	CARPINA	R$ 6.626,94	R$ -	R$ 6.626,94	R$ 6.626,94	R$ 79.523,28	R$ 86.150,22
11.371.082/0001-05	PE	CARUARU	R$ 28.611,66	R$ -	R$ 28.611,66	R$ 28.611,66	R$ 343.339,92	R$ 371.951,58
07.622.498/0001-73	PE	CASINHAS	R$ 1.147,28	R$ -	R$ 1.147,28	R$ 1.147,28	R$ 13.767,36	R$ 14.914,64
08.247.860/0001-36	PE	CATENDE	R$ 3.398,37	R$ -	R$ 3.398,37	R$ 3.398,37	R$ 40.780,44	R$ 44.178,81
12.424.026/0001-46	PE	CEDRO	R$ 935,48	R$ -	R$ 935,48	R$ 935,48	R$ 11.225,76	R$ 12.161,24
12.397.007/0001-78	PE	CHA DE ALEGRIA	R$ 1.071,04	R$ -	R$ 1.071,04	R$ 1.071,04	R$ 12.852,48	R$ 13.923,52
08.625.167/0001-50	PE	CHA GRANDE	R$ 1.735,84	R$ -	R$ 1.735,84	R$ 1.735,84	R$ 20.830,08	R$ 22.565,92
11.366.609/0001-03	PE	CONDADO	R$ 2.093,36	R$ -	R$ 2.093,36	R$ 2.093,36	R$ 25.120,32	R$ 27.213,68
10.280.122/0001-32	PE	CORRENTES	R$ 1.456,56	R$ -	R$ 1.456,56	R$ 1.456,56	R$ 17.478,72	R$ 18.935,28
10.373.148/0001-25	PE	CORTES	R$ 1.006,24	R$ -	R$ 1.006,24	R$ 1.006,24	R$ 12.074,88	R$ 13.081,12
11.319.452/0001-57	PE	CUMARU	R$ 1.386,32	R$ -	R$ 1.386,32	R$ 1.386,32	R$ 16.635,84	R$ 18.022,16
11.472.475/0001-05	PE	CUPIRA	R$ 1.928,56	R$ -	R$ 1.928,56	R$ 1.928,56	R$ 23.142,72	R$ 25.071,28
10.298.546/0001-24	PE	CUSTODIA	R$ 2.968,88	R$ -	R$ 2.968,88	R$ 2.968,88	R$ 35.626,56	R$ 38.595,44
11.207.731/0001-29	PE	DORMENTES	R$ 1.512,64	R$ -	R$ 1.512,64	R$ 1.512,64	R$ 18.151,68	R$ 19.664,32
10.291.311/0001-00	PE	ESCADA	R$ 5.457,02	R$ -	R$ 5.457,02	R$ 5.457,02	R$ 65.484,24	R$ 70.941,26
09.218.925/0001-88	PE	EXU	R$ 2.546,00	R$ -	R$ 2.546,00	R$ 2.546,00	R$ 30.552,00	R$ 33.098,00
11.472.134/0001-21	PE	FEIRA NOVA	R$ 1.753,46	R$ -	R$ 1.753,46	R$ 1.753,46	R$ 21.041,52	R$ 22.794,98
40.817.926/0001-99	PE	FERNANDO DE NORONHA	R$ -	R$ 240,17	R$ 240,17	R$ 240,17	R$ 2.882,04	R$ 3.122,21
09.102.679/0001-02	PE	FERREIROS	R$ 960,51	R$ -	R$ 960,51	R$ 960,51	R$ 11.526,12	R$ 12.486,63
10.392.023/0001-42	PE	FLORES	R$ 1.809,92	R$ -	R$ 1.809,92	R$ 1.809,92	R$ 21.719,04	R$ 23.528,96
10.965.708/0001-30	PE	FLORESTA	R$ 2.604,55	R$ -	R$ 2.604,55	R$ 2.604,55	R$ 31.254,60	R$ 33.859,15
13.811.409/0001-30	PE	FREI MIGUELINHO	R$ 1.236,56	R$ -	R$ 1.236,56	R$ 1.236,56	R$ 14.838,72	R$ 16.075,28
11.334.929/0001-73	PE	GAMELEIRA	R$ 2.460,27	R$ -	R$ 2.460,27	R$ 2.460,27	R$ 29.523,24	R$ 31.983,51
09.342.856/0001-10	PE	GARANHUNS	R$ 11.075,51	R$ -	R$ 11.075,51	R$ 11.075,51	R$ 132.906,12	R$ 143.981,63
11.393.101/0001-96	PE	GLORIA DO GOITA	R$ 2.424,78	R$ -	R$ 2.424,78	R$ 2.424,78	R$ 29.097,36	R$ 31.522,14
10.545.001/0001-75	PE	GOIANA	R$ 6.319,29	R$ -	R$ 6.319,29	R$ 6.319,29	R$ 75.831,48	R$ 82.150,77
11.460.739/0001-00	PE	GRANITO	R$ 598,88	R$ -	R$ 598,88	R$ 598,88	R$ 7.186,56	R$ 7.785,44
10.710.822/0001-10	PE	GRAVATA	R$ 6.661,25	R$ -	R$ 6.661,25	R$ 6.661,25	R$ 79.935,00	R$ 86.596,25
11.209.728/0001-44	PE	IATI	R$ 1.535,76	R$ -	R$ 1.535,76	R$ 1.535,76	R$ 18.429,12	R$ 19.964,88
10.427.619/0001-30	PE	IBIMIRIM	R$ 2.338,80	R$ -	R$ 2.338,80	R$ 2.338,80	R$ 28.065,60	R$ 30.404,40
11.415.374/0001-94	PE	IBIRAJUBA	R$ 620,96	R$ -	R$ 620,96	R$ 620,96	R$ 7.451,52	R$ 8.072,48
12.025.214/0001-00	PE	IGARASSU	R$ 9.271,51	R$ -	R$ 9.271,51	R$ 9.271,51	R$ 111.258,12	R$ 120.529,63
11.402.235/0001-26	PE	IGUARACY	R$ 978,24	R$ -	R$ 978,24	R$ 978,24	R$ 11.738,88	R$ 12.717,12
13.101.674/0001-24	PE	ILHA DE ITAMARACA	R$ 2.080,44	R$ -	R$ 2.080,44	R$ 2.080,44	R$ 24.965,28	R$ 27.045,72
11.266.869/0001-07	PE	INAJA	R$ 1.859,76	R$ -	R$ 1.859,76	R$ 1.859,76	R$ 22.317,12	R$ 24.176,88
11.208.059/0001-96	PE	INGAZEIRA	R$ 360,34	R$ -	R$ 360,34	R$ 360,34	R$ 4.324,08	R$ 4.684,42
11.248.285/0001-09	PE	IPOJUCA	R$ 7.622,32	R$ -	R$ 7.622,32	R$ 7.622,32	R$ 91.467,84	R$ 99.090,16
11.391.568/0001-05	PE	IPUBI	R$ 2.468,32	R$ -	R$ 2.468,32	R$ 2.468,32	R$ 29.619,84	R$ 32.088,16
11.873.674/0001-17	PE	ITACURUBA	R$ 393,44	R$ -	R$ 393,44	R$ 393,44	R$ 4.721,28	R$ 5.114,72
11.826.158/0001-31	PE	ITAIBA	R$ 2.107,92	R$ -	R$ 2.107,92	R$ 2.107,92	R$ 25.295,04	R$ 27.402,96
10.417.698/0001-07	PE	ITAMBE	R$ 2.915,76	R$ -	R$ 2.915,76	R$ 2.915,76	R$ 34.989,12	R$ 37.904,88
11.402.511/0001-56	PE	ITAPETIM	R$ 1.089,28	R$ -	R$ 1.089,28	R$ 1.089,28	R$ 13.071,36	R$ 14.160,64
11.407.543/0001-44	PE	ITAPISSUMA	R$ 2.111,58	R$ -	R$ 2.111,58	R$ 2.111,58	R$ 25.338,96	R$ 27.450,54

12.848.758/0001-63	PE	ITAQUITINGA	R$ 1.356,40	R$ -	R$ 1.356,40	R$ 1.356,40	R$ 16.276,80	R$ 17.633,20
03.904.395/0001-45	PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	R$ 55.103,38	R$ -	R$ 55.103,38	R$ 55.103,38	R$ 661.240,56	R$ 716.343,94
09.471.844/0001-95	PE	JAQUEIRA	R$ 1.011,36	R$ -	R$ 1.011,36	R$ 1.011,36	R$ 12.136,32	R$ 13.147,68
10.480.777/0001-54	PE	JATAUBA	R$ 1.372,00	R$ -	R$ 1.372,00	R$ 1.372,00	R$ 16.464,00	R$ 17.836,00
11.263.257/0001-52	PE	JATOBA	R$ 1.172,30	R$ -	R$ 1.172,30	R$ 1.172,30	R$ 14.067,60	R$ 15.239,90
10.599.648/0001-80	PE	JOAO ALFREDO	R$ 2.705,76	R$ -	R$ 2.705,76	R$ 2.705,76	R$ 32.469,12	R$ 35.174,88
10.355.457/0001-72	PE	JOAQUIM NABUCO	R$ 1.281,84	R$ -	R$ 1.281,84	R$ 1.281,84	R$ 15.382,08	R$ 16.663,92
10.635.804/0001-10	PE	JUCATI	R$ 913,92	R$ -	R$ 913,92	R$ 913,92	R$ 10.967,04	R$ 11.880,96
09.099.349/0001-05	PE	JUPI	R$ 1.186,88	R$ -	R$ 1.186,88	R$ 1.186,88	R$ 14.242,56	R$ 15.429,44
10.369.937/0001-92	PE	JUREMA	R$ 1.230,24	R$ -	R$ 1.230,24	R$ 1.230,24	R$ 14.762,88	R$ 15.993,12
11.464.118/0001-97	PE	LAGOA DE ITAENGA	R$ 1.697,84	R$ -	R$ 1.697,84	R$ 1.697,84	R$ 20.374,08	R$ 22.071,92
11.326.603/0001-02	PE	LAGOA DO CARRO	R$ 1.431,78	R$ -	R$ 1.431,78	R$ 1.431,78	R$ 17.181,36	R$ 18.613,14
10.477.153/0001-88	PE	LAGOA DO OURO	R$ 1.051,60	R$ -	R$ 1.051,60	R$ 1.051,60	R$ 12.619,20	R$ 13.670,80
11.425.769/0001-78	PE	LAGOA DOS GATOS	R$ 1.303,20	R$ -	R$ 1.303,20	R$ 1.303,20	R$ 15.638,40	R$ 16.941,60
08.887.732/0001-57	PE	LAGOA GRANDE	R$ 2.048,08	R$ -	R$ 2.048,08	R$ 2.048,08	R$ 24.576,96	R$ 26.625,04
08.831.289/0001-00	PE	LAJEDO	R$ 3.192,05	R$ -	R$ 3.192,05	R$ 3.192,05	R$ 38.304,60	R$ 41.496,65
10.628.610/0001-98	PE	LIMOEIRO	R$ 4.456,73	R$ -	R$ 4.456,73	R$ 4.456,73	R$ 53.480,76	R$ 57.937,49
07.165.026/0001-39	PE	MACAPARANA	R$ 2.010,56	R$ -	R$ 2.010,56	R$ 2.010,56	R$ 24.126,72	R$ 26.137,28
08.194.799/0001-06	PE	MACHADOS	R$ 1.287,04	R$ -	R$ 1.287,04	R$ 1.287,04	R$ 15.444,48	R$ 16.731,52
11.819.732/0001-24	PE	MANARI	R$ 1.731,21	R$ -	R$ 1.731,21	R$ 1.731,21	R$ 20.774,52	R$ 22.505,73
08.680.752/0001-52	PE	MARAIAL	R$ 984,24	R$ -	R$ 984,24	R$ 984,24	R$ 11.810,88	R$ 12.795,12
09.096.662/0001-81	PE	MIRANDIBA	R$ 1.231,20	R$ -	R$ 1.231,20	R$ 1.231,20	R$ 14.774,40	R$ 16.005,60
02.302.028/0001-09	PE	MOREILANDIA	R$ 892,93	R$ -	R$ 892,93	R$ 892,93	R$ 10.715,16	R$ 11.608,09
08.560.938/0001-78	PE	MORENO	R$ 4.974,42	R$ -	R$ 4.974,42	R$ 4.974,42	R$ 59.693,04	R$ 64.667,46
09.814.269/0001-86	PE	NAZARE DA MATA	R$ 2.572,70	R$ -	R$ 2.572,70	R$ 2.572,70	R$ 30.872,40	R$ 33.445,10
09.131.029/0001-87	PE	OLINDA	R$ 30.794,74	R$ -	R$ 30.794,74	R$ 30.794,74	R$ 369.536,88	R$ 400.331,62
11.098.717/0001-34	PE	OROBO	R$ 1.892,35	R$ -	R$ 1.892,35	R$ 1.892,35	R$ 22.708,20	R$ 24.600,55
11.166.049/0001-35	PE	OROCO	R$ 1.187,75	R$ -	R$ 1.187,75	R$ 1.187,75	R$ 14.253,00	R$ 15.440,75
11.434.981/0001-00	PE	OURICURI	R$ 5.556,72	R$ -	R$ 5.556,72	R$ 5.556,72	R$ 66.680,64	R$ 72.237,36
00.562.279/0001-05	PE	PALMARES	R$ 5.011,35	R$ -	R$ 5.011,35	R$ 5.011,35	R$ 60.136,20	R$ 65.147,55
08.091.098/0001-41	PE	PALMEIRINA	R$ 678,48	R$ -	R$ 678,48	R$ 678,48	R$ 8.141,76	R$ 8.820,24
10.292.425/0001-75	PE	PANELAS	R$ 2.117,92	R$ -	R$ 2.117,92	R$ 2.117,92	R$ 25.415,04	R$ 27.532,96
11.642.133/0001-88	PE	PARANATAMA	R$ 995,28	R$ -	R$ 995,28	R$ 995,28	R$ 11.943,36	R$ 12.938,64
12.238.888/0001-84	PE	PARNAMIRIM	R$ 1.760,80	R$ -	R$ 1.760,80	R$ 1.760,80	R$ 21.129,60	R$ 22.890,40
11.294.475/0001-54	PE	PASSIRA	R$ 2.314,64	R$ -	R$ 2.314,64	R$ 2.314,64	R$ 27.775,68	R$ 30.090,32
07.868.234/0001-02	PE	PAUDALHO	R$ 4.477,01	R$ -	R$ 4.477,01	R$ 4.477,01	R$ 53.724,12	R$ 58.201,13
09.251.115/0001-23	PE	PAULISTA	R$ 26.031,50	R$ -	R$ 26.031,50	R$ 26.031,50	R$ 312.378,00	R$ 338.409,50
08.201.607/0001-41	PE	PEDRA	R$ 1.809,36	R$ -	R$ 1.809,36	R$ 1.809,36	R$ 21.712,32	R$ 23.521,68
10.488.181/0001-09	PE	PESQUEIRA	R$ 5.339,76	R$ -	R$ 5.339,76	R$ 5.339,76	R$ 64.077,12	R$ 69.416,88
10.410.787/0001-13	PE	PETROLANDIA	R$ 2.895,73	R$ -	R$ 2.895,73	R$ 2.895,73	R$ 34.748,76	R$ 37.644,49
06.914.894/0001-01	PE	PETROLINA	R$ 27.663,03	R$ -	R$ 27.663,03	R$ 27.663,03	R$ 331.956,36	R$ 359.619,39
10.872.937/0001-00	PE	POCAO	R$ 904,16	R$ -	R$ 904,16	R$ 904,16	R$ 10.849,92	R$ 11.754,08
07.781.699/0001-13	PE	POMBOS	R$ 2.167,28	R$ -	R$ 2.167,28	R$ 2.167,28	R$ 26.007,36	R$ 28.174,64
10.291.345/0001-03	PE	PRIMAVERA	R$ 1.197,28	R$ -	R$ 1.197,28	R$ 1.197,28	R$ 14.367,36	R$ 15.564,64
11.299.001/0001-03	PE	QUIPAPA	R$ 2.082,96	R$ -	R$ 2.082,96	R$ 2.082,96	R$ 24.995,52	R$ 27.078,48
35.667.229/0001-69	PE	QUIXABA	R$ 545,04	R$ -	R$ 545,04	R$ 545,04	R$ 6.540,48	R$ 7.085,52
41.090.291/0001-33	PE	RECIFE	R$ 129.126,27	R$ -	R$ 129.126,27	R$ 129.126,27	R$ 1.549.515,24	R$ 1.678.641,51
10.939.000/0001-05	PE	RIACHO DAS ALMAS	R$ 1.643,68	R$ -	R$ 1.643,68	R$ 1.643,68	R$ 19.724,16	R$ 21.367,84
10.395.676/0001-85	PE	RIBEIRAO	R$ 3.756,73	R$ -	R$ 3.756,73	R$ 3.756,73	R$ 45.080,76	R$ 48.837,49
11.286.235/0001-08	PE	RIO FORMOSO	R$ 1.864,70	R$ -	R$ 1.864,70	R$ 1.864,70	R$ 22.376,40	R$ 24.241,10
13.428.757/0001-22	PE	SAIRE	R$ 1.135,52	R$ -	R$ 1.135,52	R$ 1.135,52	R$ 13.626,24	R$ 14.761,76
13.167.387/0001-17	PE	SALGADINHO	R$ 873,52	R$ -	R$ 873,52	R$ 873,52	R$ 10.482,24	R$ 11.355,76
10.233.967/0001-77	PE	SALGUEIRO	R$ 4.827,53	R$ -	R$ 4.827,53	R$ 4.827,53	R$ 57.930,36	R$ 62.757,89
10.822.750/0001-00	PE	SALOA	R$ 1.267,44	R$ -	R$ 1.267,44	R$ 1.267,44	R$ 15.209,28	R$ 16.476,72
10.725.387/0001-05	PE	SANHARO	R$ 2.096,60	R$ -	R$ 2.096,60	R$ 2.096,60	R$ 25.159,20	R$ 27.255,80
11.491.419/0001-00	PE	SANTA CRUZ	R$ 1.231,84	R$ -	R$ 1.231,84	R$ 1.231,84	R$ 14.782,08	R$ 16.013,92

10.769.869/0001-59	PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	R$ 997,67	R$ -	R$ 997,67	R$ 997,67	R$ 11.972,04	R$ 12.969,71
11.196.515/0001-25	PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	R$ 8.551,93	R$ -	R$ 8.551,93	R$ 8.551,93	R$ 102.623,16	R$ 111.175,09
11.415.674/0001-73	PE	SANTA FILOMENA	R$ 1.158,16	R$ -	R$ 1.158,16	R$ 1.158,16	R$ 13.897,92	R$ 15.056,08
09.216.627/0001-59	PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	R$ 3.354,48	R$ -	R$ 3.354,48	R$ 3.354,48	R$ 40.253,76	R$ 43.608,24
11.425.822/0001-30	PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	R$ 1.130,96	R$ -	R$ 1.130,96	R$ 1.130,96	R$ 13.571,52	R$ 14.702,48
12.071.117/0001-45	PE	SANTA TEREZINHA	R$ 945,20	R$ -	R$ 945,20	R$ 945,20	R$ 11.342,40	R$ 12.287,60
10.785.318/0001-89	PE	SAO BENEDITO DO SUL	R$ 1.271,60	R$ -	R$ 1.271,60	R$ 1.271,60	R$ 15.259,20	R$ 16.530,80
08.960.773/0001-21	PE	SAO BENTO DO UNA	R$ 4.760,32	R$ -	R$ 4.760,32	R$ 4.760,32	R$ 57.123,84	R$ 61.884,16
12.775.279/0001-64	PE	SAO CAITANO	R$ 2.979,60	R$ -	R$ 2.979,60	R$ 2.979,60	R$ 35.755,20	R$ 38.734,80
03.061.099/0001-20	PE	SAO JOAO	R$ 1.823,44	R$ -	R$ 1.823,44	R$ 1.823,44	R$ 21.881,28	R$ 23.704,72
10.476.556/0001-02	PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	R$ 1.708,48	R$ -	R$ 1.708,48	R$ 1.708,48	R$ 20.501,76	R$ 22.210,24
13.661.399/0001-01	PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	R$ 1.687,46	R$ -	R$ 1.687,46	R$ 1.687,46	R$ 20.249,52	R$ 21.936,98
11.238.483/0001-83	PE	SAO JOSE DO BELMONTE	R$ 2.690,60	R$ -	R$ 2.690,60	R$ 2.690,60	R$ 32.287,20	R$ 34.977,80
11.503.081/0001-69	PE	SAO JOSE DO EGITO	R$ 2.689,96	R$ -	R$ 2.689,96	R$ 2.689,96	R$ 32.279,52	R$ 34.969,48
12.257.765/0001-90	PE	SAO LOURENCO DA MATA	R$ 8.971,30	R$ -	R$ 8.971,30	R$ 8.971,30	R$ 107.655,60	R$ 116.626,90
11.490.142/0001-09	PE	SAO VICENTE FERRER	R$ 1.441,44	R$ -	R$ 1.441,44	R$ 1.441,44	R$ 17.297,28	R$ 18.738,72
10.685.971/0001-76	PE	SERRA TALHADA	R$ 6.841,58	R$ -	R$ 6.841,58	R$ 6.841,58	R$ 82.098,96	R$ 88.940,54
11.206.759/0001-41	PE	SERRITA	R$ 1.533,20	R$ -	R$ 1.533,20	R$ 1.533,20	R$ 18.398,40	R$ 19.931,60
10.373.890/0001-30	PE	SERTANIA	R$ 2.844,94	R$ -	R$ 2.844,94	R$ 2.844,94	R$ 34.139,28	R$ 36.984,22
11.356.210/0001-33	PE	SIRINHAEM	R$ 3.669,20	R$ -	R$ 3.669,20	R$ 3.669,20	R$ 44.030,40	R$ 47.699,60
11.292.383/0001-35	PE	SOLIDAO	R$ 480,56	R$ -	R$ 480,56	R$ 480,56	R$ 5.766,72	R$ 6.247,28
08.937.139/0001-78	PE	SURUBIM	R$ 5.157,05	R$ -	R$ 5.157,05	R$ 5.157,05	R$ 61.884,60	R$ 67.041,65
10.687.065/0001-00	PE	TABIRA	R$ 2.260,77	R$ -	R$ 2.260,77	R$ 2.260,77	R$ 27.129,24	R$ 29.390,01
11.844.178/0001-35	PE	TACAIMBO	R$ 1.029,92	R$ -	R$ 1.029,92	R$ 1.029,92	R$ 12.359,04	R$ 13.388,96
09.188.937/0001-07	PE	TACARATU	R$ 2.061,20	R$ -	R$ 2.061,20	R$ 2.061,20	R$ 24.734,40	R$ 26.795,60
10.298.603/0001-75	PE	TAMANDARE	R$ 1.871,04	R$ -	R$ 1.871,04	R$ 1.871,04	R$ 22.452,48	R$ 24.323,52
08.677.960/0001-00	PE	TAQUARITINGA DO NORTE	R$ 2.279,87	R$ -	R$ 2.279,87	R$ 2.279,87	R$ 27.358,44	R$ 29.638,31
09.111.921/0001-04	PE	TEREZINHA	R$ 573,52	R$ -	R$ 573,52	R$ 573,52	R$ 6.882,24	R$ 7.455,76
11.196.725/0001-13	PE	TERRA NOVA	R$ 807,68	R$ -	R$ 807,68	R$ 807,68	R$ 9.692,16	R$ 10.499,84
11.360.884/0001-01	PE	TIMBAUBA	R$ 4.200,97	R$ -	R$ 4.200,97	R$ 4.200,97	R$ 50.411,64	R$ 54.612,61
11.073.548/0001-88	PE	TORITAMA	R$ 3.582,74	R$ -	R$ 3.582,74	R$ 3.582,74	R$ 42.992,88	R$ 46.575,62
11.504.633/0001-53	PE	TRACUNHAEM	R$ 1.090,93	R$ -	R$ 1.090,93	R$ 1.090,93	R$ 13.091,16	R$ 14.182,09
11.393.440/0001-72	PE	TRINDADE	R$ 2.441,68	R$ -	R$ 2.441,68	R$ 2.441,68	R$ 29.300,16	R$ 31.741,84
10.334.957/0001-28	PE	TRIUNFO	R$ 1.208,59	R$ -	R$ 1.208,59	R$ 1.208,59	R$ 14.503,08	R$ 15.711,67
10.342.688/0001-41	PE	TUPANATINGA	R$ 2.184,32	R$ -	R$ 2.184,32	R$ 2.184,32	R$ 26.211,84	R$ 28.396,16
11.293.112/0001-02	PE	TUPARETAMA	R$ 649,85	R$ -	R$ 649,85	R$ 649,85	R$ 7.798,20	R$ 8.448,05
10.352.324/0001-42	PE	VENTUROSA	R$ 1.478,56	R$ -	R$ 1.478,56	R$ 1.478,56	R$ 17.742,72	R$ 19.221,28
11.667.975/0001-94	PE	VERDEJANTE	R$ 755,39	R$ -	R$ 755,39	R$ 755,39	R$ 9.064,68	R$ 9.820,07
69.902.112/0001-34	PE	VERTENTE DO LERIO	R$ 609,44	R$ -	R$ 609,44	R$ 609,44	R$ 7.313,28	R$ 7.922,72
10.261.245/0001-26	PE	VERTENTES	R$ 1.658,48	R$ -	R$ 1.658,48	R$ 1.658,48	R$ 19.901,76	R$ 21.560,24
10.566.414/0001-36	PE	VICENCIA	R$ 2.586,33	R$ -	R$ 2.586,33	R$ 2.586,33	R$ 31.035,96	R$ 33.622,29
08.916.501/0001-24	PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	R$ 10.993,82	R$ -	R$ 10.993,82	R$ 10.993,82	R$ 131.925,84	R$ 142.919,66
11.289.929/0001-07	PE	XEXEU	R$ 1.178,00	R$ -	R$ 1.178,00	R$ 1.178,00	R$ 14.136,00	R$ 15.314,00
11.247.157/0001-32	PI	ACAUA	R$ 566,72	R$ -	R$ 566,72	R$ 566,72	R$ 6.800,64	R$ 7.367,36
12.781.355/0001-44	PI	AGRICOLANDIA	R$ 411,12	R$ -	R$ 411,12	R$ 411,12	R$ 4.933,44	R$ 5.344,56
11.788.216/0001-80	PI	AGUA BRANCA	R$ 1.379,49	R$ -	R$ 1.379,49	R$ 1.379,49	R$ 16.553,88	R$ 17.933,37
11.633.569/0001-00	PI	ALAGOINHA DO PIAUI	R$ 612,08	R$ -	R$ 612,08	R$ 612,08	R$ 7.344,96	R$ 7.957,04
11.667.410/0001-07	PI	ALEGRETE DO PIAUI	R$ 393,20	R$ -	R$ 393,20	R$ 393,20	R$ 4.718,40	R$ 5.111,60
13.889.895/0001-09	PI	ALTO LONGA	R$ 1.144,32	R$ -	R$ 1.144,32	R$ 1.144,32	R$ 13.731,84	R$ 14.876,16
11.483.881/0001-65	PI	ALTOS	R$ 3.210,75	R$ -	R$ 3.210,75	R$ 3.210,75	R$ 38.529,00	R$ 41.739,75
11.472.621/0001-94	PI	ALVORADA DO GURGUEIA	R$ 433,52	R$ -	R$ 433,52	R$ 433,52	R$ 5.202,24	R$ 5.635,76
11.346.080/0001-58	PI	AMARANTE	R$ 1.407,84	R$ -	R$ 1.407,84	R$ 1.407,84	R$ 16.894,08	R$ 18.301,92
00.665.671/0001-71	PI	ANGICAL DO PIAUI	R$ 537,82	R$ -	R$ 537,82	R$ 537,82	R$ 6.453,84	R$ 6.991,66
11.984.007/0001-01	PI	ANISIO DE ABREU	R$ 790,40	R$ -	R$ 790,40	R$ 790,40	R$ 9.484,80	R$ 10.275,20

13.845.347/0001-87	PI	ANTONIO ALMEIDA	R$ 250,69	R$ -	R$ 250,69	R$ 250,69	R$ 3.008,28	R$ 3.258,97
12.060.385/0001-61	PI	AROAZES	R$ 466,80	R$ -	R$ 466,80	R$ 466,80	R$ 5.601,60	R$ 6.068,40
11.288.658/0001-67	PI	AROEIRAS DO ITAIM	R$ 220,72	R$ -	R$ 220,72	R$ 220,72	R$ 2.648,64	R$ 2.869,36
23.179.533/0001-88	PI	ARRAIAL	R$ 413,20	R$ -	R$ 413,20	R$ 413,20	R$ 4.958,40	R$ 5.371,60
11.773.224/0001-52	PI	ASSUNCAO DO PIAUI	R$ 633,72	R$ -	R$ 633,72	R$ 633,72	R$ 7.604,64	R$ 8.238,36
11.437.178/0001-10	PI	AVELINO LOPES	R$ 903,12	R$ -	R$ 903,12	R$ 903,12	R$ 10.837,44	R$ 11.740,56
13.163.496/0001-66	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	R$ 926,88	R$ -	R$ 926,88	R$ 926,88	R$ 11.122,56	R$ 12.049,44
15.615.658/0001-85	PI	BARRA D'ALCANTARA	R$ 316,08	R$ -	R$ 316,08	R$ 316,08	R$ 3.792,96	R$ 4.109,04
12.493.139/0001-01	PI	BARRAS	R$ 3.765,28	R$ -	R$ 3.765,28	R$ 3.765,28	R$ 45.183,36	R$ 48.948,64
07.806.207/0001-05	PI	BARREIRAS DO PIAUI	R$ 267,84	R$ -	R$ 267,84	R$ 267,84	R$ 3.214,08	R$ 3.481,92
13.887.006/0001-74	PI	BARRO DURO	R$ 557,15	R$ -	R$ 557,15	R$ 557,15	R$ 6.685,80	R$ 7.242,95
11.418.948/0001-88	PI	BATALHA	R$ 2.148,56	R$ -	R$ 2.148,56	R$ 2.148,56	R$ 25.782,72	R$ 27.931,28
13.795.111/0001-83	PI	BELA VISTA DO PIAUI	R$ 321,20	R$ -	R$ 321,20	R$ 321,20	R$ 3.854,40	R$ 4.175,60
19.125.578/0001-00	PI	BELEM DO PIAUI	R$ 285,28	R$ -	R$ 285,28	R$ 285,28	R$ 3.423,36	R$ 3.708,64
11.385.040/0001-15	PI	BENEDITINOS	R$ 837,36	R$ -	R$ 837,36	R$ 837,36	R$ 10.048,32	R$ 10.885,68
13.861.101/0001-07	PI	BERTOLINIA	R$ 435,85	R$ -	R$ 435,85	R$ 435,85	R$ 5.230,20	R$ 5.666,05
11.448.556/0001-61	PI	BETANIA DO PIAUI	R$ 501,17	R$ -	R$ 501,17	R$ 501,17	R$ 6.014,04	R$ 6.515,21
10.528.850/0001-10	PI	BOA HORA	R$ 542,48	R$ -	R$ 542,48	R$ 542,48	R$ 6.509,76	R$ 7.052,24
11.969.665/0001-24	PI	BOCAINA	R$ 356,54	R$ -	R$ 356,54	R$ 356,54	R$ 4.278,48	R$ 4.635,02
11.573.603/0001-07	PI	BOM JESUS	R$ 1.994,95	R$ -	R$ 1.994,95	R$ 1.994,95	R$ 23.939,40	R$ 25.934,35
11.415.679/0001-04	PI	BOM PRINCIPIO DO PIAUI	R$ 450,40	R$ -	R$ 450,40	R$ 450,40	R$ 5.404,80	R$ 5.855,20
11.219.002/0001-92	PI	BONFIM DO PIAUI	R$ 453,60	R$ -	R$ 453,60	R$ 453,60	R$ 5.443,20	R$ 5.896,80
12.552.597/0001-66	PI	BOQUEIRAO DO PIAUI	R$ 512,56	R$ -	R$ 512,56	R$ 512,56	R$ 6.150,72	R$ 6.663,28
11.793.069/0001-36	PI	BRASILEIRA	R$ 666,32	R$ -	R$ 666,32	R$ 666,32	R$ 7.995,84	R$ 8.662,16
13.794.824/0001-22	PI	BREJO DO PIAUI	R$ 310,00	R$ -	R$ 310,00	R$ 310,00	R$ 3.720,00	R$ 4.030,00
21.402.931/0001-96	PI	BURITI DOS LOPES	R$ 1.582,48	R$ -	R$ 1.582,48	R$ 1.582,48	R$ 18.989,76	R$ 20.572,24
11.490.237/0001-14	PI	BURITI DOS MONTES	R$ 659,52	R$ -	R$ 659,52	R$ 659,52	R$ 7.914,24	R$ 8.573,76
11.805.936/0001-06	PI	CABECEIRAS DO PIAUI	R$ 846,88	R$ -	R$ 846,88	R$ 846,88	R$ 10.162,56	R$ 11.009,44
11.783.421/0001-52	PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	R$ 284,72	R$ -	R$ 284,72	R$ 284,72	R$ 3.416,64	R$ 3.701,36
10.423.482/0001-46	PI	CAJUEIRO DA PRAIA	R$ 611,36	R$ -	R$ 611,36	R$ 611,36	R$ 7.336,32	R$ 7.947,68
11.309.049/0001-47	PI	CALDEIRAO GRANDE DO PIAUI	R$ 462,08	R$ -	R$ 462,08	R$ 462,08	R$ 5.544,96	R$ 6.007,04
12.029.461/0001-76	PI	CAMPINAS DO PIAUI	R$ 449,04	R$ -	R$ 449,04	R$ 449,04	R$ 5.388,48	R$ 5.837,52
12.040.245/0001-21	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	R$ 403,60	R$ -	R$ 403,60	R$ 403,60	R$ 4.843,20	R$ 5.246,80
11.633.008/0001-01	PI	CAMPO GRANDE DO PIAUI	R$ 475,44	R$ -	R$ 475,44	R$ 475,44	R$ 5.705,28	R$ 6.180,72
11.652.830/0001-10	PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	R$ 582,32	R$ -	R$ 582,32	R$ 582,32	R$ 6.987,84	R$ 7.570,16
11.753.492/0001-02	PI	CAMPO MAIOR	R$ 3.710,61	R$ -	R$ 3.710,61	R$ 3.710,61	R$ 44.527,32	R$ 48.237,93
11.672.899/0001-05	PI	CANAVIEIRA	R$ 316,00	R$ -	R$ 316,00	R$ 316,00	R$ 3.792,00	R$ 4.108,00
12.026.855/0001-70	PI	CANTO DO BURITI	R$ 1.694,96	R$ -	R$ 1.694,96	R$ 1.694,96	R$ 20.339,52	R$ 22.034,48
11.613.441/0001-85	PI	CAPITAO DE CAMPOS	R$ 913,36	R$ -	R$ 913,36	R$ 913,36	R$ 10.960,32	R$ 11.873,68
22.939.195/0001-72	PI	CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	R$ 328,00	R$ -	R$ 328,00	R$ 328,00	R$ 3.936,00	R$ 4.264,00
13.891.398/0001-45	PI	CARACOL	R$ 873,28	R$ -	R$ 873,28	R$ 873,28	R$ 10.479,36	R$ 11.352,64
12.201.100/0001-65	PI	CARAUBAS DO PIAUI	R$ 469,44	R$ -	R$ 469,44	R$ 469,44	R$ 5.633,28	R$ 6.102,72
11.229.963/0001-88	PI	CARIDADE DO PIAUI	R$ 405,36	R$ -	R$ 405,36	R$ 405,36	R$ 4.864,32	R$ 5.269,68
11.416.437/0001-27	PI	CASTELO DO PIAUI	R$ 1.577,28	R$ -	R$ 1.577,28	R$ 1.577,28	R$ 18.927,36	R$ 20.504,64
11.399.605/0001-13	PI	CAXINGO	R$ 438,09	R$ -	R$ 438,09	R$ 438,09	R$ 5.257,08	R$ 5.695,17
13.737.800/0001-31	PI	COCAL	R$ 2.244,33	R$ -	R$ 2.244,33	R$ 2.244,33	R$ 26.931,96	R$ 29.176,29
13.836.692/0001-54	PI	COCAL DE TELHA	R$ 391,28	R$ -	R$ 391,28	R$ 391,28	R$ 4.695,36	R$ 5.086,64
13.829.463/0001-02	PI	COCAL DOS ALVES	R$ 496,97	R$ -	R$ 496,97	R$ 496,97	R$ 5.963,64	R$ 6.460,61
12.140.033/0001-16	PI	COIVARAS	R$ 321,60	R$ -	R$ 321,60	R$ 321,60	R$ 3.859,20	R$ 4.180,80
12.020.223/0001-08	PI	COLONIA DO GURGUEIA	R$ 513,73	R$ -	R$ 513,73	R$ 513,73	R$ 6.164,76	R$ 6.678,49
11.254.773/0001-10	PI	COLONIA DO PIAUI	R$ 612,48	R$ -	R$ 612,48	R$ 612,48	R$ 7.349,76	R$ 7.962,24
11.462.395/0001-60	PI	CONCEICAO DO CANINDE	R$ 384,24	R$ -	R$ 384,24	R$ 384,24	R$ 4.610,88	R$ 4.995,12
11.872.740/0001-34	PI	CORONEL JOSE DIAS	R$ 374,56	R$ -	R$ 374,56	R$ 374,56	R$ 4.494,72	R$ 4.869,28
11.302.795/0001-09	PI	CORRENTE	R$ 2.111,02	R$ -	R$ 2.111,02	R$ 2.111,02	R$ 25.332,24	R$ 27.443,26
11.319.675/0001-14	PI	CRISTALANDIA DO PIAUI	R$ 663,52	R$ -	R$ 663,52	R$ 663,52	R$ 7.962,24	R$ 8.625,76
12.925.942/0001-60	PI	CRISTINO CASTRO	R$ 833,84	R$ -	R$ 833,84	R$ 833,84	R$ 10.006,08	R$ 10.839,92
11.920.369/0001-39	PI	CURIMATA	R$ 902,28	R$ -	R$ 902,28	R$ 902,28	R$ 10.827,36	R$ 11.729,64

02.263.137/0001-64	PI	CURRAIS	R$ 396,32	R$ -	R$ 396,32	R$ 396,32	R$ 4.755,84	R$ 5.152,16
11.367.791/0001-09	PI	CURRAL NOVO DO PIAUI	R$ 427,44	R$ -	R$ 427,44	R$ 427,44	R$ 5.129,28	R$ 5.556,72
13.398.207/0001-08	PI	CURRALINHOS	R$ 355,44	R$ -	R$ 355,44	R$ 355,44	R$ 4.265,28	R$ 4.620,72
14.028.087/0001-10	PI	DEMERVAL LOBAO	R$ 1.094,73	R$ -	R$ 1.094,73	R$ 1.094,73	R$ 13.136,76	R$ 14.231,49
12.288.795/0001-64	PI	DIRCEU ARCOVERDE	R$ 560,88	R$ -	R$ 560,88	R$ 560,88	R$ 6.730,56	R$ 7.291,44
11.801.371/0001-99	PI	DOM EXPEDITO LOPES	R$ 547,01	R$ -	R$ 547,01	R$ 547,01	R$ 6.564,12	R$ 7.111,13
11.923.409/0001-04	PI	DOM INOCENCIO	R$ 863,60	R$ -	R$ 863,60	R$ 863,60	R$ 10.363,20	R$ 11.226,80
12.332.969/0001-49	PI	DOMINGOS MOURAO	R$ 348,40	R$ -	R$ 348,40	R$ 348,40	R$ 4.180,80	R$ 4.529,20
12.004.162/0001-87	PI	ELESBAO VELOSO	R$ 1.168,16	R$ -	R$ 1.168,16	R$ 1.168,16	R$ 14.017,92	R$ 15.186,08
11.995.129/0001-01	PI	ELISEU MARTINS	R$ 393,20	R$ -	R$ 393,20	R$ 393,20	R$ 4.718,40	R$ 5.111,60
11.518.695/0001-14	PI	ESPERANTINA	R$ 3.148,39	R$ -	R$ 3.148,39	R$ 3.148,39	R$ 37.780,68	R$ 40.929,07
14.223.471/0001-73	PI	FARTURA DO PIAUI	R$ 424,56	R$ -	R$ 424,56	R$ 424,56	R$ 5.094,72	R$ 5.519,28
23.129.429/0001-89	PI	FLORES DO PIAUI	R$ 357,04	R$ -	R$ 357,04	R$ 357,04	R$ 4.284,48	R$ 4.641,52
11.575.862/0001-69	PI	FLORESTA DO PIAUI	R$ 204,64	R$ -	R$ 204,64	R$ 204,64	R$ 2.455,68	R$ 2.660,32
02.169.204/0001-86	PI	FLORIANO	R$ 4.702,59	R$ -	R$ 4.702,59	R$ 4.702,59	R$ 56.431,08	R$ 61.133,67
12.012.374/0001-06	PI	FRANCINOPOLIS	R$ 427,84	R$ -	R$ 427,84	R$ 427,84	R$ 5.134,08	R$ 5.561,92
12.024.740/0001-47	PI	FRANCISCO AYRES	R$ 411,76	R$ -	R$ 411,76	R$ 411,76	R$ 4.941,12	R$ 5.352,88
11.332.537/0001-75	PI	FRANCISCO MACEDO	R$ 254,72	R$ -	R$ 254,72	R$ 254,72	R$ 3.056,64	R$ 3.311,36
11.228.767/0001-99	PI	FRANCISCO SANTOS	R$ 738,35	R$ -	R$ 738,35	R$ 738,35	R$ 8.860,20	R$ 9.598,55
12.044.692/0001-59	PI	FRONTEIRAS	R$ 921,06	R$ -	R$ 921,06	R$ 921,06	R$ 11.052,72	R$ 11.973,78
11.818.604/0001-66	PI	GEMINIANO	R$ 435,36	R$ -	R$ 435,36	R$ 435,36	R$ 5.224,32	R$ 5.659,68
11.514.264/0001-80	PI	GILBUES	R$ 855,20	R$ -	R$ 855,20	R$ 855,20	R$ 10.262,40	R$ 11.117,60
10.539.832/0001-34	PI	GUADALUPE	R$ 831,84	R$ -	R$ 831,84	R$ 831,84	R$ 9.982,08	R$ 10.813,92
12.449.634/0001-05	PI	GUARIBAS	R$ 364,96	R$ -	R$ 364,96	R$ 364,96	R$ 4.379,52	R$ 4.744,48
11.775.393/0001-21	PI	HUGO NAPOLEAO	R$ 310,16	R$ -	R$ 310,16	R$ 310,16	R$ 3.721,92	R$ 4.032,08
12.889.395/0001-04	PI	ILHA GRANDE	R$ 754,08	R$ -	R$ 754,08	R$ 754,08	R$ 9.048,96	R$ 9.803,04
21.490.459/0001-90	PI	INHUMA	R$ 1.212,86	R$ -	R$ 1.212,86	R$ 1.212,86	R$ 14.554,32	R$ 15.767,18
11.230.975/0001-22	PI	IPIRANGA DO PIAUI	R$ 777,33	R$ -	R$ 777,33	R$ 777,33	R$ 9.327,96	R$ 10.105,29
12.802.079/0001-53	PI	ISAIAS COELHO	R$ 683,92	R$ -	R$ 683,92	R$ 683,92	R$ 8.207,04	R$ 8.890,96
11.242.780/0001-00	PI	ITAINOPOLIS	R$ 922,40	R$ -	R$ 922,40	R$ 922,40	R$ 11.068,80	R$ 11.991,20
11.676.238/0001-58	PI	ITAUEIRA	R$ 881,52	R$ -	R$ 881,52	R$ 881,52	R$ 10.578,24	R$ 11.459,76
10.479.183/0001-23	PI	JACOBINA DO PIAUI	R$ 459,28	R$ -	R$ 459,28	R$ 459,28	R$ 5.511,36	R$ 5.970,64
11.806.518/0001-33	PI	JAICOS	R$ 1.528,32	R$ -	R$ 1.528,32	R$ 1.528,32	R$ 18.339,84	R$ 19.868,16
11.324.452/0001-45	PI	JARDIM DO MULATO	R$ 360,32	R$ -	R$ 360,32	R$ 360,32	R$ 4.323,84	R$ 4.684,16
11.290.064/0001-90	PI	JATOBA DO PIAUI	R$ 389,20	R$ -	R$ 389,20	R$ 389,20	R$ 4.670,40	R$ 5.059,60
13.884.491/0001-22	PI	JERUMENHA	R$ 356,16	R$ -	R$ 356,16	R$ 356,16	R$ 4.273,92	R$ 4.630,08
11.627.366/0001-01	PI	JOAO COSTA	R$ 265,20	R$ -	R$ 265,20	R$ 265,20	R$ 3.182,40	R$ 3.447,60
02.165.050/0001-54	PI	JOAQUIM PIRES	R$ 1.148,32	R$ -	R$ 1.148,32	R$ 1.148,32	R$ 13.779,84	R$ 14.928,16
12.184.391/0001-20	PI	JOCA MARQUES	R$ 435,44	R$ -	R$ 435,44	R$ 435,44	R$ 5.225,28	R$ 5.660,72
11.775.142/0001-47	PI	JOSE DE FREITAS	R$ 3.106,48	R$ -	R$ 3.106,48	R$ 3.106,48	R$ 37.277,76	R$ 40.384,24
12.051.925/0001-40	PI	JUAZEIRO DO PIAUI	R$ 438,24	R$ -	R$ 438,24	R$ 438,24	R$ 5.258,88	R$ 5.697,12
11.245.343/0001-32	PI	JULIO BORGES	R$ 450,16	R$ -	R$ 450,16	R$ 450,16	R$ 5.401,92	R$ 5.852,08
23.171.089/0001-54	PI	JUREMA	R$ 381,04	R$ -	R$ 381,04	R$ 381,04	R$ 4.572,48	R$ 4.953,52
11.418.976/0001-03	PI	LAGOA ALEGRE	R$ 683,36	R$ -	R$ 683,36	R$ 683,36	R$ 8.200,32	R$ 8.883,68
13.832.071/0001-00	PI	LAGOA DE SAO FRANCISCO	R$ 540,64	R$ -	R$ 540,64	R$ 540,64	R$ 6.487,68	R$ 7.028,32
19.300.262/0001-08	PI	LAGOA DO BARRO DO PIAUI	R$ 372,40	R$ -	R$ 372,40	R$ 372,40	R$ 4.468,80	R$ 4.841,20
12.502.121/0001-10	PI	LAGOA DO PIAUI	R$ 325,12	R$ -	R$ 325,12	R$ 325,12	R$ 3.901,44	R$ 4.226,56
12.162.383/0001-83	PI	LAGOA DO SITIO	R$ 414,16	R$ -	R$ 414,16	R$ 414,16	R$ 4.969,92	R$ 5.384,08
12.025.398/0001-08	PI	LAGOINHA DO PIAUI	R$ 227,60	R$ -	R$ 227,60	R$ 227,60	R$ 2.731,20	R$ 2.958,80
13.828.789/0001-15	PI	LANDRI SALES	R$ 460,24	R$ -	R$ 460,24	R$ 460,24	R$ 5.522,88	R$ 5.983,12
11.343.911/0001-38	PI	LUIS CORREIA	R$ 2.424,88	R$ -	R$ 2.424,88	R$ 2.424,88	R$ 29.098,56	R$ 31.523,44
11.722.919/0001-05	PI	LUZILANDIA	R$ 2.038,88	R$ -	R$ 2.038,88	R$ 2.038,88	R$ 24.466,56	R$ 26.505,44
11.739.692/0001-00	PI	MADEIRO	R$ 664,80	R$ -	R$ 664,80	R$ 664,80	R$ 7.977,60	R$ 8.642,40
11.785.981/0001-46	PI	MANOEL EMIDIO	R$ 427,92	R$ -	R$ 427,92	R$ 427,92	R$ 5.135,04	R$ 5.562,96
11.890.095/0001-82	PI	MARCOLANDIA	R$ 679,36	R$ -	R$ 679,36	R$ 679,36	R$ 8.152,32	R$ 8.831,68
13.857.472/0001-07	PI	MARCOS PARENTE	R$ 363,92	R$ -	R$ 363,92	R$ 363,92	R$ 4.367,04	R$ 4.730,96
12.606.896/0001-36	PI	MASSAPE DO PIAUI	R$ 515,28	R$ -	R$ 515,28	R$ 515,28	R$ 6.183,36	R$ 6.698,64
11.852.428/0001-89	PI	MATIAS OLIMPIO	R$ 874,88	R$ -	R$ 874,88	R$ 874,88	R$ 10.498,56	R$ 11.373,44
11.586.541/0001-60	PI	MIGUEL ALVES	R$ 2.700,80	R$ -	R$ 2.700,80	R$ 2.700,80	R$ 32.409,60	R$ 35.110,40
13.884.290/0001-25	PI	MIGUEL LEAO	R$ 98,72	R$ -	R$ 98,72	R$ 98,72	R$ 1.184,64	R$ 1.283,36
21.858.225/0001-53	PI	MILTON BRANDAO	R$ 579,68	R$ -	R$ 579,68	R$ 579,68	R$ 6.956,16	R$ 7.535,84
11.980.140/0001-90	PI	MONSENHOR GIL	R$ 836,99	R$ -	R$ 836,99	R$ 836,99	R$ 10.043,88	R$ 10.880,87
19.680.967/0001-90	PI	MONSENHOR HIPOLITO	R$ 619,92	R$ -	R$ 619,92	R$ 619,92	R$ 7.439,04	R$ 8.058,96
10.441.653/0001-60	PI	MONTE ALEGRE DO PIAUI	R$ 849,04	R$ -	R$ 849,04	R$ 849,04	R$ 10.188,48	R$ 11.037,52
11.245.163/0001-50	PI	MORRO CABECA NO TEMPO	R$ 362,56	R$ -	R$ 362,56	R$ 362,56	R$ 4.350,72	R$ 4.713,28
11.993.218/0001-00	PI	MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	R$ 543,68	R$ -	R$ 543,68	R$ 543,68	R$ 6.524,16	R$ 7.067,84
11.949.966/0001-96	PI	MURICI DOS PORTELAS	R$ 732,72	R$ -	R$ 732,72	R$ 732,72	R$ 8.792,64	R$ 9.525,36
13.180.767/0001-91	PI	NAZARE DO PIAUI	R$ 587,12	R$ -	R$ 587,12	R$ 587,12	R$ 7.045,44	R$ 7.632,56
10.841.917/0001-72	PI	NAZARIA	R$ 679,01	R$ -	R$ 679,01	R$ 679,01	R$ 8.148,12	R$ 8.827,13
12.143.437/0001-63	PI	NOSSA SENHORA DE NAZARE	R$ 389,60	R$ -	R$ 389,60	R$ 389,60	R$ 4.675,20	R$ 5.064,80
11.839.135/0001-61	PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	R$ 695,36	R$ -	R$ 695,36	R$ 695,36	R$ 8.344,32	R$ 9.039,68
97.545.962/0001-68	PI	NOVA SANTA RITA	R$ 349,92	R$ -	R$ 349,92	R$ 349,92	R$ 4.199,04	R$ 4.548,96
13.770.802/0001-22	PI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	R$ 525,20	R$ -	R$ 525,20	R$ 525,20	R$ 6.302,40	R$ 6.827,60
11.888.596/0001-24	PI	NOVO SANTO ANTONIO	R$ 283,76	R$ -	R$ 283,76	R$ 283,76	R$ 3.405,12	R$ 3.688,88
11.317.318/0001-17	PI	OEIRAS	R$ 2.933,84	R$ -	R$ 2.933,84	R$ 2.933,84	R$ 35.206,08	R$ 38.139,92
12.432.278/0001-17	PI	OLHO D'AGUA DO PIAUI	R$ 220,40	R$ -	R$ 220,40	R$ 220,40	R$ 2.644,80	R$ 2.865,20
11.969.361/0001-67	PI	PADRE MARCOS	R$ 606,56	R$ -	R$ 606,56	R$ 606,56	R$ 7.278,72	R$ 7.885,28
11.456.619/0001-21	PI	PAES LANDIM	R$ 364,96	R$ -	R$ 364,96	R$ 364,96	R$ 4.379,52	R$ 4.744,48
11.348.321/0001-06	PI	PAJEU DO PIAUI	R$ 304,16	R$ -	R$ 304,16	R$ 304,16	R$ 3.649,92	R$ 3.954,08
11.273.444/0001-17	PI	PALMEIRA DO PIAUI	R$ 403,44	R$ -	R$ 403,44	R$ 403,44	R$ 4.841,28	R$ 5.244,72
11.348.184/0001-00	PI	PALMEIRAIS	R$ 1.163,12	R$ -	R$ 1.163,12	R$ 1.163,12	R$ 13.957,44	R$ 15.120,56
11.648.048/0001-27	PI	PAQUETA	R$ 374,88	R$ -	R$ 374,88	R$ 374,88	R$ 4.498,56	R$ 4.873,44
11.956.493/0001-54	PI	PARNAGUA	R$ 863,28	R$ -	R$ 863,28	R$ 863,28	R$ 10.359,36	R$ 11.222,64
19.374.673/0001-30	PI	PARNAIBA	R$ 12.128,49	R$ -	R$ 12.128,49	R$ 12.128,49	R$ 145.541,88	R$ 157.670,37
11.891.283/0001-25	PI	PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	R$ 345,04	R$ -	R$ 345,04	R$ 345,04	R$ 4.140,48	R$ 4.485,52
12.081.985/0001-06	PI	PATOS DO PIAUI	R$ 511,36	R$ -	R$ 511,36	R$ 511,36	R$ 6.136,32	R$ 6.647,68
11.407.572/0001-06	PI	PAU D'ARCO DO PIAUI	R$ 323,60	R$ -	R$ 323,60	R$ 323,60	R$ 3.883,20	R$ 4.206,80
11.963.359/0001-80	PI	PAULISTANA	R$ 1.626,05	R$ -	R$ 1.626,05	R$ 1.626,05	R$ 19.512,60	R$ 21.138,65
11.896.666/0001-96	PI	PAVUSSU	R$ 357,20	R$ -	R$ 357,20	R$ 357,20	R$ 4.286,40	R$ 4.643,60
11.694.167/0001-16	PI	PEDRO II	R$ 3.099,36	R$ -	R$ 3.099,36	R$ 3.099,36	R$ 37.192,32	R$ 40.291,68
19.429.387/0001-24	PI	PEDRO LAURENTINO	R$ 202,88	R$ -	R$ 202,88	R$ 202,88	R$ 2.434,56	R$ 2.637,44
11.505.645/0001-00	PI	PICOS	R$ 6.197,59	R$ -	R$ 6.197,59	R$ 6.197,59	R$ 74.371,08	R$ 80.568,67
11.955.506/0001-70	PI	PIMENTEIRAS	R$ 970,16	R$ -	R$ 970,16	R$ 970,16	R$ 11.641,92	R$ 12.612,08
11.368.266/0001-08	PI	PIO IX	R$ 1.474,00	R$ -	R$ 1.474,00	R$ 1.474,00	R$ 17.688,00	R$ 19.162,00
11.837.925/0001-08	PI	PIRACURUCA	R$ 2.303,28	R$ -	R$ 2.303,28	R$ 2.303,28	R$ 27.639,36	R$ 29.942,64
10.479.981/0001-55	PI	PIRIPIRI	R$ 5.050,33	R$ -	R$ 5.050,33	R$ 5.050,33	R$ 60.603,96	R$ 65.654,29
11.500.206/0001-05	PI	PORTO	R$ 1.005,44	R$ -	R$ 1.005,44	R$ 1.005,44	R$ 12.065,28	R$ 13.070,72
11.284.938/0001-05	PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	R$ 216,80	R$ -	R$ 216,80	R$ 216,80	R$ 2.601,60	R$ 2.818,40
12.533.751/0001-52	PI	PRATA DO PIAUI	R$ 252,08	R$ -	R$ 252,08	R$ 252,08	R$ 3.024,96	R$ 3.277,04
13.791.643/0001-42	PI	QUEIMADA NOVA	R$ 719,36	R$ -	R$ 719,36	R$ 719,36	R$ 8.632,32	R$ 9.351,68
11.819.803/0001-99	PI	REDENCAO DO GURGUEIA	R$ 702,24	R$ -	R$ 702,24	R$ 702,24	R$ 8.426,88	R$ 9.129,12
11.483.785/0001-17	PI	REGENERACAO	R$ 1.438,24	R$ -	R$ 1.438,24	R$ 1.438,24	R$ 17.258,88	R$ 18.697,12
11.973.312/0001-06	PI	RIACHO FRIO	R$ 407,44	R$ -	R$ 407,44	R$ 407,44	R$ 4.889,28	R$ 5.296,72
97.545.970/0001-04	PI	RIBEIRA DO PIAUI	R$ 358,16	R$ -	R$ 358,16	R$ 358,16	R$ 4.297,92	R$ 4.656,08
11.250.244/0001-49	PI	RIBEIRO GONCALVES	R$ 581,63	R$ -	R$ 581,63	R$ 581,63	R$ 6.979,56	R$ 7.561,19
23.108.191/0001-05	PI	RIO GRANDE DO PIAUI	R$ 514,56	R$ -	R$ 514,56	R$ 514,56	R$ 6.174,72	R$ 6.689,28
12.367.211/0001-46	PI	SANTA CRUZ DO PIAUI	R$ 494,40	R$ -	R$ 494,40	R$ 494,40	R$ 5.932,80	R$ 6.427,20

11.307.575/0001-78	PI	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	R$ 321,52	R$ -	R$ 321,52	R$ 321,52	R$ 3.858,24	R$ 4.179,76
11.482.323/0001-85	PI	SANTA FILOMENA	R$ 500,24	R$ -	R$ 500,24	R$ 500,24	R$ 6.002,88	R$ 6.503,12
19.265.505/0001-06	PI	SANTA LUZ	R$ 468,80	R$ -	R$ 468,80	R$ 468,80	R$ 5.625,60	R$ 6.094,40
11.963.266/0001-56	PI	SANTA ROSA DO PIAUI	R$ 420,56	R$ -	R$ 420,56	R$ 420,56	R$ 5.046,72	R$ 5.467,28
11.787.576/0001-67	PI	SANTANA DO PIAUI	R$ 401,20	R$ -	R$ 401,20	R$ 401,20	R$ 4.814,40	R$ 5.215,60
11.408.453/0001-78	PI	SANTO ANTONIO DE LISBOA	R$ 513,20	R$ -	R$ 513,20	R$ 513,20	R$ 6.158,40	R$ 6.671,60
13.833.342/0001-34	PI	SANTO ANTONIO DOS MILAGRES	R$ 171,22	R$ -	R$ 171,22	R$ 171,22	R$ 2.054,64	R$ 2.225,86
11.259.057/0001-26	PI	SANTO INACIO DO PIAUI	R$ 300,92	R$ -	R$ 300,92	R$ 300,92	R$ 3.611,04	R$ 3.911,96
22.908.753/0001-32	PI	SAO BRAZ DO PIAUI	R$ 355,84	R$ -	R$ 355,84	R$ 355,84	R$ 4.270,08	R$ 4.625,92
11.926.380/0001-06	PI	SAO FELIX DO PIAUI	R$ 253,62	R$ -	R$ 253,62	R$ 253,62	R$ 3.043,44	R$ 3.297,06
13.876.062/0001-03	PI	SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI	R$ 464,83	R$ -	R$ 464,83	R$ 464,83	R$ 5.577,96	R$ 6.042,79
11.279.054/0001-54	PI	SAO FRANCISCO DO PIAUI	R$ 513,84	R$ -	R$ 513,84	R$ 513,84	R$ 6.166,08	R$ 6.679,92
07.797.282/0001-49	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	R$ 243,28	R$ -	R$ 243,28	R$ 243,28	R$ 2.919,36	R$ 3.162,64
11.416.311/0001-52	PI	SAO GONCALO DO PIAUI	R$ 397,34	R$ -	R$ 397,34	R$ 397,34	R$ 4.768,08	R$ 5.165,42
11.247.215/0001-28	PI	SAO JOAO DA CANABRAVA	R$ 368,64	R$ -	R$ 368,64	R$ 368,64	R$ 4.423,68	R$ 4.792,32
13.856.359/0001-07	PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	R$ 483,36	R$ -	R$ 483,36	R$ 483,36	R$ 5.800,32	R$ 6.283,68
13.750.859/0001-60	PI	SAO JOAO DA SERRA	R$ 550,16	R$ -	R$ 550,16	R$ 550,16	R$ 6.601,92	R$ 7.152,08
11.937.669/0001-20	PI	SAO JOAO DA VARJOTA	R$ 387,20	R$ -	R$ 387,20	R$ 387,20	R$ 4.646,40	R$ 5.033,60
11.504.416/0001-63	PI	SAO JOAO DO ARRAIAL	R$ 639,12	R$ -	R$ 639,12	R$ 639,12	R$ 7.669,44	R$ 8.308,56
23.132.211/0001-83	PI	SAO JOAO DO PIAUI	R$ 1.632,23	R$ -	R$ 1.632,23	R$ 1.632,23	R$ 19.586,76	R$ 21.218,99
11.268.282/0001-29	PI	SAO JOSE DO DIVINO	R$ 427,68	R$ -	R$ 427,68	R$ 427,68	R$ 5.132,16	R$ 5.559,84
11.903.220/0001-41	PI	SAO JOSE DO PEIXE	R$ 299,60	R$ -	R$ 299,60	R$ 299,60	R$ 3.595,20	R$ 3.894,80
11.289.230/0001-39	PI	SAO JOSE DO PIAUI	R$ 536,40	R$ -	R$ 536,40	R$ 536,40	R$ 6.436,80	R$ 6.973,20
11.319.121/0001-17	PI	SAO JULIAO	R$ 509,04	R$ -	R$ 509,04	R$ 509,04	R$ 6.108,48	R$ 6.617,52
12.018.780/0001-86	PI	SAO LOURENCO DO PIAUI	R$ 409,20	R$ -	R$ 409,20	R$ 409,20	R$ 4.910,40	R$ 5.319,60
11.848.463/0001-24	PI	SAO LUIS DO PIAUI	R$ 211,52	R$ -	R$ 211,52	R$ 211,52	R$ 2.538,24	R$ 2.749,76
12.808.417/0001-64	PI	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	R$ 196,16	R$ -	R$ 196,16	R$ 196,16	R$ 2.353,92	R$ 2.550,08
11.855.813/0001-80	PI	SAO MIGUEL DO FIDALGO	R$ 243,12	R$ -	R$ 243,12	R$ 243,12	R$ 2.917,44	R$ 3.160,56
11.316.522/0001-13	PI	SAO MIGUEL DO TAPUIO	R$ 1.586,48	R$ -	R$ 1.586,48	R$ 1.586,48	R$ 19.037,76	R$ 20.624,24
11.510.944/0001-25	PI	SAO PEDRO DO PIAUI	R$ 1.143,28	R$ -	R$ 1.143,28	R$ 1.143,28	R$ 13.719,36	R$ 14.862,64
21.341.106/0001-29	PI	SAO RAIMUNDO NONATO	R$ 2.750,10	R$ -	R$ 2.750,10	R$ 2.750,10	R$ 33.001,20	R$ 35.751,30
11.347.728/0001-00	PI	SEBASTIAO BARROS	R$ 341,60	R$ -	R$ 341,60	R$ 341,60	R$ 4.099,20	R$ 4.440,80
12.200.571/0001-59	PI	SEBASTIAO LEAL	R$ 343,52	R$ -	R$ 343,52	R$ 343,52	R$ 4.122,24	R$ 4.465,76
14.239.717/0001-03	PI	SIGEFREDO PACHECO	R$ 803,28	R$ -	R$ 803,28	R$ 803,28	R$ 9.639,36	R$ 10.442,64
11.794.741/0001-08	PI	SIMOES	R$ 1.170,64	R$ -	R$ 1.170,64	R$ 1.170,64	R$ 14.047,68	R$ 15.218,32
11.261.527/0001-96	PI	SIMPLICIO MENDES	R$ 1.007,10	R$ -	R$ 1.007,10	R$ 1.007,10	R$ 12.085,20	R$ 13.092,30
11.369.736/0001-58	PI	SOCORRO DO PIAUI	R$ 365,52	R$ -	R$ 365,52	R$ 365,52	R$ 4.386,24	R$ 4.751,76
11.247.326/0001-34	PI	SUSSUAPARA	R$ 538,40	R$ -	R$ 538,40	R$ 538,40	R$ 6.460,80	R$ 6.999,20
11.967.434/0001-81	PI	TAMBORIL DO PIAUI	R$ 233,52	R$ -	R$ 233,52	R$ 233,52	R$ 2.802,24	R$ 3.035,76
12.726.143/0001-64	PI	TANQUE DO PIAUI	R$ 221,20	R$ -	R$ 221,20	R$ 221,20	R$ 2.654,40	R$ 2.875,60
11.273.170/0001-66	PI	TERESINA	R$ 67.857,07	R$ -	R$ 67.857,07	R$ 67.857,07	R$ 814.284,84	R$ 882.141,91
11.795.022/0001-01	PI	UNIAO	R$ 3.558,80	R$ -	R$ 3.558,80	R$ 3.558,80	R$ 42.705,60	R$ 46.264,40
11.571.212/0001-45	PI	URUCUI	R$ 1.708,06	R$ -	R$ 1.708,06	R$ 1.708,06	R$ 20.496,72	R$ 22.204,78
11.339.353/0001-37	PI	VALENCA DO PIAUI	R$ 1.657,35	R$ -	R$ 1.657,35	R$ 1.657,35	R$ 19.888,20	R$ 21.545,55
23.085.963/0001-30	PI	VARZEA BRANCA	R$ 427,04	R$ -	R$ 427,04	R$ 427,04	R$ 5.124,48	R$ 5.551,52
13.885.135/0001-23	PI	VARZEA GRANDE	R$ 351,28	R$ -	R$ 351,28	R$ 351,28	R$ 4.215,36	R$ 4.566,64
11.795.999/0001-29	PI	VERA MENDES	R$ 246,16	R$ -	R$ 246,16	R$ 246,16	R$ 2.953,92	R$ 3.200,08
19.206.569/0001-36	PI	VILA NOVA DO PIAUI	R$ 237,68	R$ -	R$ 237,68	R$ 237,68	R$ 2.852,16	R$ 3.089,84
11.948.712/0001-53	PI	WALL FERRAZ	R$ 356,96	R$ -	R$ 356,96	R$ 356,96	R$ 4.283,52	R$ 4.640,48
10.881.848/0001-20	PR	ABATIA	R$ -	R$ 590,82	R$ 590,82	R$ 590,82	R$ 7.089,84	R$ 7.680,66
13.602.295/0001-18	PR	ADRIANOPOLIS	R$ -	R$ 543,21	R$ 543,21	R$ 543,21	R$ 6.518,52	R$ 7.061,73
09.550.455/0001-55	PR	AGUDOS DO SUL	R$ -	R$ 742,47	R$ 742,47	R$ 742,47	R$ 8.909,64	R$ 9.652,11
10.513.064/0001-40	PR	ALMIRANTE TAMANDARE	R$ -	R$ 9.398,59	R$ 9.398,59	R$ 9.398,59	R$ 112.783,08	R$ 122.181,67
09.349.934/0001-08	PR	ALTAMIRA DO PARANA	R$ -	R$ 324,85	R$ 324,85	R$ 324,85	R$ 3.898,20	R$ 4.223,05
09.251.282/0001-74	PR	ALTO PARAISO	R$ -	R$ 254,89	R$ 254,89	R$ 254,89	R$ 3.058,68	R$ 3.313,57

08.533.932/0001-01	PR	ALTO PARANA	R$ -	R$ 1.170,24	R$ 1.170,24	R$ 1.170,24	R$ 14.042,88	R$ 15.213,12
09.296.512/0001-11	PR	ALTO PIQUIRI	R$ -	R$ 779,31	R$ 779,31	R$ 779,31	R$ 9.351,72	R$ 10.131,03
09.008.389/0001-96	PR	ALTONIA	R$ -	R$ 1.730,55	R$ 1.730,55	R$ 1.730,55	R$ 20.766,60	R$ 22.497,15
09.393.666/0001-21	PR	ALVORADA DO SUL	R$ -	R$ 894,93	R$ 894,93	R$ 894,93	R$ 10.739,16	R$ 11.634,09
09.149.520/0001-35	PR	AMAPORA	R$ -	R$ 495,75	R$ 495,75	R$ 495,75	R$ 5.949,00	R$ 6.444,75
08.779.245/0001-70	PR	AMPERE	R$ -	R$ 1.502,70	R$ 1.502,70	R$ 1.502,70	R$ 18.032,40	R$ 19.535,10
09.421.110/0001-00	PR	ANAHY	R$ -	R$ 221,93	R$ 221,93	R$ 221,93	R$ 2.663,16	R$ 2.885,09
09.257.839/0001-84	PR	ANDIRA	R$ -	R$ 1.723,33	R$ 1.723,33	R$ 1.723,33	R$ 20.679,96	R$ 22.403,29
09.393.250/0001-03	PR	ANGULO	R$ -	R$ 229,74	R$ 229,74	R$ 229,74	R$ 2.756,88	R$ 2.986,62
10.778.273/0001-15	PR	ANTONINA	R$ -	R$ 1.503,80	R$ 1.503,80	R$ 1.503,80	R$ 18.045,60	R$ 19.549,40
10.704.279/0001-48	PR	ANTONIO OLINTO	R$ -	R$ 589,00	R$ 589,00	R$ 589,00	R$ 7.068,00	R$ 7.657,00
02.575.748/0001-48	PR	APUCARANA	R$ -	R$ 10.591,99	R$ 10.591,99	R$ 10.591,99	R$ 127.103,88	R$ 137.695,87
09.267.609/0001-04	PR	ARAPONGAS	R$ -	R$ 9.652,89	R$ 9.652,89	R$ 9.652,89	R$ 115.834,68	R$ 125.487,57
09.277.712/0001-27	PR	ARAPOTI	R$ -	R$ 2.205,95	R$ 2.205,95	R$ 2.205,95	R$ 26.471,40	R$ 28.677,35
09.329.776/0001-24	PR	ARAPUA	R$ -	R$ 318,27	R$ 318,27	R$ 318,27	R$ 3.819,24	R$ 4.137,51
08.787.360/0001-97	PR	ARARUNA	R$ -	R$ 1.096,11	R$ 1.096,11	R$ 1.096,11	R$ 13.153,32	R$ 14.249,43
10.373.665/0001-02	PR	ARAUCARIA	R$ -	R$ 11.286,14	R$ 11.286,14	R$ 11.286,14	R$ 135.433,68	R$ 146.719,82
09.380.391/0001-91	PR	ARIRANHA DO IVAI	R$ -	R$ 200,69	R$ 200,69	R$ 200,69	R$ 2.408,28	R$ 2.608,97
09.611.017/0001-50	PR	ASSAI	R$ -	R$ 1.273,04	R$ 1.273,04	R$ 1.273,04	R$ 15.276,48	R$ 16.549,52
08.888.105/0001-30	PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	R$ -	R$ 2.617,63	R$ 2.617,63	R$ 2.617,63	R$ 31.411,56	R$ 34.029,19
08.561.107/0001-10	PR	ASTORGA	R$ -	R$ 2.048,71	R$ 2.048,71	R$ 2.048,71	R$ 24.584,52	R$ 26.633,23
08.676.184/0001-16	PR	ATALAIA	R$ -	R$ 305,37	R$ 305,37	R$ 305,37	R$ 3.664,44	R$ 3.969,81
10.505.599/0001-79	PR	BALSA NOVA	R$ -	R$ 1.025,33	R$ 1.025,33	R$ 1.025,33	R$ 12.303,96	R$ 13.329,29
09.520.756/0001-36	PR	BANDEIRANTES	R$ -	R$ 2.461,10	R$ 2.461,10	R$ 2.461,10	R$ 29.533,20	R$ 31.994,30
09.303.602/0001-92	PR	BARBOSA FERRAZ	R$ -	R$ 1.108,83	R$ 1.108,83	R$ 1.108,83	R$ 13.305,96	R$ 14.414,79
09.537.151/0001-58	PR	BARRA DO JACARE	R$ -	R$ 218,20	R$ 218,20	R$ 218,20	R$ 2.618,40	R$ 2.836,60
08.992.896/0001-44	PR	BARRACAO	R$ -	R$ 806,19	R$ 806,19	R$ 806,19	R$ 9.674,28	R$ 10.480,47
09.214.512/0001-25	PR	BELA VISTA DA CAROBA	R$ -	R$ 330,87	R$ 330,87	R$ 330,87	R$ 3.970,44	R$ 4.301,31
10.410.574/0001-91	PR	BELA VISTA DO PARAISO	R$ -	R$ 1.208,07	R$ 1.208,07	R$ 1.208,07	R$ 14.496,84	R$ 15.704,91
09.428.742/0001-97	PR	BITURUNA	R$ -	R$ 1.298,51	R$ 1.298,51	R$ 1.298,51	R$ 15.582,12	R$ 16.880,63
09.199.826/0001-04	PR	BOA ESPERANCA	R$ -	R$ 372,06	R$ 372,06	R$ 372,06	R$ 4.464,72	R$ 4.836,78
09.175.541/0001-25	PR	BOA ESPERANCA DO IGUACU	R$ -	R$ 227,38	R$ 227,38	R$ 227,38	R$ 2.728,56	R$ 2.955,94
09.373.863/0001-89	PR	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	R$ -	R$ 551,76	R$ 551,76	R$ 551,76	R$ 6.621,12	R$ 7.172,88
09.348.540/0001-35	PR	BOA VISTA DA APARECIDA	R$ -	R$ 601,44	R$ 601,44	R$ 601,44	R$ 7.217,28	R$ 7.818,72
10.159.370/0001-20	PR	BOCAIUVA DO SUL	R$ -	R$ 1.025,56	R$ 1.025,56	R$ 1.025,56	R$ 12.306,72	R$ 13.332,28
08.976.611/0001-81	PR	BOM JESUS DO SUL	R$ -	R$ 307,34	R$ 307,34	R$ 307,34	R$ 3.688,08	R$ 3.995,42
08.730.909/0001-07	PR	BOM SUCESSO	R$ -	R$ 557,15	R$ 557,15	R$ 557,15	R$ 6.685,80	R$ 7.242,95
08.842.588/0001-32	PR	BOM SUCESSO DO SUL	R$ -	R$ 256,10	R$ 256,10	R$ 256,10	R$ 3.073,20	R$ 3.329,30
08.541.968/0001-37	PR	BORRAZOPOLIS	R$ -	R$ 646,13	R$ 646,13	R$ 646,13	R$ 7.753,56	R$ 8.399,69
11.239.146/0001-00	PR	BRAGANEY	R$ -	R$ 487,17	R$ 487,17	R$ 487,17	R$ 5.846,04	R$ 6.333,21
09.569.362/0001-72	PR	BRASILANDIA DO SUL	R$ -	R$ 258,29	R$ 258,29	R$ 258,29	R$ 3.099,48	R$ 3.357,77
09.141.808/0001-63	PR	CAFEARA	R$ -	R$ 232,46	R$ 232,46	R$ 232,46	R$ 2.789,52	R$ 3.021,98
09.430.164/0001-23	PR	CAFELANDIA	R$ -	R$ 1.421,72	R$ 1.421,72	R$ 1.421,72	R$ 17.060,64	R$ 18.482,36
09.417.876/0001-02	PR	CAFEZAL DO SUL	R$ -	R$ 341,72	R$ 341,72	R$ 341,72	R$ 4.100,64	R$ 4.442,36
08.747.163/0001-44	PR	CALIFORNIA	R$ -	R$ 672,42	R$ 672,42	R$ 672,42	R$ 8.069,04	R$ 8.741,46
09.335.385/0001-12	PR	CAMBARA	R$ -	R$ 1.989,78	R$ 1.989,78	R$ 1.989,78	R$ 23.877,36	R$ 25.867,14
09.406.126/0001-35	PR	CAMBE	R$ -	R$ 8.358,74	R$ 8.358,74	R$ 8.358,74	R$ 100.304,88	R$ 108.663,62
09.529.049/0001-00	PR	CAMBIRA	R$ -	R$ 617,10	R$ 617,10	R$ 617,10	R$ 7.405,20	R$ 8.022,30
10.811.584/0001-39	PR	CAMPINA DA LAGOA	R$ -	R$ 1.274,45	R$ 1.274,45	R$ 1.274,45	R$ 15.293,40	R$ 16.567,85
08.950.577/0001-76	PR	CAMPINA DO SIMAO	R$ -	R$ 338,47	R$ 338,47	R$ 338,47	R$ 4.061,64	R$ 4.400,11
11.522.710/0001-06	PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	R$ -	R$ 3.396,44	R$ 3.396,44	R$ 3.396,44	R$ 40.757,28	R$ 44.153,72
09.169.431/0001-50	PR	CAMPO BONITO	R$ -	R$ 347,43	R$ 347,43	R$ 347,43	R$ 4.169,16	R$ 4.516,59

10.411.489/0001-48	PR	CAMPO DO TENENTE	R$ -	R$ 631,55	R$ 631,55	R$ 631,55	R$ 7.578,60	R$ 8.210,15
09.209.932/0001-13	PR	CAMPO LARGO	R$ -	R$ 10.357,08	R$ 10.357,08	R$ 10.357,08	R$ 124.284,96	R$ 134.642,04
10.325.293/0001-30	PR	CAMPO MAGRO	R$ -	R$ 2.300,34	R$ 2.300,34	R$ 2.300,34	R$ 27.604,08	R$ 29.904,42
09.253.109/0001-05	PR	CAMPO MOURAO	R$ -	R$ 7.442,78	R$ 7.442,78	R$ 7.442,78	R$ 89.313,36	R$ 96.756,14
09.481.491/0001-04	PR	CANDIDO DE ABREU	R$ -	R$ 1.434,08	R$ 1.434,08	R$ 1.434,08	R$ 17.208,96	R$ 18.643,04
09.161.129/0001-56	PR	CANDOI	R$ -	R$ 1.266,03	R$ 1.266,03	R$ 1.266,03	R$ 15.192,36	R$ 16.458,39
09.556.006/0001-14	PR	CANTAGALO	R$ -	R$ 1.055,12	R$ 1.055,12	R$ 1.055,12	R$ 12.661,44	R$ 13.716,56
09.157.931/0001-72	PR	CAPANEMA	R$ -	R$ 1.500,50	R$ 1.500,50	R$ 1.500,50	R$ 18.006,00	R$ 19.506,50
09.401.856/0001-43	PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	R$ -	R$ 1.238,12	R$ 1.238,12	R$ 1.238,12	R$ 14.857,44	R$ 16.095,56
09.280.209/0001-20	PR	CARAMBEI	R$ -	R$ 1.837,18	R$ 1.837,18	R$ 1.837,18	R$ 22.046,16	R$ 23.883,34
10.601.116/0001-30	PR	CARLOPOLIS	R$ -	R$ 1.123,57	R$ 1.123,57	R$ 1.123,57	R$ 13.482,84	R$ 14.606,41
09.051.532/0001-22	PR	CASCAVEL	R$ -	R$ 25.771,01	R$ 25.771,01	R$ 25.771,01	R$ 309.252,12	R$ 335.023,13
09.267.430/0001-49	PR	CASTRO	R$ -	R$ 5.608,74	R$ 5.608,74	R$ 5.608,74	R$ 67.304,88	R$ 72.913,62
09.335.765/0001-57	PR	CATANDUVAS	R$ -	R$ 807,28	R$ 807,28	R$ 807,28	R$ 9.687,36	R$ 10.494,64
09.333.796/0001-79	PR	CENTENARIO DO SUL	R$ -	R$ 857,83	R$ 857,83	R$ 857,83	R$ 10.293,96	R$ 11.151,79
09.226.377/0001-38	PR	CERRO AZUL	R$ -	R$ 1.422,32	R$ 1.422,32	R$ 1.422,32	R$ 17.067,84	R$ 18.490,16
09.272.231/0001-29	PR	CEU AZUL	R$ -	R$ 923,10	R$ 923,10	R$ 923,10	R$ 11.077,20	R$ 12.000,30
09.240.678/0001-16	PR	CHOPINZINHO	R$ -	R$ 1.510,70	R$ 1.510,70	R$ 1.510,70	R$ 18.128,40	R$ 19.639,10
09.263.750/0001-20	PR	CIANORTE	R$ -	R$ 6.482,49	R$ 6.482,49	R$ 6.482,49	R$ 77.789,88	R$ 84.272,37
09.178.266/0001-01	PR	CIDADE GAUCHA	R$ -	R$ 992,70	R$ 992,70	R$ 992,70	R$ 11.912,40	R$ 12.905,10
09.036.819/0001-83	PR	CLEVELANDIA	R$ -	R$ 1.425,76	R$ 1.425,76	R$ 1.425,76	R$ 17.109,12	R$ 18.534,88
09.398.874/0001-13	PR	COLOMBO	R$ -	R$ 19.123,12	R$ 19.123,12	R$ 19.123,12	R$ 229.477,44	R$ 248.600,56
08.788.720/0001-75	PR	COLORADO	R$ -	R$ 1.884,02	R$ 1.884,02	R$ 1.884,02	R$ 22.608,24	R$ 24.492,26
09.660.468/0001-87	PR	CONGONHINHAS	R$ -	R$ 698,66	R$ 698,66	R$ 698,66	R$ 8.383,92	R$ 9.082,58
77.732.584/0001-14	PR	CONSELHEIRO MAIRINCK	R$ -	R$ 302,86	R$ 302,86	R$ 302,86	R$ 3.634,32	R$ 3.937,18
08.892.018/0001-57	PR	CONTENDA	R$ -	R$ 1.472,42	R$ 1.472,42	R$ 1.472,42	R$ 17.669,04	R$ 19.141,46
09.311.360/0001-89	PR	CORBELIA	R$ -	R$ 1.339,42	R$ 1.339,42	R$ 1.339,42	R$ 16.073,04	R$ 17.412,46
09.342.351/0001-55	PR	CORNELIO PROCOPIO	R$ -	R$ 3.753,99	R$ 3.753,99	R$ 3.753,99	R$ 45.047,88	R$ 48.801,87
08.899.631/0001-04	PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	R$ -	R$ 593,99	R$ 593,99	R$ 593,99	R$ 7.127,88	R$ 7.721,87
08.906.533/0001-49	PR	CORONEL VIVIDA	R$ -	R$ 1.626,82	R$ 1.626,82	R$ 1.626,82	R$ 19.521,84	R$ 21.148,66
09.463.184/0001-09	PR	CORUMBATAI DO SUL	R$ -	R$ 334,35	R$ 334,35	R$ 334,35	R$ 4.012,20	R$ 4.346,55
09.431.414/0001-40	PR	CRUZ MACHADO	R$ -	R$ 1.482,25	R$ 1.482,25	R$ 1.482,25	R$ 17.787,00	R$ 19.269,25
08.889.908/0001-00	PR	CRUZEIRO DO IGUACU	R$ -	R$ 333,62	R$ 333,62	R$ 333,62	R$ 4.003,44	R$ 4.337,06
08.888.967/0001-63	PR	CRUZEIRO DO OESTE	R$ -	R$ 1.642,36	R$ 1.642,36	R$ 1.642,36	R$ 19.708,32	R$ 21.350,68
09.174.628/0001-88	PR	CRUZEIRO DO SUL	R$ -	R$ 350,64	R$ 350,64	R$ 350,64	R$ 4.207,68	R$ 4.558,32
09.380.253/0001-02	PR	CRUZMALTINA	R$ -	R$ 233,73	R$ 233,73	R$ 233,73	R$ 2.804,76	R$ 3.038,49
13.792.329/0001-84	PR	CURITIBA	R$ 150.187,39	R$ -	R$ 150.187,39	R$ 150.187,39	R$ 1.802.248,68	R$ 1.952.436,07
11.821.646/0001-56	PR	CURIUVA	R$ -	R$ 1.196,46	R$ 1.196,46	R$ 1.196,46	R$ 14.357,52	R$ 15.553,98
09.205.494/0001-15	PR	DIAMANTE DO NORTE	R$ -	R$ 444,72	R$ 444,72	R$ 444,72	R$ 5.336,64	R$ 5.781,36
09.015.691/0001-71	PR	DIAMANTE DO SUL	R$ -	R$ 300,36	R$ 300,36	R$ 300,36	R$ 3.604,32	R$ 3.904,68
09.219.919/0001-45	PR	DIAMANTE D'OESTE	R$ -	R$ 416,20	R$ 416,20	R$ 416,20	R$ 4.994,40	R$ 5.410,60
08.889.455/0001-11	PR	DOIS VIZINHOS	R$ -	R$ 3.188,76	R$ 3.188,76	R$ 3.188,76	R$ 38.265,12	R$ 41.453,88
08.849.296/0001-21	PR	DOURADINA	R$ -	R$ 686,30	R$ 686,30	R$ 686,30	R$ 8.235,60	R$ 8.921,90
08.602.448/0001-97	PR	DOUTOR CAMARGO	R$ -	R$ 469,12	R$ 469,12	R$ 469,12	R$ 5.629,44	R$ 6.098,56
10.580.993/0001-71	PR	DOUTOR ULYSSES	R$ -	R$ 491,60	R$ 491,60	R$ 491,60	R$ 5.899,20	R$ 6.390,80
09.173.312/0001-71	PR	ENEAS MARQUES	R$ -	R$ 467,71	R$ 467,71	R$ 467,71	R$ 5.612,52	R$ 6.080,23
10.541.343/0001-17	PR	ENGENHEIRO BELTRAO	R$ -	R$ 1.098,46	R$ 1.098,46	R$ 1.098,46	R$ 13.181,52	R$ 14.279,98
08.931.196/0001-40	PR	ENTRE RIOS DO OESTE	R$ -	R$ 356,14	R$ 356,14	R$ 356,14	R$ 4.273,68	R$ 4.629,82
04.281.991/0001-89	PR	ESPERANCA NOVA	R$ -	R$ 154,10	R$ 154,10	R$ 154,10	R$ 1.849,20	R$ 2.003,30
09.335.405/0001-55	PR	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	R$ -	R$ 412,00	R$ 412,00	R$ 412,00	R$ 4.944,00	R$ 5.356,00
10.537.130/0001-11	PR	FAROL	R$ -	R$ 269,52	R$ 269,52	R$ 269,52	R$ 3.234,24	R$ 3.503,76
09.311.733/0001-11	PR	FAXINAL	R$ -	R$ 1.366,81	R$ 1.366,81	R$ 1.366,81	R$ 16.401,72	R$ 17.768,53
09.240.360/0001-35	PR	FAZENDA RIO GRANDE	R$ -	R$ 7.862,55	R$ 7.862,55	R$ 7.862,55	R$ 94.350,60	R$ 102.213,15
09.652.908/0001-54	PR	FENIX	R$ -	R$ 373,63	R$ 373,63	R$ 373,63	R$ 4.483,56	R$ 4.857,19
09.279.542/0001-10	PR	FERNANDES PINHEIRO	R$ -	R$ 447,34	R$ 447,34	R$ 447,34	R$ 5.368,08	R$ 5.815,42

11.200.817/0001-20	PR	FIGUEIRA	R$ -	R$ 672,27	R$ 672,27	R$ 672,27	R$ 8.067,24	R$ 8.739,51
08.866.853/0001-12	PR	FLOR DA SERRA DO SUL	R$ -	R$ 366,36	R$ 366,36	R$ 366,36	R$ 4.396,32	R$ 4.762,68
08.546.488/0001-69	PR	FLORAI	R$ -	R$ 386,74	R$ 386,74	R$ 386,74	R$ 4.640,88	R$ 5.027,62
08.854.643/0001-04	PR	FLORESTA	R$ -	R$ 531,50	R$ 531,50	R$ 531,50	R$ 6.378,00	R$ 6.909,50
10.271.851/0001-22	PR	FLORESTOPOLIS	R$ -	R$ 925,45	R$ 925,45	R$ 925,45	R$ 11.105,40	R$ 12.030,85
08.703.778/0001-79	PR	FLORIDA	R$ -	R$ 210,98	R$ 210,98	R$ 210,98	R$ 2.531,76	R$ 2.742,74
09.070.880/0001-47	PR	FORMOSA DO OESTE	R$ -	R$ 584,77	R$ 584,77	R$ 584,77	R$ 7.017,24	R$ 7.602,01
10.573.693/0001-65	PR	FOZ DO IGUACU	R$ -	R$ 25.510,75	R$ 25.510,75	R$ 25.510,75	R$ 306.129,00	R$ 331.639,75
09.564.452/0001-70	PR	FOZ DO JORDAO	R$ -	R$ 465,96	R$ 465,96	R$ 465,96	R$ 5.591,52	R$ 6.057,48
09.465.664/0001-09	PR	FRANCISCO ALVES	R$ -	R$ 479,03	R$ 479,03	R$ 479,03	R$ 5.748,36	R$ 6.227,39
09.165.798/0001-04	PR	FRANCISCO BELTRAO	R$ -	R$ 7.147,30	R$ 7.147,30	R$ 7.147,30	R$ 85.767,60	R$ 92.914,90
11.367.765/0001-80	PR	GENERAL CARNEIRO	R$ -	R$ 1.210,25	R$ 1.210,25	R$ 1.210,25	R$ 14.523,00	R$ 15.733,25
09.476.005/0001-60	PR	GODOY MOREIRA	R$ -	R$ 286,50	R$ 286,50	R$ 286,50	R$ 3.438,00	R$ 3.724,50
09.298.629/0001-34	PR	GOIOERE	R$ -	R$ 2.266,28	R$ 2.266,28	R$ 2.266,28	R$ 27.195,36	R$ 29.461,64
09.815.125/0001-44	PR	GOIOXIM	R$ -	R$ 652,86	R$ 652,86	R$ 652,86	R$ 7.834,32	R$ 8.487,18
09.535.844/0001-01	PR	GRANDES RIOS	R$ -	R$ 621,09	R$ 621,09	R$ 621,09	R$ 7.453,08	R$ 8.074,17
95.725.438/0001-43	PR	GUAIRA	R$ -	R$ 2.598,57	R$ 2.598,57	R$ 2.598,57	R$ 31.182,84	R$ 33.781,41
10.484.522/0001-60	PR	GUAIRACA	R$ -	R$ 521,42	R$ 521,42	R$ 521,42	R$ 6.257,04	R$ 6.778,46
09.430.481/0001-40	PR	GUAMIRANGA	R$ -	R$ 692,40	R$ 692,40	R$ 692,40	R$ 8.308,80	R$ 9.001,20
09.585.163/0001-58	PR	GUAPIRAMA	R$ -	R$ 298,31	R$ 298,31	R$ 298,31	R$ 3.579,72	R$ 3.878,03
08.819.126/0001-02	PR	GUAPOREMA	R$ -	R$ 175,99	R$ 175,99	R$ 175,99	R$ 2.111,88	R$ 2.287,87
09.278.400/0001-38	PR	GUARACI	R$ -	R$ 435,93	R$ 435,93	R$ 435,93	R$ 5.231,16	R$ 5.667,09
08.906.376/0001-71	PR	GUARANIACU	R$ -	R$ 1.280,45	R$ 1.280,45	R$ 1.280,45	R$ 15.365,40	R$ 16.645,85
09.121.814/0001-59	PR	GUARAPUAVA	R$ -	R$ 14.241,08	R$ 14.241,08	R$ 14.241,08	R$ 170.892,96	R$ 185.134,04
09.511.795/0001-77	PR	GUARAQUECABA	R$ -	R$ 610,88	R$ 610,88	R$ 610,88	R$ 7.330,56	R$ 7.941,44
11.343.124/0001-96	PR	GUARATUBA	R$ -	R$ 2.908,33	R$ 2.908,33	R$ 2.908,33	R$ 34.899,96	R$ 37.808,29
09.464.601/0001-20	PR	HONORIO SERPA	R$ -	R$ 489,65	R$ 489,65	R$ 489,65	R$ 5.875,80	R$ 6.365,45
09.421.426/0001-93	PR	IBAITI	R$ -	R$ 2.460,87	R$ 2.460,87	R$ 2.460,87	R$ 29.530,44	R$ 31.991,31
09.260.523/0001-41	PR	IBEMA	R$ -	R$ 503,27	R$ 503,27	R$ 503,27	R$ 6.039,24	R$ 6.542,51
09.358.665/0001-46	PR	IBIPORA	R$ -	R$ 4.280,70	R$ 4.280,70	R$ 4.280,70	R$ 51.368,40	R$ 55.649,10
09.239.144/0001-70	PR	ICARAIMA	R$ -	R$ 736,53	R$ 736,53	R$ 736,53	R$ 8.838,36	R$ 9.574,89
08.823.037/0001-21	PR	IGUARACU	R$ -	R$ 345,54	R$ 345,54	R$ 345,54	R$ 4.146,48	R$ 4.492,02
08.962.000/0001-84	PR	IGUATU	R$ -	R$ 177,01	R$ 177,01	R$ 177,01	R$ 2.124,12	R$ 2.301,13
13.886.546/0001-33	PR	IMBAU	R$ -	R$ 1.038,79	R$ 1.038,79	R$ 1.038,79	R$ 12.465,48	R$ 13.504,27
09.402.776/0001-02	PR	IMBITUVA	R$ -	R$ 2.580,07	R$ 2.580,07	R$ 2.580,07	R$ 30.960,84	R$ 33.540,91
09.532.702/0001-90	PR	INACIO MARTINS	R$ -	R$ 881,44	R$ 881,44	R$ 881,44	R$ 10.577,28	R$ 11.458,72
09.457.349/0001-21	PR	INAJA	R$ -	R$ 243,94	R$ 243,94	R$ 243,94	R$ 2.927,28	R$ 3.171,22
09.282.588/0001-98	PR	INDIANOPOLIS	R$ -	R$ 349,70	R$ 349,70	R$ 349,70	R$ 4.196,40	R$ 4.546,10

09.280.787/0001-67	PR	IPIRANGA	R$ -	R$ 1.202,09	R$ 1.202,09	R$ 1.202,09	R$ 14.425,08	R$ 15.627,17
09.420.881/0001-74	PR	IPORA	R$ -	R$ 1.194,73	R$ 1.194,73	R$ 1.194,73	R$ 14.336,76	R$ 15.531,49
09.168.498/0001-70	PR	IRACEMA DO OESTE	R$ -	R$ 201,41	R$ 201,41	R$ 201,41	R$ 2.416,92	R$ 2.618,33
09.485.333/0001-22	PR	IRATI	R$ -	R$ 4.764,73	R$ 4.764,73	R$ 4.764,73	R$ 57.176,76	R$ 61.941,49
84.782.952/0001-02	PR	IRETAMA	R$ -	R$ 911,95	R$ 911,95	R$ 911,95	R$ 10.943,40	R$ 11.855,35
09.303.133/0001-01	PR	ITAGUAJE	R$ -	R$ 350,41	R$ 350,41	R$ 350,41	R$ 4.204,92	R$ 4.555,33
09.333.308/0001-23	PR	ITAIPULANDIA	R$ -	R$ 876,89	R$ 876,89	R$ 876,89	R$ 10.522,68	R$ 11.399,57
10.015.707/0001-25	PR	ITAMBARACA	R$ -	R$ 564,76	R$ 564,76	R$ 564,76	R$ 6.777,12	R$ 7.341,88
08.937.598/0001-51	PR	ITAMBE	R$ -	R$ 479,24	R$ 479,24	R$ 479,24	R$ 5.750,88	R$ 6.230,12
09.323.218/0001-51	PR	ITAPEJARA D'OESTE	R$ -	R$ 938,71	R$ 938,71	R$ 938,71	R$ 11.264,52	R$ 12.203,23
11.293.865/0001-00	PR	ITAPERUCU	R$ -	R$ 2.268,69	R$ 2.268,69	R$ 2.268,69	R$ 27.224,28	R$ 29.492,97
09.272.190/0001-70	PR	ITAUNA DO SUL	R$ -	R$ 286,89	R$ 286,89	R$ 286,89	R$ 3.442,68	R$ 3.729,57
09.311.470/0001-40	PR	IVAI	R$ -	R$ 1.099,64	R$ 1.099,64	R$ 1.099,64	R$ 13.195,68	R$ 14.295,32
09.407.873/0001-98	PR	IVAIPORA	R$ -	R$ 2.509,51	R$ 2.509,51	R$ 2.509,51	R$ 30.114,12	R$ 32.623,63
09.245.506/0001-35	PR	IVATE	R$ -	R$ 642,21	R$ 642,21	R$ 642,21	R$ 7.706,52	R$ 8.348,73
08.574.243/0001-45	PR	IVATUBA	R$ -	R$ 255,71	R$ 255,71	R$ 255,71	R$ 3.068,52	R$ 3.324,23
09.350.164/0001-13	PR	JABOTI	R$ -	R$ 413,81	R$ 413,81	R$ 413,81	R$ 4.965,72	R$ 5.379,53
09.309.271/0001-06	PR	JACAREZINHO	R$ -	R$ 3.089,66	R$ 3.089,66	R$ 3.089,66	R$ 37.075,92	R$ 40.165,58
09.152.857/0001-00	PR	JAGUAPITA	R$ -	R$ 1.068,65	R$ 1.068,65	R$ 1.068,65	R$ 12.823,80	R$ 13.892,45
10.952.292/0001-16	PR	JAGUARIAIVA	R$ -	R$ 2.734,93	R$ 2.734,93	R$ 2.734,93	R$ 32.819,16	R$ 35.554,09
09.022.372/0001-93	PR	JANDAIA DO SUL	R$ -	R$ 1.661,50	R$ 1.661,50	R$ 1.661,50	R$ 19.938,00	R$ 21.599,50

08.563.196/0001-34	PR	JANIOPOLIS	R$ -	R$ 553,27	R$ 553,27	R$ 553,27	R$ 6.639,24	R$ 7.192,51
09.342.537/0001-04	PR	JAPIRA	R$ -	R$ 395,68	R$ 395,68	R$ 395,68	R$ 4.748,16	R$ 5.143,84
09.307.925/0001-54	PR	JAPURA	R$ -	R$ 739,50	R$ 739,50	R$ 739,50	R$ 8.874,00	R$ 9.613,50
09.389.919/0001-93	PR	JARDIM ALEGRE	R$ -	R$ 1.186,56	R$ 1.186,56	R$ 1.186,56	R$ 14.238,72	R$ 15.425,28
09.431.225/0001-77	PR	JARDIM OLINDA	R$ -	R$ 118,37	R$ 118,37	R$ 118,37	R$ 1.420,44	R$ 1.538,81
09.531.097/0001-33	PR	JATAIZINHO	R$ -	R$ 997,36	R$ 997,36	R$ 997,36	R$ 11.968,32	R$ 12.965,68
08.958.005/0001-33	PR	JESUITAS	R$ -	R$ 701,29	R$ 701,29	R$ 701,29	R$ 8.415,48	R$ 9.116,77
09.532.627/0001-68	PR	JOAQUIM TAVORA	R$ -	R$ 934,32	R$ 934,32	R$ 934,32	R$ 11.211,84	R$ 12.146,16
09.280.837/0001-06	PR	JUNDIAI DO SUL	R$ -	R$ 299,25	R$ 299,25	R$ 299,25	R$ 3.591,00	R$ 3.890,25
00.814.071/0001-28	PR	JURANDA	R$ -	R$ 613,73	R$ 613,73	R$ 613,73	R$ 7.364,76	R$ 7.978,49
09.204.028/0001-15	PR	JUSSARA	R$ -	R$ 550,25	R$ 550,25	R$ 550,25	R$ 6.603,00	R$ 7.153,25
08.541.961/0001-15	PR	KALORE	R$ -	R$ 370,18	R$ 370,18	R$ 370,18	R$ 4.442,16	R$ 4.812,34
09.477.318/0001-32	PR	LAPA	R$ -	R$ 3.778,94	R$ 3.778,94	R$ 3.778,94	R$ 45.347,28	R$ 49.126,22
09.313.556/0001-02	PR	LARANJAL	R$ -	R$ 507,12	R$ 507,12	R$ 507,12	R$ 6.085,44	R$ 6.592,56
95.587.473/0001-43	PR	LARANJEIRAS DO SUL	R$ -	R$ 2.516,50	R$ 2.516,50	R$ 2.516,50	R$ 30.198,00	R$ 32.714,50
11.292.318/0001-00	PR	LEOPOLIS	R$ -	R$ 338,64	R$ 338,64	R$ 338,64	R$ 4.063,68	R$ 4.402,32
09.492.698/0001-84	PR	LIDIANOPOLIS	R$ -	R$ 323,50	R$ 323,50	R$ 323,50	R$ 3.882,00	R$ 4.205,50
09.268.800/0001-62	PR	LINDOESTE	R$ -	R$ 429,35	R$ 429,35	R$ 429,35	R$ 5.152,20	R$ 5.581,55
09.136.850/0001-96	PR	LOANDA	R$ -	R$ 1.811,36	R$ 1.811,36	R$ 1.811,36	R$ 21.736,32	R$ 23.547,68
08.542.693/0001-56	PR	LOBATO	R$ -	R$ 375,60	R$ 375,60	R$ 375,60	R$ 4.507,20	R$ 4.882,80
11.323.261/0001-69	PR	LONDRINA	R$ -	R$ 44.702,13	R$ 44.702,13	R$ 44.702,13	R$ 536.425,56	R$ 581.127,69
10.505.122/0001-93	PR	LUIZIANA	R$ -	R$ 575,37	R$ 575,37	R$ 575,37	R$ 6.904,44	R$ 7.479,81
08.636.699/0001-92	PR	LUNARDELLI	R$ -	R$ 405,82	R$ 405,82	R$ 405,82	R$ 4.869,84	R$ 5.275,66
09.259.137/0001-30	PR	LUPIONOPOLIS	R$ -	R$ 386,03	R$ 386,03	R$ 386,03	R$ 4.632,36	R$ 5.018,39
09.399.412/0001-10	PR	MALLET	R$ -	R$ 1.069,43	R$ 1.069,43	R$ 1.069,43	R$ 12.833,16	R$ 13.902,59
84.782.697/0001-90	PR	MAMBORE	R$ -	R$ 1.124,51	R$ 1.124,51	R$ 1.124,51	R$ 13.494,12	R$ 14.618,63
08.703.785/0001-70	PR	MANDAGUACU	R$ -	R$ 1.790,41	R$ 1.790,41	R$ 1.790,41	R$ 21.484,92	R$ 23.275,33
09.241.895/0001-20	PR	MANDAGUARI	R$ -	R$ 2.699,08	R$ 2.699,08	R$ 2.699,08	R$ 32.388,96	R$ 35.088,04
10.809.926/0001-86	PR	MANDIRITUBA	R$ -	R$ 2.128,85	R$ 2.128,85	R$ 2.128,85	R$ 25.546,20	R$ 27.675,05
09.186.062/0001-04	PR	MANFRINOPOLIS	R$ -	R$ 260,11	R$ 260,11	R$ 260,11	R$ 3.121,32	R$ 3.381,43
11.009.603/0001-70	PR	MANGUEIRINHA	R$ -	R$ 1.324,26	R$ 1.324,26	R$ 1.324,26	R$ 15.891,12	R$ 17.215,38
09.376.644/0001-53	PR	MANOEL RIBAS	R$ -	R$ 1.059,39	R$ 1.059,39	R$ 1.059,39	R$ 12.712,68	R$ 13.772,07
09.256.935/0001-08	PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	R$ -	R$ 4.154,07	R$ 4.154,07	R$ 4.154,07	R$ 49.848,84	R$ 54.002,91
08.859.081/0001-91	PR	MARIA HELENA	R$ -	R$ 479,79	R$ 479,79	R$ 479,79	R$ 5.757,48	R$ 6.237,27
08.531.904/0001-55	PR	MARIALVA	R$ -	R$ 2.785,07	R$ 2.785,07	R$ 2.785,07	R$ 33.420,84	R$ 36.205,91
09.328.892/0001-29	PR	MARILANDIA DO SUL	R$ -	R$ 700,08	R$ 700,08	R$ 700,08	R$ 8.400,96	R$ 9.101,04
09.205.479/0001-77	PR	MARILENA	R$ -	R$ 560,64	R$ 560,64	R$ 560,64	R$ 6.727,68	R$ 7.288,32
00.338.900/0001-43	PR	MARILUZ	R$ -	R$ 819,64	R$ 819,64	R$ 819,64	R$ 9.835,68	R$ 10.655,32
80.905.706/0001-31	PR	MARINGA	R$ -	R$ 32.915,59	R$ 32.915,59	R$ 32.915,59	R$ 394.987,08	R$ 427.902,67
09.128.114/0001-96	PR	MARIOPOLIS	R$ -	R$ 523,72	R$ 523,72	R$ 523,72	R$ 6.284,64	R$ 6.808,36
08.971.099/0001-80	PR	MARIPA	R$ -	R$ 439,62	R$ 439,62	R$ 439,62	R$ 5.275,44	R$ 5.715,06
09.295.998/0001-73	PR	MARMELEIRO	R$ -	R$ 1.127,26	R$ 1.127,26	R$ 1.127,26	R$ 13.527,12	R$ 14.654,38
09.289.986/0001-36	PR	MARQUINHO	R$ -	R$ 416,60	R$ 416,60	R$ 416,60	R$ 4.999,20	R$ 5.415,80
08.561.108/0001-65	PR	MARUMBI	R$ -	R$ 367,12	R$ 367,12	R$ 367,12	R$ 4.405,44	R$ 4.772,56
09.246.705/0001-68	PR	MATELANDIA	R$ -	R$ 1.407,84	R$ 1.407,84	R$ 1.407,84	R$ 16.894,08	R$ 18.301,92
10.951.061/0001-98	PR	MATINHOS	R$ -	R$ 2.724,18	R$ 2.724,18	R$ 2.724,18	R$ 32.690,16	R$ 35.414,34
11.786.390/0001-93	PR	MATO RICO	R$ -	R$ 333,17	R$ 333,17	R$ 333,17	R$ 3.998,04	R$ 4.331,21
09.280.202/0001-09	PR	MAUA DA SERRA	R$ -	R$ 839,93	R$ 839,93	R$ 839,93	R$ 10.079,16	R$ 10.919,09
09.239.394/0001-00	PR	MEDIANEIRA	R$ -	R$ 3.624,77	R$ 3.624,77	R$ 3.624,77	R$ 43.497,24	R$ 47.122,01
09.133.765/0001-74	PR	MERCEDES	R$ -	R$ 434,36	R$ 434,36	R$ 434,36	R$ 5.212,32	R$ 5.646,68
09.160.055/0001-33	PR	MIRADOR	R$ -	R$ 187,86	R$ 187,86	R$ 187,86	R$ 2.254,32	R$ 2.442,18
10.157.458/0001-02	PR	MIRASELVA	R$ -	R$ 152,69	R$ 152,69	R$ 152,69	R$ 1.832,28	R$ 1.984,97
09.077.055/0001-74	PR	MISSAL	R$ -	R$ 839,70	R$ 839,70	R$ 839,70	R$ 10.076,40	R$ 10.916,10
09.582.499/0001-67	PR	MOREIRA SALES	R$ -	R$ 1.048,86	R$ 1.048,86	R$ 1.048,86	R$ 12.586,32	R$ 13.635,18
11.938.311/0001-12	PR	MORRETES	R$ -	R$ 1.299,86	R$ 1.299,86	R$ 1.299,86	R$ 15.598,32	R$ 16.898,18
04.143.560/0001-56	PR	MUNHOZ DE MELO	R$ -	R$ 312,59	R$ 312,59	R$ 312,59	R$ 3.751,08	R$ 4.063,67
08.546.480/0001-00	PR	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	R$ -	R$ 314,47	R$ 314,47	R$ 314,47	R$ 3.773,64	R$ 4.088,11
09.444.531/0001-48	PR	NOVA ALIANCA DO IVAI	R$ -	R$ 121,07	R$ 121,07	R$ 121,07	R$ 1.452,84	R$ 1.573,91
10.496.387/0001-72	PR	NOVA AMERICA DA COLINA	R$ -	R$ 272,95	R$ 272,95	R$ 272,95	R$ 3.275,40	R$ 3.548,35
09.472.866/0001-70	PR	NOVA AURORA	R$ -	R$ 920,35	R$ 920,35	R$ 920,35	R$ 11.044,20	R$ 11.964,55
10.502.182/0001-52	PR	NOVA CANTU	R$ -	R$ 592,73	R$ 592,73	R$ 592,73	R$ 7.112,76	R$ 7.705,49
08.570.778/0001-48	PR	NOVA ESPERANCA	R$ -	R$ 2.189,39	R$ 2.189,39	R$ 2.189,39	R$ 26.272,68	R$ 28.462,07
08.956.201/0001-79	PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	R$ -	R$ 418,75	R$ 418,75	R$ 418,75	R$ 5.025,00	R$ 5.443,75
09.519.211/0001-00	PR	NOVA FATIMA	R$ -	R$ 645,97	R$ 645,97	R$ 645,97	R$ 7.751,64	R$ 8.397,61
09.195.958/0001-50	PR	NOVA LARANJEIRAS	R$ -	R$ 915,43	R$ 915,43	R$ 915,43	R$ 10.985,16	R$ 11.900,59
09.220.022/0001-31	PR	NOVA LONDRINA	R$ -	R$ 1.036,71	R$ 1.036,71	R$ 1.036,71	R$ 12.440,52	R$ 13.477,23
00.789.980/0001-53	PR	NOVA OLIMPIA	R$ -	R$ 455,55	R$ 455,55	R$ 455,55	R$ 5.466,60	R$ 5.922,15
09.270.482/0001-74	PR	NOVA PRATA DO IGUACU	R$ -	R$ 827,61	R$ 827,61	R$ 827,61	R$ 9.931,32	R$ 10.758,93
08.854.896/0001-88	PR	NOVA SANTA BARBARA	R$ -	R$ 336,65	R$ 336,65	R$ 336,65	R$ 4.039,80	R$ 4.376,45
09.157.410/0001-15	PR	NOVA SANTA ROSA	R$ -	R$ 644,88	R$ 644,88	R$ 644,88	R$ 7.738,56	R$ 8.383,44
09.588.897/0001-90	PR	NOVA TEBAS	R$ -	R$ 656,27	R$ 656,27	R$ 656,27	R$ 7.875,24	R$ 8.531,51
11.301.919/0001-31	PR	NOVO ITACOLOMI	R$ -	R$ 223,14	R$ 223,14	R$ 223,14	R$ 2.677,68	R$ 2.900,82
09.324.615/0001-48	PR	ORTIGUEIRA	R$ -	R$ 1.980,93	R$ 1.980,93	R$ 1.980,93	R$ 23.771,16	R$ 25.752,09
11.337.035/0001-37	PR	OURIZONA	R$ -	R$ 268,97	R$ 268,97	R$ 268,97	R$ 3.227,64	R$ 3.496,61
09.292.656/0001-08	PR	OURO VERDE DO OESTE	R$ -	R$ 470,46	R$ 470,46	R$ 470,46	R$ 5.645,52	R$ 6.115,98
09.113.516/0001-17	PR	PAICANDU	R$ -	R$ 3.238,97	R$ 3.238,97	R$ 3.238,97	R$ 38.867,64	R$ 42.106,61
80.873.003/0001-79	PR	PALMAS	R$ -	R$ 4.039,66	R$ 4.039,66	R$ 4.039,66	R$ 48.475,92	R$ 52.515,58
08.576.163/0001-29	PR	PALMEIRA	R$ -	R$ 2.658,04	R$ 2.658,04	R$ 2.658,04	R$ 31.896,48	R$ 34.554,52
09.290.590/0001-09	PR	PALMITAL	R$ -	R$ 1.231,88	R$ 1.231,88	R$ 1.231,88	R$ 14.782,56	R$ 16.014,44
08.878.760/0001-08	PR	PALOTINA	R$ -	R$ 2.498,69	R$ 2.498,69	R$ 2.498,69	R$ 29.984,28	R$ 32.482,97
09.196.589/0001-10	PR	PARAISO DO NORTE	R$ -	R$ 1.085,12	R$ 1.085,12	R$ 1.085,12	R$ 13.021,44	R$ 14.106,56
08.799.254/0001-23	PR	PARANACITY	R$ -	R$ 900,11	R$ 900,11	R$ 900,11	R$ 10.801,32	R$ 11.701,43
10.428.937/0001-16	PR	PARANAGUA	R$ -	R$ 12.156,52	R$ 12.156,52	R$ 12.156,52	R$ 145.878,24	R$ 158.034,76
12.102.959/0001-17	PR	PARANAPOEMA	R$ -	R$ 251,31	R$ 251,31	R$ 251,31	R$ 3.015,72	R$ 3.267,03
08.518.587/0001-37	PR	PARANAVAI	R$ -	R$ 6.933,96	R$ 6.933,96	R$ 6.933,96	R$ 83.207,52	R$ 90.141,48
12.232.808/0001-83	PR	PATO BRAGADO	R$ -	R$ 440,17	R$ 440,17	R$ 440,17	R$ 5.282,04	R$ 5.722,21
80.872.476/0001-51	PR	PATO BRANCO	R$ -	R$ 6.502,97	R$ 6.502,97	R$ 6.502,97	R$ 78.035,64	R$ 84.538,61
09.500.961/0001-30	PR	PAULA FREITAS	R$ -	R$ 460,80	R$ 460,80	R$ 460,80	R$ 5.529,60	R$ 5.990,40

12.082.670/0001-83	PR	PAULO FRONTIN	R$ -	R$ 577,01	R$ 577,01	R$ 577,01	R$ 6.924,12	R$ 7.501,13
10.572.895/0001-92	PR	PEABIRU	R$ -	R$ 1.098,15	R$ 1.098,15	R$ 1.098,15	R$ 13.177,80	R$ 14.275,95
09.223.195/0001-03	PR	PEROBAL	R$ -	R$ 480,73	R$ 480,73	R$ 480,73	R$ 5.768,76	R$ 6.249,49
09.350.598/0001-13	PR	PEROLA	R$ -	R$ 881,44	R$ 881,44	R$ 881,44	R$ 10.577,28	R$ 11.458,72
08.764.962/0001-29	PR	PEROLA D'OESTE	R$ -	R$ 565,08	R$ 565,08	R$ 565,08	R$ 6.780,96	R$ 7.346,04
10.430.481/0001-29	PR	PIEN	R$ -	R$ 1.009,88	R$ 1.009,88	R$ 1.009,88	R$ 12.118,56	R$ 13.128,44
08.827.276/0001-50	PR	PINHAIS	R$ -	R$ 10.369,24	R$ 10.369,24	R$ 10.369,24	R$ 124.430,88	R$ 134.800,12
08.862.734/0001-91	PR	PINHAL DE SAO BENTO	R$ -	R$ 216,38	R$ 216,38	R$ 216,38	R$ 2.596,56	R$ 2.812,94
09.269.741/0001-47	PR	PINHALAO	R$ -	R$ 501,21	R$ 501,21	R$ 501,21	R$ 6.014,52	R$ 6.515,73
09.248.525/0001-15	PR	PINHAO	R$ -	R$ 2.566,36	R$ 2.566,36	R$ 2.566,36	R$ 30.796,32	R$ 33.362,68
08.957.376/0001-09	PR	PIRAI DO SUL	R$ -	R$ 1.997,87	R$ 1.997,87	R$ 1.997,87	R$ 23.974,44	R$ 25.972,31
09.468.040/0001-37	PR	PIRAQUARA	R$ -	R$ 8.868,98	R$ 8.868,98	R$ 8.868,98	R$ 106.427,76	R$ 115.296,74
09.341.315/0001-77	PR	PITANGA	R$ -	R$ 2.750,23	R$ 2.750,23	R$ 2.750,23	R$ 33.002,76	R$ 35.752,99
10.737.132/0001-54	PR	PITANGUEIRAS	R$ -	R$ 252,96	R$ 252,96	R$ 252,96	R$ 3.035,52	R$ 3.288,48
09.367.941/0001-32	PR	PLANALTINA DO PARANA	R$ -	R$ 334,48	R$ 334,48	R$ 334,48	R$ 4.013,76	R$ 4.348,24
09.272.764/0001-00	PR	PLANALTO	R$ -	R$ 1.057,58	R$ 1.057,58	R$ 1.057,58	R$ 12.690,96	R$ 13.748,54
09.277.224/0001-10	PR	PONTA GROSSA	R$ -	R$ 27.597,75	R$ 27.597,75	R$ 27.597,75	R$ 331.173,00	R$ 358.770,75
09.515.395/0001-30	PR	PONTAL DO PARANA	R$ -	R$ 2.140,74	R$ 2.140,74	R$ 2.140,74	R$ 25.688,88	R$ 27.829,62
09.412.450/0001-66	PR	PORECATU	R$ -	R$ 1.113,29	R$ 1.113,29	R$ 1.113,29	R$ 13.359,48	R$ 14.472,77
09.255.445/0001-97	PR	PORTO AMAZONAS	R$ -	R$ 380,38	R$ 380,38	R$ 380,38	R$ 4.564,56	R$ 4.944,94
14.119.340/0001-40	PR	PORTO BARREIRO	R$ -	R$ 298,54	R$ 298,54	R$ 298,54	R$ 3.582,48	R$ 3.881,02
09.267.309/0001-17	PR	PORTO RICO	R$ -	R$ 200,78	R$ 200,78	R$ 200,78	R$ 2.409,36	R$ 2.610,14
09.422.562/0001-06	PR	PORTO VITORIA	R$ -	R$ 322,07	R$ 322,07	R$ 322,07	R$ 3.864,84	R$ 4.186,91
09.102.090/0001-04	PR	PRADO FERREIRA	R$ -	R$ 294,47	R$ 294,47	R$ 294,47	R$ 3.533,64	R$ 3.828,11
09.182.117/0001-08	PR	PRANCHITA	R$ -	R$ 461,75	R$ 461,75	R$ 461,75	R$ 5.541,00	R$ 6.002,75
09.317.557/0001-25	PR	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	R$ -	R$ 416,32	R$ 416,32	R$ 416,32	R$ 4.995,84	R$ 5.412,16
08.648.246/0001-86	PR	PRIMEIRO DE MAIO	R$ -	R$ 872,73	R$ 872,73	R$ 872,73	R$ 10.472,76	R$ 11.345,49
10.444.476/0001-75	PR	PRUDENTOPOLIS	R$ -	R$ 4.139,09	R$ 4.139,09	R$ 4.139,09	R$ 49.669,08	R$ 53.808,17
09.338.106/0001-74	PR	QUARTO CENTENARIO	R$ -	R$ 382,97	R$ 382,97	R$ 382,97	R$ 4.595,64	R$ 4.978,61
09.229.133/0001-09	PR	QUATIGUA	R$ -	R$ 584,46	R$ 584,46	R$ 584,46	R$ 7.013,52	R$ 7.597,98
08.862.606/0001-48	PR	QUATRO BARRAS	R$ -	R$ 1.848,48	R$ 1.848,48	R$ 1.848,48	R$ 22.181,76	R$ 24.030,24
09.079.277/0001-26	PR	QUATRO PONTES	R$ -	R$ 315,02	R$ 315,02	R$ 315,02	R$ 3.780,24	R$ 4.095,26
09.131.091/0001-79	PR	QUEDAS DO IGUACU	R$ -	R$ 2.702,01	R$ 2.702,01	R$ 2.702,01	R$ 32.424,12	R$ 35.126,13
73.242.695/0001-91	PR	QUERENCIA DO NORTE	R$ -	R$ 967,09	R$ 967,09	R$ 967,09	R$ 11.605,08	R$ 12.572,17
10.380.316/0001-00	PR	QUINTA DO SOL	R$ -	R$ 407,14	R$ 407,14	R$ 407,14	R$ 4.885,68	R$ 5.292,82
10.401.869/0001-00	PR	QUITANDINHA	R$ -	R$ 1.509,27	R$ 1.509,27	R$ 1.509,27	R$ 18.111,24	R$ 19.620,51
09.220.604/0001-18	PR	RAMILANDIA	R$ -	R$ 352,66	R$ 352,66	R$ 352,66	R$ 4.231,92	R$ 4.584,58
11.650.773/0001-30	PR	RANCHO ALEGRE	R$ -	R$ 320,36	R$ 320,36	R$ 320,36	R$ 3.844,32	R$ 4.164,68
09.307.789/0001-00	PR	RANCHO ALEGRE D'OESTE	R$ -	R$ 233,50	R$ 233,50	R$ 233,50	R$ 2.802,00	R$ 3.035,50
09.158.413/0001-73	PR	REALEZA	R$ -	R$ 1.327,73	R$ 1.327,73	R$ 1.327,73	R$ 15.932,76	R$ 17.260,49
09.620.017/0001-16	PR	REBOUCAS	R$ -	R$ 1.180,46	R$ 1.180,46	R$ 1.180,46	R$ 14.165,52	R$ 15.345,98
08.892.866/0001-66	PR	RENASCENCA	R$ -	R$ 533,70	R$ 533,70	R$ 533,70	R$ 6.404,40	R$ 6.938,10
15.753.795/0001-86	PR	RESERVA	R$ -	R$ 2.116,65	R$ 2.116,65	R$ 2.116,65	R$ 25.399,80	R$ 27.516,45
10.208.952/0001-59	PR	RESERVA DO IGUACU	R$ -	R$ 634,64	R$ 634,64	R$ 634,64	R$ 7.615,68	R$ 8.250,32
09.268.008/0001-08	PR	RIBEIRAO CLARO	R$ -	R$ 837,03	R$ 837,03	R$ 837,03	R$ 10.044,36	R$ 10.881,39
09.654.201/0001-87	PR	RIBEIRAO DO PINHAL	R$ -	R$ 1.022,28	R$ 1.022,28	R$ 1.022,28	R$ 12.267,36	R$ 13.289,64
09.423.744/0001-93	PR	RIO AZUL	R$ -	R$ 1.207,16	R$ 1.207,16	R$ 1.207,16	R$ 14.485,92	R$ 15.693,08
09.010.415/0001-10	PR	RIO BOM	R$ -	R$ 251,31	R$ 251,31	R$ 251,31	R$ 3.015,72	R$ 3.267,03
09.271.457/0001-05	PR	RIO BONITO DO IGUACU	R$ -	R$ 1.198,05	R$ 1.198,05	R$ 1.198,05	R$ 14.376,60	R$ 15.574,65
10.636.073/0001-28	PR	RIO BRANCO DO IVAI	R$ -	R$ 324,53	R$ 324,53	R$ 324,53	R$ 3.894,36	R$ 4.218,89
10.409.046/0001-12	PR	RIO BRANCO DO SUL	R$ -	R$ 2.566,84	R$ 2.566,84	R$ 2.566,84	R$ 30.802,08	R$ 33.368,92
09.127.166/0001-48	PR	RIO NEGRO	R$ -	R$ 2.681,03	R$ 2.681,03	R$ 2.681,03	R$ 32.172,36	R$ 34.853,39
08.737.323/0001-74	PR	ROLANDIA	R$ -	R$ 5.223,97	R$ 5.223,97	R$ 5.223,97	R$ 62.687,64	R$ 67.911,61
10.517.867/0001-72	PR	RONCADOR	R$ -	R$ 975,25	R$ 975,25	R$ 975,25	R$ 11.703,00	R$ 12.678,25
08.927.244/0001-26	PR	RONDON	R$ -	R$ 751,58	R$ 751,58	R$ 751,58	R$ 9.018,96	R$ 9.770,54
09.314.015/0001-07	PR	ROSARIO DO IVAI	R$ -	R$ 460,57	R$ 460,57	R$ 460,57	R$ 5.526,84	R$ 5.987,41
09.618.261/0001-44	PR	SABAUDIA	R$ -	R$ 535,66	R$ 535,66	R$ 535,66	R$ 6.427,92	R$ 6.963,58
08.992.808/0001-04	PR	SALGADO FILHO	R$ -	R$ 364,06	R$ 364,06	R$ 364,06	R$ 4.368,72	R$ 4.732,78
11.582.670/0001-80	PR	SALTO DO ITARARE	R$ -	R$ 387,21	R$ 387,21	R$ 387,21	R$ 4.646,52	R$ 5.033,73
08.873.090/0001-37	PR	SALTO DO LONTRA	R$ -	R$ 1.160,05	R$ 1.160,05	R$ 1.160,05	R$ 13.920,60	R$ 15.080,65
13.716.087/0001-40	PR	SANTA AMELIA	R$ -	R$ 325,24	R$ 325,24	R$ 325,24	R$ 3.902,88	R$ 4.228,12
10.651.971/0001-55	PR	SANTA CECILIA DO PAVAO	R$ -	R$ 289,92	R$ 289,92	R$ 289,92	R$ 3.479,04	R$ 3.768,96
08.857.186/0001-01	PR	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	R$ -	R$ 612,00	R$ 612,00	R$ 612,00	R$ 7.344,00	R$ 7.956,00
08.541.779/0001-64	PR	SANTA FE	R$ -	R$ 944,44	R$ 944,44	R$ 944,44	R$ 11.333,28	R$ 12.277,72
09.201.882/0001-28	PR	SANTA HELENA	R$ -	R$ 2.078,45	R$ 2.078,45	R$ 2.078,45	R$ 24.941,40	R$ 27.019,85
09.301.952/0001-10	PR	SANTA INES	R$ -	R$ 147,66	R$ 147,66	R$ 147,66	R$ 1.771,92	R$ 1.919,58
09.350.916/0001-46	PR	SANTA ISABEL DO IVAI	R$ -	R$ 671,79	R$ 671,79	R$ 671,79	R$ 8.061,48	R$ 8.733,27
08.916.107/0001-96	PR	SANTA IZABEL DO OESTE	R$ -	R$ 1.161,44	R$ 1.161,44	R$ 1.161,44	R$ 13.937,28	R$ 15.098,72
09.502.448/0001-88	PR	SANTA LUCIA	R$ -	R$ 302,11	R$ 302,11	R$ 302,11	R$ 3.625,32	R$ 3.927,43
10.644.621/0001-61	PR	SANTA MARIA DO OESTE	R$ -	R$ 900,77	R$ 900,77	R$ 900,77	R$ 10.809,24	R$ 11.710,01
09.658.719/0001-99	PR	SANTA MARIANA	R$ -	R$ 919,88	R$ 919,88	R$ 919,88	R$ 11.038,56	R$ 11.958,44
09.226.464/0001-95	PR	SANTA MONICA	R$ -	R$ 312,36	R$ 312,36	R$ 312,36	R$ 3.748,32	R$ 4.060,68
12.288.286/0001-31	PR	SANTA TEREZA DO OESTE	R$ -	R$ 795,52	R$ 795,52	R$ 795,52	R$ 9.546,24	R$ 10.341,76
09.217.518/0001-56	PR	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	R$ -	R$ 1.841,10	R$ 1.841,10	R$ 1.841,10	R$ 22.093,20	R$ 23.934,30
09.300.003/0001-15	PR	SANTANA DO ITARARE	R$ -	R$ 451,38	R$ 451,38	R$ 451,38	R$ 5.416,56	R$ 5.867,94
09.571.543/0001-33	PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	R$ -	R$ 3.608,68	R$ 3.608,68	R$ 3.608,68	R$ 43.304,16	R$ 46.912,84
08.817.021/0001-06	PR	SANTO ANTONIO DO CAIUA	R$ -	R$ 209,25	R$ 209,25	R$ 209,25	R$ 2.511,00	R$ 2.720,25
09.506.905/0001-02	PR	SANTO ANTONIO DO PARAISO	R$ -	R$ 186,66	R$ 186,66	R$ 186,66	R$ 2.239,92	R$ 2.426,58
09.263.736/0001-27	PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	R$ -	R$ 1.597,77	R$ 1.597,77	R$ 1.597,77	R$ 19.173,24	R$ 20.771,01
08.549.559/0001-87	PR	SANTO INACIO	R$ -	R$ 426,67	R$ 426,67	R$ 426,67	R$ 5.120,04	R$ 5.546,71
09.235.678/0001-28	PR	SAO CARLOS DO IVAI	R$ -	R$ 544,95	R$ 544,95	R$ 544,95	R$ 6.539,40	R$ 7.084,35
10.188.734/0001-08	PR	SAO JERONIMO DA SERRA	R$ -	R$ 885,01	R$ 885,01	R$ 885,01	R$ 10.620,12	R$ 11.505,13
08.993.221/0001-10	PR	SAO JOAO	R$ -	R$ 877,75	R$ 877,75	R$ 877,75	R$ 10.533,00	R$ 11.410,75
10.376.983/0001-19	PR	SAO JOAO DO CAIUA	R$ -	R$ 463,90	R$ 463,90	R$ 463,90	R$ 5.566,80	R$ 6.030,70
09.424.427/0001-91	PR	SAO JOAO DO IVAI	R$ -	R$ 942,05	R$ 942,05	R$ 942,05	R$ 11.304,60	R$ 12.246,65
09.285.785/0001-60	PR	SAO JOAO DO TRIUNFO	R$ -	R$ 1.197,97	R$ 1.197,97	R$ 1.197,97	R$ 14.375,64	R$ 15.573,61
08.654.419/0001-79	PR	SAO JORGE DO IVAI	R$ -	R$ 435,54	R$ 435,54	R$ 435,54	R$ 5.226,48	R$ 5.662,02
00.604.061/0001-68	PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	R$ -	R$ 481,72	R$ 481,72	R$ 481,72	R$ 5.780,64	R$ 6.262,36
09.275.990/0001-45	PR	SAO JORGE D'OESTE	R$ -	R$ 710,08	R$ 710,08	R$ 710,08	R$ 8.520,96	R$ 9.231,04
10.485.140/0001-50	PR	SAO JOSE DA BOA VISTA	R$ -	R$ 491,71	R$ 491,71	R$ 491,71	R$ 5.900,52	R$ 6.392,23
09.005.558/0001-34	PR	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	R$ -	R$ 309,30	R$ 309,30	R$ 309,30	R$ 3.711,60	R$ 4.020,90
09.237.668/0001-21	PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	R$ -	R$ 25.369,75	R$ 25.369,75	R$ 25.369,75	R$ 304.437,00	R$ 329.806,75
09.198.067/0001-57	PR	SAO MANOEL DO PARANA	R$ -	R$ 169,48	R$ 169,48	R$ 169,48	R$ 2.033,76	R$ 2.203,24
09.426.565/0001-00	PR	SAO MATEUS DO SUL	R$ -	R$ 3.629,71	R$ 3.629,71	R$ 3.629,71	R$ 43.556,52	R$ 47.186,23
09.220.037/0001-08	PR	SAO MIGUEL DO IGUACU	R$ -	R$ 2.153,93	R$ 2.153,93	R$ 2.153,93	R$ 25.847,16	R$ 28.001,09
09.258.961/0001-75	PR	SAO PEDRO DO IGUACU	R$ -	R$ 519,83	R$ 519,83	R$ 519,83	R$ 6.237,96	R$ 6.757,79
10.588.370/0001-45	PR	SAO PEDRO DO IVAI	R$ -	R$ 861,59	R$ 861,59	R$ 861,59	R$ 10.339,08	R$ 11.200,67
10.551.725/0001-21	PR	SAO PEDRO DO PARANA	R$ -	R$ 200,94	R$ 200,94	R$ 200,94	R$ 2.411,28	R$ 2.612,22
09.000.336/0001-29	PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	R$ -	R$ 694,62	R$ 694,62	R$ 694,62	R$ 8.335,44	R$ 9.030,06
09.196.559/0001-03	PR	SAO TOME	R$ -	R$ 448,96	R$ 448,96	R$ 448,96	R$ 5.387,52	R$ 5.836,48
10.260.827/0001-98	PR	SAPOPEMA	R$ -	R$ 533,70	R$ 533,70	R$ 533,70	R$ 6.404,40	R$ 6.938,10
09.262.602/0001-91	PR	SARANDI	R$ -	R$ 7.660,66	R$ 7.660,66	R$ 7.660,66	R$ 91.927,92	R$ 99.588,58
09.227.510/0001-70	PR	SAUDADE DO IGUACU	R$ -	R$ 435,77	R$ 435,77	R$ 435,77	R$ 5.229,24	R$ 5.665,01
09.271.085/0001-17	PR	SENGES	R$ -	R$ 1.531,29	R$ 1.531,29	R$ 1.531,29	R$ 18.375,48	R$ 19.906,77
09.202.632/0001-02	PR	SERRANOPOLIS DO IGUACU	R$ -	R$ 352,68	R$ 352,68	R$ 352,68	R$ 4.232,16	R$ 4.584,84
09.377.047/0001-43	PR	SERTANEJA	R$ -	R$ 464,81	R$ 464,81	R$ 464,81	R$ 5.577,72	R$ 6.042,53
10.901.090/0001-45	PR	SERTANOPOLIS	R$ -	R$ 1.284,34	R$ 1.284,34	R$ 1.284,34	R$ 15.412,08	R$ 16.696,42

09.353.968/0001-76	PR	SIQUEIRA CAMPOS	R$ -	R$ 1.648,95	R$ 1.648,95	R$ 1.648,95	R$ 19.787,40	R$ 21.436,35
09.004.299/0001-27	PR	SULINA	R$ -	R$ 272,08	R$ 272,08	R$ 272,08	R$ 3.264,96	R$ 3.537,04
09.242.908/0001-86	PR	TAMARANA	R$ -	R$ 1.172,38	R$ 1.172,38	R$ 1.172,38	R$ 14.068,56	R$ 15.240,94
09.291.168/0001-78	PR	TAMBOARA	R$ -	R$ 401,72	R$ 401,72	R$ 401,72	R$ 4.820,64	R$ 5.222,36
08.896.068/0001-02	PR	TAPEJARA	R$ -	R$ 1.271,47	R$ 1.271,47	R$ 1.271,47	R$ 15.257,64	R$ 16.529,11
09.597.602/0001-42	PR	TAPIRA	R$ -	R$ 438,86	R$ 438,86	R$ 438,86	R$ 5.266,32	R$ 5.705,18
09.277.522/0001-00	PR	TEIXEIRA SOARES	R$ -	R$ 979,85	R$ 979,85	R$ 979,85	R$ 11.758,20	R$ 12.738,05
10.505.434/0001-05	PR	TELEMACO BORBA	R$ -	R$ 6.196,42	R$ 6.196,42	R$ 6.196,42	R$ 74.357,04	R$ 80.553,46
09.343.691/0001-09	PR	TERRA BOA	R$ -	R$ 1.341,22	R$ 1.341,22	R$ 1.341,22	R$ 16.094,64	R$ 17.435,86
09.241.202/0001-08	PR	TERRA RICA	R$ -	R$ 1.317,29	R$ 1.317,29	R$ 1.317,29	R$ 15.807,48	R$ 17.124,77
09.289.387/0001-12	PR	TERRA ROXA	R$ -	R$ 1.371,59	R$ 1.371,59	R$ 1.371,59	R$ 16.459,08	R$ 17.830,67
09.277.109/0001-45	PR	TIBAGI	R$ -	R$ 1.625,97	R$ 1.625,97	R$ 1.625,97	R$ 19.511,64	R$ 21.137,61
10.302.092/0001-18	PR	TIJUCAS DO SUL	R$ -	R$ 1.336,46	R$ 1.336,46	R$ 1.336,46	R$ 16.037,52	R$ 17.373,98
08.885.072/0001-75	PR	TOLEDO	R$ -	R$ 11.034,44	R$ 11.034,44	R$ 11.034,44	R$ 132.413,28	R$ 143.447,72
09.361.081/0001-20	PR	TOMAZINA	R$ -	R$ 697,86	R$ 697,86	R$ 697,86	R$ 8.374,32	R$ 9.072,18
09.185.764/0001-73	PR	TRES BARRAS DO PARANA	R$ -	R$ 953,94	R$ 953,94	R$ 953,94	R$ 11.447,28	R$ 12.401,22
11.628.595/0001-40	PR	TUNAS DO PARANA	R$ -	R$ 694,77	R$ 694,77	R$ 694,77	R$ 8.337,24	R$ 9.032,01
09.053.493/0001-00	PR	TUNEIRAS DO OESTE	R$ -	R$ 678,69	R$ 678,69	R$ 678,69	R$ 8.144,28	R$ 8.822,97
09.152.804/0001-80	PR	TUPASSI	R$ -	R$ 637,42	R$ 637,42	R$ 637,42	R$ 7.649,04	R$ 8.286,46
09.354.277/0001-97	PR	TURVO	R$ -	R$ 1.137,99	R$ 1.137,99	R$ 1.137,99	R$ 13.655,88	R$ 14.793,87
09.254.084/0001-64	PR	UBIRATA	R$ -	R$ 1.648,71	R$ 1.648,71	R$ 1.648,71	R$ 19.784,52	R$ 21.433,23
08.931.506/0001-26	PR	UMUARAMA	R$ -	R$ 8.752,93	R$ 8.752,93	R$ 8.752,93	R$ 105.035,16	R$ 113.788,09
09.519.131/0001-54	PR	UNIAO DA VITORIA	R$ -	R$ 4.512,87	R$ 4.512,87	R$ 4.512,87	R$ 54.154,44	R$ 58.667,31
08.600.424/0001-07	PR	UNIFLOR	R$ -	R$ 204,39	R$ 204,39	R$ 204,39	R$ 2.452,68	R$ 2.657,07
10.920.715/0001-16	PR	URAI	R$ -	R$ 887,71	R$ 887,71	R$ 887,71	R$ 10.652,52	R$ 11.540,23
09.281.376/0001-96	PR	VENTANIA	R$ -	R$ 942,21	R$ 942,21	R$ 942,21	R$ 11.306,52	R$ 12.248,73
09.276.606/0001-29	PR	VERA CRUZ DO OESTE	R$ -	R$ 733,44	R$ 733,44	R$ 733,44	R$ 8.801,28	R$ 9.534,72
09.213.457/0001-59	PR	VERE	R$ -	R$ 633,81	R$ 633,81	R$ 633,81	R$ 7.605,72	R$ 8.239,53
09.297.420/0001-56	PR	VIRMOND	R$ -	R$ 315,65	R$ 315,65	R$ 315,65	R$ 3.787,80	R$ 4.103,45
09.118.695/0001-85	PR	VITORINO	R$ -	R$ 536,52	R$ 536,52	R$ 536,52	R$ 6.438,24	R$ 6.974,76
09.521.192/0001-56	PR	WENCESLAU BRAZ	R$ -	R$ 1.538,19	R$ 1.538,19	R$ 1.538,19	R$ 18.458,28	R$ 19.996,47
09.318.853/0001-40	PR	XAMBRE	R$ -	R$ 445,58	R$ 445,58	R$ 445,58	R$ 5.346,96	R$ 5.792,54
39.157.029/0001-17	RJ	ANGRA DOS REIS	R$ 15.989,28	R$ -	R$ 15.989,28	R$ 15.989,28	R$ 191.871,36	R$ 207.860,64
02.934.539/0001-43	RJ	APERIBE	R$ 931,67	R$ -	R$ 931,67	R$ 931,67	R$ 11.180,04	R$ 12.111,71
11.885.839/0001-70	RJ	ARARUAMA	R$ 10.388,31	R$ -	R$ 10.388,31	R$ 10.388,31	R$ 124.659,72	R$ 135.048,03
06.810.909/0001-91	RJ	AREAL	R$ 996,09	R$ -	R$ 996,09	R$ 996,09	R$ 11.953,08	R$ 12.949,17
11.962.794/0001-90	RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	R$ 2.657,49	R$ -	R$ 2.657,49	R$ 2.657,49	R$ 31.889,88	R$ 34.547,37
11.144.705/0001-07	RJ	ARRAIAL DO CABO	R$ 2.381,23	R$ -	R$ 2.381,23	R$ 2.381,23	R$ 28.574,76	R$ 30.955,99
01.606.604/0001-49	RJ	BARRA DO PIRAI	R$ 7.875,50	R$ -	R$ 7.875,50	R$ 7.875,50	R$ 94.506,00	R$ 102.381,50
36.507.127/0001-49	RJ	BARRA MANSA	R$ 14.469,25	R$ -	R$ 14.469,25	R$ 14.469,25	R$ 173.631,00	R$ 188.100,25
11.868.019/0001-70	RJ	BELFORD ROXO	R$ 40.479,48	R$ -	R$ 40.479,48	R$ 40.479,48	R$ 485.753,76	R$ 526.233,24
11.867.889/0001-25	RJ	BOM JARDIM	R$ 2.174,57	R$ -	R$ 2.174,57	R$ 2.174,57	R$ 26.094,84	R$ 28.269,41
11.959.800/0001-50	RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	R$ 2.910,61	R$ -	R$ 2.910,61	R$ 2.910,61	R$ 34.927,32	R$ 37.837,93
12.292.556/0001-88	RJ	CABO FRIO	R$ 17.773,50	R$ -	R$ 17.773,50	R$ 17.773,50	R$ 213.282,00	R$ 231.055,50
13.817.576/0001-98	RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	R$ 4.624,29	R$ -	R$ 4.624,29	R$ 4.624,29	R$ 55.491,48	R$ 60.115,77
13.891.753/0001-86	RJ	CAMBUCI	R$ 1.228,47	R$ -	R$ 1.228,47	R$ 1.228,47	R$ 14.741,64	R$ 15.970,11
11.384.874/0001-06	RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	R$ 39.823,00	R$ -	R$ 39.823,00	R$ 39.823,00	R$ 477.876,00	R$ 517.699,00
03.576.656/0001-45	RJ	CANTAGALO	R$ 1.582,73	R$ -	R$ 1.582,73	R$ 1.582,73	R$ 18.992,76	R$ 20.575,49
08.361.606/0001-64	RJ	CARAPEBUS	R$ 1.279,00	R$ -	R$ 1.279,00	R$ 1.279,00	R$ 15.348,00	R$ 16.627,00
11.389.387/0001-36	RJ	CARDOSO MOREIRA	R$ 1.015,98	R$ -	R$ 1.015,98	R$ 1.015,98	R$ 12.191,76	R$ 13.207,74
11.762.815/0001-24	RJ	CARMO	R$ 1.497,07	R$ -	R$ 1.497,07	R$ 1.497,07	R$ 17.964,84	R$ 19.461,91
08.772.020/0001-92	RJ	CASIMIRO DE ABREU	R$ 3.466,74	R$ -	R$ 3.466,74	R$ 3.466,74	R$ 41.600,88	R$ 45.067,62
11.813.986/0001-35	RJ	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	R$ 678,29	R$ -	R$ 678,29	R$ 678,29	R$ 8.139,48	R$ 8.817,77
08.640.219/0001-67	RJ	CONCEICAO DE MACABU	R$ 1.822,50	R$ -	R$ 1.822,50	R$ 1.822,50	R$ 21.870,00	R$ 23.692,50
03.716.759/0001-63	RJ	CORDEIRO	R$ 1.720,35	R$ -	R$ 1.720,35	R$ 1.720,35	R$ 20.644,20	R$ 22.364,55
13.034.389/0001-38	RJ	DUAS BARRAS	R$ 910,52	R$ -	R$ 910,52	R$ 910,52	R$ 10.926,24	R$ 11.836,76
11.128.809/0001-10	RJ	DUQUE DE CAXIAS	R$ 72.152,92	R$ -	R$ 72.152,92	R$ 72.152,92	R$ 865.835,04	R$ 937.987,96
12.023.070/0001-44	RJ	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	R$ 1.098,62	R$ -	R$ 1.098,62	R$ 1.098,62	R$ 13.183,44	R$ 14.282,06
12.468.947/0001-00	RJ	GUAPIMIRIM	R$ 4.794,81	R$ -	R$ 4.794,81	R$ 4.794,81	R$ 57.537,72	R$ 62.332,53
03.581.920/0001-39	RJ	IGUABA GRANDE	R$ 2.221,25	R$ -	R$ 2.221,25	R$ 2.221,25	R$ 26.655,00	R$ 28.876,25
11.865.033/0001-10	RJ	ITABORAI	R$ 19.062,29	R$ -	R$ 19.062,29	R$ 19.062,29	R$ 228.747,48	R$ 247.809,77
11.855.524/0001-80	RJ	ITAGUAI	R$ 10.436,88	R$ -	R$ 10.436,88	R$ 10.436,88	R$ 125.242,56	R$ 135.679,44
10.411.707/0001-44	RJ	ITALVA	R$ 1.204,86	R$ -	R$ 1.204,86	R$ 1.204,86	R$ 14.458,32	R$ 15.663,18
14.999.490/0001-96	RJ	ITAOCARA	R$ 1.822,98	R$ -	R$ 1.822,98	R$ 1.822,98	R$ 21.875,76	R$ 23.698,74
39.215.827/0001-58	RJ	ITAPERUNA	R$ 8.099,11	R$ -	R$ 8.099,11	R$ 8.099,11	R$ 97.189,32	R$ 105.288,43
10.476.365/0001-40	RJ	ITATIAIA	R$ 2.791,43	R$ -	R$ 2.791,43	R$ 2.791,43	R$ 33.497,16	R$ 36.288,59
11.294.684/0001-06	RJ	JAPERI	R$ 8.300,85	R$ -	R$ 8.300,85	R$ 8.300,85	R$ 99.610,20	R$ 107.911,05
11.461.379/0001-53	RJ	LAJE DO MURIAE	R$ 633,61	R$ -	R$ 633,61	R$ 633,61	R$ 7.603,32	R$ 8.236,93
11.308.894/0001-06	RJ	MACAE	R$ 20.138,88	R$ -	R$ 20.138,88	R$ 20.138,88	R$ 241.666,56	R$ 261.805,44
11.504.310/0001-60	RJ	MACUCO	R$ 439,31	R$ -	R$ 439,31	R$ 439,31	R$ 5.271,72	R$ 5.711,03
12.133.004/0001-27	RJ	MAGE	R$ 19.228,65	R$ -	R$ 19.228,65	R$ 19.228,65	R$ 230.743,80	R$ 249.972,45
12.349.225/0001-37	RJ	MANGARATIBA	R$ 3.489,03	R$ -	R$ 3.489,03	R$ 3.489,03	R$ 41.868,36	R$ 45.357,39
04.311.955/0001-10	RJ	MARICA	R$ 12.648,55	R$ -	R$ 12.648,55	R$ 12.648,55	R$ 151.782,60	R$ 164.431,15
12.014.954/0001-32	RJ	MENDES	R$ 1.460,48	R$ -	R$ 1.460,48	R$ 1.460,48	R$ 17.525,76	R$ 18.986,24
06.083.453/0001-05	RJ	MESQUITA	R$ 14.912,09	R$ -	R$ 14.912,09	R$ 14.912,09	R$ 178.945,08	R$ 193.857,17
12.240.308/0001-93	RJ	MIGUEL PEREIRA	R$ 2.003,75	R$ -	R$ 2.003,75	R$ 2.003,75	R$ 24.045,00	R$ 26.048,75
36.285.484/0001-00	RJ	MIRACEMA	R$ 2.132,11	R$ -	R$ 2.132,11	R$ 2.132,11	R$ 25.585,32	R$ 27.717,43
12.396.542/0001-04	RJ	NATIVIDADE	R$ 1.201,80	R$ -	R$ 1.201,80	R$ 1.201,80	R$ 14.421,60	R$ 15.623,40
11.390.042/0001-00	RJ	NILOPOLIS	R$ 12.748,82	R$ -	R$ 12.748,82	R$ 12.748,82	R$ 152.985,84	R$ 165.734,66
11.249.035/0001-85	RJ	NITEROI	R$ 39.901,53	R$ -	R$ 39.901,53	R$ 39.901,53	R$ 478.818,36	R$ 518.719,89
11.399.442/0001-79	RJ	NOVA FRIBURGO	R$ 14.957,20	R$ -	R$ 14.957,20	R$ 14.957,20	R$ 179.486,40	R$ 194.443,60
10.497.795/0001-49	RJ	NOVA IGUACU	R$ 64.426,97	R$ -	R$ 64.426,97	R$ 64.426,97	R$ 773.123,64	R$ 837.550,61
09.206.510/0001-94	RJ	PARACAMBI	R$ 4.100,16	R$ -	R$ 4.100,16	R$ 4.100,16	R$ 49.201,92	R$ 53.302,08
22.959.877/0001-47	RJ	PARAIBA DO SUL	R$ 3.474,67	R$ -	R$ 3.474,67	R$ 3.474,67	R$ 41.696,04	R$ 45.170,71
12.640.342/0001-55	RJ	PARATY	R$ 3.420,00	R$ -	R$ 3.420,00	R$ 3.420,00	R$ 41.040,00	R$ 44.460,00
11.297.536/0001-37	RJ	PATY DO ALFERES	R$ 2.200,16	R$ -	R$ 2.200,16	R$ 2.200,16	R$ 26.401,92	R$ 28.602,08
11.129.492/0001-36	RJ	PETROPOLIS	R$ 24.024,22	R$ -	R$ 24.024,22	R$ 24.024,22	R$ 288.290,64	R$ 312.314,86
01.648.573/0001-99	RJ	PINHEIRAL	R$ 1.973,78	R$ -	R$ 1.973,78	R$ 1.973,78	R$ 23.685,36	R$ 25.659,14
12.047.232/0001-84	RJ	PIRAI	R$ 2.297,12	R$ -	R$ 2.297,12	R$ 2.297,12	R$ 27.565,44	R$ 29.862,56
12.097.798/0001-10	RJ	PORCIUNCULA	R$ 1.493,26	R$ -	R$ 1.493,26	R$ 1.493,26	R$ 17.919,12	R$ 19.412,38
12.107.049/0001-27	RJ	PORTO REAL	R$ 1.544,36	R$ -	R$ 1.544,36	R$ 1.544,36	R$ 18.532,32	R$ 20.076,68
16.559.032/0001-61	RJ	QUATIS	R$ 1.133,16	R$ -	R$ 1.133,16	R$ 1.133,16	R$ 13.597,92	R$ 14.731,08
13.807.681/0001-46	RJ	QUEIMADOS	R$ 11.909,89	R$ -	R$ 11.909,89	R$ 11.909,89	R$ 142.918,68	R$ 154.828,57
11.892.333/0001-99	RJ	QUISSAMA	R$ 1.938,00	R$ -	R$ 1.938,00	R$ 1.938,00	R$ 23.256,00	R$ 25.194,00
11.800.731/0001-38	RJ	RESENDE	R$ 10.305,22	R$ -	R$ 10.305,22	R$ 10.305,22	R$ 123.662,64	R$ 133.967,86
12.116.187/0001-72	RJ	RIO BONITO	R$ 4.723,46	R$ -	R$ 4.723,46	R$ 4.723,46	R$ 56.681,52	R$ 61.404,98
11.171.092/0001-99	RJ	RIO CLARO	R$ 1.468,07	R$ -	R$ 1.468,07	R$ 1.468,07	R$ 17.616,84	R$ 19.084,91
11.120.153/0001-99	RJ	RIO DAS FLORES	R$ 735,58	R$ -	R$ 735,58	R$ 735,58	R$ 8.826,96	R$ 9.562,54
02.341.441/0001-82	RJ	RIO DAS OSTRAS	R$ 11.822,11	R$ -	R$ 11.822,11	R$ 11.822,11	R$ 141.865,32	R$ 153.687,43
11.715.094/0001-00	RJ	RIO DE JANEIRO	R$ 527.175,47	R$ -	R$ 527.175,47	R$ 527.175,47	R$ 6.326.105,64	R$ 6.853.281,11
11.183.882/0001-94	RJ	SANTA MARIA MADALENA	R$ 824,32	R$ -	R$ 824,32	R$ 824,32	R$ 9.891,84	R$ 10.716,16
04.249.257/0001-32	RJ	SANTO ANTONIO DE PADUA	R$ 3.332,97	R$ -	R$ 3.332,97	R$ 3.332,97	R$ 39.995,64	R$ 43.328,61
11.835.031/0001-89	RJ	SAO FIDELIS	R$ 3.063,77	R$ -	R$ 3.063,77	R$ 3.063,77	R$ 36.765,24	R$ 39.829,01
11.389.542/0001-14	RJ	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	R$ 3.789,77	R$ -	R$ 3.789,77	R$ 3.789,77	R$ 45.477,24	R$ 49.267,01
11.884.903/0001-07	RJ	SAO GONCALO	R$ 85.118,14	R$ -	R$ 85.118,14	R$ 85.118,14	R$ 1.021.417,68	R$ 1.106.535,82
04.543.783/0001-00	RJ	SAO JOAO DA BARRA	R$ 2.860,39	R$ -	R$ 2.860,39	R$ 2.860,39	R$ 34.324,68	R$ 37.185,07
10.435.993/0001-88	RJ	SAO JOAO DE MERITI	R$ 37.065,70	R$ -	R$ 37.065,70	R$ 37.065,70	R$ 444.788,40	R$ 481.854,10

12.598.712/0001-33	RJ	SAO JOSE DE UBA	R$ 568,16	R$ -	R$ 568,16	R$ 568,16	R$ 6.817,92	R$ 7.386,08
12.440.744/0001-06	RJ	SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO	R$ 1.726,83	R$ -	R$ 1.726,83	R$ 1.726,83	R$ 20.721,96	R$ 22.448,79
04.182.700/0001-03	RJ	SAO PEDRO DA ALDEIA	R$ 8.197,35	R$ -	R$ 8.197,35	R$ 8.197,35	R$ 98.368,20	R$ 106.565,55
11.174.211/0001-67	RJ	SAO SEBASTIAO DO ALTO	R$ 741,36	R$ -	R$ 741,36	R$ 741,36	R$ 8.896,32	R$ 9.637,68
02.911.953/0001-37	RJ	SAPUCAIA	R$ 1.444,22	R$ -	R$ 1.444,22	R$ 1.444,22	R$ 17.330,64	R$ 18.774,86
12.361.936/0001-27	RJ	SAQUAREMA	R$ 6.996,42	R$ -	R$ 6.996,42	R$ 6.996,42	R$ 83.957,04	R$ 90.953,46
13.813.107/0001-09	RJ	SEROPEDICA	R$ 6.458,33	R$ -	R$ 6.458,33	R$ 6.458,33	R$ 77.499,96	R$ 83.958,29
11.740.547/0001-40	RJ	SILVA JARDIM	R$ 1.725,17	R$ -	R$ 1.725,17	R$ 1.725,17	R$ 20.702,04	R$ 22.427,21
13.828.365/0001-50	RJ	SUMIDOURO	R$ 1.237,82	R$ -	R$ 1.237,82	R$ 1.237,82	R$ 14.853,84	R$ 16.091,66
12.246.631/0001-74	RJ	TANGUA	R$ 2.718,33	R$ -	R$ 2.718,33	R$ 2.718,33	R$ 32.619,96	R$ 35.338,29
11.274.201/0001-01	RJ	TERESOPOLIS	R$ 14.326,61	R$ -	R$ 14.326,61	R$ 14.326,61	R$ 171.919,32	R$ 186.245,93
12.995.547/0001-53	RJ	TRAJANO DE MORAES	R$ 841,91	R$ -	R$ 841,91	R$ 841,91	R$ 10.102,92	R$ 10.944,83
11.405.835/0001-48	RJ	TRES RIOS	R$ 6.418,47	R$ -	R$ 6.418,47	R$ 6.418,47	R$ 77.021,64	R$ 83.440,11
11.934.211/0001-18	RJ	VALENCA	R$ 6.004,11	R$ -	R$ 6.004,11	R$ 6.004,11	R$ 72.049,32	R$ 78.053,43
07.900.983/0001-61	RJ	VARRE-SAI	R$ 871,54	R$ -	R$ 871,54	R$ 871,54	R$ 10.458,48	R$ 11.330,02
11.216.262/0001-04	RJ	VASSOURAS	R$ 2.894,92	R$ -	R$ 2.894,92	R$ 2.894,92	R$ 34.739,04	R$ 37.633,96
39.563.911/0001-62	RJ	VOLTA REDONDA	R$ 21.420,94	R$ -	R$ 21.420,94	R$ 21.420,94	R$ 257.051,28	R$ 278.472,22
11.826.099/0001-00	RN	ACARI	R$ 882,31	R$ -	R$ 882,31	R$ 882,31	R$ 10.587,72	R$ 11.470,03
11.642.164/0001-39	RN	ACU	R$ 4.596,73	R$ -	R$ 4.596,73	R$ 4.596,73	R$ 55.160,76	R$ 59.757,49
17.754.921/0001-42	RN	AFONSO BEZERRA	R$ 882,80	R$ -	R$ 882,80	R$ 882,80	R$ 10.593,60	R$ 11.476,40
70.031.570/0001-24	RN	AGUA NOVA	R$ 257,66	R$ -	R$ 257,66	R$ 257,66	R$ 3.091,92	R$ 3.349,58
13.783.947/0001-68	RN	ALEXANDRIA	R$ 1.075,72	R$ -	R$ 1.075,72	R$ 1.075,72	R$ 12.908,64	R$ 13.984,36
12.528.215/0001-69	RN	ALMINO AFONSO	R$ 401,78	R$ -	R$ 401,78	R$ 401,78	R$ 4.821,36	R$ 5.223,14
97.546.089/0001-28	RN	ALTO DO RODRIGUES	R$ 1.151,14	R$ -	R$ 1.151,14	R$ 1.151,14	R$ 13.813,68	R$ 14.964,82
11.820.900/0001-00	RN	ANGICOS	R$ 928,11	R$ -	R$ 928,11	R$ 928,11	R$ 11.137,32	R$ 12.065,43
10.676.422/0001-35	RN	ANTONIO MARTINS	R$ 571,60	R$ -	R$ 571,60	R$ 571,60	R$ 6.859,20	R$ 7.430,80
11.424.658/0001-47	RN	APODI	R$ 2.840,03	R$ -	R$ 2.840,03	R$ 2.840,03	R$ 34.080,36	R$ 36.920,39
11.397.301/0001-17	RN	AREIA BRANCA	R$ 2.200,56	R$ -	R$ 2.200,56	R$ 2.200,56	R$ 26.406,72	R$ 28.607,28
11.802.520/0001-34	RN	ARES	R$ 1.133,48	R$ -	R$ 1.133,48	R$ 1.133,48	R$ 13.601,76	R$ 14.735,24
11.344.210/0001-13	RN	AUGUSTO SEVERO	R$ 764,97	R$ -	R$ 764,97	R$ 764,97	R$ 9.179,64	R$ 9.944,61
13.851.527/0001-71	RN	BAIA FORMOSA	R$ 734,55	R$ -	R$ 734,55	R$ 734,55	R$ 8.814,60	R$ 9.549,15
12.512.241/0001-07	RN	BARAUNA	R$ 2.269,92	R$ -	R$ 2.269,92	R$ 2.269,92	R$ 27.239,04	R$ 29.508,96
12.290.707/0001-69	RN	BARCELONA	R$ 319,84	R$ -	R$ 319,84	R$ 319,84	R$ 3.838,08	R$ 4.157,92
11.842.621/0001-39	RN	BENTO FERNANDES	R$ 439,76	R$ -	R$ 439,76	R$ 439,76	R$ 5.277,12	R$ 5.716,88
11.371.881/0001-73	RN	BODO	R$ 205,37	R$ -	R$ 205,37	R$ 205,37	R$ 2.464,44	R$ 2.669,81
17.928.645/0001-91	RN	BOM JESUS	R$ 816,80	R$ -	R$ 816,80	R$ 816,80	R$ 9.801,60	R$ 10.618,40
12.202.003/0001-97	RN	BREJINHO	R$ 1.015,92	R$ -	R$ 1.015,92	R$ 1.015,92	R$ 12.191,04	R$ 13.206,96
12.456.468/0001-74	RN	CAICARA DO NORTE	R$ 523,92	R$ -	R$ 523,92	R$ 523,92	R$ 6.287,04	R$ 6.810,96
11.882.147/0001-79	RN	CAICARA DO RIO DO VENTO	R$ 294,72	R$ -	R$ 294,72	R$ 294,72	R$ 3.536,64	R$ 3.831,36
12.433.830/0001-91	RN	CAICO	R$ 5.331,62	R$ -	R$ 5.331,62	R$ 5.331,62	R$ 63.979,44	R$ 69.311,06
11.276.262/0001-08	RN	CAMPO REDONDO	R$ 888,73	R$ -	R$ 888,73	R$ 888,73	R$ 10.664,76	R$ 11.553,49
13.094.678/0001-22	RN	CANGUARETAMA	R$ 2.742,08	R$ -	R$ 2.742,08	R$ 2.742,08	R$ 32.904,96	R$ 35.647,04
11.388.450/0001-10	RN	CARAUBAS	R$ 1.623,68	R$ -	R$ 1.623,68	R$ 1.623,68	R$ 19.484,16	R$ 21.107,84
10.292.556/0001-52	RN	CARNAUBA DOS DANTAS	R$ 648,11	R$ -	R$ 648,11	R$ 648,11	R$ 7.777,32	R$ 8.425,43
11.509.226/0001-39	RN	CARNAUBAIS	R$ 860,72	R$ -	R$ 860,72	R$ 860,72	R$ 10.328,64	R$ 11.189,36
12.113.794/0001-89	RN	CEARA-MIRIM	R$ 5.823,22	R$ -	R$ 5.823,22	R$ 5.823,22	R$ 69.878,64	R$ 75.701,86
10.267.386/0001-56	RN	CERRO CORA	R$ 885,72	R$ -	R$ 885,72	R$ 885,72	R$ 10.628,64	R$ 11.514,36
13.203.985/0001-02	RN	CORONEL EZEQUIEL	R$ 440,48	R$ -	R$ 440,48	R$ 440,48	R$ 5.285,76	R$ 5.726,24
17.767.390/0001-22	RN	CORONEL JOAO PESSOA	R$ 392,96	R$ -	R$ 392,96	R$ 392,96	R$ 4.715,52	R$ 5.108,48
11.268.314/0001-96	RN	CRUZETA	R$ 633,69	R$ -	R$ 633,69	R$ 633,69	R$ 7.604,28	R$ 8.237,97
11.341.031/0001-22	RN	CURRAIS NOVOS	R$ 3.548,43	R$ -	R$ 3.548,43	R$ 3.548,43	R$ 42.581,16	R$ 46.129,59
11.870.066/0001-59	RN	DOUTOR SEVERIANO	R$ 560,64	R$ -	R$ 560,64	R$ 560,64	R$ 6.727,68	R$ 7.288,32
10.267.363/0001-41	RN	ENCANTO	R$ 446,70	R$ -	R$ 446,70	R$ 446,70	R$ 5.360,40	R$ 5.807,10
13.937.170/0001-49	RN	EQUADOR	R$ 478,95	R$ -	R$ 478,95	R$ 478,95	R$ 5.747,40	R$ 6.226,35
11.599.234/0001-13	RN	ESPIRITO SANTO	R$ 840,40	R$ -	R$ 840,40	R$ 840,40	R$ 10.084,80	R$ 10.925,20
11.362.487/0001-79	RN	EXTREMOZ	R$ 2.264,65	R$ -	R$ 2.264,65	R$ 2.264,65	R$ 27.175,80	R$ 29.440,45
12.452.550/0001-20	RN	FELIPE GUERRA	R$ 474,20	R$ -	R$ 474,20	R$ 474,20	R$ 5.690,40	R$ 6.164,60
11.326.830/0001-20	RN	FERNANDO PEDROZA	R$ 244,32	R$ -	R$ 244,32	R$ 244,32	R$ 2.931,84	R$ 3.176,16
10.310.587/0001-99	RN	FLORANIA	R$ 722,27	R$ -	R$ 722,27	R$ 722,27	R$ 8.667,24	R$ 9.389,51
11.973.748/0001-97	RN	FRANCISCO DANTAS	R$ 223,75	R$ -	R$ 223,75	R$ 223,75	R$ 2.685,00	R$ 2.908,75
11.313.547/0001-63	RN	FRUTUOSO GOMES	R$ 357,44	R$ -	R$ 357,44	R$ 357,44	R$ 4.289,28	R$ 4.646,72
97.521.878/0001-04	RN	GALINHOS	R$ 222,88	R$ -	R$ 222,88	R$ 222,88	R$ 2.674,56	R$ 2.897,44
12.256.410/0001-87	RN	GOIANINHA	R$ 2.085,99	R$ -	R$ 2.085,99	R$ 2.085,99	R$ 25.031,88	R$ 27.117,87
14.684.811/0001-63	RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	R$ 1.042,96	R$ -	R$ 1.042,96	R$ 1.042,96	R$ 12.515,52	R$ 13.558,48
11.418.305/0001-34	RN	GROSSOS	R$ 822,65	R$ -	R$ 822,65	R$ 822,65	R$ 9.871,80	R$ 10.694,45
12.184.274/0001-67	RN	GUAMARE	R$ 1.240,67	R$ -	R$ 1.240,67	R$ 1.240,67	R$ 14.888,04	R$ 16.128,71
11.463.911/0001-71	RN	IELMO MARINHO	R$ 1.101,28	R$ -	R$ 1.101,28	R$ 1.101,28	R$ 13.215,36	R$ 14.316,64
13.070.236/0001-46	RN	IPANGUACU	R$ 1.227,36	R$ -	R$ 1.227,36	R$ 1.227,36	R$ 14.728,32	R$ 15.955,68
11.931.702/0001-05	RN	IPUEIRA	R$ 177,56	R$ -	R$ 177,56	R$ 177,56	R$ 2.130,72	R$ 2.308,28
13.869.898/0001-80	RN	ITAJA	R$ 598,03	R$ -	R$ 598,03	R$ 598,03	R$ 7.176,36	R$ 7.774,39
70.031.612/0001-27	RN	ITAU	R$ 465,72	R$ -	R$ 465,72	R$ 465,72	R$ 5.588,64	R$ 6.054,36
11.824.316/0001-14	RN	JACANA	R$ 723,61	R$ -	R$ 723,61	R$ 723,61	R$ 8.683,32	R$ 9.406,93
11.908.279/0001-22	RN	JANDAIRA	R$ 550,24	R$ -	R$ 550,24	R$ 550,24	R$ 6.602,88	R$ 7.153,12
11.257.347/0001-30	RN	JANDUIS	R$ 417,39	R$ -	R$ 417,39	R$ 417,39	R$ 5.008,68	R$ 5.426,07
11.485.886/0001-27	RN	JANUARIO CICCO	R$ 814,48	R$ -	R$ 814,48	R$ 814,48	R$ 9.773,76	R$ 10.588,24
12.348.746/0001-70	RN	JAPI	R$ 455,44	R$ -	R$ 455,44	R$ 455,44	R$ 5.465,28	R$ 5.920,72
12.707.802/0001-15	RN	JARDIM DE ANGICOS	R$ 208,96	R$ -	R$ 208,96	R$ 208,96	R$ 2.507,52	R$ 2.716,48
11.851.459/0001-15	RN	JARDIM DE PIRANHAS	R$ 1.175,55	R$ -	R$ 1.175,55	R$ 1.175,55	R$ 14.106,60	R$ 15.282,15
11.341.171/0001-09	RN	JARDIM DO SERIDO	R$ 982,14	R$ -	R$ 982,14	R$ 982,14	R$ 11.785,68	R$ 12.767,82
12.083.881/0001-30	RN	JOAO CAMARA	R$ 2.796,40	R$ -	R$ 2.796,40	R$ 2.796,40	R$ 33.556,80	R$ 36.353,20
12.097.695/0001-50	RN	JOAO DIAS	R$ 212,32	R$ -	R$ 212,32	R$ 212,32	R$ 2.547,84	R$ 2.760,16
12.652.881/0001-04	RN	JOSE DA PENHA	R$ 471,50	R$ -	R$ 471,50	R$ 471,50	R$ 5.658,00	R$ 6.129,50
11.280.802/0001-19	RN	JUCURUTU	R$ 1.449,53	R$ -	R$ 1.449,53	R$ 1.449,53	R$ 17.394,36	R$ 18.843,89
14.034.776/0001-37	RN	JUNDIA	R$ 311,84	R$ -	R$ 311,84	R$ 311,84	R$ 3.742,08	R$ 4.053,92
13.878.637/0001-27	RN	LAGOA D'ANTA	R$ 536,31	R$ -	R$ 536,31	R$ 536,31	R$ 6.435,72	R$ 6.972,03
11.674.326/0001-10	RN	LAGOA DE PEDRAS	R$ 603,52	R$ -	R$ 603,52	R$ 603,52	R$ 7.242,24	R$ 7.845,76
11.623.854/0001-40	RN	LAGOA DE VELHOS	R$ 218,56	R$ -	R$ 218,56	R$ 218,56	R$ 2.622,72	R$ 2.841,28
11.415.626/0001-85	RN	LAGOA NOVA	R$ 1.249,12	R$ -	R$ 1.249,12	R$ 1.249,12	R$ 14.989,44	R$ 16.238,56
12.455.620/0001-02	RN	LAGOA SALGADA	R$ 659,60	R$ -	R$ 659,60	R$ 659,60	R$ 7.915,20	R$ 8.574,80
11.955.493/0001-30	RN	LAJES	R$ 893,49	R$ -	R$ 893,49	R$ 893,49	R$ 10.721,88	R$ 11.615,37
11.956.753/0001-91	RN	LAJES PINTADAS	R$ 377,06	R$ -	R$ 377,06	R$ 377,06	R$ 4.524,72	R$ 4.901,78
11.994.380/0001-43	RN	LUCRECIA	R$ 316,61	R$ -	R$ 316,61	R$ 316,61	R$ 3.799,32	R$ 4.115,93
12.268.029/0001-38	RN	LUIS GOMES	R$ 801,50	R$ -	R$ 801,50	R$ 801,50	R$ 9.618,00	R$ 10.419,50
11.303.093/0001-40	RN	MACAIBA	R$ 6.401,21	R$ -	R$ 6.401,21	R$ 6.401,21	R$ 76.814,52	R$ 83.215,73
11.243.234/0001-86	RN	MACAU	R$ 2.520,65	R$ -	R$ 2.520,65	R$ 2.520,65	R$ 30.247,80	R$ 32.768,45
13.249.021/0001-97	RN	MAJOR SALES	R$ 318,51	R$ -	R$ 318,51	R$ 318,51	R$ 3.822,12	R$ 4.140,63
13.441.844/0001-10	RN	MARCELINO VIEIRA	R$ 661,34	R$ -	R$ 661,34	R$ 661,34	R$ 7.936,08	R$ 8.597,42
12.448.797/0001-73	RN	MARTINS	R$ 691,29	R$ -	R$ 691,29	R$ 691,29	R$ 8.295,48	R$ 8.986,77
11.731.856/0001-53	RN	MAXARANGUAPE	R$ 980,16	R$ -	R$ 980,16	R$ 980,16	R$ 11.761,92	R$ 12.742,08
11.331.024/0001-40	RN	MESSIAS TARGINO	R$ 364,54	R$ -	R$ 364,54	R$ 364,54	R$ 4.374,48	R$ 4.739,02
13.402.120/0001-67	RN	MONTANHAS	R$ 1.026,72	R$ -	R$ 1.026,72	R$ 1.026,72	R$ 12.320,64	R$ 13.347,36
12.585.986/0001-98	RN	MONTE ALEGRE	R$ 1.778,81	R$ -	R$ 1.778,81	R$ 1.778,81	R$ 21.345,72	R$ 23.124,53
11.975.244/0001-06	RN	MONTE DAS GAMELEIRAS	R$ 195,92	R$ -	R$ 195,92	R$ 195,92	R$ 2.351,04	R$ 2.546,96
11.965.996/0001-96	RN	MOSSORO	R$ 23.332,74	R$ -	R$ 23.332,74	R$ 23.332,74	R$ 279.992,88	R$ 303.325,62
19.376.335/0001-37	RN	NATAL	R$ 69.369,57	R$ -	R$ 69.369,57	R$ 69.369,57	R$ 832.434,84	R$ 901.804,41
11.736.676/0001-64	RN	NISIA FLORESTA	R$ 2.186,93	R$ -	R$ 2.186,93	R$ 2.186,93	R$ 26.243,16	R$ 28.430,09
12.212.308/0001-80	RN	NOVA CRUZ	R$ 2.958,71	R$ -	R$ 2.958,71	R$ 2.958,71	R$ 35.504,52	R$ 38.463,23

11.339.844/0001-88	RN	OLHO-D'AGUA DO BORGES	R$ 340,64	R$ -	R$ 340,64	R$ 340,64	R$ 4.087,68	R$ 4.428,32
12.233.027/0001-03	RN	OURO BRANCO	R$ 409,31	R$ -	R$ 409,31	R$ 409,31	R$ 4.911,72	R$ 5.321,03
12.806.280/0001-09	RN	PARANA	R$ 340,32	R$ -	R$ 340,32	R$ 340,32	R$ 4.083,84	R$ 4.424,16
13.424.573/0001-94	RN	PARAU	R$ 298,54	R$ -	R$ 298,54	R$ 298,54	R$ 3.582,48	R$ 3.881,02
11.959.203/0001-26	RN	PARAZINHO	R$ 418,96	R$ -	R$ 418,96	R$ 418,96	R$ 5.027,52	R$ 5.446,48
11.447.568/0001-71	RN	PARELHAS	R$ 1.701,64	R$ -	R$ 1.701,64	R$ 1.701,64	R$ 20.419,68	R$ 22.121,32
23.148.526/0001-19	RN	PARNAMIRIM	R$ 20.515,26	R$ -	R$ 20.515,26	R$ 20.515,26	R$ 246.183,12	R$ 266.698,38
11.353.961/0001-04	RN	PASSA E FICA	R$ 1.051,95	R$ -	R$ 1.051,95	R$ 1.051,95	R$ 12.623,40	R$ 13.675,35
12.182.206/0001-69	RN	PASSAGEM	R$ 247,12	R$ -	R$ 247,12	R$ 247,12	R$ 2.965,44	R$ 3.212,56
19.189.534/0001-36	RN	PATU	R$ 1.010,59	R$ -	R$ 1.010,59	R$ 1.010,59	R$ 12.127,08	R$ 13.137,67
11.692.750/0001-98	RN	PAU DOS FERROS	R$ 2.408,14	R$ -	R$ 2.408,14	R$ 2.408,14	R$ 28.897,68	R$ 31.305,82
11.787.452/0001-81	RN	PEDRA GRANDE	R$ 322,16	R$ -	R$ 322,16	R$ 322,16	R$ 3.865,92	R$ 4.188,08
10.343.901/0001-30	RN	PEDRA PRETA	R$ 217,44	R$ -	R$ 217,44	R$ 217,44	R$ 2.609,28	R$ 2.826,72
11.879.812/0001-75	RN	PEDRO AVELINO	R$ 604,72	R$ -	R$ 604,72	R$ 604,72	R$ 7.256,64	R$ 7.861,36
11.913.437/0001-32	RN	PEDRO VELHO	R$ 1.184,48	R$ -	R$ 1.184,48	R$ 1.184,48	R$ 14.213,76	R$ 15.398,24
11.823.949/0001-08	RN	PENDENCIAS	R$ 1.198,68	R$ -	R$ 1.198,68	R$ 1.198,68	R$ 14.384,16	R$ 15.582,84
12.780.534/0001-67	RN	PILOES	R$ 304,09	R$ -	R$ 304,09	R$ 304,09	R$ 3.649,08	R$ 3.953,17
19.233.726/0001-00	RN	POCO BRANCO	R$ 1.233,04	R$ -	R$ 1.233,04	R$ 1.233,04	R$ 14.796,48	R$ 16.029,52
11.283.265/0001-60	RN	PORTALEGRE	R$ 623,31	R$ -	R$ 623,31	R$ 623,31	R$ 7.479,72	R$ 8.103,03
12.193.377/0001-93	RN	PORTO DO MANGUE	R$ 514,96	R$ -	R$ 514,96	R$ 514,96	R$ 6.179,52	R$ 6.694,48
11.924.499/0001-40	RN	PUREZA	R$ 769,68	R$ -	R$ 769,68	R$ 769,68	R$ 9.236,16	R$ 10.005,84
11.814.540/0001-25	RN	RAFAEL FERNANDES	R$ 403,92	R$ -	R$ 403,92	R$ 403,92	R$ 4.847,04	R$ 5.250,96
12.406.776/0001-95	RN	RAFAEL GODEIRO	R$ 253,62	R$ -	R$ 253,62	R$ 253,62	R$ 3.043,44	R$ 3.297,06
12.921.556/0001-08	RN	RIACHO DA CRUZ	R$ 286,32	R$ -	R$ 286,32	R$ 286,32	R$ 3.435,84	R$ 3.722,16
11.374.021/0001-93	RN	RIACHO DE SANTANA	R$ 336,32	R$ -	R$ 336,32	R$ 336,32	R$ 4.035,84	R$ 4.372,16
12.148.443/0001-03	RN	RIACHUELO	R$ 650,24	R$ -	R$ 650,24	R$ 650,24	R$ 7.802,88	R$ 8.453,12
11.419.125/0001-77	RN	RIO DO FOGO	R$ 867,84	R$ -	R$ 867,84	R$ 867,84	R$ 10.414,08	R$ 11.281,92
70.031.323/0001-28	RN	RODOLFO FERNANDES	R$ 353,92	R$ -	R$ 353,92	R$ 353,92	R$ 4.247,04	R$ 4.600,96
11.418.483/0001-65	RN	RUY BARBOSA	R$ 285,23	R$ -	R$ 285,23	R$ 285,23	R$ 3.422,76	R$ 3.707,99
11.356.489/0001-55	RN	SANTA CRUZ	R$ 3.143,40	R$ -	R$ 3.143,40	R$ 3.143,40	R$ 37.720,80	R$ 40.864,20
11.500.433/0001-22	RN	SANTA MARIA	R$ 444,08	R$ -	R$ 444,08	R$ 444,08	R$ 5.328,96	R$ 5.773,04
11.842.698/0001-09	RN	SANTANA DO MATOS	R$ 1.163,52	R$ -	R$ 1.163,52	R$ 1.163,52	R$ 13.962,24	R$ 15.125,76
10.709.689/0001-81	RN	SANTANA DO SERIDO	R$ 226,44	R$ -	R$ 226,44	R$ 226,44	R$ 2.717,28	R$ 2.943,72
12.569.702/0001-70	RN	SANTO ANTONIO	R$ 1.912,31	R$ -	R$ 1.912,31	R$ 1.912,31	R$ 22.947,72	R$ 24.860,03
12.003.717/0001-76	RN	SAO BENTO DO NORTE	R$ 292,64	R$ -	R$ 292,64	R$ 292,64	R$ 3.511,68	R$ 3.804,32
12.165.795/0001-77	RN	SAO BENTO DO TRAIRI	R$ 355,92	R$ -	R$ 355,92	R$ 355,92	R$ 4.271,04	R$ 4.626,96
12.050.421/0001-06	RN	SAO FERNANDO	R$ 283,96	R$ -	R$ 283,96	R$ 283,96	R$ 3.407,52	R$ 3.691,48
13.886.253/0001-56	RN	SAO FRANCISCO DO OESTE	R$ 334,99	R$ -	R$ 334,99	R$ 334,99	R$ 4.019,88	R$ 4.354,87
14.026.965/0001-68	RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	R$ 8.113,23	R$ -	R$ 8.113,23	R$ 8.113,23	R$ 97.358,76	R$ 105.471,99
12.035.174/0001-79	RN	SAO JOAO DO SABUGI	R$ 490,68	R$ -	R$ 490,68	R$ 490,68	R$ 5.888,16	R$ 6.378,84
11.496.829/0001-43	RN	SAO JOSE DE MIPIBU	R$ 3.478,15	R$ -	R$ 3.478,15	R$ 3.478,15	R$ 41.737,80	R$ 45.215,95
11.904.347/0001-85	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	R$ 1.018,59	R$ -	R$ 1.018,59	R$ 1.018,59	R$ 12.223,08	R$ 13.241,67
11.942.301/0001-50	RN	SAO JOSE DO SERIDO	R$ 367,16	R$ -	R$ 367,16	R$ 367,16	R$ 4.405,92	R$ 4.773,08
13.880.529/0001-99	RN	SAO MIGUEL	R$ 1.863,43	R$ -	R$ 1.863,43	R$ 1.863,43	R$ 22.361,16	R$ 24.224,59
11.403.013/0001-28	RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	R$ 822,56	R$ -	R$ 822,56	R$ 822,56	R$ 9.870,72	R$ 10.693,28
11.248.215/0001-42	RN	SAO PAULO DO POTENGI	R$ 1.392,80	R$ -	R$ 1.392,80	R$ 1.392,80	R$ 16.713,60	R$ 18.106,40
11.988.535/0001-39	RN	SAO PEDRO	R$ 527,20	R$ -	R$ 527,20	R$ 527,20	R$ 6.326,40	R$ 6.853,60
13.750.841/0001-68	RN	SAO RAFAEL	R$ 649,85	R$ -	R$ 649,85	R$ 649,85	R$ 7.798,20	R$ 8.448,05
12.008.003/0001-50	RN	SAO TOME	R$ 884,40	R$ -	R$ 884,40	R$ 884,40	R$ 10.612,80	R$ 11.497,20
11.261.481/0001-05	RN	SAO VICENTE	R$ 508,98	R$ -	R$ 508,98	R$ 508,98	R$ 6.107,76	R$ 6.616,74
11.911.029/0001-41	RN	SENADOR ELOI DE SOUZA	R$ 486,88	R$ -	R$ 486,88	R$ 486,88	R$ 5.842,56	R$ 6.329,44
12.268.522/0001-58	RN	SENADOR GEORGINO AVELINO	R$ 355,20	R$ -	R$ 355,20	R$ 355,20	R$ 4.262,40	R$ 4.617,60
11.597.116/0001-76	RN	SERRA CAIADA	R$ 831,60	R$ -	R$ 831,60	R$ 831,60	R$ 9.979,20	R$ 10.810,80
13.298.751/0001-88	RN	SERRA DE SAO BENTO	R$ 460,96	R$ -	R$ 460,96	R$ 460,96	R$ 5.531,52	R$ 5.992,48
13.876.864/0001-13	RN	SERRA DO MEL	R$ 945,86	R$ -	R$ 945,86	R$ 945,86	R$ 11.350,32	R$ 12.296,18
11.851.501/0001-06	RN	SERRA NEGRA DO NORTE	R$ 646,24	R$ -	R$ 646,24	R$ 646,24	R$ 7.754,88	R$ 8.401,12
18.007.064/0001-80	RN	SERRINHA	R$ 550,80	R$ -	R$ 550,80	R$ 550,80	R$ 6.609,60	R$ 7.160,40
10.275.997/0001-46	RN	SERRINHA DOS PINTOS	R$ 384,00	R$ -	R$ 384,00	R$ 384,00	R$ 4.608,00	R$ 4.992,00
14.231.159/0001-21	RN	SEVERIANO MELO	R$ 459,62	R$ -	R$ 459,62	R$ 459,62	R$ 5.515,44	R$ 5.975,06
12.220.142/0001-43	RN	SITIO NOVO	R$ 441,76	R$ -	R$ 441,76	R$ 441,76	R$ 5.301,12	R$ 5.742,88
10.277.035/0001-26	RN	TABOLEIRO GRANDE	R$ 203,31	R$ -	R$ 203,31	R$ 203,31	R$ 2.439,72	R$ 2.643,03
17.712.304/0001-84	RN	TAIPU	R$ 982,32	R$ -	R$ 982,32	R$ 982,32	R$ 11.787,84	R$ 12.770,16
11.295.071/0001-85	RN	TANGARA	R$ 1.246,06	R$ -	R$ 1.246,06	R$ 1.246,06	R$ 14.952,72	R$ 16.198,78
11.398.767/0001-37	RN	TENENTE ANANIAS	R$ 862,88	R$ -	R$ 862,88	R$ 862,88	R$ 10.354,56	R$ 11.217,44
12.233.412/0001-50	RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	R$ 471,58	R$ -	R$ 471,58	R$ 471,58	R$ 5.658,96	R$ 6.130,54
12.745.010/0001-35	RN	TIBAU	R$ 325,32	R$ -	R$ 325,32	R$ 325,32	R$ 3.903,84	R$ 4.229,16
11.863.962/0001-90	RN	TIBAU DO SUL	R$ 1.123,49	R$ -	R$ 1.123,49	R$ 1.123,49	R$ 13.481,88	R$ 14.605,37
12.434.976/0001-51	RN	TIMBAUBA DOS BATISTAS	R$ 191,26	R$ -	R$ 191,26	R$ 191,26	R$ 2.295,12	R$ 2.486,38
18.325.678/0001-00	RN	TOUROS	R$ 2.662,96	R$ -	R$ 2.662,96	R$ 2.662,96	R$ 31.955,52	R$ 34.618,48
11.334.360/0001-46	RN	TRIUNFO POTIGUAR	R$ 256,47	R$ -	R$ 256,47	R$ 256,47	R$ 3.077,64	R$ 3.334,11
12.439.069/0001-03	RN	UMARIZAL	R$ 836,28	R$ -	R$ 836,28	R$ 836,28	R$ 10.035,36	R$ 10.871,64
11.843.482/0001-68	RN	UPANEMA	R$ 1.172,72	R$ -	R$ 1.172,72	R$ 1.172,72	R$ 14.072,64	R$ 15.245,36
13.846.823/0001-84	RN	VARZEA	R$ 435,77	R$ -	R$ 435,77	R$ 435,77	R$ 5.229,24	R$ 5.665,01
11.306.711/0001-05	RN	VENHA-VER	R$ 334,16	R$ -	R$ 334,16	R$ 334,16	R$ 4.009,92	R$ 4.344,08
12.047.228/0001-16	RN	VERA CRUZ	R$ 998,48	R$ -	R$ 998,48	R$ 998,48	R$ 11.981,76	R$ 12.980,24
11.313.552/0001-76	RN	VICOSA	R$ 148,48	R$ -	R$ 148,48	R$ 148,48	R$ 1.781,76	R$ 1.930,24
12.581.224/0001-13	RN	VILA FLOR	R$ 253,60	R$ -	R$ 253,60	R$ 253,60	R$ 3.043,20	R$ 3.296,80
11.402.806/0001-22	RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	R$ 2.020,86	R$ -	R$ 2.020,86	R$ 2.020,86	R$ 24.250,32	R$ 26.271,18
11.913.577/0001-00	RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	R$ 1.059,28	R$ -	R$ 1.059,28	R$ 1.059,28	R$ 12.711,36	R$ 13.770,64
04.316.867/0001-01	RO	ALTO PARAISO	R$ 1.697,76	R$ -	R$ 1.697,76	R$ 1.697,76	R$ 20.373,12	R$ 22.070,88
13.008.260/0001-55	RO	ALVORADA D'OESTE	R$ 1.356,99	R$ -	R$ 1.356,99	R$ 1.356,99	R$ 16.283,88	R$ 17.640,87
07.582.909/0001-44	RO	ARIQUEMES	R$ 8.463,10	R$ -	R$ 8.463,10	R$ 8.463,10	R$ 101.557,20	R$ 110.020,30
11.079.071/0001-48	RO	BURITIS	R$ 3.141,82	R$ -	R$ 3.141,82	R$ 3.141,82	R$ 37.701,84	R$ 40.843,66
19.217.292/0001-47	RO	CABIXI	R$ 530,45	R$ -	R$ 530,45	R$ 530,45	R$ 6.365,40	R$ 6.895,85
11.876.352/0001-21	RO	CACAULANDIA	R$ 493,61	R$ -	R$ 493,61	R$ 493,61	R$ 5.923,32	R$ 6.416,93
19.112.323/0001-03	RO	CACOAL	R$ 6.697,40	R$ -	R$ 6.697,40	R$ 6.697,40	R$ 80.368,80	R$ 87.066,20
11.478.439/0001-40	RO	CAMPO NOVO DE RONDONIA	R$ 1.131,12	R$ -	R$ 1.131,12	R$ 1.131,12	R$ 13.573,44	R$ 14.704,56
84.744.853/0001-28	RO	CANDEIAS DO JAMARI	R$ 2.114,91	R$ -	R$ 2.114,91	R$ 2.114,91	R$ 25.378,92	R$ 27.493,83
11.176.515/0001-63	RO	CASTANHEIRAS	R$ 291,97	R$ -	R$ 291,97	R$ 291,97	R$ 3.503,64	R$ 3.795,61
19.181.382/0001-25	RO	CEREJEIRAS	R$ 1.422,91	R$ -	R$ 1.422,91	R$ 1.422,91	R$ 17.074,92	R$ 18.497,83
08.673.415/0001-38	RO	CHUPINGUAIA	R$ 885,96	R$ -	R$ 885,96	R$ 885,96	R$ 10.631,52	R$ 11.517,48
19.275.776/0001-42	RO	COLORADO DO OESTE	R$ 1.476,78	R$ -	R$ 1.476,78	R$ 1.476,78	R$ 17.721,36	R$ 19.198,14
15.246.041/0001-30	RO	CORUMBIARA	R$ 766,95	R$ -	R$ 766,95	R$ 766,95	R$ 9.203,40	R$ 9.970,35
22.004.126/0001-77	RO	COSTA MARQUES	R$ 1.452,38	R$ -	R$ 1.452,38	R$ 1.452,38	R$ 17.428,56	R$ 18.880,94
11.485.023/0001-50	RO	CUJUBIM	R$ 1.997,80	R$ -	R$ 1.997,80	R$ 1.997,80	R$ 23.973,60	R$ 25.971,40
23.109.604/0001-76	RO	ESPIGAO D'OESTE	R$ 2.565,02	R$ -	R$ 2.565,02	R$ 2.565,02	R$ 30.780,24	R$ 33.345,26
11.502.951/0001-85	RO	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	R$ 927,44	R$ -	R$ 927,44	R$ 927,44	R$ 11.129,28	R$ 12.056,72
23.273.682/0001-01	RO	GUAJARA-MIRIM	R$ 3.658,40	R$ -	R$ 3.658,40	R$ 3.658,40	R$ 43.900,80	R$ 47.559,20
11.264.342/0001-35	RO	ITAPUA DO OESTE	R$ 828,60	R$ -	R$ 828,60	R$ 828,60	R$ 9.943,20	R$ 10.771,80
20.665.259/0001-69	RO	JARU	R$ 4.421,55	R$ -	R$ 4.421,55	R$ 4.421,55	R$ 53.058,60	R$ 57.480,15
19.122.075/0001-73	RO	JI-PARANA	R$ 10.119,11	R$ -	R$ 10.119,11	R$ 10.119,11	R$ 121.429,32	R$ 131.548,43
19.047.937/0001-40	RO	MACHADINHO D'OESTE	R$ 3.199,28	R$ -	R$ 3.199,28	R$ 3.199,28	R$ 38.391,36	R$ 41.590,64
19.361.548/0001-95	RO	MINISTRO ANDREAZZA	R$ 854,58	R$ -	R$ 854,58	R$ 854,58	R$ 10.254,96	R$ 11.109,54
06.016.618/0001-26	RO	MIRANTE DA SERRA	R$ 979,53	R$ -	R$ 979,53	R$ 979,53	R$ 11.754,36	R$ 12.733,89
11.957.240/0001-03	RO	MONTE NEGRO	R$ 1.255,97	R$ -	R$ 1.255,97	R$ 1.255,97	R$ 15.071,64	R$ 16.327,61
23.085.655/0001-05	RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	R$ 1.622,17	R$ -	R$ 1.622,17	R$ 1.622,17	R$ 19.466,04	R$ 21.088,21
22.992.304/0001-15	RO	NOVA MAMORE	R$ 2.446,64	R$ -	R$ 2.446,64	R$ 2.446,64	R$ 29.359,68	R$ 31.806,32

08.987.945/0001-50	RO	NOVA UNIAO	R$ 635,52	R$ -	R$ 635,52	R$ 635,52	R$ 7.626,24	R$ 8.261,76
13.890.217/0001-66	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	R$ 805,06	R$ -	R$ 805,06	R$ 805,06	R$ 9.660,72	R$ 10.465,78
13.705.838/0001-22	RO	OURO PRETO DO OESTE	R$ 3.156,55	R$ -	R$ 3.156,55	R$ 3.156,55	R$ 37.878,60	R$ 41.035,15
23.045.893/0001-97	RO	PARECIS	R$ 481,25	R$ -	R$ 481,25	R$ 481,25	R$ 5.775,00	R$ 6.256,25
08.968.508/0001-90	RO	PIMENTA BUENO	R$ 2.876,40	R$ -	R$ 2.876,40	R$ 2.876,40	R$ 34.516,80	R$ 37.393,20
12.756.355/0001-94	RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	R$ 191,50	R$ -	R$ 191,50	R$ 191,50	R$ 2.298,00	R$ 2.489,50
11.155.765/0001-17	RO	PORTO VELHO	R$ 41.548,84	R$ -	R$ 41.548,84	R$ 41.548,84	R$ 498.586,08	R$ 540.134,92
08.460.326/0001-03	RO	PRESIDENTE MEDICI	R$ 1.784,20	R$ -	R$ 1.784,20	R$ 1.784,20	R$ 21.410,40	R$ 23.194,60
04.128.655/0001-09	RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	R$ 298,30	R$ -	R$ 298,30	R$ 298,30	R$ 3.579,60	R$ 3.877,90
11.779.393/0001-08	RO	RIO CRESPO	R$ 298,22	R$ -	R$ 298,22	R$ 298,22	R$ 3.578,64	R$ 3.876,86
07.851.282/0001-80	RO	ROLIM DE MOURA	R$ 4.319,94	R$ -	R$ 4.319,94	R$ 4.319,94	R$ 51.839,28	R$ 56.159,22
11.811.613/0001-25	RO	SANTA LUZIA D'OESTE	R$ 740,65	R$ -	R$ 740,65	R$ 740,65	R$ 8.887,80	R$ 9.628,45
11.295.659/0001-39	RO	SAO FELIPE D'OESTE	R$ 508,03	R$ -	R$ 508,03	R$ 508,03	R$ 6.096,36	R$ 6.604,39
11.328.684/0001-71	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	R$ 1.605,69	R$ -	R$ 1.605,69	R$ 1.605,69	R$ 19.268,28	R$ 20.873,97
09.536.254/0001-01	RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	R$ 1.822,70	R$ -	R$ 1.822,70	R$ 1.822,70	R$ 21.872,40	R$ 23.695,10
11.465.675/0001-22	RO	SERINGUEIRAS	R$ 948,48	R$ -	R$ 948,48	R$ 948,48	R$ 11.381,76	R$ 12.330,24
13.877.281/0001-07	RO	TEIXEIROPOLIS	R$ 396,95	R$ -	R$ 396,95	R$ 396,95	R$ 4.763,40	R$ 5.160,35
11.328.835/0001-91	RO	THEOBROMA	R$ 907,84	R$ -	R$ 907,84	R$ 907,84	R$ 10.894,08	R$ 11.801,92
21.817.418/0001-66	RO	URUPA	R$ 1.082,37	R$ -	R$ 1.082,37	R$ 1.082,37	R$ 12.988,44	R$ 14.070,81
08.966.882/0001-56	RO	VALE DO ANARI	R$ 896,32	R$ -	R$ 896,32	R$ 896,32	R$ 10.755,84	R$ 11.652,16
19.314.027/0001-87	RO	VALE DO PARAISO	R$ 706,18	R$ -	R$ 706,18	R$ 706,18	R$ 8.474,16	R$ 9.180,34
21.467.008/0001-32	RO	VILHENA	R$ 7.834,70	R$ -	R$ 7.834,70	R$ 7.834,70	R$ 94.016,40	R$ 101.851,10
15.713.230/0001-75	RR	ALTO ALEGRE	R$ 1.240,80	R$ -	R$ 1.240,80	R$ 1.240,80	R$ 14.889,60	R$ 16.130,40
12.322.548/0001-37	RR	AMAJARI	R$ 1.033,52	R$ -	R$ 1.033,52	R$ 1.033,52	R$ 12.402,24	R$ 13.435,76
13.464.636/0001-36	RR	BOA VISTA	R$ 31.322,87	R$ -	R$ 31.322,87	R$ 31.322,87	R$ 375.874,44	R$ 407.197,31
11.958.876/0001-61	RR	BONFIM	R$ 983,17	R$ -	R$ 983,17	R$ 983,17	R$ 11.798,04	R$ 12.781,21
11.856.913/0001-20	RR	CANTA	R$ 1.452,70	R$ -	R$ 1.452,70	R$ 1.452,70	R$ 17.432,40	R$ 18.885,10
13.939.816/0001-27	RR	CARACARAI	R$ 1.737,21	R$ -	R$ 1.737,21	R$ 1.737,21	R$ 20.846,52	R$ 22.583,73
15.668.251/0001-16	RR	CAROEBE	R$ 805,70	R$ -	R$ 805,70	R$ 805,70	R$ 9.668,40	R$ 10.474,10
11.849.562/0001-20	RR	IRACEMA	R$ 956,00	R$ -	R$ 956,00	R$ 956,00	R$ 11.472,00	R$ 12.428,00
09.344.140/0001-51	RR	MUCAJAI	R$ 1.414,51	R$ -	R$ 1.414,51	R$ 1.414,51	R$ 16.974,12	R$ 18.388,63
12.349.521/0001-38	RR	NORMANDIA	R$ 903,20	R$ -	R$ 903,20	R$ 903,20	R$ 10.838,40	R$ 11.741,60
11.513.131/0001-99	RR	PACARAIMA	R$ 1.378,69	R$ -	R$ 1.378,69	R$ 1.378,69	R$ 16.544,28	R$ 17.922,97
12.236.981/0001-50	RR	RORAINOPOLIS	R$ 2.389,84	R$ -	R$ 2.389,84	R$ 2.389,84	R$ 28.678,08	R$ 31.067,92
11.290.944/0001-67	RR	SAO JOAO DA BALIZA	R$ 649,77	R$ -	R$ 649,77	R$ 649,77	R$ 7.797,24	R$ 8.447,01
11.812.717/0001-54	RR	SAO LUIZ	R$ 632,74	R$ -	R$ 632,74	R$ 632,74	R$ 7.592,88	R$ 8.225,62
12.409.570/0001-19	RR	UIRAMUTA	R$ 852,84	R$ -	R$ 852,84	R$ 852,84	R$ 10.234,08	R$ 11.086,92
12.147.428/0001-40	RS	ACEGUA	R$ 388,31	R$ -	R$ 388,31	R$ 388,31	R$ 4.659,72	R$ 5.048,03
12.106.919/0001-43	RS	AGUA SANTA	R$ 294,07	R$ -	R$ 294,07	R$ 294,07	R$ 3.528,84	R$ 3.822,91
12.476.351/0001-52	RS	AGUDO	R$ 1.304,22	R$ -	R$ 1.304,22	R$ 1.304,22	R$ 15.650,64	R$ 16.954,86
11.672.686/0001-83	RS	AJURICABA	R$ 551,11	R$ -	R$ 551,11	R$ 551,11	R$ 6.613,32	R$ 7.164,43
12.076.276/0001-32	RS	ALECRIM	R$ 575,14	R$ -	R$ 575,14	R$ 575,14	R$ 6.901,68	R$ 7.476,82
11.431.321/0001-67	RS	ALEGRETE	R$ 6.197,21	R$ -	R$ 6.197,21	R$ 6.197,21	R$ 74.366,52	R$ 80.563,73
11.734.587/0001-89	RS	ALEGRIA	R$ 378,33	R$ -	R$ 378,33	R$ 378,33	R$ 4.539,96	R$ 4.918,29
12.523.085/0001-71	RS	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	R$ 173,24	R$ -	R$ 173,24	R$ 173,24	R$ 2.078,88	R$ 2.252,12
11.789.290/0001-10	RS	ALPESTRE	R$ 703,57	R$ -	R$ 703,57	R$ 703,57	R$ 8.442,84	R$ 9.146,41
12.127.111/0001-42	RS	ALTO ALEGRE	R$ 152,61	R$ -	R$ 152,61	R$ 152,61	R$ 1.831,32	R$ 1.983,93
10.537.485/0001-00	RS	ALTO FELIZ	R$ 237,58	R$ -	R$ 237,58	R$ 237,58	R$ 2.850,96	R$ 3.088,54
14.069.503/0001-28	RS	ALVORADA	R$ 16.662,63	R$ -	R$ 16.662,63	R$ 16.662,63	R$ 199.951,56	R$ 216.614,19
11.948.838/0001-28	RS	AMARAL FERRADOR	R$ 557,07	R$ -	R$ 557,07	R$ 557,07	R$ 6.684,84	R$ 7.241,91
11.244.236/0001-90	RS	AMETISTA DO SUL	R$ 676,47	R$ -	R$ 676,47	R$ 676,47	R$ 8.117,64	R$ 8.794,11
12.137.867/0001-72	RS	ANDRE DA ROCHA	R$ 104,59	R$ -	R$ 104,59	R$ 104,59	R$ 1.255,08	R$ 1.359,67
12.056.960/0001-52	RS	ANTA GORDA	R$ 496,35	R$ -	R$ 496,35	R$ 496,35	R$ 5.956,20	R$ 6.452,55
12.062.365/0001-20	RS	ANTONIO PRADO	R$ 1.119,96	R$ -	R$ 1.119,96	R$ 1.119,96	R$ 13.439,52	R$ 14.559,48
12.433.016/0001-77	RS	ARAMBARE	R$ 311,30	R$ -	R$ 311,30	R$ 311,30	R$ 3.735,60	R$ 4.046,90
11.635.124/0001-60	RS	ARARICA	R$ 451,46	R$ -	R$ 451,46	R$ 451,46	R$ 5.417,52	R$ 5.868,98
12.200.790/0001-38	RS	ARATIBA	R$ 524,91	R$ -	R$ 524,91	R$ 524,91	R$ 6.298,92	R$ 6.823,83
12.126.869/0001-66	RS	ARROIO DO MEIO	R$ 1.632,39	R$ -	R$ 1.632,39	R$ 1.632,39	R$ 19.588,68	R$ 21.221,07
12.535.298/0001-13	RS	ARROIO DO PADRE	R$ 232,70	R$ -	R$ 232,70	R$ 232,70	R$ 2.792,40	R$ 3.025,10
11.766.512/0001-80	RS	ARROIO DO SAL	R$ 789,72	R$ -	R$ 789,72	R$ 789,72	R$ 9.476,64	R$ 10.266,36
11.997.264/0001-88	RS	ARROIO DO TIGRE	R$ 1.049,27	R$ -	R$ 1.049,27	R$ 1.049,27	R$ 12.591,24	R$ 13.640,51
12.220.162/0001-14	RS	ARROIO DOS RATOS	R$ 1.121,19	R$ -	R$ 1.121,19	R$ 1.121,19	R$ 13.454,28	R$ 14.575,47
13.901.138/0001-03	RS	ARROIO GRANDE	R$ 1.449,37	R$ -	R$ 1.449,37	R$ 1.449,37	R$ 17.392,44	R$ 18.841,81
11.636.789/0001-98	RS	ARVOREZINHA	R$ 825,90	R$ -	R$ 825,90	R$ 825,90	R$ 9.910,80	R$ 10.736,70
12.250.562/0001-72	RS	AUGUSTO PESTANA	R$ 577,56	R$ -	R$ 577,56	R$ 577,56	R$ 6.930,72	R$ 7.508,28
12.441.542/0001-89	RS	AUREA	R$ 297,29	R$ -	R$ 297,29	R$ 297,29	R$ 3.567,48	R$ 3.864,77
11.821.226/0001-70	RS	BAGE	R$ 9.505,07	R$ -	R$ 9.505,07	R$ 9.505,07	R$ 114.060,84	R$ 123.565,91
11.468.991/0001-58	RS	BALNEARIO PINHAL	R$ 1.114,62	R$ -	R$ 1.114,62	R$ 1.114,62	R$ 13.375,44	R$ 14.490,06
11.232.569/0001-07	RS	BARAO	R$ 484,19	R$ -	R$ 484,19	R$ 484,19	R$ 5.810,28	R$ 6.294,47
11.709.721/0001-91	RS	BARAO DE COTEGIPE	R$ 519,65	R$ -	R$ 519,65	R$ 519,65	R$ 6.235,80	R$ 6.755,45
13.895.181/0001-03	RS	BARAO DO TRIUNFO	R$ 593,20	R$ -	R$ 593,20	R$ 593,20	R$ 7.118,40	R$ 7.711,60
12.438.307/0001-58	RS	BARRA DO GUARITA	R$ 254,84	R$ -	R$ 254,84	R$ 254,84	R$ 3.058,08	R$ 3.312,92
12.456.775/0001-55	RS	BARRA DO QUARAI	R$ 333,96	R$ -	R$ 333,96	R$ 333,96	R$ 4.007,52	R$ 4.341,48
13.852.788/0001-06	RS	BARRA DO RIBEIRO	R$ 1.068,90	R$ -	R$ 1.068,90	R$ 1.068,90	R$ 12.826,80	R$ 13.895,70
12.123.735/0001-91	RS	BARRA DO RIO AZUL	R$ 155,20	R$ -	R$ 155,20	R$ 155,20	R$ 1.862,40	R$ 2.017,60
11.986.059/0001-17	RS	BARRA FUNDA	R$ 199,21	R$ -	R$ 199,21	R$ 199,21	R$ 2.390,52	R$ 2.589,73
11.980.753/0001-27	RS	BARRACAO	R$ 413,88	R$ -	R$ 413,88	R$ 413,88	R$ 4.966,56	R$ 5.380,44
12.063.448/0001-33	RS	BARROS CASSAL	R$ 887,31	R$ -	R$ 887,31	R$ 887,31	R$ 10.647,72	R$ 11.535,03
12.065.923/0001-00	RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	R$ 180,25	R$ -	R$ 180,25	R$ 180,25	R$ 2.163,00	R$ 2.343,25
11.436.612/0001-48	RS	BENTO GONCALVES	R$ 9.451,01	R$ -	R$ 9.451,01	R$ 9.451,01	R$ 113.412,12	R$ 122.863,13
12.040.018/0001-04	RS	BOA VISTA DAS MISSOES	R$ 166,23	R$ -	R$ 166,23	R$ 166,23	R$ 1.994,76	R$ 2.160,99
12.403.731/0001-67	RS	BOA VISTA DO BURICA	R$ 526,63	R$ -	R$ 526,63	R$ 526,63	R$ 6.319,56	R$ 6.846,19
12.133.440/0001-04	RS	BOA VISTA DO CADEADO	R$ 193,80	R$ -	R$ 193,80	R$ 193,80	R$ 2.325,60	R$ 2.519,40
12.131.855/0001-30	RS	BOA VISTA DO INCRA	R$ 204,24	R$ -	R$ 204,24	R$ 204,24	R$ 2.450,88	R$ 2.655,12
12.157.403/0001-28	RS	BOA VISTA DO SUL	R$ 218,36	R$ -	R$ 218,36	R$ 218,36	R$ 2.620,32	R$ 2.838,68
11.931.808/0001-09	RS	BOM JESUS	R$ 966,69	R$ -	R$ 966,69	R$ 966,69	R$ 11.600,28	R$ 12.566,97
11.389.385/0001-47	RS	BOM PRINCIPIO	R$ 1.102,78	R$ -	R$ 1.102,78	R$ 1.102,78	R$ 13.233,36	R$ 14.336,14
12.112.822/0001-43	RS	BOM PROGRESSO	R$ 188,62	R$ -	R$ 188,62	R$ 188,62	R$ 2.263,44	R$ 2.452,06
12.218.782/0001-19	RS	BOM RETIRO DO SUL	R$ 967,27	R$ -	R$ 967,27	R$ 967,27	R$ 11.607,24	R$ 12.574,51
10.819.930/0001-25	RS	BOQUEIRAO DO LEAO	R$ 605,25	R$ -	R$ 605,25	R$ 605,25	R$ 7.263,00	R$ 7.868,25
14.272.517/0001-44	RS	BOSSOROCA	R$ 624,73	R$ -	R$ 624,73	R$ 624,73	R$ 7.496,76	R$ 8.121,49
12.320.813/0001-48	RS	BOZANO	R$ 185,25	R$ -	R$ 185,25	R$ 185,25	R$ 2.223,00	R$ 2.408,25
13.859.857/0001-03	RS	BRAGA	R$ 304,40	R$ -	R$ 304,40	R$ 304,40	R$ 3.652,80	R$ 3.957,20
10.616.321/0001-79	RS	BROCHIER	R$ 402,02	R$ -	R$ 402,02	R$ 402,02	R$ 4.824,24	R$ 5.226,26
12.113.820/0001-79	RS	BUTIA	R$ 1.659,17	R$ -	R$ 1.659,17	R$ 1.659,17	R$ 19.910,04	R$ 21.569,21
11.973.128/0001-58	RS	CACAPAVA DO SUL	R$ 2.638,19	R$ -	R$ 2.638,19	R$ 2.638,19	R$ 31.658,28	R$ 34.296,47
13.893.378/0001-03	RS	CACEQUI	R$ 1.068,33	R$ -	R$ 1.068,33	R$ 1.068,33	R$ 12.819,96	R$ 13.888,29
11.965.721/0001-52	RS	CACHOEIRA DO SUL	R$ 6.449,62	R$ -	R$ 6.449,62	R$ 6.449,62	R$ 77.395,44	R$ 83.845,06
11.686.923/0001-65	RS	CACHOEIRINHA	R$ 10.222,99	R$ -	R$ 10.222,99	R$ 10.222,99	R$ 122.675,88	R$ 132.898,87
11.837.020/0001-38	RS	CACIQUE DOBLE	R$ 401,30	R$ -	R$ 401,30	R$ 401,30	R$ 4.815,60	R$ 5.216,90
12.188.745/0001-05	RS	CAIBATE	R$ 408,94	R$ -	R$ 408,94	R$ 408,94	R$ 4.907,28	R$ 5.316,22
11.486.830/0001-97	RS	CAICARA	R$ 415,17	R$ -	R$ 415,17	R$ 415,17	R$ 4.982,04	R$ 5.397,21
12.623.171/0001-56	RS	CAMAQUA	R$ 5.249,91	R$ -	R$ 5.249,91	R$ 5.249,91	R$ 62.998,92	R$ 68.248,83
12.326.723/0001-64	RS	CAMARGO	R$ 214,44	R$ -	R$ 214,44	R$ 214,44	R$ 2.573,28	R$ 2.787,72
12.100.062/0001-54	RS	CAMBARA DO SUL	R$ 573,47	R$ -	R$ 573,47	R$ 573,47	R$ 6.881,64	R$ 7.455,11
12.452.816/0001-35	RS	CAMPESTRE DA SERRA	R$ 265,83	R$ -	R$ 265,83	R$ 265,83	R$ 3.189,96	R$ 3.455,79
11.472.547/0001-06	RS	CAMPINA DAS MISSOES	R$ 498,39	R$ -	R$ 498,39	R$ 498,39	R$ 5.980,68	R$ 6.479,07

11.537.821/0001-88	RS	CAMPINAS DO SUL	R$ 427,93	R$ -	R$ 427,93	R$ 427,93	R$ 5.135,16	R$ 5.563,09
11.310.266/0001-57	RS	CAMPO BOM	R$ 5.234,33	R$ -	R$ 5.234,33	R$ 5.234,33	R$ 62.811,96	R$ 68.046,29
11.686.423/0001-23	RS	CAMPO NOVO	R$ 425,18	R$ -	R$ 425,18	R$ 425,18	R$ 5.102,16	R$ 5.527,34
11.700.631/0001-30	RS	CAMPOS BORGES	R$ 289,76	R$ -	R$ 289,76	R$ 289,76	R$ 3.477,12	R$ 3.766,88
12.052.931/0001-12	RS	CANDELARIA	R$ 2.485,07	R$ -	R$ 2.485,07	R$ 2.485,07	R$ 29.820,84	R$ 32.305,91
12.449.404/0001-46	RS	CANDIDO GODOI	R$ 527,42	R$ -	R$ 527,42	R$ 527,42	R$ 6.329,04	R$ 6.856,46
12.760.175/0001-86	RS	CANDIOTA	R$ 759,35	R$ -	R$ 759,35	R$ 759,35	R$ 9.112,20	R$ 9.871,55
12.013.178/0001-56	RS	CANELA	R$ 3.530,61	R$ -	R$ 3.530,61	R$ 3.530,61	R$ 42.367,32	R$ 45.897,93
12.268.064/0001-57	RS	CANGUCU	R$ 4.440,49	R$ -	R$ 4.440,49	R$ 4.440,49	R$ 53.285,88	R$ 57.726,37
11.413.650/0001-85	RS	CANOAS	R$ 27.196,02	R$ -	R$ 27.196,02	R$ 27.196,02	R$ 326.352,24	R$ 353.548,26
11.963.245/0001-30	RS	CANUDOS DO VALE	R$ 157,24	R$ -	R$ 157,24	R$ 157,24	R$ 1.886,88	R$ 2.044,12
12.351.278/0001-92	RS	CAPAO BONITO DO SUL	R$ 148,72	R$ -	R$ 148,72	R$ 148,72	R$ 1.784,64	R$ 1.933,36
11.859.710/0001-98	RS	CAPAO DA CANOA	R$ 4.162,31	R$ -	R$ 4.162,31	R$ 4.162,31	R$ 49.947,72	R$ 54.110,03
11.983.404/0001-69	RS	CAPAO DO CIPO	R$ 289,27	R$ -	R$ 289,27	R$ 289,27	R$ 3.471,24	R$ 3.760,51
11.826.769/0001-80	RS	CAPAO DO LEAO	R$ 2.008,82	R$ -	R$ 2.008,82	R$ 2.008,82	R$ 24.105,84	R$ 26.114,66
10.572.500/0001-51	RS	CAPELA DE SANTANA	R$ 946,02	R$ -	R$ 946,02	R$ 946,02	R$ 11.352,24	R$ 12.298,26
12.652.391/0001-08	RS	CAPITAO	R$ 216,32	R$ -	R$ 216,32	R$ 216,32	R$ 2.595,84	R$ 2.812,16
12.271.942/0001-93	RS	CAPIVARI DO SUL	R$ 365,63	R$ -	R$ 365,63	R$ 365,63	R$ 4.387,56	R$ 4.753,19
12.140.784/0001-32	RS	CARAA	R$ 655,24	R$ -	R$ 655,24	R$ 655,24	R$ 7.862,88	R$ 8.518,12
11.836.978/0001-04	RS	CARAZINHO	R$ 4.873,25	R$ -	R$ 4.873,25	R$ 4.873,25	R$ 58.479,00	R$ 63.352,25
10.372.245/0001-01	RS	CARLOS BARBOSA	R$ 2.340,74	R$ -	R$ 2.340,74	R$ 2.340,74	R$ 28.088,88	R$ 30.429,62
12.014.000/0001-20	RS	CARLOS GOMES	R$ 134,80	R$ -	R$ 134,80	R$ 134,80	R$ 1.617,60	R$ 1.752,40
12.232.778/0001-05	RS	CASCA	R$ 708,59	R$ -	R$ 708,59	R$ 708,59	R$ 8.503,08	R$ 9.211,67
12.390.666/0001-82	RS	CASEIROS	R$ 251,23	R$ -	R$ 251,23	R$ 251,23	R$ 3.014,76	R$ 3.265,99
12.584.861/0001-43	RS	CATUIPE	R$ 754,09	R$ -	R$ 754,09	R$ 754,09	R$ 9.049,08	R$ 9.803,17
10.546.325/0001-28	RS	CAXIAS DO SUL	R$ 40.086,47	R$ -	R$ 40.086,47	R$ 40.086,47	R$ 481.037,64	R$ 521.124,11
11.893.804/0001-83	RS	CENTENARIO	R$ 243,23	R$ -	R$ 243,23	R$ 243,23	R$ 2.918,76	R$ 3.161,99
12.247.632/0001-33	RS	CERRITO	R$ 536,15	R$ -	R$ 536,15	R$ 536,15	R$ 6.433,80	R$ 6.969,95
12.137.715/0001-70	RS	CERRO BRANCO	R$ 371,67	R$ -	R$ 371,67	R$ 371,67	R$ 4.460,04	R$ 4.831,71
13.690.762/0001-09	RS	CERRO GRANDE	R$ 210,67	R$ -	R$ 210,67	R$ 210,67	R$ 2.528,04	R$ 2.738,71
11.712.396/0001-16	RS	CERRO GRANDE DO SUL	R$ 969,71	R$ -	R$ 969,71	R$ 969,71	R$ 11.636,52	R$ 12.606,23
11.948.865/0001-09	RS	CERRO LARGO	R$ 1.108,90	R$ -	R$ 1.108,90	R$ 1.108,90	R$ 13.306,80	R$ 14.415,70
13.973.429/0001-07	RS	CHAPADA	R$ 727,26	R$ -	R$ 727,26	R$ 727,26	R$ 8.727,12	R$ 9.454,38
12.717.209/0001-50	RS	CHARQUEADAS	R$ 3.200,37	R$ -	R$ 3.200,37	R$ 3.200,37	R$ 38.404,44	R$ 41.604,81
12.288.184/0001-16	RS	CHARRUA	R$ 288,56	R$ -	R$ 288,56	R$ 288,56	R$ 3.462,72	R$ 3.751,28
12.131.923/0001-61	RS	CHIAPETTA	R$ 321,22	R$ -	R$ 321,22	R$ 321,22	R$ 3.854,64	R$ 4.175,86
11.589.184/0001-93	RS	CHUI	R$ 526,01	R$ -	R$ 526,01	R$ 526,01	R$ 6.312,12	R$ 6.838,13
11.342.353/0001-96	RS	CHUVISCA	R$ 431,09	R$ -	R$ 431,09	R$ 431,09	R$ 5.173,08	R$ 5.604,17
13.417.345/0001-97	RS	CIDREIRA	R$ 1.275,31	R$ -	R$ 1.275,31	R$ 1.275,31	R$ 15.303,72	R$ 16.579,03
12.215.432/0001-07	RS	CIRIACO	R$ 393,88	R$ -	R$ 393,88	R$ 393,88	R$ 4.726,56	R$ 5.120,44
12.018.688/0001-16	RS	COLINAS	R$ 191,29	R$ -	R$ 191,29	R$ 191,29	R$ 2.295,48	R$ 2.486,77
11.827.123/0001-17	RS	COLORADO	R$ 295,88	R$ -	R$ 295,88	R$ 295,88	R$ 3.550,56	R$ 3.846,44
12.021.052/0001-23	RS	CONDOR	R$ 529,85	R$ -	R$ 529,85	R$ 529,85	R$ 6.358,20	R$ 6.888,05
10.708.004/0001-82	RS	CONSTANTINA	R$ 777,63	R$ -	R$ 777,63	R$ 777,63	R$ 9.331,56	R$ 10.109,19
12.152.805/0001-30	RS	COQUEIRO BAIXO	R$ 127,56	R$ -	R$ 127,56	R$ 127,56	R$ 1.530,72	R$ 1.658,28
12.006.111/0001-94	RS	COQUEIROS DO SUL	R$ 262,22	R$ -	R$ 262,22	R$ 262,22	R$ 3.146,64	R$ 3.408,86
10.484.396/0001-43	RS	CORONEL BARROS	R$ 197,64	R$ -	R$ 197,64	R$ 197,64	R$ 2.371,68	R$ 2.569,32
12.192.438/0001-06	RS	CORONEL BICACO	R$ 631,55	R$ -	R$ 631,55	R$ 631,55	R$ 7.578,60	R$ 8.210,15
10.578.989/0001-79	RS	CORONEL PILAR	R$ 136,05	R$ -	R$ 136,05	R$ 136,05	R$ 1.632,60	R$ 1.768,65
11.763.357/0001-48	RS	COTIPORA	R$ 383,44	R$ -	R$ 383,44	R$ 383,44	R$ 4.601,28	R$ 4.984,72
12.360.135/0001-47	RS	COXILHA	R$ 235,15	R$ -	R$ 235,15	R$ 235,15	R$ 2.821,80	R$ 3.056,95
12.007.174/0001-65	RS	CRISSIUMAL	R$ 1.184,46	R$ -	R$ 1.184,46	R$ 1.184,46	R$ 14.213,52	R$ 15.397,98
11.237.130/0001-69	RS	CRISTAL	R$ 634,56	R$ -	R$ 634,56	R$ 634,56	R$ 7.614,72	R$ 8.249,28
12.595.766/0001-45	RS	CRISTAL DO SUL	R$ 245,54	R$ -	R$ 245,54	R$ 245,54	R$ 2.946,48	R$ 3.192,02
11.565.792/0001-68	RS	CRUZ ALTA	R$ 5.055,90	R$ -	R$ 5.055,90	R$ 5.055,90	R$ 60.670,80	R$ 65.726,70
11.991.560/0001-71	RS	CRUZALTENSE	R$ 177,79	R$ -	R$ 177,79	R$ 177,79	R$ 2.133,48	R$ 2.311,27
12.135.145/0001-89	RS	CRUZEIRO DO SUL	R$ 968,84	R$ -	R$ 968,84	R$ 968,84	R$ 11.626,08	R$ 12.594,92
12.158.842/0001-55	RS	DAVID CANABARRO	R$ 371,91	R$ -	R$ 371,91	R$ 371,91	R$ 4.462,92	R$ 4.834,83
12.360.326/0001-09	RS	DERRUBADAS	R$ 266,06	R$ -	R$ 266,06	R$ 266,06	R$ 3.192,72	R$ 3.458,78
11.270.203/0001-14	RS	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	R$ 231,59	R$ -	R$ 231,59	R$ 231,59	R$ 2.779,08	R$ 3.010,67
13.008.378/0001-83	RS	DILERMANDO DE AGUIAR	R$ 254,73	R$ -	R$ 254,73	R$ 254,73	R$ 3.056,76	R$ 3.311,49
11.437.296/0001-29	RS	DOIS IRMAOS	R$ 2.563,42	R$ -	R$ 2.563,42	R$ 2.563,42	R$ 30.761,04	R$ 33.324,46
11.998.823/0001-74	RS	DOIS IRMAOS DAS MISSOES	R$ 193,64	R$ -	R$ 193,64	R$ 193,64	R$ 2.323,68	R$ 2.517,32
11.999.714/0001-71	RS	DOIS LAJEADOS	R$ 266,77	R$ -	R$ 266,77	R$ 266,77	R$ 3.201,24	R$ 3.468,01
12.295.000/0001-45	RS	DOM FELICIANO	R$ 1.233,12	R$ -	R$ 1.233,12	R$ 1.233,12	R$ 14.797,44	R$ 16.030,56
10.566.741/0001-98	RS	DOM PEDRITO	R$ 3.017,71	R$ -	R$ 3.017,71	R$ 3.017,71	R$ 36.212,52	R$ 39.230,23
12.330.951/0001-08	RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	R$ 225,89	R$ -	R$ 225,89	R$ 225,89	R$ 2.710,68	R$ 2.936,57
11.454.177/0001-84	RS	DONA FRANCISCA	R$ 284,68	R$ -	R$ 284,68	R$ 284,68	R$ 3.416,16	R$ 3.700,84
12.149.331/0001-77	RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	R$ 425,58	R$ -	R$ 425,58	R$ 425,58	R$ 5.106,96	R$ 5.532,54
12.253.356/0001-16	RS	DOUTOR RICARDO	R$ 164,85	R$ -	R$ 164,85	R$ 164,85	R$ 1.978,20	R$ 2.143,05
10.401.625/0001-19	RS	ELDORADO DO SUL	R$ 3.239,28	R$ -	R$ 3.239,28	R$ 3.239,28	R$ 38.871,36	R$ 42.110,64
12.149.722/0001-91	RS	ENCANTADO	R$ 1.781,55	R$ -	R$ 1.781,55	R$ 1.781,55	R$ 21.378,60	R$ 23.160,15
11.862.971/0001-67	RS	ENCRUZILHADA DO SUL	R$ 2.050,25	R$ -	R$ 2.050,25	R$ 2.050,25	R$ 24.603,00	R$ 26.653,25
12.142.963/0001-09	RS	ENGENHO VELHO	R$ 116,20	R$ -	R$ 116,20	R$ 116,20	R$ 1.394,40	R$ 1.510,60
11.808.907/0001-06	RS	ENTRE RIOS DO SUL	R$ 242,21	R$ -	R$ 242,21	R$ 242,21	R$ 2.906,52	R$ 3.148,73
10.456.115/0001-49	RS	ENTRE-IJUIS	R$ 733,91	R$ -	R$ 733,91	R$ 733,91	R$ 8.806,92	R$ 9.540,83
12.087.616/0001-20	RS	EREBANGO	R$ 234,68	R$ -	R$ 234,68	R$ 234,68	R$ 2.816,16	R$ 3.050,84
11.966.932/0001-00	RS	ERECHIM	R$ 8.306,10	R$ -	R$ 8.306,10	R$ 8.306,10	R$ 99.673,20	R$ 107.979,30
12.489.437/0001-10	RS	ERNESTINA	R$ 248,57	R$ -	R$ 248,57	R$ 248,57	R$ 2.982,84	R$ 3.231,41
11.772.998/0001-69	RS	ERVAL GRANDE	R$ 425,23	R$ -	R$ 425,23	R$ 425,23	R$ 5.102,76	R$ 5.527,99
12.113.283/0001-67	RS	ERVAL SECO	R$ 649,38	R$ -	R$ 649,38	R$ 649,38	R$ 7.792,56	R$ 8.441,94
12.292.052/0001-68	RS	ESMERALDA	R$ 260,04	R$ -	R$ 260,04	R$ 260,04	R$ 3.120,48	R$ 3.380,52
11.948.927/0001-74	RS	ESPERANCA DO SUL	R$ 274,77	R$ -	R$ 274,77	R$ 274,77	R$ 3.297,24	R$ 3.572,01
12.796.996/0001-72	RS	ESPUMOSO	R$ 1.223,06	R$ -	R$ 1.223,06	R$ 1.223,06	R$ 14.676,72	R$ 15.899,78
11.259.700/0001-11	RS	ESTACAO	R$ 467,47	R$ -	R$ 467,47	R$ 467,47	R$ 5.609,64	R$ 6.077,11
11.287.173/0001-59	RS	ESTANCIA VELHA	R$ 3.924,80	R$ -	R$ 3.924,80	R$ 3.924,80	R$ 47.097,60	R$ 51.022,40
12.140.369/0001-89	RS	ESTEIO	R$ 6.528,16	R$ -	R$ 6.528,16	R$ 6.528,16	R$ 78.337,92	R$ 84.866,08
11.262.866/0001-97	RS	ESTRELA	R$ 2.676,79	R$ -	R$ 2.676,79	R$ 2.676,79	R$ 32.121,48	R$ 34.798,27
12.027.770/0001-07	RS	ESTRELA VELHA	R$ 289,59	R$ -	R$ 289,59	R$ 289,59	R$ 3.475,08	R$ 3.764,67
11.844.166/0001-00	RS	EUGENIO DE CASTRO	R$ 241,90	R$ -	R$ 241,90	R$ 241,90	R$ 2.902,80	R$ 3.144,70
11.227.908/0001-59	RS	FAGUNDES VARELA	R$ 214,28	R$ -	R$ 214,28	R$ 214,28	R$ 2.571,36	R$ 2.785,64
14.296.302/0001-63	RS	FARROUPILHA	R$ 5.675,20	R$ -	R$ 5.675,20	R$ 5.675,20	R$ 68.102,40	R$ 73.777,60
11.731.081/0001-16	RS	FAXINAL DO SOTURNO	R$ 523,89	R$ -	R$ 523,89	R$ 523,89	R$ 6.286,68	R$ 6.810,57
12.132.481/0001-78	RS	FAXINALZINHO	R$ 206,55	R$ -	R$ 206,55	R$ 206,55	R$ 2.478,60	R$ 2.685,15
10.696.467/0001-71	RS	FAZENDA VILANOVA	R$ 359,15	R$ -	R$ 359,15	R$ 359,15	R$ 4.309,80	R$ 4.668,95
11.484.627/0001-81	RS	FELIZ	R$ 1.062,92	R$ -	R$ 1.062,92	R$ 1.062,92	R$ 12.755,04	R$ 13.817,96
10.443.938/0001-30	RS	FLORES DA CUNHA	R$ 2.412,30	R$ -	R$ 2.412,30	R$ 2.412,30	R$ 28.947,60	R$ 31.359,90
12.165.926/0001-16	RS	FLORIANO PEIXOTO	R$ 170,74	R$ -	R$ 170,74	R$ 170,74	R$ 2.048,88	R$ 2.219,62
12.100.530/0001-90	RS	FONTOURA XAVIER	R$ 898,08	R$ -	R$ 898,08	R$ 898,08	R$ 10.776,96	R$ 11.675,04
12.033.362/0001-68	RS	FORMIGUEIRO	R$ 571,57	R$ -	R$ 571,57	R$ 571,57	R$ 6.858,84	R$ 7.430,41
12.163.437/0001-25	RS	FORQUETINHA	R$ 207,11	R$ -	R$ 207,11	R$ 207,11	R$ 2.485,32	R$ 2.692,43
12.427.062/0001-63	RS	FORTALEZA DOS VALOS	R$ 363,67	R$ -	R$ 363,67	R$ 363,67	R$ 4.364,04	R$ 4.727,71
11.708.221/0001-35	RS	FREDERICO WESTPHALEN	R$ 2.456,87	R$ -	R$ 2.456,87	R$ 2.456,87	R$ 29.482,44	R$ 31.939,31
11.427.873/0001-00	RS	GARIBALDI	R$ 2.751,65	R$ -	R$ 2.751,65	R$ 2.751,65	R$ 33.019,80	R$ 35.771,45
11.816.106/0001-84	RS	GARRUCHOS	R$ 278,02	R$ -	R$ 278,02	R$ 278,02	R$ 3.336,24	R$ 3.614,26
12.078.301/0001-17	RS	GAURAMA	R$ 488,97	R$ -	R$ 488,97	R$ 488,97	R$ 5.867,64	R$ 6.356,61
11.980.648/0001-98	RS	GENERAL CAMARA	R$ 721,08	R$ -	R$ 721,08	R$ 721,08	R$ 8.652,96	R$ 9.374,04

12.294.570/0001-10	RS	GENTIL	R$ 128,21	R$ -	R$ 128,21	R$ 128,21	R$ 1.538,52	R$ 1.666,73
12.149.128/0001-09	RS	GETULIO VARGAS	R$ 1.272,02	R$ -	R$ 1.272,02	R$ 1.272,02	R$ 15.264,24	R$ 16.536,26
11.409.458/0001-15	RS	GIRUA	R$ 1.344,75	R$ -	R$ 1.344,75	R$ 1.344,75	R$ 16.137,00	R$ 17.481,75
11.687.792/0001-30	RS	GLORINHA	R$ 635,38	R$ -	R$ 635,38	R$ 635,38	R$ 7.624,56	R$ 8.259,94
11.796.566/0001-98	RS	GRAMADO	R$ 2.842,82	R$ -	R$ 2.842,82	R$ 2.842,82	R$ 34.113,84	R$ 36.956,66
12.366.847/0001-73	RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	R$ 190,07	R$ -	R$ 190,07	R$ 190,07	R$ 2.280,84	R$ 2.470,91
12.147.323/0001-91	RS	GRAMADO XAVIER	R$ 342,67	R$ -	R$ 342,67	R$ 342,67	R$ 4.112,04	R$ 4.454,71
12.195.662/0001-43	RS	GRAVATAI	R$ 22.088,41	R$ -	R$ 22.088,41	R$ 22.088,41	R$ 265.060,92	R$ 287.149,33
12.060.111/0001-72	RS	GUABIJU	R$ 133,54	R$ -	R$ 133,54	R$ 133,54	R$ 1.602,48	R$ 1.736,02
12.391.928/0001-23	RS	GUAIBA	R$ 7.700,45	R$ -	R$ 7.700,45	R$ 7.700,45	R$ 92.405,40	R$ 100.105,85
11.614.175/0001-05	RS	GUAPORE	R$ 2.018,58	R$ -	R$ 2.018,58	R$ 2.018,58	R$ 24.222,96	R$ 26.241,54
12.051.382/0001-61	RS	GUARANI DAS MISSOES	R$ 660,18	R$ -	R$ 660,18	R$ 660,18	R$ 7.922,16	R$ 8.582,34
10.624.835/0001-76	RS	HARMONIA	R$ 381,79	R$ -	R$ 381,79	R$ 381,79	R$ 4.581,48	R$ 4.963,27
13.884.898/0001-50	RS	HERVAL	R$ 540,43	R$ -	R$ 540,43	R$ 540,43	R$ 6.485,16	R$ 7.025,59
12.267.333/0001-60	RS	HERVEIRAS	R$ 239,12	R$ -	R$ 239,12	R$ 239,12	R$ 2.869,44	R$ 3.108,56
11.735.127/0001-75	RS	HORIZONTINA	R$ 1.516,58	R$ -	R$ 1.516,58	R$ 1.516,58	R$ 18.198,96	R$ 19.715,54
10.442.628/0001-09	RS	HULHA NEGRA	R$ 536,87	R$ -	R$ 536,87	R$ 536,87	R$ 6.442,44	R$ 6.979,31
11.842.908/0001-69	RS	HUMAITA	R$ 373,63	R$ -	R$ 373,63	R$ 373,63	R$ 4.483,56	R$ 4.857,19
13.698.132/0001-80	RS	IBARAMA	R$ 349,09	R$ -	R$ 349,09	R$ 349,09	R$ 4.189,08	R$ 4.538,17
12.053.497/0001-95	RS	IBIACA	R$ 369,48	R$ -	R$ 369,48	R$ 369,48	R$ 4.433,76	R$ 4.803,24
11.707.405/0001-80	RS	IBIRAIARAS	R$ 569,79	R$ -	R$ 569,79	R$ 569,79	R$ 6.837,48	R$ 7.407,27
12.140.873/0001-89	RS	IBIRAPUITA	R$ 341,88	R$ -	R$ 341,88	R$ 341,88	R$ 4.102,56	R$ 4.444,44
11.747.875/0001-78	RS	IBIRUBA	R$ 1.596,69	R$ -	R$ 1.596,69	R$ 1.596,69	R$ 19.160,28	R$ 20.756,97
12.121.651/0001-19	RS	IGREJINHA	R$ 2.895,15	R$ -	R$ 2.895,15	R$ 2.895,15	R$ 34.741,80	R$ 37.636,95
12.450.156/0001-53	RS	IJUI	R$ 6.549,58	R$ -	R$ 6.549,58	R$ 6.549,58	R$ 78.594,96	R$ 85.144,54
11.886.600/0001-15	RS	ILOPOLIS	R$ 339,82	R$ -	R$ 339,82	R$ 339,82	R$ 4.077,84	R$ 4.417,66
12.908.765/0001-03	RS	IMBE	R$ 1.788,92	R$ -	R$ 1.788,92	R$ 1.788,92	R$ 21.467,04	R$ 23.255,96
11.749.956/0001-07	RS	IMIGRANTE	R$ 244,80	R$ -	R$ 244,80	R$ 244,80	R$ 2.937,60	R$ 3.182,40
11.975.898/0001-30	RS	INDEPENDENCIA	R$ 532,03	R$ -	R$ 532,03	R$ 532,03	R$ 6.384,36	R$ 6.916,39
11.861.632/0001-66	RS	INHACORA	R$ 176,37	R$ -	R$ 176,37	R$ 176,37	R$ 2.116,44	R$ 2.292,81
12.132.095/0001-86	RS	IPE	R$ 520,98	R$ -	R$ 520,98	R$ 520,98	R$ 6.251,76	R$ 6.772,74
12.398.363/0001-06	RS	IPIRANGA DO SUL	R$ 159,20	R$ -	R$ 159,20	R$ 159,20	R$ 1.910,40	R$ 2.069,60
12.364.539/0001-09	RS	IRAI	R$ 674,89	R$ -	R$ 674,89	R$ 674,89	R$ 8.098,68	R$ 8.773,57
13.051.227/0001-08	RS	ITAARA	R$ 431,46	R$ -	R$ 431,46	R$ 431,46	R$ 5.177,52	R$ 5.608,98
12.086.089/0001-30	RS	ITACURUBI	R$ 294,10	R$ -	R$ 294,10	R$ 294,10	R$ 3.529,20	R$ 3.823,30
12.850.559/0001-90	RS	ITAPUCA	R$ 195,30	R$ -	R$ 195,30	R$ 195,30	R$ 2.343,60	R$ 2.538,90
12.187.088/0001-81	RS	ITAQUI	R$ 2.951,72	R$ -	R$ 2.951,72	R$ 2.951,72	R$ 35.420,64	R$ 38.372,36
12.012.797/0001-26	RS	ITATI	R$ 215,51	R$ -	R$ 215,51	R$ 215,51	R$ 2.586,12	R$ 2.801,63
12.043.944/0001-25	RS	ITATIBA DO SUL	R$ 358,20	R$ -	R$ 358,20	R$ 358,20	R$ 4.298,40	R$ 4.656,60
12.971.254/0001-36	RS	IVORA	R$ 190,19	R$ -	R$ 190,19	R$ 190,19	R$ 2.282,28	R$ 2.472,47
12.104.575/0001-33	RS	IVOTI	R$ 1.906,07	R$ -	R$ 1.906,07	R$ 1.906,07	R$ 22.872,84	R$ 24.778,91
11.978.948/0001-32	RS	JABOTICABA	R$ 333,09	R$ -	R$ 333,09	R$ 333,09	R$ 3.997,08	R$ 4.330,17
12.867.736/0001-40	RS	JACUIZINHO	R$ 213,29	R$ -	R$ 213,29	R$ 213,29	R$ 2.559,48	R$ 2.772,77
10.658.944/0001-04	RS	JACUTINGA	R$ 279,40	R$ -	R$ 279,40	R$ 279,40	R$ 3.352,80	R$ 3.632,20
11.822.821/0001-20	RS	JAGUARAO	R$ 2.216,07	R$ -	R$ 2.216,07	R$ 2.216,07	R$ 26.592,84	R$ 28.808,91
12.200.972/0001-09	RS	JAGUARI	R$ 922,86	R$ -	R$ 922,86	R$ 922,86	R$ 11.074,32	R$ 11.997,18
11.839.946/0001-62	RS	JAQUIRANA	R$ 350,91	R$ -	R$ 350,91	R$ 350,91	R$ 4.210,92	R$ 4.561,83
11.225.012/0001-30	RS	JARI	R$ 301,24	R$ -	R$ 301,24	R$ 301,24	R$ 3.614,88	R$ 3.916,12
11.681.927/0001-50	RS	JOIA	R$ 678,22	R$ -	R$ 678,22	R$ 678,22	R$ 8.138,64	R$ 8.816,86
12.684.295/0001-41	RS	JULIO DE CASTILHOS	R$ 1.513,76	R$ -	R$ 1.513,76	R$ 1.513,76	R$ 18.165,12	R$ 19.678,88
12.374.688/0001-59	RS	LAGOA BONITA DO SUL	R$ 230,01	R$ -	R$ 230,01	R$ 230,01	R$ 2.760,12	R$ 2.990,13
13.540.084/0001-06	RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	R$ 126,24	R$ -	R$ 126,24	R$ 126,24	R$ 1.514,88	R$ 1.641,12
12.066.913/0001-90	RS	LAGOA VERMELHA	R$ 2.181,78	R$ -	R$ 2.181,78	R$ 2.181,78	R$ 26.181,36	R$ 28.363,14
11.985.494/0001-27	RS	LAGOAO	R$ 511,20	R$ -	R$ 511,20	R$ 511,20	R$ 6.134,40	R$ 6.645,60
10.502.833/0001-04	RS	LAJEADO	R$ 6.591,87	R$ -	R$ 6.591,87	R$ 6.591,87	R$ 79.102,44	R$ 85.694,31
14.115.481/0001-95	RS	LAJEADO DO BUGRE	R$ 203,15	R$ -	R$ 203,15	R$ 203,15	R$ 2.437,80	R$ 2.640,95
12.398.516/0001-15	RS	LAVRAS DO SUL	R$ 665,46	R$ -	R$ 665,46	R$ 665,46	R$ 7.985,52	R$ 8.650,98
10.530.466/0001-52	RS	LIBERATO SALZANO	R$ 488,62	R$ -	R$ 488,62	R$ 488,62	R$ 5.863,44	R$ 6.352,06
11.142.855/0001-73	RS	LINDOLFO COLLOR	R$ 475,01	R$ -	R$ 475,01	R$ 475,01	R$ 5.700,12	R$ 6.175,13
14.133.259/0001-15	RS	LINHA NOVA	R$ 134,48	R$ -	R$ 134,48	R$ 134,48	R$ 1.613,76	R$ 1.748,24
12.200.704/0001-97	RS	MACAMBARA	R$ 363,43	R$ -	R$ 363,43	R$ 363,43	R$ 4.361,16	R$ 4.724,59
11.920.818/0001-49	RS	MACHADINHO	R$ 431,41	R$ -	R$ 431,41	R$ 431,41	R$ 5.176,92	R$ 5.608,33
12.083.468/0001-76	RS	MAMPITUBA	R$ 236,19	R$ -	R$ 236,19	R$ 236,19	R$ 2.834,28	R$ 3.070,47
12.200.570/0001-04	RS	MANOEL VIANA	R$ 578,31	R$ -	R$ 578,31	R$ 578,31	R$ 6.939,72	R$ 7.518,03
11.997.674/0001-29	RS	MAQUINE	R$ 606,27	R$ -	R$ 606,27	R$ 606,27	R$ 7.275,24	R$ 7.881,51
12.035.099/0001-46	RS	MARATA	R$ 213,21	R$ -	R$ 213,21	R$ 213,21	R$ 2.558,52	R$ 2.771,73
11.731.852/0001-75	RS	MARAU	R$ 3.464,94	R$ -	R$ 3.464,94	R$ 3.464,94	R$ 41.579,28	R$ 45.044,22

11.731.321/0001-82	RS	MARCELINO RAMOS	R$ 418,12	R$ -	R$ 418,12	R$ 418,12	R$ 5.017,44	R$ 5.435,56
12.448.245/0001-65	RS	MARIANA PIMENTEL	R$ 327,42	R$ -	R$ 327,42	R$ 327,42	R$ 3.929,04	R$ 4.256,46
12.278.135/0001-00	RS	MARIANO MORO	R$ 180,78	R$ -	R$ 180,78	R$ 180,78	R$ 2.169,36	R$ 2.350,14
12.040.265/0001-00	RS	MARQUES DE SOUZA	R$ 317,64	R$ -	R$ 317,64	R$ 317,64	R$ 3.811,68	R$ 4.129,32
11.990.518/0001-36	RS	MATA	R$ 426,74	R$ -	R$ 426,74	R$ 426,74	R$ 5.120,88	R$ 5.547,62
11.951.484/0001-70	RS	MATO CASTELHANO	R$ 215,53	R$ -	R$ 215,53	R$ 215,53	R$ 2.586,36	R$ 2.801,89
10.519.243/0001-94	RS	MATO LEITAO	R$ 354,25	R$ -	R$ 354,25	R$ 354,25	R$ 4.251,00	R$ 4.605,25
12.727.478/0001-05	RS	MATO QUEIMADO	R$ 147,51	R$ -	R$ 147,51	R$ 147,51	R$ 1.770,12	R$ 1.917,63
11.312.399/0001-62	RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	R$ 400,12	R$ -	R$ 400,12	R$ 400,12	R$ 4.801,44	R$ 5.201,56
12.069.823/0001-52	RS	MINAS DO LEAO	R$ 639,79	R$ -	R$ 639,79	R$ 639,79	R$ 7.677,48	R$ 8.317,27
12.202.380/0001-26	RS	MIRAGUAI	R$ 386,42	R$ -	R$ 386,42	R$ 386,42	R$ 4.637,04	R$ 5.023,46
12.398.817/0001-49	RS	MONTAURI	R$ 126,01	R$ -	R$ 126,01	R$ 126,01	R$ 1.512,12	R$ 1.638,13
12.057.456/0001-77	RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	R$ 255,60	R$ -	R$ 255,60	R$ 255,60	R$ 3.067,20	R$ 3.322,80
12.223.598/0001-67	RS	MONTE BELO DO SUL	R$ 221,73	R$ -	R$ 221,73	R$ 221,73	R$ 2.660,76	R$ 2.882,49
12.035.129/0001-14	RS	MONTENEGRO	R$ 5.120,71	R$ -	R$ 5.120,71	R$ 5.120,71	R$ 61.448,52	R$ 66.569,23
11.937.793/0001-96	RS	MORMACO	R$ 242,05	R$ -	R$ 242,05	R$ 242,05	R$ 2.904,60	R$ 3.146,65

11.563.113/0001-11	RS	MORRINHOS DO SUL	R$ 256,02	R$ -	R$ 256,02	R$ 256,02	R$ 3.072,24	R$ 3.328,26
12.306.016/0001-06	RS	MORRO REDONDO	R$ 515,34	R$ -	R$ 515,34	R$ 515,34	R$ 6.184,08	R$ 6.699,42
11.787.446/0001-24	RS	MORRO REUTER	R$ 502,70	R$ -	R$ 502,70	R$ 502,70	R$ 6.032,40	R$ 6.535,10
11.958.524/0001-06	RS	MOSTARDAS	R$ 1.014,47	R$ -	R$ 1.014,47	R$ 1.014,47	R$ 12.173,64	R$ 13.188,11
12.440.909/0001-40	RS	MUCUM	R$ 388,70	R$ -	R$ 388,70	R$ 388,70	R$ 4.664,40	R$ 5.053,10
12.128.072/0001-06	RS	MUITOS CAPOES	R$ 248,10	R$ -	R$ 248,10	R$ 248,10	R$ 2.977,20	R$ 3.225,30
11.270.405/0001-66	RS	MULITERNO	R$ 149,98	R$ -	R$ 149,98	R$ 149,98	R$ 1.799,76	R$ 1.949,74
11.870.064/0001-60	RS	NAO-ME-TOQUE	R$ 1.382,81	R$ -	R$ 1.382,81	R$ 1.382,81	R$ 16.593,72	R$ 17.976,53
11.920.079/0001-95	RS	NICOLAU VERGUEIRO	R$ 141,47	R$ -	R$ 141,47	R$ 141,47	R$ 1.697,64	R$ 1.839,11
11.734.111/0001-48	RS	NONOAI	R$ 988,69	R$ -	R$ 988,69	R$ 988,69	R$ 11.864,28	R$ 12.852,97
12.238.870/0001-82	RS	NOVA ALVORADA	R$ 284,42	R$ -	R$ 284,42	R$ 284,42	R$ 3.413,04	R$ 3.697,46
14.428.126/0001-76	RS	NOVA ARACA	R$ 373,40	R$ -	R$ 373,40	R$ 373,40	R$ 4.480,80	R$ 4.854,20
12.153.799/0001-35	RS	NOVA BASSANO	R$ 778,02	R$ -	R$ 778,02	R$ 778,02	R$ 9.336,24	R$ 10.114,26
11.826.945/0001-83	RS	NOVA BOA VISTA	R$ 165,79	R$ -	R$ 165,79	R$ 165,79	R$ 1.989,48	R$ 2.155,27
12.096.340/0001-47	RS	NOVA BRESCIA	R$ 261,28	R$ -	R$ 261,28	R$ 261,28	R$ 3.135,36	R$ 3.396,64
12.272.490/0001-64	RS	NOVA CANDELARIA	R$ 211,69	R$ -	R$ 211,69	R$ 211,69	R$ 2.540,28	R$ 2.751,97
12.516.573/0001-51	RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	R$ 419,93	R$ -	R$ 419,93	R$ 419,93	R$ 5.039,16	R$ 5.459,09
12.094.862/0001-00	RS	NOVA HARTZ	R$ 1.712,57	R$ -	R$ 1.712,57	R$ 1.712,57	R$ 20.550,84	R$ 22.263,41
12.147.038/0001-70	RS	NOVA PADUA	R$ 200,31	R$ -	R$ 200,31	R$ 200,31	R$ 2.403,72	R$ 2.604,03
12.240.183/0001-00	RS	NOVA PALMA	R$ 510,94	R$ -	R$ 510,94	R$ 510,94	R$ 6.131,28	R$ 6.642,22
11.898.805/0001-10	RS	NOVA PETROPOLIS	R$ 1.675,39	R$ -	R$ 1.675,39	R$ 1.675,39	R$ 20.104,68	R$ 21.780,07
11.840.490/0001-50	RS	NOVA PRATA	R$ 2.138,63	R$ -	R$ 2.138,63	R$ 2.138,63	R$ 25.663,56	R$ 27.802,19
12.146.226/0001-84	RS	NOVA RAMADA	R$ 193,33	R$ -	R$ 193,33	R$ 193,33	R$ 2.319,96	R$ 2.513,29
13.895.113/0001-44	RS	NOVA ROMA DO SUL	R$ 289,44	R$ -	R$ 289,44	R$ 289,44	R$ 3.473,28	R$ 3.762,72
11.922.360/0001-67	RS	NOVA SANTA RITA	R$ 2.298,92	R$ -	R$ 2.298,92	R$ 2.298,92	R$ 27.587,04	R$ 29.885,96
12.299.124/0001-07	RS	NOVO BARREIRO	R$ 326,71	R$ -	R$ 326,71	R$ 326,71	R$ 3.920,52	R$ 4.247,23
12.051.220/0001-23	RS	NOVO CABRAIS	R$ 332,45	R$ -	R$ 332,45	R$ 332,45	R$ 3.989,40	R$ 4.321,85
11.416.036/0001-77	RS	NOVO HAMBURGO	R$ 19.360,23	R$ -	R$ 19.360,23	R$ 19.360,23	R$ 232.322,76	R$ 251.682,99
12.267.672/0001-47	RS	NOVO MACHADO	R$ 336,41	R$ -	R$ 336,41	R$ 336,41	R$ 4.036,92	R$ 4.373,33
11.483.873/0001-19	RS	NOVO TIRADENTES	R$ 189,12	R$ -	R$ 189,12	R$ 189,12	R$ 2.269,44	R$ 2.458,56
11.951.706/0001-55	RS	NOVO XINGU	R$ 151,12	R$ -	R$ 151,12	R$ 151,12	R$ 1.813,44	R$ 1.964,56
11.322.135/0001-90	RS	OSORIO	R$ 3.608,76	R$ -	R$ 3.608,76	R$ 3.608,76	R$ 43.305,12	R$ 46.913,88
11.862.981/0001-00	RS	PAIM FILHO	R$ 355,12	R$ -	R$ 355,12	R$ 355,12	R$ 4.261,44	R$ 4.616,56
12.347.184/0001-40	RS	PALMARES DO SUL	R$ 941,38	R$ -	R$ 941,38	R$ 941,38	R$ 11.296,56	R$ 12.237,94
13.550.555/0001-59	RS	PALMEIRA DAS MISSOES	R$ 2.613,00	R$ -	R$ 2.613,00	R$ 2.613,00	R$ 31.356,00	R$ 33.969,00
11.642.039/0001-29	RS	PALMITINHO	R$ 553,70	R$ -	R$ 553,70	R$ 553,70	R$ 6.644,40	R$ 7.198,10
12.056.244/0001-75	RS	PANAMBI	R$ 3.426,18	R$ -	R$ 3.426,18	R$ 3.426,18	R$ 41.114,16	R$ 44.540,34
10.542.928/0001-51	RS	PANTANO GRANDE	R$ 783,35	R$ -	R$ 783,35	R$ 783,35	R$ 9.400,20	R$ 10.183,55
12.066.172/0001-47	RS	PARAI	R$ 600,78	R$ -	R$ 600,78	R$ 600,78	R$ 7.209,36	R$ 7.810,14
12.991.728/0001-01	RS	PARAISO DO SUL	R$ 603,03	R$ -	R$ 603,03	R$ 603,03	R$ 7.236,36	R$ 7.839,39
10.543.099/0001-21	RS	PARECI NOVO	R$ 301,06	R$ -	R$ 301,06	R$ 301,06	R$ 3.612,72	R$ 3.913,78
11.706.451/0001-65	RS	PAROBE	R$ 4.572,11	R$ -	R$ 4.572,11	R$ 4.572,11	R$ 54.865,32	R$ 59.437,43
11.991.195/0001-03	RS	PASSA SETE	R$ 451,77	R$ -	R$ 451,77	R$ 451,77	R$ 5.421,24	R$ 5.873,01
12.075.576/0001-05	RS	PASSO DO SOBRADO	R$ 517,77	R$ -	R$ 517,77	R$ 517,77	R$ 6.213,24	R$ 6.731,01
12.343.387/0001-68	RS	PASSO FUNDO	R$ 15.949,27	R$ -	R$ 15.949,27	R$ 15.949,27	R$ 191.391,24	R$ 207.340,51
11.979.091/0001-75	RS	PAULO BENTO	R$ 179,91	R$ -	R$ 179,91	R$ 179,91	R$ 2.158,92	R$ 2.338,83
12.086.442/0001-81	RS	PAVERAMA	R$ 672,43	R$ -	R$ 672,43	R$ 672,43	R$ 8.069,16	R$ 8.741,59
11.921.425/0001-50	RS	PEDRAS ALTAS	R$ 209,01	R$ -	R$ 209,01	R$ 209,01	R$ 2.508,12	R$ 2.717,13
13.556.480/0001-13	RS	PEDRO OSORIO	R$ 657,38	R$ -	R$ 657,38	R$ 657,38	R$ 7.888,56	R$ 8.545,94
11.822.817/0001-61	RS	PEJUCARA	R$ 303,96	R$ -	R$ 303,96	R$ 303,96	R$ 3.647,52	R$ 3.951,48
11.217.562/0001-08	RS	PELOTAS	R$ 26.865,62	R$ -	R$ 26.865,62	R$ 26.865,62	R$ 322.387,44	R$ 349.253,06
12.059.843/0001-42	RS	PICADA CAFE	R$ 450,53	R$ -	R$ 450,53	R$ 450,53	R$ 5.406,36	R$ 5.856,89
13.779.929/0001-02	RS	PINHAL	R$ 202,35	R$ -	R$ 202,35	R$ 202,35	R$ 2.428,20	R$ 2.630,55
11.258.349/0001-44	RS	PINHAL DA SERRA	R$ 167,57	R$ -	R$ 167,57	R$ 167,57	R$ 2.010,84	R$ 2.178,41
13.094.599/0001-11	RS	PINHAL GRANDE	R$ 344,65	R$ -	R$ 344,65	R$ 344,65	R$ 4.135,80	R$ 4.480,45
11.643.369/0001-39	RS	PINHEIRINHO DO VALE	R$ 382,19	R$ -	R$ 382,19	R$ 382,19	R$ 4.586,28	R$ 4.968,47
12.062.786/0001-50	RS	PINHEIRO MACHADO	R$ 1.042,04	R$ -	R$ 1.042,04	R$ 1.042,04	R$ 12.504,48	R$ 13.546,52
17.556.083/0001-00	RS	PINTO BANDEIRA	R$ 235,62	R$ -	R$ 235,62	R$ 235,62	R$ 2.827,44	R$ 3.063,06
10.469.683/0001-84	RS	PIRAPO	R$ 236,03	R$ -	R$ 236,03	R$ 236,03	R$ 2.832,36	R$ 3.068,39
12.218.420/0001-28	RS	PIRATINI	R$ 1.637,15	R$ -	R$ 1.637,15	R$ 1.637,15	R$ 19.645,80	R$ 21.282,95
11.782.685/0001-91	RS	PLANALTO	R$ 798,96	R$ -	R$ 798,96	R$ 798,96	R$ 9.587,52	R$ 10.386,48
11.838.317/0001-18	RS	POCO DAS ANTAS	R$ 164,61	R$ -	R$ 164,61	R$ 164,61	R$ 1.975,32	R$ 2.139,93
12.580.434/0001-97	RS	PONTAO	R$ 306,31	R$ -	R$ 306,31	R$ 306,31	R$ 3.675,72	R$ 3.982,03
12.035.548/0001-56	RS	PONTE PRETA	R$ 144,84	R$ -	R$ 144,84	R$ 144,84	R$ 1.738,08	R$ 1.882,92
10.511.356/0001-43	RS	PORTAO	R$ 2.909,28	R$ -	R$ 2.909,28	R$ 2.909,28	R$ 34.911,36	R$ 37.820,64
11.358.235/0001-76	RS	PORTO ALEGRE	R$ 115.277,59	R$ -	R$ 115.277,59	R$ 115.277,59	R$ 1.383.331,08	R$ 1.498.608,67
14.018.902/0001-60	RS	PORTO LUCENA	R$ 442,66	R$ -	R$ 442,66	R$ 442,66	R$ 5.311,92	R$ 5.754,58
11.945.207/0001-55	RS	PORTO MAUA	R$ 204,42	R$ -	R$ 204,42	R$ 204,42	R$ 2.453,04	R$ 2.657,46
12.051.687/0001-73	RS	PORTO VERA CRUZ	R$ 161,47	R$ -	R$ 161,47	R$ 161,47	R$ 1.937,64	R$ 2.099,11
14.097.425/0001-75	RS	PORTO XAVIER	R$ 873,36	R$ -	R$ 873,36	R$ 873,36	R$ 10.480,32	R$ 11.353,68
11.649.013/0001-02	RS	POUSO NOVO	R$ 156,77	R$ -	R$ 156,77	R$ 156,77	R$ 1.881,24	R$ 2.038,01
12.077.214/0001-45	RS	PRESIDENTE LUCENA	R$ 227,62	R$ -	R$ 227,62	R$ 227,62	R$ 2.731,44	R$ 2.959,06
12.132.939/0001-99	RS	PROGRESSO	R$ 494,72	R$ -	R$ 494,72	R$ 494,72	R$ 5.936,64	R$ 6.431,36
14.097.516/0001-00	RS	PROTASIO ALVES	R$ 171,67	R$ -	R$ 171,67	R$ 171,67	R$ 2.060,04	R$ 2.231,71
12.075.973/0001-79	RS	PUTINGA	R$ 332,83	R$ -	R$ 332,83	R$ 332,83	R$ 3.993,96	R$ 4.326,79
11.302.881/0001-11	RS	QUARAI	R$ 1.780,06	R$ -	R$ 1.780,06	R$ 1.780,06	R$ 21.360,72	R$ 23.140,78
11.979.991/0001-12	RS	QUATRO IRMAOS	R$ 146,50	R$ -	R$ 146,50	R$ 146,50	R$ 1.758,00	R$ 1.904,50
12.021.742/0001-82	RS	QUEVEDOS	R$ 220,90	R$ -	R$ 220,90	R$ 220,90	R$ 2.650,80	R$ 2.871,70
12.153.261/0001-20	RS	QUINZE DE NOVEMBRO	R$ 297,84	R$ -	R$ 297,84	R$ 297,84	R$ 3.574,08	R$ 3.871,92
97.531.256/0001-67	RS	REDENTORA	R$ 915,04	R$ -	R$ 915,04	R$ 915,04	R$ 10.980,48	R$ 11.895,52
12.160.252/0001-67	RS	RELVADO	R$ 176,07	R$ -	R$ 176,07	R$ 176,07	R$ 2.112,84	R$ 2.288,91
12.250.708/0001-80	RS	RESTINGA SECA	R$ 1.250,97	R$ -	R$ 1.250,97	R$ 1.250,97	R$ 15.011,64	R$ 16.262,61
11.869.486/0001-15	RS	RIO DOS INDIOS	R$ 332,14	R$ -	R$ 332,14	R$ 332,14	R$ 3.985,68	R$ 4.317,82
12.094.476/0001-18	RS	RIO GRANDE	R$ 16.555,78	R$ -	R$ 16.555,78	R$ 16.555,78	R$ 198.669,36	R$ 215.225,14
12.389.111/0001-10	RS	RIO PARDO	R$ 3.032,56	R$ -	R$ 3.032,56	R$ 3.032,56	R$ 36.390,72	R$ 39.423,28
11.868.258/0001-20	RS	RIOZINHO	R$ 368,66	R$ -	R$ 368,66	R$ 368,66	R$ 4.423,92	R$ 4.792,58
12.497.816/0001-51	RS	ROCA SALES	R$ 893,91	R$ -	R$ 893,91	R$ 893,91	R$ 10.726,92	R$ 11.620,83
11.753.578/0001-35	RS	RODEIO BONITO	R$ 460,33	R$ -	R$ 460,33	R$ 460,33	R$ 5.523,96	R$ 5.984,29
12.099.444/0001-05	RS	ROLADOR	R$ 227,31	R$ -	R$ 227,31	R$ 227,31	R$ 2.727,72	R$ 2.955,03
11.425.702/0001-33	RS	ROLANTE	R$ 1.691,50	R$ -	R$ 1.691,50	R$ 1.691,50	R$ 20.298,00	R$ 21.989,50
12.366.774/0001-10	RS	RONDA ALTA	R$ 831,77	R$ -	R$ 831,77	R$ 831,77	R$ 9.981,24	R$ 10.813,01
11.955.539/0001-10	RS	RONDINHA	R$ 450,06	R$ -	R$ 450,06	R$ 450,06	R$ 5.400,72	R$ 5.850,78
10.544.786/0001-61	RS	ROQUE GONZALES	R$ 585,83	R$ -	R$ 585,83	R$ 585,83	R$ 7.029,96	R$ 7.615,79

11.834.748/0001-06	RS	ROSARIO DO SUL	R$ 3.123,44	R$ -	R$ 3.123,44	R$ 3.123,44	R$ 37.481,28	R$ 40.604,72
12.430.586/0001-03	RS	SAGRADA FAMILIA	R$ 206,71	R$ -	R$ 206,71	R$ 206,71	R$ 2.480,52	R$ 2.687,23
14.731.069/0001-08	RS	SALDANHA MARINHO	R$ 236,88	R$ -	R$ 236,88	R$ 236,88	R$ 2.842,56	R$ 3.079,44
12.193.806/0001-22	RS	SALTO DO JACUI	R$ 986,34	R$ -	R$ 986,34	R$ 986,34	R$ 11.836,08	R$ 12.822,42
12.137.437/0001-50	RS	SALVADOR DAS MISSOES	R$ 214,44	R$ -	R$ 214,44	R$ 214,44	R$ 2.573,28	R$ 2.787,72
11.856.303/0001-27	RS	SALVADOR DO SUL	R$ 611,92	R$ -	R$ 611,92	R$ 611,92	R$ 7.343,04	R$ 7.954,96
12.219.625/0001-28	RS	SANANDUVA	R$ 1.276,57	R$ -	R$ 1.276,57	R$ 1.276,57	R$ 15.318,84	R$ 16.595,41
11.874.174/0001-08	RS	SANTA BARBARA DO SUL	R$ 719,02	R$ -	R$ 719,02	R$ 719,02	R$ 8.628,24	R$ 9.347,26
12.211.583/0001-89	RS	SANTA CECILIA DO SUL	R$ 139,35	R$ -	R$ 139,35	R$ 139,35	R$ 1.672,20	R$ 1.811,55
12.033.079/0001-36	RS	SANTA CLARA DO SUL	R$ 518,08	R$ -	R$ 518,08	R$ 518,08	R$ 6.216,96	R$ 6.735,04
11.776.182/0001-03	RS	SANTA CRUZ DO SUL	R$ 10.232,64	R$ -	R$ 10.232,64	R$ 10.232,64	R$ 122.791,68	R$ 133.024,32
12.423.234/0001-20	RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	R$ 202,99	R$ -	R$ 202,99	R$ 202,99	R$ 2.435,88	R$ 2.638,87
12.964.512/0001-57	RS	SANTA MARIA	R$ 22.135,80	R$ -	R$ 22.135,80	R$ 22.135,80	R$ 265.629,60	R$ 287.765,40
11.253.138/0001-19	RS	SANTA MARIA DO HERVAL	R$ 501,61	R$ -	R$ 501,61	R$ 501,61	R$ 6.019,32	R$ 6.520,93
11.861.362/0001-93	RS	SANTA ROSA	R$ 5.747,62	R$ -	R$ 5.747,62	R$ 5.747,62	R$ 68.971,44	R$ 74.719,06
12.112.955/0001-10	RS	SANTA TEREZA	R$ 148,53	R$ -	R$ 148,53	R$ 148,53	R$ 1.782,36	R$ 1.930,89
10.496.697/0001-97	RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	R$ 2.479,78	R$ -	R$ 2.479,78	R$ 2.479,78	R$ 29.757,36	R$ 32.237,14
12.274.545/0001-75	RS	SANTANA DA BOA VISTA	R$ 704,44	R$ -	R$ 704,44	R$ 704,44	R$ 8.453,28	R$ 9.157,72
12.094.007/0001-07	RS	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	R$ 6.596,97	R$ -	R$ 6.596,97	R$ 6.596,97	R$ 79.163,64	R$ 85.760,61
12.140.172/0001-40	RS	SANTIAGO	R$ 3.877,96	R$ -	R$ 3.877,96	R$ 3.877,96	R$ 46.535,52	R$ 50.413,48
10.836.490/0001-14	RS	SANTO ANGELO	R$ 6.088,07	R$ -	R$ 6.088,07	R$ 6.088,07	R$ 73.056,84	R$ 79.144,91
11.232.497/0001-90	RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	R$ 3.365,53	R$ -	R$ 3.365,53	R$ 3.365,53	R$ 40.386,36	R$ 43.751,89
12.284.643/0001-93	RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	R$ 952,04	R$ -	R$ 952,04	R$ 952,04	R$ 11.424,48	R$ 12.376,52
12.482.248/0001-15	RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	R$ 180,07	R$ -	R$ 180,07	R$ 180,07	R$ 2.160,84	R$ 2.340,91
12.106.643/0001-01	RS	SANTO ANTONIO DO PLANALTO	R$ 158,41	R$ -	R$ 158,41	R$ 158,41	R$ 1.900,92	R$ 2.059,33
12.740.334/0001-80	RS	SANTO AUGUSTO	R$ 1.089,44	R$ -	R$ 1.089,44	R$ 1.089,44	R$ 13.073,28	R$ 14.162,72
13.572.125/0001-38	RS	SANTO CRISTO	R$ 1.118,63	R$ -	R$ 1.118,63	R$ 1.118,63	R$ 13.423,56	R$ 14.542,19
11.920.726/0001-69	RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	R$ 210,59	R$ -	R$ 210,59	R$ 210,59	R$ 2.527,08	R$ 2.737,67
10.610.784/0001-23	RS	SAO BORJA	R$ 4.729,82	R$ -	R$ 4.729,82	R$ 4.729,82	R$ 56.757,84	R$ 61.487,66
14.100.789/0001-67	RS	SAO DOMINGOS DO SUL	R$ 241,19	R$ -	R$ 241,19	R$ 241,19	R$ 2.894,28	R$ 3.135,47
12.094.096/0001-83	RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	R$ 1.568,69	R$ -	R$ 1.568,69	R$ 1.568,69	R$ 18.824,28	R$ 20.392,97
11.971.665/0001-69	RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	R$ 1.720,10	R$ -	R$ 1.720,10	R$ 1.720,10	R$ 20.641,20	R$ 22.361,30
12.340.821/0001-56	RS	SAO GABRIEL	R$ 4.920,63	R$ -	R$ 4.920,63	R$ 4.920,63	R$ 59.047,56	R$ 63.968,19
12.143.932/0001-72	RS	SAO JERONIMO	R$ 1.921,19	R$ -	R$ 1.921,19	R$ 1.921,19	R$ 23.054,28	R$ 24.975,47
11.261.389/0001-45	RS	SAO JOAO DA URTIGA	R$ 405,90	R$ -	R$ 405,90	R$ 405,90	R$ 4.870,80	R$ 5.276,70
13.845.853/0001-76	RS	SAO JOAO DO POLESINE	R$ 218,28	R$ -	R$ 218,28	R$ 218,28	R$ 2.619,36	R$ 2.837,64
12.435.025/0001-05	RS	SAO JORGE	R$ 221,58	R$ -	R$ 221,58	R$ 221,58	R$ 2.658,96	R$ 2.880,54
12.394.480/0001-00	RS	SAO JOSE DAS MISSOES	R$ 240,78	R$ -	R$ 240,78	R$ 240,78	R$ 2.889,36	R$ 3.130,14
13.868.425/0001-69	RS	SAO JOSE DO HERVAL	R$ 200,00	R$ -	R$ 200,00	R$ 200,00	R$ 2.400,00	R$ 2.600,00
11.235.057/0001-96	RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	R$ 376,93	R$ -	R$ 376,93	R$ 376,93	R$ 4.523,16	R$ 4.900,09
12.149.227/0001-82	RS	SAO JOSE DO INHACORA	R$ 173,56	R$ -	R$ 173,56	R$ 173,56	R$ 2.082,72	R$ 2.256,28
12.071.532/0001-07	RS	SAO JOSE DO NORTE	R$ 2.184,23	R$ -	R$ 2.184,23	R$ 2.184,23	R$ 26.210,76	R$ 28.394,99
11.862.957/0001-63	RS	SAO JOSE DO OURO	R$ 543,97	R$ -	R$ 543,97	R$ 543,97	R$ 6.527,64	R$ 7.071,61
11.229.139/0001-28	RS	SAO JOSE DO SUL	R$ 188,94	R$ -	R$ 188,94	R$ 188,94	R$ 2.267,28	R$ 2.456,22
12.437.956/0001-34	RS	SAO JOSE DOS AUSENTES	R$ 279,45	R$ -	R$ 279,45	R$ 279,45	R$ 3.353,40	R$ 3.632,85
12.625.868/0001-66	RS	SAO LEOPOLDO	R$ 18.582,44	R$ -	R$ 18.582,44	R$ 18.582,44	R$ 222.989,28	R$ 241.571,72
13.931.745/0001-16	RS	SAO LOURENCO DO SUL	R$ 3.453,04	R$ -	R$ 3.453,04	R$ 3.453,04	R$ 41.436,48	R$ 44.889,52
12.118.280/0001-16	RS	SAO LUIZ GONZAGA	R$ 2.625,95	R$ -	R$ 2.625,95	R$ 2.625,95	R$ 31.511,40	R$ 34.137,35
12.117.217/0001-65	RS	SAO MARCOS	R$ 1.691,32	R$ -	R$ 1.691,32	R$ 1.691,32	R$ 20.295,84	R$ 21.987,16
11.760.206/0001-36	RS	SAO MARTINHO	R$ 463,71	R$ -	R$ 463,71	R$ 463,71	R$ 5.564,52	R$ 6.028,23
11.988.520/0001-70	RS	SAO MARTINHO DA SERRA	R$ 283,57	R$ -	R$ 283,57	R$ 283,57	R$ 3.402,84	R$ 3.686,41
11.351.926/0001-48	RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	R$ 607,94	R$ -	R$ 607,94	R$ 607,94	R$ 7.295,28	R$ 7.903,22
12.336.125/0001-76	RS	SAO NICOLAU	R$ 472,14	R$ -	R$ 472,14	R$ 472,14	R$ 5.665,68	R$ 6.137,82
12.202.854/0001-30	RS	SAO PAULO DAS MISSOES	R$ 536,15	R$ -	R$ 536,15	R$ 536,15	R$ 6.433,80	R$ 6.969,95
97.535.719/0001-69	RS	SAO PEDRO DA SERRA	R$ 298,23	R$ -	R$ 298,23	R$ 298,23	R$ 3.578,76	R$ 3.876,99
12.030.337/0001-20	RS	SAO PEDRO DAS MISSOES	R$ 159,17	R$ -	R$ 159,17	R$ 159,17	R$ 1.910,04	R$ 2.069,21
12.272.098/0001-15	RS	SAO PEDRO DO BUTIA	R$ 231,23	R$ -	R$ 231,23	R$ 231,23	R$ 2.774,76	R$ 3.005,99
12.409.054/0001-94	RS	SAO PEDRO DO SUL	R$ 1.270,92	R$ -	R$ 1.270,92	R$ 1.270,92	R$ 15.251,04	R$ 16.521,96
12.010.453/0001-88	RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	R$ 2.015,28	R$ -	R$ 2.015,28	R$ 2.015,28	R$ 24.183,36	R$ 26.198,64
12.231.796/0001-72	RS	SAO SEPE	R$ 1.853,34	R$ -	R$ 1.853,34	R$ 1.853,34	R$ 22.240,08	R$ 24.093,42
12.006.440/0001-35	RS	SAO VALENTIM	R$ 313,53	R$ -	R$ 313,53	R$ 313,53	R$ 3.762,36	R$ 4.075,89
12.153.509/0001-53	RS	SAO VALENTIM DO SUL	R$ 175,91	R$ -	R$ 175,91	R$ 175,91	R$ 2.110,92	R$ 2.286,83
12.118.399/0001-99	RS	SAO VALERIO DO SUL	R$ 216,06	R$ -	R$ 216,06	R$ 216,06	R$ 2.592,72	R$ 2.808,78
13.850.694/0001-06	RS	SAO VENDELINO	R$ 175,99	R$ -	R$ 175,99	R$ 175,99	R$ 2.111,88	R$ 2.287,87
13.874.923/0001-14	RS	SAO VICENTE DO SUL	R$ 690,97	R$ -	R$ 690,97	R$ 690,97	R$ 8.291,64	R$ 8.982,61
11.295.120/0001-80	RS	SAPIRANGA	R$ 6.412,98	R$ -	R$ 6.412,98	R$ 6.412,98	R$ 76.955,76	R$ 83.368,74
11.413.810/0001-96	RS	SAPUCAIA DO SUL	R$ 11.068,96	R$ -	R$ 11.068,96	R$ 11.068,96	R$ 132.827,52	R$ 143.896,48
12.123.475/0001-54	RS	SARANDI	R$ 1.921,44	R$ -	R$ 1.921,44	R$ 1.921,44	R$ 23.057,28	R$ 24.978,72
12.150.332/0001-31	RS	SEBERI	R$ 843,46	R$ -	R$ 843,46	R$ 843,46	R$ 10.121,52	R$ 10.964,98
13.044.399/0001-54	RS	SEDE NOVA	R$ 228,09	R$ -	R$ 228,09	R$ 228,09	R$ 2.737,08	R$ 2.965,17
11.916.291/0001-89	RS	SEGREDO	R$ 587,97	R$ -	R$ 587,97	R$ 587,97	R$ 7.055,64	R$ 7.643,61
12.202.310/0001-78	RS	SELBACH	R$ 400,15	R$ -	R$ 400,15	R$ 400,15	R$ 4.801,80	R$ 5.201,95
11.880.389/0001-23	RS	SENADOR SALGADO FILHO	R$ 220,18	R$ -	R$ 220,18	R$ 220,18	R$ 2.642,16	R$ 2.862,34
13.293.156/0001-50	RS	SENTINELA DO SUL	R$ 442,19	R$ -	R$ 442,19	R$ 442,19	R$ 5.306,28	R$ 5.748,47
11.726.967/0001-71	RS	SERAFINA CORREA	R$ 1.373,23	R$ -	R$ 1.373,23	R$ 1.373,23	R$ 16.478,76	R$ 17.851,99
12.099.181/0001-34	RS	SERIO	R$ 189,12	R$ -	R$ 189,12	R$ 189,12	R$ 2.269,44	R$ 2.458,56
12.160.268/0001-70	RS	SERTAO	R$ 521,30	R$ -	R$ 521,30	R$ 521,30	R$ 6.255,60	R$ 6.776,90
12.247.025/0001-73	RS	SERTAO SANTANA	R$ 513,89	R$ -	R$ 513,89	R$ 513,89	R$ 6.166,68	R$ 6.680,57
12.102.427/0001-80	RS	SETE DE SETEMBRO	R$ 169,08	R$ -	R$ 169,08	R$ 169,08	R$ 2.028,96	R$ 2.198,04
11.461.978/0001-77	RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	R$ 311,18	R$ -	R$ 311,18	R$ 311,18	R$ 3.734,16	R$ 4.045,34
12.987.397/0001-36	RS	SILVEIRA MARTINS	R$ 199,06	R$ -	R$ 199,06	R$ 199,06	R$ 2.388,72	R$ 2.587,78
10.555.899/0001-62	RS	SINIMBU	R$ 805,94	R$ -	R$ 805,94	R$ 805,94	R$ 9.671,28	R$ 10.477,22
11.753.095/0001-30	RS	SOBRADINHO	R$ 1.174,33	R$ -	R$ 1.174,33	R$ 1.174,33	R$ 14.091,96	R$ 15.266,29
13.140.434/0001-39	RS	SOLEDADE	R$ 2.432,46	R$ -	R$ 2.432,46	R$ 2.432,46	R$ 29.189,52	R$ 31.621,98
11.984.627/0001-40	RS	TABAI	R$ 370,26	R$ -	R$ 370,26	R$ 370,26	R$ 4.443,12	R$ 4.813,38
12.877.385/0001-59	RS	TAPEJARA	R$ 1.891,79	R$ -	R$ 1.891,79	R$ 1.891,79	R$ 22.701,48	R$ 24.593,27
11.715.379/0001-32	RS	TAPERA	R$ 830,44	R$ -	R$ 830,44	R$ 830,44	R$ 9.965,28	R$ 10.795,72
11.722.887/0001-48	RS	TAPES	R$ 1.370,69	R$ -	R$ 1.370,69	R$ 1.370,69	R$ 16.448,28	R$ 17.818,97
11.940.346/0001-96	RS	TAQUARA	R$ 4.508,87	R$ -	R$ 4.508,87	R$ 4.508,87	R$ 54.106,44	R$ 58.615,31
10.567.506/0001-30	RS	TAQUARI	R$ 2.107,63	R$ -	R$ 2.107,63	R$ 2.107,63	R$ 25.291,56	R$ 27.399,19
11.194.710/0001-16	RS	TAQUARUCU DO SUL	R$ 241,03	R$ -	R$ 241,03	R$ 241,03	R$ 2.892,36	R$ 3.133,39
12.193.622/0001-62	RS	TAVARES	R$ 434,26	R$ -	R$ 434,26	R$ 434,26	R$ 5.211,12	R$ 5.645,38
11.269.207/0001-82	RS	TENENTE PORTELA	R$ 1.058,05	R$ -	R$ 1.058,05	R$ 1.058,05	R$ 12.696,60	R$ 13.754,65
12.195.568/0001-94	RS	TERRA DE AREIA	R$ 887,70	R$ -	R$ 887,70	R$ 887,70	R$ 10.652,40	R$ 11.540,10
12.124.074/0001-19	RS	TEUTONIA	R$ 2.607,43	R$ -	R$ 2.607,43	R$ 2.607,43	R$ 31.289,16	R$ 33.896,59
11.633.668/0001-92	RS	TIO HUGO	R$ 237,74	R$ -	R$ 237,74	R$ 237,74	R$ 2.852,88	R$ 3.090,62
11.192.115/0001-41	RS	TIRADENTES DO SUL	R$ 553,90	R$ -	R$ 553,90	R$ 553,90	R$ 6.646,80	R$ 7.200,70
12.219.714/0001-74	RS	TOROPI	R$ 248,63	R$ -	R$ 248,63	R$ 248,63	R$ 2.983,56	R$ 3.232,19
12.225.390/0001-87	RS	TORRES	R$ 3.038,97	R$ -	R$ 3.038,97	R$ 3.038,97	R$ 36.467,64	R$ 39.506,61
10.574.385/0001-54	RS	TRAMANDAI	R$ 4.057,64	R$ -	R$ 4.057,64	R$ 4.057,64	R$ 48.691,68	R$ 52.749,32
12.152.490/0001-20	RS	TRAVESSEIRO	R$ 193,88	R$ -	R$ 193,88	R$ 193,88	R$ 2.326,56	R$ 2.520,44
12.912.617/0001-62	RS	TRES ARROIOS	R$ 241,58	R$ -	R$ 241,58	R$ 241,58	R$ 2.898,96	R$ 3.140,54
11.959.356/0001-73	RS	TRES CACHOEIRAS	R$ 867,24	R$ -	R$ 867,24	R$ 867,24	R$ 10.406,88	R$ 11.274,12
11.445.803/0001-76	RS	TRES COROAS	R$ 2.214,18	R$ -	R$ 2.214,18	R$ 2.214,18	R$ 26.570,16	R$ 28.784,34
11.840.173/0001-34	RS	TRES DE MAIO	R$ 1.875,70	R$ -	R$ 1.875,70	R$ 1.875,70	R$ 22.508,40	R$ 24.384,10
11.943.264/0001-03	RS	TRES FORQUILHAS	R$ 247,83	R$ -	R$ 247,83	R$ 247,83	R$ 2.973,96	R$ 3.221,79
11.916.215/0001-73	RS	TRES PALMEIRAS	R$ 335,11	R$ -	R$ 335,11	R$ 335,11	R$ 4.021,32	R$ 4.356,43

11.204.902/0001-66	RS	TRES PASSOS	R$ 1.875,70	R$ -	R$ 1.875,70	R$ 1.875,70	R$ 22.508,40	R$ 24.384,10
12.184.126/0001-42	RS	TRINDADE DO SUL	R$ 459,70	R$ -	R$ 459,70	R$ 459,70	R$ 5.516,40	R$ 5.976,10
12.764.895/0001-10	RS	TRIUNFO	R$ 2.317,60	R$ -	R$ 2.317,60	R$ 2.317,60	R$ 27.811,20	R$ 30.128,80
11.780.984/0001-97	RS	TUCUNDUVA	R$ 445,50	R$ -	R$ 445,50	R$ 445,50	R$ 5.346,00	R$ 5.791,50
13.008.513/0001-90	RS	TUNAS	R$ 362,01	R$ -	R$ 362,01	R$ 362,01	R$ 4.344,12	R$ 4.706,13
12.529.313/0001-10	RS	TUPANCI DO SUL	R$ 141,11	R$ -	R$ 141,11	R$ 141,11	R$ 1.693,32	R$ 1.834,43
10.441.810/0001-37	RS	TUPANCIRETA	R$ 1.879,00	R$ -	R$ 1.879,00	R$ 1.879,00	R$ 22.548,00	R$ 24.427,00
12.200.907/0001-83	RS	TUPANDI	R$ 380,93	R$ -	R$ 380,93	R$ 380,93	R$ 4.571,16	R$ 4.952,09
11.828.168/0001-06	RS	TUPARENDI	R$ 695,64	R$ -	R$ 695,64	R$ 695,64	R$ 8.347,68	R$ 9.043,32
11.245.243/0001-06	RS	TURUCU	R$ 316,92	R$ -	R$ 316,92	R$ 316,92	R$ 3.803,04	R$ 4.119,96
12.385.537/0001-04	RS	UBIRETAMA	R$ 192,31	R$ -	R$ 192,31	R$ 192,31	R$ 2.307,72	R$ 2.500,03
97.552.600/0001-02	RS	UNIAO DA SERRA	R$ 129,38	R$ -	R$ 129,38	R$ 129,38	R$ 1.552,56	R$ 1.681,94
12.093.632/0001-26	RS	UNISTALDA	R$ 185,24	R$ -	R$ 185,24	R$ 185,24	R$ 2.222,88	R$ 2.408,12
11.343.066/0001-09	RS	URUGUAIANA	R$ 9.962,26	R$ -	R$ 9.962,26	R$ 9.962,26	R$ 119.547,12	R$ 129.509,38
11.867.771/0001-05	RS	VACARIA	R$ 5.195,57	R$ -	R$ 5.195,57	R$ 5.195,57	R$ 62.346,84	R$ 67.542,41
13.379.063/0001-42	RS	VALE DO SOL	R$ 933,42	R$ -	R$ 933,42	R$ 933,42	R$ 11.201,04	R$ 12.134,46
13.245.103/0001-63	RS	VALE REAL	R$ 463,94	R$ -	R$ 463,94	R$ 463,94	R$ 5.567,28	R$ 6.031,22
12.361.661/0001-21	RS	VALE VERDE	R$ 277,07	R$ -	R$ 277,07	R$ 277,07	R$ 3.324,84	R$ 3.601,91
12.028.933/0001-76	RS	VANINI	R$ 165,79	R$ -	R$ 165,79	R$ 165,79	R$ 1.989,48	R$ 2.155,27
11.094.183/0001-78	RS	VENANCIO AIRES	R$ 5.614,24	R$ -	R$ 5.614,24	R$ 5.614,24	R$ 67.370,88	R$ 72.985,12
12.086.083/0001-62	RS	VERA CRUZ	R$ 2.107,71	R$ -	R$ 2.107,71	R$ 2.107,71	R$ 25.292,52	R$ 27.400,23
11.839.813/0001-96	RS	VERANOPOLIS	R$ 2.058,91	R$ -	R$ 2.058,91	R$ 2.058,91	R$ 24.706,92	R$ 26.765,83
12.819.755/0001-00	RS	VESPASIANO CORREA	R$ 154,33	R$ -	R$ 154,33	R$ 154,33	R$ 1.851,96	R$ 2.006,29
13.040.848/0001-96	RS	VIADUTOS	R$ 449,43	R$ -	R$ 449,43	R$ 449,43	R$ 5.393,16	R$ 5.842,59
12.026.322/0001-99	RS	VIAMAO	R$ 20.025,27	R$ -	R$ 20.025,27	R$ 20.025,27	R$ 240.303,24	R$ 260.328,51
11.696.080/0001-88	RS	VICENTE DUTRA	R$ 442,66	R$ -	R$ 442,66	R$ 442,66	R$ 5.311,92	R$ 5.754,58
11.827.014/0001-08	RS	VICTOR GRAEFF	R$ 244,80	R$ -	R$ 244,80	R$ 244,80	R$ 2.937,60	R$ 3.182,40
12.056.520/0001-03	RS	VILA FLORES	R$ 265,59	R$ -	R$ 265,59	R$ 265,59	R$ 3.187,08	R$ 3.452,67
11.576.396/0001-36	RS	VILA LANGARO	R$ 179,91	R$ -	R$ 179,91	R$ 179,91	R$ 2.158,92	R$ 2.338,83
11.718.802/0001-58	RS	VILA MARIA	R$ 341,94	R$ -	R$ 341,94	R$ 341,94	R$ 4.103,28	R$ 4.445,22
12.109.453/0001-30	RS	VILA NOVA DO SUL	R$ 339,11	R$ -	R$ 339,11	R$ 339,11	R$ 4.069,32	R$ 4.408,43
11.239.280/0001-01	RS	VISTA ALEGRE	R$ 230,05	R$ -	R$ 230,05	R$ 230,05	R$ 2.760,60	R$ 2.990,65
11.878.143/0001-17	RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	R$ 122,48	R$ -	R$ 122,48	R$ 122,48	R$ 1.469,76	R$ 1.592,24
13.718.967/0001-55	RS	VISTA GAUCHA	R$ 223,69	R$ -	R$ 223,69	R$ 223,69	R$ 2.684,28	R$ 2.907,97
14.085.378/0001-40	RS	VITORIA DAS MISSOES	R$ 291,25	R$ -	R$ 291,25	R$ 291,25	R$ 3.495,00	R$ 3.786,25
11.975.680/0001-85	RS	WESTFALIA	R$ 236,48	R$ -	R$ 236,48	R$ 236,48	R$ 2.837,76	R$ 3.074,24
11.217.412/0001-02	RS	XANGRI-LA	R$ 1.287,40	R$ -	R$ 1.287,40	R$ 1.287,40	R$ 15.448,80	R$ 16.736,20
10.509.952/0001-99	SC	ABDON BATISTA	R$ 222,24	R$ -	R$ 222,24	R$ 222,24	R$ 2.666,88	R$ 2.889,12
10.532.003/0001-20	SC	ABELARDO LUZ	R$ 1.418,55	R$ -	R$ 1.418,55	R$ 1.418,55	R$ 17.022,60	R$ 18.441,15
12.009.642/0001-30	SC	AGROLANDIA	R$ 852,41	R$ -	R$ 852,41	R$ 852,41	R$ 10.228,92	R$ 11.081,33
11.387.359/0001-80	SC	AGRONOMICA	R$ 427,46	R$ -	R$ 427,46	R$ 427,46	R$ 5.129,52	R$ 5.556,98
11.430.533/0001-20	SC	AGUA DOCE	R$ 566,10	R$ -	R$ 566,10	R$ 566,10	R$ 6.793,20	R$ 7.359,30
11.420.840/0001-20	SC	AGUAS DE CHAPECO	R$ 508,90	R$ -	R$ 508,90	R$ 508,90	R$ 6.106,80	R$ 6.615,70
11.300.021/0001-49	SC	AGUAS FRIAS	R$ 207,22	R$ -	R$ 207,22	R$ 207,22	R$ 2.486,64	R$ 2.693,86
10.714.485/0001-39	SC	AGUAS MORNAS	R$ 507,57	R$ -	R$ 507,57	R$ 507,57	R$ 6.090,84	R$ 6.598,41
08.560.651/0001-48	SC	ALFREDO WAGNER	R$ 795,16	R$ -	R$ 795,16	R$ 795,16	R$ 9.541,92	R$ 10.337,08
10.481.963/0001-08	SC	ALTO BELA VISTA	R$ 162,49	R$ -	R$ 162,49	R$ 162,49	R$ 1.949,88	R$ 2.112,37
11.243.552/0001-47	SC	ANCHIETA	R$ 529,50	R$ -	R$ 529,50	R$ 529,50	R$ 6.354,00	R$ 6.883,50
08.321.661/0001-20	SC	ANGELINA	R$ 427,53	R$ -	R$ 427,53	R$ 427,53	R$ 5.130,36	R$ 5.557,89
14.016.436/0001-83	SC	ANITA GARIBALDI	R$ 728,21	R$ -	R$ 728,21	R$ 728,21	R$ 8.738,52	R$ 9.466,73
08.438.054/0001-45	SC	ANITAPOLIS	R$ 256,07	R$ -	R$ 256,07	R$ 256,07	R$ 3.072,84	R$ 3.328,91
08.585.935/0001-99	SC	ANTONIO CARLOS	R$ 667,94	R$ -	R$ 667,94	R$ 667,94	R$ 8.015,28	R$ 8.683,22
11.195.905/0001-80	SC	APIUNA	R$ 842,91	R$ -	R$ 842,91	R$ 842,91	R$ 10.114,92	R$ 10.957,83
10.559.943/0001-02	SC	ARABUTA	R$ 334,80	R$ -	R$ 334,80	R$ 334,80	R$ 4.017,60	R$ 4.352,40
08.345.495/0001-00	SC	ARAQUARI	R$ 2.991,66	R$ -	R$ 2.991,66	R$ 2.991,66	R$ 35.899,92	R$ 38.891,58
11.151.460/0001-37	SC	ARARANGUA	R$ 5.353,27	R$ -	R$ 5.353,27	R$ 5.353,27	R$ 64.239,24	R$ 69.592,51
11.632.895/0001-01	SC	ARMAZEM	R$ 680,58	R$ -	R$ 680,58	R$ 680,58	R$ 8.166,96	R$ 8.847,54
10.479.381/0001-97	SC	ARROIO TRINTA	R$ 278,54	R$ -	R$ 278,54	R$ 278,54	R$ 3.342,48	R$ 3.621,02
10.557.402/0001-45	SC	ARVOREDO	R$ 175,75	R$ -	R$ 175,75	R$ 175,75	R$ 2.109,00	R$ 2.284,75
11.241.709/0001-03	SC	ASCURRA	R$ 622,51	R$ -	R$ 622,51	R$ 622,51	R$ 7.470,12	R$ 8.092,63
11.211.260/0001-22	SC	ATALANTA	R$ 266,93	R$ -	R$ 266,93	R$ 266,93	R$ 3.203,16	R$ 3.470,09
11.327.490/0001-51	SC	AURORA	R$ 445,58	R$ -	R$ 445,58	R$ 445,58	R$ 5.346,96	R$ 5.792,54
11.222.421/0001-83	SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	R$ 1.025,57	R$ -	R$ 1.025,57	R$ 1.025,57	R$ 12.306,84	R$ 13.332,41
11.228.769/0001-88	SC	BALNEARIO BARRA DO SUL	R$ 846,99	R$ -	R$ 846,99	R$ 846,99	R$ 10.163,88	R$ 11.010,87
10.459.525/0001-43	SC	BALNEARIO CAMBORIU	R$ 11.055,23	R$ -	R$ 11.055,23	R$ 11.055,23	R$ 132.662,76	R$ 143.717,99
11.425.649/0001-70	SC	BALNEARIO GAIVOTA	R$ 861,43	R$ -	R$ 861,43	R$ 861,43	R$ 10.337,16	R$ 11.198,59
04.402.872/0001-37	SC	BALNEARIO PICARRAS	R$ 1.816,15	R$ -	R$ 1.816,15	R$ 1.816,15	R$ 21.793,80	R$ 23.609,95
18.184.942/0001-32	SC	BALNEARIO RINCAO	R$ 1.001,17	R$ -	R$ 1.001,17	R$ 1.001,17	R$ 12.014,04	R$ 13.015,21
11.290.422/0001-65	SC	BANDEIRANTE	R$ 245,22	R$ -	R$ 245,22	R$ 245,22	R$ 2.942,64	R$ 3.187,86
11.873.495/0001-80	SC	BARRA BONITA	R$ 166,34	R$ -	R$ 166,34	R$ 166,34	R$ 1.996,08	R$ 2.162,42
01.877.528/0001-06	SC	BARRA VELHA	R$ 2.288,57	R$ -	R$ 2.288,57	R$ 2.288,57	R$ 27.462,84	R$ 29.751,41
10.324.957/0001-47	SC	BELA VISTA DO TOLDO	R$ 502,09	R$ -	R$ 502,09	R$ 502,09	R$ 6.025,08	R$ 6.527,17
11.423.342/0001-30	SC	BELMONTE	R$ 212,32	R$ -	R$ 212,32	R$ 212,32	R$ 2.547,84	R$ 2.760,16
10.624.466/0001-11	SC	BENEDITO NOVO	R$ 914,23	R$ -	R$ 914,23	R$ 914,23	R$ 10.970,76	R$ 11.884,99
08.999.257/0001-00	SC	BIGUACU	R$ 5.373,12	R$ -	R$ 5.373,12	R$ 5.373,12	R$ 64.477,44	R$ 69.850,56
07.821.223/0001-69	SC	BLUMENAU	R$ 27.751,61	R$ -	R$ 27.751,61	R$ 27.751,61	R$ 333.019,32	R$ 360.770,93
11.679.183/0001-30	SC	BOCAINA DO SUL	R$ 275,25	R$ -	R$ 275,25	R$ 275,25	R$ 3.303,00	R$ 3.578,25
12.102.905/0001-51	SC	BOM JARDIM DA SERRA	R$ 375,79	R$ -	R$ 375,79	R$ 375,79	R$ 4.509,48	R$ 4.885,27
11.391.482/0001-74	SC	BOM JESUS	R$ 236,17	R$ -	R$ 236,17	R$ 236,17	R$ 2.834,04	R$ 3.070,21
12.924.552/0001-75	SC	BOM JESUS DO OESTE	R$ 168,06	R$ -	R$ 168,06	R$ 168,06	R$ 2.016,72	R$ 2.184,78
13.697.277/0001-67	SC	BOM RETIRO	R$ 789,61	R$ -	R$ 789,61	R$ 789,61	R$ 9.475,32	R$ 10.264,93
10.606.509/0001-36	SC	BOMBINHAS	R$ 1.551,11	R$ -	R$ 1.551,11	R$ 1.551,11	R$ 18.613,32	R$ 20.164,43
11.960.753/0001-65	SC	BOTUVERA	R$ 411,61	R$ -	R$ 411,61	R$ 411,61	R$ 4.939,32	R$ 5.350,93
01.349.236/0001-09	SC	BRACO DO NORTE	R$ 2.624,54	R$ -	R$ 2.624,54	R$ 2.624,54	R$ 31.494,48	R$ 34.119,02
11.481.782/0001-44	SC	BRACO DO TROMBUDO	R$ 293,68	R$ -	R$ 293,68	R$ 293,68	R$ 3.524,16	R$ 3.817,84
11.975.991/0001-44	SC	BRUNOPOLIS	R$ 233,18	R$ -	R$ 233,18	R$ 233,18	R$ 2.798,16	R$ 3.031,34
11.188.015/0001-41	SC	BRUSQUE	R$ 10.570,57	R$ -	R$ 10.570,57	R$ 10.570,57	R$ 126.846,84	R$ 137.417,41
11.583.495/0001-45	SC	CACADOR	R$ 6.166,68	R$ -	R$ 6.166,68	R$ 6.166,68	R$ 74.000,16	R$ 80.166,84
13.954.199/0001-39	SC	CAIBI	R$ 482,38	R$ -	R$ 482,38	R$ 482,38	R$ 5.788,56	R$ 6.270,94
11.370.420/0001-86	SC	CALMON	R$ 337,92	R$ -	R$ 337,92	R$ 337,92	R$ 4.055,04	R$ 4.392,96
11.312.860/0001-87	SC	CAMBORIU	R$ 6.511,44	R$ -	R$ 6.511,44	R$ 6.511,44	R$ 78.137,28	R$ 84.648,72
01.941.360/0001-50	SC	CAMPO ALEGRE	R$ 939,81	R$ -	R$ 939,81	R$ 939,81	R$ 11.277,72	R$ 12.217,53
12.121.379/0001-77	SC	CAMPO BELO DO SUL	R$ 650,64	R$ -	R$ 650,64	R$ 650,64	R$ 7.807,68	R$ 8.458,32
11.307.776/0001-75	SC	CAMPO ERE	R$ 771,47	R$ -	R$ 771,47	R$ 771,47	R$ 9.257,64	R$ 10.029,11
08.595.042/0001-24	SC	CAMPOS NOVOS	R$ 2.843,76	R$ -	R$ 2.843,76	R$ 2.843,76	R$ 34.125,12	R$ 36.968,88
08.692.266/0001-54	SC	CANELINHA	R$ 969,78	R$ -	R$ 969,78	R$ 969,78	R$ 11.637,36	R$ 12.607,14
11.206.680/0001-10	SC	CANOINHAS	R$ 4.268,39	R$ -	R$ 4.268,39	R$ 4.268,39	R$ 51.220,68	R$ 55.489,07
15.408.168/0001-08	SC	CAPAO ALTO	R$ 266,06	R$ -	R$ 266,06	R$ 266,06	R$ 3.192,72	R$ 3.458,78
05.029.092/0001-56	SC	CAPINZAL	R$ 1.792,69	R$ -	R$ 1.792,69	R$ 1.792,69	R$ 21.512,28	R$ 23.304,97
10.971.858/0001-57	SC	CAPIVARI DE BAIXO	R$ 1.951,42	R$ -	R$ 1.951,42	R$ 1.951,42	R$ 23.417,04	R$ 25.368,46
10.391.817/0001-91	SC	CATANDUVAS	R$ 852,17	R$ -	R$ 852,17	R$ 852,17	R$ 10.226,04	R$ 11.078,21
11.414.598/0001-81	SC	CAXAMBU DO SUL	R$ 393,22	R$ -	R$ 393,22	R$ 393,22	R$ 4.718,64	R$ 5.111,86
14.608.771/0001-70	SC	CELSO RAMOS	R$ 214,04	R$ -	R$ 214,04	R$ 214,04	R$ 2.568,48	R$ 2.782,52
11.430.842/0001-08	SC	CERRO NEGRO	R$ 320,49	R$ -	R$ 320,49	R$ 320,49	R$ 3.845,88	R$ 4.166,37
11.395.609/0001-23	SC	CHAPADAO DO LAGEADO	R$ 234,44	R$ -	R$ 234,44	R$ 234,44	R$ 2.813,28	R$ 3.047,72
80.636.475/0001-08	SC	CHAPECO	R$ 17.290,33	R$ -	R$ 17.290,33	R$ 17.290,33	R$ 207.483,96	R$ 224.774,29
10.423.151/0001-06	SC	COCAL DO SUL	R$ 1.309,05	R$ -	R$ 1.309,05	R$ 1.309,05	R$ 15.708,60	R$ 17.017,65

10.455.823/0001-65	SC	CONCORDIA	R$ 5.799,03	R$ -	R$ 5.799,03	R$ 5.799,03	R$ 69.588,36	R$ 75.387,39
11.427.163/0001-71	SC	CORDILHEIRA ALTA	R$ 349,39	R$ -	R$ 349,39	R$ 349,39	R$ 4.192,68	R$ 4.542,07
11.300.210/0001-11	SC	CORONEL FREITAS	R$ 783,12	R$ -	R$ 783,12	R$ 783,12	R$ 9.397,44	R$ 10.180,56
11.364.954/0001-08	SC	CORONEL MARTINS	R$ 201,96	R$ -	R$ 201,96	R$ 201,96	R$ 2.423,52	R$ 2.625,48
14.741.096/0001-53	SC	CORREIA PINTO	R$ 1.164,53	R$ -	R$ 1.164,53	R$ 1.164,53	R$ 13.974,36	R$ 15.138,89
11.269.752/0001-79	SC	CORUPA	R$ 1.248,24	R$ -	R$ 1.248,24	R$ 1.248,24	R$ 14.978,88	R$ 16.227,12
08.435.209/0001-90	SC	CRICIUMA	R$ 16.883,82	R$ -	R$ 16.883,82	R$ 16.883,82	R$ 202.605,84	R$ 219.489,66
11.272.375/0001-27	SC	CUNHA PORA	R$ 869,82	R$ -	R$ 869,82	R$ 869,82	R$ 10.437,84	R$ 11.307,66
11.403.739/0001-60	SC	CUNHATAI	R$ 153,94	R$ -	R$ 153,94	R$ 153,94	R$ 1.847,28	R$ 2.001,22
11.375.686/0001-11	SC	CURITIBANOS	R$ 3.118,45	R$ -	R$ 3.118,45	R$ 3.118,45	R$ 37.421,40	R$ 40.539,85
10.552.903/0001-39	SC	DESCANSO	R$ 698,15	R$ -	R$ 698,15	R$ 698,15	R$ 8.377,80	R$ 9.075,95
11.265.919/0001-23	SC	DIONISIO CERQUEIRA	R$ 1.216,00	R$ -	R$ 1.216,00	R$ 1.216,00	R$ 14.592,00	R$ 15.808,00
10.416.064/0001-21	SC	DONA EMMA	R$ 325,30	R$ -	R$ 325,30	R$ 325,30	R$ 3.903,60	R$ 4.228,90
11.257.200/0001-40	SC	DOUTOR PEDRINHO	R$ 318,87	R$ -	R$ 318,87	R$ 318,87	R$ 3.826,44	R$ 4.145,31
11.306.746/0001-44	SC	ENTRE RIOS	R$ 253,78	R$ -	R$ 253,78	R$ 253,78	R$ 3.045,36	R$ 3.299,14
11.258.199/0001-79	SC	ERMO	R$ 161,87	R$ -	R$ 161,87	R$ 161,87	R$ 1.942,44	R$ 2.104,31
10.490.261/0001-90	SC	ERVAL VELHO	R$ 346,17	R$ -	R$ 346,17	R$ 346,17	R$ 4.154,04	R$ 4.500,21
10.496.698/0001-31	SC	FAXINAL DOS GUEDES	R$ 836,95	R$ -	R$ 836,95	R$ 836,95	R$ 10.043,40	R$ 10.880,35
11.377.474/0001-73	SC	FLOR DO SERTAO	R$ 133,38	R$ -	R$ 133,38	R$ 133,38	R$ 1.600,56	R$ 1.733,94
08.935.681/0001-91	SC	FLORIANOPOLIS	R$ 38.921,75	R$ -	R$ 38.921,75	R$ 38.921,75	R$ 467.061,00	R$ 505.982,75
11.460.159/0001-05	SC	FORMOSA DO SUL	R$ 210,51	R$ -	R$ 210,51	R$ 210,51	R$ 2.526,12	R$ 2.736,63
10.540.697/0001-47	SC	FORQUILHINHA	R$ 2.102,22	R$ -	R$ 2.102,22	R$ 2.102,22	R$ 25.226,64	R$ 27.328,86
10.496.741/0001-69	SC	FRAIBURGO	R$ 2.859,37	R$ -	R$ 2.859,37	R$ 2.859,37	R$ 34.312,44	R$ 37.171,81
12.194.306/0001-05	SC	FREI ROGERIO	R$ 211,78	R$ -	R$ 211,78	R$ 211,78	R$ 2.541,36	R$ 2.753,14
11.224.030/0001-06	SC	GALVAO	R$ 270,22	R$ -	R$ 270,22	R$ 270,22	R$ 3.242,64	R$ 3.512,86
08.543.762/0001-46	SC	GAROPABA	R$ 1.810,74	R$ -	R$ 1.810,74	R$ 1.810,74	R$ 21.728,88	R$ 23.539,62
11.303.923/0001-39	SC	GARUVA	R$ 1.423,68	R$ -	R$ 1.423,68	R$ 1.423,68	R$ 17.084,16	R$ 18.507,84
11.436.906/0001-70	SC	GASPAR	R$ 5.463,98	R$ -	R$ 5.463,98	R$ 5.463,98	R$ 65.567,76	R$ 71.031,74
08.857.731/0001-60	SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	R$ 1.135,42	R$ -	R$ 1.135,42	R$ 1.135,42	R$ 13.625,04	R$ 14.760,46
02.073.207/0001-11	SC	GRAO PARA	R$ 515,41	R$ -	R$ 515,41	R$ 515,41	R$ 6.184,92	R$ 6.700,33
11.347.518/0001-12	SC	GRAVATAL	R$ 902,39	R$ -	R$ 902,39	R$ 902,39	R$ 10.828,68	R$ 11.731,07
11.344.960/0001-95	SC	GUABIRUBA	R$ 1.869,90	R$ -	R$ 1.869,90	R$ 1.869,90	R$ 22.438,80	R$ 24.308,70
11.355.924/0001-27	SC	GUARACIABA	R$ 851,86	R$ -	R$ 851,86	R$ 851,86	R$ 10.222,32	R$ 11.074,18
11.293.409/0001-60	SC	GUARAMIRIM	R$ 3.516,57	R$ -	R$ 3.516,57	R$ 3.516,57	R$ 42.198,84	R$ 45.715,41
11.252.074/0001-31	SC	GUARUJA DO SUL	R$ 404,86	R$ -	R$ 404,86	R$ 404,86	R$ 4.858,32	R$ 5.263,18
12.353.513/0001-65	SC	GUATAMBU	R$ 369,08	R$ -	R$ 369,08	R$ 369,08	R$ 4.428,96	R$ 4.798,04
17.799.033/0001-46	SC	HERVAL D'OESTE	R$ 1.773,70	R$ -	R$ 1.773,70	R$ 1.773,70	R$ 21.284,40	R$ 23.058,10
11.250.761/0001-18	SC	IBIAM	R$ 153,55	R$ -	R$ 153,55	R$ 153,55	R$ 1.842,60	R$ 1.996,15
11.408.074/0001-88	SC	IBICARE	R$ 271,32	R$ -	R$ 271,32	R$ 271,32	R$ 3.255,84	R$ 3.527,16
11.420.709/0001-62	SC	IBIRAMA	R$ 1.486,85	R$ -	R$ 1.486,85	R$ 1.486,85	R$ 17.842,20	R$ 19.329,05
11.391.558/0001-61	SC	ICARA	R$ 4.426,88	R$ -	R$ 4.426,88	R$ 4.426,88	R$ 53.122,56	R$ 57.549,44
10.788.473/0001-59	SC	ILHOTA	R$ 1.112,90	R$ -	R$ 1.112,90	R$ 1.112,90	R$ 13.354,80	R$ 14.467,70
10.631.880/0001-58	SC	IMARUI	R$ 925,18	R$ -	R$ 925,18	R$ 925,18	R$ 11.102,16	R$ 12.027,34
10.568.451/0001-83	SC	IMBITUBA	R$ 3.519,24	R$ -	R$ 3.519,24	R$ 3.519,24	R$ 42.230,88	R$ 45.750,12
02.666.499/0001-04	SC	IMBUIA	R$ 486,23	R$ -	R$ 486,23	R$ 486,23	R$ 5.834,76	R$ 6.320,99
11.355.483/0001-63	SC	INDAIAL	R$ 5.447,19	R$ -	R$ 5.447,19	R$ 5.447,19	R$ 65.366,28	R$ 70.813,47
10.423.190/0001-03	SC	IOMERE	R$ 231,07	R$ -	R$ 231,07	R$ 231,07	R$ 2.772,84	R$ 3.003,91
10.456.203/0001-40	SC	IPIRA	R$ 374,34	R$ -	R$ 374,34	R$ 374,34	R$ 4.492,08	R$ 4.866,42
11.380.843/0001-87	SC	IPORA DO OESTE	R$ 705,84	R$ -	R$ 705,84	R$ 705,84	R$ 8.470,08	R$ 9.175,92
11.395.801/0001-10	SC	IPUACU	R$ 595,34	R$ -	R$ 595,34	R$ 595,34	R$ 7.144,08	R$ 7.739,42
11.329.956/0001-58	SC	IPUMIRIM	R$ 595,76	R$ -	R$ 595,76	R$ 595,76	R$ 7.149,12	R$ 7.744,88
11.420.453/0001-93	SC	IRACEMINHA	R$ 339,58	R$ -	R$ 339,58	R$ 339,58	R$ 4.074,96	R$ 4.414,54
11.267.522/0001-70	SC	IRANI	R$ 817,49	R$ -	R$ 817,49	R$ 817,49	R$ 9.809,88	R$ 10.627,37
12.403.446/0001-46	SC	IRATI	R$ 163,28	R$ -	R$ 163,28	R$ 163,28	R$ 1.959,36	R$ 2.122,64
06.089.125/0001-16	SC	IRINEOPOLIS	R$ 889,13	R$ -	R$ 889,13	R$ 889,13	R$ 10.669,56	R$ 11.558,69
11.417.287/0001-76	SC	ITA	R$ 514,08	R$ -	R$ 514,08	R$ 514,08	R$ 6.168,96	R$ 6.683,04
10.817.032/0001-38	SC	ITAIOPOLIS	R$ 1.700,18	R$ -	R$ 1.700,18	R$ 1.700,18	R$ 20.402,16	R$ 22.102,34
08.259.606/0001-58	SC	ITAJAI	R$ 17.225,13	R$ -	R$ 17.225,13	R$ 17.225,13	R$ 206.701,56	R$ 223.926,69
11.148.262/0001-14	SC	ITAPEMA	R$ 5.124,48	R$ -	R$ 5.124,48	R$ 5.124,48	R$ 61.493,76	R$ 66.618,24
11.356.676/0001-39	SC	ITAPIRANGA	R$ 1.323,80	R$ -	R$ 1.323,80	R$ 1.323,80	R$ 15.885,60	R$ 17.209,40
11.485.410/0001-96	SC	ITAPOA	R$ 1.614,42	R$ -	R$ 1.614,42	R$ 1.614,42	R$ 19.373,04	R$ 20.987,46
11.407.443/0001-18	SC	ITUPORANGA	R$ 1.968,29	R$ -	R$ 1.968,29	R$ 1.968,29	R$ 23.619,48	R$ 25.587,77
10.478.051/0001-87	SC	JABORA	R$ 308,82	R$ -	R$ 308,82	R$ 308,82	R$ 3.705,84	R$ 4.014,66
11.448.444/0001-00	SC	JACINTO MACHADO	R$ 867,08	R$ -	R$ 867,08	R$ 867,08	R$ 10.404,96	R$ 11.272,04
01.746.653/0001-87	SC	JAGUARUNA	R$ 1.571,11	R$ -	R$ 1.571,11	R$ 1.571,11	R$ 18.853,32	R$ 20.424,43
14.007.211/0001-60	SC	JARAGUA DO SUL	R$ 13.805,69	R$ -	R$ 13.805,69	R$ 13.805,69	R$ 165.668,28	R$ 179.473,97
11.436.039/0001-72	SC	JARDINOPOLIS	R$ 147,59	R$ -	R$ 147,59	R$ 147,59	R$ 1.771,08	R$ 1.918,67
10.594.533/0001-00	SC	JOACABA	R$ 2.339,94	R$ -	R$ 2.339,94	R$ 2.339,94	R$ 28.079,28	R$ 30.419,22
08.184.821/0001-37	SC	JOINVILLE	R$ 45.874,67	R$ -	R$ 45.874,67	R$ 45.874,67	R$ 550.496,04	R$ 596.370,71
13.962.716/0001-11	SC	JOSE BOITEUX	R$ 395,92	R$ -	R$ 395,92	R$ 395,92	R$ 4.751,04	R$ 5.146,96
11.381.861/0001-83	SC	JUPIA	R$ 164,85	R$ -	R$ 164,85	R$ 164,85	R$ 1.978,20	R$ 2.143,05
11.417.744/0001-22	SC	LACERDOPOLIS	R$ 176,22	R$ -	R$ 176,22	R$ 176,22	R$ 2.114,64	R$ 2.290,86
11.840.546/0001-77	SC	LAGES	R$ 13.166,24	R$ -	R$ 13.166,24	R$ 13.166,24	R$ 157.994,88	R$ 171.161,12
06.231.312/0001-92	SC	LAGUNA	R$ 3.594,64	R$ -	R$ 3.594,64	R$ 3.594,64	R$ 43.135,68	R$ 46.730,32
10.460.008/0001-94	SC	LAJEADO GRANDE	R$ 111,96	R$ -	R$ 111,96	R$ 111,96	R$ 1.343,52	R$ 1.455,48
11.344.334/0001-07	SC	LAURENTINO	R$ 546,88	R$ -	R$ 546,88	R$ 546,88	R$ 6.562,56	R$ 7.109,44
11.292.440/0001-86	SC	LAURO MULLER	R$ 1.196,07	R$ -	R$ 1.196,07	R$ 1.196,07	R$ 14.352,84	R$ 15.548,91
11.218.128/0001-42	SC	LEBON REGIS	R$ 959,25	R$ -	R$ 959,25	R$ 959,25	R$ 11.511,00	R$ 12.470,25
08.651.832/0001-80	SC	LEOBERTO LEAL	R$ 291,09	R$ -	R$ 291,09	R$ 291,09	R$ 3.493,08	R$ 3.784,17
10.429.180/0001-85	SC	LINDOIA DO SUL	R$ 358,02	R$ -	R$ 358,02	R$ 358,02	R$ 4.296,24	R$ 4.654,26
17.756.464/0001-25	SC	LONTRAS	R$ 951,74	R$ -	R$ 951,74	R$ 951,74	R$ 11.420,88	R$ 12.372,62
11.301.658/0001-50	SC	LUIZ ALVES	R$ 1.008,94	R$ -	R$ 1.008,94	R$ 1.008,94	R$ 12.107,28	R$ 13.116,22
10.574.092/0001-77	SC	LUZERNA	R$ 446,05	R$ -	R$ 446,05	R$ 446,05	R$ 5.352,60	R$ 5.798,65
01.996.270/0001-67	SC	MACIEIRA	R$ 140,63	R$ -	R$ 140,63	R$ 140,63	R$ 1.687,56	R$ 1.828,19
10.491.693/0001-16	SC	MAFRA	R$ 4.416,76	R$ -	R$ 4.416,76	R$ 4.416,76	R$ 53.001,12	R$ 57.417,88
08.902.303/0001-01	SC	MAJOR GERCINO	R$ 272,71	R$ -	R$ 272,71	R$ 272,71	R$ 3.272,52	R$ 3.545,23
11.715.955/0001-41	SC	MAJOR VIEIRA	R$ 642,01	R$ -	R$ 642,01	R$ 642,01	R$ 7.704,12	R$ 8.346,13
10.425.206/0001-17	SC	MARACAJA	R$ 572,22	R$ -	R$ 572,22	R$ 572,22	R$ 6.866,64	R$ 7.438,86
18.256.475/0001-09	SC	MARAVILHA	R$ 2.021,33	R$ -	R$ 2.021,33	R$ 2.021,33	R$ 24.255,96	R$ 26.277,29
11.900.561/0001-63	SC	MAREMA	R$ 178,50	R$ -	R$ 178,50	R$ 178,50	R$ 2.142,00	R$ 2.320,50
11.231.203/0001-05	SC	MASSARANDUBA	R$ 1.327,26	R$ -	R$ 1.327,26	R$ 1.327,26	R$ 15.927,12	R$ 17.254,38
17.237.099/0001-42	SC	MATOS COSTA	R$ 223,91	R$ -	R$ 223,91	R$ 223,91	R$ 2.686,92	R$ 2.910,83
01.896.727/0001-61	SC	MELEIRO	R$ 550,41	R$ -	R$ 550,41	R$ 550,41	R$ 6.604,92	R$ 7.155,33
10.511.686/0001-39	SC	MIRIM DOCE	R$ 202,67	R$ -	R$ 202,67	R$ 202,67	R$ 2.432,04	R$ 2.634,71
11.511.812/0001-18	SC	MODELO	R$ 330,24	R$ -	R$ 330,24	R$ 330,24	R$ 3.962,88	R$ 4.293,12
11.386.903/0001-79	SC	MONDAI	R$ 921,30	R$ -	R$ 921,30	R$ 921,30	R$ 11.055,60	R$ 11.976,90
04.923.189/0001-45	SC	MONTE CARLO	R$ 781,69	R$ -	R$ 781,69	R$ 781,69	R$ 9.380,28	R$ 10.161,97
11.455.792/0001-05	SC	MONTE CASTELO	R$ 655,63	R$ -	R$ 655,63	R$ 655,63	R$ 7.867,56	R$ 8.523,19
10.598.648/0001-65	SC	MORRO DA FUMACA	R$ 1.396,30	R$ -	R$ 1.396,30	R$ 1.396,30	R$ 16.755,60	R$ 18.151,90
05.034.123/0001-67	SC	MORRO GRANDE	R$ 226,99	R$ -	R$ 226,99	R$ 226,99	R$ 2.723,88	R$ 2.950,87
11.474.080/0001-33	SC	NAVEGANTES	R$ 6.392,65	R$ -	R$ 6.392,65	R$ 6.392,65	R$ 76.711,80	R$ 83.104,45
11.299.994/0001-05	SC	NOVA ERECHIM	R$ 393,80	R$ -	R$ 393,80	R$ 393,80	R$ 4.725,60	R$ 5.119,40
11.272.232/0001-15	SC	NOVA ITABERABA	R$ 339,82	R$ -	R$ 339,82	R$ 339,82	R$ 4.077,84	R$ 4.417,66
08.858.200/0001-91	SC	NOVA TRENTO	R$ 1.141,54	R$ -	R$ 1.141,54	R$ 1.141,54	R$ 13.698,48	R$ 14.840,02
10.485.444/0001-18	SC	NOVA VENEZA	R$ 1.189,95	R$ -	R$ 1.189,95	R$ 1.189,95	R$ 14.279,40	R$ 15.469,35
11.411.624/0001-18	SC	NOVO HORIZONTE	R$ 231,78	R$ -	R$ 231,78	R$ 231,78	R$ 2.781,36	R$ 3.013,14
03.230.443/0001-67	SC	ORLEANS	R$ 1.797,71	R$ -	R$ 1.797,71	R$ 1.797,71	R$ 21.572,52	R$ 23.370,23

10.433.103/0001-07	SC	OTACILIO COSTA	R$ 1.470,68	R$ -	R$ 1.470,68	R$ 1.470,68	R$ 17.648,16	R$ 19.118,84
74.151.465/0001-80	SC	OURO	R$ 572,38	R$ -	R$ 572,38	R$ 572,38	R$ 6.868,56	R$ 7.440,94
11.323.964/0001-97	SC	OURO VERDE	R$ 175,65	R$ -	R$ 175,65	R$ 175,65	R$ 2.107,80	R$ 2.283,45
11.399.310/0001-47	SC	PAIAL	R$ 143,58	R$ -	R$ 143,58	R$ 143,58	R$ 1.722,96	R$ 1.866,54
14.251.688/0001-97	SC	PAINEL	R$ 186,91	R$ -	R$ 186,91	R$ 186,91	R$ 2.242,92	R$ 2.429,83
12.092.636/0001-90	SC	PALHOCA	R$ 13.479,46	R$ -	R$ 13.479,46	R$ 13.479,46	R$ 161.753,52	R$ 175.232,98
11.312.770/0001-96	SC	PALMA SOLA	R$ 639,07	R$ -	R$ 639,07	R$ 639,07	R$ 7.668,84	R$ 8.307,91
11.299.998/0001-93	SC	PALMEIRA	R$ 208,14	R$ -	R$ 208,14	R$ 208,14	R$ 2.497,68	R$ 2.705,82
11.420.595/0001-50	SC	PALMITOS	R$ 1.268,64	R$ -	R$ 1.268,64	R$ 1.268,64	R$ 15.223,68	R$ 16.492,32
11.310.394/0001-09	SC	PAPANDUVA	R$ 1.515,88	R$ -	R$ 1.515,88	R$ 1.515,88	R$ 18.190,56	R$ 19.706,44
11.429.759/0001-00	SC	PARAISO	R$ 329,54	R$ -	R$ 329,54	R$ 329,54	R$ 3.954,48	R$ 4.284,02
11.634.881/0001-19	SC	PASSO DE TORRES	R$ 692,27	R$ -	R$ 692,27	R$ 692,27	R$ 8.307,24	R$ 8.999,51
11.894.194/0001-32	SC	PASSOS MAIA	R$ 360,90	R$ -	R$ 360,90	R$ 360,90	R$ 4.330,80	R$ 4.691,70
08.289.417/0001-28	SC	PAULO LOPES	R$ 587,99	R$ -	R$ 587,99	R$ 587,99	R$ 7.055,88	R$ 7.643,87
10.778.974/0001-54	SC	PEDRAS GRANDES	R$ 354,25	R$ -	R$ 354,25	R$ 354,25	R$ 4.251,00	R$ 4.605,25
10.479.670/0001-96	SC	PENHA	R$ 2.552,43	R$ -	R$ 2.552,43	R$ 2.552,43	R$ 30.629,16	R$ 33.181,59
11.391.279/0001-06	SC	PERITIBA	R$ 233,58	R$ -	R$ 233,58	R$ 233,58	R$ 2.802,96	R$ 3.036,54
17.710.115/0001-72	SC	PESCARIA BRAVA	R$ 791,76	R$ -	R$ 791,76	R$ 791,76	R$ 9.501,12	R$ 10.292,88
14.008.675/0001-91	SC	PETROLANDIA	R$ 465,83	R$ -	R$ 465,83	R$ 465,83	R$ 5.589,96	R$ 6.055,79
09.129.733/0001-03	SC	PINHALZINHO	R$ 1.593,79	R$ -	R$ 1.593,79	R$ 1.593,79	R$ 19.125,48	R$ 20.719,27
10.642.703/0001-77	SC	PINHEIRO PRETO	R$ 278,93	R$ -	R$ 278,93	R$ 278,93	R$ 3.347,16	R$ 3.626,09
10.530.312/0001-60	SC	PIRATUBA	R$ 369,40	R$ -	R$ 369,40	R$ 369,40	R$ 4.432,80	R$ 4.802,20
11.730.430/0001-85	SC	PLANALTO ALEGRE	R$ 225,18	R$ -	R$ 225,18	R$ 225,18	R$ 2.702,16	R$ 2.927,34
11.436.910/0001-38	SC	POMERODE	R$ 2.624,30	R$ -	R$ 2.624,30	R$ 2.624,30	R$ 31.491,60	R$ 34.115,90
12.230.791/0001-25	SC	PONTE ALTA	R$ 414,22	R$ -	R$ 414,22	R$ 414,22	R$ 4.970,64	R$ 5.384,86
11.962.584/0001-00	SC	PONTE ALTA DO NORTE	R$ 291,33	R$ -	R$ 291,33	R$ 291,33	R$ 3.495,96	R$ 3.787,29
11.696.615/0001-10	SC	PONTE SERRADA	R$ 918,52	R$ -	R$ 918,52	R$ 918,52	R$ 11.022,24	R$ 11.940,76
10.721.828/0001-92	SC	PORTO BELO	R$ 1.678,14	R$ -	R$ 1.678,14	R$ 1.678,14	R$ 20.137,68	R$ 21.815,82
00.185.045/0001-88	SC	PORTO UNIAO	R$ 2.777,38	R$ -	R$ 2.777,38	R$ 2.777,38	R$ 33.328,56	R$ 36.105,94
12.321.353/0001-72	SC	POUSO REDONDO	R$ 1.369,39	R$ -	R$ 1.369,39	R$ 1.369,39	R$ 16.432,68	R$ 17.802,07
00.584.073/0001-78	SC	PRAIA GRANDE	R$ 574,26	R$ -	R$ 574,26	R$ 574,26	R$ 6.891,12	R$ 7.465,38
11.333.647/0001-51	SC	PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	R$ 139,58	R$ -	R$ 139,58	R$ 139,58	R$ 1.674,96	R$ 1.814,54
11.415.051/0001-09	SC	PRESIDENTE GETULIO	R$ 1.370,80	R$ -	R$ 1.370,80	R$ 1.370,80	R$ 16.449,60	R$ 17.820,40
14.488.313/0001-45	SC	PRESIDENTE NEREU	R$ 179,44	R$ -	R$ 179,44	R$ 179,44	R$ 2.153,28	R$ 2.332,72
11.430.652/0001-82	SC	PRINCESA	R$ 229,42	R$ -	R$ 229,42	R$ 229,42	R$ 2.753,04	R$ 2.982,46
13.886.006/0001-50	SC	QUILOMBO	R$ 883,40	R$ -	R$ 883,40	R$ 883,40	R$ 10.600,80	R$ 11.484,20
09.522.642/0001-25	SC	RANCHO QUEIMADO	R$ 225,81	R$ -	R$ 225,81	R$ 225,81	R$ 2.709,72	R$ 2.935,53
97.526.125/0001-91	SC	RIO DAS ANTAS	R$ 491,63	R$ -	R$ 491,63	R$ 491,63	R$ 5.899,56	R$ 6.391,19
10.563.353/0001-53	SC	RIO DO CAMPO	R$ 466,06	R$ -	R$ 466,06	R$ 466,06	R$ 5.592,72	R$ 6.058,78
11.415.018/0001-70	SC	RIO DO OESTE	R$ 587,60	R$ -	R$ 587,60	R$ 587,60	R$ 7.051,20	R$ 7.638,80
10.469.199/0001-55	SC	RIO DO SUL	R$ 5.520,89	R$ -	R$ 5.520,89	R$ 5.520,89	R$ 66.250,68	R$ 71.771,57
10.596.772/0001-91	SC	RIO DOS CEDROS	R$ 916,12	R$ -	R$ 916,12	R$ 916,12	R$ 10.993,44	R$ 11.909,56
11.375.809/0001-14	SC	RIO FORTUNA	R$ 358,24	R$ -	R$ 358,24	R$ 358,24	R$ 4.298,88	R$ 4.657,12
10.377.912/0001-30	SC	RIO NEGRINHO	R$ 3.319,08	R$ -	R$ 3.319,08	R$ 3.319,08	R$ 39.828,96	R$ 43.148,04
11.599.943/0001-07	SC	RIO RUFINO	R$ 196,73	R$ -	R$ 196,73	R$ 196,73	R$ 2.360,76	R$ 2.557,49
11.366.369/0001-39	SC	RIQUEZA	R$ 402,19	R$ -	R$ 402,19	R$ 402,19	R$ 4.826,28	R$ 5.228,47
11.246.073/0001-84	SC	RODEIO	R$ 906,31	R$ -	R$ 906,31	R$ 906,31	R$ 10.875,72	R$ 11.782,03
11.456.420/0001-01	SC	ROMELANDIA	R$ 456,37	R$ -	R$ 456,37	R$ 456,37	R$ 5.476,44	R$ 5.932,81
10.523.679/0001-57	SC	SALETE	R$ 599,60	R$ -	R$ 599,60	R$ 599,60	R$ 7.195,20	R$ 7.794,80
11.444.466/0001-00	SC	SALTINHO	R$ 331,03	R$ -	R$ 331,03	R$ 331,03	R$ 3.972,36	R$ 4.303,39
11.979.075/0001-82	SC	SALTO VELOSO	R$ 370,18	R$ -	R$ 370,18	R$ 370,18	R$ 4.442,16	R$ 4.812,34
11.732.185/0001-45	SC	SANGAO	R$ 994,74	R$ -	R$ 994,74	R$ 994,74	R$ 11.936,88	R$ 12.931,62
11.416.993/0001-01	SC	SANTA CECILIA	R$ 1.333,45	R$ -	R$ 1.333,45	R$ 1.333,45	R$ 16.001,40	R$ 17.334,85
11.520.158/0001-09	SC	SANTA HELENA	R$ 194,90	R$ -	R$ 194,90	R$ 194,90	R$ 2.338,80	R$ 2.533,70
11.342.435/0001-30	SC	SANTA ROSA DE LIMA	R$ 168,06	R$ -	R$ 168,06	R$ 168,06	R$ 2.016,72	R$ 2.184,78
95.783.023/0001-26	SC	SANTA ROSA DO SUL	R$ 655,78	R$ -	R$ 655,78	R$ 655,78	R$ 7.869,36	R$ 8.525,14
14.156.774/0001-10	SC	SANTA TEREZINHA	R$ 696,20	R$ -	R$ 696,20	R$ 696,20	R$ 8.354,40	R$ 9.050,60
11.360.515/0001-19	SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	R$ 242,60	R$ -	R$ 242,60	R$ 242,60	R$ 2.911,20	R$ 3.153,80
13.019.421/0001-06	SC	SANTIAGO DO SUL	R$ 113,61	R$ -	R$ 113,61	R$ 113,61	R$ 1.363,32	R$ 1.476,93
02.307.876/0001-00	SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	R$ 1.823,84	R$ -	R$ 1.823,84	R$ 1.823,84	R$ 21.886,08	R$ 23.709,92
08.281.643/0001-62	SC	SAO BENTO DO SUL	R$ 6.630,55	R$ -	R$ 6.630,55	R$ 6.630,55	R$ 79.566,60	R$ 86.197,15
11.431.615/0001-99	SC	SAO BERNARDINO	R$ 209,33	R$ -	R$ 209,33	R$ 209,33	R$ 2.511,96	R$ 2.721,29
08.579.949/0001-08	SC	SAO BONIFACIO	R$ 256,88	R$ -	R$ 256,88	R$ 256,88	R$ 3.082,56	R$ 3.339,44
11.553.540/0001-19	SC	SAO CARLOS	R$ 885,12	R$ -	R$ 885,12	R$ 885,12	R$ 10.621,44	R$ 11.506,56
11.284.326/0001-04	SC	SAO CRISTOVAO DO SUL	R$ 439,65	R$ -	R$ 439,65	R$ 439,65	R$ 5.275,80	R$ 5.715,45
11.888.327/0001-68	SC	SAO DOMINGOS	R$ 741,07	R$ -	R$ 741,07	R$ 741,07	R$ 8.892,84	R$ 9.633,91
03.264.792/0001-08	SC	SAO FRANCISCO DO SUL	R$ 4.136,57	R$ -	R$ 4.136,57	R$ 4.136,57	R$ 49.638,84	R$ 53.775,41
08.361.788/0001-73	SC	SAO JOAO BATISTA	R$ 2.936,34	R$ -	R$ 2.936,34	R$ 2.936,34	R$ 35.236,08	R$ 38.172,42
10.422.587/0001-80	SC	SAO JOAO DO ITAPERIU	R$ 292,90	R$ -	R$ 292,90	R$ 292,90	R$ 3.514,80	R$ 3.807,70
11.418.721/0001-32	SC	SAO JOAO DO OESTE	R$ 500,66	R$ -	R$ 500,66	R$ 500,66	R$ 6.007,92	R$ 6.508,58
11.364.800/0001-08	SC	SAO JOAO DO SUL	R$ 578,15	R$ -	R$ 578,15	R$ 578,15	R$ 6.937,80	R$ 7.515,95
17.932.766/0001-07	SC	SAO JOAQUIM	R$ 2.135,43	R$ -	R$ 2.135,43	R$ 2.135,43	R$ 25.625,16	R$ 27.760,59
11.214.458/0001-60	SC	SAO JOSE	R$ 19.157,84	R$ -	R$ 19.157,84	R$ 19.157,84	R$ 229.894,08	R$ 249.051,92
12.094.507/0001-30	SC	SAO JOSE DO CEDRO	R$ 1.085,04	R$ -	R$ 1.085,04	R$ 1.085,04	R$ 13.020,48	R$ 14.105,52
14.747.668/0001-01	SC	SAO JOSE DO CERRITO	R$ 841,75	R$ -	R$ 841,75	R$ 841,75	R$ 10.101,00	R$ 10.942,75
11.359.214/0001-75	SC	SAO LOURENCO DO OESTE	R$ 1.889,04	R$ -	R$ 1.889,04	R$ 1.889,04	R$ 22.668,48	R$ 24.557,52
10.565.436/0001-81	SC	SAO LUDGERO	R$ 1.052,17	R$ -	R$ 1.052,17	R$ 1.052,17	R$ 12.626,04	R$ 13.678,21
12.334.083/0001-34	SC	SAO MARTINHO	R$ 249,51	R$ -	R$ 249,51	R$ 249,51	R$ 2.994,12	R$ 3.243,63
11.463.599/0001-16	SC	SAO MIGUEL DA BOA VISTA	R$ 158,96	R$ -	R$ 158,96	R$ 158,96	R$ 1.907,52	R$ 2.066,48
11.136.549/0001-24	SC	SAO MIGUEL DO OESTE	R$ 3.145,14	R$ -	R$ 3.145,14	R$ 3.145,14	R$ 37.741,68	R$ 40.886,82
08.971.900/0001-98	SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	R$ 456,88	R$ -	R$ 456,88	R$ 456,88	R$ 5.482,56	R$ 5.939,44
17.984.292/0001-47	SC	SAUDADES	R$ 764,61	R$ -	R$ 764,61	R$ 764,61	R$ 9.175,32	R$ 9.939,93
11.290.534/0001-16	SC	SCHROEDER	R$ 1.676,33	R$ -	R$ 1.676,33	R$ 1.676,33	R$ 20.115,96	R$ 21.792,29
11.672.134/0001-75	SC	SEARA	R$ 1.376,29	R$ -	R$ 1.376,29	R$ 1.376,29	R$ 16.515,48	R$ 17.891,77
11.583.359/0001-55	SC	SERRA ALTA	R$ 256,02	R$ -	R$ 256,02	R$ 256,02	R$ 3.072,24	R$ 3.328,26
11.270.545/0001-34	SC	SIDEROPOLIS	R$ 1.099,01	R$ -	R$ 1.099,01	R$ 1.099,01	R$ 13.188,12	R$ 14.287,13
10.618.855/0001-34	SC	SOMBRIO	R$ 2.383,19	R$ -	R$ 2.383,19	R$ 2.383,19	R$ 28.598,28	R$ 30.981,47
12.320.017/0001-05	SC	SUL BRASIL	R$ 247,15	R$ -	R$ 247,15	R$ 247,15	R$ 2.965,80	R$ 3.212,95
11.433.441/0001-01	SC	TAIO	R$ 1.443,30	R$ -	R$ 1.443,30	R$ 1.443,30	R$ 17.319,60	R$ 18.762,90
10.639.346/0001-98	SC	TANGARA	R$ 680,73	R$ -	R$ 680,73	R$ 680,73	R$ 8.168,76	R$ 8.849,49
11.396.412/0001-09	SC	TIGRINHOS	R$ 138,72	R$ -	R$ 138,72	R$ 138,72	R$ 1.664,64	R$ 1.803,36
11.607.006/0001-48	SC	TIJUCAS	R$ 3.013,47	R$ -	R$ 3.013,47	R$ 3.013,47	R$ 36.161,64	R$ 39.175,11
11.218.352/0001-34	SC	TIMBE DO SUL	R$ 419,61	R$ -	R$ 419,61	R$ 419,61	R$ 5.035,32	R$ 5.454,93
11.422.955/0001-53	SC	TIMBO	R$ 3.470,98	R$ -	R$ 3.470,98	R$ 3.470,98	R$ 41.651,76	R$ 45.122,74
11.409.272/0001-66	SC	TIMBO GRANDE	R$ 624,10	R$ -	R$ 624,10	R$ 624,10	R$ 7.489,20	R$ 8.113,30
11.491.075/0001-39	SC	TRES BARRAS	R$ 1.512,35	R$ -	R$ 1.512,35	R$ 1.512,35	R$ 18.148,20	R$ 19.660,55
10.461.159/0001-67	SC	TREVISO	R$ 308,28	R$ -	R$ 308,28	R$ 308,28	R$ 3.699,36	R$ 4.007,64
10.698.251/0001-45	SC	TREZE DE MAIO	R$ 555,59	R$ -	R$ 555,59	R$ 555,59	R$ 6.667,08	R$ 7.222,67
03.347.885/0001-98	SC	TREZE TILIAS	R$ 615,14	R$ -	R$ 615,14	R$ 615,14	R$ 7.381,68	R$ 7.996,82
12.306.202/0001-45	SC	TROMBUDO CENTRAL	R$ 577,48	R$ -	R$ 577,48	R$ 577,48	R$ 6.929,76	R$ 7.507,24
09.240.588/0001-25	SC	TUBARAO	R$ 8.292,29	R$ -	R$ 8.292,29	R$ 8.292,29	R$ 99.507,48	R$ 107.799,77
12.273.240/0001-49	SC	TUNAPOLIS	R$ 356,45	R$ -	R$ 356,45	R$ 356,45	R$ 4.277,40	R$ 4.633,85
80.991.094/0001-47	SC	TURVO	R$ 1.012,08	R$ -	R$ 1.012,08	R$ 1.012,08	R$ 12.144,96	R$ 13.157,04
11.692.396/0001-00	SC	UNIAO DO OESTE	R$ 241,98	R$ -	R$ 241,98	R$ 241,98	R$ 2.903,76	R$ 3.145,74
12.488.175/0001-79	SC	URUBICI	R$ 890,16	R$ -	R$ 890,16	R$ 890,16	R$ 10.681,92	R$ 11.572,08
15.505.421/0001-41	SC	URUPEMA	R$ 195,30	R$ -	R$ 195,30	R$ 195,30	R$ 2.343,60	R$ 2.538,90
10.502.372/0001-70	SC	URUSSANGA	R$ 1.668,72	R$ -	R$ 1.668,72	R$ 1.668,72	R$ 20.024,64	R$ 21.693,36

10.465.435/0001-65	SC	VARGEAO	R$ 283,09	R$ -	R$ 283,09	R$ 283,09	R$ 3.397,08	R$ 3.680,17
04.838.209/0001-80	SC	VARGEM	R$ 252,51	R$ -	R$ 252,51	R$ 252,51	R$ 3.030,12	R$ 3.282,63
10.536.938/0001-84	SC	VARGEM BONITA	R$ 373,87	R$ -	R$ 373,87	R$ 373,87	R$ 4.486,44	R$ 4.860,31
14.164.340/0001-62	SC	VIDAL RAMOS	R$ 497,29	R$ -	R$ 497,29	R$ 497,29	R$ 5.967,48	R$ 6.464,77
10.432.684/0001-54	SC	VIDEIRA	R$ 4.163,56	R$ -	R$ 4.163,56	R$ 4.163,56	R$ 49.962,72	R$ 54.126,28
11.347.201/0001-86	SC	VITOR MEIRELES	R$ 456,05	R$ -	R$ 456,05	R$ 456,05	R$ 5.472,60	R$ 5.928,65
11.766.503/0001-99	SC	WITMARSUM	R$ 311,10	R$ -	R$ 311,10	R$ 311,10	R$ 3.733,20	R$ 4.044,30
10.396.929/0001-35	SC	XANXERE	R$ 4.000,13	R$ -	R$ 4.000,13	R$ 4.000,13	R$ 48.001,56	R$ 52.001,69
10.441.099/0001-10	SC	XAVANTINA	R$ 338,64	R$ -	R$ 338,64	R$ 338,64	R$ 4.063,68	R$ 4.402,32
11.323.985/0001-02	SC	XAXIM	R$ 2.252,32	R$ -	R$ 2.252,32	R$ 2.252,32	R$ 27.027,84	R$ 29.280,16
12.139.961/0001-60	SC	ZORTEA	R$ 263,87	R$ -	R$ 263,87	R$ 263,87	R$ 3.166,44	R$ 3.430,31
11.509.334/0001-01	SE	AMPARO DE SAO FRANCISCO	R$ 188,09	R$ -	R$ 188,09	R$ 188,09	R$ 2.257,08	R$ 2.445,17
11.546.530/0001-56	SE	AQUIDABA	R$ 1.725,04	R$ -	R$ 1.725,04	R$ 1.725,04	R$ 20.700,48	R$ 22.425,52
11.718.406/0001-20	SE	ARACAJU	R$ 51.550,25	R$ -	R$ 51.550,25	R$ 51.550,25	R$ 618.603,00	R$ 670.153,25
11.447.826/0001-10	SE	ARAUA	R$ 963,36	R$ -	R$ 963,36	R$ 963,36	R$ 11.560,32	R$ 12.523,68
11.402.091/0001-08	SE	AREIA BRANCA	R$ 1.483,36	R$ -	R$ 1.483,36	R$ 1.483,36	R$ 17.800,32	R$ 19.283,68
11.417.922/0001-15	SE	BARRA DOS COQUEIROS	R$ 2.409,17	R$ -	R$ 2.409,17	R$ 2.409,17	R$ 28.910,04	R$ 31.319,21
11.270.608/0001-52	SE	BOQUIM	R$ 2.124,65	R$ -	R$ 2.124,65	R$ 2.124,65	R$ 25.495,80	R$ 27.620,45
11.367.495/0001-08	SE	BREJO GRANDE	R$ 664,72	R$ -	R$ 664,72	R$ 664,72	R$ 7.976,64	R$ 8.641,36
11.266.975/0001-82	SE	CAMPO DO BRITO	R$ 1.434,79	R$ -	R$ 1.434,79	R$ 1.434,79	R$ 17.217,48	R$ 18.652,27
11.640.517/0001-61	SE	CANHOBA	R$ 320,64	R$ -	R$ 320,64	R$ 320,64	R$ 3.847,68	R$ 4.168,32
10.441.233/0001-83	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	R$ 2.392,00	R$ -	R$ 2.392,00	R$ 2.392,00	R$ 28.704,00	R$ 31.096,00
11.639.262/0001-17	SE	CAPELA	R$ 2.710,72	R$ -	R$ 2.710,72	R$ 2.710,72	R$ 32.528,64	R$ 35.239,36
11.402.080/0001-28	SE	CARIRA	R$ 1.766,56	R$ -	R$ 1.766,56	R$ 1.766,56	R$ 21.198,72	R$ 22.965,28
11.417.909/0001-66	SE	CARMOPOLIS	R$ 1.317,92	R$ -	R$ 1.317,92	R$ 1.317,92	R$ 15.815,04	R$ 17.132,96
11.429.318/0001-09	SE	CEDRO DE SAO JOAO	R$ 467,22	R$ -	R$ 467,22	R$ 467,22	R$ 5.606,64	R$ 6.073,86
11.398.566/0001-30	SE	CRISTINAPOLIS	R$ 1.429,92	R$ -	R$ 1.429,92	R$ 1.429,92	R$ 17.159,04	R$ 18.588,96
11.442.847/0001-42	SE	CUMBE	R$ 315,89	R$ -	R$ 315,89	R$ 315,89	R$ 3.790,68	R$ 4.106,57
11.544.537/0001-39	SE	DIVINA PASTORA	R$ 407,09	R$ -	R$ 407,09	R$ 407,09	R$ 4.885,08	R$ 5.292,17
11.816.665/0001-94	SE	ESTANCIA	R$ 5.481,50	R$ -	R$ 5.481,50	R$ 5.481,50	R$ 65.778,00	R$ 71.259,50
11.385.775/0001-49	SE	FEIRA NOVA	R$ 446,72	R$ -	R$ 446,72	R$ 446,72	R$ 5.360,64	R$ 5.807,36
11.270.247/0001-44	SE	FREI PAULO	R$ 1.233,68	R$ -	R$ 1.233,68	R$ 1.233,68	R$ 14.804,16	R$ 16.037,84
11.523.119/0001-65	SE	GARARU	R$ 928,32	R$ -	R$ 928,32	R$ 928,32	R$ 11.139,84	R$ 12.068,16
11.498.627/0001-30	SE	GENERAL MAYNARD	R$ 265,11	R$ -	R$ 265,11	R$ 265,11	R$ 3.181,32	R$ 3.446,43
11.582.140/0001-31	SE	GRACHO CARDOSO	R$ 465,44	R$ -	R$ 465,44	R$ 465,44	R$ 5.585,28	R$ 6.050,72
11.513.054/0001-77	SE	ILHA DAS FLORES	R$ 681,60	R$ -	R$ 681,60	R$ 681,60	R$ 8.179,20	R$ 8.860,80
11.306.581/0001-00	SE	INDIAROBA	R$ 1.436,56	R$ -	R$ 1.436,56	R$ 1.436,56	R$ 17.238,72	R$ 18.675,28
12.219.015/0001-24	SE	ITABAIANA	R$ 7.560,75	R$ -	R$ 7.560,75	R$ 7.560,75	R$ 90.729,00	R$ 98.289,75
11.261.188/0001-48	SE	ITABAIANINHA	R$ 3.354,24	R$ -	R$ 3.354,24	R$ 3.354,24	R$ 40.250,88	R$ 43.605,12
11.626.236/0001-54	SE	ITABI	R$ 388,47	R$ -	R$ 388,47	R$ 388,47	R$ 4.661,64	R$ 5.050,11
11.382.690/0001-07	SE	ITAPORANGA D'AJUDA	R$ 2.748,48	R$ -	R$ 2.748,48	R$ 2.748,48	R$ 32.981,76	R$ 35.730,24
11.750.074/0001-61	SE	JAPARATUBA	R$ 1.485,02	R$ -	R$ 1.485,02	R$ 1.485,02	R$ 17.820,24	R$ 19.305,26
11.367.566/0001-72	SE	JAPOATA	R$ 1.074,72	R$ -	R$ 1.074,72	R$ 1.074,72	R$ 12.896,64	R$ 13.971,36
11.447.284/0001-85	SE	LAGARTO	R$ 8.272,33	R$ -	R$ 8.272,33	R$ 8.272,33	R$ 99.267,96	R$ 107.540,29
11.368.711/0001-30	SE	LARANJEIRAS	R$ 2.363,14	R$ -	R$ 2.363,14	R$ 2.363,14	R$ 28.357,68	R$ 30.720,82
11.278.364/0001-54	SE	MACAMBIRA	R$ 553,52	R$ -	R$ 553,52	R$ 553,52	R$ 6.642,24	R$ 7.195,76
11.509.366/0001-07	SE	MALHADA DOS BOIS	R$ 294,56	R$ -	R$ 294,56	R$ 294,56	R$ 3.534,72	R$ 3.829,28
11.216.362/0001-30	SE	MALHADOR	R$ 1.009,44	R$ -	R$ 1.009,44	R$ 1.009,44	R$ 12.113,28	R$ 13.122,72
11.482.222/0001-04	SE	MARUIM	R$ 1.363,80	R$ -	R$ 1.363,80	R$ 1.363,80	R$ 16.365,60	R$ 17.729,40
11.340.850/0001-55	SE	MOITA BONITA	R$ 906,80	R$ -	R$ 906,80	R$ 906,80	R$ 10.881,60	R$ 11.788,40
11.602.838/0001-71	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	R$ 1.202,48	R$ -	R$ 1.202,48	R$ 1.202,48	R$ 14.429,76	R$ 15.632,24
11.607.258/0001-77	SE	MURIBECA	R$ 604,13	R$ -	R$ 604,13	R$ 604,13	R$ 7.249,56	R$ 7.853,69
11.367.491/0001-20	SE	NEOPOLIS	R$ 1.497,52	R$ -	R$ 1.497,52	R$ 1.497,52	R$ 17.970,24	R$ 19.467,76
11.497.605/0001-56	SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	R$ 703,68	R$ -	R$ 703,68	R$ 703,68	R$ 8.444,16	R$ 9.147,84
11.850.969/0001-78	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	R$ 2.953,92	R$ -	R$ 2.953,92	R$ 2.953,92	R$ 35.447,04	R$ 38.400,96
11.389.851/0001-94	SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	R$ 2.109,84	R$ -	R$ 2.109,84	R$ 2.109,84	R$ 25.318,08	R$ 27.427,92
11.512.469/0001-26	SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	R$ 518,64	R$ -	R$ 518,64	R$ 518,64	R$ 6.223,68	R$ 6.742,32
06.113.056/0001-39	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	R$ 14.548,99	R$ -	R$ 14.548,99	R$ 14.548,99	R$ 174.587,88	R$ 189.136,87
11.368.671/0001-26	SE	PACATUBA	R$ 1.154,24	R$ -	R$ 1.154,24	R$ 1.154,24	R$ 13.850,88	R$ 15.005,12
12.009.169/0001-91	SE	PEDRA MOLE	R$ 260,88	R$ -	R$ 260,88	R$ 260,88	R$ 3.130,56	R$ 3.391,44
11.701.954/0001-48	SE	PEDRINHAS	R$ 768,16	R$ -	R$ 768,16	R$ 768,16	R$ 9.217,92	R$ 9.986,08
11.336.033/0001-23	SE	PINHAO	R$ 526,08	R$ -	R$ 526,08	R$ 526,08	R$ 6.312,96	R$ 6.839,04
11.370.675/0001-49	SE	PIRAMBU	R$ 735,26	R$ -	R$ 735,26	R$ 735,26	R$ 8.823,12	R$ 9.558,38
11.443.804/0001-81	SE	POCO REDONDO	R$ 2.782,00	R$ -	R$ 2.782,00	R$ 2.782,00	R$ 33.384,00	R$ 36.166,00
11.380.216/0001-46	SE	POCO VERDE	R$ 1.898,24	R$ -	R$ 1.898,24	R$ 1.898,24	R$ 22.778,88	R$ 24.677,12
10.319.517/0001-00	SE	PORTO DA FOLHA	R$ 2.287,68	R$ -	R$ 2.287,68	R$ 2.287,68	R$ 27.452,16	R$ 29.739,84
11.478.938/0001-38	SE	PROPRIA	R$ 2.347,29	R$ -	R$ 2.347,29	R$ 2.347,29	R$ 28.167,48	R$ 30.514,77
11.439.872/0001-77	SE	RIACHAO DO DANTAS	R$ 1.584,40	R$ -	R$ 1.584,40	R$ 1.584,40	R$ 19.012,80	R$ 20.597,20
11.757.681/0001-53	SE	RIACHUELO	R$ 809,18	R$ -	R$ 809,18	R$ 809,18	R$ 9.710,16	R$ 10.519,34
11.401.979/0001-26	SE	RIBEIROPOLIS	R$ 1.477,81	R$ -	R$ 1.477,81	R$ 1.477,81	R$ 17.733,72	R$ 19.211,53
11.370.682/0001-40	SE	ROSARIO DO CATETE	R$ 860,05	R$ -	R$ 860,05	R$ 860,05	R$ 10.320,60	R$ 11.180,65
11.323.077/0001-19	SE	SALGADO	R$ 1.584,46	R$ -	R$ 1.584,46	R$ 1.584,46	R$ 19.013,52	R$ 20.597,98
11.244.267/0001-40	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	R$ 1.122,80	R$ -	R$ 1.122,80	R$ 1.122,80	R$ 13.473,60	R$ 14.596,40
11.427.684/0001-29	SE	SANTA ROSA DE LIMA	R$ 313,04	R$ -	R$ 313,04	R$ 313,04	R$ 3.756,48	R$ 4.069,52
11.429.331/0001-68	SE	SANTANA DO SAO FRANCISCO	R$ 622,40	R$ -	R$ 622,40	R$ 622,40	R$ 7.468,80	R$ 8.091,20
11.436.075/0001-36	SE	SANTO AMARO DAS BROTAS	R$ 958,85	R$ -	R$ 958,85	R$ 958,85	R$ 11.506,20	R$ 12.465,05
11.370.658/0001-01	SE	SAO CRISTOVAO	R$ 7.136,47	R$ -	R$ 7.136,47	R$ 7.136,47	R$ 85.637,64	R$ 92.774,11
11.785.684/0001-09	SE	SAO DOMINGOS	R$ 890,96	R$ -	R$ 890,96	R$ 890,96	R$ 10.691,52	R$ 11.582,48
11.446.327/0001-08	SE	SAO FRANCISCO	R$ 297,92	R$ -	R$ 297,92	R$ 297,92	R$ 3.575,04	R$ 3.872,96
11.349.738/0001-85	SE	SAO MIGUEL DO ALEIXO	R$ 314,40	R$ -	R$ 314,40	R$ 314,40	R$ 3.772,80	R$ 4.087,20
11.634.081/0001-06	SE	SIMAO DIAS	R$ 3.207,58	R$ -	R$ 3.207,58	R$ 3.207,58	R$ 38.490,96	R$ 41.698,54
11.365.532/0001-49	SE	SIRIRI	R$ 704,60	R$ -	R$ 704,60	R$ 704,60	R$ 8.455,20	R$ 9.159,80
11.443.189/0001-03	SE	TELHA	R$ 255,68	R$ -	R$ 255,68	R$ 255,68	R$ 3.068,16	R$ 3.323,84
11.388.708/0001-88	SE	TOBIAS BARRETO	R$ 4.175,28	R$ -	R$ 4.175,28	R$ 4.175,28	R$ 50.103,36	R$ 54.278,64
11.412.389/0001-07	SE	TOMAR DO GERU	R$ 1.082,88	R$ -	R$ 1.082,88	R$ 1.082,88	R$ 12.994,56	R$ 14.077,44
11.623.979/0001-70	SE	UMBAUBA	R$ 2.023,52	R$ -	R$ 2.023,52	R$ 2.023,52	R$ 24.282,24	R$ 26.305,76
13.868.910/0001-32	SP	ADAMANTINA	R$ 1.787,12	R$ 964,37	R$ 2.751,49	R$ 2.751,49	R$ 33.017,88	R$ 35.769,37
11.717.981/0001-09	SP	ADOLFO	R$ 181,53	R$ 97,96	R$ 279,49	R$ 279,49	R$ 3.353,88	R$ 3.633,37
16.649.979/0001-63	SP	AGUAI	R$ 1.850,16	R$ 998,39	R$ 2.848,55	R$ 2.848,55	R$ 34.182,60	R$ 37.031,15
11.540.420/0001-87	SP	AGUAS DA PRATA	R$ 416,87	R$ 224,95	R$ 641,82	R$ 641,82	R$ 7.701,84	R$ 8.343,66
11.858.657/0001-00	SP	AGUAS DE LINDOIA	R$ 953,24	R$ 514,39	R$ 1.467,63	R$ 1.467,63	R$ 17.611,56	R$ 19.079,19
11.303.059/0001-75	SP	AGUAS DE SANTA BARBARA	R$ 309,59	R$ 167,06	R$ 476,65	R$ 476,65	R$ 5.719,80	R$ 6.196,45
11.732.177/0001-07	SP	AGUAS DE SAO PEDRO	R$ 173,21	R$ 94,90	R$ 268,11	R$ 268,11	R$ 3.217,32	R$ 3.485,43

11.331.476/0001-21	SP	AGUDOS	R$ 1.896,48	R$ 1.023,39	R$ 2.919,87	R$ 2.919,87	R$ 35.038,44	R$ 37.958,31
19.076.230/0001-62	SP	ALAMBARI	R$ 307,04	R$ 165,69	R$ 472,73	R$ 472,73	R$ 5.672,76	R$ 6.145,49
15.414.921/0001-78	SP	ALFREDO MARCONDES	R$ 212,31	R$ 114,57	R$ 326,88	R$ 326,88	R$ 3.922,56	R$ 4.249,44
11.343.840/0001-73	SP	ALTAIR	R$ 215,20	R$ 114,40	R$ 329,60	R$ 329,60	R$ 3.955,20	R$ 4.284,80
11.600.927/0001-89	SP	ALTINOPOLIS	R$ 824,76	R$ 445,06	R$ 1.269,82	R$ 1.269,82	R$ 15.237,84	R$ 16.507,66
11.770.688/0001-05	SP	ALTO ALEGRE	R$ 208,89	R$ 112,72	R$ 321,61	R$ 321,61	R$ 3.859,32	R$ 4.180,93
11.502.223/0001-73	SP	ALUMINIO	R$ 949,31	R$ 512,27	R$ 1.461,58	R$ 1.461,58	R$ 17.538,96	R$ 19.000,54
12.234.721/0001-45	SP	ALVARES FLORENCE	R$ 187,49	R$ 101,17	R$ 288,66	R$ 288,66	R$ 3.463,92	R$ 3.752,58
11.109.743/0001-10	SP	ALVARES MACHADO	R$ 1.269,71	R$ 685,16	R$ 1.954,87	R$ 1.954,87	R$ 23.458,44	R$ 25.413,31
12.077.518/0001-02	SP	ALVARO DE CARVALHO	R$ 270,40	R$ 143,74	R$ 414,14	R$ 414,14	R$ 4.969,68	R$ 5.383,82
12.428.129/0001-84	SP	ALVINLANDIA	R$ 164,20	R$ 88,61	R$ 252,81	R$ 252,81	R$ 3.033,72	R$ 3.286,53
13.868.995/0001-59	SP	AMERICANA	R$ 18.614,84	R$ -	R$ 18.614,84	R$ 18.614,84	R$ 223.378,08	R$ 241.992,92
12.006.451/0001-15	SP	AMERICO BRASILIENSE	R$ 2.064,15	R$ 1.113,86	R$ 3.178,01	R$ 3.178,01	R$ 38.136,12	R$ 41.314,13
11.892.977/0001-87	SP	AMERICO DE CAMPOS	R$ 304,19	R$ 164,15	R$ 468,34	R$ 468,34	R$ 5.620,08	R$ 6.088,42
07.443.791/0001-73	SP	AMPARO	R$ 3.679,17	R$ 1.985,36	R$ 5.664,53	R$ 5.664,53	R$ 67.974,36	R$ 73.638,89
97.536.182/0001-51	SP	ANALANDIA	R$ 254,55	R$ 137,36	R$ 391,91	R$ 391,91	R$ 4.702,92	R$ 5.094,83
12.442.399/0001-40	SP	ANDRADINA	R$ 2.912,81	R$ 1.571,82	R$ 4.484,63	R$ 4.484,63	R$ 53.815,56	R$ 58.300,19
12.329.120/0001-16	SP	ANGATUBA	R$ 1.285,66	R$ 693,77	R$ 1.979,43	R$ 1.979,43	R$ 23.753,16	R$ 25.732,59
12.253.547/0001-88	SP	ANHEMBI	R$ 342,67	R$ 184,91	R$ 527,58	R$ 527,58	R$ 6.330,96	R$ 6.858,54
12.196.792/0001-09	SP	ANHUMAS	R$ 209,71	R$ 113,16	R$ 322,87	R$ 322,87	R$ 3.874,44	R$ 4.197,31
13.604.785/0001-53	SP	APARECIDA	R$ 1.842,62	R$ 994,32	R$ 2.836,94	R$ 2.836,94	R$ 34.043,28	R$ 36.880,22
12.804.617/0001-49	SP	APARECIDA D'OESTE	R$ 234,32	R$ 126,45	R$ 360,77	R$ 360,77	R$ 4.329,24	R$ 4.690,01
11.401.241/0001-69	SP	APIAI	R$ 1.242,14	R$ 670,29	R$ 1.912,43	R$ 1.912,43	R$ 22.949,16	R$ 24.861,59
97.542.008/0001-11	SP	ARACARIGUAMA	R$ 1.139,70	R$ 615,01	R$ 1.754,71	R$ 1.754,71	R$ 21.056,52	R$ 22.811,23
11.834.275/0001-47	SP	ARACATUBA	R$ 10.040,24	R$ 5.417,94	R$ 15.458,18	R$ 15.458,18	R$ 185.498,16	R$ 200.956,34
13.794.183/0001-06	SP	ARACOIABA DA SERRA	R$ 1.740,13	R$ 939,02	R$ 2.679,15	R$ 2.679,15	R$ 32.149,80	R$ 34.828,95
11.370.241/0001-49	SP	ARAMINA	R$ 286,40	R$ 154,55	R$ 440,95	R$ 440,95	R$ 5.291,40	R$ 5.732,35
11.899.212/0001-79	SP	ARANDU	R$ 328,85	R$ 174,82	R$ 503,67	R$ 503,67	R$ 6.044,04	R$ 6.547,71
07.241.356/0001-66	SP	ARAPEI	R$ 127,72	R$ 67,90	R$ 195,62	R$ 195,62	R$ 2.347,44	R$ 2.543,06
13.776.613/0001-67	SP	ARARAQUARA	R$ 18.340,98	R$ -	R$ 18.340,98	R$ 18.340,98	R$ 220.091,76	R$ 238.432,74
15.422.708/0001-08	SP	ARARAS	R$ 6.840,87	R$ 3.691,49	R$ 10.532,36	R$ 10.532,36	R$ 126.388,32	R$ 136.920,68
11.768.479/0001-27	SP	ARCO-IRIS	R$ 102,43	R$ 55,28	R$ 157,71	R$ 157,71	R$ 1.892,52	R$ 2.050,23
12.021.964/0001-03	SP	AREALVA	R$ 436,23	R$ 235,40	R$ 671,63	R$ 671,63	R$ 8.059,56	R$ 8.731,19
12.975.380/0001-69	SP	AREIAS	R$ 201,03	R$ 106,87	R$ 307,90	R$ 307,90	R$ 3.694,80	R$ 4.002,70
11.187.109/0001-04	SP	AREIOPOLIS	R$ 575,71	R$ 306,05	R$ 881,76	R$ 881,76	R$ 10.581,12	R$ 11.462,88
11.089.768/0001-08	SP	ARIRANHA	R$ 492,70	R$ 265,87	R$ 758,57	R$ 758,57	R$ 9.102,84	R$ 9.861,41
12.012.065/0001-36	SP	ARTUR NOGUEIRA	R$ 2.772,72	R$ 1.496,22	R$ 4.268,94	R$ 4.268,94	R$ 51.227,28	R$ 55.496,22
12.828.423/0001-83	SP	ARUJA	R$ 4.577,57	R$ 2.470,16	R$ 7.047,73	R$ 7.047,73	R$ 84.572,76	R$ 91.620,49
13.870.352/0001-40	SP	ASPASIA	R$ 92,85	R$ 50,11	R$ 142,96	R$ 142,96	R$ 1.715,52	R$ 1.858,48
11.516.639/0001-40	SP	ASSIS	R$ 8.109,99	R$ -	R$ 8.109,99	R$ 8.109,99	R$ 97.319,88	R$ 105.429,87
13.901.091/0001-88	SP	ATIBAIA	R$ 11.201,25	R$ -	R$ 11.201,25	R$ 11.201,25	R$ 134.415,00	R$ 145.616,25
13.802.705/0001-74	SP	AURIFLAMA	R$ 774,05	R$ 417,70	R$ 1.191,75	R$ 1.191,75	R$ 14.301,00	R$ 15.492,75
11.923.089/0001-84	SP	AVAI	R$ 275,35	R$ 148,58	R$ 423,93	R$ 423,93	R$ 5.087,16	R$ 5.511,09
13.752.949/0001-90	SP	AVANHANDAVA	R$ 695,57	R$ 375,35	R$ 1.070,92	R$ 1.070,92	R$ 12.851,04	R$ 13.921,96
11.308.295/0001-84	SP	AVARE	R$ 4.619,92	R$ 2.493,01	R$ 7.112,93	R$ 7.112,93	R$ 85.355,16	R$ 92.468,09
15.162.657/0001-22	SP	BADY BASSITT	R$ 891,93	R$ 481,31	R$ 1.373,24	R$ 1.373,24	R$ 16.478,88	R$ 17.852,12
11.869.819/0001-06	SP	BALBINOS	R$ 296,68	R$ 157,71	R$ 454,39	R$ 454,39	R$ 5.452,68	R$ 5.907,07
14.013.891/0001-25	SP	BALSAMO	R$ 462,12	R$ 249,37	R$ 711,49	R$ 711,49	R$ 8.537,88	R$ 9.249,37
12.069.270/0001-38	SP	BANANAL	R$ 557,77	R$ 300,99	R$ 858,76	R$ 858,76	R$ 10.305,12	R$ 11.163,88
11.309.773/0001-70	SP	BARAO DE ANTONINA	R$ 176,79	R$ 95,40	R$ 272,19	R$ 272,19	R$ 3.266,28	R$ 3.538,47
12.403.394/0001-08	SP	BARBOSA	R$ 382,91	R$ 203,56	R$ 586,47	R$ 586,47	R$ 7.037,64	R$ 7.624,11
12.212.926/0001-20	SP	BARIRI	R$ 1.797,11	R$ 969,76	R$ 2.766,87	R$ 2.766,87	R$ 33.202,44	R$ 35.969,31
14.051.649/0001-46	SP	BARRA BONITA	R$ 1.841,04	R$ 993,47	R$ 2.834,51	R$ 2.834,51	R$ 34.014,12	R$ 36.848,63
16.527.275/0001-18	SP	BARRA DO CHAPEU	R$ 296,11	R$ 157,41	R$ 453,52	R$ 453,52	R$ 5.442,24	R$ 5.895,76
11.826.961/0001-76	SP	BARRA DO TURVO	R$ 396,21	R$ 210,62	R$ 606,83	R$ 606,83	R$ 7.281,96	R$ 7.888,79
13.900.928/0001-74	SP	BARRETOS	R$ 6.222,30	R$ 3.357,70	R$ 9.580,00	R$ 9.580,00	R$ 114.960,00	R$ 124.540,00
11.635.714/0001-92	SP	BARRINHA	R$ 1.672,15	R$ 902,33	R$ 2.574,48	R$ 2.574,48	R$ 30.893,76	R$ 33.468,24
12.593.563/0001-10	SP	BARUERI	R$ 21.512,74	R$ -	R$ 21.512,74	R$ 21.512,74	R$ 258.152,88	R$ 279.665,62
11.892.520/0001-72	SP	BASTOS	R$ 1.644,00	R$ -	R$ 1.644,00	R$ 1.644,00	R$ 19.728,00	R$ 21.372,00
10.427.654/0001-50	SP	BATATAIS	R$ 3.185,50	R$ 1.718,97	R$ 4.904,47	R$ 4.904,47	R$ 58.853,64	R$ 63.758,11
13.824.844/0001-07	SP	BAURU	R$ 29.275,86	R$ -	R$ 29.275,86	R$ 29.275,86	R$ 351.310,32	R$ 380.586,18
12.076.487/0001-75	SP	BEBEDOURO	R$ 6.080,46	R$ -	R$ 6.080,46	R$ 6.080,46	R$ 72.965,52	R$ 79.045,98
11.859.159/0001-82	SP	BENTO DE ABREU	R$ 151,87	R$ 81,95	R$ 233,82	R$ 233,82	R$ 2.805,84	R$ 3.039,66
13.786.431/0001-77	SP	BERNARDINO DE CAMPOS	R$ 568,12	R$ 306,57	R$ 874,69	R$ 874,69	R$ 10.496,28	R$ 11.370,97
12.444.716/0001-67	SP	BERTIOGA	R$ 3.223,27	R$ 1.739,35	R$ 4.962,62	R$ 4.962,62	R$ 59.551,44	R$ 64.514,06
12.433.127/0001-83	SP	BILAC	R$ 409,43	R$ 220,94	R$ 630,37	R$ 630,37	R$ 7.564,44	R$ 8.194,81
12.623.139/0001-70	SP	BIRIGUI	R$ 6.300,78	R$ 3.400,05	R$ 9.700,83	R$ 9.700,83	R$ 116.409,96	R$ 126.110,79
11.432.771/0001-74	SP	BIRITIBA-MIRIM	R$ 1.661,24	R$ 896,45	R$ 2.557,69	R$ 2.557,69	R$ 30.692,28	R$ 33.249,97
12.013.935/0001-91	SP	BOA ESPERANCA DO SUL	R$ 771,98	R$ 410,38	R$ 1.182,36	R$ 1.182,36	R$ 14.188,32	R$ 15.370,68
12.268.425/0001-65	SP	BOCAINA	R$ 628,30	R$ 339,05	R$ 967,35	R$ 967,35	R$ 11.608,20	R$ 12.575,55
12.364.587/0001-05	SP	BOFETE	R$ 597,78	R$ 322,58	R$ 920,36	R$ 920,36	R$ 11.044,32	R$ 11.964,68
11.864.045/0001-20	SP	BOITUVA	R$ 3.108,50	R$ 1.677,42	R$ 4.785,92	R$ 4.785,92	R$ 57.431,04	R$ 62.216,96
11.319.587/0001-12	SP	BOM JESUS DOS PERDOES	R$ 1.296,87	R$ 699,82	R$ 1.996,69	R$ 1.996,69	R$ 23.960,28	R$ 25.956,97
11.372.236/0001-75	SP	BOM SUCESSO DE ITARARE	R$ 204,54	R$ 108,74	R$ 313,28	R$ 313,28	R$ 3.759,36	R$ 4.072,64
12.117.985/0001-19	SP	BORA	R$ 42,65	R$ 23,02	R$ 65,67	R$ 65,67	R$ 788,04	R$ 853,71
11.911.887/0001-96	SP	BORACEIA	R$ 245,79	R$ 132,63	R$ 378,42	R$ 378,42	R$ 4.541,04	R$ 4.919,46
11.508.022/0001-83	SP	BORBOREMA	R$ 817,73	R$ 441,27	R$ 1.259,00	R$ 1.259,00	R$ 15.108,00	R$ 16.367,00
11.293.020/0001-14	SP	BOREBI	R$ 135,20	R$ 72,96	R$ 208,16	R$ 208,16	R$ 2.497,92	R$ 2.706,08
12.509.760/0001-08	SP	BOTUCATU	R$ 11.381,69	R$ -	R$ 11.381,69	R$ 11.381,69	R$ 136.580,28	R$ 147.961,97
11.226.130/0001-63	SP	BRAGANCA PAULISTA	R$ 8.595,58	R$ 4.638,37	R$ 13.233,95	R$ 13.233,95	R$ 158.807,40	R$ 172.041,35
11.208.075/0001-89	SP	BRAUNA	R$ 289,77	R$ 156,37	R$ 446,14	R$ 446,14	R$ 5.353,68	R$ 5.799,82
12.342.750/0001-20	SP	BREJO ALEGRE	R$ 146,00	R$ 78,79	R$ 224,79	R$ 224,79	R$ 2.697,48	R$ 2.922,27
11.480.152/0001-55	SP	BRODOWSKI	R$ 1.270,93	R$ 685,82	R$ 1.956,75	R$ 1.956,75	R$ 23.481,00	R$ 25.437,75
11.475.991/0001-85	SP	BROTAS	R$ 1.914,70	R$ -	R$ 1.914,70	R$ 1.914,70	R$ 22.976,40	R$ 24.891,10
11.813.774/0001-58	SP	BURI	R$ 1.028,30	R$ 546,65	R$ 1.574,95	R$ 1.574,95	R$ 18.899,40	R$ 20.474,35
13.943.038/0001-40	SP	BURITAMA	R$ 873,68	R$ 471,46	R$ 1.345,14	R$ 1.345,14	R$ 16.141,68	R$ 17.486,82
11.370.141/0001-12	SP	BURITIZAL	R$ 228,36	R$ 123,23	R$ 351,59	R$ 351,59	R$ 4.219,08	R$ 4.570,67
13.746.122/0001-73	SP	CABRALIA PAULISTA	R$ 220,58	R$ 117,26	R$ 337,84	R$ 337,84	R$ 4.054,08	R$ 4.391,92
13.914.095/0001-09	SP	CABREUVA	R$ 2.533,15	R$ 1.366,94	R$ 3.900,09	R$ 3.900,09	R$ 46.801,08	R$ 50.701,17
13.871.568/0001-20	SP	CACAPAVA	R$ 4.803,79	R$ 2.592,23	R$ 7.396,02	R$ 7.396,02	R$ 88.752,24	R$ 96.148,26
12.072.954/0001-99	SP	CACHOEIRA PAULISTA	R$ 1.698,40	R$ 916,49	R$ 2.614,89	R$ 2.614,89	R$ 31.378,68	R$ 33.993,57
11.880.444/0001-85	SP	CACONDE	R$ 967,50	R$ 522,09	R$ 1.489,59	R$ 1.489,59	R$ 17.875,08	R$ 19.364,67
13.939.230/0001-62	SP	CAFELANDIA	R$ 905,43	R$ 488,59	R$ 1.394,02	R$ 1.394,02	R$ 16.728,24	R$ 18.122,26
11.403.348/0001-46	SP	CAIABU	R$ 213,58	R$ 115,25	R$ 328,83	R$ 328,83	R$ 3.945,96	R$ 4.274,79
11.300.128/0001-97	SP	CAIEIRAS	R$ 7.961,49	R$ -	R$ 7.961,49	R$ 7.961,49	R$ 95.537,88	R$ 103.499,37
14.197.095/0001-90	SP	CAIUA	R$ 303,87	R$ 161,54	R$ 465,41	R$ 465,41	R$ 5.584,92	R$ 6.050,33
07.636.169/0001-81	SP	CAJAMAR	R$ 3.913,90	R$ 2.112,03	R$ 6.025,93	R$ 6.025,93	R$ 72.311,16	R$ 78.337,09
13.833.213/0001-46	SP	CAJATI	R$ 1.476,86	R$ 785,10	R$ 2.261,96	R$ 2.261,96	R$ 27.143,52	R$ 29.405,48
12.106.682/0001-09	SP	CAJOBI	R$ 537,24	R$ 289,91	R$ 827,15	R$ 827,15	R$ 9.925,80	R$ 10.752,95
07.606.279/0001-09	SP	CAJURU	R$ 1.333,51	R$ 719,59	R$ 2.053,10	R$ 2.053,10	R$ 24.637,20	R$ 26.690,30
13.985.276/0001-18	SP	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	R$ 306,99	R$ 165,66	R$ 472,65	R$ 472,65	R$ 5.671,80	R$ 6.144,45
13.704.311/0001-83	SP	CAMPINAS	R$ 93.547,21	R$ -	R$ 93.547,21	R$ 93.547,21	R$ 1.122.566,52	R$ 1.216.113,73
14.018.974/0001-07	SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	R$ 4.313,89	R$ 2.327,88	R$ 6.641,77	R$ 6.641,77	R$ 79.701,24	R$ 86.343,01
11.980.630/0001-96	SP	CAMPOS DO JORDAO	R$ 2.654,48	R$ 1.432,42	R$ 4.086,90	R$ 4.086,90	R$ 49.042,80	R$ 53.129,70
12.773.639/0001-99	SP	CAMPOS NOVOS PAULISTA	R$ 253,02	R$ 136,54	R$ 389,56	R$ 389,56	R$ 4.674,72	R$ 5.064,28
13.787.385/0001-20	SP	CANANEIA	R$ 639,06	R$ 344,85	R$ 983,91	R$ 983,91	R$ 11.806,92	R$ 12.790,83
11.943.646/0001-29	SP	CANAS	R$ 261,84	R$ 141,30	R$ 403,14	R$ 403,14	R$ 4.837,68	R$ 5.240,82
11.788.735/0001-48	SP	CANDIDO MOTA	R$ 1.594,08	R$ 860,20	R$ 2.454,28	R$ 2.454,28	R$ 29.451,36	R$ 31.905,64
11.847.187/0001-80	SP	CANDIDO RODRIGUES	R$ 142,34	R$ 76,81	R$ 219,15	R$ 219,15	R$ 2.629,80	R$ 2.848,95

12.225.457/0001-83	SP	CANITAR	R$ 269,83	R$ 143,44	R$ 413,27	R$ 413,27	R$ 4.959,24	R$ 5.372,51
11.179.202/0001-69	SP	CAPAO BONITO	R$ 2.402,23	R$ 1.296,30	R$ 3.698,53	R$ 3.698,53	R$ 44.382,36	R$ 48.080,89
13.869.546/0001-25	SP	CAPELA DO ALTO	R$ 1.071,14	R$ 569,42	R$ 1.640,56	R$ 1.640,56	R$ 19.686,72	R$ 21.327,28
11.333.182/0001-39	SP	CAPIVARI	R$ 2.842,02	R$ 1.533,62	R$ 4.375,64	R$ 4.375,64	R$ 52.507,68	R$ 56.883,32
14.009.808/0001-44	SP	CARAGUATATUBA	R$ 9.535,59	R$ -	R$ 9.535,59	R$ 9.535,59	R$ 114.427,08	R$ 123.962,67
11.154.498/0001-63	SP	CARAPICUIBA	R$ 31.457,35	R$ -	R$ 31.457,35	R$ 31.457,35	R$ 377.488,20	R$ 408.945,55
12.416.736/0001-24	SP	CARDOSO	R$ 628,15	R$ 338,97	R$ 967,12	R$ 967,12	R$ 11.605,44	R$ 12.572,56
11.839.940/0001-95	SP	CASA BRANCA	R$ 1.548,21	R$ 835,45	R$ 2.383,66	R$ 2.383,66	R$ 28.603,92	R$ 30.987,58
11.930.910/0001-90	SP	CASSIA DOS COQUEIROS	R$ 139,48	R$ 75,27	R$ 214,75	R$ 214,75	R$ 2.577,00	R$ 2.791,75
12.893.128/0001-00	SP	CASTILHO	R$ 1.070,50	R$ 577,67	R$ 1.648,17	R$ 1.648,17	R$ 19.778,04	R$ 21.426,21
14.033.464/0001-09	SP	CATANDUVA	R$ 9.561,48	R$ -	R$ 9.561,48	R$ 9.561,48	R$ 114.737,76	R$ 124.299,24
12.402.430/0001-19	SP	CATIGUA	R$ 397,70	R$ 214,61	R$ 612,31	R$ 612,31	R$ 7.347,72	R$ 7.960,03
13.885.775/0001-33	SP	CEDRAL	R$ 470,73	R$ 254,02	R$ 724,75	R$ 724,75	R$ 8.697,00	R$ 9.421,75
11.991.253/0001-90	SP	CERQUEIRA CESAR	R$ 1.018,47	R$ 549,59	R$ 1.568,06	R$ 1.568,06	R$ 18.816,72	R$ 20.384,78
15.502.929/0001-96	SP	CERQUILHO	R$ 2.494,52	R$ 1.346,10	R$ 3.840,62	R$ 3.840,62	R$ 46.087,44	R$ 49.928,06
11.935.879/0001-80	SP	CESARIO LANGE	R$ 924,85	R$ 499,07	R$ 1.423,92	R$ 1.423,92	R$ 17.087,04	R$ 18.510,96
11.432.559/0001-07	SP	CHARQUEADA	R$ 876,03	R$ 472,73	R$ 1.348,76	R$ 1.348,76	R$ 16.185,12	R$ 17.533,88
13.892.407/0001-12	SP	CHAVANTES	R$ 632,84	R$ 341,50	R$ 974,34	R$ 974,34	R$ 11.692,08	R$ 12.666,42
12.098.397/0001-85	SP	CLEMENTINA	R$ 439,14	R$ 236,97	R$ 676,11	R$ 676,11	R$ 8.113,32	R$ 8.789,43
16.552.053/0001-55	SP	COLINA	R$ 941,16	R$ 507,87	R$ 1.449,03	R$ 1.449,03	R$ 17.388,36	R$ 18.837,39
16.570.995/0001-66	SP	COLOMBIA	R$ 316,47	R$ 170,78	R$ 487,25	R$ 487,25	R$ 5.847,00	R$ 6.334,25
11.146.159/0001-35	SP	CONCHAL	R$ 1.429,47	R$ 771,38	R$ 2.200,85	R$ 2.200,85	R$ 26.410,20	R$ 28.611,05
11.991.412/0001-57	SP	CONCHAS	R$ 912,01	R$ 492,14	R$ 1.404,15	R$ 1.404,15	R$ 16.849,80	R$ 18.253,95
97.536.445/0001-22	SP	CORDEIROPOLIS	R$ 1.249,98	R$ 674,52	R$ 1.924,50	R$ 1.924,50	R$ 23.094,00	R$ 25.018,50
11.141.919/0001-11	SP	COROADOS	R$ 308,73	R$ 166,60	R$ 475,33	R$ 475,33	R$ 5.703,96	R$ 6.179,29
11.368.938/0001-85	SP	CORONEL MACEDO	R$ 276,40	R$ 146,93	R$ 423,33	R$ 423,33	R$ 5.079,96	R$ 5.503,29
11.221.161/0001-21	SP	CORUMBATAI	R$ 206,65	R$ 111,51	R$ 318,16	R$ 318,16	R$ 3.817,92	R$ 4.136,08
18.692.355/0001-54	SP	COSMOPOLIS	R$ 5.669,00	R$ -	R$ 5.669,00	R$ 5.669,00	R$ 68.028,00	R$ 73.697,00
12.234.610/0001-39	SP	COSMORAMA	R$ 372,38	R$ 200,94	R$ 573,32	R$ 573,32	R$ 6.879,84	R$ 7.453,16
11.997.758/0001-62	SP	COTIA	R$ 12.700,13	R$ 6.853,28	R$ 19.553,41	R$ 19.553,41	R$ 234.640,92	R$ 254.194,33
13.890.141/0001-79	SP	CRAVINHOS	R$ 1.798,53	R$ 970,53	R$ 2.769,06	R$ 2.769,06	R$ 33.228,72	R$ 35.997,78
12.013.650/0001-50	SP	CRISTAIS PAULISTA	R$ 439,85	R$ 237,35	R$ 677,20	R$ 677,20	R$ 8.126,40	R$ 8.803,60
12.142.677/0001-43	SP	CRUZALIA	R$ 120,07	R$ 64,79	R$ 184,86	R$ 184,86	R$ 2.218,32	R$ 2.403,18
10.394.007/0001-99	SP	CRUZEIRO	R$ 4.190,98	R$ 2.261,55	R$ 6.452,53	R$ 6.452,53	R$ 77.430,36	R$ 83.882,89
17.262.670/0001-89	SP	CUBATAO	R$ 6.660,93	R$ 3.594,39	R$ 10.255,32	R$ 10.255,32	R$ 123.063,84	R$ 133.319,16
12.078.245/0001-10	SP	CUNHA	R$ 1.227,83	R$ 652,71	R$ 1.880,54	R$ 1.880,54	R$ 22.566,48	R$ 24.447,02
11.423.840/0001-83	SP	DESCALVADO	R$ 1.718,32	R$ 927,25	R$ 2.645,57	R$ 2.645,57	R$ 31.746,84	R$ 34.392,41
11.862.440/0001-74	SP	DIADEMA	R$ 33.258,59	R$ -	R$ 33.258,59	R$ 33.258,59	R$ 399.103,08	R$ 432.361,67
12.067.610/0001-91	SP	DIRCE REIS	R$ 91,37	R$ 49,31	R$ 140,68	R$ 140,68	R$ 1.688,16	R$ 1.828,84
11.747.530/0001-14	SP	DIVINOLANDIA	R$ 568,02	R$ 306,52	R$ 874,54	R$ 874,54	R$ 10.494,48	R$ 11.369,02
12.227.267/0001-03	SP	DOBRADA	R$ 455,04	R$ 245,55	R$ 700,59	R$ 700,59	R$ 8.407,08	R$ 9.107,67
11.859.367/0001-81	SP	DOIS CORREGOS	R$ 1.392,01	R$ 751,16	R$ 2.143,17	R$ 2.143,17	R$ 25.718,04	R$ 27.861,21
12.452.529/0001-25	SP	DOLCINOPOLIS	R$ 115,78	R$ 62,48	R$ 178,26	R$ 178,26	R$ 2.139,12	R$ 2.317,38
16.814.331/0001-03	SP	DOURADO	R$ 452,18	R$ 244,01	R$ 696,19	R$ 696,19	R$ 8.354,28	R$ 9.050,47
13.890.575/0001-79	SP	DRACENA	R$ 2.384,64	R$ 1.286,81	R$ 3.671,45	R$ 3.671,45	R$ 44.057,40	R$ 47.728,85
13.650.275/0001-12	SP	DUARTINA	R$ 634,22	R$ 342,24	R$ 976,46	R$ 976,46	R$ 11.717,52	R$ 12.693,98
11.680.230/0001-65	SP	DUMONT	R$ 502,89	R$ 271,37	R$ 774,26	R$ 774,26	R$ 9.291,12	R$ 10.065,38
13.788.493/0001-18	SP	ECHAPORA	R$ 310,97	R$ 167,81	R$ 478,78	R$ 478,78	R$ 5.745,36	R$ 6.224,14
12.195.695/0001-93	SP	ELDORADO	R$ 801,52	R$ 426,09	R$ 1.227,61	R$ 1.227,61	R$ 14.731,32	R$ 15.958,93
12.446.783/0001-10	SP	ELIAS FAUSTO	R$ 919,36	R$ 488,73	R$ 1.408,09	R$ 1.408,09	R$ 16.897,08	R$ 18.305,17
11.738.284/0001-34	SP	ELISIARIO	R$ 186,06	R$ 100,40	R$ 286,46	R$ 286,46	R$ 3.437,52	R$ 3.723,98
12.385.913/0001-52	SP	EMBAUBA	R$ 192,39	R$ -	R$ 192,39	R$ 192,39	R$ 2.308,68	R$ 2.501,07
17.299.621/0001-10	SP	EMBU DAS ARTES	R$ 13.949,50	R$ 7.527,47	R$ 21.476,97	R$ 21.476,97	R$ 257.723,64	R$ 279.200,61
11.408.997/0001-30	SP	EMBU-GUACU	R$ 3.535,97	R$ 1.908,09	R$ 5.444,06	R$ 5.444,06	R$ 65.328,72	R$ 70.772,78
97.546.226/0001-24	SP	EMILIANOPOLIS	R$ 163,79	R$ 88,39	R$ 252,18	R$ 252,18	R$ 3.026,16	R$ 3.278,34
11.258.819/0001-70	SP	ENGENHEIRO COELHO	R$ 1.058,62	R$ 571,26	R$ 1.629,88	R$ 1.629,88	R$ 19.558,56	R$ 21.188,44
13.911.925/0001-36	SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	R$ 2.259,13	R$ 1.219,08	R$ 3.478,21	R$ 3.478,21	R$ 41.738,52	R$ 45.216,73
13.872.377/0001-82	SP	ESPIRITO SANTO DO TURVO	R$ 249,81	R$ 132,80	R$ 382,61	R$ 382,61	R$ 4.591,32	R$ 4.973,93
12.150.250/0001-97	SP	ESTIVA GERBI	R$ 576,07	R$ 310,86	R$ 886,93	R$ 886,93	R$ 10.643,16	R$ 11.530,09
13.873.601/0001-50	SP	ESTRELA DO NORTE	R$ 140,96	R$ 76,07	R$ 217,03	R$ 217,03	R$ 2.604,36	R$ 2.821,39
12.779.945/0001-32	SP	ESTRELA D'OESTE	R$ 460,79	R$ 248,66	R$ 709,45	R$ 709,45	R$ 8.513,40	R$ 9.222,85
13.231.757/0001-38	SP	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	R$ 518,18	R$ 279,62	R$ 797,80	R$ 797,80	R$ 9.573,60	R$ 10.371,40
12.227.461/0001-80	SP	FARTURA	R$ 817,22	R$ 440,99	R$ 1.258,21	R$ 1.258,21	R$ 15.098,52	R$ 16.356,73
11.580.190/0001-80	SP	FERNANDO PRESTES	R$ 294,71	R$ 159,03	R$ 453,74	R$ 453,74	R$ 5.444,88	R$ 5.898,62
11.846.960/0001-93	SP	FERNANDOPOLIS	R$ 3.522,26	R$ 1.900,69	R$ 5.422,95	R$ 5.422,95	R$ 65.075,40	R$ 70.498,35
13.525.194/0001-90	SP	FERNAO	R$ 87,45	R$ 47,19	R$ 134,64	R$ 134,64	R$ 1.615,68	R$ 1.750,32
12.240.956/0001-40	SP	FERRAZ DE VASCONCELOS	R$ 9.900,60	R$ 5.342,59	R$ 15.243,19	R$ 15.243,19	R$ 182.918,28	R$ 198.161,47
13.846.352/0001-04	SP	FLORA RICA	R$ 103,40	R$ 55,80	R$ 159,20	R$ 159,20	R$ 1.910,40	R$ 2.069,60
12.119.156/0001-75	SP	FLOREAL	R$ 148,65	R$ 80,22	R$ 228,87	R$ 228,87	R$ 2.746,44	R$ 2.975,31
11.565.305/0001-67	SP	FLORIDA PAULISTA	R$ 746,08	R$ 402,60	R$ 1.148,68	R$ 1.148,68	R$ 13.784,16	R$ 14.932,84
13.490.232/0001-17	SP	FLORINIA	R$ 145,55	R$ 78,54	R$ 224,09	R$ 224,09	R$ 2.689,08	R$ 2.913,17
11.827.962/0001-35	SP	FRANCA	R$ 27.711,60	R$ -	R$ 27.711,60	R$ 27.711,60	R$ 332.539,20	R$ 360.250,80
11.143.383/0001-73	SP	FRANCISCO MORATO	R$ 8.961,28	R$ 4.835,71	R$ 13.796,99	R$ 13.796,99	R$ 165.563,88	R$ 179.360,87
11.737.272/0001-95	SP	FRANCO DA ROCHA	R$ 7.873,00	R$ 4.248,45	R$ 12.121,45	R$ 12.121,45	R$ 145.457,40	R$ 157.578,85
12.488.907/0001-20	SP	GABRIEL MONTEIRO	R$ 141,47	R$ 76,34	R$ 217,81	R$ 217,81	R$ 2.613,72	R$ 2.831,53
12.218.868/0001-41	SP	GALIA	R$ 354,03	R$ 191,04	R$ 545,07	R$ 545,07	R$ 6.540,84	R$ 7.085,91
97.519.019/0001-80	SP	GARCA	R$ 2.262,18	R$ 1.220,73	R$ 3.482,91	R$ 3.482,91	R$ 41.794,92	R$ 45.277,83
12.648.008/0001-48	SP	GASTAO VIDIGAL	R$ 245,02	R$ 132,22	R$ 377,24	R$ 377,24	R$ 4.526,88	R$ 4.904,12
12.471.477/0001-34	SP	GAVIAO PEIXOTO	R$ 244,05	R$ 131,70	R$ 375,75	R$ 375,75	R$ 4.509,00	R$ 4.884,75
11.875.037/0001-80	SP	GENERAL SALGADO	R$ 553,90	R$ 298,90	R$ 852,80	R$ 852,80	R$ 10.233,60	R$ 11.086,40
13.064.691/0001-39	SP	GETULINA	R$ 581,42	R$ 313,75	R$ 895,17	R$ 895,17	R$ 10.742,04	R$ 11.637,21
11.936.248/0001-85	SP	GLICERIO	R$ 245,38	R$ 132,41	R$ 377,79	R$ 377,79	R$ 4.533,48	R$ 4.911,27
11.835.151/0001-86	SP	GUAICARA	R$ 620,10	R$ 334,62	R$ 954,72	R$ 954,72	R$ 11.456,64	R$ 12.411,36
11.851.092/0001-30	SP	GUAIMBE	R$ 293,79	R$ 158,54	R$ 452,33	R$ 452,33	R$ 5.427,96	R$ 5.880,29
07.639.752/0001-46	SP	GUAIRA	R$ 2.078,72	R$ 1.121,73	R$ 3.200,45	R$ 3.200,45	R$ 38.405,40	R$ 41.605,85
14.021.490/0001-17	SP	GUAPIACU	R$ 1.093,33	R$ 589,99	R$ 1.683,32	R$ 1.683,32	R$ 20.199,84	R$ 21.883,16
12.478.805/0001-24	SP	GUAPIARA	R$ 1.658,06	R$ -	R$ 1.658,06	R$ 1.658,06	R$ 19.896,72	R$ 21.554,78
12.028.432/0001-90	SP	GUARA	R$ 1.081,40	R$ 583,55	R$ 1.664,95	R$ 1.664,95	R$ 19.979,40	R$ 21.644,35
13.871.048/0001-17	SP	GUARACAI	R$ 424,15	R$ 228,88	R$ 653,03	R$ 653,03	R$ 7.836,36	R$ 8.489,39
11.437.342/0001-90	SP	GUARACI	R$ 570,16	R$ 307,67	R$ 877,83	R$ 877,83	R$ 10.533,96	R$ 11.411,79
12.463.941/0001-40	SP	GUARANI D'OESTE	R$ 101,92	R$ 55,00	R$ 156,92	R$ 156,92	R$ 1.883,04	R$ 2.039,96
12.467.929/0001-04	SP	GUARANTA	R$ 339,61	R$ 183,26	R$ 522,87	R$ 522,87	R$ 6.274,44	R$ 6.797,31
12.652.353/0001-55	SP	GUARARAPES	R$ 1.678,62	R$ 905,82	R$ 2.584,44	R$ 2.584,44	R$ 31.013,28	R$ 33.597,72
13.742.561/0001-08	SP	GUARAREMA	R$ 1.518,55	R$ 819,45	R$ 2.338,00	R$ 2.338,00	R$ 28.056,00	R$ 30.394,00
13.847.642/0001-72	SP	GUARATINGUETA	R$ 9.556,46	R$ -	R$ 9.556,46	R$ 9.556,46	R$ 114.677,52	R$ 124.233,98
16.691.468/0001-00	SP	GUAREI	R$ 958,05	R$ 509,30	R$ 1.467,35	R$ 1.467,35	R$ 17.608,20	R$ 19.075,55
07.542.743/0001-32	SP	GUARIBA	R$ 2.043,81	R$ 1.102,89	R$ 3.146,70	R$ 3.146,70	R$ 37.760,40	R$ 40.907,10
11.814.454/0001-12	SP	GUARUJA	R$ 25.143,71	R$ -	R$ 25.143,71	R$ 25.143,71	R$ 301.724,52	R$ 326.868,23
16.807.135/0001-01	SP	GUARULHOS	R$ 108.212,74	R$ -	R$ 108.212,74	R$ 108.212,74	R$ 1.298.552,88	R$ 1.406.765,62
11.843.644/0001-68	SP	GUATAPARA	R$ 390,16	R$ 210,54	R$ 600,70	R$ 600,70	R$ 7.208,40	R$ 7.809,10
12.410.563/0001-37	SP	GUZOLANDIA	R$ 272,47	R$ 144,84	R$ 417,31	R$ 417,31	R$ 5.007,72	R$ 5.425,03
12.034.855/0001-12	SP	HERCULANDIA	R$ 485,46	R$ 261,97	R$ 747,43	R$ 747,43	R$ 8.969,16	R$ 9.716,59
11.322.572/0001-03	SP	HOLAMBRA	R$ 760,86	R$ 410,58	R$ 1.171,44	R$ 1.171,44	R$ 14.057,28	R$ 15.228,72
13.843.145/0001-04	SP	HORTOLANDIA	R$ 18.112,92	R$ -	R$ 18.112,92	R$ 18.112,92	R$ 217.355,04	R$ 235.467,96
11.848.752/0001-23	SP	IACANGA	R$ 918,78	R$ -	R$ 918,78	R$ 918,78	R$ 11.025,36	R$ 11.944,14
11.876.431/0001-32	SP	IACRI	R$ 350,56	R$ 189,17	R$ 539,73	R$ 539,73	R$ 6.476,76	R$ 7.016,49
11.777.358/0001-41	SP	IARAS	R$ 477,99	R$ 254,10	R$ 732,09	R$ 732,09	R$ 8.785,08	R$ 9.517,17

11.937.607/0001-19	SP	IBATE	R$ 1.788,95	R$ 965,36	R$ 2.754,31	R$ 2.754,31	R$ 33.051,72	R$ 35.806,03
12.388.271/0001-45	SP	IBIRA	R$ 631,57	R$ 340,81	R$ 972,38	R$ 972,38	R$ 11.668,56	R$ 12.640,94
11.349.864/0001-30	SP	IBIRAREMA	R$ 395,10	R$ 213,21	R$ 608,31	R$ 608,31	R$ 7.299,72	R$ 7.908,03
11.976.658/0001-50	SP	IBITINGA	R$ 3.059,37	R$ 1.650,91	R$ 4.710,28	R$ 4.710,28	R$ 56.523,36	R$ 61.233,64
15.822.319/0001-70	SP	IBIUNA	R$ 4.019,74	R$ 2.169,15	R$ 6.188,89	R$ 6.188,89	R$ 74.266,68	R$ 80.455,57
13.671.368/0001-23	SP	ICEM	R$ 420,08	R$ 226,68	R$ 646,76	R$ 646,76	R$ 7.761,12	R$ 8.407,88
15.423.538/0001-86	SP	IEPE	R$ 415,80	R$ 224,37	R$ 640,17	R$ 640,17	R$ 7.682,04	R$ 8.322,21
13.880.605/0001-66	SP	IGARACU DO TIETE	R$ 1.257,43	R$ 678,54	R$ 1.935,97	R$ 1.935,97	R$ 23.231,64	R$ 25.167,61
11.370.203/0001-96	SP	IGARAPAVA	R$ 1.550,86	R$ 836,88	R$ 2.387,74	R$ 2.387,74	R$ 28.652,88	R$ 31.040,62
12.265.367/0001-16	SP	IGARATA	R$ 485,87	R$ 262,19	R$ 748,06	R$ 748,06	R$ 8.976,72	R$ 9.724,78
13.901.684/0001-44	SP	IGUAPE	R$ 1.572,52	R$ 848,57	R$ 2.421,09	R$ 2.421,09	R$ 29.053,08	R$ 31.474,17
13.879.688/0001-73	SP	ILHA COMPRIDA	R$ 569,04	R$ 307,07	R$ 876,11	R$ 876,11	R$ 10.513,32	R$ 11.389,43
11.775.763/0001-20	SP	ILHA SOLTEIRA	R$ 1.339,43	R$ 733,87	R$ 2.073,30	R$ 2.073,30	R$ 24.879,60	R$ 26.952,90
13.885.112/0001-19	SP	ILHABELA	R$ 2.743,80	R$ -	R$ 2.743,80	R$ 2.743,80	R$ 32.925,60	R$ 35.669,40
14.364.993/0001-95	SP	INDAIATUBA	R$ 19.743,04	R$ -	R$ 19.743,04	R$ 19.743,04	R$ 236.916,48	R$ 256.659,52
12.793.520/0001-88	SP	INDIANA	R$ 248,95	R$ 134,34	R$ 383,29	R$ 383,29	R$ 4.599,48	R$ 4.982,77
12.258.628/0001-70	SP	INDIAPORA	R$ 198,60	R$ 107,17	R$ 305,77	R$ 305,77	R$ 3.669,24	R$ 3.975,01
13.837.736/0001-60	SP	INUBIA PAULISTA	R$ 203,39	R$ 109,75	R$ 313,14	R$ 313,14	R$ 3.757,68	R$ 4.070,82
13.902.599/0001-09	SP	IPAUSSU	R$ 762,95	R$ 411,70	R$ 1.174,65	R$ 1.174,65	R$ 14.095,80	R$ 15.270,45
11.141.482/0001-16	SP	IPERO	R$ 1.892,35	R$ 1.021,16	R$ 2.913,51	R$ 2.913,51	R$ 34.962,12	R$ 37.875,63
10.501.267/0001-16	SP	IPEUNA	R$ 384,56	R$ 207,52	R$ 592,08	R$ 592,08	R$ 7.104,96	R$ 7.697,04
11.976.860/0001-81	SP	IPIGUA	R$ 274,78	R$ 148,28	R$ 423,06	R$ 423,06	R$ 5.076,72	R$ 5.499,78
12.186.703/0001-35	SP	IPORANGA	R$ 244,05	R$ 131,70	R$ 375,75	R$ 375,75	R$ 4.509,00	R$ 4.884,75
11.369.190/0001-35	SP	IPUA	R$ 836,23	R$ 451,25	R$ 1.287,48	R$ 1.287,48	R$ 15.449,76	R$ 16.737,24
11.937.255/0001-00	SP	IRACEMAPOLIS	R$ 1.235,05	R$ 666,46	R$ 1.901,51	R$ 1.901,51	R$ 22.818,12	R$ 24.719,63
11.580.178/0001-75	SP	IRAPUA	R$ 407,34	R$ 219,81	R$ 627,15	R$ 627,15	R$ 7.525,80	R$ 8.152,95
14.779.626/0001-52	SP	IRAPURU	R$ 422,68	R$ 228,09	R$ 650,77	R$ 650,77	R$ 7.809,24	R$ 8.460,01
11.164.468/0001-38	SP	ITABERA	R$ 908,19	R$ 482,79	R$ 1.390,98	R$ 1.390,98	R$ 16.691,76	R$ 18.082,74
12.026.015/0001-08	SP	ITAI	R$ 1.382,33	R$ 745,94	R$ 2.128,27	R$ 2.128,27	R$ 25.539,24	R$ 27.667,51
11.836.627/0001-01	SP	ITAJOBI	R$ 1.197,48	R$ -	R$ 1.197,48	R$ 1.197,48	R$ 14.369,76	R$ 15.567,24
12.449.810/0001-09	SP	ITAJU	R$ 195,44	R$ 105,46	R$ 300,90	R$ 300,90	R$ 3.610,80	R$ 3.911,70
13.889.813/0001-26	SP	ITANHAEM	R$ 5.188,70	R$ 2.799,94	R$ 7.988,64	R$ 7.988,64	R$ 95.863,68	R$ 103.852,32
11.401.251/0001-02	SP	ITAOCA	R$ 172,16	R$ 91,52	R$ 263,68	R$ 263,68	R$ 3.164,16	R$ 3.427,84
12.440.891/0001-86	SP	ITAPECERICA DA SERRA	R$ 8.953,59	R$ 4.831,56	R$ 13.785,15	R$ 13.785,15	R$ 165.421,80	R$ 179.206,95
13.781.069/0001-41	SP	ITAPETININGA	R$ 12.859,92	R$ -	R$ 12.859,92	R$ 12.859,92	R$ 154.319,04	R$ 167.178,96
13.694.379/0001-29	SP	ITAPEVA	R$ 7.403,16	R$ -	R$ 7.403,16	R$ 7.403,16	R$ 88.837,92	R$ 96.241,08
10.864.334/0001-67	SP	ITAPEVI	R$ 12.113,56	R$ 6.536,75	R$ 18.650,31	R$ 18.650,31	R$ 223.803,72	R$ 242.454,03
16.992.407/0001-82	SP	ITAPIRA	R$ 3.810,55	R$ 2.056,26	R$ 5.866,81	R$ 5.866,81	R$ 70.401,72	R$ 76.268,53
11.763.353/0001-60	SP	ITAPIRAPUA PAULISTA	R$ 219,39	R$ 116,63	R$ 336,02	R$ 336,02	R$ 4.032,24	R$ 4.368,26
12.005.366/0001-32	SP	ITAPOLIS	R$ 3.383,26	R$ -	R$ 3.383,26	R$ 3.383,26	R$ 40.599,12	R$ 43.982,38
11.930.253/0001-80	SP	ITAPORANGA	R$ 772,02	R$ 416,60	R$ 1.188,62	R$ 1.188,62	R$ 14.263,44	R$ 15.452,06
11.886.342/0001-77	SP	ITAPUI	R$ 713,05	R$ 384,78	R$ 1.097,83	R$ 1.097,83	R$ 13.173,96	R$ 14.271,79
11.905.427/0001-55	SP	ITAPURA	R$ 250,02	R$ 134,92	R$ 384,94	R$ 384,94	R$ 4.619,28	R$ 5.004,22
12.444.435/0001-04	SP	ITAQUAQUECETUBA	R$ 29.095,19	R$ -	R$ 29.095,19	R$ 29.095,19	R$ 349.142,28	R$ 378.237,47
13.820.532/0001-17	SP	ITARARE	R$ 3.962,54	R$ -	R$ 3.962,54	R$ 3.962,54	R$ 47.550,48	R$ 51.513,02
13.844.159/0001-34	SP	ITARIRI	R$ 901,98	R$ 479,49	R$ 1.381,47	R$ 1.381,47	R$ 16.577,64	R$ 17.959,11
13.886.217/0001-92	SP	ITATIBA	R$ 6.159,11	R$ 3.323,60	R$ 9.482,71	R$ 9.482,71	R$ 113.792,52	R$ 123.275,23
14.476.316/0001-69	SP	ITATINGA	R$ 1.054,75	R$ 569,17	R$ 1.623,92	R$ 1.623,92	R$ 19.487,04	R$ 21.110,96
12.317.964/0001-47	SP	ITIRAPINA	R$ 925,31	R$ 499,32	R$ 1.424,63	R$ 1.424,63	R$ 17.095,56	R$ 18.520,19
12.295.439/0001-78	SP	ITIRAPUA	R$ 331,20	R$ 178,72	R$ 509,92	R$ 509,92	R$ 6.119,04	R$ 6.628,96
11.669.906/0001-10	SP	ITOBI	R$ 399,59	R$ 215,63	R$ 615,22	R$ 615,22	R$ 7.382,64	R$ 7.997,86
11.192.194/0001-90	SP	ITU	R$ 8.864,20	R$ 4.783,32	R$ 13.647,52	R$ 13.647,52	R$ 163.770,24	R$ 177.417,76
13.598.672/0001-92	SP	ITUPEVA	R$ 3.121,50	R$ 1.684,43	R$ 4.805,93	R$ 4.805,93	R$ 57.671,16	R$ 62.477,09
11.369.015/0001-48	SP	ITUVERAVA	R$ 2.131,42	R$ 1.150,16	R$ 3.281,58	R$ 3.281,58	R$ 39.378,96	R$ 42.660,54
13.870.794/0001-96	SP	JABORANDI	R$ 353,11	R$ 190,55	R$ 543,66	R$ 543,66	R$ 6.523,92	R$ 7.067,58
11.472.243/0001-49	SP	JABOTICABAL	R$ 3.937,44	R$ 2.124,73	R$ 6.062,17	R$ 6.062,17	R$ 72.746,04	R$ 78.808,21
11.449.169/0001-40	SP	JACAREI	R$ 18.333,48	R$ -	R$ 18.333,48	R$ 18.333,48	R$ 220.001,76	R$ 238.335,24
13.919.153/0001-89	SP	JACI	R$ 360,15	R$ 194,34	R$ 554,49	R$ 554,49	R$ 6.653,88	R$ 7.208,37
12.226.645/0001-26	SP	JACUPIRANGA	R$ 910,48	R$ 491,32	R$ 1.401,80	R$ 1.401,80	R$ 16.821,60	R$ 18.223,40
11.297.035/0001-50	SP	JAGUARIUNA	R$ 2.929,68	R$ 1.580,92	R$ 4.510,60	R$ 4.510,60	R$ 54.127,20	R$ 58.637,80
13.841.190/0001-11	SP	JALES	R$ 2.502,57	R$ 1.350,44	R$ 3.853,01	R$ 3.853,01	R$ 46.236,12	R$ 50.089,13
13.942.630/0001-27	SP	JAMBEIRO	R$ 336,45	R$ 181,56	R$ 518,01	R$ 518,01	R$ 6.216,12	R$ 6.734,13
11.399.249/0001-38	SP	JANDIRA	R$ 6.366,98	R$ 3.435,77	R$ 9.802,75	R$ 9.802,75	R$ 117.633,00	R$ 127.435,75
13.841.094/0001-73	SP	JARDINOPOLIS	R$ 2.261,67	R$ 1.220,45	R$ 3.482,12	R$ 3.482,12	R$ 41.785,44	R$ 45.267,56
13.941.978/0001-08	SP	JARINU	R$ 1.531,09	R$ 826,21	R$ 2.357,30	R$ 2.357,30	R$ 28.287,60	R$ 30.644,90
13.774.126/0001-65	SP	JAU	R$ 7.657,07	R$ 4.131,93	R$ 11.789,00	R$ 11.789,00	R$ 141.468,00	R$ 153.257,00
12.053.357/0001-17	SP	JERIQUARA	R$ 160,99	R$ 86,87	R$ 247,86	R$ 247,86	R$ 2.974,32	R$ 3.222,18
97.522.485/0001-15	SP	JOANOPOLIS	R$ 683,88	R$ 363,55	R$ 1.047,43	R$ 1.047,43	R$ 12.569,16	R$ 13.616,59
13.815.963/0001-95	SP	JOAO RAMALHO	R$ 230,50	R$ 124,38	R$ 354,88	R$ 354,88	R$ 4.258,56	R$ 4.613,44
13.761.577/0001-68	SP	JOSE BONIFACIO	R$ 1.886,34	R$ 1.017,91	R$ 2.904,25	R$ 2.904,25	R$ 34.851,00	R$ 37.755,25
11.789.952/0001-52	SP	JULIO MESQUITA	R$ 243,39	R$ 131,34	R$ 374,73	R$ 374,73	R$ 4.496,76	R$ 4.871,49
12.075.708/0001-90	SP	JUMIRIM	R$ 171,59	R$ 92,59	R$ 264,18	R$ 264,18	R$ 3.170,16	R$ 3.434,34
13.875.759/0001-60	SP	JUNDIAI	R$ 32.550,12	R$ -	R$ 32.550,12	R$ 32.550,12	R$ 390.601,44	R$ 423.151,56
13.816.220/0001-30	SP	JUNQUEIROPOLIS	R$ 1.053,83	R$ 568,67	R$ 1.622,50	R$ 1.622,50	R$ 19.470,00	R$ 21.092,50
13.840.888/0001-12	SP	JUQUIA	R$ 958,69	R$ 517,33	R$ 1.476,02	R$ 1.476,02	R$ 17.712,24	R$ 19.188,26
11.323.994/0001-01	SP	JUQUITIBA	R$ 1.602,43	R$ 864,71	R$ 2.467,14	R$ 2.467,14	R$ 29.605,68	R$ 32.072,82
13.816.380/0001-89	SP	LAGOINHA	R$ 253,27	R$ 134,64	R$ 387,91	R$ 387,91	R$ 4.654,92	R$ 5.042,83
12.159.550/0001-37	SP	LARANJAL PAULISTA	R$ 1.453,22	R$ 784,19	R$ 2.237,41	R$ 2.237,41	R$ 26.848,92	R$ 29.086,33
11.859.666/0001-16	SP	LAVINIA	R$ 610,52	R$ 329,45	R$ 939,97	R$ 939,97	R$ 11.279,64	R$ 12.219,61
12.286.276/0001-67	SP	LAVRINHAS	R$ 369,98	R$ 199,65	R$ 569,63	R$ 569,63	R$ 6.835,56	R$ 7.405,19
12.298.037/0001-27	SP	LEME	R$ 5.268,96	R$ 2.843,25	R$ 8.112,21	R$ 8.112,21	R$ 97.346,52	R$ 105.458,73
11.205.603/0001-46	SP	LENCOIS PAULISTA	R$ 5.369,28	R$ -	R$ 5.369,28	R$ 5.369,28	R$ 64.431,36	R$ 69.800,64
11.396.895/0001-41	SP	LIMEIRA	R$ 24.018,18	R$ -	R$ 24.018,18	R$ 24.018,18	R$ 288.218,16	R$ 312.236,34
13.890.707/0001-62	SP	LINDOIA	R$ 406,67	R$ 219,45	R$ 626,12	R$ 626,12	R$ 7.513,44	R$ 8.139,56
07.725.147/0001-98	SP	LINS	R$ 3.975,66	R$ 2.145,36	R$ 6.121,02	R$ 6.121,02	R$ 73.452,24	R$ 79.573,26
10.872.126/0001-00	SP	LORENA	R$ 4.520,59	R$ 2.439,42	R$ 6.960,01	R$ 6.960,01	R$ 83.520,12	R$ 90.480,13
13.925.376/0001-59	SP	LOURDES	R$ 116,65	R$ 62,95	R$ 179,60	R$ 179,60	R$ 2.155,20	R$ 2.334,80
13.878.813/0001-20	SP	LOUVEIRA	R$ 2.491,25	R$ 1.344,34	R$ 3.835,59	R$ 3.835,59	R$ 46.027,08	R$ 49.862,67
07.649.698/0001-10	SP	LUCELIA	R$ 1.108,26	R$ 598,04	R$ 1.706,30	R$ 1.706,30	R$ 20.475,60	R$ 22.181,90
13.802.522/0001-59	SP	LUCIANOPOLIS	R$ 122,00	R$ 65,84	R$ 187,84	R$ 187,84	R$ 2.254,08	R$ 2.441,92
11.955.045/0001-36	SP	LUIS ANTONIO	R$ 761,72	R$ 411,04	R$ 1.172,76	R$ 1.172,76	R$ 14.073,12	R$ 15.245,88
11.997.351/0001-35	SP	LUIZIANIA	R$ 295,07	R$ 159,23	R$ 454,30	R$ 454,30	R$ 5.451,60	R$ 5.905,90
11.734.739/0001-43	SP	LUPERCIO	R$ 233,61	R$ 126,06	R$ 359,67	R$ 359,67	R$ 4.316,04	R$ 4.675,71
11.816.906/0001-03	SP	LUTECIA	R$ 145,50	R$ 78,51	R$ 224,01	R$ 224,01	R$ 2.688,12	R$ 2.912,13
11.240.557/0001-16	SP	MACATUBA	R$ 1.346,64	R$ -	R$ 1.346,64	R$ 1.346,64	R$ 16.159,68	R$ 17.506,32
13.790.889/0001-08	SP	MACAUBAL	R$ 413,81	R$ 223,30	R$ 637,11	R$ 637,11	R$ 7.645,32	R$ 8.282,43
14.007.105/0001-87	SP	MACEDONIA	R$ 188,46	R$ 101,70	R$ 290,16	R$ 290,16	R$ 3.481,92	R$ 3.772,08
12.137.484/0001-02	SP	MAGDA	R$ 158,95	R$ 85,77	R$ 244,72	R$ 244,72	R$ 2.936,64	R$ 3.181,36
11.472.723/0001-00	SP	MAIRINQUE	R$ 2.402,84	R$ 1.296,63	R$ 3.699,47	R$ 3.699,47	R$ 44.393,64	R$ 48.093,11
11.169.453/0001-62	SP	MAIRIPORA	R$ 5.105,28	R$ 2.754,92	R$ 7.860,20	R$ 7.860,20	R$ 94.322,40	R$ 102.182,60
13.752.702/0001-73	SP	MANDURI	R$ 501,77	R$ 270,77	R$ 772,54	R$ 772,54	R$ 9.270,48	R$ 10.043,02
13.851.503/0001-12	SP	MARABA PAULISTA	R$ 302,78	R$ 160,96	R$ 463,74	R$ 463,74	R$ 5.564,88	R$ 6.028,62
13.995.524/0001-01	SP	MARACAI	R$ 713,56	R$ 385,06	R$ 1.098,62	R$ 1.098,62	R$ 13.183,44	R$ 14.282,06
11.694.368/0001-13	SP	MARAPOAMA	R$ 154,46	R$ 83,35	R$ 237,81	R$ 237,81	R$ 2.853,72	R$ 3.091,53
11.933.040/0001-02	SP	MARIAPOLIS	R$ 208,13	R$ 112,31	R$ 320,44	R$ 320,44	R$ 3.845,28	R$ 4.165,72
14.278.219/0001-61	SP	MARILIA	R$ 18.743,05	R$ -	R$ 18.743,05	R$ 18.743,05	R$ 224.916,60	R$ 243.659,65
14.202.390/0001-97	SP	MARINOPOLIS	R$ 107,63	R$ 58,08	R$ 165,71	R$ 165,71	R$ 1.988,52	R$ 2.154,23

10.401.857/0001-77	SP	MARTINOPOLIS	R$ 1.348,49	R$ 727,68	R$ 2.076,17	R$ 2.076,17	R$ 24.914,04	R$ 26.990,21
12.225.804/0001-78	SP	MATAO	R$ 6.525,65	R$ -	R$ 6.525,65	R$ 6.525,65	R$ 78.307,80	R$ 84.833,45
13.848.859/0001-05	SP	MAUA	R$ 37.105,40	R$ -	R$ 37.105,40	R$ 37.105,40	R$ 445.264,80	R$ 482.370,20
13.855.805/0001-69	SP	MENDONCA	R$ 279,78	R$ 150,98	R$ 430,76	R$ 430,76	R$ 5.169,12	R$ 5.599,88
13.026.843/0001-09	SP	MERIDIANO	R$ 195,49	R$ 105,49	R$ 300,98	R$ 300,98	R$ 3.611,76	R$ 3.912,74
13.824.411/0001-43	SP	MESOPOLIS	R$ 97,23	R$ 52,47	R$ 149,70	R$ 149,70	R$ 1.796,40	R$ 1.946,10
11.370.993/0001-00	SP	MIGUELOPOLIS	R$ 1.132,67	R$ 611,22	R$ 1.743,89	R$ 1.743,89	R$ 20.926,68	R$ 22.670,57
12.023.090/0001-15	SP	MINEIROS DO TIETE	R$ 657,81	R$ 354,97	R$ 1.012,78	R$ 1.012,78	R$ 12.153,36	R$ 13.166,14
12.067.832/0001-04	SP	MIRA ESTRELA	R$ 157,27	R$ 84,87	R$ 242,14	R$ 242,14	R$ 2.905,68	R$ 3.147,82
12.078.884/0001-86	SP	MIRACATU	R$ 1.231,24	R$ 654,53	R$ 1.885,77	R$ 1.885,77	R$ 22.629,24	R$ 24.515,01
13.878.910/0001-13	SP	MIRANDOPOLIS	R$ 1.506,63	R$ 813,01	R$ 2.319,64	R$ 2.319,64	R$ 27.835,68	R$ 30.155,32
13.874.507/0001-16	SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	R$ 930,51	R$ 502,12	R$ 1.432,63	R$ 1.432,63	R$ 17.191,56	R$ 18.624,19
11.215.408/0001-05	SP	MIRASSOL	R$ 3.048,72	R$ 1.645,16	R$ 4.693,88	R$ 4.693,88	R$ 56.326,56	R$ 61.020,44
14.130.636/0001-62	SP	MIRASSOLANDIA	R$ 248,23	R$ 133,95	R$ 382,18	R$ 382,18	R$ 4.586,16	R$ 4.968,34
11.976.738/0001-05	SP	MOCOCA	R$ 3.510,49	R$ 1.894,34	R$ 5.404,83	R$ 5.404,83	R$ 64.857,96	R$ 70.262,79
12.336.008/0001-02	SP	MOGI DAS CRUZES	R$ 34.981,45	R$ -	R$ 34.981,45	R$ 34.981,45	R$ 419.777,40	R$ 454.758,85
08.691.564/0001-20	SP	MOGI GUACU	R$ 7.740,45	R$ 4.176,92	R$ 11.917,37	R$ 11.917,37	R$ 143.008,44	R$ 154.925,81
11.128.302/0001-66	SP	MOGI MIRIM	R$ 4.749,05	R$ 2.562,70	R$ 7.311,75	R$ 7.311,75	R$ 87.741,00	R$ 95.052,75
11.884.769/0001-36	SP	MOMBUCA	R$ 178,01	R$ 96,06	R$ 274,07	R$ 274,07	R$ 3.288,84	R$ 3.562,91
11.966.012/0001-91	SP	MONCOES	R$ 115,12	R$ 62,12	R$ 177,24	R$ 177,24	R$ 2.126,88	R$ 2.304,12
12.096.081/0001-54	SP	MONGAGUA	R$ 2.889,62	R$ 1.559,31	R$ 4.448,93	R$ 4.448,93	R$ 53.387,16	R$ 57.836,09
11.239.903/0001-46	SP	MONTE ALEGRE DO SUL	R$ 409,63	R$ 221,05	R$ 630,68	R$ 630,68	R$ 7.568,16	R$ 8.198,84
11.688.315/0001-90	SP	MONTE ALTO	R$ 2.573,46	R$ 1.388,70	R$ 3.962,16	R$ 3.962,16	R$ 47.545,92	R$ 51.508,08
12.885.741/0001-86	SP	MONTE APRAZIVEL	R$ 1.278,47	R$ 689,89	R$ 1.968,36	R$ 1.968,36	R$ 23.620,32	R$ 25.588,68
12.183.698/0001-07	SP	MONTE AZUL PAULISTA	R$ 968,68	R$ 522,72	R$ 1.491,40	R$ 1.491,40	R$ 17.896,80	R$ 19.388,20
13.860.785/0001-14	SP	MONTE CASTELO	R$ 212,31	R$ 114,57	R$ 326,88	R$ 326,88	R$ 3.922,56	R$ 4.249,44
11.898.978/0001-39	SP	MONTE MOR	R$ 3.046,07	R$ 1.643,73	R$ 4.689,80	R$ 4.689,80	R$ 56.277,60	R$ 60.967,40
12.518.183/0001-10	SP	MONTEIRO LOBATO	R$ 237,12	R$ 127,96	R$ 365,08	R$ 365,08	R$ 4.380,96	R$ 4.746,04
11.833.991/0001-00	SP	MORRO AGUDO	R$ 1.680,10	R$ 906,62	R$ 2.586,72	R$ 2.586,72	R$ 31.040,64	R$ 33.627,36
11.363.048/0001-80	SP	MORUNGABA	R$ 694,20	R$ 374,61	R$ 1.068,81	R$ 1.068,81	R$ 12.825,72	R$ 13.894,53
11.999.795/0001-00	SP	MOTUCA	R$ 242,48	R$ 130,85	R$ 373,33	R$ 373,33	R$ 4.479,96	R$ 4.853,29
11.930.561/0001-06	SP	MURUTINGA DO SUL	R$ 228,61	R$ 123,37	R$ 351,98	R$ 351,98	R$ 4.223,76	R$ 4.575,74
13.887.045/0001-71	SP	NANTES	R$ 160,07	R$ 86,38	R$ 246,45	R$ 246,45	R$ 2.957,40	R$ 3.203,85
12.432.240/0001-44	SP	NARANDIBA	R$ 247,52	R$ 133,57	R$ 381,09	R$ 381,09	R$ 4.573,08	R$ 4.954,17
13.891.723/0001-70	SP	NATIVIDADE DA SERRA	R$ 396,98	R$ 211,04	R$ 608,02	R$ 608,02	R$ 7.296,24	R$ 7.904,26
12.774.639/0001-03	SP	NAZARE PAULISTA	R$ 958,26	R$ 509,41	R$ 1.467,67	R$ 1.467,67	R$ 17.612,04	R$ 19.079,71
13.921.776/0001-96	SP	NEVES PAULISTA	R$ 455,09	R$ 245,58	R$ 700,67	R$ 700,67	R$ 8.408,04	R$ 9.108,71
12.309.331/0001-97	SP	NHANDEARA	R$ 584,94	R$ 315,65	R$ 900,59	R$ 900,59	R$ 10.807,08	R$ 11.707,67
14.175.133/0001-03	SP	NIPOA	R$ 265,66	R$ 143,36	R$ 409,02	R$ 409,02	R$ 4.908,24	R$ 5.317,26
13.863.472/0001-10	SP	NOVA ALIANCA	R$ 355,35	R$ 191,76	R$ 547,11	R$ 547,11	R$ 6.565,32	R$ 7.112,43
12.025.475/0001-11	SP	NOVA CAMPINA	R$ 504,63	R$ 268,26	R$ 772,89	R$ 772,89	R$ 9.274,68	R$ 10.047,57
13.987.513/0001-80	SP	NOVA CANAA PAULISTA	R$ 110,69	R$ 59,73	R$ 170,42	R$ 170,42	R$ 2.045,04	R$ 2.215,46
11.783.844/0001-72	SP	NOVA CASTILHO	R$ 64,57	R$ 34,84	R$ 99,41	R$ 99,41	R$ 1.192,92	R$ 1.292,33
12.033.258/0001-73	SP	NOVA EUROPA	R$ 570,06	R$ 307,62	R$ 877,68	R$ 877,68	R$ 10.532,16	R$ 11.409,84
11.368.907/0001-24	SP	NOVA GRANADA	R$ 1.095,67	R$ 591,25	R$ 1.686,92	R$ 1.686,92	R$ 20.243,04	R$ 21.929,96
14.490.982/0001-51	SP	NOVA GUATAPORANGA	R$ 118,03	R$ 63,69	R$ 181,72	R$ 181,72	R$ 2.180,64	R$ 2.362,36
12.329.714/0001-27	SP	NOVA INDEPENDENCIA	R$ 202,27	R$ 109,15	R$ 311,42	R$ 311,42	R$ 3.737,04	R$ 4.048,46
13.871.396/0001-94	SP	NOVA LUZITANIA	R$ 208,99	R$ 112,78	R$ 321,77	R$ 321,77	R$ 3.861,24	R$ 4.183,01
14.026.083/0001-00	SP	NOVA ODESSA	R$ 4.721,34	R$ -	R$ 4.721,34	R$ 4.721,34	R$ 56.656,08	R$ 61.377,42
12.381.417/0001-20	SP	NOVAIS	R$ 297,11	R$ 160,33	R$ 457,44	R$ 457,44	R$ 5.489,28	R$ 5.946,72
11.873.980/0001-53	SP	NOVO HORIZONTE	R$ 2.092,07	R$ 1.128,93	R$ 3.221,00	R$ 3.221,00	R$ 38.652,00	R$ 41.873,00
11.910.988/0001-42	SP	NUPORANGA	R$ 378,75	R$ 204,38	R$ 583,13	R$ 583,13	R$ 6.997,56	R$ 7.580,69
13.392.662/0001-04	SP	OCAUCU	R$ 218,57	R$ 117,95	R$ 336,52	R$ 336,52	R$ 4.038,24	R$ 4.374,76
13.779.802/0001-93	SP	OLEO	R$ 137,55	R$ 74,22	R$ 211,77	R$ 211,77	R$ 2.541,24	R$ 2.753,01
11.105.607/0001-52	SP	OLIMPIA	R$ 2.791,27	R$ 1.506,23	R$ 4.297,50	R$ 4.297,50	R$ 51.570,00	R$ 55.867,50
13.909.801/0001-16	SP	ONDA VERDE	R$ 223,26	R$ 120,48	R$ 343,74	R$ 343,74	R$ 4.124,88	R$ 4.468,62
14.112.207/0001-62	SP	ORIENTE	R$ 511,18	R$ -	R$ 511,18	R$ 511,18	R$ 6.134,16	R$ 6.645,34
12.073.687/0001-74	SP	ORINDIUVA	R$ 360,09	R$ 194,32	R$ 554,41	R$ 554,41	R$ 6.652,92	R$ 7.207,33
11.368.924/0001-61	SP	ORLANDIA	R$ 2.243,73	R$ 1.210,77	R$ 3.454,50	R$ 3.454,50	R$ 41.454,00	R$ 44.908,50
13.897.329/0001-49	SP	OSASCO	R$ 54.798,95	R$ -	R$ 54.798,95	R$ 54.798,95	R$ 657.587,40	R$ 712.386,35
11.910.076/0001-70	SP	OSCAR BRESSANE	R$ 132,65	R$ 71,58	R$ 204,23	R$ 204,23	R$ 2.450,76	R$ 2.654,99
11.582.812/0001-09	SP	OSVALDO CRUZ	R$ 1.675,56	R$ 904,17	R$ 2.579,73	R$ 2.579,73	R$ 30.956,76	R$ 33.536,49
13.892.215/0001-06	SP	OURINHOS	R$ 8.908,68	R$ -	R$ 8.908,68	R$ 8.908,68	R$ 106.904,16	R$ 115.812,84
09.642.975/0001-98	SP	OURO VERDE	R$ 442,92	R$ 235,46	R$ 678,38	R$ 678,38	R$ 8.140,56	R$ 8.818,94
12.508.116/0001-15	SP	OUROESTE	R$ 528,01	R$ 284,93	R$ 812,94	R$ 812,94	R$ 9.755,28	R$ 10.568,22
11.948.764/0001-20	SP	PACAEMBU	R$ 723,50	R$ 390,42	R$ 1.113,92	R$ 1.113,92	R$ 13.367,04	R$ 14.480,96
14.134.270/0001-08	SP	PALESTINA	R$ 660,31	R$ 356,32	R$ 1.016,63	R$ 1.016,63	R$ 12.199,56	R$ 13.216,19
11.850.232/0001-55	SP	PALMARES PAULISTA	R$ 676,51	R$ 365,06	R$ 1.041,57	R$ 1.041,57	R$ 12.498,84	R$ 13.540,41
12.294.592/0001-80	SP	PALMEIRA D'OESTE	R$ 473,08	R$ 255,28	R$ 728,36	R$ 728,36	R$ 8.740,32	R$ 9.468,68
10.413.777/0001-31	SP	PALMITAL	R$ 1.132,42	R$ 611,08	R$ 1.743,50	R$ 1.743,50	R$ 20.922,00	R$ 22.665,50
13.846.329/0001-10	SP	PANORAMA	R$ 804,02	R$ 433,87	R$ 1.237,89	R$ 1.237,89	R$ 14.854,68	R$ 16.092,57
11.909.974/0001-09	SP	PARAGUACU PAULISTA	R$ 2.329,10	R$ 1.256,83	R$ 3.585,93	R$ 3.585,93	R$ 43.031,16	R$ 46.617,09
13.788.373/0001-10	SP	PARAIBUNA	R$ 928,62	R$ 501,11	R$ 1.429,73	R$ 1.429,73	R$ 17.156,76	R$ 18.586,49
11.718.886/0001-20	SP	PARAISO	R$ 328,91	R$ 177,49	R$ 506,40	R$ 506,40	R$ 6.076,80	R$ 6.583,20
14.161.907/0001-47	SP	PARANAPANEMA	R$ 1.029,27	R$ 555,42	R$ 1.584,69	R$ 1.584,69	R$ 19.016,28	R$ 20.600,97
12.374.272/0001-30	SP	PARANAPUA	R$ 207,82	R$ 112,15	R$ 319,97	R$ 319,97	R$ 3.839,64	R$ 4.159,61
11.843.243/0001-08	SP	PARAPUA	R$ 558,74	R$ 301,51	R$ 860,25	R$ 860,25	R$ 10.323,00	R$ 11.183,25
11.159.718/0001-41	SP	PARDINHO	R$ 327,94	R$ 176,96	R$ 504,90	R$ 504,90	R$ 6.058,80	R$ 6.563,70
13.860.454/0001-84	SP	PARIQUERA-ACU	R$ 1.001,29	R$ 540,32	R$ 1.541,61	R$ 1.541,61	R$ 18.499,32	R$ 20.040,93
13.842.974/0001-64	SP	PARISI	R$ 110,13	R$ 59,43	R$ 169,56	R$ 169,56	R$ 2.034,72	R$ 2.204,28
11.775.935/0001-66	SP	PATROCINIO PAULISTA	R$ 747,61	R$ 403,43	R$ 1.151,04	R$ 1.151,04	R$ 13.812,48	R$ 14.963,52
14.002.965/0001-28	SP	PAULICEIA	R$ 375,38	R$ 202,57	R$ 577,95	R$ 577,95	R$ 6.935,40	R$ 7.513,35
11.934.398/0001-50	SP	PAULINIA	R$ 5.576,42	R$ 3.009,16	R$ 8.585,58	R$ 8.585,58	R$ 103.026,96	R$ 111.612,54
14.219.170/0001-76	SP	PAULISTANIA	R$ 93,41	R$ 50,41	R$ 143,82	R$ 143,82	R$ 1.725,84	R$ 1.869,66
14.069.729/0001-29	SP	PAULO DE FARIA	R$ 482,25	R$ 260,23	R$ 742,48	R$ 742,48	R$ 8.909,76	R$ 9.652,24
12.218.875/0001-43	SP	PEDERNEIRAS	R$ 3.663,13	R$ -	R$ 3.663,13	R$ 3.663,13	R$ 43.957,56	R$ 47.620,69
11.139.310/0001-08	SP	PEDRA BELA	R$ 315,20	R$ 167,56	R$ 482,76	R$ 482,76	R$ 5.793,12	R$ 6.275,88
11.902.217/0001-03	SP	PEDRANOPOLIS	R$ 144,43	R$ 77,94	R$ 222,37	R$ 222,37	R$ 2.668,44	R$ 2.890,81
11.952.144/0001-64	SP	PEDREGULHO	R$ 853,30	R$ 460,46	R$ 1.313,76	R$ 1.313,76	R$ 15.765,12	R$ 17.078,88
12.081.475/0001-39	SP	PEDREIRA	R$ 2.442,03	R$ 1.317,77	R$ 3.759,80	R$ 3.759,80	R$ 45.117,60	R$ 48.877,40
11.763.168/0001-75	SP	PEDRINHAS PAULISTA	R$ 157,62	R$ 85,06	R$ 242,68	R$ 242,68	R$ 2.912,16	R$ 3.154,84
11.963.346/0001-01	SP	PEDRO DE TOLEDO	R$ 586,16	R$ 311,60	R$ 897,76	R$ 897,76	R$ 10.773,12	R$ 11.670,88
12.012.877/0001-81	SP	PENAPOLIS	R$ 3.231,32	R$ 1.743,69	R$ 4.975,01	R$ 4.975,01	R$ 59.700,12	R$ 64.675,13
12.124.364/0001-62	SP	PEREIRA BARRETO	R$ 1.308,13	R$ 705,90	R$ 2.014,03	R$ 2.014,03	R$ 24.168,36	R$ 26.182,39
11.824.571/0001-67	SP	PEREIRAS	R$ 441,73	R$ 238,37	R$ 680,10	R$ 680,10	R$ 8.161,20	R$ 8.841,30
97.519.444/0001-70	SP	PERUIBE	R$ 3.479,86	R$ 1.877,81	R$ 5.357,67	R$ 5.357,67	R$ 64.292,04	R$ 69.649,71
12.041.339/0001-15	SP	PIACATU	R$ 304,75	R$ 164,45	R$ 469,20	R$ 469,20	R$ 5.630,40	R$ 6.099,60
13.800.601/0001-20	SP	PIEDADE	R$ 2.820,62	R$ 1.522,07	R$ 4.342,69	R$ 4.342,69	R$ 52.112,28	R$ 56.454,97
12.389.301/0001-38	SP	PILAR DO SUL	R$ 1.509,76	R$ 802,59	R$ 2.312,35	R$ 2.312,35	R$ 27.748,20	R$ 30.060,55
12.399.130/0001-28	SP	PINDAMONHANGABA	R$ 13.207,27	R$ -	R$ 13.207,27	R$ 13.207,27	R$ 158.487,24	R$ 171.694,51
11.861.752/0001-63	SP	PINDORAMA	R$ 868,84	R$ 468,85	R$ 1.337,69	R$ 1.337,69	R$ 16.052,28	R$ 17.389,97
11.108.885/0001-63	SP	PINHALZINHO	R$ 1.193,16	R$ -	R$ 1.193,16	R$ 1.193,16	R$ 14.317,92	R$ 15.511,08
14.214.784/0001-65	SP	PIQUEROBI	R$ 188,15	R$ 101,53	R$ 289,68	R$ 289,68	R$ 3.476,16	R$ 3.765,84
12.118.681/0001-76	SP	PIQUETE	R$ 749,59	R$ 404,50	R$ 1.154,09	R$ 1.154,09	R$ 13.849,08	R$ 15.003,17
12.239.761/0001-80	SP	PIRACAIA	R$ 1.391,40	R$ 750,83	R$ 2.142,23	R$ 2.142,23	R$ 25.706,76	R$ 27.848,99
11.197.489/0001-50	SP	PIRACICABA	R$ 31.709,60	R$ -	R$ 31.709,60	R$ 31.709,60	R$ 380.515,20	R$ 412.224,80
13.779.966/0001-10	SP	PIRAJU	R$ 1.518,96	R$ 819,67	R$ 2.338,63	R$ 2.338,63	R$ 28.063,56	R$ 30.402,19

11.371.187/0001-56	SP	PIRAJUI	R$ 1.299,11	R$ 701,03	R$ 2.000,14	R$ 2.000,14	R$ 24.001,68	R$ 26.001,82
11.955.619/0001-76	SP	PIRANGI	R$ 581,83	R$ 313,97	R$ 895,80	R$ 895,80	R$ 10.749,60	R$ 11.645,40
13.894.983/0001-07	SP	PIRAPORA DO BOM JESUS	R$ 962,92	R$ 519,61	R$ 1.482,53	R$ 1.482,53	R$ 17.790,36	R$ 19.272,89
21.446.346/0001-98	SP	PIRAPOZINHO	R$ 1.402,82	R$ 756,99	R$ 2.159,81	R$ 2.159,81	R$ 25.917,72	R$ 28.077,53
12.094.290/0001-69	SP	PIRASSUNUNGA	R$ 3.835,14	R$ 2.101,25	R$ 5.936,39	R$ 5.936,39	R$ 71.236,68	R$ 77.173,07
11.951.695/0001-03	SP	PIRATININGA	R$ 694,91	R$ 374,99	R$ 1.069,90	R$ 1.069,90	R$ 12.838,80	R$ 13.908,70
13.758.276/0001-85	SP	PITANGUEIRAS	R$ 2.024,14	R$ 1.092,27	R$ 3.116,41	R$ 3.116,41	R$ 37.396,92	R$ 40.513,33
11.734.171/0001-60	SP	PLANALTO	R$ 266,89	R$ 144,02	R$ 410,91	R$ 410,91	R$ 4.930,92	R$ 5.341,83
11.221.925/0001-89	SP	PLATINA	R$ 180,91	R$ 97,63	R$ 278,54	R$ 278,54	R$ 3.342,48	R$ 3.621,02
11.500.073/0001-69	SP	POA	R$ 5.985,53	R$ 3.229,93	R$ 9.215,46	R$ 9.215,46	R$ 110.585,52	R$ 119.800,98
10.782.870/0001-13	SP	POLONI	R$ 308,78	R$ 166,62	R$ 475,40	R$ 475,40	R$ 5.704,80	R$ 6.180,20
12.803.039/0001-26	SP	POMPEIA	R$ 1.727,25	R$ -	R$ 1.727,25	R$ 1.727,25	R$ 20.727,00	R$ 22.454,25
14.797.712/0001-98	SP	PONGAI	R$ 268,02	R$ -	R$ 268,02	R$ 268,02	R$ 3.216,24	R$ 3.484,26
11.864.245/0001-83	SP	PONTAL	R$ 2.546,09	R$ 1.373,93	R$ 3.920,02	R$ 3.920,02	R$ 47.040,24	R$ 50.960,26
12.112.854/0001-49	SP	PONTALINDA	R$ 235,85	R$ 127,27	R$ 363,12	R$ 363,12	R$ 4.357,44	R$ 4.720,56
11.944.292/0001-37	SP	PONTES GESTAL	R$ 131,33	R$ 70,87	R$ 202,20	R$ 202,20	R$ 2.426,40	R$ 2.628,60
97.520.318/0001-35	SP	POPULINA	R$ 212,46	R$ 114,65	R$ 327,11	R$ 327,11	R$ 3.925,32	R$ 4.252,43
13.891.596/0001-09	SP	PORANGABA	R$ 505,79	R$ 272,94	R$ 778,73	R$ 778,73	R$ 9.344,76	R$ 10.123,49
12.372.408/0001-73	SP	PORTO FELIZ	R$ 2.705,96	R$ 1.460,20	R$ 4.166,16	R$ 4.166,16	R$ 49.993,92	R$ 54.160,08
11.204.937/0001-03	SP	PORTO FERREIRA	R$ 2.861,49	R$ 1.544,13	R$ 4.405,62	R$ 4.405,62	R$ 52.867,44	R$ 57.273,06
13.770.915/0001-28	SP	POTIM	R$ 1.274,80	R$ 677,68	R$ 1.952,48	R$ 1.952,48	R$ 23.429,76	R$ 25.382,24
13.819.884/0001-52	SP	POTIRENDABA	R$ 884,74	R$ 477,43	R$ 1.362,17	R$ 1.362,17	R$ 16.346,04	R$ 17.708,21
13.886.941/0001-16	SP	PRACINHA	R$ 211,73	R$ 112,56	R$ 324,29	R$ 324,29	R$ 3.891,48	R$ 4.215,77
13.870.703/0001-12	SP	PRADOPOLIS	R$ 1.095,47	R$ 591,14	R$ 1.686,61	R$ 1.686,61	R$ 20.239,32	R$ 21.925,93
11.252.940/0001-94	SP	PRAIA GRANDE	R$ 25.505,73	R$ -	R$ 25.505,73	R$ 25.505,73	R$ 306.068,76	R$ 331.574,49
13.867.706/0001-05	SP	PRATANIA	R$ 268,11	R$ 144,68	R$ 412,79	R$ 412,79	R$ 4.953,48	R$ 5.366,27
12.325.531/0001-33	SP	PRESIDENTE ALVES	R$ 230,19	R$ 124,22	R$ 354,41	R$ 354,41	R$ 4.252,92	R$ 4.607,33
11.768.545/0001-69	SP	PRESIDENTE BERNARDES	R$ 783,89	R$ 423,01	R$ 1.206,90	R$ 1.206,90	R$ 14.482,80	R$ 15.689,70
11.966.021/0001-82	SP	PRESIDENTE EPITACIO	R$ 2.252,50	R$ 1.215,50	R$ 3.468,00	R$ 3.468,00	R$ 41.616,00	R$ 45.084,00
12.382.927/0001-12	SP	PRESIDENTE PRUDENTE	R$ 17.771,57	R$ -	R$ 17.771,57	R$ 17.771,57	R$ 213.258,84	R$ 231.030,41
13.799.876/0001-91	SP	PRESIDENTE VENCESLAU	R$ 2.013,80	R$ 1.086,69	R$ 3.100,49	R$ 3.100,49	R$ 37.205,88	R$ 40.306,37
13.261.761/0001-49	SP	PROMISSAO	R$ 2.060,48	R$ 1.111,88	R$ 3.172,36	R$ 3.172,36	R$ 38.068,32	R$ 41.240,68
12.273.993/0001-54	SP	QUADRA	R$ 196,78	R$ 104,61	R$ 301,39	R$ 301,39	R$ 3.616,68	R$ 3.918,07
11.790.034/0001-43	SP	QUATA	R$ 719,02	R$ 388,00	R$ 1.107,02	R$ 1.107,02	R$ 13.284,24	R$ 14.391,26
12.232.988/0001-01	SP	QUEIROZ	R$ 173,58	R$ 93,67	R$ 267,25	R$ 267,25	R$ 3.207,00	R$ 3.474,25
13.060.217/0001-39	SP	QUELUZ	R$ 683,90	R$ 369,05	R$ 1.052,95	R$ 1.052,95	R$ 12.635,40	R$ 13.688,35
12.455.133/0001-31	SP	QUINTANA	R$ 338,28	R$ 182,55	R$ 520,83	R$ 520,83	R$ 6.249,96	R$ 6.770,79
13.815.597/0001-74	SP	RAFARD	R$ 462,53	R$ 249,59	R$ 712,12	R$ 712,12	R$ 8.545,44	R$ 9.257,56
11.110.540/0001-44	SP	RANCHARIA	R$ 1.513,91	R$ 816,94	R$ 2.330,85	R$ 2.330,85	R$ 27.970,20	R$ 30.301,05
11.340.121/0001-07	SP	REDENCAO DA SERRA	R$ 219,60	R$ 116,74	R$ 336,34	R$ 336,34	R$ 4.036,08	R$ 4.372,42
15.538.451/0001-54	SP	REGENTE FEIJO	R$ 1.589,71	R$ -	R$ 1.589,71	R$ 1.589,71	R$ 19.076,52	R$ 20.666,23
97.520.643/0001-06	SP	REGINOPOLIS	R$ 490,30	R$ 264,58	R$ 754,88	R$ 754,88	R$ 9.058,56	R$ 9.813,44
11.568.304/0001-76	SP	REGISTRO	R$ 2.870,26	R$ 1.548,86	R$ 4.419,12	R$ 4.419,12	R$ 53.029,44	R$ 57.448,56
11.826.913/0001-88	SP	RESTINGA	R$ 386,95	R$ 208,81	R$ 595,76	R$ 595,76	R$ 7.149,12	R$ 7.744,88
11.389.243/0001-80	SP	RIBEIRA	R$ 172,78	R$ 91,85	R$ 264,63	R$ 264,63	R$ 3.175,56	R$ 3.440,19
12.829.459/0001-81	SP	RIBEIRAO BONITO	R$ 673,66	R$ 363,52	R$ 1.037,18	R$ 1.037,18	R$ 12.446,16	R$ 13.483,34
13.847.543/0001-90	SP	RIBEIRAO BRANCO	R$ 962,55	R$ 511,69	R$ 1.474,24	R$ 1.474,24	R$ 17.690,88	R$ 19.165,12
12.239.512/0001-94	SP	RIBEIRAO CORRENTE	R$ 240,44	R$ 129,75	R$ 370,19	R$ 370,19	R$ 4.442,28	R$ 4.812,47
97.520.222/0001-77	SP	RIBEIRAO DO SUL	R$ 231,42	R$ 124,88	R$ 356,30	R$ 356,30	R$ 4.275,60	R$ 4.631,90
11.915.297/0001-31	SP	RIBEIRAO DOS INDIOS	R$ 113,39	R$ 61,19	R$ 174,58	R$ 174,58	R$ 2.094,96	R$ 2.269,54
11.156.014/0001-15	SP	RIBEIRAO GRANDE	R$ 391,03	R$ 211,01	R$ 602,04	R$ 602,04	R$ 7.224,48	R$ 7.826,52
12.928.308/0001-80	SP	RIBEIRAO PIRES	R$ 9.681,60	R$ -	R$ 9.681,60	R$ 9.681,60	R$ 116.179,20	R$ 125.860,80
12.885.763/0001-46	SP	RIBEIRAO PRETO	R$ 54.640,46	R$ -	R$ 54.640,46	R$ 54.640,46	R$ 655.685,52	R$ 710.325,98
13.787.359/0001-00	SP	RIFAINA	R$ 184,94	R$ 99,80	R$ 284,74	R$ 284,74	R$ 3.416,88	R$ 3.701,62
11.923.686/0001-09	SP	RINCAO	R$ 550,33	R$ 296,97	R$ 847,30	R$ 847,30	R$ 10.167,60	R$ 11.014,90
11.775.742/0001-05	SP	RINOPOLIS	R$ 508,65	R$ 274,48	R$ 783,13	R$ 783,13	R$ 9.397,56	R$ 10.180,69
11.211.126/0001-21	SP	RIO CLARO	R$ 16.037,56	R$ -	R$ 16.037,56	R$ 16.037,56	R$ 192.450,72	R$ 208.488,28
12.014.295/0001-34	SP	RIO DAS PEDRAS	R$ 1.795,27	R$ 968,77	R$ 2.764,04	R$ 2.764,04	R$ 33.168,48	R$ 35.932,52
11.503.217/0001-30	SP	RIO GRANDE DA SERRA	R$ 2.591,19	R$ 1.398,27	R$ 3.989,46	R$ 3.989,46	R$ 47.873,52	R$ 51.862,98
12.029.751/0001-10	SP	RIOLANDIA	R$ 637,94	R$ 344,25	R$ 982,19	R$ 982,19	R$ 11.786,28	R$ 12.768,47
11.260.888/0001-18	SP	RIVERSUL	R$ 337,28	R$ 179,30	R$ 516,58	R$ 516,58	R$ 6.198,96	R$ 6.715,54
14.062.386/0001-70	SP	ROSANA	R$ 985,75	R$ 531,93	R$ 1.517,68	R$ 1.517,68	R$ 18.212,16	R$ 19.729,84
11.173.215/0001-20	SP	ROSEIRA	R$ 545,90	R$ 294,58	R$ 840,48	R$ 840,48	R$ 10.085,76	R$ 10.926,24
12.478.532/0001-18	SP	RUBIACEA	R$ 159,41	R$ 86,02	R$ 245,43	R$ 245,43	R$ 2.945,16	R$ 3.190,59
12.293.160/0001-55	SP	RUBINEIA	R$ 160,43	R$ 86,57	R$ 247,00	R$ 247,00	R$ 2.964,00	R$ 3.211,00
13.930.678/0001-15	SP	SABINO	R$ 284,88	R$ 153,73	R$ 438,61	R$ 438,61	R$ 5.263,32	R$ 5.701,93
11.100.227/0001-25	SP	SAGRES	R$ 123,94	R$ 66,88	R$ 190,82	R$ 190,82	R$ 2.289,84	R$ 2.480,66
11.215.681/0001-21	SP	SALES	R$ 322,64	R$ 174,10	R$ 496,74	R$ 496,74	R$ 5.960,88	R$ 6.457,62
11.383.179/0001-20	SP	SALES OLIVEIRA	R$ 605,93	R$ 326,98	R$ 932,91	R$ 932,91	R$ 11.194,92	R$ 12.127,83
12.440.389/0001-75	SP	SALESOPOLIS	R$ 873,43	R$ 471,32	R$ 1.344,75	R$ 1.344,75	R$ 16.137,00	R$ 17.481,75
12.401.658/0001-94	SP	SALMOURAO	R$ 270,10	R$ 145,75	R$ 415,85	R$ 415,85	R$ 4.990,20	R$ 5.406,05
12.021.851/0001-08	SP	SALTINHO	R$ 422,27	R$ 227,87	R$ 650,14	R$ 650,14	R$ 7.801,68	R$ 8.451,82
11.297.631/0001-30	SP	SALTO	R$ 9.310,48	R$ -	R$ 9.310,48	R$ 9.310,48	R$ 111.725,76	R$ 121.036,24
11.445.091/0001-95	SP	SALTO DE PIRAPORA	R$ 2.314,78	R$ 1.249,11	R$ 3.563,89	R$ 3.563,89	R$ 42.766,68	R$ 46.330,57
97.536.392/0001-40	SP	SALTO GRANDE	R$ 475,52	R$ 256,60	R$ 732,12	R$ 732,12	R$ 8.785,44	R$ 9.517,56
12.447.409/0001-30	SP	SANDOVALINA	R$ 219,24	R$ 118,31	R$ 337,55	R$ 337,55	R$ 4.050,60	R$ 4.388,15
11.915.549/0001-22	SP	SANTA ADELIA	R$ 788,88	R$ 425,70	R$ 1.214,58	R$ 1.214,58	R$ 14.574,96	R$ 15.789,54
14.161.147/0001-78	SP	SANTA ALBERTINA	R$ 306,18	R$ 165,22	R$ 471,40	R$ 471,40	R$ 5.656,80	R$ 6.128,20
13.898.306/0001-59	SP	SANTA BARBARA D'OESTE	R$ 15.180,35	R$ -	R$ 15.180,35	R$ 15.180,35	R$ 182.164,20	R$ 197.344,55
11.934.343/0001-40	SP	SANTA BRANCA	R$ 753,62	R$ 406,67	R$ 1.160,29	R$ 1.160,29	R$ 13.923,48	R$ 15.083,77
12.273.428/0001-97	SP	SANTA CLARA D'OESTE	R$ 107,78	R$ 58,16	R$ 165,94	R$ 165,94	R$ 1.991,28	R$ 2.157,22
97.552.000/0001-36	SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	R$ 229,48	R$ 123,83	R$ 353,31	R$ 353,31	R$ 4.239,72	R$ 4.593,03
13.812.376/0001-42	SP	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	R$ 109,01	R$ 58,82	R$ 167,83	R$ 167,83	R$ 2.013,96	R$ 2.181,79
11.991.547/0001-12	SP	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	R$ 1.751,09	R$ 944,93	R$ 2.696,02	R$ 2.696,02	R$ 32.352,24	R$ 35.048,26
13.893.669/0001-00	SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	R$ 2.429,49	R$ 1.311,01	R$ 3.740,50	R$ 3.740,50	R$ 44.886,00	R$ 48.626,50
11.858.604/0001-90	SP	SANTA ERNESTINA	R$ 285,33	R$ 153,97	R$ 439,30	R$ 439,30	R$ 5.271,60	R$ 5.710,90
13.824.549/0001-42	SP	SANTA FE DO SUL	R$ 1.647,18	R$ 888,86	R$ 2.536,04	R$ 2.536,04	R$ 30.432,48	R$ 32.968,52
13.879.576/0001-12	SP	SANTA GERTRUDES	R$ 1.370,76	R$ 739,70	R$ 2.110,46	R$ 2.110,46	R$ 25.325,52	R$ 27.435,98
13.048.451/0001-40	SP	SANTA ISABEL	R$ 2.924,48	R$ 1.578,12	R$ 4.502,60	R$ 4.502,60	R$ 54.031,20	R$ 58.533,80
12.273.871/0001-68	SP	SANTA LUCIA	R$ 449,33	R$ 242,47	R$ 691,80	R$ 691,80	R$ 8.301,60	R$ 8.993,40
11.513.796/0001-00	SP	SANTA MARIA DA SERRA	R$ 319,33	R$ 169,76	R$ 489,09	R$ 489,09	R$ 5.869,08	R$ 6.358,17
13.879.728/0001-87	SP	SANTA MERCEDES	R$ 149,78	R$ 80,82	R$ 230,60	R$ 230,60	R$ 2.767,20	R$ 2.997,80
11.923.280/0001-26	SP	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	R$ 1.404,35	R$ 757,82	R$ 2.162,17	R$ 2.162,17	R$ 25.946,04	R$ 28.108,21
12.454.420/0001-27	SP	SANTA RITA D'OESTE	R$ 127,30	R$ 68,70	R$ 196,00	R$ 196,00	R$ 2.352,00	R$ 2.548,00
11.147.134/0001-56	SP	SANTA ROSA DE VITERBO	R$ 1.352,52	R$ 729,85	R$ 2.082,37	R$ 2.082,37	R$ 24.988,44	R$ 27.070,81
13.915.679/0001-90	SP	SANTA SALETE	R$ 78,74	R$ 42,49	R$ 121,23	R$ 121,23	R$ 1.454,76	R$ 1.575,99
12.124.711/0001-57	SP	SANTANA DA PONTE PENSA	R$ 82,66	R$ 44,61	R$ 127,27	R$ 127,27	R$ 1.527,24	R$ 1.654,51
15.383.468/0001-80	SP	SANTANA DE PARNAIBA	R$ 6.999,17	R$ 3.834,79	R$ 10.833,96	R$ 10.833,96	R$ 130.007,52	R$ 140.841,48
11.950.866/0001-80	SP	SANTO ANASTACIO	R$ 1.063,98	R$ 574,15	R$ 1.638,13	R$ 1.638,13	R$ 19.657,56	R$ 21.295,69
11.243.645/0001-71	SP	SANTO ANDRE	R$ 55.843,13	R$ -	R$ 55.843,13	R$ 55.843,13	R$ 670.117,56	R$ 725.960,69
11.389.859/0001-50	SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	R$ 353,11	R$ 190,55	R$ 543,66	R$ 543,66	R$ 6.523,92	R$ 7.067,58
11.347.477/0001-64	SP	SANTO ANTONIO DE POSSE	R$ 1.187,91	R$ 641,03	R$ 1.828,94	R$ 1.828,94	R$ 21.947,28	R$ 23.776,22
12.427.437/0001-95	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	R$ 429,10	R$ 231,55	R$ 660,65	R$ 660,65	R$ 7.927,80	R$ 8.588,45
13.960.353/0001-85	SP	SANTO ANTONIO DO JARDIM	R$ 303,43	R$ 163,74	R$ 467,17	R$ 467,17	R$ 5.606,04	R$ 6.073,21
12.851.643/0001-28	SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	R$ 347,10	R$ 187,30	R$ 534,40	R$ 534,40	R$ 6.412,80	R$ 6.947,20
15.609.981/0001-46	SP	SANTO EXPEDITO	R$ 158,54	R$ 85,55	R$ 244,09	R$ 244,09	R$ 2.929,08	R$ 3.173,17
12.270.821/0001-27	SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	R$ 243,44	R$ 131,37	R$ 374,81	R$ 374,81	R$ 4.497,72	R$ 4.872,53

11.939.723/0001-77	SP	SANTOS	R$ 33.664,93	R$ -	R$ 33.664,93	R$ 33.664,93	R$ 403.979,16	R$ 437.644,09
13.875.252/0001-06	SP	SAO BENTO DO SAPUCAI	R$ 554,36	R$ 299,15	R$ 853,51	R$ 853,51	R$ 10.242,12	R$ 11.095,63
13.961.905/0001-70	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	R$ 65.178,87	R$ -	R$ 65.178,87	R$ 65.178,87	R$ 782.146,44	R$ 847.325,31
10.434.282/0001-99	SP	SAO CAETANO DO SUL	R$ 8.087,34	R$ 4.430,99	R$ 12.518,33	R$ 12.518,33	R$ 150.219,96	R$ 162.738,29
64.924.665/0001-74	SP	SAO CARLOS	R$ 12.647,61	R$ 6.929,53	R$ 19.577,14	R$ 19.577,14	R$ 234.925,68	R$ 254.502,82
13.817.876/0001-77	SP	SAO FRANCISCO	R$ 143,76	R$ 77,58	R$ 221,34	R$ 221,34	R$ 2.656,08	R$ 2.877,42
12.143.206/0001-50	SP	SAO JOAO DA BOA VISTA	R$ 4.648,25	R$ 2.508,30	R$ 7.156,55	R$ 7.156,55	R$ 85.878,60	R$ 93.035,15
13.829.073/0001-32	SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	R$ 130,87	R$ 70,62	R$ 201,49	R$ 201,49	R$ 2.417,88	R$ 2.619,37
11.851.976/0001-94	SP	SAO JOAO DE IRACEMA	R$ 97,95	R$ 52,86	R$ 150,81	R$ 150,81	R$ 1.809,72	R$ 1.960,53
13.692.570/0001-31	SP	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	R$ 107,27	R$ 57,89	R$ 165,16	R$ 165,16	R$ 1.981,92	R$ 2.147,08
11.370.092/0001-18	SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	R$ 2.644,29	R$ 1.426,92	R$ 4.071,21	R$ 4.071,21	R$ 48.854,52	R$ 52.925,73
11.886.643/0001-09	SP	SAO JOSE DA BELA VISTA	R$ 461,85	R$ 245,52	R$ 707,37	R$ 707,37	R$ 8.488,44	R$ 9.195,81
12.987.140/0001-84	SP	SAO JOSE DO BARREIRO	R$ 232,27	R$ 123,48	R$ 355,75	R$ 355,75	R$ 4.269,00	R$ 4.624,75
13.427.080/0001-08	SP	SAO JOSE DO RIO PARDO	R$ 2.800,13	R$ 1.511,02	R$ 4.311,15	R$ 4.311,15	R$ 51.733,80	R$ 56.044,95
11.965.112/0001-01	SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	R$ 36.144,96	R$ -	R$ 36.144,96	R$ 36.144,96	R$ 433.739,52	R$ 469.884,48
12.998.458/0001-60	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	R$ 56.089,50	R$ -	R$ 56.089,50	R$ 56.089,50	R$ 673.074,00	R$ 729.163,50
11.140.541/0001-31	SP	SAO LOURENCO DA SERRA	R$ 933,56	R$ 503,77	R$ 1.437,33	R$ 1.437,33	R$ 17.247,96	R$ 18.685,29
13.011.161/0001-22	SP	SAO LUIS DO PARAITINGA	R$ 552,85	R$ 293,89	R$ 846,74	R$ 846,74	R$ 10.160,88	R$ 11.007,62
11.206.149/0001-48	SP	SAO MANUEL	R$ 2.087,08	R$ 1.126,24	R$ 3.213,32	R$ 3.213,32	R$ 38.559,84	R$ 41.773,16
11.341.134/0001-92	SP	SAO MIGUEL ARCANJO	R$ 1.678,21	R$ 905,60	R$ 2.583,81	R$ 2.583,81	R$ 31.005,72	R$ 33.589,53
13.864.377/0001-30	SP	SAO PAULO	R$ 951.886,83	R$ -	R$ 951.886,83	R$ 951.886,83	R$ 11.422.641,96	R$ 12.374.528,79
13.752.286/0001-03	SP	SAO PEDRO	R$ 1.816,93	R$ 980,46	R$ 2.797,39	R$ 2.797,39	R$ 33.568,68	R$ 36.366,07
13.924.035/0001-69	SP	SAO PEDRO DO TURVO	R$ 390,67	R$ 210,82	R$ 601,49	R$ 601,49	R$ 7.217,88	R$ 7.819,37
11.348.758/0001-31	SP	SAO ROQUE	R$ 4.638,32	R$ 2.502,94	R$ 7.141,26	R$ 7.141,26	R$ 85.695,12	R$ 92.836,38
11.817.180/0001-15	SP	SAO SEBASTIAO	R$ 4.534,56	R$ 2.446,95	R$ 6.981,51	R$ 6.981,51	R$ 83.778,12	R$ 90.759,63
11.548.148/0001-81	SP	SAO SEBASTIAO DA GRAMA	R$ 661,99	R$ 357,23	R$ 1.019,22	R$ 1.019,22	R$ 12.230,64	R$ 13.249,86
11.299.703/0001-89	SP	SAO SIMAO	R$ 780,83	R$ 421,36	R$ 1.202,19	R$ 1.202,19	R$ 14.426,28	R$ 15.628,47
11.899.413/0001-76	SP	SAO VICENTE	R$ 28.701,07	R$ -	R$ 28.701,07	R$ 28.701,07	R$ 344.412,84	R$ 373.113,91
97.530.536/0001-50	SP	SARAPUI	R$ 524,14	R$ 282,84	R$ 806,98	R$ 806,98	R$ 9.683,76	R$ 10.490,74
12.106.517/0001-49	SP	SARUTAIA	R$ 188,20	R$ 100,05	R$ 288,25	R$ 288,25	R$ 3.459,00	R$ 3.747,25
10.471.096/0001-20	SP	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	R$ 179,03	R$ 96,61	R$ 275,64	R$ 275,64	R$ 3.307,68	R$ 3.583,32
14.071.347/0001-30	SP	SERRA AZUL	R$ 758,48	R$ 403,21	R$ 1.161,69	R$ 1.161,69	R$ 13.940,28	R$ 15.101,97
14.499.793/0001-40	SP	SERRA NEGRA	R$ 1.489,55	R$ 803,80	R$ 2.293,35	R$ 2.293,35	R$ 27.520,20	R$ 29.813,55
07.584.185/0001-78	SP	SERRANA	R$ 2.298,72	R$ 1.240,44	R$ 3.539,16	R$ 3.539,16	R$ 42.469,92	R$ 46.009,08
11.975.485/0001-55	SP	SERTAOZINHO	R$ 6.411,73	R$ 3.459,91	R$ 9.871,64	R$ 9.871,64	R$ 118.459,68	R$ 128.331,32
12.084.397/0001-26	SP	SETE BARRAS	R$ 663,81	R$ 352,88	R$ 1.016,69	R$ 1.016,69	R$ 12.200,28	R$ 13.216,97
11.715.971/0001-34	SP	SEVERINIA	R$ 891,62	R$ 481,14	R$ 1.372,76	R$ 1.372,76	R$ 16.473,12	R$ 17.845,88
11.476.068/0001-68	SP	SILVEIRAS	R$ 326,01	R$ 173,31	R$ 499,32	R$ 499,32	R$ 5.991,84	R$ 6.491,16
11.728.059/0001-17	SP	SOCORRO	R$ 2.089,68	R$ 1.127,64	R$ 3.217,32	R$ 3.217,32	R$ 38.607,84	R$ 41.825,16
12.493.507/0001-03	SP	SOROCABA	R$ 53.305,04	R$ -	R$ 53.305,04	R$ 53.305,04	R$ 639.660,48	R$ 692.965,52
12.489.279/0001-06	SP	SUD MENNUCCI	R$ 393,32	R$ 212,25	R$ 605,57	R$ 605,57	R$ 7.266,84	R$ 7.872,41
11.309.083/0001-11	SP	SUMARE	R$ 14.393,63	R$ 7.767,13	R$ 22.160,76	R$ 22.160,76	R$ 265.929,12	R$ 288.089,88
13.923.430/0001-27	SP	SUZANAPOLIS	R$ 205,01	R$ 108,98	R$ 313,99	R$ 313,99	R$ 3.767,88	R$ 4.081,87
11.141.906/0001-42	SP	SUZANO	R$ 23.353,06	R$ -	R$ 23.353,06	R$ 23.353,06	R$ 280.236,72	R$ 303.589,78
11.855.355/0001-89	SP	TABAPUA	R$ 632,28	R$ 341,19	R$ 973,47	R$ 973,47	R$ 11.681,64	R$ 12.655,11
11.857.715/0001-81	SP	TABATINGA	R$ 840,66	R$ 453,64	R$ 1.294,30	R$ 1.294,30	R$ 15.531,60	R$ 16.825,90
11.140.544/0001-75	SP	TABOAO DA SERRA	R$ 22.727,48	R$ -	R$ 22.727,48	R$ 22.727,48	R$ 272.729,76	R$ 295.457,24
14.239.467/0001-01	SP	TACIBA	R$ 320,29	R$ 172,84	R$ 493,13	R$ 493,13	R$ 5.917,56	R$ 6.410,69
11.936.692/0001-09	SP	TAGUAI	R$ 706,28	R$ 381,12	R$ 1.087,40	R$ 1.087,40	R$ 13.048,80	R$ 14.136,20
11.655.315/0001-93	SP	TAIACU	R$ 320,80	R$ 173,11	R$ 493,91	R$ 493,91	R$ 5.926,92	R$ 6.420,83
12.017.964/0001-21	SP	TAIUVA	R$ 283,65	R$ 153,07	R$ 436,72	R$ 436,72	R$ 5.240,64	R$ 5.677,36
15.920.214/0001-53	SP	TAMBAU	R$ 1.182,66	R$ 638,19	R$ 1.820,85	R$ 1.820,85	R$ 21.850,20	R$ 23.671,05
14.122.997/0001-67	SP	TANABI	R$ 2.037,41	R$ -	R$ 2.037,41	R$ 2.037,41	R$ 24.448,92	R$ 26.486,33
13.865.912/0001-78	SP	TAPIRAI	R$ 403,86	R$ 214,69	R$ 618,55	R$ 618,55	R$ 7.422,60	R$ 8.041,15
12.033.178/0001-18	SP	TAPIRATIBA	R$ 660,46	R$ 356,40	R$ 1.016,86	R$ 1.016,86	R$ 12.202,32	R$ 13.219,18
13.932.396/0001-57	SP	TAQUARAL	R$ 233,34	R$ -	R$ 233,34	R$ 233,34	R$ 2.800,08	R$ 3.033,42
11.114.724/0001-82	SP	TAQUARITINGA	R$ 2.913,83	R$ 1.572,37	R$ 4.486,20	R$ 4.486,20	R$ 53.834,40	R$ 58.320,60
11.920.803/0001-80	SP	TAQUARITUBA	R$ 1.183,23	R$ 638,50	R$ 1.821,73	R$ 1.821,73	R$ 21.860,76	R$ 23.682,49
12.518.685/0001-41	SP	TAQUARIVAI	R$ 302,73	R$ 160,93	R$ 463,66	R$ 463,66	R$ 5.563,92	R$ 6.027,58
12.431.281/0001-16	SP	TARABAI	R$ 380,58	R$ 205,37	R$ 585,95	R$ 585,95	R$ 7.031,40	R$ 7.617,35
11.685.364/0001-79	SP	TARUMA	R$ 1.176,92	R$ -	R$ 1.176,92	R$ 1.176,92	R$ 14.123,04	R$ 15.299,96
11.194.221/0001-64	SP	TATUI	R$ 6.205,38	R$ 3.348,57	R$ 9.553,95	R$ 9.553,95	R$ 114.647,40	R$ 124.201,35
10.480.722/0001-44	SP	TAUBATE	R$ 24.467,17	R$ -	R$ 24.467,17	R$ 24.467,17	R$ 293.606,04	R$ 318.073,21
12.041.694/0001-94	SP	TEJUPA	R$ 262,12	R$ 139,34	R$ 401,46	R$ 401,46	R$ 4.817,52	R$ 5.218,98
12.362.507/0001-74	SP	TEODORO SAMPAIO	R$ 1.179,66	R$ 636,57	R$ 1.816,23	R$ 1.816,23	R$ 21.794,76	R$ 23.610,99
16.568.630/0001-05	SP	TERRA ROXA	R$ 477,51	R$ 257,68	R$ 735,19	R$ 735,19	R$ 8.822,28	R$ 9.557,47
11.917.011/0001-57	SP	TIETE	R$ 2.144,26	R$ 1.157,09	R$ 3.301,35	R$ 3.301,35	R$ 39.616,20	R$ 42.917,55
14.453.327/0001-23	SP	TIMBURI	R$ 135,46	R$ 73,10	R$ 208,56	R$ 208,56	R$ 2.502,72	R$ 2.711,28
12.112.433/0001-18	SP	TORRE DE PEDRA	R$ 160,48	R$ 86,60	R$ 247,08	R$ 247,08	R$ 2.964,96	R$ 3.212,04
12.449.796/0001-43	SP	TORRINHA	R$ 510,13	R$ 275,28	R$ 785,41	R$ 785,41	R$ 9.424,92	R$ 10.210,33
16.724.258/0001-70	SP	TRABIJU	R$ 87,86	R$ 47,41	R$ 135,27	R$ 135,27	R$ 1.623,24	R$ 1.758,51
11.193.969/0001-42	SP	TREMEMBE	R$ 2.404,62	R$ 1.297,59	R$ 3.702,21	R$ 3.702,21	R$ 44.426,52	R$ 48.128,73
12.280.304/0001-39	SP	TRES FRONTEIRAS	R$ 295,93	R$ 159,69	R$ 455,62	R$ 455,62	R$ 5.467,44	R$ 5.923,06
13.993.364/0001-61	SP	TUIUTI	R$ 351,33	R$ 189,59	R$ 540,92	R$ 540,92	R$ 6.491,04	R$ 7.031,96
11.845.813/0001-07	SP	TUPA	R$ 5.141,11	R$ -	R$ 5.141,11	R$ 5.141,11	R$ 61.693,32	R$ 66.834,43
13.880.559/0001-03	SP	TUPI PAULISTA	R$ 789,65	R$ 426,11	R$ 1.215,76	R$ 1.215,76	R$ 14.589,12	R$ 15.804,88
12.041.388/0001-58	SP	TURIUBA	R$ 102,74	R$ 55,44	R$ 158,18	R$ 158,18	R$ 1.898,16	R$ 2.056,34
13.936.078/0001-64	SP	TURMALINA	R$ 99,78	R$ 53,85	R$ 153,63	R$ 153,63	R$ 1.843,56	R$ 1.997,19
12.800.053/0001-76	SP	UBARANA	R$ 321,52	R$ 173,50	R$ 495,02	R$ 495,02	R$ 5.940,24	R$ 6.435,26
11.703.889/0001-90	SP	UBATUBA	R$ 4.627,26	R$ 2.496,97	R$ 7.124,23	R$ 7.124,23	R$ 85.490,76	R$ 92.614,99
11.690.387/0001-71	SP	UBIRAJARA	R$ 243,60	R$ 131,45	R$ 375,05	R$ 375,05	R$ 4.500,60	R$ 4.875,65
11.837.851/0001-00	SP	UCHOA	R$ 515,22	R$ 278,03	R$ 793,25	R$ 793,25	R$ 9.519,00	R$ 10.312,25
13.897.630/0001-52	SP	UNIAO PAULISTA	R$ 93,97	R$ 50,71	R$ 144,68	R$ 144,68	R$ 1.736,16	R$ 1.880,84
13.824.471/0001-66	SP	URANIA	R$ 464,46	R$ 250,64	R$ 715,10	R$ 715,10	R$ 8.581,20	R$ 9.296,30
11.227.001/0001-90	SP	URU	R$ 71,09	R$ 38,36	R$ 109,45	R$ 109,45	R$ 1.313,40	R$ 1.422,85
11.819.270/0001-45	SP	URUPES	R$ 703,73	R$ 379,75	R$ 1.083,48	R$ 1.083,48	R$ 13.001,76	R$ 14.085,24
15.716.035/0001-07	SP	VALENTIM GENTIL	R$ 679,11	R$ 366,47	R$ 1.045,58	R$ 1.045,58	R$ 12.546,96	R$ 13.592,54
13.992.930/0001-10	SP	VALINHOS	R$ 6.484,49	R$ 3.552,81	R$ 10.037,30	R$ 10.037,30	R$ 120.447,60	R$ 130.484,90
12.196.716/0001-95	SP	VALPARAISO	R$ 1.349,46	R$ 728,20	R$ 2.077,66	R$ 2.077,66	R$ 24.931,92	R$ 27.009,58
13.832.296/0001-59	SP	VARGEM	R$ 545,09	R$ 289,77	R$ 834,86	R$ 834,86	R$ 10.018,32	R$ 10.853,18
15.741.597/0001-00	SP	VARGEM GRANDE DO SUL	R$ 2.183,45	R$ 1.178,24	R$ 3.361,69	R$ 3.361,69	R$ 40.340,28	R$ 43.701,97
12.052.434/0001-14	SP	VARGEM GRANDE PAULISTA	R$ 2.680,42	R$ 1.446,42	R$ 4.126,84	R$ 4.126,84	R$ 49.522,08	R$ 53.648,92
13.786.887/0001-37	SP	VARZEA PAULISTA	R$ 9.559,60	R$ -	R$ 9.559,60	R$ 9.559,60	R$ 114.715,20	R$ 124.274,80
13.893.179/0001-03	SP	VERA CRUZ	R$ 552,58	R$ 298,18	R$ 850,76	R$ 850,76	R$ 10.209,12	R$ 11.059,88
13.761.604/0001-00	SP	VINHEDO	R$ 3.951,54	R$ 2.165,02	R$ 6.116,56	R$ 6.116,56	R$ 73.398,72	R$ 79.515,28
11.870.186/0001-56	SP	VIRADOURO	R$ 963,07	R$ 519,70	R$ 1.482,77	R$ 1.482,77	R$ 17.793,24	R$ 19.276,01
11.979.477/0001-87	SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	R$ 448,97	R$ 242,28	R$ 691,25	R$ 691,25	R$ 8.295,00	R$ 8.986,25
13.824.512/0001-14	SP	VITORIA BRASIL	R$ 93,77	R$ 50,60	R$ 144,37	R$ 144,37	R$ 1.732,44	R$ 1.876,81
11.209.472/0001-75	SP	VOTORANTIM	R$ 9.609,97	R$ -	R$ 9.609,97	R$ 9.609,97	R$ 115.319,64	R$ 124.929,61
11.966.608/0001-91	SP	VOTUPORANGA	R$ 4.818,26	R$ 2.600,04	R$ 7.418,30	R$ 7.418,30	R$ 89.019,60	R$ 96.437,90
13.895.109/0001-86	SP	ZACARIAS	R$ 138,51	R$ 74,75	R$ 213,26	R$ 213,26	R$ 2.559,12	R$ 2.772,38
11.291.277/0001-37	TO	ABREULANDIA	R$ 204,34	R$ -	R$ 204,34	R$ 204,34	R$ 2.452,08	R$ 2.656,42
11.291.331/0001-44	TO	AGUIARNOPOLIS	R$ 533,46	R$ -	R$ 533,46	R$ 533,46	R$ 6.401,52	R$ 6.934,98
11.341.025/0001-75	TO	ALIANCA DO TOCANTINS	R$ 461,28	R$ -	R$ 461,28	R$ 461,28	R$ 5.535,36	R$ 5.996,64
12.271.064/0001-06	TO	ALMAS	R$ 602,55	R$ -	R$ 602,55	R$ 602,55	R$ 7.230,60	R$ 7.833,15
12.099.581/0001-40	TO	ALVORADA	R$ 660,02	R$ -	R$ 660,02	R$ 660,02	R$ 7.920,24	R$ 8.580,26
11.246.570/0001-82	TO	ANANAS	R$ 756,57	R$ -	R$ 756,57	R$ 756,57	R$ 9.078,84	R$ 9.835,41

11.271.018/0001-44	TO	ANGICO	R$ 272,00	R$ -	R$ 272,00	R$ 272,00	R$ 3.264,00	R$ 3.536,00
11.491.119/0001-20	TO	APARECIDA DO RIO NEGRO	R$ 379,91	R$ -	R$ 379,91	R$ 379,91	R$ 4.558,92	R$ 4.938,83
12.616.343/0001-64	TO	ARAGOMINAS	R$ 460,64	R$ -	R$ 460,64	R$ 460,64	R$ 5.527,68	R$ 5.988,32
11.348.280/0001-40	TO	ARAGUACEMA	R$ 561,43	R$ -	R$ 561,43	R$ 561,43	R$ 6.737,16	R$ 7.298,59
12.254.356/0001-30	TO	ARAGUACU	R$ 730,90	R$ -	R$ 730,90	R$ 730,90	R$ 8.770,80	R$ 9.501,70
11.046.759/0001-21	TO	ARAGUAINA	R$ 14.159,95	R$ -	R$ 14.159,95	R$ 14.159,95	R$ 169.919,40	R$ 184.079,35
12.035.302/0001-84	TO	ARAGUANA	R$ 453,91	R$ -	R$ 453,91	R$ 453,91	R$ 5.446,92	R$ 5.900,83
11.406.326/0001-30	TO	ARAGUATINS	R$ 2.833,37	R$ -	R$ 2.833,37	R$ 2.833,37	R$ 34.000,44	R$ 36.833,81
11.379.774/0001-91	TO	ARAPOEMA	R$ 526,33	R$ -	R$ 526,33	R$ 526,33	R$ 6.315,96	R$ 6.842,29
12.136.401/0001-52	TO	ARRAIAS	R$ 837,23	R$ -	R$ 837,23	R$ 837,23	R$ 10.046,76	R$ 10.883,99
11.421.097/0001-22	TO	AUGUSTINOPOLIS	R$ 1.458,80	R$ -	R$ 1.458,80	R$ 1.458,80	R$ 17.505,60	R$ 18.964,40
13.321.783/0001-57	TO	AURORA DO TOCANTINS	R$ 297,67	R$ -	R$ 297,67	R$ 297,67	R$ 3.572,04	R$ 3.869,71
11.326.203/0001-99	TO	AXIXA DO TOCANTINS	R$ 772,98	R$ -	R$ 772,98	R$ 772,98	R$ 9.275,76	R$ 10.048,74
13.076.026/0001-65	TO	BABACULANDIA	R$ 844,92	R$ -	R$ 844,92	R$ 844,92	R$ 10.139,04	R$ 10.983,96
12.743.104/0001-75	TO	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	R$ 281,51	R$ -	R$ 281,51	R$ 281,51	R$ 3.378,12	R$ 3.659,63
12.159.734/0001-05	TO	BARRA DO OURO	R$ 363,75	R$ -	R$ 363,75	R$ 363,75	R$ 4.365,00	R$ 4.728,75
11.391.015/0001-44	TO	BARROLANDIA	R$ 446,23	R$ -	R$ 446,23	R$ 446,23	R$ 5.354,76	R$ 5.800,99
11.408.686/0001-70	TO	BERNARDO SAYAO	R$ 353,29	R$ -	R$ 353,29	R$ 353,29	R$ 4.239,48	R$ 4.592,77
12.502.305/0001-80	TO	BOM JESUS DO TOCANTINS	R$ 387,76	R$ -	R$ 387,76	R$ 387,76	R$ 4.653,12	R$ 5.040,88
11.299.205/0001-36	TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	R$ 174,39	R$ -	R$ 174,39	R$ 174,39	R$ 2.092,68	R$ 2.267,07
11.608.295/0001-08	TO	BREJINHO DE NAZARE	R$ 435,53	R$ -	R$ 435,53	R$ 435,53	R$ 5.226,36	R$ 5.661,89
11.204.812/0001-75	TO	BURITI DO TOCANTINS	R$ 899,11	R$ -	R$ 899,11	R$ 899,11	R$ 10.789,32	R$ 11.688,43
11.337.082/0001-80	TO	CACHOEIRINHA	R$ 180,25	R$ -	R$ 180,25	R$ 180,25	R$ 2.163,00	R$ 2.343,25
12.775.985/0001-06	TO	CAMPOS LINDOS	R$ 809,28	R$ -	R$ 809,28	R$ 809,28	R$ 9.711,36	R$ 10.520,64
12.308.833/0001-01	TO	CARIRI DO TOCANTINS	R$ 347,19	R$ -	R$ 347,19	R$ 347,19	R$ 4.166,28	R$ 4.513,47
13.397.778/0001-28	TO	CARMOLANDIA	R$ 204,42	R$ -	R$ 204,42	R$ 204,42	R$ 2.453,04	R$ 2.657,46
11.740.122/0001-30	TO	CARRASCO BONITO	R$ 327,60	R$ -	R$ 327,60	R$ 327,60	R$ 3.931,20	R$ 4.258,80
11.374.226/0001-79	TO	CASEARA	R$ 425,39	R$ -	R$ 425,39	R$ 425,39	R$ 5.104,68	R$ 5.530,07
12.013.802/0001-15	TO	CENTENARIO	R$ 232,40	R$ -	R$ 232,40	R$ 232,40	R$ 2.788,80	R$ 3.021,20
11.289.197/0001-47	TO	CHAPADA DA NATIVIDADE	R$ 304,25	R$ -	R$ 304,25	R$ 304,25	R$ 3.651,00	R$ 3.955,25
12.440.801/0001-57	TO	CHAPADA DE AREIA	R$ 111,40	R$ -	R$ 111,40	R$ 111,40	R$ 1.336,80	R$ 1.448,20
11.359.904/0001-24	TO	COLINAS DO TOCANTINS	R$ 2.779,42	R$ -	R$ 2.779,42	R$ 2.779,42	R$ 33.353,04	R$ 36.132,46
11.328.248/0001-00	TO	COLMEIA	R$ 709,99	R$ -	R$ 709,99	R$ 709,99	R$ 8.519,88	R$ 9.229,87
11.302.797/0001-06	TO	COMBINADO	R$ 384,43	R$ -	R$ 384,43	R$ 384,43	R$ 4.613,16	R$ 4.997,59
11.419.212/0001-24	TO	CONCEICAO DO TOCANTINS	R$ 363,28	R$ -	R$ 363,28	R$ 363,28	R$ 4.359,36	R$ 4.722,64
11.252.797/0001-30	TO	COUTO MAGALHAES	R$ 442,74	R$ -	R$ 442,74	R$ 442,74	R$ 5.312,88	R$ 5.755,62
11.277.989/0001-00	TO	CRISTALANDIA	R$ 577,51	R$ -	R$ 577,51	R$ 577,51	R$ 6.930,12	R$ 7.507,63
12.463.676/0001-09	TO	CRIXAS DO TOCANTINS	R$ 136,44	R$ -	R$ 136,44	R$ 136,44	R$ 1.637,28	R$ 1.773,72
12.811.609/0001-20	TO	DARCINOPOLIS	R$ 487,76	R$ -	R$ 487,76	R$ 487,76	R$ 5.853,12	R$ 6.340,88
11.301.094/0001-55	TO	DIANOPOLIS	R$ 1.737,06	R$ -	R$ 1.737,06	R$ 1.737,06	R$ 20.844,72	R$ 22.581,78
11.439.826/0001-78	TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	R$ 546,69	R$ -	R$ 546,69	R$ 546,69	R$ 6.560,28	R$ 7.106,97
11.390.781/0001-94	TO	DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	R$ 575,84	R$ -	R$ 575,84	R$ 575,84	R$ 6.910,08	R$ 7.485,92
13.973.552/0001-28	TO	DUERE	R$ 371,28	R$ -	R$ 371,28	R$ 371,28	R$ 4.455,36	R$ 4.826,64
11.440.035/0001-68	TO	ESPERANTINA	R$ 879,68	R$ -	R$ 879,68	R$ 879,68	R$ 10.556,16	R$ 11.435,84
13.138.386/0001-44	TO	FATIMA	R$ 326,67	R$ -	R$ 326,67	R$ 326,67	R$ 3.920,04	R$ 4.246,71
12.028.766/0001-63	TO	FIGUEIROPOLIS	R$ 416,99	R$ -	R$ 416,99	R$ 416,99	R$ 5.003,88	R$ 5.420,87
11.249.252/0001-75	TO	FILADELFIA	R$ 701,67	R$ -	R$ 701,67	R$ 701,67	R$ 8.420,04	R$ 9.121,71
11.429.603/0001-20	TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	R$ 1.461,02	R$ -	R$ 1.461,02	R$ 1.461,02	R$ 17.532,24	R$ 18.993,26
11.254.854/0001-10	TO	FORTALEZA DO TABOCAO	R$ 205,13	R$ -	R$ 205,13	R$ 205,13	R$ 2.461,56	R$ 2.666,69
11.438.307/0001-95	TO	GOIANORTE	R$ 405,90	R$ -	R$ 405,90	R$ 405,90	R$ 4.870,80	R$ 5.276,70
11.432.480/0001-86	TO	GOIATINS	R$ 1.041,52	R$ -	R$ 1.041,52	R$ 1.041,52	R$ 12.498,24	R$ 13.539,76
11.295.419/0001-34	TO	GUARAI	R$ 2.033,96	R$ -	R$ 2.033,96	R$ 2.033,96	R$ 24.407,52	R$ 26.441,48
11.336.672/0001-99	TO	GURUPI	R$ 6.798,46	R$ -	R$ 6.798,46	R$ 6.798,46	R$ 81.581,52	R$ 88.379,98
12.691.013/0001-33	TO	IPUEIRAS	R$ 159,65	R$ -	R$ 159,65	R$ 159,65	R$ 1.915,80	R$ 2.075,45
11.372.183/0001-92	TO	ITACAJA	R$ 588,92	R$ -	R$ 588,92	R$ 588,92	R$ 7.067,04	R$ 7.655,96
11.489.909/0001-71	TO	ITAGUATINS	R$ 464,61	R$ -	R$ 464,61	R$ 464,61	R$ 5.575,32	R$ 6.039,93
11.394.449/0001-06	TO	ITAPIRATINS	R$ 299,25	R$ -	R$ 299,25	R$ 299,25	R$ 3.591,00	R$ 3.890,25
11.231.139/0001-62	TO	ITAPORA DO TOCANTINS	R$ 248,39	R$ -	R$ 248,39	R$ 248,39	R$ 2.980,68	R$ 3.229,07
11.235.634/0001-40	TO	JAU DO TOCANTINS	R$ 304,96	R$ -	R$ 304,96	R$ 304,96	R$ 3.659,52	R$ 3.964,48
11.715.159/0001-09	TO	JUARINA	R$ 175,44	R$ -	R$ 175,44	R$ 175,44	R$ 2.105,28	R$ 2.280,72
12.342.968/0001-85	TO	LAGOA DA CONFUSAO	R$ 1.058,29	R$ -	R$ 1.058,29	R$ 1.058,29	R$ 12.699,48	R$ 13.757,77
11.622.613/0001-87	TO	LAGOA DO TOCANTINS	R$ 345,28	R$ -	R$ 345,28	R$ 345,28	R$ 4.143,36	R$ 4.488,64
11.952.334/0001-81	TO	LAJEADO	R$ 248,31	R$ -	R$ 248,31	R$ 248,31	R$ 2.979,72	R$ 3.228,03
13.883.168/0001-34	TO	LAVANDEIRA	R$ 152,36	R$ -	R$ 152,36	R$ 152,36	R$ 1.828,32	R$ 1.980,68
12.056.072/0001-30	TO	LIZARDA	R$ 299,20	R$ -	R$ 299,20	R$ 299,20	R$ 3.590,40	R$ 3.889,60
11.507.354/0001-43	TO	LUZINOPOLIS	R$ 246,25	R$ -	R$ 246,25	R$ 246,25	R$ 2.955,00	R$ 3.201,25
12.278.609/0001-06	TO	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	R$ 410,02	R$ -	R$ 410,02	R$ 410,02	R$ 4.920,24	R$ 5.330,26
11.567.619/0001-07	TO	MATEIROS	R$ 212,66	R$ -	R$ 212,66	R$ 212,66	R$ 2.551,92	R$ 2.764,58
12.223.446/0001-64	TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	R$ 274,08	R$ -	R$ 274,08	R$ 274,08	R$ 3.288,96	R$ 3.563,04
11.545.460/0001-11	TO	MIRACEMA DO TOCANTINS	R$ 1.615,99	R$ -	R$ 1.615,99	R$ 1.615,99	R$ 19.391,88	R$ 21.007,87
13.414.643/0001-23	TO	MIRANORTE	R$ 1.064,39	R$ -	R$ 1.064,39	R$ 1.064,39	R$ 12.772,68	R$ 13.837,07
11.425.245/0001-87	TO	MONTE DO CARMO	R$ 629,65	R$ -	R$ 629,65	R$ 629,65	R$ 7.555,80	R$ 8.185,45
12.830.142/0001-65	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	R$ 180,57	R$ -	R$ 180,57	R$ 180,57	R$ 2.166,84	R$ 2.347,41
11.096.094/0001-60	TO	MURICILANDIA	R$ 284,08	R$ -	R$ 284,08	R$ 284,08	R$ 3.408,96	R$ 3.693,04
12.244.611/0001-64	TO	NATIVIDADE	R$ 732,41	R$ -	R$ 732,41	R$ 732,41	R$ 8.788,92	R$ 9.521,33
11.463.865/0001-00	TO	NAZARE	R$ 364,14	R$ -	R$ 364,14	R$ 364,14	R$ 4.369,68	R$ 4.733,82
11.627.479/0001-07	TO	NOVA OLINDA	R$ 936,43	R$ -	R$ 936,43	R$ 936,43	R$ 11.237,16	R$ 12.173,59
11.266.377/0001-03	TO	NOVA ROSALANDIA	R$ 337,52	R$ -	R$ 337,52	R$ 337,52	R$ 4.050,24	R$ 4.387,76
11.383.855/0001-65	TO	NOVO ACORDO	R$ 344,02	R$ -	R$ 344,02	R$ 344,02	R$ 4.128,24	R$ 4.472,26
11.740.265/0001-42	TO	NOVO ALEGRE	R$ 184,77	R$ -	R$ 184,77	R$ 184,77	R$ 2.217,24	R$ 2.402,01
12.844.985/0001-10	TO	NOVO JARDIM	R$ 217,76	R$ -	R$ 217,76	R$ 217,76	R$ 2.613,12	R$ 2.830,88
11.069.418/0001-71	TO	OLIVEIRA DE FATIMA	R$ 88,10	R$ -	R$ 88,10	R$ 88,10	R$ 1.057,20	R$ 1.145,30
11.320.420/0001-71	TO	PALMAS	R$ 23.469,96	R$ -	R$ 23.469,96	R$ 23.469,96	R$ 281.639,52	R$ 305.109,48
12.292.443/0001-82	TO	PALMEIRANTE	R$ 482,08	R$ -	R$ 482,08	R$ 482,08	R$ 5.784,96	R$ 6.267,04
11.298.607/0001-16	TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	R$ 527,52	R$ -	R$ 527,52	R$ 527,52	R$ 6.330,24	R$ 6.857,76
13.936.229/0001-84	TO	PALMEIROPOLIS	R$ 672,83	R$ -	R$ 672,83	R$ 672,83	R$ 8.073,96	R$ 8.746,79
11.230.086/0001-65	TO	PARAISO DO TOCANTINS	R$ 4.021,31	R$ -	R$ 4.021,31	R$ 4.021,31	R$ 48.255,72	R$ 52.277,03
13.108.698/0001-05	TO	PARANA	R$ 835,92	R$ -	R$ 835,92	R$ 835,92	R$ 10.031,04	R$ 10.866,96
12.982.961/0001-28	TO	PAU D'ARCO	R$ 384,19	R$ -	R$ 384,19	R$ 384,19	R$ 4.610,28	R$ 4.994,47
11.772.824/0001-04	TO	PEDRO AFONSO	R$ 1.065,35	R$ -	R$ 1.065,35	R$ 1.065,35	R$ 12.784,20	R$ 13.849,55
12.780.909/0001-99	TO	PEIXE	R$ 930,88	R$ -	R$ 930,88	R$ 930,88	R$ 11.170,56	R$ 12.101,44
13.173.908/0001-49	TO	PEQUIZEIRO	R$ 433,95	R$ -	R$ 433,95	R$ 433,95	R$ 5.207,40	R$ 5.641,35
11.490.763/0001-84	TO	PINDORAMA DO TOCANTINS	R$ 352,34	R$ -	R$ 352,34	R$ 352,34	R$ 4.228,08	R$ 4.580,42
12.482.837/0001-01	TO	PIRAQUE	R$ 239,91	R$ -	R$ 239,91	R$ 239,91	R$ 2.878,92	R$ 3.118,83
12.059.635/0001-43	TO	PIUM	R$ 606,43	R$ -	R$ 606,43	R$ 606,43	R$ 7.277,16	R$ 7.883,59
13.767.456/0001-23	TO	PONTE ALTA DO BOM JESUS	R$ 364,14	R$ -	R$ 364,14	R$ 364,14	R$ 4.369,68	R$ 4.733,82
13.006.346/0001-49	TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	R$ 636,94	R$ -	R$ 636,94	R$ 636,94	R$ 7.643,28	R$ 8.280,22
11.847.777/0001-02	TO	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	R$ 248,71	R$ -	R$ 248,71	R$ 248,71	R$ 2.984,52	R$ 3.233,23
11.315.054/0001-62	TO	PORTO NACIONAL	R$ 4.159,25	R$ -	R$ 4.159,25	R$ 4.159,25	R$ 49.911,00	R$ 54.070,25
11.420.797/0001-00	TO	PRAIA NORTE	R$ 674,56	R$ -	R$ 674,56	R$ 674,56	R$ 8.094,72	R$ 8.769,28
11.231.208/0001-38	TO	PRESIDENTE KENNEDY	R$ 291,89	R$ -	R$ 291,89	R$ 291,89	R$ 3.502,68	R$ 3.794,57
11.314.873/0001-95	TO	PUGMIL	R$ 212,97	R$ -	R$ 212,97	R$ 212,97	R$ 2.555,64	R$ 2.768,61
97.537.306/0001-13	TO	RECURSOLANDIA	R$ 343,44	R$ -	R$ 343,44	R$ 343,44	R$ 4.121,28	R$ 4.464,72
11.291.190/0001-60	TO	RIACHINHO	R$ 371,60	R$ -	R$ 371,60	R$ 371,60	R$ 4.459,20	R$ 4.830,80
11.852.709/0001-31	TO	RIO DA CONCEICAO	R$ 168,76	R$ -	R$ 168,76	R$ 168,76	R$ 2.025,12	R$ 2.193,88
11.723.909/0001-94	TO	RIO DOS BOIS	R$ 224,54	R$ -	R$ 224,54	R$ 224,54	R$ 2.694,48	R$ 2.919,02
11.563.127/0001-35	TO	RIO SONO	R$ 513,26	R$ -	R$ 513,26	R$ 513,26	R$ 6.159,12	R$ 6.672,38

11.620.328/0001-27	TO	SAMPAIO	R$ 373,26	R$ -	R$ 373,26	R$ 373,26	R$ 4.479,12	R$ 4.852,38
13.892.610/0001-99	TO	SANDOLANDIA	R$ 267,40	R$ -	R$ 267,40	R$ 267,40	R$ 3.208,80	R$ 3.476,20
12.400.051/0001-90	TO	SANTA FE DO ARAGUAIA	R$ 595,18	R$ -	R$ 595,18	R$ 595,18	R$ 7.142,16	R$ 7.737,34
11.783.200/0001-84	TO	SANTA MARIA DO TOCANTINS	R$ 272,08	R$ -	R$ 272,08	R$ 272,08	R$ 3.264,96	R$ 3.537,04
11.230.123/0001-35	TO	SANTA RITA DO TOCANTINS	R$ 187,38	R$ -	R$ 187,38	R$ 187,38	R$ 2.248,56	R$ 2.435,94
12.270.405/0001-29	TO	SANTA ROSA DO TOCANTINS	R$ 386,32	R$ -	R$ 386,32	R$ 386,32	R$ 4.635,84	R$ 5.022,16
11.910.226/0001-46	TO	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	R$ 227,08	R$ -	R$ 227,08	R$ 227,08	R$ 2.724,96	R$ 2.952,04
13.227.263/0001-80	TO	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	R$ 200,37	R$ -	R$ 200,37	R$ 200,37	R$ 2.404,44	R$ 2.604,81
12.937.604/0001-48	TO	SAO BENTO DO TOCANTINS	R$ 421,82	R$ -	R$ 421,82	R$ 421,82	R$ 5.061,84	R$ 5.483,66
11.595.415/0001-71	TO	SAO FELIX DO TOCANTINS	R$ 126,80	R$ -	R$ 126,80	R$ 126,80	R$ 1.521,60	R$ 1.648,40
11.478.207/0001-92	TO	SAO MIGUEL DO TOCANTINS	R$ 961,78	R$ -	R$ 961,78	R$ 961,78	R$ 11.541,36	R$ 12.503,14
12.489.636/0001-28	TO	SAO SALVADOR DO TOCANTINS	R$ 244,19	R$ -	R$ 244,19	R$ 244,19	R$ 2.930,28	R$ 3.174,47
11.398.887/0001-34	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	R$ 384,40	R$ -	R$ 384,40	R$ 384,40	R$ 4.612,80	R$ 4.997,20
12.257.851/0001-01	TO	SAO VALERIO	R$ 397,50	R$ -	R$ 397,50	R$ 397,50	R$ 4.770,00	R$ 5.167,50
11.467.851/0001-65	TO	SILVANOPOLIS	R$ 428,08	R$ -	R$ 428,08	R$ 428,08	R$ 5.136,96	R$ 5.565,04
11.262.636/0001-28	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	R$ 715,37	R$ -	R$ 715,37	R$ 715,37	R$ 8.584,44	R$ 9.299,81
12.702.088/0001-72	TO	SUCUPIRA	R$ 155,77	R$ -	R$ 155,77	R$ 155,77	R$ 1.869,24	R$ 2.025,01
13.070.418/0001-17	TO	TAGUATINGA	R$ 1.321,81	R$ -	R$ 1.321,81	R$ 1.321,81	R$ 15.861,72	R$ 17.183,53
12.051.093/0001-62	TO	TAIPAS DO TOCANTINS	R$ 170,19	R$ -	R$ 170,19	R$ 170,19	R$ 2.042,28	R$ 2.212,47
13.111.001/0001-55	TO	TALISMA	R$ 221,29	R$ -	R$ 221,29	R$ 221,29	R$ 2.655,48	R$ 2.876,77
11.382.032/0001-15	TO	TOCANTINIA	R$ 603,60	R$ -	R$ 603,60	R$ 603,60	R$ 7.243,20	R$ 7.846,80
11.266.993/0001-64	TO	TOCANTINOPOLIS	R$ 1.812,01	R$ -	R$ 1.812,01	R$ 1.812,01	R$ 21.744,12	R$ 23.556,13
11.893.009/0001-95	TO	TUPIRAMA	R$ 149,83	R$ -	R$ 149,83	R$ 149,83	R$ 1.797,96	R$ 1.947,79
13.672.489/0001-90	TO	TUPIRATINS	R$ 213,68	R$ -	R$ 213,68	R$ 213,68	R$ 2.564,16	R$ 2.777,84
11.178.091/0001-76	TO	WANDERLANDIA	R$ 925,65	R$ -	R$ 925,65	R$ 925,65	R$ 11.107,80	R$ 12.033,45
11.964.908/0001-31	TO	XAMBIOA	R$ 914,32	R$ -	R$ 914,32	R$ 914,32	R$ 10.971,84	R$ 11.886,16
TOTAL			R$ 14.732.184,59	R$ 1.902.229,24	R$ 16.634.413,83	R$ 16.634.413,83	R$ 199.612.965,96	R$ 216.247.379,79

PORTARIA GM/MS Nº 377, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Institui incentivo financeiro federal de custeio destinado aos municípios e ao Distrito Federal, em caráter excepcional e temporário, para apoiar as ações das equipes e os serviços de Atenção Primária à Saúde voltados ao cuidado às pessoas com condições pós-covid, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente do Sars-CoV-2.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde de que dispõe o inciso I do art. 3º da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, destinado aos municípios e ao Distrito Federal para apoiar as ações das equipes e os serviços de Atenção Primária à Saúde (APS) voltados ao cuidado às pessoas com condições pós-covid, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente do Sars-CoV-2.

Art. 2º Para efeitos desta Portaria, entende-se por pessoa com condições pós-covid aquela que apresente manifestações clínicas novas, recorrentes ou persistentes, após a infecção aguda por Sars-CoV-2, quando não atribuídas a outras causas.

Art. 3º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria tem como objetivo apoiar a gestão local na qualificação, reorganização e adequação dos serviços de APS relativos ao cuidado às pessoas com condições pós-covid, observadas as seguintes ações:

I - organizar os serviços de APS e estruturar fluxos para o acolhimento das pessoas que tiveram diagnóstico de covid-19, de forma a garantir o monitoramento e a identificação das condições pós-covid;

II - articular ações de saúde integradas a outros setores e serviços de saúde atuantes nos territórios adscritos, a fim de oferecer suporte e assistência em saúde às pessoas com condições pós-covid;

III - fazer a busca ativa de pessoas com condições pós-covid, com a finalidade de realizar diagnóstico e avaliação, quando necessário;

IV - proceder ao monitoramento de casos de condições pós-covid na APS;

V - definir estratégias de priorização de atendimento, conforme a realidade local;

VI - realizar a avaliação, o diagnóstico e o tratamento de pessoas com condições pós-covid concernentes à APS;

VII - organizar fluxo e contrafluxo para encaminhamentos aos serviços de atenção especializada, caso necessário;

VIII - realizar ações de educação em saúde para orientar a população quanto às condições pós-covid e ao fluxo local de atendimento nesses casos; e

IX - registrar as informações assistenciais no prontuário do paciente e no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab), com o adequado registro da condição pós-covid.

Art. 4º Para fins de transferência do incentivo financeiro de que trata esta Portaria, os municípios foram classificados em perfil baixo, perfil médio e perfil alto, definidos a partir dos seguintes indicadores:

I - quantitativo de equipes (Saúde da Família, Atenção Primária, Ribeirinha e Unidade Básica de Saúde Fluvial) custeadas pelo Ministério da Saúde na competência financeira de 12 de 2021;

II - índice de Vulnerabilidade Social (IVS);

III - porte populacional; e

IV - coeficiente de mortalidade por covid-19 por cem mil habitantes (15 de fevereiro de 2022).

§ 1º Os valores de repasse do incentivo financeiro por perfil de município são os seguintes:

I - perfil alto: R$ 43.632,00 (quarenta e três mil e seiscentos e trinta e dois reais) por município;

II - perfil médio: R$ 29.088,00 (vinte e nove mil e oitenta e oito reais) por município; e

III - perfil baixo: R$ 14.544,00 (quatorze mil e quinhentos e quarenta e quatro reais) por município.

§ 2º A relação dos municípios definida com fulcro nos perfis de que trata o § 1º, com os respectivos valores de repasse, estão definidos no Anexo a esta Portaria.

Art. 5º O detalhamento metodológico para a criação do índice de perfil municipal, a classificação e a fórmula de cálculo do valor do incentivo financeiro, bem como as orientações para a implementação das ações de que trata esta Portaria, serão especificados em manual instrutivo, disponibilizado pelo Ministério da Saúde no seguinte endereço eletrônico: aps.saude.gov.br.

Art. 6º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria será transferido na modalidade fundo a fundo, de forma automática e em parcela única, pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) aos Fundos de Saúde dos municípios e do Distrito Federal, por meio do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde de que dispõe o inciso I do art. 3º da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 2017, e corresponderá aos valores totais definidos no Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. A transferência do incentivo financeiro de que trata esta Portaria dispensa a solicitação de adesão dos municípios e do Distrito Federal.

Art. 7º A execução das ações previstas no art. 3º desta Portaria será monitorada por meio do número de atendimentos registrados como "condição de saúde posterior à covid-19" no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab), conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID) vigente, e as orientações especificadas no documento instrutivo disponibilizado pelo Ministério da Saúde no seguinte endereço eletrônico: aps.saude.gov.br.

Art. 8º O monitoramento observará os dados registrados no Sisab pelos entes beneficiados, de forma quadrimestral, no período de um ano, contado a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 9º A inobservância da realização dos registros no Sisab no ano de execução deste incentivo financeiro implicará devolução dos recursos financeiros recebidos pelos municípios e pelo Distrito Federal em razão desta Portaria, após o último quadrimestre de avaliação.

Art. 10º. O monitoramento de que trata esta Portaria não dispensa o ente beneficiário de comprovar, por meio de Relatório Anual de Gestão (RAG), a aplicação dos recursos financeiros recebidos.

Art. 11º Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria correrão por conta do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Primária à Saúde (Plano Orçamentário - CV19 - Coronavírus - COVID-19), com impacto orçamentário de R$ 159.911.280,00 (cento e cinquenta e nove milhões, novecentos e onze mil e duzentos e oitenta reais).

Parágrafo único. O FNS adotará as medidas necessárias à transferência do montante estabelecido no Anexo desta Portaria, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS).

Art. 12º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

REGIÃO	UNIDADE FEDERATIVA	IBGE	MUNICÍPIO	PERFIL	VALOR REPASSE
CENTRO-OESTE	Distrito Federal	530010	Brasília	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520005	Abadia de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520010	Abadiânia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520013	Acreúna	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520015	Adelândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520017	Água Fria de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

CENTRO-OESTE	Goiás	520020	Água Limpa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520025	Águas Lindas de Goiás	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520030	Alexânia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520050	Aloândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520055	Alto Horizonte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520060	Alto Paraíso de Goiás	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520080	Alvorada do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520082	Amaralina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520085	Americano do Brasil	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520090	Amorinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520110	Anápolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520120	Anhanguera	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520130	Anicuns	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520140	Aparecida de Goiânia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520145	Aparecida do Rio Doce	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520150	Aporé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520160	Araçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520170	Aragarças	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520180	Aragoiânia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520215	Araguapaz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520235	Arenópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520250	Aruanã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520260	Aurilândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520280	Avelinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520310	Baliza	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520320	Barro Alto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520330	Bela Vista de Goiás	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520340	Bom Jardim de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520350	Bom Jesus de Goiás	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520355	Bonfinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520357	Bonópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520360	Brazabrantes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520380	Britânia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520390	Buriti Alegre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520393	Buriti de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520396	Buritinópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520400	Cabeceiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520410	Cachoeira Alta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520420	Cachoeira de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520425	Cachoeira Dourada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520430	Caçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520440	Caiapônia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520450	Caldas Novas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520455	Caldazinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520460	Campestre de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520465	Campinaçu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520470	Campinorte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520480	Campo Alegre de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520485	Campo Limpo de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520490	Campos Belos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520495	Campos Verdes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520500	Carmo do Rio Verde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520505	Castelândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520510	Catalão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520520	Caturaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520530	Cavalcante	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520540	Ceres	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520545	Cezarina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520547	Chapadão do Céu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520549	Cidade Ocidental	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520551	Cocalzinho de Goiás	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520552	Colinas do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520570	Córrego do Ouro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520580	Corumbá de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520590	Corumbaíba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520620	Cristalina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520630	Cristianópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520640	Crixás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520650	Cromínia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520660	Cumari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520670	Damianópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520680	Damolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520690	Davinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520710	Diorama	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520830	Divinópolis de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520725	Doverlândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520735	Edealina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520740	Edéia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520750	Estrela do Norte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520753	Faina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520760	Fazenda Nova	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520780	Firminópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520790	Flores de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520800	Formosa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520810	Formoso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520815	Gameleira de Goiás	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520840	Goianápolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520850	Goiandira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520860	Goianésia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520870	Goiânia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520880	Goianira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520890	Goiás	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520910	Goiatuba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520915	Gouvelândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520920	Guapó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520929	Guaraíta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520940	Guarani de Goiás	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520945	Guarinos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520960	Heitoraí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520970	Hidrolândia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

CENTRO-OESTE	Goiás	520980	Hidrolina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520990	Iaciara	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520993	Inaciolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	520995	Indiara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521000	Inhumas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521010	Ipameri	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521015	Ipiranga de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521020	Iporá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521030	Israelândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521040	Itaberaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521056	Itaguari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521060	Itaguaru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521080	Itajá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521090	Itapaci	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521100	Itapirapuã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521120	Itapuranga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521130	Itarumã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521140	Itauçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521150	Itumbiara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521160	Ivolândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521170	Jandaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521180	Jaraguá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521190	Jataí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521200	Jaupaci	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521205	Jesúpolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521210	Joviânia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521220	Jussara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521225	Lagoa Santa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521230	Leopoldo de Bulhões	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521250	Luziânia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521260	Mairipotaba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521270	Mambaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521280	Mara Rosa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521290	Marzagão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521295	Matrinchã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521300	Maurilândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521305	Mimoso de Goiás	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521308	Minaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521310	Mineiros	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521340	Moiporá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521350	Monte Alegre de Goiás	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521370	Montes Claros de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521375	Montividiu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521377	Montividiu do Norte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521380	Morrinhos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521385	Morro Agudo de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521390	Mossâmedes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521400	Mozarlândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521405	Mundo Novo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521410	Mutunópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521440	Nazário	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521450	Nerópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521460	Niquelândia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521470	Nova América	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521480	Nova Aurora	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521483	Nova Crixás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521486	Nova Glória	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521487	Nova Iguaçu de Goiás	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521490	Nova Roma	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521500	Nova Veneza	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521520	Novo Brasil	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521523	Novo Gama	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521525	Novo Planalto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521530	Orizona	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521540	Ouro Verde de Goiás	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521550	Ouvidor	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521560	Padre Bernardo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521565	Palestina de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521570	Palmeiras de Goiás	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521580	Palmelo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521590	Palminópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521600	Panamá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521630	Paranaiguara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521640	Paraúna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521645	Perolândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521680	Petrolina de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521690	Pilar de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521710	Piracanjuba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521720	Piranhas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521730	Pirenópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521740	Pires do Rio	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521760	Planaltina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521770	Pontalina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521800	Porangatu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521805	Porteirão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521810	Portelândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521830	Posse	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521839	Professor Jamil	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521850	Quirinópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521860	Rialma	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521870	Rianápolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521878	Rio Quente	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521880	Rio Verde	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521890	Rubiataba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521900	Sanclerlândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521910	Santa Bárbara de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521920	Santa Cruz de Goiás	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521925	Santa Fé de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521930	Santa Helena de Goiás	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521935	Santa Isabel	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521940	Santa Rita do Araguaia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521945	Santa Rita do Novo Destino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521950	Santa Rosa de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521960	Santa Tereza de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521970	Santa Terezinha de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

CENTRO-OESTE	Goiás	521971	Santo Antônio da Barra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521973	Santo Antônio de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521975	Santo Antônio do Descoberto	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521980	São Domingos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	521990	São Francisco de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522005	São João da Paraúna	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522000	São João d'Aliança	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522010	São Luís de Montes Belos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522015	São Luiz do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522020	São Miguel do Araguaia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522026	São Miguel do Passa Quatro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522028	São Patrício	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522040	São Simão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522045	Senador Canedo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522050	Serranópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522060	Silvânia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522068	Simolândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522070	Sítio d'Abadia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522100	Taquaral de Goiás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522108	Teresina de Goiás	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522119	Terezópolis de Goiás	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522130	Três Ranchos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522140	Trindade	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522145	Trombas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522150	Turvânia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522155	Turvelândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522157	Uirapuru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522160	Uruaçu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522170	Uruana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522180	Urutaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522185	Valparaíso de Goiás	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522190	Varjão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522200	Vianópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522205	Vicentinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522220	Vila Boa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Goiás	522230	Vila Propício	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510010	Acorizal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510020	Água Boa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510025	Alta Floresta	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510030	Alto Araguaia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510035	Alto Boa Vista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510040	Alto Garças	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510050	Alto Paraguai	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510060	Alto Taquari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510080	Apiacás	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510100	Araguaiana	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510120	Araguainha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510125	Araputanga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510130	Arenápolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510140	Aripuanã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510160	Barão de Melgaço	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510170	Barra do Bugres	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510180	Barra do Garças	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510185	Bom Jesus do Araguaia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510190	Brasnorte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510250	Cáceres	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510260	Campinápolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510263	Campo Novo do Parecis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510267	Campo Verde	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510268	Campos de Júlio	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510269	Canabrava do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510270	Canarana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510279	Carlinda	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510285	Castanheira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510300	Chapada dos Guimarães	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510305	Cláudia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510310	Cocalinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510320	Colíder	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510325	Colniza	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510330	Comodoro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510335	Confresa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510336	Conquista D'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510337	Cotriguaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510340	Cuiabá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510343	Curvelândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510345	Denise	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510350	Diamantino	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510360	Dom Aquino	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510370	Feliz Natal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510380	Figueirópolis D'Oeste	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510385	Gaúcha do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510390	General Carneiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510395	Glória D'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510410	Guarantã do Norte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510420	Guiratinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510450	Indiavaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510452	Ipiranga do Norte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510454	Itanhangá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510455	Itaúba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510460	Itiquira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510480	Jaciara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510490	Jangada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510500	Jauru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510510	Juara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510515	Juína	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510517	Juruena	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510520	Juscimeira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510523	Lambari D'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510525	Lucas do Rio Verde	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510530	Luciara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510558	Marcelândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510560	Matupá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510562	Mirassol d'Oeste	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510590	Nobres	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510600	Nortelândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510610	Nossa Senhora do Livramento	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510615	Nova Bandeirantes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510620	Nova Brasilândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510621	Nova Canaã do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510880	Nova Guarita	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510618	Nova Lacerda	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510885	Nova Marilândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510890	Nova Maringá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510895	Nova Monte Verde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510622	Nova Mutum	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510617	Nova Nazaré	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510623	Nova Olímpia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510619	Nova Santa Helena	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510624	Nova Ubiratã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510625	Nova Xavantina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510627	Novo Horizonte do Norte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510626	Novo Mundo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510631	Novo Santo Antônio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510628	Novo São Joaquim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510629	Paranaíta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510630	Paranatinga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510637	Pedra Preta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510642	Peixoto de Azevedo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510645	Planalto da Serra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510650	Poconé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510665	Pontal do Araguaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510670	Ponte Branca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510675	Pontes e Lacerda	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510677	Porto Alegre do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510680	Porto dos Gaúchos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510682	Porto Esperidião	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510685	Porto Estrela	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510700	Poxoréu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510704	Primavera do Leste	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510706	Querência	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510715	Reserva do Cabaçal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510718	Ribeirão Cascalheira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510719	Ribeirãozinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510720	Rio Branco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510757	Rondolândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510760	Rondonópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510770	Rosário Oeste	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510775	Salto do Céu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510724	Santa Carmem	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510774	Santa Cruz do Xingu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510776	Santa Rita do Trivelato	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510777	Santa Terezinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510726	Santo Afonso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510779	Santo Antônio do Leste	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510780	Santo Antônio do Leverger	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510785	São Félix do Araguaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510729	São José do Povo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510730	São José do Rio Claro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510735	São José do Xingu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510710	São José dos Quatro Marcos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510740	São Pedro da Cipa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510787	Sapezal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510788	Serra Nova Dourada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510790	Sinop	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510792	Sorriso	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510794	Tabaporã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510795	Tangará da Serra	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510800	Tapurah	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510805	Terra Nova do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510810	Tesouro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510820	Torixoréu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510830	União do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510835	Vale de São Domingos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510840	Várzea Grande	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510850	Vera	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	510860	Vila Rica	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500020	Água Clara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500025	Alcinópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500060	Amambai	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500070	Anastácio	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500080	Anaurilândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500085	Angélica	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500090	Antônio João	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500100	Aparecida do Taboado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500110	Aquidauana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500124	Aral Moreira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500150	Bandeirantes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500190	Bataguassu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500200	Batayporã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500210	Bela Vista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500215	Bodoquena	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500220	Bonito	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500230	Brasilândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500240	Caarapó	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500260	Camapuã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500270	Campo Grande	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500280	Caracol	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500290	Cassilândia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500295	Chapadão do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500310	Corguinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500315	Coronel Sapucaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500320	Corumbá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500325	Costa Rica	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500330	Coxim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500345	Deodápolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500348	Dois Irmãos do Buriti	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500350	Douradina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500370	Dourados	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500375	Eldorado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500380	Fátima do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500390	Figueirão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500400	Glória de Dourados	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500410	Guia Lopes da Laguna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500430	Iguatemi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500440	Inocência	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500450	Itaporã	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500460	Itaquiraí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500470	Ivinhema	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500480	Japorã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500490	Jaraguari	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500500	Jardim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500510	Jateí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500515	Juti	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500520	Ladário	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500525	Laguna Carapã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500540	Maracaju	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500560	Miranda	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500568	Mundo Novo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500570	Naviraí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500580	Nioaque	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500600	Nova Alvorada do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500620	Nova Andradina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500625	Novo Horizonte do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500627	Paraíso das Águas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500630	Paranaíba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500635	Paranhos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500640	Pedro Gomes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500660	Ponta Porã	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500690	Porto Murtinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500710	Ribas do Rio Pardo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500720	Rio Brilhante	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500730	Rio Negro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500740	Rio Verde de Mato Grosso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500750	Rochedo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500755	Santa Rita do Pardo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500769	São Gabriel do Oeste	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500780	Selvíria	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500770	Sete Quedas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500790	Sidrolândia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500793	Sonora	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500795	Tacuru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500797	Taquarussu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500800	Terenos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500830	Três Lagoas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	500840	Vicentina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270010	Água Branca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270020	Anadia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270030	Arapiraca	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270040	Atalaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270050	Barra de Santo Antônio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270060	Barra de São Miguel	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270070	Batalha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270080	Belém	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270090	Belo Monte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270100	Boca da Mata	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270110	Branquinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270120	Cacimbinhas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270130	Cajueiro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270135	Campestre	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270140	Campo Alegre	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270150	Campo Grande	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270160	Canapi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270170	Capela	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270180	Carneiros	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270190	Chã Preta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270200	Coité do Nóia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270210	Colônia Leopoldina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270220	Coqueiro Seco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270230	Coruripe	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270235	Craíbas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270240	Delmiro Gouveia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270250	Dois Riachos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270255	Estrela de Alagoas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270260	Feira Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270270	Feliz Deserto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270280	Flexeiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270290	Girau do Ponciano	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270300	Ibateguara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270310	Igaci	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270320	Igreja Nova	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270330	Inhapi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270340	Jacaré dos Homens	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270350	Jacuípe	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270360	Japaratinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270370	Jaramataia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270375	Jequiá da Praia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270380	Joaquim Gomes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270390	Jundiá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270400	Junqueiro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

NORDESTE	Alagoas	270410	Lagoa da Canoa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270420	Limoeiro de Anadia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270430	Maceió	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270440	Major Isidoro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270490	Mar Vermelho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270450	Maragogi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270460	Maravilha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270470	Marechal Deodoro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270480	Maribondo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270500	Mata Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270510	Matriz de Camaragibe	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270520	Messias	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270530	Minador do Negrão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270540	Monteirópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270550	Murici	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270560	Novo Lino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270570	Olho d'Água das Flores	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270580	Olho d'Água do Casado	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270590	Olho d'Água Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270600	Olivença	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270610	Ouro Branco	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270620	Palestina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270630	Palmeira dos Índios	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270640	Pão de Açúcar	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270642	Pariconha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270644	Paripueira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270650	Passo de Camaragibe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270660	Paulo Jacinto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270670	Penedo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270680	Piaçabuçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270690	Pilar	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270700	Pindoba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270710	Piranhas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270720	Poço das Trincheiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270730	Porto Calvo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270740	Porto de Pedras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270750	Porto Real do Colégio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270760	Quebrangulo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270770	Rio Largo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270780	Roteiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270790	Santa Luzia do Norte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270800	Santana do Ipanema	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270810	Santana do Mundaú	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270820	São Brás	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Alagoas	270830	São José da Laje	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270840	São José da Tapera	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270850	São Luís do Quitunde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270860	São Miguel dos Campos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270870	São Miguel dos Milagres	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270880	São Sebastião	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270890	Satuba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270895	Senador Rui Palmeira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270900	Tanque d'Arca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270910	Taquarana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270915	Teotônio Vilela	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270920	Traipu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Alagoas	270930	União dos Palmares	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Alagoas	270940	Viçosa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290010	Abaíra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290020	Abaré	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290030	Acajutiba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290035	Adustina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290040	Água Fria	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290060	Aiquara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290070	Alagoinhas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290080	Alcobaça	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290090	Almadina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290100	Amargosa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290110	Amélia Rodrigues	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290115	América Dourada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290120	Anagé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290130	Andaraí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290135	Andorinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290140	Angical	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290150	Anguera	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290160	Antas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290170	Antônio Cardoso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290180	Antônio Gonçalves	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290190	Aporá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290195	Apuarema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290205	Araçás	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290200	Aracatu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290210	Araci	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290220	Aramari	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290225	Arataca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290230	Aratuípe	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290240	Aurelino Leal	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290250	Baianópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290260	Baixa Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290265	Banzaê	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290270	Barra	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290280	Barra da Estiva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290290	Barra do Choça	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290300	Barra do Mendes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290310	Barra do Rocha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290320	Barreiras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290323	Barro Alto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290330	Barro Preto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290327	Barrocas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290340	Belmonte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290350	Belo Campo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290360	Biritinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

NORDESTE	Bahia	290370	Boa Nova	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290380	Boa Vista do Tupim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290390	Bom Jesus da Lapa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290395	Bom Jesus da Serra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290400	Boninal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290405	Bonito	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290410	Boquira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290420	Botuporã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290430	Brejões	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290440	Brejolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290450	Brotas de Macaúbas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290460	Brumado	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290470	Buerarema	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290475	Buritirama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290480	Caatiba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290485	Cabaceiras do Paraguaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290490	Cachoeira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290500	Caculé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290510	Caém	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290515	Caetanos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290520	Caetité	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290530	Cafarnaum	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290540	Cairu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290550	Caldeirão Grande	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290560	Camacan	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290570	Camaçari	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290580	Camamu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290590	Campo Alegre de Lourdes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290600	Campo Formoso	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290610	Canápolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290620	Canarana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290630	Canavieiras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290640	Candeal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290650	Candeias	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290660	Candiba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290670	Cândido Sales	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290680	Cansanção	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290682	Canudos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290685	Capela do Alto Alegre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290687	Capim Grosso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290689	Caraíbas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290690	Caravelas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290700	Cardeal da Silva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290710	Carinhanha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290720	Casa Nova	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290730	Castro Alves	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290740	Catolândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290750	Catu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290755	Caturama	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290760	Central	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290770	Chorrochó	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290780	Cícero Dantas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290790	Cipó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290800	Coaraci	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290810	Cocos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290820	Conceição da Feira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290830	Conceição do Almeida	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290840	Conceição do Coité	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290850	Conceição do Jacuípe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290860	Conde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290870	Condeúba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290880	Contendas do Sincorá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290890	Coração de Maria	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290900	Cordeiros	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290910	Coribe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290920	Coronel João Sá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290930	Correntina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290940	Cotegipe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290950	Cravolândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	290960	Crisópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290970	Cristópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290980	Cruz das Almas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	290990	Curaçá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291000	Dário Meira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291005	Dias d'Ávila	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291010	Dom Basílio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291020	Dom Macedo Costa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291030	Elísio Medrado	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291040	Encruzilhada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291050	Entre Rios	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	290050	Érico Cardoso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291060	Esplanada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291070	Euclides da Cunha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291072	Eunápolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291075	Fátima	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291077	Feira da Mata	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291080	Feira de Santana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291085	Filadélfia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291090	Firmino Alves	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291100	Floresta Azul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291110	Formosa do Rio Preto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291120	Gandu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291125	Gavião	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291130	Gentio do Ouro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291140	Glória	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291150	Gongogi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291160	Governador Mangabeira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291165	Guajeru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291170	Guanambi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

NORDESTE	Bahia	291180	Guaratinga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291185	Heliópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291190	Iaçu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291200	Ibiassucê	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291210	Ibicaraí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291220	Ibicoara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291230	Ibicuí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291240	Ibipeba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291250	Ibipitanga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291260	Ibiquera	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291270	Ibirapitanga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291280	Ibirapuã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291290	Ibirataia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291300	Ibitiara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291310	Ibititá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291320	Ibotirama	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291330	Ichu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291340	Igaporã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291345	Igrapiúna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291350	Iguaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291360	Ilhéus	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291370	Inhambupe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291380	Ipecaetá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291390	Ipiaú	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291400	Ipirá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291410	Ipupiara	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291420	Irajuba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291430	Iramaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291440	Iraquara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291450	Irará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291460	Irecê	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291465	Itabela	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291470	Itaberaba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291480	Itabuna	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291490	Itacaré	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291500	Itaeté	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291510	Itagi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291520	Itagibá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291530	Itagimirim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291535	Itaguaçu da Bahia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291540	Itaju do Colônia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291550	Itajuípe	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291560	Itamaraju	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291570	Itamari	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291580	Itambé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291590	Itanagra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291600	Itanhém	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291610	Itaparica	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291620	Itapé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291630	Itapebi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291640	Itapetinga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291650	Itapicuru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291660	Itapitanga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291670	Itaquara	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291680	Itarantim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291685	Itatim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291690	Itiruçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291700	Itiúba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291710	Itororó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291720	Ituaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291730	Ituberá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291733	Iuiu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291735	Jaborandi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291740	Jacaraci	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291750	Jacobina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291760	Jaguaquara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291770	Jaguarari	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291780	Jaguaripe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291790	Jandaíra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291800	Jequié	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291810	Jeremoabo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291820	Jiquiriçá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291830	Jitaúna	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291835	João Dourado	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291840	Juazeiro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291845	Jucuruçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291850	Jussara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291855	Jussari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291860	Jussiape	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291870	Lafaiete Coutinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291875	Lagoa Real	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291880	Laje	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291890	Lajedão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291900	Lajedinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291905	Lajedo do Tabocal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291910	Lamarão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291915	Lapão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291920	Lauro de Freitas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291930	Lençóis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291940	Licínio de Almeida	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291950	Livramento de Nossa Senhora	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291955	Luís Eduardo Magalhães	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291960	Macajuba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291970	Macarani	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291980	Macaúbas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	291990	Macururé	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	291992	Madre de Deus	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	291995	Maetinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292000	Maiquinique	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292010	Mairi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292020	Malhada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292030	Malhada de Pedras	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292040	Manoel Vitorino	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292045	Mansidão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292050	Maracás	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292060	Maragogipe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

NORDESTE	Bahia	292070	Maraú	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292080	Marcionílio Souza	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292090	Mascote	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292100	Mata de São João	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292105	Matina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292110	Medeiros Neto	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292120	Miguel Calmon	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292130	Milagres	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292140	Mirangaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292145	Mirante	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292150	Monte Santo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292160	Morpará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292170	Morro do Chapéu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292180	Mortugaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292190	Mucugê	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292200	Mucuri	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292205	Mulungu do Morro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292210	Mundo Novo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292220	Muniz Ferreira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292225	Muquém do São Francisco	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292230	Muritiba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292240	Mutuípe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292250	Nazaré	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292260	Nilo Peçanha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292265	Nordestina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292270	Nova Canaã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292273	Nova Fátima	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292275	Nova Ibiá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292280	Nova Itarana	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292285	Nova Redenção	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292290	Nova Soure	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292300	Nova Viçosa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292303	Novo Horizonte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292305	Novo Triunfo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292310	Olindina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292320	Oliveira dos Brejinhos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292330	Ouriçangas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292335	Ourolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292340	Palmas de Monte Alto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292350	Palmeiras	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292360	Paramirim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292370	Paratinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292380	Paripiranga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292390	Pau Brasil	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292400	Paulo Afonso	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292405	Pé de Serra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292410	Pedrão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292420	Pedro Alexandre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292430	Piatã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292440	Pilão Arcado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292450	Pindaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292460	Pindobaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292465	Pintadas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292467	Piraí do Norte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292470	Piripá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292480	Piritiba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292490	Planaltino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292500	Planalto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292510	Poções	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292520	Pojuca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292525	Ponto Novo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292530	Porto Seguro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292540	Potiraguá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292550	Prado	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292560	Presidente Dutra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292570	Presidente Jânio Quadros	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292575	Presidente Tancredo Neves	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292580	Queimadas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292590	Quijingue	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292593	Quixabeira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292595	Rafael Jambeiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292600	Remanso	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292610	Retirolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292620	Riachão das Neves	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292630	Riachão do Jacuípe	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292640	Riacho de Santana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292650	Ribeira do Amparo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292660	Ribeira do Pombal	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292665	Ribeirão do Largo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292670	Rio de Contas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292680	Rio do Antônio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292690	Rio do Pires	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292700	Rio Real	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

NORDESTE	Bahia	292710	Rodelas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292720	Ruy Barbosa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292730	Salinas da Margarida	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292740	Salvador	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292750	Santa Bárbara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292760	Santa Brígida	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292770	Santa Cruz Cabrália	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292780	Santa Cruz da Vitória	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292790	Santa Inês	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292805	Santa Luzia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292810	Santa Maria da Vitória	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292840	Santa Rita de Cássia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292850	Santa Terezinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292800	Santaluz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292820	Santana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292830	Santanópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292860	Santo Amaro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292870	Santo Antônio de Jesus	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292880	Santo Estêvão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292890	São Desidério	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292895	São Domingos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292910	São Felipe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292900	São Félix	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292905	São Félix do Coribe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292920	São Francisco do Conde	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292925	São Gabriel	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292930	São Gonçalo dos Campos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292935	São José da Vitória	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292937	São José do Jacuípe	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292940	São Miguel das Matas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292950	São Sebastião do Passé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	292960	Sapeaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292970	Sátiro Dias	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292975	Saubara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	292980	Saúde	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	292990	Seabra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293000	Sebastião Laranjeiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293010	Senhor do Bonfim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293020	Sento Sé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293015	Serra do Ramalho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293030	Serra Dourada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293040	Serra Preta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293050	Serrinha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293060	Serrolândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	293070	Simões Filho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293075	Sítio do Mato	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293076	Sítio do Quinto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293077	Sobradinho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293080	Souto Soares	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293090	Tabocas do Brejo Velho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293100	Tanhaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293105	Tanque Novo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293110	Tanquinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293120	Taperoá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293130	Tapiramutá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293135	Teixeira de Freitas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293140	Teodoro Sampaio	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	293150	Teofilândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293160	Teolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293170	Terra Nova	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293180	Tremedal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293190	Tucano	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293200	Uauá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293210	Ubaíra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293220	Ubaitaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293230	Ubatã	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293240	Uibaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293245	Umburanas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293250	Una	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293260	Urandi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293270	Uruçuca	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293280	Utinga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	293290	Valença	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293300	Valente	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293305	Várzea da Roça	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293310	Várzea do Poço	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	293315	Várzea Nova	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293317	Varzedo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293320	Vera Cruz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293325	Vereda	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Bahia	293330	Vitória da Conquista	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293340	Wagner	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Bahia	293345	Wanderley	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293350	Wenceslau Guimarães	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Bahia	293360	Xique-Xique	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230010	Abaiara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230015	Acarape	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230020	Acaraú	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230030	Acopiara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230040	Aiuaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230050	Alcântaras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230060	Altaneira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230070	Alto Santo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230075	Amontada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230080	Antonina do Norte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230090	Apuiarés	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230100	Aquiraz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230110	Aracati	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230120	Aracoiaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230125	Ararendá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230130	Araripe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230140	Aratuba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230150	Arneiroz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230160	Assaré	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230170	Aurora	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

NORDESTE	Ceará	230180	Baixio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230185	Banabuiú	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230190	Barbalha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230195	Barreira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230200	Barro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230205	Barroquinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230210	Baturité	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230220	Beberibe	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230230	Bela Cruz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230240	Boa Viagem	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230250	Brejo Santo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230260	Camocim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230270	Campos Sales	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230280	Canindé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230290	Capistrano	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230300	Caridade	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230310	Cariré	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230320	Caririaçu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230330	Cariús	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230340	Carnaubal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230350	Cascavel	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230360	Catarina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230365	Catunda	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230370	Caucaia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230380	Cedro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230390	Chaval	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230393	Choró	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230395	Chorozinho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230400	Coreaú	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230410	Crateús	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230420	Crato	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230423	Croatá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230425	Cruz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230426	Deputado Irapuan Pinheiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230427	Ereré	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230428	Eusébio	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230430	Farias Brito	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230435	Forquilha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230440	Fortaleza	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230445	Fortim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230450	Frecheirinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230460	General Sampaio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230465	Graça	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230470	Granja	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230480	Granjeiro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Ceará	230490	Groaíras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230495	Guaiúba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230500	Guaraciaba do Norte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230510	Guaramiranga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Ceará	230520	Hidrolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230523	Horizonte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230526	Ibaretama	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230530	Ibiapina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230533	Ibicuitinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230535	Icapuí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230540	Icó	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230550	Iguatu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230560	Independência	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230565	Ipaporanga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230570	Ipaumirim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230580	Ipu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230590	Ipueiras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230600	Iracema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230610	Irauçuba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230620	Itaiçaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230625	Itaitinga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230630	Itapajé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230640	Itapipoca	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230650	Itapiúna	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230655	Itarema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230660	Itatira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230670	Jaguaretama	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230680	Jaguaribara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230690	Jaguaribe	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230700	Jaguaruana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230710	Jardim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230720	Jati	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230725	Jijoca de Jericoacoara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230730	Juazeiro do Norte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230740	Jucás	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230750	Lavras da Mangabeira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230760	Limoeiro do Norte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230763	Madalena	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230765	Maracanaú	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230770	Maranguape	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230780	Marco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230790	Martinópole	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230800	Massapê	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230810	Mauriti	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230820	Meruoca	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230830	Milagres	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230835	Milhã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230837	Miraíma	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230840	Missão Velha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230850	Mombaça	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230860	Monsenhor Tabosa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230870	Morada Nova	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230880	Moraújo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230890	Morrinhos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230900	Mucambo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230910	Mulungu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230920	Nova Olinda	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230930	Nova Russas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230940	Novo Oriente	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230945	Ocara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230950	Orós	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

NORDESTE	Ceará	230960	Pacajus	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230970	Pacatuba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	230980	Pacoti	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	230990	Pacujá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231000	Palhano	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231010	Palmácia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231020	Paracuru	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231025	Paraipaba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231030	Parambu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231040	Paramoti	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231050	Pedra Branca	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231060	Penaforte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231070	Pentecoste	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231080	Pereiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231085	Pindoretama	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231090	Piquet Carneiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231095	Pires Ferreira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231100	Poranga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231110	Porteiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231120	Potengi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231123	Potiretama	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Ceará	231126	Quiterianópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231130	Quixadá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231135	Quixelô	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231140	Quixeramobim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231150	Quixeré	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231160	Redenção	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231170	Reriutaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231180	Russas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231190	Saboeiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231195	Salitre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231220	Santa Quitéria	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231200	Santana do Acaraú	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231210	Santana do Cariri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231230	São Benedito	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231240	São Gonçalo do Amarante	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231250	São João do Jaguaribe	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Ceará	231260	São Luís do Curu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231270	Senador Pompeu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231280	Senador Sá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231290	Sobral	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231300	Solonópole	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231310	Tabuleiro do Norte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231320	Tamboril	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231325	Tarrafas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231330	Tauá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231335	Tejuçuoca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231340	Tianguá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231350	Trairi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231355	Tururu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231360	Ubajara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231370	Umari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231375	Umirim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231380	Uruburetama	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231390	Uruoca	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231395	Varjota	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Ceará	231400	Várzea Alegre	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Ceará	231410	Viçosa do Ceará	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210005	Açailândia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210010	Afonso Cunha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210015	Água Doce do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210020	Alcântara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210030	Aldeias Altas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210040	Altamira do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210043	Alto Alegre do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210047	Alto Alegre do Pindaré	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210050	Alto Parnaíba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210055	Amapá do Maranhão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210060	Amarante do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210070	Anajatuba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210080	Anapurus	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210083	Apicum-Açu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210087	Araguanã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210090	Araioses	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210095	Arame	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210100	Arari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210110	Axixá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210120	Bacabal	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210125	Bacabeira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210130	Bacuri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210135	Bacurituba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210140	Balsas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210150	Barão de Grajaú	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210160	Barra do Corda	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210170	Barreirinhas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210177	Bela Vista do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210173	Belágua	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210180	Benedito Leite	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

NORDESTE	Maranhão	210190	Bequimão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210193	Bernardo do Mearim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210197	Boa Vista do Gurupi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210200	Bom Jardim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210203	Bom Jesus das Selvas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210207	Bom Lugar	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210210	Brejo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210215	Brejo de Areia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210220	Buriti	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210230	Buriti Bravo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210232	Buriticupu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210235	Buritirana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210237	Cachoeira Grande	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210240	Cajapió	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210250	Cajari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210255	Campestre do Maranhão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210260	Cândido Mendes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210270	Cantanhede	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210275	Capinzal do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210280	Carolina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210290	Carutapera	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210300	Caxias	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210310	Cedral	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210312	Central do Maranhão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210315	Centro do Guilherme	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210317	Centro Novo do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210320	Chapadinha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210325	Cidelândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210330	Codó	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210340	Coelho Neto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210350	Colinas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210355	Conceição do Lago-Açu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210360	Coroatá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210370	Cururupu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210375	Davinópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210380	Dom Pedro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210390	Duque Bacelar	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210400	Esperantinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210405	Estreito	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210407	Feira Nova do Maranhão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210408	Fernando Falcão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210409	Formosa da Serra Negra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210410	Fortaleza dos Nogueiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210420	Fortuna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210430	Godofredo Viana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210440	Gonçalves Dias	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210450	Governador Archer	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210455	Governador Edison Lobão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210460	Governador Eugênio Barros	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210462	Governador Luiz Rocha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210465	Governador Newton Bello	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210467	Governador Nunes Freire	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210470	Graça Aranha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210480	Grajaú	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210490	Guimarães	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210500	Humberto de Campos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210510	Icatu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210515	Igarapé do Meio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210520	Igarapé Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210530	Imperatriz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210535	Itaipava do Grajaú	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210540	Itapecuru Mirim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210542	Itinga do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210545	Jatobá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210547	Jenipapo dos Vieiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210550	João Lisboa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210560	Joselândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210565	Junco do Maranhão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210570	Lago da Pedra	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210580	Lago do Junco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210594	Lago dos Rodrigues	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210590	Lago Verde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210592	Lagoa do Mato	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210596	Lagoa Grande do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210598	Lajeado Novo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210600	Lima Campos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210610	Loreto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210620	Luís Domingues	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210630	Magalhães de Almeida	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210632	Maracaçumé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210635	Marajá do Sena	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210637	Maranhãozinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210640	Mata Roma	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210650	Matinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210660	Matões	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210663	Matões do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210667	Milagres do Maranhão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210670	Mirador	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210675	Miranda do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210680	Mirinzal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210690	Monção	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210700	Montes Altos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210710	Morros	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210720	Nina Rodrigues	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210725	Nova Colinas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210730	Nova Iorque	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210735	Nova Olinda do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210740	Olho d'Água das Cunhãs	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210745	Olinda Nova do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210750	Paço do Lumiar	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210760	Palmeirândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210770	Paraibano	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210780	Parnarama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210790	Passagem Franca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210800	Pastos Bons	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210805	Paulino Neves	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

NORDESTE	Maranhão	210810	Paulo Ramos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210820	Pedreiras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210825	Pedro do Rosário	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210830	Penalva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210840	Peri Mirim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210845	Peritoró	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210850	Pindaré-Mirim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210860	Pinheiro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210870	Pio XII	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210880	Pirapemas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210890	Poção de Pedras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210900	Porto Franco	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210905	Porto Rico do Maranhão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210910	Presidente Dutra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210920	Presidente Juscelino	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210923	Presidente Médici	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210927	Presidente Sarney	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210930	Presidente Vargas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210940	Primeira Cruz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210945	Raposa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210950	Riachão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	210955	Ribamar Fiquene	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210960	Rosário	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210970	Sambaíba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	210975	Santa Filomena do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210980	Santa Helena	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	210990	Santa Inês	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	211000	Santa Luzia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	211003	Santa Luzia do Paruá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211010	Santa Quitéria do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211020	Santa Rita	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211023	Santana do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211027	Santo Amaro do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211030	Santo Antônio dos Lopes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211040	São Benedito do Rio Preto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211050	São Bento	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211060	São Bernardo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211065	São Domingos do Azeitão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	211070	São Domingos do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211080	São Félix de Balsas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	211085	São Francisco do Brejão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	211090	São Francisco do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211100	São João Batista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211102	São João do Carú	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211105	São João do Paraíso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211107	São João do Soter	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211110	São João dos Patos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211120	São José de Ribamar	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	211125	São José dos Basílios	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211130	São Luís	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	211140	São Luís Gonzaga do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211150	São Mateus do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211153	São Pedro da Água Branca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211157	São Pedro dos Crentes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	211160	São Raimundo das Mangabeiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211163	São Raimundo do Doca Bezerra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	211167	São Roberto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	211170	São Vicente Ferrer	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211172	Satubinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211174	Senador Alexandre Costa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211176	Senador La Rocque	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211178	Serrano do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211180	Sítio Novo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211190	Sucupira do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211195	Sucupira do Riachão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	211200	Tasso Fragoso	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	211210	Timbiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211220	Timon	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	211223	Trizidela do Vale	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	211227	Tufilândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	211230	Tuntum	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211240	Turiaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211245	Turilândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211250	Tutóia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	211260	Urbano Santos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211270	Vargem Grande	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	211280	Viana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	211285	Vila Nova dos Martírios	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Maranhão	211290	Vitória do Mearim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Maranhão	211300	Vitorino Freire	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Maranhão	211400	Zé Doca	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250010	Água Branca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250020	Aguiar	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250030	Alagoa Grande	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250040	Alagoa Nova	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250050	Alagoinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250053	Alcantil	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250057	Algodão de Jandaíra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250060	Alhandra	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250073	Amparo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250077	Aparecida	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250080	Araçagi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250090	Arara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250100	Araruna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250110	Areia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250115	Areia de Baraúnas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250120	Areial	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250130	Aroeiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250135	Assunção	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250140	Baía da Traição	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250150	Bananeiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250153	Baraúna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250160	Barra de Santa Rosa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250157	Barra de Santana	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250170	Barra de São Miguel	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250180	Bayeux	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250190	Belém	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250200	Belém do Brejo do Cruz	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250205	Bernardino Batista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250210	Boa Ventura	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250215	Boa Vista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250220	Bom Jesus	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250230	Bom Sucesso	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250240	Bonito de Santa Fé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250250	Boqueirão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

NORDESTE	Paraíba	250270	Borborema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250280	Brejo do Cruz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250290	Brejo dos Santos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250300	Caaporã	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250310	Cabaceiras	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250320	Cabedelo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250330	Cachoeira dos Índios	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250340	Cacimba de Areia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250350	Cacimba de Dentro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250355	Cacimbas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250360	Caiçara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250370	Cajazeiras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250375	Cajazeirinhas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250380	Caldas Brandão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250390	Camalaú	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250400	Campina Grande	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250403	Capim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250407	Caraúbas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250410	Carrapateira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250415	Casserengue	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250420	Catingueira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250430	Catolé do Rocha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250435	Caturité	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250440	Conceição	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250450	Condado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250460	Conde	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250470	Congo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250480	Coremas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250485	Coxixola	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250490	Cruz do Espírito Santo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250500	Cubati	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250510	Cuité	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250523	Cuité de Mamanguape	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250520	Cuitegi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250527	Curral de Cima	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250530	Curral Velho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250535	Damião	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250540	Desterro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250560	Diamante	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250570	Dona Inês	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250580	Duas Estradas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250590	Emas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250600	Esperança	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250610	Fagundes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250620	Frei Martinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250625	Gado Bravo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250630	Guarabira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250640	Gurinhém	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250650	Gurjão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250660	Ibiara	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250260	Igaracy	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250670	Imaculada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250680	Ingá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250690	Itabaiana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250700	Itaporanga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250710	Itapororoca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250720	Itatuba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250730	Jacaraú	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250740	Jericó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250750	João Pessoa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	251365	Joca Claudino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250760	Juarez Távora	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250770	Juazeirinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250780	Junco do Seridó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250790	Juripiranga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250800	Juru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250810	Lagoa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250820	Lagoa de Dentro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250830	Lagoa Seca	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250840	Lastro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250850	Livramento	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250855	Logradouro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250860	Lucena	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250870	Mãe d'Água	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250880	Malta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250890	Mamanguape	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250900	Manaíra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250905	Marcação	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250910	Mari	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250915	Marizópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250920	Massaranduba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250930	Mataraca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250933	Matinhas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250937	Mato Grosso	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250939	Maturéia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250940	Mogeiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250950	Montadas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250960	Monte Horebe	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250970	Monteiro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	250980	Mulungu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	250990	Natuba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251000	Nazarezinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251010	Nova Floresta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251020	Nova Olinda	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251030	Nova Palmeira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251040	Olho d'Água	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251050	Olivedos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251060	Ouro Velho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251065	Parari	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251070	Passagem	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251080	Patos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	251090	Paulista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251100	Pedra Branca	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251110	Pedra Lavrada	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251120	Pedras de Fogo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

NORDESTE	Paraíba	251272	Pedro Régis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251130	Piancó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251140	Picuí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251150	Pilar	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	251160	Pilões	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251170	Pilõezinhos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251180	Pirpirituba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251190	Pitimbu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251200	Pocinhos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251203	Poço Dantas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251207	Poço de José de Moura	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251210	Pombal	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	251220	Prata	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251230	Princesa Isabel	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	251240	Puxinanã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251250	Queimadas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	251260	Quixaba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251270	Remígio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251274	Riachão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251275	Riachão do Bacamarte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251276	Riachão do Poço	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251278	Riacho de Santo Antônio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251280	Riacho dos Cavalos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251290	Rio Tinto	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	251300	Salgadinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251310	Salgado de São Félix	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251315	Santa Cecília	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251320	Santa Cruz	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251330	Santa Helena	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251335	Santa Inês	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251340	Santa Luzia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251370	Santa Rita	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	251380	Santa Teresinha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251350	Santana de Mangueira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251360	Santana dos Garrotes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251385	Santo André	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251392	São Bentinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251390	São Bento	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	251396	São Domingos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251394	São Domingos do Cariri	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251398	São Francisco	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251400	São João do Cariri	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250070	São João do Rio do Peixe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251410	São João do Tigre	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251420	São José da Lagoa Tapada	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251430	São José de Caiana	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251440	São José de Espinharas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251450	São José de Piranhas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	251455	São José de Princesa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251460	São José do Bonfim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251465	São José do Brejo do Cruz	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251470	São José do Sabugi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251480	São José dos Cordeiros	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251445	São José dos Ramos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251490	São Mamede	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251500	São Miguel de Taipu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251510	São Sebastião de Lagoa de Roça	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251520	São Sebastião do Umbuzeiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251540	São Vicente do Seridó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251530	Sapé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	251550	Serra Branca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251560	Serra da Raiz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251570	Serra Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251580	Serra Redonda	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251590	Serraria	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251593	Sertãozinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251597	Sobrado	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251600	Solânea	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	251610	Soledade	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251615	Sossêgo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251620	Sousa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	251630	Sumé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251640	Tacima	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251650	Taperoá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251660	Tavares	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251670	Teixeira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Paraíba	251675	Tenório	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251680	Triunfo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251690	Uiraúna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251700	Umbuzeiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Paraíba	251710	Várzea	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251720	Vieirópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	250550	Vista Serrana	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Paraíba	251740	Zabelê	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	260005	Abreu e Lima	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260010	Afogados da Ingazeira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260020	Afrânio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260030	Agrestina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260040	Água Preta	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260050	Águas Belas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260060	Alagoinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260070	Aliança	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260080	Altinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260090	Amaraji	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260100	Angelim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260105	Araçoiaba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260110	Araripina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260120	Arcoverde	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260130	Barra de Guabiraba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260140	Barreiros	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260150	Belém de Maria	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260160	Belém do São Francisco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260170	Belo Jardim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260180	Betânia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260190	Bezerros	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260200	Bodocó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

NORDESTE	Pernambuco	260210	Bom Conselho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260220	Bom Jardim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260230	Bonito	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260240	Brejão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	260250	Brejinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260260	Brejo da Madre de Deus	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260270	Buenos Aires	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260280	Buíque	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260290	Cabo de Santo Agostinho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260300	Cabrobó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260310	Cachoeirinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260320	Caetés	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260330	Calçado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260340	Calumbi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	260345	Camaragibe	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260350	Camocim de São Félix	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260360	Camutanga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260370	Canhotinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260380	Capoeiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260390	Carnaíba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260392	Carnaubeira da Penha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	260400	Carpina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260410	Caruaru	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260415	Casinhas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260420	Catende	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260430	Cedro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260440	Chã de Alegria	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260450	Chã Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260460	Condado	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260470	Correntes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260480	Cortês	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260490	Cumaru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260500	Cupira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260510	Custódia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260515	Dormentes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260520	Escada	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260530	Exu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260540	Feira Nova	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260545	Fernando de Noronha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	260550	Ferreiros	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260560	Flores	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260570	Floresta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260580	Frei Miguelinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260590	Gameleira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260600	Garanhuns	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260610	Glória do Goitá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260620	Goiana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260630	Granito	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	260640	Gravatá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260650	Iati	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260660	Ibimirim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260670	Ibirajuba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	260680	Igarassu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260690	Iguaracy	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260760	Ilha de Itamaracá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260700	Inajá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260710	Ingazeira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	260720	Ipojuca	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260730	Ipubi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260740	Itacuruba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	260750	Itaíba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260765	Itambé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260770	Itapetim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260775	Itapissuma	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260780	Itaquitinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260790	Jaboatão dos Guararapes	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260795	Jaqueira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260800	Jataúba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260805	Jatobá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260810	João Alfredo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260820	Joaquim Nabuco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260825	Jucati	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260830	Jupi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260840	Jurema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260850	Lagoa de Itaenga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260845	Lagoa do Carro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260860	Lagoa do Ouro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260870	Lagoa dos Gatos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260875	Lagoa Grande	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260880	Lajedo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260890	Limoeiro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260900	Macaparana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260910	Machados	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260915	Manari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260920	Maraial	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	260930	Mirandiba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261430	Moreilândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260940	Moreno	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

NORDESTE	Pernambuco	260950	Nazaré da Mata	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260960	Olinda	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	260970	Orobó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260980	Orocó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	260990	Ouricuri	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261000	Palmares	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261010	Palmeirina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	261020	Panelas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261030	Paranatama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261040	Parnamirim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261050	Passira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261060	Paudalho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261070	Paulista	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261080	Pedra	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261090	Pesqueira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261100	Petrolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261110	Petrolina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261120	Poção	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261130	Pombos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261140	Primavera	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261150	Quipapá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261153	Quixaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261160	Recife	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261170	Riacho das Almas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261180	Ribeirão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261190	Rio Formoso	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261200	Sairé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261210	Salgadinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	261220	Salgueiro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261230	Saloá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261240	Sanharó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261245	Santa Cruz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261247	Santa Cruz da Baixa Verde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261250	Santa Cruz do Capibaribe	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261255	Santa Filomena	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261260	Santa Maria da Boa Vista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261270	Santa Maria do Cambucá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261280	Santa Terezinha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261290	São Benedito do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	261300	São Bento do Una	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261310	São Caitano	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261320	São João	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261330	São Joaquim do Monte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261340	São José da Coroa Grande	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261350	São José do Belmonte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261360	São José do Egito	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261370	São Lourenço da Mata	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261380	São Vicente Férrer	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261390	Serra Talhada	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261400	Serrita	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261410	Sertânia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261420	Sirinhaém	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261440	Solidão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	261450	Surubim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261460	Tabira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261470	Tacaimbó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261480	Tacaratu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261485	Tamandaré	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261500	Taquaritinga do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261510	Terezinha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	261520	Terra Nova	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261530	Timbaúba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261540	Toritama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261550	Tracunhaém	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261560	Trindade	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261570	Triunfo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261580	Tupanatinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261590	Tuparetama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261600	Venturosa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261610	Verdejante	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	261618	Vertente do Lério	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Pernambuco	261620	Vertentes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261630	Vicência	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Pernambuco	261640	Vitória de Santo Antão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Pernambuco	261650	Xexéu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220005	Acauã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220010	Agricolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220020	Água Branca	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220025	Alagoinha do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220027	Alegrete do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220030	Alto Longá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220040	Altos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220045	Alvorada do Gurguéia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220050	Amarante	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220060	Angical do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220070	Anísio de Abreu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220080	Antônio Almeida	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220090	Aroazes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220095	Aroeiras do Itaim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220100	Arraial	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220105	Assunção do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220110	Avelino Lopes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220115	Baixa Grande do Ribeiro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220117	Barra D'Alcântara	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220120	Barras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220130	Barreiras do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220140	Barro Duro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220150	Batalha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220155	Bela Vista do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220157	Belém do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220160	Beneditinos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220170	Bertolínia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220173	Betânia do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220177	Boa Hora	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220180	Bocaina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220190	Bom Jesus	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

NORDESTE	Piauí	220191	Bom Princípio do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220192	Bonfim do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220194	Boqueirão do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220196	Brasileira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220198	Brejo do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220200	Buriti dos Lopes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220202	Buriti dos Montes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220205	Cabeceiras do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220207	Cajazeiras do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220208	Cajueiro da Praia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220209	Caldeirão Grande do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220210	Campinas do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220211	Campo Alegre do Fidalgo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220213	Campo Grande do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220217	Campo Largo do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220220	Campo Maior	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220225	Canavieira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220230	Canto do Buriti	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220240	Capitão de Campos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220245	Capitão Gervásio Oliveira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220250	Caracol	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220253	Caraúbas do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220255	Caridade do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220260	Castelo do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220265	Caxingó	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220270	Cocal	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220271	Cocal de Telha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220272	Cocal dos Alves	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220273	Coivaras	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220275	Colônia do Gurguéia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220277	Colônia do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220280	Conceição do Canindé	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220285	Coronel José Dias	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220290	Corrente	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220300	Cristalândia do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220310	Cristino Castro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220320	Curimatá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220323	Currais	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220327	Curral Novo do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220325	Curralinhos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220330	Demerval Lobão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220335	Dirceu Arcoverde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220340	Dom Expedito Lopes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220345	Dom Inocêncio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220342	Domingos Mourão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220350	Elesbão Veloso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220360	Eliseu Martins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220370	Esperantina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220375	Fartura do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220380	Flores do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220385	Floresta do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220390	Floriano	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220400	Francinópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220410	Francisco Ayres	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220415	Francisco Macedo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220420	Francisco Santos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220430	Fronteiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220435	Geminiano	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220440	Gilbués	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220450	Guadalupe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220455	Guaribas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220460	Hugo Napoleão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220465	Ilha Grande	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220470	Inhuma	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220480	Ipiranga do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220490	Isaías Coelho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220500	Itainópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220510	Itaueira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220515	Jacobina do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220520	Jaicós	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220525	Jardim do Mulato	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220527	Jatobá do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220530	Jerumenha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220535	João Costa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220540	Joaquim Pires	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220545	Joca Marques	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220550	José de Freitas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220551	Juazeiro do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220552	Júlio Borges	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220553	Jurema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220555	Lagoa Alegre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220557	Lagoa de São Francisco	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220556	Lagoa do Barro do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220558	Lagoa do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220559	Lagoa do Sítio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220554	Lagoinha do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220560	Landri Sales	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220570	Luís Correia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220580	Luzilândia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220585	Madeiro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220590	Manoel Emídio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220595	Marcolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220600	Marcos Parente	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220605	Massapê do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220610	Matias Olímpio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220620	Miguel Alves	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220630	Miguel Leão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220635	Milton Brandão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220640	Monsenhor Gil	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220650	Monsenhor Hipólito	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220660	Monte Alegre do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220665	Morro Cabeça no Tempo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220667	Morro do Chapéu do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220669	Murici dos Portelas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220670	Nazaré do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220672	Nazária	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

NORDESTE	Piauí	220675	Nossa Senhora de Nazaré	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220680	Nossa Senhora dos Remédios	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220795	Nova Santa Rita	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220690	Novo Oriente do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220695	Novo Santo Antônio	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220700	Oeiras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220710	Olho D'Água do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220720	Padre Marcos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220730	Paes Landim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220735	Pajeú do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220740	Palmeira do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220750	Palmeirais	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220755	Paquetá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220760	Parnaguá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220770	Parnaíba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220775	Passagem Franca do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220777	Patos do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220779	Pau D'Arco do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220780	Paulistana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220785	Pavussu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220790	Pedro II	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220793	Pedro Laurentino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220800	Picos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220810	Pimenteiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220820	Pio IX	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220830	Piracuruca	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220840	Piripiri	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	220850	Porto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220855	Porto Alegre do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220860	Prata do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220865	Queimada Nova	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220870	Redenção do Gurguéia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220880	Regeneração	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220885	Riacho Frio	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220887	Ribeira do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220890	Ribeiro Gonçalves	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220900	Rio Grande do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220910	Santa Cruz do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220915	Santa Cruz dos Milagres	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220920	Santa Filomena	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220930	Santa Luz	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220937	Santa Rosa do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220935	Santana do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220940	Santo Antônio de Lisboa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220945	Santo Antônio dos Milagres	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220950	Santo Inácio do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220955	São Braz do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220960	São Félix do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220965	São Francisco de Assis do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220970	São Francisco do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220975	São Gonçalo do Gurguéia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220980	São Gonçalo do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220985	São João da Canabrava	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220987	São João da Fronteira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220990	São João da Serra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	220995	São João da Varjota	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	220997	São João do Arraial	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	221000	São João do Piauí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	221005	São José do Divino	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	221010	São José do Peixe	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	221020	São José do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	221030	São Julião	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	221035	São Lourenço do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	221037	São Luis do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	221038	São Miguel da Baixa Grande	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	221039	São Miguel do Fidalgo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	221040	São Miguel do Tapuio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	221050	São Pedro do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	221060	São Raimundo Nonato	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	221062	Sebastião Barros	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	221063	Sebastião Leal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	221065	Sigefredo Pacheco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	221070	Simões	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	221080	Simplício Mendes	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	221090	Socorro do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	221093	Sussuapara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	221095	Tamboril do Piauí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	221097	Tanque do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	221100	Teresina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	221110	União	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	221120	Uruçuí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	221130	Valença do Piauí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Piauí	221135	Várzea Branca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Piauí	221140	Várzea Grande	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	221150	Vera Mendes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	221160	Vila Nova do Piauí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Piauí	221170	Wall Ferraz	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240010	Acari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240020	Açu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240030	Afonso Bezerra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240040	Água Nova	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240050	Alexandria	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240060	Almino Afonso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240070	Alto do Rodrigues	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240080	Angicos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240090	Antônio Martins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240100	Apodi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240110	Areia Branca	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240120	Arês	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

NORDESTE	Rio Grande do Norte	240140	Baía Formosa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240145	Baraúna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240150	Barcelona	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240160	Bento Fernandes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240165	Bodó	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240170	Bom Jesus	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240180	Brejinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240185	Caiçara do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240190	Caiçara do Rio do Vento	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240200	Caicó	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240130	Campo Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240210	Campo Redondo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240220	Canguaretama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240230	Caraúbas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240240	Carnaúba dos Dantas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240250	Carnaubais	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240260	Ceará-Mirim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240270	Cerro Corá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240280	Coronel Ezequiel	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240290	Coronel João Pessoa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240300	Cruzeta	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240310	Currais Novos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240320	Doutor Severiano	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240330	Encanto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240340	Equador	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240350	Espírito Santo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240360	Extremoz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240370	Felipe Guerra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240375	Fernando Pedroza	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240380	Florânia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240390	Francisco Dantas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240400	Frutuoso Gomes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240410	Galinhos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240420	Goianinha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240430	Governador Dix-Sept Rosado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240440	Grossos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240450	Guamaré	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240460	Ielmo Marinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240470	Ipanguaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240480	Ipueira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240485	Itajá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240490	Itaú	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240500	Jaçanã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240510	Jandaíra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240520	Janduís	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240530	Januário Cicco	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240540	Japi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240550	Jardim de Angicos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240560	Jardim de Piranhas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240570	Jardim do Seridó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240580	João Câmara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240590	João Dias	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240600	José da Penha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240610	Jucurutu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240615	Jundiá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240620	Lagoa d'Anta	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240630	Lagoa de Pedras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240640	Lagoa de Velhos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240650	Lagoa Nova	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240660	Lagoa Salgada	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240670	Lajes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240680	Lajes Pintadas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240690	Lucrécia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240700	Luís Gomes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240710	Macaíba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240720	Macau	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240725	Major Sales	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240730	Marcelino Vieira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240740	Martins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240750	Maxaranguape	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240760	Messias Targino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240770	Montanhas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240780	Monte Alegre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240790	Monte das Gameleiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240800	Mossoró	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240810	Natal	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240820	Nísia Floresta	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240830	Nova Cruz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240840	Olho d'Água do Borges	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240850	Ouro Branco	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240860	Paraná	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240870	Paraú	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240880	Parazinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240890	Parelhas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240325	Parnamirim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240910	Passa e Fica	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240920	Passagem	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240930	Patu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240940	Pau dos Ferros	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240950	Pedra Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240960	Pedra Preta	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240970	Pedro Avelino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240980	Pedro Velho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240990	Pendências	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241000	Pilões	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241010	Poço Branco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241020	Portalegre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241025	Porto do Mangue	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241040	Pureza	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241050	Rafael Fernandes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241060	Rafael Godeiro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241070	Riacho da Cruz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241080	Riacho de Santana	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241090	Riachuelo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240895	Rio do Fogo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

NORDESTE	Rio Grande do Norte	241100	Rodolfo Fernandes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241110	Ruy Barbosa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241120	Santa Cruz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	240933	Santa Maria	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241140	Santana do Matos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241142	Santana do Seridó	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241150	Santo Antônio	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241160	São Bento do Norte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241170	São Bento do Trairí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241180	São Fernando	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241190	São Francisco do Oeste	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241200	São Gonçalo do Amarante	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241210	São João do Sabugi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241220	São José de Mipibu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241230	São José do Campestre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241240	São José do Seridó	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241250	São Miguel	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241255	São Miguel do Gostoso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241260	São Paulo do Potengi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241270	São Pedro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241280	São Rafael	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241290	São Tomé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241300	São Vicente	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241310	Senador Elói de Souza	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241320	Senador Georgino Avelino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241030	Serra Caiada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241330	Serra de São Bento	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241335	Serra do Mel	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241340	Serra Negra do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241350	Serrinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241355	Serrinha dos Pintos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241360	Severiano Melo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241370	Sítio Novo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241380	Taboleiro Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241390	Taipu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241400	Tangará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241410	Tenente Ananias	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241415	Tenente Laurentino Cruz	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241105	Tibau	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241420	Tibau do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241430	Timbaúba dos Batistas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241440	Touros	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241445	Triunfo Potiguar	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241450	Umarizal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241460	Upanema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241470	Várzea	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241475	Venha-Ver	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241480	Vera Cruz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241490	Viçosa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Rio Grande do Norte	241500	Vila Flor	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Sergipe	280010	Amparo de São Francisco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280020	Aquidabã	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280030	Aracaju	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280040	Arauá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280050	Areia Branca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280060	Barra dos Coqueiros	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280067	Boquim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280070	Brejo Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280100	Campo do Brito	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280110	Canhoba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280120	Canindé de São Francisco	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280130	Capela	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280140	Carira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280150	Carmópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280160	Cedro de São João	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280170	Cristinápolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280190	Cumbe	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Sergipe	280200	Divina Pastora	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280210	Estância	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280220	Feira Nova	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Sergipe	280230	Frei Paulo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280240	Gararu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280250	General Maynard	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280260	Gracho Cardoso	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Sergipe	280270	Ilha das Flores	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280280	Indiaroba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280290	Itabaiana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280300	Itabaianinha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280310	Itabi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Sergipe	280320	Itaporanga d'Ajuda	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280330	Japaratuba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280340	Japoatã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280350	Lagarto	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280360	Laranjeiras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280370	Macambira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Sergipe	280380	Malhada dos Bois	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Sergipe	280390	Malhador	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280400	Maruim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280410	Moita Bonita	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Sergipe	280420	Monte Alegre de Sergipe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280430	Muribeca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280440	Neópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280445	Nossa Senhora Aparecida	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280450	Nossa Senhora da Glória	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280460	Nossa Senhora das Dores	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280470	Nossa Senhora de Lourdes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280480	Nossa Senhora do Socorro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280490	Pacatuba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280500	Pedra Mole	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280510	Pedrinhas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280520	Pinhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280530	Pirambu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280540	Poço Redondo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280550	Poço Verde	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280560	Porto da Folha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280570	Propriá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280580	Riachão do Dantas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280590	Riachuelo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280600	Ribeirópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280610	Rosário do Catete	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280620	Salgado	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

NORDESTE	Sergipe	280630	Santa Luzia do Itanhy	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280650	Santa Rosa de Lima	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280640	Santana do São Francisco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280660	Santo Amaro das Brotas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280670	São Cristóvão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280680	São Domingos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280690	São Francisco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280700	São Miguel do Aleixo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORDESTE	Sergipe	280710	Simão Dias	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280720	Siriri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280730	Telha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280740	Tobias Barreto	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORDESTE	Sergipe	280750	Tomar do Geru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORDESTE	Sergipe	280760	Umbaúba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Acre	120001	Acrelândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Acre	120005	Assis Brasil	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Acre	120010	Brasiléia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Acre	120013	Bujari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Acre	120017	Capixaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Acre	120020	Cruzeiro do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Acre	120025	Epitaciolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Acre	120030	Feijó	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Acre	120032	Jordão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Acre	120033	Mâncio Lima	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Acre	120034	Manoel Urbano	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Acre	120035	Marechal Thaumaturgo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Acre	120038	Plácido de Castro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Acre	120080	Porto Acre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Acre	120039	Porto Walter	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Acre	120040	Rio Branco	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Acre	120042	Rodrigues Alves	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Acre	120043	Santa Rosa do Purus	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Acre	120050	Sena Madureira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Acre	120045	Senador Guiomard	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Acre	120060	Tarauacá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Acre	120070	Xapuri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amapá	160010	Amapá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Amapá	160020	Calçoene	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Amapá	160021	Cutias	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Amapá	160023	Ferreira Gomes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Amapá	160025	Itaubal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Amapá	160027	Laranjal do Jari	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amapá	160030	Macapá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amapá	160040	Mazagão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amapá	160050	Oiapoque	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amapá	160015	Pedra Branca do Amapari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amapá	160053	Porto Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amapá	160055	Pracuúba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Amapá	160060	Santana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amapá	160005	Serra do Navio	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Amapá	160070	Tartarugalzinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amapá	160080	Vitória do Jari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130002	Alvarães	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130006	Amaturá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130008	Anamã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130010	Anori	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130014	Apuí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130020	Atalaia do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130030	Autazes	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130040	Barcelos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130050	Barreirinha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130060	Benjamin Constant	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130063	Beruri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130068	Boa Vista do Ramos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130070	Boca do Acre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130080	Borba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130083	Caapiranga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130090	Canutama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130100	Carauari	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130110	Careiro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130115	Careiro da Várzea	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130120	Coari	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130130	Codajás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130140	Eirunepé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130150	Envira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130160	Fonte Boa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130165	Guajará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130170	Humaitá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130180	Ipixuna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130185	Iranduba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130190	Itacoatiara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130195	Itamarati	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Amazonas	130200	Itapiranga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130210	Japurá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130220	Juruá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130230	Jutaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130240	Lábrea	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130250	Manacapuru	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130255	Manaquiri	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130260	Manaus	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130270	Manicoré	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130280	Maraã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130290	Maués	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130300	Nhamundá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130310	Nova Olinda do Norte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130320	Novo Airão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130330	Novo Aripuanã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130340	Parintins	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130350	Pauini	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Amazonas	130353	Presidente Figueiredo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130356	Rio Preto da Eva	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130360	Santa Isabel do Rio Negro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130370	Santo Antônio do Içá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130380	São Gabriel da Cachoeira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130390	São Paulo de Olivença	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130395	São Sebastião do Uatumã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

NORTE	Amazonas	130400	Silves	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130406	Tabatinga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130410	Tapauá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130420	Tefé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130423	Tonantins	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130426	Uarini	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Amazonas	130430	Urucará	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Amazonas	130440	Urucurituba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150010	Abaetetuba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150013	Abel Figueiredo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150020	Acará	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150030	Afuá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150034	Água Azul do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150040	Alenquer	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150050	Almeirim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150060	Altamira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150070	Anajás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150080	Ananindeua	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150085	Anapu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150090	Augusto Corrêa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150095	Aurora do Pará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150100	Aveiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150110	Bagre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150120	Baião	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150125	Bannach	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Pará	150130	Barcarena	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150140	Belém	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150145	Belterra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150150	Benevides	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150157	Bom Jesus do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150160	Bonito	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150170	Bragança	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150172	Brasil Novo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150175	Brejo Grande do Araguaia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Pará	150178	Breu Branco	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150180	Breves	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150190	Bujaru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150200	Cachoeira do Arari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150195	Cachoeira do Piriá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150210	Cametá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150215	Canaã dos Carajás	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150220	Capanema	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150230	Capitão Poço	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150240	Castanhal	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150250	Chaves	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150260	Colares	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150270	Conceição do Araguaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150275	Concórdia do Pará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150276	Cumaru do Norte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Pará	150277	Curionópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150280	Curralinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150285	Curuá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150290	Curuçá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150293	Dom Eliseu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150295	Eldorado do Carajás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150300	Faro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150304	Floresta do Araguaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150307	Garrafão do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150309	Goianésia do Pará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150310	Gurupá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150320	Igarapé-Açu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150330	Igarapé-Miri	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150340	Inhangapi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150345	Ipixuna do Pará	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150350	Irituia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150360	Itaituba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150370	Itupiranga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150375	Jacareacanga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150380	Jacundá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150390	Juruti	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150400	Limoeiro do Ajuru	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150405	Mãe do Rio	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150410	Magalhães Barata	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150420	Marabá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150430	Maracanã	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150440	Marapanim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150442	Marituba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150445	Medicilândia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150450	Melgaço	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150460	Mocajuba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150470	Moju	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150475	Mojuí dos Campos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150480	Monte Alegre	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150490	Muaná	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150495	Nova Esperança do Piriá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150497	Nova Ipixuna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150500	Nova Timboteua	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150503	Novo Progresso	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150506	Novo Repartimento	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150510	Óbidos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150520	Oeiras do Pará	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150530	Oriximiná	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150540	Ourém	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150543	Ourilândia do Norte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150548	Pacajá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150549	Palestina do Pará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150550	Paragominas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150553	Parauapebas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150555	Pau D'Arco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150560	Peixe-Boi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Pará	150563	Piçarra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150565	Placas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150570	Ponta de Pedras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150580	Portel	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150590	Porto de Moz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150600	Prainha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

NORTE	Pará	150610	Primavera	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150611	Quatipuru	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Pará	150613	Redenção	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150616	Rio Maria	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150618	Rondon do Pará	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150619	Rurópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150620	Salinópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150630	Salvaterra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150635	Santa Bárbara do Pará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150640	Santa Cruz do Arari	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Pará	150650	Santa Izabel do Pará	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150655	Santa Luzia do Pará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150658	Santa Maria das Barreiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150660	Santa Maria do Pará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150670	Santana do Araguaia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150680	Santarém	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150690	Santarém Novo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Pará	150700	Santo Antônio do Tauá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150710	São Caetano de Odivelas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150715	São Domingos do Araguaia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150720	São Domingos do Capim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150730	São Félix do Xingu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150740	São Francisco do Pará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150745	São Geraldo do Araguaia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150746	São João da Ponta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150747	São João de Pirabas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150750	São João do Araguaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150760	São Miguel do Guamá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150770	São Sebastião da Boa Vista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150775	Sapucaia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Pará	150780	Senador José Porfírio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150790	Soure	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150795	Tailândia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150796	Terra Alta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150797	Terra Santa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150800	Tomé-Açu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150803	Tracuateua	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150805	Trairão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150808	Tucumã	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150810	Tucuruí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150812	Ulianópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150815	Uruará	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150820	Vigia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150830	Viseu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Pará	150835	Vitória do Xingu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Pará	150840	Xinguara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110001	Alta Floresta D'Oeste	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110037	Alto Alegre dos Parecis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110040	Alto Paraíso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110034	Alvorada D'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110002	Ariquemes	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110045	Buritis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110003	Cabixi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110060	Cacaulândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Rondônia	110004	Cacoal	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110070	Campo Novo de Rondônia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110080	Candeias do Jamari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110090	Castanheiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110005	Cerejeiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110092	Chupinguaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110006	Colorado do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110007	Corumbiara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110008	Costa Marques	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110094	Cujubim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110009	Espigão D'Oeste	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110100	Governador Jorge Teixeira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

NORTE	Rondônia	110100	Governador Jorge Teixeira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110010	Guajará-Mirim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110110	Itapuã do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110011	Jaru	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110012	Ji-Paraná	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110013	Machadinho D'Oeste	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110120	Ministro Andreazza	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Rondônia	110130	Mirante da Serra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Rondônia	110140	Monte Negro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110014	Nova Brasilândia D'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110033	Nova Mamoré	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110143	Nova União	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110050	Novo Horizonte do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110015	Ouro Preto do Oeste	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110145	Parecis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Rondônia	110018	Pimenta Bueno	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

NORTE	Rondônia	110146	Pimenteiras do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110020	Porto Velho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110025	Presidente Médici	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110147	Primavera de Rondônia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Rondônia	110026	Rio Crespo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110028	Rolim de Moura	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110029	Santa Luzia D'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110148	São Felipe D'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110149	São Francisco do Guaporé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Rondônia	110032	São Miguel do Guaporé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110150	Seringueiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110155	Teixeirópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Rondônia	110160	Theobroma	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110170	Urupá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110175	Vale do Anari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110180	Vale do Paraíso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Rondônia	110030	Vilhena	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Roraima	140005	Alto Alegre	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Roraima	140002	Amajari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Roraima	140010	Boa Vista	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Roraima	140015	Bonfim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Roraima	140017	Cantá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Roraima	140020	Caracaraí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Roraima	140023	Caroebe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Roraima	140028	Iracema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Roraima	140030	Mucajaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Roraima	140040	Normandia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Roraima	140045	Pacaraima	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Roraima	140047	Rorainópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Roraima	140050	São João da Baliza	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Roraima	140060	São Luiz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Roraima	140070	Uiramutã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170025	Abreulândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170030	Aguiarnópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170035	Aliança do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170040	Almas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170070	Alvorada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170100	Ananás	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170105	Angico	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170110	Aparecida do Rio Negro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170130	Aragominas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170190	Araguacema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170200	Araguaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170210	Araguaína	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Tocantins	170215	Araguanã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170220	Araguatins	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Tocantins	170230	Arapoema	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170240	Arraias	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170255	Augustinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170270	Aurora do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170290	Axixá do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170300	Babaçulândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170305	Bandeirantes do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170307	Barra do Ouro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170310	Barrolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170320	Bernardo Sayão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170330	Bom Jesus do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170360	Brasilândia do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170370	Brejinho de Nazaré	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170380	Buriti do Tocantins	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Tocantins	170382	Cachoeirinha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170384	Campos Lindos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170386	Cariri do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170388	Carmolândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170389	Carrasco Bonito	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170390	Caseara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170410	Centenário	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170510	Chapada da Natividade	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170460	Chapada de Areia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170550	Colinas do Tocantins	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Tocantins	171670	Colméia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170555	Combinado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170560	Conceição do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170600	Couto Magalhães	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170610	Cristalândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170625	Crixás do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170650	Darcinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170700	Dianópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170710	Divinópolis do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170720	Dois Irmãos do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170730	Dueré	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170740	Esperantina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170755	Fátima	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170765	Figueirópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170770	Filadélfia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	170820	Formoso do Araguaia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Tocantins	170830	Goianorte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170900	Goiatins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170930	Guaraí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Tocantins	170950	Gurupi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Tocantins	170980	Ipueiras	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171050	Itacajá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171070	Itaguatins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171090	Itapiratins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171110	Itaporã do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171150	Jaú do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171180	Juarina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171190	Lagoa da Confusão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171195	Lagoa do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171200	Lajeado	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171215	Lavandeira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171240	Lizarda	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171245	Luzinópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171250	Marianópolis do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171270	Mateiros	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171280	Maurilândia do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

NORTE	Tocantins	171320	Miracema do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171330	Miranorte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171360	Monte do Carmo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171370	Monte Santo do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171395	Muricilândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171420	Natividade	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171430	Nazaré	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171488	Nova Olinda	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171500	Nova Rosalândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171510	Novo Acordo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171515	Novo Alegre	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171525	Novo Jardim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171550	Oliveira de Fátima	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	172100	Palmas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Tocantins	171570	Palmeirante	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171380	Palmeiras do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171575	Palmeirópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171610	Paraíso do Tocantins	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Tocantins	171620	Paranã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171630	Pau D'Arco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171650	Pedro Afonso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171660	Peixe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171665	Pequizeiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171700	Pindorama do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171720	Piraquê	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171750	Pium	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171780	Ponte Alta do Bom Jesus	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171790	Ponte Alta do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171800	Porto Alegre do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171820	Porto Nacional	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Tocantins	171830	Praia Norte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171840	Presidente Kennedy	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171845	Pugmil	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171850	Recursolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171855	Riachinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171865	Rio da Conceição	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171870	Rio dos Bois	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171875	Rio Sono	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171880	Sampaio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171884	Sandolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171886	Santa Fé do Araguaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	171888	Santa Maria do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171889	Santa Rita do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171890	Santa Rosa do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	171900	Santa Tereza do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	172000	Santa Terezinha do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	172010	São Bento do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	172015	São Félix do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	172020	São Miguel do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	172025	São Salvador do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	172030	São Sebastião do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	172049	São Valério	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	172065	Silvanópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	172080	Sítio Novo do Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	172085	Sucupira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	170825	Tabocão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	172090	Taguatinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	172093	Taipas do Tocantins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	172097	Talismã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	172110	Tocantínia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	172120	Tocantinópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
NORTE	Tocantins	172125	Tupirama	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	172130	Tupiratins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
NORTE	Tocantins	172208	Wanderlândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
NORTE	Tocantins	172210	Xambioá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320010	Afonso Cláudio	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320016	Água Doce do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320013	Águia Branca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320020	Alegre	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320030	Alfredo Chaves	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320035	Alto Rio Novo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320040	Anchieta	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320050	Apiacá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320060	Aracruz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320070	Atílio Vivacqua	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320080	Baixo Guandu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320090	Barra de São Francisco	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320100	Boa Esperança	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320110	Bom Jesus do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320115	Brejetuba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Espírito Santo	320120	Cachoeiro de Itapemirim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320130	Cariacica	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320140	Castelo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320150	Colatina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320160	Conceição da Barra	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320170	Conceição do Castelo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320180	Divino de São Lourenço	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320190	Domingos Martins	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320200	Dores do Rio Preto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Espírito Santo	320210	Ecoporanga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320220	Fundão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320225	Governador Lindenberg	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320230	Guaçuí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320240	Guarapari	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320245	Ibatiba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320250	Ibiraçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320255	Ibitirama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320260	Iconha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Espírito Santo	320265	Irupi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320270	Itaguaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320280	Itapemirim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320290	Itarana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320300	Iúna	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320305	Jaguaré	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320310	Jerônimo Monteiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320313	João Neiva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

SUDESTE	Espírito Santo	320316	Laranja da Terra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Espírito Santo	320320	Linhares	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320330	Mantenópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320332	Marataízes	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320334	Marechal Floriano	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320335	Marilândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320340	Mimoso do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320350	Montanha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320360	Mucurici	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320370	Muniz Freire	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320380	Muqui	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320390	Nova Venécia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320400	Pancas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320405	Pedro Canário	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320410	Pinheiros	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320420	Piúma	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320425	Ponto Belo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320430	Presidente Kennedy	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320435	Rio Bananal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320440	Rio Novo do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320450	Santa Leopoldina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320455	Santa Maria de Jetibá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320460	Santa Teresa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320465	São Domingos do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320470	São Gabriel da Palha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320480	São José do Calçado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320490	São Mateus	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320495	São Roque do Canaã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Espírito Santo	320500	Serra	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320501	Sooretama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320503	Vargem Alta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320506	Venda Nova do Imigrante	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320510	Viana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320515	Vila Pavão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Espírito Santo	320517	Vila Valério	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Espírito Santo	320520	Vila Velha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Espírito Santo	320530	Vitória	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310010	Abadia dos Dourados	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310020	Abaeté	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310030	Abre Campo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310040	Acaiaca	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310050	Açucena	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310060	Água Boa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310070	Água Comprida	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310080	Aguanil	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310090	Águas Formosas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310100	Águas Vermelhas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310110	Aimorés	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310120	Aiuruoca	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310130	Alagoa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310140	Albertina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310150	Além Paraíba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310160	Alfenas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310163	Alfredo Vasconcelos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310170	Almenara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310180	Alpercata	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310190	Alpinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310200	Alterosa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310205	Alto Caparaó	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315350	Alto Jequitibá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310210	Alto Rio Doce	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310220	Alvarenga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310230	Alvinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310240	Alvorada de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310250	Amparo do Serra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310260	Andradas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310280	Andrelândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310285	Angelândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310290	Antônio Carlos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310300	Antônio Dias	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310310	Antônio Prado de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310320	Araçaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310330	Aracitaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310340	Araçuaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310350	Araguari	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310360	Arantina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310370	Araponga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310375	Araporã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310380	Arapuá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310390	Araújos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310400	Araxá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310410	Arceburgo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310420	Arcos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310430	Areado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310440	Argirita	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310445	Aricanduva	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310450	Arinos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310460	Astolfo Dutra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310470	Ataléia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310480	Augusto de Lima	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310490	Baependi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310500	Baldim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310510	Bambuí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310520	Bandeira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

SUDESTE	Minas Gerais	310530	Bandeira do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310540	Barão de Cocais	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310550	Barão de Monte Alto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310560	Barbacena	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310570	Barra Longa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310590	Barroso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310600	Bela Vista de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310610	Belmiro Braga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310620	Belo Horizonte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310630	Belo Oriente	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310640	Belo Vale	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310650	Berilo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310665	Berizal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310660	Bertópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310670	Betim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310680	Bias Fortes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310690	Bicas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310700	Biquinhas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310710	Boa Esperança	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310720	Bocaina de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310730	Bocaiúva	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310740	Bom Despacho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310750	Bom Jardim de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310760	Bom Jesus da Penha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310770	Bom Jesus do Amparo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310780	Bom Jesus do Galho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310790	Bom Repouso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310800	Bom Sucesso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310810	Bonfim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310820	Bonfinópolis de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310825	Bonito de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310830	Borda da Mata	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310840	Botelhos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310850	Botumirim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310870	Brás Pires	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310855	Brasilândia de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310860	Brasília de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310880	Braúnas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310890	Brazópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310900	Brumadinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310910	Bueno Brandão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310920	Buenópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310925	Bugre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310930	Buritis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310940	Buritizeiro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	310945	Cabeceira Grande	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310950	Cabo Verde	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310960	Cachoeira da Prata	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310970	Cachoeira de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310270	Cachoeira de Pajeú	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	310980	Cachoeira Dourada	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	310990	Caetanópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311000	Caeté	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311010	Caiana	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311020	Cajuri	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311030	Caldas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311040	Camacho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311050	Camanducaia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311060	Cambuí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311070	Cambuquira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311080	Campanário	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311090	Campanha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311100	Campestre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311110	Campina Verde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311115	Campo Azul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311120	Campo Belo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311130	Campo do Meio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311140	Campo Florido	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311150	Campos Altos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311160	Campos Gerais	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311190	Cana Verde	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311170	Canaã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311180	Canápolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311200	Candeias	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311205	Cantagalo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311210	Caparaó	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311220	Capela Nova	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311230	Capelinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311240	Capetinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311250	Capim Branco	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311260	Capinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311265	Capitão Andrade	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311270	Capitão Enéas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311280	Capitólio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311290	Caputira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311300	Caraí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311310	Caranaíba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311320	Carandaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311330	Carangola	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311340	Caratinga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311350	Carbonita	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311360	Careaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311370	Carlos Chagas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311380	Carmésia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311390	Carmo da Cachoeira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311400	Carmo da Mata	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311410	Carmo de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311420	Carmo do Cajuru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311430	Carmo do Paranaíba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311440	Carmo do Rio Claro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311450	Carmópolis de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311455	Carneirinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311460	Carrancas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311470	Carvalhópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311480	Carvalhos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311490	Casa Grande	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

SUDESTE	Minas Gerais	311500	Cascalho Rico	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311510	Cássia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311530	Cataguases	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311535	Catas Altas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311540	Catas Altas da Noruega	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311545	Catuji	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311547	Catuti	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311550	Caxambu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311560	Cedro do Abaeté	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311570	Central de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311580	Centralina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311590	Chácara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311600	Chalé	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311610	Chapada do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311615	Chapada Gaúcha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311620	Chiador	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311630	Cipotânea	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311640	Claraval	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311650	Claro dos Poções	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311660	Cláudio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311670	Coimbra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311680	Coluna	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311690	Comendador Gomes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311700	Comercinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311710	Conceição da Aparecida	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311520	Conceição da Barra de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311730	Conceição das Alagoas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311720	Conceição das Pedras	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311740	Conceição de Ipanema	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311750	Conceição do Mato Dentro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311760	Conceição do Pará	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311770	Conceição do Rio Verde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311780	Conceição dos Ouros	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311783	Cônego Marinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311787	Confins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311790	Congonhal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311800	Congonhas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311810	Congonhas do Norte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311820	Conquista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311830	Conselheiro Lafaiete	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311840	Conselheiro Pena	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311850	Consolação	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311860	Contagem	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311870	Coqueiral	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311880	Coração de Jesus	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311890	Cordisburgo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311900	Cordislândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311910	Corinto	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311920	Coroaci	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311930	Coromandel	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311940	Coronel Fabriciano	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	311950	Coronel Murta	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311960	Coronel Pacheco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	311970	Coronel Xavier Chaves	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311980	Córrego Danta	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311990	Córrego do Bom Jesus	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	311995	Córrego Fundo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312000	Córrego Novo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312010	Couto de Magalhães de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312015	Crisólita	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312020	Cristais	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312030	Cristália	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312040	Cristiano Otoni	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312050	Cristina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312060	Crucilândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312070	Cruzeiro da Fortaleza	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312080	Cruzília	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312083	Cuparaque	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312087	Curral de Dentro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312090	Curvelo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	312100	Datas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312110	Delfim Moreira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312120	Delfinópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312125	Delta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312130	Descoberto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312140	Desterro de Entre Rios	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312150	Desterro do Melo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312160	Diamantina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312170	Diogo de Vasconcelos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312180	Dionísio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312190	Divinésia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312200	Divino	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312210	Divino das Laranjeiras	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312220	Divinolândia de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312230	Divinópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	312235	Divisa Alegre	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312240	Divisa Nova	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312245	Divisópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312247	Dom Bosco	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312250	Dom Cavati	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312260	Dom Joaquim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312270	Dom Silvério	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312280	Dom Viçoso	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312290	Dona Euzébia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312300	Dores de Campos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312310	Dores de Guanhães	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312320	Dores do Indaiá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312330	Dores do Turvo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312340	Doresópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312350	Douradoquara	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

SUDESTE	Minas Gerais	312352	Durandé	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312360	Elói Mendes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312370	Engenheiro Caldas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312380	Engenheiro Navarro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312385	Entre Folhas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312390	Entre Rios de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312400	Ervália	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312410	Esmeraldas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	312420	Espera Feliz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312430	Espinosa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	312440	Espírito Santo do Dourado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312450	Estiva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312460	Estrela Dalva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312470	Estrela do Indaiá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312480	Estrela do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312490	Eugenópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312500	Ewbank da Câmara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312510	Extrema	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	312520	Fama	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312530	Faria Lemos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312540	Felício dos Santos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312560	Felisburgo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312570	Felixlândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312580	Fernandes Tourinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312590	Ferros	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312595	Fervedouro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312600	Florestal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312610	Formiga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	312620	Formoso	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312630	Fortaleza de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312640	Fortuna de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312650	Francisco Badaró	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312660	Francisco Dumont	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312670	Francisco Sá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	312675	Franciscópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312680	Frei Gaspar	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312690	Frei Inocêncio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312695	Frei Lagonegro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312700	Fronteira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312705	Fronteira dos Vales	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312707	Fruta de Leite	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312710	Frutal	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	312720	Funilândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312730	Galiléia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312733	Gameleiras	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312735	Glaucilândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312737	Goiabeira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312738	Goianá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312740	Gonçalves	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312750	Gonzaga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312760	Gouveia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312770	Governador Valadares	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	312780	Grão Mogol	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312790	Grupiara	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312800	Guanhães	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	312810	Guapé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312820	Guaraciaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312825	Guaraciama	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312830	Guaranésia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312840	Guarani	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312850	Guarará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312860	Guarda-Mor	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312870	Guaxupé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	312880	Guidoval	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312890	Guimarânia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312900	Guiricema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312910	Gurinhatã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312920	Heliodora	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312930	Iapu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312940	Ibertioga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312950	Ibiá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312960	Ibiaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312965	Ibiracatu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312970	Ibiraci	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	312980	Ibirité	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	312990	Ibitiúra de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313000	Ibituruna	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313005	Icaraí de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313010	Igarapé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313020	Igaratinga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313030	Iguatama	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313040	Ijaci	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313050	Ilicínea	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313055	Imbé de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313060	Inconfidentes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313065	Indaiabira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313070	Indianópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313080	Ingaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313090	Inhapim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313100	Inhaúma	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313110	Inimutaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313115	Ipaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313120	Ipanema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313130	Ipatinga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313140	Ipiaçu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313150	Ipuiúna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313160	Iraí de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313170	Itabira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313180	Itabirinha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313190	Itabirito	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313200	Itacambira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313210	Itacarambi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313220	Itaguara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313230	Itaipé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313240	Itajubá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

SUDESTE	Minas Gerais	313250	Itamarandiba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313260	Itamarati de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313270	Itambacuri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313280	Itambé do Mato Dentro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313290	Itamogi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313300	Itamonte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313310	Itanhandu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313320	Itanhomi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313330	Itaobim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313340	Itapagipe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313350	Itapecerica	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313360	Itapeva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313370	Itatiaiuçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313375	Itaú de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313380	Itaúna	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313390	Itaverava	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313400	Itinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313410	Itueta	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313420	Ituiutaba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313430	Itumirim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313440	Iturama	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313450	Itutinga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313460	Jaboticatubas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313470	Jacinto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313480	Jacuí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313490	Jacutinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313500	Jaguaraçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313505	Jaíba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313507	Jampruca	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313510	Janaúba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313520	Januária	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313530	Japaraíba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313535	Japonvar	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313540	Jeceaba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313545	Jenipapo de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313550	Jequeri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313560	Jequitaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313570	Jequitibá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313580	Jequitinhonha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313590	Jesuânia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313600	Joaíma	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313610	Joanésia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313620	João Monlevade	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313630	João Pinheiro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313640	Joaquim Felício	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313650	Jordânia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313652	José Gonçalves de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313655	José Raydan	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313657	Josenópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313665	Juatuba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313670	Juiz de Fora	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313680	Juramento	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313690	Juruaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313695	Juvenília	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313700	Ladainha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313710	Lagamar	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313720	Lagoa da Prata	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313730	Lagoa dos Patos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313740	Lagoa Dourada	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313750	Lagoa Formosa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313753	Lagoa Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313760	Lagoa Santa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313770	Lajinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313780	Lambari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313790	Lamim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313800	Laranjal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313810	Lassance	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313820	Lavras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313830	Leandro Ferreira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313835	Leme do Prado	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313840	Leopoldina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313850	Liberdade	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313860	Lima Duarte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313862	Limeira do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313865	Lontra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313867	Luisburgo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313868	Luislândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313870	Luminárias	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313880	Luz	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313890	Machacalis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313900	Machado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313910	Madre de Deus de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313920	Malacacheta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313925	Mamonas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313930	Manga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313940	Manhuaçu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313950	Manhumirim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313960	Mantena	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313980	Mar de Espanha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	313970	Maravilhas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	313990	Maria da Fé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314000	Mariana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314010	Marilac	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314015	Mário Campos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314020	Maripá de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314030	Marliéria	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314040	Marmelópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314050	Martinho Campos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314053	Martins Soares	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314055	Mata Verde	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314060	Materlândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314070	Mateus Leme	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	317150	Mathias Lobato	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314080	Matias Barbosa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314085	Matias Cardoso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314090	Matipó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

SUDESTE	Minas Gerais	314100	Mato Verde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314110	Matozinhos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314120	Matutina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314130	Medeiros	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314140	Medina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314150	Mendes Pimentel	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314160	Mercês	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314170	Mesquita	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314180	Minas Novas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314190	Minduri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314200	Mirabela	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314210	Miradouro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314220	Miraí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314225	Miravânia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314230	Moeda	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314240	Moema	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314250	Monjolos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314260	Monsenhor Paulo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314270	Montalvânia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314280	Monte Alegre de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314290	Monte Azul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314300	Monte Belo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314310	Monte Carmelo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314315	Monte Formoso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314320	Monte Santo de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314340	Monte Sião	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314330	Montes Claros	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314345	Montezuma	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314350	Morada Nova de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314360	Morro da Garça	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314370	Morro do Pilar	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314380	Munhoz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314390	Muriaé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314400	Mutum	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314410	Muzambinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314420	Nacip Raydan	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314430	Nanuque	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314435	Naque	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314437	Natalândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314440	Natércia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314450	Nazareno	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314460	Nepomuceno	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314465	Ninheira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314467	Nova Belém	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314470	Nova Era	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314480	Nova Lima	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314490	Nova Módica	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314500	Nova Ponte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314505	Nova Porteirinha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314510	Nova Resende	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314520	Nova Serrana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	313660	Nova União	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314530	Novo Cruzeiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314535	Novo Oriente de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314537	Novorizonte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314540	Olaria	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314545	Olhos-d'Água	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314550	Olímpio Noronha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314560	Oliveira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314570	Oliveira Fortes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314580	Onça de Pitangui	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314585	Oratórios	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314587	Orizânia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314590	Ouro Branco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314600	Ouro Fino	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314610	Ouro Preto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314620	Ouro Verde de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314625	Padre Carvalho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314630	Padre Paraíso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314655	Pai Pedro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314640	Paineiras	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314650	Pains	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314660	Paiva	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314670	Palma	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314675	Palmópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314690	Papagaios	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314710	Pará de Minas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314700	Paracatu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314720	Paraguaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314730	Paraisópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314740	Paraopeba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314760	Passa Quatro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314770	Passa Tempo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314780	Passa Vinte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314750	Passabém	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314790	Passos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314795	Patis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314800	Patos de Minas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

SUDESTE	Minas Gerais	314810	Patrocínio	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314820	Patrocínio do Muriaé	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314830	Paula Cândido	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314840	Paulistas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314850	Pavão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314860	Peçanha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314870	Pedra Azul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314875	Pedra Bonita	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314880	Pedra do Anta	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314890	Pedra do Indaiá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314900	Pedra Dourada	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314910	Pedralva	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314915	Pedras de Maria da Cruz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314920	Pedrinópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314930	Pedro Leopoldo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	314940	Pedro Teixeira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314950	Pequeri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314960	Pequi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314970	Perdigão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314980	Perdizes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	314990	Perdões	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	314995	Periquito	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315000	Pescador	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315010	Piau	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315015	Piedade de Caratinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315020	Piedade de Ponte Nova	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315030	Piedade do Rio Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315040	Piedade dos Gerais	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315050	Pimenta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315053	Pingo d'Água	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315057	Pintópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315060	Piracema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315070	Pirajuba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315080	Piranga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315090	Piranguçu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315100	Piranguinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315110	Pirapetinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315120	Pirapora	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315130	Piraúba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315140	Pitangui	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315150	Piumhi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315160	Planura	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315170	Poço Fundo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315180	Poços de Caldas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315190	Pocrane	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315200	Pompéu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315210	Ponte Nova	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315213	Ponto Chique	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315217	Ponto dos Volantes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315220	Porteirinha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315230	Porto Firme	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315240	Poté	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315250	Pouso Alegre	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315260	Pouso Alto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315270	Prados	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315280	Prata	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315290	Pratápolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315300	Pratinha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315310	Presidente Bernardes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315320	Presidente Juscelino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315330	Presidente Kubitschek	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315340	Presidente Olegário	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315360	Prudente de Morais	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315370	Quartel Geral	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315380	Queluzito	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315390	Raposos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315400	Raul Soares	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315410	Recreio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315415	Reduto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315420	Resende Costa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315430	Resplendor	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315440	Ressaquinha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315445	Riachinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315450	Riacho dos Machados	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315460	Ribeirão das Neves	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315470	Ribeirão Vermelho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315480	Rio Acima	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315490	Rio Casca	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315510	Rio do Prado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315500	Rio Doce	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315520	Rio Espera	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315530	Rio Manso	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315540	Rio Novo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315550	Rio Paranaíba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315560	Rio Pardo de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315570	Rio Piracicaba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315580	Rio Pomba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315590	Rio Preto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315600	Rio Vermelho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315610	Ritápolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315620	Rochedo de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315630	Rodeiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315640	Romaria	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315645	Rosário da Limeira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315650	Rubelita	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315660	Rubim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315670	Sabará	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315680	Sabinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315690	Sacramento	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315700	Salinas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315710	Salto da Divisa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315720	Santa Bárbara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315725	Santa Bárbara do Leste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315727	Santa Bárbara do Monte Verde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315730	Santa Bárbara do Tugúrio	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315733	Santa Cruz de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

SUDESTE	Minas Gerais	315737	Santa Cruz de Salinas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315740	Santa Cruz do Escalvado	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315750	Santa Efigênia de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315760	Santa Fé de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315765	Santa Helena de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315770	Santa Juliana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315780	Santa Luzia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315790	Santa Margarida	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315800	Santa Maria de Itabira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315810	Santa Maria do Salto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315820	Santa Maria do Suaçuí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315920	Santa Rita de Caldas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315940	Santa Rita de Ibitipoca	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315930	Santa Rita de Jacutinga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315935	Santa Rita de Minas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315950	Santa Rita do Itueto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315960	Santa Rita do Sapucaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315970	Santa Rosa da Serra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315980	Santa Vitória	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315830	Santana da Vargem	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315840	Santana de Cataguases	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315850	Santana de Pirapama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315860	Santana do Deserto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315870	Santana do Garambéu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315880	Santana do Jacaré	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315890	Santana do Manhuaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	315895	Santana do Paraíso	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	315900	Santana do Riacho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315910	Santana dos Montes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	315990	Santo Antônio do Amparo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316000	Santo Antônio do Aventureiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316010	Santo Antônio do Grama	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316020	Santo Antônio do Itambé	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316030	Santo Antônio do Jacinto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316040	Santo Antônio do Monte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316045	Santo Antônio do Retiro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316060	Santo Hipólito	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316070	Santos Dumont	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316080	São Bento Abade	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316090	São Brás do Suaçuí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316095	São Domingos das Dores	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316100	São Domingos do Prata	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316105	São Félix de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316110	São Francisco	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316120	São Francisco de Paula	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316130	São Francisco de Sales	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316140	São Francisco do Glória	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316150	São Geraldo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316160	São Geraldo da Piedade	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316165	São Geraldo do Baixio	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316170	São Gonçalo do Abaeté	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316180	São Gonçalo do Pará	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316190	São Gonçalo do Rio Abaixo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	312550	São Gonçalo do Rio Preto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316200	São Gonçalo do Sapucaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316210	São Gotardo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316220	São João Batista do Glória	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316225	São João da Lagoa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316230	São João da Mata	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316240	São João da Ponte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316245	São João das Missões	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316250	São João del Rei	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316255	São João do Manhuaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316257	São João do Manteninha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316260	São João do Oriente	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316265	São João do Pacuí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316270	São João do Paraíso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316280	São João Evangelista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316290	São João Nepomuceno	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316292	São Joaquim de Bicas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316294	São José da Barra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316295	São José da Lapa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316300	São José da Safira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316310	São José da Varginha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316320	São José do Alegre	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316330	São José do Divino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316340	São José do Goiabal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316350	São José do Jacuri	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316360	São José do Mantimento	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316370	São Lourenço	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316380	São Miguel do Anta	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316390	São Pedro da União	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316410	São Pedro do Suaçuí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316400	São Pedro dos Ferros	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316420	São Romão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316430	São Roque de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316440	São Sebastião da Bela Vista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316443	São Sebastião da Vargem Alegre	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316447	São Sebastião do Anta	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316450	São Sebastião do Maranhão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316460	São Sebastião do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316470	São Sebastião do Paraíso	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316480	São Sebastião do Rio Preto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316490	São Sebastião do Rio Verde	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316500	São Tiago	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316510	São Tomás de Aquino	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316520	São Tomé das Letras	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316530	São Vicente de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316540	Sapucaí-Mirim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316550	Sardoá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316553	Sarzedo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316556	Sem-Peixe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316557	Senador Amaral	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316560	Senador Cortes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316570	Senador Firmino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

SUDESTE	Minas Gerais	316580	Senador José Bento	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316590	Senador Modestino Gonçalves	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316600	Senhora de Oliveira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316610	Senhora do Porto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316620	Senhora dos Remédios	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316630	Sericita	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316640	Seritinga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316650	Serra Azul de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316660	Serra da Saudade	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316680	Serra do Salitre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316670	Serra dos Aimorés	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316690	Serrania	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316695	Serranópolis de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316700	Serranos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316710	Serro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316720	Sete Lagoas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316555	Setubinha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316730	Silveirânia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316740	Silvianópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316750	Simão Pereira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316760	Simonésia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316770	Sobrália	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316780	Soledade de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316790	Tabuleiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316800	Taiobeiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316805	Taparuba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316810	Tapira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316820	Tapiraí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316830	Taquaraçu de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316840	Tarumirim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316850	Teixeiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316860	Teófilo Otoni	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316870	Timóteo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316880	Tiradentes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316890	Tiros	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316900	Tocantins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316905	Tocos do Moji	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	316910	Toledo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316920	Tombos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316930	Três Corações	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316935	Três Marias	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316940	Três Pontas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316950	Tumiritinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316960	Tupaciguara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	316970	Turmalina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316980	Turvolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	316990	Ubá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	317000	Ubaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	317005	Ubaporanga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	317010	Uberaba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	317020	Uberlândia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	317030	Umburatiba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	317040	Unaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	317043	União de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	317047	Uruana de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	317050	Urucânia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	317052	Urucuia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	317057	Vargem Alegre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	317060	Vargem Bonita	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	317065	Vargem Grande do Rio Pardo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	317070	Varginha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	317075	Varjão de Minas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	317080	Várzea da Palma	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	317090	Varzelândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	317100	Vazante	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	317103	Verdelândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	317107	Veredinha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	317110	Veríssimo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	317115	Vermelho Novo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	317120	Vespasiano	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Minas Gerais	317130	Viçosa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	317140	Vieiras	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	317160	Virgem da Lapa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	317170	Virgínia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	317180	Virginópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Minas Gerais	317190	Virgolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	317200	Visconde do Rio Branco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	317210	Volta Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Minas Gerais	317220	Wenceslau Braz	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330010	Angra dos Reis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330015	Aperibé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330020	Araruama	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330022	Areal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330023	Armação dos Búzios	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330025	Arraial do Cabo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330030	Barra do Piraí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330040	Barra Mansa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330045	Belford Roxo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330050	Bom Jardim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330060	Bom Jesus do Itabapoana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330070	Cabo Frio	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330080	Cachoeiras de Macacu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330090	Cambuci	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330100	Campos dos Goytacazes	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330110	Cantagalo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330093	Carapebus	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330115	Cardoso Moreira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330120	Carmo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330130	Casimiro de Abreu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

SUDESTE	Rio de Janeiro	330095	Comendador Levy Gasparian	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330140	Conceição de Macabu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330150	Cordeiro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330160	Duas Barras	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330170	Duque de Caxias	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330180	Engenheiro Paulo de Frontin	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330185	Guapimirim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330187	Iguaba Grande	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330190	Itaboraí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330200	Itaguaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330205	Italva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330210	Itaocara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330220	Itaperuna	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330225	Itatiaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330227	Japeri	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330230	Laje do Muriaé	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330240	Macaé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330245	Macuco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330250	Magé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330260	Mangaratiba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330270	Maricá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330280	Mendes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330285	Mesquita	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330290	Miguel Pereira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330300	Miracema	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330310	Natividade	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330320	Nilópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330330	Niterói	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330340	Nova Friburgo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330350	Nova Iguaçu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330360	Paracambi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330370	Paraíba do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330380	Paraty	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330385	Paty do Alferes	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330390	Petrópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330395	Pinheiral	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330400	Piraí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330410	Porciúncula	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330411	Porto Real	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330412	Quatis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330414	Queimados	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330415	Quissamã	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330420	Resende	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330430	Rio Bonito	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330440	Rio Claro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330450	Rio das Flores	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330452	Rio das Ostras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330455	Rio de Janeiro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330460	Santa Maria Madalena	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330470	Santo Antônio de Pádua	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330480	São Fidélis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330475	São Francisco de Itabapoana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330490	São Gonçalo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330500	São João da Barra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330510	São João de Meriti	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330513	São José de Ubá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330515	São José do Vale do Rio Preto	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330520	São Pedro da Aldeia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330530	São Sebastião do Alto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330540	Sapucaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330550	Saquarema	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330555	Seropédica	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330560	Silva Jardim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330570	Sumidouro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330575	Tanguá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330580	Teresópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330590	Trajano de Moraes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330600	Três Rios	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330610	Valença	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330615	Varre-Sai	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330620	Vassouras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	Rio de Janeiro	330630	Volta Redonda	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350010	Adamantina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350020	Adolfo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350030	Aguaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350040	Águas da Prata	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350050	Águas de Lindóia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350055	Águas de Santa Bárbara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350060	Águas de São Pedro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350070	Agudos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350075	Alambari	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350080	Alfredo Marcondes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350090	Altair	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350100	Altinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350110	Alto Alegre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350115	Alumínio	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350120	Álvares Florence	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350130	Álvares Machado	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350140	Álvaro de Carvalho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350150	Alvinlândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350160	Americana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350170	Américo Brasiliense	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350180	Américo de Campos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350190	Amparo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350200	Analândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350210	Andradina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350220	Angatuba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350230	Anhembi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350240	Anhumas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350250	Aparecida	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350260	Aparecida d'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350270	Apiaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350275	Araçariguama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350280	Araçatuba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

SUDESTE	São Paulo	350290	Araçoiaba da Serra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350300	Aramina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350310	Arandu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350315	Arapeí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350320	Araraquara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350330	Araras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350335	Arco-Íris	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350340	Arealva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350350	Areias	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350360	Areiópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350370	Ariranha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350380	Artur Nogueira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350390	Arujá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350395	Aspásia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350400	Assis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350410	Atibaia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350420	Auriflama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350430	Avaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350440	Avanhandava	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350450	Avaré	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350460	Bady Bassitt	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350470	Balbinos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350480	Bálsamo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350490	Bananal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350500	Barão de Antonina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350510	Barbosa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350520	Bariri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350530	Barra Bonita	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350535	Barra do Chapéu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350540	Barra do Turvo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350550	Barretos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350560	Barrinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350570	Barueri	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350580	Bastos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350590	Batatais	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350600	Bauru	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350610	Bebedouro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350620	Bento de Abreu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350630	Bernardino de Campos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350635	Bertioga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350640	Bilac	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350650	Birigui	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350660	Biritiba Mirim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350670	Boa Esperança do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350680	Bocaina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350690	Bofete	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350700	Boituva	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350710	Bom Jesus dos Perdões	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350715	Bom Sucesso de Itararé	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350720	Borá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350730	Boracéia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350740	Borborema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350745	Borebi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350750	Botucatu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350760	Bragança Paulista	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350770	Braúna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350775	Brejo Alegre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350780	Brodowski	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350790	Brotas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350800	Buri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350810	Buritama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350820	Buritizal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350830	Cabrália Paulista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350840	Cabreúva	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350850	Caçapava	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350860	Cachoeira Paulista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350870	Caconde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350880	Cafelândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350890	Caiabu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	350900	Caieiras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350910	Caiuá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350920	Cajamar	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350925	Cajati	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350930	Cajobi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350940	Cajuru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350945	Campina do Monte Alegre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350950	Campinas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350960	Campo Limpo Paulista	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350970	Campos do Jordão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	350980	Campos Novos Paulista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

SUDESTE	São Paulo	350990	Cananéia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	350995	Canas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351000	Cândido Mota	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351010	Cândido Rodrigues	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351015	Canitar	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351020	Capão Bonito	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351030	Capela do Alto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351040	Capivari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351050	Caraguatatuba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351060	Carapicuíba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351070	Cardoso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351080	Casa Branca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351090	Cássia dos Coqueiros	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351100	Castilho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351110	Catanduva	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351120	Catiguá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351130	Cedral	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351140	Cerqueira César	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351150	Cerquilho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351160	Cesário Lange	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351170	Charqueada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355720	Chavantes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351190	Clementina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351200	Colina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351210	Colômbia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351220	Conchal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351230	Conchas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351240	Cordeirópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351250	Coroados	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351260	Coronel Macedo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351270	Corumbataí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351280	Cosmópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351290	Cosmorama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351300	Cotia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351310	Cravinhos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351320	Cristais Paulista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351330	Cruzália	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351340	Cruzeiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351350	Cubatão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351360	Cunha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351370	Descalvado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351380	Diadema	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351385	Dirce Reis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351390	Divinolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351400	Dobrada	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351410	Dois Córregos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351420	Dolcinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351430	Dourado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351440	Dracena	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351450	Duartina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351460	Dumont	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351470	Echaporã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351480	Eldorado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351490	Elias Fausto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351492	Elisiário	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351495	Embaúba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351500	Embu das Artes	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351510	Embu-Guaçu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351512	Emilianópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351515	Engenheiro Coelho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351518	Espírito Santo do Pinhal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351519	Espírito Santo do Turvo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355730	Estiva Gerbi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351530	Estrela do Norte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351520	Estrela d'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351535	Euclides da Cunha Paulista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351540	Fartura	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351560	Fernando Prestes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351550	Fernandópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351565	Fernão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351570	Ferraz de Vasconcelos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351580	Flora Rica	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351590	Floreal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351600	Flórida Paulista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351610	Florínea	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351620	Franca	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351630	Francisco Morato	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351640	Franco da Rocha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351650	Gabriel Monteiro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351660	Gália	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351670	Garça	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351680	Gastão Vidigal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351685	Gavião Peixoto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351690	General Salgado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351700	Getulina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351710	Glicério	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351720	Guaiçara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351730	Guaimbê	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351740	Guaíra	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351750	Guapiaçu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351760	Guapiara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351770	Guará	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351780	Guaraçaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351790	Guaraci	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351800	Guarani d'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351810	Guarantã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351820	Guararapes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351830	Guararema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351840	Guaratinguetá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351850	Guareí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351860	Guariba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351870	Guarujá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351880	Guarulhos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351885	Guatapará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351890	Guzolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

SUDESTE	São Paulo	351900	Herculândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351905	Holambra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351907	Hortolândia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351910	Iacanga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351920	Iacri	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	351925	Iaras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351930	Ibaté	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351940	Ibirá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351950	Ibirarema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351960	Ibitinga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351970	Ibiúna	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	351980	Icém	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	351990	Iepê	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352000	Igaraçu do Tietê	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352010	Igarapava	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352020	Igaratá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352030	Iguape	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352042	Ilha Comprida	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352044	Ilha Solteira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352040	Ilhabela	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352050	Indaiatuba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352060	Indiana	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352070	Indiaporã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352080	Inúbia Paulista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352090	Ipaussu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352100	Iperó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352110	Ipeúna	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352115	Ipiguá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352120	Iporanga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352130	Ipuã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352140	Iracemápolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352150	Irapuã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352160	Irapuru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352170	Itaberá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352180	Itaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352190	Itajobi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352200	Itaju	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352210	Itanhaém	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352215	Itaoca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352220	Itapecerica da Serra	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352230	Itapetininga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352240	Itapeva	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352250	Itapevi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352260	Itapira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352265	Itapirapuã Paulista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352270	Itápolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352280	Itaporanga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352290	Itapuí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352300	Itapura	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352310	Itaquaquecetuba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352320	Itararé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352330	Itariri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352340	Itatiba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352350	Itatinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352360	Itirapina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352370	Itirapuã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352380	Itobi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352390	Itu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352400	Itupeva	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352410	Ituverava	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352420	Jaborandi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352430	Jaboticabal	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352440	Jacareí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352450	Jaci	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352460	Jacupiranga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352470	Jaguariúna	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352480	Jales	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352490	Jambeiro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352500	Jandira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352510	Jardinópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352520	Jarinu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352530	Jaú	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352540	Jeriquara	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352550	Joanópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352560	João Ramalho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352570	José Bonifácio	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352580	Júlio Mesquita	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352585	Jumirim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352590	Jundiaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352600	Junqueirópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352610	Juquiá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352620	Juquitiba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352630	Lagoinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352640	Laranjal Paulista	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352650	Lavínia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352660	Lavrinhas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352670	Leme	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352680	Lençóis Paulista	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352690	Limeira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352700	Lindóia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352710	Lins	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352720	Lorena	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352725	Lourdes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352730	Louveira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352740	Lucélia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352750	Lucianópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352760	Luís Antônio	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352770	Luiziânia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352780	Lupércio	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352790	Lutécia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352800	Macatuba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352810	Macaubal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352820	Macedônia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352830	Magda	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352840	Mairinque	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352850	Mairiporã	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00

SUDESTE	São Paulo	352860	Manduri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352870	Marabá Paulista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352880	Maracaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352885	Marapoama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352890	Mariápolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352900	Marília	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352910	Marinópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	352920	Martinópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352930	Matão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352940	Mauá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352950	Mendonça	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352960	Meridiano	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352965	Mesópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352970	Miguelópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	352980	Mineiros do Tietê	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353000	Mira Estrela	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	352990	Miracatu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353010	Mirandópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353020	Mirante do Paranapanema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353030	Mirassol	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353040	Mirassolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353050	Mococa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353060	Mogi das Cruzes	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353070	Mogi Guaçu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353080	Mogi Mirim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353090	Mombuca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353100	Monções	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353110	Mongaguá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353120	Monte Alegre do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353130	Monte Alto	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353140	Monte Aprazível	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353150	Monte Azul Paulista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353160	Monte Castelo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353180	Monte Mor	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353170	Monteiro Lobato	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353190	Morro Agudo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353200	Morungaba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353205	Motuca	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353210	Murutinga do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353215	Nantes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353220	Narandiba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353230	Natividade da Serra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353240	Nazaré Paulista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353250	Neves Paulista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353260	Nhandeara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353270	Nipoã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353280	Nova Aliança	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353282	Nova Campina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353284	Nova Canaã Paulista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353286	Nova Castilho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353290	Nova Europa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353300	Nova Granada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353310	Nova Guataporanga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353320	Nova Independência	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353330	Nova Luzitânia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353340	Nova Odessa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353325	Novais	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353350	Novo Horizonte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353360	Nuporanga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353370	Ocauçu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353380	Óleo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353390	Olímpia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353400	Onda Verde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353410	Oriente	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353420	Orindiúva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353430	Orlândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353440	Osasco	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353450	Oscar Bressane	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353460	Osvaldo Cruz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353470	Ourinhos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353480	Ouro Verde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353475	Ouroeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353490	Pacaembu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353500	Palestina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353510	Palmares Paulista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353520	Palmeira d'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353530	Palmital	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353540	Panorama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353550	Paraguaçu Paulista	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353560	Paraibuna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353570	Paraíso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353580	Paranapanema	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353590	Paranapuã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353600	Parapuã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353610	Pardinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353620	Pariquera-Açu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353625	Parisi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353630	Patrocínio Paulista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

SUDESTE	São Paulo	353640	Paulicéia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353650	Paulínia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353657	Paulistânia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353660	Paulo de Faria	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353670	Pederneiras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353680	Pedra Bela	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353690	Pedranópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353700	Pedregulho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353710	Pedreira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353715	Pedrinhas Paulista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353720	Pedro de Toledo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353730	Penápolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353740	Pereira Barreto	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353750	Pereiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353760	Peruíbe	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353770	Piacatu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353780	Piedade	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353790	Pilar do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353800	Pindamonhangaba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353810	Pindorama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353820	Pinhalzinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353830	Piquerobi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353850	Piquete	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353860	Piracaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353870	Piracicaba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353880	Piraju	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353890	Pirajuí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353900	Pirangi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353910	Pirapora do Bom Jesus	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353920	Pirapozinho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353930	Pirassununga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353940	Piratininga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	353950	Pitangueiras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353960	Planalto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353970	Platina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	353980	Poá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	353990	Poloni	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354000	Pompéia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354010	Pongaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354020	Pontal	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354025	Pontalinda	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354030	Pontes Gestal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354040	Populina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354050	Porangaba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354060	Porto Feliz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354070	Porto Ferreira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354075	Potim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354080	Potirendaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354085	Pracinha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354090	Pradópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354100	Praia Grande	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354105	Pratânia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354110	Presidente Alves	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354120	Presidente Bernardes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354130	Presidente Epitácio	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354140	Presidente Prudente	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354150	Presidente Venceslau	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354160	Promissão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354165	Quadra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354170	Quatá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354180	Queiroz	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354190	Queluz	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354200	Quintana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354210	Rafard	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354220	Rancharia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354230	Redenção da Serra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354240	Regente Feijó	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354250	Reginópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354260	Registro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354270	Restinga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354280	Ribeira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354290	Ribeirão Bonito	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354300	Ribeirão Branco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354310	Ribeirão Corrente	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354320	Ribeirão do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354323	Ribeirão dos Índios	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354325	Ribeirão Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354330	Ribeirão Pires	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354340	Ribeirão Preto	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354360	Rifaina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354370	Rincão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354380	Rinópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354390	Rio Claro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354400	Rio das Pedras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354410	Rio Grande da Serra	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354420	Riolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354350	Riversul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354425	Rosana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354430	Roseira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354440	Rubiácea	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354450	Rubinéia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354460	Sabino	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354470	Sagres	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

SUDESTE	São Paulo	354480	Sales	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354490	Sales Oliveira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354500	Salesópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354510	Salmourão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354515	Saltinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354520	Salto	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354530	Salto de Pirapora	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354540	Salto Grande	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354550	Sandovalina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354560	Santa Adélia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354570	Santa Albertina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354580	Santa Bárbara d'Oeste	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354600	Santa Branca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354610	Santa Clara d'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354620	Santa Cruz da Conceição	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354625	Santa Cruz da Esperança	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354630	Santa Cruz das Palmeiras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354640	Santa Cruz do Rio Pardo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354650	Santa Ernestina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354660	Santa Fé do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354670	Santa Gertrudes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354680	Santa Isabel	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354690	Santa Lúcia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354700	Santa Maria da Serra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354710	Santa Mercedes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354750	Santa Rita do Passa Quatro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354740	Santa Rita d'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354760	Santa Rosa de Viterbo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354765	Santa Salete	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354720	Santana da Ponte Pensa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354730	Santana de Parnaíba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354770	Santo Anastácio	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354780	Santo André	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354790	Santo Antônio da Alegria	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354800	Santo Antônio de Posse	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354805	Santo Antônio do Aracanguá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354810	Santo Antônio do Jardim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354820	Santo Antônio do Pinhal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354830	Santo Expedito	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354840	Santópolis do Aguapeí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354850	Santos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354860	São Bento do Sapucaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354870	São Bernardo do Campo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354880	São Caetano do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354890	São Carlos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354900	São Francisco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354910	São João da Boa Vista	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354920	São João das Duas Pontes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354925	São João de Iracema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	354930	São João do Pau d'Alho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354940	São Joaquim da Barra	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354950	São José da Bela Vista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354960	São José do Barreiro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	354970	São José do Rio Pardo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354980	São José do Rio Preto	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354990	São José dos Campos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	354995	São Lourenço da Serra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355000	São Luiz do Paraitinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355010	São Manuel	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355020	São Miguel Arcanjo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355030	São Paulo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355040	São Pedro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355050	São Pedro do Turvo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355060	São Roque	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355070	São Sebastião	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355080	São Sebastião da Grama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355090	São Simão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355100	São Vicente	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355110	Sarapuí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355120	Sarutaiá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355130	Sebastianópolis do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355140	Serra Azul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355160	Serra Negra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355150	Serrana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355170	Sertãozinho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355180	Sete Barras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355190	Severínia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355200	Silveiras	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355210	Socorro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355220	Sorocaba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355230	Sud Mennucci	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355240	Sumaré	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355255	Suzanápolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355250	Suzano	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355260	Tabapuã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355270	Tabatinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355280	Taboão da Serra	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355290	Taciba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355300	Taguaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355310	Taiaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355320	Taiúva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355330	Tambaú	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355340	Tanabi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355350	Tapiraí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355360	Tapiratiba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355365	Taquaral	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355370	Taquaritinga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355380	Taquarituba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355385	Taquarivaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355390	Tarabai	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355395	Tarumã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355400	Tatuí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355410	Taubaté	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355420	Tejupá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355430	Teodoro Sampaio	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355440	Terra Roxa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

SUDESTE	São Paulo	355450	Tietê	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355460	Timburi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355465	Torre de Pedra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355470	Torrinha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355475	Trabiju	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355480	Tremembé	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355490	Três Fronteiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355495	Tuiuti	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355500	Tupã	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355510	Tupi Paulista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355520	Turiúba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355530	Turmalina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355535	Ubarana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355540	Ubatuba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355550	Ubirajara	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355560	Uchoa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355570	União Paulista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355580	Urânia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355590	Uru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355600	Urupês	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355610	Valentim Gentil	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355620	Valinhos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355630	Valparaíso	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355635	Vargem	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUDESTE	São Paulo	355640	Vargem Grande do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355645	Vargem Grande Paulista	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355650	Várzea Paulista	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355660	Vera Cruz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355670	Vinhedo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355680	Viradouro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355690	Vista Alegre do Alto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355695	Vitória Brasil	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUDESTE	São Paulo	355700	Votorantim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355710	Votuporanga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUDESTE	São Paulo	355715	Zacarias	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410010	Abatiá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410020	Adrianópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410030	Agudos do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410040	Almirante Tamandaré	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410045	Altamira do Paraná	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412862	Alto Paraíso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410060	Alto Paraná	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410070	Alto Piquiri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410050	Altônia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410080	Alvorada do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410090	Amaporã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410100	Ampére	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410105	Anahy	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410110	Andirá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410115	Ângulo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410120	Antonina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410130	Antônio Olinto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410140	Apucarana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410150	Arapongas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410160	Arapoti	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410165	Arapuã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410170	Araruna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410180	Araucária	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410185	Ariranha do Ivaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410190	Assaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410200	Assis Chateaubriand	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410210	Astorga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410220	Atalaia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410230	Balsa Nova	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410240	Bandeirantes	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410250	Barbosa Ferraz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410270	Barra do Jacaré	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410260	Barracão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410275	Bela Vista da Caroba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410280	Bela Vista do Paraíso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410290	Bituruna	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410300	Boa Esperança	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410302	Boa Esperança do Iguaçu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410304	Boa Ventura de São Roque	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410305	Boa Vista da Aparecida	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410310	Bocaiúva do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410315	Bom Jesus do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410320	Bom Sucesso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410322	Bom Sucesso do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410330	Borrazópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410335	Braganey	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410337	Brasilândia do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410340	Cafeara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410345	Cafelândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410347	Cafezal do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410350	Califórnia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410360	Cambará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410370	Cambé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410380	Cambira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410390	Campina da Lagoa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410395	Campina do Simão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410400	Campina Grande do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410405	Campo Bonito	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410410	Campo do Tenente	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410420	Campo Largo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410425	Campo Magro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410430	Campo Mourão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410440	Cândido de Abreu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410442	Candói	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410445	Cantagalo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

SUL	Paraná	410450	Capanema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410460	Capitão Leônidas Marques	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410465	Carambeí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410470	Carlópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410480	Cascavel	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410490	Castro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410500	Catanduvas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410510	Centenário do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410520	Cerro Azul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410530	Céu Azul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410540	Chopinzinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410550	Cianorte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410560	Cidade Gaúcha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410570	Clevelândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410580	Colombo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410590	Colorado	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410600	Congonhinhas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410610	Conselheiro Mairinck	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410620	Contenda	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410630	Corbélia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410640	Cornélio Procópio	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410645	Coronel Domingos Soares	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410650	Coronel Vivida	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410655	Corumbataí do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410680	Cruz Machado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410657	Cruzeiro do Iguaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410660	Cruzeiro do Oeste	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410670	Cruzeiro do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410685	Cruzmaltina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410690	Curitiba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410700	Curiúva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410710	Diamante do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410712	Diamante do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410715	Diamante D'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410720	Dois Vizinhos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410725	Douradina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410730	Doutor Camargo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412863	Doutor Ulysses	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410740	Enéas Marques	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410750	Engenheiro Beltrão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410753	Entre Rios do Oeste	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410752	Esperança Nova	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410754	Espigão Alto do Iguaçu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410755	Farol	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410760	Faxinal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410765	Fazenda Rio Grande	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410770	Fênix	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410773	Fernandes Pinheiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410775	Figueira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410785	Flor da Serra do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410780	Floraí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410790	Floresta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410800	Florestópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410810	Flórida	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410820	Formosa do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410830	Foz do Iguaçu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410845	Foz do Jordão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410832	Francisco Alves	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410840	Francisco Beltrão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410850	General Carneiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410855	Godoy Moreira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410860	Goioerê	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410865	Goioxim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410870	Grandes Rios	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410880	Guaíra	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410890	Guairaçá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410895	Guamiranga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410900	Guapirama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410910	Guaporema	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410920	Guaraci	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410930	Guaraniaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410940	Guarapuava	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410950	Guaraqueçaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410960	Guaratuba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410965	Honório Serpa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	410970	Ibaiti	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410975	Ibema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	410980	Ibiporã	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	410990	Icaraíma	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411000	Iguaraçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411005	Iguatu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411007	Imbaú	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411010	Imbituva	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411020	Inácio Martins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411030	Inajá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411040	Indianópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411050	Ipiranga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411060	Iporã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411065	Iracema do Oeste	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411070	Irati	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411080	Iretama	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411090	Itaguajé	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411095	Itaipulândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411100	Itambaracá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411110	Itambé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411120	Itapejara d'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411125	Itaperuçu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411130	Itaúna do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411140	Ivaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411150	Ivaiporã	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411155	Ivaté	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411160	Ivatuba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411170	Jaboti	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411180	Jacarezinho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411190	Jaguapitã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

SUL	Paraná	411200	Jaguariaíva	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411210	Jandaia do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411220	Janiópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411230	Japira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411240	Japurá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411250	Jardim Alegre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411260	Jardim Olinda	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411270	Jataizinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411275	Jesuítas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411280	Joaquim Távora	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411290	Jundiaí do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411295	Juranda	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411300	Jussara	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411310	Kaloré	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411320	Lapa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411325	Laranjal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411330	Laranjeiras do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411340	Leópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411342	Lidianópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411345	Lindoeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411350	Loanda	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411360	Lobato	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411370	Londrina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411373	Luiziana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411375	Lunardelli	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411380	Lupionópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411390	Mallet	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411400	Mamborê	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411410	Mandaguaçu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411420	Mandaguari	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411430	Mandirituba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411435	Manfrinópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411440	Mangueirinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411450	Manoel Ribas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411460	Marechal Cândido Rondon	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411470	Maria Helena	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411480	Marialva	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411490	Marilândia do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411500	Marilena	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411510	Mariluz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411520	Maringá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411530	Mariópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411535	Maripá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411540	Marmeleiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411545	Marquinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411550	Marumbi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411560	Matelândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411570	Matinhos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411573	Mato Rico	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411575	Mauá da Serra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411580	Medianeira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411585	Mercedes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411590	Mirador	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411600	Miraselva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411605	Missal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411610	Moreira Sales	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411620	Morretes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411630	Munhoz de Melo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411640	Nossa Senhora das Graças	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411650	Nova Aliança do Ivaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411660	Nova América da Colina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411670	Nova Aurora	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411680	Nova Cantu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411690	Nova Esperança	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411695	Nova Esperança do Sudoeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411700	Nova Fátima	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411705	Nova Laranjeiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411710	Nova Londrina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411720	Nova Olímpia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411725	Nova Prata do Iguaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411721	Nova Santa Bárbara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411722	Nova Santa Rosa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411727	Nova Tebas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411729	Novo Itacolomi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411730	Ortigueira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411740	Ourizona	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411745	Ouro Verde do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411750	Paiçandu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411760	Palmas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411770	Palmeira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411780	Palmital	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411790	Palotina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411800	Paraíso do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411810	Paranacity	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411820	Paranaguá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411830	Paranapoema	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411840	Paranavaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411845	Pato Bragado	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411850	Pato Branco	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411860	Paula Freitas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411870	Paulo Frontin	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411880	Peabiru	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411885	Perobal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411890	Pérola	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411900	Pérola d'Oeste	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411910	Piên	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411915	Pinhais	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411925	Pinhal de São Bento	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411920	Pinhalão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411930	Pinhão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411940	Piraí do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411950	Piraquara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411960	Pitanga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411965	Pitangueiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	411970	Planaltina do Paraná	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	411980	Planalto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

SUL	Paraná	411990	Ponta Grossa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	411995	Pontal do Paraná	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412000	Porecatu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412010	Porto Amazonas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412015	Porto Barreiro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412020	Porto Rico	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412030	Porto Vitória	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412033	Prado Ferreira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412035	Pranchita	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412040	Presidente Castelo Branco	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412050	Primeiro de Maio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412060	Prudentópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412065	Quarto Centenário	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412070	Quatiguá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412080	Quatro Barras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412085	Quatro Pontes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412090	Quedas do Iguaçu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412100	Querência do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412110	Quinta do Sol	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412120	Quitandinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412125	Ramilândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412130	Rancho Alegre	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412135	Rancho Alegre D'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412140	Realeza	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412150	Rebouças	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412160	Renascença	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412170	Reserva	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412175	Reserva do Iguaçu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412180	Ribeirão Claro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412190	Ribeirão do Pinhal	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412200	Rio Azul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412210	Rio Bom	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412215	Rio Bonito do Iguaçu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412217	Rio Branco do Ivaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412220	Rio Branco do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412230	Rio Negro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412240	Rolândia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412250	Roncador	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412260	Rondon	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412265	Rosário do Ivaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412270	Sabáudia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412280	Salgado Filho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412290	Salto do Itararé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412300	Salto do Lontra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412310	Santa Amélia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412320	Santa Cecília do Pavão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412330	Santa Cruz de Monte Castelo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412340	Santa Fé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412350	Santa Helena	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412360	Santa Inês	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412370	Santa Isabel do Ivaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412380	Santa Izabel do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412382	Santa Lúcia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412385	Santa Maria do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412390	Santa Mariana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412395	Santa Mônica	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412402	Santa Tereza do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412405	Santa Terezinha de Itaipu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412400	Santana do Itararé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412410	Santo Antônio da Platina	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412420	Santo Antônio do Caiuá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412430	Santo Antônio do Paraíso	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412440	Santo Antônio do Sudoeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412450	Santo Inácio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412460	São Carlos do Ivaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412470	São Jerônimo da Serra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412480	São João	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412490	São João do Caiuá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412500	São João do Ivaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412510	São João do Triunfo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412530	São Jorge do Ivaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412535	São Jorge do Patrocínio	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412520	São Jorge d'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412540	São José da Boa Vista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412545	São José das Palmeiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412550	São José dos Pinhais	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412555	São Manoel do Paraná	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412560	São Mateus do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412570	São Miguel do Iguaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412575	São Pedro do Iguaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412580	São Pedro do Ivaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412590	São Pedro do Paraná	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412600	São Sebastião da Amoreira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412610	São Tomé	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412620	Sapopema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412625	Sarandi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412627	Saudade do Iguaçu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412630	Sengés	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

SUL	Paraná	412635	Serranópolis do Iguaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412640	Sertaneja	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412650	Sertanópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412660	Siqueira Campos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412665	Sulina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412667	Tamarana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412670	Tamboara	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412680	Tapejara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412690	Tapira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412700	Teixeira Soares	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412710	Telêmaco Borba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412720	Terra Boa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412730	Terra Rica	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412740	Terra Roxa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412750	Tibagi	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412760	Tijucas do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412770	Toledo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412780	Tomazina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412785	Três Barras do Paraná	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412788	Tunas do Paraná	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412790	Tuneiras do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412795	Tupãssi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412796	Turvo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412800	Ubiratã	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412810	Umuarama	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412820	União da Vitória	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412830	Uniflor	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412840	Uraí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412853	Ventania	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412855	Vera Cruz do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412860	Verê	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412865	Virmond	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Paraná	412870	Vitorino	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Paraná	412850	Wenceslau Braz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Paraná	412880	Xambrê	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430003	Aceguá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430005	Água Santa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430010	Agudo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430020	Ajuricaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430030	Alecrim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430040	Alegrete	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430045	Alegria	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430047	Almirante Tamandaré do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430050	Alpestre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430055	Alto Alegre	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430057	Alto Feliz	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430060	Alvorada	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430063	Amaral Ferrador	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430064	Ametista do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430066	André da Rocha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430070	Anta Gorda	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430080	Antônio Prado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430085	Arambaré	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430087	Araricá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430090	Aratiba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430100	Arroio do Meio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430107	Arroio do Padre	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430105	Arroio do Sal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430120	Arroio do Tigre	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430110	Arroio dos Ratos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430130	Arroio Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430140	Arvorezinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430150	Augusto Pestana	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430155	Áurea	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430160	Bagé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430163	Balneário Pinhal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430165	Barão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430170	Barão de Cotegipe	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430175	Barão do Triunfo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430185	Barra do Guarita	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430187	Barra do Quaraí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430190	Barra do Ribeiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430192	Barra do Rio Azul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430195	Barra Funda	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430180	Barracão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430200	Barros Cassal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430205	Benjamin Constant do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430210	Bento Gonçalves	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430215	Boa Vista das Missões	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430220	Boa Vista do Buricá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430222	Boa Vista do Cadeado	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430223	Boa Vista do Incra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430225	Boa Vista do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430230	Bom Jesus	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430235	Bom Princípio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430237	Bom Progresso	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430240	Bom Retiro do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430245	Boqueirão do Leão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430250	Bossoroca	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430258	Bozano	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430260	Braga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430265	Brochier	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430270	Butiá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430280	Caçapava do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430290	Cacequi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430300	Cachoeira do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430310	Cachoeirinha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430320	Cacique Doble	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430330	Caibaté	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430340	Caiçara	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430350	Camaquã	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430355	Camargo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430360	Cambará do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430367	Campestre da Serra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430370	Campina das Missões	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430380	Campinas do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

SUL	Rio Grande do Sul	430390	Campo Bom	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430400	Campo Novo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430410	Campos Borges	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430420	Candelária	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430430	Cândido Godói	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430435	Candiota	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430440	Canela	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430450	Canguçu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430460	Canoas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430461	Canudos do Vale	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430462	Capão Bonito do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430463	Capão da Canoa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430465	Capão do Cipó	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430466	Capão do Leão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430468	Capela de Santana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430469	Capitão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430467	Capivari do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430471	Caraá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430470	Carazinho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430480	Carlos Barbosa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430485	Carlos Gomes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430490	Casca	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430495	Caseiros	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430500	Catuípe	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430510	Caxias do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430511	Centenário	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430512	Cerrito	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430513	Cerro Branco	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430515	Cerro Grande	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430517	Cerro Grande do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430520	Cerro Largo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430530	Chapada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430535	Charqueadas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430537	Charrua	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430540	Chiapetta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430543	Chuí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430544	Chuvisca	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430545	Cidreira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430550	Ciríaco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430558	Colinas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430560	Colorado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430570	Condor	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430580	Constantina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430583	Coqueiro Baixo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430585	Coqueiros do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430587	Coronel Barros	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430590	Coronel Bicaco	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430593	Coronel Pilar	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430595	Cotiporã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430597	Coxilha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430600	Crissiumal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430605	Cristal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430607	Cristal do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430610	Cruz Alta	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430613	Cruzaltense	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430620	Cruzeiro do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430630	David Canabarro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430632	Derrubadas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430635	Dezesseis de Novembro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430637	Dilermando de Aguiar	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430640	Dois Irmãos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430642	Dois Irmãos das Missões	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430645	Dois Lajeados	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430650	Dom Feliciano	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430660	Dom Pedrito	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430655	Dom Pedro de Alcântara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430670	Dona Francisca	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430673	Doutor Maurício Cardoso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430675	Doutor Ricardo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430676	Eldorado do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430680	Encantado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430690	Encruzilhada do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430692	Engenho Velho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430695	Entre Rios do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430693	Entre-Ijuís	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430697	Erebango	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430700	Erechim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430705	Ernestina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430720	Erval Grande	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430730	Erval Seco	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430740	Esmeralda	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430745	Esperança do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430750	Espumoso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430755	Estação	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430760	Estância Velha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430770	Esteio	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430780	Estrela	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430781	Estrela Velha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430783	Eugênio de Castro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430786	Fagundes Varela	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430790	Farroupilha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430800	Faxinal do Soturno	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430805	Faxinalzinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430807	Fazenda Vilanova	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430810	Feliz	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430820	Flores da Cunha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430825	Floriano Peixoto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430830	Fontoura Xavier	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430840	Formigueiro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430843	Forquetinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430845	Fortaleza dos Valos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430850	Frederico Westphalen	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430860	Garibaldi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430865	Garruchos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430870	Gaurama	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430880	General Câmara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

SUL	Rio Grande do Sul	430885	Gentil	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430890	Getúlio Vargas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430900	Giruá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430905	Glorinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430910	Gramado	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430912	Gramado dos Loureiros	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430915	Gramado Xavier	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430920	Gravataí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430925	Guabiju	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430930	Guaíba	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	430940	Guaporé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430950	Guarani das Missões	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430955	Harmonia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430710	Herval	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430957	Herveiras	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430960	Horizontina	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430965	Hulha Negra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430970	Humaitá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430975	Ibarama	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430980	Ibiaçá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	430990	Ibiraiaras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	430995	Ibirapuitã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431000	Ibirubá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431010	Igrejinha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431020	Ijuí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431030	Ilópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431033	Imbé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431036	Imigrante	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431040	Independência	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431041	Inhacorá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431043	Ipê	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431046	Ipiranga do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431050	Iraí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431053	Itaara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431055	Itacurubi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431057	Itapuca	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431060	Itaqui	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431065	Itati	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431070	Itatiba do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431075	Ivorá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431080	Ivoti	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431085	Jaboticaba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431087	Jacuizinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431090	Jacutinga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431100	Jaguarão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431110	Jaguari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431112	Jaquirana	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431113	Jari	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431115	Jóia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431120	Júlio de Castilhos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431123	Lagoa Bonita do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431127	Lagoa dos Três Cantos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431130	Lagoa Vermelha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431125	Lagoão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431140	Lajeado	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431142	Lajeado do Bugre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431150	Lavras do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431160	Liberato Salzano	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431162	Lindolfo Collor	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431164	Linha Nova	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431171	Maçambará	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431170	Machadinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431173	Mampituba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431175	Manoel Viana	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431177	Maquiné	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431179	Maratá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431180	Marau	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431190	Marcelino Ramos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431198	Mariana Pimentel	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431200	Mariano Moro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431205	Marques de Souza	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431210	Mata	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431213	Mato Castelhano	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431215	Mato Leitão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431217	Mato Queimado	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431220	Maximiliano de Almeida	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431225	Minas do Leão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431230	Miraguaí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431235	Montauri	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431237	Monte Alegre dos Campos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431238	Monte Belo do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431240	Montenegro	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431242	Mormaço	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431244	Morrinhos do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431245	Morro Redondo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431247	Morro Reuter	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431250	Mostardas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431260	Muçum	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431261	Muitos Capões	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431262	Muliterno	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431265	Não-Me-Toque	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431267	Nicolau Vergueiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431270	Nonoai	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431275	Nova Alvorada	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431280	Nova Araçá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431290	Nova Bassano	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431295	Nova Boa Vista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431300	Nova Bréscia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431301	Nova Candelária	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

SUL	Rio Grande do Sul	431303	Nova Esperança do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431306	Nova Hartz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431308	Nova Pádua	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431310	Nova Palma	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431320	Nova Petrópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431330	Nova Prata	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431333	Nova Ramada	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431335	Nova Roma do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431337	Nova Santa Rita	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431349	Novo Barreiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431339	Novo Cabrais	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431340	Novo Hamburgo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431342	Novo Machado	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431344	Novo Tiradentes	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431346	Novo Xingu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431350	Osório	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431360	Paim Filho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431365	Palmares do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431370	Palmeira das Missões	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431380	Palmitinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431390	Panambi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431395	Pantano Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431400	Paraí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431402	Paraíso do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431403	Pareci Novo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431405	Parobé	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431406	Passa Sete	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431407	Passo do Sobrado	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431410	Passo Fundo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431413	Paulo Bento	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431415	Paverama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431417	Pedras Altas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431420	Pedro Osório	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431430	Pejuçara	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431440	Pelotas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431442	Picada Café	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431445	Pinhal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431446	Pinhal da Serra	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431447	Pinhal Grande	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431449	Pinheirinho do Vale	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431450	Pinheiro Machado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431454	Pinto Bandeira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431455	Pirapó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431460	Piratini	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431470	Planalto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431475	Poço das Antas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431477	Pontão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431478	Ponte Preta	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431480	Portão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431490	Porto Alegre	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431500	Porto Lucena	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431505	Porto Mauá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431507	Porto Vera Cruz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431510	Porto Xavier	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431513	Pouso Novo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431514	Presidente Lucena	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431515	Progresso	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431517	Protásio Alves	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431520	Putinga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431530	Quaraí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431531	Quatro Irmãos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431532	Quevedos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431535	Quinze de Novembro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431540	Redentora	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431545	Relvado	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431550	Restinga Sêca	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431555	Rio dos Índios	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431560	Rio Grande	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431570	Rio Pardo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431575	Riozinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431580	Roca Sales	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431590	Rodeio Bonito	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431595	Rolador	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431600	Rolante	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431610	Ronda Alta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431620	Rondinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431630	Roque Gonzales	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431640	Rosário do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431642	Sagrada Família	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431643	Saldanha Marinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431645	Salto do Jacuí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431647	Salvador das Missões	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431650	Salvador do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431660	Sananduva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431670	Santa Bárbara do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431673	Santa Cecília do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431675	Santa Clara do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431680	Santa Cruz do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431697	Santa Margarida do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431690	Santa Maria	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431695	Santa Maria do Herval	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431720	Santa Rosa	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431725	Santa Tereza	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431730	Santa Vitória do Palmar	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431700	Santana da Boa Vista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431710	Sant'Ana do Livramento	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431740	Santiago	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431750	Santo Ângelo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431760	Santo Antônio da Patrulha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431770	Santo Antônio das Missões	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431755	Santo Antônio do Palma	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431775	Santo Antônio do Planalto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431780	Santo Augusto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431790	Santo Cristo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

SUL	Rio Grande do Sul	431795	Santo Expedito do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431800	São Borja	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431805	São Domingos do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431810	São Francisco de Assis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431820	São Francisco de Paula	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431830	São Gabriel	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431840	São Jerônimo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431842	São João da Urtiga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431843	São João do Polêsine	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431844	São Jorge	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431845	São José das Missões	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431846	São José do Herval	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431848	São José do Hortêncio	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431849	São José do Inhacorá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431850	São José do Norte	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431860	São José do Ouro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431861	São José do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431862	São José dos Ausentes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431870	São Leopoldo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431880	São Lourenço do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431890	São Luiz Gonzaga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431900	São Marcos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	431910	São Martinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431912	São Martinho da Serra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431915	São Miguel das Missões	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431920	São Nicolau	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431930	São Paulo das Missões	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431935	São Pedro da Serra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431936	São Pedro das Missões	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431937	São Pedro do Butiá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431940	São Pedro do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431950	São Sebastião do Caí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431960	São Sepé	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431970	São Valentim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431971	São Valentim do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431973	São Valério do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431975	São Vendelino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	431980	São Vicente do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	431990	Sapiranga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	432000	Sapucaia do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	432010	Sarandi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432020	Seberi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432023	Sede Nova	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432026	Segredo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432030	Selbach	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432032	Senador Salgado Filho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432035	Sentinela do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432040	Serafina Corrêa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432045	Sério	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432050	Sertão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432055	Sertão Santana	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432057	Sete de Setembro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432060	Severiano de Almeida	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432065	Silveira Martins	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432067	Sinimbu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432070	Sobradinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432080	Soledade	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	432085	Tabaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432090	Tapejara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432100	Tapera	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432110	Tapes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432120	Taquara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	432130	Taquari	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432132	Taquaruçu do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432135	Tavares	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432140	Tenente Portela	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432143	Terra de Areia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432145	Teutônia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432146	Tio Hugo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432147	Tiradentes do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432149	Toropi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432150	Torres	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432160	Tramandaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	432162	Travesseiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432163	Três Arroios	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432166	Três Cachoeiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432170	Três Coroas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432180	Três de Maio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432183	Três Forquilhas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432185	Três Palmeiras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00

SUL	Rio Grande do Sul	432190	Três Passos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432195	Trindade do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432200	Triunfo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	432210	Tucunduva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432215	Tunas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432218	Tupanci do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432220	Tupanciretã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432225	Tupandi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432230	Tuparendi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432232	Turuçu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432234	Ubiretama	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432235	União da Serra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432237	Unistalda	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432240	Uruguaiana	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	432250	Vacaria	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	432253	Vale do Sol	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432254	Vale Real	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432252	Vale Verde	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432255	Vanini	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432260	Venâncio Aires	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432270	Vera Cruz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432280	Veranópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432285	Vespasiano Corrêa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432290	Viadutos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432300	Viamão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Rio Grande do Sul	432310	Vicente Dutra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432320	Victor Graeff	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432330	Vila Flores	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432335	Vila Lângaro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432340	Vila Maria	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432345	Vila Nova do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432350	Vista Alegre	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432360	Vista Alegre do Prata	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432370	Vista Gaúcha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432375	Vitória das Missões	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Rio Grande do Sul	432377	Westfália	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Rio Grande do Sul	432380	Xangri-lá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420005	Abdon Batista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420010	Abelardo Luz	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420020	Agrolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420030	Agronômica	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420040	Água Doce	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420050	Águas de Chapecó	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420055	Águas Frias	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420060	Águas Mornas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420070	Alfredo Wagner	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420075	Alto Bela Vista	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420080	Anchieta	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420090	Angelina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420100	Anita Garibaldi	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420110	Anitápolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420120	Antônio Carlos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420125	Apiúna	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420127	Arabutã	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420130	Araquari	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420140	Araranguá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420150	Armazém	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420160	Arroio Trinta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420165	Arvoredo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420170	Ascurra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420180	Atalanta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420190	Aurora	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420195	Balneário Arroio do Silva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420205	Balneário Barra do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420200	Balneário Camboriú	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420207	Balneário Gaivota	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421280	Balneário Piçarras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	422000	Balneário Rincão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420208	Bandeirante	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420209	Barra Bonita	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420210	Barra Velha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420213	Bela Vista do Toldo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420215	Belmonte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420220	Benedito Novo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420230	Biguaçu	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420240	Blumenau	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420243	Bocaina do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420250	Bom Jardim da Serra	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420253	Bom Jesus	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420257	Bom Jesus do Oeste	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420260	Bom Retiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420245	Bombinhas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420270	Botuverá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420280	Braço do Norte	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420285	Braço do Trombudo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420287	Brunópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420290	Brusque	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420300	Caçador	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420310	Caibi	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420315	Calmon	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420320	Camboriú	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420330	Campo Alegre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420340	Campo Belo do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420350	Campo Erê	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420360	Campos Novos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420370	Canelinha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420380	Canoinhas	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420325	Capão Alto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420390	Capinzal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420395	Capivari de Baixo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420400	Catanduvas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420410	Caxambu do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420415	Celso Ramos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420417	Cerro Negro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420419	Chapadão do Lageado	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

SUL	Santa Catarina	420420	Chapecó	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420425	Cocal do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420430	Concórdia	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420435	Cordilheira Alta	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420440	Coronel Freitas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420445	Coronel Martins	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420455	Correia Pinto	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420450	Corupá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420460	Criciúma	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420470	Cunha Porã	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420475	Cunhataí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420480	Curitibanos	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420490	Descanso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420500	Dionísio Cerqueira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420510	Dona Emma	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420515	Doutor Pedrinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420517	Entre Rios	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420519	Ermo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420520	Erval Velho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420530	Faxinal dos Guedes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420535	Flor do Sertão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420540	Florianópolis	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420543	Formosa do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420545	Forquilhinha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420550	Fraiburgo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420555	Frei Rogério	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420560	Galvão	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420570	Garopaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420580	Garuva	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420590	Gaspar	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420600	Governador Celso Ramos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420610	Grão Pará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420620	Gravatal	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420630	Guabiruba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420640	Guaraciaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420650	Guaramirim	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420660	Guarujá do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420665	Guatambú	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420670	Herval d'Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420675	Ibiam	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420680	Ibicaré	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420690	Ibirama	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420700	Içara	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420710	Ilhota	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420720	Imaruí	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420730	Imbituba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420740	Imbuia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420750	Indaial	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420757	Iomerê	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420760	Ipira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420765	Iporã do Oeste	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420768	Ipuaçu	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420770	Ipumirim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420775	Iraceminha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420780	Irani	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420785	Irati	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420790	Irineópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420800	Itá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420810	Itaiópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420820	Itajaí	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420830	Itapema	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420840	Itapiranga	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420845	Itapoá	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420850	Ituporanga	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420860	Jaborá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420870	Jacinto Machado	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420880	Jaguaruna	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420890	Jaraguá do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420895	Jardinópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420900	Joaçaba	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420910	Joinville	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420915	José Boiteux	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420917	Jupiá	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420920	Lacerdópolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420930	Lages	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420940	Laguna	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	420945	Lajeado Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420950	Laurentino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420960	Lauro Müller	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420970	Lebon Régis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	420980	Leoberto Leal	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420985	Lindóia do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	420990	Lontras	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421000	Luiz Alves	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421003	Luzerna	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421005	Macieira	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421010	Mafra	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421020	Major Gercino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421030	Major Vieira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421040	Maracajá	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421050	Maravilha	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421055	Marema	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421060	Massaranduba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421070	Matos Costa	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421080	Meleiro	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421085	Mirim Doce	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421090	Modelo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421100	Mondaí	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421105	Monte Carlo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421110	Monte Castelo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421120	Morro da Fumaça	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421125	Morro Grande	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421130	Navegantes	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421140	Nova Erechim	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421145	Nova Itaberaba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421150	Nova Trento	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

SUL	Santa Catarina	421160	Nova Veneza	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421165	Novo Horizonte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421170	Orleans	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421175	Otacílio Costa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421180	Ouro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421185	Ouro Verde	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421187	Paial	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421189	Painel	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421190	Palhoça	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421200	Palma Sola	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421205	Palmeira	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421210	Palmitos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421220	Papanduva	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421223	Paraíso	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421225	Passo de Torres	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421227	Passos Maia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421230	Paulo Lopes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421240	Pedras Grandes	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421250	Penha	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421260	Peritiba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421265	Pescaria Brava	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421270	Petrolândia	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421290	Pinhalzinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421300	Pinheiro Preto	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421310	Piratuba	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421315	Planalto Alegre	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421320	Pomerode	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421330	Ponte Alta	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421335	Ponte Alta do Norte	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421340	Ponte Serrada	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421350	Porto Belo	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421360	Porto União	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421370	Pouso Redondo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421380	Praia Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421390	Presidente Castello Branco	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421400	Presidente Getúlio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421410	Presidente Nereu	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421415	Princesa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421420	Quilombo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421430	Rancho Queimado	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421440	Rio das Antas	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421450	Rio do Campo	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421460	Rio do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421480	Rio do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421470	Rio dos Cedros	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421490	Rio Fortuna	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421500	Rio Negrinho	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421505	Rio Rufino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421507	Riqueza	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421510	Rodeio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421520	Romelândia	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421530	Salete	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421535	Saltinho	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421540	Salto Veloso	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421545	Sangão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421550	Santa Cecília	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421555	Santa Helena	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421560	Santa Rosa de Lima	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421565	Santa Rosa do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421567	Santa Terezinha	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421568	Santa Terezinha do Progresso	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421569	Santiago do Sul	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421570	Santo Amaro da Imperatriz	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421580	São Bento do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421575	São Bernardino	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421590	São Bonifácio	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421600	São Carlos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421605	São Cristóvão do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421610	São Domingos	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421620	São Francisco do Sul	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421630	São João Batista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421635	São João do Itaperiú	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421625	São João do Oeste	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421640	São João do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421650	São Joaquim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421660	São José	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421670	São José do Cedro	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421680	São José do Cerrito	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421690	São Lourenço do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421700	São Ludgero	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421710	São Martinho	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421715	São Miguel da Boa Vista	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421720	São Miguel do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421725	São Pedro de Alcântara	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421730	Saudades	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421740	Schroeder	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421750	Seara	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421755	Serra Alta	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00

SUL	Santa Catarina	421760	Siderópolis	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421770	Sombrio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421775	Sul Brasil	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421780	Taió	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421790	Tangará	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421795	Tigrinhos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421800	Tijucas	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421810	Timbé do Sul	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421820	Timbó	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421825	Timbó Grande	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421830	Três Barras	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421835	Treviso	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421840	Treze de Maio	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421850	Treze Tílias	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421860	Trombudo Central	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421870	Tubarão	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421875	Tunápolis	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421880	Turvo	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421885	União do Oeste	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421890	Urubici	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421895	Urupema	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421900	Urussanga	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421910	Vargeão	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421915	Vargem	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421917	Vargem Bonita	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421920	Vidal Ramos	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421930	Videira	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421935	Vitor Meireles	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
SUL	Santa Catarina	421940	Witmarsum	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421950	Xanxerê	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421960	Xavantina	PERFIL BAIXO	R$ 14.544,00
SUL	Santa Catarina	421970	Xaxim	PERFIL ALTO	R$ 43.632,00
SUL	Santa Catarina	421985	Zortéa	PERFIL MÉDIO	R$ 29.088,00
TOTAL					**R$ 159.911.280,00**

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA GAB/SAPS Nº 10, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera o Anexo da Portaria nº 32, de 29 de outubro de 2019, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, do Anexo I do Decreto nº 9795, de 17 de maio de 2019, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 32, de 29 de outubro de 2019, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO

PROCESSO RMS	CPF	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.157758/2019-68	XXX.185.522-XX	BRENDA CARLA CHAVES DA SILVA	5000432	MS	CAMPOS GRANDE

PORTARIA GAB/SAPS Nº 11, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Torna sem efeito as homologações dos códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes da Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da invalidação/anulação da homologação e da transferência dos incentivos de custeio federal.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, e

Considerando o disposto na Seção IX do Capítulo I do Título II da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o disposto na Seção I, na Subseção I da Seção III do Capítulo I e na Seção I do Capítulo III do Título I da Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 2 de junho de 2021;

Considerando que não cabe a homologação de código referente a Identificação Nacional de Equipes - INE das equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Saúde Bucal (eSB) 40 horas, cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) de Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF); e

Considerando a necessidade de invalidação/anulação da homologação de códigos referente a Identificação Nacional de Equipes - INE, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito as homologações dos códigos referentes a Identificação Nacional de Equipes - INE das equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Saúde Bucal (eSB) 40 horas, constantes no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os valores dos incentivos financeiros transferidos aos municípios descritos no Anexo a esta Portaria em decorrência da homologação dos códigos referentes a Identificação Nacional de Equipes -INE de que trata o caput serão objeto de devolução ao erário por meio de descontos automáticos nas transferências regulares mensais de custeio da APS, de mesma natureza do repasse decorrente da homologação do código INE, realizadas pelo Ministério da Saúde aos municípios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros na competência financeira de homologação das equipes.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO

CÓDIGOS REFERENTES A IDENTIFICAÇÃO NACIONAL DE EQUIPES - INE COM HOMOLOGAÇÃO INVALIDADA

UF	MUNICÍPIO	IBGE	INE	TIPO DE EQUIPE	COMP. SCNES. HOMOLOGAÇÃO	COMP. FINC. HOMOLOGAÇÃO	PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO
AM	CAREIRO DA VÁRZEA	130115	0000008222	Equipe de Saúde da Família	11/2020	12/2020	Portaria SAPS/MS nº 1, de 14 de janeiro de 2021, publicada no DOU nº 10, de 15 de janeiro de 2021, Seção 1, pág. 65
AM	COARI	130120	0000008303	Equipe de Saúde da Família	12/2019	01/2020	Portaria SAPS/MS nº 49, de 27 de dezembro de 2019, publicada no DOU nº 251, de 30 de dezembro de 2019, Seção 1, pág. 963
AM	COARI	130120	0001789201	Equipe de Saúde Bucal - 40 horas	05/2020	06/2020	Portaria SAPS/MS nº 45, de 19 de agosto de 2020, publicada no DOU nº 161, de 21 de agosto de 2020, Seção 1, pág. 327
AM	MANAUS	130260	0000012173	Equipe de Saúde da Família	05/2020	06/2020	Portaria SAPS/MS nº 43, de 16 de julho de 2020, publicada no DOU nº 136, de 17 de julho de 2020, Seção 1, pág. 51

AM	MANAUS	130260	0001752413	Equipe de Saúde Bucal - 40 horas	05/2020	06/2020	Portaria SAPS/MS nº 45, de 19 de agosto de 2020, publicada no DOU nº 161, de 21 de agosto de 2020, Seção 1, pág. 327
AM	SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	130395	0000014427	Equipe de Saúde da Família	03/2020	04/2020	Portaria SAPS/MS nº 31, de 20 de maio de 2021, publicada no DOU nº 95, de 21 de maio de 2021, Seção 1, pág. 105
AM	SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	130395	0001870823	Equipe de Saúde Bucal - 40 horas	03/2020	04/2020	Portaria SAPS/MS nº 31, de 20 de maio de 2021, publicada no DOU nº 95, de 21 de maio de 2021, Seção 1, pág. 105

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA DE SANGUE, TECIDOS, CÉLULAS E ÓRGÃOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 560, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente de Sangue, Tecidos, Células e Órgãos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petição de registro de produto de terapia avançada da:

Nome da empresa: Novartis Biociências S.A

CNPJ: 569945020001-30

Componente Ativo: TISAGENLECLEUCEL

Nome do Produto de Terapia Avançada: Kymriah

Número do processo: 25351.530600/2021-81

Assunto da Petição:11587 MEDICAMENTO NOVO - PRODUTO DE TERAPIA AVANÇADA - REGISTRO DE PRODUTO DE TERAPIA AVANÇADA CLASSE II Expediente: 2031128/21-3

Número do registro: 1.0068.1180.001-0

Vencimento do registro: 02/2032.

Apresentação do produto: 1,2 X 10E6 A 6 X 10E8 CEL EM DISP INF 1 A 3 BOLS PLAS TRANS 10 ML A 50 ML

Validade: 09 meses.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA JÚNIOR

RESOLUÇÃO-RE Nº 561, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente de Sangue, Tecidos, Células e Órgãos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo, as Certificações de Boas Práticas de Fabricação (cBPF) de Produto de Terapia Avançada.

Art. 2° As presentes certificações terão validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

Fabricante: OXFORD BIOMEDICA (UK) LIMITED
Endereço: COUNTY TRADING ESTATE WATLINGTON ROAD OXFORD, OX4 6LX, UNITED KINGDOM
Solicitante: Novartis Biociências S.A. CNPJ: 56.994.502/ 0001- 30
Autorização de Funcionamento: 1.00068-5 Expediente: 4798538/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Componente Ativo de Produto de Terapia Gênica estéril de indústria internacional.
Fabricante: OXFORD BIOMEDICA (UK) LIMITED
Endereço: UNIT 5 OXFORD INDUSTRIAL PARK MEAD ROAD YARNTON KIDLINGTON OXFORD, OX5 1QU, REINO UNIDO
Solicitante: Novartis Biociências S.A. CNPJ: 56.994.502/0001-30
Autorização de Funcionamento: 1.00068-5 Expediente: 4799010/21-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Componente Ativo para Produto de Terapia Gênica estéril de indústria internacional.

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 565, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

INTRIALS PESQUISA CLINICA LTDA. - 04.717.004/0001-46
JR-141
32/2018
25351.658819/2020-63 4571698/21-6
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
QUINTILES BRASIL LTDA - 02.529.870/0001-88
KER-050
18/2022
25351.566449/2021-10 4137919/21-5
10755 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Produtos Biológicos
25351.584819/2021-09 4172228/21-1
10478 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Produtos Biológicos
MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. - 03.560.974/0001-18
V181 - Vacina Quadrivalente rDENVΔ30 [viva, atenuada]
19/2022
25351.720956/2021-13 2619235/21-7
10754 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Produtos Biológicos
25351.019896/2021-84 3076056/21-9
10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos
Molnupiravir
96/2020
25351.053243/2021-24 0230655/22-7
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
MERCK S/A - 33.069.212/0001-84
bintrafuspe alfa
38/2019
25351.393611/2018-79 2972876/21-2
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - 33.009.945/0001-23
Atezolizumabe
02/2016
25351.258971/2018-25 0178707/22-1
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

RESOLUÇÃO-RE Nº 566, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a implementação das petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos por decurso de prazo (art. 36, RDC nº 09/2015 e art. 36-A, RDC n° 573/2021), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE/DI
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

RESOLUTION LATIN AMERICA PESQUISA CLÍNICA LTDA - 14.946.877/0001-84
VB119
17/2022
25351.549450/2021-80 4110748/21-9
10755 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Produtos Biológicos
25351.566483/2021-94 4138107/21-6
10478 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Produtos Biológicos
WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 61.072.393/0001-33
Ritlecitinibe
20/2022
25351.631836/2021-34 4264097/21-1
10750 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Sintético
25351.014246/2021-42 8426322/21-9
10482 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Medicamentos Sintéticos
25351.723319/2021-91 4453931/21-2
10482 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Medicamentos Sintéticos
25351.813186/2021-43 4619477/21-1
10482 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Medicamentos Sintéticos
QUINTILES BRASIL LTDA - 02.529.870/0001-88
Etripamil
32/2020
25351.614203/2019-47 4619500/21-9
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

RESOLUÇÃO-RE Nº 567, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar o cancelamento a pedido das petições/processos relacionados à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

Razão Social - CNPJ	Nº de Processo	Expediente da petição/Processo	Expediente do Pedido de Cancelamento	Assunto
61.072.393/0001-33	25351.111697/2020-46	0504365/20-4	4460704/21-1	10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
00.251.699/0001-62	25351.436244/2019-96	1910117/19-1	0443610/22-3	10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
02.529.870/0001-88	25351.666638/2020-19	2275835/20-6	0470004/22-3	10483 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Medicamentos Sintéticos
09.011.459/0001-65	25351.982785/2021-14	0411233/21-4	0562822/22-4	10478 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Produtos Biológicos
33.009.945/0001-23	25351.439415/2020-72	1567577/20-7	0595421/22-9	10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos

RESOLUÇÃO-RE Nº 568, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido das petições/processos relacionados à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

Razão Social - CNPJ	Nº de Processo	Expediente da petição/Processo	Expediente do Pedido de Desistência	Assunto
02.529.870/0001-88	25351.276087/2021-78	3580178/21-6	0470650/22-2	10755 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Produtos Biológicos

3ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 569, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____

Eco Diagnostica Ltda / 14.633.154/0002-06
Autoteste COVID Ag Detect
25351.052647/2022-81 / 80954880183
8433 - IVD - Registro de produto / 0412250220

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União n° 36. de 21 de fevereiro de 2022, Seção 1, pág. 103,
Onde se lê:
"Resolução-RE n° 535, de 17 de fevereiro de 2022";
Leia-se:
"Resolução-RE n° 562, de 18 de fevereiro de 2022".



Ministério do Trabalho e Previdência

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.023, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera o prazo para os mandatos dos membros do Comitê de Investimento e aprova as indicações de representantes das bancadas dos trabalhadores e dos empregadores para o Comitê de Investimento do FI-FGTS.

O PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe atribuem o inciso VII do art. 4º do Anexo da Resolução nº 320, de 31 de agosto de 1999, e o disposto na alínea "c" do inciso XIII do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o no art. 25 do Regulamento do FI-FGTS, aprovado pela Resolução nº 986, de 15 de dezembro de 2020, e

Considerando as indicações feitas pelas Bancadas dos Trabalhadores e Empregadores que possuem assento no CI FI-FGTS, resolve:

Ad Referendum do Conselho:

Art. 1º Alterar o Anexo da Resolução CCFGTS nº 986, de 15 de dezembro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. O Comitê de Investimento do FUNDO será composto por 12 (doze) membros e respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, admitida uma única recondução sequencial, independentemente se for ocupar mandato de titular ou suplente, sendo:

(...)"

Art. 2º Alterar a Resolução CCFGTS nº 876, de 12 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

I - Titulares:

a) CLAIR SPANHOL, CPF nº ***.508.749-**, para o mandato de 3 (três) anos; e

b) SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA, CPF nº ***.338.128-**, para o mandato de 3 (três) anos; e

c) Vago

(...)

Art. 3º (...)

I - Titulares:

a) ANDRÉ LUIZ FERRO DE OLIVEIRA, CPF nº ***.769.191-**, para o mandato de 3 (três) anos; e

b) TEREZA CHRISTINA COELHO CAVALCANTI, CPF nº ***.940.549-**, para o mandato de 3 (três) anos; e

(...)" (NR)

Art. 3º Fica declarada a revogação das seguintes Resoluções do Conselho Curador do FGTS:

I. Resolução CCFGTS nº 912, de 18 de dezembro de 2018;

II. Resolução CCFGTS nº 946, de 10 de dezembro de 2019;

III. Resolução CCFGTS nº 954, de 19 de fevereiro de 2020; e

IV. Resolução CCFGTS nº 976, de 31 de agosto de 2020.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMULO MACHADO E SILVA

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

RESOLUÇÃO CNPC Nº 50, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre os institutos do benefício proporcional diferido, da portabilidade, do resgate e do autopatrocínio em planos de entidades fechadas de previdência complementar.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - Primeiro Substituto, nos termos da Portaria MTP n° 887, de 7 de dezembro de 2021, e tendo em vista o art. 17, inciso VII, do Decreto n° 7.123, de 3 de março de 2010, c/c os arts. 14, inciso IX e 17, inciso VI, ambos do Regimento Interno e com fundamento no art. 14 da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001, e no art. 13 da Lei n° 12.154, de 23 de dezembro de 2009, torna público que o Conselho, em sua 43ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º As entidades fechadas de previdência complementar devem observar o disposto nesta Resolução quanto aos institutos do benefício proporcional diferido, da portabilidade, do resgate e do autopatrocínio.

Parágrafo único. Os institutos tratados nesta Resolução são acessíveis somente aos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, com exceção do disposto no § 3º do art. 10.

CAPÍTULO I

DO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 2º O benefício proporcional diferido é o instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, optar por receber, em tempo futuro, o benefício decorrente dessa opção.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Resolução, entende-se por benefício pleno o benefício programado não antecipado, conforme previsto no regulamento do plano.

Art. 3º A opção do participante pelo benefício proporcional diferido não impede posterior opção pelos demais institutos, desde que obedecidas as condições previstas nesta Resolução e no regulamento do plano de benefícios.

§ 1º No caso de posterior opção pela portabilidade ou pelo resgate, os recursos financeiros a serem portados ou resgatados são aqueles apurados na forma e nas condições estabelecidas no regulamento do plano de benefícios.

§ 2º No caso de posterior opção pelo instituto do autopatrocínio, que somente poderá ocorrer em plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, o regulamento do plano deve, quando aplicável, dispor sobre as condições para a manutenção de eventuais coberturas dos riscos de invalidez e morte do participante oferecidas durante a fase de diferimento.

§ 3º Para fins do disposto nesta Resolução, a fase de diferimento corresponde à fase de acumulação de recursos.

Seção II

Da Opção pelo Benefício Proporcional Diferido e da sua Concessão

Art. 4º Ao participante que não tenha preenchido os requisitos de elegibilidade ao benefício pleno é facultada a opção pelo benefício proporcional diferido na ocorrência simultânea das seguintes situações:

I - cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador ou associativo com o instituidor; e

II - cumprimento da carência de até três anos de vinculação do participante ao plano de benefícios, na forma do regulamento.

Art. 5º A opção pelo benefício proporcional diferido implica, a partir da data do requerimento, a cessação das contribuições normais para o benefício programado.

§ 1º Em relação ao participante optante pelo benefício proporcional diferido, o regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre o custeio:

I - das despesas administrativas;

II - de déficits ou serviço passado; e

III - de eventuais coberturas dos riscos de invalidez e morte do participante durante a fase de diferimento, por opção do participante.

§ 2º O participante que optar pelo benefício proporcional diferido deve ser o responsável pelos custeios referidos no § 1º.

§ 3º O regulamento do plano de benefícios pode facultar ao participante que tenha optado pelo benefício proporcional diferido a realização de aportes com destinação específica.

Art. 6º O benefício decorrente da opção pelo instituto do benefício proporcional diferido pode ser concedido a partir da data em que o participante tornar-se-ia elegível ao benefício pleno, desde que este o requeira.

Seção III

Da Apuração do Valor do Benefício Proporcional Diferido

Art. 7º O benefício decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido deve ser:

I - apurado mediante conversão atuarial, no caso de renda vitalícia; ou

II - equivalente à totalidade da reserva matemática do benefício pleno na data da opção, no caso de conversão financeira, observado como mínimo o valor equivalente ao resgate, na forma definida nesta Resolução.

§ 1º O regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre a forma de cálculo, de pagamento e de atualização do benefício decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido.

§ 2º A nota técnica atuarial do plano de benefícios deve dispor sobre a metodologia de apuração do benefício decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido.

CAPÍTULO II

DA PORTABILIDADE

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 8º A portabilidade é o instituto que faculta ao participante transferir os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano de benefícios de caráter previdenciário administrado por entidade fechada de previdência complementar, entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano.

§ 1º É permitida a portabilidade entre planos de benefícios administrados por uma mesma entidade fechada de previdência complementar.

§ 2º O direito à portabilidade será exercido na forma e nas condições estabelecidas pelo regulamento do plano de benefícios, em caráter irrevogável e irretratável.

Art. 9º Para efeito desta Resolução, entende-se por:

I - plano de benefícios de origem: aquele do qual são portados os recursos financeiros que representam o direito acumulado; e

II - plano de benefícios de destino: aquele para o qual são portados os recursos financeiros que representam o direito acumulado.

Art. 10. O plano de benefícios de destino deve manter controle em separado, desvinculado do direito acumulado pelo participante no plano de destino, das parcelas correspondentes às contribuições do participante e do patrocinador oriundas de recursos portados de outro plano de previdência complementar, observando a forma e as condições definidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, os recursos portados de outro plano de previdência complementar podem ser utilizados para pagamento de aporte inicial previsto no regulamento e na nota técnica atuarial do plano de benefícios de destino.

§ 2º Os recursos portados não utilizados na forma do § 1º devem resultar em benefício adicional, ou em melhoria de benefício, de acordo com as normas do regulamento, atendidos os mesmos requisitos de elegibilidade vigentes para os benefícios do plano de destino.

§ 3º Em plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida e contribuição variável poderão ser recepcionados recursos oriundos de portabilidade mesmo durante a fase de concessão de benefícios, desde que o participante não esteja recebendo benefício de prestação continuada vitalício.

Art. 11. A portabilidade integral do direito acumulado pelo participante no plano de benefícios de origem implica a portabilidade de eventuais recursos portados anteriormente e a cessação dos compromissos deste plano em relação ao participante e a seus beneficiários.

Seção II

Dos Requisitos para a Opção pela Portabilidade

Art. 12. Ao participante que não esteja em gozo de benefício é facultada a opção pela portabilidade na ocorrência simultânea das seguintes situações:

I - cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador, nos planos instituídos por patrocinador; e

II - cumprimento da carência de até três anos de vinculação do participante ao plano de benefícios, na forma do regulamento.

Parágrafo único. O regulamento do plano de benefícios pode prever a opção pela portabilidade, independentemente do cumprimento dos requisitos previstos nos incisos I e II do caput, em relação aos seguintes recursos financeiros:

I - valores oriundos de portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em entidade fechada de previdência complementar, entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar plano de benefícios, desde que não tenham sido utilizados na forma disposta no § 1º do art. 10; e

II - valores oriundos de contribuições e aportes facultativos, esporádicos ou eventuais efetuados pelo participante, no caso de plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida ou de contribuição variável.

Seção III

Do Direito Acumulado para fins de Portabilidade

Art. 13. O direito acumulado pelo participante no plano de benefícios de origem, para fins de portabilidade, corresponde:

I - nos planos instituídos até 29 de maio de 2001, ao valor previsto no regulamento para o caso de desligamento do plano de benefícios, conforme nota técnica atuarial, observado como mínimo o valor equivalente ao resgate, na forma definida nesta Resolução; e

II - nos planos instituídos a partir de 30 de maio de 2001:

a) quando a modelagem de acumulação do recurso garantidor do benefício pleno for de benefício definido, às reservas constituídas pelo participante ou à reserva matemática, o que lhe for mais favorável, na forma regulamentada e conforme nota técnica atuarial do plano de benefícios, assegurado no mínimo o valor do resgate, na forma definida desta Resolução; e

b) quando a modelagem de acumulação do recurso garantidor do benefício pleno for de contribuição definida, à reserva matemática constituída com base nas contribuições do participante e do patrocinador ou empregador.

§ 1º Em plano que, na fase de diferimento, combine alternativamente as características dispostas no inciso II do caput, a reserva matemática deve corresponder ao maior valor que resultar da aplicação das regras nele previstas.

§ 2º Em plano que, na fase de diferimento, combine cumulativamente as características dispostas no inciso II do caput, a reserva matemática deve corresponder à soma dos valores resultantes da aplicação isolada das regras nele previstas.

§ 3º Para fins de aplicação da alínea "a" do inciso II do caput, entende-se por reserva constituída pelo participante o valor acumulado das contribuições vertidas por ele ao plano, destinadas ao financiamento do benefício pleno, de acordo com o plano de custeio, reajustado conforme o regulamento do plano de benefícios.

§ 4º O regulamento do plano de benefícios pode prever outros critérios para a apuração do direito acumulado pelo participante, desde que resultem em valor superior ao previsto neste artigo, observadas as especificidades do plano de benefícios.

§ 5º Os critérios de apuração e a metodologia de cálculo do direito acumulado para fins de portabilidade devem constar do regulamento e da nota técnica atuarial do plano de benefícios, respectivamente, descontadas eventuais contribuições extraordinárias e resultados deficitários não equacionados, cabíveis ao participante.

Seção IV

Dos Recursos Financeiros

Art. 14. É vedado que os recursos financeiros transitem pelos participantes dos planos de benefícios, sob qualquer forma.

Art. 15. O regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre a data base de apuração e os critérios de atualização do valor a ser portado, na forma definida pela Previc.

Parágrafo único. A entidade fechada de previdência complementar deve considerar, por ocasião da apuração do valor a ser portado, a situação do participante em relação a eventuais débitos que este detenha junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante.

CAPÍTULO III

DO RESGATE

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 16. O resgate é o instituto que faculta ao participante receber, durante a fase de diferimento, valor decorrente de recursos vertidos em seu nome ao plano de benefícios.

§ 1º É admitido o resgate parcial ou integral de recursos, nas condições previstas nesta Resolução.

§ 2º O direito ao resgate será exercido na forma e nas condições estabelecidas pelo regulamento do plano de benefícios, em caráter irrevogável e irretratável.

Seção II

Do Resgate Integral

Art. 17. O resgate integral implica o desligamento do participante do plano de benefícios, com cessação dos compromissos do plano administrado pela entidade em relação ao participante e aos seus beneficiários.

§ 1º O resgate integral, em plano instituído por patrocinador, somente pode ocorrer por ocasião da perda do vínculo empregatício do participante com o seu patrocinador, sendo vedado que o regulamento do plano de benefícios estabeleça prazo de carência para o seu exercício.

§ 2º O regulamento de plano de benefícios instituído por instituidor deve prever carência mínima de trinta e seis meses para o pagamento do resgate integral, contados a partir da data de inscrição do participante no plano de benefícios.

§ 3º Em relação a cada uma das contribuições efetuadas por pessoas jurídicas ao plano de benefícios de que trata o § 2º, somente é admitido o resgate após o cumprimento de prazo de carência de trinta e seis meses em relação à data do respectivo aporte.

§ 4º Instrumento contratual específico pode estabelecer condições adicionais em relação às contribuições efetuadas por pessoas jurídicas em plano de benefícios instituído por instituidor, observadas as demais condições previstas no regulamento do plano de benefícios.

§ 5º A suspensão do contrato de trabalho decorrente de invalidez de participante é equiparada à perda de vínculo de empregatício a que se refere o § 1º, sendo assegurado ao participante a opção pelo pagamento do resgate integral independentemente do cumprimento de carência, observadas as demais condições previstas nesta Resolução e no regulamento do plano de benefícios.

Art. 18. Em relação aos recursos oriundos de portabilidade, o regulamento do plano de benefícios:

I - deve facultar o resgate integral de recursos constituídos em plano administrado por entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano; e

II - pode facultar o resgate integral de recursos constituídos em plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar, desde que cumprido o prazo de carência de trinta e seis meses, contados da data da portabilidade, sendo vedado o resgate das parcelas correspondentes às contribuições de patrocinador.

Seção III

Do Resgate Parcial

Subseção I

Dos Planos Instituídos por Patrocinador

Art. 19. Em relação aos planos de benefícios instituídos por patrocinador, estruturados na modalidade de contribuição definida ou de contribuição variável, o regulamento pode facultar ao participante o resgate parcial de recursos.

§ 1º No caso de resgate parcial, o regulamento do plano:

I - deve facultar o resgate de valores oriundos de portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar plano de benefícios;

II - pode facultar o resgate de valores oriundos portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em entidade fechada de previdência complementar, desde que cumprido o prazo de carência de trinta e seis meses da data da portabilidade, sendo vedado o resgate das parcelas correspondentes às contribuições de patrocinador;

III - deve facultar o resgate de valores oriundos de contribuições e aportes facultativos, esporádicos ou eventuais vertidos ao plano pelo participante; e

IV - pode facultar o resgate de valores oriundos de contribuições normais vertidas ao plano pelo participante, com limite de até vinte por cento dessas contribuições.

§ 2º A carência referida no inciso II do § 1º poderá ser dispensada no caso de valores oriundos de portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em planos instituídos por instituidor.

§ 3º O exercício do resgate parcial previsto no inciso IV do § 1º está sujeito às seguintes condições:

I - a carência para o primeiro resgate parcial deve ser de, no mínimo, sessenta meses, a contar da data de inscrição do participante no plano de benefícios, conforme estabelecido no regulamento; e

II - a carência para cada resgate parcial posterior deve ser de, no mínimo, trinta e seis meses, a contar da data do último resgate parcial efetuado.

§ 4º O primeiro resgate parcial pode ser efetuado sobre o valor do saldo da conta individual correspondente à totalidade das contribuições normais vertidas ao plano pelo participante e, para os resgates parciais posteriores, sobre o valor do saldo da conta individual correspondente ao somatório das contribuições normais vertidas ao plano pelo participante desde a data do último resgate parcial efetuado.

§ 5º Os resgates parciais a que se referem os incisos I e III do § 1º podem ocorrer independentemente de cumprimento de carência.

§ 6º No caso dos resgates parciais referidos no inciso IV do § 1º, o regulamento do plano de benefícios instituído por patrocinador pode estabelecer limite financeiro para o pagamento do valor a ser resgatado a cada período pelo participante.

§ 7º A entidade fechada de previdência complementar deve considerar, por ocasião do pagamento do resgate parcial previsto neste artigo, a situação do participante em relação a eventuais débitos que este detenha junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante.

Subseção II

Dos planos instituídos por instituidor

Art. 20. No caso de plano de benefícios instituído por instituidor, o regulamento deve facultar ao participante o resgate parcial de valores oriundos de:

I - portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar plano de benefícios;

II - portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em entidade fechada de previdência complementar, desde que cumprido o prazo de carência de trinta e seis meses, sendo vedado o resgate das parcelas correspondentes às contribuições de patrocinador;

III - contribuições e aportes facultativos, esporádicos ou eventuais; e

IV - contribuições normais vertidas ao plano pelo participante, com limite de até vinte por cento do saldo da conta individual correspondente a essas contribuições.

§ 1º A carência referida no inciso II do caput será dispensada no caso de valores oriundos de portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em planos instituídos por instituidor.

§ 2º O exercício do resgate parcial previsto no inciso IV do caput está sujeito às seguintes condições:

I - a carência para o primeiro resgate parcial deve ser de, no mínimo, trinta e seis meses, a contar da data de inscrição do participante no plano de benefícios;

II - a carência para cada resgate parcial posterior deve ser de, no mínimo, vinte e quatro meses, a contar da data do último resgate parcial efetuado.

§ 3º Os resgates dos valores a que se referem os Incisos I e III do caput podem ocorrer independentemente de cumprimento de carência.

Seção IV

Da Opção e Pagamento do Resgate

Art. 21. O regulamento do plano de benefícios deve prever o pagamento do resgate integral ou parcial, por opção do participante, em:

I - quota única, com possibilidade de diferimento em até noventa dias; ou

II - até doze parcelas mensais e consecutivas, por opção do participante.

Parágrafo único. O regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre o critério de reajuste das parcelas vincendas, no caso de pagamento parcelado ou diferido do resgate.

Seção V

Do Valor do Resgate Integral

Art. 22. O valor do resgate integral corresponde, no mínimo, à totalidade das contribuições vertidas ao plano de benefícios pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo que, na forma do regulamento e do plano de custeio, sejam de sua responsabilidade.

§ 1º Do valor previsto no caput poderão ainda ser deduzidos:

I - a parcela destinada à cobertura dos benefícios de risco que, na forma do regulamento e do plano de custeio, seja de responsabilidade do participante;

II - os valores referentes a eventuais débitos do participante junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante; e

III - as parcelas anteriormente resgatadas pelo participante, na forma dos arts. 19 ou 20.

§ 2º O regulamento do plano de benefícios deve prever forma de atualização das contribuições referidas no caput.

§ 3º No caso de plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida ou de contribuição variável, a atualização das contribuições referida no § 2º deve corresponder à variação das quotas de patrimônio observada no período entre a realização da contribuição e a apuração do valor do resgate.

CAPÍTULO IV

DO AUTOPATROCÍNIO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 23. O autopatrocínio é instituto que faculta ao participante a manutenção do valor de sua contribuição e a do patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração ou em outros definidos em normas regulamentares.

§ 1º Nos planos de benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, o regulamento pode facultar ao participante a alteração do nível de suas contribuições, nos limites nele estabelecidos.

§ 2º A cessação do vínculo empregatício com o patrocinador deve ser entendida como uma das formas de perda total da remuneração recebida.

Seção II

Da Opção ao Autopatrocínio

Art. 24. O regulamento do plano de benefícios deve prever prazo para opção pelo autopatrocínio.

Art. 25. A opção do participante pelo autopatrocínio não impede posterior opção pelo benefício proporcional diferido, pela portabilidade ou pelo resgate, na forma definida nesta Resolução.

Art. 26. As contribuições do participante que optar pelo autopatrocínio não podem ser distintas daquelas previstas no plano de custeio, devendo ser estabelecidas mediante a utilização de critérios uniformes e não discriminatórios, ressalvado o disposto no § 1º do art. 23.

Parágrafo único. As contribuições vertidas ao plano de benefícios, em decorrência da opção pelo autopatrocínio, são entendidas, em qualquer situação, como contribuições do participante.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 27. A faculdade prevista no inciso II do § 1º do art. 19 e a vedação prevista no inciso II do art. 20 somente se aplicam para os recursos portados que tiverem sido recepcionados pela entidade fechada de previdência complementar após o início de vigência desta Resolução.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. O participante que tenha cessado seu vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor, não tenha requerido nenhum benefício e não tenha optado por nenhum dos institutos previstos nesta Resolução nos prazos estabelecidos no regulamento do plano de benefícios deve ter presumida a sua opção pelo benefício proporcional diferido, atendidas as demais condições previstas nesta Resolução.

Parágrafo único. Na situação prevista no caput, o regulamento do plano pode presumir a opção pelo resgate nos casos em que o participante não tenha atendido às condições requeridas para o exercício do benefício proporcional diferido.

Art. 29. É facultado ao regulamento do plano de benefícios prever a possibilidade de opção, pelo participante, por mais de um instituto, de forma simultânea e combinada, desde que compatíveis, observadas as demais disposições previstas nesta Resolução.

Art. 30. A transferência de empregados, participantes de plano de benefícios, de seu empregador, patrocinador de plano de benefícios, para outra empresa do mesmo grupo econômico que não seja patrocinador daquele plano, é equiparada à cessação de vínculo empregatício, sendo assegurado aos participantes transferidos a opção pelos institutos previstos nesta Resolução.

Parágrafo único. A opção prevista no caput poderá ser feita independentemente de carência, obedecidas as demais disposições previstas no regulamento do plano e nesta Resolução.

Art. 31. Fica a Previc autorizada a editar instruções complementares necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 32. Ficam revogadas:

I - a Resolução CGPC nº 06, de 30 de outubro de 2003;

II - a Resolução CGPC nº 12, de 27 de maio de 2004;

III - a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006; e

IV - a Resolução CNPC nº 23, de 25 de novembro de 2015.

Art. 33. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

NARLON GUTIERRE NOGUEIRA

SECRETARIA DE TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46204.008577/2018-10	215286171	Associacao Voluntarios Para o Servico Internacional - Brasil	BA
2	46782.000553/2019-21	217677568	Cooperativa de Trabalho e Servicos do Oeste da Bahia - COOTRASEOBA	BA
3	46782.000554/2019-76	217677789	Cooperativa de Trabalho e Servicos do Oeste da Bahia - COOTRASEOBA	BA
4	46782.000555/2019-11	217677894	Cooperativa de Trabalho e Servicos do Oeste da Bahia - COOTRASEOBA	BA
5	46782.000556/2019-65	217677932	Cooperativa de Trabalho e Servicos do Oeste da Bahia - COOTRASEOBA	BA
6	46782.000557/2019-18	217677967	Cooperativa de Trabalho e Servicos do Oeste da Bahia - COOTRASEOBA	BA
7	46782.000558/2019-54	217677517	Cooperativa de Trabalho e Servicos do Oeste da Bahia - COOTRASEOBA	BA
8	46782.000559/2019-07	217677410	Cooperativa de Trabalho e Servicos do Oeste da Bahia - COOTRASEOBA	BA
9	46782.000625/2019-31	217819664	Cooperativa de Trabalho e Servicos do Oeste da Bahia - COOTRASEOBA	BA
10	46281.003259/2018-31	216459745	Premier Industria e Comercio de Moveis Ltda	BA
11	46281.003263/2018-08	216459788	Premier Industria e Comercio de Moveis Ltda	BA
12	46778.000344/2018-66	213994984	Yasmin Comercio de Materiais de Construcao Eireli	BA
13	46778.000346/2018-55	213994844	Yasmin Comercio de Materiais de Construcao Eireli	BA
14	46778.000349/2018-99	214135985	Yasmin Comercio de Materiais de Construcao Eireli	BA
15	46205.008372/2018-16	215036751	Blackhill Produtos Texteis Eireli	CE
16	46205.008375/2018-50	215036841	Blackhill Produtos Texteis Eireli	CE
17	46208.010234/2018-77	215488415	Antonio Carlos da Cruz	GO
18	46208.010235/2018-11	215488466	Antonio Carlos da Cruz	GO
19	46208.010236/2018-66	215500571	Antonio Carlos da Cruz	GO
20	46208.010237/2018-19	215500768	Antonio Carlos da Cruz	GO
21	46208.010239/2018-08	215486668	Antonio Carlos da Cruz	GO
22	46208.014054/2018-64	216106923	Armazens Gerais Paraíso Ltda	GO
23	46208.014055/2018-17	216106991	Armazéns Gerais Paraíso Ltda	GO
24	46208.014056/2018-53	216107067	Armazéns Gerais Paraíso Ltda	GO
25	46208.014058/2018-42	216107091	Armazéns Gerais Paraíso Ltda	GO
26	46208.014059/2018-97	216107148	Armazéns Gerais Paraíso Ltda	GO
27	46208.014802/2018-17	216273561	Companhia de Urbanizacao de Goiania - COMURG	GO
28	46208.014803/2018-53	216273480	Companhia de Urbanizacao de Goiania - COMURG	GO
29	46208.014804/2018-06	216270171	Companhia de Urbanizacao de Goiania - COMURG	GO
30	46208.014805/2018-42	216273391	Companhia de Urbanizacao de Goiania - COMURG	GO
31	46208.010808/2018-15	215658582	Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano	GO
32	46208.014795/2018-45	216299721	Exata Administração e Serviços Eireli	GO
33	46208.014796/2018-90	216298555	Exata Administração e Serviços Eireli	GO
34	46208.014798/2018-89	216295785	Exata Administração e Serviços Eireli	GO
35	46208.000887/2019-29	216711380	Fernandes Combustiveis Eireli	GO
36	46208.000888/2019-73	216711398	Fernandes Combustiveis Eireli	GO
37	46208.000889/2019-18	216711428	Fernandes Combustiveis Eireli	GO
38	46208.000891/2019-97	216711479	Fernandes Combustiveis Eireli	GO
39	46208.006824/2018-03	214837084	Irmãos Soares S/A	GO
40	46208.014224/2018-19	216204747	Irmãos Soares S/A	GO
41	46208.008554/2018-67	215176031	Itau Unibanco S.A.	GO
42	46208.010549/2018-14	215575911	Loctec Engenharia Ltda - Em Recuperacao Judicial	GO
43	47747.000667/2018-80	214030547	Alianca Veiculos Ltda - Epp	MG
44	47747.000668/2018-24	214029743	Alianca Veiculos Ltda - Epp	MG
45	46236.000928/2018-69	215268105	Fabiana Soares Ferreira	MG
46	47747.008516/2017-99	213397048	Perene Ltda	MG
47	47747.008517/2017-33	213397064	Perene Ltda	MG
48	47747.008518/2017-88	213397056	Perene Ltda	MG
49	47747.008519/2017-22	213397081	Perene Ltda	MG
50	47747.008520/2017-57	213374919	Perene Ltda	MG
51	47747.008521/2017-00	213374935	Perene Ltda	MG
52	47747.008522/2017-46	213374927	Perene Ltda	MG
53	47747.008523/2017-91	213397072	Perene Ltda	MG
54	47747.008524/2017-35	213397102	Perene Ltda	MG
55	47747.008525/2017-80	213397013	Perene Ltda	MG
56	47747.008526/2017-24	213397099	Perene Ltda	MG
57	47747.008527/2017-79	213397030	Perene Ltda	MG
58	47747.008528/2017-13	213397021	Perene Ltda	MG
59	46237.000995/2017-92	212975722	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
60	46237.000996/2017-37	212975773	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
61	46237.000997/2017-81	212975781	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
62	46237.000998/2017-26	212975811	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
63	46237.000999/2017-71	212975838	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
64	46237.001000/2017-19	212975854	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
65	46237.001001/2017-55	212975862	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
66	46237.001002/2017-08	212975871	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
67	46237.001003/2017-44	212975897	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
68	46237.001004/2017-99	212975901	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
69	46237.001005/2017-33	212975927	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
70	46237.001006/2017-88	212975943	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
71	46237.001007/2017-22	212975986	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
72	46237.001008/2017-77	212976010	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
73	46237.001009/2017-11	212976028	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
74	46237.001011/2017-91	212996975	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
75	46237.001012/2017-35	212997017	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
76	46237.001013/2017-80	212997092	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
77	46237.001014/2017-24	212997106	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
78	46237.001015/2017-79	212997149	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
79	46237.001016/2017-13	212997157	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
80	46237.001017/2017-68	212966189	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
81	46237.001018/2017-11	212965913	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
82	46237.001019/2017-57	212966162	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
83	46237.001020/2017-81	212966197	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
84	46237.001021/2017-26	212966219	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
85	46237.001022/2017-71	212966227	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
86	46237.001023/2017-15	212966243	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
87	46237.001024/2017-60	212966286	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
88	46237.001025/2017-12	212966308	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
89	46237.001026/2017-59	212966367	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
90	46237.001043/2017-96	212966413	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
91	46237.001044/2017-31	212966383	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
92	46237.001045/2017-85	212966448	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
93	46237.001046/2017-20	212966472	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
94	46237.001047/2017-74	212966561	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
95	46237.001048/2017-19	212988964	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
96	46237.001049/2017-63	212989278	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
97	46237.001050/2017-98	212989286	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
98	46237.001051/2017-32	212989049	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
99	46237.001052/2017-87	212989081	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
100	46237.001053/2017-21	212989111	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
101	46237.001054/2017-76	212989146	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
102	46237.001055/2017-11	212989189	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
103	46237.001056/2017-65	213001829	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
104	46237.001057/2017-18	213001551	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
105	46237.001058/2017-54	213001675	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
106	46237.001059/2017-07	213001721	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportação Ltda.	MG
107	46222.007527/2018-99	215770692	Cargill Agricola S A	PA
108	46222.007744/2018-89	215792246	Cargill Agricola S A	PA
109	46222.007746/2018-78	215792254	Cargill Agricola S A	PA
110	46297.000834/2018-75	214934845	Fernando Raffi Gargantini	PE
111	46297.000835/2018-10	214934951	Fernando Raffi Gargantini	PE
112	46297.000836/2018-64	214934756	Fernando Raffi Gargantini	PE
113	46297.000837/2018-17	214941191	Fernando Raffi Gargantini	PE
114	46297.000838/2018-53	214941361	Fernando Raffi Gargantini	PE
115	46297.000839/2018-06	214934888	Fernando Raffi Gargantini	PE
116	46225.000011/2018-93	213740371	Companhia de Desenvolvimento de Roraima	RR
117	46225.005577/2016-40	210744031	Companhia de Desenvolvimento de Roraima	RR
118	46225.005579/2016-39	210744049	Companhia de Desenvolvimento de Roraima	RR
119	46225.005581/2016-16	210743972	Companhia de Desenvolvimento de Roraima	RR
120	46220.002297/2019-72	217027121	Município de Ilhota	SC
121	46220.002684/2019-17	217077773	Teporti Terminal Portuario de Itajai Ltda	SC
122	46263.001997/2017-81	212323644	Dovac Industria e Comercio Ltda	SP
123	46261.006490/2017-34	213304864	Irineusa Almeida Barbosa - Epp	SP
124	46261.007504/2017-37	213385759	Irineusa Almeida Barbosa - Epp	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46782.000552/2019-87	201.451.905	Cooperativa de Trabalho e Serviços do Este da Bahia - COOTRASEOBA	BA
2	46281.003255/2018-53	201.298.813	Premier Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	BA
3	46281.003256/2018-06	201.299.453	Premier Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	BA
4	46281.003257/2018-42	201.299.216	Premier Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	BA
5	46248.003212/2015-31	200.596.861 - TRet nº201.716.402	A Rela S.A. - Indústria e Comércio	MG
6	46246.000467/2016-43	200.587.706 - TRet nº 201.010.364	Fábrica Mineira de Eletrodos e Soldas Denver S.A.	MG
7	46238.000200/2019-06	201.378.451	Nutrisoma Indústria e Comércio de Rações Ltda.	MG
8	46243.000829/2018-98	201.128.667 - TRet nº 201.446.952	OTP Biomedicaa Ltda.- Epp	MG
9	46243.000382/2019-38	201.334.852	Rodoviário Duarte Ltda.	MG
10	46234.002619/201762	200.992.554 - TRet nº 201.360.292	Santa Casa de Misericórdia Hospital São Francisco de Assis	MG
11	46234.002760/2018-46	201.246.058	Viação Três Corações Ltda.	MG
12	46297.000727/2016-85	200.748.463	SINDSEMP - PE - Sindicato dos Servidores Municipais de PE	PE

1.2 Pela improcedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46208.002069/2018-80	214071936	Aparecida Fernandes de Castro Lima 49877453134	GO
2	46208.003986/2018-81	214403327	Aparecida Fernandes de Castro Lima 49877453134	GO
3	46208.006093/2019-79	218224494	Carmelinda Gomes da Silva 51505053153	GO
4	46208.005435/2019-33	218014643	Francisco Estelio Araujo Peixoto	GO
5	46208.001559/2018-69	214002934	Gisley Ferreira da Costa	GO
6	46208.003906/2018-98	214387313	Gisley Ferreira da Costa	GO
7	46208.004171/2019-09	217568165	Jose Luiz Rezende	GO
8	46208.001479/2018-11	213972212	JRT Combustiveis Ltda	GO
9	46208.003910/2018-56	214387381	JRT Combustiveis Ltda	GO
10	46208.001453/2018-65	213942071	Ponto da Moda Itapaci Ltda	GO
11	46208.003933/2018-61	214392961	Ponto da Moda Itapaci Ltda	GO
12	46208.001449/2018-05	213944545	Raynna Morgana Garcia de Morais Eireli	GO
13	46208.003991/2018-94	214403378	Raynna Morgana Garcia de Morais Eireli	GO
14	46208.005126/2019-63	217880380	Renata Maria de Paula Eireli	GO
15	46208.006203/2018-11	214758851	Restaurante Ponto do Sabor Ltda	GO
16	46208.006218/2018-80	214759652	Restaurante Ponto do Sabor Ltda	GO
17	46208.001443/2018-20	213932415	Rodrigues Ferragista Eireli - Me	GO
18	46208.003997/2018-61	214403432	Rodrigues Ferragista Eireli - Me	GO
19	46208.005800/2019-18	218129718	Sebastiana Aparecida Cardoso	GO
20	46208.000604/2019-49	216654521	Tatiany Alves Ferreira 01566007143	GO
21	46208.004089/2019-76	217530583	Use Moveis para Escritorio Ltda Em Recuperacao Judicial	GO
22	46208.006005/2018-58	214688470	Valdenito Garcia de Morais	GO
23	46208.008812/2018-13	215245792	Valdenito Garcia de Morais	GO
24	46208.001568/2018-50	214003221	Willian Adalto de Lima 19744978104	GO
25	46208.004009/2018-00	214403556	Willian Adalto de Lima 19744978104	GO
26	47747.007613/2018-45	215562607	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG	MG
27	47747.008514/2017-08	213396998	Perene Ltda	MG
28	47747.008515/2017-44	213397005	Perene Ltda	MG
29	46237.001010/2017-46	212976036	Terra Nostra Empreendimentos Importacao e Exportacao Ltda	MG
30	46215.028989/2007-86	15027520	Servico Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac	RJ
31	46215.029990/2007-28	15027546	Servico Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac	RJ
32	46263.002869/2016-74	210368578	Porto Seguro Servicos Medicos Ltda	SP
33	46263.003139/2016-91	210533501	Porto Seguro Servicos Medicos Ltda	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46215.028991/2007-55	505.935.872	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC	RJ
2	46263.002865/2016-96	200.784.340	Porto Seguro Servicos Medicos Ltda	SP

1.3 Pela procedência parcial de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46205.000146/2019-78	215079779	Industria e Comercio de Tecidos e Confeccoes Sao Francisco Ltda.	CE
2	46205.000147/2019-12	215079507	Industria e Comercio de Tecidos e Confeccoes Sao Francisco Ltda.	CE
3	46205.000148/2019-67	215079442	Industria e Comercio de Tecidos e Confeccoes Sao Francisco Ltda.	CE
4	46205.000149/2019-10	215079426	Industria e Comercio de Tecidos e Confeccoes Sao Francisco Ltda.	CE

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício.

2.1 Pela improcedência de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	14152.100474/2021-64	221304916	Aragao & Araujo Ltda	PI
2	14152.100476/2021-53	221304932	Intellectus Vestibulares Ltda	PI
3	46334.000061/2019-14	216537312	Empresa De Transportes Flores Ltda	RJ
4	46220.009293/2017-53	213351765	Sestrem Centro de Formacao de Condutores Ltda. - Me	SC
5	46220.008889/2017-36	213266202	RV Tecnologia e Sistemas S.A.	SC
6	46220.004516/2018-77	214871991	Microfloripa Comercio de Livros e Informatica Ltda	SC
7	46220.000288/2018-66	213787172	Puton & Moraes Comercio de Produtos Alimenticios Ltda -	SC
8	46220.009269/2017-14	213355442	Centro de Formacao de Condutores Bom Jesus Ltda - Me	SC
9	46220.009291/2017-64	213351803	Centro de Formacao de Condutores Verdeblu Eireli - Me	SC
10	46220.008849/2017-94	213150000	Centro de Formacao de Condutores 3-A Ltda - Me	SC
11	46220.008851/2017-63	213253232	Centro de Formacao de Condutores Profissional Ltda - Me	SC
12	46220.009286/2017-51	213351862	Renata Candido Pereira - Me	SC
13	46220.006158/2017-56	212352296	Apm Terminals Itajai S.A.	SC
14	46220.009974/2017-11	213579537	Centro de Formacao de Condutores 3-A Ltda - Me	SC
15	46226.002384/2017-16	212510304	Hospitalia Produtos para Saude Ltda	TO
16	46219.010491/2019-61	217789943	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas Ltda	SP

2.2 Pela procedência de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46204.013504/2018-31	216331137	Mercado e Lanchonete J C Ltda	BA
2	46204.013506/2018-21	216331064	Mercado e Lanchonete J C Ltda	BA
3	46305.001504/2018-51	215394089	Kohler Tinturaria Ltda	SC
4	46220.009511/2019-11	218240732	Ortsac Construcoes Ltda	SC
5	46220.002627/2017-68	211631159	Zatom Confeccoes Ltda - Me	SC

2.3 Pela procedência parcial de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46246.000468/2016-98	207859728	Fabrica Mineira de Eletrodos e Soldas Denver S.A	MG
2	46246.000469/2016-32	207859736	Fabrica Mineira de Eletrodos e Soldas Denver S.A	MG
3	46246.000470/2016-67	207859744	Fabrica Mineira de Eletrodos e Soldas Denver S.A	MG
4	14152.036066/2020-61	219389420	NKG Fazendas Brasileiras Limitada	MG
5	46234.002756/2018-88	215863984	Viacao Tres Coracoes Ltda	MG
6	46334.002627/2015-19	206893841	Algodao e Requinte Tecidos e Decoracoes Ltda - Me	RJ
7	46215.011760/2018-65	215158300	Clinica Enio Serra Ltda	RJ
8	46215.012230/2015-91	206386770	Riotur Emp de Turismo do Municipio do Rio de Janeiro S.A.	RJ
9	46220.012623/2019-50	218901551	A Casa Viva Mais Instituicao de Longa Permanencia	SC

3- Arquivamento:

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 114, VIII, da Lei nº 13.043/2014 e Art. 1º-A da Lei nº 9.873/1999.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46218.015272/2016-35	210425148	A. da Silva Borges Confeccoes - Me	RS
2	46275.001689/2016-36	210163798	Ademir Becker - Buffet	RS
3	46274.002386/2016-41	210413239	Agroviana Comercio e Representacoes Ltda	RS
4	47191.000626/2016-55	210106042	Alceni Gularte da Silva - Me	RS
5	46218.012400/2016-99	210033967	Andreia Pianesso de Lara - Me	RS
6	46274.001347/2016-26	209608340	Anne C de Barros Moro - Me	RS
7	46218.011720/2016-21	209957549	Artel Recursos Humanos Eireli - Epp	RS
8	47195.000105/2016-68	209989688	Associacao dos Funcionarios Publicos Municipais São Borja	RS
9	47157.001250/2016-12	209905689	Auto Center 2004 Ltda - Me	RS
10	46218.013437/2016-34	210180099	Banca 17 Comercio de Alimentos Ltda - Epp	RS
11	46218.014742/2016-43	210318937	C S Escola de Educacao Infantil Ltda - Me	RS
12	46275.001714/2016-81	209996196	Centro Educacional Atitude Ltda - Me	RS
13	46275.001715/2016-26	210168676	Centro Educacional Atitude Ltda - Me	RS
14	46275.001716/2016-71	210168684	Centro Educacional Atitude Ltda - Me	RS
15	46218.015338/2016-97	210431849	Claiton Jean Bueno de Ramos 82206228068	RS
16	46218.016120/2016-50	210536276	Claiton Jean Bueno de Ramos 82206228068	RS
17	46271.002109/2016-68	209862688	Claudiomiro Almeida Soares - Me	RS
18	46218.009134/2016-17	209558849	Cleomara Favero Silvestrin - Epp	RS
19	46218.015149/2016-14	210419245	Comercio de Combustiveis Kalsing Ltda	RS
20	46218.015150/2016-49	210419202	Comercio de Combustiveis Kalsing Ltda	RS
21	46218.012473/2016-81	18896979	Condominio Eccon Center	RS
22	46271.001694/2016-89	209707283	Copemi Empreendimentos Imobiliarios Ltda	RS
23	46218.017503/2016-45	210681268	Criativa MD Comercio de Moveis e Decoracao Ltda - Me	RS
24	46274.001663/2016-06	209895608	Da Luz - Comercio de Pecas & Servicos Ltda - Me	RS
25	46218.015568/2016-56	210460172	Dgt Prestadora de Servicos Ltda - Me	RS
26	46218.005585/2016-85	209107359	DHB-Componentes Automotivos S/A	RS
27	46218.011931/2016-64	209975164	Distribuidora de Papeis Senhor dos Passos Ltda	RS
28	47193.000282/2016-64	209935936	Doc Web Microfilmagem Ltda - Me	RS
29	46218.017113/2016-75	210627441	Enio Vivian - Me	RS
30	46218.017114/2016-10	210627484	Enio Vivian - Me	RS
31	46218.017115/2016-64	210627492	Enio Vivian - Me	RS
32	46218.017116/2016-17	210627565	Enio Vivian - Me	RS
33	47157.000934/2016-05	209555823	Escola Oeep Ltda - Me	RS
34	46275.001000/2016-73	209439670	Extralimp Terceirizacao de Servicos Eireli	RS
35	46272.001566/2016-25	209384395	Felipe Chiste - Me	RS
36	46272.003486/2016-12	210341548	Fernando Henrique Stedile	RS
37	46274.002030/2016-15	210264101	Ferreira Leite Incorporacoes Ltda	RS
38	46218.017581/2016-40	210678691	Francisco Luiz Pavan & Cia Ltda - Me	RS
39	47182.000272/2016-58	209921609	Gasil Comercio e Importacao Ltda	RS
40	46274.000748/2016-69	209183284	Glauco Borges Badineli - Me	RS
41	46274.002129/2016-17	210334843	Global Distribuicao de Bens de Consumo Ltda.	RS
42	46218.013374/2016-16	210171162	Gráfica Timbre Eireli - Epp	RS
43	46218.013375/2016-61	210171235	Gráfica Timbre Eireli - Epp	RS
44	47187.000326/2016-35	209649267	Guilherme Minuscoli e Cia Ltda - Me	RS
45	46218.010770/2016-91	209822503	Helio Paulino Andres - Me	RS
46	46218.015816/2016-69	210474386	Igor Soares da Silveira - Me	RS
47	46274.002297/2016-02	210357673	Instituto Aprender - Mantenedora de Ensino Ltda.	RS
48	46275.001284/2016-06	209637331	Irmaos Pianesso Ltda - Me	RS
49	46218.005852/2016-14	209138084	J A M A Pastelaria e Sorveteria Ltda - Me	RS
50	47192.000129/2016-47	210278544	J. J. Tedesco Materiais de Construcao Ltda - Me	RS
51	46272.001730/2016-02	209427612	Janete Fabris de Lima - Me	RS
52	46274.001440/2016-31	209705922	Joao Artur Alves Paim - Me	RS
53	46275.001687/2016-47	210166665	Jose Becker Restaurante	RS
54	46272.002738/2016-88	209936762	Juarez Ganzer - Me	RS
55	46274.001118/2016-10	209499087	Juarez S Xavier - Me	RS
56	47191.000368/2016-15	209503360	Kin Sushi - Bar e Restaurante Ltda. - Me	RS
57	46274.001348/2016-71	209609451	Leoni Pedris Boessio - Me	RS
58	46218.016403/2016-00	210556587	Leonir Patrocin Castellani - Me	RS
59	46218.016404/2016-46	210556498	Leonir Patrocin Castellani - Me	RS
60	46274.002290/2016-82	210365455	Lins Ferrao Artigos do Vestuário Ltda	RS
61	46275.001697/2016-82	210170778	Marcos F. Streit & Cia.Ltda	RS
62	46272.002319/2016-46	209687771	Mauri Luiz Baggio e Cia Ltda - Epp	RS
63	46272.002378/2016-14	209698195	Metalurgica Metalcom Ltda. - Me	RS
64	46218.014679/2016-45	210361328	Metalurgica Vagametal Ltda - Me	RS
65	47191.000540/2016-22	208954945	Munhoes Industria Ltda - Me	RS
66	47157.001768/2016-56	210494522	Nichele e Vargas Ltda - Epp	RS
67	46218.015893/2016-19	210501600	Nirvana Imoveis Ltda - Me	RS
68	46218.013099/2016-31	210124202	Nucleo de Propaganda Ltda - Epp	RS
69	46218.012171/2016-11	209996633	Ótica Porto Alegre Eireli - Me	RS
70	46272.003091/2016-10	210120835	Paulo Cesar dos Santos Ramos - Me	RS
71	46272.003092/2016-56	210120894	Paulo Cesar dos Santos Ramos - Me	RS
72	46274.001472/2016-36	209732059	Pedrozo & Pedrozog Ltda - Me	RS
73	46272.002766/2016-03	209936843	Radio Marau Fm Ltda - Me	RS
74	46218.015495/2016-01	210443367	Retifica Mecanica e Auto Peças Sulense Ltda - Me	RS
75	46277.000279/2016-58	209106298	S.J. Oficina Mecanica Ltda - Me	RS
76	46218.013478/2016-21	210186399	S.M. Macedo Comercio de Moveis Eireli - Me	RS
77	46218.006581/2016-14	209227206	Sanabria e Milani Ltda - Me	RS
78	46272.002312/2016-24	209697920	Serralheria Bau Ltda - Me	RS
79	46218.011167/2016-27	209844124	Silvio C. De Andrade & Cia Ltda - Me	RS
80	46218.015668/2016-82	210474246	Silvoli Pastelaria e Lancheria Ltda - Epp	RS
81	46218.011967/2016-48	209907151	Solange L V Barbieri & Cia Ltda - Me	RS
82	46272.002491/2016-08	209824743	Terraplenagens Gaboardi Ltda - Me	RS
83	46272.002492/2016-44	209824867	Terraplenagens Gaboardi Ltda - Me	RS
84	46272.002493/2016-99	209824875	Terraplenagens Gaboardi Ltda - Me	RS
85	46272.002494/2016-33	209824883	Terraplenagens Gaboardi Ltda - Me	RS
86	46273.000636/2016-18	209569409	Thurow Alimentos Eireli - Me	RS
87	46273.000637/2016-62	209569557	Thurow Alimentos Eireli - Me	RS
88	46272.002684/2016-51	209840064	Toppsul Comercio de Alimentos Ltda.	RS
89	46272.002473/2016-18	209801166	Transportes Lucini Ltda - Me	RS
90	46275.001876/2016-10	210168889	Trefer Comercio de Sucatas e Transportes Ltda - Epp	RS
91	46218.011148/2016-09	209876158	Yohana Pouzada de Arjona - Me	RS
92	46272.002422/2016-96	209716134	Zucchetti Incorporacoes Ltda	RS

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	19964.106579/2021-96	212201557	Aluminasa Esquadrias em Aluminio Ltda - Me	DF
2	19964.106574/2021-63	218021011	Associacao Benefica Crista Promotora do Desenvolvimento	DF
3	19964.107646/2021-90	203228316	Associacao de Protecao Veicular do Distrito Federal	DF
4	19964.106563/2021-83	212929291	Babilonia Materiais de Construcao, Construtora	DF
5	13624.101515/2021-73	213861445	Coobrataete - Cooperativa Brasiliense de Transportes Au	DF
6	19964.106559/2021-15	213560615	Debora Cosmeticos Ltda - Me	DF
7	19964.106560/2021-40	213560593	Debora Cosmeticos Ltda - Me	DF
8	19964.106561/2021-94	213560577	Debora Cosmeticos Ltda - Me	DF
9	19964.107644/2021-09	201419238	Libanus Restaurante Ltda	DF
10	19964.107645/2021-45	201419254	Libanus Restaurante Ltda	DF
11	19964.106558/2021-71	212164635	Pai & Filhos Comercio de Alimentos Eireli - Epp	DF
12	13041.105523/2021-40	202925862	Panificadora d Confeitaria Flavio Ltda - Me	DF
13	19964.106233/2021-98	211307432	Panificadora e Confeitaria Teixeira Ltda - Me	DF
14	19964.106239/2021-65	211307815	Panificadora e Confeitaria Teixeira Ltda - Me	DF
15	19964.106576/2021-52	213183064	Rafael Almeida Damas de Oliveira - Eventos e Turismo -	DF
16	19964.106577/2021-05	213183056	Rafael Almeida Damas de Oliveira - Eventos e Turismo -	DF
17	19964.106565/2021-72	215009461	Rhodes Contadores Associados Ltda Epp	DF
18	19964.106562/2021-39	212716891	Sociedade Brasiliense de Educacao Infantil Ltda -	DF
19	10162.102671/2021-48	201066742	Ailton Jose De Rocha	GO
20	10162.102538/2021-91	204283361	Airson Machado de Araujo	GO
21	10162.102557/2021-18	207043116	Altair Joao Falchetti	GO
22	10162.102539/2021-36	204934729	Benito Goncalves De Araujo	GO
23	10162.102673/2021-37	203030087	Biovida Laboratorio Clinico Ltda - Epp	GO
24	10162.102540/2021-61	204833817	Eliane Oliveira Guimaraes	GO
25	10162.102541/2021-13	203613651	Iris Pedro de Oliveira	GO
26	10162.102542/2021-50	203613686	Iris Pedro de Oliveira	GO
27	10162.102543/2021-02	203613708	Iris Pedro de Oliveira	GO
28	10162.102544/2021-49	203613732	Iris Pedro de Oliveira	GO
29	10162.102545/2021-93	203613775	Iris Pedro de Oliveira	GO
30	10162.102546/2021-38	204921635	Luciana Vilela Junqueira de Moraes	GO
31	10162.102547/2021-82	204921643	Luciana Vilela Junqueira de Moraes	GO
32	10162.102548/2021-27	203398921	Madeireira Forte Eireli - Me	GO
33	10162.102549/2021-71	203399048	Madeireira Forte Eireli - Me	GO
34	10162.102552/2021-95	204517265	Natair Macedo Tavares	GO
35	10162.102553/2021-30	203884329	Sintramb - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentacao	GO
36	10162.102537/2021-47	201586193	Usina Sao Paulo Energia E Etanol S.A.	GO
37	10162.102584/2021-91	205651119	Vale Do Verdao Sociedade Anonima Acucar E Alcool	GO
38	10162.102670/2021-01	203814398	Vinolice Bandeira de Araujo & Cia Ltda - Me	GO
39	13621.113231/2021-50	214274268	Borsoi Revendedora de Gas e Transportes Ltda	MA
40	13621.110646/2021-71	208106651	Central Engenharia de Construcoes Ltda - Me	MA
41	13621.113222/2021-69	209246456	Cerb Comunicacao e Educacao Ltda - Me	MA
42	13621.110654/2021-18	200247158	Construcap CCPS Engenharia e Comercio S.A	MA
43	13168.100410/2021-21	208271287	E. Marques da Silva & Cia Ltda - Me	MA
44	13621.106856/2021-65	203429583	F. A. Santana de Sousa - Me	MA
45	13621.106858/2021-54	203429508	F. A. Santana de Sousa - Me	MA
46	13621.113229/2021-81	214044343	Francisca Ferreira Coelho - Me	MA
47	13621.113252/2021-75	205047891	Franco Chaves Gesso Ltda - Epp	MA
48	13621.112971/2021-79	206340095	L Araujo dos Santos - Me	MA
49	13621.112974/2021-11	206340231	L Araujo dos Santos - Me	MA
50	13621.112976/2021-00	206341024	L Araujo dos Santos - Me	MA
51	13168.100408/2021-52	205523960	R M L do Amaral	MA
52	13621.107183/2021-61	200337025	Retifica Sao Luis de Motores Ltda - Me	MA
53	13621.107190/2021-62	200337033	Retifica Sao Luis de Motores Ltda - Me	MA
54	13621.113226/2021-47	212861077	Romullo Torres Rabelo	MA
55	13621.113232/2021-02	212861191	Romullo Torres Rabelo	MA
56	13621.113227/2021-91	213392411	S C B Combustiveis e Lubrificantes Ltda.	MA
57	13621.109868/2021-41	204993512	Acao Contact Center Ltda	MG
58	13621.109867/2021-05	210555858	Adcon - Administracao E Conservacao Eireli	MG
59	13621.108368/2021-92	207704538	Alfa Reformas e Servicos Prediais Ltda - Me	MG
60	13621.109866/2021-52	200267876	Belgo Bekaert Arames Ltda.	MG
61	14152.088037/2021-65	214944913	Cemig Geracao e Transmissao S.A	MG
62	13621.108533/2021-14	210899743	Cera Luminosa Industria e Comercio Ltda - Epp	MG
63	13621.109870/2021-11	205629547	Cidade Bh Transportes Ltda.	MG

64	13621.109872/2021-18	205629555	Cidade Bh Transportes Ltda.	MG
65	13621.109871/2021-65	209729376	Cimcop S/A - Engenharia e Construcoes	MG
66	13621.109874/2021-07	209729384	Cimcop S/A - Engenharia e Construcoes	MG
67	13621.107750/2021-89	202821056	Condominio do Residencial Philadelphia	MG
68	13621.108371/2021-14	208416081	Construtora Plano Ltda	MG
69	13621.108693/2021-55	205336345	Construvix Ltda - Me	MG
70	13621.110240/2021-99	212136950	Drogaria Araujo S A	MG
71	13621.109035/2021-81	205229603	Emefe Engenharia Ltda	MG
72	13621.107662/2021-87	213456117	Empreendimentos Coutinho Ltda	MG
73	13621.109876/2021-98	200055470	Farbenplas Automotiva Ltda.	MG
74	13621.109877/2021-32	200055488	Farbenplas Automotiva Ltda.	MG
75	13621.109878/2021-87	200055496	Farbenplas Automotiva Ltda.	MG
76	13621.109879/2021-21	200055500	Farbenplas Automotiva Ltda.	MG
77	13621.109880/2021-56	200055518	Farbenplas Automotiva Ltda.	MG
78	13621.109881/2021-09	211054542	Fidelys Seguranca Privada e Transporte de Valores Ltda	MG
79	13621.107687/2021-81	204750725	Frigorifico Alvorada Ltda	MG
80	13621.112454/2021-08	211170313	Geralda & Denis Restaurante Ltda - Me	MG
81	13621.109875/2021-43	201290472	Horacio Albertini Comercio Industria Mecanica Ltda	MG
82	13621.113376/2021-51	210882069	Hospital Regional do Sul de Minas	MG
83	13621.107570/2021-05	211141909	Industria Mecanica Irmaos Corgozinho Ltda	MG
84	13621.107572/2021-96	211141992	Industria Mecanica Irmaos Corgozinho Ltda	MG
85	13621.107573/2021-31	211142018	Industria Mecanica Irmaos Corgozinho Ltda	MG
86	13621.107574/2021-85	211142042	Industria Mecanica Irmaos Corgozinho Ltda	MG
87	13621.109882/2021-45	206764499	J Dantas S/A Engenharia e Construcoes	MG
88	13621.107374/2021-22	201125498	Localix Servicos Ambientais Ltda	MG
89	14152.093303/2021-71	217400043	Maicon Cesar Henriques Feliciano 10520666666	MG
90	13621.109883/2021-90	205320236	Marangoni Tread Latino America Industria e Comercio	MG
91	13621.107575/2021-20	207869227	Marlim Azul Comercio de Petroleo e Derivados Ltda	MG
92	13621.109884/2021-34	200319167	MTM - Manutenção Tratores e Máquinas Ltda.	MG
93	13621.108232/2021-82	205687911	Patrimar Engenharia S/A	MG
94	13621.109885/2021-89	203614275	Pohlig-Heckel do Brasil Servicos e Engrenagens Ltda	MG
95	13621.108375/2021-94	200240099	Port Constr e Empreend Ltda	MG
96	13621.109886/2021-23	210092041	Rol Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	MG
97	13621.109888/2021-12	210092050	Rol Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	MG
98	13621.109890/2021-91	210092068	Rol Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	MG
99	13621.109891/2021-36	210092076	Rol Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	MG
100	13621.109893/2021-25	210092084	Rol Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	MG
101	13621.109895/2021-14	210557290	Rol Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	MG
102	13621.109896/2021-69	210557303	Rol Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	MG
103	13621.109897/2021-11	210557320	Rol Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	MG
104	13621.109898/2021-58	210557338	Rol Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	MG
105	13621.109899/2021-01	210557346	Rol Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	MG
106	13621.109915/2021-57	210092092	Rol Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	MG
107	13621.109916/2021-00	210557311	Rol Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	MG
108	13621.112501/2021-13	210299771	S A Usina Coruripe Acucar e Alcool	MG
109	13621.112502/2021-50	210300302	S A Usina Coruripe Acucar e Alcool	MG
110	13621.112505/2021-93	210299991	S A Usina Coruripe Acucar e Alcool	MG
111	13621.109900/2021-99	201255499	Sada Siderurgia Ltda	MG
112	13621.109901/2021-33	201255545	Sada Siderurgia Ltda	MG
113	13621.109902/2021-88	201255561	Sada Siderurgia Ltda	MG
114	13621.109903/2021-22	201255596	Sada Siderurgia Ltda	MG
115	13621.109904/2021-77	201255618	Sada Siderurgia Ltda	MG
116	13621.109905/2021-11	201255634	Sada Siderurgia Ltda	MG
117	13621.109907/2021-19	201255651	Sada Siderurgia Ltda	MG
118	13621.109909/2021-08	201255707	Sada Siderurgia Ltda	MG
119	13621.109911/2021-79	203249119	Sodexho do Brasil Comercial Ltda	MG
120	13621.109913/2021-68	203248872	Sodexho do Brasil Comercial Ltda	MG
121	13621.108229/2021-69	200118986	Talentos Andaimes Ltda - Me	MG
122	13621.109858/2021-14	211615978	Tic Tac Derivados de Petroleo Ltda	MG
123	13621.109859/2021-51	211615986	Tic Tac Derivados de Petroleo Ltda	MG
124	13621.109860/2021-85	211616117	Tic Tac Derivados de Petroleo Ltda	MG
125	13621.109861/2021-20	211616141	Tic Tac Derivados de Petroleo Ltda	MG
126	13621.109862/2021-74	211616168	Tic Tac Derivados de Petroleo Ltda	MG
127	13621.109863/2021-19	211633917	Tic Tac Derivados de Petroleo Ltda	MG
128	13621.109910/2021-24	211615960	Tic Tac Derivados de Petroleo Ltda	MG
129	13621.112848/2021-58	202896838	Usina Sacramento Ltda	MG
130	13621.112851/2021-71	202896862	Usina Sacramento Ltda	MG
131	13041.110455/2021-31	213467976	Armazens Gerais Murundu Ltda.	RJ
132	13041.110454/2021-96	212757636	BRDF Fitness Center - Academia de Ginastica S.A.	RJ
133	13041.110456/2021-85	213610752	Calcada Empreendimentos Imobiliarios S/A	RJ
134	13041.110457/2021-20	213610931	Calcada Empreendimentos Imobiliarios S/A	RJ
135	13041.110459/2021-19	214315533	RRM - Rede Rio de Medicina Ltda	RJ
136	13175.101027/2021-00	207929301	Antonio Martins dos Santos Restaurante	SE
137	13175.100747/2021-40	203945476	Antonio Muniz da Motta	SE
138	13175.101049/2021-61	206829248	Auto Eletrica Santa Madalena Ltda	SE
139	13175.100623/2021-64	204513898	Cencosud Brasil Comercial S.A.	SE
140	13175.100625/2021-53	204513901	Cencosud Brasil Comercial S.A.	SE
141	13175.101035/2021-48	204440637	Cencosud Brasil Comercial S.A.	SE
142	13175.101036/2021-92	204621348	Cencosud Brasil Comercial S.A.	SE
143	13175.101021/2021-24	204368596	Comercial Lojao Tobihense Ltda	SE
144	13175.100757/2021-85	206080158	Construkard Empreendimentos Ltda	SE
145	13175.100622/2021-10	201088843	Construpint Construcao e Pintura Ltda	SE
146	13175.100996/2021-35	208147764	Empresa Simaodiense de Radiodifusao Ltda	SE
147	13175.100626/2021-06	205935435	Grand View Empreendimentos Ltda	SE
148	13175.101024/2021-68	204890438	Habsoluta Baby Ltda	SE
149	13175.101019/2021-55	204357284	Ideal Construcoes Ltda	SE
150	13175.101025/2021-11	204893585	Jacqueline Machado Cunha	SE
151	13175.101050/2021-96	206941986	Lojas Insinuante S.A.	SE
152	13175.100777/2021-56	202850731	Medicina Santo Andre Ltda S/S	SE
153	13175.100884/2021-84	203696620	Soparia Jms & F. Freire Ltda	SE
154	13175.100885/2021-29	201951860	Spe Residencial Mar Da Aruana Ii Ltda	SE
155	13175.100882/2021-95	205591442	Supermercado Sao Lucas Ltda	SE
156	13175.100886/2021-73	203652479	Supermix Concreto S/A	SE

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

DESPACHO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso "C" e "D", Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu o processo de interdição nos seguintes termos:

Conheço e dou provimento parcial.

Mantenho a interdição dos setores de serviços os quais envolvam a entrada e a permanência em espaços confinados; setores de serviços os quais envolvam trabalhos em altura e plataforma hidráulica de descarga traseira de caminhões, conforme fundamentos da analise

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
01	10263.100196/2022-18	4.054.353-6	Cooperativa Regional Vale do Itajaí	SC

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

DESPACHO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso "C" e "D", Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu o processo de interdição nos seguintes termos:

Conheço e nego provimento

Mantenho a interdição, com paralisação total das máquinas e do setor de serviço.

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
01	13624.100417/2022-08	4.055.285-3	Monteplan Engenharia Ltda.	CE

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 468/2022/ME (22519534), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato das Empresas de Transporte Turístico e de Fretamento do Estado de Minas Gerais, CNPJ 08.830.371/0001-02, Processo 19964.117106/2021-14, para representar a Categoria Econômica das Empresas de Transporte para fins de Turismo e de Fretamento, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Abadia dos Dourados, Abaeté, Abre Campo, Acaiaca, Açucena, Água Boa, Água Comprida, Aguanil, Águas Formosas, Águas Vermelhas, Aimorés, Aiuruoca, Alagoa, Albertina, Além Paraíba, Alfenas, Alfredo Vasconcelos, Almenara, Alpercata, Alpinópolis, Alterosa, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Alto Rio Doce, Alvarenga, Alvinópolis, Alvorada de Minas, Amparo do Serra, Andradas, Andrelândia, Angelândia, Antônio Carlos, Antônio Dias, Antônio Prado de Minas, Araçaí, Aracitaba, Araçuaí, Araguari, Arantina, Araponga, Araporã, Arapuá, Araújos, Araxá, Arceburgo, Arcos, Areado, Argirita, Aricanduva, Arinos, Astolfo Dutra, Ataléia, Augusto de Lima, Baependi, Bambuí, Bandeira, Bandeira do Sul, Barão de Cocais, Barão de Monte Alto, Barbacena, Barra Longa, Barroso, Bela Vista de Minas, Belmiro Braga, Belo Oriente, Belo Vale, Berilo, Berizal, Bertópolis, Bias Fortes, Bicas, Biquinhas, Boa Esperança, Bocaina de Minas, Bocaiúva, Bom Despacho, Bom Jardim de Minas, Bom Jesus da Penha, Bom Jesus do Amparo, Bom Jesus do Galho, Bom Repouso, Bom Sucesso, Bonfim, Bonfinópolis de Minas, Bonito de Minas, Borda da Mata, Botelhos, Botumirim, Brás Pires, Brasilândia de Minas, Brasília de Minas, Braúnas, Brazópolis, Bueno Brandão, Buenópolis, Bugre, Buritis, Buritizeiro, Cabeceira Grande, Cabo Verde, Cachoeira da Prata, Cachoeira de Minas, Cachoeira de Pajeú, Cachoeira Dourada, Caetanópolis, Caiana, Cajuri, Caldas, Camacho, Camanducaia, Cambuí, Cambuquira, Campanário, Campanha, Campestre, Campina Verde, Campo Azul, Campo Belo, Campo do Meio, Campo Florido, Campos Altos, Campos Gerais, Cana Verde, Canaã, Canápolis, Candeias, Cantagalo, Caparaó, Capela Nova, Capelinha, Capetinga, Capinópolis, Capitão Andrade, Capitão Enéas, Capitólio, Caputira, Caraí, Caranaíba, Carandaí, Carangola, Caratinga, Carbonita, Careaçu, Carlos Chagas, Carmésia, Carmo da Cachoeira, Carmo da Mata, Carmo de Minas, Carmo do Cajuru, Carmo do Paranaíba, Carmo do Rio Claro, Carmópolis de Minas, Carneirinho, Carrancas, Carvalhópolis, Carvalhos, Casa Grande, Cascalho Rico, Cássia, Cataguases, Catas Altas, Catas Altas da Noruega, Catuji, Catuti, Caxambu, Cedro do Abaeté, Central de Minas, Centralina, Chácara, Chalé, Chapada do Norte, Chapada Gaúcha, Chiador, Cipotânea, Claraval, Claro dos Poções, Cláudio, Coimbra, Coluna, Comendador Gomes, Comercinho, Conceição da Aparecida, Conceição da Barra de Minas, Conceição das Alagoas, Conceição das Pedras, Conceição de Ipanema, Conceição do Mato Dentro, Conceição do Pará, Conceição do Rio Verde, Conceição dos Ouros, Cônego Marinho, Congonhal, Congonhas, Congonhas do Norte, Conquista Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Pena, Consolação, Coqueiral, Coração de Jesus, Cordisburgo, Cordislândia, Corinto, Coroaci, Coromandel, Coronel Fabriciano, Coronel Murta, Coronel Pacheco, Coronel Xavier Chaves, Córrego Danta, Córrego do Bom Jesus, Córrego Fundo, Córrego Novo, Couto de Magalhães de Minas, Crisólita, Cristais, Cristália, Cristiano Otoni, Cristina, Crucilândia, Cruzeiro da Fortaleza, Cruzília, Cuparaque, Curral de Dentro, Curvelo, Datas, Delfim Moreira, Delfinópolis, Delta, Descoberto, Desterro de Entre Rios, Desterro do Melo, Diamantina, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divinésia, Divino, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Divinópolis, Divisa Alegre, Divisa Nova, Divisópolis, Dom Bosco, Dom Cavati, Dom Joaquim, Dom Silvério, Dom Viçoso, Dona Eusébia, Dores de Campos, Dores de Guanhães, Dores do Indaiá, Dores do Turvo, Doresópolis, Douradoquara, Durandé, Elói Mendes, Engenheiro Caldas, Engenheiro Navarro, Entre Folhas, Entre Rios de Minas, Ervália, Espera Feliz, Espinosa, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Estrela Dalva, Estrela do Indaiá, Estrela do Sul, Eugenópolis, Ewbank da Câmara, Extrema, Fama, Faria Lemos, Felício dos Santos, Felisburgo, Felixlândia, Fernandes Tourinho, Ferros, Fervedouro, Formiga, Formoso, Fortaleza de Minas, Fortuna de Minas, Francisco Badaró, Francisco Dumont, Francisco Sá, Franciscópolis, Frei Gaspar, Frei Inocêncio, Frei Lagonegro, Fronteira, Fronteira dos Vales, Fruta de Leite, Frutal, Funilândia, Galiléia, Gameleiras, Glaucilândia, Goiabeira, Goianá, Gonçalves, Gonzaga, Gouveia, Governador Valadares, Grão Mogol, Grupiara, Guanhães, Guapé, Guaraciaba, Guaraciama, Guaranésia, Guarani, Guarará, Guarda-Mor, Guaxupé, Guidoval, Guimarânia, Guiricema, Gurinhatã, Heliodora, Iapu, Ibertioga, Ibiá, Ibiaí, Ibiracatu, Ibiraci, Ibitiúra de Minas, Ibituruna, Icaraí de Minas, Igaratinga, Iguatama, Ijaci, Ilicínea, Imbé de Minas, Inconfidentes, Indaiabira, Indianópolis, Ingaí, Inhapim, Inhaúma, Inimutaba, Ipaba, Ipanema, Ipatinga, Ipiaçu, Ipuiúna, Iraí de Minas, Itabira, Itabirinha, Itabirito, Itacambira, Itacarambi, Itaipé, Itajubá, Itamarandiba, Itamarati de minas, Itambacuri, Itambé do Mato Dentro, Itamogi, Itamonte, Itanhandu, Itanhomi, Itaobim, Itapagipe, Itapecerica, Itapeva, Itaú de Minas, Itaúna, Itaverava, Itinga, Itueta, Ituiutaba, Itumirim, Iturama, Itutinga, Jacinto, Jacuí, Jacutinga, Jaguaraçu, Jaíba, Jampruca, Janaúba, Januária, Japaraíba, Japonvar, Jeceaba, Jenipapo de Minas, Jequeri, Jequitaí, Jequitibá, Jequitinhonha, Jesuânia, Joaíma, Joanésia, João Monlevade, João Pinheiro, Joaquim Felício, Jordânia, José

Gonçalves de Minas, José Raydan, Josenópolis, Juiz de Fora, Juramento, Juruaia, Juvenília, Ladainha, Lagamar, Lagoa da Prata, Lagoa dos Patos, Lagoa Dourada, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Lajinha, Lambari, Lamim, Laranjal, Lassance, Lavras, Leandro Ferreira, Leme do Prado, Leopoldina, Liberdade, Lima Duarte, Limeira do Oeste Lontra Luisburgo Luislândia, Luminárias, Luz, Machacalis, Machado, Madre de Deus de Minas, Malacacheta, Mamonas, Manga, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Mar de Espanha, Maravilhas, Maria da Fé, Mariana, Marilac, Maripá de Minas, Marliéria, Marmelópolis, Martinho Campos, Martins Soares, Mata Verde, Materlândia, Mathias Lobato, Matias Barbosa, Matias Cardoso, Matipó, Mato Verde, Matutina, Medeiros, Medina, Mendes Pimentel, Mercês, Mesquita, Minas Novas, Minduri, Mirabela, Miradouro, Miraí, Miravânia, Moeda, Moema, Monjolos, Monsenhor Paulo, Montalvânia, Monte Alegre de Minas, Monte Azul, Monte Belo, Monte Carmelo, Monte Formoso, Monte Santo de Minas, Monte Sião, Montes Claros, Montezuma, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Morro do Pilar, Munhoz, Muriaé, Mutum, Muzambinho, Nacip Raydan, Nanuque, Naque, Natalândia, Natércia, Nazareno, Nepomuceno, Ninheira, Nova Belém, Nova Era, Nova Módica, Nova Ponte, Nova Porteirinha, Nova Resende, Nova Serrana, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Novorizonte, Olaria, Olhos-d'Água, Olímpio Noronha, Oliveira, Oliveira Fortes, Onça de Pitangui, Oratórios, Orizânia, Ouro Branco, Ouro Fino, Ouro Preto, Ouro Verde de Minas, Padre Carvalho, Padre Paraíso, Pai Pedro, Paineiras, Pains, Paiva, Palma, Palmópolis, Papagaios, Pará de Minas, Paracatu, Paraguaçu, Paraisópolis Paraopeba, Passa Quatro, Passa Tempo, Passa Vinte, Passabém, Passos, Patis, Patos de Minas, Patrocínio, Patrocínio do Muriaé, Paula Cândido, Paulistas, Pavão, Peçanha, Pedra Azul, Pedra Bonita, Pedra do Anta, Pedra do Indaiá, Pedra Dourada, Pedralva, Pedras de Maria da Cruz, Pedrinópolis, Pedro Teixeira, Pequeri, Pequi, Perdigão, Perdizes, Perdões, Periquito, Pescador, Piau, Piedade de Caratinga, Piedade de Ponte Nova, Piedade do Rio Grande, Piedade dos Gerais, Pimenta, Pingo d'Água, Pintópolis, Piracema, Pirajuba, Piranga, Piranguçu, Piranguinho, Pirapetinga, Pirapora, Piraúba, Pitangui, Piumhi, Planura, Poço Fundo, Poços de Caldas, Pocrane, Pompéu, Ponte Nova, Ponto Chique, Ponto dos Volantes, Porteirinha, Porto Firme, Poté, Pouso Alegre, Pouso Alto, Prados, Prata, Pratápolis, Pratinha, Presidente Bernardes, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Presidente Olegário, Prudente de Morais, Quartel Geral, Queluzito, Raul Soares, Recreio, Reduto, Resende Costa, Resplendor, Ressaquinha, Riachinho, Riacho dos Machados, Ribeirão Vermelho, Rio Casca, Rio do Prado, Rio Doce, Rio Espera, Rio Novo, Rio Paranaíba, Rio Pardo de Minas, Rio Piracicaba, Rio Pomba, Rio Preto, Rio Vermelho, Ritápolis, Rochedo de Minas, Rodeiro, Romaria, Rosário da Limeira, Rubelita, Rubim, Sabinópolis, Sacramento, Salinas, Salto da Divisa, Santa Bárbara, Santa Bárbara do Leste, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Bárbara do Tugúrio, Santa Cruz de Minas, Santa Cruz de Salinas, Santa Cruz do Escalvado, Santa Efigênia de Minas, Santa Fé de Minas, Santa Helena de Minas, Santa Juliana, Santa Margarida, Santa Maria de Itabira, Santa Maria do Salto, Santa Maria do Suaçuí, Santa Rita de Caldas, Santa Rita de Ibitipoca, Santa Rita de Jacutinga, Santa Rita de Minas, Santa Rita do Itueto, Santa Rita do Sapucaí, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, Santana da Vargem, Santana de Cataguases, Santana de Pirapama, Santana do Deserto, Santana do Garambéu, Santana do Jacaré, Santana do Manhuaçu, Santana do Paraíso, Santana do Riacho, Santana dos Montes, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Aventureiro, Santo Antônio do Grama, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Jacinto, Santo Antônio do Monte, Santo Antônio do Retiro, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santo Hipólito, Santos Dumont, São Bento Abade, São Brás do Suaçuí, São Domingos das Dores, São Domingos do Prata, São Félix de Minas, São Francisco, São Francisco de Paula, São Francisco de Sales, São Francisco do Glória, São Geraldo, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São Gonçalo do Abaeté, São Gonçalo do Pará, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Gonçalo do Rio Preto, São Gonçalo do Sapucaí, São Gotardo, São João Batista do Glória, São João da Lagoa, São João da Mata, São João da Ponte, São João das Missões, São João del Rei, São João do Manhuaçu, São João do Manteninha, São João do Oriente, São João do Pacuí, São João do Paraíso, São João Evangelista, São João Nepomuceno, São José da Barra, São José da Safira, São José da Varginha, São José do Alegre, São José do Divino, São José do Goiabal, São José do Jacuri, São José do Mantimento, São Lourenço, São Miguel do Anta, São Pedro da União, São Pedro do Suaçuí, São Pedro dos Ferros, São Romão, São Roque de Minas, São Sebastião da Bela Vista, São Sebastião da Vargem Alegre, São Sebastião do Anta, São Sebastião do Maranhão, São Sebastião do Oeste, São Sebastião do Paraíso, São Sebastião do Rio Preto, São Sebastião do Rio Verde, São Thomé das Letras, São Tiago, São Tomás de Aquino, São Vicente de Minas, Sapucaí-Mirim, Sardoá, Sem-Peixe, Senador Amaral, Senador Cortes, Senador Firmino, Senador José Bento, Senador Modestino Gonçalves, Senhora de Oliveira, Senhora do Porto, Senhora dos Remédios, Sericita, Seritinga, Serra Azul de Minas, Serra da Saudade, Serra do Salitre, Serra dos Aimorés, Serrania, Serranópolis de Minas, Serranos, Serro, Sete Lagoas, Setubinha, Silveirânia, Silvianópolis, Simão Pereira, Simonésia, Sobrália, Soledade de Minas, Tabuleiro, Taiobeiras, Taparuba, Tapira, Tapiraí, Tarumirim, Teixeiras, Teófilo Otoni, Timóteo, Tiradentes, Tiros, Tocantins, Tocos do Moji, Toledo, Tombos, Três Corações, Três Marias, Três Pontas, Tumiritinga, Tupaciguara, Turmalina, Turvolândia, Ubá, Ubaí, Ubaporanga, Uberaba, Uberlândia, Umburatiba, Unaí, União de Minas, Uruana de Minas, Urucânia, Urucuia, Vargem Alegre, Vargem Bonita, Vargem Grande do Rio Pardo, Varginha, Varjão de Minas, Várzea da Palma, Varzelândia, Vazante, Verdelândia, Veredinha, Veríssimo, Vermelho Novo, Viçosa, Vieiras, Virgem da Lapa, Virgínia, Virginópolis, Virgolândia, Visconde do Rio Branco, Volta Grande, Wenceslau Braz, Estado de Minas Gerais, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: SINCOL - Sindicatos das Empresas de Transportes de Passageiros de Conselheiro Lafaiete, CNPJ 04.856.939/0001-03, Carta Sindical L102 P026 A1986; excluindo a categoria Econômica das Empresas de Transporte para fins de Turismo e de Fretamento de sua representatividade, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na ANÁLISE TÉCNICA n° 474 (22536473), resolve: 1) CONHECER os Recursos Administrativos nº 19964.101864/2022-00 e 19964.101866/2022-91, nos termos do art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99; 2) ANULAR Análise Técnica nº 398 (SEI 22299090) publicada no D.O.U. de 16/02/2022, com fundamento no art. 53 da Lei 9.784/1999; 3) CANCELAR o registro sindical do SINDICATO DAS EMPRESAS DE PROMOCAO E ORGANIZACAO DE EVENTOS E CENTRO DE EVENTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ 15.308.410/0001-71, nos termos do artigo 258, inciso II, da Portaria 671/2021; 4) PUBLICAR o pedido de registro sindical n° 19964.101487/2022-09, de interesse do Sindicato das Empresas de Promoção, Organização e Montagem de Feiras, Congressos e Eventos dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - SINDIPROFES - RS/SC, CNPJ n.º 20.528.252/0001-03 para representar da categoria econômica das Empresas de Promoção, Organização e Montagem de Feiras, Congressos e Eventos, com abrangência interestadual e base territorial na nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 483 (22570891), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.101967/2022-61 (SC21689), de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Venda Nova do Imigrante - SINDSERVENOVA, CNPJ nº 00.279.213/0001-02, para representação da categoria dos servidores públicos municipais do Poder Executivo e do Poder Legislativo, administração direta e indireta, com abrangência municipal e base territorial em Venda Nova do Imigrante, Estado do Espírito Santo, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 461 (SEI 22501567), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.101816/2022-11, de interesse do SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO - SIMTED, CNPJ n.º 03.923.919/0001-45, para representação da categoria dos Trabalhadores em Educação Básica da rede publica municipal e estadual, com abrangência municipal e base territorial no município de Anaurilândia, no Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 482 (SEI 22562590), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.101783/2022-00, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTACAO DE GUARULHOS - SINDALIG, CNPJ 49.088.800/0001-03, para representação da categoria Dos trabalhadores: I - das indústrias de carnes e derivados; II - das indústrias de massas alimentícias, biscoitos, cacau, chocolate e balas, doces e conservas alimentícias, congelados, supercongelados, sorvetes concentrados e liofilizados, salgados, temperos, condimentos e especiarias; III - das indústrias de bebidas em geral, cervejas, refrigerantes, sucos, águas minerais, águas gaseificadas, vinhos, bebidas fermentadas e destiladas, bebidas alcoólicas e não alcoólicas; IV - das indústrias de laticínios e produtos derivados do leite, manteiga, margarina, iogurte, creme de leite, leite em pó, queijo, leite desnatado, soro de leite e gorduras lácteas; V - das indústrias do trigo, milho, soja, mandioca, aveia, arroz, refinação de sal, azeite e óleos alimentícios e rações balanceadas, imunização e tratamento de frutas; VI - das indústrias de produtos embutidos, enlatados, do frio, resfriados e frigorificados de origem animal bovina, charque, suína, ave, peixes, crustáceos, coelho, ovos e subprodutos do abate; VII - das indústrias do fumo; VIII - das indústrias de alimentos preparados ou semipreparados; IX- das indústrias de torrefação e moagem de café, EXCETO no Município de Mogi das Cruzes, onde representará somente os trabalhadores nas indústrias de carnes e derivados, massas alimentícias, biscoitos, cacau, chocolate e balas, doces e conservas alimentícias, congelados, supercongelados, sorvetes concentrados e liofilizados, salgados, temperos, condimentos e especiarias, cervejas, refrigerantes, sucos, águas minerais, águas gaseificadas, vinhos, bebidas fermentadas e destiladas, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, bebidas em geral, laticínios e produtos derivados do leite, manteiga, margarina, iogurte, creme de leite, leite em pó, queijo, leite desnatado, soro de leite e gorduras lácteas, do trigo, milho, soja, mandioca, aveia, arroz, refinação de sal, azeite e óleos alimentícios e rações balanceadas, produtos embutidos, enlatados, do frio, resfriados e frigorificados de origem animal bovina, charque, suína, ave peixes, crustáceos, coelho, ovos e subprodutos do abate, do fumo e das Indústrias de matéria prima destinada a fabricação de alimentos e nas Agroindústrias e nas Agropecuárias da alimentação; X - das indústrias de panificação e confeitaria onde SOMENTE, representará os Municípios de Arujá, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Piracaia e Santa Isabel; XI - das indústrias de matéria prima destinada a fabricação de alimentos; e XII - nas Agroindústrias e nas Agropecuárias da alimentação, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Arujá, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Piracaia, Poá, Santa Isabel e Suzano, no Estado de São Paulo, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 485 (22581761), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.102017/2022-54, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FRIGORÍFICO DA REGIAO SUDESTE DO ESTADO PARÁ- SINDSUL/PA, CNPJ n.º 42.653.185/0001-83, para representação da categoria do profissional dos trabalhadores nas indústrias de frigoríficos de carnes e derivados, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios: Xinguara, Água Azul do Norte, Tucumã, Água Azul do Norte, Tucumã, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu, Canaã dos Carajás e Rio Maria, todos da região Sudeste do Estado do Pará, no Estado Pará, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 491 (anexo SEI n° 22613379), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.101857/2022-08, de interesse do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Municipal de Joinville/SC - SINAFIJ, inscrição no CNPJ n.º 09.224.949/0001-40, para representação da categoria profissional dos auditores fiscais da Receita Municipal, ativos e inativos, com abrangência municipal e base territorial na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 488 (SEI 22599394), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.101839/2022-18, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARABIRA-PB - SINTEMG, CNPJ 06.051.891/0001-91, para representação da categoria Servidores públicos municipais profissionais do magistério público da educação básica, ativos, inativos e aposentados, com abrangência Municipal e base territorial no município de Guarabira, no Estado da Paraíba, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 456 (SEI22479311), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.101762/2022-86, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE GUANAMBI-BA, CNPJ 13.270.947/0001-64, tendo em vista irregularidade documental, nos termos do art. 253, Inciso I da Portaria/MTP nº 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 480 (22561134), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.101940/2022-79, de interesse do SINDITÊXTIL - SP - Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral; de Tinturaria, Estamparia e Beneficiamento; de Linhas de Artigos de Cama, Mesa e Banho; de Não-Tecidos e de Fibras Artificiais e Sintéticas do Estado de São Paulo, CNPJ 62.636.253/0001-03, tendo em vista irregularidade documental, nos termos do art. 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 475 (22539334), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.101394/2022-76, de interesse do Sindicato do Comércio de Bens e Serviços de Governador Valadares, CNPJ 20.955.431/0001-19, visto a irregularidade documental, nos termos do art. 253, inciso I da Portaria MTP nº. 671/2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 476 (SEI 22539751), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 46222.002676/2012-76 de interesse do sindicato patronal - sindicato dos produtores rurais de ponta de pedras, CNPJ 14.068.282/0001-73, tendo em vista irregularidade documental, uma vez que a entidade procedeu a solicitação inadequada, nos termos do art. 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 470 (SEI22529692), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.101855/2022-19, de interesse do SINTAXI - TO - SINDICATO DOS TAXISTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, CNPJ 06.056.890/0001-30, tendo em vista irregularidade documental, bem como a não

caracterização de categoria, nos termos do art. 253, Inciso I e II da Portaria/MTP nº 671/2021, respectivamente.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais e com fundamento na Análise Técnica n° 448 (anexo SEI n° 22455858), resolve: 1) CONHECER o Recurso Administrativo nº 19964.101584/2022-93, nos termos do art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99; 2) ANULAR os efeitos da Análise Técnica n° 220 (anexo SEI n° 21826992) que culminou no ato de indeferimento publicado no DOU de 03/02/2022; 3) INDEFERIR o pedido de alteração estatutária nº 19964.100496/2022-74 de interesse do Sindicato dos Empregados no Ramo do Comércio, Hotelaria, Bares e Restaurantes, Churrascarias, Hotéis Fazenda e Similares do Sul de Minas - SINDEC-SUL, inscrição no CNPJ n° 11.649.344/0001-42, visto a irregularidade no estatuto, nos termos dos inciso I do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

LUIZ ALBERTO DOS SANTOS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 984, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Antecipação de pagamento da renda mensal aos beneficiários, em razão do estado de calamidade pública.

O DIRETOR DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, e considerando o disposto no art. 169 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, no Decreto nº 9.700, de 8 de fevereiro de 2019, na Portaria MTP nº 346, de 18 de fevereiro de 2022 e na Portaria INSS/PRES nº 1.420, de 21 de Fevereiro de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 35014.065964/2022-42, resolve:

Art. 1º Antecipar o pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais de beneficiários residentes ou com domicílio bancário nos municípios de Canapi, no Estado de Alagoas, Teresina de Goiás, no Estado de Goiás e Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, em razão do estado de calamidade pública, para o primeiro dia útil do cronograma de pagamento, a partir da competência março de 2022, enquanto perdurar a situação.

Art. 2º A antecipação a que se referem os atos normativos citados também será em relação ao pagamento do valor correspondente a uma renda mensal do benefício devido, mediante opção do beneficiário, excetuados os benefícios temporários (auxílio por incapacidade temporária, salário-maternidade, auxílio-reclusão), e os que tenham data de cessação prevista na competência de emissão do crédito.

Art. 3º A antecipação do valor correspondente à renda mensal bruta do benefício poderá ser solicitada por meio do representante legal ou procurador legalmente constituído junto a este Instituto e será ressarcida, mediante desconto na renda mensal, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sem aplicação de qualquer correção, a partir do terceiro mês seguinte ao da antecipação.

Art. 4º A identificação do beneficiário, para fins da opção a que se refere o art. 2º, será feita junto à unidade bancária, inclusive pelo seu correspondente bancário responsável pelo pagamento do benefício, no período de 25 de março de 2022 a 31 de maio de 2022, utilizando-se o "Termo de Opção" (Anexo I).

Art. 5º Efetivada a opção de que trata o artigo 2º, a Instituição Financeira efetuará o pagamento de imediato, ou terá um prazo de até cinco dias úteis para liberação do crédito, quando a opção for feita junto ao correspondente bancário.

§ 1° A validade do crédito expira-se em 31 de maio de 2022.

§ 2° Para o caso em que o beneficiário efetuar a opção no correspondente bancário no último dia do prazo, o banco de relacionamento terá até cinco dias úteis para efetuar o pagamento.

§ 3° Ocorrendo o contido no § 2º, não haverá tempo hábil para o órgão pagador efetuar este pagamento, em virtude da expiração da validade do crédito, ocasião em que este Instituto solicitará à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social-Dataprev o reprocessamento deste crédito.

Art. 6° Deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

I - quando o interessado possuir mais de um benefício, a opção será devida a cada um deles;

II - o valor da antecipação da renda mensal corresponderá ao valor da renda bruta;

III - no caso de pensão por morte na qual existam somente dependentes menores de 21 anos (com data de cessação prevista - filhos menores ou equiparados), a quantidade de parcelas será equivalente ao número de meses de duração do benefício;

IV - beneficiários de pensão por morte, cuja data de cessação ocorra nos próximos seis meses após o início de validade do crédito, foram excluídos, em virtude de não existir tempo hábil para quitação das parcelas e não haver margem para o ressarcimento;

V - se houver a cessação do benefício antes da quitação das parcelas, será realizado o encontro de contas entre o valor devido e o não recebido;

VI - o valor da antecipação não será considerado para cálculo da margem do empréstimo consignado;

VII - o processamento do desconto na renda mensal, referente ao ressarcimento dos créditos efetivados, será devido a partir do terceiro mês seguinte ao da antecipação;

VIII - o Termo de Opção (Anexo I) poderá ser preenchido, excepcionalmente, pelas APS, devendo o solicitante ser orientado a entregar o Termo de Opção na instituição financeira onde recebe o benefício, a qual identificará o recebedor;

IX - para obter o Termo de Opção, a APS deverá acessar o seguinte endereço eletrônico: http://10.120.3.17/dataprev/ , podendo ser impresso o formulário do benefício selecionado ou um formulário em branco;

X - as Instituições Financeiras poderão disponibilizar a recepção do Termo de Opção por meio dos Terminais de Auto Atendimento (TAA), onde o titular será identificado pela senha, utilizada para recebimento de benefício;

XI - caso o nome do beneficiário não conste da relação do Termo de Opção mencionado na inciso IX e este esteja enquadrado no disposto no inciso II do art. 169 do Regulamento da Previdência Social - RPS, com a redação dada pelo Decreto nº 9.700/2019, poderá efetuar requerimento (Anexo II), na APS mantenedora do benefício, no período de 25 de março de 2022 a 31 de maio de 2022;

XII - a APS deverá recepcionar o requerimento acompanhado de qualquer documento que comprove a residência do beneficiário na data da decretação da calamidade pública e um documento de identificação; e

XIII - a APS deverá adotar os seguintes procedimentos para análise do requerimento:

a) protocolar o requerimento no GET sob os códigos 4033 - Análise Antecipação Calamidade (não agendável) e 4053 - Análise Antecipação Calamidade (tarefa);

b) verificar se este não se enquadra nos incisos III e IV do presente artigo;

c) verificar se o requerente possui residência ou recebe o pagamento do benefício em órgão pagador no município afetado pela calamidade pública; e

d) após a conclusão da análise, sendo positiva, deverá encaminhar o pedido para a Divisão de Manutenção de Direitos, da Coordenação-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários, da Diretoria de Benefícios, para solicitação de emissão do crédito.

XIV - caso ocorra o indeferimento do requerimento, o beneficiário deverá ser notificado sobre a decisão, abrindo prazo para recurso.

Art. 7º Serão enviados para as instituições financeiras pagadoras de benefícios os Termos de Opção devidamente preenchidos, os formulários em branco para preenchimento pelo Órgão Pagador, bem como os créditos de que trata a antecipação.

Art. 8º Os créditos serão disponibilizados para as instituições financeiras, para pagamento, a partir do dia 25 de março de 2022.

Art. 9º O Órgão Pagador deverá:

I - identificar o beneficiário, colher a assinatura no Termo de Opção (Anexo I) e promover a liberação do crédito; e

II - encaminhar os Termos de Opção, devidamente identificados e assinados, para as Gerências-Executivas Maceió, Distrito Federal, e Petrópolis, respectivamente, após o prazo de validade do crédito, em lote.

Art. 10. A Gerências-Executivas deverão manter arquivados os Termos de Opção recebidos da rede bancária.

Art. 11. Os anexos desta Portaria serão publicados na Página do INSS na internet.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SEBASTIÃO FAUSTINO DE PAULA

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 111, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
191507 - BRINCAR É O MELHOR REMÉDIO
TRUKS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 67.009.456/0001-93
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 114.543,00
Valor total atual: R$ 791.777,25

201514 - Candeeiro da Amizade: amor ao Rio Grande
D. MARIN DA SILVA - ME
CNPJ/CPF: 08.430.920/0001-51
Cidade: Passo Fundo - RS;
Valor Complementado: R$ 14.658,00
Valor total atual: R$ 160.397,34

182738 - Doses de Sorriso ? 1ª Edição
Organização Doutores Palhaços SOS Alegria
CNPJ/CPF: 13.311.763/0001-03
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Complementado: R$ 1.837,00
Valor total atual: R$ 155.134,50

202748 - O Resgate do Circo
ISABELA PEREIRA DE SOUSA PIRES
CNPJ/CPF: 046.985.861-35
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Complementado: R$ 3.601,00
Valor total atual: R$ 197.764,75

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
184240 - BOOK TRUCK ? CULTURA PARA TODO O LADO
VR SERVIÇOS CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 10.910.211/0001-15
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Complementado: R$ 79.073,00
Valor total atual: R$ 943.110,43

204057 - Jornada Sabiá de Leitura
Elo 3 Integração Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 06.791.257/0001-95
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 307.408,00
Valor total atual: R$ 1.489.528,00

201301 - Literacia Familiar: Leia e cante pra Mim!
TEREZINHA OSMARI BAGATINI 82484538987
CNPJ/CPF: 14.318.583/0001-08
Cidade: São Miguel do Oeste - SC;
Valor Complementado: R$ 114.048,00
Valor total atual: R$ 261.360,00

PORTARIA Nº 112, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
181539 - A LENDA DO CURUPIRA
Giovani Jose Cesconetto
CNPJ/CPF: 255.378.909-25
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/09/2022

201540 - Abre a Roda: é o Teatro chegando aí na sua Escola!
Eder da Costa Paulo Schmidt
CNPJ/CPF: 036.277.499-44
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

193808 - Ânima - a magia do teatro de bonecos
BOUGANVILLE PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI ME
CNPJ/CPF: 28.588.845/0001-69

Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

193338 - Beatles Heróis e A Terrível Máquina do Silêncio
JGPM Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 17.523.916/0001-29
Cidade: Jandira - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211457 - Bom de Nota, Bom de Dança - Plano Anual 2022
ASSOCIAÇÃO PRÓ-ESPORTE E CULTURA
CNPJ/CPF: 01.285.504/0001-68
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

202108 - Brincando de Retalhos
MAR'JUNIOR PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - '''CIA ATORES DE MAR''
CNPJ/CPF: 13.228.881/0001-44
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

203277 - Circo Musical (Opereta) - Maneco, o palhaço voador (nome provisório)
Associação OntoArte
CNPJ/CPF: 07.057.710/0001-05
Cidade: São João do Polêsine - RS;
Prazo de Captação: 22/02/2022 à 31/12/2022

200815 - Circulação Grupo Real Fantasia
Real Fantasia
CNPJ/CPF: 20.966.461/0001-20
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

202895 - Cultura em Comunidade - Ceará 1
INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA
CNPJ/CPF: 01.437.408/0001-98
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

204569 - Festival de Cultura Popular
CIRC CENTRO DE INTERCAMBIO E REFERENCIA CULTURAL
CNPJ/CPF: 12.157.714/0001-97
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

211766 - FESTIVAL DE DANÇA CRIANÇA INDAIATUBANA FELIZ 2022
Associação Beneficente ABID
CNPJ/CPF: 03.508.076/0001-10
Cidade: Indaiatuba - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

201453 - GERA AÇÃO: A ENERGIA DA ARTE IV
INSTITUTO HUMANIZA
CNPJ/CPF: 14.164.259/0001-82
Cidade: Barracão - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

201898 - IV RODEIO ARTÍSTICO E CULTURAL NACIONAL DE ABDON BATISTA, E IX CELEIRO DA POESIA
INSTITUTO HUMANIZA
CNPJ/CPF: 14.164.259/0001-82
Cidade: Barracão - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

201299 - Os Reis do Riso
PEDRO PAULO MARQUES RANGEL PRODUCOES ARTISTICAS - ME
CNPJ/CPF: 27.853.134/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

182607 - Projeto Teatro na Escola
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MAGE
CNPJ/CPF: 02.995.820/0001-96
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

193191 - Repertório Etc e Tal - Teatro Mímica Humor
Etc e Tal Produção Cultural Ltda-ME
CNPJ/CPF: 09.238.982/0001-29
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

203285 - SBORNIA EM REVISTA
MARILOURDES FERREIRA FRANARIN - ME
CNPJ/CPF: 03.409.008/0001-02
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
202998 - AMOR, VIDA E MÚSICA - Oficina instrumental, Coro e Orquestra
ASSOCIACAO BATISTA DA PENHA
CNPJ/CPF: 07.133.912/0001-80
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 31/12/2021 à 31/12/2021

210005 - Banda Lira Itapirense - Plano Anual 2021
Banda Lira Itapirense
CNPJ/CPF: 48.829.360/0001-27
Cidade: Itapira - SP;
Prazo de Captação: 15/01/2022 à 31/12/2022

193234 - FESTIVAL ASSAD 2020
Clac Artes e Cultura Ltda - ME
CNPJ/CPF: 03.014.559/0001-69
Cidade: São João da Boa Vista - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

202867 - MOSTRA MUSICAL DA EXPOFEIRA DE ARROIO GRANDE
SINDICATO RURAL DE ARROIO GRANDE
CNPJ/CPF: 87.355.566/0001-14
Cidade: Arroio Grande - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

194139 - MÚSICA E SOLIDARIEDADE SEMPRE - VII EDIÇÃO
ASS-ASSOCIACAO SOLIDARIEDADE SEMPRE
CNPJ/CPF: 05.617.703/0001-87
Cidade: Londrina - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/06/2022

200432 - ORQUESTRA SINFÔNICA DO PARANÁ - CLÁSSICOS UNIVERSAIS 1
INSTITUTO DE APOIO A ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA
CNPJ/CPF: 27.211.256/0001-02
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/04/2022

203996 - Plano Anual de Atividades OCTSP 2021
ASSOCIAÇÃO PRÓ MÚSICA DE PORTO ALEGRE
CNPJ/CPF: 90.366.311/0001-61
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
190491 - I Bienal do Lixo
LA MELA PUBLICIDADE, PROMOCAO E REPRESENTACAO LTDA
CNPJ/CPF: 14.584.313/0001-49
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/07/2022

205186 - Nise da Silveira (22 anos de morte) - da rebeldia ao afeto
M'Baraka Projetos e PRoducoes Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 07.959.913/0001-89
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 29/10/2021 à 31/12/2021

201454 - PLAYMODE
N Mais Produo Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 24.207.423/0001-45
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

200050 - Projeto Cultural Painéis Urbanos
Stanley Kennedy Garcia
CNPJ/CPF: 060.370.089-65
Cidade: Londrina - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
170072 - Complexo Cultural Antiga Estação Férrea/Restauro - 1ª Etapa
CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE FARROUPILHA
CNPJ/CPF: 87.834.891/0001-60
Cidade: Farroupilha - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
203659 - Abraça o mar
TM Cascabulho - Editora ME
CNPJ/CPF: 07.635.383/0001-13
Cidade: Niterói - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

204283 - Sul: Suas Histórias e Vinhedos
P4 Produções Culturais e Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 08.145.004/0001-70
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
182414 - ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO PRESIDENCIAL EPITÁCIO PESSOA
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO
CNPJ/CPF: 33.636.697/0001-40
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 04/03/2022

PORTARIA Nº 113, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
210079 - Ave Lola em Movimento: teatro na praça
Ave Lola e As Meninas Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 13.001.352/0001-03
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 12.760,00
Valor total atual: R$ 679.406,20

202543 - Circulação Canções para Pequenos Ouvidos
NASCEDOURO SERVIÇOS ARTÍSTICOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.857.615/0001-80
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 19.938,00
Valor total atual: R$ 639.093,80

194017 - Festival da Melanina Acentuada - Ano 06
Aldri Antonio Alves da Anunciação
CNPJ/CPF: 633.863.485-72
Cidade: Salvador - BA;
Valor Reduzido: R$ 50.193,00
Valor total atual: R$ 448.712,55

194148 - FIIS - Arte e Cultura (Nome Provisório)
MOVA PRODUCOES CULTURAIS E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 09.359.022/0001-17
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 33.250,00
Valor total atual: R$ 1.774.579,59

211710 - IGI OSÈ BAOBÁ- CARNAVAL 2022
gremio recreativo escola de samba portela
CNPJ/CPF: 42.255.075/0001-63
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 2.900,00
Valor total atual: R$ 1.899.292,39

191523 - O ALUNO SEM NOME
TRUKS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 67.009.456/0001-93
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 319.576,00
Valor total atual: R$ 330.502,00

210154 - O jardim secreto
ANA KAROLINA OLIMPIO MARCOS
CNPJ/CPF: 067.133.809-99
Cidade: Tubarão - SC;
Valor Reduzido: R$ 28.413,00
Valor total atual: R$ 170.275,05

200487 - Oficinas Trancoso Desperta Arte
ASSOCIACAO DESPERTAR TRANCOSO
CNPJ/CPF: 14.947.507/0001-61
Cidade: Porto Seguro - BA;
Valor Reduzido: R$ 16.884,00
Valor total atual: R$ 179.191,00

202731 - Quase Árvore - Circulação
GRUPO TEATRO ATRAS DO PANO
CNPJ/CPF: 21.700.513/0001-85
Cidade: Nova Lima - MG;
Valor Reduzido: R$ 53.352,00
Valor total atual: R$ 332.398,75

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
200348 - Circuito Cultural RS
MURLIKI - EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA
CNPJ/CPF: 07.083.950/0001-76
Cidade: Capão da Canoa - RS;
Valor Reduzido: R$ 31.050,00
Valor total atual: R$ 1.137.893,50

202197 - Oficinas Artísticas de Acordeon & Rabeca
INSTITUTO DE ACOES AMBIENTAIS, CULTURA E JUSTICA SOCIAL - AMJUS
CNPJ/CPF: 11.111.001/0001-20
Cidade: São Miguel do Gostoso - RN;
Valor Reduzido: R$ 14.732,00
Valor total atual: R$ 185.000,50

190732 - ORQUESTRA DE CORDAS ESCOLA FAMÍLIA VALE DAS ACÁCIAS
ASSOCIACAO VALE DAS ACACIAS
CNPJ/CPF: 78.971.421/0001-57
Cidade: Londrina - PR;
Valor Reduzido: R$ 2,00
Valor total atual: R$ 194.341,44

201197 - Orquestra Ladies Ensemble no Auditório Regina Casillo
Associacao Cultural Solar do Rosario
CNPJ/CPF: 40.408.353/0001-40
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 4.480,00
Valor total atual: R$ 1.477.768,00

211767 - Plano Anual SOU Arte (2022)
Centro de Convivencia Arte & Vida
CNPJ/CPF: 07.754.511/0001-48
Cidade: Arapongas - PR;
Valor Reduzido: R$ 77.879,00
Valor total atual: R$ 647.508,30

212426 - Plano Bianual de Atividades e Temporada - Orquestra Sinfônica Brasileira - ANOS 2022 e 2023
Fundação Orquestra Sinfonica Brasileira
CNPJ/CPF: 33.659.327/0001-29
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 184.320,00
Valor total atual: R$ 53.130.748,50

204900 - TOCANDO A VIDA - ANO VI - ACÃO CONTINUADA
ASSOCIAÇÃO ESTAÇAO DA LUZ
CNPJ/CPF: 06.139.069/0001-87
Cidade: Eusébio - CE;
Valor Reduzido: R$ 8.165,00
Valor total atual: R$ 359.442,72

181337 - Vida Caipira: Uma Celebração a Música e Cultura Sertaneja
José Adolfo Medeiros
CNPJ/CPF: 084.970.908-37
Cidade: São Joaquim da Barra - SP;
Valor Reduzido: R$ 10.595,00
Valor total atual: R$ 674.060,93

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
210464 - Moradores - A Humanidade do Patrimônio
Nitro Editorial LTDA ME
CNPJ/CPF: 17.289.402/0001-50
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 149,00
Valor total atual: R$ 688.398,42

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
193467 - 15 EXPEDIÇÕES ANTÁRTICAS - nome provisório
Simples Assim Projetos e Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 23.342.548/0001-15
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Reduzido: R$ 17.820,00
Valor total atual: R$ 364.392,27

190025 - Arte Urbana
MESTER FOTOGRAFIA E COMUNICACAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 02.483.996/0001-69
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 6.002,00
Valor total atual: R$ 284.422,75

211694 - BOB WOLFENSON - FACES DA INCLUSÃO
DE ARTE PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA
CNPJ/CPF: 01.742.102/0001-45
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 11.550,00
Valor total atual: R$ 469.053,75

185993 - Café no Brasil
MARCOS PIFFER FOTOGRAFIA E EDITORA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 59.951.848/0001-49
Cidade: Santos - SP;
Valor Reduzido: R$ 6.708,00
Valor total atual: R$ 287.718,55

191087 - Coleção Turminha Brava 4ª edição
CEPAR CULTURAL ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.242.168/0001-88
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 10.378,00
Valor total atual: R$ 441.081,16

202163 - Cultura e Saúde - Personagens e Histórias da Medicina no Brasil
BELA VISTA CULTURAL LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 25.331.742/0001-20
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 30.442,00
Valor total atual: R$ 434.803,00

204105 - Festival Literário de Gostoso
JURITI CONSULTORIA E PRODUCOES LTDA - JURITI PRODUCOES
CNPJ/CPF: 20.805.660/0001-57
Cidade: São Miguel do Gostoso - RN;
Valor Reduzido: R$ 4.574,00
Valor total atual: R$ 175.001,00

180809 - LER, CONHECER E PRESERVAR A IDENTIDADE SUL-MATO-GROSSENSE.
LUCIMARA DE OLIVEIRA CALVIS
CNPJ/CPF: 511.714.901-78
Cidade: Campo Grande - MS;
Valor Reduzido: R$ 452.936,00
Valor total atual: R$ 240.075,00

205035 - Literatura Acessível | 2
INSTITUTO INCLUIR: TRANSFORMAR, DEMOCRATIZAR & HUMANIZAR
CNPJ/CPF: 31.037.402/0001-94
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 40.095,00
Valor total atual: R$ 957.691,35

203886 - Minas Gerais
MARCOS PIFFER FOTOGRAFIA E EDITORA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 59.951.848/0001-49
Cidade: Santos - SP;
Valor Reduzido: R$ 2.403,00
Valor total atual: R$ 303.202,03

190979 - Minha Escola Lê - V
EDITORA ECOARTE LTDA - ME
CNPJ/CPF: 03.205.403/0001-65
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 53.872,00
Valor total atual: R$ 102.844,69

182707 - O Canto do Cisne
MARIANE ELIZABETE DE FREITAS
CNPJ/CPF: 817.466.289-87
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 20.947,00
Valor total atual: R$ 215.547,75

190724 - Publicidade Brasileira - Os Primeiros 110 anos - (1808 - 1818)
FGF AGRICULTURA & NEGOCIOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 07.139.671/0001-87
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 2.349,00
Valor total atual: R$ 248.427,90

205131 - Santa Bertilla Boscardin, da Itália ao Brasil
FAROL DOS REIS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.232.365/0001-65
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 23.224,00
Valor total atual: R$ 593.957,18

200842 - Tempo de criança
Instituto Ideia Coletiva
CNPJ/CPF: 08.768.126/0001-12
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 37.092,00
Valor total atual: R$ 106.128,00

193521 - Trilha das descobertas
Jatobá Educação e Cultura Eireli
CNPJ/CPF: 14.363.140/0001-39
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 23.944,00
Valor total atual: R$ 972.394,75

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
210544 - Memórias da Música Preta
Agarb Produções de Eventos e Artístico
CNPJ/CPF: 17.913.317/0001-11
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 361.267,00
Valor total atual: R$ 412.390,32

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 12, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1.258, de 03 de novembro de 2021 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) abaixo, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
205068 - FESTIVAL DO RIO 2021
Cinema do Rio Cultura e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 11.709.793/0001-39

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 1.192.711,50
Valor total atual: R$ 3.578.167,00

Art. 2.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) abaixo, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
202590 - Circuito de Cinema Infantil 2021
Lume Produções Culturais
CNPJ/CPF: 04.703.940/0001-06
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 226,05
Valor total atual: R$ 335.943,89

185486 - DANÇAR PARA SER ? como percebemos e vivemos as coisas do mundo
IADHEC - INSTITUTO APLICADO AO DESENVOLVIMENTO HUMANO - EDUCACAO E CULTURA
CNPJ/CPF: 28.647.765/0001-37
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 267.840,63
Valor total atual: R$ 365.835,27

Art. 3.º - Alterar a(s) razão(ões) social(ais) do(s) proponente(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 211606 - Abrigo, publicado na portaria nº 0053/21 de 10/09/2021, publicada no D.O.U. em 13/09/2021.
Onde se lê: Pablo Lobato Studio Bireli
Leia-se: CLAROESCURO STUDIO LTDA

Art. 4.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 205068 - FESTIVAL DO RIO 2021, publicado na portaria nº 0078/20 de 17/12/2020, no D.O.U. em 18/12/2020, para Festival do Rio .

PRONAC: 211239 - Quando o Silêncio Mata!, publicado na portaria nº 0028/21 de 07/05/2021, no D.O.U. em 10/05/2021, para O Silêncio das Rosas.

PRONAC: 211240 - MoV.Cidade [movimento de diversidade e criatividade urbana], publicado na portaria nº 0028/21 de 07/05/2021, no D.O.U. em 10/05/2021, para MoV.Cidade 2022/1 - Edição Start.

PRONAC: 211563 - Mostra "Maré Marias": Bordando Memórias - Ciclo 1, publicado na portaria nº 0046/21 de 28/07/2021, no D.O.U. em 29/07/2021, para Bordando Memórias.

Art. 5.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 204367 - 16ª CineOP - Mostra de Cinema de Ouro Preto, publicado na portaria nº 0069/20 de 17/11/2020, publicada no D.O.U. em 18/11/2020.

Onde se lê: Pioneira desde sua criação (2006), a enfocar a preservação audiovisual, memória, história e a tratar o cinema como patrimônio, a CineOP - Mostra de Cinema de Ouro Preto chega a sua 16ª edição, de 23 a 28 de junho de 2021- em formato online e presencial, e estrutura sua programação em três temáticas - preservação, história e educação. Considerada fórum privilegiado de formação, reflexão, exibição e difusão do audiovisual em diálogo com a educação, a CineOP prevê a exibição de mais de 50 filmes brasileiros em pré-estreias e mostras temáticas, realiza o programa A Escola vai ao cinema, promove debates, oficinas, Encontro Nacional de Arquivos, Encontro da Educação e atrações artísticas. TODA A PROGRAMAÇÃO GRATUITA.

Leia-se: Pioneira desde sua criação (2006), a enfocar a preservação audiovisual, memória, história e a tratar o cinema como patrimônio, a CineOP - Mostra de Cinema de Ouro Preto chega a sua 16ª edição, de 23 a 28 de junho de 2021- em formato online e presencial, e estrutura sua programação em três temáticas - preservação, história e educação. Considerada fórum privilegiado de formação, reflexão, exibição e difusão do audiovisual em diálogo com a educação, a CineOP prevê a exibição de mais de 100 filmes em pré-estreias e mostras temáticas, realiza o programa A Escola vai ao cinema, promove debates, oficinas, Encontro Nacional de Arquivos, Encontro da Educação e atrações artísticas. TODA A PROGRAMAÇÃO GRATUITA.

PRONAC: 211192 - MoV - CIDADE PEDAL, publicado na portaria nº 0028/21 de 07/05/2021, publicada no D.O.U. em 10/05/2021.

Onde se lê: Para nós a cidade do futuro é feita por cidadãos conscientes e em pleno movimento. Quatro cidades brasileiras recebem uma noite com a inédita "Mostra Cidade Pedal - MoV.Cidade" com filmes sobre sustentabilidade e cidade, mobilidade urbana, cidades inteligentes e movimento sustentável brasileiro e mundial. A projeção acontece através de energia limpa. Como contrapartida social, bate-papos com palestras sobre audiovisual sustentável integram as atividades do projeto, que contará também com circuito de pedal pelas ruas de pelo menos 01 cidade participante no projeto.

Leia-se: Para nós a cidade do futuro é feita por cidadãos conscientes e em pleno movimento. Vitória-ES recebe três noites, com três sessões cada dia (total de 9 sessões), com a inédita "Mostra Cidade Pedal - MoV.Cidade" com filmes sobre sustentabilidade e cidade, mobilidade urbana, cidades inteligentes e movimento sustentável brasileiro e mundial. A projeção acontece através de energia limpa. Como contrapartida social, realizaremos um bate-papo com palestra sobre audiovisual sustentável integrando as atividades do projeto, que contará também com 01 circuito de pedal pelas ruas da cidade.

Art. 6.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 7.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE CRUZ PEDRI

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
211679 - 11º Olhar de Cinema - Festival Internacional de Curitiba
Grafo Audiovisual Ltda.-ME
CNPJ/CPF: 09.437.566/0001-50
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 09/06/2022

211471 - 25ª Mostra de Cinema de Tiradentes
UNIVERSO PRODUÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 00.246.471/0001-84
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/07/2022

212325 - 29º Festival de Cinema de Vitória
Instituto Brasil de Cultura e Arte - IBCA
CNPJ/CPF: 11.474.955/0001-05
Cidade: Vitória - ES;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

212563 - Carlos Saura Faz 90 Anos
Voa - Comunicação e Cultura LTDA
CNPJ/CPF: 15.012.162/0001-17
Cidade: Duque de Caxias - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/10/2022

210418 - CoquetelMolotov.doc
Coda Produções Artística LTDA
CNPJ/CPF: 16.435.371/0001-36
Cidade: Olinda - PE;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 01/07/2022

212425 - COTOLENGO, UM LAR DE HISTÓRIAS
O QUADRO PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 12.298.240/0001-01
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211721 - Discussões e Reflexões XI
BRASIL MUSICA E ARTES ? BM&A
CNPJ/CPF: 04.723.989/0001-12
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

212562 - Documentário Meninas Exatas
FORCA MENINAS LTDA
CNPJ/CPF: 28.928.824/0001-45
Cidade: Guarulhos - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211351 - Festival CENSURA LIVRE de Cinema Itinerante
Galpao Produções Artisticas e Culturais ltda
CNPJ/CPF: 02.616.581/0001-16
Cidade: Vitória - ES;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/03/2022

210842 - HISTÓRIA DE PESCADOR
Ricardo Ferreira Batista
CNPJ/CPF: 251.455.256-72
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/02/2022 à 31/12/2022

210773 - MARTINA E GUARÁ
PAULA DE ABREU RESENDE PRODUCOES
CNPJ/CPF: 23.933.465/0001-09
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211713 - Menino Árvore
Nkls Produções Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 12.521.386/0001-66
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/09/2022

182712 - MENINOS DE ÁGUA DOCE
ISAIAS NASCIMENTO DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 077.232.102-72
Cidade: Manaus - AM;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

203682 - O Amigo Fantasminha
Belli Studio Design Ltda. ME
CNPJ/CPF: 03.274.384/0001-29
Cidade: Blumenau - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/12/2022

204250 - Prêmio Brasil Criativo
Lucas de Moraes Foster - ME
CNPJ/CPF: 13.003.401/0001-47
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 30/09/2022

212558 - Programa Imagens em Movimento 11ª edição
RAIAR REDES DE ACOES E INTERACOES ARTISTICAS
CNPJ/CPF: 21.613.809/0001-69
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

203676 - Riquezas do Litoral Catarinense
MARIA CRISTINA BAGGIO DA SILVA 03278001940
CNPJ/CPF: 33.465.912/0001-98
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

212142 - RODO CINE 6ª EDIÇÃO
PORTO ARQUITETURA E CULTURA EIRELI
CNPJ/CPF: 10.567.528/0001-09
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

185640 - Sonora: John Williams
R. C. S. BEZERRA PRODUCOES CRIATIVAS, ARTISTICAS E CULTURAIS EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 16.872.792/0001-24
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211621 - XBOOM | 2ª edição.
BURBURINHO CULTURAL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. – ME
CNPJ/CPF: 08.422.837/0001-30
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 24-E, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2024.

22-0033 BALÉ FOLCLÓRICO DA BAHIA - SONHOS, AMOR E DANÇA
Processo: 01416.009286/2021-11
Proponente: AUDAZ FILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 08.686.478/0001-29
Valor total aprovado: R$ 1.700.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.615.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 814, realizada em 26/11/2021

22-0035 O TEMPO DE ANNA
Processo: 01416.002063/2021-14
Proponente: CONFEITARIA DE CINEMA COMUNICAÇÕES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 58.496.571/0001-49
Valor total aprovado: R$ 4.068.096,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 816, realizada em 07/12/2021

22-0036 ECOEMPREENDER
Processo: 01416.006738/2021-02
Proponente: LUZCENA FILMES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 26.148.964/0001-75
Valor total aprovado: R$ 800.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 400.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 360.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 816, realizada em 07/12/2021

22-0037 CULTURA NA PANDEMIA (CULTURA CONECTADA)
Processo: 01416.001485/2021-72
Proponente: G ENTRETENIMENTO E CONTEÚDO AUDIOVISUAL
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 28.009.047/0001-35
Valor total aprovado: R$ 225.800,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 214.500,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 816, realizada em 07/12/2021

22-0038 MILA
Processo: 01416.002785/2021-79
Proponente: PIXEL PRODUÇÕES LTDA EPP
Cidade/UF: Belo Horizonte / MG
CNPJ: 18.165.736/0001-85
Valor total aprovado: R$ 4.968.060,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 818, realizada em 14/12/2021

22-0039 PULA CAVALO DOIDO QUE O VAQUEIRO É DURO
Processo: 01416.003531/2021-78
Proponente: DORI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS EIRELI
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 24.854.034/0001-01
Valor total aprovado: R$ 3.372.051,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.203.448,45
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 818, realizada em 14/12/2021

22-0040 CANDOMBLÉ - A ANCESTRALIDADE RESISTE AO URBANO
Processo: 01416.003331/2021-15
Proponente: LAGON FILMES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 31.625.786/0001-66
Valor total aprovado: R$ 904.500,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 855.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 818, realizada em 14/12/2021

22-0041 SEGREDOS DE MARIA, MÃE DE DEUS
Processo: 01416.010216/2021-05
Proponente: BLUFILME PRODUÇÕES EIRELI
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 35.950.640/0001-47
Valor total aprovado: R$ 4.999.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 749.050,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 819, realizada em 17/12/2021

22-0046 SOLINA
Processo: 01416.008935/2020-77
Proponente: PANACEIA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDE ME
Cidade/UF: Goiânia / GO
CNPJ: 17.942.221/0001-81
Valor total aprovado: R$ 2.095.500,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 183.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.800.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 824, realizada em 27/01/2022

22-0048 PIQUET
Processo: 01416.000955/2021-81
Proponente: DIEZ PRODUÇÕES E ENTRETENIMENTO EIRELI
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 31.447.610/0001-61
Valor total aprovado: R$ 1.050.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 350.000,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 250.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 200.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 825, realizada em 01/02/2022

22-0049 UMA HISTÓRIA DE VINGANÇA
Processo: 01416.011514/2020-23
Proponente: DEZENOVE SOM E IMAGENS PRODUÇÕES LTDA EPP
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 66.876.707/0001-74
Valor total aprovado: R$ 3.710.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 825, realizada em 01/02/2022

22-0050 TOMÉ
Processo: 01416.008984/2020-18
Proponente: GIROS PROJETOS AUDIOVISUAIS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.661.796/0001-84
Valor total aprovado: R$ 15.998.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 4.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 825, realizada em 01/02/2022

22-0051 CLUBE DOS OPERÁRIOS
Processo: 01416.009651/2019-64
Proponente: PA PRODUTORES ASSOCIADOS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 54.836.861/0001-33
Valor total aprovado: R$ 6.625.349,40
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.300.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.994.081,93
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 825, realizada em 01/02/2022

22-0052 O TIME DA CIDADE
Processo: 01416.011195/2019-12
Proponente: PA PRODUTORES ASSOCIADOS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: CNPJ: 54.836.861/0001-33
Valor total aprovado: R$ 8.275.807,37
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.862.017,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 825, realizada em 01/02/2022

22-0055 NOVO AMOR DE SEMPRE
Processo: 01416.007625/2020-35
Proponente: FILMES DO EQUADOR LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 73.619.637/0001-34
Valor total aprovado: R$ 6.241.171,27
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.929.112,70
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 825, realizada em 01/02/2022

22-0056 DOCE DE CANDURA
Processo: 01416.008369/2020-01
Proponente: VISON PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 28.629.780/0001-52
Valor total aprovado: R$ 8.100.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 545.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 800.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 825, realizada em 01/02/2022

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2025.

22-0043 NÃO ESTAMOS SONHANDO
Processo: 01416.010969/2020-21
Proponente: CÉU VERMELHO FOGO FILMES LTDA
Cidade/UF: Maceió / AL
CNPJ: 26.324.984/0001-50
Valor total aprovado: R$ 1.780.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 248.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 824, realizada em 27/01/2022

22-0044 CASA DOS SONHOS
Processo: 01416.001083/2021-78
Proponente: MIGDAL PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10.645.895/0001-75
Valor total aprovado: R$ 6.000.000,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 2.120.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 824, realizada em 27/01/2022

22-0042 ARTILHEIROS
Processo: 01416.010214/2021-16
Proponente: IMAGINAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10.899.485/0001-50
Valor total aprovado: R$ 2.412.750,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.292.112,50
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 821, realizada em 12/01/2022

22-0047 NAÇÃO UBUNTU
Processo: 01416.000617/2021-49
Proponente: MIGDAL PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10.645.895/0001-75
Valor total aprovado: R$ 1.500.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 425.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 825, realizada em 01/02/2022

22-0054 BRASÍLIA MONUMENTAL
Processo: 01416.012159/2019-76
Proponente: MERCADO CULTURAL LTDA EPP
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 03.093.490/0001-06
Valor total aprovado: R$ 1.192.610,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 1.132.610,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 825, realizada em 01/02/2022

22-0063 NA BATIDA DO ERÊ
Processo: 01416.005446/2020-63
Proponente: PRETA PORTÊ FILMES E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.265.176/0001-91
Valor total aprovado: R$ 8.310.459,69
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 825, realizada em 01/02/2022

Art. 3º Aprovar o projeto audiovisual e sua análise complementar para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2025.

22-0032 VOZES DO JOELMA
Processo: 01416.002766/2021-42
Proponente: EMPORTE FILMS - ASSESSORIA E PRODUTORA CINEMATOGRÁFICA LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 00.256.170/0001-31
Valor total aprovado: R$ 427.650,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 406.267,50
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº 1-E, de 04/01/2022, ratificada pela Reunião de Diretoria
Colegiada nº. 821, realizada em 12/01/2022

Art. 4º As Deliberações produzem efeitos a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 32, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 18, Anexo I, do Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009, considerando o disposto no art. 2º-E, da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, o disposto no art. 7º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 e Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar os anexos IV e V da Portaria Nº 19 de 25 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial de 01/02/2022, seção 1, nos seguintes termos:

Anexo IV - Avaliação Individual - Pontuação Mínima 0,0

Meta Individual - Grau Descrição A - Pontuação 0,0000

Anexo V - Quesito A - Pontuação 0,0000 - Não realização de cursos de capacitação.

ANEXO IV

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL					
TABELA Nº 1 FATORES E PESOS DA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL					
CRITÉRIO		FATORES DE VALIAÇÃO	% POR FATOR	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
META INDIVIDUAL	CÓD	ESPECIFICAÇÃO			
	A	CAPACITAÇÃO ANUAL MÍNIMA DE 40 HORAS EM CURSOS GERENCIAIS E/OU TÉCNICOS NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES REFERENTES AO CARGO EFETIVO NA UNIDADE DE AVALIAÇÃO	50,0	0,0	10,0
	TOTAL DA META INDIVIDUAL		50,0	0,0	10,0
FATORES DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL	A	PRODUTIVIDADE NO TRABALHO	10,0	0,6	2,00
	B	CONHECIMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS	10,0	0,6	2,00
	C	TRABALHO EM EQUIPE	10,0	0,6	2,00
	D	COMPROMETIMENTO COM O TRABALHO	10,0	0,6	2,00
	E	CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE PROCEDIMENTO E DE CONDUTA NO DESEMPENHO DO CARGO	10,0	0,6	2,00
	TOTAL DE FATORES		50,0	3,0	10,00
TOTAL DA META INDIVIDUAL			100,0	6,0	20,0
TOTAL DA META INDIVIDUAL			100,0	6,0	20,0
OS QUESITOS E A PONTUAÇÃO DEFINIDA PARA A META(S) DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL E OS FATORES MÍNIMOS DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL CONFORME PROCESSO A SEGUIR APRESENTADO					

1.1 META(S) INDIVIDUAL (IS) (RAZÃO = 1,4937)	
GRAU DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
A	0,0000
B	4,4811
C	6,6934
D	10,0000

1.2 FATOR: PRODUTIVIDADE NO TRABALHO (RAZÃO = 1,4937)	
GRAU DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
A	0,6000
B	0,8962
C	1,3387
D	2,0000

1.3. FATOR: CONHECIMENTO DE METODOS E TÉCNICAS (RAZÃO= 1,4937)	
GRAU DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
A	0,6000
B	0,8962
C	1,3387
D	2,0000

1.4. FATOR: TRABALHO EM EQUIPE (RAZÃO= 1,4937)	
GRAU DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
A	0,6000
B	0,8962
C	1,3387
D	2,0000

1.5. FATOR: COMPROMETIMENTO COM O TRABALHO (RAZÃO= 1,4937)	
GRAU DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
A	0,6000
B	0,8962
C	1,3387
D	2,0000

1.6. FATOR: CUMPRIMENTO DAS NORMAS E PROCEDIMENTOS DE CONDUTA (RAZÃO= 1,4937)	
GRAU DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
A	0,6000
B	0,8962
C	1,3387
D	2,0000

ANEXO V

FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA(S) META(S) DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

Período de Avaliação ____/____/____

1 - UNIDADE DE AVALIAÇÃO:	
2 - UNIDADE ADMINISTRATIVA:	

3- IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO:		
Nome:	Cargo/Função:	Matrícula SIAPE:
E-mail:		

4- IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR:		
Nome:	Cargo/Função:	Matrícula SIAPE:
E-mail:		

META: Capacitação anual mínima de 20 horas em cursos gerenciais ou técnicos relacionados com as atividades do cargo na Unidade de Avaliação - RAZÃO - 1,4937.

QUESITO	PONTUAÇÃO	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	NOTA / AVALIAÇÃO
A	0,0000	Não realização de cursos de capacitação.	
B	4,4811	Realização de cursos de capacitação de até 08 horas em áreas gerenciais ou técnicas relacionadas com as atividades do cargo na unidade de avaliação.	
C	6,6934	Realização de cursos de capacitação com carga horária superior a 08 horas e menores de 20 horas anuais em áreas gerenciais ou técnicas relacionadas com as atividades do cargo na unidade de avaliação.	
D	10,000	Realização de cursos de capacitação com carga horária igual ou superior a 20 horas anuais em áreas gerenciais ou técnicas relacionadas com as atividades do cargo na unidade de avaliação.	
		RESULTADO FINAL	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 03 de março de 2022.

SÉRGIO NASCIMENTO DE CAMARGO

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 2/CGE, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

A COMISSÃO GERAL ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10 da Resolução nº 105/CSMPM, de 8 de maio de 2019, alterada pela Resolução nº 121/CSMPM, de 12 de agosto de 2021, resolve:

Divulgar o Calendário das Fases do Processo Eleitoral:

22/2/2022- Publicação do Edital de Convocação do Colégio de Procuradores de Justiça Militar no Diário Oficial da União.

23/2/2022 a 3/3/2022- Período de inscrição de candidatos.

7/3/2022- Publicação da relação de inscritos, havendo 3 ou mais candidatos.

8/3/2022 a 12/3/2022 - Prorrogação do prazo de inscrição, em não havendo número suficiente de candidados inscritos.

15/3/2022 - Publicação da relação de inscritos, caso tenha havido a prorrogação do prazo de inscrição.

17/3/2022 - Votação, no período de 10 às 18 horas, horário de Brasília, apuração dos votos e divulgação do resultado.

ROBERTO COUTINHO
Subprocurador-Geral de Justiça Militar
Presidente da CGE

GIOVANNI RATTACASO
Subprocurador-Geral de Justiça Militar
Membro da CGE

ANA CAROLINA SCULTORI DA SILVA TELES
Promotora de Justiça Militar
Membro da CGE

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 4, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022
(Sessão Telepresencial)

Presidência: Ministro Walton Alencar Rodrigues e Ministro Bruno Dantas (Vice-Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Alden Mangueira de Oliveira
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

À hora regimental, a Presidência declarou aberta a sessão telepresencial do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antônio Anastasia; dos Ministros Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes, em férias, a Ministra Ana Arraes e o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Atas nºs 1 e 3, referentes respectivamente às sessões reservada e pública realizadas no dia 2 de fevereiro de 2021.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES

Da Presidência:

Realização, às 14 horas do próximo dia 14 de fevereiro, da abertura do 44º Encontro de Dirigentes. (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Celebrados, no decorrer dos meses de junho de 2021 a janeiro de 2022, dezessete instrumentos de cooperação. (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Boas-vindas ao Ministro Antônio Anastasia.

Proposta, de iniciativa do Ministro Jorge Oliveira, para antecipar para a próxima semana o retorno à pauta do processo TC-008.845/2018-2, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz e revisor é o Ministro Vital do Rêgo. Aprovada.

Convocação de sessão telepresencial extraordinária do Plenário para às 16h da próxima terça-feira, dia 15 de fevereiro, com vistas a dar continuidade ao julgamento do processo TC-008.845/2018-2, que trata da privatização da Eletrobrás.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-012.379/2021-2, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;
TC-001.247/2009-6 e TC-031.029/2013-2, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;
TC-014.836/2018-1, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;
TC-000.600/2016-4, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;
TC-000.690/2020-1, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;
TC-012.193/2020-8 e TC-024.912/2016-6, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;
TC-014.174/2012-0 e TC-047.792/2020-5, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira;
TC-017.475/2016-3, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e
TC-039.740/2020-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 256 a 295.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 225 a 255, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-035.187/2020-4, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Michel Smarrito Gomes produziu sustentação oral em nome de Navele Empreendimentos e Serviços Ltda. Acórdão n° 225.

Na apreciação do processo TC-042.591/2021-0, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Júlio Cesar de Souza Lima produziu sustentação oral em nome de Tamandaré Informática Ltda. Acórdão n° 232.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-011.655/2020-8 (Ata nº 49/2021), cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo e revisor é o Ministro Augusto Nardes. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 226, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator.

ATO NORMATIVO APROVADO (v. inteiro teor no Anexo III desta Ata)

TC-001.320/2022-0 - Relator Ministro Antônio Anastasia - Acórdão 248.

DECISÃO NORMATIVA - TCU N° 197, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022 - "Aprova, para o exercício de 2022, os percentuais individuais de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros nos recursos previstos no art. 159, inciso III e § 4º, da Constituição Federal (Cide-Combustíveis)."

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 225/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.187/2020-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Navele Empreendimentos e Serviços Ltda (29.762.861/0001-99).
4. Órgão/Entidade: Hospital Federal do Andaraí.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Andre Luiz Hespanhol Tavares (39.645/OAB-DF), Michel Smarrito Gomes (115.757/OAB-RJ) e outros, representando Navele Empreendimentos e Serviços Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 105/2021- Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. não conhecer do pedido de reexame interposto pela empresa Navele Empreendimentos e Serviços Ltda, em razão da ausência de legitimidade, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 e arts. 146 e 282 do Regimento Interno/TCU;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0225-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 226/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 011.655/2020-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Acompanhamento.
3. Interessada: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (71.832.679/0001-23); Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (15.578.569/0001-06).
4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil; Ministério da Infraestrutura.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
8. Representação legal: Douglas Macera Rey (OAB/SP 308.951).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento autuado com o objetivo de avaliar aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade que envolvem a implementação de um sistema de conexão rápida, conhecido tecnicamente como Automated People Mover (APM), entre a Estação Aeroporto da Linha 13-Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e os três Terminais de Passageiros (TPS) do Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. revogar a medida cautelar adotada pelo relator por meio do Despacho exarado à peça 138 e confirmada pelo Plenário por meio do Acórdão 2.321/2021-TCU-Plenário;
9.2. autorizar a SeinfraRodoviaAviação a acompanhar ao menos anualmente a implantação do sistema APM no Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP até a completa execução das obras, com a possiblidade de prosseguir com avaliações bianuais, após esse período, até o final do contrato de operação do sistema;
9.3. cientificar o Ministério da Infraestrutura, a Secretaria de Aviação Civil e a Agência Nacional de Aviação Civil de que a ausência de estudos preliminares (pré-viabilidade) para a implantação de empreendimentos custeados com recursos federais é prática que fere os princípios da governança de políticas públicas e está em desacordo com o disposto no art. 20 da Lei 4.657/1942 (alterada pela Lei 13.655/2018), c/c o § 3º do art. 3º do Decreto 9.830/2019, no art. 2º da Lei 9.784/1999, bem como com o que dispõe a Instrução Normativa 40, de 22 de maio de 2020, do Ministério da Economia, que dispõe, entre outros assuntos, sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
9.4. indeferir o pedido do Consórcio AeroGRU de ingresso nos autos como terceiro interessado, com fundamento no art. 146, §§ 1º e 2º, do RITCU, uma vez que não foi demonstrada, de forma clara e objetiva, razão legítima para intervir no processo e, consequentemente, não conhecer do pedido de acesso à íntegra do processo e de reconsideração do Despacho que concedeu a medida cautelar;
9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Infraestrutura, à Secretaria de Aviação Civil, à Agência Nacional de Aviação Civil, à Concessionária GRU Airport.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0226-04/22-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Revisor), Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 227/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.550/2016-0.
1.1. Apenso: 031.304/2010-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Embargante: Paulo Roberto Dias Morales (318.613.187-15).
4. Entidades: Departamento de Engenharia e Construção do Exército - DEC e Instituto Militar de Engenharia - IME.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Tanara Barcellos da Silva (OAB/RS 69.337).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Paulo Roberto Dias Morales, na qualidade de Chefe da Assessoria do Departamento de Engenharia e Construção do Exército (DEC), em face do Acórdão 2.323/2021-TCU-Plenário;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. considerar estes embargos protelatórios e aplicar ao Sr. Paulo Roberto Dias Morales (318.613.187-15) a multa prevista no art. 58, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, na forma do art. 298 do RI/TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em razão da interposição sucessiva de embargos de declaração manifestamente protelatórios, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação vigente;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;
9.5. dar ciência ao embargante de que:
9.5.1. a reiteração da interposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios poderá elevar em até dez por cento a multa ora aplicada, e subordinará o conhecimento de qualquer recurso novamente interposto ao depósito prévio do valor da multa arbitrada, conforme preceitua o art. 1.026, § 3º, do mesmo Código de Processo Civil;
9.5.2. não serão admitidos novos embargos de declaração, nos termos do art. 1.026, § 4º, do Código de Processo Civil, uma vez que os dois últimos foram considerados protelatórios;
9.6. notificar o embargante da presente deliberação.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0227-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 228/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.776/2020-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Representação.
3. Responsável: Paulo Roberto Costa (302.612.879-15).
4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada de forma apartada do processo TC 010.816/2017-8 para apurar a participação do Sr. Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Abastecimento, na ocorrência de fraudes em licitações conduzidas pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) relacionadas às obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. sobrestar, com fundamento no art. 157, caput, do Regimento Interno do TCU, a apreciação da participação do Sr. Paulo Roberto Costa nas fraudes ocorridas nas licitações para a contratação das obras de construção e montagem das Unidades de Destilação Atmosférica e a Vácuo (UDAV), de Hidrocraqueamento Catalítico (UHCC), de Coqueamento Retardado (UCR) e de Hidrotratamento de Destilados Médios (UHDT), todas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), até a demonstração de que ele cumpriu suas obrigações no acordo de colaboração premiada celebrado com o Ministério Público Federal;
9.2. suspender a prescrição da pretensão punitiva desta Corte de Contas, com relação aos fatos designados em análise neste processo, até que haja manifestação do órgão signatário do acordo de colaboração especificado no item anterior quanto ao cumprimento ou descumprimento das obrigações pactuadas pelo Sr. Paulo Roberto Costa, com fulcro no art. 87 da Lei 12.529/2011;
9.3. determinar à SeinfraOperações que:
9.3.1. promova o acompanhamento periódico dos atos processuais relativos ao compromisso designado no subitem 9.1, realizando as diligências que entender cabíveis junto aos órgãos competentes;
9.3.2. promova a imediata instrução da matéria, caso não mais subsistam as condições para o sobrestamento do presente processo;
9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao responsável, à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade (GRC) da Petróleo Brasileiro S.A., ao Ministério Público Federal, à Força Tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba e ao titular da 13ª Vara Federal de Curitiba.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0228-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 229/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 030.599/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.
3. Responsáveis: não há.
4. Entidades: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev); Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento das deliberações oriundas do Acórdão 598/2018-TCU-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. em relação ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), considerar:
9.1.1. cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4 e 9.2 do Acórdão 598/2018-TCU-Plenário;
9.1.2. implementadas as recomendações contidas nos subitens 9.4.1 e 9.4.4 do Acórdão 598/2018-TCU-Plenário;
9.1.3. parcialmente implementadas as recomendações contidas nos subitens 9.4.2 e 9.4.5 do Acórdão 598/2018-TCU-Plenário;
9.1.4. em implementação a recomendação contida no subitem 9.4.3 do Acórdão 598/2018-TCU-Plenário.
9.2. em relação à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev), considerar:
9.2.1. cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.2 e 9.3 do Acórdão 598/2018-TCU-Plenário;
9.2.2. implementadas as recomendações contidas nos subitens 9.4.1, 9.4.3, 9.4.4 e 9.5 do Acórdão 598/2018-TCU-Plenário;
9.2.3. parcialmente implementadas as recomendações contidas nos subitens 9.4.2 e 9.4.5 do Acórdão 598/2018-TCU-Plenário.
9.3. em relação ao Ministério da Economia, considerar:
9.3.1. cumprida a determinação contida no subitem 9.6 do Acórdão 598/2018-TCU-Plenário;
9.3.2. implementada a recomendação contida no subitem 9.7 do Acórdão 598/2018-TCU-Plenário.
9.4. notificar o Serpro, a Dataprev, o Ministério da Economia e a Casa Civil da Presidência da República acerca da presente deliberação; e
9.5. apensar os presentes autos ao TC 013.463/2017-9, processo que originou o acórdão ora monitorado.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0229-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 230/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.290/2022-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia.
3. Denunciante: Identidade preservada (art. 55 da Lei 8.443/1992).
3.1. Interessadas: Barreto Serviços de Perfuração de Poço Ltda. (CNPJ 09.068.173/0001-16), Civiltec Construções e Serviços Eireli (CNPJ 02.287.686/0001-79), Edmil Construções S/A (CNPJ 03.382.356/0001-25) e Solarterra Engenharia Ltda. (CNPJ 06.183.323/0001-44).
4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCom).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia a respeito de possíveis irregularidades havidas em processos licitatórios conduzidos pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), na modalidade pregão, para o registro de preços com vistas à contratação de empresas para instalação de poços profundos e componentes correlatos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com base nos arts. 157, 187, 234, 235, 250 e 276 do Regimento Interno do TCU, no art. 14 da Resolução-TCU 315/2020, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente denúncia;
9.2. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), cautelarmente, que se abstenha de utilizar as atas de registro de preços decorrentes do Pregão Eletrônico SRP 029/2021 para celebrar novos contratos ou para autorizar adesões, bem como se abstenha de emitir ordens de fornecimento ou de serviços para execução dos Contratos 29 (SEI/Dnocs 0943552), 30 (SEI/Dnocs 0943554) e 31/2021 (SEI/Dnocs 0943559);
9.3. promover a oitiva do Dnocs, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se pronuncie em relação aos pressupostos da cautelar adotada e quanto aos seguintes pontos referentes aos Pregões Eletrônicos SRP 019/2021 e 029/2021:
9.3.1. elevação significativa dos preços de referência do PE 029/2021 comparativamente aos do PE 019/2021, com a majoração de R$ 24,5 milhões nos valores máximos totais aceitáveis na segunda licitação, ambas para três itens idênticos e com editais divulgados com quarenta dias de diferença, sendo desconhecidos os cálculos, pesquisas e justificativas que embasaram os novos referenciais, o que configura, em análise preliminar, riscos e probabilidades de sobrepreços nos contratos assinados, em afronta aos princípios da legalidade, da eficiência e da economicidade, previstos no caput do art. 37 e no caput do art. 70 da Constituição Federal, da supremacia do interesse público, da razoabilidade e da proporcionalidade previstos no caput do art. 2º da Lei 9.784/1999, e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, conforme o caput do art. 3º da Lei 8.666/1993 e o inciso I do art. 11 da Lei 14.133/2021;
9.3.2. inabilitação aparentemente indevida da Solarterra Engenharia Ltda. no item 2 do PE 019/2021, sob a motivação de ter a empresa apresentado preço superior ao máximo aceitável, em contrariedade à cláusula 8.4.5 do edital, a despeito de sua classificação com preço inferior, em afronta aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo expressos no caput do art. 3º da Lei 8.666/1993 e no art. 5º da Lei 14.133/2021;

9.3.3. recusa da intenção de recurso da Solarterra Engenharia Ltda. e prosseguimento cautelar do PE 029/2021 com diferimento da etapa recursal, antes da decisão final sobre a inabilitação da licitante nos itens 2 e 3, em afronta ao art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, art. 4º, inciso XXI, da Lei 10.520/2002 e arts. 6º e 45 do Decreto 10.024/2019;

9.3.4. supostas irregularidades nas habilitações das empresas Civiltec Construções e Serviços Eireli e Edmil Construções S/A no PE 029/2021, em afronta aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da probidade administrativa, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo explicitados no art. 3º da Lei 8.666/1993 e no art. 5º da Lei 14.133/2021, em face das ausências de:

9.3.4.1. declarações de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços, conforme exigido no item 9.11.2 do edital, que trata de critérios de qualificação técnica previstos no item 23 do respectivo termo de referência, Anexo I, subitem 23.3;

9.3.4.2. atestados de qualificação técnico-operacional comprobatórios de experiência na instalação de poço tubular com sistema de abastecimento em chafariz com energização em sistema de geração fotovoltaica (quantidade mínima de cem sistemas), contrariando o item 23.7.4 do termo de referência;

9.3.5. possíveis razões para o fato de licitantes terem apresentado lances com preços aceitáveis, mas deixado de encaminhar a documentação solicitada para habilitação nos itens 1, 2 e 3 do PE 019/2021;

9.4. promover as oitivas das seguintes empresas, para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, se manifestarem sobre as questões indicadas, alertando-as quanto à possibilidade de o Tribunal vir a tomar medidas que possam alterar as suas condições de qualificação nos Pregões Eletrônicos 019/2021 e 029/2021 do Dnocs, caso não seja apresentada manifestação ou esta não seja acolhida:

9.4.1. Solarterra Engenharia Ltda. (CNPJ 06.183.323/0001-44), por sua inabilitação aparentemente indevida no item 2 do PE 019/2021, sob a motivação de ter apresentado preço superior ao máximo aceitável, em contrariedade à cláusula 8.4.5 do edital, a despeito de sua classificação com preço inferior, em afronta aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo expressos no caput do art. 3º da Lei 8.666/1993 e no art. 5º da Lei 14.133/2021;

9.4.2. Barreto Serviços de Perfuração de Poço Ltda. (CNPJ 09.068.173/0001-16), devido:

9.4.2.1. à elevação significativa dos preços de referência do PE 029/2021 comparativamente aos do PE 019/2021, com a majoração de 114,89% no item 1, embora os editais tenham sido divulgados com quarenta dias de diferença, sendo desconhecidos os cálculos, pesquisas e justificativas que embasaram os novos referenciais, o que configura, em análise preliminar, riscos e probabilidades de sobrepreços nos contratos assinados, em afronta aos princípios da legalidade, da eficiência e da economicidade, previstos no caput do art. 37 e no caput do art. 70 da Constituição Federal, da supremacia do interesse público, da razoabilidade e da proporcionalidade previstos no caput do art. 2º da Lei 9.784/1999, e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, conforme o caput do art. 3º da Lei 8.666/1993 e o inciso I do art. 11 da Lei 14.133/2021;

9.4.2.2. ao fato de deixar de encaminhar a documentação para habilitação no item 1 do PE 019/2021, mas tê-la encaminhado, apenas 39 dias depois, para o item 1 do PE 029/2021, de mesmo teor, embora com preço de referência majorado em 114,89%;

9.4.3. Civiltec Construções e Serviços Eireli (CNPJ 02.287.686/0001-79), devido:

9.4.3.1. à elevação significativa dos preços de referência do PE 029/2021 comparativamente aos do PE 019/2021, com a majoração de 26,87% no item 2, embora os editais tenham sido divulgados com quarenta dias de diferença, sendo desconhecidos os cálculos, pesquisas e justificativas que embasaram os novos referenciais, o que configura, em análise preliminar, riscos e probabilidades de sobrepreços nos contratos assinados, em afronta aos princípios da legalidade, da eficiência e da economicidade, previstos no caput do art. 37 e no caput do art. 70 da Constituição Federal, da supremacia do interesse público, da razoabilidade e da proporcionalidade previstos no caput do art. 2º da Lei 9.784/1999, e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, conforme o caput do art. 3º da Lei 8.666/1993 e o inciso I do art. 11 da Lei 14.133/2021;

9.4.3.2. a supostas irregularidades na sua habilitação no item 2 do PE 029/2021, em face da ausência de declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços, bem como pela apresentação de atestados de qualificação técnico-operacional insuficientes e incorretos, que não comprovariam a sua experiência na instalação de poço tubular com sistema de abastecimento em chafariz com energização em sistema de geração fotovoltaica (quantidade mínima de cem sistemas), em afronta aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da probidade administrativa, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo explicitados no art. 3º da Lei 8.666/1993 e no art. 5º da Lei 14.133/2021;

9.4.4. Edmil Construções S/A (CNPJ 03.382.356/0001-25), devido:

9.4.4.1. à elevação significativa dos preços de referência do PE 029/2021 comparativamente aos do PE 019/2021, com a majoração de 20,19% no item 3, embora os editais tenham sido divulgados com quarenta dias de diferença, sendo desconhecidos os cálculos, pesquisas e justificativas que embasaram os novos referenciais, o que configura, em análise preliminar, riscos e probabilidades de sobrepreços nos contratos assinados, em afronta aos princípios da legalidade, da eficiência e da economicidade, previstos no caput do art. 37 e no caput do art. 70 da Constituição Federal, da supremacia do interesse público, da razoabilidade e da proporcionalidade previstos no caput do art. 2º da Lei 9.784/1999, e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, conforme o caput do art. 3º da Lei 8.666/1993 e o inciso I do art. 11 da Lei 14.133/2021;

9.4.4.2. a supostas irregularidades na sua habilitação no item 3 do PE 029/2021, em face da ausência de declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços, bem como pela apresentação de atestados de qualificação técnico-operacional insuficientes, incorretos e em nome de consórcio sem especificação das atividades da empresa e sem acompanhamentos das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CATs), previstas no item 23.7.4 do termo de referência;

9.5. solicitar ao Dnocs, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.5.1. a apresentação de possíveis ações corretivas que poderão ser tomadas para prevenir ou corrigir os indícios de irregularidades detectados na denúncia em questão ou remover os seus efeitos;

9.5.2. manifestação quanto aos possíveis impactos de ser mantida a medida cautelar ora adotada ou de eventual deliberação posterior do TCU vir a determinar a anulação do PE SRP 029/2021;

9.6. realizar diligência junto ao Dnocs, para que, no prazo de até 15 (quinze) dias, encaminhe ao TCU por via eletrônica os seguintes documentos, ou disponibilize os acessos aos respectivos instrumentos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI):

9.6.1. estudos, pesquisas, memórias de cálculo, planilhas, justificativas e aprovações dos cálculos dos valores máximos aceitáveis para os Pregões 019/2021 e 029/2021;

9.6.2. documentos de habilitações das empresas Solarterra Engenharia Ltda., Civiltec Construções e Serviços Eireli e Edmil Construções S/A nos Pregões 019/2021 e 029/2021;

9.6.3. justificativa para solicitações de declarações de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços das empresas nos editais dos PE 019/2021 e 029/2021, conforme itens 23.3 dos respectivos termos de referência, bem como cópias dessas respectivas declarações de pleno conhecimento apresentadas pelas empresas Barreto Serviços de Perfuração de Poço Ltda., Civiltec Construções e Serviços Eireli, e Edmil Construções S/A e registradas em sistema;

9.7. encaminhar cópia do presente acórdão, com relatório e voto, ao Dnocs e às empresas Barreto Serviços de Perfuração de Poço Ltda., Civiltec Construções e Serviços Eireli, Edmil Construções S/A e Solarterra Engenharia Ltda.;

9.8. dar ciência desta deliberação ao denunciante.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0230-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 231/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 038.711/2021-4.
1.1. Apenso: 037.514/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional - SCN.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Roberto Ozelame Ochoa (OAB/SP 332.451).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional - SCN, materializada pela aprovação e envio a esta Corte pela chamada "CPI da Pandemia", do Requerimento 1503/2021, de autoria dos Senadores Rogério Carvalho (PT/SE) e Humberto Costa (PT/PE), que requisita ao TCU a realização de fiscalização em todos os contratos de todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta da União em que a empresa FIB Bank Garantia de Fianças Fidejussórias S.A., CNPJ 23.706.333/0001-36, figure como instituição garantidora;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. prorrogar, em caráter excepcional, o prazo para atendimento à presente Solicitação do Congresso Nacional até 29/4/2022, nos termos estabelecido no inciso II e § 2º, ambos do art. 15 da Resolução TCU 215/2008;
9.2. autorizar a reiteração de diligência à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, na forma sugerida pela Selog em sua instrução de peça 112, sem prejuízo de que a referida unidade técnica, em conjunto com a Seproc/TCU, envide os esforços adicionais e necessários para a obtenção das informações objeto da mencionada diligência;
9.3. notificar a autoridade solicitante da presente decisão, na forma prevista no art. 19 da Resolução TCU 215/2008.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0231-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 232/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 042.591/2021-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Unidade Jurisdicionada: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de adoção de medida cautelar, formulada por equipe de fiscalização da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) acerca de indícios de irregularidades identificados na condução do Pregão Eletrônico para registro de preços (PE/SRP) 256/2021 pelo Centro de Aquisições Específicas do Comando da Aeronáutica (CAE/Comaer),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 246, 237, inciso V e parágrafo único, e 235 do Regimento Interno do TCU, conhecer a representação e considerá-la parcialmente procedente;
9.2. confirmar a cautelar referendada pelo Acórdão 2.684/2021-TCU-Plenário;
9.3. com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, dar ciência ao Comando da Aeronáutica de que as pesquisas de preços para a elaboração do orçamento estimativo de licitações que utilizem como fonte preponderante ou exclusiva cotações de fornecedores é contrária a jurisprudência deste Tribunal e a ausência de justificativa para tal prática viola o §1º, art. 5, da IN/Seges/ME 65/2021, tendo seus efeitos potencializados, especialmente, quando há indicação de marca, devendo, em qualquer caso e sempre que possível, ser utilizados preços de outras contratações, atentando para que haja equivalência entre os objetos contratado e pesquisado; e
9.4. dar conhecimento deste acórdão ao Comando da Aeronáutica e à empresa Tamandaré Informática Ltda.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0232-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 233/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.280/2017-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Acilon Gonçalves Pinto Júnior (091.881.853-20); Croquis Projetos e Construções Ltda. (03.276.584/0001-10); Êxito Construções e Empreendimentos Ltda. (04.986.688/0001-81); Marleyane Gonçalves Lobo de Farias (463.459.223-15); Miguel Cristiano Alves de Brito (735.448.763-53); Raimundo Morais Filho (433.818.713-15).
3.2. Embargante: Miguel Cristiano Alves de Brito (735.448.763-53).
4. Unidades Jurisdicionadas: Município de Eusébio/CE; Ministério do Desenvolvimento Regional.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Gislene Rodrigues de Macedo (32.527/OAB-DF), representando Miguel Cristiano Alves de Brito; Camila Milena da Silva (39.578/OAB-CE), representando Marleyane Gonçalves Lobo Pinto Junior; Andrei Barbosa de Aguiar (19.250/OAB-CE), Ubiratan Diniz de Aguiar (3.625/OAB-CE) e outros, representando Acilon Gonçalves Pinto Júnior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Miguel Cristiano Alves de Brito em face do Acórdão 2.584/2021-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas relacionadas à execução do Contrato de Repasse 0177867-05 (Siafi 536280) e o condenou em débito;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração.

9.2. remeter cópia deste acórdão aos responsáveis.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0233-04/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 234/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.448/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Solicitante: Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.
4. Unidade Jurisdicionada: Banco Central do Brasil.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, de autoria do Deputado Elias Vaz, para realização de ato de fiscalização e controle acerca da adequação na utilização de operações compromissadas pelo Banco Central do Brasil (BCB), com ênfase no custo, no montante e na interferência na administração da dívida pública conduzida pelo Tesouro Nacional,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e no art. 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução-TCU 215/2008;

9.2. informar ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados acerca do processo TC 047.141/2020-4, atualmente em fase de planejamento neste Tribunal, cujos resultados ser-lhe-ão oportunamente encaminhados, em atendimento à Proposta de Fiscalização e Controle 19/2019;

9.3. estender, com fundamento no art. 14, inciso III, da Resolução-TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º da mesma Resolução ao processo TC 047.141/2020-4, uma vez reconhecida conexão do respectivo objeto com o da presente solicitação;

9.4. considerar em atendimento a presente Solicitação do Congresso Nacional, nos termos do art. 17, § 2º, incisos II, da Resolução-TCU 215/2008;

9.5. sobrestar a apreciação destes autos até que seja apreciado o TC 047.141/2020-4, necessário ao integral cumprimento desta solicitação, com fundamento no art. 47 da Resolução-TCU 259/2014, c/c o art. 6º, inciso I, da Resolução-TCU 215/2008;

9.6. fazer constar, na ata desta sessão, nos termos do art. 8º da Resolução-TCU 315/2020, comunicação do Relator ao Colegiado no sentido de ordenar à Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional que adote providências, junto à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, para a definição de prazo para atendimento a esta solicitação, com fundamento nos arts. 12 e 15 da Resolução-TCU 215/2008;

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0234-04/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 235/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.692/2019-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsável: André Luis Fares Francis (880.330.157-72).
3.2. Recorrente: André Luis Fares Francis (880.330.157-72).
4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).
8. Representação legal: Hélio Siqueira Júnior (62.929/OAB-RJ), Patricia Franco Bonfadini Mendes (152.991/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Rafael Zimmermann Santana (154.238/OAB-RJ), representando André Luis Fares Francis.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por André Luis Fares Francis contra o Acórdão 3145/2021-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o integram, ao embargante.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0235-04/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 236/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 038.642/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - GICOM-GI.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Senado Federal, decorrente de requerimento do Excelentíssimo Senador Rogério Carvalho, para que o Tribunal realizasse auditoria na concessão e liberação de empréstimos para estados e municípios da região Nordeste, geridos pela Caixa Econômica Federal e pelo Tesouro Nacional, no período de 1/1/2013 a 1/8/2019;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. informar ao Excelentíssimo Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, e ao Excelentíssimo Senador Rogério Carvalho, autor do requerimento processado nestes autos, que a matéria objeto da presente solicitação foi apreciada nos autos do TC 027.573/2019-2, em que proferido o Acórdão 2.933/2021 - Plenário, da minha relatoria;

9.2. encaminhar cópia do Acórdão 2.933/2021 - Plenário, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Excelentíssimo Presidente do Senado Federal e ao Excelentíssimo Senador Rogério Carvalho;

9.3. declarar integralmente atendida a Solicitação do Congresso Nacional objeto destes autos;

9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Excelentíssimo Presidente do Senado Federal e ao Excelentíssimo Senador Rogério Carvalho;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0236-04/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 237/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 038.609/2019-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - GICOM-GI.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Senado Federal, decorrente de requerimento do Excelentíssimo Senador Alessandro Vieira, para que o Tribunal realizasse auditoria na concessão e liberação de empréstimos para estados e municípios da região Nordeste, geridos pela Caixa Econômica Federal e pelo Tesouro Nacional, no período de 1/1/2013 a 1/8/2019;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. informar ao Excelentíssimo Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, e ao Excelentíssimo Senador Alessandro Vieira, autor do requerimento processado nestes autos, que a matéria objeto da presente solicitação foi apreciada nos autos do TC 027.573/2019-2, em que proferido o Acórdão 2.933/2021 - Plenário, da minha relatoria;

9.2. encaminhar cópia do Acórdão 2.933/2021 - Plenário, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Excelentíssimo Presidente do Senado Federal e ao Excelentíssimo Senador Alessandro Vieira;

9.3. declarar integralmente atendida a Solicitação do Congresso Nacional objeto destes autos;

9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Excelentíssimo Presidente do Senado Federal e ao Excelentíssimo Senador Alessandro Vieira;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0237-04/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 238/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 042.257/2018-2.
1.1. Apenso: 014.254/2021-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Banco do Brasil S.a. (00.000.000/0001-91).
3.2. Responsáveis: Firmino da Silveira Soares Filho (278.485.404-30); Jalisson Hidd Vasconcellos (183.316.533-00); Kleber Montezuma Fagundes dos Santos (077.825.433-04).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Teresina - PI.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada no município de Teresina - PI para verificar a aplicação dos recursos dos precatórios do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Município de Teresina - PI, com supedâneo no art. 3º da Decisão Normativa TCU 57/2004, que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências necessárias à recomposição da conta específica do Fundeb, com recursos próprios, dos valores indevidamente utilizados, a seguir discriminados, atualizados monetariamente a partir das datas indicadas, até os efetivos recolhimentos, abatendo-se, na oportunidade, as quantias eventualmente já ressarcidas, na forma da legislação em vigor, encaminhando a este Tribunal, no mesmo prazo estipulado, a comprovação do referido recolhimento, sob pena de instauração do competente processo de tomada de contas especial:

Despesa realizada	Valor (R$)	Data do pagamento
Confecção de livros em homenagem ao cinquentenário da Secretaria Municipal de Educação (Semec).	13.235,08	14/17/2016
	40.659,22	14/17/2016
	2.584,92	22/12/2016
	42.678,23	22/12/2016
Pagamento de bolsa a aluna do Teatro Bolshoi.	5.964,84	8/7/2016
Pagamento de lanche a Conselheiros Escolares.	2.445,00	30/8/2016
Pagamento de bolsas de estágio para estudantes de nível médio e superior, clientela não atendida por recursos do Fundef.	1.147.646,16	29/9/2016
	1.004.539,25	4/11/2016
Pagamento de bolsas de estágio a alunos relacionadas a serviços técnicos profissionais, clientela não atendida por recursos do Fundef.	39.718,12	10/10/2015
	30.646,36	4/11/2016
Total	2.330.117,15	

9.2. dar ciência ao Município de Teresina/PI de que eventuais pagamentos de rateios, abonos indenizatórios, passivos trabalhistas ou previdenciários, remunerações ordinárias, ou de outras denominações de mesma natureza, aos profissionais da educação, com recursos recebidos a título de complementação da União no Fundef, reconhecidos judicialmente, ensejarão a responsabilização pessoal do gestor público que os autorizar, sem prejuízo da necessidade de imediata recomposição dos valores à conta específica do Fundeb por parte do ente federativo;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão à Prefeitura Municipal de Teresina, ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, ao Banco do Brasil, à Secretaria do Tesouro Nacional e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0238-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 239/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.464/2015-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Construfax Construtora Faxinal Ltda - Me (01.961.751/0001-37); Valdecir Aparecido Polettini (307.006.479-53).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Faxinal - PR.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Rafaeli Jaqueline Zambiazzi Fernandes da Silva (52.584/OAB-PR) e Murilo Zambiazzi da Silva (48.858/OAB-PR), representando Valdecir Aparecido Polettini.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, em desfavor do Sr. Valdecir Aparecido Polettini (CPF: 307.006.479-53), em razão da não execução do objeto do Termo de Responsabilidade 4573/1999 (Siafi389504), firmado com o município de Faxinal/PR, com vigência no período de 12/1/2000 a 20/6/2001,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar revel, para todos os efeitos, a empesa Construfax Construtora Faxinal Ltda. (CNPJ 01.961.751/0001-37), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. rejeitar as alegações de defesa do Valdecir Aparecido Polettini (CPF 307.006.479-53), ex-Prefeito Municipal de Faxinal/PR (gestão 1997-2000);
9.3. julgar irregulares, com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. Valdecir Aparecido Polettini (CPF 307.006.479-53) e da Construfax Construtora Faxinal Ltda. (CNPJ 01.961.751/0001-37), imputando-lhes débito solidário nas quantias originais indicadas e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento dos citados valores aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora devidos, calculados a partir das respectivas datas, até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor:
Valores do débito e datas de ocorrência
19.200,00.....16/5/2000
10.000,00.....20/6/2000
18.800,00.....21/6/2000
Valor do débito atualizado até 10/11/2020: R$ 156.513,60

9.4. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando-os de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.6. encaminhar cópia deste acórdão ao Ministério da Cidadania e aos responsáveis, para conhecimento, e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0239-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 240/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.397/2014-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Denúncia)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Celio Fernandes Lopes (953.406.291-04); Conceição de Maria Cardoso Costa (392.603.805-53); Francisco José Dantas (152.872.381-34); Izabel Cristina de Oliveira Campos (342.351.406-04); Jessica Michelle de Lima Gallio (015.228.751-58); Kattiucy Sousa Costa Trajano (008.178.161-00); Luis Roberto Costa (066.233.988-64); Nicolas Nascimento (015.759.431-90).
3.2. Recorrentes: Izabel Cristina de Oliveira Campos (342.351.406-04); Francisco José Dantas (152.872.381-34).
4. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
8. Representação legal: Daniel Gustavo Santos Roque e Tarcisio Bessa de Magalhaes Filho, representando Gilberto Dias Custodio; Maxminiano Magalhaes de Lima (36.815/OAB-DF), representando Nicolas Nascimento; Daniel Gustavo Santos Roque e Tarcisio Bessa de Magalhaes Filho, representando Kattiucy Sousa Costa Trajano; Daniel Gustavo Santos Roque e Tarcisio Bessa de Magalhaes Filho, representando Izabel Cristina de Oliveira Campos; Daniel Gustavo Santos Roque e Tarcisio Bessa de Magalhaes Filho, representando Luis Roberto Costa; Daniel Gustavo Santos Roque e Tarcisio Bessa de Magalhaes Filho, representando Tatiana Fatima Sturmer da Rosa; Daniel Gustavo Santos Roque e Tarcisio Bessa de Magalhaes Filho, representando Conceição de Maria Cardoso Costa; Daniel Gustavo Santos Roque e Tarcisio Bessa de Magalhaes Filho, representando Francisco José Dantas.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexame interpostos pelos Srs. Francisco José Dantas e Izabel Cristina de Oliveira Campos contra o Acórdão 724/2021-Plenário, que examinou denúncia acerca de possíveis irregularidades cometidas por Nicolas Nascimento, ex-servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, na condição de membro da Comissão Especial de Licitação e fiscal substituto da execução do contrato de construção do campus de Taguatinga Norte/DF (Contrato 24/2012),
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos, para, no mérito, negar a eles provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e demais responsáveis.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0240-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 241/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.341/2021-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Representação)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Procurador de Contas Rodrigo Medeiros de Lima.
4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Ministério Público junto ao TCU (MPTCU) ao despacho constante da peça 20,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Ministério Público junto ao TCU para, no mérito, considerá-los prejudicados;
9.2. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.3. dar ciência desta deliberação ao embargante/representante;
9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0241-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 242/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.279/2021-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I -Embargos de declaração(Denúncia)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Larissa Suely Vieira Ramos (010.757.785-22); Leonardo Pereira da Rocha (148.219.797-99); Severino Ananias Dias Filho (106.535.377-43).
3.2. Recorrentes: Severino Ananias Dias Filho (106.535.377-43); Leonardo Pereira da Rocha (148.219.797-99).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Vassouras - RJ.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal:
8.1. Leonardo Pereira da Rocha (204.211 OAB/RJ), representando Leonardo Pereira da Rocha;
8.2. Luiz Guilherme Batista Carvalho (168.902/OAB-MG), representando Irmandade de Santa Casa de Misericordia da Cidade de Vassouras;
8.3. Leni Marques (64.254/OAB-RJ), representando Larissa Suely Vieira Ramos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 2.664/2021-Plenário, mediante o qual foi apreciada denúncia apresentada a este Tribunal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes recursos para, no mérito, acolhê-los parcialmente de forma a prestar os esclarecimentos constantes do voto que acompanha este acórdão;
9.2. dar ciência deste acórdão aos embargantes.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0242-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 243/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.645/2015-9.
1.1. Apenso: 038.109/2021-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Armando Chinelatto Neto (998.068.276-00); Celso Luiz Azevedo (053.839.878-78); Cleverson Tadeu Santos (566.459.539-68); Cmsd Tecnologia Ltda (03.585.905/0001-69); Ednaldo Francisco de Oliveira (384.888.251-53); Guilherme Lopes Maranhao (029.485.647-19); Joaquim Lima de Oliveira (152.230.001-53); Jorge Alberto Koth (288.743.820-49); Jorge Fontes Hereda (095.048.855-00); Marcos do Rosario Bernardi (504.370.469-15); Marina Cabral Rodrigues (369.270.741-04); Márcio Percival Alves Pinto (530.191.218-68); Nedson Luiz Micheleti (362.016.859-87); Oracle do Brasil Sistemas Ltda (59.456.277/0001-76); Raphael Rezende Neto (318.777.021-53); Roberto Nogueira Zambon (041.669.478-00); Rogerio Pedersen Monteiro (302.110.000-78); Rosevaldo Alves de Souza (153.352.321-53); Valnei Batista Alves (288.956.816-49).
3.2. Recorrentes: CMSD Tecnologia Ltda (03.585.905/0001-69) e Rosevaldo Alves de Souza (153.352.321-53).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF), representando Jorge Fontes Hereda; Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF), representando Raphael Rezende Neto; Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF), representando Joaquim Lima de Oliveira; Kelvin Adrison de Medeiros Matheus (075.889/OAB-PR), Marcos Wengerkiewicz (024.555/OAB-PR) e outros, representando Cmsd Tecnologia Ltda; Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF), representando Cleverson Tadeu Santos; Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF), representando Márcio Percival Alves Pinto; Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (21.359/OAB-DF), Isabela Mendes Magliano e outros, representando Roberto Nogueira Zambon; Lenymara Carvalho (33.087/OAB-DF), Matheus Feitosa Gomes de Oliveira e outros, representando Caixa Econômica Federal; Isabela Braga Pompilio (14234/OAB-DF), Fernanda Silva Garcia e outros, representando Oracle do Brasil Sistemas Ltda.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o presente pedido de reexame interposto pela empresa CMSD Tecnologia Ltda. e pelo Sr. Rosevaldo Alves de Souza contra o Acórdão 2.486/2020-TCU-Plenário,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos recursos para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0243-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 244/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.667/2016-0.
1.1. Apenso: 005.877/2015-6
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Antônio Samarone de Santana (073.358.815-87); Associação Aracajuana de Beneficência (13.025.507/0001-41); Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia (13.016.332/0001-06); Hans Crystian Anderson de Oliveira Lobo (002.109.285-06); Hospital São José (13.016.621/0001-05); Luciano Paz Xavier (524.569.351-87); Marcos Ramos Carvalho (138.246.355-34); Silvio Alves dos Santos (148.889.205-91).
3.2. Recorrente: Marcos Ramos Carvalho (138.246.355-34).
4. Órgãos/Entidades: Governo do Estado de Sergipe; Município de Aracaju - SE.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: não atuou.
8. Representação legal: Marcela Pithon Brito dos Santos Dantas (4.389/OAB-SE), representando Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia; Max de Carvalho Amaral (5229/OAB-SE), representando Silvio Alves dos Santos; Silvia Fernanda Rocha Teles Tanzillo Santos (2.442/OAB-SE), representando Associação Aracajuana de Beneficência; Max de Carvalho Amaral (5229/OAB-SE), representando Antônio Samarone de Santana; Luciana Brito Nunes Falero (3794/OAB-SE), Ricardo Mesquita Barbosa (5005/OAB-SE) e outros, representando Hans Crystian Anderson de Oliveira Lobo; Antônio Eduardo Silva Ribeiro (843/OAB-SE) e Emanuel Messias Barboza Moura Junior, representando Marcos Ramos Carvalho; Carolina Santos Teixeira de Menezes (8.600/OAB-SE), Jackeline Silveira de Souza Gama (5.132/OAB-SE) e outros, representando Hospital São José.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Sr. Marcos Ramos Carvalho, secretário de saúde à época dos fatos, contra o Acórdão 2.679/2021-TCU-Plenário, que negou provimento ao recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1.668/2019-TCU-Plenário, de natureza condenatória;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0244-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 245/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.569/2018-8.
1.1. Apenso: 012.233/2019-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: James Magno Araujo Farias (409.221.973-34); Marcia Andrea Farias da Silva (404.537.583-04).
3.2. Responsáveis: Inajus Cursos Preparatórios Ltda. (28.891.285/0001-17); James Magno Araujo Farias (409.221.973-34); Marcia Andrea Farias da Silva (404.537.583-04).
3.3. Recorrente: James Magno Araujo Farias (409.221.973-34).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal:
8.1. Gilson Alves Barros (7492/OAB-MA) e outros, representando James Magno Araujo Farias.
8.2. Lorena Queiroz dos Santos e outros, representando Marcia Andrea Farias da Silva.
8.3. Emiliano Alves Aguiar (24628/OAB-DF), representando Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA, James Magno Araujo Farias e Marcia Andrea Farias da Silva.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto por James Magno Araújo Farias contra Acórdão 1.409/2020-TCU-Plenário, integrado pelo Acórdão 2.405/2020-TCU-Plenário, no qual o Tribunal, em sede de Representação formulada pela Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-16) acerca de supostas irregularidades relacionadas com contratações diretas, por inexigibilidade de licitação, da empresa Inajus Cursos Preparatórios Ltda., rejeitou as alegações de defesa do ora recorrente, relativas ao item 9.4.1.1 do Acórdão 2.864/2018-Plenário, e lhe aplicou multa, entre outras medidas;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443, de 1992, c/c os arts. 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por James Magno Araújo Farias para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterados os termos do acórdão recorrido;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, aos responsáveis, ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, à Escola Judicial do TRT da 16ª Região e ao Conselho Nacional de Justiça, informando-lhes que o relatório e voto que a fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0245-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 246/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 047.575/2020-4
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (em Representação)
3. Recorrente: Construtora JF Prado Ltda. (13.585.696/0001-07)
4. Unidade: Universidade Federal da Bahia (UFBA)
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Sara Nogueira Lima Argollo (30.034/OAB-BA), Allan Habib Teixeira (19.452/OAB-BA), Priscila Souza Pinto Pereira (23.395/OAB-BA), José Carlos Torres Júnior (17.799/OAB-BA) e outros

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, originariamente de representação, agora em fase de análise do pedido de reexame interposto pela Construtora JF Prado Ltda. contra o Acórdão 469/2021 - Plenário, que determinou à Universidade Federal da Bahia (UFBA) que anulasse a homologação do Pregão Eletrônico 37/2020 e retornasse à fase de aceitação de propostas, em face de excesso de formalismo ao desclassificar a proposta mais vantajosa.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta decisão à recorrente e à UFBA, informando-lhes que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0246-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 247/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 045.554/2021-8

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Solicitante: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD)

4. Unidades: Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico - SecexDesenvolvimento

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados de realização de "auditoria contábil e financeira, bem como verificação de adequação de legalidade e de legitimidade, das operações de crédito realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 232, inciso III, do Regimento Interno, e nos arts. 6º, inciso I; 14, inciso II; e 15, §§ 2º e 3º, da Resolução-TCU 215/2008, em:

9.1. conhecer desta solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;

9.2. incluir, no plano de fiscalização do Tribunal em andamento, auditoria com o objetivo de avaliar (i) a legalidade e a legitimidade da aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNE, FNO, FCO), especialmente quanto à aderência das operações aos requisitos previstos na Lei 7.827/1989 e aos normativos de regência das operações de crédito e à focalização da política pública; e (ii) a efetividade da política pública e a suficiência dos recursos federais para garantir a execução da política com vista à redução das desigualdades inter-regionais de maneira eficaz, eficiente e econômica; nos moldes propostos pela SecexDesenvolvimento;

9.3. autorizar a prorrogação do prazo para atendimento integral desta solicitação até 16/9/2022 e dar conhecimento desta medida à CFFC/CD;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, com a informação de que o relatório e o voto que a fundamentam estão disponíveis no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

9.5. restituir este processo à SecexDesenvolvimento para as providências administrativas a seu cargo, e mantê-lo aberto até o atendimento integral da solicitação do Congresso Nacional.

o pedido, nos termos do art. 6º, I, da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0247-04/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 248/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.320/2022-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação Administrativa

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental.

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de anteprojeto de decisão normativa com os percentuais individuais de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros no produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para o exercício de 2022.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. aprovar o anteprojeto de decisão normativa e seus anexos;

9.2. encaminhar cópia do presente Acórdão e da Decisão Normativa ora aprovada, com seus anexos, para:

9.2.1. o Presidente do Senado Federal;

9.2.2. o Presidente da Câmara dos Deputados;

9.2.3. o Ministro de Estado da Economia;

9.2.4. o Presidente do Banco do Brasil S.A.;

9.2.5. o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

9.2.6. o Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

9.3. autorizar a Secretaria-Geral de Controle Externo a orientar as secretarias do TCU nos estados a encaminharem à Secretaria de Macroavaliação Governamental, com a urgência que a matéria requer, eventuais recursos interpostos para retificação dos percentuais individuais de participação na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico aprovados para o exercício de 2022, haja vista o disposto no art. 292-A do Regimento Interno do Tribunal;

9.4. arquivar o processo.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0248-04/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 249/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 031.119/2021-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Presidente da Comissão de Finanças de Tributação da Câmara dos Deputados.

4. Órgãos/Entidades: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, encaminhada pelo presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados por intermédio do Ofício Pres. 70/21/CFT, por meio da qual se requer, com base na Proposta de Fiscalização e Controle 122/2017, a realização de ato de fiscalização e controle em relação ao pagamento dos vencimentos, indenizações ou de qualquer outro tipo de espécie remuneratória para os servidores públicos e membros dos Poderes e demais entidades da República Federativa do Brasil ativos, inativos e a título de pensão;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, I, da Lei 8.443/1992, art. 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e art. 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução TCU 215/2008;

9.2. informar ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados que:

9.2.1. os objetos das fiscalizações do tipo acompanhamento TC 018.709/2020-6, com mérito já apreciado pelo Plenário do TCU, e TC 014.927/2021-7, ação de controle ainda em execução, são conexos com a solicitação de ação de controle e fiscalização constante do Ofício Pres. 70/21/CFT, de 4/8/2021;

9.2.2. os processos TC 002.775/2018-2 (ainda sem apreciação do mérito) e TC 017.382/2006-7 (em fase recursal) versam sobre ações de controle também aptas a complementar o atendimento da solicitação de ação de fiscalização e controle contida no Ofício Pres. 70/21/CFT, de 4/8/2021;

9.2.3. os resultados alcançados no âmbito do TC 014.927/2021-7 e outras deliberações que vierem a apreciar ou modificar o mérito das ações de controle conexas com a presente solicitação lhes serão oportunamente comunicados;

9.2.4. entre os exercícios de 2016 e de 2020, o TCU apreciou a legalidade de mais de 520 mil atos de admissão e de concessões de aposentadorias, de pensões e reformas da esfera federal, negou registro a 8.971 deles e determinou aos órgãos ou entidades de origem que adotassem as medidas necessárias à correção das irregularidades constatadas;

9.3. encaminhar ao solicitante, em complemento às informações acima descritas, o inteiro teor dos Acórdãos 1055/2021-TCU-Plenário, HYPERLINK "https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codPapelTramitavel=69505333&seAbrirDocNoBrowser=true" 3332/2015-TCU-Plenário e 1741/2016-TCU-Plenário, bem como dos documentos às peças 13, 14 e 24 destes autos;

9.4. informar aos relatores do TC 014.927/2021-7, do TC 018.709/2020-6, do TC 002.775/2018-2 e dos recursos interpostos contra a decisão de mérito proferida no TC 017.382/2006-7 que os mencionados processos são conexos a este e alertar que, quando da apreciação do mérito ou dos recursos interpostos, deve-se juntar a estes autos cópia do acórdão proferido, do relatório e do voto que o fundamentaram e das peças processuais consideradas necessárias ao atendimento integral da presente Solicitação do Congresso Nacional;

9.5. estender, por força do art. 14, inciso III, da Resolução TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º da mesma resolução aos processos TC 014.927/2021-7, TC 018.709/2020-6, TC 002.775/2018-2 e TC 017.382/2006-7, em razão da conexão integral dos respectivos objetos com o da presente solicitação;

9.6. juntar cópia desta deliberação a todos os processos conexos mencionados no item anterior, nos termos do art. 14, inciso V, da Resolução TCU 215/2008;

9.7. considerar parcialmente atendida a presente Solicitação do Congresso Nacional, nos termos do art. 17, § 2º, inciso II, da Resolução-TCU 215/2008;

9.8. sobrestar a apreciação destes autos até que sejam encaminhadas as informações relativas aos resultados dos processos conexos ainda sem decisão de mérito ou em fase recursal, necessárias ao integral cumprimento desta solicitação, com fundamento no art. 47 da Resolução-TCU 259/2014, c/c o art. 6º, inciso I, da Resolução-TCU 215/2008;

9.9. dar ciência desta decisão ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0249-04/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 250/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 002.275/2018-0.

1.1. Apenso: 017.472/2016-4.

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (Relatório de Auditoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.3. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).

8. Representações legais: Marta de Castro Meireles (130.114/OAB-RJ) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (121.685/OAB-RJ), representando Carlos Frederico Braz de Souza, Juliana Ferreira Ribeiro Pessoa, Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos, Luiz Antônio Araújo Dantas, Luiz Filipe de Castro Neves, Márcia Cristina da Silva Dias, Márcio Nobre Migon, Patrícia Mirela Ramon de Arruda, Raquel Batissaco Duarte e Vivian Regina Costa Winkel; Grazielle Fernandes Pettene (CPF 042.341.361-90), Maritisa Mara Gambirasi Carcinoni (CPF 337.001.998-13) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Francisco Augusto da Costa e Silva (21.370/OAB-RJ), André Uryn (110.580/OAB-RJ), Thiago Cardoso Araújo (136.625/OAB-RJ), Fernando Antônio de Souza Ferreira Junior (131.524/OAB-RJ), Daniella Felix Teixeira (224.286/OAB-RJ) e Ana Carolina Alhadas Valadares (234.129/OAB-RJ), representando Armando Mariante Carvalho Junior; Louise Dias Portes (203.612/OAB-RJ), representando Élvio Lima Gaspar; Sérgio Bermudes (17587/OAB-RJ), Fábio Mantuano Príncipe Martins (181.783/OAB-RJ), Márcio Vieira Souto Costa Ferreira (59384/OAB-RJ), Flávio Jaime de Moraes Jardim (17.199/OAB-DF) e Mateus Rocha Tomaz (50.213/OAB-DF), representando João Carlos Ferraz e Maurício Borges Lemos; Luís Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (42.884/OAB-PE) e Bruna Wills (46.082/OAB-DF), representando Thiago Leone Mitidieri; Luís Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (42.884/OAB-PE) e Bruna Wills (46.082/OAB-DF), representando Daniel do Espirito Santo Cardoso Seiceira; Anderson Medeiros Bonfim (315.185/OAB-SP), Fernando Hideo Iochida Lacerda (305.684/OAB-SP), Renata Mollo dos Santos (179.369/OAB-SP), Pedro Estevam Alves Pinto Serrano (90.846/OAB-SP) e Juliana Salinas Serrano (271.406/OAB-SP), representando Guilherme Narciso de Lacerda; Francisco Augusto da Costa e Silva (21.370/OAB-RJ), André Uryn (110.580/OAB-RJ), Thiago Cardoso Araújo (136.625/OAB-RJ), Fernando Antônio de Souza Ferreira Junior (131.524/OAB-RJ), Daniella Felix Teixeira (224.286/OAB-RJ) e Ana Carolina Alhadas Valadares (234.129/OAB-RJ), representando Wagner Bittencourt de Oliveira; Felipe Lima Araújo Romero (215.001/OAB-RJ), Sarah Roriz de Freitas (48.643/OAB-DF), Fernanda Pereira Carneiro (130.752/OAB-RJ), José Guilherme Berman Corrêa Pinto (119.454/OAB-RJ), Giovani Trindade Castanheira

Menicucci (27.340/OAB-DF), Felipe Schvartzman (185.643/OAB-RJ), Catiuscia Pacheco Pires de Oliveira (31804/OAB-DF), Jean Carlos dos Santos Honório (234.053/OAB-RJ), Katherine Cardoso de Souza, André Macedo de Oliveira (15014/OAB-DF), Luiz Antônio de Sampaio Campos (75.714/OAB-RJ) e Helena Tavares Cavalcanti Domont de Serpa, representando Júlio César Maciel Ramundo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos por Raquel Batissaco Duarte, Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos, Márcio Nobre Migon e Vivian Regina Costa Winkel em face do Acórdão 2.296/2021-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Márcio Nobre Migon e Vivian Regina Costa Winkel, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno/TCU;

9.2. dar provimento aos embargos opostos por Márcio Nobre Migon, de modo a excluir seu nome do subitem 9.1.3 do Acórdão 2.296/2021-TCU-Plenário, tornando-se sem efeito, em relação ao responsável, a determinação de sua audiência, com sua consequente exclusão do rol de responsáveis no bojo do presente processo;

9.3. dar provimento aos embargos opostos por Vivian Regina Costa Winkel, e, assim, integrar a decisão recorrida com a fundamentação apresentada na proposta de deliberação condutora do presente Acórdão, mantendo-se inalterada, todavia, a parte dispositiva do Acórdão 2.296/2021-TCU-Plenário em relação à responsável;

9.4. conhecer dos embargos de declaração opostos por Raquel Batissaco Duarte e Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno/TCU, e no mérito, rejeitá-los; e

9.5. dar ciência deste Acórdão aos embargantes.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0250-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 251/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 043.168/2021-3.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Denúncia.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Órgão/Entidade: Hospital Central do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Sergio Gustavo Rodrigues Porto (97960/OAB-RJ), representando Renacoop - Renascer Cooperativa de Trabalho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Denúncia em que adotada medida cautelar por meio de despacho monocrático do Relator (peça 48) com vistas à suspensão do andamento do Pregão Eletrônico 108/2021 e dos atos dele decorrentes até que o Tribunal delibere sobre o mérito da matéria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. referendar, com fundamento no art. 276, caput, e § 1º, do Regimento Interno/TCU, a medida cautelar suspensiva do Pregão Eletrônico 108/2021 conduzido pelo Hospital Central do Exército com vistas a contratação de serviços de enfermagem para o referido hospital, adotada pelo relator por meio do Despacho de peça 48 destes autos, e transcrito no Relatório que precede este Acórdão, bem como as medidas acessórias constantes do mencionado Despacho;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Hospital Central do Exército, ao Comando do Exército e à Renacoop - Renascer Cooperativa de Trabalho.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0251-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 252/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.152/2021-1.
2. Grupo I - Classe III - Assunto: Consulta.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados (CCULT).
3.2. Responsável: Secretaria Especial da Cultura (01.264.142/0007-14).
4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Consulta formulada pela Ex.ma Sra. Deputada Alice Portugal, Presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, acerca dos prazos de entrega dos relatórios de gestão dos entes federativos subnacionais ao Poder Executivo Federal relativos à Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/2020),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente consulta, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso IV, §§ 1° e 2°, e no art. 265 do Regimento Interno/TCU;

9.2. responder, com fundamento no art. 1°, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, à Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados que:

9.2.1. tendo em vista o disposto no art. 14-E, inciso II, da Lei 14.017/2020, assim como no art. 16, § 4º, do Decreto 10.464/2020, com redação dada pelo Decreto 10.751/2021, o relatório de gestão final previsto no caput do art. 16 do Decreto 10.464/2020 deverá ser apresentado pelos Estados, Distrito Federal e Municípios até 31 de dezembro de 2022;

9.2.2. não compete a esta Corte de Contas avaliar a legalidade de eventual retenção na fonte de impostos por ocasião da transferência de recursos fundamentada nos incisos II e III do art. 2º da Lei nº 14.017/2020, considerando que a questão é de exclusiva competência da Secretaria Especial da Receita Federal;

9.2.3. não cabe a exigência de reconhecimento de documentos em cartório para fins de habilitação com vistas à participação em certames com base nos incisos II e III, do art. 2°, da Lei 14.017/2020, devendo ser observado, no que couber, o disposto nas Leis 13.726/2018 (art. 3º, I), 13.460/2017 (art. 5º, IX), 8.666/93 (art. 32), 14.133/2021 (arts. 12, incisos IV e V; e 70, inciso I) e no Decreto 9.094/2017;

9.2.4. cabe aos Estados, Distrito Federal e Municípios, na publicação de seus editais, que devem conter preceitos mínimos a serem observados, realizar o procedimento seletivo aplicável à Lei Aldir Blanc utilizando-se de critérios de seleção ou de avaliação com a observância dos princípios da transparência, da moralidade e da impessoalidade e vedada a aplicação da inexigibilidade de licitação de que trata o inciso III do caput do art. 25 da Lei 8.666/1993, bem como evitando-se situações irregulares de direcionamento ou de concentração de recursos nos mesmos beneficiários, na mesma região geográfica ou em um número restrito de trabalhadores da cultura ou de instituições culturais (§ 1º do art. 9ª do Decreto 10.464/2020);

9.3. retirar a chancela de sigilo, fundamentada no art. 4º da Portaria-MINS-ASC 15/2021, que recai sobre as instruções, os pronunciamentos e os despachos destes autos; e

9.4. após adoção das providências pertinentes, arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0252-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 253/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 032.319/2021-5.
2. Grupo I - Classe III - Assunto: Consulta.
3. Interessada: Deputada Alice Portugal, Presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados.
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional do Cinema; Secretaria Especial da Cultura.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Consulta formulada pela Sra. Deputada Alice Portugal, Presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, acerca da prorrogação automática prevista no art. 12 da Lei 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc), com redação dada pela Lei 14.150/2021,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Consulta, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso IV e §§ 1° e 2°, do Regimento Interno/TCU;

9.2. responder à consulente, com fundamento no art. 1°, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, quanto à prorrogação de prazos estipulada pelo art. 12 da Lei 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc), que:

9.2.1. os prazos que foram suspensos a partir de 16 de março de 2020 devem ser prorrogados seguindo duas lógicas:

9.2.1.1. caso seu vencimento original tenha ocorrido no intervalo entre o prazo estabelecido pela Portaria-Ancine 151-E/2020 (16/3/2020) e a publicação da Lei Aldir Blanc (30/6/2020), a prorrogação de 2 anos conferida pela Lei Aldir Blanc deve começar a contar da data de publicação da lei, em 30/6/2020, haja vista o fato de o prazo original já ter se exaurido anteriormente, mas ainda ser alcançado pelo benefício de prorrogação bianual previsto em lei;

9.2.1.2. caso seu vencimento original tenha ocorrido após a publicação da Lei Aldir Blanc (30/6/2020), prevalece a lógica geral da Lei 14.017/2020, de modo que a prorrogação legal de 2 anos deve começar a contar da data do vencimento original, independentemente de ter havido suspensão de prazos automática, ou à pedido, em decorrência das medidas derivadas do Decreto Legislativo 6/2020, da Portaria Ancine 151-E/2020 ou da Resolução do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) 200/2020;

9.2.2. a prorrogação de 2 (dois) anos deve ser contada a partir do encerramento original de cada um dos prazos de cada um dos projetos, e não da efetiva publicação da Lei Aldir Blanc, com exceção dos casos em que:

9.2.2.1. o vencimento original tenha ocorrido no intervalo entre o prazo estabelecido pela Portaria-Ancine 151-E/2020 (16/3/2020) e a publicação da Lei Aldir Blanc (30/6/2020); e

9.2.2.2. o respectivo projeto tenha sido beneficiado pelas suspensões ou prorrogações decorrentes do Decreto Legislativo 6/2020, da Portaria Ancine 151-E/2020 ou da Resolução do Comitê Gestor do FSA 200/2020 (item 9.2.1.1. desta decisão);

9.2.3. nos casos indicados nos itens 9.2.2.1 e 9.2.2.2 retro, haja vista o vencimento original do prazo ter ocorrido anteriormente à entrada em vigor da Lei Aldir Blanc, a prorrogação bianual prevista em lei começa a contar da própria data da publicação da Lei 14.017/2020, qual seja, 30/6/2020;

9.3. dar ciência desta deliberação à consulente, Sra. Deputada Federal Alice Portugal, Presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados e à Agência Nacional do Cinema (Ancine); e

9.4. arquivar estes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0253-04/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 254/2022 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-014.988/2010-0.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Responsáveis: Carlos Wagner Briglia Rocha (046.621.562-20) e Nilton de Britto (140.470.121-49).
4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação - SeinfraRodoviaAviação.

8. Representação legal: Wellington Cristiano da Fonseca (sem inscrição na OAB); Bruno Saraiva Duarte (OAB/MG 107.829); Raquel Maria Silva Campos (OAB/MG 108.953); Ediel Lopes Frazão (OAB/PE 13.497); Leonardo Oliveira Silva (OAB/PE 21.761); Madson Gomes Frazão (OAB/PE 20.784); Rafael Gomes Pimentel (OAB/PE 30.989); Rodrigo Viana da Costa (OAB/PE 20.864); Paulo Gabriel Domingues de Rezende (OAB/PE 26.965); Ludmila Torres Mathias (OAB/SP 216.298).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório de Auditoria (Fiscobras 2010), em fase de exame dos elementos de defesa e de monitoramento de determinação do TCU (Acórdão 2.408/2010 - Plenário), referente à fiscalização realizada nas obras de restauração da rodovia BR-174/RR, trecho: Div. AM/RR (km 0,00) - Caracaraí/RR (km 368,26), envolvendo recursos federais repassados pelos Termos de Compromisso 775, 863, 864 e 774/2009, firmados entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e o Estado de Roraima.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis, Srs. Carlos Wagner Briglia Rocha e Nilton de Britto;

9.2. considerar cumprida a determinação contida no subitem 9.3 do Acórdão 2408/2010 - Plenário;

9.3. dar ciência deste Acórdão ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, à Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima, aos Srs. Carlos Wagner Briglia Rocha e Nilton de Britto, e às empresas Egesa Engenharia S.A, CMT Engenharia EIRELI, Via Engenharia S.A, e Salgueiro Construções S.A, com base no dispositivo no art. 169, §1º, do Regimento Interno/TCU;

9.4. autorizar a juntada de cópia deste Acórdão, assim como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, bem como das peças 124-132 destes autos, ao processo TC 025.331/2015-9;

9.5. arquivar o presente processo, nos termos do inciso II do art. 169 do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0254-04/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 255/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.986/2020-3.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Neovia Infraestrutura Rodoviária Ltda. (02.955.426/0001-24).

4. Órgão: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

8. Representação legal: Frederico Augustus Lopes de Oliveira (32.776/OAB-PR), representando Neovia Infraestrutura Rodoviária Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) entre 29/6/2020 e 10/7/2020, tendo como objeto os serviços de manutenção (conservação/recuperação) da rodovia BR-282/SC, segmento entre o km 114,0 e o km 223,1, executados por meio do contrato 329/2018, firmado entre o DNIT e a empresa Neovia Infraestrutura Rodoviária Ltda.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher, parcialmente, as justificativas apresentadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT quanto aos achados descritos no item III.1 do relatório de auditoria;

9.2. acolher os esclarecimentos do DNIT e da Neovia Infraestrutura Rodoviária Ltda. quanto ao achado descrito no item III.2 do relatório de auditoria;

9.3. dar ciência ao DNIT, com fundamento no art. 9º, I, da Resolução TCU 315/2020, de que a previsão de serviço de roçada exclusivamente por método manual contraria a jurisprudência deste Tribunal, a exemplo dos acórdãos TCU 2604/2013, 508/2018 e 3069/2018, todos do Plenário.

9.4. informar ao DNIT e à empresa Neovia Infraestrutura Rodoviária Ltda. que o inteiro teor das deliberações originadas nestes autos pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

9.5. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, III do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 4/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0255-04/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 256/2022 - TCU - Plenário

Trata-se de fiscalização, na modalidade auditoria de conformidade, na Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), no período compreendido entre 13/11/2020 e 13/04/2021, com objetivo de fiscalizar a legalidade das contratações dos serviços de consultoria em assessoria financeira para desinvestimentos, ocorridas entre 15/5/2018 (advento do Regulamento de Licitações e Contratações da Petrobras - RLCP) e dezembro/2020;

Considerando que a equipe de fiscalização identificou os seguintes indícios de irregularidade e impropriedades:

a) adoção, como padrão, de inexigibilidade de licitação para contratação de assessores financeiros para auxílio em projetos de desinvestimento, a despeito da existência de competitividade para a realização da licitação e de as atividades inerentes ao serviço não preencherem os requisitos da inexigibilidade previstos no art. 30 da Lei 13.303/2016;

b) ocorrência de contratações para emissão de fairness opinion e assessoria financeira em projeto de desinvestimento de forma conjunta, em afronta ao princípio da segregação de funções, com possível conflito de interesses e prejuízo à imparcialidade na elaboração de pareceres;

c) exigência de experiência com ativos de valores significativamente maiores do que os dos ativos objeto de desinvestimento e limitação temporal para atestados para comprovação de qualificação técnica, sem motivação suficiente, nos editais de licitações para prestação de serviços de Fairness Opinion analisados, com possível restrição ao caráter competitivo dos certames;

d) ausência de relatórios de fiscalização das atividades executadas pelo assessor financeiro contratado, em prejuízo da verificação da regularidade da execução contratual, quanto à evolução e qualidade dos serviços, ao desempenho do contratado e à identificação, registro e motivação das sanções contratuais, quando aplicáveis;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III e V, alínea "c", e 250, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em emitir as ciências a seguir descritas e dar ciência desta deliberação à Petrobras e à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia (SEST/ME), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.739/2020-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Hélio Siqueira Júnior (62.929/OAB-RJ), Ana Paula Machado dos Anjos (2.556/OAB-SE) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

1.6. dar ciência à Petrobras, a fim de evitar a reincidência das irregularidades e impropriedades verificadas nas futuras contratações, de que:

1.6.1. os valores de 5 bilhões de dólares fixados na Oportunidade 7002594423 (Anexo 3, do Adendo I) e de 35 bilhões de dólares na Oportunidade 7003067153 (Anexo 3, do Adendo H), cujo objeto era a prestação de serviços financeiros de emissão de Fairness Opinion, sem adequada e suficiente motivação, afrontam os arts. 31 e 58, inciso II, da Lei 13.303/2016 e o entendimento consolidado do TCU, de que não se pode estabelecer percentuais mínimos superiores a 50% dos itens de maior relevância do serviço licitado, para fins de qualificação técnica (Acórdãos 1.851/2015-TCU- Plenário, Relator Benjamin Zymler; 397/2013 e 3.104/2013-TCU-Plenário, Relator Valmir Campelo; e 717/2010-TCU-Plenário, Relator Augusto Sherman, dentre outros);

1.6.2. a limitação temporal de 16 trimestres contida nos editais da Oportunidade 7002594423 (Anexo 3, do Adendo I) e da Oportunidade 7003067153 (Anexo 3, do Adendo H), para fins de aferição do requisito de qualificação técnica, sem motivação adequada e suficiente, fere o art. 31 da Lei 13.303/2016 e o entendimento assentado no Acórdão 2.032/2020-TCU-Plenário, Relator Ministro Marco Benquerer;

1.6.3. as contratações, por inexigibilidade de licitação, de assessores financeiros para auxiliar a Petrobras em projetos de desinvestimento, sem o efetivo atendimento dos pressupostos legais, verificadas no âmbito das Oportunidades 7002314353, 7002437743 e 7002630754, colidem com o disposto nos arts. 28 e 30 da Lei 13.303/2016 e nos itens 6.3.7, "a", da Sistemática PP-1PBR-00258-H e 3.2.1 e 3.3.1.1 do Padrão DI-PBR-00222-A;

1.6.4. a emissão de Fairness Opinion pelo Assessor Financeiro que atuou no processo de alienação do ativo, conforme verificado nos Contratos ICJ 5900.0110634.19.2, ICJ 5900.0115487.20.2 e ICJ 5900.0112213.19.2, colide com o princípio da segregação de funções, ocasiona conflito de interesses e prejuízo à imparcialidade na elaboração do parecer (Acórdãos 2.301/2019 e 3.083/2010-TCU-Plenário, Relator Raimundo Carreiro; 589/2016-TCU-Plenário, Relator Walton Alencar Rodrigues; e 4.204/2014-TCU-2ª Câmara, Relatora Ana Arraes), e com o item 6.3.5 da Sistemática PP-1PBR-00258-H, que estabelece que a Fairness Opinion deve ser emitida por entidade distinta do Assessor Financeiro;

1.6.5. a contratação direta, por inexigibilidade, de Fairness Opinion, sem motivação e análise jurídica dos requisitos da inexigibilidade de licitação, conforme verificado nos Contratos ICJ 5900.0110634.19.2, ICJ 5900.0115487.20.2 e ICJ 5900.0112213.19.2 (que contemplaram assessoria financeira e emissão de Fairness Opinion), configura fuga ao procedimento licitatório, em afronta aos arts. 28 e 30 da Lei 13.303/2016; e

1.6.6. a ausência de relatórios formais de acompanhamento/fiscalização das atividades executadas pelo Assessor Financeiro em cada uma das etapas do processo de desinvestimento, verificada nos contratos ICJ 5900.0110634.19.2/Banco Santander (Brasil) S/A, ICJ 5900.0115487.20.2/Rothschild & CO Brasil Ltda. e ICJ 5900.0112213.19.2/Banco Santander (Brasil) S/A, afronta os arts. 197 e 198, incisos III e V, do RLCP, prejudicando a transparência e verificação da execução contratual, quanto ao controle da evolução e da qualidade dos serviços, à avaliação do desempenho do contratado e à identificação, registro e motivação de sanções contratuais, quando aplicáveis.

ACÓRDÃO Nº 257/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, § 4º, 234 e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar a denúncia improcedente e aprovar a adoção das medidas sugeridas nos itens "38. b" e "38.c" da instrução, levantar o sigilo da denúncia e arquivar o processo.

1. Processo TC-022.239/2019-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessados: Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43); Ministério da Economia ().

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília; Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: Paulo Henrique de Souza Bermejo, representando Fundação Universidade de Brasília.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 258/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, 53 e 55 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da denúncia, apensá-la ao processo ao TC 015.125/2021-1, levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, dar ciência ao denunciante desta deliberação e encaminhar-lhe cópia por meio eletrônico da instrução à peça 14 e do teor dos Acórdãos 1.335/2020, 1.888/2020, 2.817/2020, 4.049/2020 e 1.873/2021 do Plenário do TCU, acompanhados do relatório e voto que os fundamentam.

1. Processo TC-012.390/2021-6 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.7. Representação legal: Thiago Lopes Cardoso Campos (23824/OAB-BA), representando Instituto de Direito Sanitario Aplicado.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 259/2022 - TCU - Plenário

Vistos, relacionados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelos srs. Ulisses Sobral Calile e Aluísio Teles Ferreira Filho em face de despacho que não conheceu de pedidos de reexame interpostos por esses responsáveis ao Acórdão 2.133/2021-Plenário (peça 588);

Considerando que pedidos de reexame devem ser interpostos dentro do prazo de quinze dias, nos termos do art. 33 da Lei 8.443/1992;

Considerando que o sr. Ulisses Sobral Calile foi notificado do Acórdão 2.133/2021-Plenário em 1º/10/2021, que interpôs o pedido de reexame em 26/10/2021 e o termo final para sua interposição foi o dia 18/10/2021 (peça 580);

Considerando que o sr. Aluísio Teles Ferreira Filho foi notificado do Acórdão 2.133/2021-Plenário em 29/9/2021, que interpôs o pedido de reexame em 21/10/2021 e o termo final para sua interposição foi o dia 14/10/2021 (peça 577);

Considerando que o sr. Aluísio Teles Ferreira Filho foi notificado do Acórdão 2.133/2021-Plenário em 29/9/2021 e que interpôs o apelo em 4/1/2021;

Considerando os presentes embargos de declaração apontam que os prazos processuais deveriam ser contados em dias úteis, nos termos do disposto no Código de Processo Civil;

Considerando que a aplicação do Código de Processo Civil no âmbito desta Corte de Contas ocorre somente de forma subsidiária (art. 298 do Regimento Interno do TCU);

Considerando que os prazos no âmbito do processo perante o TCU contam-se dia a dia, nos termos do art. 183 do Regimento Interno desta Corte;

Considerando que contra despacho de Relator não cabem embargos de declaração (art. 287 do Regimento Interno do TCU);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "f" e § 3º, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:

1. não conhecer do presentes embargos de declaração; e

2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

1. Processo TC-031.750/2013-3 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM PEDIDO DE REEXAME)

1.1. Apensos: 001.675/2015-0 (SOLICITAÇÃO); 030.095/2013-1 (REPRESENTAÇÃO); 003.234/2015-0 (SOLICITAÇÃO); 009.015/2015-9 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Agostinho Candido Gatto (403.071.667-91); Alexandre Penna Rodrigues (221.581.036-04); Almir Guilherme Barbassa (012.113.586-15); Aluísio Teles Ferreira Filho (459.041.117-20); Guilherme de Oliveira Estrella (012.771.627-00); Jorge Luiz Zelada (447.164.787-34); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Laercio do Prado Freires (072.648.518-77); Levi Rodrigues de Oliveira Junior (602.942.801-20); Luciano Seixas Pereira (573.213.297-04); Maria das Graças Silva Foster (694.772.727-87); Mateus de Andrade Fonseca (075.995.167-51); Paulo Roberto Costa (302.612.879-15); Pedro Paulo Lofego Lobo (425.297.357-00); Renato Pires de Oliveira (277.622.627-68); Renato Zanette (228.792.770-00); Renato de Souza Duque (510.515.167-49); Teofanes de Almeida Elias (518.259.707-00); Ulisses Sobral Calile (466.895.407-15); Venâncio Pessoa Igrejas Lopes Filho (193.394.457-91).

1.3. Recorrentes: Ulisses Sobral Calile e Aluísio Teles Ferreira Filho.

1.4. Interessado: Construtora Norberto Odebrecht S A (15.102.288/0001-82).

1.5. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.6. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.6.1. Ministros que alegaram impedimento na sessão: Antônio Anastasia, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

1.7. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.8. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

1.9. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

1.10. Representação legal:

1.10.1. Aluízio Napoleão de Freitas Rego Neto (95.928/OAB-RJ) e outros, representando Alexandre Penna Rodrigues;

1.10.2 Marcelo Marques Lopes (47.474/OAB-RJ), representando Aluísio Teles Ferreira Filho e Ulisses Sobral Calile;

1.10.3 Juliana Carvalho Tostes Nunes (131.998/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.;

1.10.4. João Mestieri (13.645/OAB-RJ) e outros, representando Paulo Roberto Costa;

1.10.5. Alan Balassiano Sapir (217.787/OAB-RJ) e outros, representando Teófanes de Almeida Elias e Pedro Paulo Lófego Lobo;

1.10.6. Marina de Araújo Lopes (43327/OAB-DF) e outros, representando Guilherme de Oliveira Estrella e Almir Guilherme Barbassa;

1.10.7. Fernando Villela de Andrade Vianna (134.601/OAB-RJ) e outros, representando Maria das Graças Silva Foster, Almir Guilherme Barbassa e Guilherme de Oliveira Estrella;

1.10.8 Pedro Augusto Schelbauer de Oliveira (81.579/OAB-PR) e outros, representando Jorge Luiz Zelada;

1.10.9. Igor Fellipe Araújo de Sousa (41.605/OAB-DF) e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S A.;

1.10.10. Márcio Gomes Leal (84.801/OAB-RJ) e outros, representando Renato de Souza Duque;

1.10.11. Rodrigo Alexander Calazans Macedo (123.041/OAB-RJ) e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Laercio do Prado Freires, Luciano Seixas Pereira, Guilherme de Oliveira Estrella, Almir Guilherme Barbassa, Maria das Graças Silva Foster e Renato Zanette;

1.11. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 260/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, 53 e 55 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da denúncia; considerá-la improcedente; levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante; arquivar os presentes autos e encaminhar cópia por meio eletrônico desta deliberação e da instrução à peça 21 ao denunciante, ao órgão/entidade, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas e ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

1. Processo TC-022.754/2020-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 028.203/2020-8 (SOLICITAÇÃO); 021.800/2021-9 (SOLICITAÇÃO); 026.126/2020-6 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Manaus - AM.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 261/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso II, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente representação, considerá-la improcedente, dar ciência desta decisão aos interessados e ao órgão/entidade e arquivar os presentes autos:

1. Processo TC-043.409/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Ubiratan Menezes da Silveira (26442/OAB-DF), representando G.s.i. - Gestao de Seguranca Integrada - Vigilancia e Seguranca Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 262/2022 - TCU - Plenário

Considerando que os recorrentes interpuseram anteriormente recurso de reconsideração contra a decisão recorrida, apreciado por intermédio do Acórdão 2304/2021-TCU-Plenário;

Considerando que, com fundamento no art. 278, § 3º, do Regimento Interno do TCU, a interposição de recurso, ainda que venha a não ser conhecido, gera preclusão consumativa;

Considerando a caracterização da preclusão consumativa, que impede a interposição de outro recurso da mesma espécie;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não conhecimento do recurso de reconsideração;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, 278, § 3º e 4º, e 285 do RI/TCU c/c 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer o recurso de reconsideração interposto por Neuma de Fatima Costa de Farias, Louise Costa de Farias, Taise Costa de Farias, Isane Costa de Farias e TL Construtora Ltda., ante a preclusão consumativa, sem prejuízo de que seja dada ciência desta deliberação aos recorrentes e aos órgãos/entidades interessados do teor desta decisão.

1. Processo TC-017.162/2007-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação dos Irrigantes da Barragem de Terra Nova (35.446.590/0001-65); Deusiclea Barboza de Castro (280.020.671-34); Eudes Costa de Holanda (024.662.873-15); Félix Cantalício Barreto Cabral (015.509.854-34); I T S - Instituto Terra Social (03.463.763/0001-67); Isane Costa de Farias (033.317.905-67); Israel Beserra de Farias (132.513.174-15); Louise Costa de Farias (027.524.975-12); Luciano de Petribú Faria (499.437.076-15); Mestra Ltda. (03.457.778/0001-12); Neuma de Fatima Costa de Farias (181.324.134-15); Oscar Cabral de Melo (083.235.264-00); Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira (130.377.905-63); Rui Melo de Carvalho (370.198.997-49); Taise Costa de Farias (010.367.215-07); Tl Construtora Ltda (00.058.984/0001-61).

1.2. Recorrentes: Tl Construtora Ltda (00.058.984/0001-61); Neuma de Fatima Costa de Farias (181.324.134-15); Taise Costa de Farias (010.367.215-07); Isane Costa de Farias (033.317.905-67); Louise Costa de Farias (027.524.975-12).

1.3. Órgão/Entidade: Min. do Meio Ambiente, dos Rec. Hídricos e da Amazônia Legal (excluída).

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.8. Representação legal: Alexandre Melo Soares (24518/OAB-DF), representando Paulo Ramiro Perez Toscano; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA), Jose Francisco Bastos Filho (8504/OAB-BA) e outros, representando Neuma de Fatima Costa de Farias; Tarcísio Menezes Oliveira (15857/OAB-BA), Roberto Silva Soledade (16627/OAB-BA) e outros, representando Mestra Ltda.; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA) e Francisco Bastos Filho (8.504/OAB-BA), representando Tl Construtora Ltda.; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA), Jose Francisco Bastos Filho (8504/OAB-BA) e outros, representando Louise Costa de Farias; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA), Jose Francisco Bastos Filho (8504/OAB-BA) e outros, representando Taise Costa de Farias; Matheus Machado Mendes de Figueiredo (6597-E/OAB-DF), Thaís Silveira Dumont de Aguiar (23242/OAB-DF) e outros, representando Raymundo Cesar Bandeira de Alencar; Tarcísio Menezes Oliveira (15857/OAB-BA), Roberto Silva Soledade (16627/OAB-BA) e outros, representando Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA), Jose Francisco Bastos Filho (8504/OAB-BA) e outros, representando Isane Costa de Farias; Celso Negrão da Fonseca Júnior (22177/OAB-BA), Fabiana Bastos de Oliveira (24572/OAB-BA) e outros, representando Israel Beserra de Farias; Arlindo Gomes Miranda (142862/OAB-SP), representando Luciano de Petribú Faria.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 263/2022 - TCU - Plenário

Considerando que a presente peça denunciatória não preenche os requisitos de admissibilidade pertinentes à espécie;

Considerando a ausência de competência desta Corte para apreciação do assunto objeto da denúncia;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 53 a 55, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 15, inciso I, alínea "p", 235, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer da presente documentação como denúncia por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, e determinar liminarmente o arquivamento deste processo, com fundamento no parágrafo único do art. 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 105 da Resolução TCU 259/2014, sem prejuízo das determinações consignadas no subitem 1.8 desta deliberação, conforme parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-000.311/2022-7 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S A Petrobras.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar ciência ao denunciante desta decisão e informá-lo que as informações trazidas na denúncia serão consideradas por ocasião do planejamento das fiscalizações a serem realizadas por este Tribunal; e

1.8.2. encaminhar a presente denúncia ao Controle Interno da Petrobras para eventuais providências quanto ao relato, caso entenda necessárias.

ACÓRDÃO Nº 264/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 53 a 55, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c os arts. 15, inciso I, alínea "p", 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em conhecer da denúncia, por atender aos pressupostos regimentais de admissibilidade aplicáveis à espécie, para, no mérito, considerá-la improcedente, e em determinar o seu arquivamento, após ciência desta deliberação ao denunciante e à Universidade Federal do Maranhão.

1. Processo TC-035.567/2021-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.7. Representação legal: Daniel Gustavo Santos Roque (311195/OAB-SP) e Jose Eugenio Serra Muniz (8395/OAB-MA), representando Fundação Universidade Federal do Maranhão; Glaydson Campelo de Almeida Rodrigues (11627/OAB-MA), representando Apruma -secao Sindical.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 265/2022 - TCU - Plenário

Considerando que a presente peça denunciatória não preenche os requisitos de admissibilidade pertinentes à espécie;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 53 a 55, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 15, inciso I, alínea "p", 232, §2º, e 235 do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da denúncia, por não adimplir os requisitos de admissibilidade, e em determinar o arquivamento deste processo após dar ciência desta deliberação ao denunciante.

1. Processo TC-045.591/2021-0 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A..
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).
1.7. Representação legal: Eduardo Luiz Ferreira Araújo de Souza (54217/OAB-DF) e Marco Aurelio Ferreira Martins (194.793/OAB-SP), representando Petróleo Brasileiro S.a.; Maximiliano Nagl Garcez (27.889/OAB-DF), representando Associacao Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritarios da Petrobras - Anapetro.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 266/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, em dar quitação aos Srs. Olímpio Luiz Pacheco de Moraes, Márcio Guimarães de Aquino e Cid Ney Santos Martins, ante o recolhimento das multas que lhes foram aplicadas por este Tribunal mediante o Acórdão 2.664/2012-Plenário, mantido pelo Acórdão 1.522/2013- Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 179 a 181).

1. Processo TC-005.870/2009-5 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)
1.1. Apensos: 025.082/2013-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.229/2016-5 (SOLICITAÇÃO); 025.083/2013-9 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsáveis: Agrimat Engenharia Industria e Comercio Ltda. (CNPJ 03.118.726/0001-11); Ary Torquato Ribeiro (CPF 065.573.251-91); Cid Ney Santos Martins (CPF 384.115.987-72); Deise da Silva Torres (CPF 631.395.701- 63); Delta Construções Ltda. (CNPJ 10.788.628/0001-57); Laércio Coelho Pina (CPF 545.363.911-34); Luiz Antônio Ehret Garcia (CPF 820.696.201-82); Márcio Guimarães de Aquino (CPF 631.403.497-34); Notemper Empreendimentos Ltda. (CNPJ 02.193.661/0001-06); Olimpio Luiz Pacheco de Moraes (CPF 800.430.117-72); Orlando Fanaia Machado (CPF 789.624.046-72); Tamasa Engenharia SA (CNPJ 18.823.724/0001-09); Wagner de Carvalho Garcia (CPF 119.577.866-04).
1.3. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).
1.4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.8. Representação legal: Davi Beltrão de Rossiter Correa (36.998/OAB-DF), representando Wagner de Carvalho Garcia; Rafael Teixeira Martins (19.274/OAB-DF), representando Olimpio Luiz Pacheco de Moraes; Pâmela Guerra (28.202/OAB-GO), Renata Arnaut Araújo Lepsch (18.641/OAB-DF) e outros, representando Delta Construções S.A.; Rafael Teixeira Martins (19.274/OAB-DF), representando Cid Ney Santos Martins; Rafael Teixeira Martins (19.274/OAB-DF), representando Márcio Guimarães de Aquino.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 267/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 143, incisos III e V, alínea "a"; art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade pertinentes á espécie, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua concessão, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-000.760/2022-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Embrapa/cpaf-roraima.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Rayza Figueiredo Monteiro (442216/OAB-SP), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Dar ciência à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária de Roraima, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade/falha, identificada no Pregão Eletrônico 1/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
1.6.1.1. inserção de exigência de que a contratada tenha rede credenciada nas grandes cidades do território nacional e no interior de todo o Brasil, sem o amparo de levantamentos estatísticos, parâmetros e estudo previamente realizados, na forma constante dos itens 6.1 do Termo de Referência e 3.1 da Minuta do Contrato, em desacordo com a jurisprudência do TCU (Acórdãos 2.802/2013, 891/2018, 922/2019 e 2.367/2011, todos do Plenário);
1.6.2. Dar ciência desta deliberação à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária de Roraima e ao representante;
1.6.3. Arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 268/2022 - TCU - Plenário

Tratam os autos de representação notificando o TCU de recebimento em duplicidade do terço constitucional de férias por parte do servidor Adrianus Cornelius Van Haandel (CPF 108.845.054-72), referente ao período de novembro de 2010 a novembro de 2013, conforme Processo 0502591-72.2016.4.05.8201, oriundo da 9ª Vara Federal da Paraíba (peça 1).

Considerando que a unidade técnica identificou baixo risco, relevância e materialidade e firmando-se pelo juízo de que não há razão apresentada nos autos para uma ação direta desta Corte de Contas, além de propor que a atuação corretiva quanto aos fatos narrados seja conduzida por parte da entidade jurisdicionada e do órgão de controle interno, conforme disposto no art. 106, §§ 4º e 6º, da Resolução - TCU 259/2014;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, e nos arts. 103, § 1º, 106, §§ 4º e 6º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos para a espécie, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.8 desta deliberação.

1. Processo TC-015.157/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. Encaminhar à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) cópia desta deliberação, acompanhada da instrução (peça 6), visando a adoção das providências internas de sua alçada, a exemplo de autuação de processo administrativo para apurar os fatos, identificar os responsáveis e restituir os valores percebidos indevidamente, devendo as medidas adotadas constar em registros sintéticos informados nos relatórios de gestão da entidade ou nos da Unidade Prestadora de Contas (UPC) que futuramente estiver vinculada, com cópia ao respectivo órgão de controle interno e notificação ao representante, com fulcro no art. 106, §§ 4º, inciso II, e 6º, da Resolução-TCU 259/2014;
1.8.2. Dar ciência desta deliberação à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG);
1.8.3. Autorizar o arquivamento do presente processo, conforme art. 106, § 4º, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 269/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII e parágrafo único e 250, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 91), em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar ante a inexistência dos pressupostos necessários á sua concessão, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-045.606/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Comissão Regional de Obras da 1ª Região Militar.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.5. Representação legal: Renato Ferreira, representando Drakk Projetos, Construcoes e Imobiliaria Ltda; Carlos Magno de Souza Cunha (126.228/OAB-RJ), Matheus Veloso de Pinho Rodrigues (200.650/OAB-RJ), Cleverson de Lima Neves (69.085/OAB-RJ) e Thiago Silveira Neves (215.549/OAB-RJ), representando Vento Sul Engenharia Ltda.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Nos termos do art. 9º, inciso I, da resolução TCU 315/2020, dar ciência à Comissão Regional de Obras da 1ª Região Militar (CRO/1) que:
1.6.1.1. o registro ou inscrição na entidade profissional competente, previsto no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica da empresa ou o serviço preponderante da licitação;
1.6.1.2. afronta o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93, cláusula editalícia que estabeleça quantitativos mínimos para efeitos de comprovação de qualificação técnico-profissional;
1.6.2. Dar ciência desta deliberação à Comissão Regional de Obras da 1ª Região Militar (CRO/1) e ao representante;
1.6.3. Arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 270/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113 da Lei 8.666/1993 e art. 46 da Lei 12.462/2011, bem como no art. 103, § 1o, da Resoluc–ão-TCU 259/2014, e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peças 43/45), em conhecer da Representação, indeferir o pedido de medida cautelar, ante a inexistência dos pressupostos necessários a sua concessão, autorizando a realização da diligência e demais providências processuais constantes da proposta.

1. Processo TC-045.764/2021-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Secretaria Nacional de Segurança Hídrica.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.5. Representação legal: Luzilena Gomes Mota (9991/OAB-AM), Luiz Augusto dos Santos Porto (6168/OAB-AM) e outros, representando Quanta Consultoria Ltda.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 271/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso XVI, e 53 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno, em não conhecer da denúncia a seguir relacionada, ante a inexistência dos pressupostos de admissibilidade previstos no artigo 235 do RI/TCU, retirar-lhe a chancela de sigilo, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.676/2021-1 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Subsecretaria da Perícia Médica Federal do Ministério do Trabalho e Previdência.
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. informar ao Instituto Nacional do Seguro Social, à Secretaria de Previdência e ao denunciante o teor da presente deliberação, juntamente com reprodução da peça 7 dos autos.

ACÓRDÃO Nº 272/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação aos Srs. Martin Carlos Resener e Maycon Bettoni, ante o recolhimento integral das multas individuais aplicadas por meio subitem 9.1 do Acórdão 907/2019 - TCU - Plenário;

b) autorizar o parcelamento das dívidas imputadas aos Srs. Giovani Gonçalves Petri e Daniel Vieira de Almeida, por meio do Acórdão 907/2019 - TCU - Plenário, em 24 e 36 parcelas mensais respectivamente, com fulcro no art. 26 da Lei 8.443/92, c/c o art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal, alertando aos responsáveis de que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 1º, do RITCU.

1. Processo TC-012.309/2016-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 012.312/2016-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 012.320/2016-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 012.321/2016-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.2. Responsáveis: Daniel Vieira de Almeida (021.438.239-75); Giovani Goncalves Petri (260.793.800-72); Martin Carlos Resener (495.207.339-49); Maycon Bettoni (945.025.019-72).

1.3. Interessados: Agência Nacional de Energia Elétrica (02.270.669/0001-29); Congresso Nacional (vinculador) ().

1.4. Órgão/Entidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.a..

1.5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

1.8. Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF), Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41796/OAB-DF) e outros, representando Martin Carlos Resener; Sidnei Furlan, Alexandre Gonçalves Filho e outros, representando Agência Nacional de Energia Elétrica; Márcio Alceu Pazeto (23.073/OAB-SC), Rafael Rebelo Pereira (24868/OAB-SC) e outros, representando Eletrosul Centrais Elétricas S.a.; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF), Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41796/OAB-DF) e outros, representando Daniel Vieira de Almeida; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF), Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41796/OAB-DF) e outros, representando Maycon Bettoni; Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (51.623/OAB-DF), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF) e outros, representando Giovani Goncalves Petri.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 273/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao monitoramento do Acórdão 1.160/2020-TCU-Plenário, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar prejudicada a recomendação constante do item 1.7 e respectivos subitens;

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; e

c) apensar o presente processo ao TC 032.863/2012-8, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno.

1. Processo TC-015.896/2020-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsáveis: Ministério da Educação; Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (24.365.710/0001-83).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.6. Representação legal: Carla Baksys Pinto.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 274/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua concessão;

c) dar ciência ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais - TRE-MG, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas identificadas no PE 69/2021, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

c.1) considerar vencedora do certame proposta acima do valor estimado sem justificativa adequada afronta o art. 3º da Lei 8.666/1993, o art. 39 do Decreto 10.024/2019 e a jurisprudência deste Tribunal (Acórdão 378/2011-TCU-Plenário, relator Ministro Aroldo Cedraz; e Acórdão 1.549/2017-TCU-Plenário, relator Ministro José Mucio Monteiro);

c.2) a rejeição sumária da intenção de recurso no âmbito de pregão eletrônico afronta o art. 2º, §§ 1º e 4º, incisos XVIII e XX, da Lei 10.520/2002 e o art. 44, § 3º, do Decreto 10.024/2019;

d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais - TRE-MG e à representante; e

e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-045.662/2021-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 275/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua adoção;

c) expedir a determinação constante do item 1.6;

d) dar ciência ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Administração Regional em Santa Catarina - Senac/SC, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade/falha identificada no Pregão Presencial 1/2021, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes: não divulgação dos preços e quantitativos estimados no edital do pregão, contrariando os arts. 2º e 3º do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Senac e a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 1.410/2021-TCU-Plenário e 1.590/2020-TCU-Plenário;

e) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Administração Regional em Santa Catarina - Senac/SC e à representante; e

f) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, sem prejuízo de que a unidade técnica monitore a determinação expedida.

1. Processo TC-045.792/2021-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Administração Regional do Senac No Estado de Santa Catarina.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Administração Regional em Santa Catarina - Senac/SC, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que, no prazo de 30 (trinta) dias, caso deseje dar continuidade à contratação do objeto constante do Pregão Presencial 1/2021, adote as seguintes providências e informe ao TCU os encaminhamentos realizados:

1.6.1. excluir a exigência de que a licitante vencedora comprove a regularidade fiscal dos estabelecimentos credenciados, por ferir a jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 1.498/2020-TCU-Plenário;

1.6.2. adote preferencialmente a forma eletrônica do pregão, visto que a inexistência do tipo de julgamento "menor taxa de administração" na plataforma licitações-e do Banco do Brasil não é impeditiva à realização do pregão eletrônico para o objeto, atendendo, assim, aos princípios da competitividade e da economicidade, que regem as contratações públicas e seguindo o disposto na jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 2.276/2019-TCU-1ª Câmara e 1.584/2016-TCU-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 276/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial, na qual foram verificados débitos em obra de contenção de talude do Maciço do Cacupé, às margens da rodovia SC 401, em Florianópolis/SC, executada pelo Departamento Estadual de Infraestrutura de Santa Catarina (Deinfra/SC) com recursos transferidos pelo Ministério da Integração Nacional (MI), resultando na prolação do Acórdão 1.714/2017-TCU-Plenário, peça 67, que condenou diversos responsáveis ao ressarcimento do dano apurado e ao pagamento de multas.

Considerando que o Senhor Romualdo Theophanes de França Junior efetuou o pagamento da multa de R$ 40.000,00 aplicada por meio do subitem 9.7 do Acórdão 1714/2017-TCU-Plenário, consoante comprovante de recolhimento, peça 89, confirmado pela cópia do registro no SisGRU à peça 190, e o Demonstrativo de Débito à peça 191, sem saldo residual.

Considerando, afinal, a instrução técnica (peça 192) e o Parecer do MP/TCU (peça 194),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em expedir quitação ao Senhor Romualdo Theophanes de França Junior (CPF 486.844.499-91), com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do RITCU, ante o recolhimento da multa aplicada por meio do subitem 9.7 do Acórdão 1714/2017-TCU-Plenário, peça 67, consoante comprovante de recolhimento, peça 89, confirmado pela cópia do registro no SisGRU à peça 190, e o Demonstrativo de Débito à peça 191; apensar a estes autos os processos de cobrança-executiva a que se referem os TCs 045.468/2021-4 e 045.469/2021-0; arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169 do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-002.048/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 011.182/2014-8 (SOLICITAÇÃO); 013.889/2009-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Ana Paula da Silva Machado Rosa (037.167.259-78); Cléo Reis Quaresma (283.958.590-15); Construtora Espaço Aberto Ltda (76.601.343/0001-73); Departamento Estadual de Infraestrutura de Santa Catarina - Deinfra-sc (05.510.080/0006-53); Paulo Ney Almeida (448.935.669-20); Reinaldo Damasceno da Silva (179.354.409-30); Romualdo Theophanes de França Junior (486.844.499-91); Sotepa Sociedade Tecnica de Estudos, Projetos e Assessorialtda (82.515.834/0001-02).

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Santa Catarina.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Mariana Caroline Ferreira de Souza (143988/OAB-MG), Alessandra Oliveira Ramos Piccoli (15203/OAB-SC) e outros, representando Sotepa Sociedade Tecnica de Estudos, Projetos e Assessorialtda; Carlos Alberto de Araujo Gomes (13565/OAB-SC), representando Construtora Espaço Aberto Ltda; Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF), Patrícia Guercio Teixeira Delage (90.459/OAB-MG) e outros, representando Ana Paula da Silva Machado Rosa; Caue Vecchia Luzia (20219/OAB-SC), Joel de Menezes Niebuhr (12639/OAB-SC) e outros, representando Cléo Reis Quaresma.

ACÓRDÃO Nº 277/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Município de Coronel João Sá/BA, relacionadas a supostos desvios de finalidade na utilização de recursos do Fundeb nos exercícios de 2019 e 2020, decorrentes de transferências de valores da conta própria do fundo para outras contas bancárias do município.

Considerando que nos termos do Acórdão 1.765/2010-TCU-Plenário esta Corte entendeu que a fiscalização da aplicação de recursos de fundos federativos constituídos com aportes da União, dos estados e dos municípios, como é o caso do Fundeb, situa-se prioritariamente na jurisdição dos tribunais de contas estaduais e, conforme o caso, dos municípios ou do município,

Considerando ainda que a SecexEduc aponta, em instrução de peça 15, corroborada pelo pronunciamento de peça 16, que "tal condição vem reforçada na situação concreta pelo fato de já existirem processos instaurados no TCM/BA para a apuração da matéria trazida nesta denúncia, qual seja, irregularidades concernentes a transferências indevidas ou desvios de verbas do Fundeb para outras contas do município nos exercícios de 2019 e 2020, a exemplo das denúncias tratadas nos processos 20120e19, 21604e19 00121e20, todas também apresentadas pelo autor da presente denúncia (ver peças 9 a 14)",

Considerando que a referida unidade instrutiva também aponta que há neste Tribunal processo de Tomada de Contas Especial referente ao Convênio PAR - FNDE 2812/2012, no qual houve devolução de valores, no total de R$ 1.911.249,04, com recursos do Fundeb municipal (TC 025.565/2018-4), no âmbito do qual foi determinada pelo Relator, Ministro-Substituto Weder de Oliveira, a oitiva do Município de Coronel João Sá/BA com vistas ao esclarecimento acerca das transferências de valores do fundo para outra conta corrente de titularidade da prefeitura e dos motivos pelos quais houve restituição dos valores onerando-se os cofres municipais do Fundeb e não a conta bancária específica do instrumento de repasse,

Considerando que, com base nesses apontamentos, a SecexEduc propõe o conhecimento da denúncia para considerar prejudicada a análise de mérito, ante a existência desses procedimentos já em curso e a competência primária do tribunal

local, bem assim que esta Corte remeta cópia destes autos ao referido Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA), para adoção das medidas de sua alçada, além de juntar cópia do acórdão que vier a ser proferido ao TC 025.565/2018-4, que trata de Tomada de Contas Especial referente ao Convênio PAR - FNDE 2812/2012,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto caso presentes elementos que justifiquem a medida, considerá-la, nesta oportunidade, prejudicada;

b) remeter cópia integral destes autos ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA), para adoção das medidas de sua alçada;

c) dar ciência deste Acórdão ao denunciante e à Prefeitura de Coronel João Sá/BA;

d) juntar cópia deste Acórdão, da instrução e pronunciamentos de peças 15/16 ao TC 025.565/2018-4, que trata de Tomada de Contas Especial referente ao Convênio PAR - FNDE 2812/2012;

e) levantar o sigilo que recai sobre este processo, à exceção das peças que contenham informação pessoal do denunciante;

f) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-044.797/2021-4 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Coronel João Sá - BA.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.7. Representação legal: Marcelo dos Santos Carvalho, representando Comissao Provisoria do Partido dos Trabalhadores - PT.

ACÓRDÃO Nº 278/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento das deliberações constantes do Acórdão 2.037/2019-TCU-Plenário, alterado pelo Acórdão 172/2021-TCU-Plenário, em que se apreciou consolidação de auditorias de conformidade que tiveram por objetivo examinar aquisições relativas a bens e serviços de Tecnologia da Informação (TI) gerenciadas por diversas organizações públicas, no intuito de avaliar se o planejamento das contratações atendia às necessidades das organizações contratantes, com adequada capacidade de gestão de contratos e, por fim, avaliação prática da execução dos contratos derivados.

Considerando que a deliberação ora monitorada, em síntese, expediu recomendações de caráter estruturante a diversos órgãos superiores relacionadas à adoção de métricas como UST ou similares, ao planejamento das contratações de TI e às adesões a atas de registro de preços;

Considerando que, em relação à Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização do Ministério da Economia, enquanto órgão central do Sisp (Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação) do Poder Executivo Federal, destaca-se a inclusão no template do Estudo Técnico Preliminar (ETP) disponibilizado aos órgãos do SISP (peça 54) campo específico para que conste declaração expressa da autoridade máxima da área de TIC, ou de autoridade superior, se for ocaso, quanto à conformidade do estudo realizado às disposições da Instrução Normativa 1/2019-SGD/ME, bem como a reformulação dos modelos de prestação dos serviços tipicamente demandados nas contratações em que se vinha utilizando a métrica UST, suplantando a referida métrica por um modelo de remuneração fixa mensal orientada ao atendimento a níveis mínimos de serviço, restando editada a Portaria 6.432/ 2021- SGD/ME; que embora não tenha acatado a recomendação a que alue o item 9.1.4 do Acórdão 2.037/2019-TCU-Plenário, promoveu ajustes na regulamentação quanto à adesão a atas de registro de preços de TI;

Considerando, no que se refere à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia e ao Conselho Nacional de Justiça, que foram expedidos expedientes aos presidentes dos Conselhos de Administração das empresas estatais federais e aos presidentes das estatais federais, bem como a todos os dirigentes de TIC dos órgãos do Poder Judiciário, respectivamente;

Considerando, no que se refere ao Conselho Nacional do Ministério Público, que, a despeito de ter realizado avaliações recomendadas relativamente aos contratos do próprio Conselho, defendeu inexistirem órgãos federais sob sua supervisão e que existem distinções quanto à regulamentação aplicável aos entes do MP, o Conselho não procedeu às orientações a que se referem os itens 9.2, 9.4 e 9.9 do Acórdão 2.037/2019-TCU-Plenário;

Considerando, no que se refere ao Senado Federal, as providências noticiadas e a realização, ainda que parcial, da avaliação a que se refere o item 9.3 do Acórdão 2.037/2019-TCU-Plenário;

Considerando, no que tange à Câmara dos Deputados, as informações declaradas pelo órgão e a atual inexistência de contratos sob a métrica UST;

Considerando, no tocante ao Tribunal de Contas da União, a realização parcial da avaliação referente ao item 9.3 e ausência da avaliação nos moldes preconizados pelo item 9.5 do Acórdão 2.037/2019-TCU-Plenário;

Considerando, no tocante à Advocacia-Geral da União, que foram adotadas medidas no sentido de que os parâmetros previstos no item 9.6 do Acórdão 2.037/2019-TCU-Plenário fossem considerados na elaboração e avaliação de minutas de editais de pregões para registro de preços;

Considerando, relativamente à Controladoria-Geral da União, a informação de que levará em consideração o Acórdão 2.037/2019-TCU-Plenário quando o objeto de análise envolver os temas UST e registro de preços, além das demais providências relatadas;

Considerando, afinal, a instrução técnica de peças 69-70,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) considerar parcialmente implementada a recomendação contida no item 9.1, considerar implementada a recomendação contida no item 9.4, bem como não implementada a recomendação contida no item 9.9, todas do Acórdão 2.037/2019-TCU-Plenário, com redação alterada pelo Acórdão 172/2021-TCU-Plenário, no que se refere à Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, do Ministério da Economia;

b) considerar implementadas as recomendações contidas nos itens 9.2, 9.4 e 9.9 do Acórdão 2.037/2019-TCU-Plenário, com redação alterada pelo Acórdão 172/2021-TCU-Plenário, no que se refere à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia e ao Conselho Nacional de Justiça;

c) considerar não implementadas as recomendações contidas nos itens 9.2, 9.4 e 9.9 do Acórdão 2.037/2019-TCU-Plenário, com redação alterada pelo Acórdão 172/2021-TCU-Plenário, no que se refere ao Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerar parcialmente implementada a recomendação contida no item 9.3 e implementada a recomendação contida no item 9.5, ambas do Acórdão 2.037/2019-TCU-Plenário, no que se refere ao Senado Federal;

e) considerar implementada a recomendação contida no item 9.3 e insubsistente a recomendação contida no item 9.5, ambas do Acórdão 2.037/2019-TCU-Plenário, no que se refere à Câmara dos Deputados;

f) considerar parcialmente implementada a recomendação contida no item 9.3 e não implementada a recomendação contida no item 9.5, ambas do Acórdão 2.037/2019-TCU-Plenário, no que se refere ao Tribunal de Contas da União;

g) considerar implementadas as recomendações contidas nos itens 9.7 e 9.8 do Acórdão 2.037/2019-TCU-Plenário, endereçadas, respectivamente, à Advocacia-Geral da União e à Controladoria-Geral da União.

1. Processo TC-006.713/2021-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União; Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Controladoria-geral da União; Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Mp; Ministério da Economia; Secretaria de Governo Digital; Senado Federal; Tribunal de Contas da União.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução de peça 69 à Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais da Secretária Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, à Advocacia-Geral da União, à Controladoria-Geral da União, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao Tribunal de Contas da União; e arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, III, do RITCU.

ACÓRDÃO Nº 279/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento da determinação constante do item 9.3 do Acórdão 2443/2021-TCU-Plenário, que tratou da representação acerca de irregularidades que teriam ocorrido no Pregão Eletrônico 45/2020, promovido pelo Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro do Comando da Aeronáutica para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos para a Odontoclínica de Aeronáutica do Aeroporto Santos Dumont.

Considerando que por meio do Acórdão 2443/2021-TCU-Plenário, foi exarada a seguinte medida:

"9.3. determinar ao Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro, com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução - TCU 315/2020, que, no prazo de quinze dias, adote providências quanto ao item abaixo, e informe ao TCU os encaminhamentos realizados:

9.3.1. promova a anulação da decisão da autoridade competente que reformou a decisão do pregoeiro quanto à habilitação da licitante Delurb Ambiental Ltda. no Pregão 45/2020, que ofertou o menor preço, com a consequente habilitação da citada Empresa, tendo em vista que a apresentação, em sede de diligência, do CAT 24097/2021 pela Empresa Delurb, emitido em 9/3/2021, destinado a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública, não se configura motivo plausível para a inabilitação do licitante, conforme entendimento firmado no Acórdão 1.211/2021-TCU-Plenário, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues;"

Considerando que a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) considerou que a determinação supracitada foi atendida, uma vez que a inabilitação da empresa Delurb foi anulada, conforme documentos às peças 14 e 15 deste feito, tendo o Pregão Eletrônico para Registro de Preços 45/2020 prosseguido com a participação dessa empresa;

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c arts. 143, inciso V, alínea "a", e 243 do Regimento Interno do TCU, em:

considerar atendida a medida constante do item 9.3 do Acórdão 2443/2021-TCU-Plenário;

dar ciência deste Acórdão, acompanhado da instrução de peça 18, ao Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP-RJ); e

arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-042.168/2021-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.4. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 280/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa licitante Norte Serviços de Engenharia Ltda-ME (CNPJ 26.588.861/0001-26) a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), relacionadas ao RDC eletrônico 4/2021, destinado a contratar empresa especializada na execução de serviços de recomposição do muro e construção de cerca patrimonial, no perímetro total do campus sede da Ufam, em Manaus/AM, com preços estimados em R$ 775.508,79 (peça 2, p. 59).

Considerando que a Representante noticia supostas irregularidades em sua inabilitação no certame, resultante do provimento de recurso interposto por outra licitante (Construtora JEP - Construção e Projeto Civil Ltda.), no qual alegou-se que a representante não havia cumprido os requisitos previstos nos itens 9.5.4.3 e 9.5.4.4 do edital por supostamente "não comprovar que executou obras de parcela de maior relevância quanto ao objeto do edital", respectivamente execução de muros de divisa em alvenaria com fundação em estrutura de concreto e cerca com mourões e arame, além de que os responsáveis técnicos da representante não apresentaram certidões de acervo técnico (CATs) que comprovassem a execução dos itens de maior relevância quanto ao objeto da licitação - item 9.5.4.8;

Considerando que a decisão do pregoeiro fora mantida mesmo após recurso interposto ao Reitor da Ufam (peça 2, p. 4), e que a Representante aponta a Resolução 1.025/2009 do Confea e de entendimentos desta Corte que indicariam a ilegalidade em sua inabilitação;

Considerando, inicialmente, que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, haja vista a matéria ser de competência do Tribunal, referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como encontrar-se acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade;

Considerando que a análise perfunctória empreendida pela Selog, com fundamento na Resolução TCU 259/2014, art. 106, não confirmou a existência de indício de irregularidade, porquanto em tese seria legítimo exigir, para fins de habilitação técnico-operacional das licitantes em certames visando a contratação de obras públicas e serviços de engenharia, atestados em nome da licitante, acompanhados das respectivas certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) em nome dos profissionais vinculados aos atestados, consoante dispõe, por exemplo, o Acórdão 2.326/2019 - TCU - Plenário;

Considerando, nesse sentido, a alegação da Ufam de que a Representante não apresentou o registro no Crea do CAT do "profissional técnico responsável pela obra da Eletrobrás e nem do TRF1, cujos objetos seriam preponderantes para atestar a capacidade técnica do objeto solicitado por este certame" (peça 2, p. 72);

Considerando, também, a reduzida diferença de preço entre a proposta da representante e a proposta da empresa declarada vencedora, de R$ 4.245,34 (peça 8, p. 1), reduzindo a materialidade de eventual irregularidade, ainda que fosse comprovada;

Considerando, ainda, a ausência de indicação de má-fé dos integrantes da Ufam ou de outro fato grave capaz de macular o certame;

Considerando, afinal, a instrução técnica de peças 9-10,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, sem julgamento de mérito, por não estarem presentes os requisitos de risco, materialidade e relevância que ensejem a atuação do Tribunal;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela empresa Norte Serviços de Engenharia Ltda-ME, tendo em vista a inexistência de pressuposto necessário para adoção da referida medida;

c) encaminhar cópia desta deliberação e da instrução de peça 9 ao Representante e à UFAM;

d) arquivar os presentes autos, sem análise de mérito, com fundamento no art. 106, § 4°, inciso II, da Resolução 259/2014, e art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-000.055/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.5. Representação legal: Heirivalter Batista Gomes, representando Norte Servicos de Engenharia Ltda.

ACÓRDÃO Nº 281/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Manaus/AM, relacionadas ao Pregão Eletrônico 257/2021 - CML/PM, cujo objeto é a contratação de serviço de locação de veículo automotor tipo ônibus, com motorista e monitor, para atender as necessidades das unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Manaus.

Considerando que a representante alega, em síntese, que: (i) apesar de ter oferecido a melhor proposta de preços, foi equivocadamente inabilitada na licitação em decorrência de vícios na planilha de composição de custos, os quais, segundo entende, seriam sanáveis; (ii) não houve oportunidade de sanear sua proposta, que seria exequível e mais vantajosa à Administração; e (iii) há falhas nas propostas dos dois concorrentes declarados vencedores dos lotes que compõem o objeto do certame;

Considerando que o peticionante solicita a suspensão cautelar inaudita altera pars dos atos administrativos tendentes à contratação dos concorrentes declarados vencedores e, no mérito, requer o reconhecimento das ilegalidades relatadas, para que se determine à Comissão Municipal de Licitação que proceda à anulação da decisão que habilitou tais concorrentes, tornando sem efeitos os atos subsequentes, bem como à realização da diligência para correção das planilhas de composição de custos e demonstração da exequibilidade da sua proposta, como medida apta a sanear o certame e afastar a nulidade absoluta que no momento macula a contratação;

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

Considerando que, conquanto a matéria seja de competência do TCU por referir-se à gestão de recursos federais, em relação ao Fundeb o entendimento do Tribunal, exarado no paradigmático Acórdão 1.765/2010-TCU-Plenário, é no sentido de que, em se tratando de irregularidades em procedimentos licitatórios, na execução contratual, na execução orçamentária e financeira ou, ainda, em procedimentos administrativos de contratação e pagamento de pessoal, devem os autos ser encaminhados ao tribunal de contas que, por natureza, examina os atos de gestão do administrador municipal ou estadual e aprecia as suas contas, principalmente quando se tratar de ato do qual não se vislumbra de imediato resultado danoso ao fundo, para que o referido órgão de controle externo avalie os procedimentos a serem adotados;

Considerando, dessa forma, que, no presente caso, estando as irregularidades noticiadas relacionadas com a gestão financeira dos recursos do referido fundo e, tendo em vista o entendimento consolidado no TCU de que, nestes casos, a responsabilidade pela fiscalização e apuração, no primeiro momento, cabe ao tribunal de contas do local, mostra-se mais indicado nesta fase, por questões de racionalidade administrativa e de economia processual, o encaminhamento de cópia dos autos ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM, para a adoção das providências sob sua alçada, restando prejudicado o exame de mérito do feito;

Considerando que, ainda que se fosse enfrentar o mérito da questão nestes autos, a Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação) entende que não se configura situação que enseje a concessão de medida cautelar, porquanto não resta clara a presença do fumus boni iuris, em especial considerando-se o teor do parecer jurídico que apreciou o recurso administrativo apresentado pelo licitante, o qual, conforme já comentado nos itens 4 a 6, refutou todas as supostas irregularidades apontadas, bem como o periculum in mora foi atenuado em virtude da ação judicial ingressada pelo próprio representante junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM (processo 0776734-28.2021.8.04.0001), que resultou em liminar concedida para suspender o andamento procedimento licitatório (peça 5);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV; 143, inciso V, alínea "a"; 235 e 237, inciso VII, todos do Regimento Interno/TCU, em:

conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993) e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la prejudicada;

indeferir o pedido de medida de cautelar formulado na representação, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida;

enviar cópia dos presentes autos ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM, para a adoção das providências sob sua alçada;

enviar cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica de peça 7, à representante e à Prefeitura de Manaus/AM; e

arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-000.493/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Manaus - AM.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.5. Representação legal: Marcos Levi de Oliveira de Lima (14.731/OAB-AM), Ana Carolina Costa Ortiz (12.390/OAB-AM), Ana Cecilia Ortiz e Silva (8.387/OAB-AM), Ivair Ferreira e outros, representando Millennium Locadora Ltda.

ACÓRDÃO Nº 282/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Presencial 034/2021, processo 98/2021, realizado pela Prefeitura Municipal de Nhandeara/SP, tendo por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar intramunicipal, no ano de 2022, conforme condições e especificações constantes do termo de referência anexo ao edital (peça 9), com custo total estimado em R$ 3.503.468,96.

Considerando que a Representante, licitante no referido certame, noticiou a existência de possíveis irregularidades relacionadas à modalidade licitatória, ao processo do recurso administrativo da Representante pela pregoeira, ao desrespeito ao prazo mínimo entre a data da divulgação do edital e a data da sessão de apresentação de proposta, à ausência de autorização do prefeito municipal para abertura do processo licitatório e à sua desclassificação alegadamente indevida;

Considerando que, segundo informações obtidas pela unidade técnica, a fonte de recurso oriunda da União, entre as demais fontes a serem a utilizadas na contratação, serão Quotas do Salário Educação (QSE) repassadas pelo FNDE ao município, no valor estimado de R$ 172.762,40 (peça 16 e peça 5, p. 4);

Considerando os entendimentos desta Corte de que as Quotas do Salário Educação (QSE) passam a pertencer ao patrimônio da municipalidade quando transferidos, a exemplo do Acórdão 4.592/2016-TCU-Primeira Câmara;

Considerando, afinal, a instrução da unidade técnica de peça 42,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em: não conhecer a presente documentação como representação, por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do Tribunal e no art. 103, §1º, da Resolução-TCU 259/2014; encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da unidade técnica de peça 42, bem como das demais peças que compõem o presente processo ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), para que sejam adotadas as providências que entender necessárias; encaminhar cópia deste Acórdão e da instrução de peça 42 à Representante.

1. Processo TC-000.707/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nhandeara - SP.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1 determinar o arquivamento deste processo, com fundamento no parágrafo único do art. 237, c/c o parágrafo único do art. 235, do Regimento Interno do TCU, e no art. 105 da Resolução-TCU 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 283/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do Acórdão 1231/2017-Plenário, proferido em processo de representação a respeito de possíveis irregularidades, ocorridas no Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, relacionadas ao Contrato 28/2010, firmado com o Instituto Base de Conteúdos e Tecnologias Educacionais Ltda. - Ibac, no valor de R$ 5.984.300,00, tendo por objeto a contratação de empresa para operacionalização do Programa Proficiência.

Considerando que o item 9.7 do referido acórdão determinou à Selog que se certificasse "quanto ao recolhimento, noticiado no memorial acostado aos autos (peça 77) e comprovado por recibo (p. 43 da referida peça), da quantia de R$ 13.773,75 (treze mil, setecentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos), referente à Nota Fiscal 349, de 28/09/2012, relativa à cobrança pela execução do item "3.7.2 - Desenvolvimento do sistema de consulta on-line dos certificados", que já fora realizada pela contratada e pago pelo Cofen em 254/11/2010;

Considerando que a empresa contratada, Instituto Base de Conteúdos e Tecnologias Educacionais Ltda. - Ibac, apresentou recibo de recolhimento, junto ao Cofen, do valor de R$ 19.617,85, referente ao valor original de R$ 13.773,75 atualizado até setembro de 2016;

Considerando que o Cofen, respondendo a consulta encaminhada pela unidade técnica, reconheceu referido recolhimento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, por unanimidade, em:

considerar integralmente atendida a determinação contida no item 9.7 do Acórdão 1231/2017-Plenário;

dar ciência ao Cofen do presente acórdão;

arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, V, do RI/TCU.

1. Processo TC-021.899/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 020.383/2020-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 021.400/2017-2 (SOLICITAÇÃO); 033.472/2018-1 (SOLICITAÇÃO); 020.402/2020-1 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Cláudio Roberto Rebelo de Souza (008.964.387-91); Fabiano Assad Guimaraes (023.083.579-16); Joaby Gomes Ferreira (458.525.375-00); Júlio Lima Toledo (042.954.467-77); Marcelo Ribeiro Medeiros (013.212.737-70); Márcia Cristina Krempel (481.406.949-91); Shigeru Tsuchiya (764.507.248-20).

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Enfermagem.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: Mário Gonçalves de Menezes (2876/OAB-DF) e Adriana Andreia de Souza Salvador Ferraz (13620/OAB-DF), representando Cláudio Roberto Rebelo de Souza; Rayssa Martins da Silva (12.747/OAB-DF), Luiz Fernando de Assis Gomes de Oliveira (12.733/OAB-DF) e outros, representando Marcelo Ribeiro Medeiros; Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29.760/OAB-DF), Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (51.623/OAB-DF) e outros, representando Conselho Federal de Enfermagem.

ACÓRDÃO Nº 284/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40, inciso I, da Resolução/TCU 259/2014, e considerando o cumprimento da determinação constante do subitem 9.3.2 do Acórdão 3.258/2020 - Plenário, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-033.697/2019-1 (Relatório de Auditoria), sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado do Amazonas, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-011.745/2021-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado do Amazonas - Sesi/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.6. Representação legal: Joao Roberto dos Anjos Filho (12389/OAB-AM), representando Departamento Regional do Sesi no Estado do Amazonas.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 285/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40, inciso I, da Resolução/TCU 259/2014, em apensar o presente processo ao TC-010.815/2020-1 (Representação), de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-014.492/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (05.340.639/0001-30).

1.2. Órgão/Entidade: Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - Nuclep.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Diego Cunha Brum (145550/OAB-RJ), representando Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 286/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade, e, com fulcro nos arts. 36, 37 e 40, inciso I, da Resolução/TCU 259/2014, apensar o presente processo ao TC-009.045/2021-0 (Representação), sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A e ao representante, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-041.937/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Viver Mais Ltda. - ME (21.188.382/0001-07).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 287/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40, inciso I, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação e apensá-la ao TC-042.705/2021-5 (Desestatização), para que os fatos descritos nesta representação sejam apurados naquele processo, sem prejuízo de que seja dada ciência desta deliberação ao representante, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-043.352/2021-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Presidente do Conselho de Administração das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - Ceasaminas.
1.2. Órgão/Entidade: Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 288/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º da Resolução/TCU 259/2014, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, indeferir, com fulcro no art. 146, § 2º, do Regimento Interno/TCU, o pedido formulado pela representante Phoenix Comercio e Serviços de Limpeza Ltda., de ingresso nos autos como interessada, deferir o pedido formulado pelo Sr. Antonio Dias dos Santos Neto, advogado inscrito na OAB/MG, de solicitação de vista eletrônica dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à Agência Nacional de Transportes Terrestres e à representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-044.889/2021-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Phoenix Comercio e Serviços de Limpeza Ltda. (12.978.051/0001-71).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Antonio Dias dos Santos Neto (104691 /OAB-MG), representando Phoenix Comercio e Serviços de Limpeza Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 289/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 36, 37 e 40, inciso I, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação e apensá-la ao TC-042.148/2021-9 (Representação), de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-045.401/2021-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Kássia Karolliny Ribeiro Camilo (135.310.017-01).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 290/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 103, § 1º, e 106, § 4º, inciso II, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de encaminhar cópia deste processo ao Conselho Federal de Nutricionistas e ao Conselho Regional de Nutricionistas da 3ª Região, para adoção das providências de sua alçada, e enviar cópia desta deliberação ao representante, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-045.597/2021-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Modulo Security Solutions S/A. (28.712.123/0001-74).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região (SP e MS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Roberto Liporace Nunes da Silva (43665/OAB-DF), representando Modulo Security Solutions S/A.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 291/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia desta deliberação ao 7º Depósito de Suprimento e ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-045.696/2021-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Alexandre Pena Maia - ME (14.123.404/0001-87).
1.2. Órgão/Entidade: 7º Depósito de Suprimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: David de Vargas D Avila (65590/OAB-RS), representando Alexandre Pena Maia.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 292/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 36, 37 e 40, inciso I, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação e apensá-la ao TC-045.783/2021-7 (Representação), sem prejuízo de que seja dada ciência desta deliberação à representante, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-045.828/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Transportadora Abreu e Souza Ltda. (03.037.450/0001-47).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Rodrigo Otavio Alves Leite Martins, OAB/MG 98.982, e outros..
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 293/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, V, "e", do RI/TCU, e na solicitação e justificativa formulada pela unidade instrutiva (peça 4), ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do término do anteriormente fixado, o prazo para que a SecexAgroAmbiental apresente os estudos a fim de aprimorar a metodologia de apuração do Índice de Implementação e Gestão de Áreas Protegidas (INDIMAPA), autorizados pelo Plenário em atendimento à comunicação proferida pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira, na Sessão ordinária de 9/6/2021.

1. Processo TC-001.379/2022-4 (ADMINISTRATIVO)
1.1. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
1.4. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 294/2022 - TCU - Plenário

Considerando que se encontra pendente de apreciação pelo TCU o processo de pensão militar (TC 022.001/2021-2), relativamente à beneficiária citada nos presentes autos,

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU, dos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 e de acordo com o parecer da Sefip emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente denúncia, para determinar à Sefip que apense definitivamente o presente processo ao TC 022.001/2021-2, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 12), ao denunciante e ao Centro de Pagamento do Exército.

1. Processo TC-026.117/2021-5 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão: Centro de Pagamento do Exército.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 295/2022 - TCU - Plenário

Considerando que a presente representação não atende aos requisitos previstos no exame sumário disposto no art. 106 da Resolução - TCU 259/2014, alterada pela Resolução - TCU 323/2020, conforme exame realizado no parecer do diretor da unidade instrutiva (peça 26);

Considerando, também, conforme examinado na instrução de peça 25, o não cumprimento dos requisitos previstos no art. 276 do RI/TCU para a adoção da medida cautelar solicitada pelo representante;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, considerar prejudicada a continuidade do seu exame, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instruções da unidade técnica (peças 25-26), à representante, e ao Sebrae/AM, juntamente com cópia da representação, peça 1.

1. Processo TC-000.382/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Speedy Representações Comércio e Serviços de Automóveis Eireli (CNPJ 36.544.507/0001-53).
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 40 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado eletronicamente)
LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 16 de fevereiro de 2022.

(Assinado eletronicamente)

BRUNO DANTAS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

ATA Nº 5, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022
(Sessão Extraordinária Telepresencial)

Presidência: Ministro Bruno Dantas (Vice-Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Alden Mangueira de Oliveira
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

Às 16 horas, o Presidente declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes, em férias, a Ministra Ana Arraes e o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSO APRECIADO DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu o Acórdão de nº 296, incluído no Anexo I desta Ata, juntamente com o relatório e os votos em que se fundamentou.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo TC-008.845/2018-2 (Ata nº 49/2021), cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz e revisor é o Ministro Vital do Rêgo. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 296, sendo vencedora a proposta apresentada pelo relator, que foi acompanhado pelos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Jorge Oliveira. Vencido o revisor, Ministro Vital do Rêgo, e o Ministro Raimundo Carreiro, que havia registrado seu voto na sessão de 15 de dezembro de 2021.

ACÓRDÃO APROVADO

ACÓRDÃO Nº 296/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.845/2018-2.
1.1. Apensos: TC 003.702/2018-9, TC 013.300/2021-0, TC 017.494/2021-4 e TC 025.670/2021-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Desestatização.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Ministério da Economia (ME) e Ministério de Minas e Energia (MME).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).
8. Representação legal:
8.1. Bruno Jugend (OAB/PR 49.045 e OAB/DF 41.441) e outros, representando o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal (procurações às peças 3 e 19) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Maranhão (procuração à peça 18);
8.2. Melissa Monte Stephan (OAB/RJ 118.596), Saulo Benigno Puttini (OAB/DF 42.154) e outros, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (procuração e substabelecimento às peças 155 e 156).
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam da Desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, 34 e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16/7/1992, combinados com os arts. 250, incisos II e III, 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU e com a Resolução-TCU 315, de 22/4/2020, em:
9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) em face do despacho de peça 287, acolhendo-os parcialmente e concedendo-lhes efeitos infringentes, de modo que o prazo de 15 (quinze) dias fixados para que os amici curiae assim admitidos nos presentes autos apresentem, caso queiram, contribuições para o adequado deslinde das questões que ainda serão tratadas na próxima fase processual destes autos de desestatização seja contado da data em que esses amici curiae forem notificados acerca da completude da documentação que cabe ao Poder Concedente juntar a este processo;
9.2. sem prejuízo à continuidade do processo de desestatização em tela, determinar:
9.2.1. ao Ministério de Minas e Energia que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Acórdão, apresente estudos quanto aos impactos econômicos e financeiros de médio e de longo prazo que serão causados aos consumidores de energia elétrica dos mercados cativo e livre em decorrência do bônus de outorga a que se refere o art. 4º, inciso II, da Lei 14.182, de 12/7/2021, de modo que a sociedade e os consumidores possam ter ciência desses impactos;
9.2.2. ao Conselho Nacional de Política Energética que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste decisum, apresente a motivação para as seguintes escolhas públicas trazidas em sua Resolução nº 15, de 31/8/2021:
9.2.2.1. o imediato "livre dispor da energia" oriunda das usinas de Curuá-Una e Mascarenhas de Moraes, antes de todas as demais UHEs contempladas no projeto em tela, considerando, inclusive, a diretriz legal de descotização "gradual e uniforme" prevista no art. 5º, § 1º, inciso III, da Lei 14.182/2021;
9.2.2.2. o escalonamento da descotização no prazo mínimo legalmente definido, em vez de qualquer outro prazo contido naquele intervalo; e
9.2.2.3. adiantamento de R$ 5 bilhões a título de aporte na Conta de Desenvolvimento Energético ainda em 2022, em descompasso cronológico e financeiro relativamente à agenda de descotização estipulada pela própria Resolução-CNPE nº 15/2021;
9.3. recomendar ao Ministério de Minas e Energia que:
9.3.1. inclua no instrumento contratual de outorga das usinas da Eletrobras a que se refere o art. 2º da Lei 14.182, de 12/7/2021, cláusula que estabeleça como obrigatória a realização de estudos para definição dos respectivos aproveitamentos ótimos, a serem submetidos à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), fazendo constar da referida cláusula os custos associados na modelagem econômico-financeira para o cálculo do valor de outorga, se assim entender necessário;
9.3.2. complemente os cômputos registrados no Cálculo de Montante de Garantia Física de Energia, passando a considerar valores atualizados para série de vazões dos empreendimentos, para usos consuntivos da água e para parâmetros de aversão a risco dos modelos computacionais de planejamento da operação (CVAR), valendo-se para isso, em especial, das Resoluções nº 92 e 93 editadas pela Aneel em 23/8/2021;
9.3.3. futuramente, ao conduzir a celebração de novos contratos de concessão de usinas hidrelétricas, avalie outros referenciais de preços para a venda de energia no ambiente de contratação livre que não sejam voláteis e dependentes das declarações de agentes do setor;
9.3.4. mantenha a referência para o preço da energia de curto prazo no valor inicialmente adotado, de R$ 233/MWh;
9.3.5. caso os Projetos de Lei 2.337/2021 e/ou 3.887/2020 sejam sancionados antes da data fixada para a realização da oferta pública de ações da Eletrobras, incorpore ao valor adicionado dos novos contratos celebrados referentes às usinas constantes do art. 2º da Lei 14.182/2021 os benefícios tributários decorrentes da nova legislação;
9.3.6. avalie a conveniência e a oportunidade de incluir, nos novos contratos celebrados referentes às usinas constantes do art. 2º da Lei 14.182/2021, cláusula de compartilhamento dos benefícios tributários advindos da sanção da reforma tributária aos seus valores adicionados;
9.3.7. considerando que a comercialização de lastro de potência já está sendo praticada no setor elétrico brasileiro e tendo em vista as alterações legislativas e normativas em curso relacionadas a essa componente, avalie a conveniência e a oportunidade de:
9.3.7.1. incorporar ao valor adicionado à Eletrobras pelos novos contratos das usinas alcançadas pelo art. 2º da Lei 14.182/2021 as projeções de receitas auferíveis com a comercialização de reserva de capacidade, na forma de potência, dessas usinas;
9.3.7.2. na impossibilidade de acolhimento da recomendação a que se refere o subitem 9.3.7.1 supra, incluir nos mencionados novos contratos de concessão cláusula que condicione expressamente a comercialização, pelas respectivas usinas, da componente de reserva de capacidade, na forma de potência, à celebração de aditivos contratuais a serem previamente negociados com o Poder Concedente, nos quais esteja devidamente prevista e quantificada a remuneração da União por esse aditamento;
9.4. recomendar ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério de Desenvolvimento Regional e ao Comitê Interministerial de Governança que instituam instrumentos de governança para o funcionamento dos comitês gestores previstos nos arts. 6º, 7º e 8º da Lei 14.182/2021 a fim de assegurar, no mínimo, formas de acompanhamento de resultados, soluções para melhoria do desempenho das organizações e instrumentos de promoção de processo decisório fundamentado em evidências, nos termos do Decreto 9.203, de 22/11/2017;
9.5. dar ciência desta decisão ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério da Economia, alertando-os sobre os seguintes fatos relevantes:
9.5.1. é necessária a classificação das informações encaminhadas em atendimento aos processos de desestatização previstos na Instrução Normativa-TCU 81, de 20/6/2018, pelo tipo de informação exigida nos arts. 3º, 4º e 5º, conforme o caso, fazendo constar justificativa quanto ao não atendimento de algum dos dispositivos mencionados;
9.5.2. quando da próxima apreciação deste TC 008.845/2018-2 por este Tribunal de Contas, serão verificadas as falhas e oportunidades de melhoria que, tendo sido apontadas pela SeinfraElétrica, não foram alvo de determinações ou recomendações na presente deliberação porque o próprio Ministério, por intermédio de sua Secretária Executiva, comprometeu-se formalmente, nos termos dos Ofícios nº 424/2021/SE-MME (peça 197) e nº 539/2021/SE-MME (peça 261), a fazer os devidos ajustes;
9.5.3. deverão ser devidamente motivadas as decisões tomadas em cumprimento às determinações objeto do subitem 9.2, assim como eventuais não acolhimento das recomendações constantes dos subitens 9.3 e 9.4, devendo, ainda, em qualquer desses casos, ser indicadas as autoridades, servidores e pareceristas envolvidos nessas tomadas de decisão;
9.5.4. dada a complexidade e relevância nacional do processo de desestatização em tela, não serão relevadas no presente caso, conforme já ressaltou o relator do feito em despacho datado de 1º/7/2021 (peça 97), as regras estipuladas pela IN-TCU 81/2018, em especial por seu art. 9º, §§ 1º, 4º, 5º, 7º e 9º, relativamente a critérios de contagem de prazo para manifestação do TCU, assim como as hipóteses de suspensão desse prazo;
9.6. restituir os autos à SeinfraElétrica para que seja dada continuidade, com a celeridade que o caso requer, à instrução do presente processo de desestatização.

10. Ata n° 5/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0296-05/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Vital do Rêgo (Revisor), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro presente que não participou da votação: Antonio Anastasia.
13.3. Ministro com voto vencido: Vital do Rêgo.
13.4. Ministro com voto vencido que votou na sessão de 15/12/2021: Raimundo Carreiro
13.5. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 19 horas e 7 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidência e homologada pelo Plenário.

(Assinado eletronicamente)
LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 16 de fevereiro de 2022.

(Assinado eletronicamente)

BRUNO DANTAS
Vice-Presidente
No exercício da Presidência

1ª CÂMARA

ATA Nº 3, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022
(Sessão Telepresencial)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária da Primeira Câmara: AUFC Aline Guimarães Diógenes

Às 15 horas, o Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 2, referente à sessão telepresencial realizada em 8 de fevereiro de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-010.255/2016-8, TC-017.924/2020-0, TC-017.941/2020-2, TC-017.956/2020-0 e TC-036.595/2021-7, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-018.742/2015-7 e TC-022.853/2015-4, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-002.567/2020-2, TC-011.432/2020-9, TC-012.859/2017-6, TC-015.514/2020-0, TC-021.155/2019-4, TC-031.828/2018-3, TC-039.252/2019-1 e TC-047.761/2020-2, cujo Relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-005.872/2017-0 e TC-040.196/2021-6, cujo Relator é o Ministro Jorge Oliveira;

TC-040.950/2021-2, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

TC-008.166/2017-0, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 847 a 978.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 776 a 846, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 776/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.607/2021-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: José Maria de Abreu Filho (338.676.317-00).
4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria de ex-servidor do Comando da Marinha,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III, na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, e no Regimento Interno deste Tribunal, art. 260, § 5º, em:
9.1. considerar prejudicado o exame do ato de aposentadoria do sr. José Maria de Abreu Filho;
9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios sociais que autue, no prazo de trinta dias, processo com o ato de pensão instituída pelo sr. José Maria de Abreu Filho (e-Pessoal 84112/2021) e examine a legalidade do cômputo do tempo de atividade insalubre para o interessado, caso tenha reflexo nos proventos de pensão, com base nos elementos que vierem a ser encaminhados pelo órgão de origem;
9.3. determinar ao Comando da Marinha que esclareça, no prazo de trinta dias:
9.3.1. a natureza do emprego para o qual foi originalmente contratado o sr. José Maria de Abreu Filho, fazendo juntar os elementos pertinentes, inclusive o contrato de trabalho celebrado;
9.3.2 a natureza das atividades desenvolvidas pelo interessado de 15/4/1976 a 11/12/1990, de modo a demonstrar que eram exclusivas de engenheiro civil e que requeriam tal habilitação, inclusive com registro junto ao Conselho Regional de Engenharia.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0776-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 777/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 038.758/2020-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Reforma.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Amarildo da Conceição (040.452.908-93); Edilau Ferreira Nunes (748.963.937-91); José Carlos da Silva (047.661.562-34); Lindberg Figueiredo da Cunha (032.539.537-34); Luiz Antônio Ferreira (781.254.807-49); Manoel Isidro de Miranda Neto (347.255.397-91); Márcio Franco Mourão dos Santos (346.439.747-53); Normando Gomes da Silva (204.090.367-49); Roque da Silva Matos (737.642.647-72); Sebastião Cruz Ramos (606.010.517-34).
4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de reforma de ex-militares do Comando da Marinha,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal e 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar legais as concessões de reforma dos srs. Amarildo da Conceição, Edilau Ferreira Nunes, José Carlos da Silva, Lindberg Figueiredo da Cunha, Luiz Antônio Ferreira, Manoel Isidro de Miranda Neto, Márcio Franco Mourão dos Santos, Roque da Silva Matos e Sebastião Cruz Ramos e determinar o registro dos respectivos atos;
9.2. considerar ilegal o ato de alteração de reforma do sr. Normando Gomes da Silva e a ele negar registro;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo sr. Normando Gomes da Silva, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.4. determinar ao Comando da Marinha que:
9.4.1. dê ciência desta deliberação ao sr. Normando Gomes da Silva no prazo de quinze dias e faça juntar o comprovante de notificação a estes autos nos quinze dias subsequente;
9.4.2. faça cessar, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos termos do inciso IX do art. 71, da Constituição Federal e do art. 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.4.3. alerte o sr. Normando Gomes da Silva de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.5. determinar à Sefip que reveja as críticas automáticas para evitar que situações tais como a que ocorreu com o ato de interesse do sr. Normando Gomes da Silva se repitam.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0777-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 778/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.884/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsáveis: Luiz Cavalcante E Menezes (082.287.524-15); Odival Jose de Andrade (131.669.723-15).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Piripiri - PI.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Pablo Rodrigues Reinaldo (10.049 OAB-PI), Danielle Maria de Sousa Assunção (7.707/OAB-PI) e Valber de Assunção Melo (1.934/OAB-PI), representando Odival Jose de Andrade;
8.2. Antônio Carlos Araújo Sousa (6.089/OAB-PI), representando Luiz Cavalcante e Menezes.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Município de Piripiri - PI por força do programa Projovem Campo no exercício de 2014,
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas do sr. Odival Jose de Andrade, dando-lhe quitação plena;
9.2. julgar irregulares as contas do sr. Luiz Cavalcante E Menezes, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;
9.3. aplicar ao responsável abaixo arrolado a pena de multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, de acordo com o valor indicado:

Responsável	Valor (R$)
Luiz Cavalcante E Menezes	15.000,00

9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável de que trata o subitem anterior comprove, perante o Tribunal (arts. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, quando paga após seu vencimento, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.6. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, incidindo, sobre cada parcela, os correspondentes acréscimos legais, alertando os responsáveis de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU;
9.7. dar ciência deste acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0778-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 779/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.112/2015-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Valentina de Fátima Dragoni (353.713.151-87); Cely Maria Auxiliadora Barros Almeida (620.923.911-00); Associação Brasileira Profissionalizante Cultural e de Preservação do Meio Ambiente (02.516.389/0001-58); Gemini Projetos, Incorporações e Construções Ltda. (00.311.076/0001-38); e Correnge Construtora Ltda. (00.545.527/0001-00)

4. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: Marcos Dantas Teixeira (OAB/MT 3.850), Goulth Valente Souza Figueiredo (OAB/MT 7.082), Hélio Nishiyama (OAB/MT 12.919) e Fernando Biral Freitas (OAB/MT 12.678/A).

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em razão de irregularidades na execução do Convênio 54/2002,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir da relação processual as empresas Gemini Projetos, Incorporações e Construções Ltda. (00.311.076/0001-38) e Correnge Construtora Ltda. (00.545.527/0001-00);

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do RITCU, julgar irregulares as contas das sras. Valentina de Fátima Dragoni (353.713.151-87) e Cely Maria Auxiliadora Barros Almeida (620.923.911-00) e da Associação Brasileira Profissionalizante Cultural e de Preservação do Meio Ambiente (02.516.389/0001-58), condenando-as ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2.2. débito relacionado solidariamente às responsáveis Valentina de Fátima Dragoni (353.713.151-87), Cely Maria Auxiliadora Barros Almeida (620.923.911-00) e à Associação Brasileira Profissionalizante Cultural e de Preservação do Meio Ambiente (02.516.389/0001-58):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
30/12/2007	277.298,72

9.2.3. débito relacionado solidariamente à responsável Cely Maria Auxiliadora Barros Almeida (620.923.911-00) e à Associação Brasileira Profissionalizante Cultural e de Preservação do Meio Ambiente (02.516.389/0001-58):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
15/01/2007	18.000,00
22/12/2006	24.580,00
02/03/2007	20.640,00

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovação perante o Tribunal do recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovação do recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar as responsáveis de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RITCU; e

9.7. dar ciência do presente acórdão às responsáveis e ao FNDE.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0779-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 780/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.816/2019-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Arnaldo Gomes de Sousa (406.006.023-20).

4. Entidades: Município de Altamira do Maranhão - MA e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Altamira do Maranhão/MA, por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2012,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Arnaldo Gomes de Sousa, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.2. condenar o responsável designado no subitem anterior ao pagamento das quantias abaixo indicadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir da data correspondente até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
28/3/2012	17.910,00
3/4/2012	17.910,00
30/4/2012	17.910,00
4/6/2012	17.910,00
3/7/2012	19.894,00
2/8/2012	19.894,00
5/9/2012	19.894,00
2/10/2012	19.894,00
5/11/2012	19.894,00
4/12/2012	19.894,00

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.4. aplicar ao Sr. Arnaldo Gomes de Sousa a multa de R$ 160.000,00, com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992;

9.5. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das datas da notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal (arts. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento da aludida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, quando paga após seu vencimento, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. dar ciência deste acórdão ao responsável, à Prefeitura e à Câmara Municipal de Altamira do Maranhão/MA, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, neste caso, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0780-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 781/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.001/2020-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Clecio Aragao Biscassi (159.261.498-19).

4. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em desfavor de Clécio Aragão Biscassi (CPF: 159.261.498- 19), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por meio do Termo de concessão de auxílio financeiro 007246/2019-17, firmado com a referida entidade, cujo objeto consistia em um "Sistema Eletrônico Sem Fio para Automação Residencial (Domótica) e Comercial Baseado no Padrão ZigBEE",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel o responsável Clécio Aragão Biscassi (CPF: 159.261.498-19), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Clécio Aragão Biscassi (CPF: 159.261.498-19), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira do Cnpq - Mct, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Débitos relacionados ao responsável Clécio Aragão Biscassi (CPF: 159.261.498-19):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
4/10/2006	1.521,30	Débito
6/11/2006	1.521,30	Débito
4/12/2006	1.521,30	Débito
4/1/2007	1.521,30	Débito
2/2/2007	1.521,30	Débito
5/3/2007	1.521,30	Débito
4/4/2007	1.521,30	Débito
3/5/2007	1.521,30	Débito
4/6/2007	1.521,30	Débito
4/7/2007	1.521,30	Débito
2/8/2007	1.521,30	Débito
3/9/2007	1.521,30	Débito
1/10/2007	1.521,30	Débito
3/4/2008	475,41	Crédito
3/4/2008	475,41	Crédito
3/4/2008	475,41	Crédito
3/4/2008	475,41	Crédito
3/4/2008	475,41	Crédito
3/4/2008	475,41	Crédito
3/4/2008	475,41	Crédito
3/4/2008	475,41	Crédito
3/4/2008	475,41	Crédito
3/4/2008	475,41	Crédito
3/4/2008	475,41	Crédito
3/4/2008	475,41	Crédito
3/4/2008	475,41	Crédito
4/10/2006	300,00	Débito
6/11/2006	300,00	Débito
30/11/2006	300,00	Débito
4/1/2007	300,00	Débito
4/4/2007	300,00	Débito
5/11/2007	1.045,89	Débito
4/12/2007	1.045,89	Débito
27/12/2007	1.045,89	Débito
6/2/2008	1.045,89	Débito
5/3/2008	1.045,89	Débito
3/4/2008	1.045,89	Débito
4/10/2006	1.521,30	Débito
6/11/2006	1.521,30	Débito
4/12/2006	1.521,30	Débito
28/12/2006	1.521,30	Débito

2/2/2007	1.521,30	Débito
5/3/2007	1.521,30	Débito
4/4/2007	1.521,30	Débito
3/5/2007	1.521,30	Débito
4/6/2007	1.521,30	Débito
4/7/2007	1.521,30	Débito
2/8/2007	1.521,30	Débito
3/9/2007	1.521,30	Débito
1/10/2007	1.521,30	Débito
31/10/2007	475,41	Crédito
31/10/2007	475,41	Crédito
31/10/2007	475,41	Crédito
31/10/2007	475,41	Crédito
31/10/2007	475,41	Crédito
5/11/2007	1.521,30	Débito

4/12/2007	1.521,30	Débito
27/12/2007	1.521,30	Débito
6/2/2008	1.521,30	Débito
5/3/2008	1.521,30	Débito
3/4/2008	1.521,30	Débito
5/5/2008	1.521,30	Débito
2/6/2008	1.521,30	Débito
1/7/2008	1.521,30	Débito
5/8/2008	1.521,30	Débito
1/9/2008	1.521,30	Débito
3/10/2008	1.521,30	Débito
27/10/2008	1.521,30	Débito
3/12/2008	1.521,30	Débito
4/2/2009	3.042,60	Débito
4/3/2009	1.521,30	Débito
4/10/2006	161,00	Débito
6/11/2006	161,00	Débito
30/11/2006	161,00	Débito
4/1/2007	161,00	Débito
4/4/2007	300,00	Débito
31/5/2007	1.200,00	Débito
4/7/2007	300,00	Débito
2/8/2007	300,00	Débito
5/9/2007	300,00	Débito
1/10/2007	300,00	Débito
5/11/2007	300,00	Débito
4/12/2007	300,00	Débito
27/12/2007	300,00	Débito
6/2/2008	300,00	Débito
5/3/2008	300,00	Débito
3/4/2008	300,00	Débito
5/5/2008	300,00	Débito
2/6/2008	300,00	Débito
3/7/2008	300,00	Débito
5/8/2008	300,00	Débito
3/9/2008	300,00	Débito
6/10/2008	300,00	Débito
27/10/2008	300,00	Débito
1/12/2008	300,00	Débito
4/2/2009	600,00	Débito
4/3/2009	300,00	Débito
4/6/2007	4.929,45	Débito
4/7/2007	1.045,89	Débito
2/8/2007	1.045,89	Débito
3/9/2007	1.045,89	Débito
1/10/2007	1.045,89	Débito
5/11/2007	1.045,89	Débito
4/12/2007	1.045,89	Débito
27/12/2007	1.045,89	Débito
6/2/2008	1.045,89	Débito
5/3/2008	1.045,89	Débito
3/4/2008	1.045,89	Débito
5/5/2008	1.045,89	Débito
2/6/2008	1.045,89	Débito
1/7/2008	1.045,89	Débito
5/8/2008	1.045,89	Débito
1/9/2008	1.045,89	Débito
3/10/2008	1.045,89	Débito
27/10/2008	1.045,89	Débito
3/12/2008	1.045,89	Débito
4/2/2009	2.091,78	Débito
4/3/2009	1.045,89	Débito

Valor atualizado do débito (com juros) em 4/2/2021: R$ 319.322,07.

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada uma delas, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao responsável, para ciência.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0781-03/22-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 782/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.179/2021-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Romulo Augusto da Silva Pinto (262.441.790-72).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. Romulo Augusto da Silva Pinto, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o sr. Romulo Augusto da Silva Pinto teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0782-03/22-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 783/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.636/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Carlos Augusto da Silva (226.223.221-00).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Câmara dos Deputados,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. Carlos Augusto da Silva, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. promova a imediata supressão, nos proventos do sr. Carlos Augusto da Silva, da fração de 2/10 de FC-4, haja vista o não implemento, para sua incorporação, do requisito de doze meses de efetivo exercício até a edição da Medida Provisória 2.225-45/2001;

9.3.3. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o sr. Carlos Augusto da Silva teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0783-03/22-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 784/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.338/2021-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Arminda Medeiros (091.243.818-53).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato de alteração de aposentadoria emitido, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em favor da Sra. Arminda Medeiros,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de alteração de aposentadoria da Sra. Arminda Medeiros (091.243.818-53), recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. no prazo de 60 (sessenta) dias, mediante prévia instauração de processo administrativo, assegurando-se à interessada o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, proceda à exclusão da vantagem "opção", tendo em vista a alteração da estrutura remuneratória dos seus proventos, promovida pela Lei 12.774/2012, a qual excluiu aos então ocupantes de função comissionada a faculdade de optar entre os vencimentos de seu cargo efetivo e a remuneração da função;
9.3.3. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0784-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 785/2022 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 044.933/2021-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Pedro Soares dos Santos (133.655.504-10)
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido, no âmbito do Ministério da Saúde, em favor do Sr. Pedro Soares dos Santos,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Pedro Soares dos Santos (133.655.504-10), recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Ministério da Saúde que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0785-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 786/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.414/2018-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).
3.2. Responsável: Nobson Pedro de Almeida (511.576.084-34).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Esperança - PB.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em razão de irregularidades na execução do Convênio 01345/2009, firmado com o município de Esperança/PB, que teve por objeto o apoio à realização do Projeto intitulado "Feira de Comércio, Indústria, Serviços e Artesanato (Fér-Comércio)",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do Sr. Nobson Pedro de Almeida;
9.2. aplicar ao Sr. Nobson Pedro de Almeida a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) , com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.4. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, a atualização monetária, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.5. dar ciência desta deliberação ao Ministério do Turismo e ao responsável.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0786-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 787/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.026/2021-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Edmundo Schmidt de Andrade (013.893.606-44).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.,

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno e em conformidade com a orientação fixada no Acórdão 2.100/2010-Plenário, em:
9.1. determinar à Sefip que providencie a exclusão lógica do ato de concessão tratado neste processo da base de dados do sistema e-Pessoal, por constituir mera duplicidade;
9.2. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
9.3. autorizar o oportuno arquivamento dos autos.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0787-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 788/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.570/2021-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Eliene Maria Gantois Machado Neto (287.508.885-87); Elisabete Costa Medina (262.941.095-15); Elisabete Costa Medina (262.941.095-15); Raimundo Jose Leite Mendes Riccio (115.674.305-20); Raimundo Jose Leite Mendes Riccio (115.674.305-20); Silvana Leticia Vieira Lopes Bandeira de Mello Barbosa (230.916.305-87); Silvana Leticia Vieira Lopes Bandeira de Mello Barbosa (230.916.305-87).
3.2. Recorrentes: Raimundo José Leite Mendes Riccio (115.674.305-20); Silvana Letícia Vieira Lopes Bandeira de Mello Barbosa (230.916.305-87); Elisabete Costa Medina (262.941.095-15).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Romeu da Cunha Gomes (43.513/OAB-BA), representando Silvana Leticia Vieira Lopes Bandeira de Mello Barbosa; Romeu da Cunha Gomes (43.513/OAB-BA), representando Raimundo Jose Leite Mendes Riccio; Romeu da Cunha Gomes (43.513/OAB-BA), representando Elisabete Costa Medina.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedidos de reexame interpostos pelos Srs. Raimundo José Leite Mendes Riccio, Silvana Letícia Vieira Lopes Bandeira de Mello Barbosa e Elisabete Costa Medina contra o Acórdão 8.480/2021-1ª Câmara, que considerou ilegais e negou registro aos seus atos de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência da presente deliberação aos recorrentes e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0788-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 789/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 043.669/2021-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Raymundo Nonnato dos Santos Júnior (359.420.961-04).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato de alteração de aposentadoria emitido, no âmbito da Câmara dos Deputados, em favor do Sr. Raymundo Nonnato dos Santos Júnior,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Raymundo Nonnato dos Santos Júnior (359.420.961-04), recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;
9.3.4. promova o destaque dos "quintos" incorporados em decorrência do exercício de função comissionada posteriormente a 8/4/1998 até 4/9/2001, transformando-os em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme decidido pelo STF no Recurso Extraordinário 638.115;
9.3.5. adote as providências pertinentes no sentido de corrigir os "quintos" incorporados à remuneração do interessado, excluindo reajustes que não decorram de revisão geral de remuneração do funcionalismo federal, desde a edição da Lei 9.527/1997, para as parcelas até então incorporadas e convertidas em VPNI;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0789-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 790/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.808/2018-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsáveis: Construtora Conserve Ltda - Me (04.201.038/0001-83); Domingos Bacelar de Carvalho (200.083.923-15); Francisco Geronço (640.509.552-53).
3.3. Recorrente: Domingos Bacelar de Carvalho (200.083.923-15).
4. Entidade: Município de Porto - PI.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Virgílio Bacelar de Carvalho, OAB/PI n° 2040; Pepita Fernanda Bacelar de Carvalho, OAB/PI n° 18.431 e OAB/PI n° 2040; Agenor Nunes da Silva Neto, OAB/RO n° 5512; e Perpétua do Socorro Carvalho Neta, OAB/PI n° 12.976.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo sr. Domingos Bacelar de Carvalho ao Acórdão 8.876/2021-Primeira Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo sr. Domingos Bacelar de Carvalho para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e à Procuradoria da República no Estado do Piauí.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0790-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 791/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.247/2009-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria (em monitoramento)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Afonso Ilídio Maia (091.228.856-68); Anna Maria Andrada de Pacheco (000.698.246-81); Antônio Marcelino Guerra (109.664.396-00); Custódio Marcos Reis (079.944.606-82); Dulce Olímpio Rodrigues (730.789.216-20); Maria do Carmo Brandão Faria (098.466.706-72).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, em fase de monitoramento dos Acórdãos 5.402/2012- 2ª Câmara e 2.828/2016-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, e no Regimento Interno, art. 243, em:
9.1. considerar parcialmente cumpridas as determinações constantes dos Acórdãos 5.402/2012- 2ª Câmara e 2.828/2016-1ª Câmara;
9.2. determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que:
9.2.1. suspenda, no prazo de quinze dias, o pagamento de toda e qualquer parcela alusiva a horas-extras judiciais à sra. Maria do Carmo Brandão Faria, para dar cumprimento ao Acórdão 5.402/2012-2ª Câmara, tendo em vista a incompatibilidade dessa vantagem com o Regime Jurídico Único e tendo em vista a cláusula rebus sic standibus inerente à coisa julgada nas relações de trato continuado, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no RE 596.663/RJ;
9.2.2. esclareça o pagamento da rubrica relativa a decisão judicial não transitada em julgado, para a inativa Maria do Carmo Brandão Faria, no valor de R$ 604,40, e encaminhe a este Tribunal os elementos necessários ao exame da legalidade do pagamento, tais como sentenças judiciais e a petição inicial do autor.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0791-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 792/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.470/2011-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em pensão civil
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Maria da Penha Gonçalves Pereira (026.891.606-33.
3.2. Recorrente: Maria da Penha Gonçalves Pereira (026.891.606-33).
4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia em Minas Gerais.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Flávia Mello e Vargas (79517/OAB-MG), Luís Ataliba Cavalcante França (174641/OAB-MG) e outros, representando Maria da Penha Gonçalves Pereira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra os termos do Acórdão 2.352/2020-1ª Câmara, da relatoria do Ministro Bruno Dantas,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Lei 8.443/1992, arts. 33 e 48, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, conceder a ele provimento e tornar insubsistentes os atos constantes do subitem 9.3 do acórdão recorrido, em virtude da operação do registro tácito, conforme entendimento consubstanciado no RE 636.553/RS;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0792-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 793/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.777/2018-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Clézio Gomes da Silva (182.222.771-20); Davinelson Soares Rosal (831.747.616-20); e Município de Monte Alegre do Piauí - PI (06.554.232/0001-78).
4. Entidade: Município de Monte Alegre do Piauí - PI.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Nathalie Cancela Cronemberger Campelo (2953/OAB-PI) e outros representando Clézio Gomes da Silva; Uanderson Ferreira da Silva (5.456/OAB-PI) e outros, representando Davinelson Soares Rosal.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em face da omissão no dever de prestar de contas quanto aos recursos repassados ao Município de Monte Alegre do Piauí/PI, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola, exercício 2011 (PDDE/2011), vigente de 1º/1/2011 a 31/12/2011, cujo prazo final para a apresentação da prestação de contas expirou em 30/4/2013,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/92, e no art. 202, §§ 3ª, 4º e 5º, do RITCU, para que o Município de Monte Alegre do Piauí/PI efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das importâncias a seguir especificadas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas, abatendo-se, na ocasião, eventuais valores já ressarcidos, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
8/9/2011	318,79
27/9/2011	224,15
27/9/2011	291,28
16/12/2011	1.707,32
16/12/2011	2.563,99
16/12/2011	2.175,66

9.2. cientificar o Município de Monte Alegre do Piauí/PI de que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente sanará o processo e permitirá que as respectivas contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos

do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios nos termos do art. 19 da Lei 8.443, de 1992, e da legislação específica que rege a matéria;

9.3. findo o prazo fixado ao Município de Monte Alegre do Piauí/PI para a devolução dos recursos, retornar os autos ao gabinete do relator para que seja dado seguimento ao julgamento das contas do município e dos demais responsáveis.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0793-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 794/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.826/2021-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Josilma Pinheiro (839.083.407-30).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar legal o ato inicial de aposentadoria de interesse da sra. Josilma Pinheiro, ordenando seu registro;
9.2. determinar à Sefip que proceda à imediata autuação e subsequente instrução do ato de alteração da aposentadoria tratada neste processo, cadastrado no sistema e-Pessoal sob o número 109821/2021.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0794-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 795/2022 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 043.704/2021-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Márcia Regina Maciel (316.484.951-68)
4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, em favor da Sra. Márcia Regina Maciel,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Márcia Regina Maciel (316.484.951-68), recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0795-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 796/2022 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 012.807/2017-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).
3.2. Responsáveis: Cesar Augusto Goncalves (232.604.247-68); Francisca Regina Magalhaes Cavalcante (142.838.833-87); Freda Azevedo Dias (782.175.556-72); Instituto Brasileiro de Hospedagem - IBH (04.785.175/0001-02).
4. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Hospedagem - IDH (CPNJ 04.785.175/0001-02).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Mauro Porto (12.878/OAB-DF), representando Instituto Brasileiro de Hospedagem - IBH; Denyze Naves de Souza e Silva (31307/OAB-DF), Fernanda Barbosa Antunes (46529/OAB-DF) e outros, representando Cesar Augusto Gonçalves.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este processo de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Instituto Brasileiro de Hospedagem - IBH (CPNJ 04.785.175/0001-02), e de seu presidente, Sr. César Augusto Gonçalves (CPF 232.604.247-68), em razão da impugnação total das despesas do Convênio 1327/2010 - Siconv 753683/2010, firmado com o Ministério do Turismo, o qual tinha por objeto "Implementar a segunda etapa do projeto Escola Virtual dos Meios de Hospedagem no âmbito do Programa Bem Receber Copa",
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Francisca Regina Magalhães Cavalcante (CPF 142.838.833-87), aproveitando-as à Sr. Freda Azevedo Dias (CPF 782.175.556-72), nos termos do art. 161 do Regimento Interno do TCU;
9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. César Augusto Gonçalves (CPF.604.247-68), aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, no valor de 18.000,00 (dezoito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. César Augusto Gonçalves (CPF 232.604.247-68) e pelo Instituto Brasileiro de Hospedagem - IBH (CPNJ 04.785.175/0001-02);
9.4. julgar regulares com ressalvas, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso II, e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, as contas da Sra. Francisca Regina Magalhães Cavalcante (CPF 142.838.833-87) e da Sra. Freda Azevedo Dias (CPF 782.175.556-72), dando-lhes quitação.
9.5. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do Sr. César Augusto Gonçalves (CPF 232.604.247-68) e do Instituto Brasileiro de Hospedagem - IBH (CPNJ 04.785.175/0001-02), condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;
Débito:

Data de ocorrência	Valor histórico (em R$)
4/1/2011	4.200.000,00
9/6/2011	4.200.000,00
Total	8.400.00,00

Valor atualizado do débito em 14/12/2020: R$ 16.097.889,68 (peça 55).

9.6. aplicar, individualmente, ao Sr. César Augusto Gonçalves (CPF 232.604.247-68) e ao Instituto Brasileiro de Hospedagem - IBH (CPNJ 04.785.175/0001-02), a multa prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do RI/TCU, no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data de publicação deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92;
9.8. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada uma delas, corrigidas monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento da próxima parcela e assim por diante, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.9. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; para o Ministério do Turismo e aos responsáveis, para ciência.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0796-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 797/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 043.861/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessado: Mauro Vinicius Cavalcanti de Albuquerque (081.884.163-04).
4. Órgão: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por João Cavalcanti de Albuquerque (001.037.723-91);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe ao interessado que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército; e

9.3.5. comunique imediatamente ao interessado o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0797-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 798/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 043.827/2021-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessada: Carolina Di Giaimo Ramos (329.843.318-77).

4. Órgão: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Aeronáutica;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por Semy Ramos (026.191.138-49);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando da Aeronáutica, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe à interessada que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando da Aeronáutica; e

9.3.5. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0798-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 799/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 027.395/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração).

3. Recorrente: Antônio Marcos Bezerra Miranda (569.642.423-68).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Bom Lugar/MA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não autou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Carlos Seabra de Carvalho Coêlho (OAB/MA 4.773), Eriko José Domingues da Silva Ribeiro (OAB/MA 4.835) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos por Antônio Marcos Bezerra Miranda em face do Acórdão 17.724/2021-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, dos embargos de declaração opostos por Antônio Marcos Bezerra Miranda, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente; e

9.3. informar à Seproc que, doravante, todas as comunicações dirigidas aos representantes do recorrente sejam realizadas exclusivamente em nome dos Srs. Eriko José Domingues da Silva Ribeiro e/ou Carlos Seabra de Carvalho Coêlho, conforme endereço indicado à p. 25 da peça 100.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0799-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 800/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 028.674/2014-6.

1.1. Apenso: 029.545/2011-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargantes: Etelo Engenharia de Estruturas Ltda. (03.326.311/0001-33); Wilson Marques Barbosa (007.555.671-53); 3RD Engenharia Ltda. (02.947.216/0001-94); Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - Fapec (15.513.690/0001-50).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Roberto Arcangelo, representando 3RD Engenharia Ltda.; Solange Mara Bernardes Barbosa Ferreira, representando Wilson Marques Barbosa; Jose Eduardo Meira Lima (OAB/MS 17.216-B), representando Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - Fapec.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, agora em fase de embargos de declaração opostos ao Acórdão 5.968/2021-TCU-1ª Câmara por Wilson Marques Barbosa (espólio), Etelo Engenharia de Estruturas Ltda. - EPP, 3RD Engenharia (atual Monticello Engenharia Eireli - EPP) e Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - Fapec.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. notificar os embargantes acerca desta decisão.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0800-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 801/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 043.903/2021-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessada: Maria Helena Cortinhas Cesar Pires (214.354.178-36).

4. Órgão: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Marinha;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por Arindal Carneiro Cesar Pires (020.504.987-72);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando da Marinha, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe à interessada que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando da Marinha; e

9.3.5. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0801-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 802/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 043.820/2021-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessada: Denisi Costa Cavalcante (139.312.703-78).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por José Tácio Vieira Costa (000.982.563-00);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe à interessada que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército; e

9.3.5. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0802-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 803/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 045.033/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessada: Naia Soares de Carvalho (187.593.004-34).
4. Órgão: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Aeronáutica;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por Alberto Souza Vieira (315.556.167-04);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando da Aeronáutica, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe à interessada que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando da Aeronáutica; e

9.3.5. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0803-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 804/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 026.368/2015-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Marcia Regina Sartori Damo (526.669.809-87).
4. Entidade: Município de Araponga - MG.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Edinando Luiz Brustolin (OAB/SC 21.087), Marcos Fey Probst (OAB/SC 20.781) e Luís Irapuan Campelo Bessa Neto (OAB/SC 41.393).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Sra. Márcia Regina Sartori Damo (526.669.809-87), na qualidade de Secretária de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, em face do Acórdão 15.125/2021-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. retificar, por inexatidão material, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 246/2011, e na Súmula 145 do TCU, o Acórdão 4.520/2020, prolatado pela 1ª Câmara do TCU, na Sessão de 14/4/2020 (Ata 10/2020), mantendo inalterados os demais termos do referido acórdão, para que:

9.2.1. onde se lê: "aplicar a Márcia Regina Sartori Damo e a Breno Einstein Figueiredo a multa individual prevista no artigo 58, inciso I, da Lei 8.443/1992", leia-se "aplicar a Márcia Regina Sartori Damo e a Breno Einstein Figueiredo a multa individual prevista no artigo 58, inciso II, da Lei 8.443/1992";

9.3. notificar a embargante da presente deliberação.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0804-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 805/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.569/2021-7
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Ilce Helena Barreto Soares (724.528.627-20)
4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22.256/OAB-DF), representando Ilce Helena Barreto Soares.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame interposto por Ilce Helena Barreto Soares, ex-servidora do Tribunal Regional Federal - 2ª Região, em face do Acórdão 10.267/2021 - 1ª Câmara, que julgou ilegal e negou registro ao ato de concessão de aposentadoria da recorrente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0805-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 806/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.498/2020-4
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Mauro de Vargas Morales (343.554.050-87); Mauro de Vargas Morales - ME (02.923.777/0001-53)
4. Unidades: Secretaria Especial da Cultura/Ministério da Cultura
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial da Cultura em desfavor de Mauro de Vargas Morales e Mauro de Vargas Morales - ME em razão da não comprovação, por ausência de documentação comprobatória suficiente, da correta aplicação do total de R$ 190.000,00, captados por força do projeto cultural Pronac 08-5466, intitulado "Natal praia do Cassino".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar Mauro de Vargas Morales e Mauro de Vargas Morales - ME revéis para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Mauro de Vargas Morales e Mauro de Vargas Morales - ME e condená-los solidariamente ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional da Cultura das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas discriminadas até a data do pagamento:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
28/9/2009	80.000,00
18/12/2009	10.000,00
30/12/2009	100.000,00

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, caso venha a ser solicitado e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, a primeira a ser paga no prazo acima fixado e as demais, a cada 30 (trinta) dias a contar da parcela anterior, com incidência, sobre cada valor mensal atualizado monetariamente, de juros de mora, na forma da legislação em vigor, e alertar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. encaminhar cópia desta decisão aos responsáveis, à Secretaria Especial da Cultura e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul para as providências cabíveis, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0806-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 807/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.418/2016-3
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)
3. Embargante: Francisco Geremias de Medeiros (293.209.843-87)
4. Unidade: Município de Lima Campos/MA

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Representação legal: Daniela Marques Ubaldo (19.851/OAB-MA) e Cristian Fabio Almeida Borralho (8.310/OAB-MA), representando Francisco Geremias de Medeiros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por Francisco Geremias de Medeiros contra o Acórdão 19.004/2021-1ª Câmara, mediante o qual não foi conhecido recurso de reconsideração oposto pelo mesmo responsável contra o Acórdão 2.703/2019-1ª Câmara, por ser intempestivo em período superior a 180 dias.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;
9.2. encaminhar cópia desta decisão ao embargante, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que a fundamentam pode ser consultada no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0807-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 808/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 040.308/2021-9.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Antônio Alcides de Assis Carvalho, CPF 268.596.371-53.
4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Ato de Aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Antônio Alcides de Assis Carvalho, constante da peça 3 (Ato nº 38313/2020), nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, de boa-fé, até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao órgão de origem que:
9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. alerte o Sr. Antônio Alcides de Assis Carvalho no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;
9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra; e
9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0808-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 809/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 040.287/2021-1.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Lucia Maria Moreira de Castro e Silva, CPF 344.365.967-53.
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Ato de Aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Lucia Maria Moreira de Castro e Silva, constante da peça 3 (Ato nº 69100/2019), nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, de boa-fé, até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao órgão de origem que:
9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. alerte a Sra. Lucia Maria Moreira de Castro e Silva no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra; e
9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0809-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 810/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.113/2019-4.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Centro de Capacitação, Treinamento e Cultura Terra Verde (23.374.085/0001-73); Elza Correa Teixeira (311.168.256-00); Márcio Correa Teixeira (370.685.636-00).
4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Especial de Cultura, em desfavor de Centro de Capacitação, Treinamento e Cultura Terra Verde e Márcio Correa Teixeira, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, captados por força do Projeto Cultural Pronac 07-4035, descrito da seguinte forma: "Realização de vinte apresentações do coral cantando músicas gregorianas antigas na região da grande Belo Horizonte",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. arquivar a presente tomada de contas especial, em relação ao responsável Márcio Correa Teixeira (CPF: 370.685.636-00 - falecido), com base no art. 6º, inciso II, c/c art. 19 da IN/TCU 71/2012;
9.2. considerar revel o Centro de Capacitação, Treinamento e Cultura Terra Verde (CNPJ: 23.374.085/0001-73), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.3. julgar irregulares as contas do Centro de Capacitação, Treinamento e Cultura Terra Verde (CNPJ: 23.374.085/0001-73), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 209, inciso I; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
143.209,00	29/7/2008

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 12, inciso IV, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e
9.6. dar ciência deste Acórdão à Secretaria Especial da Cultura.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0810-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 811/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 040.297/2018-7.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsável: Leonardo Barroso Coutinho (918.726.853-15).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Caxias - MA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: James Lobo de Oliveira Lima (6679/OAB-MA), representando Leonardo Barroso Coutinho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Leonardo Barroso Coutinho, Prefeito Municipal de Caxias/MA na gestão 2013-2016, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano), no exercício de 2014,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Leonardo Barroso Coutinho (CPF 918.726.853-15), Prefeito Municipal de Caxias/MA na gestão 2013-2016;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 23, inciso III, da mesma Lei, e nos arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, e 214, inciso III, do Regimento Interno, as contas do Sr. Leonardo Barroso Coutinho (CPF 918.726.853-15), Prefeito Municipal de Caxias/MA na gestão 2013-2016;

9.3. aplicar ao Sr. Leonardo Barroso Coutinho (CPF 918.726.853-15), Prefeito Municipal de Caxias/MA na gestão 2013-2016, a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 12, inciso IV, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º, in fine, do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.6. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao responsável.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0811-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 812/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 029.150/2019-1.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Francisco Milton Rodrigues (009.970.565-68); João Neves Silva (163.916.752-87); Manoel Alicio da Silva Sfair (151.373.842-91).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Oiapoque - AP.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal - CEF, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por força do Contrato de Repasse 080.431-84/1998, celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Município de Oiapoque/AP, que tinha por objeto a execução, no âmbito do Pronaf, de ações objetivando a implantação de infraestrutura e serviços de apoio à agricultura familiar no Município,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. arquivar a presente TCE em relação ao Sr. João Neves da Silva, sem julgamento de mérito, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no artigo 212 do RI/TCU;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo responsável Manoel Alício da Silva Sfair (CPF 151.373.842-91);

9.3. julgar irregulares as contas do responsável Manoel Alício da Silva Sfair (CPF 151.373.842-91), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Data de ocorrência	**Valor histórico (R$)**
11/2/2005	23.110,00
10/8/2005	22.003,91
31/8/2005	22.518,74

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Amapá, nos termos do art. 12, inciso IV, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.6. dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0812-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 813/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 028.355/2020-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carlos Alberto Lioterio dos Santos (005.014.755-24); Nestor Vicente dos Santos (174.226.635-53); Susete Nascimento da Silva (338.875.195-15).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Wenceslau Guimarães/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representações legais: José Alysson Quintino dos Santos (22642/OAB-BA), representando Carlos Alberto Lioterio dos Santos; Cícero Dias Barbosa (17374/OAB-BA) e Clécio da Rocha Reis (16387/OAB-BA), representando Nestor Vicente dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor de Susete Nascimento da Silva, Prefeita Municipal no período de 1/1/2009 a 31/12/2012, e de Nestor Vicente dos Santos, Prefeito Municipal no período de 1/1/2013 a 31/12/2016, em razão da omissão no dever de prestar contas do Convênio 702527/2010 (peça 9) formalizado com o Município de Wenceslau Guimarães/BA, cujo prazo encerrou-se em 1/10/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo responsável Carlos Alberto Lioterio dos Santos (CPF 005.014.755-24);

9.2. julgar regulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, as contas do responsável Carlos Alberto Lioterio dos Santos (CPF 005.014.755-24), dando-lhe quitação plena;

9.3. considerar revel a responsável Susete Nascimento da Silva (CPF 338.875.195-15), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.4. julgar irregulares as contas da responsável Susete Nascimento da Silva (CPF 338.875.195-15), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	**Valor histórico (R$)**
4/1/2011	420.941,65
31/5/2012	210.470,83
31/5/2012	210.470,82

9.5. aplicar à responsável Susete Nascimento da Silva (CPF 338.875.195-15) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo responsável Nestor Vicente dos Santos (CPF 174.226.635-53);

9.7. julgar irregulares as contas do responsável Nestor Vicente dos Santos (CPF 174.226.635-53), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992;

9.8. aplicar ao responsável Nestor Vicente dos Santos (CPF 174.226.635-53) a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.9. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.10. esclarecer à responsável Susete Nascimento da Silva (CPF 338.875.195-15) que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não se justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e aos responsáveis.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0813-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 814/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.799/2021-8.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Wagner Marcus Câmara Mafra, CPF 224.860.031-34.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Wagner Marcus Câmara Mafra, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. determinar ao órgão de origem que:

9.2.1. avalie as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos do Mandado de Segurança 2003.002.008895-7, novo número 0008895-76.2003.807.0000, impetrado pela Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal-ASSEJUS, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232/SC, tendo em vista que, para o Sr. Wagner Marcus Câmara Mafra ser beneficiário do mencionado feito, precisa comprovar que, à época do protocolo da ação mandamental ou mesmo durante o seu trâmite, até a data do trânsito em julgado, era filiado à referida entidade associativa;

9.2.2. após a verificação do subitem 9.2.1, aplique, para a parcela decorrente da incorporação de "quintos/décimos" pelo exercício de funções após 8/4/1998, a depender da hipótese, a modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115/CE, comunicando a este Tribunal as providências adotadas;

9.3. dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT e ao interessado; e

9.4. arquivar os autos.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0814-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 815/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 041.140/2021-4.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Delsuc Evangelista Filho, CPF 118.398.055-87.
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Ato de Aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Delsuc Evangelista Filho, constante da peça 3 (Ato nº 39322/2019), recusando o respectivo registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, de boa-fé, até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. na hipótese de vir a ser desconstituída a decisão favorável aos servidores proferida nos autos do MS 43188-86.2011.4.01.3300, faça cessar os pagamentos atinentes à VPNI instituída pelo art. 5º do Decreto 95.689/1988 em relação ao ato impugnado;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação; e

9.4. autorizar a Sefip arquivar os presentes autos, após cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0815-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 816/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 038.384/2021-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Especial de Ex-Combatente.
3. Interessadas: Carmem Rejane Antunes Pereira, CPF 467.718.590-53; Regina Veneza Antunes Pereira, CPF 324.753.220-04.
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Ato de Pensão Especial de Ex-Combatente submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (Ato nº 19752/2017), relativo à reversão da pensão especial de ex-combatente instituída por Américo de Castro Pereira em favor de Carmem Rejane Antunes Pereira e Regina Veneza Antunes Pereira, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, de boa-fé, até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique às interessadas o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte as Sras. Carmem Rejane Antunes Pereira e Regina Veneza Antunes Pereira no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.3 supra; e

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0816-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 817/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.370/2021-9.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Maristela Antonieta Linhares dos Santos, CPF 555.993.209-44.
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Ato de Aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 29894/2020), relativo à concessão inicial da aposentadoria de Maristela Antonieta Linhares dos Santos, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, de boa-fé, até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. avalie, para a interessada nos presentes autos, as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0 (novo número 0039464-12.2004.4.01.3400), apresentada pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232/SC, já que, para que a Sra. Maristela Antonieta Linhares dos Santos seja beneficiária do mencionado feito, se faz necessário: (i) apresentar autorização expressa da interessada para que a referida entidade associativa pudesse representá-la na ação ordinária em questão; e (ii) comprovar que, à época do protocolo da ação, a interessada era filiada à aludida associação;

9.3.2. após a verificação do subitem 9.3.1, aplique, para a parcela decorrente da incorporação de quintos pelo exercício de funções após 8/4/1998, a depender da análise do caso concreto, a modulação de efeitos prevista no Recurso Extraordinário 638.115/CE;

9.3.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios:

9.3.4.1. de que a interessada está ciente deste Acórdão;

9.3.4.2. das providências adotadas em atendimento aos itens 9.3.1 e 9.3.2 retro;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra;

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0817-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 818/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.834/2017-6.
1.1. Apenso: 041.139/2018-6
2. Grupo I - Classe II: Prestação de Contas - Exercício 2016.
3. Responsáveis: Benjamin Frederico Anders (012.079.791-71); Carlos Benedito Adorno (162.678.421-34); Francisco Raulino Teixeira Araújo (014.515.022-49); Marcelo Costa Maia (854.554.741-20).
4. Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Tocantins.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
8. Representação legal: Gilberto Tomaz de Souza (OAB/TO 3280), representando Roberta Maria Pereira Castro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes ao processo de prestação de contas anual do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Tocantins (Crea/TO) relativas ao exercício de 2016.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. levantar o sobrestamento deste processo;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Marcelo Costa Maia, com fundamento no art. 16, III, "b", da Lei 8.443/1992, deixando de aplicar-lhe a multa prevista no art. 58, I, da referida lei, tendo em vista já ter sido sancionado pelas mesmas irregularidades no âmbito do TC 016.023/2016-1, acórdão 11862/2018-TCU-1ª Câmara, decisão transitada em julgado em 16/7/2020;

9.3. julgar regulares as contas do Sr. Benjamin Frederico Anders, dando-lhe quitação plena, com fulcro nos arts. 1º, I, e 16, I, da Lei 8.443/1992;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Tocantins (Crea/TO) e aos Srs. Marcelo Costa Maia e Benjamin Frederico Anders;

9.5. encaminhar cópia do acórdão 14.160/2018-TCU-1ª Câmara ao Sr. Francisco Raulino Teixeira Araújo;

9.6. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0818-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 819/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.320/2020-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: CMM Comércio de Materiais Médicos e Medicamentos Ltda. (08.493.445/0001-62); Donizete Antônio de Oliveira (973.268.878-53); Eduardo Frederico Fouquet (037.457.568-19).
4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde/MS.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde em desfavor dos Srs. Donizete Antônio de Oliveira e Eduardo Frederico Fouquet, ex-prefeitos do município de Eldorado/SP, e CMM Comércio de Materiais Médicos e Medicamentos Ltda, relativa à aplicação irregular dos recursos federais repassados ao município por meio do convênio 00793/2009 celebrado com o Ministério da Saúde.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, os Srs. Donizete Antônio de Oliveira e Eduardo Frederico Fouquet e CMM Comércio de Materiais Médicos e Medicamentos Ltda., nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas dos Srs. Donizete Antônio de Oliveira e Eduardo Frederico Fouquet e, com fundamento no art. 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992, condená-los solidariamente com a sociedade empresária CMM Comércio de Materiais Médicos e Medicamentos Ltda. ao pagamento das quantias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
19/11/2010	98.000,00	Débito
13/12/2011	3.490,02	Crédito
6/5/2013	2.000,00	Crédito
6/5/2013	119,40	Crédito
6/5/2013	13,50	Crédito
8/10/2014	4.573,68	Crédito
29/12/2014	4.573,68	Crédito
29/12/2014	4.573,68	Crédito
29/12/2014	4.573,68	Crédito
28/1/2015	4.573,68	Crédito
27/2/2015	4.573,68	Crédito
30/4/2015	4.573,68	Crédito
30/4/2015	4.573,68	Crédito
30/6/2015	4.573,68	Crédito
30/6/2015	4.573,68	Crédito
30/3/2016	5.412,37	Crédito
29/4/2016	5.412,37	Crédito

9.3. aplicar, individualmente, aos Srs. Donizete Antônio de Oliveira e Eduardo Frederico Fouquet e à CMM Comércio de Materiais Médicos e Medicamentos Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a" do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RI/TCU;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 219, II, do RI/TCU e 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia da deliberação à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16, da Lei 8.443/1992.

9.7. enviar cópia deste acórdão ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao Ministério Público do Estado de São Paulo e à Câmara Municipal de Eldorado/SP, para adoção das medidas que entenderem pertinentes, haja vista a quitação de parcelas do débito apurado nesta tomada de contas especial, de responsabilidade de gestores municipais e da empresa contratada, com recursos do município.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0819-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 820/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.217/2016-9.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (MTUR).

3.1. Responsáveis: Centro de Estudos Casa Curta-se (06.036.728/0001-50); Classe A Produções e Eventos Ltda. (08.332.028/0001-38); Deyse Rocha dos Santos (938.238.355-72); Rosângela Rocha dos Santos (330.765.375-04).

4. Entidade: Centro de Estudos Casa Curta/SE (06.036.728/0001-50).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: Anderson Rocha Silva (OAB/SE 8.235), Gilberto Vieira Leite Neto (OAB/SE 2.454) e outros, representando Rosângela Rocha dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo relativa ao convênio 1268/2010, que teve por objeto incentivar o turismo, com apoio financeiro ao projeto "Capela, o Maior São Pedro do Nordeste", realizado nos dias 26 a 29/6/2010.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis a empresa Classe A Produções e Eventos Ltda., o Centro de Estudos Casa Curta e a Sra. Deyse Rocha dos Santos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Rosângela dos Santos;

9.3. julgar irregulares as contas das Sras. Deyse Rocha dos Santos e Rosângela Rocha dos Santos, com fundamento nos artigos 1º, I, 16, III, "c", 19, caput, e 23, III, "c", da Lei 8.443/1992, e condená-las, solidariamente com o Centro de Estudos Casa Curta/SE, a empresa Classe A Produções e Eventos Ltda., ao pagamento da importância de R$ 89.706,00 (oitenta e nove mil e setecentos e seis reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde 28/9/2010, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze dias), a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito ao Tesouro Nacional;

9.4. aplicar, individualmente, ao Centro de Estudos Casa Curta/SE, à empresa Classe A Produções e Eventos Ltda. e às Sras. Deyse Rocha dos Santos e Rosângela Rocha dos Santos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c art. 219, II, do RIU/TCU, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. encaminhar cópia da deliberação à Procuradoria da República em Sergipe, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU;

9.8. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0820-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 821/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.637/2017-6.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Francisco Togo Soares (186.834.792-34).

4. Entidade: Município de Uarini/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: Aldenize Magalhães Aufiero (OAB/AM 1874), Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB/AM 6945) e outros, representando Francisco Togo Soares.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), no exercício de 2010.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Francisco Togo Soares;

9.2. julgar irregulares as contas de Francisco Togo Soares, com fundamento no art. 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992;

9.3. condenar o espólio ou, caso tenha havido a partilha, os sucessores do Sr. Francisco Togo Soares, de forma solidária ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na forma da legislação em vigor, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do art. 5°, XLV, da Constituição Federal c/c o art. 5º, VIII, da Lei 8.443/1992:

Data	Valor
5/4/2010	9.812,31
5/4/2010	1.031,06
20/4/2010	584,27
5/5/2010	1.031,06
5/5/2010	9.812,31
5/5/2010	584,27
10/8/2010	9.812,31
10/8/2010	1.031,06
10/8/2010	584,27
2/9/2010	1.031,06
2/9/2010	9.812,31
2/9/2010	584,27
4/10/2010	584,27
4/10/2010	9.812,31
4/10/2010	1.031,06
4/11/2010	1.031,06
4/11/2010	584,27
4/11/2010	9.812,31
9/12/2010	584,28
9/12/2010	9.812,38
9/12/2010	1.031,12
Total	79.993,62

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 219, II, do RI/TCU e 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes

acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217, do RI/TCU;

9.6. encaminhar cópia da deliberação à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0821-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 822/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.170/2019-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Almir Rezende (163.965.376-72); Rildo Gomes de Oliveira (226.132.342-53).

4. Entidade: Município de Tartarugalzinho/AP.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em desfavor dos Srs. Almir Rezende e Rildo Gomes de Oliveira, em razão da inexecução parcial do objeto, sem funcionalidade, do contrato de repasse 303.278-59/2009, firmado entre o Ministério do Esporte, representado pela Caixa Econômica Federal, e o município de Tartarugalzinho/AP, objetivando a execução de uma praça de esportes.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. Rildo Gomes de Oliveira;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, III, e 214, III, do RI/TCU, as contas do Sr. Rildo Gomes de Oliveira e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data
20.130,00	2/2/2012
49.995,04	15/2/2012
32.260,99	3/8/2012

9.3. aplicar ao Sr. Rildo Gomes de Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 219, II, do RI/TCU e 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia da deliberação à Procuradoria da República no Estado do Amapá, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0822-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 823/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.964/2021-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Maria Shimizo (141.451.708-49).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, artigo 71, inciso III e IX, e na Lei 8.443/1992, artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Maria Shimizo, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé até a data da ciência, pelo órgão de origem, do acórdão proferido, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU.

9.3. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, no prazo de trinta dias, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.3. promova a exclusão, no prazo quinze dias, contados a partir da ciência desta deliberação, da rubrica apontada em face de manifesta ilegalidade, uma vez que o seu pagamento não encontra respaldo na jurisprudência deste Tribunal;

9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada tomou ciência do presente acórdão.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0823-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 824/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 041.099/2021-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Adalberto Pusch (226.498.161-04)..

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Senado Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Adalberto Pusch, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Senado Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. suspenda, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.3.2. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

9.3.3. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos, convertidos em VPNI, nos proventos de Adalberto Pusch, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016, excluindo os reajustes que não decorram de revisão geral de remuneração do funcionalismo público federal, desde a edição da Lei 9.527/1997;

9.3.4. comunique ao interessado o inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.4. dispensar a emissão de um novo ato e manter os efeitos financeiros do ato julgado ilegal, com os ajustes ora determinados, tendo em vista o decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0824-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 825/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.348/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto:

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Leonilda Beatriz Campos Gonçalves Alves Correa (191.202.140-49); Roseane Goncalves Adegas (239.060.300-91).

4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Aeronáutica.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal ato de concessão da pensão militar instituída por Paulo Gonçalves em favor de Leonilda Beatriz Campos Gonçalves Alves Correa e Roseane Gonçalves Adegas, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.3.2. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.3. comprove ao Tribunal, no prazo de sessenta dias, a ciência do teor desta deliberação pelas interessadas, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. apresente à interessada Roseane Gonçalves Adegas o direito à opção pela manutenção da pensão militar mediante renúncia a um dos benefícios acumulados indevidamente.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0825-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 826/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.064/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (00.375.972/0001-60).

3.2. Responsáveis: Construtora Vale do Norte Ltda - Me (07.143.146/0001-35); José Dourado de Sousa (165.107.041-53); União das Associações de Trabalhadores e Produtores Rurais do Município de Santa Maria das Barreiras (03.090.638/0001-59).

3.3. Recorrente: José Dourado de Sousa (165.107.041-53)..

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Luiz Carlos Martins de Sousa (18497/OAB-PA), representando José Dourado de Sousa; Marcelo Robson Duarte Sena, representando Prefeitura Municipal de Santa Maria das Barreira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por José Dourado de Sousa contra o Acórdão 12.633/2018-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência dessa deliberação ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0826-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 827/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.354/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto:

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Rosalina Moreira de Carvalho (073.772.327-06).

4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Aeronáutica.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal ato de concessão da pensão militar instituída por Djalma Pereira de Carvalho em favor de Rosalina Moreira de Carvalho, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.3.2. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.3. comprove ao Tribunal, no prazo de sessenta dias, a ciência do teor desta deliberação pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0827-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 828/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.139/2021-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Sidnei Aparecida Feitosa Kettle (045.006.048-98).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de ex-servidora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, artigo 71, inciso III e IX, e na Lei 8.443/1992, artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Sidnei Aparecida Feitosa Kettle, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé até a data da ciência, pelo órgão de origem, do acórdão proferido, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU.

9.3. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, no prazo de trinta dias, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.3. promova a exclusão, no prazo quinze dias, contados a partir da ciência desta deliberação, da rubrica apontada em face de manifesta ilegalidade, uma vez que o seu pagamento não encontra respaldo na jurisprudência deste Tribunal;

9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada tomou ciência do presente acórdão.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0828-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 829/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.331/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Rui Fernandes Ribeiro Filho (106.981.163-72).

3.3. Recorrente: Rui Fernandes Ribeiro Filho (106.981.163-72).

4. Órgão/Entidade: Município de Arari - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Francisco Edison Vasconcelos Junior (18.023/OAB-MA), Eneas Garcia Fernandes Neto (6756/OAB-MA) e outros, representando Rui Fernandes Ribeiro Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Rui Fernandes Ribeiro Filho contra o Acórdão 3016/2019-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência dessa deliberação aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0829-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 830/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.454/2020-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto:

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Francismary Ferreira Dantas (239.683.703-68); Jacionira Coêlho Silva (182.579.843-53); José Ivan Dias (003.025.543-00); Santilha Maria Sampaio e Silva (138.175.903-34)..

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de revisão de ofício do registro tácito declarado do registro tácito declarado por meio do Acórdão 7.931/2021-TCU-1ª Câmara, referente a ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade Federal do Piauí;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal e nos artigos 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. revisar de ofício o Acórdão 7.931/2021-TCU-1ª Câmara, para considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a José Ivan Dias, negando-lhe registro;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Fundação Universidade Federal do Piauí, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de sessenta dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos trinta dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;
9.3.3. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal, no prazo de sessenta dias, após corrigidas as falhas que ensejaram o julgamento pela ilegalidade, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU e do art. 19, § 3º, da IN-TCU 78/2018.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0830-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 831/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.870/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Maria Inês Martins Alecrim (189.816.154-20).
3.2. Recorrente: Maria Inês Martins Alecrim (189.816.154-20).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Gisele Lucy Monteiro de Menezes Cabreira (17.242/OAB-PE), representando Maria Ines Martins Alecrim.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Maria Inês Martins Alecrim, contra o Acórdão 3.545/2021-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0831-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 832/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.720/2021-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Francisca Lima dos Santos (357.818.821-20).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Francisca Lima dos Santos, negando-lhe registro;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;
9.3.2. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
9.3.3. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos da interessada para os valores anteriores à vigência da Lei 13.302/2016;
9.3.4. emita novo ato de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, após corrigidas as falhas que ensejaram o julgamento pela ilegalidade, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU e do art. 19, § 3º, da IN-TCU 78/2018;
9.3.5. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0832-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 833/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.644/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Rubens Souto Pereira (145.065.991-87).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Rubens Souto Pereira, negando-lhe registro;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;
9.3.2. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
9.3.3. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos do interessado para os valores anteriores à vigência da Lei 13.302/2016;
9.3.4. emita novo ato de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, após corrigidas as falhas que ensejaram o julgamento pela ilegalidade, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU e do art. 19, § 3º, da IN-TCU 78/2018;
9.3.5. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0833-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 834/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.218/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Antonio Carlos Barbosa (244.662.981-49).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Antonio Carlos Barbosa, negando-lhe registro;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;
9.3.2. exclua a parcela denominada "opção" dos proventos do interessado;
9.3.3. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

9.3.4. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos do interessado para os valores anteriores à vigência da Lei 13.302/2016;

9.3.5. emita novo ato de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, após corrigidas as falhas que ensejaram o julgamento pela ilegalidade, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU e do art. 19, § 3º, da IN-TCU 78/2018;

9.3.6. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0834-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 835/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.430/2021-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto:

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Rita de Cassia Sarmento de Macedo (262.648.897-68).

4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Aeronáutica.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal ato de concessão da pensão militar instituída por Laercio Franco Sarmento em favor de Rita de Cassia Sarmento de Macedo, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.3.2. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.3. comprove ao Tribunal, no prazo de sessenta dias, a ciência do teor desta deliberação pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0835-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 836/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.957/2020-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto:

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Ferraz & Oliveira Advogados Associados (04.355.437/0001-07); Joao Barbosa Camelo Neto (416.583.884-53).

4. Órgão/Entidade: Município de Casinhas/PE.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal: Eduardo Cabral de Arruda Franca (35612/OAB-PE), representando Joao Barbosa Camelo Neto; Gessica Fernanda Borges Miotto (43.775/OAB-DF), representando Ferraz & Oliveira Advogados Associados.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão do pagamento de honorários advocatícios contratuais por parte do Município de Casinhas/PE com a utilização irregular de recursos derivados do sucesso de ação judicial na qual se discutiu a insuficiência da complementação da União, de que trata o art. 6º da Lei 9.424/1996, ao então Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas de João Barbosa Camêlo Neto (CPF 416.583.884-53), ex-Prefeito Municipal de Casinhas/PE, e de Ferraz e Oliveira Advogados Associados S/C (CNPJ 04.355.437/0001-07), condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, fixando-se prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do Município de Casinhas, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
3.320.548,74	31/5/2015

9.2. aplicar a João Barbosa Camêlo Neto (CPF 416.583.884-53) e a Ferraz e Oliveira Advogados Associados S/C (CNPJ 04.355.437/0001-07), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, nos valores a seguir especificados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor (R$)
João Barbosa Camêlo Neto	80.000,00
Ferraz e Oliveira Advogados Associados S/C	80.000,00

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Município de Casinhas/PE, ao Tribunal de Contas do Estado do Pernambuco, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0836-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 837/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.131/2019-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Wellington Damasceno Freitas (346.852.514-15).

4. Órgão/Entidade: Município de Olho D'água do Casado - AL.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Wellington Damasceno Freitas, ex-prefeito de Olho D'água do Casado - AL, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos transferidos pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema de Educação de Jovens e Adultos (Peja), exercício 2005, e de omissão no dever de prestar contas dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), exercício 2008.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel Wellington Damasceno Freitas, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Wellington Damasceno Freitas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
5/9/2005	3.244,14
20/9/2005	3.244,14
20/10/2005	3.244,14
17/11/2005	3.244,14
20/12/2005	3.244,14
29/12/2005	3.244,14
2/9/2005	9.007,50
30/9/2005	12.312,50
3/10/2005	12.312,50
1/11/2005	12.312,50
1/11/2005	12.030,00
11/4/2008	3.238,24
23/4/2008	3.238,24
4/11/2008	3.266,43
2/12/2008	3.266,46

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida à notificação;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão ao FNDE, ao responsável e à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0837-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 838/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.336/2021-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Rita Maria Tavares da Cunha Mello (152.792.511-00).

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Senado Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Rita Maria Tavares da Cunha Mello, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Senado Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. exclua a parcela denominada "opção" dos proventos da interessada;

9.3.2. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos da interessada para os valores anteriores à vigência da Lei 13.302/2016;

9.3.3. comunique à interessada o inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.4. dispensar a emissão de um novo ato e manter os efeitos financeiros do ato julgado ilegal, com os ajustes ora determinados, tendo em vista o decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0838-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 839/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 043.823/2021-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto:
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ada Costa de Lima (081.697.327-00).
4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Aeronáutica.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal ato de concessão da pensão militar instituída por Edivar Rodrigues de Lima em favor de Ada Costa de Lima, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.3.2. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.3. comprove ao Tribunal, no prazo de sessenta dias, a ciência do teor desta deliberação pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0839-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 840/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.314/2021-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Elizabeth Gusmao Curvo (398.767.211-00).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Senado Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Elizabeth Gusmao Curvo, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Senado Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. exclua a parcela denominada "opção" dos proventos da interessada;

9.3.2. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos da interessada para os valores anteriores à vigência da Lei 13.302/2016;

9.3.3. comunique à interessada o inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.4. dispensar a emissão de um novo ato e manter os efeitos financeiros do ato julgado ilegal, com os ajustes ora determinados, tendo em vista o decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0840-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 841/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 043.349/2012-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: Prestação de Contas (Exercício de 2011)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Augusto Cesar Cassano (275.376.337-20); Berilo Jorge Lopes Silva (435.606.877-72); Dásio Lopes Simões (634.308.947-00); João Marcelo Ramalho Alves (657.063.905-68); Luis Carlos Moreno de Andrade (962.277.377-04); Paulo Eduardo de Oliveira Júnior (032.140.846-23)..
4. Órgão/Entidade: Hospital Federal do Andaraí.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de contas anuais do Hospital Federal do Andaraí (HFA), relativo ao exercício de 2011.;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. levantar o sobrestamento do julgamento das presentes contas nos termos do art. 11 da Lei 8.443/1992 c/c art. 157 do Regimento Interno do TCU;

9.2. julgar irregulares as contas de Dásio Lopes Simões, João Marcelo Ramalho Alves, Paulo Eduardo de Oliveira Júnior e Luis Carlos Moreno de Andrade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "b" da Lei 8.443/1992 c/c o art. 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, e 209, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas de Berilo Jorge Lopes Silva, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno,;

9.4. julgar regulares as contas de Augusto Cesar Cassano, dando-lhe quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;

9.5. arquivar os presentes autos, nos termos do inciso III do art. 169 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0841-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 842/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.265/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ademar Bento dos Santos (093.270.701-78).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Senado Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Ademar Bento dos Santos, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Senado Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. suspenda, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.3.2. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

9.3.3. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos, convertidos em VPNI, nos proventos de Ademar Bento dos Santos, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016, excluindo os reajustes que não decorram de revisão geral de remuneração do funcionalismo público federal, desde a edição da Lei 9.527/1997;

9.3.4. comunique ao interessado o inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.4. dispensar a emissão de um novo ato e manter os efeitos financeiros do ato julgado ilegal, com os ajustes ora determinados, tendo em vista o decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0842-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 843/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.352/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto:
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Lurdeneyde Gomes Bezerra (265.919.954-04).
4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Aeronáutica.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal ato de concessão da pensão militar instituída por Jose Elizeu Tavares Bezerra em favor de Lurdeneyde Gomes Bezerra, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.3.2. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.3. comprove ao Tribunal, no prazo de sessenta dias, a ciência do teor desta deliberação pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0843-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 844/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.650/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Kesia Virginia Bezerra de Lima (244.465.721-72).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Kesia Virginia Bezerra de Lima, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;

9.3.2. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

9.3.3. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos da interessada para os valores anteriores à vigência da Lei 13.302/2016;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, após corrigidas as falhas que ensejaram o julgamento pela ilegalidade, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU e do art. 19, § 3º, da IN-TCU 78/2018;

9.3.5. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0844-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 845/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.040/2021-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Paulo Moises Costa (193.103.581-49).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de ex-servidor do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, artigo 71, inciso III e IX, e na Lei 8.443/1992, artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Paulo Moises Costa, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé até a data da ciência, pelo órgão de origem, do acórdão proferido, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU.

9.3. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, no prazo de trinta dias, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.3. promova a exclusão, no prazo quinze dias, contados a partir da ciência desta deliberação, da rubrica apontada em face de manifesta ilegalidade, uma vez que o seu pagamento não encontra respaldo na jurisprudência deste Tribunal;

9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado tomou ciência do presente acórdão.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0845-03/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 846/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.512/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.
3.2. Responsável: Francisca Alves dos Reis (205.484.003-34).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Fortuna - MA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) repassados ao Município de Fortuna/MA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel Francisca Alves dos Reis, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Francisca Alves dos Reis, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamentos das quantias a seguir especificadas, fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir das datas de ocorrência, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

DATA DE OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
25/1/2012	6.650,00
25/1/2012	350,00
1/2/2012	3.300,00
2/4/2012	3.300,00
2/5/2012	3.300,00
15/5/2012	7.518,30
15/5/2012	395,70
15/5/2012	1.000,00
17/5/2012	6.250,00
17/5/2012	3.300,00
17/5/2012	3.300,00
5/7/2012	6.272,00
11/7/2012	6.600,00
12/7/2012	7.928,00
13/7/2012	15.110,50
16/7/2012	15.582,50
16/7/2012	15.582,50
15/8/2012	21.855,00
15/8/2012	3.300,00
21/9/2012	3.300,00
22/10/2012	11.500,00
22/10/2012	11.500,00
1/11/2012	11.009,30
1/11/2012	3.300,00
28/11/2012	10.311,50
28/11/2012	2.005,00
24/12/2012	11.740,00

24/12/2012	3.322,00
31/12/2012	4.064,00
25/1/2012	1.862,43
25/1/2012	37,57
25/1/2012	75,00
25/1/2012	100,00
25/1/2012	1.424,93

1/2/2012	61,00
6/2/2012	950,00
14/3/2012	1.862,43
14/3/2012	37,57
14/3/2012	100,00
14/3/2012	75,00
14/3/2012	1.424,93
17/4/2012	1.862,43
17/4/2012	37,57
17/4/2012	100,00
17/4/2012	75,00
17/4/2012	1.424,93
2/5/2012	8,88
2/5/2012	84,25
2/5/2012	1.591,87
18/5/2012	1.862,43
18/5/2012	0,07
18/5/2012	37,57
18/5/2012	75,00
18/5/2012	75,00
18/5/2012	100,00
18/5/2012	1.424,93
5/7/2012	1.583,20
5/7/2012	1.862,43
5/7/2012	37,57
5/7/2012	100,00
5/7/2012	75,00
5/7/2012	1.424,93
15/8/2012	1.862,43
15/8/2012	37,57
15/8/2012	100,00
15/8/2012	75,00
15/8/2012	75,00
15/8/2012	1.424,93
18/9/2012	5.181,50
18/9/2012	1.424,93
18/9/2012	75,00
18/9/2012	75,00
18/9/2012	1.424,93
2/10/2012	5.033,25
22/10/2012	2.128,50
8/11/2012	45,07
8/11/2012	25,00
8/11/2012	105,00
8/11/2012	472,39
8/11/2012	850,30
8/11/2012	1.949,93
29/11/2012	1.424,93
29/11/2012	75,00
29/11/2012	75,00
29/11/2012	80,00
29/11/2012	62,50
29/11/2012	1.424,93
29/11/2012	1.511,63
29/11/2012	900,00
24/12/2012	1.420,00
24/12/2012	1.424,93
24/12/2012	1.643,90
6/2/2012	3.894,50
6/2/2012	6.154,80
14/3/2012	3.894,50
14/3/2012	6.154,00
23/3/2012	4.055,50
2/4/2012	6.154,80
18/5/2012	6.154,80
25/5/2012	6.154,80
5/7/2012	7.911,20
16/7/2012	15.582,50
6/8/2012	18.464,40
3/10/2012	12.309,60
1/11/2012	15.242,50
1/11/2012	6.154,80
7/11/2012	2.000,00
6/12/2012	6.220,00
6/12/2012	1.889,54
6/12/2012	530,00
6/12/2012	1.407,15
10/2/2012	2.631,50
23/3/2012	2.550,50
20/4/2012	2.555,50
18/9/2012	3.000,00
18/9/2012	7.728,00
2/10/2012	2.298,50
8/11/2012	5,12
8/11/2012	36,00
8/11/2012	49,00
8/11/2012	30,00
8/11/2012	42,50
8/11/2012	35,00
8/11/2012	42,50
8/11/2012	49,00
8/11/2012	925,88
8/11/2012	42,50
8/11/2012	807,50
8/11/2012	680,24
8/11/2012	661,34
8/11/2012	661,34
8/11/2012	869,19
8/11/2012	566,86
28/11/2012	660,00
28/11/2012	680,24
29/11/2012	40,00
29/11/2012	50,00
29/11/2012	600,00
29/11/2012	755,82
24/12/2012	1.000,00
28/12/2012	620,00
28/12/2012	1.000,00

Débito total atualizado monetariamente até 31/1/2022, sem juros: R$ 732.719,75

9.3. aplicar a Francisca Alves dos Reis, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 580.000,00, fixando o prazo de 15 dias, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. dar ciência deste acórdão ao responsável, à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 3/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0846-03/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 847/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Eleonora Jesus Ribeiro, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021, 7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da 2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, nos termos da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, ainda que a concessão em análise seja considerada ilegal, deve ser mantida a incorporação de quintos/décimos, pelo exercício de função comissionada ou cargo de confiança entre 8/4/1998 e 4/9/2001, tendo em vista que decorre de decisão judicial que transitou em julgado em 30/8/2010, exarada nos autos da Ação Ordinária 2003.71.00.057296-7, que tramitou na 2ª Vara Federal de Porto Alegre (RS), proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (SINTRAJUFE);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 8/6/2020, há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Eleonora Jesus Ribeiro e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; encaminhar cópia do presente acórdão ao órgão de origem; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, e expedir a determinação discriminada no subitem 1.7:

1. Processo TC-036.641/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Eleonora Jesus Ribeiro (395.253.090-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao órgão de origem que dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes.

ACÓRDÃO Nº 848/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Jose Alves da Silva, emitido pelo Supremo Tribunal Federal, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021,

7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da 2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, nos termos da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, ainda que a concessão em análise seja considerada ilegal, deve ser mantida a incorporação de quintos/décimos, pelo exercício de função comissionada ou cargo de confiança entre 8/4/1998 e 4/9/2001, tendo em vista que decorre de decisão judicial que transitou em julgado em 27/9/2007, exarada nos autos do MS 2003.34.00.036853-0, que tramitou na 17ª Vara Federal do Distrito Federal, proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 12/8/2019, há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Jose Alves da Silva e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; encaminhar cópia do presente acórdão ao órgão de origem; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, e expedir a determinação discriminada no subitem 1.7:

1. Processo TC-036.896/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Alves da Silva (223.448.961-04).
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem que dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes.

ACÓRDÃO Nº 849/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Joquebede Parrini Machado, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021, 7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da 2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, nos termos da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, ainda que a concessão em análise seja considerada ilegal, deve ser mantida a incorporação de quintos/décimos, pelo exercício de função comissionada ou cargo de confiança entre 8/4/1998 e 4/9/2001, tendo em vista que decorre de decisão judicial que transitou em julgado em 1/8/2006, exarada nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e proposta pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (Anajustra);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 5/8/2020, há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Joquebede Parrini Machado e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; encaminhar cópia do presente acórdão ao órgão de origem; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, e expedir a determinação discriminada no subitem 1.7:

1. Processo TC-036.957/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joquebede Parrini Machado (763.756.767-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem que dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes.

ACÓRDÃO Nº 850/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Anamaria de Farias Teixeira Bueno, emitido pelo Ministério Público Federal, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Raimundo Carreiro), 13.962/2020-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Anamaria de Farias Teixeira Bueno e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-036.958/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Anamaria de Farias Teixeira Bueno (316.529.131-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 851/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Claudio de Jesus, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021, 7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da

2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, nos termos da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, ainda que a concessão em análise seja considerada ilegal, deve ser mantida a incorporação de quintos/décimos, pelo exercício de função comissionada ou cargo de confiança entre 8/4/1998 e 4/9/2001, tendo em vista que decorre de decisão judicial que transitou em julgado em 1/8/2006, exarada nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e proposta pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (Anajustra);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 28/8/2020, há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Claudio de Jesus e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; encaminhar cópia do presente acórdão ao órgão de origem; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, e expedir a determinação discriminada no subitem 1.7:

1. Processo TC-037.365/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Claudio de Jesus (377.995.929-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem que dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes.

ACÓRDÃO Nº 852/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Silvia Regina Calazans de Souza, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Raimundo Carreiro), 13.962/2020-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Silvia Regina Calazans de Souza e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-040.123/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Silvia Regina Calazans de Souza (586.589.807-82).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 853/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Matilde Barbosa, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Raimundo Carreiro), 13.962/2020-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Matilde Barbosa e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-040.138/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Matilde Barbosa (055.544.728-69).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde

que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 854/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Felix Salvador de Oliveira, emitido pelo Tribunal Superior do Trabalho, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021, 7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da 2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, nos termos da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, ainda que a concessão em análise seja considerada ilegal, deve ser mantida a incorporação de quintos/décimos, pelo exercício de função comissionada ou cargo de confiança entre 8/4/1998 e 4/9/2001, tendo em vista que decorre de decisão judicial que transitou em julgado em 12/7/2010, exarada nos autos da Ação Ordinária 2005.34.00.012.112-9 (nova numeração 0012092-54.2005.1.1.01.3400), proferida pela 17ª Vara Federal de Brasília e proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público no Distrito Federal (Sindjus-DF);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 18/12/2018, há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Felix Salvador de Oliveira e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; encaminhar cópia do presente acórdão ao órgão de origem; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, e expedir a determinação discriminada no subitem 1.7:

1. Processo TC-040.274/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Felix Salvador de Oliveira (289.792.731-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem que dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes.

ACÓRDÃO Nº 855/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Moema Cardoso de Brito Quinan, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Raimundo Carreiro), 13.962/2020-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Moema Cardoso de Brito Quinan e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-040.975/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Moema Cardoso de Brito Quinan (335.982.231-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 856/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Fabiano Possebon, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Raimundo Carreiro), 13.962/2020-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Fabiano Possebon e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao

decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-041.021/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fabiano Possebon (053.188.298-56).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 857/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Marcia Maria dos Santos, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021, 7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da 2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, nos termos da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, ainda que a concessão em análise seja considerada ilegal, deve ser mantida a incorporação de quintos/décimos, pelo exercício de função comissionada ou cargo de confiança entre 8/4/1998 e 4/9/2001, tendo em vista que decorre de decisão judicial que transitou em julgado em 1/8/2008, exarada nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, proferida pela 7ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal e proposta pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (Anajustra);

Considerando que a interessada consta da lista de beneficiados da ação movida pela referida associação de servidores;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 25/3/2021, há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Marcia Maria dos Santos e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; encaminhar cópia do presente acórdão ao órgão de origem; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, e expedir a determinação discriminada no subitem 1.7:

1. Processo TC-041.025/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcia Maria dos Santos (220.084.033-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem que dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes.

ACÓRDÃO Nº 858/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Alvaro Celso Bonfim Resende, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Raimundo Carreiro), 13.962/2020-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Alvaro Celso Bonfim Resende e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-041.026/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alvaro Celso Bonfim Resende (231.841.241-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 859/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Giovani Rinaldi, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Giovani Rinaldi e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-041.187/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Giovani Rinaldi (021.374.358-29).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 860/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público:

1. Processo TC-036.391/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Iara Calmeieri do Nascimento (238.179.680-00); Joreci Costa da Silva Pereira Moreira (183.439.100-87); Lúcia Mendes Prunes (422.854.370-72); Maria Aparecida Pedroso Rosa (940.112.650-04).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao órgão de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS que encaminhe à Corte de Contas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, documento comprobatório do acerto de valor do benefício de aposentadoria percebida pela pensionista Maria Aparecida Pedroso Rosa junto ao INSS, para fins de atendimento ao disposto no artigo 24, § 2.º, da Emenda Constitucional 103/2019, dada a informação prestada à peça 14, pela qual se noticia que a interessada optou pelo valor integral da pensão civil instituída pelo ex-servidor Solon Piccoli Coelho (peça 26).

ACÓRDÃO Nº 861/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.703/2021-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2020)
1.1. Responsáveis: Andrea Oliveira Costa (CPF 481.600.593-53), Antônio de Pádua Alves Pinto (CPF 079.521.983-00), Ciro Lima Silva (CPF 822.959.643-34), Divamelia de Oliveira Bezerra Gomes (CPF 699.358.313-53), Emmanuel Wassermann Moraes e Luz (CPF 746.828.653-15), Jose Luís de Oliveira e Silva (CPF 831.513.203-25), Laura Maria Andrade de Sousa (CPF 297.215.473-87), Paulo Borges da Cunha (CPF 255.217.481-72), Wanderson Lima Pereira (CPF 008.573.583-32) e Zilda de Brito Lima (CPF 274.530.573-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 862/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) em desfavor de Gabriel Amorim Cuba, ex-prefeito do Município de Cedral/MA (gestão 2005-2008), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à conta dos Programas Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), no exercício de 2008;

Considerando que, em resposta à citação do TCU, o responsável apresentou alegações de defesas e documentos comprobatórios de gastos;

Considerando que, com base nos elementos colacionados aos autos pelo responsável e os obtidos mediante diligências, a SecexTCE apurou valor atualizado do débito de apenas R$ 22.497,86;

Considerando que, do total do débito, R$ 15.703,29 estão associados a desvio de finalidade, a quem caberia, em princípio, a responsabilização do Município de Cedral/MA;

Considerando que o Município de Cedral/MA ainda não foi citado nestes autos;

Considerando que não foi encontrado outro processo no Tribunal em desfavor de Gabriel Amorim Cuba nos sistemas corporativos do TCU;

Considerando que Portaria AGU 377/2011, de 25/8/2011, autoriza os órgãos da Procuradoria-Geral da União a não propor ações nem interpor recursos, assim como a desistir das ações e dos respectivos recursos, quando o valor total atualizado de créditos da União, relativos a um mesmo devedor, for igual ou inferior a R$ 10.000,00;

Considerando que o prazo final para prestação de contas ocorreu durante o mandato de Jadson Passinho Gonçalves, que ainda não foi ouvido em audiência;

Considerando o longo transcurso de tempo desde o desde o fato gerador;

Considerando as manifestações da SecexTCE e do Ministério Público, no sentido do arquivamento do processo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, in fine, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.969/2015-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Gabriel Amorim Cuba (054.976.043-15).
1.2. Entidade: Município de Cedral/MA.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 863/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar regulares as contas especiais de Irã Monteiro da Costa, dando-lhe quitação plena, consoante a instrução elaborada pela unidade instrutiva do TCU, com o ajuste proposto pelo Ministério Público junto ao TCU:

1. Processo TC-031.503/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Irã Monteiro Costa (351.477.843-49).
1.2. Entidade: Município de Central do Maranhão/MA.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Luiz Carlos Albuquerque e Antônio Carlos Muniz Cantanhede (4812/OAB-MA).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 864/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de acompanhamento realizado na empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), com o objetivo de acompanhar a parceira estratégica da Petrobras com a estatal China National Petroleum Corporation International (Projeto Lotus), em cumprimento ao subitem 9.3.2 do Acórdão 477/2019-TCU-Plenário, de relatoria do E. Ministro Aroldo Cedraz.

Considerando que a unidade técnica concluiu que ocorreu a perda de objeto do presente acompanhamento devido à inviabilidade econômica identificada pela Petrobras no Projeto Lotus, impossibilitando, portanto, a continuidade da parceria estratégica com a estatal chinesa;

Considerando que na análise da documentação realizada não foram encontrados indícios de irregularidade na condução do Projeto Lotus;

Considerando que a Petrobras requereu tratamento sigiloso aos documentos e informações prestados à equipe de fiscalização, visto que contêm informações empresariais estratégicas cuja divulgação pode representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos;

Considerando que o Relatório de Acompanhamento (peça 20), com a supressão das informações classificadas como sigilosas pela Petrobras, pode ser tornado público, bem como que todas as demais peças que ingressaram ou trataram informações com acesso restrito foram classificadas nestes termos no sistema de gestão do Tribunal (e-TCU);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 143, inciso III, 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em tornar público o Relatório de Acompanhamento acostado à peça 20 dos autos, encaminhar cópia deste acórdão à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e arquivar os presentes autos com fulcro no art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-009.690/2019-0 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).
1.5. Representação legal: Juliana Carvalho Tostes Nunes (131.998/OAB-RJ), Danielle Gama Bessa Bites (115.408/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.
1.6 Determinações/recomendações/providências: não há

ACÓRDÃO Nº 865/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em acolher as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Lucas José Bretas dos Santos (227.772.886-15), ex-Pró-Reitor de Recursos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais, dando-lhe ciência da presente deliberação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar as determinações adiante especificadas:

1. Processo TC-007.065/2009-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alberto Augusto Paolucci (009.475.126-91); Aluizio Faria (001.146.346-53); Antonio Joaquim Barbosa Canelas (006.376.966-20); Antonio Maximo Ribeiro da Luz (001.911.596-20); Bolivar Garcia de Carvalho (007.074.736-91); Carlos Alberto Maletta (001.047.876-00); Carlos Roberto Martins (000.758.926-34); Dario Bittencourt (000.221.286-20); Gil Piroli (000.987.876-91); Jayme Neves (001.069.336-04); Joao Messer (078.463.986-87); Marcos Costa Camara (000.926.066-87); Maria Ignez Cascelli de Carvalho (006.422.746-49); Mario de Maria (000.907.356-68); Otaviano Matias da Silva (000.988.256-15); Renato de Pinho (000.971.286-00); Ronaldo Reis (008.695.036-34); Roselys Velloso de Castilho (007.657.916-68); Teresita Rivetti Bicalho Ribeiro (809.484.646-15); Vicente de Paula Andrade (000.372.146-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações: à Sefip, para que:

1.7.1. com a urgência que o caso requer, proceda à imediata autuação e subsequente instrução de todos os atos emitidos em favor do interessado Ronaldo Reis (008.695.036-34), constantes do Sistema Sisac/e-Pessoal, aferindo, em particular, à vista das informações constantes deste processo, a legitimidade do regime de dedicação exclusiva registrado em ambas as aposentadorias de que o interessado é titular (cargos de Professor Titular e Professor Adjunto), ficando a unidade técnica, desde já, autorizada a realizar as diligências que entender necessárias;

1.7.2. acompanhe o andamento da Ação Ordinária 53762.60.2010.4.01.3800, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, adotando as providências que entender necessárias, caso haja a reforma da decisão que beneficiou o interessado Ronaldo Reis (008.695.036-34);

1.7.3. autorizar, desde já, o oportuno arquivamento dos presentes autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do RITCU.

ACÓRDÃO Nº 866/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em autorizar o arquivamento dos presentes autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar as determinações adiante especificadas:

1. Processo TC-014.822/2010-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Damião Ramos Cavalcanti (044.769.804-49); Isabel Maria Lemos Gomes da Silva (059.718.704-59); Isá da Cunha Paiva Barreto (003.145.014-87); Ivoneide Alves de Araújo Vieira (236.753.064-53); Jader Nunes de Oliveira (044.800.904-87); Jorge Hebert Echude Silva (072.978.404-59); Jorge da Silva Raymundo (034.815.227-20); Jose Nemy da Fonseca (043.862.994-91); Josvaldo Rodrigues Ataíde (023.928.444-53); José Carlos da Silva (503.165.408-20); José Wagner de Oliveira (078.704.694-91); José de Almeida Costa (071.074.554-00).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação: à Sefip, para que:

1.7.1. valendo-se da faculdade prevista no art. 260, § 3º, do RITCU, proceda à imediata autuação e subsequente instrução dos atos de pensão civil indicados no subitem 9.1.2 do Acórdão 7.578/2015-1ª Câmara;

1.7.2. nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 0006069-90.2012.4.05.8200, em trâmite na Seção Judiciária do Estado da Paraíba, ajuizada pelo Sr. Daniel Ramos Cavalcanti (044.769.804-49), a fim de que sejam adotadas as providências judiciais cabíveis;

1.7.3. nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 0801906-92.2016.4.05.8200, em trâmite na Seção Judiciária do Estado da Paraíba, ajuizada pela Sra. Maria das Mercês Fernandes Martins Nunes, pensionista de Jader Nunes de Oliveira (044.800.904-87), a fim de que sejam adotadas as providências judiciais cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 867/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o valor dos débitos atualizados monetariamente dos presentes autos é inferior a R$ 100.000,00, quantia fixada no art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa 71/2012;

Considerando que não houve ainda citação válida;

Considerando que o art. 19 do mesmo normativo disciplinou que "aplicam-se as disposições constantes do art. 6º desta Instrução Normativa às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União";

Considerando a proposta do Ministério Público junto ao TCU pelo arquivamento do processo, por economia processual;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade e com fundamento nos arts. 143, inciso I, letra "b", e 213 do Regimento Interno do TCU e nos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN TCU 71/2012 em determinar o arquivamento do presente processo e dar ciência desta deliberação ao órgão instaurador da TCE e aos responsáveis, sem prejuízo da adoção das medidas previstas no art. 15 da IN TCU 71/2012.

1. Processo TC-013.023/2017-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Instituto Cultural e Educacional do Paraguaçu - Incep (03.638.112/0001-60); Mabel de Bonis Almeida Simões (878.979.897-04).

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Distrito Federal.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Thadeu Gimenez de Alencastro (31.021/OAB-DF), Inacio Bento de Loyola Alencastro (15.083/OAB-DF) e outros, representando Mabel de Bonis Almeida Simões.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 868/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, por meio do Acórdão 9.124/2021-1ª Câmara, esta Corte julgou irregulares as contas do sr. Carlos José Fernandes e da empresa BCM - Produções Ltda., condenando-os em débito solidário e aplicando-lhes multas individuais, em razão da impugnação de despesas do Convênio 1.503/2009;

Considerando que o art. 22, inciso I, da Lei 8.443/1992 dispõe que as comunicações realizadas pelo Tribunal devem observar a forma estabelecida no RITCU, o qual, por sua vez, estabelece, em seu art. 179, inciso II, que as comunicações processuais far-se-ão mediante carta registrada, com aviso de recebimento que comprove a entrega no endereço do destinatário;

Considerando que a empresa BCM - Produções Ltda. foi validamente notificada da decisão impugnada na data de 22/9/2021 (peça 86) e que o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 23/9/2021;

Considerando que o termo final para a interposição de recurso de reconsideração foi 7/10/2021 e que a sua interposição se deu em 19/10/2021, sendo, portanto, intempestivo;

Considerando que, de acordo com o art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, não se conhecerá de recurso interposto fora do prazo, salvo em razão da superveniência de fatos novos, na forma do RITCU;

Considerando que o art. 285, § 2º, do RITCU, dispõe que "não se conhecerá de recurso de reconsideração quando intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos e dentro do período de cento e oitenta dias contado do término do prazo indicado no caput, caso em que não terá efeito suspensivo";

Considerando que, no caso concreto, não houve a apresentação de documentos novos, mas apenas de novos argumentos, que não se encaixam no conceito de "fato novo" adotado por esta Corte, conforme consolidada jurisprudência (Acórdãos 2.860/2018-2ª Câmara, 1.760/2017-1ª Câmara, 1.285/2011-2ª Câmara, 923/2010-Plenário, 323/2010-1ª Câmara e 6.989/2009-1ª Câmara, dentre outros);

Considerando a manifestação da Serur que, em sede exame de admissibilidade, recomendou o não conhecimento do recurso interposto pela empresa BCM - Produções Ltda. (peça 95);

Considerando a manifestação do Parquet especializado, que anuiu ao posicionamento da unidade técnica quanto ao não conhecimento do apelo recursal supracitado (peça 100);

Considerando, por fim, que o recurso interposto pelo sr. Carlos José Fernandes atende aos requisitos exigidos, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, e 33 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, incisos IV, alínea "b", e V, alínea "d", e 285, caput e § 2º, do RITCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto pela empresa BCM - Produções Ltda. por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, dando-se ciência dessa decisão à interessada, e conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo sr. Carlos José Fernandes, nos termos dos pareceres uniformes emitidos nos autos, conforme abaixo:

1. Processo TC-028.799/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Recorrentes: Carlos José Fernandes (768.165.914-53) e BCM - Produções Artísticas Ltda - Me (07.728.465/0001-02)

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo

1.6. Unidade técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

1.7. Representação legal: Ediberto Rodrigo Afonso Smith (OAB/RN 1.594); Emanuel Pessoa Dantas (OAB/RN 6.078)

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar ciência da presente deliberação à empresa BCM - Produções Artísticas Ltda - Me, encaminhando-lhe cópia da instrução técnica inserta à peça 95;

1.8.2. retificar, por inexatidão material, o subitem 9.2 do Acórdão 9.124/2021-1ª Câmara, de modo que, onde se lê: "[...] condenar os responsáveis [...]", leia-se: "[...] condenar, solidariamente, os responsáveis [...]"; e

1.8.3. retornar o feito à Serur para exame de mérito do recurso interposto pelo sr. Carlos José Fernandes (peças 87 e 88).

ACÓRDÃO Nº 869/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, na fase interna desta tomada de contas especial, o órgão instaurador atribuiu apenas ao Sr. Marilo Costa a responsabilidade pelos danos ocasionados ao Erário em razão do rompimento da barragem do Camará, no estado da Paraíba (peças 82 e 83);

Considerando que, na fase externa, a SecexTCE concluiu que haveria prejuízo ao contraditório e à ampla defesa do aludido responsável, uma vez que ele somente foi notificado, pela autoridade competente, 15 anos após os fatos (peça 90);

Considerando que a unidade técnica formulou proposta para que esta Corte arquive os autos, sem julgamento de mérito, em virtude da ausência de pressupostos para desenvolvimento válido e regular do processo (peça 90);

Considerando que há registro, na base de dados da Receita Federal, de que o Sr. Marilo Costa veio a falecer em 2021, isto é, antes de sua eventual citação nestes autos;

Considerando que a citação do espólio ou dos sucessores do falecido neste momento processual agravaria a questão levantada pela unidade técnica em relação ao prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa, em razão do longo tempo decorrido desde o fato gerador da irregularidade (mais de 17 anos), da alta complexidade da matéria em apreço (causas do rompimento do barramento) e da provável dificuldade na obtenção de documentos que pudessem afastar a responsabilidade do referido gestor;

Considerando que o rompimento dessa barragem também foi objeto de representação, tratada no âmbito do TC 012.193/2005-9, tendo esta Corte de Contas, mediante o Acórdão 4.258/2020-Plenário, conhecido da representação e, no mérito, a considerado prejudicada, determinando o arquivamento do processo, uma vez que a unidade técnica igualmente concluiu, naquele feito, que houve longo lapso temporal desde a data do rompimento do barramento, sem que tivesse ocorrido as devidas notificações a eventuais responsáveis;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", e 212 do Regimento Interno deste Tribunal, c/c os arts. 6º, inciso II, e 19 da Instrução Normativa TCU 71/2012, em determinar o arquivamento dos autos a seguir relacionados, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, dando-se ciência desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Regional, de acordo com os pareceres emitidos no feito pela unidade técnica:

1. Processo TC-035.794/2019-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Marilo Costa (082.021.254-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 870/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Henrique Castro Gomes Filho (000.750.352-00); e

b) determinar ao Ministério da Economia para que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote as medidas cabíveis com vistas à regularização dos pagamentos indevidos constatados na ficha financeira do interessado, conforme reportado nestes autos, em especial no que tange à rubrica de "bônus de eficiência", que deve ser proporcionalizada ao tempo de serviço/contribuição do interessado.

1. Processo TC-008.297/2021-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Economia; Henrique Castro Gomes Filho (000.750.352-00).

1.2. Órgão: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 871/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria às interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.913/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Lourdes Bertolote Tagliadelo (863.436.708-82); Luisa Isabel Zanchin Seconelli (029.283.128-54).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 872/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.607/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Diretoria De integridade (controle Interno do Ministério da Saúde); Marcos Jorge Santos Pinto (532.785.347-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 873/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, até o dia 4/3/2022, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 16.779/2021-TCU-1ª Câmara (peça 8).

1. Processo TC-036.725/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Claudia Maria Marchioni (086.994.088-03).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 874/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, até o dia 4/3/2022, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 15.545/2021-TCU-1ª Câmara (peça 8).

1. Processo TC-036.731/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Silvia Blasi de Alencar (088.480.168-39).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 875/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, até o dia 4/3/2022, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 18.704/2021-TCU-1ª Câmara (peça 8).

1. Processo TC-040.071/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Geralda Batista dos Passos de Moraes (084.295.148-21).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 876/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, até o dia 4/3/2022, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 18.983/2021-TCU-1ª Câmara (peça 8).

1. Processo TC-040.121/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Tania Maria Guido (076.265.648-47).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 877/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria (alteração) emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB em favor de Hilma Guimarães Sobral.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 26/2/2009, proferida nos autos Mandado de Segurança 0024.2005.000.13.00-1, que tramitou no Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, movido pelo Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado da Paraíba - SINDIJUF;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas a alteração da referida vantagem e nem tampouco a expedição de novo ato;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria (alteração, e-pessoal 23.245/2020) emitido em favor de Hilma Guimarães Sobral (378.596.176-68), recusando o respectivo registro;

b) dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-040.202/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Hilma Guimarães Sobral (378.596.176-68).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB que, no prazo de quinze dias, contados da notificação, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 878/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, até o dia 4/3/2022, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 18.710/2021-TCU-1ª Câmara (peça 8).

1. Processo TC-041.185/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Blanca Duenas Pena (029.512.418-01).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 879/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.197/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edmilson Fernandes de Souza (057.230.003-49).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 880/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.804/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Paula Ferguson Marques (823.322.077-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 881/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ em favor de Marcia Maria Ruas Carreira.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso

de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Marcia Maria Ruas Carreira (745.806.987-20), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-043.745/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marcia Maria Ruas Carreira (745.806.987-20).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 882/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE em favor de Eliane Farias Remigio Marques.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Eliane Farias Remigio Marques (351.773.734-87), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-043.754/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Eliane Farias Remigio Marques (351.773.734-87).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 883/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de Alagoas, em favor da ex-servidora Josemary Omena Passos Ferrare.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade o pagamento de parcelas judiciais referentes a Plano Econômico, no percentual de 26,05% (URP);

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Josemary Omena Passos Ferrare (139.914.854-00), em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Plano Econômico, na base de cálculo dos proventos;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Universidade Federal de Alagoas, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-043.782/2021-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Josemary Omena Passos Ferrare (139.914.854-00).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Alagoas que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial as parcelas decorrentes da URP, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 884/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.016/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Geovane Soares da Rocha (789.322.467-34); Gilberto Bispo da Silva (382.142.297-15); Gilberto Santos de Moura (604.550.207-87); Moacir Gomes Vieira Filho (527.934.947-04); Walter Benevides Silva (805.300.607-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 885/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.056/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marli Zamprogno Merlo (317.762.567-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 886/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.060/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angelo Fatorelli Neto (492.087.487-15); Jose Osman Gomes Aguiar (335.254.987-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 887/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.085/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Bernadete Fernandes Gomes (201.507.503-82).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 888/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.105/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valdemar Silva (061.739.502-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 889/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.106/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Batista da Silva Barros (104.685.364-34); Joao Souza Santiago (031.020.094-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 890/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.109/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elifas Moura de Miranda (302.828.617-34); Renan Ferraz de Brito (308.529.786-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 891/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.409/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelor Alves Lopes (248.642.851-87); Ermenegildo Alves Pereira (112.296.753-53); Francisco Elesbao da Silva Junior (116.344.301-82).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 892/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.151/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela Fonseca Souza Assis (273.512.547-53); Elba Alonso Rangel (641.919.237-49); Helio Jose dos Santos (665.505.057-04); Neidilar Viana (389.943.137-53); Otavio Vilalva (201.077.141-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 893/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.168/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Iara Sandra Guimaraes Cursino (034.800.138-05).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 894/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.169/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Amelia Souza de Morais (238.644.782-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 895/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.173/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Aparecida Marques da Fonseca (181.648.544-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 896/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.175/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Bartolomeu Vitoriano de Oliveira (182.616.392-15); Marilena Iocca da Silva (113.766.512-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 897/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.177/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Ana Maria Coelho Marques (034.154.573-20); Maria Neide Brito da Silva (048.404.292-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 898/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.179/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ianan Heiser Palhares (422.140.687-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 899/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.198/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dioclecio Rodrigues da Silva (207.954.323-72); José Nelson de Carvalho Filho (130.554.963-53); Marcelo Costa e Castro (023.820.913-04).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 900/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.217/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edson Pereira Machado (087.103.681-91); Eulalia Pereira Machado (186.647.921-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 901/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.219/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio José de Amorim (210.744.611-34); Helio Faria de Jesus (055.104.731-34); Maria Mercia Antas Florentino (055.220.134-00).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 902/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.233/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Nogueira (419.488.586-49); Clarice Mendoza Candido (455.761.657-72); Janete Lima Marinho (131.718.101-82); Joao Gilson Rodrigues dos Santos (159.756.733-72); Sueli da Silva Melo (286.407.057-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 903/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.245/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adi de Souza (113.303.762-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 904/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.249/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Diane Lucy Comber Sales (769.986.737-87); Eliane Perez (284.906.497-15); Marcus Venicio Toledo Ribeiro (311.767.807-78); Maria Regina Simoes Sales (339.746.837-04); Marilene Lopes Pocho (374.810.027-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Biblioteca Nacional.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 905/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.269/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valmira de Castro Amorim (370.567.434-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 906/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Adriana Neves Cedres.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Reclamatória Trabalhista 0010204-33.2016.5.03.0035, que tramitou na 1ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora e cuja sentença determinou à Caixa Econômica Federal que procedesse à contratação da interessada, que se submeteu ao certame público regido pelo Edital 1/2014;

Considerando que a validade do certame regido pelo Edital 1/2014 expirou em 16/6/2016 e que a admissão da interessada ocorreu em 17/4/2017;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Reclamatória Trabalhista 0010204-33.2016.5.03.0035 ainda não transitou em julgado;

Considerando que o princípio da independência das instâncias possibilita que o TCU decida de forma autônoma sobre as questões que lhes são afetas, sem a necessária vinculação a eventuais manifestações judiciais;

Considerando que a decisão judicial assecuratória da contratação tida por irregular pelo TCU não lhe subtrai a competência constitucional de apreciar a legalidade do ato e nem vincula a decisão desta Corte de Contas no que concerne ao mérito do ato;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essa contratação;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Adriana Neves Cedres (046.986.246-73), negando o respectivo registro;

b) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-039.970/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Adriana Neves Cedres (046.986.246-73).
1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Reclamatória Trabalhista 0010204-33.2016.5.03.0035, que tramitou na 1ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença proferida no referido processo judicial;

1.7.2. dê ciência da presente deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 907/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Antônio Carlos de Souza Lima.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Antônio Carlos de Souza Lima (227.518.888-60), negando o respectivo registro;

b) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-040.018/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Antônio Carlos de Souza Lima (227.518.888-60).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. dê ciência da presente deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 908/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em favor de Janice dos Santos Farias.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos do processo 5007676-76.2017.4.04.711 0/RS, que tramitou na 2ª Vara Federal de Pelotas e determinou à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares que procedesse à nomeação da interessada, que se submeteu ao certame público regido pelo Edital 4/2015 (área administrativa);

Considerando que a validade do certame regido pelo Edital 4/2015 expirou em 19/8/2017 e que a admissão da interessada ocorreu em 4/5/2018;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos do processo 5007676-76.2017.4.04.711 0/RS já transitou em julgado;

Considerando que o princípio da independência das instâncias possibilita que o TCU decida de forma autônoma sobre as questões que lhes são afetas, sem a necessária vinculação a eventuais manifestações judiciais;

Considerando que a decisão judicial assecuratória da contratação tida por irregular pelo TCU não lhe subtrai a competência constitucional de apreciar a legalidade do ato e nem vincula a decisão desta Corte de Contas no que concerne ao mérito do ato;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Entidade ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essa contratação;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Janice dos Santos Farias (913.201.270-53), negando o respectivo registro;

b) dar ciência deste acórdão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7;

1. Processo TC-040.036/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Janice dos Santos Farias (913.201.270-53).

1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 909/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.903/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Luciano Flavio Lima de Freitas (889.973.671-53).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 910/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-039.156/2021-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Ana Maria Pinheiro Vicente (137.268.622-34); Elizabete Regina Braga (013.117.777-09); Maria José Ribeiro de Almeida (134.523.804-59); Marinete Regina Braga (002.243.347-35).

1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 911/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-039.278/2021-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Celima dos Anjos Diniz Moreira de Souza (746.781.753-34); Conceição de Maria Rodrigues Barreto (075.672.603-44); Maria Denise Carvalho de Farias (000.060.092-04); Maria Luiza Correa Neiva (836.190.463-87); Marindia Fernandes Neiva (070.293.251-50); Teodora Araújo Ferreira (927.379.603-63).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 912/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.115/2021-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Angela Regina Lima da Silva (301.234.290-72); Cristian Michel Silveira de Oliveira (003.662.910-33); Deizi Cristiane Silveira de Oliveira (003.663.030-66); Diego de Oliveira Varlett (806.374.260-53); Juliana da Silva Varlett (806.338.540-34); Marcio Alexandre Silveira de Oliveira (003.332.740-83); Polyana dos Santos Varlett (003.483.379-06); Vera Lucia Silveira de Oliveira (723.855.960-91).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 913/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.128/2021-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Keles Regina Antony Inoue (446.371.602-00); Lourival Patricio da Silva (383.288.442-49); Maria de Lourdes da Cunha e Silva (130.062.152-49).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 914/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.146/2021-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Eunice Josefa da Silva (707.213.864-15); Fernanda Helena Vasconcelos Marques (026.450.167-58); Gabriella Gomes Barcellos Santos (168.796.177-86); Maria Cotta Nabuco (083.061.887-21); Maria Josepha de Carvalho Cunha (068.362.807-04); Maria de Fatima Rodrigues de Mendonca (018.547.021-14).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 915/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.148/2021-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Elza Santos da Paixao (333.351.925-91); Gabriella Costa Nogueira Vieira (033.488.543-42); Iolete Duarte de Carvalho Varela (074.083.404-59); Lindsay da Silva Vieira (115.714.849-22); Maria Helena Costa Nogueira (230.604.683-20); Marisalva Monteiro da Paixao (133.670.725-91).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 916/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.151/2021-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Teresa Borges Feitoza Santos (972.435.231-53); Jose Tarciso Alves Costa (001.671.343-53); Kevin Yves Teles Silva (508.867.622-00); Maria Cristina Costa (651.772.313-72); Maria Teles Rodrigues (435.055.032-15); Terezinha Maia Sobral (640.842.213-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 917/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-044.153/2021-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Hilda Maria Martins de Siqueira (258.751.708-75); Josefa Leite Fontes de Sousa (200.241.185-91); Maria Apparecida Faria de Freitas (964.208.477-53).

1.2. Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 918/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.163/2021-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Marcia Terezinha Donega (589.735.598-34); Maria de Lourdes de Paula Leite Cury (204.148.678-31); Myrian Carmen Del Grande Pricoli (126.879.138-55); Pedro Luiz Flud Musso (449.495.008-48); Regina Maria Pupo Musso (013.406.998-69); Sandra Rosa da Rocha Correa (213.236.088-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 919/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.180/2021-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Kely Mara dos Anjos Alves Reis (087.656.166-00); Luiz Fernando dos Anjos Alves (087.656.276-44); Miria Horacio dos Anjos Alves (029.474.146-16).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 920/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.190/2021-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Dulcinea Pontes Alves (735.068.697-87); Josefa Carvalho de Lucena Batista (648.909.454-15); Maria Jose Velez da Silva (236.306.984-68).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 921/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.195/2021-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Benedita Rodrigues da Silva Vieira (413.675.107-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 922/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.205/2021-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Beatriz Mazzarino Cornelli (240.226.910-34); Dalila Castro de Abreu (220.957.130-87); Helena Loi Fetzner (105.353.140-00); Juliano de Magalhaes Monks Branco (962.388.600-49); Larissa Goulart Farias Monks Branco (834.018.900-00); Maria Zilda Vergara Schiavon (301.975.540-91); Nicolle de Magalhaes Monks Branco (007.887.600-17); Ramon Fetzner da Silva (808.721.400-59); Valderez Esmerio Mazzaferro (411.718.610-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 923/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.112/2021-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Cremilda Aragao Albuquerque (746.038.924-20); Maria Marieta dos Santos Koike (001.049.494-49); Maria da Conceicao Leite Rodrigues (517.535.964-91).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 924/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.126/2021-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria Paula de Sousa (121.344.653-87); Maria das Gracas Paulino de Oliveira (700.573.543-91); Maria de Lourdes Santos Mota (244.006.883-72); Rosa Celia Aguiar Rodrigues (211.315.113-87); Tania Maria Alves (358.992.123-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 925/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-045.138/2021-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Joselita Garcia Ribeiro (008.089.327-99); Luzia Gava de Paula (558.765.287-49).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 926/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-038.810/2021-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Clarice Siqueira do Prado Azevedo (115.148.188-25); Tereza Martinez Benites (201.533.331-20).
1.2. Órgão: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 927/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-041.822/2021-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Luzia da Silva (057.220.408-60); Maria de Fatima Alarcon Goncalves (553.630.757-68).
1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 928/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-044.435/2021-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Elza Alves Pereira (042.442.527-03); Nadir Pimentel Pereira (769.214.687-04).
1.2. Órgão: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 929/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-044.442/2021-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Irany Fonseca Temporal (010.340.787-12); Marilda Barbosa Campos (508.262.047-91).
1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 930/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.999/2021-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antônio Eduardo de Santa Cruz Abreu (178.557.487-68); Gilberto Francisco da Costa (323.083.534-49); Leony Rodrigues da Silva (134.852.452-91); Pedro Luiz Cortezi Botelho (374.214.257-72).
1.2. Órgão: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 931/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Saúde/MS e aos responsáveis.

1. Processo TC-024.124/2020-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Fundação Aproniano Sá (08.394.975/0001-53); Jose Nilson de Sa (002.639.234-87).
1.2. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 932/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Saúde/MS e à Sra. Inês Maria Correa de Arruda.

1. Processo TC-024.142/2020-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Ines Maria Correa de Arruda (261.745.103-87); Prefeitura Municipal de Caucaia - CE (07.616.162/0001-06).
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Caucaia/CE.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 933/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, inciso I e II e §§ 1º e 3º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 202, incisos I e II e §§ 1º, 3º e 8º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o Estado da Bahia, na qualidade de sucessor patrimonial da Empresa de Turismo da Bahia S.A. - Bahiatursa, comprove, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional das quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas, até a data do efetivo recolhimento;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	D/C
19/5/2010	170.000,00	D
14/1/2011	1.208,94	C
17/1/2011	0,08	C

b) expedir a determinação constante do item 1.7;

c) dar ciência ao Estado da Bahia de que a liquidação tempestiva do débito, atualizado monetariamente, saneará o processo e implicará o julgamento das contas pela regularidade com ressalva, com expedição de quitação; e

d) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, aos responsáveis e à Procuradoria-Geral do Estado da Bahia.

1. Processo TC-036.830/2019-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Empresa de Turismo da Bahia S.A - Bahiatursa Em Liquidação (15.225.014/0001-80); Emília Maria Salvador Silva (081.610.465-49); Governo do Estado da Bahia (13.937.032/0001-60).
1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Ana Bárbara Martins Costa (OAB/BA 41.846) e outros.
1.7. Determinar ao Estado da Bahia que, na impossibilidade de liquidação tempestiva do débito, no mencionado prazo de 15 (quinze) dias, adote providências com vistas à inclusão do valor da dívida em suas leis orçamentárias, informando ao Tribunal as providências adotadas no prazo de 30 (trinta) dias.

ACÓRDÃO Nº 934/2022 - TCU - 1ª Câmara

Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em desfavor de Francisco Rzatki e Odacir Zonta, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 023/98 (Siafi 352730), firmado entre o extinto Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e a Secretaria de Estado da Agricultura de Santa Catarina, e que tinha por objeto a "implantação de projeto de aproveitamento hidroagrícola".

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica (peças 85 a 87), segundo os quais não há pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

Considerando o parecer do Ministério Público junto ao TCU (peça 88), que, ao concordar com a proposta de mérito oferecida pela unidade instrutiva, sugeriu acrescentar aos fundamentos de decidir a ocorrência da prescrição, nos termos da Lei 9.873/1999;

Considerando que, nos termos da Súmula TCU-282, as ações de ressarcimento movidas pelo Estado contra os agentes causadores de danos ao erário são imprescritíveis;

Considerando, assim, não ser possível acolher a proposta do MPTCU de incorporar às razões de decidir a ocorrência de prescrição de débito, mas tão somente a prescrição da pretensão punitiva deste Tribunal, nos termos do Acórdão 1.446/2016-TCU-Plenário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Ministério do Desenvolvimento Regional e aos responsáveis.

1. Processo TC-045.004/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Francisco Rzatki (144.880.609-78); Odacir Zonta (105.367.449-04).

1.2. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 935/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 12, § 2º, e 26 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "b", e 217 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) autorizar a responsável Gabriela Rodrigues Lubiana (CPF: 118.801.607-57) a efetuar o recolhimento parcelado da dívida abaixo discriminada, em 13 (treze) parcelas mensais e consecutivas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, no valor de R$ 50.000,00, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo cada parcela ser corrigida monetariamente, na forma da legislação vigente, além de alertá-la que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

Data de ocorrência	**Valor histórico (R$)**	**Tipo da parcela**
1/3/2014	10.000,00	Débito
1/4/2014	10.000,00	Débito
1/5/2014	10.000,00	Débito
1/6/2014	10.000,00	Débito
1/7/2014	10.000,00	Débito
1/8/2014	10.000,00	Débito
1/9/2014	10.000,00	Débito
1/10/2014	10.000,00	Débito
1/11/2014	10.000,00	Débito
1/12/2014	10.000,00	Débito
1/1/2015	10.000,00	Débito
1/2/2015	10.000,00	Débito
21/1/2020	20.000,00	Crédito

b) esclarecer à responsável que:

b.1) o recolhimento do débito ora parcelado somente saneará o processo caso seja reconhecida a sua boa-fé e não se constate outra irregularidade nas contas;

b.2) caso venha a ser condenada pelo Tribunal, os débitos ora apurados serão acrescidos de juros de mora, nos termos do § 1º do art. 202 do RI/TCU, podendo ainda ser aplicada a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992; e

c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à responsável.

1. Processo TC-045.669/2020-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Gabriela Rodrigues Lubiana (118.801.607-57).

1.2. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 936/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por mais 90 (noventa) dias, a contar do término do prazo anteriormente concedido, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 5.582/2020-TCU-1ª Câmara (peça 2).

1. Processo TC-015.196/2021-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 937/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para atendimento à determinação contida no item 1.6 do Acórdão 7.872/2020-TCU-1ª Câmara, a contar do término do prazo inicialmente concedido.

1. Processo TC-046.746/2020-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessada: Companhia Docas do Espírito Santo (27.316.538/0001-66).

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).

1.5. Representação legal: Igor Pinheiro de Sant Anna (OAB/ES 11.015) e outros.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 938/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-017.923/2020-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Prefeitura Municipal de Floriano/PI.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 939/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência ao 72º Batalhão de Infantaria Motorizado, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas identificadas no Pregão Eletrônico SRP 4/2021, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

b.1) orçamento estimado relativo aos itens 87 e 88 obtido por meio de apenas três preços coletados junto ao Painel de Preços, resultando em uma estimativa acima dos preços de mercado (R$ 161,33) e contribuindo para possível sobrepreço na contratação dos referidos itens, adjudicados pelos valores unitários de R$ 33,00 e R$ 160,00, respectivamente, uma vez que pesquisa junto a outros órgãos, com contratações públicas empreendidas em períodos próximos ao da contratação no estado de Pernambuco, em quantitativos semelhantes, apontam um valor unitário médio de R$ 17,77, contrariando o § 1º do artigo 15 da Lei 8.666/1993 e o Acórdão 2.637/2015-Plenário; e

b.2) não cancelamento, no julgamento das propostas, do item 88, diante do resultado obtido no item 87, que trata do mesmo objeto, apontando que a contratação pelo melhor preço obtido para o item não seria vantajosa para a Administração, em desconformidade com o Acórdão TCU-Plenário 1.819/2018 e com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao 72º Batalhão de Infantaria Motorizado; e

d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-022.079/2021-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessados: Medplus Comercio de Artigos Médicos Ltda (01.706.665/0001-88); Pmh Produtos Médicos Hospitalares Ltda (00.740.696/0001-92).

1.2. Órgão: 72º Batalhão de Infantaria Motorizado.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Paulo Roberto Machado Cunha (OAB/DF 13.635) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 940/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência à Escola Naval, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade identificada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 6/2021, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

b.1) definição de valor relativamente elevado (R$ 1,00) para o intervalo mínimo entre lances (item 7.8 do edital), em afronta aos princípios da razoabilidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, insculpidos no caput do art. 3º da Lei 8.666/1993 e no caput do art. 2º do Decreto 10.024/2019, bem como à jurisprudência deste Tribunal, a exemplo do Acórdão 1.757/2020-TCU-Plenário;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Escola Naval e à representante;

d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-043.222/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Escola Naval.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 941/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Cristiana Maria Fernandes Lopes emitido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal,

nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Cristiana Maria Fernandes Lopes;

expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-041.153/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Cristiana Maria Fernandes Lopes (422.487.014-20).

1.2. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

1.7.1. no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, adeque, se for o caso, o pagamento da parcela referente à incorporação de "quintos/décimos" da interessada à modulação dada pelo Supremo Tribunal Federal na apreciação do Recurso Extraordinário 638.115;

1.7.2. dê ciência de inteiro teor desta decisão à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão encaminhe ao TCU comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 942/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Paulo Eduardo Rocha emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, além da questão apontada nos pareceres, identificou-se que algumas parcelas incorporadas como quintos ou décimos decorrem do exercício da função de Oficial de Justiça Avaliador;

considerando que a função que ensejou a incorporação desses quintos era paga a todos os ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, independendo, portanto, do quesito confiança, inerente a todos os ocupantes de função comissionada;

considerando estar devidamente configurado que tal vantagem era paga em razão do exercício das atribuições típicas do cargo e que, apesar de seu nome, não tem a natureza de função de confiança, cuja investidura depende de escolha por parte da autoridade e cuja exoneração pode ser dar ad nutum;

considerando que a gratificação paga aos Oficiais de Justiça Avaliadores, a despeito de sua denominação, não se confunde com as funções de confiança, funções gratificadas ou cargos em comissão, não sendo passíveis, portanto, de incorporação sob a forma de quintos ou décimos;

considerando que a jurisprudência deste Tribunal é firme acerca da inadequação de incorporação de quintos decorrente de gratificação ou função comissionada devida aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Paulo Eduardo Rocha;

dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

c) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-043.665/2021-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Eduardo Rocha (950.832.948-34).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. cesse os pagamentos decorrentes da incorporação de quintos ou décimos decorrentes do exercício da função de Oficial de Justiça Avaliador, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor;

1.7.5. emita novo ato, em que sejam suprimidas a irregularidades verificadas, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

ACÓRDÃO Nº 943/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Tomaz da Silva Dias emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam as seguintes irregularidades: (i) inclusão da vantagem "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, benefício não aplicável aos servidores que implementaram o direito à aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998); (ii) inclusão de parcela decorrente da incorporação de quintos ou décimos de função comissionada diferentes da efetivamente exercida, em decorrência da posterior alteração/transformação da função; e (iii) inclusão de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que, no caso concreto, o direito à aposentadoria foi implementado após 16/12/1998;

considerando que a primeira irregularidade identificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário (relator: Ministro Benjamin Zymler), que firmou o seguinte entendimento:

9.4. firmar entendimento de que é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção") , aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria.

considerando que essa parcela foi concedida a partir de decisão judicial não transitada em julgado;

considerando que a segunda irregularidade identificada também é tema de jurisprudência pacificada neste Tribunal de Contas, a exemplo dos Acórdãos 2.526/2018-2ª Câmara e 1.382/2021-1ª Câmara;

considerando que a terceira irregularidade identificada igualmente é objeto de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que essa parcela pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Tomaz da Silva Dias;

expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-043.673/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Tomaz da Silva Dias (135.708.112-04)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações:

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR que:

1.7.1. acompanhe o desfecho da Ação Ordinária 1005368-10.2020.4.01.3200, que tramita na 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Amazonas, e, uma vez desconstituída a decisão judicial que assegura, presentemente, o pagamento da rubrica referente à vantagem "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, adote as medidas administrativas necessárias à cessação do seu pagamento, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor de modo contrário;

1.7.2. no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

1.7.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes da parcela de incorporação de função comissionada indevidamente alterada/transformada;

1.7.2.2. promova o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2.3. dê ciência do inteiro teor desta decisão ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado até a data da ciência pela unidade deste acórdão, com base na Súmula TCU 106;

1.7.4. no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão:

1.7.4.1. emita novo ato de aposentadoria do interessado, contemplando a parcela de incorporação da função comissionada efetivamente exercida, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.4.2. encaminhe ao TCU comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 944/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Francisco Sales Neves de Souza Lima emitido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes decisões judiciais referentes a planos econômicos;

considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores do órgão de origem e que deveriam ter ensejado a absorção das parcelas judiciais inquinadas;

considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao Relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, bem assim com os Enunciados 276 e 279, da Súmula do TCU, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria de Francisco Sales Neves de Souza Lima;

b) fazer as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-043.682/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco Sales Neves de Souza Lima (086.753.414-15)

1.2. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba que:

1.7.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, interrompendo o pagamento de todas as rubricas judiciais referentes a planos econômicos, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, as providências adotadas;

1.7.2. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado até a data da ciência pela unidade deste acórdão, com base na Súmula TCU 106;

1.7.3. emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.4. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 945/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Maria Elena Mota emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam as seguintes irregularidades: (i) inclusão da vantagem "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, benefício não aplicável aos servidores que implementaram o direito à aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998); e (ii) inclusão de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que, no caso concreto, o direito à aposentadoria foi implementado após 16/12/1998;

considerando que a primeira irregularidade identificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário (relator: Ministro Benjamin Zymler), que firmou o seguinte entendimento:

9.4. firmar entendimento de que é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria.

considerando que a segunda irregularidade identificada também é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que essa parcela pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Maria Elena Mota;

expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-043.742/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Elena Mota (922.413.798-91)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações: Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que:

1.7.1. no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes da vantagem "opção";

1.7.1.2. promova o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.1.3. dê ciência de inteiro teor desta decisão à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da ciência pela unidade deste acórdão, com base na Súmula TCU 106;

1.7.3. no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão:

1.7.3.1. emita novo ato de aposentadoria da interessadoa, livre da vantagem "opção", disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.3.2. encaminhe ao TCU comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 946/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Ludmila Carvalho Noleto Silva emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação da empregada após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (16/06/2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência desta Corte sobre o tema;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de admissão de Ludmila Carvalho Noleto Silva;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7.

1. Processo TC-039.898/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Ludmila Carvalho Noleto Silva (826.255.222-91)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação aos interessados.

ACÓRDÃO Nº 947/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Ana Cristina Brito da Silva Botelho, emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Ana Cristina Brito da Silva Botelho e negar registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7.

1. Processo TC-039.936/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Ana Cristina Brito da Silva Botelho (024.995.781-73)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 948/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Roberta Coutinho Prista emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação da empregada após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (16/06/2016);

considerando que a contratação decorreu de ordem judicial, proferida na Reclamação Trabalhista 0011768-22.2015.5.01.0008 pela 8ª Vara do Trabalho da 1ª Região;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de admissão de Roberta Coutinho Prista;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7.

1. Processo TC-043.502/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Roberta Coutinho Prista (097.360.677-00)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Reclamação Trabalhista 0011768-22.2015.5.01.0008, em trâmite na Justiça do Trabalho, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que determinou a contratação da empregada após expirado o prazo de validade do concurso público;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação aos interessados.

ACÓRDÃO Nº 949/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos, relativos ao exame do ato de concessão da pensão militar instituída por Antônio Vieira Diniz em favor de Leonor dos Reis Vieira Diniz, emitido pelo Comando da Aeronáutica e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) constatou ter havido majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de invalidez posterior à reforma do instituidor;

considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019 - Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela "ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, bem como para o acréscimo de dois postos no cálculo dos proventos";

considerando que a aludida orientação é respaldada pela jurisprudência predominante no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a exemplo das decisões proferidas por aquela Corte nos Recursos Especiais 1.784.347/RS e 1.340.075/CE e no agravo regimental nos embargos de declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

considerando que os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU) foram pela ilegalidade e denegação de registro do ato em exame;

considerando, por fim, a presunção de boa-fé da interessada no ato em análise;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno e com a Súmula-TCU 106, em considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão da pensão militar instituída por Antônio Vieira Diniz em favor de Leonor dos Reis Vieira Diniz; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada e expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-043.824/2021-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Leonor dos Reis Vieira Diniz (179.807.448-61)

1.2. Unidade: Comando da Aeronáutica

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Comando da Aeronáutica que no prazo indicado, contado a partir da notificação desta deliberação:

1.7.1. em quinze dias:

1.7.1.1. dê ciência desta decisão à interessada, com o alerta de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a eximirá da devolução de valores indevidamente percebidos, caso os apelos não sejam providos;

1.7.1.2. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de pensão militar com base no posto incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.2. em trinta dias:

1.7.2.1. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ora examinado, e o submeta a nova apreciação por este Tribunal;

1.7.2.2. encaminhe a esta Corte comprovante da data da ciência desta decisão pela interessada.

ACÓRDÃO Nº 950/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de concessão da pensão militar instituída por Eden Alvarenga em favor de Alíria Ramalho Alvarenga e Maria Apparecida Alves de Campos Alvarenga, emitido pelo Comando da Aeronáutica e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) constatou ter havido majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de invalidez posterior à reforma do instituidor;

considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019 - Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela "ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, bem como para o acréscimo de dois postos no cálculo dos proventos";

considerando que a aludida orientação é respaldada pela jurisprudência predominante no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a exemplo das decisões proferidas por aquela Corte nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

considerando que os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU) foram pela ilegalidade e denegação de registro do ato em exame;

considerando, por fim, a presunção de boa-fé das interessadas no ato em análise;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno e com a Súmula-TCU 106, em considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão da pensão militar instituída por Eden Alvarenga em favor de Alíria Ramalho Alvarenga e Maria Apparecida Alves de Campos Alvarenga; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelas interessadas até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada e expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-043.831/2021-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alíria Ramalho Alvarenga (032.282.818-09) e Maria Apparecida Alves de Campos Alvarenga (403.260.208-53)

1.2. Unidade: Comando da Aeronáutica

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Comando da Aeronáutica que, no prazo indicado, contado a partir da notificação desta deliberação:

1.7.1. em quinze dias:

1.7.1.1. dê ciência desta decisão às interessadas, com o alerta de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não as eximirá da devolução de valores indevidamente percebidos, caso os apelos não sejam providos;

1.7.1.2. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de pensão militar com base no posto incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.2. em trinta dias:

1.7.2.1. emita outro ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ora examinado, e o submeta a nova apreciação por este Tribunal;

1.7.2.2. encaminhe a esta Corte comprovante da data da ciência desta decisão pelas interessadas.

ACÓRDÃO Nº 951/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTA e relacionada esta tomada de contas especial julgada pelo Acórdão 17.928/2021-1ª Câmara.

Considerando o erro material apontado pela Secretaria de Gestão de Processos no mencionado Acórdão;

considerando os pareceres da Secretaria de Gestão de Processos e do Ministério Público junto ao TCU pela correção do erro material detectado;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento na Súmula TCU 145, em promover o apostilamento do Acórdão 17.928/2021-1ª Câmara, de modo a realizar as seguintes alterações, a fim de que, no item 9 daquela deliberação:

onde se lê: "VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Esporte em desfavor de CAS - Central de Assessoria Social e de Bianca Santos de Souza, em razão da não comprovação da regular

aplicação dos recursos repassados pela União por meio de convênio que tinha por objeto oportunizar aos beneficiados atividades de geração de emprego e renda, por meio de oficinas de artesanato e de ações de caráter lúdico, nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro. ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c" e § 3º, 19, 23, inciso III, 24, 25, 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:",

leia-se: "VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Esporte em desfavor de CAS - Central de Assessoria Social e de Bianca Santos de Souza, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do convênio 21906/2009, registro Siafi 725729, que tinha por objeto oportunizar aos beneficiados atividades de geração de emprego e renda, por meio de oficinas de artesanato e de ações de caráter lúdico, nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro. ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c" e §§ 2º e 3º, 19, 23, inciso III, 24, 25, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:".

1. Processo TC-017.105/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Bianca Santos de Souza (054.750.287-70) e CAS - Central de Assessoria Social (04.698.888/0001-39)
1.2. Unidade: Secretaria Especial do Esporte
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
1.6. Representação legal: Fernanda Souza Correa (202.598/OAB-RJ), representando Bianca Santos de Souza
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 952/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, quanto ao objeto destes autos, durante o período da fiscalização, não foi identificada nenhuma ação passível do acompanhamento, previsto no Plano Especial aprovado na Sessão Plenária deste Tribunal, em 25/3/2020;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 241, 250, I, 169, inciso V e 143, V, a do RITCU, ACORDAM em considerar concluído o acompanhamento das ações do comitê instituído pela Portaria-MME 131/2020, do Ministério de Minas e Energia, para o enfrentamento da Covid-19, arquivar este processo e enviar cópia desta deliberação ao Ministério de Minas e Energia, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.872/2020-7 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Entidade: Ministério de Minas e Energia.
1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 953/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTA e relacionada esta representação encaminhada pela Gama Móveis para Escritório e Decorações, sobre possíveis irregularidades no pregão eletrônico 155/2021 SRP, promovido pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

Considerando que não há interesse público na continuidade da atuação deste Tribunal, no caso concreto, limitando-se a questão trazida a indicar mero interesse particular da autora, que, na prática, intenta nova instância recursal.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no artigo 87, § 2º, da Lei 13.303/2016 c/c artigos 143, III, 237, VII, e 250, I, do RITCU, conforme os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM em:

conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente e arquivá-la;

dar ciência à representante e ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., com o envio de cópia desta deliberação e da instrução que a suporta à representante.

1. Processo TC-042.954/2021-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Gama Móveis para Escritório e Decorações
1.2. Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Velsi Maria Gehlen (CPF - 062.258.960-15)
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 954/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.043/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mariza Curi Silvino Graca Lima (524.204.691-00); Silvana Almeida Filgueira de Medeiros (551.034.304-44).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 955/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.401/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lucy Maria Fernandes Chaves (354.008.206-97).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 956/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.408/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jorge Alberto de Araujo Rodrigues (181.069.354-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/pb.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 957/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.030/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Aragao de Carvalho (106.482.915-53); Edgard Fernando Moreira (191.071.451-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/pb.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 958/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.187/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Deoclecina Pereira Sampaio (258.762.101-10); Elizabete Rodrigues da Silva (065.131.312-00); Elizeu Rocha da Silva (074.871.182-15); Romulo de Oliveira Cunha (279.456.776-49); Vera Lucia Soares da Silva (244.654.101-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 959/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.899/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Moncôrvo Coelho de Sá (470.022.985-34); Alexandre de La Roca Tavares (021.632.277-40).
1.2. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.a..
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 960/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.144/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Iolanda Tavares Pacheco (960.269.791-15); Josefa Santos da Mota (398.364.441-49); Maria Aparecida da Fonseca Santos (039.340.368-80); Marlene Grego Mendes de Oliveira (648.850.704-49); Nora Ney Carlos Ribas Lopes (698.473.397-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 961/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.059/2021-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Aide Damiana da Cruz Santos Genuino (297.642.028-96); Ana Cleide Silva Muricy (169.486.295-04); Ana Cristina Silva Andrade dos Santos (507.296.675-53); Anni Keli de Oliveira Vieira Barcelos (010.145.087-70); Barbara Cristina Souza Santos (504.500.265-15); Claudenice da Silva Lopes (122.850.645-00); Iramy Correia Cruz (258.512.093-72); Katia Correia Lima (221.920.424-34); Lisziane Valesca de Oliveira Muniz (006.357.577-96); Marcilene Maria Farias de Matos Almeida (629.470.105-82); Maria das Neves da Silva Correia (369.788.764-53); Suzi Gleize Vasco de Oliveira (823.796.887-53).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 962/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.072/2021-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Auriangeli Cristina Fogagnoli (060.664.248-07); Claudia Valeria Fogagnoli Tavares (057.948.168-99); Dulcineia Magnusson Chaves (001.740.520-30); Leda Maria Campos Merigli (156.719.681-00); Leia Campos de Oliveira (115.125.068-69); Leila de Oliveira Miranda (403.687.931-68); Luani Campos de Oliveira (088.585.648-12); Marcia Antonia de Almeida Grandis (078.270.758-00); Marlene Magnusson de Souza (016.742.258-81); Odisseia Magnusson Borges da Costa (310.967.558-74).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 963/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.817/2021-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Rossiclei Allebrand Carvalho (303.653.500-44).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 964/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.826/2021-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Luiza Marilac Pedott (274.133.730-68).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 965/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.856/2020-7 (REFORMA)

1.1. Interessado: Raimundo Nonato Ramos (001.891.202-82).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 966/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento na Súmula/TCU 145, considerando as informações constantes da instrução da Seproc à peça 62 e o parecer do Ministério Público junto ao TCU (peça 64), destes autos e o parecer do Ministério Público junto ao TCU (peça 35), em promover o apostilamento do Acórdão 4771/2021-TCU-1ª Câmara, Ata 8/2021, consignando a seguinte alteração:

Onde se lê:

9.1. (...) aos cofres do Tesouro Nacional (...)

Leia-se:

9.1. (...) aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra SR-27) (...)

1. Processo TC-000.434/2017-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Geraldo Fernandes de Oliveira (592.694.802-91).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bannach - PA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Jose Fernando Santos dos Santos (14.671/OAB-PA), representando Geraldo Fernandes de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 967/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) dando conta de possíveis irregularidades na execução do Contrato 148/2008, celebrado entre o Gabinete do Secretário da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e a RPC Livraria e Papelaria Ltda. para fornecimento de materiais didáticos-pedagógicos, financiado com recursos repassados pelo FNDE no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014;

Considerando que, no âmbito do Processo TCE/000392/2009, do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), que tratou da Prestação de Contas Consolidadas da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), exercício 2008, foi constatado dano ao erário no valor de R$ 1.356.426,64, decorrente de pagamentos por materiais escolares não entregues na execução do Contrato 148/2008, celebrado entre aquela Secretaria a empresa RPC Livraria e Papelaria Ltda.;

Considerando que, no mencionado processo do TCE/BA, o dano está devidamente quantificado, tendo sido também estabelecida a responsabilização pelas irregularidades apuradas e a conduta dos responsáveis;

Considerando, portanto, que os autos contêm os elementos necessários à sua conversão em tomada de contas especial;

Considerando que as demais irregularidades apuradas no âmbito do TCE/BA, por não ensejarem dano ao erário, foram alcançadas pela prescrição da pretensão punitiva, nos termos do Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário;

Considerando a instrução da SecexEducação à peça 15,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, por satisfazer os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014;

b) converter, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 252 do Regimento Interno do TCU, os presentes autos em tomada de contas especial;

c) apensar definitivamente o presente processo à tomada de contas especial a ser autuada, nos termos dos art. 41 da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-044.335/2020-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Governo do Estado da Bahia.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. determinar a realização, no âmbito da TCE, da citação solidária dos responsáveis, na forma proposta na instrução da SecexEducação à peça 15.

ACÓRDÃO Nº 968/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, V, "e", do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar do término anteriormente fixado, o prazo para cumprimento das determinações constantes do Acórdão 234/2022 - TCU - 1ª Câmara.

1. Processo TC-022.317/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Olga Katsue Kido (074.199.748-70).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 969/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, V, "e", do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar do término do anteriormente fixado, o prazo para cumprimento das determinações constantes do Acórdão 289/2022-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-023.432/2021-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Valeria Maranha dos Reis Ferreira (102.245.798-51).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 970/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-044.421/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Claudio Davide (000.463.978-25).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 971/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de admissão de pessoal relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-044.399/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila da Paz Santos (057.776.514-02); Fabia de Sa Leal (055.221.124-92); Marcel Saraiva Barbosa (011.937.524-93); Mariana Ayremoraes Barbosa (641.600.173-04); Micheli Rigon Madeira (656.498.422-72).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 972/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, V, "d", do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em apostilar o Acórdão 18180/2021 - TCU - 1ª Câmara, para que no item 9.2.:
Onde se lê:
"9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul."
Leia-se:
"9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Câmara dos Deputados:"

1. Processo TC-025.413/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Frederico Bernardi Capistrano Diniz (010.125.511-05); Susan Alvarine Galvão Valadares (705.243.271-49); Secretaria de Controle Interno/Câmara dos Deputados.
1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 973/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-044.173/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria das Dores Barbosa da Hora (246.148.314-00); Rita Francisca de Albuquerque Regueira (329.829.844-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 974/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, V, "e", do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em expedir quitação à Sra. Maria de Fátima Maciel (CPF 206.078.304-68), ante o recolhimento da multa individual a ela aplicada por meio do acórdão 15718/2018-TCU-1ª Câmara, encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica, peça 84, à responsável e à Administração Regional do Senac no Estado da Paraíba, para ciência, e encerrar e arquivar os autos conforme proposto.

1. Processo TC-036.224/2016-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)
1.1. Responsáveis: Geraldo Bezerra Veras (089.074.044-53); José Marconi Medeiros de Souza (020.459.664-53); Maria de Fatima Maciel (206.078.304-68); Vera Lucia da Silva (738.786.264-87).
1.2. Entidade: Administração Regional do Senac no Estado da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).
1.6. Representação legal: Guilherme Fregapani de Almeida (34406/OAB-DF), Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (34.406/OAB-DF) e outros, representando Maria de Fatima Maciel.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 975/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, e na forma do art. 143, V, e, do RI/TCU, e de acordo com a proposta emitida pela unidade instrutiva, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 60 (sessenta) dias a contar do término do anteriormente fixado pelo Acórdão 461/2022-TCU-1ª Câmara, o prazo para cumprimento das determinações constantes do Acórdão 666/2018-TCU-Plenário.

1. Processo TC-016.859/2020-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Apensos: 007.905/2017-3 (MONITORAMENTO)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 976/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 10), ao representante e à Universidade Federal da Bahia - UFBA.

1. Processo TC-001.010/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: RPL Engenharia e Serviços Ltda. (CNPJ 01.781.573/0001-62).
1.2. Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Lindemberg Freitas da Silva (28874/OAB-PE), representando R.p.l Engenharia e Servicos Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 977/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o representante busca, ao requerer que este Tribunal determine a realização do pagamento devido pela unidade jurisdicionada, a defesa de seu interesse privado, o que deve ser pleiteado perante a própria Administração ou ao Poder Judiciário, configurando-se a ausência de interesse público.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 11), ao representante e à Embrapa/CNPAB.

1. Processo TC-001.406/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Alessandro Guimarães Matos (CPF 073.258.151-66).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia (Embrapa/CNPAB).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 978/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica, (peça 27), ao representante e ao DPF - Superintendência Regional/AC - MJ.

1. Processo TC-001.407/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Carla Patrícia Alves Brandão (CPF 01852356707).
1.2. Órgão/Entidade: DPF - Superintendência Regional/AC - MJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Hilton dos Santos Cruz (214301/OAB-RJ), representando Carla Patricia Alves Brandao 01852356707.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 34 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ALINE GUIMARÃES DIÓGENES
Subsecretária da Primeira Câmara

Aprovada em 22 de fevereiro de 2022.

(Assinado eletronicamente)

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

2ª CÂMARA

ATA Nº 3, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022
(Sessão Telepresencial)

Presidente: Ministro Bruno Dantas
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia; do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, por motivo de férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 2, referente à sessão realizada em 8 de fevereiro de 2021.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-023.718/2018-8, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes; e

- TC-007.602/2019-7, de relatoria do Ministro Antonio Anastasia.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 688 a 762.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 650 a 687, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-021.679/2019-3, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, a Dra. Carla Albuquerque Marques produziu sustentação oral em nome da Associação Científica de Estudos Agropecuários e de Fernando Felipe Ferreya Hernandez.

Na apreciação do processo TC-003.544/2017-6, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, a Dra. Jéssica Souza Esmeraldo produziu sustentação oral em nome da Associação "Os Independentes" e de Marcos Murta.

PROCESSO TRANSFERIDO DE PAUTA

Com fundamento no § 11 e 12 do art. 112 do Regimento Interno e da Questão de Ordem 4/2019, a apreciação do processo 013.139/2016-9 (Ata nº 37/2021), cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, foi transferida para a sessão da Segunda Câmara de 22 de fevereiro de 2022.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 650/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.407/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Eronilda Justino Gomes Monteiro (327.979.584-20); Maria Lucia Lima Paraiso (022.367.264-57).
4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão militar pelo Comando da Aeronáutica;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 260 e seu § 5º e 262 do Regimento Interno e na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal, negando-lhe registro, o ato de concessão de pensão militar instituída por Antônio Rogério Pessoa Monteiro às beneficiárias Eronilda Justino Gomes Monteiro e Maria Lucia Lima Paraiso;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelas beneficiárias do ato ora considerado ilegal até a data de ciência desta deliberação pelo órgão de origem;
9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação:
9.3.1.1. suste os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas e as alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os apelos não sejam providos;
9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação:
9.3.2.1. encaminhe a este Tribunal comprovante da ciência das interessadas;
9.3.2.2. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, e o submeta, por intermédio do sistema e-Pessoal, a nova apreciação por este Tribunal.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0650-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 651/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.101/2017-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Prestação de Contas (exercício: 2016).
3. Interessado/Embargante:
3.1. Interessado: Companhia Nacional de Abastecimento.
3.3. Embargante: Rogério Luiz Zeraik Abdalla (836.180.409-97).
4. Órgão/Entidade: Companhia Nacional de Abastecimento.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Janaina da Silva Leme dos Santos (54805/OAB-DF) e outros, representando Rogério Luiz Zeraik Abdalla.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Rogério Luiz Zeraik Abdalla, ex-Diretor de Gestão de Pessoas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em face do Acórdão 10.896/2021-2ª Câmara, por meio do qual esta Corte julgou regulares com ressalva as contas desse responsável no âmbito da prestação de contas anual da Conab referente ao exercício de 2016;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18, 32, inciso II, 34 da Lei nº 8.443/1992, dos presentes embargos declaratórios e, no mérito, acolhê-los com efeitos infringentes, de maneira a alterar o mérito do julgamento das contas dos responsáveis: Roberto Naves e Siqueira, Rogério Luiz Zeraik Abdalla e João Marcelo Intini;
9.2. dar a seguinte redação aos subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão 10.896/2021-2ª Câmara, mantendo-se inalterados os demais subitens desse acórdão:
"9.1. julgar, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, regulares as contas dos Srs. Igo dos Santos Nascimento, Arno Jerke Junior, Cleiton dos Santos Araújo, Cleide Edvirges Santos Laia, Danilo Borges dos Santos, Eumar Roberto Novacki, Francisco de Assis da Silva Lopes, Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra, Katia Terezinha Coelho da Rocha, Marcus Luis Hartmann, Maria Emília Mendonça Pedroza Jaber, Raphael Vianna de Menezes, Tatiana Lipovetskaia Palermo; Tânia Mara Garib, Roberto Naves e Siqueira, Rogério Luiz Zeraik Abdalla e João Marcelo Intini, dando-lhes quitação plena;
9.2. julgar, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, regulares com ressalva as contas dos responsáveis a seguir, em face das falhas adiante apontadas, dando-lhes quitação:
9.2.1. Lineu Olímpio de Souza: omissão quanto ao efetivo acompanhamento e supervisão das atividades de responsabilidade da Comissão Contrato Conab-BB 30/2013, em desatendimento ao comportamento esperado e exigido pelo princípio constitucional da eficiência (art. 37, da CF de 1988) e pelo art. 14, inciso I, do Regimento Interno da Conab (itens 98-137 da instrução);"
9.3. encaminhar cópia desta deliberação à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0651-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 652/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 040.370/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessada: Denise Maria Oliveira Dias (293.348.370-04).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão militar pelo Comando do Exército;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 260 e seu § 5º e 262 do Regimento Interno e na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal, negando-lhe registro, o ato de concessão de pensão militar instituída por Manoel Luiz Mota Dias à beneficiária Denise Maria Oliveira Dias;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária do ato ora considerado ilegal até a data de ciência desta deliberação pelo órgão de origem;
9.3. determinar ao Comando do Exército que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação:
9.3.1.1. suste os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os apelos não sejam providos;
9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação:
9.3.2.1. encaminhe a este Tribunal comprovante da ciência da interessada;
9.3.2.2. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, e o submeta, por intermédio do sistema e-Pessoal, a nova apreciação por este Tribunal.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0652-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 653/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.815/2015-0.
1.1. Apenso: 001.308/2014-9
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Aspam - Construções e Serviços Ltda (83.337.014/0001-22); Carlos Marx Tonini (042.566.032-04); Marcos de Almeida Mácola (371.966.932-72).
4. Órgão/Entidade: Administração Regional do Sesc no Estado do Pará.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. André Ramy Pereira Bassalo (7.930/OAB-PA), representando Aspam - Construções e Serviços Ltda.
8.2. Cassio Barbosa Macola (15533/OAB-PA), representando Marcos de Almeida Mácola.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência de determinação prolatada no Acórdão 3.384/2014-TCU-2ª Câmara, referente a débito nas obras executadas no Serviço Social do Comércio no estado do Pará (SESC/PA), em desfavor dos Srs. Carlos Marx Tonini, Marcos de Almeida Mácola e da empresa Aspam Construções e Serviços Ltda., empresa contratada para executar os contratos Castanhal/2009, Marabá/2009, Ananindeua/2010 e Escola/2011;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Marcos de Almeida Mácola e pela empresa Aspam Construções e Serviços Ltda., bem como acolher as alegações de defesa, porém rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Carlos Marx Tonini;
9.2. julgar irregulares as contas dos Srs. Carlos Marx Tonini, Marcos de Almeida Mácola e da empresa Aspam Construções e Serviços Ltda., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;
9.3. condenar a empresa Aspam Construções e Serviços Ltda. ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, fixando-lhe o prazo de 15 dias para que comprove perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Serviço Social do Comércio no estado do Pará (SESC/PA), pelo recebimento de serviços com sobrepreço, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

Quantificação do débito:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
	520.754,36
31/10/2010	417.821,24

9.4. aplicar, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, multa à empresa Aspam Construções e Serviços Ltda., no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fixando o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar, com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso I, do RI/TCU, multa individual ao Sr. Carlos Marx Tonini e ao Sr. Marcos de Almeida Mácola, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, comprove perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendida a notificação;

9.7. autorizar, desde logo, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, caso seja do interesse dos responsáveis, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada uma, corrigida monetariamente, os juros de mora devidos, sem prejuízo de alertá-los de que, caso optem por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 2º, do RI/TCU;

9.8. encaminhar cópia deste acórdão aos responsáveis e ao Sesc/PA, para ciência, e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, informando-lhes que a presente decisão, juntamente com o relatório e voto que a fundamentam, está disponível para consulta no sítio eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0653-04/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 654/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.831/2018-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Alexandre Jose Barata Pinheiro (603.847.002-68); Denise Sena da Cunha (089.713.402-82); Raimundo de Jesus Bahia Tavares (108.557.772-49); Terezinha de Jesus Rego da Silveira (042.058.202-91).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará.

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (FNS), em razão de desvio de dinheiro público mediante fraude em pagamento de diárias, auxílio funeral e passivo administrativo a favorecidos não pertencentes ao efetivo do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Pará (NEMS/PA),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Denise Sena da Cunha, Raimundo de Jesus Bahia Tavares, Terezinha de Jesus Rego da Silveira e Alexandre José Barata Pinheiro, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas dos responsáveis Denise Sena da Cunha (CPF 089.713.402-82), Raimundo de Jesus Bahia Tavares (CPF 108.557.772-49), Terezinha de Jesus Rego da Silveira (CPF 042.058.202-91) e Alexandre José Barata Pinheiro (CPF 603.847.002-68), condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Débito solidário: Alexandre José Barata Pinheiro (CPF 603.847.002-68) e Denise Sena da Cunha (CPF 089.713.402-82):

Data	Valor
03/09/2004	1.245,84
21/09/2004	997,15
30/09/2004	865,25
07/10/2004	1.288,75
27/10/2004	1.446,82
03/11/2004	1.446,82
03/12/2004	1.416,82
03/12/2004	1.391,85
10/12/2004	1.446,82
14/12/2004	1.416,35
14/12/2004	1.491,82
20/12/2004	1.491,82
20/12/2004	1.491,86
08/03/2005	3.563,33
05/04/2005	3.542,90
05/05/2005	2.829,30
30/05/2005	3.416,46
30/05/2005	3.653,40
06/06/2005	3.565,02
15/06/2005	3.876,57
24/06/2005	3.967,05
30/06/2005	3.437,35
09/08/2005	3.973,43
18/08/2005	1.873,32
25/08/2005	1.323,56
31/08/2005	1.454,72
31/08/2005	1.446,82
05/09/2005	1.446,82
05/09/2005	1.373,09
19/09/2005	1.587,10
03/10/2005	1.594,80
03/10/2005	1.587,10
05/10/2005	1.590,80
05/10/2005	1.594,80
13/10/2005	1.590,80
13/10/2005	1.587,10
26/10/2005	1.511,72
26/10/2005	1.587,10
04/11/2005	1.587,10
04/11/2005	1.594,80
10/11/2005	1.587,10
10/11/2005	1.511,72
14/11/2005	1.590,80
14/11/2005	1.446,82
28/11/2005	1.591,80
28/11/2005	1.599,04
02/12/2005	1.594,80
02/12/2005	1.590,80
02/12/2005	1.446,82
06/12/2005	1.594,80
06/12/2005	1.590,80
06/12/2005	1.599,04
19/12/2005	1.599,04
19/12/2005	1.587,80
19/12/2005	1.594,80
22/12/2005	1.365,60
22/12/2005	1.365,60
27/12/2005	2.573,51
10/01/2007	1.867,32
15/01/2007	1.757,03
15/01/2007	1.386,32
18/01/2007	1.511,72
18/01/2007	1.512,27
29/01/2007	1.958,13
05/02/2007	3.567,13
13/02/2007	2.361,17

Débito solidário: Raimundo de Jesus Bahia Tavares (CPF 108.557.772-49) e Denise Sena da Cunha (CPF 089.713.402-82):

Data	Valor
09/09/2004	429,60
14/03/2005	3.729,90
17/03/2005	3.422,26
27/04/2005	3.756,60
17/05/2005	3.773,50
08/07/2005	2.958,40
21/07/2005	1.500,79
21/07/2005	1.456,32
18/08/2005	1.391,85
18/08/2005	1.240,62
13/09/2005	1.594,80
14/09/2005	1.587,10
26/09/2005	1.590,80
26/09/2005	1.446,82
17/10/2005	1.594,80
17/10/2005	1.587,10
20/10/2005	1.587,10
20/10/2005	1.590,80
22/11/2005	1.590,80
22/11/2005	1.594,80
09/12/2005	1.587,80
09/12/2005	1.575,84
09/12/2005	1.590,50

Débito individual: Denise Sena da Cunha (CPF 089.713.402-82):

Data	Valor
17/11/2004	1.446,82
17/11/2004	1.446,82

Débito solidário: Alexandre José Barata Pinheiro (CPF 603.847.002-68) e Terezinha de Jesus Rego da Silveira (CPF 042.058.202-91):

Data	Valor
18/10/2004	1.446,82
01/11/2005	1.594,80
01/11/2005	1.391,85

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na

forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. remeter cópia deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para ajuizamento das ações cabíveis, informando-lhe que o inteiro teor da deliberação pode ser consultado no endereço http://www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0654-04/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 655/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.412/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).

3.2. Responsáveis: Ana Paula da Rosa Quevedo (001.904.910-27); André Vieira Neves da Silva (000.932.651-07); Conhecer Consultoria e Marketing Ltda - Me (07.046.650/0001-17); Danillo Augusto dos Santos (036.408.128-75); Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo (785.537.681-04); IEC Instituto Educar e Crescer (07.177.432/0001-11); Luiz Henrique Peixoto de Almeida (058.352.751-53) (falecido).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Distrito Federal.

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Gustavo Rodrigues Silva (374108/OAB-SP) e outros, representando Danillo Augusto dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), inicialmente em desfavor apenas do Instituto Educar e Crescer (IEC) e de seu ex-presidente, Sr. Danillo Augusto dos Santos, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 703278/2009, celebrado em 4/5/2009, tendo por objeto o "XXIII Arraial da Alegria da Cidade de Maria", realizado em Barretos/SP no período de 5 a 7/6/2009, com vigência estipulada para o período de 4/5/2009 a 8/9/2009;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Danillo Augusto dos Santos, ex-Presidente do IEC Instituto Educar e Crescer;

9.2. considerar revéis para todos os efeitos o IEC Instituto Educar e Crescer (IEC), a empresa Conhecer Consultoria e Marketing Ltda., Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo, Sra. Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo, Sr. André Vieira Neves da Silva e Sr. Luiz Henrique Peixoto de Almeida (falecido), dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro nos arts. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, e 202, § 8º, do Regimento Interno do TCU;

9.3. julgar irregulares as contas dos responsáveis IEC Instituto Educar e Crescer, Conhecer Consultoria e Marketing Ltda., Sr. Danillo Augusto dos Santos, Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo, Sra. Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo, Sr. André Vieira Neves da Silva e Sr. Luiz Henrique Peixoto de Almeida (falecido), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU;

9.4. condenar, de forma solidária, o espólio ou os eventuais herdeiros do Sr. Luiz Henrique Peixoto de Almeida (falecido), caso tenha ocorrido a partilha de bens, até o limite do valor do patrimônio transferido, o IEC Instituto Educar e Crescer, a empresa Conhecer Consultoria e Marketing Ltda., o Sr. Danillo Augusto dos Santos, as Sras. Ana Paula da Rosa Quevedo e Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo, e o Sr. André Vieira Neves da Silva ao pagamento da quantia a seguir especificada, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992 c/c art. 210 do Regimento Interno do TCU, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
4/6/2009	300.000,00

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar aos responsáveis e ao representante do espólio ou eventuais herdeiros do Sr. Luiz Henrique Peixoto de Almeida (falecido) de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. determinar a juntada da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, aos demais processos em trâmite nesta Corte de Contas envolvendo o IEC Instituto Educar e Crescer e o Sr. Danillo Augusto dos Santos, de forma a subsidiar análises posteriores com vistas a propiciar que tanto as unidades técnicas, Ministério Público junto ao TCU e Relatores detenham o máximo possível de informações para que, se assim desejarem, uniformizarem posicionamentos;

9.8. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas cabíveis; informando-lhe que o inteiro teor da deliberação pode ser consultado no endereço http://www.tcu.gov.br/acordaos;

9.9. enviar cópia deste Acórdão ao Ministério do Turismo, aos responsáveis e ao representante do espólio ou eventuais herdeiros do Sr. Luiz Henrique Peixoto de Almeida (falecido), para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer, sem custos, as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.10. informar à Procuradoria da República no Distrito Federal que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0655-04/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 656/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.142/2019-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis: Erivaldo Andrade Silva (172.663.355-15); Valter Andrade da Silva Junior (855.834.055-20).

4. Órgão/Entidade: Município de Itamari - BA.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Edson Dias de Almeida (42092/OAB-BA), representando Erivaldo Andrade Silva e Valter Andrade da Silva Junior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor de Valter Andrade da Silva Junior, ex-prefeito municipal de Itamari/BA (gestão 2013-2016), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no exercício de 2016,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa e integralmente as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Valter Andrade da Silva Junior;

9.2. acolher as alegações de defesa e rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Erivaldo Andrade Silva;

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da referida Lei, as contas do Sr. Valter Andrade da Silva Junior, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU:

VALOR (R$)	DATA DE OCORRÊNCIA
25.924,00	5/1/2016
30.000,00	14/3/2016
10.000,00	22/4/2016

9.4. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da referida Lei, as contas do Sr. Erivaldo Andrade Silva;

9.5. aplicar ao Sr. Valter Andrade da Silva Junior a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar ao Sr. Erivaldo Andrade Silva a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. autorizar, desde já, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis;

9.9. dar ciência desta decisão aos responsáveis, à prefeitura municipal de Itamari/BA, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0656-04/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 657/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.845/2020-9.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Bruno Vaz Amorim (692.734.991-04); Felipe Vaz Amorim (692.735.101-91); Master Projetos e Empreendimentos Culturais Ltda - ME (04.750.630/0001-34); Tania Regina Guertas (075.520.708-46).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Glauter Fortunato Dias Del Nero (356.932/OAB-SP) e outros, representando Felipe Vaz Amorim e Tania Regina Guertas.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos captados pela empresa Master Projetos e Empreendimentos Culturais Ltda. - ME por força do

projeto cultural Pronac 10-8201.2.2, o qual tinha por objeto "Realizar, entre março/2011 e setembro/2011, um livro de arte que integre cultura, arte e gastronomia. Serão destacadas todas as regiões do Brasil, ressaltando suas receitas típicas. A edição apresentará 44 receitas, que serão elaboradas por pessoas comuns de cada região mostrando a relação entre o prato apresentado e os costumes culturais da região. Serão distribuídos gratuitamente exemplares para bibliotecas federais, estaduais e municipais de todo país",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. excluir da presente relação processual o Sr. Bruno Vaz Amorim;

9.2. considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, para todos os efeitos, a empresa Master Projetos e Empreendimentos Culturais Ltda. - ME, dando-se prosseguimento ao processo;

9.3. acatar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Tânia Regina Guertas e pelo Sr. Felipe Vaz Amorim;

9.4. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e nos arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, inciso III, e 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, irregulares as presentes contas e condenar os responsáveis abaixo indicados solidariamente em débito, pelos valores discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora a partir das datas indicadas, nos termos da legislação vigente, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Cultura:

9.4.1. empresa Master Projetos e Empreendimentos Culturais Ltda. - ME e Tânia Regina Guertas:

VALOR (R$)	DATA
5.703,07	17/6/2011
15.000,00	17/6/2011
512,00	21/6/2011
3.000,00	27/6/2011
4.125,00	30/6/2011

9.4.2. empresa Master Projetos e Empreendimentos Culturais Ltda. - ME e Felipe Vaz Amorim:

VALOR (R$)	DATA
510,00	13/7/2011
471,78	13/7/2011
4.125,00	29/7/2011
3.000,00	29/7/2011
510,00	8/8/2011
10.000,00	8/8/2011
7.508,00	22/8/2011
492,00	25/8/2011
10.500,00	25/8/2011
18.003,50	25/8/2011
2.500,00	25/8/2011
1.000,00	25/8/2011
6.000,00	29/8/2011
46.873,40	2/9/2011
3.000,00	2/9/2011
510,00	2/9/2011
1.723,75	20/9/2011
45.900,00	21/9/2011
1.569,72	10/10/2011
26,25	19/10/2011
280,39	31/10/2011

9.5. aplicar à empresa Master Projetos e Empreendimentos Culturais Ltda. - ME, ao Sr. Felipe Vaz Amorim e à Sra. Tânia Regina Guertas a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de individual de, respectivamente, R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) e R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar, desde já, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis;

9.8. dar ciência desta decisão aos responsáveis, à Secretaria Especial de Cultura e à Procuradoria da República no estado de São Paulo, para adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0657-04/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 658/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.702/2019-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Geisa Behnen (005.215.440-84); Geisa Behnen - ME (08.074.814/0001-82).

3.2. Recorrente: Geisa Behnen (005.215.440-84).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Rodrigo Kopke Salinas (146.814/OAB-SP) e outros, representando Geisa Behnen - ME.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Geisa Behnen contra o Acórdão 6.713/2020-2ª Câmara, de natureza condenatória;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os exatos termos do acórdão recorrido.

9.2. dar ciência desta decisão à recorrente e aos interessados.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0658-04/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 659/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 039.248/2019-4.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania (MC).

3.2. Responsável: Wellinson Carlos Dantas Ribeiro (CPF: 037.506.354-47) e município de Canguaretama/RN (CNPJ: 08.365.017/0001-54).

4. Unidade jurisdicionada: Município de Canguaretama/RN

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Donnie Allison dos Santos Morais (OAB/RN 7215), Daniel Rousseau Lacerda de França (OAB/RN 11.714), e outros, representando Wellinson Carlos Dantas Ribeiro, conforme procuração à peça 120.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania (MC), em desfavor do Sr. Wellinson Carlos Dantas Ribeiro, ex-prefeito do município de Canguaretama/RN (gestão: 2009 a 2012), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), visando à execução dos serviços de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), no exercício 2012,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da presente relação processual o município de Canguaretama/RN;

9.2. considerar revel o Sr. Wellinson Carlos Dantas Ribeiro, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do Sr. Wellinson Carlos Dantas Ribeiro, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
29/5/2012	856,80
29/5/2012	714,00
30/5/2012	50,40
30/5/2012	50,40
31/5/2012	572,88
6/7/2012	856,80
5/9/2012	572,88
4/10/2012	856,80
4/10/2012	7.500,00
1/11/2012	285,60
15/2/2012	856,80
9/3/2012	522,80
9/3/2012	522,80
9/3/2012	522,80
9/3/2012	714,00
9/3/2012	714,00
9/3/2012	1.512,00
1/6/2012	10.882,65
5/10/2012	1.200,00
2/2/2012	6.002,00
1/6/2012	8.073,48
31/5/2012	1.512,00
25/6/2012	572,24
25/6/2012	0,64
25/7/2012	4.209,98
5/9/2012	1.512,00
5/10/2012	1.000,00
21/12/2012	1.100,00
15/3/2012	1.512,00
15/3/2012	3.000,00
1/6/2012	1.601,19
6/7/2012	781,20
3/8/2012	572,88
4/10/2012	572,88
21/12/2012	572,88
14/2/2012	522,48
15/3/2012	781,20
4/4/2012	522,42
31/5/2012	572,88
4/10/2012	572,88
5/10/2012	13.000,00
5/12/2012	1.092,00
5/12/2012	572,88
21/12/2012	572,88
15/3/2012	1.512,00

15/3/2012	714,00
1/6/2012	16.242,29

9.4. aplicar ao Sr. Wellinson Carlos Dantas Ribeiro, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.8. enviar cópia deste Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.9. enviar cópia deste Acórdão à Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania (MC) para ciência;

9.10. informar à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, à Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania (MC) e ao responsável que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.11. informar à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU nº 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0659-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 660/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.679/2019-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Associação Científica de Estudos Agrários (CNPJ 04.404.093/0001-70), Fernando Felipe Ferreyra Hernandez (CPF 208.324.943-72), Sergio Horta Mattos (CPF 143.968.823-00) e Wladimir Ronald Lobo Farias (CPF 359.871.383-53 - falecido).
4. Órgãos/Entidades: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: Carla Albuquerque Marques (OAB/CE 15.650), representando Fernando Felipe Ferreyra Hernandez e Associação Científica de Estudos Agrários (procuração à peça 78) e o espólio de Wladimir Ronald Lobo Farias (procuração à peça 80).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em desfavor da Associação Científica de Estudos Agrários e dos Srs. Fernando Felipe Ferreyra Hernandez, Sergio Horta Mattos e Wladimir Ronald Lobo Farias, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos àquela entidade associativa por meio do Convênio 01.10.0622.00, registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, sob o número 663473, e por ela firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tendo por objeto a execução do projeto intitulado "Modernização da Estrutura, Desenvolvimento da Aquicultura Integrada e Biotecnologia na Estação de Piscicultura do Departamento de Engenharia de Pesca" da Universidade Federal do Ceará (peça 5, p. 2);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Sérgio Horta Mattos, excluindo-o do rol de responsáveis e da presente relação processual;
9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Associação Científica de Estudos Agrários e pelos Srs. Fernando Felipe Ferreyra Hernandez e Wladimir Ronald Lobo Farias, julgando irregulares suas contas com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443, de 16/7/1992, combinados com os arts. 19 e 23, inciso III, do mesmo diploma, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, e condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora desde as respectivas datas até a data do efetivo recolhimento, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste Acórdão, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCU, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno desta Corte de Contas:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Débito ou Crédito
2/6/2011	21.400,00	D
16/6/2011	295.007,18	D

9.3. aplicar à Associação Científica de Estudos Agrários e ao Sr. Fernando Felipe Ferreyra Hernandez a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 267 do Regimento Interno desta Corte, no valor individual de R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno-TCU), o recolhimento de suas respectivas dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:
9.4.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado por qualquer dos responsáveis e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;
9.4.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. esclarecer ao responsável Fernando Felipe Ferreyra Hernandez que, na hipótese de vir a ser demonstrada, por via recursal, a correta aplicação dos recursos públicos federais afetos ao Convênio 01.10.0622.00, poderá ser afastado o débito que ora lhe está sendo imputado, mas caso não se logre justificar a omissão havida quanto à prestação de contas da referida avença, permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;
9.6. encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis em epígrafe, à Finep e, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, e do art. 209, § 7º, do Regimento Interno-TCU, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0660-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 661/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 003.550/2021-4
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Aposentadoria (Pedido de Reexame).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Centro de Controle Interno da Aeronáutica; Francisco Eduardo Cancela Neto (858.817.837-00); José Luiz dos Santos (672.419.487-34); Lino Antônio Ulharuso (078.062.724-53).
4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 9.289/2021-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou o ato de aposentadoria de Francisco Eduardo Cancela Neto ilegal e negou-lhe registro;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento, julgando-se legal o ato de peça 5 e determinando-se o seu registro; e
9.2. dar ciência desta decisão à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0661-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 662/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.096/2021-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pensão Civil (Pedido de Reexame).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Isanete Rosa da Cunha (590.139.749-53).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo DNIT, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 8.300/2021-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou o ato de aposentadoria em favor de Isanete Rosa da Cunha ilegal e negou-lhe registro;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0662-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 663/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.504/2016-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundo Nacional do Meio Ambiente (37.115.375/0004-50).
3.2. Responsável: Alvaro Aires da Costa (057.632.072-20).
3.3. Recorrente: Alvaro Aires da Costa (057.632.072-20).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Curralinho - PA.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Jose Fernando Santos dos Santos (14671/OAB-PA), representando Alvaro Aires da Costa; Danilo Victor da Silva Bezerra (21.764/OAB-PA), representando Danilo Ribeiro Rocha; Melina Silva Gomes (17067/OAB-PA), representando Prefeitura Municipal de Curralinho - PA; Danilo Ribeiro Rocha (20.129/OAB-PA) e João Luis Brasil Batista Rolim de Castro (14045/OAB-PA), representando Maria Alda Aires Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Alvaro Aires da Costa contra o Acórdão 18.078/2021-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, com fulcro nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c art. 287 do Regimento Interno do TCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. alertar ao recorrente que a interposição de novos recursos e demais expedientes, com nítido caráter protelatório, pode vir a ser caracterizada como litigância de má-fé, a teor do disposto no art. 80, inciso VII, do Código de Processo Civil, a sujeitar os responsáveis à sanção pecuniária de multa por parte desta Corte de Contas;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0663-04/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 664/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.492/2020-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Debora Cristhiane Souza Aquino da Silva (CPF 552.903.021-15) e Ossos do Ofício - Confraria das Artes (CNPJ 05.286.859/0001-22).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pela Secretaria Especial de Cultura, tendo como responsáveis a Entidade Ossos do Ofício - Confraria das Artes e sua ex-presidente, Sra. Débora Cristhiane Souza Aquino da Silva, em razão da não aprovação parcial das despesas realizadas com recursos repassados pela União por meio do Convênio 206/2010 (Peça 36), cujo objeto era a realização do projeto "Culturas Integradas - 3ª Edição", com apresentações de mímica e repente em escolas públicas do Distrito Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput; 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar revel a Entidade Ossos do Ofício - Confraria das Artes, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas das responsáveis Débora Cristhiane Souza Aquino da Silva (CPF: 552.903.021-15) e Ossos do Ofício - Confraria das Artes (CNPJ: 05.286.859/0001-22), condenando-as solidariamente ao pagamento da quantia abaixo, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data indicada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Cultura - FNC, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
16/9/2010	146.960,00

9.3. aplicar, individualmente, às responsáveis Sra. Débora Cristhiane Souza Aquino da Silva e Entidade Ossos do Ofício - Confraria das Artes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes legais, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando as responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, e à Secretaria Especial da Cultura, informando-lhes que o inteiro teor da decisão pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias impressas.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0664-04/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 665/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.657/2021-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Carmen Lucia Couto Sampaio (334.852.321-49).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de Aposentadoria de Carmen Lucia Couto Sampaio (CPF: 334.852.321-49), vinculada à Fundação Universidade de Brasília, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes da URP (26,05%) em relação ao ato impugnado, na hipótese de vir a ser desconstituída a decisão liminar proferida nos autos do MS 28.819/DF;

9.2.2. comunique à interessada o teor do presente Acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de sua ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004;

9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.2 (e subitens) deste Acórdão.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0665-04/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 666/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 033.302/2019-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Mauro de Vargas Morales (CPF 343.554.050-87) e Mauro de Vargas Morales - ME (CNPJ 02.923.777/0001-53).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Cidadania.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Ministério da Cultura - MinC (atualmente Secretaria Especial de Cultura), em desfavor da Mauro de Vargas Morales ME e de seu dirigente, Mauro de Vargas Morales, em virtude da não comprovação da boa e regular gestão dos recursos captados mediante incentivo fiscal da "Lei Rouanet" para o Pronac 08-4710 - 25º, projeto que tinha como objetivo realizar e promover o evento "Reponte da Canção Nativa", entre 13 a 15 de março de 2009, realizado no Galpão Crioulo do Camping Municipal, na cidade de São Lourenço do Sul (RS), com acesso gratuito para cerca de 40.000 pessoas, além de uma tiragem de CDs e de DVDs com as músicas do evento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput; 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Mauro de Vargas Morales ME (CNPJ 02.923.777/0001-53) e Mauro de Vargas Morales (CPF 033.436.098-62), com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2 julgar irregulares as contas da empresa Mauro de Vargas Morales ME e do Sr. Mauro de Vargas Morales, condenando-os ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional da Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor (R$)	Data de Referência
5.000,00	29/12/2008
100.000,00	18/5/2009
20.000,00	19/6/2009
30.000,00	19/10/2009

9.3. autorizar desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes legais, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, e à Secretaria Especial da Cultura, informando-lhes que o inteiro teor da decisão pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias impressas.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0666-04/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 667/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 035.921/2015-3.
2. Grupo I - Classe - I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsável: Eudes José de Alencar Caldas Cavalcanti (CPF 076.512.284-72).
3.2. Recorrente: Eudes José de Alencar Caldas Cavalcanti (CPF 076.512.284-72).
4. Órgãos/Entidades: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Filipe Fernandes Campos (OAB/PE 31.509), Luís Alberto Gallindo Martins (OAB/PE 20.189) e Raphael Parente Oliveira (OAB/PE 26.433), representando Eudes José de Alencar Caldas Cavalcanti (procuração à peça 19).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, ora em fase de Recurso de Reconsideração interposto por Eudes José de Alencar Caldas Cavalcanti contra o Acórdão 7.161/2020-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443, de 16/7/1992, em:
9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração em exame, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos a deliberação recorrida;
9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, fazendo remissão, no caso desse último destinatário, ao Ofício 36123/2020-TCU/Seproc, de 13/7/2020 (peça 36).

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0667-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 668/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 036.916/2021-8
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Antônia Maria de Fatima Oliveira (107.653.283-72).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Antônia Maria de Fátima Oliveira (107.653.283-72), vinculada à Câmara dos Deputados, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas em boa-fé pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0668-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 669/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 037.176/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V -Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ana Maria de Araujo (847.398.357-20).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Ana Maria de Araujo (847.398.357-20), vinculada ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Ana Maria de Araujo, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:
9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pela responsável;
9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência da interessada quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0669-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 670/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 037.255/2021-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Haroldo Seabra Costa (153.243.974-15).
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Haroldo Seabra Costa (153.243.974-15), vinculado ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Haroldo Seabra Costa, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com fulcro no art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, que:
9.3.1. dê ciência do inteiro teor da deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado cujo ato foi impugnado está ciente do julgamento deste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão;
uma vez desconstituída a Ação que assegura, presentemente, o pagamento da rubrica judicial ora impugnada por esta Corte, adote as medidas administrativas necessárias à regularização do seu pagamento, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor de modo contrário;
9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado, quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0670-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 671/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 037.263/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V -Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Mary Lucia Sassim Rodrigues Gomes (190.320.212-49).
4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Mary Lucia Sassim Rodrigues Gomes (190.320.212-49), vinculada ao Superior Tribunal Militar, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Mary Lucia Sassim Rodrigues Gomes, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. determinar ao Superior Tribunal Militar que:
9.2.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o destaque das parcelas de quintos incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, a fim de que sobre elas incida a modulação determinada pelo STF no RE 638.115/CE no sentido da absorção integral de tais parcelas por reajustes futuros, uma vez que sua incorporação não está amparada por decisão judicial transitada em julgado;
9.2.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, contemplando o destaque das parcelas incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 sob a forma de "Parcela Compensatória";
9.2.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência da interessada do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0671-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 672/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 039.255/2021-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3.1. Interessados: Antônio de Lima Freitas (023.744.802-59); Breno do Espírito Santo Luna dos Reis (921.406.702-30); Daniel Damásio de Mello (102.476.849-02); Francisca Lourdes de Gois (050.200.774-53); Jennifer Siqueira Medeiros de Souza (118.210.594-76); Neide Evangelista de Abreu Pereira (920.035.326-68); Odete Zilli de Mello (637.368.299-49); Rozani Mari Peixoto Bertoli (567.586.770-87); Tereza Joao Damásio (683.100.219-68).
4. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão de Pensão Civil emitidos pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, e submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar legal o ato de concessão de Pensão Civil instituída por Márcia Menezes do Espírito Santo (peça 7), concedendo-lhe o respectivo registro; e
9.2. destacar os demais atos constantes do processo em epígrafe dos presentes autos, autuando-os em processo apartado e sobrestando as referidas apreciações até que o Supremo Tribunal Federal conclua os julgamentos da ADI 5.039/RO e do RE 1.162.672/SP.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0672-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 673/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 043.817/2021-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão militar.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Ilza Emília Pinto (016.565.787-19).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de pensão militar emitidos pelo Comando do Exército;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de pensão militar, e negar-lhes o registro;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando da Marinha, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2.2. determinar ao Comando do Exército que:
9.2.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.2.2.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar considerada ilegal;
9.2.2.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.2.2.4. informe à interessada que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo órgão de origem; e
9.2.2.5. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0673-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 674/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 044.925/2021-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Jose Erdei (006.599.658-52).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Jose Erdei (006.599.658-52), vinculado ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:
9.2.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o destaque das parcelas de quintos incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, a fim de que sobre elas incida a modulação determinada pelo STF no RE 638.115/CE no sentido da absorção integral de tais parcelas por reajustes futuros, uma vez que sua incorporação não está amparada por decisão judicial transitada em julgado;
9.2.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, contemplando o destaque das parcelas incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001;
9.2.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.2.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0674-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 675/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 042.500/2020-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Pensão Militar)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrentes: Aulindara Goncalves Peres de Azevedo (886.124.069-00); Marcia Gramosa de Azevedo Lopes (008.546.289-67); Marcileia Gramosa de Azevedo da Conceicao (829.399.779-68)..
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Eduardo Soares (91.408/OAB-PR), representando Aulindara Goncalves Peres de Azevedo; Eduardo Soares (91.408/OAB-PR), representando Marcileia Gramosa de Azevedo da Conceicao; Eduardo Soares (91.408/OAB-PR), representando Marcia Gramosa de Azevedo Lopes.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de atos de pensão militar submetidos à apreciação deste Tribunal pela 5ª Região Militar do Comando do Exército, em que se aprecia pedido de reexame interposto pelas Sras. Aulindara Gonçalves Peres de Azevedo, Marcia Gramosa de Azevedo Lopes e Marcileia Gramosa de Azevedo da Conceição, beneficiárias de pensão militar instituída pelo Sr. Francisco Araújo de Azevedo, contra o Acórdão 3.010/2021-TCU-2ª Câmara, Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 e do art. 286, c/c o art. 285, ambos do Regimento Interno do TCU, em:
9.1 conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2 dar ciência do presente Acórdão às recorrentes e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0675-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 676/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.875/2019-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis: Pedro Spautz Netto (CPF: 589.986.089-87) e Ivone Mazutti de Geroni (CPF: 408.321.470-87)
4. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em desfavor de Pedro Spautz Netto (CPF: 589.986.089-87) e Ivone Mazutti de Geroni (CPF: 408.321.470-87),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e §2º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, e §4º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar revel a responsável Ivone Mazutti de Geroni (CPF: 408.321.470-87), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. acatar as alegações de defesa apresentadas pelo responsável Pedro Spautz Netto (CPF 589.986.089-87);
9.3. julgar regulares com ressalvas, em conformidade com o art. 208 do Regimento Interno do TCU c/c art. 16, inciso II, da Lei 8.443/1992, as contas do responsável Pedro Spautz Netto (CPF 589.986.089-87), dando-lhe quitação;
9.4. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas da responsável Ivone Mazutti de Geroni (CPF: 408.321.470-87), condenando-a ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito,

fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
1/12/2015	480.000,00

Valor atualizado do débito (com juros) em 22/4/2021: R$ 667.033,73.

9.5. aplicar à Sra. Ivone Mazutti de Geroni (CPF: 408.321.470-87) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.8. esclarecer à Sra. Ivone Mazutti de Geroni (CPF: 408.321.470-87) que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não se justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.9. enviar cópia do Acórdão a ser prolatado à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.10. enviar cópia do presente Acórdão ao Ministério do Desenvolvimento Regional e aos responsáveis, para ciência;

9.11. informar à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, ao Ministério do Desenvolvimento Regional e aos responsáveis que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.12. informar à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0676-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 677/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.260/2020-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Vitoria Marcia Araujo Amancio (266.832.883-72).
3.2. Recorrente: Vitoria Marcia Araujo Amancio (266.832.883-72).
4. Entidade: Superintendência Regional do Trabalho No Estado do Ceará.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Diego Monteiro Cherulli (37.905/OAB-DF), representando Vitoria Marcia Araujo Amancio.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Srª. Vitória Márcia Araújo Amâncio, ex-servidora da Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Ceará, contra o Acórdão 13.302/2020 - 2ª Câmara (Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/92 c/c o art. 286 do RI/TCU, conhecer do pedido de reexame em análise, para, no mérito, dar-lhe provimento para tornar sem efeito o Acórdão 13.302/2020 - 2ª Câmara, a fim de considerar legal o ato de peça 7 e determinar o seu registro;
9.2. dar ciência sobre o presente Acórdão para a recorrente e para a Superintendência Regional do Trabalho No Estado do Ceará, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0677-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 678/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-044.968/2021-3.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Ruy Soares de Carvalho (150.832.251-15).
4. Órgão: Supremo Tribunal Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e Benefícios Sociais - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferido a ex-servidor do Supremo Tribunal Federal.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor do Sr. Ruy Soares de Carvalho, negando registro ao correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao Sr. Ruy Soares de Carvalho, e encaminhe a este Tribunal comprovante da referida ciência.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0678-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 679/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-037.138/2018-9.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Hernani Tenório Falcão (943.539.804-91).
4. Entidade: Município de Iati/PE.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex/TCE.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, tendo por fundamento irregularidades na execução dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar e do Programa Nacional de Alimentação Escolar, ambos repassados ao Município de Iati/PE no exercício de 2005.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Hernani Tenório Falcão, condenando-o ao pagamento das quantias originais abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até o efetivo recolhimento, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na forma da legislação em vigor:

DATA	VALOR (R$)
11/9/2005	14.688,00
1º/10/2005	17.625,60
1º/11/2005	17.625,60
1º/11/2005	8.311,88
1º/12/2005	13.742,24
7/12/2005	11.611,76

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.4. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis, bem como ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para ciência.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0679-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 680/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 043.836/2021-6.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessadas: Elza Avila Correa Carvalho (058.786.837-68, falecida), Juberlita de Matos Carvalho (006.186.897-37) e Rita de Cassia Carvalho Sgroi (744.992.627-04).
4. Órgão: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Pessoais - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de pensão militar emitido pelo Serviço de Inativos e Pensionistas do Comando da Marinha.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de pensão militar instituída pelo Sr. Bianor Carvalho, negando registro ao correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelas interessadas, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas do Comando da Marinha, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta Deliberação, que:
9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação às Sras. Juberlita de Matos Carvalho e Rita de Cassia Carvalho Sgroi, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovantes da referida ciência; e

9.3.3. emita novo ato de concessão de pensão militar em favor das Sras. Sras. Juberlita de Matos Carvalho e Rita de Cassia Carvalho Sgroi, livre da irregularidade ora apontada, e promova seu cadastramento no sistema e-Pessoal, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0680-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 681/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-043.902/2021-9.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessadas: Sirlei Machado da Rosa (497.736.820-72) e Maria da Graça Souza da Rosa (648.302.250-68).
4. Órgão: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de pensão militar deferida pelo Comando da Aeronáutica.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de pensão militar instituída a favor das Sras. Sirlei Machado da Rosa e Maria da Graça Souza da Rosa, negando registro ao correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelas interessadas, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta Deliberação, que:
9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;
9.3.3. emita novo ato de concessão de pensão militar em favor das Sras. Sirlei Machado da Rosa e Maria da Graça Souza da Rosa, livre da irregularidade ora apontada, e promova seu cadastramento no sistema e-Pessoal, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0681-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 682 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-023.330/2021-0.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Cleide Maria Pedreira Santos (089.238.505-78).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA em benefício da Sra. Cleide Maria Pedreira Santos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Cleide Maria Pedreira Santos e negar registro ao correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, que:
9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;
9.3.2. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos nos proventos da interessada, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE;
9.3.3. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à Sra. Cleide Maria Pedreira Santos, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e
9.3.4. emita novo ato de concessão de aposentadoria a favor da Sra. Cleide Maria Pedreira Santos, livre das irregularidades ora apontadas, e promova seu cadastramento no sistema e-Pessoal, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0682-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 683/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.544/2017-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Responsáveis/Recorrentes: Marcos Murta (074.171.838-32); Os Independentes (44.791.994/0001-87).
4. Unidades Jurisdicionadas: Ministério do Turismo; Os Independentes.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos (24.498/OAB-PR), Smith Robert Barreni (42.943/OAB-PR) e outros, representando Os Independentes; Evaristo Aragão Ferreira dos Santos (24.498/OAB-PR), Teresa Celina de Arruda Alvim (22.129-A/OAB-PR) e outros, representando Marcos Murta.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto pela Associação Os Independentes e por Marcos Murta contra o Acórdão 829/2020-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, imputou-lhes débito e aplicou-lhes multa, em razão de irregularidades na execução financeira do convênio 1.451/2010 (Siconv 748658), cujo objeto era a realização do evento intitulado "55ª Festa do Peão de Barretos,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se inalterado o Acórdão 829/2020-TCU-Segunda Câmara;
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0683-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 684/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.774/2020-1.
1.1. Apenso: 026.912/2020-1
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Responsáveis: Delmar Barros da Silveira Sobrinho (522.678.903-30); Iracy Mendonca Weba (351.514.123-53).
3.1. Embargante: Iracy Mendonca Weba (351.514.123-53).
4. Unidades Jurisdicionadas: Município de Nova Olinda do Maranhão/MA; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Fabiana Borgneth de Araújo Silva (10.611/OAB-MA), Adriana Santos Matos (18.101/OAB-MA) e outros, representando Iracy Mendonca Weba; Edvaldo Galvão Lima Filho (8.890-A/OAB-MA) e Kenyatta Auric Mesquita Bezerra (11.604/OAB-MA), representando Delmar Barros da Silveira Sobrinho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Iracy Mendonça Weba em face do Acórdão 17.978/2021-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual a Corte apreciou tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e aplicou-lhe multa em virtude da omissão no dever de prestar contas de recursos repassados ao Município de Nova Olinda do Maranhão/MA por força do Programa de Educação Infantil - Apoio Suplementar, no exercício de 2012;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração.
9.2. remeter cópia deste acórdão aos responsáveis.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0684-04/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 685/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.247/2018-9.
1.1. Apenso: 024.200/2018-2
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Responsáveis/Recorrente:
3.1. Responsáveis: Antônio Gois Monteiro Mendes (010.223.343-87); Município de Pedra Branca - CE (07.726.540/0001-04).
3.3. Recorrente: Antônio Gois Monteiro Mendes (010.223.343-87).
4. Unidade Jurisdicionada: Ministério do Turismo; Município de Pedra Branca - CE.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Alanna Castelo Branco Alencar (6854/OAB-CE), Lyanna Magalhães Castelo Branco (17841/OAB-CE) e outros, representando Antônio Gois Monteiro Mendes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Antônio Gois Monteiro Mendes em face do Acórdão 9930/2021-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o ao pagamento de débito e aplicando-lhe multa, em razão de irregularidades na execução do Convênio 103/2010 (Siafi 732167), que tinha por objeto o apoio à realização do projeto intitulado "Festival da Juventude no município de Pedra Branca",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração;

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0685-04/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 686/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 034.671/2020-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Ana Carolina Maia de Andrade Freitas (171377/OAB-MG), Alan Gilvan da Silva Oliveira (49986/OAB-DF) e outros, representando Aceco TI S.A.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Flashx Construtora e Incorporadora Ltda, licitante que suscita irregularidades no Pregão Eletrônico 20/2020, conduzido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno, e 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, à empresa Aceco TI Ltda. e à representante.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0686-04/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 687/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.497/2018-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: César Augusto Goncalves (232.604.247-68); Instituto Brasileiro de Hospedagem - IBH (04.785.175/0001-02); João Marcos Pereira (387.747.397-00).

3.2. Recorrentes: César Augusto Goncalves (232.604.247-68); Instituto Brasileiro de Hospedagem - IBH (04.785.175/0001-02).

4. Unidade Jurisdicionada: Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444) e outros, representando César Augusto Goncalves e Instituto Brasileiro de Hospedagem - IBH; Ana Paula dos Santos Costa Lemos Pinto, representando João Marcos Pereira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por César Augusto Goncalves e Instituto Brasileiro de Hospedagem - IBH em face do Acórdão 17.233/2021-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, cominou-lhes débito parcial e imputou-lhes multa, em razão de irregularidades na execução física do Convênio 1417/2010 (Siafi 747795), que tinha por objeto a "52ª edição do Congresso Nacional de Hotéis - Conotel 2010",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração.

9.2. dar ciência deste acórdão aos embargantes.

10. Ata n° 4/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0687-04/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 688/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso V, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, em arquivar os presentes autos, em conformidade com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.308/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aylton Joaquim de Sant Anna (148.651.227-53); Benvinda da Silva Costa (526.836.727-72); Celia Regina Cremasco Pinto (575.779.437-20); Djalma da Silva Santos (332.480.877-49); Elisa Modenesi Botelho (432.569.617-20); Haydêe Marins Lugon (014.731.317-15); Iolanda Cabral Motta (525.760.517-15); Iolanda Cabral Motta (525.760.517-15); Ivan Rodrigues Vieira (395.538.257-53); Jose Roberto Pereira dos Santos (578.147.087-53); Jovino da Silva Alves Araujo (343.247.717-15); Maria Auxiliadora Luciano (451.648.867-15); Maria das Graças Soares Patricio (395.202.777-49); Nelson Ronaldo de Freitas Souza (420.619.467-04); Nilza Corradi (104.376.816-53); Renato Pagani Soares (049.150.037-87); Renato Pagani Soares (049.150.037-87); Renildo Sarango dos Santos (186.617.006-63); Romulo de Souza Viana (526.624.387-20); Ruy Ribeiro da Silva (471.555.827-00).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 689/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato aposentadoria de Helena Guelber Neves emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão nos proventos da vantagem "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990 - não obstante o direito à aposentadoria ter sido implementado antes da publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998) -, em decorrência de não ter havido o implemento dos requisitos do art. 193 da Lei 8.112/1990 até 18/1/1995 (cinco anos consecutivos ou dez anos interpolados no exercício de função);

Considerando o entendimento deste Tribunal, explicitado por meio do Acórdão 2988/2018-TCU-Plenário (Ministra-Relatora Ana Arraes), de que os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até 18/1/1995, podem acrescer aos proventos de inatividade, deferidos com base na remuneração do cargo efetivo, o valor da função de confiança ou a vantagem dos quintos/décimos/VPNI, de forma não cumulativa, em razão da vedação contida no § 2º do próprio art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que, a exemplo do Acórdão 2988/2018-TCU-Plenário, a jurisprudência pacificada do TCU condiciona, entre outros fatores, o pagamento da vantagem "opção" ao implemento, até a data de 18 de janeiro de 1995, dos pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da Lei 8.112/1990 (Acórdãos 2076/2005 e 1.599/2019, rel. Ministro Benjamin Zymler, do Plenário; 16703/2021, rel. Benjamin Zymler, da Primeira Câmara; e 18558/2021, rel. Raimundo Carreiro, e 19024/2021, rel. Bruno Dantas, da Segunda Câmara);

Considerando que as parcelas referentes a "quintos" ou "décimos", identificadas pela Sefip, estão em consonância com a jurisprudência deste Tribunal e os critérios das Leis 8.911/1994 e 9.624/1998, visto que os períodos anteriores a 8/4/1998 são suficientes para a incorporação da vantagem;

Considerando que, apesar de ilegal a concessão cumulativa da vantagem de "quintos/décimos" e "opção" consoante jurisprudência deste Tribunal (Acórdão 2.988/2018 - TCU - Plenário de relatoria da Ministra Ana Arraes), a situação da vantagem de "quintos/décimos" estará regularizada com a exclusão da vantagem de "opção" do ato;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da responsável;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor de Helena Guelber Neves, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-037.264/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Helena Guelber Neves (006.902.106-63).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA que:

1.7.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de quinze dias, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

1.7.3 emita novo ato de aposentadoria da interessada livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 690/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.417/2021-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ionilda Monte Santo Oliveira (223.691.045-20); Jose Marcelo de Araujo Nascimento (219.965.555-53).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 691/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Jose Antonio de Andrade emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que houve a indevida descontinuidade no serviço público, pois o interessado teria ingressado no correspondente cargo público em 01/01/1985, subsistindo a ilegalidade na correspondente averbação do tempo de serviço prestado durante os períodos de 01/12/1978 a 02/11/1980, 13/04/1982 a 10/02/1983 e 11/02/1983 a 31/12/1984;

Considerando que, a exemplo do Acórdão 3.055/2009 prolatado pelo Plenário do TCU sob a relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, a jurisprudência do TCU é firme no sentido de que o rompimento temporal do vínculo jurídico com a administração federal entre a vacância no cargo anterior e a investidura no cargo subsequente resultar em óbice à averbação do respectivo tempo de serviço para a subjacente percepção dos anuênios como vantagem pessoal;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Jose Antonio de Andrade;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-044.953/2021-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Antonio de Andrade (183.577.251-04).

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Câmara dos Deputados que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a exclusão, contados a partir da ciência desta deliberação, da rubrica de anuênios em face de manifesta ilegalidade, uma vez que o seu pagamento não encontra respaldo na jurisprudência deste Tribunal;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 692/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 63010/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 25/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-004.361/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde); Luiz Augusto Gregorio Ferreira (026.489.647-54); Luiz Aurelio Barbieri (673.748.917-68); Luiz Candido Pinto da Silva (852.859.947-72); Luiz Carlos Barbosa da Silva (013.088.887-75); Luiz Carlos Costa (523.784.037-04); Luiz Carlos da Costa Ferreira (806.911.457-68); Luiz Carlos da Purificacao Anselmo (259.505.416-34); Luiz Carlos da Silva e Souza (821.389.317-49); Luiz Carlos de Gouvea (767.336.707-63); Luiz Carlos de Oliveira (585.879.507-20).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 693/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 63062/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 25/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-004.364/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde); Luiz Carlos Vargas Eduardo (025.334.877-32); Luiz Carlos Vaz de Oliveira (760.127.867-00); Luiz Carlos Veras Lima (585.001.627-91); Luiz Cesar Barbosa Maia (972.312.827-68); Luiz Cesar dos Santos Souza (003.921.087-12); Luiz Cezar Bernardes (006.493.127-75); Luiz Claudio Barreto de Souza (004.892.677-93); Luiz Claudio Bernardo (788.641.277-04); Luiz Claudio Correa Faria (000.320.047-70); Luiz Claudio Correa da Silva (975.045.487-15).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 694/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 63047/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 25/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-004.474/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde); Rivanildo Jose da Silva (011.603.767-94); Roberio Vieira Dantas (130.410.377-34); Roberlei Alves de Oliveira (368.472.167-00); Robert Freire da Cunha (004.284.617-00); Roberta dos Santos Barreira (020.739.827-51); Roberto Araujo de Paula (880.243.937-00); Roberto Batista Fernandes (795.911.407-20); Roberto Caetano Siqueira Filho (801.176.357-15); Roberto Carlos da Silva (017.534.617-82); Roberto Carlos da Silva Gomes (016.423.627-94).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 695/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 63083/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 25/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-004.498/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde); Rosilene Lucas Jardim dos Santos (922.586.207-59); Rosimaire Pacheco Franca (026.485.287-76); Rosimar Brito Guimaraes (032.053.137-63); Rosimar Lisboa Santos (019.173.847-69); Rosimeri Martins da Silva (684.627.437-53); Rosivaldo de Azevedo Dias (858.263.917-15); Rozilda Ramos Quintanilha de Melo (003.398.397-67); Rozimar Motta Soares (744.695.337-34); Rozita Vicente Cavalcante (004.025.457-70); Rubem Cesar Caxias de Almeida (835.358.887-00).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 696/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 63086/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 25/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-004.547/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde); Vera Lucia Frederico Souza dos Santos (000.854.887-04); Vera Lucia Luiz Siqueira (605.315.337-00); Vera Lucia Mazurkievicz (739.838.617-68); Vera Lucia Pedroso da Silva (895.314.777-87); Vera Lucia Vieira dos Santos (004.547.327-75); Vera Lucia de Oliveira (428.170.217-20); Veronica Carvalho Soares (073.647.503-63); Veronica Paiva Franco (928.714.377-34); Veronica Ribeiro Nascimento dos Santos (033.445.047-03); Veronica de Lima (032.688.647-83).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 697/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Wellington Herculano de Santana, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.197/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Wellington Herculano de Santana (058.172.744-42).

1.2. Órgão/Entidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: Leticia Gouvea Cyro de Castro (218.977/OAB-RJ), Melissa Marino (33.391/OAB-PR), Felipe do Carmo Liberalino (412.865/OAB-SP), Beatriz Cecilia Garofalo (215.500/OAB-SP), Fernanda Nogueira Braga (186,860/OAB-SP), Daniela Hernandes Piedade (177.665/OAB-SP), Ciara Bertocco Zaqueo (206.626/OAB-SP), William Lopes da Rocha (295.602/OAB-SP), Raquel Morgado Gomes Guarnieri (154.347/OAB-SP), Joseane Leite de Lima (359.900/OAB-SP), Ivan Martins Coelho (347.319/OAB-SP) e Heitor Hugo Silva Pereira (218.057/OAB-RJ), representando Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 698/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 62681/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 25/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-017.029/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alberto Pereira Nunes Neto (013.191.187-20); Alberto Pereira do Nascimento (697.381.497-20); Alberto Ribeiro Teixeira Neto (682.893.757-00); Alberto Rosa de Souza (110.346.457-49); Alberto Vianna (387.616.297-15); Albirato de Jesus Goudart (024.009.937-00); Alcebiades Antonio de Souza (013.097.937-60); Alcemir Alves (371.570.197-87); Alceni Santos Setti (414.898.537-15); Alcenor Barbosa Cucco (325.324.237-49); Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 699/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 62677/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 25/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-017.063/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Carlos Correia dos Santos (660.621.447-53); Antonio Carlos Donato da Silva (467.867.407-15); Antonio Carlos Fidelis da Silva (702.543.037-49); Antonio Carlos da Conceicao (007.126.407-89); Antonio Carlos da Silva (016.284.197-33); Antonio Carlos de Sousa Martins (870.537.487-15); Antonio Carlos de Souza (421.806.867-49); Antonio Carlos de Souza (536.871.327-49); Antonio Carlos de Souza (766.694.327-04); Antonio Carlos do Nascimento (858.063.157-20); Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 700/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 62684/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 24/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-017.070/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Jose Sales Barbosa (616.670.137-34); Antonio Jose Vieira de Souza (018.537.957-55); Antonio Leoback (358.802.957-53); Antonio Luiz Ferreira de Souza (011.438.377-46); Antonio Luiz Rosa Guedes (749.592.987-15); Antonio Marcos Alves dos Santos (027.320.937-00); Antonio Marcos Dias da Costa (589.697.567-87); Antonio Marcos Fredler Mendonca (015.922.057-20); Antonio Marcos Gomes dos Passos (022.319.347-01); Antonio Marcos Raimundo da Silva (019.377.997-86); Diretoria de integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 701/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 62686/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 24/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-017.076/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Augusto Cesar Zambe (627.157.127-15); Augusto Gomes de Moura (528.255.587-53); Augusto da Silva Pessoa (736.774.347-34); Aurea Costa Oliveira (714.408.527-15); Aurea Morais Castro Amaral (977.263.117-20); Aurelio Goncalves da Silva (232.227.197-72); Aurelio dos Santos de Paula (932.746.617-91); Aurio Antonio Soares Machado (015.948.207-08); Ayrton Pereira de Almeida (356.379.277-15); Barbara Aparecida Machado Teixeira (023.067.097-00); Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 702/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 62674/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 26/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-017.084/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Nogueira (840.067.067-15); Carlos Alberto Norete de Souza (036.348.607-07); Carlos Alberto Pereira (584.048.647-72); Carlos Alberto Pereira Nogueira (982.358.857-00); Carlos Alberto Pinheiro (960.478.797-72); Carlos Alberto Pires Caetano (015.973.637-40); Carlos Alberto Raposo de Carvalho (009.331.607-04); Carlos Alberto Ribeiro (624.234.607-91); Carlos Alberto Ribeiro dos Santos (360.250.037-34); Carlos Alberto Rimes (605.408.857-20); Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 703/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 62682/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 25/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-017.090/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Eduardos Figueiredo (871.572.177-91); Carlos Eli da Silva (010.958.297-77); Carlos Evangelista de Souza (020.740.317-18); Carlos Francisco Maria (762.348.007-34); Carlos Gerson da Silva Pinheiro (073.878.067-72); Carlos Guimaraes Ribeiro (405.473.377-87); Carlos Henrique da Conceicao Oliveira (030.015.177-27); Carlos Henrique da Silva Fialho (018.926.677-54); Carlos Henrique da Silva Pereira (846.428.317-20); Carlos Henrique de Lucena (507.957.917-04); Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 704/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 62676/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 25/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-027.090/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aldo Adao (764.323.867-72); Carlos Henrique Trindade Torres (736.821.287-00); Carlos Henrique Ulrichsen (892.585.177-68); Carlos Henrique Vieira (537.327.667-72); Carlos Henrique Vieira de Brito (001.606.157-80); Carlos Humberto Albuquerque Gomes (005.488.117-09); Carlos Jose Costa Knupp (020.534.637-59); Carlos Jose Gomes Ferreira (010.912.777-37); Carlos Jose da Silva Souza (622.153.707-00); Carlos Jose de Menezes Santos (611.239.197-04); Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 705/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 62679/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 25/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-027.104/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudia Maria de Mello (019.319.317-55); Claudia Milenecardoso Sales (010.689.737-30); Claudia Pereira Marques da Silva (956.952.147-34); Claudia Regina Fernandes de Abreu (025.813.007-52); Claudia Regina Simoes dos Santos (561.944.807-00); Claudia Silene da Silveira Jordao (072.735.427-25); Claudicea Correia de Melo (032.637.767-03); Claudinei Bezerra da Silva (025.587.357-30); Claudio Alexandre Martins (582.448.597-68); Claudio Andre do Nascimento Sousa (936.608.807-44); Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 706/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 62668/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 25/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-027.110/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cleber Rocha Dias (003.965.497-48); Cleber Sobral Miranda (890.613.577-72); Clebio Cardoso de Oliveira (683.416.017-53); Clebio Torres Cosme (738.201.137-20); Cleide Guimaraes Marques (033.606.097-19); Cleiton Alves Vaz (008.500.327-17); Clemilson Emilio da Conceicao (012.779.207-45); Clemir Girardi do Carmo (787.637.037-34); Cleni Regina de Almeida (873.631.867-15); Clenilson Araujo da Silva (891.894.697-04); Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 707/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 63090/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 25/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-027.128/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dina Celia Fernandes Fraga (906.942.447-91); Dinah Luciano dos Santos (532.795.657-15); Dinea Ignacio Goncalves (817.060.657-87); Diniz Brandao (016.472.647-07); Diniz Campos dos Santos (823.865.527-72); Dinora Aires da Rosa (874.878.027-87); Dionizio de Moraes Silva (019.200.887-09); Dirce Raquel Rodrigues Francisco (815.763.077-00); Dirceu Antonio Carlini (892.508.507-00); Dirceu de Souza Moreira (646.914.547-72); Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 708/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 63211/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 24/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-027.134/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde); Edinaldo Galino Alves (100.131.447-66); Edinea da Cruz Moreira (748.254.707-00); Edinei Santos Duarte (018.208.337-39); Edinei dos Santos Campos (032.686.997-23); Edinelson Pereira da Silva (941.673.387-34); Edio Godinho Rodrigues (009.446.137-64); Edione Maciel Braga (423.936.047-15); Edir Falcao do Nascimento (851.840.207-72); Edirson Neves do Nascimento (932.541.487-20); Edison Batista de Oliveira (001.487.837-24).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 709/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 30 (Trinta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, o prazo solicitado pelo Ministério da Saúde para atendimento ao disposto no Ofício de Diligência nº 63087/2021-TCU/Seproc, iniciando-se o novo prazo a partir de 25/01/2022, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-027.170/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diretoria de Integridade (Controle Interno do Ministério da Saúde); Flavio Bernardo de Souza (682.488.657-20); Flavio Jose de Souza (935.786.107-63); Flavio Lopes Mezavilla Sobrinho (841.708.917-91); Flavio Lopes de Carvalho (018.586.267-57); Flavio Luiz de O Santos (281.768.807-44); Flavio Marques Gonçalves (002.474.607-02); Flavio Roberto Marques (045.528.127-00); Flavio da Costa Pimentel (012.022.707-00); Flavio de Brito Leao (006.464.267-45); Flavio dos Santos Ramos (013.732.337-96).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 710/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Elianderson de Lima Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.897/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Elianderson de Lima Silva (619.144.873-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 711/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Irenhirati Metuktire, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.168/2021-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Irenhirati Metuktire (631.521.931-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 712/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.829/2021-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Eliane Nascimento Alcantara (369.088.514-00); Katia Regina Soares Guedes (362.046.334-49); Lucia Helena Alvarez Soares (274.840.764-49); Marcia Cristina Alvarez Soares (244.835.244-53); Marcos Antonio Fernandes Lopes (225.912.571-91); Maria Betania Souto Maior (021.155.234-82); Maria da Saude Gomes da Silva (331.075.804-49); Rita Maria Barros (202.461.704-25); Roxelane Barros de Melo (019.078.824-05); Sheba Peixoto da Silva Gomes (255.958.304-68); Tania Maria Alvarez Mendonca (640.054.454-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 713/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 10384/2021-TCU- 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 17/8/2021-Telepresencial, inserido na Ata nº 29/2021, relativamente aos seus itens;

item 9.1, onde se lê: "considerar revéis a Sra. Edileusa Freire Ferreira, ex-Chefe da Seção de Recursos Logísticos da Funasa/AM e a empresa JM Serviços Profissionais Construções e Comércio Ltda., com fundamento no § 3º, art. 12, Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;";

leia-se: "considerar revéis a Sra. Edileuda Freire Ferreira, ex-Chefe da Seção de Recursos Logísticos da Funasa/AM e a empresa JM Serviços Profissionais Construções e Comércio Ltda., com fundamento no § 3º, art. 12, Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;";

item 9.3, onde se lê: "julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 209, inciso II; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, irregulares as contas da Sra. Edileusa Freire Ferreira (CPF: 181.610.732-87), ex-Chefe da Seção de Recursos Logísticos da Funasa/AM;";

leia-se: "julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 209, inciso II; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, irregulares as contas da Sra. Edileuda Freire Ferreira (CPF: 181.610.732-87), ex-Chefe da Seção de Recursos Logísticos da Funasa/AM;";

item 9.4, onde se lê: "julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 209, inciso III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, irregulares as contas da empresa JM Serviços Profissionais Construções e Comércio Ltda., do Sr. Worney Amoedo Cardoso, ex-Coordenador Regional da Funasa/AM, e da Sra. Célia Pacheco de Sousa, ex-Chefe da Seção de Recursos Logísticos da Funasa/AM, e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da União, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:";

leia-se: "julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 209, inciso III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, irregulares as contas da empresa JM Serviços Profissionais Construções e Comércio Ltda., do Sr. Worney Amoedo Cardoso, ex-Coordenador Regional da Funasa/AM, e da Sra. Célia Pacheco de Sousa, ex-Chefe da Seção de Recursos Logísticos da Funasa/AM, e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:"; e

item 9.7 , onde se lê: "aplicar individualmente à Sra. Edileusa Freire Ferreira, ex-Chefe da Seção de Recursos Logísticos da Funasa/AM, a multa prevista no art. 58, I, da Lei 8.443/92 c/c o art. 268, I, do RI/TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;";

leia-se: aplicar individualmente à Sra. Edileuda Freire Ferreira, ex-Chefe da Seção de Recursos Logísticos da Funasa/AM, a multa prevista no art. 58, I, da Lei 8.443/92 c/c o art. 268, I, do RI/TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;";

Mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.718/2018-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Célia Pacheco de Souza (201.952.142-34); Edileuda Freire Ferreira (181.610.732-87); Euzebio Silva Costa (240.602.242-00); J M Serviços Profissionais Construções e Comercio Ltda. (03.160.075/0001-28); Tania Regina Mesquita de Souza (161.628.462-53); Worney Amoedo Cardoso (031.571.302-00); Zanilda Gama Benacon (240.899.822-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 714/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.007/2021-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Maria Prudente de Fontes (386.787.641-04); Claudia Guimaraes Pedro Godoy (574.361.779-15); Cristina Fernandes de Oliveira Buckley (001.910.557-60); Eliana Maria Campos (044.618.432-20); Nazare do Socorro Goncalves do Rosario Zuardi (219.414.242-87); Rosangela Rodrigues (179.658.961-68); Sandra Elisabete Alves dos Santos (882.541.198-72); Simone Maria dos Santos Galvao Souza (225.128.881-34); Solange Maria Rangel (498.072.181-87).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 715/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.646/2021-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sergio Luiz Nogueira (598.025.887-68).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 716/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 12414/2021 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 14/9/2021, Ata 32/2021, relativamente ao subitem "9.3", de modo que onde se lê: "determinar ao Ministério da Saúde que", leia-se: "determinar à Fundação Nacional do Índio que", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.485/2021-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Raimundo Catarino Campos Serejo (062.074.803-68); Raimundo Catarino Campos Serejo (062.074.803-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: Marconi Miranda Vieira (22.098/OAB-DF), representando Raimundo Catarino Campos Serejo.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 717/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.395/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lucas Nathan Cardoso (182.552.357-60); Lucas de Souza Silva (192.664.107-80); Mateus Vinicius Barbosa de Lima (016.596.204-65); Matheus Luiz Menezes dos Santos (149.085.967-51); Paulo Henrique Valdeci da Silva (501.416.708-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 718/2022 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de pedido de reexame interposto por Elizabeth Nester (R004, peças 153-155) contra os termos do Acórdão 18.168/2021-TCU-2ª Câmara, que não conheceu do pedido de reexame interposto pela recorrente contra decisão que considerou ilegal ato de reversão de pensão especial de ex-combatente emitido em seu favor (peça 149), por restar intempestivo em período superior a cento e oitenta dias (peça 149).

considerando que, nos termos do artigo 278, § 4º, do Regimento Interno do TCU, "não se conhecerá de recurso da mesma espécie, exceto embargos de declaração, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao TCU, contra deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto".

considerando que, com fundamento no art. 278, § 3º, do Regimento Interno do TCU, a interposição de recurso, ainda que venha a não ser conhecido, gera preclusão consumativa, o que torna inviável a pretensão de se rediscutir a decisão de mérito havida, uma vez que o Acórdão 18.168/2021 - TCU - 2ª Câmara não conheceu do pedido de reexame contra a deliberação que apreciou o ato inicial;

considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido de não conhecer do presente recurso (R004), por ser a segunda vez que a recorrente o interpõe;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em não conhecer o pedido de reexame interposto por Elizabeth Nester (R004), em razão da inadequação, nos termos dos artigos 278, § 4º, e 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, do Regimento Interno do TCU, devendo-se dar ciência desta deliberação aos interessados.

1. Processo TC-034.211/2019-5 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Recorrente: Elizabeth Nester (159.107.339-15).

1.2. Interessados: Centro de Controle Interno da Aeronáutica (); Eliane Nester (274.525.499-53); Elizabeth Nester (159.107.339-15); Elizabeth Nester (159.107.339-15); Jussara Maria Bonifacio da Silva (284.962.137-49); Jussara Maria Bonifacio da Silva (284.962.137-49); Lucineia Aparecida Santos (840.904.216-91); Maria Olga Rodriguez Teixeira (180.759.670-20); Maria Terezinha Baytack Beltrao de Castro (020.449.697-77); Maria Terezinha Baytack Beltrao de Castro (020.449.697-77); Myrian Ferraz Costa (136.422.068-75); Neide Terezinha Ceccon Friedrich (231.948.479-53); Rosani Baytack Alves Ribeiro Fernandes (660.516.307-91); Rosely Vieira (727.808.519-53); Silvia dos Passos Pinheiro (082.544.359-87); Telmelita Vieira Kruger (817.257.609-91); Wilma Regina Nester (404.386.439-68).

1.3. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.8. Representação legal: Maria Luci Sucla (8.155/OAB-PR), representando Elizabeth Nester; Tiago Mascarenhas da Costa Marques (205.521/OAB-RJ), representando Maria Terezinha Baytack Beltrao de Castro; Augusto Fernandes Lima Leitao (214935/OAB-RJ) e Carolina Sampaio Dias (127.943/OAB-RJ), representando Jussara Maria Bonifacio da Silva.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 719/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "a"; e 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno; c/c os artigos 6º, inciso II; e 19 IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.300/2021-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: CPI Construtora Ltda (37.355.534/0001-40); José Wilson Siqueira Campos (223.618.471-91).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Tocantins.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência da presente deliberação ao órgão instaurador desta tomada de contas especial, e aos responsáveis, juntamente com reprodução das peças 255 e 258 dos autos.

ACÓRDÃO Nº 720/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação proferida no subitem 1.7.1 do Acórdão 7678/2019 - TCU - 2ª Câmara, e determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem prejuízo de que seja dada ciência da presente deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.582/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação Comunitária das Louçeiras Negras da Serra do Talhado (07.330.292/0001-70); Maria do Céu Ferreira da Silva (013.063.224-48).

1.2. Órgão/Entidade: Órgãos e Entidades Municipais (vinculador).

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 721/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em:

a) dar quitação à Associação Orquestra Filarmônica de São Carlos (CNPJ 09.176.474/0001-63) e ao Sr. Douglas Gomes da Silva (CPF 125.991.018-08), tendo em vista que após a redução das parcelas do débito por meio do Acórdão 18968/2021 - TCU - 2ª Câmara não subsiste dívida a ser cobrada;

b) reconhecer a existência de crédito perante a Fazenda Pública Federal, no valor de R$ 12.670,37, com referência em 19/1/2022, em favor da Associação Orquestra Filarmônica de São Carlos (CNPJ 09.176.474/0001-63) e do Sr. Douglas Gomes da Silva (CPF 125.991.018-08).

1. Processo TC-034.845/2018-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associacao Orquestra Filarmonica de São Carlos (09.176.474/0001-63); Douglas Gomes da Silva (125.991.018-08).

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 722/2022 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos de pedido de reexame interposto por José da Silva Faleiro, contra os termos do Acórdão 5.890/2021 - TCU - Segunda Câmara, que considerou parcialmente procedente a representação constante da inicial e aplicou multa ao ora recorrente;

considerando que, de acordo com o exame de admissibilidade efetuado pela Secretaria de Recursos, o recorrente ingressou com o pedido em análise fora do prazo previsto no art. 33, in fine, da Lei 8.443/92, e não apresentou fato novo capaz de suplantar

a intempestividade verificada, para que possa ser admitido nos termos do art. 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno;

considerando os pareceres uniformes da Serur e do Ministério Público junto ao TCU, pelo não conhecimento do recurso pelas razões acima expostas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do 2ª Câmara, com fundamento nos artigos 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; e 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer do pedido de reexame interposto por José da Silva Faleiro (R001, peça 48), por ser intempestivo e por não apresentar fatos novos, dando ciência desta deliberação aos interessados.

1. Processo TC-039.458/2018-0 (PEDIDO DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: José da Silva Faleiro (624.553.891-20).
1.2. Recorrente: José da Silva Faleiro (624.553.891-20).
1.3. Interessados: Amaral Castro Engenharia Ltda (16.979.364/0001-03); Prefeitura Municipal de Silvânia - GO (01.068.030/0001-00).
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Silvânia - GO.
1.5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.9. Representação legal: Tiago de Paiva Faleiro (38.003/OAB-GO) e Carlos Antônio de Macêdo Silva (5685/OAB-GO), representando Prefeitura Municipal de Silvânia - GO; Rubens Fernando Mendes de Campos (8.198/OAB-GO) e Valdenísia Marques Silva (22358/OAB-GO), representando José da Silva Faleiro.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 723/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento após as comunicações processuais devidas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-042.453/2021-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária e Supervisão de Contas (SecexTrib).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 724/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-039.253/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elisabete Lobo Maux de Campos (432.168.707-15); Felix Wergenski (471.996.529-68); Lisete Pereira da Silva (337.273.920-53); Maria Augusta da Costa (795.409.533-91); Maria do Rosario Cruz Simoes (621.968.803-10); Regina Celia Silva Mendes (003.294.766-61).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 725/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU e no art. 6º, inciso II c/c art. 19, caput, da Instrução Normativa TCU 71/2012, de acordo com os pareceres nos autos, em arquivar os presentes autos sem julgamento de mérito, tendo em vista o transcurso de mais de dez anos desde o fato gerador, sem que tenha havido a notificação dos espólios dos responsáveis pela autoridade administrativa federal competente, circunstância que inviabiliza o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

1. Processo TC-039.276/2020-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: João Luiz Duboc Pinaud (031.987.077-49); Paulo Eduardo de Araujo Saboya (010.020.667-00).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Penitenciário Nacional - MJ.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 726/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando se tratar de representação a respeito de possível irregularidade ocorrida no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relacionada a potencial dano ao erário em decorrência de aplicação de multa à autarquia por descumprimento reiterado de ordens judiciais;

Considerando que não se insere entre as funções, competências e atribuições do Tribunal de Contas da União, estabelecidas na Constituição da República, em sua lei orgânica, em seu regimento interno e em leis esparsas, manifestar-se sobre documentos que lhe sejam encaminhados por outras instituições, para fins de instrução de inquérito ou outro procedimento administrativo;

Considerando a determinação proferida no Acordão 2.894/2018-Plenário, que traz medidas de caráter sistêmico relativas à gestão e à governança do INSS quanto ao cumprimento das decisões judiciais que lhe são dirigidas;

Considerando os encaminhamentos dados pelos Acórdãos 2.597/2019, 2.598/2019 e 2.599/2019, todos do Plenário, que trataram de situação análoga à presente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 237, e o art. 235 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes, em adotar a medida a seguir, em encaminhar cópia desta deliberação ao INSS e ao representante, acompanhada de cópia da instrução (peça 5), e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.671/2020-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Dar ciência ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Procuradoria-Geral Federal, com fundamento no art. 9º, II, da Resolução-TCU 315, de 2020, da necessidade de identificar e registrar as multas aplicadas em face de descumprimento de decisão judicial conforme item 9.4 do Acórdão 2.894/2018-Plenário e promover a responsabilização em caso de constatação de dano ao erário, instaurando, se for o caso, Tomada de Contas Especial (art. 37, § 6º, da CF c/c IN-TCU 71/2012 com as alterações promovidas pela IN-TCU 76/2016).

ACÓRDÃO Nº 727/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.179/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudia Regina de Andrade Pinto (901.095.117-00); Elma Moura Malaquias Carneiro (346.481.605-25); Erivaldo Lima Silva (052.102.085-91); Katia Maria Ferreira da Silva (804.160.557-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 728/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-044.052/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edjane Silva Calixto (256.680.918-64); Eli Conde Chocho (302.500.720-68); Erica Maroni Ferreira (290.572.988-05); Glicia Cansancao de Azevedo (033.470.428-67); Vania Maria Escobar Alves (015.758.888-23).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 729/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-044.410/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Silvia Helena Sousa Penha (316.441.551-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 730/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-045.190/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Yeda Cunha de Medeiros Pereira (108.610.174-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 731/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-045.234/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edilmar Leite (758.859.567-15); Maria Olivia Neves Figueira (489.281.277-34); Sueli Faria Pinto (214.798.101-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 732/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-045.239/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luzia Marques Barbosa (060.957.471-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 733/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-045.257/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia Lucia Assuncao Oliveira (447.157.902-97); Newton Almeida das Chagas (068.060.232-15); Rogerio Fava (238.709.820-04); Rosemary Fernandes Chaves (457.811.255-15); Veralice Jacobina de Oliveira (371.639.651-68).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 734/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-045.279/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adenil da Costa Claro (097.658.831-53); Antonio Benedito Assuncao (022.359.271-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 735/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-045.301/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mikio Matsubara (112.278.501-15); Pedro Sateles de Jesus (207.345.571-91); Rodolfo Jose de Campos Curvo (352.369.061-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 736/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.176/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria Rachel Santa Rita Lacerda (039.258.264-32); Patricia Guedes Diniz de Andrade (032.829.384-97); Thais Correia Barros Cavalcanti (043.270.504-07).
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 737/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido este auto de Admissão, de servidor da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (privatizada)., encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando os pareceres da unidade técnica e do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:
a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de pessoal abaixo relacionado.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-043.643/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wenderson Simas Leao (890.966.572-68).
1.2. Órgão/Entidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (privatizada).
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 738/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-044.397/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Celia Lopes de Maria Cardoso (464.233.703-20); Mariane Carli de Almeida Gimenes (702.979.321-87); Roberta Tavares Barreto Teixeira (039.173.704-09).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 739/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-045.139/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Luiza Pinto de Gusmao (091.941.818-02).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 740/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de concessão de Pensão Militar em favor de cônjuge de ex-servidor do Comando da Aeronáutica, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, além das críticas automatizadas pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), Sisobi e do e-Pessoal, há verificação humana adicional no caso de haver alertas do sistema ou informações não formatadas, como esclarecimentos do gestor ou do controle interno.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e art. 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU, em:
a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da beneficiária, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar ao Órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-044.483/2021-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Josefa de Souza Pereira (018.026.138-03).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 741/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Secretaria e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.327/2019-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2018)

1.1. Responsáveis: Ademir Losekann (546.247.706-68); Adilson Herrero (856.973.628-20); Alenir de Oliveira Romanello (148.180.001-91); Ana Paula Vitali Janes Vescovi (862.654.587-87); Andre Nunes (540.311.689-34); Anelize Lenzi Ruas de Almeida (874.195.641-91); Antônio Carlos Ferreira (716.168.297-53); Arno Meyer (116.252.601-72); Claudio Xavier Seefelder Filho (250.070.878-07); Dermeval Bicalho Carvalho (487.473.439-15); Deusdina dos Reis Pereira (539.512.396-20); Flávio Eduardo Arakaki (283.844.958-31); Fábio Lenza (238.544.131-49); Gilberto Magalhães Occhi (518.478.847-68); Humberto José Teófilo Magalhães (480.396.911-68); Jair Luis Mahl (467.868.990-72); Joao Carlos Goncalves da Silva (055.182.368-24); Joao Eduardo de Assis Pacheco Dacache (810.349.207-82); Jorge Roberto Manoel (638.490.708-91); José Antônio Eirado Neto (099.260.621-72); José Henrique Marques da Cruz (702.094.807-34); Jucemar José Imperatori (273.149.280-53); Julio Cesar Volpp Sierra (029.527.149-32); Luiz Gustavo Silva Portela (262.419.208-55); Marcelo Campos Prata (671.480.346-04); Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto (473.222.251-04); Maria Rita Serrano (107.689.868-85); Naran Peçanha de Araújo (509.667.746-04); Nelson Antonio de Souza (153.095.253-00); Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante (695.317.731-49); Paulo Antunes de Siqueira (368.498.711-53); Paulo Henrique Angelo Souza (649.580.942-53); Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa (898.379.404-68); Priscila Grecov (658.457.731-72); Roberto Barros Barreto (225.918.771-49); Roberto Derzie de Sant Anna (244.689.591-34); Roberto Luiz Bachmann (363.985.519-15); Roger Bohnenberger (907.884.190-72); Roney de Oliveira Granemann (358.554.289-15); Tarcísio Luiz Dalvi (756.561.407-68); Valter Goncalves Nunes (029.588.588-20).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

1.6. Representação legal: Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (51623/OAB-DF), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6546/OAB-DF) e outros, representando Arno Meyer; Antonio Victor da Costa Hidd Mendes Pereira (62.768/OAB-DF), Simone Martins de Araujo Moura (17.540/OAB-DF) e outros, representando Roberto Barros Barreto.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.8. Dar ciência à Caixa Econômica Federal (Caixa) acerca da falta de justificativas claras para os resultados negativos ocorridos, a exemplo do observado decréscimo no lucro líquido contábil, em relação a 2017, e da falta de apresentação das expectativas para os próximos exercícios e dos ajustes necessários no planejamento estratégico para o ano seguinte, conforme orientações para a apresentação do conteúdo do relatório de gestão e diretrizes para sua elaboração, constantes nos Anexos II e III à Decisão Normativa TCU n. 170/2018, que rege a presente prestação de contas;

1.9. Encaminhar cópia do presente acórdão à SeinfraUrbana, para que avalie os reflexos nas contas de 2018 dos gestores do Ministério das Cidades (atualmente Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR); e

1.10. Arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 742/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d" do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União e com o inciso I do art. 463 do Código de Processo Civil, ACORDAM em retificar erro material presente no item 9.1 do Acórdão 18.777/2021-2ª Câmara, Sessão de 23/11/2021, Ata nº 40/2021, consignando a seguinte alteração:

Onde se lê: "9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas de Paulo Cézar Simões Silva (106.413.435-15), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

(...)"

Leia-se: "9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas de Paulo Cézar Simões Silva (106.413.435-15), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

(...)"

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secretaria de Gestão de Processos e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.038/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Paulo Cezar Simoes Silva (106.413.435-15).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Alagoinhas - BA.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Hermes Hilariao Teixeira Neto (32.883/OAB-BA), Luiz Gabriel Batista Neves (32.879/OAB-BA) e outros, representando Paulo Cezar Simoes Silva.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 743/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 62, inciso III; 143, inciso I; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, considerando que a partir dos elementos constantes nos autos e do exame das ocorrências descritas na seção "Exame Técnico" verificou-se a existência de irregularidades formais na prestação de contas, sem prejuízo ao erário.

ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação ao responsável, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Secretaria e pelo Ministério Público junto a este Tribunal; encaminhar cópia da deliberação proferida ao Sr. Edilson Cardoso de Lima e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos,

1. Processo TC-019.924/2020-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Edilson Cardoso de Lima (142.044.952-49).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Porto de Moz - PA.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 744/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar erro material presente no item 9 do Acórdão 5088/2021- 2ª Câmara, Sessão de 30/03/2021, Ata nº 9/2021, para que:

Onde se lê: "9. Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional do Sul do Pará do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em razão de irregularidades em razão de irregularidades na prestação de contas final do Convênio CRT/MB 10024/2005, que tinha por objeto a prestação de serviços de assistência técnica, social e ambiental (ATES) e a elaboração de plano de desenvolvimento do assentamento (PDA) e de plano de recuperação de assentamento (PRA) a diversas famílias em diferentes assentamentos do Incra."

Leia-se: "9. Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor de Roseny Cruz Araújo, Prefeita Municipal no período de 1º/1/2013 a 31/12/2016, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2016."

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secretaria de Gestão de Processos e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-025.375/2020-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Roseny Cruz Araújo (322.913.962-34).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Cantá - RR.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 745/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que a Universidade Federal do Rio de Janeiro cumpra as determinações constantes do subitem 9.3 do Acórdão 18.991/2021 - 2ª Câmara, de acordo com o parecer emitido nos autos:

1. Processo TC-013.261/2021-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Gerlane Daum da Silva (012.368.417-00).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 746/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.039/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Dulce da Silva Costa (005.652.947-33); Feliciana Maria da Silveira Guimaraes (337.728.001-49); Lea Maria Rufino Gomes (066.684.882-34).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 747/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.074/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria da Gloria Pinto Barcellos (854.449.527-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 748/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.152/2021-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dulce de Sousa Caldas Pereira (333.794.591-00); Jose Claudio da Silva (517.196.067-49); Marcia Valeria Moreira Costa (326.549.281-87); Roberto Assumpção Filho (612.563.317-91); Vera Lucia de Miranda Ramos (544.319.727-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 749/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.164/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alberto Rufino dos Santos (144.215.001-78); Antonio Fernando Marques da Silva (239.794.291-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Meio Ambiente.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 750/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.174/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Gilsa de Fatima Goncalves de Matos (152.080.523-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 751/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.195/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Jose Gomes de Andrade (834.761.568-34); Daniel Lunghin (296.555.208-11); Eliete Severo Ramos Gaspar (061.455.148-09); Jose Rubens de Almeida (481.948.918-68); Maria Tereza Frasson (779.845.798-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 752/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.215/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Jurema de Fatima Lisboa Leite (245.201.601-20); Katia Vianna Franco Pereira (256.206.301-53); Leila de Araujo Jorge (288.058.871-53); Lucia Ferreira de Melo (220.651.051-00); Luciane Franco (221.355.531-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 753/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.228/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Aldeci Pereira da Costa Machado (124.324.903-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 754/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.237/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Roberto Olivetti de Souza (492.187.867-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 755/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.252/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aloires Regina Rodrigues Jovasque (279.723.050-72); Izabel Maria Ferreira de Araujo (224.624.221-53); Joao Carlos de Lemos Malheiro (076.738.682-53); Marco Tulio Barroso Moreira (037.867.652-00); Mirian Correa Sampaio (296.458.671-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 756/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.265/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudia Barbosa Montenegro (191.281.693-87); Gilberto de Oliveira Chaves (430.297.107-00); Itala Maria Ribeiro Pinheiro (187.050.063-68); Jacinto Saboia Rocha (072.814.123-04); Lena Camara do Vale (102.039.743-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 757/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.273/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Haroldo Silva Cardozo (034.709.113-04).
1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-Geral da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 758/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.116/2021-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jeane Vieira Santos de Oliveira (316.299.621-04); Joao da Silva (277.204.707-53); Luiz Antonio de Oliveira Junior (176.353.407-35); Margarete Souza Gomes Cavallini (148.400.065-04); Marly Martha de Mattos (988.192.167-87); Nelsan Castro dos Santos (560.984.722-20).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 759/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.873/2008-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Margarida Oliveira (041.255.027-06).
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 760/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.433/2021-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Agenor Marinho da Silva (052.602.402-00); Alice Gomes Marinho da Silva (038.698.832-35); Ermozinda Pinedo da Silva (346.631.002-44); Jannayna Gomes Marinho da Silva (006.314.602-92); Joelma Gomes Marinho da Silva (052.601.992-19); Maria Helena Ferreira da Rocha (095.938.452-91); Nazare Fernandes Heck (601.710.302-49); Orphila Cancelli (070.375.200-63).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 761/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.460/2021-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Carolina Alves Farias (042.628.550-66); Claudia Manfrin de Melo (899.459.130-34); Fabiane Masgrau de Oliveira (667.341.690-49); Liege Alves Farias (034.308.520-80); Luciane Masgrau de Oliveira (777.004.650-53); Sonali Teresinha de Oliveira Sanchotene (642.393.140-20); Tereza dos Santos Batista (806.817.780-91).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 762/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 157, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em autorizar que a Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais realize a diligência proposta no subitem 15.2 de sua instrução (peça 9), no que diz respeito ao ato do Sr. Paulo Dias Vilela, e em considerar legais, para fins de registro, os demais atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.467/2021-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adriano Mota Doroteu (163.554.337-16); Bruna Gomes Doroteu (164.134.857-79); Celia Maria Vilela (632.372.375-15); Edineia Cardoso Vilela (775.970.875-00); Edivan Cardoso Vilela (775.971.095-04); Edmilson Cardoso Vilela (883.889.645-34); Edson Cardoso Vilela (883.899.605-91); Gilmar Cardoso Vilela (775.970.955-20); Jacira dos Santos Vilela (395.377.815-34); Maria Paulina da Cunha (378.848.754-20); Maria Sonia dos Santos Vilela Alves (294.727.925-53); Marilene Lisboa Vilela Souza (374.239.755-91); Marlene Lisboa Vilela (017.015.375-40); Marlina Lisboa Vilela Arcanjo (294.728.655-34); Silvia Maria Cardoso Vilela (775.970.795-91); Tania Maria Cardoso Vilela (884.909.475-20); Vilma Lisboa Vilela (281.315.925-53); Zenilda Vilela Correia (220.452.955-91).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ENCERRAMENTO

Às 11 horas e 28 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 22 de fevereiro de 2021.

(Assinado eletronicamente)

BRUNO DANTAS
Presidente

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA EXECUTIVA DE CONTRATAÇÃO

PORTARIA Nº 15, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida Regulamento Administrativo do Senado Federal, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002; no art. 3º, inciso III, do ADG nº 24/2017; no Item 17.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 099/2021; considerando o disposto no art. 2º, Parágrafo único, inciso VI, da Lei nº 9.784/1999 e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.000420/2022-53, aplica à empresa DIPLUS FACILITIES PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.733.437/0001-16, com endereço no SRTVN, Quadra 701, Conjunto C, Ala A, nº 124, Sala 608, Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70.719-030, penalidade de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR por 24 (vinte e quatro) meses no âmbito da UNIÃO, cumulada com a pena acessória e meramente educativa de MULTA no valor de R$ 9.228,28 (nove mil, duzentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos), por apresentar documentação falsa no curso do Pregão Eletrônico nº 099/2021, em descumprimento ao que estabelece o item 4.5 do referido instrumento convocatório.

MATHEUS MATOSO DE OLIVEIRA
Em Exercício

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 312, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, com base na Portaria GPR 235, de 09 de fevereiro de 2022, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico - DJ-E, de 11 de fevereiro de 2022, publicada em 14 de fevereiro de 2022, e conforme PA SEI 0003022/2022, resolve:

Art. 1º Remanejar/Transformar as Funções Comissionadas abaixo relacionadas, conforme quadro a seguir:

item	código FC	nível, descrição e origem FC	**nível, descrição e destino FC**
1	6004	FC-05 da Coordenadoria de Recursos Constitucionais - COREC	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Processamento de Recursos Constitucionais - NUREC
2	6000	FC-03 da Coordenadoria de Recursos Constitucionais - COREC	FC-03 Núcleo de Processamento de Recursos Constitucionais - NUREC
3	5999	FC-02 da Coordenadoria de Recursos Constitucionais - COREC	FC-02 Núcleo de Processamento de Recursos Constitucionais - NUREC
4	6003	FC-05 da Coordenadoria de Recursos Constitucionais - COREC	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Envio e Remessa de Autos aos Tribunais Superiores - NUESP
5	6002	FC-03 da Coordenadoria de Recursos Constitucionais - COREC	FC-03 do Núcleo de Envio e Remessa de Autos aos Tribunais Superiores - NUESP
6	5998	FC-02 da Coordenadoria de Recursos Constitucionais - COREC	FC-02 do Núcleo de Envio e Remessa de Autos aos Tribunais Superiores - NUESP

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO CFC Nº 1.648, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a aprovação do Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Conselho Federal de Contabilidade, para o Exercício de 2022.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando a competência do Conselho Federal de Contabilidade em aprovar seu Plano de Trabalho, Orçamento e respectivas modificações, bem como operações referentes a mutações patrimoniais previstas no inciso XVIII do Art. 17 da Resolução CFC nº 1.612/2021, bem como no inciso XI do Art. 10 da Resolução CFC nº 1.616/2021;

Considerando o que preceitua a Resolução CFC n.º 1.161/2009, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, de 13 de fevereiro de 2009 e a Lei n.º 4.320/1964;

Considerando a Resolução CFC n.º 1.644/2021, que aprovou o orçamento do Conselho Federal de Contabilidade, para o exercício de 2022;

Considerando a análise da execução orçamentária, em que foi verificada a necessidade de proceder aos ajustes nas dotações orçamentárias, resolve:

Art. 1º Aprovar a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do Conselho Federal de Contabilidade para o exercício financeiro de 2022, suplementando em R$ 5.521.000,00 (cinco milhões e quinhentos e vinte e um mil reais), nas seguintes dotações:

Suplementação

Conta Descrição Valor

6.3 Execução da despesa 5.521.000,00

6.3.1 Despesas correntes 5.221.000,00

6.3.1.3 Uso de bens e serviços 5.171.000,00

6.3.1.3.02.01 Serviços 4.117.000,00

6.3.1.3.02.01.005 Serviços de informática 4.000.000,00

6.3.1.3.02.01.026 Loc. De bens móveis, máquinas e equip. 100.000,00

6.3.1.3.02.01.047 Inscrições 17.000,00

6.3.1.3.02.03.002 Conselheiros - diárias 460.000,00

6.3.1.3.02.03.003 Colaboradores - diárias 72.000,00

6.3.1.3.02.04.002 Conselheiros - passagens 460.000,00

6.3.1.3.02.04.003 Colaboradores - passagens 62.000,00

6.3.1.5 Transferências correntes 50.000,00

6.3.1.5.01.01.001 Subvenções 50.000,00

6.3.2 Despesas de capital 300.000,00
6.3.2.4 Transferências de capital 300.000,00
6.3.2.4.01.01.001 Auxílios 300.000,00
Total das Suplementações 5.521.000,00

Art. 2º Será utilizado, como fonte de recurso, o Superávit Financeiro de Exercício Anterior.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 21 de fevereiro de 2022.

AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 445, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, reunido em sessão virtual da 355ª Reunião Plenária Extraordinária, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, pela Resolução nº 413/2012 e em observância à Resolução nº 519/2020:

Considerando que o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional editou a Resolução nº 519/2020, que dispõe sobre as regras para as eleições dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e prevê a possibilidade de que as Comissões Eleitorais suscitem dúvidas ao Plenário do COFFITO;

Considerando que o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional não permite que os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional repassem dados pessoais dos profissionais, sob nenhuma forma, aos profissionais candidatos em processos eleitorais;

Considerando que o envio de programa ou publicidade eleitoral de Chapa, desde que dentro das regras eleitorais, constitui ato de campanha autorizado pela Resolução nº 519/2020;

Considerado que não existe vedação normativa na referida Resolução quanto ao envio de propostas, programas de administração ou propaganda eleitoral de Chapas inscritas no processo eleitoral, por meio da utilização do mailing ou endereços cadastrados no Conselho Regional, desde que não seja disponibilizado nenhum dado dos profissionais às referidas Chapas,

ACORDAM, por unanimidade, em permitir o envio de propaganda eleitoral, propostas ou programa de administração das Chapas por meio do cadastro dos endereços ou e-mail dos profissionais inscritos nos Conselhos Regionais, observados os seguintes critérios:

I - Os dados não serão divulgados ou disponibilizados aos candidatos, cabendo a estes apresentarem o material para envio à Comissão Eleitoral, que autorizará a utilização do mailing ou endereço postal dos profissionais, quando correspondência física, o que será processado no Conselho Regional às expensas dos candidatos em caso de custo para envio de qualquer natureza;

II - O envio somente poderá se dar uma única vez, por meio físico ou digital (e-mail), cabendo a opção ao representante da Chapa;

III - A Comissão Eleitoral, ao receber um pedido de uma das Chapas para o encaminhamento de material eleitoral a que alude este Acórdão, deverá comunicar aos representantes das outras Chapas concorrentes, para, querendo, exercer o mesmo direito;

IV - As Chapas deverão requerer o envio com até 10 (dez) dias de antecedência da data designada para o dia das eleições.

Quórum: Dr. Roberto Mattar Cepeda, Presidente; Dra. Ana Carla de Souza Nogueira, Vice-Presidente; Dr. Abidiel Pereira Dias, Diretor-Secretário em exercício; Dra. Ana Rita Costa de Souza Lobo Braga, Conselheira Efetiva; Dr. Leandro Lazzareschi, Conselheiro Efetivo; Dr. Marcelo Renato Massahud Júnior, Conselheiro Efetivo; Dr. Maurício Lima Poderoso Neto, Conselheiro Efetivo; e Dra. Patrícia Luciane Santos de Lima, Conselheira Efetiva.

ABIDIEL PEREIRA DIAS
Diretor-Secretário
Em exercício

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO CFM Nº 2.304, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera o artigo 12 da Resolução CFM nº 1.998/2012, criando o Departamento do Sistema de Acreditação de Escolas Médicas (SAEME).

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013 e Decreto nº 8.516, de 10 de setembro de 2015; e

CONSIDERANDO o disposto contido no art. 2º e nas atribuições constantes do art. 5º da Lei nº 3.268/1957;

CONSIDERANDO a atribuição do Conselho Federal de Medicina de organizar seu Regimento Interno, nos termos da alínea "a", do art. 5º, da Lei 3268/1957;

CONSIDERANDO a necessidade da criação de mais um departamento específico no CFM para tratar de das atividades específicas do Sistema de Acreditação de Escolas Médicas (Saeme); e,

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na reunião plenária realizada em 10 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Fica acrescido ao artigo 12, da Resolução CFM nº 1.998/2012, o seguinte inciso:

VI - Departamento do Sistema de Acreditação de Escolas Médicas (SAEME).

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO
Presidente do Conselho

DILZA TERESINHA AMBRÓS RIBEIRO
Secretária-Geral

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

ACÓRDÃO DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo de Infração Disciplinar. SEI CFN nº 099994.000480/2019-49. Acórdão Plenário. Data de julgamento: 17/2/2022. Recorrente: Hospital Cardio Pulmonar da Bahia. Recorridos: V.R.A.S.S e Conselho Regional de Nutricionistas da 5ª Região (CRN-5). Origem: Processo Ético Disciplinar CRN-5 nº 06/2017. Relatora: Conselheira Federal Ivete Barbisan. Decisão: Conhecimento e provimento parcial do Recurso. Retorno dos autos à origem para que todos os atos praticados, sem que tenha ocorrido a prévia intimação da Denunciante e sua oitiva, sejam repetidos, e que seja garantido às partes o direito ao contraditório e ampla defesa, em todos os atos praticados. Decisão: unanimidade de votos dos presentes.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CFN Nº 722, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Prorroga o prazo fixado no artigo 56 da Resolução CFN nº 702, de 15 de setembro de 202021, que dispõe sobre o registro e cadastro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Nutricionistas.

O Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no exercício das competências previstas na Lei Federal n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, no Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno do CFN, aprovado pela Resolução CFN n° 621, de 18 de fevereiro de 2019, nos termos em que deliberado na 448ª Reunião Plenária do CFN, realizada presencialmente nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2022, CONSIDERANDO que a Resolução CFN n° 702, de 15 de setembro de 2021, fixou o prazo até o dia 4 de abril de 2022 para aplicação e efeitos legais para o registro e o cadastro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), CONSIDERANDO a necessidade de prolongar o período de implementação de medidas administrativas prévias para a aplicação de modo ordenado do referido ato normativo, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo do Artigo 56 da Resolução CFN nº 702, de 15 de setembro de 2021, até o dia 4 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÉLIDO BONOMO

RESOLUÇÃO CFN Nº 723, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Prorroga o prazo fixado no artigo 24 da Resolução CFN nº 703, de 15 de setembro de 2021, que dispõe sobre a Certidão de Registro de Atestado de Capacidade Técnica de Pessoa Jurídica e o Atestado de Responsabilidade Técnica por Execução de Serviços, expedidos pelos Conselhos Regionais de Nutricionistas, para fins de comprovação de qualificação técnica por execução de serviços nas áreas de alimentação e nutrição.

O Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no exercício das competências previstas na Lei Federal n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, no Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno do CFN, aprovado pela Resolução CFN n° 621, de 18 de fevereiro de 2019, nos termos em que deliberado na 448ª Reunião Plenária do CFN, realizada presencialmente nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2022,

CONSIDERANDO que a Resolução CFN n° 703, de 15 de setembro de 2021, fixou o prazo até o dia 4 de abril de 2022 para aplicação e efeitos legais de expedição da certidão de registro de atestado de capacidade técnica de pessoa jurídica e o atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços expedidos pelos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN),

CONSIDERANDO a necessidade de prolongar o período de implementação de medidas administrativas prévias para a aplicação de modo ordenado do referido ato normativo, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo do Artigo 24 da Resolução CFN nº 703, de 15 de setembro de 2021, até o dia 4 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÉLIDO BONOMO

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PIAUÍ

DECISÃO COREN-PI Nº 16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza ad referendum a abertura de Créditos Adicionais Suplementares ao Orçamento do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí para o exercício de 2022, no valor de R$ 412.763,02 (2ª Reformulação Orçamentária).

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí - Coren-PI, juntamente com o(a) conselheiro(a) Secretário desta Autarquia no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973 e pelo Regimento Interno aprovado pela Decisão Cofen nº 001/2019 de 23 de janeiro de 2019, com alterações aprovadas pelas Decisões Coren-PI nº 066/2020 e 026/2021 e homologadas pelas Decisões Cofen nº 031/2021 e 029/2021, respectivamente, e;

CONSIDERANDO o Art. 28, § XV do Regimento Interno do Coren-PI: Compete ao Presidente do Coren-PI, Decidir "ad referendum" do Plenário ou da Diretoria, os casos que, por sua urgência, exijam a adoção de providências, obrigatoriamente submetendo a matéria à homologação do Plenário ou da Diretoria, preferencialmente na primeira reunião subsequente.

CONSIDERANDO o constante do capítulo IV - Dos Créditos Adicionais, artigos 87 a 90 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, aprovado pela Resolução Cofen nº 340/2008;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o Orçamento para o corrente exercício às novas políticas da administração, suplementando algumas dotações orçamentárias, para suporte das despesas que serão ordenadas;

CONSIDERANDO a urgência na suplementação das dotações elecandas no Anexo I, principalmente quanto a necessidade de implementação urgente de máquinas de cartão de débito e crédito para a melhoria na arrecadação;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico nº 013/2022/Controladoria Geral;

decidem Ad Referendum:

Art. 1º Autorizar ad referendum do plenário a abertura de Créditos Adicionais Suplementares no valor de R$ 412.763,02 (quatrocentos e doze e setecentos e sessenta e três mil e dois centavos).

Art. 2º Os recursos existentes disponíveis para ocorrer a cobertura dos créditos são os provenientes de anulação parcial/total de despesas no valor de R$ 412.763,02 (quatrocentos e doze e setecentos e sessenta e três mil e dois centavos), conforme demonstrado no Anexo I desta Decisão nos termos preceituados no art. 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964.

Art. 3º Ficam fazendo parte integrante da presente Decisão, o quadro do Anexo I demonstrando as suplementações e anulações das rubricas.

Art. 4º O valor do orçamento para o corrente exercício, em face das alterações ora aprovadas, permanece o de R$ 8.342.673,20 (oito milhões, trezentos e quarenta e dois mil e seiscentos e setenta e três reais e vinte centavos).

Art. 5º - Esta decisão entrará em vigor na data de sua assinatura.

ANTÔNIO FRANCISCO LUZ NETO
Conselheiro Presidente

ELISANGELA LEMOS VARONIL NUNES
Conselheira Secretária

ANEXO I

Código	Reformulações para menos	Anulação
6.2.2.1.1.02.44.90.051.001	Estudos e Projetos	R$ 79.158,60
6.2.2.1.1.01.33.90.036.016	Estagiários	R$ 38.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.037.099	Outros Serviços Terceirizados	R$ 295.604,42
	Total	**R$ 412.763,02**

Código	Reformulação para Mais	Suplementação (R$)
6.2.2.1.1.01.33.90.037.099	Demais Indenizações e Restituições	R$ 30.000,00
6.2.2.1.1.02.44.90.052.007	Veículos	R$ 90.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.012.002	Locação de Bens Móveis	R$ 15.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.014	Serviços Relacionados a Tecnologia da Informação	R$ 40.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.030.001	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$ 115.679,36
6.2.2.1.1.01.33.90.030.039	Material para Manutenção de Veículos	R$ 77.083,66
6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.015	Manutenção e Conservação de Bens Móveis e Imóveis/Instalações	R$ 20.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.028	Congressos, Convenções, Conferências, Seminários, Simpósios e Reuniões	R$ 25.000,00
	Total	**R$ 412.763,02**

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2022

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO - CREFITO-11, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975:

ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-11, reunidos na 2ª Sessão Plenária Ordinária de 19/04/2022, aprovar, sem votos contrários, a prestações de contas do CREFITO-11 2º semestre 2021, que somadas as aprovações do 1º e 2º trimestre encerram a referida prestação.

Quórum: Sergio Andrade - Presidente, João Junior - Vice-Presidente, Rosa Serafim - Diretora Secretária, Yara Paiva - Diretora-Tesoureira, Naum Mesquita - Vivianne Gusmão - Cristina Lopes - Darlan Martins - Messias Fernandes - Conselheiros.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 214, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022

A Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 15ª Região, resolve:

Art. 1º - Revogar a Portaria Eleitoral CREFITO-15 n. 210/22, publicada no DOU no dia 16/01/2022, Seção 1, edição 18, página 150 e seu efeitos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

EUNICE DA ENCARNAÇÃO GARCIA DA SILVA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL

RESOLUÇÃO CRMV-MS Nº 114, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022

Estabelecer valores para a concessão de jeton e dá outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - CRMV-MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, especialmente no seu artigo 4º, alínea "r", instituído e aprovado pela Resolução CFMV n. 591, de 26 de junho de 1992 (RIP), do Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV;

Considerando a deliberação da 314ª Sessão Plenária Ordinária realizada em 11 de fevereiro de 2022, resolve:

Artigo 1º. O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso do Sul pagará aos seus membros titulares e aos membros suplentes, que estejam substituindo o titular, pelo comparecimento a cada sessão plenária ordinária, extraordinária ou especial de julgamento, o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) a título de Gratificação de Presença - Jeton.

Parágrafo Único: Não se aplica o disposto no caput às convocações disciplinadas pelo RIP que exijam a presença de todos os conselheiros, efetivos, suplentes e diretores.

Artigo 2º. O número máximo de sessões de deliberação coletiva que ensejará o pagamento de jetons será de até 3 (três) por mês.

Artigo 3º. Deverá compor os autos do processo de pagamento de jeton:

I - Autorização de Pagamento;

II - Convocação para a Sessão Plenária;

III - Cópia do Livro de Presença da Sessão;

IV - Cópia do cheque; e

V - Recibo ou comprovante de depósito do pagamento do jeton.

Artigo 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as Resoluções CRMV-MS n. 092 de 14 de fevereiro de 2020 e CRMV-MS N. 087 de 13 de dezembro de 2019.

THIAGO LEITE FRAGA
Presidente do Conselho

LEONARDO AZAMBUJA JACARANDÁ
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CRP-06 Nº 1, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO - CRP06, AUTARQUIA FEDERAL, entidade dotada de personalidade jurídica de Direito Público, criado pela Lei nº 5766/71, inscrito no C.N.P.J.(MF) sob o número 37.115.433/0001-00 e Inscrição Estadual isenta, com sede na Rua Arruda Alvim número 89, Jardim América, neste Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05410020, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por sua Conselheira Presidenta, procuradora e administradora legalmente habilitada, IVANI FRANCISCO DE OLIVEIRA, brasileira, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG número 29.323.911-3 SSP/SP e inscrita no CPF sob número 300.772.158-00, resolve:

Art. 1º - Regulamentar o ressarcimento de verbas indenizatórias para atividades realizadas a serviço ou interesse do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região.

DAS AJUDAS DE CUSTOS

Art. 2º - Ajuda de custo é o valor pago a título de ressarcimento de despesas com transporte urbano e alimentação devido às conselheiras, membras de comissão gestora e convidadas, quando participarem presencialmente de atividades internas ou externas a serviço do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região nos municípios de referência das subsedes.

Art. 3º - A ajuda de custo será efetivada mediante preenchimento de Relatório de Atividades no formato on-line. Nos casos em que a conselheira, membra de comissão gestora e/ou convidada exercer mais de uma atividade no mesmo dia, será praticada uma única ajuda de custo.

Art. 4º - As ajudas de custo serão pagas para ressarcimento de despesas em função de atividades de rotina permanente do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região obedecendo-se os critérios elencados na referida Resolução.

Art. 5º - Serão pagas ajudas de custo para ressarcimento de despesas em função de representação do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, obedecendo-se os critérios elencados na referida Resolução.

Art. 6º - As ajudas de custo serão pagas na forma que se apresenta no Anexo I da presente Resolução, pela participação em ações do Conselho, dentro do município de residência ou quando houver deslocamento dentro da área de abrangência da subsede de referência.

DAS DIÁRIAS

Art. 7º - Diária é o valor a ser concedido às conselheiras, membras de comissão gestora e convidadas, quando em deslocamento fora do município de referência com a necessidade de pernoite, a serviço do Conselho, exclusivamente para cobrir as despesas de alimentação e locomoção urbana.

Art. 8º - O valor das diárias é determinado em função da atividade ser nacional ou internacional e os valores serão estabelecidos na moeda nacional, quando dentro do País, e em dólares estadunidenses, quando fora do País.

Art. 9º - Caso a conselheira, membra de comissão gestora ou convidada, tenha gastos que ultrapassem o valor da diária ou ajuda de custo, poderá ser solicitado ressarcimento das despesas excedentes, mediante apresentação de todos os documentos comprobatórios, nota fiscal ou recibo, à Diretoria para aprovação e trâmites necessários.

DAS ATIVIDADES REMOTAS

Art. 10 - O CRP concederá um único ressarcimento, no valor mensal de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para aporte no que se refere à estrutura de internet, telefonia e energia para participação em sessão plenária, reunião de comissão gestora, atividades de Comissão Regional Eleitoral e suas Subcomissões, CRP Acolhe (cerimônia de acolhimento às novas inscritas no CRP-06) e colaboração em processos de COE e COF, quando nomeadas/os em Plenário ou ato das presidências de COE e COF.

Art. 11 - O ressarcimento indenizatório de despesas para conselheiras, psicólogas membras de Comissões Gestoras das subsedes, mediadora e psicóloga colaboradora da Comissão de Ética (COE) e Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), aprovadas em plenária, para participação em Sessões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias e atividades de COE e COF.

DOS DESLOCAMENTOS

Art. 13 - A aquisição de passagens para transporte em avião ou ônibus e a contratação de transporte fretado necessárias ao deslocamento da beneficiária serão fornecidas pelo Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região.

DA HOSPEDAGEM

Art. 17 - A hospedagem será realizada, preferencialmente, em quartos duplos podendo a participante optar por hospedagem em quarto individual. Neste caso, deverá arcar com a diferença do valor cobrado pelo estabelecimento para diária em quarto individual.

DO PROCESSO FINANCEIRO

Art. 19 - O Departamento Financeiro processará os pagamentos das diárias mediante o recebimento do Planejamento de Atividades com autorização da Presidenta e da Tesoureira.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 - A realização de reuniões de comissões, grupos de trabalho ou outras instâncias colegiadas do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região deve considerar a possibilidade de utilização de recurso tecnológico para comunicação à distância sempre que não for imprescindível o encontro pessoal.

Art. 25 - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, sendo revogadas as disposições contrárias, especialmente as Resoluções CRP-06 n. 003/2017 e CRP-06 nº. 002/2021.

IVANI FRANCISCO DE OLIVEIRA
Conselheira Presidenta